



Universidade de Aveiro Departamento de Ambiente e Ordenamento
2003

**Elisabete Maria
Melo Figueiredo**

**Um Rural para viver, outro para visitar – o
ambiente nas estratégias de desenvolvimento
para as áreas rurais**



Universidade de Aveiro Departamento de Ambiente e Ordenamento
2003

**Elisabete Maria
Melo Figueiredo**

**Um Rural para viver, outro para visitar – o
ambiente nas estratégias de desenvolvimento
para as áreas rurais**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Ciências Aplicadas ao Ambiente, realizada sob orientação científica do Dr. Pedro Hespanha, Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e do Dr. Artur da Rosa Pires, Professor Catedrático do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

O Júri

Presidente

Prof. Doutor José Abrunheiro da Silva Cavaleiro
Professor catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Artur da Rosa Pires
Professor catedrático do Departamento de Ambiente e Ordenamento da
Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Celeste de Oliveira Alves Coelho
Professora catedrática do Departamento de Ambiente e Ordenamento da
Universidade de Aveiro

Prof. Doutor José Francisco Gandra Portela
Professor catedrático do Departamento de Economia e Sociologia da
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Doutor Agostinho Mesquita Antunes de Carvalho
Professor associado com agregação do Instituto Superior de Ciências da
Saúde – Sul, Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz

Prof. Doutor Pedro Manuel Teixeira Botelho Hespânia
Professor associado da Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro
Professor associado do Departamento de Ambiente e Ordenamento da
Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Maria Inês Abrunhosa Mansinho
Professora auxiliar do Departamento de Economia Agrícola e Sociologia Rural
do Instituto Superior de Agronomia

Prof. Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva
Professora auxiliar do Departamento de Ambiente e Ordenamento da
Universidade de Aveiro

*Para o Nuno
Por todas as palavras que me deu,
Por todas as palavras que guardou,
E principalmente por tudo aquilo que partilhámos
e cujo sentido não cabe em nenhuma
palavra conhecida.*

Agradecimentos

Os meus primeiros agradecimentos dirigem-se ao Professor Doutor Pedro Hespanha, pela sua orientação atenta e exigente, sem a qual não poderia ter concluído este trabalho e também pela generosidade, paciência e disponibilidade que sempre me demonstrou.

Ao Professor Doutor Artur da Rosa Pires agradeço a orientação e disponibilidade sempre demonstrada para com o meu trabalho, quer no âmbito desta tese, quer ao longo dos últimos anos.

Agradeço ao PRODEP-Formação a concessão de uma bolsa, entre 1996 e 1998, para a realização do trabalho.

A todos os meus colegas e ao Conselho Directivo do dAOUA agradeço o apoio que sob diversas formas me deram.

Gostaria igualmente de expressar a minha gratidão ao Arquitecto Carlos Guerra, Director do Parque Natural de Montesinho até 1998, pelo apoio dado e pela simpatia com que me recebeu e à Dr.^a Conceição Régua, técnica superior do mesmo Parque, que sempre se disponibilizou a facultar-me toda a informação pretendida. A minha gratidão estende-se aos restantes técnicos e funcionários do Parque Natural de Montesinho pelo acolhimento e auxílio prestado em diversas ocasiões, muito particularmente à Estela.

Ao Engenheiro Rui Caseiro, da Associação CoraNE, agradeço a disponibilização de informação sobre a associação, bem como o tempo que me dispensou. Ao Dr. João Carlos Pinho, da ADRIMAG e à Dr.^a Maria de S. José Sabino Nogueira, da ADDLAP, agradeço a enorme simpatia e o interesse que demonstraram para com o meu trabalho, que materializaram sob as mais variadas formas.

Aos Presidentes das Juntas de Freguesia da área do Parque Natural de Montesinho e da área da Serra da Freita, bem como aos Presidentes das Câmaras Municipais de Bragança, Vinhais, Arouca, S. Pedro do Sul e Vale de Cambra, quero agradecer o tempo e as preciosas informações que entenderam partilhar comigo.

Aos Directores das 22 Áreas Protegidas que acederam responder ao Inquérito por Questionário que lhes envie, agradeço o tempo e o cuidado dispensado.

A cada um dos 421 inquiridos, residentes na Serra da Freita e no Parque Natural de Montesinho a quem roubei mais de uma hora do seu tempo, afastando-os dos seus afazeres quotidianos, quero agradecer as respostas que me deram, aquilo que me ensinaram e igualmente a coragem de permanecerem habitantes rurais.

Aos 300 visitantes inquiridos em ambas as áreas, agradeço também a disponibilidade que demonstraram para, sacrificando cerca de uma hora do seu tempo de lazer, conversarem comigo.

Ao Professor Marc Mormont agradeço ter-me recebido na Fondation Universitaire Luxembourgeoise de Belgique – Unité de Recherche et Enseignement en Sciences de L’Environnement – e de me ter possibilitado o contacto com especialistas na área da sociologia do ambiente e na área das políticas públicas no domínio do ambiente. Agradeço-lhe também a disponibilidade e as indicações úteis que me deu numa fase inicial do meu trabalho.

Ao Professor Riley E. Dunlap, da Washington State University, quero agradecer o envio de bibliografia sobre o tema tratado e, principalmente, o carinho que me dedicou.

À Dr.^a Ana Cláudia Vasconcelos agradeço a companhia durante a maior parte do trabalho de aplicação do inquérito por questionário aos residentes na Serra da Freita. À Arquitecta M^a José Curado agradeço o trabalho de digitalização da cartografia, assim com a sua generosidade.

A Teresa Andresen, Teresa Fidélis, Eduardo Anselmo Castro, João Cabral, António Ferreira, Carlos Rodrigues, Isabel Ferreira, Sandra Valente, Fátima Alves e Jacob Keizer quero agradecer a amizade e o apoio que, sob variadíssimas formas, me foram demonstrando ao longo do trabalho.

Aos meus alunos quero agradecer o facto de me recordarem constantemente os desafios e o dinamismo da realidade social.

À Professora Doutora Celeste Coelho agradeço o apoio, a amizade e a generosidade permanentes.

A Filomena Martins, quero expressar a minha gratidão não apenas pela sua amizade, mas igualmente pelo facto de me ter permitido trabalhar, discutir e aprender com ela em muitas ocasiões.

Ao Fernando Nogueira, agradeço os comentários que foi fazendo ao trabalho, bem como os momentos e pensamentos partilhados.

Agradeço aos meus amigos e familiares todo o apoio e incentivo, mesmo se indirecto, que me deram nos últimos anos, em particular aos meus pais, António e Maria Augusta, à Silvia, ao Quim, ao Guilherme, à São, à Cristina Sá, à Teresa Palma, à Isabel M. Martins Moreira, ao Pedro Ferrão e à Marta.

Gostaria de incluir nos agradecimentos os Professores Doutores Joaquim Gil Nave e Aida Valadas de Lima, meus professores de Sociologia Rural no ISCTE porque, embora sem intervenção directa neste trabalho, foram eles e o seu entusiasmo os principais responsáveis pelo meu interesse pelas áreas rurais como objecto de investigação.

Resumo

O tema desta tese relaciona-se com a qualificação das trajetórias de desenvolvimento em áreas rurais, através da nova centralidade das questões ambientais. Neste domínio, a tese apoia-se no contributo das ciências sociais, particularmente da sociologia, para a compreensão das representações sociais sobre os processos associados à protecção do ambiente e à promoção do desenvolvimento nas áreas rurais, tendo em conta as transformações que estas sofreram ao longo das últimas décadas.

Argumenta-se que a marginalização ou a fraca integração das áreas rurais portuguesas - particularmente das áreas rurais a que podemos chamar *profundas* ou *remotas* - nos modelos de desenvolvimento socioeconómico vigentes nas últimas décadas, tende a colocá-las, actualmente, como áreas centrais no contexto dos paradigmas de desenvolvimento emergentes e em processo de consolidação, nos quais o ambiente surge como um aspecto fundamental. A integração e a valorização actuais das áreas rurais são sobretudo processos *exteriores* a essas mesmas áreas e por esta razão, estes processos tendem a não ser compreendidos e aceites como legítimos por uma boa parte das populações rurais. Este facto conduz potencialmente a conflitos, sustentados em representações, práticas e legitimidades diversas, quer face ao ambiente, quer face ao desenvolvimento socioeconómico.

A discussão sobre a oportunidade e as formas de integração das áreas rurais nos modelos de desenvolvimento actuais enquadra-se também no debate contemporâneo acerca dos processos associados à globalização, às transformações das sociedades modernas e à emergência da *pós-modernidade*.

A tese estrutura-se em quatro partes principais. Na primeira, com base na revisão bibliográfica, procedemos à caracterização do debate actual sobre a emergência do ambiente como questão social e política nas sociedades contemporâneas em geral e na sociedade portuguesa em particular. Na segunda parte, ainda com base na revisão de literatura, procura-se analisar a passagem das áreas rurais de produtoras de alimentos a guardiãs do ambiente natural, tendo em conta as suas principais transformações, quer no âmbito das sociedades ocidentais, quer no contexto português. A terceira parte aborda a questão do lugar do ambiente nas políticas de desenvolvimento em geral e de desenvolvimento rural em particular, tendo por base a revisão bibliográfica e a análise da legislação e dos programas e medidas concebidos e implementados para as áreas rurais. Finalmente, na quarta parte, apresenta-se a análise empírica, baseada no estudo das representações e práticas face à protecção do ambiente e aos processos de desenvolvimento socioeconómico, dos residentes, visitantes e entidades político-administrativas e económicas das áreas da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho.

As principais conclusões da tese revelam que existe um rural para *viver* e um rural para *visitar*, ou seja que as representações e práticas dos residentes e dos visitantes de ambas as áreas consideradas não são coincidentes, fazendo emergir dois *universos paralelos* e uma nova dicotomia rural/urbano. A investigação revela ainda que as representações e práticas dos residentes não são tidas em conta nos processos de elaboração e implementação de

programas e medidas para as áreas rurais. Mais ainda, observa-se que as representações e práticas dos visitantes face àquelas áreas tendem a sobrepor-se às dos residentes nos programas e medidas que visam o mundo rural em Portugal. Face a isto, concluímos pela necessidade de um modelo de gestão das diversidades encontradas com capacidade para incorporar as diferentes necessidades, interesses e aspirações dos residentes e dos visitantes das áreas rurais. Recomenda-se que esse modelo se baseie numa negociação permanente entre os vários actores sociais e institucionais em presença. Recomenda-se igualmente que o desenvolvimento rural, em prol da sua eficácia, não ultrapasse os interesses e as necessidades das populações a que primeiramente se destina.

Abstract

The theme of this thesis is related with the qualification of the development paths in rural areas, through the new centrality of the environmental issues. In this domain, the thesis relies on the contribution of the social sciences, sociology in particular, for the understanding of the social representations on the processes associated with the environment protection and with the development promotion in the rural areas, taking into account the transformations that they underwent along the last decades.

It is argued that the marginalisation or the weak integration of the Portuguese rural areas – in particular the ones that we can call *remote* – in the socio-economic development models prevailing in the last decades, tends to place them nowadays as central areas in the context of the emergent development paradigms and in consolidation process, in which the environment appears as a fundamental aspect. The present integration and valorisation of the rural areas are above all *external* processes to those same areas. For this reason these processes tend not to be understood and accepted as valid by a fair part of the rural populations. This fact leads potentially to conflicts, supported on several representations, practices and rationalities, either in view of the environment, or in view of the socio-economic development.

The discussion about the opportunity and the forms of integration of the rural areas in the present development models corresponds also to the contemporary debate concerning the processes associated with globalisation, the transformations of the modern societies and the emergency of *postmodernity*.

The thesis is structured in four main parts. In the first one, based on the bibliographical review, we characterise the present debate on the emergency of the environment as a social and political issue in the contemporary societies in general and in the Portuguese society in particular. In the second part, still based on the literature review, we analyse the passage of the rural areas from food producers to guardians of the natural environment, taking into account their main transformations, either in the ambit of the western societies, or in the Portuguese context. The third part deals with the question of the environment's role in the development politics in general and the rural development ones in particular, based on the literature review and on the analysis of the legislation and the programs and measures conceived and implemented for the rural areas. Finally, in the fourth part, we present the empirical research, based on the analysis of the representations and practices in view of the environmental protection and the socio-economic development processes, of the residents, visitors and political-administrative and economic entities of the 'Serra da Freita' and the Natural Park of Montesinho areas.

The main conclusions of the thesis reveal that there is a rural to *live in* and a rural to *visit*. In other words, we bring to the fore that the representations and practices of the residents and visitors of both areas studied are not coincident, causing the emergence of two *parallel universes* and of a new rural/urban dichotomy. The research also reveals that the residents' representations and practices are not considered in the decision-making processes related to the elaboration and

implementation of programs and measures for the rural areas. All the more, it is observed that the visitors' representations and practices concerning those areas tend to superimpose upon the residents ones in the programs and measures that have in view the rural space in Portugal. In the face of this, we infer the need of a management model of the diversities, with capacity to encompass the different needs, interests and aspirations of the residents and visitors of the rural areas. It is recommended that such a model should be based on a permanent negotiation among the several social and institutional actors in presence. We also propose that the rural development, if it intends to be an effective process, must not surpass the interests and the needs of the populations whom it is addressed in the first place.

Résumé

Le thème de cette thèse est rapporté à la qualification des trajectoires de développement dans les régions rurales, à travers la nouvelle centralité des questions de l'environnement. Dans ce domaine, la thèse compte sur la contribution des sciences sociales, la sociologie en particulier, pour la compréhension des représentations sociales sur les processus associés à la protection de l'environnement et à la promotion du développement dans les régions rurales, en considérant les transformations qu'elles ont subi le long des décennies dernières.

Il est argumenté que la marginalisation ou l'intégration faible des régions rurales portugaises – en particulier des régions rurales que nous pouvons appeler *profondes* – dans les modèles de développement socio-économique prédominants dans les décennies dernières, a tendance à les placer, aujourd'hui, comme des régions centrales dans le contexte des paradigmes de développement émergents et en voie de consolidation, dans lesquels l'environnement paraît comme un aspect fondamental. L'intégration et la valorisation actuelles des régions rurales sont surtout des processus *extérieures* à ces mêmes régions. Pour cette raison, ces processus ont tendance à ne pas être compris et acceptés comme légitimes pour la plupart des populations rurales. Ce fait aboutit potentiellement à des conflits, soutenus sur des représentations, pratiques et légitimités diverses, soit face à l'environnement, soit face au développement socio-économique.

La discussion au sujet de l'opportunité et les formes d'intégration des régions rurales dans les modèles de développement actuels correspond aussi au débat contemporain à propos des processus associés à la globalisation, aux transformations des sociétés modernes et à l'émergence de la *postmodernité*.

La thèse est structurée en quatre parties principales. Dans la première, fondée sur la révision bibliographique, nous caractérisons le présent débat sur l'émergence de l'environnement comme une question sociale et politique dans les sociétés contemporaines en général et dans la société portugaise en particulier. Dans la deuxième partie, fondée encore sur la révision de la littérature, nous analysons le passage des régions rurales de productrices de nourriture à des gardiens de l'environnement naturel, en considérant leurs transformations principales, soit dans le contexte des sociétés occidentales, soit dans le contexte portugais. La troisième partie aborde la question de la place de l'environnement dans les politiques de développement en général et de développement rural en particulier, fondée sur la révision bibliographique et l'analyse de la législation et des programmes et mesures conçus et accomplis pour les régions rurales. Finalement, dans la quatrième partie, nous présentons la recherche empirique, fondée sur l'analyse des représentations et pratiques face à la protection de l'environnement et aux processus de développement socio-économique, des résidents, visiteurs et entités politiques, administratives et économiques des régions de la 'Serra da Freita' et du Parc Naturel de Montesinho.

Les conclusions principales de la thèse révèlent qu'il y a un rural pour *vivre* et un rural pour *visiter*. Autrement dit, nous

mettons en évidence que les représentations et pratiques des résidents et des visiteurs de les deux régions étudiées ne sont pas coïncidentes, causant l'émergence de deux *univers parallèles* et d'une nouvelle dichotomie rural/urbain. La recherche révèle encore que les représentations et pratiques des résidents ne sont pas considérées dans les processus de décision liés à l'élaboration et implémentation de programmes et mesures pour les régions rurales. Mieux encore, on observe que les représentations et pratiques des visiteurs face à ces régions ont tendance à se superposer à celles des résidents dans les programmes et mesures qui concernent le monde rural au Portugal. Sur ce, nous inférons le besoin d'un modèle de gestion des diversités rencontrées, avec capacité pour incorporer les différents besoins, intérêts et aspirations des résidents et des visiteurs des régions rurales. Il est recommandé qu'un tel modèle repose sur une négociation permanente parmi les plusieurs acteurs sociaux et institutionnels en présence. Nous proposons aussi que le développement rural, pour être un processus efficace, ne doit pas surpasser les intérêts et les besoins des populations auxquelles il se destine, tout d'abord.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Résumé.....	vii
Lista de quadros.....	xiii
Lista de figuras.....	xiv
Abreviaturas utilizadas.....	xxi
Capítulo I – Introdução.....	1
1. Temática e objectivos de investigação.....	1
2. Âmbito da investigação.....	4
3. Considerações metodológicas.....	15
4. Organização da tese.....	18
Capítulo II – A Emergência do Ambiente como Questão Social e Política nas Sociedades Contemporâneas.....	23
1. Introdução.....	23
2. Sociedade e ambiente.....	23
2.1. A questão ambiental como questão social.....	23
2.2. A emergência do ambiente como questão social – principais aspectos...	31
2.3. Os valores subjacentes às crescentes preocupações sociais com o Ambiente.....	44
3. As respostas políticas às preocupações sociais com a questão ambiental.....	62
4. Do ambiente natural ao ambiente socializado – o valor do ambiente e da natureza nas sociedades modernas.....	78
5. Conclusão.....	87
Capítulo III - A Emergência do Ambiente como Questão Social e Política em Portugal.....	91
1. Introdução.....	91
2. Os Portugueses e as questões ambientais.....	92
2.1. Transformações em termos de valores sociais em Portugal.....	92
2.2. Consciência ou sensibilidade ambiental em Portugal?.....	100
3. As respostas políticas em Portugal – da instabilidade à transversalidade da temática do ambiente.....	113
4. O valor social do ambiente e da natureza em Portugal.....	120
5. Conclusão.....	125
Capítulo IV – As Áreas Rurais – De Produtoras de Alimentos a Reservas de Qualidade Ambiental?.....	129
1. Introdução.....	129
2. As áreas rurais como produtoras de alimentos e como reservas de mão-de-obra...	130
3. A multifuncionalidade das áreas rurais.....	153
4. As áreas rurais no contexto da actual valorização social do ambiente e da natureza.....	158
4.1. A identificação ‘ambiente=natureza=campo’ como construção social.....	158

4.2.	A diversidade de procuras e consumos sociais do rural como reserva de qualidade ambiental.....	164
5.	Funções ambientais das áreas rurais – uma nova dicotomia rural/urbano?.....	170
6.	Conclusão.....	174

Capítulo V – Áreas Rurais em Portugal – Análise das Principais

	Transformações.....	181
1.	Introdução.....	181
2.	Transformações globais da sociedade e economia Portuguesas nas últimas quatro décadas.....	182
3.	Transformações das áreas rurais Portuguesas.....	193
3.1.	Do <i>vício da terra</i> à desertificação social e económica das áreas rurais....	193
3.2.	As áreas rurais após o Estado Novo – da desertificação continuada à sua redescoberta social e institucional.....	199
4.	As áreas rurais como reservas culturais e ambientais em Portugal.....	208
5.	Conclusão.....	212

Capítulo VI - Ambiente e Desenvolvimento Rural - As Políticas..... 217

1.	Introdução.....	217
2.	Os paradigmas de desenvolvimento rural e a questão ambiental.....	218
3.	As políticas de desenvolvimento rural em Portugal.....	230
3.1.	A longa identificação do rural com o agrícola.....	230
3.2.	A União Europeia e a redescoberta das áreas rurais.....	238
3.3.	Legitimidade e eficácia das políticas públicas para a protecção do ambiente e para o desenvolvimento das áreas rurais.....	251
4.	A protecção do ambiente nas áreas rurais – uma nova subalternização do rural?...	259
4.1.	A regulamentação de espaços protegidos como construção institucional do ambiente e da natureza.....	259
4.2.	Áreas rurais protegidas em Portugal.....	267
5.	Conclusão.....	280

Capítulo VII – Hipóteses de Trabalho, Estudos de Caso e Metodologia

	Desenvolvida.....	287
1.	Introdução.....	287
2.	Hipóteses de Trabalho.....	287
3.	Estudos de caso - O Parque Natural de Montesinho e a Serra da Freita.....	290
3.1.	Razões da sua escolha.....	290
3.2.	Caracterização demográfica e socioeconómica da área do Parque Natural de Montesinho.....	295
3.3.	Caracterização demográfica e socioeconómica da área da Serra da Freita.....	318
4.	Metodologia desenvolvida.....	339
4.1.	Seleção e constituição das amostras.....	339
4.2.	Elaboração dos instrumentos de recolha da informação.....	353
5.	Conclusão.....	359

Capítulo VIII - O Parque Natural de Montesinho – o Ambiente Legalmente Protegido e o Desenvolvimento Rural..... 363

1.	Introdução.....	363
2.	A instituição do Parque Natural de Montesinho – objectivos e consequências.....	364
3.	A valorização do ambiente na área do Parque Natural de Montesinho.....	371
3.1.	A valorização institucional.....	371
3.2.	A valorização social.....	379
3.2.1.	O lugar do ambiente no quotidiano dos habitantes.....	379
3.2.2.	O lugar do ambiente nas procuras externas da área.....	398
3.2.3.	Tipificação das diversas valorizações do ambiente no Parque Natural de Montesinho.....	412
4.	As questões ambientais <i>versus</i> as questões do desenvolvimento socioeconómico – as representações dos habitantes e dos visitantes.....	422
4.1.	A secundarização das questões ambientais face às questões do desenvolvimento socioeconómico por parte dos habitantes.....	422
4.2.	A sobrevalorização das questões ambientais face às questões do desenvolvimento socioeconómico por parte dos visitantes.....	432
4.3.	Conflitos de representações e práticas a propósito do rural vivido e do rural visitado.....	444
5.	Conclusão.....	452

Capítulo IX - A Serra da Freita – O Ambiente e o Desenvolvimento Rural..... 457

1.	Introdução.....	457
2.	A valorização do ambiente na área da Serra da Freita.....	458
2.1.	A valorização institucional.....	458
2.2.	A valorização social.....	464
2.2.1.	O lugar do ambiente no quotidiano dos habitantes.....	464
2.2.2.	O lugar do ambiente nas procuras externas da área.....	483
2.2.3.	Tipificação das diversas valorizações sociais do ambiente na Serra da Freita.....	499
3.	As questões ambientais <i>versus</i> as questões do desenvolvimento socioeconómico – as representações dos habitantes e dos visitantes.....	506
3.1.	A secundarização das questões ambientais face às questões do desenvolvimento socioeconómico por parte dos habitantes.....	506
3.2.	A sobrevalorização das questões ambientais face às questões do desenvolvimento socioeconómico por parte dos visitantes.....	515
3.3.	Conflitos de representações e práticas a propósito do rural vivido e do rural visitado.....	525
4.	Conclusão.....	529

Capítulo X – Um Rural para Viver, Outro para Visitar – Consequências nas Políticas de Desenvolvimento Rural e de Protecção do Ambiente..... 533

1.	Introdução.....	533
2.	A importância e a valorização social e institucional do ambiente rural e suas Consequências.....	533
2.1.	O rural face ao exterior ou o lugar do ambiente nas procuras e consumos externos – uma síntese.....	533

2.2.	O rural <i>vivido</i> e o rural <i>visitado</i> - Consequências para o desenvolvimento rural das áreas do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita...	538
3.	As políticas de desenvolvimento rural e de protecção ambiental face à diversidade de representações das áreas rurais e do seu ambiente.....	550
3.1	A incorporação das diferenças nas políticas de desenvolvimento rural e de protecção do ambiente.....	550
3.2	A (im)possível gestão das diferenças.....	555
4.	Conclusão.....	558
Capítulo XI – Conclusões.....		561
Bibliografia		581

Lista de Quadros

Quadro 1.1	Principais características da <i>Visão Dominante do Mundo Ocidental</i> , do <i>Paradigma da Excepcionalidade Humana</i> e do <i>Novo Paradigma Ecológico</i>	11
Quadro 4.1	População rural no Mundo, segundo o nível de desenvolvimento humano dos países.....	150
Quadro 7.1	Freguesias e lugares do PNM, freguesias e lugares estudados e situação de integração.....	293
Quadro 7.2	Freguesias e lugares da SF, freguesias e lugares estudados e situação de integração na área considerada Biótopo Corine.....	295
Quadro 7.19	Evolução do número do efectivo pecuário na área do PNM (1989–1996).....	314
Quadro 7.37	Evolução do número do efectivo pecuário na área da SF (1989 – 1996).....	336
Quadro 7.41	Distribuição do número de IQ por freguesia, na área do PNM.....	345
Quadro 7.46	Distribuição dos visitantes pelas zonas naturais do PNM e <i>quotas</i> Estabelecidas.....	347
Quadro 7.47	Distribuição do número de IQ por freguesia, na área da SF.....	351
Quadro 7.51	Distribuição dos IQ visitantes pelos locais de interesse paisagístico e natural da área da Serra da Freita.....	352
Quadro 10.1	Principais aspectos associados às figuras dominantes de gestão do ambiente e do território.....	553

Lista de Figuras

Figura 1.1	Estrutura metodológica da investigação.....	15
Figura 2.1	Processo de percepção do Espaço/Ambiente.....	31
Figura 2.2	Distinção de vários níveis de público organizado em torno dos problemas ambientais.....	34
Figura 2.3	Principais factores intervenientes na formação, alargamento e consolidação da sensibilidade e da consciência ambiental.....	38
Figura 2.4	Hierarquização das necessidades humanas, segundo Maslow.....	55
Figura 2.5	Correntes principais das políticas ambientais na actualidade.....	66
Figura 4.1	Processo cumulativo de declínio das áreas rurais.....	149
Figura 6.1	Alteração gradual da PAC para a PARCE.....	245
Figura 6.2	Principal objectivo de criação das AP portuguesas.....	269
Figura 6.3	Segundo objectivo de criação das AP portuguesas.....	269
Figura 6.4	Importância do papel da população para a concretização dos objectivos da AP.....	270
Figura 6.5	Problemas mais graves com que se debatem as AP.....	270
Figura 6.6	Níveis de desenvolvimento social e económico da AP, sem a sua Instituição.....	271
Figura 6.7	Razões apontadas para que a população considere a AP como um agente de desenvolvimento.....	272
Figura 6.8	Iniciativa da Proposta de Classificação da AP.....	272
Figura 6.9	Percepção pela população da distribuição dos benefícios da instituição da AP.....	273
Figura 6.10	Existência e tipo de conflitos entre as populações locais e as AP.....	274
Figura 6.11	Prioridade dada pelas populações locais aos objectivos de desenvolvimento socioeconómico <i>versus</i> a protecção do ambiente.....	274
Figura 6.12	Aumento do número de visitantes nos últimos cinco anos nas AP.....	276
Figura 6.13	Razões da visita às AP.....	277
Figura 6.14	Existência de conflitos entre os visitantes e a AP.....	277
Figura 7.1	Localização das Áreas de Estudo.....	291
Figura 7.2	Zonas Naturais na Área do Parque Natural de Montesinho localização das sedes de freguesia e delimitação concelhia.....	297
Figura 7.3	Evolução da população nas freguesias do PNM entre 1960 e 2001 (concelho de Bragança).....	302
Figura 7.4	Evolução da população nas freguesias do PNM entre 1960 e 2001 (concelho de Vinhais).....	302
Figura 7.5	Evolução da população na área do PNM, conjunto das freguesias estudadas e concelhos de Vinhais e Bragança.....	303
Figura 7.6	Estrutura etária na área do Parque Natural de Montesinho (2001).....	305
Figura 7.7	Evolução da escolaridade na área do Parque Natural de Montesinho.....	307

Figura 7.8	Evolução da escolaridade nas freguesias estudadas na área do Parque Natural de Montesinho.....	307
Figura 7.9	Evolução da Condição Perante o Trabalho da população na área do Parque Natural de Montesinho (1981 – 1996).....	308
Figura 7.10	Evolução da Condição Perante o Trabalho da população nas freguesias estudadas na área do Parque Natural de Montesinho (1981 – 1996).....	309
Figura 7.11	População activa no Parque Natural de Montesinho, por sectores de actividade (1981-1996).....	310
Figura 7.12	População activa nas freguesias estudadas na área do Parque Natural de Montesinho, por sectores de actividade (1981-1996).....	311
Figura 7.13	Número de blocos por exploração agrícola nas freguesias do Parque Natural de Montesinho (concelho de Bragança – 1999).....	313
Figura 7.14	Número de blocos por exploração agrícola nas freguesias do Parque Natural de Montesinho (concelho de Vinhais – 1999).....	313
Figura 7.15	Área Classificada como Biótopo Corine na Serra da Freita, localização das sedes de freguesia e divisão concelhia.....	321
Figura 7.16	Evolução da população nas freguesias da Serra da Freita entre 1960 e 2001.....	325
Figura 7.17	Evolução da população na área da SF, conjunto das freguesias estudadas e concelhos e concelhos de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul (1960 – 2001).....	326
Figura 7.18	Estrutura etária na área da Serra da Freita (2001).....	329
Figura 7.19	Evolução da escolaridade na área da Serra da Freita (1981-2001).....	330
Figura 7.20	Evolução da escolaridade nas freguesias estudadas na área da Serra da Freita (1981-2001).....	330
Figura 7.21	Evolução da Condição Perante o Trabalho da população na área da Serra da Freita (1981 – 1991).....	331
Figura 7.22	Evolução da Condição Perante o Trabalho da população nas freguesias estudadas na área da Serra da Freita (1981-1991).....	332
Figura 7.23	População activa na Serra da Freita, por sectores de actividade (1981-1991).....	332
Figura 7.24	População activa nas freguesias estudadas na área da Serra da Freita, por sectores de actividade (1981-1991).....	332
Figura 7.25	Número de blocos por exploração agrícola nas freguesias da área da Serra da Freita (1999).....	335
Figura 7.26	Freguesias estudadas na área do Parque Natural de Montesinho.....	343
Figura 7.27	Freguesias estudadas na área da Serra da Freita.....	349
Figura 8.1	Freguesias de Residência dos residentes inquiridos no PNM.....	380
Figura 8.2	Distribuição dos residentes na área do PNM por grupos etários.....	380
Figura 8.3	Níveis de escolaridade dos residentes na área do PNM.....	381
Figura 8.4	Distribuição dos residentes na área do PNM por grupos socioeconómicos.....	381
Figura 8.5	Nível de Rendimentos do agregado doméstico dos residentes na área do PNM.....	382
Figura 8.6	Posição Política dos residentes na área do PNM.....	382

Figura 8.7	Nível de Materialismo dos residentes na área do PNM.....	383
Figura 8.8	Concepções de ambiente e natureza dos residentes na área do PNM.....	385
Figura 8.9	Concordância e motivações para a preservação do ambiente por parte dos residentes na área do PNM.....	386
Figura 8.10	Concordância e motivações para a preservação da natureza por parte dos residentes na área do PNM.....	387
Figura 8.11	Actores e Entidades considerados responsáveis pela protecção do ambiente na área do PNM, por parte dos residentes.....	390
Figura 8.12	Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a autorização, por parte dos residentes.....	391
Figura 8.13	Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a proibição, por parte dos residentes.....	392
Figura 8.14	Comportamentos tidos pelos residentes antes e após a instituição do PNM.....	393
Figura 8.15	Aspectos associados ao quotidiano dos residentes do PNM, segundo o contributo para a degradação do ambiente.....	394
Figura 8.16	Aspectos associados à manutenção das memórias e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os residentes da área do PNM.....	395
Figura 8.17	Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os residentes do PNM..	395
Figura 8.18	Áreas onde foram inquiridos os visitantes do PNM.....	398
Figura 8.19	Distribuição dos visitantes da área do PNM por grupos etários.....	399
Figura 8.20	Níveis de escolaridade dos visitantes da área do PNM.....	399
Figura 8.21	Distribuição dos visitantes do PNM por grupos socioeconómicos.....	400
Figura 8.22	Nível de Rendimentos do agregado doméstico dos visitantes da área do PNM.....	400
Figura 8.23	Posição Política dos visitantes da área do PNM.....	401
Figura 8.24	Nível de Materialismo dos visitantes da área do PNM.....	401
Figura 8.25	Área geográfica de origem dos visitantes do PNM.....	402
Figura 8.26	Concepções de ambiente e natureza dos visitantes do PNM.....	403
Figura 8.27	Concordância e motivações para a preservação do ambiente por parte dos visitantes do PNM.....	404
Figura 8.28	Concordância e motivações para a preservação da natureza, por parte dos visitantes do PNM.....	404
Figura 8.29	Actores e Entidades considerados responsáveis pela protecção do ambiente na área do PNM, pelos visitantes.....	405
Figura 8.30	Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a autorização por parte dos visitantes.....	407
Figura 8.31	Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a proibição por parte dos visitantes.....	407
Figura 8.32	Comportamentos tidos durante a visita ao PNM.....	408
Figura 8.33	Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes do PNM, segundo o contributo para a degradação do ambiente – a visão dos visitantes.....	409

Figura 8.34	Aspectos associados à manutenção das memórias e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os visitantes da área do PNM.....	410
Figura 8.35	Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os visitantes do PNM....	411
Figura 8.36	Razões da visita ao PNM.....	412
Figura 8.37	Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a autorização, por tipo de inquirido.....	415
Figura 8.38	Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a proibição, por tipo de inquirido	417
Figura 8.39	Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes do PNM, segundo o contributo para a degradação do ambiente, por tipo de inquirido.....	418
Figura 8.40	Aspectos associados à manutenção das memórias e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente na área do PNM, por tipo de inquirido.....	418
Figura 8.41	Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente no PNM, por tipo de inquirido.....	419
Figura 8.42	Prioridade atribuída pelos residentes do PNM na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico (a nível global e local).....	423
Figura 8.43	Caracterização da área do PNM em termos do desenvolvimento socioeconómico, segundo os seus residentes.....	424
Figura 8.44	Principais necessidades sentidas em termos de equipamentos e serviços pelos residentes da área do PNM.....	425
Figura 8.45	Avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico da área, por parte dos residentes.....	426
Figura 8.46	Razões associadas à avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento da área, por parte dos residentes.....	427
Figura 8.47	Posicionamento das áreas rurais por parte dos residentes do PNM.....	429
Figura 8.48	Avaliação das áreas onde se vive melhor face a alguns aspectos, segundo os residentes do PNM.....	430
Figura 8.49	Actores e Entidades considerados responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico na área do PNM, por parte dos residentes..	430
Figura 8.50	Prioridade atribuída pelos visitantes do PNM na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico (a nível global e local).....	433
Figura 8.51	Caracterização da área do PNM em termos do desenvolvimento socioeconómico, segundo os seus visitantes.....	435
Figura 8.52	Avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico da área, por parte dos visitantes.....	437
Figura 8.53	Avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico da área, por parte dos visitantes e residentes.....	437
Figura 8.54	Posicionamento das áreas rurais por parte dos visitantes do PNM.....	439
Figura 8.55	Avaliação das áreas onde se vive melhor face a alguns aspectos, segundo os visitantes do PNM.....	440

Figura 8.56	Actores e Entidades considerados responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico na área do PNM, por parte dos visitantes.....	441
Figura 8.57	Conhecimento da existência de conflitos entre a população e os visitantes e o PNM.....	446
Figura 8.58	Motivos dos conflitos entre a população e o PNM.....	447
Figura 8.59	Principais beneficiários do PNM, segundo os residentes.....	449
Figura 8.60	Principais beneficiários do PNM, segundo os visitantes.....	451
Figura 8.61	Principais beneficiários do PNM, segundo os visitantes e os residentes...	451
Figura 9.1	Freguesias de residência dos residentes inquiridos na Serra da Freita....	465
Figura 9.2	Distribuição dos residentes na Serra da Freita por grupos etários.....	466
Figura 9.3	Níveis de escolaridade dos residentes na área da Serra da Freita.....	466
Figura 9.4	Distribuição dos residentes na área da Serra da Freita por grupos socioeconómicos.....	467
Figura 9.5	Nível de Rendimentos do agregado doméstico dos residentes na área da Serra da Freita.....	467
Figura 9.6	Posição Política dos residentes na área da Serra da Freita.....	468
Figura 9.7	Nível de Materialismo dos residentes na área da Serra da Freita.....	468
Figura 9.8	Concepções de ambiente e natureza dos residentes na área da Serra da Freita.....	470
Figura 9.9	Concordância e motivações para a preservação do ambiente, por parte dos residentes da Serra da Freita.....	472
Figura 9.10	Concordância e motivações para a preservação da natureza, por parte dos residentes na área da Serra da Freita.....	473
Figura 9.11	Actores e Entidades considerados responsáveis pela protecção do ambiente na área da Serra da Freita, por parte dos residentes.....	476
Figura 9.12	Concordância com a instituição na Serra da Freita de regras relativas à autorização para desenvolver certas actividades, por parte dos residentes.....	477
Figura 9.13	Concordância com a instituição de regras relativas às actividades sujeitas a proibição na Serra da Freita, por parte dos residentes.....	478
Figura 9.14	Comportamentos tidos pelos residentes da Serra da Freita na actualidade e que gostariam de manter caso a área viesse a ser protegida legalmente.....	479
Figura 9.15	Aspectos associados ao quotidiano dos residentes da Serra da Freita, segundo o contributo para a degradação do ambiente.....	480
Figura 9.16	Aspectos associados à manutenção das <i>memórias</i> e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os residentes da área da Serra da Freita.....	480
Figura 9.17	Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os residentes da Serra da Freita.....	481
Figura 9.18	Áreas onde foram inquiridos os visitantes da Serra da Freita.....	484
Figura 9.19	Distribuição dos visitantes da área da Serra da Freita por grupos etários.	485
Figura 9.20	Níveis de Escolaridade dos visitantes da área da Serra da Freita	485

Figura 9.21	Distribuição dos visitantes da Serra da Freita por grupos socioeconómicos.....	486
Figura 9.22	Nível de Rendimentos do agregado doméstico dos visitantes da área da Serra da Freita.....	486
Figura 9.23	Posição Política dos visitantes da área da Serra da Freita.....	487
Figura 9.24	Nível de Materialismo dos visitantes da área da Serra da Freita.....	487
Figura 9.25	Área geográfica de origem dos visitantes da Serra da Freita.....	488
Figura 9.26	Concepções de ambiente e natureza dos visitantes da Serra da Freita...	489
Figura 9.27	Concordância e motivações para a preservação do ambiente por parte dos visitantes da Serra da Freita.....	490
Figura 9.28	Concordância e motivações para a preservação da natureza, por parte dos visitantes da Serra da Freita.....	491
Figura 9.29	Actores e Entidades considerados responsáveis pela protecção do ambiente na área da Serra da Freita pelos visitantes.....	492
Figura 9.30	Concordância com a eventualidade da existência de regras na Serra da Freita, relativas às actividades sujeitas a autorização, por parte dos visitantes.....	493
Figura 9.31	Concordância com a eventualidade da existência de regras na Serra da Freita, relativas a actividades interditas, por parte dos visitantes.....	494
Figura 9.32	Comportamentos tidos durante a visita à Serra da Freita.....	494
Figura 9.33	Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes da Serra da Freita, segundo o contributo para a degradação do ambiente – a visão dos visitantes.....	495
Figura 9.34	Aspectos associados à manutenção das <i>memórias</i> e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os visitantes da área da Serra da Freita.....	496
Figura 9.35	Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os visitantes da Serra da Freita.....	497
Figura 9.36	Razões da visita à Serra da Freita.....	497
Figura 9.37	Concordância com a eventual instituição na Serra da Freita de regras relativas às actividades sujeitas a autorização, por tipo de inquiridos.....	501
Figura 9.38	Concordância com a eventual instituição na área da Serra da Freita de regras relativas às actividades sujeitas a proibição, por tipo de inquirido..	502
Figura 9.39	Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes da Serra da Freita, segundo o contributo para a degradação do ambiente, por tipo de inquirido.....	503
Figura 9.40	Aspectos associados à manutenção das <i>memórias</i> e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente na área da Serra da Freita, por tipo de inquirido.....	504
Figura 9.41	Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente na Serra da Freita, por tipo de inquirido.....	505
Figura 9.42	Prioridade atribuída pelos residentes da Serra da Freita na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico (a nível global e local).....	507

Figura 9.43	Caracterização da área da Serra da Freita em termos do desenvolvimento socioeconómico, segundo os seus residentes.....	508
Figura 9.44	Principais necessidades sentidas em termos de equipamentos e serviços pelos residentes da área da Serra da Freita.....	509
Figura 9.45	Posicionamento das áreas rurais e urbanas, por parte dos residentes da Serra da Freita.....	511
Figura 9.46	Avaliação das áreas onde se vive melhor face a alguns aspectos, segundo os residentes da Serra da Freita.....	512
Figura 9.47	Actores e Entidades considerados responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico na área da Serra da Freita, por parte dos Residentes.....	513
Figura 9.48	Prioridade atribuída pelos visitantes da Serra da Freita na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico (a nível global e local).....	516
Figura 9.49	Caracterização da área da Serra da Freita em termos do desenvolvimento socioeconómico, segundo os seus visitantes.....	517
Figura 9.50	Posicionamento das áreas rurais por parte dos visitantes da Serra da Freita.....	519
Figura 9.51	Avaliação das áreas onde se vive melhor face a alguns aspectos, segundo os visitantes da Serra da Freita.....	520
Figura 9.52	Actores e Entidades considerados responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico na área da Serra da Freita, por parte dos visitantes.....	522
Figura 9.53	Conhecimento da existência de conflitos entre a população e os visitantes na área da Serra da Freita.....	526
Figura 10.1	Níveis de concordância manifestados pelos residentes e pelos visitantes de ambas as áreas estudadas face às regulamentações associadas às actividades sujeitas a autorização.....	541
Figura 10.2	Níveis de concordância manifestados pelos residentes e pelos visitantes de ambas as áreas estudadas face às regulamentações associadas às actividades interditas.....	542
Figura 10.3	Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes, segundo o contributo para a degradação do ambiente nas áreas estudadas, por tipo de inquirido.....	543
Figura 10.4	Aspectos associados à manutenção das <i>memórias</i> e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente nas áreas estudadas, por tipo de inquirido.....	543
Figura 10.5	Aspectos associados à natureza e às procuras externas, segundo o contributo para a degradação do ambiente nas áreas estudadas, por tipo de inquirido.....	544
Figura 10.6	Prioridade atribuída na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento socioeconómico, a nível global e local, pelos Inquiridos.....	545
Figura 10.7	Proposta de um modelo desenvolvimento e gestão participados para as áreas rurais, integrando as diferenças.....	557

Abreviaturas Utilizadas

ADA	Associação de Defesa do Ambiente
ADL	Associação de Desenvolvimento Local
ADDLAP	Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva
ADRIMAG	Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira
AP	Área(s) Protegida(s)
APP	Área(s) de Paisagem Protegida
BEI	Banco Europeu de Investimento
CCE	Conselho das Comunidades Europeias
CEB	Ciclos do Ensino Básico
CITES	Convention on International Trade in Endangered Species
CoraNE	Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGDR	Direcção Geral de Desenvolvimento Rural
DOP	Denominação de Origem Protegida
EFTA	European Free Trade Association
FAO	Food and Agriculture Organization
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Organização e Garantia Agrícola
FSE	Fundo Social Europeu
HEP	Human Exemptionalism Paradigm
ICN	Instituto de Conservação da Natureza
ICRW	International Convention for the Regulation of Whaling
IE	Inquérito por Entrevista
IGP	Indicação Geográfica Protegida
INTERREG	Iniciativa Comunitária para a Promoção e Cooperação Transfronteiriça Inter-regional
IQ	Inquérito por Questionário
IUCN	International Union for the Conservation of Nature
LEADER	Ligação entre Acções de Desenvolvimento e Economia Rural
NEP	New Ecological Paradigm
NIMBY	Not in My Backyard
NOW	New Opportunities for Women
OCDE	Organization for the Economic Co-Operation and Development
OMC	Organização Mundial de Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde

ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAB	Produto Agrícola Bruto
PAC	Política Agrícola Comum
PARC	Política Agrícola e Rural Comum
PARCE	Política Agrícola e Rural Comum para a Europa
PDM	Plano Director Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PIF	Plano Intercalar de Fomento
PF	Plano(s) de Fomento
PN	Parque(s) Natural(ais)
PNc	Parque Nacional
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PNM	Parque Natural de Montesinho
PNPG	Parque Nacional da Peneda-Gerês
POAP	Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas
PPDR	Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional
PROT	Planos Regionais de Ordenamento do Território
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REGIS	Programa Comunitário de Desenvolvimento das Regiões Ultra-Periféricas
REN	Reserva Ecológica Nacional
RN	Reserva(s) Natural(ais)
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
SF	Serra da Freita
UE	União Europeia
UNEP	United Nations Environment Programme
WWF	World Wildlife Fund

Capítulo I – Introdução

1. Temática e objectivos de investigação

A temática desta tese relaciona-se com a qualificação das trajectórias de desenvolvimento rural, tendo em conta a nova centralidade das questões ambientais. Neste sentido, a tese apoia-se no contributo das ciências sociais, particularmente da sociologia, para a compreensão das representações sociais sobre os processos associados à protecção do ambiente e à promoção do desenvolvimento nas áreas rurais, tendo em conta as transformações que estas sofreram ao longo das últimas décadas. Este trabalho incide particularmente sobre os modos como os diferentes actores sociais e institucionais representam aqueles processos e sobre a forma como essas representações são (ou não) integradas na elaboração e implementação de políticas, programas e medidas para as áreas rurais. Neste contexto, não podemos, igualmente, negligenciar o debate acerca da centralidade actual das questões associadas ao ambiente naqueles processos e naquelas áreas. Não pode também ser ignorada a forma como as diferentes preocupações e necessidades sociais no domínio da protecção do ambiente e da promoção do desenvolvimento socioeconómico são traduzidas ao nível da concepção e concretização das intervenções.

Muito sinteticamente podemos referir que, no âmbito desta tese, entendemos o *ambiente* como o resultado da interacção entre o Homem e o meio biofísico. Assim, temos uma concepção de ambiente a que podemos chamar socio-biofísica, já que integra tanto os elementos sociais como os elementos naturais. Por outro lado, entende-se por *desenvolvimento socioeconómico* o conjunto das intervenções (essencialmente públicas) que resultam dos processos de tomada de decisão política e cujo objectivo é a melhoria generalizada das condições de vida dos indivíduos (nomeadamente em termos do aumento e/ou da melhoria da qualidade dos equipamentos e infra-estruturas; da criação de empregos, da dinamização de actividades económicas e sociais, entre outros aspectos).

As transformações recentes das sociedades ditas modernas e industrializadas, nas quais podemos incluir a sociedade portuguesa das últimas três décadas, suscitaram novos debates científicos e políticos acerca das relações entre os contextos e processos sociais e o meio biofísico. Este debate foi suscitado não apenas pela ocorrência de catástrofes e pelo aumento da gravidade dos problemas ambientais globais mas – e parcialmente em associação – por mutações mais ou menos profundas em termos de valores sociais. As preocupações sociais com o ambiente, como é referido, entre outros autores, por Marc Mormont (1994d), emergiram justamente no seio das sociedades fortemente urbanizadas e industrializadas, sendo os valores ambientalistas essencialmente defendidos por uma população a que podemos chamar urbana. A este aspecto não é alheio o facto de as áreas rurais, sobretudo

no nosso país, terem ficado geralmente afastadas dos processos e modelos de desenvolvimento dominantes até há cerca de duas décadas e que assentavam, entre outros, no pressuposto de que desenvolvimento era sinónimo de crescimento económico. Este afastamento das áreas rurais, ou esta marginalização (ou ainda, se quisermos, esta não integração) nos processos dominantes de desenvolvimento, colocou-as numa posição residual em termos produtivos, sociais e territoriais. Por oposição às áreas urbanas e industrializadas, as áreas rurais e predominantemente agrícolas (do ponto de vista da ocupação do solo mais que do ponto de vista económico e social) apresentam-se actualmente como áreas-reserva de qualidade ambiental e como áreas vitais para a sociedade entendida como um todo, sobretudo devido a esta sua nova função (e.g. CCE, 1988b). A maior parte das áreas rurais portuguesas são paradigmáticas dos processos que referimos, sendo que, como referem Santos e Reis (1995), a sua condição de afastamento dos processos de modernização, nos permite classificá-las como *pré-modernas*. Mas, como acrescentam os autores mencionados, uma boa parte das áreas rurais em Portugal, em virtude das novas preocupações sociais com o ambiente, reúne condições para ser recodificada em termos sociais e institucionais como *pós-moderna*.

O argumento central desta investigação é o de que a marginalização ou a fraca integração das áreas rurais portuguesas - particularmente das áreas rurais a que podemos chamar *profundas* ou *remotas*¹ - nos modelos de desenvolvimento social e económico das últimas décadas, tende a colocá-las actualmente como áreas centrais no contexto dos paradigmas de desenvolvimento emergentes e em processo de consolidação, nos quais o ambiente surge como um aspecto fundamental. A integração das áreas rurais nestes paradigmas tem correspondência nos processos de valorização social e institucional de que são também alvo actualmente. Tanto a integração como a valorização actuais das áreas rurais são sobretudo processos *exteriores* a essas mesmas áreas no sentido em que não são originados localmente. Por esta razão, estes processos tendem a não ser compreendidos e aceites como legítimos por uma boa parte das populações rurais. Este facto conduz potencialmente a conflitos, sustentados em representações, práticas e legitimidades diversas quer face ao ambiente, quer face ao desenvolvimento socioeconómico. Argumentamos ainda que estes conflitos ocorrem essencialmente, de modo mais evidente, entre os habitantes das áreas rurais e o principal agente de protecção ambiental e de promoção do desenvolvimento rural – o Estado e seus representantes regionais e locais. Os conflitos ocorrem igualmente, embora de forma mais latente, entre os habitantes daquelas áreas e os seus visitantes (i.e., os utilizadores não rurais do espaço e do ambiente rural).

¹ Para usarmos a designação de Kayser (1990), embora outros autores assim as tenham denominado.

Aquilo que especificamente nos propomos estudar é o modo como o processo de marginalização das áreas rurais portuguesas, verificado ao longo das últimas décadas, potencia ou não a sua integração nos modelos de desenvolvimento emergentes, pela via da sua função de reservas de qualidade ambiental. Dito de outro modo, o que pretendemos analisar é a passagem das áreas rurais portuguesas de áreas essencialmente encaradas como produtoras de alimentos e/ou como reservas de mão-de-obra (para as actividades urbano-industriais sobretudo), para áreas cada vez mais entendidas como reservas ambientais e culturais e que, em consequência disso, são crescentemente consideradas como espaços importantes para a sobrevivência e reprodução da sociedade globalmente entendida. A discussão sobre a oportunidade e as formas de integração destas áreas nos modelos de desenvolvimento actuais enquadra-se também no debate contemporâneo acerca dos processos associados à globalização, às transformações das sociedades modernas e à emergência da *pós-modernidade*.

Neste contexto, são objectivos principais desta tese:

1. a clarificação do modo como a marginalização das áreas rurais portuguesas e a correspondente ausência de medidas de desenvolvimento socioeconómico para essas mesmas áreas as colocam hoje como centrais à luz dos paradigmas de desenvolvimento emergentes;
2. o conhecimento e a análise das representações dos vários actores sociais, associadas à protecção do ambiente e à promoção do desenvolvimento socioeconómico nas áreas rurais, muito particularmente as representações dos seus habitantes, dos seus visitantes e das instituições com capacidade de intervenção nessas áreas;
3. a demonstração do surgimento de uma nova dicotomia rural-urbano, motivada por representações e interesses diversos e divergentes face ao ambiente e ao desenvolvimento rural;
4. o esboço de uma tipologia das representações, interesses e práticas dos vários agentes em presença, de forma a tentar contribuir para o delinear de instrumentos de gestão das diferenças encontradas;
5. o delinear de propostas que visem a integração das diferentes representações, interesses e práticas nas políticas, programas e medidas que têm por objectivo a articulação da protecção do ambiente com a promoção do desenvolvimento socioeconómico nas áreas rurais.

Para além dos objectivos mencionados, são também finalidades desta tese:

- a) o esclarecimento do modo como as questões ambientais se constituem cada vez mais como questões sociais nas sociedades modernas, nas quais incluímos Portugal;

- b) a contribuição para a compreensão das crescentes preocupações sociais com o ambiente, assim como das crescentes procuras e consumos de bens ambientais nas sociedades contemporâneas em geral e na sociedade portuguesa em particular;
- c) a explicitação dos processos de marginalização e integração posterior das áreas rurais em Portugal, no contexto das transformações ocorridas na sociedade portuguesa nos últimos quarenta a cinquenta anos;
- d) a contribuição para a compreensão dos processos de desenvolvimento rural em Portugal, tendo em conta a forma como aqueles integram as questões ambientais;
- e) a análise da existência de uma crescente identificação social e institucional entre espaços rurais e espaços naturais;
- f) a tentativa de demonstração que a centralidade das áreas rurais para os novos paradigmas de desenvolvimento não parece corresponder a uma aceitação ou a um reconhecimento da legitimidade da identificação social e institucional das áreas rurais como reservas ambientais, por parte da generalidade dos seus habitantes;
- g) a análise da identificação anteriormente mencionada, como um processo exterior às áreas rurais e a sua capacidade para gerar conflitos sociais (de forma evidente ou latente), tanto no seio das próprias áreas rurais, como na relação das suas dinâmicas com as dinâmicas sociais e institucionais exteriores;
- h) a demonstração de que tais conflitos radicam sobretudo em representações e práticas diferenciadas face às áreas rurais, ao seu ambiente e face aos processos de desenvolvimento social e económico experimentados pelos vários actores em presença nessas áreas;
- i) a explicitação que a principal causa para a existência de conflitos não radica no não reconhecimento do valor e importância dos elementos naturais e dos aspectos ambientais, por parte dos habitantes das áreas rurais, mas antes no não reconhecimento da legitimidade das procuras e dos consumos externos;

2. Âmbito da investigação

Esta tese apoia-se na mobilização de um conjunto de conhecimentos da área das ciências sociais, essencialmente da sociologia do ambiente, da sociologia rural e do desenvolvimento rural, como domínios capazes de contribuir para a compreensão das questões que o argumento principal deste trabalho coloca. Obviamente, cada uma das áreas apontadas contribui de modo específico para o esclarecimento e validação desse mesmo argumento. Assim, a sociologia do ambiente revela-se fundamental na análise das interações entre os actores sociais e os elementos naturais, permitindo compreender e explicitar não só a natureza particular dessas interações, como as representações e as práticas que são construídas e desenvolvidas a partir delas.

No que se refere ao contributo da sociologia rural, ele situa-se, nesta tese, principalmente ao nível da compreensão das transformações ocorridas nas áreas rurais ao longo dos tempos, permitindo explicitar as causas, tendências e orientações dessas transformações, bem como a composição e recomposição sucessiva das áreas rurais em termos sociais, económicos e demográficos. Situa-se também ao nível da análise da alteração das suas funções (e da forma como são encaradas) no âmbito da sociedade globalmente considerada e ainda dos impactes de tais transformações na organização interna e nas relações com o exterior, das sociedades rurais. As teorias relativas ao desenvolvimento rural orientam a compreensão e análise dos processos de tomada de decisão e de implementação dos vários programas e medidas para as áreas rurais, os aspectos privilegiados nesses processos e as consequências que deles decorreram e decorrem. Mais ainda, estas teorias permitem a discussão do processo de elaboração das políticas públicas, assim como a produção de recomendações no que se refere a esse processo. Se em relação aos dois últimos contributos, a literatura científica é bastante rica e, podemos dizê-lo, encontra-se razoavelmente consolidada, no caso da sociologia do ambiente estamos perante uma área de investigação ainda pouco desenvolvida na maior parte dos países europeus (e principalmente em Portugal). Efectivamente, uma constatação imediata para quem, como nós, procura realizar uma investigação sobre o ambiente no domínio das ciências sociais, é a de que estas análises se encontram ainda pouco desenvolvidas e escassamente consolidadas, ficando tal a dever-se ao seu carácter de campo de investigação recente. Neste sentido, parece-nos pertinente fazer aqui um pequeno ponto de situação, relativo ao debate corrente no âmbito da sociologia do ambiente.

Podemos dizer que a história das ciências sociais em geral, e da sociologia em particular, até à actualidade tem sido marcada por uma ruptura sistemática com o mundo natural². Esta prolongada ruptura entre a sociologia e o estudo das questões naturais (e consequentemente ambientais), ocorre, num primeiro momento, por razões de distanciamento e demarcação das ciências sociais face às ciências naturais, ou seja, por razões relacionadas com a necessidade de afirmação da especificidade dos seus objectos de estudo, dos seus métodos e das suas técnicas de investigação. Como refere Buttel (1986: 359) *“a história da sociologia é a crónica das suas relações ambíguas com a biologia e as outras ciências naturais”*.

Se observarmos os contributos dos chamados fundadores da sociologia (ou seja, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber) veremos que os aspectos naturais e os aspectos de articulação entre estes e os contextos sociais (i.e. as dimensões ambientais) detêm pouca

² Excluimos parcialmente desta ‘tradição de ruptura’ entre as ciências sociais e o mundo natural, disciplinas como a Antropologia e a Geografia Humana que, pelo carácter do seu objecto de estudo, não puderam nunca negligenciar a relação entre o Homem e a natureza.

relevância nas suas análises³. Todavia, qualquer um dos três autores mencionados reconhece, sem a explorar devidamente – ou mesmo sem a tornar evidente – a necessidade de ancorar os factos sociais no espaço físico e natural em que têm lugar. Assim, *“no campo sociológico a primeira definição sistemática da relação sociedade/natureza é expressa por Émile Durkheim, que procura definir a relação existente entre o mundo da natureza e os factos sociais. Durkheim reconhece que os factos sociais têm uma espécie de alocação física, graças à existência de um substrato sobre o qual assenta toda a vida social, que, por um lado, é determinado pelas características daquele a que hoje chamaríamos o território, nas suas componentes espaciais e climáticas e por outro lado, se constitui com base na amplitude e na densidade da população que aí vive. Este substrato, por sua vez, é capaz de influenciar a constituição e as próprias características dos factos que formam a sociedade.”* (Mela, Belloni e Davico, 2001: 56).

Mela, Belloni e Davico (2001) consideram que apesar deste reconhecimento de Durkheim, prevaleceu a incapacidade ou a impossibilidade de integrar plenamente na sua análise as duas esferas. Esta posição não encontrará desenvolvimentos significativos no pensamento sociológico da época, nem em Max Weber (apesar deste autor procurar compreender as formações sociais que estão indubitavelmente localizadas num dado território: como a família, a aldeia, a nação), nem em Karl Marx que tende a interpretar a relação estrutura/supra estrutura essencialmente em termos das relações económicas e de poder, muito embora estas dimensões também se realizem histórica e territorialmente. Podemos encontrar perspectivas semelhantes sobre a integração dos aspectos naturais no que pode ser designado como as primeiras análises sociológicas em Kalaora e Lárre (1989), Kalaora, (1993); Benton e Redclift (1994), Goldblatt (1996), Buttel (2000), Franklin (2002) e Cudworth (2003). A este respeito Dunlap e Catton Jr. (1994a: 14) referem que o *“legado de Durkheim sugeria que o ambiente físico devia ser ignorado, enquanto o legado de Weber sugeria que podia ser ignorado, porque era pouco importante para a vida social”*⁴. Assim, apesar de Durkheim distinguir o social do físico, do biológico e do mineral e de considerar que a sociedade é, em certa medida, um fenómeno da natureza, toda a sua análise *“sugere que a natureza é tanto uma pré-condição para a sociedade como uma realidade dela separada”* (Redclift e Woodgate, 1994: 51). Estes autores sugerem ainda que a ênfase de Durkheim na explicação dos factos sociais através apenas dos próprios factos sociais, permite fundamentar a sociologia moderna em diversos dos seus aspectos, mas não acomoda

³ Ver a propósito dos contributos dos fundadores da sociologia para a análise das questões ambientais os trabalhos de Lutas Craveiro (1993); Redclift e Woodgate (1994); Buttel (2000); Mela, Belloni, Davico (2001); Franklin (2002) e Cudworth (2003).

⁴ Irwin (2001) refere justamente que Durkheim e Weber foram os principais responsáveis pela exclusão do natural do social. A título de exemplo este autor diz-nos que *“a primeira reunião da Associação Alemã de Sociologia (ocorrida em 1910) conteve um debate bastante vivo sobre se a discussão sociológica deveria dar algum crédito às categorias ‘naturais’ como ‘raça’ ou biologia. Max Weber foi um dos mais vigorosos opositores à inclusão destes elementos na sociologia”* (idem, ibidem: 6).

facilmente a visão moderna de que “*muitos dos nossos problemas sociais são o resultado da forma como vimos a natureza*” (Redclift e Woodgate, 1994: 52). Os autores acrescentam que “*no entanto, as abordagens de Durkheim [bastante mais do que as de Weber ou Marx] dão autoridade à visão actual de que os problemas ambientais só podem ser entendidos num determinado contexto de produção e reprodução social*” (idem: 52).

De acordo com Mela, Belloni e Davico (2001) a corrente sociológica que encara pela primeira vez de forma directa a relação entre a natureza e a sociedade ou entre a natureza e a cultura é a *Escola de Chicago*. Destacam-se sobretudo os trabalhos desenvolvidos por Burgess e Park que, partindo da análise da cidade e das suas transformações, propõe a fundação de uma disciplina definida como *ecologia humana*. Esta disciplina consistiria no estudo das relações espaciais e temporais dos indivíduos, influenciados pelas forças selectivas, distributivas e adaptativas que actuam no ambiente (noções aliás importadas da biologia). Apesar destes trabalhos tomarem o espaço como variável central das suas análises, não é clara a forma como os aspectos especificamente naturais se articulam com os contextos sociais considerados por estes autores.

Esta negligência prolongada e sistemática da natureza e do ambiente pela sociologia, deve-se, então, sobretudo ao contexto sociocultural no qual a disciplina se desenvolveu - i.e., um contexto que radica na crença de que os seres humanos estão isentos dos constrangimentos ambientais (e.g. Dunlap e Catton Jr, 1983; Irwin, 2001). Ou como afirmava Durkheim, na sua obra *As Regras do Método Sociológico*, a convicção de que os factos sociais só podem ser explicados por outros factos sociais. Neste sentido, foi justamente esta crença de que só o isolamento dos factos sociais do seu ambiente natural e de todos os factores que se pensem metassociais, nos permitiria o conhecimento da sociedade, que se constituiu como uma regra de afirmação e demarcação das ciências sociais face às ciências naturais. Inversamente, segundo Kalaora e Larrére (1989) também a maior parte das ciências naturais excluíram o Homem e as suas realizações materiais e imateriais das suas investigações.

A negligência da natureza e do ambiente pela sociologia foi igualmente muito condicionada pela influência daquilo a que Dunlap e Catton Jr (1994b), Dunlap (1993) e Smith (1995) chamam a visão dominante do mundo ocidental (*‘dominant western worldview’*) ou o paradigma social dominante (*‘dominant social paradigm’*) nesta ciência social. As características destes paradigmas podem sintetizar-se na crença social, generalizada no mundo ocidental, no progresso científico e tecnológico ilimitado e na abundância e carácter inesgotável dos recursos naturais. Uma tal visão do mundo não tem dominado apenas o conhecimento científico mas, como veremos no Capítulo II deste trabalho, também a própria sociedade.

Outros autores, como por exemplo Luhmann (1993), referem que a negligência das questões ambientais e naturais pela sociologia se deve essencialmente à fraca preparação teórico-metodológica que os sociólogos possuem para abordar aquelas questões. Esclarece este autor que: *“a sociologia está muito mal preparada para levar a cabo a tarefa de responder a questões como: em que medida estamos preocupados? E que podemos nós alterar [no que se refere aos problemas ambientais]? Desde a constituição da sociologia moderna, no século XIX, que o seu objecto é a sociedade, mais precisamente o social como um objecto específico. A sociologia tem um objectivo nitidamente intra-social. O ambiente fica, assim, de fora do seu campo de análise, talvez porque muito simplesmente outras disciplinas dele se encarregaram”* (Luhmann, 1993: 73-74). No mesmo sentido, Goldblatt (1996: 6) refere que os sociólogos, em geral, *“não possuem um quadro conceptual adequado para compreender as interações complexas entre as sociedades e os seus ambientes”*. Luhmann (1993), reconhecendo, igualmente, a demarcação entre o ambiente e a sociedade na análise sociológica como uma inevitabilidade inerente à própria natureza das questões analisadas por esta disciplina, refere que, num contexto como este, as dificuldades para a sociologia são de diversa ordem. Neste sentido o autor interroga-se: *“como fazer para que não seja apenas tido em conta o objecto da sociologia – a sociedade – mas também o seu ambiente, i.e., tudo o resto?”* (Luhmann, 1993: 74). Ao mesmo tempo que identifica a tradição da análise sociológica como responsável pelas dificuldades que esta disciplina encontra na análise do mundo natural e do ambiente, Luhmann reconhece a importância do seu contributo neste domínio, tal como a reconhecem Newby (1991), Buttel e Taylor (1994); Benton e Redclift (1994); Redclift e Woodgate (1994, 1997); Shove (1994) e como Dunlap na maior parte dos trabalhos que desenvolveu desde a década de 70. Por exemplo, Newby (1991) refere que, apesar da prolongada ausência do ambiente das preocupações sociológicas, esta ciência é cada vez mais importante para o estudo e para a compreensão do mundo natural mas que, para tal, são necessários reajustamentos teóricos e metodológicos significativos. Este autor interroga-se ainda acerca das causas subjacentes ao silêncio da sociologia relativamente aos problemas ambientais, dado que *“as alterações ambientais não podem ser apenas vistas como um assunto científico e tecnológico. Os avanços nas ciências naturais permitem o estabelecimento de parâmetros para medir as alterações ambientais, mas descrevem os sintomas, negligenciando a explicação das causas. As causas repousam nas sociedades humanas e nos seus sistemas de desenvolvimento económico”* (Newby, 1991: 2).

No âmbito da sociologia do ambiente ou sociologia ambiental⁵, como refere Benton (1994) a principal tendência dos sociólogos tem sido a abordagem dos aspectos socioculturais dos

⁵Vem a propósito citar aqui o trabalho de Lutas Craveiro (1993) em que é feita uma distinção entre as correntes americana e francesa da sociologia das questões ambientais. O autor refere que na corrente americana o termo utilizado é *‘environmental sociology’* (sociologia ambiental) e que na corrente francesa a designação mais utilizada é *sociologie de*

movimentos ambientalistas e das percepções e valorizações sociais do ambiente, negligenciando bastante mais a abordagem relativa aquilo a que Newby (1991) chama “os *aspectos materiais*” da relação entre a sociedade e o ambiente. Benton salienta igualmente (à semelhança dos autores referidos anteriormente) a necessidade de uma revisão teórica e metodológica no âmbito das ciências sociais em geral e da sociologia em particular. Segundo este autor, esta revisão teórico-metodológica deve passar por uma ruptura com a tradição da análise sociológica e, pelas razões que expusemos anteriormente, muito particularmente com as teorias explicativas que perspectivam uma dicotomia entre a cultura e a sociedade e a natureza e o ambiente. Obviamente que uma tal ruptura jamais poderá ser realizada sem criar alguns problemas, uma vez que:

- os dualismos existentes (mesmo o dualismo sociedade/natureza) não são meramente superficiais para que os possamos simplesmente eliminar. Na verdade, segundo a maior parte dos autores que referimos antes, estes dualismos constituem categorias organizadas que formam o pensamento e a investigação sociológicos;
- as tradições sociológicas que, como se referiu, tentam separar o conhecimento sociológico sobre o ambiente do conhecimento das ciências sociais, são ainda dominantes;
- há necessidade de novos conceitos e respectiva operacionalização para que se possa tratar as questões relativas ao ambiente, a partir de uma perspectiva sociológica.

Neste sentido, apesar de, como dissemos antes, “o *confronto entre as ciências sociais, particularmente da sociologia, com o ambiente ser muito recente*”, não tendo ainda dado lugar a “*a um corpo unificado de teorias e de resultados*” (Mormont, 1993a: 4) há um novo campo de reflexão sociológica (particularmente na Europa) – o ambiente nas suas várias dimensões em articulação com o campo social (e.g. Zube, 1983; Arizpe, 1991, Newby, 1991; Lefeuve e Barnaud, 1992; Mormont, 1993a; Benton, 1994; Benton e Redclift, 1994; Buttel, 2000; Franklin, 2002; Cudworth, 2003).

Para a resolução dos problemas apontados anteriormente, a inter-trans-multidisciplinaridade surge como um factor fundamental (e.g. Zube, 1983; Miller, 1991; Dunlap 1994a, 1996 e 2000), não apenas porque podem ser aplicados à análise das questões ambientais os contributos de outros ramos da sociologia (e.g. da sociologia rural, política, do desenvolvimento, do direito, etc.), mas também porque “*as questões do ambiente mobilizam geralmente tanto modelos naturais como modelos sociais*” (Mormont, 1993a: 6). Este último

l'environnement (sociologia do ambiente). Segundo Lutas Craveiro, esta diferente terminologia esconde também abordagens diversas, sendo que a sociologia ambiental é mais marcada pelos determinismos biofísicos e a sociologia do ambiente privilegia mais as relações entre o Homem e o meio, i.e., parece ser mais marcada pelas inter-relações que se estabelecem entre o social e o natural. Tanto num caso como noutro, cremos poder utilizar a definição de Dunlap (1994a) do que significa a sociologia do ambiente ou ambiental. Diz este autor que “*a sociologia do ambiente é uma nova área de estudo, que examina as dimensões sociais dos problemas ambientais, incluindo as relações complexas entre as sociedades humanas e os seus ambientes físicos*” e acrescenta que “*focar o ambiente ‘social’ representa um grande desafio*”.

reconhecimento faz apelo à diluição da fronteira histórica entre as ciências sociais e as ciências naturais na análise destas questões (e.g. Kalaora e Larrère, 1989; Arizpe, 1991; La Rivière, 1991; Lefeuvre e Barnaud, 1992; Buttel, 2000; Cudworth, 2003).

Apesar de todas as dificuldades mencionadas, é possível dar conta do debate actual (assim como da sua evolução) acerca das relações entre a sociologia e o ambiente, tal como das várias perspectivas desenvolvidas. Neste contexto, é impossível não mencionarmos – como pioneiro da tentativa de uma nova abordagem científico-social para colmatar a necessidade de investigação no domínio do ambiente – o trabalho (a nosso ver) notável de Dunlap⁶ e dos seus colaboradores. A proposição do *novo paradigma ecológico* (*'new ecological paradigm' – NEP*) por este autor (em colaboração com Catton Jr.) foi fundamental para o reconhecimento da necessidade do contributo das ciências sociais para a análise das questões relativas à natureza e ao ambiente e para o posterior desenvolvimento da sociologia ambiental. Segundo Dunlap e Catton Jr (1978a; 1978b; 1979; 1980; 1983, 1994b) o NEP vem substituir aquilo que os mesmos autores designam como o *paradigma da excepcionalidade humana* (*'human exemptionalism paradigm' – HEP*). A imagem das sociedades humanas que está por detrás deste último paradigma enfatiza a natureza *excepcional* da espécie humana, excepcionalidade que radica na nossa herança cultural, e que se manifesta em aspectos como a língua, a organização social e a tecnologia. No entanto, embora os autores não neguem que “o *homo sapiens* é uma *'espécie excepcional'*” (Dunlap e Catton Jr., 1994b: 15), também referem que foi justamente pela sua ênfase nas características excepcionais dos humanos, que muitos sociólogos ignoraram totalmente o ambiente biofísico. O HEP está, então, profundamente associado à *visão dominante do mundo ocidental* a que aludimos antes e é igualmente uma visão *“inerentemente antropocêntrica e omnisciente, no sentido em que assume que os humanos serão capazes de resolver qualquer tipo de problemas”* (Dunlap e Catton Jr., 1994b: 15) Ambos os paradigmas (HEP-NEP) são profusamente explicados nas obras de Dunlap e Catton Jr., sendo que o NEP é um paradigma inovador no entendimento das questões ambientais porque deixa de reconhecer o Homem como uma espécie de excepção face ao resto da natureza, considerando-o apenas como mais uma espécie entre as outras (não obstante o Homem possua características únicas e distintivas). O NEP postula ainda a grande influência que o ambiente biofísico tem na vida social, colocando-lhe constrangimentos importantes, assim como afirma que o Homem é o grande *construtor* do ambiente, determinando também a sua qualidade. No quadro 1.1 procuramos sintetizar as características da *'dominant western worldview'*, do HEP e do NEP, no sentido de facilitar a sua compreensão e comparação.

⁶ Referimo-nos ao trabalho de Riley Dunlap como sendo notável não apenas porque foi pioneiro da análise das questões ambientais no âmbito da sociologia, mas igualmente porque a sua contribuição ao longo dos últimos trinta anos para a consolidação desta área disciplinar foi fundamental.

Quadro 1.1 – Principais características da *Visão Dominante do Mundo Ocidental*, do *Paradigma da Excepcionalidade Humana* e do *Novo Paradigma Ecológico*

	VISÃO DOMINANTE DO MUNDO OCIDENTAL	PARADIGMA DA EXCEPCIONALIDADE HUMANA	NOVO PARADIGMA ECOLÓGICO
PERSPECTIVA SOBRE A NATUREZA DO SER HUMANO	Os Homens são muito diferentes de todas as outras criaturas da Terra e por isso as dominam e controlam.	Os Homens têm uma herança cultural, para além da (e distinta da) sua herança genética e são, assim, muito diferentes das outras espécies animais.	Mesmo que os humanos tenham características excepcionais (a cultura, a tecnologia, etc.), eles são apenas mais uma entre outras espécies que se encontram envolvidas de forma interdependente no ecossistema global.
PERSPECTIVA SOBRE O DETERMINISMO SOCIAL	Os Homens são donos do seu destino: podem escolher os seus objectivos e podem aprender tudo o que for necessário para os alcançar.	Os factos sociais e culturais (incluindo a tecnologia) são os principais determinantes dos comportamentos humanos.	Os seres humanos são influenciados não apenas por factos culturais e sociais, mas também por relações intrincadas de causa-efeito e <i>feedback</i> na rede natural. Assim, as acções humanas têm muitas consequências inesperadas.
PERSPECTIVA SOBRE A SOCIEDADE	O mundo é vasto e dá oportunidades ilimitadas aos seres humanos.	Os contextos culturais e sociais são os factores cruciais para a acção humana. O ambiente biofísico é amplamente irrelevante	Os seres humanos vivem em, e estão dependentes de, um ambiente biofísico finito que lhes impõe poderosos obstáculos físicos e biológicos.
PERSPECTIVA SOBRE OS CONSTRANGIMENTOS COLOCADOS À SOCIEDADE	A história da Humanidade é uma história de progresso: Para cada problema existe uma solução e o progresso não necessita de ser parado	A cultura é cumulativa e assim a tecnologia e o progresso social podem continuar indefinidamente, solucionando todos os problemas sociais	Embora a capacidade inventiva dos seres humanos e os poderes que daí decorrem possam parecer susceptíveis de aumentar a capacidade de carga do planeta, as leis ecológicas não podem ser negligenciadas.

Fonte: Adaptado de Dunlap e Catton Jr. (1978a e 1994b)

O NEP, criticado por alguns autores (e.g. Buttel, 1986 e 1987 que propõe em alternativa a este paradigma, a eco-sociologia ou ecologia humana) e bastante valorizado por outros (e.g. Freudenburg e Gramling (1989) que consideram que este paradigma foi o mais importante contributo para a evolução da sociologia das questões ambientais, nos Estados Unidos da América (EUA) ou ainda Kalaora (1993) que o considera como o paradigma dominante na actualidade), aparentemente fracassou na sua tentativa de estimular o reconhecimento da importância das questões ambientais e ecológicas para as modernas sociedades ocidentais e industrializadas. Aliás, este fracasso é reconhecido pelos próprios Dunlap e Catton Jr. que referem que não tiveram muito sucesso na proposição do NEP, dado que *“para além do fracasso na conversão da disciplina em geral à nossa perspectiva ecológica, também não fomos capazes de desenvolver mais do que um sentido de coesão superficial entre os*

sociólogos ambientais” (idem, 1994b: 19)⁷. No entanto, é nossa convicção de que, ainda que se possa afirmar este fracasso relativo nos EUA - país no qual a sociologia ambiental parece ter perdido alguma importância na última década - o mesmo não poderá ser dito a propósito dos países europeus, nos quais a sociologia do ambiente tem ganho crescente importância e interesse, nos últimos anos. Efectivamente, em países como a Bélgica, a França e a Grã-Bretanha, as questões ambientais têm ganho bastante relevo no trabalho de muitos sociólogos, particularmente oriundos da área da sociologia rural⁸ (e.g. Cudworth, 2003).

Um dos sociólogos europeus mais proeminentes na análise das questões ambientais, Marc Mormont (1993a), chama a atenção para a grande variedade de abordagens no âmbito dessa mesma análise, referindo que esta variedade tem impedido também a clara definição de alguns conceitos centrais, nomeadamente, a definição do que se entende, no quadro da sociologia, por ambiente. Neste contexto têm sido utilizadas várias definições deste conceito e o seu conteúdo operacional tem sido muito variável (e.g. Godard, 1992) Uma noção de ambiente que nos parece interessante, ainda que possua alguma abrangência, é a proposta por Tester (1994). O autor diz-nos que *“o ambiente é a envolvente material e as condições de existência material dos meios culturais e sociais. Assim, o ambiente é entendido como os objectos e os processos que são interpretados e experimentados como envolventes de contextos culturais específicos”* (idem: 2). Tester propõe ainda a distinção (importante, no nosso entender) entre natureza e ambiente, referindo que o último conceito pode ser definido como o *pretexto*, e o primeiro como o *contexto*, já que o ambiente possui em si mesmo um certo nível de animação e a natureza é socialmente construída como algo inanimado. Estas definições vão ao encontro da definição corrente de ambiente que basicamente o postulam como o resultado da interacção que se estabelece entre os homens e os elementos e recursos naturais.

Os sociólogos europeus têm exactamente adoptado uma perspectiva que privilegia os modos de relação entre os actores sociais e o mundo natural. Várias investigações desenvolvidas na Bélgica ou na França são precisamente dedicadas à análise da definição social de natureza em contextos sociais específicos, como é o caso das sociedades rurais⁹. Regra geral, nessas análises a natureza e o ambiente tendem a ser encarados como construções sociais – ou seja, como produtos de uma cultura específica e dos modos de relacionamento particulares entre os contextos sociais e o meio natural. Tendem ainda a ser abordados como lugares de confronto e de oposição entre os vários actores e grupos sociais que participam nesse processo de construção, cada um deles sendo portador de símbolos e

⁷ Ver igualmente Dunlap e Catton Jr. (1994a) e Dunlap (2000).

⁸ Como acontece, aliás, com o próprio Dunlap.

⁹ Chamamos a atenção particularmente para os vários trabalhos apresentados na obra coordenada por Marcel Jollivet e Nicole Mathieu em 1989; para os vários estudos sobre a ruralidade e o ambiente nas obras dirigidas por Marcel Jollivet em 1994 e 1997 ou ainda para o trabalho de 1991 de Mougnot, Mormont e Dasnoy sobre ruralidade e identidade.

significados (representações) e cada um deles desenvolvendo usos (práticas) específicos face ao mundo natural e ao ambiente. Segundo Dunlap, Lutzenhise e Rosa (1994: 28-29), esta perspectiva pode acabar por subverter os próprios objectivos da sociologia das questões ambientais, uma vez que *“há uma tendência entre os sociólogos e outros cientistas sociais para assumir que, uma vez que os problemas ambientais são em grande medida construídos socialmente, a tarefa das ciências sociais é focar o processo de construção até à exclusão das condições biofísicas que agregam a atenção social”*. Apesar desta advertência de Dunlap e dos seus colaboradores, não podemos negar que a natureza e o ambiente, nas sociedades ocidentais são essencialmente construções sociais cujos conteúdos e motivações importa conhecer, como teremos ocasião de explorar no capítulo II. Como refere Brookfield (1993: 399) *“falar de um ecossistema do ponto de vista das ciências sociais, implica que o ecossistema seja o centro de interesse, mas não se segue que o ecossistema natural seja o centro”*, isto porque o Homem é de facto o animal dominante no seio de todos os ecossistemas que modificou ou criou.

O interesse crescente da sociologia europeia por aquilo que alguns autores designam como *culturas da natureza* e *culturas do ambiente* (e.g. Mormont, 1993a), é suscitado em grande medida pela *crise ambiental* (e.g. Adam, 1993), pela conseqüente emergência do interesse da opinião pública pelas questões ambientais e também pelas políticas do ambiente delineadas para responder a esse mesmo interesse. A esse interesse sociológico não é alheio o reconhecimento de que o Homem é influenciado e influencia os processos naturais, condicionando e sendo condicionado pelo resultado da sua interacção com o meio biofísico.

De qualquer modo e como referimos já, a maior parte dos autores consultados é unânime em considerar, como Yearley (1992: 184) que *“as ciências sociais podem fornecer um contributo muito significativo para a compreensão da causa ‘verde’*. Isto acontece porque grande parte das causas – e certamente uma parte significativa das soluções – dos problemas ambientais, radicam em mudanças sociais mais ou menos profundas. De igual modo, o contributo das ciências sociais é importante para a análise das questões ambientais porque, como nos diz Yearley (1992) estas ciências possuem já análises teóricas (e.g. as análises sobre o Terceiro Mundo em termos de dependência e subdesenvolvimento; as análises decorrentes da sociologia do conhecimento; as teorias dos movimentos sociais) que podem *“imediatamente ser postas à disposição do estudo da causa verde”* (idem: 184).

Em Portugal, para finalizar esta breve – e necessariamente esquemática – revisão da evolução e do debate actual acerca das relações entre a sociologia e o ambiente, podemos apontar como traço dominante a escassez de trabalhos nesta área. A esta conclusão chegaram também Mansinho e Schmidt (1994), quando procuraram fazer um muito útil inventário bibliográfico dos trabalhos de investigação nacionais em ciências sociais sobre os problemas do ambiente. As autoras referem precisamente que em Portugal, *“à excepção da*

geografia e da antropologia cultural, raramente variáveis biológicas ou físicas foram tidas em conta na interpretação dos fenómenos sociais, não tendo estes também sido convocados para o estudo das transformações físicas e biológicas do meio” (Mansinho e Schmidt, 1994: 125). Esta afirmação sugere que também no contexto português as relações entre as ciências sociais e as questões ambientais se caracterizam por uma visão dicotómica e de distanciamento entre a sociedade e o ambiente.

Podemos dizer que, em Portugal, só a partir do início da década de noventa começaram a surgir trabalhos de carácter sociológico sobre as questões ambientais. Destes trabalhos destacamos as investigações desenvolvidas por João Lutas Craveiro (1993; 1994) acerca das dimensões sociais dos processos de Avaliação de Impactes Ambientais; as de Luísa Schmidt e Maria Inês Mansinho (1994, 1997) sobre o ambiente e as áreas rurais em Portugal; as de Aida Valadas de Lima (1995 e 1999) sobre as relações entre agricultura e ambiente, designadamente a aplicação das medidas agro-ambientais em Portugal. Destacamos ainda a investigação de Luísa Schmidt (1999) sobre os *mass media* (essencialmente a televisão) e o ambiente e também a investigação recente de Joaquim Gil Nave (2000) sobre os movimentos ambientalistas em Portugal. Recentemente (concretamente em 1996), surgiu no nosso país um centro de investigação sobre a sociedade e o ambiente: o *Observa: Ambiente, Sociedade e Opinião*. Este centro pode ser definido, por um lado, como o primeiro observatório nacional neste domínio¹⁰ e por outro lado como um laboratório de investigações muito diversas no âmbito da sociologia do ambiente.

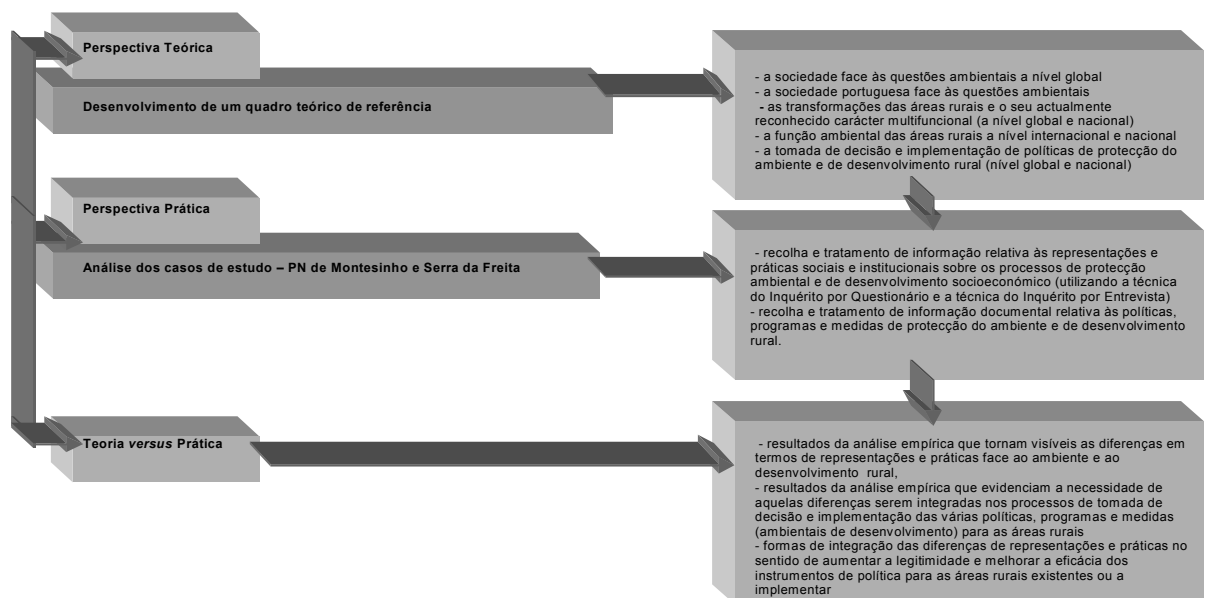
A escassez de investigações na área da sociologia do ambiente em Portugal, pode ser explicada pelas mesmas razões que apontámos a nível mais geral, mas também por alguns aspectos específicos à história do país e à história da análise sociológica no contexto nacional. Assim, como primeira razão, apontamos a tardia afirmação da própria sociologia em Portugal, que apenas começou a ganhar expressão após o 25 de Abril de 1974. Em segundo lugar, apontamos o maior interesse que outras questões sociais suscitaram no despertar desta ciência no nosso país (e.g. as questões associadas ao estudo das classes sociais ou a questão da pequena agricultura e da pluriactividade nos campos). Num projecto de investigação recente (Jollivet, 1994 e 1997a e 1997b) – em que participaram Mansinho e Schmidt – é claramente referido que a sociologia do ambiente ou das questões ambientais possui uma muito reduzida expressão no nosso país. Esta expressão torna-se ainda mais reduzida se aplicarmos a análise sociológica nesse domínio aos contextos sociais rurais do país, como nesta tese nos propomos fazer.

¹⁰ No âmbito do *Observa* foram já lançados dois Inquéritos Nacionais às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente, o primeiro em 1997 e o segundo em 2000, cujos dados se revelam de grande utilidade para o preenchimento de uma lacuna importante no nosso país – o conhecimento sobre as relações entre a sociedade e o ambiente.

3. Considerações metodológicas

Este trabalho de investigação incide, como mencionámos anteriormente, sobre o modo como os diferentes actores sociais e institucionais representam os processos associados à protecção do ambiente e à promoção do desenvolvimento socioeconómico nas áreas rurais (particularmente nos casos do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita), análise que tem em conta as transformações que estas áreas sofreram ao longo das últimas décadas. O modo como essas representações são integradas na elaboração e implementação de políticas, programas e medidas e para as áreas rurais, é também matéria de incidência desta tese. A Figura 1.1 sintetiza a estrutura metodológica adoptada neste trabalho.

Figura 1.1 – Estrutura Metodológica da Investigação



De um modo genérico, podemos dizer que esta tese foi desenvolvida seguindo um modelo de estrutura de investigação científica tradicional, no qual se destacam as seguintes fases:

- a contextualização do objecto de investigação na literatura sobre as relações entre a sociedade e as questões ambientais; sobre as áreas rurais, as suas transformações e a sua reconhecida função ambiental actual e ainda sobre as políticas de protecção do ambiente e de desenvolvimento rural;
- a caracterização da sociedade portuguesa face às questões referidas e a análise das políticas de desenvolvimento para as áreas rurais, designadamente da forma como representam e integram as (outras) diferentes representações sociais sobre o ambiente rural;

- iii) a recolha de informação relativa às representações e práticas sociais e institucionais face aos processos de protecção do ambiente e de promoção do desenvolvimento socioeconómico nas áreas do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita;
- iv) o tratamento e a análise dos resultados obtidos no processo de recolha de informação, à luz das perspectivas teóricas fornecidas pela recolha e análise bibliográfica; a elaboração de conclusões e de recomendações sobre a diversidade de representações e práticas face ao ambiente e ao desenvolvimento rural e o modo como aquela diversidade pode ser integrada nas políticas, programas e medidas para as áreas rurais, por forma a aumentar a sua legitimidade e a sua eficácia.

O trabalho de campo consistiu, como já foi referido, na recolha de informação relativa às representações e práticas face aos processos de protecção do ambiente e de promoção do desenvolvimento social e económico, nas áreas do Parque Natural de Montesinho (PNM) e da Serra da Freita (SF). A recolha de informação, processou-se essencialmente através da realização de Inquéritos por Questionário (IQ) aos habitantes e visitantes de ambas as áreas e através de Inquéritos por Entrevista (IE) às entidades políticas, nomeadamente aos Presidentes das Câmaras Municipais e aos Presidentes das Juntas de Freguesia das duas áreas. Foram também realizados Inquéritos por Entrevista a outras entidades (designadamente aos dirigentes das Associações das Desenvolvimento Local (ADL) existentes e ao Director do Parque Natural) com intervenção nestas áreas. Foi recolhida igualmente informação de carácter documental que, por um lado, permitiu enquadrar legalmente as intervenções políticas (quer as de carácter ambiental, quer as associadas ao desenvolvimento socioeconómico) e por outro lado, permitiu caracterizar as áreas em estudo do ponto de vista da sua evolução demográfica, social e económica. Seleccionámos as áreas mencionadas – i.e. o Parque Natural de Montesinho e a Serra da Freita – sobretudo pelas suas características marcadamente rurais. Efectivamente, ambas conheceram e conhecem um acentuado decréscimo populacional e um grande envelhecimento das populações residentes. Em ambas as áreas a base económica assenta essencialmente na actividade agrícola e na pecuária, com situações de pluriactividade muito generalizadas. Por outro lado, estas áreas foram seleccionadas tendo também em atenção o seu potencial de atracção de visitantes. Estes casos foram igualmente considerados significativos, do ponto de vista da demonstração do argumento central desta tese, pelo facto de poderem ser (exactamente pelas suas características, a que mais tarde dedicaremos maior atenção) caracterizados como áreas *marginalizadas* pelos modelos de desenvolvimento dominantes em Portugal nas últimas décadas e, por isso mesmo, também poderem ser entendidas como áreas *remotas* e *profundas*. Por outro lado, a diferença de estatuto legal das duas áreas, em termos de protecção do ambiente, é uma circunstância que se nos afigurou relevante, já que enquanto o PNM é institucionalmente reconhecido como um espaço rural *extraordinário*, do ponto de vista

ambiental, a SF é apenas aquilo que, por oposição, podemos designar como um espaço rural *vulgar*. Acreditamos que a diferença de estatuto mencionada se revela fundamental em termos das diversas representações e práticas desenvolvidas por habitantes, visitantes e entidades político-administrativas, face aos processos de protecção do ambiente e de promoção do desenvolvimento social e económico. Um dos casos de estudo é constituído por dezasseis freguesias (e quarenta e oito lugares) da área do PNM, área legalmente protegida desde 1979 (Decreto-Lei nº 355/79 de 30 de Agosto). Esta área situa-se na região do Nordeste Transmontano, englobando um total de trinta e cinco freguesias e de noventa e dois lugares que fazem parte dos concelhos de Bragança e Vinhais (pertencentes ao Distrito de Bragança). Nesta área, foram realizados duzentos e vinte inquéritos por questionário aos seus habitantes e cento e cinquenta questionários aos seus visitantes. A selecção das freguesias, respectivos lugares e dos indivíduos a inquirir foi feita segundo critérios que explicitaremos no capítulo VII deste trabalho, que é dedicado justamente à apresentação dos aspectos metodológicos.

A área designada neste trabalho como Serra da Freita constitui, como dissemos antes, o outro caso de estudo e é o resultado da confluência de três maciços montanhosos da região Centro do país, a saber: a Serra da Gralheira, a Serra de Montemuro e a Serra da Arada. É uma área sem estatuto legal de protecção, embora esteja integrada no Biótopo Corine. Como se trata de uma área que não tem limites facilmente definidos optámos neste trabalho por considerar os limites propostos pelo GAAPE (1996) no âmbito do *Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Freita*, que, por sua vez considera os limites da área proposta como Biótopo Corine, alargando-os um pouco. A área da SF que considerámos é constituída por dez freguesias e por cinquenta lugares. Na realidade a área total da SF engloba dezanove freguesias e setenta e oito lugares, que fazem parte de três concelhos – Arouca, Vale de Cambra (pertencentes ao distrito de Aveiro) e S. Pedro do Sul (pertencente ao distrito de Viseu). Nesta área foram realizados duzentos e um inquéritos por questionário aos habitantes e cento e cinquenta questionários aos visitantes. Tal como referimos para a área do PNM, os critérios que estiveram na base da selecção das freguesias, respectivos lugares e amostras da população residente e dos visitantes serão explicitados no capítulo VII deste trabalho.

Muito sinteticamente, através da metodologia desenvolvida, procurámos obter o conhecimento que permitisse a resposta aos objectivos desta tese, assim como a comprovação do seu argumento central e das hipóteses que o procuram operacionalizar e que serão igualmente apresentadas no capítulo VII.

4. Organização da tese

A tese encontra-se estruturada em onze capítulos. Neste primeiro capítulo apresenta-se uma síntese da temática geral e dos objectivos da tese, do âmbito da investigação, dando particular destaque a um dos contributos fundamentais para este trabalho – o da sociologia do ambiente – devido à sua juventude como área disciplinar. Apresentam-se igualmente algumas considerações breves sobre a metodologia da investigação e a forma como a tese se encontra organizada.

No segundo capítulo, que é de natureza teórica, procuramos compreender as razões subjacentes ao entendimento crescente dos problemas ambientais como problemas sociais, nas sociedades modernas. Depois, procuramos dar conta da emergência do ambiente como uma questão social e política nas sociedades contemporâneas, analisando os diversos factores que conduziram a essa emergência, assim como as suas consequências. Fazemos uma síntese da evolução daquilo a que podemos chamar por agora a *sensibilidade social* para as questões ambientais, determinando o papel que tiveram na formação dessa *sensibilidade* algumas catástrofes ambientais e alguns acontecimentos de carácter político-institucional e científico. Realizamos igualmente uma síntese do papel desempenhado na formação dessa *sensibilidade social* por factores como os *mass media*, as Organizações Não Governamentais (ONG's), os processos de educação formal e o discurso político, entre outros. Após esta síntese debatemos a temática dos valores sociais subjacentes às crescentes preocupações sociais e institucionais com o ambiente, desenvolvendo e ilustrando as diversas abordagens teóricas, que pretendem explicar a emergência destes valores nas sociedades modernas, tendo essencialmente por base os fenómenos associados à globalização, à modernidade e à pós-modernidade. Este capítulo procura ainda explicitar o modo como o poder político tem incorporado as necessidades e preocupações sociais com as questões do ambiente, observando esse poder político a partir da sua dupla função de tradutor e formador da *sensibilidade social*. No último ponto do segundo capítulo, procura-se debater o valor social do ambiente e da natureza nas sociedades contemporâneas, tendo em atenção a identificação destes dois conceitos, em termos da sua representação social; a diversidade que ambos os conceitos encerram e, conseqüentemente, a diversidade de procuras e de formas de consumo dos bens ambientais e dos bens naturais nas sociedades actuais.

No terceiro capítulo, procuramos observar a emergência do ambiente ao nível nacional como uma questão social, salientando igualmente os principais factores que se lhe encontram subjacentes. Argumentamos que em Portugal, apesar do despertar tardio da opinião pública para as questões e problemas ambientais, podemos reconhecer o mesmo tipo de factores que observamos em outros países ocidentais, na base da emergência e consolidação de uma *sensibilidade* para essas mesmas questões. Depois desta constatação geral, fazemos a

caracterização da opinião pública nacional face às questões ambientais, com recurso aos dados publicados no âmbito do *Eurobarómetro – Os Europeus e o Ambiente* (CCE, 1986; 1988; 1992; 1995 e 1999) e no âmbito dos I e II *Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente* (Ferreira de Almeida, 2000 e 2001). No terceiro ponto deste capítulo, caracterizamos e analisamos as respostas políticas face às preocupações da sociedade civil portuguesa no domínio do ambiente, observando também o papel de tradutor e de formador do poder político neste domínio. Salientamos ainda o papel da União Europeia (UE) como factor impulsionador do interesse do poder político (e em certa medida também do interesse social) pelas questões do ambiente em Portugal, a partir da data de adesão deste último àquele organismo. Finalmente, o terceiro capítulo da tese aborda e debate, ainda que com alguma escassez de dados, o valor social e institucional que o ambiente e a natureza possuem em Portugal, analisando a existência de uma identificação de ambos os conceitos. Concluímos pela existência de uma identificação (social e institucional) do ambiente como natureza e como *campo*.

O quarto capítulo começa por apresentar uma síntese das principais transformações das áreas rurais nas sociedades ocidentais. Discute-se o papel fundamental das áreas rurais, nas sociedades e economias do pós-guerra, como áreas de produção de alimentos e como áreas-reserva de mão-de-obra para, respectivamente, as populações e actividades de carácter urbano e industrial. Debate-se, em traços gerais, os requisitos que determinaram a marginalização ou a integração dos vários tipos de áreas rurais nos processos de desenvolvimento económico dominantes. Posteriormente, analisa-se a natureza multifuncional que é hoje reconhecida às áreas rurais e as novas funções desempenhadas por estas áreas no contexto da sociedade entendida globalmente. Esta análise realiza-se na sequência da observação e análise das transformações ocorridas, mas igualmente observando a multifuncionalidade das áreas rurais como factor de integração nos modelos de desenvolvimento actualmente dominantes nas sociedades modernas. Após a explicitação do reconhecimento socio-institucional das áreas rurais como multifuncionais, especificamos a análise para o nível da função ambiental que estas áreas desempenham, tendo como base o contexto de crescente valorização social de que o ambiente e a natureza são actualmente alvo. A função ambiental das áreas rurais é analisada a partir de dois pontos principais: o primeiro consiste no debate da identificação *ambiente=natureza=campo*, como uma construção social e como um processo exterior às dinâmicas socioeconómicas daquelas áreas. No segundo ponto discute-se a diversidade de procuras e de consumos das áreas rurais, devido ao seu reconhecimento socio-institucional como reservas de qualidade ambiental. O quarto capítulo conclui-se com o debate acerca do surgimento de uma nova dicotomia rural/urbano, motivada não já pelas tradicionais oposições, mas pelas diferentes

representações e práticas relativas ao ambiente, de que, justamente, a diversidade em termos de procuras e consumos nos dá conta.

De uma forma geral, o quinto capítulo procura discutir as questões mencionadas no capítulo anterior, mas tendo em conta o contexto português. Neste sentido, o quinto capítulo inicia-se com o enquadramento das transformações das áreas rurais portuguesas nas transformações globais sofridas pelo país a partir dos anos sessenta. Estas transformações são sintetizadas na apresentação (com recurso a dados estatísticos e outros de natureza documental) das principais tendências de transformação da sociedade e economia portuguesa no período considerado. Tendo por base esta análise caracterizamos depois os processos de transformação das áreas rurais portuguesas desde o Estado Novo até à actualidade, enfatizando a sua posição maioritariamente residual em termos económicos e a sua posição central em termos ideológicos e sociais. Este último aspecto é particularmente importante nos quarenta e oito anos de regime fascista em Portugal, mas as ramificações ideológicas dessa perspectiva são ainda prevaletentes, quer no domínio social, quer no domínio político, condicionando, de certa forma, as medidas e as intervenções para e nas áreas rurais. É justamente através da análise da (re)descoberta institucional (e social) das áreas rurais em Portugal que procuramos seguidamente observar o lugar que estas áreas ocupam actualmente no nosso país, sobretudo tendo em atenção o reconhecimento da sua multifuncionalidade e, mais especificamente, da sua função ambiental.

O capítulo sexto procura discutir os diferentes paradigmas de desenvolvimento socioeconómico em geral e de desenvolvimento rural em particular. Procura igualmente observar como se tem processado a integração das preocupações ambientais nesses paradigmas. Após esta introdução, de carácter mais geral, observamos a identificação entre o rural e o agrícola em Portugal e a sua prevaletente manifestação. Observamos ainda que, essencialmente sob o impulso da UE, aquela identificação começa a deixar de ser tão saliente ao mesmo tempo que, a nível da tomada de decisões e de implementação de medidas de política, se assiste à descoberta de que as áreas rurais extravasam em muito o sector agrícola. A partir desta discussão, procuramos analisar o lugar que as questões ambientais têm ocupado (e ocupam actualmente) nas políticas, programas e medidas relativos ao desenvolvimento das áreas rurais, em Portugal. Ainda neste contexto, é discutida a questão da legitimidade e da eficácia que pode ser atribuída às políticas públicas (e aos programas e medidas que delas decorrem) que visam a protecção do ambiente e o desenvolvimento das áreas rurais portuguesas. O capítulo, com base na discussão anterior, conclui-se no debate da existência (ou não) de uma nova (ou renovada) subalternização das áreas rurais ao pensamento político-social dominante, tomando essencialmente como base a regulamentação de espaços protegidos como sintoma da construção institucional (incorporando em parte a construção social) do ambiente rural. Esta discussão realiza-se

tendo como pressuposto que as áreas protegidas portuguesas se localizam maioritariamente em áreas que podemos classificar como rurais. Finalmente, procuramos observar e analisar os conflitos que surgem potencialmente (de modo latente ou evidente) na instituição das áreas rurais como áreas protegidas.

O sétimo capítulo é dedicado à apresentação e discussão das hipóteses de trabalho, dos casos de estudo e da metodologia seguida, designadamente no que concerne à recolha e tratamento da informação empírica. No primeiro ponto deste capítulo apresentam-se as hipóteses de trabalho que o argumento principal da tese suscitou, assim como a sua justificação e o modo como foram operacionalizadas. No segundo ponto apresentamos a justificação para a selecção dos casos de estudo, assim como a sua caracterização em termos demográficos e socioeconómicos. Finalmente, apresentam-se os procedimentos metodológicos adoptados na recolha e análise da informação empírica, nomeadamente os relativos aos processos de selecção e constituição das amostras (em termos da selecção das freguesias, selecção dos habitantes e dos visitantes a incluir na análise empírica, na área do PNM e da SF) e os relativos à elaboração dos vários instrumentos de recolha da informação (designadamente os inquéritos por questionário e por entrevista). Especificamos e justificamos a forma como foram construídos estes instrumentos e debatemos de forma breve as suas vantagens e desvantagens em termos da recolha e do tratamento da informação. Por último, apresentamos a forma como a informação recolhida foi tratada de modo a produzir dados susceptíveis de confirmar ou infirmar as hipóteses de trabalho e o argumento da tese.

Os oitavo e nono capítulos apresentam uma estrutura muito semelhante. Basicamente distinguem-se por apresentarem separadamente as conclusões que decorrem da informação empírica, para as áreas que constituem os casos de estudo, ou seja, respectivamente o PNM e a SF. No primeiro ponto de ambos os capítulos é debatida a importância de possuir (ou não possuir, como no caso da SF) um estatuto legal de protecção. Faz-se igualmente referência à evolução histórica, da área protegida, no caso do PNM e aos seus objectivos passados e actuais. No caso do capítulo dedicado à SF discutem-se especificamente as consequências da ausência do estatuto legal de protecção, procurando igualmente fazer a história da proposta de protecção desta área, datada do final dos anos setenta. No segundo ponto de ambos os capítulos, analisamos o processo de valorização ambiental, a partir da perspectiva institucional, nas duas áreas, essencialmente através da análise dos programas e das medidas de protecção existentes, dos seus objectivos e do discurso dos responsáveis pelas várias instituições com intervenção em ambas as áreas. O ponto seguinte, em cada um dos capítulos, é dedicado à análise da valorização social do ambiente, por um lado, através do lugar que os factores ambientais detêm na procura externa das duas áreas e por outro lado, através do lugar que os mesmos factores detêm no quotidiano dos seus residentes. A partir desta análise, procuram-se tipificar as diversas valorizações do ambiente nas duas áreas. A

relação entre a protecção do ambiente e a promoção do desenvolvimento socioeconómico é analisada ao nível das representações das entidades, dos habitantes e dos visitantes do PNM e da SF, no terceiro ponto deste capítulo. Neste contexto, salientamos a secundarização dos aspectos ambientais face aos aspectos do desenvolvimento como uma representação comum entre os habitantes da área em análise. A mesma relação (protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento socioeconómico) é analisada ao nível das representações de habitantes e visitantes. Salientamos a secundarização dos aspectos ambientais face aos aspectos do desenvolvimento, representação comum entre os habitantes nas duas áreas em análise, ao mesmo tempo que enfatizamos a sobrevalorização dos aspectos ambientais por referência aos aspectos do desenvolvimento, representação generalizada entre os visitantes em ambas as áreas, muito particularmente na área do PNM. Esta análise permite que se discuta o peso social do estatuto legal da área do PNM como 'área protegida'. Ambos os capítulos se concluem pela tentativa de identificação da existência de conflitos em termos de representações e de práticas entre os vários agentes em presença. Neste contexto, procura-se estabelecer a existência de dois universos que coexistem, por um lado o rural que é espaço *vivido* e por outro o rural que é espaço *visitado* e *idealizado*.

O décimo capítulo procura fazer a síntese do que foi dito nos capítulos anteriores. Neste sentido, discute-se a importância e as consequências da crescente valorização social e institucional do ambiente rural, quer para os casos estudados, quer a um nível de maior generalização. Desenvolve-se o debate acerca das áreas rurais e das suas relações com o exterior, tendo em conta as representações externas sobre o seu ambiente e procura-se distinguir, em termos de desenvolvimento socioeconómico, as consequências das visões relativas ao que definimos antes como o *rural vivido* e o *rural visitado*. Com base em tudo o que ficou dito, discutimos ainda se o ambiente se constitui como vantagem ou desvantagem para o desenvolvimento das áreas rurais *profundas* em Portugal. Finalmente, debatemos o modo como se posicionam as políticas de desenvolvimento rural e de protecção ambiental (em termos da sua formulação e implementação) face à diversidade de representações das áreas rurais e do seu ambiente. Esse posicionamento é analisado e debatido, sobretudo em termos da incorporação das diferentes representações e práticas nas políticas e ainda em termos da definição de um modelo de gestão dessas diferenças, de molde a permitir quer a sua integração efectiva, quer uma maior legitimidade e eficácia do processo de implementação das próprias políticas.

O décimo primeiro capítulo apresenta as conclusões, respondendo aos objectivos de investigação explicitados no ponto 1 desta introdução e apresentando ainda algumas recomendações relativas a formas de gestão das diferenças observadas entre os vários actores em presença nas áreas rurais, em termos das suas representações, práticas, necessidades e interesses.

Capítulo II – A Emergência do Ambiente como Questão Social e Política nas Sociedades Contemporâneas

1. Introdução

Neste capítulo, procuramos dar conta dos processos e dinâmicas socio-institucionais que contribuíram para a emergência do ambiente como uma questão social e política nas sociedades contemporâneas, analisando os diversos factores que conduziram a essa emergência assim como as suas consequências.

Antes de mais, debatemos as razões subjacentes ao entendimento crescente dos problemas ambientais como problemas sociais nas sociedades modernas. Seguidamente, é realizada uma síntese da evolução das preocupações sociais com as questões ambientais, determinando o papel que tiveram na formação dessas preocupações algumas catástrofes ambientais e alguns acontecimentos de carácter político-institucional e científico. Procuramos analisar também o papel desempenhado por factores como os *mass media*, as ONG, os processos de educação formal e o discurso político, entre outros, na evolução das crescentes preocupações sociais com o ambiente. Neste capítulo, debatemos ainda a temática dos valores subjacentes às crescentes preocupações sociais e institucionais com o ambiente, desenvolvendo e ilustrando as diversas abordagens teóricas que pretendem explicar a emergência destes valores nas sociedades contemporâneas, tendo essencialmente por base os fenómenos associados à globalização, à modernidade e à pós-modernidade.

Este capítulo procura ainda explicitar o modo como o poder político tem incorporado as necessidades e preocupações sociais com as questões do ambiente e observa esse poder político a partir da sua dupla função de tradutor e formador dessas mesmas necessidades e preocupações.

Finalmente, analisamos o valor social do ambiente e da natureza nas sociedades modernas. Nessa análise temos em atenção a identificação destes dois conceitos, em termos da sua representação social; a diversidade que ambos os conceitos encerram e, conseqüentemente, a diversidade de procuras e de formas de consumo dos bens ambientais e dos bens naturais nas sociedades actuais.

2. Sociedade e ambiente

2.1 A questão ambiental como questão social

Nesta tese partimos do pressuposto de que as questões (ou os problemas) ambientais são cada vez mais encaradas e sentidas como questões (ou problemas) sociais. O ambiente pode ser então reconhecido como um problema, ou mais apropriadamente, como uma série de problemas que surgem como tal em contextos sociais específicos (e.g. Mormont, 1993a).

Assim, os problemas ambientais *“caracterizam-se pela presença de assinaláveis factores de ordem social, política e económica. Isto quer dizer que eles não têm apenas a ver com as nossas condutas para com o mundo natural, mas dizem também respeito às nossas relações com as outras pessoas”* (Yearley, 1992: 47).

De um modo geral, podemos afirmar que os estudos pioneiros sobre as questões dos problemas sociais sugeriam, tal como refere Yearley (1992), que esses problemas emergiam em épocas em que a tensão social aumentava. Assim, aparentemente os problemas sociais em si mesmos não teriam um grande significado, sendo apenas significativos como indicadores de situações de maior convulsão social. No entanto e como nos diz ainda Yearley, estudos subsequentes vieram demonstrar que uma tal explicação fracassava dada a sua dificuldade *“em explicar porque é que certas questões se transformavam num dado momento em problemas sociais. É que se os problemas sociais forem olhados apenas como meros sintomas, é difícil compreender porque é que essa situação de convulsão social conduzia a um ‘tipo particular’ de sintomas”* (Yearley, 1992: 48-49). Investigações realizadas posteriormente passaram a ter especialmente em atenção o papel dos grupos responsáveis pela divulgação dos problemas sociais. Como refere Yearley (1992), começou assim a ser considerado fundamental que se investigasse a inter-relação entre as condições objectivas e as condições subjectivas subjacentes e consequentes dos problemas sociais. Deste modo, passou igualmente a entender-se que *“o simples facto de existirem circunstâncias objectivas, que pudessem potencialmente constituir-se num problema, não era condição suficiente para a emergência de um ‘problema social’”* (Yearley, 1992: 49). Isto significa também que certos problemas emergem com maior significado como problemas sociais, enquanto outros poderão, por assim dizer, não possuir qualquer significado social. Assim, as condições objectivas não são por si só condições suficientes para a tomada de consciência de um dado problema como ‘social’ e este facto colocou, no âmbito dos estudos sociológicos¹¹, uma questão importante, ou seja, a de saber em que medida é necessária para a emergência de um problema social a existência de condições objectivas. Embora não possamos negar que no caso da emergência social de certos problemas as suas condições objectivas (i.e. o facto de existirem realmente e de possuírem contornos específicos) são determinantes, no caso de outros problemas não é linear a relação entre as suas condições objectivas e a atenção que a opinião pública ou, mais genericamente, a sociedade, lhes dedica (e.g. Dunlap, 1996). Para Kituse e Spector (1981) a resposta parece centrar-se, numa primeira abordagem, nos grupos sociais que trazem para a agenda pública, esses problemas. Referem estes autores que *“a ocorrência de problemas sociais depende da existência prolongada de grupos ou*

¹¹ Ver acerca da distinção e do processo de transformação entre e de problemas sociais e problemas sociológicos, o trabalho de Smelser (1996).

organizações que definem uma determinada situação social como um problema e que procuram fazer qualquer coisa para o resolver. Perguntar quais são as causas concretas dos problemas sociais, ou o que é que mantém vivas as actividades dirigidas a determinados problemas sociais, é perguntar o que é que dá vida a estes diversos grupos” (Kituse e Spector, 1981: 201). Esta abordagem sugere, então, que para se constituir como social um determinado problema tem que merecer a atenção de um dado grupo ou organização social. Como pergunta Yearley (1992: 50) “se o problema não é um simples reflexo do carácter problemático de determinadas condições objectivas, como é que ele acaba por ganhar uma tal proeminência?”. Para além da questão da saliência de um dado problema num determinado momento, coloca-se depois a questão da sua permanência como problema social e neste sentido, Kituse e Spector (1981: 201) referem que “o problema central de uma teoria dos problemas sociais (...) é dar conta dos factores de emergência e da continuidade das acções reivindicativas e das reacções que elas provocam”.

De facto, uma grande variedade de modelos sobre a emergência dos problemas sociais e sobre a evolução da opinião pública a seu respeito têm sido desenvolvidos, quer no âmbito da sociologia, quer no âmbito de outras disciplinas. Por exemplo Downs (1972) propõe o *Issue-Attention Cycle* (ciclos de atenção a um aspecto/problema). Basicamente, este modelo parte do pressuposto de que, em determinados momentos, existe uma maior atenção por parte da opinião pública para certos problemas, atenção essa que vai aumentando até atingir um ponto máximo, para depois começar a diminuir. Downs (1972: 39-40) sugere que os problemas sociais atravessam (tipicamente) um ciclo compreendendo cinco fases:

1. a fase de “*pré-problema*”, na qual a condição social indesejável existe e pode ter atraído a atenção de *experts* ou de grupos de interesse, mas ainda não obteve significado junto do público em geral;
2. a fase de “*descoberta alarmante e entusiasmo eufórico*”, em que um ou mais acontecimentos dramáticos ou crises atraem a atenção do público para o problema, criando simultaneamente um apoio entusiástico à sua resolução;
3. o estágio de “*percepção dos custos envolvidos num progresso significativo*” que refreia o entusiasmo do público;
4. a fase de “*gradual declínio na intensidade do interesse do público*”, essencialmente devido ao reconhecimento dos custos da solução do problema, ao aborrecimento com o assunto ou ainda a um declínio na atenção dedicada pelos *mass media* ao problema;
5. finalmente, a fase “*pós-problema*”, em que um assunto é substituído (nas preocupações da opinião pública) por novos problemas, entrando naquilo a que Downs (1972: 40) chama “*um domínio de declínio, de menor atenção ou de recorrências espasmódicas de interesse*”.

Como refere Dunlap, este modelo de Downs foi muito utilizado e teve bastante influência, sobretudo nos anos setenta, não apenas devido à sua elegante simplicidade mas também porque aparentemente “*correspondia bem a um grande número de investigações no âmbito das ciências sociais – especialmente as dos sociólogos e dos cientistas políticos – nos seus esforços para resolver os problemas sociais*” (Dunlap, 1995b: 65). A maior parte dos sociólogos aborda os problemas sociais a partir de um modelo que Dunlap (1995b) designa por ‘*de história natural*’, no qual um movimento ou um grupo de interesse se organiza em nome de uma situação percebida como problemática (como por exemplo, a degradação ambiental, a xenofobia, etc.) e desenvolve uma actividade continuada para obter a atenção dos *mass media*, do público em geral e também do poder político. Enquanto a maior parte destes movimentos parece fracassar alguns deles são bem sucedidos na obtenção de apoio social, quer para o reconhecimento de certas situações como problemáticas, quer para a tomada de decisões que visem resolver essas situações, decisões essas que consistem frequentemente na publicação de legislação ou de medidas reguladoras (e.g. Dunlap, 1995b).

Tal como Downs (1972) e Kituse e Spector (1981), muitos cientistas sociais tendem a referir a existência de um padrão de comportamento dos problemas sociais. Como vimos, neste padrão, num primeiro momento estes problemas são descobertos [ou *criados?* - como questiona Dunlap (1995b)] por um ou vários grupos de interesse que são bem sucedidos no despertar da atenção do público. Tal sucesso é, geralmente, transitório devido à inevitabilidade do declínio da atenção e interesse da opinião do público pelo problema. A maior parte dos autores que se dedicam a análises no âmbito das teorias dos problemas sociais é bastante vaga no que diz respeito à explicitação das razões subjacentes a este inevitável declínio da atenção da opinião pública. Basicamente, diz-nos Dunlap (1995b), as principais razões apontadas relacionam-se com o *aborrecimento* com o problema e com o facto de os *mass media* difundirem novos e mais excitantes problemas. Mas, no entender deste autor, “*o que parece ser particularmente provável e importante (...) é que o sucesso dos grupos de interesse junto do governo, leva o público a acreditar que o problema levantado está a ser tratado e que já não existem razões para preocupação com o assunto*” (Dunlap, 1995b: 66).

Referindo-se especificamente aos problemas ambientais e escrevendo imediatamente após o *Earth Day* de 1970, nos EUA – momento a partir do qual “*o ambiente se tornou claramente uma grande preocupação social*” (Dunlap, 1995b: 63) - Downs (1972) sugere que este tipo de problemas iria conhecer exactamente o mesmo processo cíclico da maior parte dos outros problemas sociais. Isto significaria que iriam obter reconhecimento e apoio social e que, depois, o interesse nessas questões declinaria à medida que novos problemas ocupassem um lugar central na agenda pública. No entanto, quase trinta anos decorridos sobre esta sugestão, não só o interesse social se manteve, como se alargaram as bases da

preocupação social com as questões do ambiente não só nos próprios EUA, como na maior parte dos países do mundo, essencialmente a partir da década de oitenta (e.g. Dunlap, Mertig e Mitchell, 1991; Dunlap e Jones, 1992; Dunlap e Mertig, 1995; Connelly e Smith, 2003).

Na actualidade é, então, crescentemente reconhecido que “os problemas ambientais são ‘problemas das pessoas’, dado que, por um lado, as actividades humanas causam os problemas e por outro, estas actividades devem ser alteradas se queremos resolver esses problemas. Mais ainda, a razão pela qual a alteração das condições ambientais é vista como problemática é justamente porque afecta a vida das pessoas” (Dunlap, 1996: 111). Este crescimento da preocupação social com o ambiente ocorre mesmo quando se observa que os níveis de degradação ambiental não aumentaram do mesmo modo. Podemos dizer que nas últimas décadas, por exemplo, a poluição ambiental atingiu, por vezes, níveis mais elevados do que na actualidade, sem que tal tenha gerado os mesmos níveis de preocupação e/ou interesse social a que assistimos hoje. Ou seja - e retomando o debate anterior acerca da relação entre condições objectivas de um dado problema e atenção do público a esse mesmo problema – podemos dizer que, no que se refere aos problemas ambientais, se verifica uma certa incongruência entre as suas condições objectivas e as respostas sociais. É parcialmente tendo como base esta *décalage*, que a maior parte dos cientistas sociais procurou entender os problemas ambientais como uma construção social (e.g. Mormont, 1993a; Eder, 1996; Macnaghten e Urry, 1998). Neste sentido, as posições adoptadas variam desde o argumento de que as definições sociais das condições objectivas dos problemas podem diferir de forma tão ampla que parece existir pouca relação entre a *realidade física* do problema e a *percepção social* dessa mesma realidade, até ao argumento de que a preocupação social com os problemas ambientais deriva apenas das condições sociais e culturais, negando assim, em essência, a realidade da existência de condições ambientais problemáticas (e.g. Dunlap, 1996). Por outro lado, a noção de construção social, remete para a ideia fundamental de que há uma consciência colectiva da realidade dos problemas do ambiente, consciência na qual parecem intervir uma série de actores que mobilizam não apenas informações objectivas, mas também representações (e.g. Mormont, 1993a: 27), como veremos no ponto seguinte deste capítulo.

Seja qual for a explicação que se adopte (embora tendamos claramente para a que privilegia os problemas e as questões ambientais como socialmente construídos), reconhecemos com Yearley (1992: 3) que actualmente “o aumento da consciencialização em torno dos problemas do ambiente é claramente um fenómeno social de grandes proporções”. A consideração dos problemas ambientais como problemas sociais parece assim basear-se em três aspectos fundamentais (e.g. Mormont, 1993a; Figueiredo e Martins, 1994: 1996a; 1996b e 1996c):

- em primeiro lugar, os problemas ambientais só podem ser identificados enquanto tal, quando são reconhecidos e contextualizados numa determinada sociedade. Isto significa que este reconhecimento pode conhecer (e conhece efectivamente como posteriormente veremos) variações substanciais em diferentes contextos socioculturais, que decorrem, quer das relações específicas que cada sociedade e cultura estabelecem com o meio natural, quer das representações que são produzidas a partir dessas relações;
- em segundo lugar, pensamos que os problemas ambientais podem ser entendidos como problemas sociais, na medida em que afectam e condicionam os meios socioculturais, determinando a qualidade de vida dos agentes que nele se inserem;
- finalmente, os problemas ambientais são, em grande medida, construídos socialmente, quer pela utilização que os indivíduos fazem dos elementos naturais, quer pelo valor social que lhes atribuem. Estas utilização e valorização contribuem para e determinam o nível de degradação do ambiente, assim como a própria percepção dessa degradação. Os usos que se fazem dos recursos naturais e do meio biofísico em geral são extremamente variáveis, tal como o são as representações da degradação ambiental. Interferem nesses usos e representações factores objectivos e facilmente mensuráveis (relacionados com as variáveis objectivas com que habitualmente se caracterizam os indivíduos – a idade, a profissão, os níveis de rendimento, a escolaridade, entre outros) e factores de carácter mais subjectivo e mais dificilmente apreendidos (como o significado de certos elementos e recursos naturais, a forma como se percebem os níveis de desenvolvimento social e económico, etc.).

Por tudo o que referimos antes, não podemos considerar apenas como problemas ambientais aqueles que surgem na sequência de uma utilização abusiva do meio biofísico pelo Homem. As catástrofes naturais (e.g. erupção de vulcões, cheias) sendo também problemas ambientais, embora sem intervenção humana (pelo menos directa), podem também ser vistas como problemas sociais, já que o seu maior ou menor impacte numa determinada sociedade implica a sua maior ou menor percepção e valorização, assim como afecta a qualidade de vida dos meios sociais em que ocorrem (e.g. Figueiredo e Martins, 1994: 1996a; 1996b e 1996c).

Na mesma linha, Maurice Godelier (1974: 35) chama a atenção para o facto de que *“cada nível de organização social tem efeitos específicos sobre o funcionamento da reprodução do conjunto da sociedade e, conseqüentemente, nas relações do Homem com a natureza”*. Assim sendo, *“é somente tendo em conta o jogo específico de todos os níveis de funcionamento de um sistema social e económico que podemos descobrir a lógica do conteúdo e das formas dos diversos modos de representação e das diversas formas de percepção do ambiente que encontramos em diferentes tipos de sociedade”*. Estas diversas

formas de representação ou percepção constituem, para os actores e grupos que pertencem a uma dada sociedade, um sistema de informação tanto sobre as propriedades das suas relações sociais como das suas relações com o ambiente. Com esta afirmação, parece-nos evidente, tal como a Godelier (1974: 36-37), que “*é todo o problema da percepção do ambiente natural e social que é colocado aqui. É também o das motivações e formas de acção dos indivíduos e dos grupos no seio dos diversos tipos de sociedade*”. É igualmente o problema das formas que os diversos tipos de programas de desenvolvimento¹² podem (devem?) assumir, ou seja, o problema da forma como estes programas traduzem o pensamento e a acção dos actores sociais. É neste sentido, que se nos afigura crucial “*analisar seriamente o sistema de representações que os indivíduos e os grupos numa dada sociedade fazem do seu ambiente*” já que é a “*a partir dessas representações que os indivíduos ou os grupos agem sobre ele*” (Godelier, 1974: 39). Mas o que entendemos nós, nesta tese, por representações e percepções do ambiente? Num sentido lato, podemos começar por definir representação como “*a ideia que fazemos do mundo*” (Friedberg, 1992b: 357, citando o dicionário Larousse) ou ainda a “*a acção de colocar diante dos olhos ou diante do espírito de alguém*” (idem, citando o dicionário Robert). Estas noções muito gerais, de certo modo permitem que este conceito seja investido de diversos sentidos consoante as disciplinas científicas. Para os cientistas das ciências cognitivas (e.g. a psicologia) as representações são justamente esquemas mentais individuais¹³. No entanto, o sentido que aqui mais nos interessa é o das representações sociais, ou seja, aquele que, embora não a excluindo, ultrapassa em grande parte a percepção psicológica individual¹⁴. Ou seja, as representações e percepções sociais podem ser definidas como o conjunto das ideias e dos valores próprios a um contexto ou grupo social determinado – basicamente aquilo a que os

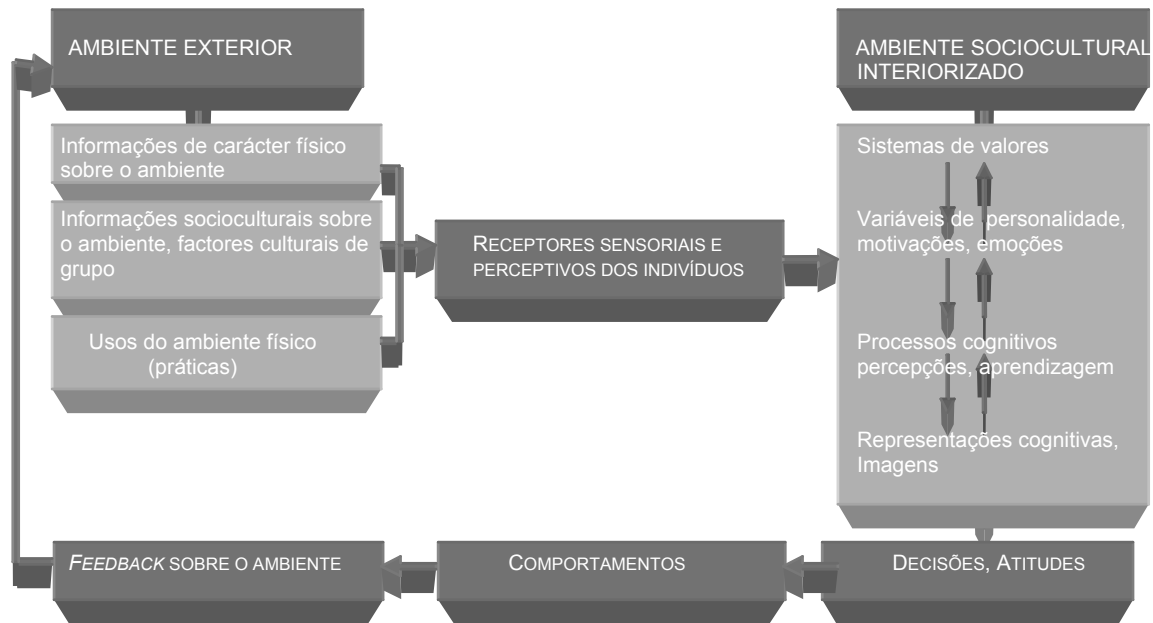
¹² Temos vindo a utilizar a expressão *desenvolvimento*. Embora no capítulo VI esse conceito seja explorado nas suas diferentes dimensões, poderemos desde já defini-lo, de uma forma simples, como uma expressão que designa a acção social e política na mobilização de recursos de diversa ordem (e.g. Micoud, 1989). É igualmente um conceito que agrega dimensões e fenómenos materiais e imateriais (e.g. Villaverde Cabral, 1997). O desenvolvimento é ainda um processo dinâmico, como a própria designação indica.

¹³ A este propósito ver o trabalho de Veitch e Arkkelin (1995) acerca das percepções e cognições sobre o ambiente. Estes autores defendem que “*o termo cognição se refere a processos de pensamento. Assim, a cognição ambiental reporta-se ao pensamento acerca do ambiente (i.e. às formas nas quais os indivíduos processam a informação e organizam o seu conhecimento acerca das características do seu ambiente). (...) A percepção e cognição ambiental são dois aspectos inter-relacionados. A capacidade para formar imagens mentais do nosso ambiente está muito associada à capacidade de perceber e interpretar as componentes espaciais de um dado povoamento e ambos os processos são muito influenciados pelas nossas experiências relativamente ao ambiente*” (Veitch e Arkkelin, 1995: 97). Ver igualmente o trabalho de Stern (1992) acerca das dimensões psicológicas das alterações ambientais globais.

¹⁴ O tema da percepção (dos lugares, dos espaços, do ambiente) parece ser uma questão estimulante no relançamento da relação “*da sociologia com outras disciplinas*” (Mela, Belloni e Davico, 2001: 134). Podemos citar aqui o trabalho de Fischer (1994) que aborda justamente as questões relativas à psicologia social do ambiente, à percepção dos espaços e dos aspectos que enformam essas percepções. Também podemos citar o trabalho de Beer (1990) sobre a forma como os indivíduos experimentam o ambiente, salientando igualmente os factores que influenciam quer essa experiência quer a percepção que constroem a partir dela. Para este autor, são factores centrais na percepção do espaço e do ambiente: os *sentidos* (cheiro, visão, audição, tacto, sabor); as *necessidades* dos indivíduos; os *desejos* e a *estética*. Finalmente, embora não directamente relacionado com o ambiente, parece-nos relevante recordar a importância do trabalho pioneiro de Lynch (1982, 1ª edição de 1960) sobre o imaginário urbano e os factores subjacentes a esse mesmo imaginário, i.e., a *legibilidade*, a *funcionalidade* e o *significado* que os lugares possuem para os indivíduos. Também Brandenburg e Carroll (1995) abordam as questões associadas à interacção entre os indivíduos e o seu ambiente, referindo que os lugares são criados precisamente a partir dessa interacção.

antropólogos chamam “*sistemas de representações*” (e.g. Friedberg, 1992b: 97). No que se refere às representações e percepções sociais do ambiente, Godelier (1974: 39-40) dá-nos um exemplo bastante significativo das representações opostas de dois grupos sociais que habitam a floresta equatorial africana do Congo – os Pigmeus Mbuti (caçadores-recolectores) e os Bantu (agricultores). O autor refere que, enquanto para os primeiros, a floresta é vista como protectora, já que “*os produtos que necessitam para viver são-lhes oferecidos pela floresta à qual devem, portanto, amor e reconhecimento*”, para os agricultores Bantu este meio biofísico é encarado como um obstáculo que é necessário ultrapassar, ou “*abater para cultivar a mandioca e o milho*”. Pensamos (tal como Godelier) que, a partir desta oposição nas formas de perceber e representar exactamente o mesmo meio biofísico, algumas reflexões teóricas importantes podem ser avançadas para o esclarecimento do que se entende por representações sociais do ambiente. Assim, parece-nos evidente que na base daquela oposição repousa a existência de dois sistemas técnico-económicos muito diferentes e que colocam constrangimentos radicalmente opostos ao seu funcionamento, tendo, em consequência, também efeitos diversos na natureza. O exemplo de Godelier permite ainda demonstrar que a percepção social do ambiente não é apenas feita de representações mais ou menos objectivas e exactas dos constrangimentos de funcionamento dos sistemas técnico-económicos, mas é também composta por juízos de valor (positivos, negativos ou neutros) e de (no caso das duas tribos mencionadas) “*crenças fantasmagóricas*” (Godelier, 1974: 40). Isto significa que um determinado ambiente terá sempre dimensões imaginárias, tal como referimos antes, que não são mais do que as suas representações simbólicas que conferem significado aos comportamentos e às intervenções sobre esse mesmo ambiente. De certo modo, o exemplo dado por Maurice Godelier pode levar-nos a crer que as representações existem independentemente das práticas e mesmo que as precedem. Na realidade, no entender de Friedberg (1992b: 365) as representações “*são elas mesmas o produto das práticas*”. Como sugerimos antes, o meio biofísico não é um décor imutável, mas sim o resultado dos usos (práticas) que, por sua vez, são resultado do sistema de representações sociais que é, ele próprio, o motor destas práticas. Ou seja, no domínio das percepções sociais do ambiente, estamos perante um processo de elevada interacção entre as noções simbólicas e os usos efectivos, mediados pelos sistemas técnico-económicos e pelas percepções individuais (ver a figura 2.1, em que se procura demonstrar este processo interactivo). Em termos globais, podemos dizer que a percepção do ambiente é um tema dotado de bastante complexidade, já que “*tem que ver, na realidade, com aspectos (...) relacionados com a estrutura físico-sensorial dos indivíduos, com a sua esfera psicológica, para além dos processos sociais que medeiam culturalmente as dinâmicas perceptivas*” (Mela, Belloni e Davico, 2001: 135).

Figura 2.1. - Processo de Percepção do Espaço/Ambiente



Fonte: Adaptado de Mela, Belloni e Davico (2001)

Este esquema ilustra, de forma relativamente clara, o processo constante de filtragem sociocultural dos estímulos perceptivos que os indivíduos recebem do ambiente exterior, tal como demonstra a elevada interactividade entre as diversas componentes que formam e sustentam as representações (tal como as práticas) face ao ambiente.

Nesta transformação das representações sociais face ao ambiente, assim como na crescente constituição deste como problema social, não podemos negligenciar (para além das mutações sociais e económicas mais vastas) o papel de certos acontecimentos de carácter ambiental, “na medida em que vieram atribuir sentido às inquietações sociais e foram entendidos pelos actores sociais como testemunhos, como reveladores, ainda que estes acontecimentos possam ser vistos como construções sociais mediatizadas” (Mormont, 1993a: 28). Estão neste caso, como veremos no ponto seguinte, catástrofes como a de Chernobyl, a de Bophal e acontecimentos políticos como a *Cimeira da Terra*, por exemplo.

2.2. A emergência do ambiente como questão social e política – principais aspectos

Na maior parte dos países ocidentais, foi no final dos anos sessenta, início dos anos setenta, que a opinião pública começou a despertar para os problemas da degradação ambiental¹⁵. Como dissemos anteriormente, para este despertar e consolidar das

¹⁵ Relativamente ao despertar da opinião pública dos países ocidentais para as questões e problemas ambientais há um extremo consenso entre os diversos autores consultados, tanto no que se refere ao momento, por assim dizer, desse despertar, como às suas causas. Desses autores, permitimo-nos destacar Dunlap e Van Liere (1980; 1981); O’Riordan (1981); Dwivedi (1986); Buttel (1986); Newby (1989); Buttel et al (1990); Dunlap (1991); Dunlap, Mertig e Mitchell (1991); Wynne (1992c); Dunlap e Jones (1992); Yearley (1992); Mormont (1993a); Champagne e Pagés (1994); Dunlap e Mertig

preocupações sociais relativamente ao ambiente, não foram alheios alguns acontecimentos políticos e científicos, assim como algumas catástrofes ambientais que segundo Mormont (1993a) serviram como sinais de alarme e como reveladores de que os recursos naturais, tal como os conhecemos, não são inesgotáveis ou infinitamente renováveis. Tais acontecimentos e catástrofes vieram igualmente colocar a ênfase na interdependência intransponível entre os recursos naturais (e a sua continuidade) e as formas de organização social.

Talvez a obra mais relevante neste domínio, pelo seu impacto na opinião pública, tenha sido o livro *Silent Spring* de Rachel Carson (1962). Neste, a autora chamava a atenção para a grande interdependência entre os sistemas sociais e os sistemas biofísicos e essencialmente para os perigos associados ao uso de determinadas substâncias químicas pela agricultura, quer em termos da saúde humana, quer em termos da continuidade dos ecossistemas. Outros trabalhos com impacto idêntico se seguiram, sendo de destacar o célebre *Relatório Meadows* ou *Os Limites do Crescimento* (Meadows, 1972) obra que preparou a primeira Conferência de sobre Ambiente e Desenvolvimento Humano ocorrida em 1972 em Estocolmo. Em 1987 surge outra obra relevante, no domínio das preocupações da opinião pública com o ambiente: o *Relatório Brundtland* ou *Our Common Future* (WCED, 1987), que além de ser um documento preparatório da Conferência do Rio de Janeiro em 1992, veio introduzir definitivamente o conceito de desenvolvimento sustentável na agenda pública e política, ou seja, a noção da necessidade de as sociedades actuais utilizarem os recursos naturais de modo a não comprometer a sua utilização pelas gerações vindouras.

No domínio dos debates internacionais consideramos como mais importantes, quer a Conferência de Estocolmo, quer a sua congénere realizada exactamente vinte anos depois – a *Cimeira da Terra* ou *Eco'92* como ficou conhecida esta reunião acerca do Ambiente e do Desenvolvimento Humano, realizada no Rio de Janeiro. Esta última teve uma cobertura mediática sem precedentes, em termos das suas conclusões e resultados. Na sequência deste acontecimento muitas outras cimeiras e reuniões e debates internacionais se têm realizado para tentar medir (e em muitos casos ainda implementar) algumas das propostas então colocadas e/ou postas em prática pelos diversos países envolvidos¹⁶.

Paralelamente a estes (e outros) acontecimentos científicos e políticos, a ocorrência de catástrofes ambientais, um pouco por todo o mundo, desempenhou um papel muito importante no que se refere ao despertar da opinião pública para os problemas do ambiente,

(1995); Dunlap (1995); Figueiredo e Martins (1996a, 1996b e 1999); Bell (1998); Dunlap e Rosa (2000); Pepper (2000); Mela, Belloni e Davico (2001).

¹⁶ Entre 26 de Agosto e 4 de Setembro de 2002 realizou-se em Joanesburgo uma nova Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Humano, igualmente muito divulgada pelos *mass media*. O objectivo essencial desta nova *Cimeira da Terra* foi a discussão da aplicação dos princípios da Agenda 21, estabelecidos na *Eco'92*. Não é possível ainda fazer o balanço deste evento, mas os *media* têm divulgado a fragilidade dos compromissos saídos desta conferência internacional.

como Bophal, Seveso e Chernobyl e toda uma multiplicidade de acontecimentos de maior ou menor dimensão envolvendo a degradação dos recursos naturais¹⁷. Não apenas o número destas catástrofes parece ter aumentado à medida que avançamos no tempo, como as suas consequências tendem a ser de maiores dimensões. Por outro lado, não podemos esquecer que a cobertura mediática a acontecimentos desta natureza também se alargou bastante nos últimos anos, o que parece ter contribuído para que a opinião pública percepcione estas catástrofes em termos do aumento do seu número e em termos da maior dimensão dos seus efeitos. Como refere Smil (1993: 5) *“uma vez iniciadas as preocupações ambientais, os media ocidentais, tão diligentes na procura de acontecimentos catastróficos, mantiveram a atenção do público viva através de constantes fluxos de más notícias”*. Deste modo, podemos avançar, desde já, que os *mass media* parecem ter desempenhado um papel crucial no despertar da preocupação da opinião pública com o ambiente. O seu desenvolvimento tornou possível a expansão de novas formas de pensar e de agir neste domínio (como em outros) e tornou igualmente possível o aumento do conhecimento (e.g. Spooner, 1983; Stallings, 1990; Burtcher, 1993; Schmidt, 2001). Contudo, não foram apenas os *media* a desempenhar este papel de formadores da opinião pública no que se refere ao ambiente, como veremos mais adiante neste ponto.

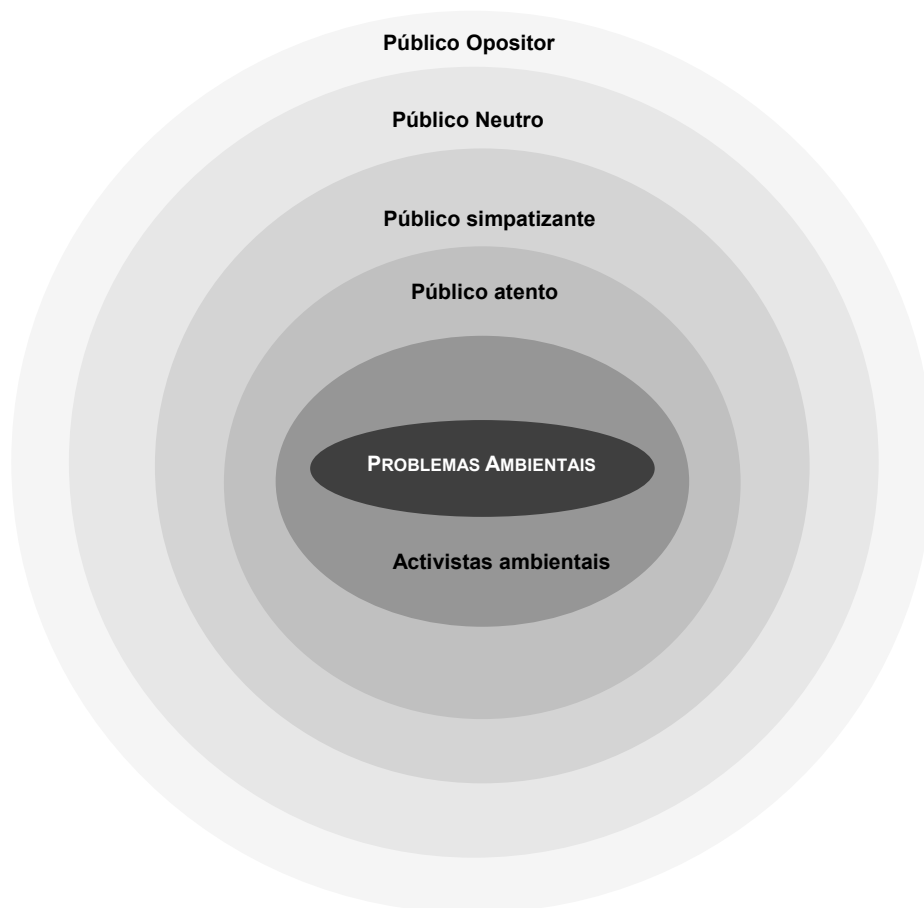
Como diz Dunlap (1995b: 63) *“há cerca de um quarto de século, a qualidade ambiental começou a emergir como um dos principais problemas sociais. Aspectos como a protecção da vida selvagem e a poluição atmosférica, receberam a atenção de um pequeno número de conservadores e responsáveis pelos serviços de saúde, mas em meados dos anos 60, uma vasta série de ameaças à qualidade do ambiente começou a atrair a atenção dos media, dos políticos e do público. Em 1970, o ambiente tornou-se claramente uma grande preocupação social”*. O autor refere-se aos EUA, país em que estas questões entraram na agenda pública e política, assim como no debate científico, mais cedo que na maior parte dos outros países ocidentais e desenvolvidos.

Temos falado de preocupação pública ou preocupação social com o ambiente. Estamos conscientes de que se trata de um conceito extremamente vasto e que, por isso mesmo, pode ser aplicado a um vasto leque de dados. Muitos teóricos da opinião pública têm dado importantes contributos para esclarecer o significado desta noção, entendendo-a frequentemente como a agregação das opiniões individuais. Parece-nos ser útil referir que faz sentido falar de opinião pública face a um determinado assunto quando existem níveis significativos de interesse, consenso e intensidade nessa opinião. Neste contexto, é

¹⁷ De facto, desde a década de sessenta têm ocorrido e sido divulgadas inúmeras catástrofes ambientais, de que o acidente de Seveso em 1976, o do Bophal em 1984 e o de Chernobyl em 1986 constituem os melhores exemplos. Para além destes acidentes, podemos destacar ainda a contaminação por mercúrio da baía de Minamata, no Japão, na década de cinquenta, o afundamento, com derrame de hidrocarbonetos, do navio Exxon Valdez na costa do Alasca, a avaria de um reactor nuclear na central de Three Mile Island, nos Estados Unidos da América em 1979 ou a Guerra do Golfo em 1991 e a recente ofensiva contra o Iraque, em 2003.

importante distinguir vários níveis de público e respectivas opiniões, face a um dado problema. Tendo em conta os problemas ambientais, poderíamos esquematizar os níveis de opinião do público como exemplificado na figura 2.2.

Figura 2.2 – Distinção de vários níveis de público organizado em torno dos problemas ambientais



Fonte: Construído a partir de Dunlap (1995b)

Esta figura pretende ilustrar os vários níveis (ou *órbitas*) de público organizado em torno dos problemas ambientais. Assim, no coração do movimento de preocupação com as questões e problemas ambientais, encontramos os *activistas*, ou seja, os indivíduos que não só estão preocupados com os problemas como *agem* sobre eles, frequentemente através da sua divulgação e/ou através da pressão junto dos organismos políticos responsáveis pela sua minimização ou resolução. Em torno deste núcleo encontramos uma faixa que compreende o *público atento*, i.e., os indivíduos interessados e informados acerca dos assuntos ambientais. Este *público atento* apoia em geral as causas ambientais “assinando petições, votando em candidatos pró-ambiente e talvez contribuindo com dinheiro para campanhas ambientais específicas” (Dunlap, 1995b: 69). A terceira faixa, e também a mais larga, é constituída pelo *público simpatizante*, ou seja, pelos indivíduos que embora possam não dedicar muita atenção a estas questões, expressam algum apoio aos esforços desenvolvidos para proteger

e/ou melhorar a qualidade ambiental. No exterior destas três primeiras *órbitas* (que podemos designar como *pró-ambientais*) encontramos o *público neutro* e o *público opositor*. No primeiro caso, trata-se de indivíduos que têm pouco interesse pelas questões e problemas ambientais, não tendo igualmente uma opinião acerca dessas questões e/ou problemas. No segundo caso, como a própria designação indica, estamos perante um grupo de indivíduos que, em geral e em diversos graus, se opõe aos objectivos do movimento ambiental e possui opiniões que poderemos caracterizar como *anti-ambientalistas*. Como apresentação esquemática que é, a figura 2.2 esconde as diversas variações que podemos encontrar dentro de cada uma destas *órbitas*. Efectivamente, cada uma delas pode encerrar uma grande variedade de posições dos indivíduos que a compõe. Ao nível da sua composição interna, cada um destes *públicos* pode apresentar igualmente uma grande diversidade¹⁸. Ainda assim, parece-nos útil apontar a correspondência, mesmo que imperfeita, entre os tipos de *públicos* e os tipos de *opinião* que a figura 2.2 procura representar. Assim, os assuntos ambientais não são apenas salientes para os *activistas*, como também as suas opiniões nesta matéria possuem maior intensidade. As questões ambientais são também relativamente salientes para o *público atento*, enquanto que para o *público simpaticizante* mas não atento, elas possuem menor importância. Este último tipo de público, no entanto, “*parece responder numa direcção pró-ambiental quando questionado acerca de aspectos relacionados com o ambiente*” (Dunlap, 1995b: 70). Quanto ao *público neutro* é legítimo esperar que não manifeste qualquer tipo de opinião, enquanto que relativamente ao *público opositor* se espera que exprima, em vários graus de intensidade, uma opinião anti-ambiental. Até agora temos vindo a argumentar que os principais motivos para o despertar da opinião pública para as questões ambientais, no mundo ocidental, foram as catástrofes e os acontecimentos políticos e científicos ocorridos nas últimas décadas, mediatizados pela atenção e discurso dos *mass media* e igualmente pela acção dos *activistas ambientais*. A esta preocupação alguns autores (e.g. Mormont, 1993a) têm chamado também *consciência ambiental* ou *sensibilidade ambiental*. No entanto, em nosso entender este conceito é demasiado específico para caracterizar uma opinião pública que é, como vimos, demasiado abrangente, quer em termos da sua composição, quer em termos da intensidade da atenção que dedica aos problemas e/ou questões ambientais. A grande questão que Mormont (1993a) coloca a propósito da consciência ambiental é justamente a de saber que tipo de modelos de análise podem dar conta da sua emergência e do seu conteúdo. Para este autor existem três grandes tipos de modelos explicativos, a saber:

1. em primeiro lugar, o autor avança a explicação mais frágil, que radica no pressuposto de que a consciência ambiental provém de uma percepção dos agentes sociais face à

¹⁸ No que se refere à composição interna dos públicos pró-ambientalistas e dos *activistas do ambiente*, ver o trabalho desenvolvido por Lowe e Goyder (1983) e as considerações de Yearley (1992) e Cudworth (2003).

degradação do ambiente físico e dos riscos que ela pode originar. Sem negar a evidência e a importância deste tipo de explicação, “podemos dizer que o simples assumir que a consciência ambiental se forma apenas a partir da percepção que os indivíduos têm da degradação do ambiente não é suficiente para abarcar toda a complexidade das diferentes reações desses indivíduos” (Mormont, 1993a: 31), nem sequer nos dá a dimensão total da relação entre as condições de vida dos actores sociais e a importância que para eles assume a degradação da qualidade ambiental;

2. uma segunda explicação, mais frequentemente utilizada, faz apelo a um modelo social de análise que encara a consciência ambiental como uma característica estrutural de certos grupos sociais. Estes são normalmente identificados como pertencentes à classe média (e.g. Lowe e Goyder, 1983). Colocando a análise da consciência ambiental como uma análise dos movimentos sociais, parecem ignorar-se e de certa forma ocultar-se as contradições reais que podem estar na origem destes movimentos, com particular destaque para aquelas que se encontram subjacentes aos movimentos de carácter ambiental. Estas contradições derivam das relações com a natureza e por isso mesmo não podem ser somente analisadas de um ponto de vista estritamente social, uma vez que a natureza possui também um carácter *extra social*, que o modelo de análise considerado “não consegue identificar, tendendo assim, a explicar estas contradições como tensões puramente sociais entre sistemas de valores, éticas ou interesses sociais” (Mormont, 1993a: 31);
3. segundo o autor mencionado, uma terceira via de explicação deverá ser desenvolvida, no sentido de procurar compreender de forma mais eficaz quais as ligações que, na *interface* entre os sistemas sociais e os sistemas biofísicos, nos dão conta da consciência ou sensibilidade ambiental. Esta questão chama a atenção para um aspecto já salientado no capítulo I, ou seja, a necessidade de encontrar modelos explicativos no âmbito da análise científico-social, que integrem tanto elementos sociais como elementos naturais e que comportem, em consequência, variáveis muito heterogéneas.

Apesar de não existir nenhuma explicação consensual quanto aos modelos de análise a adoptar, nem quanto ao que podemos entender por *consciência* e *sensibilidade ambiental*, parece-nos útil separar aquilo que Mormont parece unir. Entendemos, então, por *consciência ambiental* a articulação entre a preocupação com os problemas ambientais e um comportamento adequado a essa preocupação. Dito de outro modo, a *consciência ambiental* une atitudes pró-ambientais a práticas consistentes com essas atitudes¹⁹. Nem sempre, no entanto, se observa a existência de consistência entre atitudes ambientalistas e

¹⁹ A propósito da diferença entre atitudes e comportamentos ambientais e também da consistência entre estes dois aspectos, ver o trabalho de Veitch e Arkellin (1995).

comportamentos. Nestes casos, o conceito de *sensibilidade ambiental* parece-nos o mais correcto, uma vez que indicia um certo nível de preocupação mas sem o correspondente desenvolvimento de práticas a ela associadas. No entender de Veitch e Arkellin (1995) a distinção entre atitudes e comportamentos e a análise da consistência entre umas e outros é fundamental, uma vez que ela coloca “em questão a capacidade de prever comportamentos [apenas] com base no conhecimento das atitudes” (idem: 108). No fundo, a consciência ambiental pressupõe a existência de uma relação entre o *pensar e o agir verde*, enquanto que a sensibilidade ambiental pressupõe apenas a existência do *pensar verde* (e.g. Figueiredo e Martins, 1996c e 1996d)²⁰.

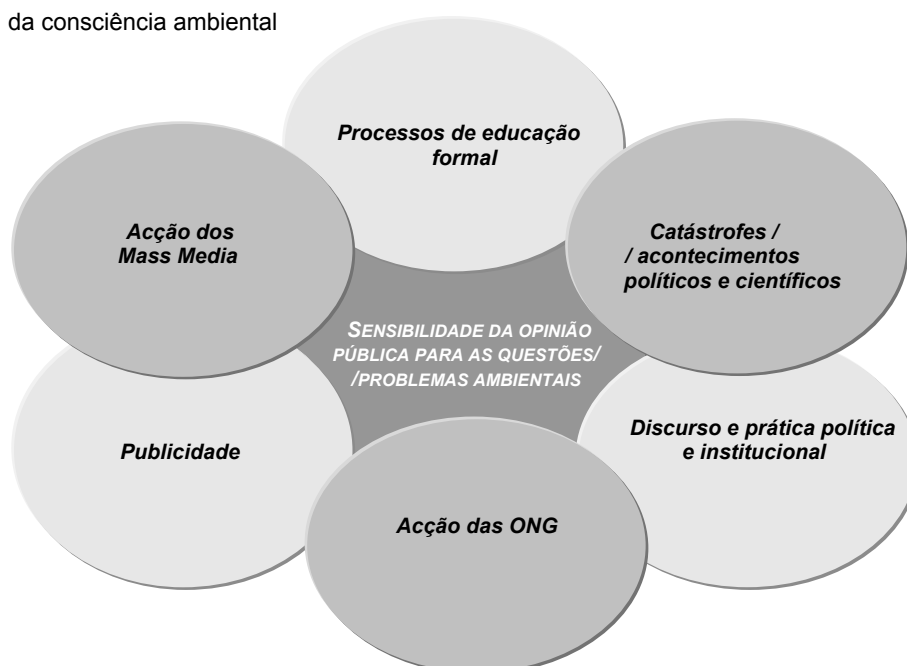
Feita esta distinção entre *consciência e sensibilidade ambiental*, cremos ser importante analisar quais os factores que estão subjacentes ao alargamento de ambos os fenómenos nas sociedades contemporâneas, ou dito de outra forma, ao alastrar das preocupações sociais com o ambiente. Genericamente podemos dizer que a formação da sensibilidade para as questões ambientais assenta, como sugerimos já, nas representações que os indivíduos têm dos problemas ambientais como ameaças ou como riscos às suas condições de vida e ao quadro de valores a elas associado. Estas representações são também fomentadas por uma série de actores e de instituições que, como vimos anteriormente, são portadores de uma série de informações mais ou menos objectivas sobre os problemas e as questões ambientais e mobilizam, conseqüentemente, determinadas percepções. Estas informações e representações num primeiro momento, parecem difundir-se em domínios e/ou grupos sociais específicos (i.e. entre os *activistas ambientais* e o *público atento*, para usar a terminologia precedente) para progressivamente se alargarem à generalidade da opinião pública. Este alargamento, como já percebemos, não se processa de forma linear, uma vez que nele intervêm diversos interesses e valores que diversificam as formas de apropriação das informações e representações difundidas.

No processo de formação, de alargamento e consolidação da sensibilidade ambiental não podemos negligenciar, então, o papel de um conjunto de factores, como os apresentados na figura 2.3. Se por um lado, estes factores condicionam a formação de uma opinião pública pró-ambiental, eles são, por sua vez, igualmente condicionados, com maior ou menor intensidade, pela apropriação que a opinião pública faz das questões e problemas relativos ao ambiente. Isto significa que não é possível estabelecer uma relação linear de causa-efeito entre o conjunto de factores apresentado na figura e a emergência de uma sensibilidade ou consciência ambiental, mas que antes se estabelece um processo de forte interacção. Por outro lado, esta interacção não se observa apenas entre o conjunto de factores e a opinião

²⁰ A este respeito, Redclift (1997: 41) diz-nos que “alcançar mesmo modestos objectivos ambientais requer alterações significativas no comportamento humano. Mas como devem ser realizadas essas alterações de comportamento? (...). Todos possuímos evidências de que as percepções influenciam os comportamentos em sentidos por vezes perversos”.

pública, mas também entre os próprios factores, determinando, deste modo, o potencial reforço, para alguns deles, da influência que têm na formação e consolidação da sensibilidade ambiental (e.g. Figueiredo e Martins, 1994: 1996a; 1996b e 1996c). No início deste ponto fizemos referência a algumas das catástrofes ambientais e acontecimentos políticos e científicos que, como dissemos serviram de sinais de alarme para a opinião pública, na medida em que deram sentido e visibilidade às inquietações emergentes e se constituíram, de certa forma como a materialização das ameaças. Acreditamos ser indiscutível o seu papel neste domínio, embora reconheçamos que na sua difusão junto do público, como referimos já, os *mass media* tenham tido um papel de extrema importância.

Figura 2.3 – Principais factores intervenientes na formação, alargamento e consolidação da sensibilidade e da consciência ambiental



Fonte: Adaptado de Figueiredo e Martins (1996c)

Geralmente, os estudos no âmbito das ciências sociais relativos ao alcance e natureza dos efeitos dos meios de comunicação de massas (e.g. Juan, 1993) reconhecem o enorme poder de influência desses meios na sociedade. Esse poder parece ser exercido através de vários aspectos, dos quais destacamos:

- a monopolização dos tempos livres dos indivíduos;
- o contributo para a formação da opinião pública; e
- o facto de serem as principais fontes de informação nas sociedades modernas.

Em consequência disto, os *mass media* podem ser também crescentemente entendidos como meios de socialização nas sociedades ocidentais, mercê das diversas transformações ocorridas nessas mesmas sociedades, muito particularmente no seio de instituições sociais como a família. Com base neste entendimento será inegável que os *media* condicionam as percepções e interpretações que os indivíduos têm da realidade e reintegram-nos na

sociedade, através da cultura colectiva, realizando assim, igualmente, aquilo a que podemos chamar uma função de coesão social. Como refere Juan (1993: 191) *"as mensagens dos meios de comunicação de massas contribuem para formar uma concepção do mundo, sendo evidente que participam na determinação das atitudes, já que através das mensagens o receptor da informação, recebe a representação das tarefas, as funções, as instituições e as relações que lhes são atribuídas na sociedade"*. A crescente função de socialização atribuída aos *media*, no domínio dos problemas ambientais integra-se assim neste quadro geral. Muito do seu contributo para a socialização dos indivíduos neste domínio fica a dever-se à utilização de um discurso muito particular. A linguagem mediática utilizada (da qual destacamos o seu veículo mais poderoso – a imagem) tem um papel determinante na dramatização e exacerbação dos problemas ambientais divulgados junto da opinião pública. A importância decisiva dos *mass media* no domínio da divulgação dos problemas ambientais é salientada por diversos autores²¹. Todos estes autores, embora analisem na maior parte dos casos a actuação dos *media* face a questões ambientais específicas (e.g. as chuvas ácidas; as alterações climáticas; a catástrofe de Chernobyl) salientam o seu papel como factores determinantes na construção do conhecimento e das representações sociais acerca dos problemas e das questões relativas ao ambiente. Por exemplo, Schmidt (2001: 53) refere que *"os mass media são os agentes fundamentais da passagem desse saber [científico, acerca do ambiente] para a sociedade civil, para a sociedade de massas"*. Acrescenta esta autora que os *media* além desta função são muitas vezes os construtores dos problemas ambientais²², referindo que existem *"estudos ligados, por exemplo à questão nuclear, onde se evidencia esta dependência [da sociedade civil face aos media]. Elisio Veron fez uma análise sobre o acidente nuclear de Three Mile Island (...) onde conclui que, se não fossem os meios de comunicação social, o dito acidente não teria passado de mais uma 'pane' no sistema técnico da central, conhecido apenas pelas pessoas que lá trabalhavam (...). De igual modo, Ulrich Beck, a propósito de Chernobyl, sublinha o papel decisivo dos media na divulgação do acidente"* (Schmidt, 2001: 55). Também Champagne e Pagés (1994: 55) referem que *"a 'mise-en-scène' mediática de um certo número de grandes catástrofes ecológicas (...) fez entrar, graças ao poder evocativo muito forte da imagem, estes temas na agenda pública e política"*. No entanto, como refere Schmidt (2001: 57) *"é muito importante, na análise dos efeitos mediáticos, levar sempre em conta as referências que um assunto invoca. Tudo depende dos contextos sociais, políticos, económicos, culturais, onde se gera a efectiva preocupação pública, e as chamadas 'ressonâncias culturais' que uma determinada*

²¹ Destes, destacamos Sjoberg (1989); Stallings (1990) Dasnoy e Mormont (1991); Caldwell (1992); Yearley (1992); Smill, (1993); Champagne e Pagés (1994); Smith (1995); Mormont e Dasnoy (1995); Mormont (1995); Dunlap (1995b) e Schmidt (2001).

²² Já em trabalhos de 1991 e 1995, Mormont e Dasnoy tinham chamado a atenção para o papel dos *mass media* como construtores dos problemas ambientais em diferentes contextos sociais.

questão pode desencadear numa época e num local específico". Isto significa que, em alguns casos, a simples cobertura mediática não é suficiente para desencadear as preocupações sociais e que *"muitos assuntos têm necessidade de ter um eco em atitudes e experiências anteriores, antes de poderem ser considerados importantes"* (Schmidt, 2001: 57).

Outro factor determinante, em termos globais da emergência da sensibilidade e consciência ambiental é o discurso e a prática política. Para a análise deste discurso e desta prática é de certo modo relevante o que se referiu a propósito dos *mass media*, dado que estamos igualmente perante uma forma de comunicação de massas. Assim, segundo Fernández (1993: 180) *"a comunicação política é uma modalidade da comunicação de massas, por isso a comunicação política em nada se diferencia de outros processos de comunicação massiva, mas tem como particularidade o facto de as suas referências se relacionarem directamente com acontecimentos políticos, afectando assim as condutas e as práticas dos agentes sociais num momento histórico determinado"*. Para além do carácter socializador da comunicação/prática política, manifesta-se ainda a sua função de apropriação e tradução das principais preocupações e necessidades sociais. Neste sentido, o discurso político, sobretudo a nível partidário, é condicionado por e condiciona as necessidades e preocupações dominantes no meio social onde se expressa. Deste modo, nas sociedades contemporâneas, não pode deixar de integrar também as questões ambientais e trazê-las a público (e.g. Yearley, 1992). Num contexto de preocupação social alargada é evidente também que os políticos não agem sem *"pensar nas vantagens eleitorais que podem obter com a sua actuação, de forma que o empenho dos partidos, de direita ou esquerda na demonstração de que as suas propostas políticas são 'amigas do ambiente' é um bom testemunho do manifesto interesse com que a opinião pública vem acompanhando o evoluir dos problemas ambientais"* (Yearley, 1992: 1). Neste *enverdecimento* do discurso político e da prática política não podemos deixar de referir a própria actuação da opinião pública, sobretudo através da acção de grupos de pressão, assim como a existência e o relativo sucesso eleitoral dos chamados partidos *Verdes* (e.g. na Alemanha e na Grã-Bretanha, em que estes partidos têm bastante adesão do público).

A proliferação e consolidação dos grupos ambientalistas nas sociedades ocidentais tem também repercussões inegáveis ao nível da formação de uma opinião pública sensível aos ou consciente dos problemas ambientais. A proliferação dos grupos ambientalistas deve-se segundo Elkington e Burke (1989) a um relativamente longo período de paz e prosperidade que se seguiu à II Guerra Mundial, em associação com o crescente mal-estar entre elementos centrais da população acerca dos valores materiais e do consumismo. Entre outros, estes aspectos têm, de acordo com os autores mencionados, propulsionado o crescimento do movimento ambientalista. Os grupos ambientalistas operam, embora não exclusivamente, essencialmente através da pressão junto dos responsáveis políticos. Por outro lado, tal como

referem Lowe e Goyder (1983) o alcance das acções destes grupos extravasa o círculo dos seus membros activos e alcança outros grupos sociais que atrás designámos como *público atento* e *público simpatizante* da causa ambiental. Apesar de uma parte significativa das investigações realizadas no âmbito das ciências sociais sobre o ambiente se dedicar ao estudo do movimento ambientalista “é mais fácil documentar a sua expansão do que explicá-lo” (Garner (1996: 68). Pese embora esta dificuldade, é possível tentar explicar o alargamento deste movimento, segundo três perspectivas:

1. a primeira encara o crescimento da preocupação ambiental como um produto adjacente a factores culturais e estruturais que ocorrem independentemente do estado objectivo actual do ambiente;
2. a segunda perspectiva reúne os autores que colocam a ênfase nas influências imediatas do *lobby* ambiental, dos *media* e dos cientistas;
3. finalmente, existem autores que se centram no agravamento dos problemas ambientais como a chave explicativa para o aumento dos grupos ambientalistas. (e.g. Garner, 1996).

Para classificar o movimento ambientalista e a sua actuação como formador da opinião pública mais geral, existe uma série de esquemas classificatórios que podem ajudar-nos a entender a sua natureza:

- os interesses e as causas defendidas – a distinção mais comumente utilizada é a que separa os grupos que servem os interesses económicos dos seus membros e os que estão preocupados em promover e defender causas que não correspondem, pelo menos exclusivamente, aos interesses dos seus membros. A maior parte dos grupos ambientalistas segundo Gardner (1996) pode ser incluído nesta última categoria. Lowe e Goyder (1983) distinguiram também entre grupos de ênfase e grupos promocionais, sendo os primeiros aqueles que atingem algum sucesso e procuram mantê-lo com parte da sua acção e os segundos os que se encontram mais preocupados em promover a mudança dos comportamentos sociais no domínio do ambiente.
- O tipo de actividades fornece-nos a base para outro tipo de distinção. Distinguimos as actividades primárias e as actividades secundárias. Assim, no primeiro caso, trata-se de actividades cujo objectivo é alterar a legislação através do exercício de influência junto dos decisores e no segundo caso, encontramos essencialmente os serviços prestados pelos grupos aos seus membros. De um modo geral, podemos dizer que a maior parte dos grupos ambientalistas desenvolve ambos os tipos de actividades.
- A esfera geográfica de influência – distingue-se aqui entre grupos de acção internacional, nacional ou local. Esta distinção não é exclusiva, já que alguns

grupos operam aos três níveis. É convicção de Garner (1996: 75) que *"à medida que se observa um maior carácter transnacional dos problemas ambientais, não é surpreendente que cada vez mais grupos tenham adoptado também um papel na cena internacional"*.

- As preocupações principais – há cada vez mais grupos ambientalistas que fazem campanhas sobre uma variedade de assuntos, sendo actualmente praticamente impossível dividi-los por tipo de preocupação. No entanto, Lowe e Goyder (1983) fazem uma distinção dos grupos ambientalistas consoante a sua preocupação principal esteja mais relacionada com assuntos de conservação, de recreio, de amenidades ou de recursos.

Seja qual for o quadro classificatório que se adopte, é hoje inegável para a maior parte dos autores consultados, o importante papel que os grupos ambientalistas têm desempenhado como formadores de uma opinião pública *verde*, i.e., preocupada e relativamente atenta às questões ambientais. A acção destes grupos quer junto da opinião pública, através da divulgação de problemas e de práticas ambientais, quer junto do poder político, para a resolução ou minimização desses mesmos problemas tem sido crucial nas últimas décadas.

Os outros aspectos que a figura 2.3 contempla como importantes na formação da sensibilidade e da consciência ambiental referem-se à publicidade e aos processos de educação formal e informal. No que diz respeito à publicidade, não só assistimos nas últimas décadas a um aumento de anúncios de produtos dirigidos a um tipo de consumidor específico – i.e. o consumidor de produtos *'amigos do ambiente'* (quer pela forma como foram produzidos, quer pela forma como podem ser reutilizados ou reciclados depois de consumidos) – como também ao crescimento de anúncios publicitários que fazem apelo aos elementos naturais e ao ambiente como meio de vender um determinado produto (e.g. Elkington e Burke, 1989; Yearley, 1992). Este aumento tem consequências ao nível da formação da opinião pública e também ao nível da alteração de alguns hábitos de consumo, embora possamos dizer que a sua influência têm uma dimensão menor do que a dos factores mencionados anteriormente.

Relativamente aos processos de educação formal, parece-nos claro que um contexto rico em meios formativos e informativos é um elemento preponderante na alteração dos sistemas de valores. A escola, como meio de aquisição de conhecimentos formais, por um lado e como meio crescente de socialização informal dos indivíduos, por outro, parece poder desempenhar um papel decisivo neste domínio. Um pouco por todo o mundo ocidental, a expansão e a democratização do ensino trouxe consigo o alargar do leque dos temas abordados nos *curricula* das várias disciplinas. Questões como a cidadania e o ambiente, figuram actualmente nos programas de um grande número de disciplinas e não apenas nas que

directamente estão relacionadas com estas questões, contribuindo assim para o emergir e consolidar destas preocupações, sobretudo junto das gerações mais jovens.

Por processos de educação informal, entendemos a maior parte das práticas e discursos que referimos anteriormente e ainda outras, ou seja, basicamente todas as formas de comunicação que auxiliem de forma directa ou indirecta à formação e consolidação da sensibilidade ou consciência ambiental. Neste contexto são de destacar as práticas de instituições e grupos sociais que, embora não directamente associadas às causas ambientais, veiculam representações e práticas neste domínio (e.g. instituições de carácter público como hospitais, repartições públicas, universidades e instituições de carácter privado) e que pela sua visibilidade social podem desempenhar um papel importante neste campo. Outros agentes que podem ser tidos em conta neste domínio (embora não representados na figura 2.3) são os cientistas. Segundo alguns autores, devido ao seu discurso hermético (que os *media* crescentemente divulgam, descodificando-o²³) os cientistas, no entanto, “*estão longe de ser a força dominante na definição da agenda ambiental, ao contrário do que muitas vezes é assumido*” (Grove-White, 1991: 442). Exactamente a respeito do papel que os cientistas podem desempenhar na formação das preocupações sociais com o ambiente, Shiva *et al.* (1992) referem que nas sociedades modernas a ciência e os cientistas despertam uma atitude de ambivalência no público, facto que se deve sobretudo à circunstância de o próprio avanço científico ter contribuído para a degradação ambiental e para a criação de outros aspectos negativos. Na mesma linha, Wynne (1992a e 1992c) argumenta que o conhecimento científico tem limites como autoridade no campo da formação de preocupações sociais precisamente devido às suas dificuldades de comunicação com o público em geral. Só quando os problemas ambientais “*são transmutados de factos técnico-científicos para factos políticos e éticos, é que adquirem não só dimensão social, como até esperança de poderem ser resolvidos. Isto porque, se os problemas não são consciencializados pela opinião pública, também não desencadeiam a conseqüente acção política e/ou a alteração de comportamentos, ambas necessárias à sua resolução*” (Schmidt, 2001: 53-54)

Observámos alguns dos aspectos subjacentes à emergência do ambiente como questão social. A maior parte das dimensões destes aspectos remetem para a existência de mutações sociais mais ou menos profundas, quer em termos da própria organização social, quer em termos dos valores que lhe estão associados, como veremos no ponto seguinte.

²³ Neste sentido, Schmidt (2001: 53) refere que nem sempre é possível descodificar o discurso científico a respeito dos problemas ambientais (ou de outros). Para esta autora “*por mais que as questões científicas sejam objectivas, elas nem sempre são objectiváveis para a opinião pública, sobrando aos mass media muita margem de manobra sujeita a interpretações e também a manipulações (...). Quanto mais complexo é o assunto maior a margem de manobra para o interpretar e manipular*”.

2.3. Os valores subjacentes às crescentes preocupações sociais com o ambiente

Como referem, entre outros, Yearley (1992) e Garner (1996), existem várias interpretações teóricas para o facto de a partir de um determinado momento, o ambiente ter ganho a dimensão que acabámos de observar junto da opinião pública um pouco por todo o mundo ocidental e dito desenvolvido. Embora apresentem alguns pressupostos e algumas conclusões diversas, a generalidade daquelas interpretações aponta para a existência de importantes transformações económicas, sociais, culturais e políticas como estando na origem das alterações em termos dos valores sociais relativos ao ambiente. Num certo sentido, elas apontam igualmente para o facto de a maior parte de nós possuir *valores ambientalistas*²⁴.

Todas as acções individuais e colectivas são informadas por valores. Estes podem ser valores pessoais, que cada indivíduo possui e que tendem a funcionar como razões e justificações para a sua acção e podem ser, igualmente, valores enraizados num determinado contexto social (por exemplo, a família, a escola, a comunidade) e que têm a capacidade de condicionar ou, ao contrário, estimular a acção individual. Simultaneamente, estes valores são prática e concretamente realizados na acção e na organização social (e.g. Guerrier e O'Brien, 1995). Dizer isto, é igualmente chamar a atenção para a existência de uma multiplicidade de valores, no seio de uma dada sociedade, que potencialmente entram em conflito. Tais conflitos de valores representam com frequência, como nos dizem Guerrier e O'Brien (1995: xiv), *“lutas políticas abertas entre diferentes grupos de interesse, onde os valores são mobilizados como recursos para se alcançar uma variedade de fins contra um maior (ou menor) grupo de oposição”*.

Os valores ambientais são hoje entendidos como valores que propõem ou sustentam uma acção para o cuidado e para a responsabilidade ambiental. Na realidade, os valores ambientais encontram-se intrinsecamente associados aos valores económicos, políticos e culturais. No entender de Guerrier e O'Brien (1995) e de Chase e Panagopoulos (1995) é hoje virtualmente impossível para qualquer cientista dar conta dos valores sociais neste domínio, dada a miríade de crenças, compromissos e atitudes que formam as relações dos contextos sociais com o ambiente. De qualquer modo, no debate acerca do ambiente e das alterações ambientais não pode deixar de ser tida em conta a questão dos valores e da sua diversidade. Isto porque os sistemas de valores se referem à justificação de princípios subjacentes a comportamentos e igualmente, às formas como acontecimentos específicos são interpretados pelos actores sociais e pelas instituições. Por outro lado e como refere Theys (1987: 23) “os

²⁴ Na realidade, como refere Pepper (2000: 445) se “*um ambientalista (segundo o Oxford English Dictionary) é alguém que está preocupado com a protecção do ambiente*” então, actualmente, “*a maior parte de nós, no Ocidente, é ambientalista nesta simples definição*”.

problemas do ambiente colocar-se-ão cada vez mais como problemas de valores” nas nossas sociedades ocidentais e industrializadas. Segundo Chase e Panagopoulos (1995: 70) a evidência tem sugerido que “os valores sociais relativos às questões ambientais são tanto egoístas como colectivos e que a dimensão económica desempenha na sua formação e desenvolvimento um papel bastante relevante”. Como mencionam os mesmos autores, os valores ambientais (à semelhança de todos os valores sociais), não são estáveis e não se encontram cristalizados. Isto evidencia a sua variação de acordo com os contextos sociais, bem como (e talvez mais importante nesta análise), a sua variação ao longo do tempo. Podemos então dizer com Pepper (2000: 452) e tendo subjacente a sua *simples* e abrangente definição de *ambientalista*, que o “*ambientalismo contém muitas correntes e muitas fracções potencialmente contraditórias*”. Isto acontece porque ele é o reflexo da sociedade na qual os valores ambientalistas nasceram “*apanhada entre a disposição da modernidade – que aparentemente a serviu bem durante alguns séculos – e a condição da pós-modernidade, na qual alguns dizem que estamos a entrar*” (Pepper, 2000: 454).

Embora não pretendamos fazer uma apresentação exaustiva das várias interpretações teóricas acerca dos valores sociais relativos ao ambiente, consideramos que vale a pena apresentar algumas delas pelo seu valor explicativo e pelo seu interesse analítico, assim como pela sua importância na sustentação do argumento que desenvolvemos neste trabalho.

Em primeiro lugar, consideramos as teorias acerca da falência do *paradigma social dominante* ou da *visão dominante do mundo ocidental*, paradigma que, como vimos, exacerbava os princípios da modernidade, se assim podemos dizer, postulando a crença no progresso científico e tecnológico ilimitado, a crença na capacidade desse progresso ser capaz de solucionar qualquer problema de carácter social e ainda a crença de que os recursos naturais eram inesgotáveis²⁵. É comum mencionar a cultura materialista ou o estilo de vida materialista (e.g. Daun, 1993; Dunlap, 1993; Redclift, 1995), associados a estas crenças, como responsáveis pela criação dos problemas ambientais. As crenças e valores associados ao *paradigma social dominante* estão intrinsecamente relacionados com a tradição judaico-cristã (e.g. Dwivedi, 1986; Barreto, 1994; Reis, 1996; Bell, 1998) e os seus efeitos na ética social dominante durante as últimas décadas. Insistindo na imutável subordinação da natureza, que existe para servir o Homem, esta ética conduziu segundo Dwivedi (1986), a uma concepção de progresso que o autor classifica como sendo *muito discutível*. Uma tal tradição colocou o Homem no papel de dominador e de explorador da natureza para dela retirar vantagens materiais. Como refere Reis (1996: 2) “*desde o século*

²⁵ A propósito do *Paradigma Social Dominante*, citemos aqui também o modelo POET, uma versão simplificada e antropocêntrica de um ecossistema, que conceptualiza a população humana (P), confiando na organização social (O) tal como na divisão do trabalho e na tecnologia (T) para se adaptar ao ambiente (E). Nesta formulação a componente ambiental contém todos os aspectos não humanos dos ecossistemas, incluindo os animais, as plantas e a matéria não viva (e.g. Dunlap, 1993).

XVI que a visão prometeica de submissão da natureza aos seres humanos se tornou uma ideia hegemónica na cultura ocidental”. Ao mesmo tempo que facilitou o crescimento económico e o enriquecimento de certos grupos sociais, esta ética contribuiu largamente para a actual crise ecológica (e.g. Dwivedi, 1986). A tradição judaico-cristã é fundada sobre a convicção de que o Homem é um ser superior ao resto da criação e que pode por isso, dominar a natureza e neste aspecto podemos encontrar também a base central do *paradigma social dominante*²⁶. De uma forma geral e citando Dunlap (1993: 724) “nas sociedades ocidentais somos socializados numa cultura que vê o ambiente como algo que deve ser posto ao serviço do Homem, para a satisfação das suas necessidades, numa cultura que vê o progresso e o crescimento científico como vulgares”. No sentido em que o Homem foi criado para povoar e dominar a terra (como é referido no Génesis – I-28), este parece ter encontrado na ciência um precioso aliado. Os progressos científicos e as suas aplicações técnicas permitiram ao Homem melhorar gradualmente as suas condições de vida com base na exploração dos recursos naturais. Esta melhoria incitou, simultaneamente, o Homem a acreditar firmemente no valor do progresso científico e no aumento da tecnologia. A maior parte dos indivíduos nas sociedades modernas ainda partilha da convicção de que a tecnologia e a ciência podem resolver qualquer problema com o simples passar do tempo. Segundo Dwivedi (1986) esta espécie de obsessão pela tecnologia e pela ciência pode ser enganadora e perigosa, como o testemunham os armamentos e os acidentes nucleares, entre outros aspectos. A esta constelação de valores e crenças – a que a tradição judaico-cristã está subjacente – corresponde assim e segundo Dunlap (1993) uma forma de ver o mundo, tomada como garantida, na qual a maior parte dos indivíduos é socializada. A adesão a esta visão dominante do mundo ocidental é vista como “encorajando as pessoas a usarem o ambiente mais do que a tentar viver em harmonia com ele, assumindo que podemos resolver todos os problemas que criamos” (Dunlap, 1993: 725). O início do colapso deste paradigma e dos valores sociais a ele associados, ficou essencialmente a dever-se à sucessão de catástrofes e acontecimentos ambientais que, entre outros aspectos, vieram demonstrar que nem sempre a ciência e a tecnologia dispõe de solução para os problemas existentes (e.g. Dunlap, 1994a; 1995a; 1995b e 1996). Os problemas ambientais de hoje são disso um bom exemplo²⁷. Como diz Pepper (2000: 445) “muitas pessoas têm também a noção de que o

²⁶ Sem fornecer evidência empírica consistente, alguns autores têm sugerido a relação entre a pertença a uma dada religião e a adesão a valores mais ou menos ambientalistas. Por exemplo, Viard (1985), analisando a relação entre a ética protestante e o ambientalismo, concluiu que as sociedades em que a religião dominante é o protestantismo apresentam, geralmente, níveis mais elevados de preocupação social com os aspectos ambientais. A respeito da influência da ética protestante nos níveis de preocupação ambiental, ver também Eder (1993). Dunlap, em 1993, apresenta também algumas conclusões sobre este assunto, referindo que os habitantes dos EUA que pertencem ao cristianismo parecem expressar menores preocupações com os problemas ambientais e menor apoio à protecção ambiental, do que os norte-americanos não religiosos. Mas como refere o autor, tais conclusões podem estar enviesadas pelo facto de as raízes do cristianismo estarem um pouco por toda a parte e poderem influenciar igualmente os que não professam nenhum tipo de religião.

²⁷ A célebre Equação IPAT, que vê o impacte ambiental de uma sociedade (I), i.e., o seu nível de degradação ambiental, como função do tamanho de uma população (P), do nível médio de rendimentos (A) e do uso de tecnologia (T) reflecte bem o *Paradigma Social Dominante* e a sua falência. Esta formulação muito simplificada implica que todas os outros

crescimento económico e tecnológico, i.e., o 'desenvolvimento', que foram durante muito tempo considerados desejáveis e mesmo a medida do 'progresso' são, de algum modo, os responsáveis pela produção da degradação ambiental". Isto significa também que a ideia da ciência (e em associação da tecnologia) "como essencialmente boa, que serve ou pode dar os instrumentos ao Homem, precisamente para o uso e controlo da natureza" (e.g. Gonçalves, 2001: 47) é hoje profundamente posta em causa.

Uma consequência importante da confiança dominante na ciência foi aquilo a que Redclift (1995: 9) chama a "expectativa da certeza". Com o desenvolvimento das técnicas e dos métodos científicos, o estatuto de predição científica aumentou e com ele aumentou igualmente o *status* dos cientistas. No entanto, prever as consequências ambientais tem-se revelado um processo complexo. Isto acontece porque, por um lado, os sistemas ambientais são, também eles, dotados de grande complexidade e, por outro "devido ao carácter pouco previsível da acção humana" (Redclift: 1995: 9). Falar em *expectativa da certeza* é falar também no seu oposto ou seja na *expectativa da incerteza*, que parece dominar este colocar em causa das sociedades modernas, das suas manifestações e realizações mais visíveis.

Em 1993, Ogrizek anunciava que "o fim do século XX será marcado pela inquietude do Homem acerca do futuro do seu planeta", acrescentando que "a profusão de ideias sobre o tema e a confusão dos debates não fazem senão alimentar esta inquietude" (idem: 7). Mas a que se deve uma tal *incerteza* ou *inquietude*? Para responder a esta pergunta não podemos deixar de apresentar as análises desenvolvidas por Beck e Giddens. Estes autores podem ser considerados os teóricos mais proeminentes desta corrente interpretativa das alterações dos valores sociais nas sociedades actuais. Beck essencialmente devido à proposição do conceito de *risk society* (*sociedade de risco*), que designa justamente uma sociedade dominada pela insegurança e pela incerteza. (e.g. Beck, 1992; 1994). Giddens através da proposta da noção de *pós-modernidade* (Giddens, 1990; 1991 e 1994). Ambos os autores propõem que se aborde a questão da *incerteza* e do *risco*, que parece dominar as sociedades contemporâneas, à luz daquilo a que chamam também '*reflexive modernization*' (*modernidade reflexiva*²⁸). Esta insegurança generalizada não diz apenas respeito aos problemas ambientais, mas eles dão um poderoso contributo para este fenómeno (e.g. Irwin, 2001) Essa contribuição é dada sobretudo por algumas das suas características principais, como a reduzida visibilidade da maior parte dos problemas ambientais e o seu carácter crescentemente global e transfronteiriço. A este propósito Adam (1993: 400), diz que "os processos ambientais não têm em conta as fronteiras socialmente constituídas, eles

aspectos sendo iguais, o impacte de uma sociedade sobre o seu ambiente, ou seja, a degradação ambiental, aumentará se aumentar a sua população, se esta tiver maiores rendimentos ou utilizar uma tecnologia mais danosa.

²⁸ Há dificuldades evidentes na tradução desta expressão. Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista '*reflexive*' não significa, nesta expressão, apenas *reflexão*, mas sobretudo auto-confrontação (e.g. Beck, 1994). Se quisermos, a *modernidade reflexiva* pretende mostrar-nos uma sociedade que se vê ao espelho, que se confronta a si mesma, aos seus pressupostos, às suas formas de produção e reprodução.

expandem-se pelo globo e afectam a matéria viva e inorgânica. Têm impactes nas pessoas de todas as nações”. Na mesma linha Beck (1992: 73) aponta a ausência de sistemas de conhecimento claros e inequívocos como subjacentes à crescente percepção dos riscos, tornando estes mais problemáticos: *“em toda a parte, os poluentes e as toxinas riem e fazem os seus truques como demónios na Idade Média. As pessoas estão ligadas a eles de forma inescapável. Respirar, comer, habitar, vestir-se – tudo foi penetrado por eles... A sua invisibilidade não faz prova da sua não existência; mas em vez disso, uma vez que a sua realidade tem lugar no reino do invisível a sua suspeita maldade ocupa um espaço ilimitado*”. No mesmo sentido, Theys (1987) refere que foram os acontecimentos, mais do que as análises teóricas que impuseram a ideia de uma sociedade vulnerável. O autor aponta os atentados terroristas que tiveram lugar a partir do início dos anos setenta; a crise energética de 1973; as ameaças sobre o estreito de Ormuz; a avaria eléctrica que paralisou Nova Iorque em 1974 e principalmente a sucessão de acidentes tecnológicos após o de Sevezo em 1976 (muito particularmente (também pela sua mediatização) o de Chernobyl em 1986), como exemplos de acontecimentos que deram aos actores sociais a sua dimensão de vulnerabilidade e fragilidade. Paralelamente para a maioria dos autores consultados os riscos e os motivos que causam actualmente a incerteza e a insegurança em termos sociais, não são maiores do que o foram no passado, mas a visão dos actores sociais acerca do mundo e a elevada mediatização dos problemas conheceu alterações profundas nas últimas décadas. Esta perspectiva demonstra que, ainda que tenham condições objectivas de existência, os *“riscos são socialmente construídos*” (Dake, 1992: 26). Sustentando esta ideia, Giddens (1991: 115) refere que *“a preocupação com o risco na moderna vida social, nada tem que ver com os perigos existentes*”, já que as pessoas nas sociedades desenvolvidas estão actualmente numa posição de maior segurança do que em épocas anteriores (e.g. em termos de saúde – o aumento da esperança de vida, a erradicação de certas doenças graves). Paradoxalmente *“em termos de segurança básica para a vida humana, os elementos de redução dos riscos parecem trazer um seu substancial aumento*” (Giddens, 1991: 116). Uma das formas de demonstrar este paradoxo das sociedades actuais é a comparação com outras épocas em que as ameaças à vida humana foram mais reais e mais constantes. É este precisamente o exercício que Theys (1987: 6 – 18) se propõe fazer, analisando o *risco* e a sua percepção social ao longo do tempo, ainda que de uma forma muito geral. Ele sugere três grandes períodos históricos, a saber:

1. de 1350 a 1750 (período que o autor designa como *“O Domínio do Medo*”) – o medo da peste, o medo dos incêndios, o medo da fome, o medo da noite, o medo dos monstros marinhos... O autor salienta que durante este período a peste é por excelência o símbolo da catástrofe. Mas, ao contrário do que observamos actualmente e paradoxalmente, *“a catástrofe, ainda que omnipresente, era bem tolerada, porque era*

apreendida como uma manifestação da providência divina (ou um Decreto de Deus, como dizia Lutero, falando da peste) e integrava-se perfeitamente na visão do mundo, então dominante” (Theys: 1987: 9).

2. De 1750 a 1950 (período designado pelo autor como “O Tributo à Industrialização”) – em meados do século XVIII três fenómenos vêm modificar totalmente a percepção e a natureza das catástrofes: o fim das grandes epidemias de peste; a filosofia das *luzes* (*iluminismo*) e o início da Revolução Industrial. Como refere Theys, o século XVIII começa um lento processo de substituição do *medo* pela *angústia*, que pode ser definida como “*um medo sem objecto, ou como uma reacção irracional a uma ameaça imaginária*” (idem: 10). Na literatura por exemplo, a angústia surge como noção e vocábulo recorrente a partir do fim do século XVIII, um período em que a percepção aterrorizadora das forças da natureza se esbate gradualmente com a Revolução Industrial. De novo de forma paradoxal esta angústia emergente não está relacionada com o aumento dos perigos reais mas, ao contrário, com o aumento da segurança. Se nesta época os perigos têm já um carácter diverso dos da época precedente e sobretudo dos da Idade Média, “*o tributo pago à industrialização é particularmente alto. E aumenta à medida que se desenvolvem a exploração mineira, os caminhos-de-ferro, os transportes marítimos, assim como o uso de explosivos e de máquinas a vapor*” (Theys, 1987: 11). É essencialmente entre 1880 e 1930 que as catástrofes industriais conhecem o seu pior período. O paradoxo é, uma vez mais, que tais situações eram melhor toleradas socialmente que hoje, numa época em que não existiam sistemas de protecção social e numa época em que os *Decretos de Deus* já não servem como explicação. Como refere Theys, à religião sucede-se uma espécie de resignação social. Nem a I nem a II Guerra Mundial afectaram este cenário.
3. Depois de 1970 (o período do “*Risco Insuportável*”) – Entre os anos cinquenta e o início da década de oitenta, a natureza e o estatuto social do risco mudaram tão radicalmente como no final do século XVIII. Bophal e Chernobyl substituem-se ao Titanic como figuras simbólicas da catástrofe. Diz-nos Theys, 1987: 12-13) que “*todas as estatísticas demonstram que os riscos não voluntários de morte accidental são muito menores do que alguma vez o foram – pelo menos nos países industrializados – mas mais de 80% do público e 60% dos dirigentes consideram que, globalmente, os riscos são mais importantes agora do que há vinte ou há quarenta anos atrás. Esta diferença não pode explicar-se apenas por uma hipertrofia da angústia, mantida pela crise económica, o espectro da guerra nuclear e o excesso de segurança objectiva: ela reflecte bem uma transformação qualitativa profunda da catástrofe, que a torna cada vez menos aceite*”. Como se disse anteriormente, pela primeira vez o sentimento de insegurança parece ter ultrapassado largamente a realidade das ameaças. Uma vez mais, Theys (1987)

procura explicar este facto através de quatro razões principais: (1) a diminuição dos níveis de violência e de insegurança, tornou mais insuportável o que resta delas; (2) o alargamento dos sistemas de protecção social produziu uma exigência de extensão da protecção a todos os domínios da existência; (3) a sacralização da tecnologia fez-nos esperar que ela seja capaz de eliminar totalmente o perigo e, assim, os acidentes são considerados anormais e escandalosos e (4) o maior número de instituições e de técnicas associadas à segurança fez aumentar o sentimento de alienação e contribuiu para o seu descrédito e desestabilização sempre que ocorre algum fracasso²⁹.

À semelhança de Theys, também Giddens (1990; 1991) e Beck (1992) partilham uma periodização histórica da construção social do risco. Assim, para ambos os autores, nos tempos da *pré-modernidade* (que grosso modo corresponde aquilo a que Theys designa como o *domínio do medo*), os riscos associavam-se às epidemias e à fome e, como apontámos antes, eram socialmente representados como tendo uma fonte extra-social, na natureza e nas divindades. No período seguinte – a *modernidade* (em Theys os tempos de *tributo à industrialização*) – o desenvolvimento da industrialização substitui os riscos externos pelos riscos criados ou fabricados por essa mesma industrialização. Finalmente, o terceiro período considerado por ambos os autores diz respeito à *modernidade reflexiva* (a fase do *risco insuportável* na designação de Theys) – em que as condições emergentes tornam obsoletas as tradições políticas e sociais herdadas da modernidade e em que a nova ordem e contornos dos riscos fabricados ou construídos terá profundas implicações culturais e políticas (e.g. Beck: 1992).

Esta classificação da percepção social do risco consoante diferentes épocas ajuda-nos a reforçar a ideia de que as atitudes e representações face aos riscos são socialmente determinadas e por isso mesmo localizadas num determinado contexto social e político (e.g. Duclos, 1994). Esta constatação não deve conduzir, segundo Duclos (1987: 52), *“a um relativismo integral, que negaria toda a realidade do risco em si mesmo. O facto de reconhecer que o sentimento de perigo ou acontecimento catastrófico não tem, contrariamente ao que se pode pensar, nenhuma correspondência natural a um qualquer ‘instinto de sobrevivência’, mas é inteiramente formado, suscitado, pelo jogo simbólico dos sujeitos sociais, não implica negar a materialidade do perigo ou do acontecimento”*. Os riscos são, aliás, considerados por Giddens (1991) como parte do lado *negro* da modernidade. *“Viver num universo de alta modernidade, é viver num ambiente de oportunidade e sorte e*

²⁹ Algumas investigações têm demonstrado que, para além dos aspectos mencionados, a insegurança e a incerteza, assim como a intolerância face ao *risco*, estão muito associadas à disposição individual de aceitar melhor os riscos voluntários do que os involuntários; à consideração generalizada de que os riscos pouco prováveis mas com maior potencial catastrófico são mais graves do que os riscos muito prováveis mas de consequências mais limitadas; à aversão também generalizada face aos riscos dificilmente controláveis e cujos efeitos são pouco específicos e incertos e finalmente ao facto de a opinião pública ser tão sensível aos sinais de um acidente e à probabilidade das suas possíveis consequências máximas como aos seus reais impactes [(e.g. Theys (1987); Duclos (1987); Thompson e James (1995)].

risco – os inevitáveis concomitantes de um sistema guiado pela dominação da natureza e construção reflexiva da história” (Giddens, 1991; 109). Estas inevitabilidades estão, pois, na base da reflexividade da modernidade a que assistimos actualmente³⁰. Segundo Beck (1991) e Spaargaren e Mol (1993), nas sociedades modernas a questão central é a da legitimidade da (desigual) distribuição dos sistemas associados à protecção social e do bem-estar produzido. No contexto da *sociedade de risco* ou da *modernidade reflexiva*, as consequências problemáticas do desenvolvimento económico e tecnológico da modernidade tornaram-se os principais factores de preocupação. Assim, “*a lógica positiva associada à distribuição do bem-estar social tende a ser ultrapassada pela lógica negativa da distribuição dos riscos*” (Spaargaren e Mol, 1993: 440). Não podemos deixar de salientar que existe alguma sobreposição entre distribuição de riqueza e bem estar e distribuição dos riscos, já que os mais ricos terão sempre possibilidade de minimizar a sua exposição e têm também, com frequência, um maior acesso ao conhecimento e à informação sobre esses mesmos riscos³¹ (e.g. Bell, 1998; Cudworth, 2003). Como refere Bell (1998: 194) “*não podemos duvidar que os ricos se encontram em muito melhor posição para evitar as piores consequências de todas as ameaças ecológicas*” Aparentemente esta desigualdade na distribuição dos riscos é mais evidente a uma escala internacional, em que parece existir uma afinidade estrutural entre as situações de pobreza extrema e as situações de risco extremo (e.g. Spaargaren e Mol, 1993). Ou como refere Beck (1992: 41) “*particularmente à escala internacional é profundamente verdadeira a coincidência entre a miséria material e a cegueira face aos riscos*”. Muito embora discuta e reconheça a existência de zonas de sobreposição, o argumento principal de Beck (e também de Giddens) é o de que num contexto de internacionalização e de globalização dos riscos a possibilidade de existirem compensações ou a possibilidade de lhes conseguir fugir, diminui e, mesmo, desaparece (e.g. Mol, 2000; Rosa, 2000). Como dizem Spaargaren e Mol (1993: 440) “*os riscos resultantes do processo de modernização atravessam as fronteiras existentes (...) acabam com os limites que existem entre os indivíduos, grupos e países*”. No mesmo sentido podemos dizer que “*poverty is hierarchic, smog is democratic*” (Beck, 1992: 35). A democracia aqui relaciona-se, precisamente com o facto de os problemas ambientais não respeitarem qualquer tipo de fronteiras. Neste sentido, ninguém tem aptidão para escapar

³⁰ Benton (2000) acredita que a construção da *modernidade* ocidental é altamente questionável em si mesma, tal como acredita que o é a divisão de Beck e Giddens em *modernidade simples* e *modernidade reflexiva*. Este autor acredita que melhor do que tentar observar a crise ambiental à luz da modernidade reflexiva, seria mais adequado fazer uma análise “*socialista, ecologicamente informada*” (idem: 102). Nesta alternativa de análise os riscos ecológicos são encarados como resultado de interacções complexas entre os processos sociais, económicos e políticos nas modernas sociedades capitalistas. Esta alternativa enfatiza também o papel da acumulação de capital a uma escala mundial que, em conjunto com estratégias culturais, políticas e militares que a sustentam gera degradação ecológica e riscos diversos que tendem a afectar especialmente os pobres e os socialmente excluídos. Para este autor, a distribuição social desigual dos riscos ambientais faz com que as divisões de classe continuem a marcar as identidades sociais e as clivagens políticas num futuro próximo.

³¹ A respeito da desigualdade da distribuição dos riscos e dos benefícios ambientais, ver o trabalho de Dunlap e Morrison (1986). Os autores analisam a acusação de que o ambientalismo seria elitista e concluem, entre outros aspectos relevantes, que as reformas ambientais, por exemplo, não são benéficas para todos os actores sociais, indiciando assim que estas podem criar e mesmo exacerbar as desigualdades sociais.

ao risco na sociedade moderna: “a sociedade de risco (em contraste com a sociedade de classes) desenvolve uma tendência para unir as vítimas em posições globais de risco... amigo e inimigo, este e oeste, acima e abaixo, cidade e campo, sul e norte estão todos expostos às pressões do crescimento exponencial dos riscos da civilização... Nesta medida, a sociedade de risco controla novas fontes de consenso e conflito” (Beck, 1992: 47). A sociedade de risco acaba com os outros como categoria social (e.g. Spaargaren e Mol, 1993) ou se quisermos com a noção (tão cara à economia do desenvolvimento), do resto do mundo³².

Uma outra faceta dos problemas ambientais que se encontra subjacente à sociedade de risco ou, em última análise, à modernidade reflexiva, é o facto de que actualmente, como já referimos, eles serem invisíveis para os sentidos. Como refere Giddens (1991: 173) “danos ambientais, irreversíveis e de longo termo, podem já ter ocorrido, talvez envolvendo fenómenos dos quais ainda não possuímos consciência”. A circunstância de não se poderem observar imediatamente as consequências de um acidente ou de uma catástrofe ambiental impede os indivíduos de utilizarem o instrumento que tem, como sabemos já, um papel fundamental na apreensão e experiência do risco – a percepção sensorial. Há actualmente uma categoria significativa de riscos ambientais relativamente aos quais os actores sociais não têm “um sistema sensorial de aviso” (Spaargaren e Mol, 1993: 443). Para estes autores o choque antropológico que Beck (1992) identifica na sequência do desastre de Chernobyl, fica a dever-se em primeiro lugar a uma consciência crescente de que “ninguém é tão cego aos perigos como aquele que continua a confiar nos seus próprios olhos “ (idem: 443). É esta espécie de expropriação dos sentidos que tornou as pessoas tão dependentes da ciência, da tecnologia e da política. Estas entidades e agentes adquiriram em consequência, um papel determinante na mediação do processo social de percepção, de experiência e avaliação dos riscos. Como já argumentámos antes, na era da modernidade reflexiva, a ciência e a tecnologia e mesmo a política, demonstraram ser incapazes de continuar a desempenhar aqueles papéis de segurança ou de certeza, que é procurado pela generalidade dos actores sociais como meio de combaterem as suas próprias ansiedades e receios. Numa sociedade em que, segundo Beck (1992), o ser é determinado pela consciência esta espécie de institucionalização da incerteza e da dúvida significa que os actores sociais “estão carregados de um constante medo e insegurança” (Spaargaren e Mol: 1993: 443). Segundo Giddens (1991) viver na pós-modernidade é como conduzir uma jangada à deriva, já que a modernidade banuiu a tradição em muitos domínios e procura agora recuperar essa tradição. À pós-modernidade, Giddens (1994) chama também a sociedade pós-tradicional, ou seja uma sociedade que perdeu, de certo modo, as suas referências em muitos domínios e da qual os

³² Mas o resto do mundo existe e é ele que normalmente recebe as indústrias mais poluentes. Por outro lado, é também ele que tem mais dificuldades em fazer face aos riscos ambientais associados a estas indústrias.

indivíduos se encontram cada vez mais desligados (Beck, 1994)³³. Isto ocorre como consequência dos problemas sociais, económicos e políticos colocados pela modernidade e, em associação, dos problemas colocados pela globalização dos processos produtivos e económicos, dos valores socioculturais e até mesmo dos processos políticos. A globalização em todos os domínios contribuiu bastante, embora de forma pouco clara ainda, para a modernidade reflexiva, para a necessidade de a sociedade moderna se confrontar consigo mesma (e.g. Mol, 2000; Spaargaren, Mol e Buttel, 2000 e Rosa, 2000;). De um modo geral, podemos dizer que a globalização é o processo histórico que faz com que o mundo possa ser entendido como um *lugar único* ou *um só lugar*³⁴. A carga real do conceito de globalização, pelo menos aquela que é mais frequentemente observada, é a de que as fronteiras convencionais se tornam cada vez mais irrelevantes para os actuais padrões da maior parte das actividades económicas, culturais e até mesmo políticas (e.g. Axford, 2000). Segundo Giddens (1990: 64) este entendimento do mundo como um só lugar decorre da “*intensificação das relações sociais mundiais*” que “*unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa*”. A pós-modernidade é pois cada vez mais uma espécie de *MacWorld*, ou seja, “*um mundo feito a partir da MTV, do MacDonaldis e de M&M’s*” (Axford, 2000: 243). A mesma argumentação é desenvolvida por Santos (2001) a propósito da cultura global que é apanágio da modernidade avançada. Evidentemente, esta é apenas a perspectiva mais radical sobre os processos de globalização e que estes encerram uma multidimensionalidade difícil de operacionalizar. A par com os processos de globalização e em grande parte muito provavelmente em consequência deles, podemos detectar dinâmicas de resistência, de valorização das culturas locais, entre outras. Mas o traço mais marcante destes processos é o de que “*introduzem alterações na escala de organização social e alterações na consciência acerca do mundo*” (Axford: 2000: 244). Entendida assim a globalização não pode ser vista como um processo único para um momento histórico determinado. Ou como refere Hannerz (1996: 18) “*mundos diferentes, globalizações diferentes*”. Esta afirmação chama igualmente a atenção para o facto de a globalização não ser um processo novo. É um processo que se vem construindo há séculos e cujos fluxos e refluxos tomaram (e tomam) diferentes aparências em tempos e espaços diferentes. A globalização é um processo que, apesar de perspectivar um *mundo só*, é intrinsecamente desigual já que se manifesta diferentemente consoante os tempos e os espaços (e.g. Santos, 2001) A globalização, assim entendida,

³³ Beck fala usando a expressão de Giddens de ‘*disembedding*’, que no seu entender não significa isolamento ou atomização mas sim um certo *destacamento* em relação à sociedade. Segundo Beck (1994) e Giddens (1994) este destacamento conduzirá os indivíduos posteriormente ao ‘*re-embedding*’ (re-ligação). Estes termos designam a procura de novas formas para a sociedade industrial.

³⁴ A enorme amplitude e profundidade das interações transnacionais observadas nas últimas três décadas conduziu alguns autores a encará-las como claras rupturas relativamente às anteriores formas de inter-relação internacionais (e.g. Santos, 2001). Há segundo Santos (2001: 31) diversas formas de designar este fenómeno como *globalização, formação global, cultura global, sistema global, processo global ou culturas da globalização*.

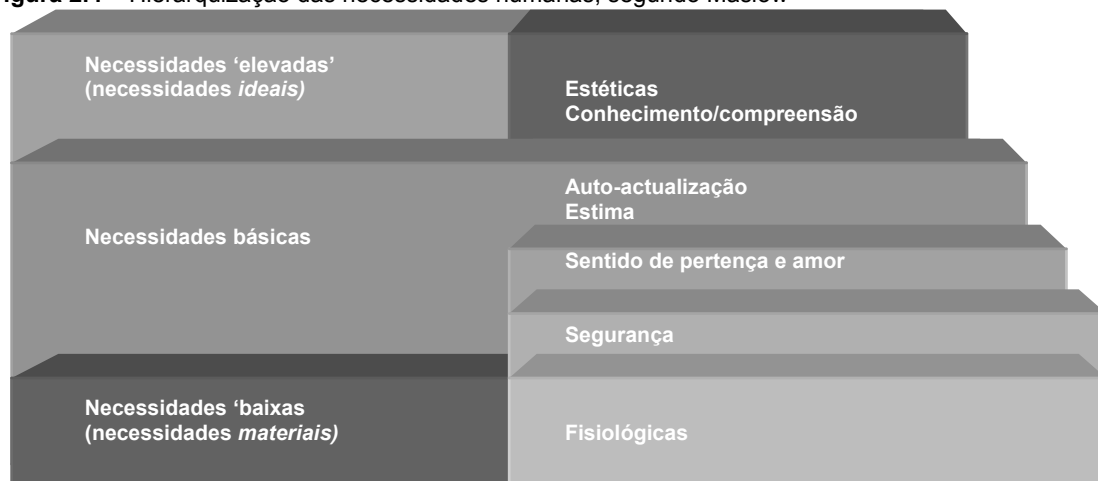
pode “*precipitar alterações na consciência e possivelmente na identidade*” dos actores sociais (Axford, 2000: 249).

A passagem da modernidade para a pós-modernidade ou para a modernidade reflexiva trouxe consigo, como vimos, importantes alterações em termos de valores sociais. Alguns autores notam no entanto que essa alteração de valores se iniciou muito antes da auto-confrontação das sociedades consigo mesmas. Aliás, em muitos sentidos podemos dizer que foi a própria modernidade, a abundância material e a relativa prosperidade e paz do pós-guerra, que contribuiu decisivamente para a alteração dos valores sociais. De acordo com Inglehart (1977), o principal autor desta perspectiva de análise, foram geradas novas prioridades e valores de tipo *pós-materialista*, com base na abundância que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial. Segundo Inglehart (1977) os indivíduos começaram a enfatizar mais os aspectos individuais e sociais que não são mediatizados pela produção material. O pressuposto básico desta perspectiva de mudança da defesa de valores *materialistas* para valores *pós-materialistas* é, então, o de que os indivíduos, uma vez satisfeitas as suas necessidades materiais básicas, se interessarão por questões menos materiais. Inglehart (1977; 1990) constrói a sua teoria baseando-se sobretudo nas grandes transformações económicas do pós-guerra, que vieram proporcionar à quase totalidade do mundo ocidental condições de satisfação das necessidades materiais, deixando-os assim predispostos para abraçar causas menos *materialistas*. Como se disse, a expansão dos valores de tipo *pós-materialista*, segundo este autor, verificou-se sobretudo depois da II Guerra Mundial, altura em que a maior parte dos países ocidentais “*conheceu uma paz e uma prosperidade económica sem precedentes. Este ambiente favorável foi acompanhado de um formidável recurso a meios de informação e de educação e de uma rápida transformação das suas utilizações*” (CCE, 1988a), factores que se traduziram por uma evolução dos sistemas de valores. Esta evolução, como já se referiu, pode ser explicada pelo facto de, tendencialmente, com o aumento da prosperidade económica, os indivíduos ficarem mais livres das suas necessidades básicas e poderem dar maior atenção aos aspectos não materialistas das suas vidas (e.g. Lowe e Goyder, 1983). Segundo Worcester (1994: 3) esta passagem de valores essencialmente *materialistas* para valores *pós-materialistas* intensificou-se com o *boom* económico dos anos oitenta que, “*mudou a atenção dos indivíduos dos valores e necessidades básicos para maiores níveis de qualidade de vida*”.

Um contributo muito importante para esta perspectiva do *pós-materialismo* foi dado por Maslow (1954) quando apontou as necessidades dos indivíduos como os motores psicológicos da sua motivação e acção. Segundo este autor, as necessidades básicas são aquelas que se relacionam mais directamente com as determinações biológicas dos indivíduos, ou seja, as que dizem respeito à alimentação; ao sono, ao sexo, etc. O autor foi um dos primeiros autores a propor uma hierarquia de necessidades que os indivíduos vão

preenchendo sequencialmente, de acordo com a sua relativa urgência em sobreviver. Segundo Maslow a maior prioridade é dada à satisfação das necessidades materiais que incluem tanto requisitos psicológicos como a segurança física e económica. Quando satisfeitas, como mencionámos, libertam os indivíduos para procurar atingir objectivos não materiais. Procurando esquematizar o que é proposto por Maslow, podemos observar na figura 2.4 uma hierarquização das necessidades humanas. Maslow (1954) procurou igualmente verificar o que acontecia uma vez satisfeitas as necessidades básicas dos indivíduos. Concluiu que emergem sempre novas e maiores necessidades e são estas que, depois, passam a dominar as suas motivações para agir e as suas próprias acções. Uma vez estas necessidades também satisfeitas surgem outras maiores e assim sucessivamente. Maslow concluiu, então, que as necessidades básicas humanas estão organizadas numa hierarquia, que foi depois caracterizada por outros autores (e.g. Beer, 1990; Worcester, 1994; Bell, 1998) como uma hierarquia dos valores humanos ou sociais.

Figura 2.4 – Hierarquização das necessidades humanas, segundo Maslow



Fonte: Adaptado de Maslow (1954); Beer (1990) e Bell (1998)

Esta hierarquia das necessidades humanas ou dos valores sociais foi bastante explorada por Inglehart (1977; 1990; 1997) que coloca como hipótese nos seus trabalhos que a cultura de uma sociedade – i.e. os seus valores básicos, as suas crenças e mesmo os *talentos* dos indivíduos que a integram – estão profundamente relacionados com o sistema político e económico dominante nesse mesmo contexto social. Por sua vez, os sistemas culturais e as suas alterações, têm igualmente consequências importantes nas estruturas económicas, políticas e sociais. Inglehart (1990: 31) refere que “*uma das mais importantes fontes de variação cultural é o nível económico de uma sociedade – a segurança económica tende a aumentar o sentimento de satisfação numa sociedade, dando gradualmente origem a normas culturais relativamente mais elevadas*”. Os dados recolhidos por Inglehart sustentam esta tese, reflectindo que há uma tendência para os níveis de satisfação com a vida aumentarem

ou diminuir de acordo com as flutuações económicas. Os dados, que o autor recolheu em mais de duas dezenas de países, mostram a consistência da associação esfera cultural/esfera económica. Inglehart reafirma, de certo modo, alguns dos pressupostos da tese da modernidade reflexiva ou da pós-modernidade, já que segundo este autor *“o aumento dos valores pós-materialistas é apenas um dos aspectos de um ainda mais vasto processo de transformação cultural (...). Estas alterações estão relacionadas com uma preocupação comum: a necessidade de um sentido de segurança, que a religião e as normas culturais tradicionais forneciam anteriormente”* (Inglehart, 1990: 177). Todavia o autor rejeita alguns dos princípios dos teóricos da modernidade reflexiva e da sociedade do risco, ao afirmar que a insegurança não é um processo em crescendo, mas que, ao contrário, diminuiu bastante nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial: *“nas décadas desde a II Guerra Mundial, a emergência de elevados níveis de prosperidade (...) em conjunto com os níveis relativamente elevados de segurança social fornecidos pelo Estado-Providência (Welfare State), contribuíram para um declínio no sentido prevaiente de vulnerabilidade. Para a sociedade em geral, o destino individual não era já influenciado tão fortemente por forças imprevisíveis como o era na sociedade agrária e no início da época industrial. Acredita-se que esse facto foi decisivo para a difusão do pós-materialismo, que coloca menor ênfase nas normas religiosas e culturais tradicionais, especialmente nos modos em que essas normas colidem com a expressão da liberdade individual”* (Inglehart, 1990: 177). Em certo sentido, o autor advoga que o que provocou as alterações em termos de valores sociais foi o sentimento de segurança económica e social generalizada a seguir ao pós-guerra, enquanto que para os teóricos da sociedade de risco, as alterações em termos de valores foram, justamente, provocadas pelo aumento da insegurança social. Mas o que defende Inglehart pode estar relacionado com a elevada capacidade de permanência social dos valores, por assim dizer, ou seja, com o facto de *“as pessoas viverem no passado mais tempo do que imaginam”*, interpretando a realidade *“em termos de concepções e visões do mundo baseadas em experiências”* (Inglehart, 1990: 422). As visões do mundo prevaientes diferem, sem dúvida, de sociedade para sociedade, reflectindo as suas próprias especificidades históricas. Há diferenças entre sociedades e grupos sociais a que Inglehart chama *duradouras*, i.e., que permanecem no tempo. Os dados do autor, de 1977 para 1997 demonstram precisamente a considerável durabilidade das diferenças culturais entre países. Embora *duradouros*, os valores sociais e a cultura não são, evidentemente *imutáveis*. Assim, *“as visões do mundo que prevalecem numa dada sociedade tendem a mudar, mas alteram-se gradualmente, em larga medida através da substituição inter-geracional da população. Esta inerente lentidão da mudança cultural pode ser perigosa, porque significa que os valores e as assunções sobre os quais operam as elites e as massas podem estar baseadas numa realidade em vias de desaparecimento (...). As antigas visões do mundo são notavelmente persistentes, formando*

as atitudes e os comportamentos humanos mesmo muito para além das condições que os originaram terem desaparecido” (Inglehart, 1990: 426).

De qualquer modo, um traço dominante nas sociedades desenvolvidas é o aumento (entre 1977 e 1997) dos valores *pós-materialistas*. Inglehart (1997) reconhece igualmente o aumento deste tipo de valores nas sociedades dos países em vias de desenvolvimento. Isto significa que os valores sociais emergentes na maior parte do mundo ocidental e industrializado e em alguma parte do mundo em vias de desenvolvimento, estão cada vez mais associados a valores *imateriais*. Estes valores *pós-materialistas* são referidos por Inglehart (1977, 1990)³⁵ como englobando:

- a liberdade de expressão;
- a cidadania e a participação e envolvimento na vida pública;
- a humanização crescente da sociedade e a expansão da solidariedade;
- o pacifismo e a defesa de valores e causas sociais relacionadas com o fim de conflitos económicos e sociais;
- a supremacia das ideias sobre o dinheiro e
- a preservação do ambiente.

Por oposição, o autor identifica os valores *materialistas* que se encontram associados:

- à luta contra a inflação;
- à existência de exércitos nacionais fortes;
- à segurança física;
- à manutenção do crescimento económico e à estabilidade económica e
- à luta contra o crime

Como podemos observar, os valores e atitudes que caracterizam o pós-materialismo entram assim em concorrência com aqueles que sustentam um crescimento económico ilimitado que, em grande medida, provocou a degradação ambiental na dimensão que hoje possui. A expressão crescente das preocupações acerca da poluição, da destruição da natureza, da perda de qualidade das paisagens, entre outros, desafia os pressupostos subjacentes à modernidade e ao progresso, que associam a prosperidade material ao bem-estar em geral. Não deixa de ser irónico (ainda que pouco surpreendente) que os valores pós-materialistas sejam defendidos precisamente por indivíduos cujas condições materiais de vida lhes forneceram os meios para escolher e apreciar na totalidade o ambiente envolvente. Os pós-materialistas são frequentemente identificados como sendo mais jovens e instruídos, ocupando também uma posição socioeconómica mais elevada (e.g. Inglehart, 1990 e 1997). São em geral hostis às hierarquias e procuram a participação e as oportunidades de se

³⁵ Este autor elaborou em 1977 um instrumento de investigação que lhe permitiu recolher opiniões sobre as escolhas em termos de materialismo e não materialismo dos indivíduos. O inquérito que o autor elaborou revelou-se igualmente de extrema utilidade para testar o seu argumento de expansão dos valores de tipo pós-materialista nas sociedades ocidentais.

realizarem. Os valores materialistas, inversamente, estão mais representados nas gerações mais idosas. Isto acontece em parte porque a abundância conhecida durante o período de crescimento das gerações mais jovens e a privação experimentada pelas gerações mais velhas, deixaram as suas marcas na estrutura de valores de ambas as categorias. A tese do pós-materialismo é de grande utilidade na análise dos valores sociais face ao ambiente, dado que numa primeira fase eles foram encarados precisamente com fazendo parte dos novos valores não materialistas, como valores de qualidade de vida (e.g. Dunlap, 1995b). Segundo Dunlap (1995b: 105) actualmente a qualidade ambiental parece ter começado a ser encarada crescentemente como um direito básico: *“em vez de ser apenas um valor pós-materialista, um ambiente saudável é agora considerado por muitas pessoas como um componente básico dos padrões de vida”*.

O argumento das diferenças entre os materialistas e os pós-materialistas serve igualmente para explicar a diversidade entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvidos. De facto, estes dois últimos grupos de países não conheceram e experimentaram o mesmo tipo de abundância económica e de segurança material e social dos primeiros. Tal facto está na base da menor expressão dos valores pós-materialistas e igualmente, segundo alguns autores, na base da sua menor preocupação com questões como a da preservação do ambiente. Por exemplo Redclift (1995: 11) refere que *“as consequências ambientais da actividade humana são frequentemente experimentadas no espaço. O desenvolvimento económico dos países industrializados, as suas dietas e estilos de vida, foram responsáveis pela transformação dos seus ambientes. As marcas ecológicas deixadas pela industrialização e pelo consumismo não são fáceis de apagar”*. Isto serve, segundo o mesmo autor, para recordar que *“enquanto no Norte tendemos a olhar a protecção da natureza (of nature) como um ingrediente fundamental do ambientalismo, nos países em vias de desenvolvimento, os aspectos ambientais frequentemente se apresentam eles próprios em termos da protecção da natureza (from nature)”*. Afirmer isto é afirmar as diferenças entre o Norte e o Sul em termos de valores sociais face ao ambiente³⁶. Tal afirmação não pode ser surpreendente uma vez que, a maior parte das sondagens de opinião sobre o ambiente tendem a ser levadas a cabo nos países da América do Norte e da Europa Ocidental (e demonstram um crescimento consistente dos valores *ambientalistas*)³⁷, cujos níveis de riqueza variam apenas muito moderadamente. Dito isto, muito pouco é conhecido sobre as percepções acerca do ambiente nas nações não industrializadas e igualmente, muito pouco se conhece a respeito da relação dessas percepções e a situação socioeconómica desses países. Em consequência, como referem Dunlap, Gallup e Gallup

³⁶ No que se refere a estas diferenças ver os trabalhos de Dunlap (1993); Dunlap, Gallup e Gallup (1993); Dunlap, Lutzenhiser e Rosa (1994); Dunlap e Mertig (1995); Dunlap (1996); Figueiredo (1999c).

³⁷ Ver as sondagens da CCE (1986; 1988a; 1992; 1995 e 1999) em que é demonstrado um crescimento bastante acentuado quer dos valores *ambientalistas*, quer dos valores *pós-materialistas* em todos os países europeus.

(1993) tem sido difícil demonstrar o pressuposto, de que partem muitos cientistas sociais, de que os residentes das nações pobres são menos preocupados com as questões do ambiente do que os dos países mais ricos (e.g. Eder, 1993). Em 1992, esta situação foi substancialmente alterada com a publicação dos resultados de uma sondagem realizada em vinte e quatro países (doze deles desenvolvidos e doze em vias de desenvolvimento³⁸). Esta sondagem (e as suas subseqüentes) demonstrou que a tese de um hemisfério sul menos preocupado com as questões do ambiente não estava totalmente correcta. Sem querer apresentar exaustivamente os dados da sondagem mencionada, eles demonstram que embora os problemas ambientais tendam a ser referenciados em maiores percentagens pelos países desenvolvidos, não deixa de ser significativo que eles também sejam mencionados com alguma frequência nas nações menos desenvolvidas. Este aspecto sugere que as questões ambientais entraram nas agendas públicas de todos os países onde esta sondagem é efectuada e que se tornaram mesmo questões salientes numa boa parte deles. Um outro aspecto que vem reforçar o que acaba de ser dito, tem a ver com a percepção do ambiente como um problema grave nos vários países, de um conjunto mais vasto de problemas apresentados. Os problemas ambientais são reconhecidos como *muito graves* na maior parte dos países considerados e principalmente nos países em vias de desenvolvimento. No entanto, estes dados não indiciam o mesmo tipo de preocupação ambiental por assim dizer, uma vez que a consideração dos problemas ambientais como *muito graves* pelos inquiridos nos países em vias de desenvolvimento parece relacionar-se de perto com a natureza dos seus problemas ambientais que, em geral é mais séria do que nos países desenvolvidos ou, pelo menos, tem uma dimensão completamente diversa. Esta conclusão reforça-se no facto de a maior parte dos inquiridos dos países em vias de desenvolvimento classificarem o seu ambiente local (i.e. o seu ambiente quotidiano, do lugar onde residem) como *mau* ou *muito mau*. Enquanto que nos países desenvolvidos quanto mais distante é o ambiente a que nos referimos³⁹, pior é a classificação que os indivíduos lhe atribuem, nos países menos desenvolvidos observamos que se passa o contrário. Isto demonstra, de certo modo que embora a preocupação com o ambiente tenha níveis semelhantes no Norte e no Sul do planeta, a motivação dessas preocupações sociais é bastante diversa. Segundo Dunlap, Gallup e Gallup (1993), os níveis mais elevados de preocupação com o ambiente local e nacional, observados nos países em vias de desenvolvimento, têm muitas origens, incluindo a observação directa ou a experiência concreta de/e em ambientes degradados e também a informação acerca de problemas distantes e imperceptíveis, tais como o *efeito de estufa*, as

³⁸ No quadro dos países desenvolvidos estavam incluídos a República da Irlanda; a Grã-Bretanha; a Holanda, o Canadá, os EUA; a Dinamarca; a Alemanha; a Noruega; o Japão; a Finlândia; a Suíça e Portugal. Os países em vias de desenvolvimento que constavam desta sondagem eram o Brasil; a Nigéria; a Índia; as Filipinas; a Turquia; a Polónia; o Chile; o México; o Uruguai; a Hungria; a Rússia e a Coreia do Sul.

³⁹ Na sondagem mencionada pedia-se que os indivíduos classificassem o ambiente à escala local, nacional e mundial.

alterações climáticas ou a *destruição da camada do ozono*. Nos países desenvolvidos é este último aspecto (sobretudo através da informação divulgada pelos *mass media* acerca dos problemas ambientais distantes e/ou imperceptíveis) aquele que mais condiciona e molda as opiniões e os níveis de preocupação com o ambiente, enquanto nos países menos desenvolvidos é sobretudo a experiência e vivência directa e quotidiana da degradação ambiental que condiciona as suas atitudes. Efectivamente, nestes países os problemas ambientais mais citados (no âmbito da sondagem que temos vindo a referir) são precisamente aqueles que se relacionam com a má qualidade e/ou a escassez da água, a má qualidade do ar, a insuficiência de esgotos e sistemas de tratamento dos resíduos e o ruído. Ou seja, os problemas que mais afectam a vida quotidiana e que possuem bastante visibilidade. Apesar disto, os dados apresentados por esta sondagem (tal como os apresentados pela CCE, 1986, 1988a, 1992, 1995 e 1999) são bastante interessantes porque contrariam algumas das ideias feitas acerca da importância das questões ambientais para os países (e actores sociais) ricos e pobres. Apesar de a natureza das preocupações ser diferente, podemos dizer que, à semelhança dos próprios problemas, a preocupação ambiental também parece não conhecer fronteiras. No entanto, estas sondagens tendem a esconder algumas variáveis relevantes e que, sabemos já, podem condicionar as atitudes e os comportamentos dos indivíduos face ao ambiente – referimo-nos a variáveis como a idade, o sexo, a ocupação profissional, o nível de instrução, o nível de rendimentos, por exemplo. Dunlap e Van Liere (1980) e Inglehart (1990) demonstram como estas variáveis podem ter bastante influência relativamente às representações sociais do ambiente. Os jovens tendem a ter maiores preocupações com a qualidade ambiental do que os indivíduos idosos. A classe social também se relaciona de forma positiva com a preocupação ambiental, considerando em conjunto variáveis relativas ao nível de instrução, ao nível de rendimento e à profissão desempenhada. Por outro lado, Dunlap e Van Liere (1980) apontam ainda como factor importante o lugar de residência, argumentando que os residentes urbanos parecem expressar maiores preocupações com o ambiente e com a qualidade ambiental do que os residentes de áreas rurais. Dunlap e Tremblay (1978) discutiram duas hipóteses para a relação lugar de residência/preocupações com o ambiente:

1. os residentes urbanos estão mais preocupados com a qualidade ambiental (e em consequência com a protecção do ambiente) dado que geralmente estão expostos a níveis de poluição e outros factores de deterioração ambiental mais elevados;
2. os residentes das áreas rurais parecem ter “*orientações mais utilitárias face ao ambiente natural, dado que estão mais envolvidos em ocupações de carácter extractivo como a agricultura ou a exploração mineira*” (Dunlap e Tremblay, 1978: 184) Deste modo, uma mais directa dependência no uso do ambiente natural pelos rurais, parece resultar numa menor preocupação com a protecção do ambiente.

Para além da influência destas variáveis, que mais tarde debateremos em maior profundidade, sobretudo as que referenciam o lugar de residência (rural ou urbano) às preocupações e valores ambientais, é de salientar ainda que vários autores (e.g. Yearley, 1992; Freudenberg e Steinsapir, 1992; Freudenburg e Pastor, 1992) caracterizam o grosso das preocupações sociais com o ambiente como tendo um carácter *Nimby* (*'Not in my Backyard'* ou no meu quintal não)⁴⁰. Esta expressão pretende designar os indivíduos que apenas possuem sensibilidade para as questões ambientais que os afectam directamente ou à sua comunidade, não se interessando por outros problemas ambientais que ocorram, quer em comunidades vizinhas, quer a nível mais global⁴¹.

Parece relativamente evidente que actualmente, apesar da diversidade que podemos encontrar, é difícil negar a entrada do ambiente como assunto relevante nas agendas sociais ou públicas. Parece-nos igualmente que será difícil negar a existência de uma sensibilidade ambiental alargada nas sociedades contemporâneas. Essa sensibilidade, fruto de diversos factores, como vimos, indicia a passagem dos valores da modernidade para os valores da reflexividade da modernidade, dos valores materialistas para os valores pós-materialistas, colocando crescentemente em causa as visões dominantes do mundo e também, conseqüentemente, os modelos de desenvolvimento assentes no crescimento económico coadjuvados pelos progressos científicos e tecnológicos. Em suma, a sensibilidade ambiental crescente, indicia a passagem dos valores antropocêntricos (expressos pelo HEP, pela *visão dominante do mundo ocidental*, pela modernidade) para valores ecocêntricos (expressos pelo NEP e pela pós-modernidade e modernidade reflexiva). Os primeiros designam, como a própria noção indica, valores centrados no homem considerado o centro do universo e os segundos apelam a valores centrados no papel da natureza e dos ecossistemas (e.g. O'Riordan, 1981).

Como veremos no ponto seguinte, a esta sensibilidade social crescente face ao ambiente cada vez mais tem correspondido o poder político. Essa correspondência é visível através do aumento do número, e do alargar do âmbito, de debates e de convenções internacionais sobre questões ambientais, assim como do aumento de políticas e programas de protecção ambiental na maior parte dos países ocidentais.

⁴⁰ A título de curiosidade, esta característica pode também ser designada como *Lulu's* (*Local unacceptable land uses* – usos do solo localmente não aceites). Tanto os *Nimbys* como os *Lulu's* podem transformar-se em *Banana's* (*Built absolutely nothing anywhere at all* – Não constroam nada em sítio nenhum) e ainda em *Niaby's* (*Not in anyone's backyard* – no quintal de ninguém).

⁴¹ Ver a propósito da caracterização dos comportamentos *Nimby* especialmente os trabalhos de Freudenberg e Steinsapir (1992) e Kousis (1999a; 199b e 2001). Para Portugal, ver a análise e a caracterização dos movimentos ambientais de raiz popular entre 1974 e 1994, em que se aponta esta característica *Nimby* como a mais marcante na origem e actuação desses movimentos (e.g. Figueiredo e Fidélis, 2000 e Figueiredo, Fidélis e Rosa Pires, 2001). A propósito do Sistema Nacional de Tratamento de Resíduos Industriais (na sua primeira fase) ver igualmente o trabalho de Nogueira, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires (1996), no qual é visível a atitude *Nimby* da maior parte dos actores envolvidos nos protestos contra o referido sistema.

3. As respostas políticas às preocupações sociais com a questão ambiental

A partir de meados/finais dos anos sessenta, a degradação ambiental começou a ser considerada um problema social em quase todos os países industrializados. Embora os problemas associados à degradação do ambiente se fizessem sentir antes, apenas nesta década eles começaram a atrair a atenção do público e, igualmente, a dos responsáveis políticos. A maior parte dos autores consultados argumenta que o interesse político pelas questões ambientais se deve sobretudo a esta crescente sensibilidade da opinião pública (e.g. Dwivedi, 1986; Gyomard, 1987; Garner, 1996). Como refere Garner (1996: 6) o ambiente tornou-se um assunto político *“porque as pessoas suficientes ou as certas se aperceberam que existia um problema que necessitava de ser resolvido”*. Segundo este autor, isto aconteceu devido às catástrofes e acontecimentos ambientais, a que já aludimos no ponto 2.1, que vieram sustentar o crescimento do sentimento da existência de uma crise ambiental objectiva. Por outro lado, para além do aumento dos problemas ambientais (fruto também, como vimos, da sua maior mediatização), houve também uma alteração qualitativa na percepção desses problemas. Os problemas ambientais deixaram de ser apreendidos apenas no contexto local, com consequências negativas para um reduzido número de indivíduos, para passarem a ser entendidos como globais. Ou seja, *“a preocupação central tornou-se a sobrevivência humana num planeta que, é hoje reconhecido, não pode continuar indefinidamente a cooperar com um consumo de recursos não renováveis ou com a absorção de resíduos industriais em níveis como os presentes”* (Garner, 1996: 6). Como refere Dwivedi (1986) a crise ambiental é global e os níveis de degradação ambiental que lhe estão associados são susceptíveis de afectar todos e cada um, na medida em que potencialmente conduzem à destruição de todo o ambiente favorável à sobrevivência da espécie humana (entre outras). A incerteza quanto ao futuro do planeta, associada aos problemas ambientais, principalmente pelo seu carácter de problemas globais, cresceu não apenas no domínio dos valores sociais, como vimos no ponto precedente, mas alastrou-se a todas as esferas de organização social (ou seja, à esfera económica, cultural, científica, tecnológica e política) (e.g. Chase e Panagopoulos, 1995). Ainda que de extrema importância, como refere Garner (1996), a associação níveis de preocupação pública/níveis de preocupação política com o ambiente não pode ser considerada isoladamente como uma explicação para o crescimento das respostas políticas aos problemas ambientais. Garner (1996: 8) assinala igualmente que *“não devemos exagerar a importância dos problemas ambientais objectivos como uma explicação para a existência de políticas do ambiente (ou de preocupações políticas com o ambiente). Estes problemas objectivamente definidos podem de facto ser distintos de uma consciência subjectiva em relação a ou de uma preocupação com o ambiente, mas não podem explicar isoladamente porque é que o ambiente se tornou um assunto político tão*

importante”, sobretudo nas últimas duas décadas. O autor argumenta que há uma série de factores que lançam algumas dúvidas sobre as explicações anteriores, a saber:

- em primeiro lugar, muitos problemas ambientais não são directamente observáveis ou, pelo menos, não são muito fáceis de visualizar. Normalmente os problemas são mediatizados através dos *media*, dos grupos de pressão e também, dos cientistas cujas conclusões raramente são universalmente aceites;
- em segundo lugar, mesmo que a maior parte dos indivíduos tenha indirectamente experimentado desastres ou problemas ambientais, muitos deles têm relações bastante longínquas com os seus efeitos imediatos. Por exemplo *“mesmo que nos tenham dito que fomos afectados pelo desastre de Chernobyl, os efeitos continuam a ser imperceptíveis”* (Garner, 1996: 8);
- finalmente, mesmo que os problemas ambientais sejam reconhecidos, não conduzem imediatamente a respostas e soluções por parte do poder político. Isto acontece, segundo o mesmo autor, porque as causas de um problema visível podem ser disputadas e também porque, por vezes, as soluções possuem custos elevados. Ambos os factores estão subjacentes à *décalage* comum, em termos políticos, entre a identificação dos problemas e a sua resolução.

Fundamentalmente, o autor chama-nos a atenção para a miríade de causas subjacentes ao interesse político pelas questões e problemas ambientais e, conseqüentemente, à entrada definitiva dessas questões e problemas na agenda política, quer a nível dos países, quer a nível internacional. Por um lado, é extremamente simplista procurar apenas um factor como determinante na formação daquele interesse, mas por outro lado, é impossível determinar com exactidão qual o papel dos vários factores que nele intervêm. Podemos dizer que é da intrincada relação entre a pressão dos grupos ambientalistas, o crescimento do interesse público, a divulgação dos *media*, o trabalho dos cientistas e as consequências da modernidade, que se forma o interesse político pelos assuntos ambientais (e.g. Connelly e Smith, 2003), ou como refere Garner (1996: 10) *“importantes são os processos sociais, económicos e políticos envolvidos na colocação do ambiente no topo da agenda política”*.

O carácter da política ambiental, reflexo imediato da preocupação política com o ambiente, é produto então de processos complexos que importa clarificar e conhecer. Isto significa que, para perceber porque é que o ambiente se tornou um assunto político tão importante como o é nos dias de hoje e também para perceber as políticas de ambiente (nas suas várias dimensões), é necessário conhecer os problemas ambientais, mas conhecer igualmente que estruturas políticas se mostram mais adequadas para proteger o ambiente e ainda quais os processos subjacentes à tomada de decisão nesta matéria. De facto e como refere Dwivedi (1986: 405), a política do ambiente integra fundamentalmente um processo que é político e ainda o estudo dos problemas ambientais: *“ou seja a acção dos sistemas governativos e dos*

poderes públicos e a problemática do ambiente”. Desta forma, deveríamos ter em conta o papel dos partidos políticos e dos grupos de pressão, a actividade e culturas políticas, as ideologias, a elaboração e a aplicação das políticas públicas, na medida em que estes aspectos determinam os beneficiários, as circunstâncias e as modalidades de exploração do ambiente. Por outro lado, todos estes aspectos derivam da política de ambiente e tornam-na, igualmente, cada vez mais complexa e controversa⁴².

Foi sensivelmente a partir dos anos setenta que os governos começaram a modificar progressivamente as suas políticas com o objectivo de medir e resolver os problemas ambientais (e.g. Dwivedi, 1986). No final desta década, a maior parte dos países industrializados, segundo o mesmo autor, encontrava-se já dotada de instituições que permitiam aos diferentes governos agrupar o conjunto de acções e programas relativos ao ambiente numa única estrutura político-administrativa. Nas últimas duas décadas, sobretudo, tornou-se claro que apenas organismos de nível nacional não seriam suficientes para lidar com os problemas ambientais. Estes são, como já referimos, cada vez mais globais e em consequência disso as respostas políticas terão de ser, igualmente, globais (e.g. Dwivedi, 1986; Caldwell, 1992; Ogrizek, 1993; Dunlap, 1996; Garner, 1996 e Yearley, 1996). No final da década de oitenta, Dwivedi referia que apenas instituições internacionais investidas de autoridade e poder reais, poderiam elaborar e implementar políticas e programas de carácter global, em matéria de ambiente. Como diz Caldwell (1992: 63), *“assuntos globais como as alterações climáticas, a destruição da camada de ozono, a poluição do ar e da água, as espécies ameaçadas e os usos do espaço natural, deram uma dimensão internacional às políticas ambientais”*. No fundo, este autor advoga que a descoberta dos riscos associados às alterações globais do ambiente, deram novas dimensões à política e aos próprios processos de tomada e implementação de decisões neste domínio. Nesta internacionalização crescente das políticas ambientais desempenham um papel muito importante as relações Norte/Sul e a questão do desenvolvimento do chamado *Terceiro Mundo*. Não apenas a internacionalização das políticas ambientais envolve os países industrializados e desenvolvidos como atinge também, de modo crescente, os países em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Em certa medida isto acontece devido ao carácter transfronteiriço de grande parte dos problemas ambientais actuais, a que já aludimos, mas igualmente devido ao agravamento destes problemas em termos de degradação dos recursos naturais e do crescimento populacional. Estes problemas estão agora inextricavelmente associados ao desenvolvimento do *Terceiro Mundo* e aos processos económicos mundiais (globais). Como refere Garner (1996: 111) *“o ambiente global tem potencialidades para se tornar na maior fonte de problemas entre o Norte e o Sul. Por outras palavras, é agora impossível separar o*

⁴² Não vamos abordar aqui todos estes aspectos, uma vez que eles ultrapassam o âmbito desta tese e constituiriam em si mesmos objectos de análise e matéria suficiente para outra investigação.

*ambiente do desenvolvimento (...). Só a cooperação internacional pode esperar resolver estes problemas*⁴³. Ou como nos diz Ogrizek (1993: 10) “cada vez mais os projectos transfronteiriços serão as plataformas de comunicação privilegiadas para fazer face à crise ecológica”.

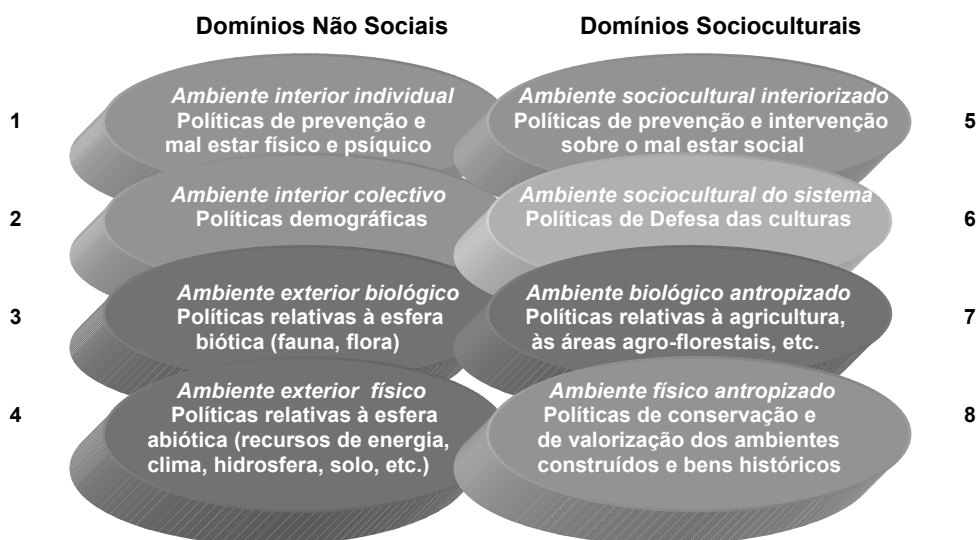
Torna-se, assim, evidente que os problemas do ambiente são problemas políticos e neste sentido todos os elementos da regulação social (a ciência, o direito, a opinião pública, os *mass media*, as instâncias éticas) estão mobilizados para esta questão, não apenas ao nível nacional como, essencialmente, ao nível internacional. Mas o que podemos nós entender por respostas políticas à crescente preocupação social com o ambiente? Fundamentalmente e, ainda que, como vimos, a resposta a esta questão mobilize várias dimensões, trata-se de analisar as políticas ambientais. No âmbito da literatura da especialidade, a definição de ambiente refere-se ao conjunto dos recursos naturais e a eventuais alterações causadas pela intervenção humana. Exclui tradicionalmente os recursos directamente produzidos pelo Homem, que entram noutra esfera da política, por exemplo na política urbanística ou na dos bens culturais. A este respeito podemos considerar interessantes algumas definições expressas em manuais de ciência política, nos quais geralmente o ambiente se apresenta diverso de tudo quanto é socialmente construído. Uma definição que podemos apontar, como exemplo, é a proposta por Lewanski (1997) (citada por Mela, Belloni e Davico, 2001: 189): “a política ambiental corresponde ao conjunto de intervenções realizadas por autoridades públicas (...) com o fim de disciplinar as actividades humanas que reduzem a disponibilidade dos recursos naturais ou agravam as suas qualidades e a sua fruição”. Ainda que relativamente linear, esta definição traduz em certa medida, a necessidade actual de proteger a natureza dos seus agentes de degradação principais – os Homens. Outras perspectivas sobre o que é a política ambiental são aquelas que se referem à esfera das grandes escolhas, por assim dizer – o *dilema democrático*, como o define Parker (1995) – entre os *valores certos* e os *processos certos* no âmbito das políticas públicas; ou ainda os *dilemas sociais* como os designam Chase e Panagopoulos (1995). Trata-se claramente de uma esfera a que podemos chamar *ética*. O ambiente de que nos fala esta perspectiva é então o do ecossistema na sua acepção mais lata, i.e., como condição essencial à existência e sobrevivência de todo o planeta Terra. Nesta perspectiva das grandes escolhas ou dos *dilemas*, o ponto central, segundo Mela, Belloni e Davico (2001: 190) é “o problema do equilíbrio, cuja perda provocaria a activação de processos sistémicos que levariam

⁴³ Exactamente como refere Chokor (1993) a protecção ambiental é um tópico controverso no desenvolvimento contemporâneo do *Terceiro Mundo*. O autor diz-nos que embora existam pressões e interesses crescentes por parte dos governos dos países industrializados e das agências internacionais na resolução dos problemas ambientais nos países em vias de desenvolvimento, pouco tem sido feito por parte destes últimos. Por outro lado, o autor examina as políticas ambientais da Nigéria, argumentando que se têm mostrado desadaptadas à realidade do país, já que envolvem aspectos daquilo a que Chokor chama o *ambientalismo moderno*, aspectos esses especialmente concebidos para enfrentar os desafios da degradação do ambiente nos países desenvolvidos.

provavelmente à inviabilidade do planeta para a espécie humana”. Esta perspectiva associa-se à necessidade, já apontada antes, de considerar a política ambiental como global, muito embora não excluindo a diferenciação inerente às situações dos diversos países (nomeadamente em termos de nível de desenvolvimento económico). Como vimos e como esta perspectiva reforça, a orientação actual das políticas ambientais parece ser a adopção de abordagens internacionais ou globais.

Para além desta orientação geral, outra tendência pode ser observada nas políticas ambientais das últimas duas décadas – a tendência para o alargamento progressivo do seu âmbito. Este alargamento, como referem Mela, Belloni e Davico (2001) vai no sentido da superação da oposição tradicional natureza/cultura, que inclui não apenas os contextos construídos e antropizados, mas igualmente os aspectos históricos e sociais. Mela, Belloni e Davico traçam justamente um quadro das principais correntes de políticas a que “numa definição alargada podemos atribuir o adjetivo ‘ambientais’” (idem: 187). A figura 2.5 mostra-nos justamente as correntes das políticas ambientais consideradas pelos autores.

Figura 2.5 – Correntes principais das políticas ambientais na actualidade



Fonte: Adaptado de Mela, Belloni e Davico (2001)

Na figura, a intensidade da tonalidade do fundo de cada domínio, representa o processo de alargamento do âmbito das políticas ambientais. O tom mais escuro corresponde ao núcleo original de formulação e implementação das políticas. Assim, justamente, os domínios 3, 4 e 7 são aqueles em que se exprime há mais tempo e com maior organização, a esfera típica das competências das políticas ambientais - no fundo, os domínios sobre os quais tradicionalmente actua a política pública em matéria de ambiente. A análise da evolução do debate e das políticas, permite-nos observar a sua progressiva ampliação para uma visão que tende a considerar, no que se refere ao ambiente, também aspectos relativos às características biológicas das populações humanas, às formas das suas localizações e das

suas expressões culturais e até aspectos associados à saúde individual e à saúde dos sistemas sociais (cf. na figura os domínios 2, 8, 1, 5 e 6 respectivamente). Nestes termos, como Mela, Belloni e Davico (2001: 188) referem “o elemento unificador das políticas ambientais é constituído sobretudo pelo carácter de ‘salvaguarda’ e de ‘defesa da integridade’ dos elementos e entidades (físicas ou culturais) que caracterizam um território”. Como mencionámos antes, dados os vários agentes e domínios de actuação envolvidos, a política ambiental é cada vez mais complexa e controversa, ou seja, “a definição e a conceptualização das políticas ambientais apresentam-se como operações especialmente problemáticas, quer pela complexidade do objecto e as ligações sistémicas que apresenta, quer pela ambiguidade da relação entre a natureza e o sistema social, mediado pela difícil avaliação de custos e benefícios” (Mela, Belloni e Davico, 2001: 193). Na sequência disto, os autores citados, propõem dois campos principais de reflexão:

- O primeiro diz respeito à natureza dos problemas relativos ao ambiente e à sua articulação com os indivíduos e os sistemas sociais.
- O segundo refere-se às competências necessárias para uma definição das políticas ambientais.

A estes pode ainda juntar-se um terceiro campo de reflexão, relativo à esfera das decisões e à teia das mediações exercidas tanto por *lobbies* políticos como económicos, que são essencialmente activados quando se definem regras limitativas de acesso aos recursos. Seguindo a lógica dos autores mencionados, no que diz respeito aos dois primeiros campos de reflexão, podemos apresentar como principais problemas na definição e conceptualização das políticas ambientais, os seguintes (e.g. Mela, Belloni e Davico, 2001: 193 – 195):

1. o carácter complexo e planetário dos problemas ambientais que são hoje objecto das políticas, que se traduz em questões como a determinação da origem dos problemas. Isto pode conduzir a uma sensação de impotência ou de indiferença quanto aos resultados das acções políticas e limitar, assim, a responsabilidade individual e colectiva em relação às decisões e aos processos de implementação;
2. a natureza de ‘bem público ou comum’ do ambiente que faz apelo à impossibilidade de excluir da sua fruição qualquer agente ou actor social, sob pena de “dar lugar a um ‘efeito perverso’ que conduziria a um consumo maior dos recursos (que são um bem finito) e comprometer a utilização futura dos mesmos” (idem: 194);
3. os efeitos relativamente prolongados no tempo de algumas intervenções humanas que provocam alterações no meio ambiente. Estas não são compatíveis com os horizontes temporais dos actores nelas implicados e igualmente com as acções políticas para solucionar aqueles efeitos negativos. Como referem os autores mencionados, isto favorece a perda de visibilidade ou a diminuição “da tangibilidade do problema, por parte dos agentes não directamente envolvidos nos processos decisórios e a

acentuação negocial de escolhas a breve e médio prazo, por parte dos agentes directamente interessados” (idem: 194);

4. o facto de os processos de tomada de decisão, no domínio do ambiente, se caracterizarem por níveis mais elevados de não coincidência entre os interesses interiorizados e os interesses manifestos e negociáveis, i.e., entre os agentes envolvidos e os agentes potenciais e entre as dimensões locais e as globais;
5. as políticas relativas ao ambiente ressentem-se de uma espécie de vulnerabilidade estrutural, decorrente da sua *“condição de paradigma não central, relativamente ao paradigma dominante nas sociedades industrializadas, baseado no desenvolvimento”* (idem: 195) que assentava no crescimento económico e na acumulação de capital;
6. actualmente o âmbito da política ambiental tem, como vimos, um acentuado carácter ético e uma acentuada dimensão de orientação para o futuro. Este carácter ético, frequentemente abstracto e não negociável de forma directa, tende a limitar a sua operacionalidade;
7. finalmente, o domínio das políticas ambientais está cada vez mais dependente de saberes especializados. Isto compromete potencialmente o processo de controlo democrático, podendo criar concentrações de poder por parte dos detentores do conhecimento ou ainda de grupos de pressão susceptíveis de controlar os processos de produção e difusão de informação.

Estes problemas associam-se de forma clara aos enunciados por Mormont (1993a; 1994a). Mormont enfatiza essencialmente a questão da legitimidade destas políticas que, na lista de problemas anterior, se associa particularmente ao segundo, quarto e último pontos. A legitimidade, no âmbito desta tese, diz respeito a duas ordens de factores relacionados: a primeira está interligada de modo mais evidente com a legitimidade que é atribuída aos processos políticos e a segunda com as legitimidades sociais associadas a determinadas representações e práticas, neste caso concreto relativas ao ambiente. Assim, no âmbito deste trabalho:

- a problemática da legitimidade é entendida, em primeiro lugar e seguindo de perto Godard (1989), como os processos através dos quais os sujeitos sociais elaboram ou reconhecem os princípios de ordem geral, susceptíveis de se constituírem como uma matriz de referência apreendida como legítima para a regulação de conflitos ou para a constituição de acordos, envolvendo os interesses comuns;
- em segundo lugar, entendemos a legitimidade como os procedimentos que os actores sociais utilizam para racionalizar e justificar as suas condutas perante si próprios e perante os outros actores.

Mormont (1993a, 1994a) advoga que a ausência de legitimidade das políticas do ambiente pode ser atribuída a vários aspectos. Em primeiro lugar, à ausência de clareza da definição

do próprio ambiente que se traduz no facto de não estar estabelecido nenhum corpo de *experts* reconhecido⁴⁴, tornando esta matéria bastante fragmentada. Em segundo lugar, o *deficit* de legitimidade é também um *deficit* de representação dos vários actores e interesses. Finalmente e em associação com o anterior, outro aspecto subjacente à ausência de legitimidade das políticas do ambiente prende-se com a sua falta de eficácia na prevenção, resolução ou minimização das situações de degradação ambiental. No mesmo sentido, é importante assinalar o contributo de Godard (1989), cujo questionamento da legitimidade e eficácia das políticas do ambiente se centra sobretudo nas condições do acordo social. A base da argumentação de Godard é a de que existem socialmente várias modalidades na elaboração simbólica de natureza e de ambiente⁴⁵. Em cada uma destas modalidades um elemento da natureza pode conhecer descrições e representações diversas – estas são uma definição do objecto, mas igualmente das relações que os indivíduos estabelecem com ele, da hierarquização de interesses e formas de acordo que são possíveis em torno desse objecto e do seu uso. Estamos assim perante “*várias ordens de legitimidade na definição de natureza (e de ambiente), o que pode causar dificuldades na sua gestão*” (Mormont: 1993a: 37). Reconhecer isto é igualmente reconhecer que existem vários princípios de legitimidade que é necessário ter em conta na elaboração e implementação das políticas do ambiente e, em consequência, na sua gestão. No centro desta tomada em consideração das várias legitimidades encontra-se o Estado, como a instância que faz, como diz Duclos (1995: 137), “*a mediação prática entre as várias racionalidades, quotidianamente traduzida na actividade administrativa*”. Para o desempenho de uma tal actividade é necessário que o Estado e as suas manifestações estejam investidos de legitimidade pública.

Como já referimos, as políticas ambientais colocam-se actualmente e de forma crescente a nível internacional e a importância desta dimensão global não pode ser questionada (e.g. Garner, 1996). No entanto, autores como Yearley (1996) e Pepper (2000) são críticos quanto a esta dimensão, já que argumentam que várias forças se combinam na actualidade, para produzir fragmentação em vez da desejada unidade. Há mesmo, segundo Yearley (1996) visões competitivas acerca das necessidades do planeta e das suas direcções futuras. Mesmo os problemas ambientais mais globais (como a destruição da camada de ozono e as alterações climáticas) não possuem consequências globais uniformes. Isto é particularmente

⁴⁴ Ver a propósito do papel dos *experts* na elaboração das políticas, o trabalho de Rip e Callon (1991). Os autores chamam a atenção para a necessidade de constituir fóruns de negociação híbridos, i.e., que não sejam apenas compostos por *experts* ou pelos políticos, embora reconheçam o papel fundamental dos primeiros no domínio das decisões políticas, dado que o conhecimento é fundamental à acção. Do mesmo modo, Barrier-Lynn (1991) analisa a função dos cientistas nas decisões políticas relativas ao ambiente, analisando os casos concretos da Grã-Bretanha e da Alemanha. Ramade (1991: 392), focando a mesma questão, observa a existência de um hiato “*paradoxalmente crescente entre as certezas adquiridas pela ciência do ambiente e a lentidão com que os conhecimentos penetram o domínio do poder político*”. Sobre estes processos e outras questões associadas à política do ambiente e ao ambiente na política ver o trabalho recente de Connelly e Smith (2003).

⁴⁵ Godard (1989) distingue vários tipos de natureza, segundo a sua representação simbólica, aos quais voltaremos mais adiante neste trabalho, a saber: a *natureza de renome*; a *natureza industrial*; a *natureza doméstica*; a *natureza inspiradora*; a *natureza comercial* e a *natureza cívica*.

verdadeiro no que se refere à divisão entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento a que já aludimos. Redclift (1995) e Yearley (1996) mostram-se particularmente críticos quanto ao conceito de *interesse global* ou de *bem comum*, dado que os termos têm sido usados com frequência para mascarar os interesses dos países do hemisfério Norte. Apesar destas perspectivas críticas cremos que a globalização dos problemas ambientais exige respostas cujo conteúdo tenha sido definido com base em negociação e acordo entre os vários países do mundo. A intrincada interdependência das várias nações ao nível do ambiente, como em outros, torna de certo modo indissolúvel a relação global/local ao nível das políticas, programas e medidas neste domínio. Caldwell (1992) diz-nos que actualmente os problemas ambientais introduziram novos elementos nas condições básicas de relacionamento entre as nações. Os acontecimentos catastróficos dos anos setenta e oitenta alteraram as relações tradicionais e as obrigações declaradas através da legislação internacional ganharam relevância quando as fronteiras deixaram de ser eficazes contra os acidentes exteriores. Diz Caldwell (1993: 63) “*uma série de acontecimentos catastróficos – Bophal, Sandoz, Chernobyl, Exxon Valdez – (...) obrigaram os governos a acalmar a ansiedade popular através de declarações ambientais retóricas*”. O autor designa estas declarações como retóricas porque a acção internacional tem-se mostrado bastante lenta na sua materialização, em boa parte devido às estruturas institucionais e às estratégias de gestão para implementar os acordos e os tratados internacionais, que não têm sido adequadas às necessidades. Como demonstram Caldwell (1992), Mela, Belloni e Davico (2001) e Connelly e Smith (2003) o papel das conferências internacionais tem sido importante (embora não suficiente). Neste domínio referiremos de novo a Conferência de Estocolmo, em 1972, que segundo Caldwell deu legitimidade política aos assuntos ambientais, embora os temas tratados estivessem mais relacionados com os danos económicos da degradação ambiental do que com a política ambiental *per se*. Desde esta conferência até aos nossos dias, várias outras se sucederam e bastante se alargou a visão sobre as questões ambientais. De um modo geral, a maior parte destas conferências foi da responsabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴⁶. Outro aspecto da internacionalização das políticas do ambiente é constituído pelos relatórios sobre os problemas ambientais, aos quais também já fizemos referência – os *Limites do Crescimento* de 1972; o *Relatório Brundtland* em 1987 e o relatório sobre o clima realizado pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change*, em 1990, para citar igualmente apenas alguns exemplos (e.g. Caldwell, 1992; Garner, 1996; Mela, Belloni e Davico, 2001; Connelly e Smith, 2003). Já antes destes acontecimentos, podem ser identificados alguns *tratados* e *regimes*, i.e., estruturas de regras formalizadas à escala internacional, que incidem sobre problemas

⁴⁶ Como a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro em 1992; a Conferência sobre o Clima, realizada em Berlim em 1995 ou a Conferência de Quioto em 1997 ou a Cimeira da Terra de Joanesburgo em 2002, para citar apenas alguns exemplos.

específicos e favorecem formas de cooperação e acordo entre as nações, influenciando também a actuação dos governos dos vários países. Um exemplo disto são os tratados no âmbito da energia nuclear, cujos riscos da sua utilização pacífica foram reconhecidos em 1957 com o estabelecimento da Agência Internacional da Energia Atómica⁴⁷. Outro exemplo foi a criação em 1969 do *International Council of Scientific Unions* que estabeleceu o SCOPE (*Scientific Committee on Problems of the Environment*). Em 1972 foi criado a *United Nations Environment Programme* (UNEP), na sequência da Conferência de Estocolmo e cujos objectivos eram tornar a ONU no principal centro para a cooperação ambiental a nível internacional. Mas, como diz Garner (1996: 113) “*mais do contribuir para a protecção do ambiente, a UNEP teve um papel de distribuidor de informações, particularmente através do seu programa ‘Earthwatch’*. O único papel importante e visível foi o de colocar a ligação entre ambiente e desenvolvimento na ordem do dia e na agenda política e cujos frutos podem ser vistos no Relatório Brundtland e na organização da Cimeira da Terra”. Outra organização, especificamente ambiental, é o *International Union for the Conservation of Nature* (IUCN) que consiste basicamente em agências governamentais e ONG’s e que, embora não possua poderes executivos tem bastante influência e autoridade (e.g. Garner, 1996). Também o *World Wildlife Fund* (WWF) deve ser assinalado, tal como a *Food and Agriculture Organization* (FAO) das Nações Unidas, a *Organização Mundial de Saúde* (OMS) e a *Organization for the Economic Co-Operation and Development* (OCDE), a *Organização Marítima Internacional* (OMI), o *Fundo Monetário Internacional* (FMI), entre outros. Embora algumas destas organizações não sejam especialmente vocacionadas para as questões ambientais podem ter um papel importante (tanto positivo como negativo) sobre esse mesmo ambiente. Por exemplo, Garner (1996) refere que o Banco Mundial ao emprestar dinheiro aos países em vias de desenvolvimento pode ter (muito embora não tenha até aqui efectivamente tido) um papel importante no domínio do ambiente, se juntar condições ambientais a esses empréstimos.

No domínio dos tratados e acordos internacionais do ambiente, podemos referir apenas como exemplo, o Protocolo SO₂ de Helsínquia, no qual as partes envolvidas se empenharam em reduzir as emissões transfronteiriças ou a *World Conservation Strategy*, apresentada conjuntamente pelo IUCN e pelo WWF que embora não possuindo uma força legal, serve como orientador para as partes envolvidas nas negociações dos tratados de conservação da natureza. Refiramos ainda a Convenção CITES (*Convention on International Trade in Endangered Species*) e a ICRW (*International Convention for the Regulation of Whaling*) que

⁴⁷ A apreensão pública a respeito desta temática derivou essencialmente de um teste atmosférico de armas nucleares, que levou ao estabelecimento do *Tratado Parcial de Testes Nucleares*, em 1963. No mesmo sentido, a *corrida ao espaço* pelos EUA e pela ex- União das Repúblicas Soviéticas despoletou a assinatura do *Tratado dos Princípios Governantes das Actividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, Incluindo a Lua e os Corpos Celestes*, em 1967. E a lista de tratados e acordos que se seguiram é imensa (e.g. Caldwell, 1992).

impõe obrigações restritas aos seus assinantes; a Convenção sobre a Biodiversidade e a Convenção sobre as Alterações Climáticas, estas últimas assinadas na Cimeira da Terra, em Junho de 1992. Também outros tratados e acordos cuja vocação não é especificamente ambiental, podem ter influência neste domínio, como é o caso da OMC (Organização Mundial de Comércio). Mais ainda e como sugerimos, estes acordos e tratados podem ser estabelecidos numa enorme variedade de formas, desde os que vão apenas da enunciação de princípios gerais, passando pelos que estabelecem orientações internacionais, até aqueles que estabelecem normas mais ou menos rígidas. Por outro lado, este tipo de acordos constituem-se, actualmente, como a forma mais comum de acção ambiental supranacional⁴⁸.

Uma outra forma de acção ambiental supranacional é a manifesta pela UE. No entanto, esta entidade não é como os outros agentes e como os tratados mencionados, uma vez que possui um grau de autoridade bastante específico junto dos estados membros e estes estão disponíveis para trabalhar em conjunto (e.g. Connelly e Smith, 2003). Desde a sua constituição, em 1957, a UE considerou os aspectos ambientais, mas só a partir dos anos setenta é que o ambiente foi seriamente abordado como questão importante (e.g. Tatenhove, 2002) e só com o Acto Único (1986) esta entidade passou a ter competências nesta área. Na sequência desta atribuição de responsabilidades, introduziu-se no âmbito da UE, um quadro legal formal para a política do ambiente e este passou a ter um estatuto muito maior e a influenciar as decisões noutros domínios, particularmente no económico⁴⁹.

Os autores consultados a propósito da internacionalização das políticas ambientais (e.g. Caldwell, 1992; Haig, 1992; Hurrell e Kingsbury, 1992; Ost, 1995; Redcliff, 1995; Garner, 1996; Mela, Belloni e Davico, 2001 e Connelly e Smith, 2003) salientam as dificuldades destas respostas globais aos problemas ambientais. Assim, o principal problema parece associar-se à soberania dos estados participantes que, devido a essa característica não são controlados por nenhuma força legal superior. Esta situação é particularmente grave no caso dos problemas ambientais, devido à dicotomia entre a interdependência da ecologia mundial (e dos mercados) que não conhece, como sabemos, fronteiras políticas, por um lado e ao carácter fragmentado do sistema político mundial, por outro. A este propósito Redcliff (1995: 14) refere (tendo como base a Convenção da Biodiversidade) que *“talvez o principal valor afirmado pela convenção seja o de que as nações têm direitos soberanos sobre os seus recursos biológicos dentro dos seus territórios”*. Neste sentido, neste Tratado como em outros, a atitude mais frequente dos estados soberanos é a defesa dos seus interesses específicos, mostrando um elevado nível de desconfiança relativamente aos outros. Assim,

⁴⁸ Sobre as dimensões internacionais da política do ambiente, especificamente sobre os organismos e agentes envolvidos, ver o trabalho de Connelly e Smith (2003: 217 a 257).

⁴⁹ Uma vez mais, para uma análise mais detalhada dos princípios, estrutura, instituições e instrumentos no âmbito da política ambiental da UE, ver Connelly e Smith (2003: 259 a 293). Também o trabalho de Tatenhove (2002) se reveste de grande interesse para a análise das políticas da União Europeia no domínio do ambiente.

“dado que o governo do mundo não é realista, as perspectivas para uma efectiva cooperação internacional também não são as melhores” (Garner, 1996: 115), mesmo se as partes envolvidas possuem benefícios idênticos. Como refere o autor citado, sem um organismo supranacional e com poder, a política internacional do ambiente parece não possuir garantias de sucesso na sua implementação. Em face desta dificuldade, não podemos considerar surpreendente que a maior parte dos tratados sejam concluídos em termos vagos, em princípios gerais, indicando apenas linhas de orientação. Com frequência, a escolha é entre conseguir muitas assinaturas nos tratados, convenções etc., ou adoptar obrigações e regulamentações que apenas alguns países estão preparados para concretizar. Estas dificuldades são bem ilustradas pela Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Humano (ou a *Cimeira da Terra*) de 1992 (e.g. Redclift, 1995; Garner, 1996; Connelly e Smith, 2003). Dos cinco acordos assinados, apenas dois deles possuem validade legal (justamente os que se referem à biodiversidade e às alterações climáticas). E no entender de Garner (1996) mesmo estes dois acordos têm poucos compromissos específicos⁵⁰. Para além destas dificuldades, podemos apontar mais duas, relacionadas mais de perto com o problema da implementação dos acordos:

- por um lado, existem poucas sanções para o incumprimento, embora possa ser aplicada (e seja com frequência) pressão diplomática e publicidade negativa internacional. Aqui o papel dos grupos ambientalistas é crucial;
- por outro lado, a avaliação da eficácia da implementação das normas contidas nos tratados (quando são cumpridas), é uma actividade complexa. Não só se trata de um processo lento e dispendioso ao nível da recolha da informação necessária, como a interpretação desta é uma tarefa complexa.

Mais uma vez a UE é um organismo único a este nível. Como nos diz Garner (1996: 119) “é o único com poder para acordar políticas ambientais que obriguem os seus membros”. No entanto, como refere Haigh (1992) a UE não é totalmente soberana sobre os estados-membros, dado que as quinze nações que compõem a União continuam a expressar o seu direito de soberania, a manifestar os seus interesses específicos e a prosseguir igualmente as suas próprias relações externas. Isto significa que os poderes da UE não são superiores, ou sequer equivalentes aos dos estados-nação que a integram. Estes têm direito de abandonar e têm liberdade para implementar e adaptar as directivas europeias. No entanto e como demonstram alguns estudos⁵¹ sobre a aplicação da política ambiental da UE aos contextos nacionais, este organismo tem tido um impacte muito significativo neste domínio na maior

⁵⁰ Estas dificuldades não significam que a Cimeira tenha sido um fracasso, já que persuadir 160 países a assinar uma convenção sobre alterações climáticas (mesmo que apenas um reduzido número a tenha até agora ratificado) pode ser considerado um acontecimento importante.

⁵¹ Sobre a política ambiental da UE e as especificidades da sua aplicação aos Estados-Membros podem ser mencionados os trabalhos de Silva Costa (1992), de Kramer (1995) e ainda a já referida obra de Connelly e Smith (2003).

parte dos países. Como refere Garner (1996) talvez um dos maiores obstáculos a uma efectiva política europeia de ambiente, seja o facto de a UE não possuir agentes que assegurem que as políticas são aplicadas e efectivadas. Isto conduz a situações problemáticas, desde as infracções às medidas da UE até à sua total não aplicação. Este problema foi parcialmente resolvido com a criação da Agência Europeia do Ambiente, em 1990, cuja tarefa principal é a recolha e a análise de informação ambiental para sustentar e reforçar a eficácia das políticas. Outros problemas frequentes estão relacionados com a conciliação da legislação europeia com a legislação já existente a nível nacional, com o pesado aparelho administrativo e com o baixo e ineficaz nível de consulta às partes interessadas. Para fazer face a alguns destes problemas o Sexto Programa de Acção Ambiental (2001/2009) propõe um conjunto de prioridades e objectivos:

- a melhoria da implementação da legislação ambiental existente;
- o aprofundamento da integração dos objectivos da política ambiental noutras políticas;
- o aumento dos mecanismos de disponibilidade e de acesso à informação para os cidadãos, de forma a que eles possam participar nos processos de tomada de decisão;
- a promoção de *boas práticas* ambientais.

De acordo com o último Programa de Acção no domínio do ambiente, os processos de tomada de decisão e de implementação das políticas ambientais devem ser sustentados pela participação de um leque tão vasto quanto possível de actores sociais e de outros agentes económicos e políticos. Neste sentido *“a Comissão estabeleceu um compromisso para desenvolver uma gestão e um governo mais abertos e transparentes, que aproxime os cidadãos europeus das instituições comunitárias. Este compromisso estende-se ao processo de elaboração das políticas, no qual são necessários esforços adicionais para garantir que o vasto leque de grupos de interesse terá oportunidade de influenciar a tomada de decisões. Este procedimento deve incluir interesses económicos, autoridades nacionais, regionais e locais e também as organizações de defesa do ambiente”* (CCE, 2001:62).

As dificuldades nas políticas internacionais relativas ao ambiente, bem como a delicada questão do *Terceiro Mundo* e da protecção dos seus recursos *versus* as necessidades materiais (económicas essencialmente) sentidas, continuam a colocar questões cruciais, como a de saber *“qual é o ponto de equilíbrio que deve ser alcançado entre a protecção ambiental e as necessidades e exigências das pessoas? Tal questão toca directamente o coração das modernas políticas do ambiente”* (Garner, 1996: 126).

Apesar de ser impossível dar aqui uma visão da legislação e das normativas no domínio do ambiente, consideramos importante apresentar alguns dos principais instrumentos de classificação e de interpretação, bem como as lógicas subjacentes às modalidades da acção

e aos mecanismos de controlo. Mela, Belloni e Davico (2001) referem a existência de duas lógicas no que se refere ao conteúdo e forma de implementação das políticas do ambiente – uma *antecipatória* e outra *reactiva*. A primeira está relacionada de forma evidente com a prevenção, i.e., com a antecipação dos problemas e a segunda com uma resolução dos problemas *a posteriori*. Para além destas duas lógicas, os autores referem ainda uma terceira, que definem como “*laxista*”, ou seja, uma lógica que é “*qualificável por uma substancial ausência de intervenções (...) ou pela reduzida elaboração e implementação de políticas*” (idem: 206). Esta ausência de intervenções pode ser considerada como uma política activa, embora pela negativa, dado que pode conduzir a processos, muitas vezes irreversíveis, de degradação ambiental. Integradas nas duas lógicas anteriores, podemos ainda identificar várias formas de abordar os modos como se lida com os problemas ambientais, ao nível da elaboração e implementação de políticas e medidas. Tomando em consideração o que é referido por Glasbergen (1992), por Wynne (1992d), por Smith (1995), por Parker (1995) e por Connelly e Smith (2003) podemos referir que existem, relativamente à forma que tomam as políticas ambientais, seis tipos de mecanismos:

1. *Proibição* – os mecanismos resultantes desta abordagem incluem sanções pelo não respeito de qualquer medida que a envolva e tem consequências fortes ao nível da acção sobre e dos usos dos recursos naturais. No entender de Glasbergen (1992: 192) “*é um instrumento muito problemático, porque envolve a culpabilização e a interdição de certas práticas. Mesmo as sanções que é necessário introduzir, não garantem que os indivíduos alterem realmente as suas acções*”;
2. *Subvenções/Subsídios* – os mecanismos resultantes desta abordagem têm como objectivo a implementação de certos tipos de comportamentos⁵². Subvencionam-se as boas práticas ambientais;
3. *Regulações espaciais* – mecanismos essencialmente territoriais, relacionados com o estabelecimento de normas de utilização dos recursos naturais existentes, como por exemplo o uso do solo. Como refere Glasbergen (1992) estas regulações são geralmente consideradas como o instrumento de planeamento mais eficaz. No entanto, os instrumentos espaciais de planeamento tendem a produzir muitas consequências negativas em termos de conflitos sociais⁵³;

⁵² A respeito das vantagens e dificuldades de implementação de um sistema de indução de boas práticas ambientais ou da alteração dos comportamentos, ver especificamente o trabalho de Dunlap (1996). Ver igualmente o trabalho, já mencionado, de Veitch e Arkellin (1995) sobre as alterações de comportamentos relativos ao ambiente.

⁵³ Existem efectivamente muitos exemplos de conflitos sociais provocados pelo estabelecimento de restrições aos usos dos recursos naturais numa dada área. Simpson (1993) por exemplo refere os conflitos sociais relacionados com a implementação dos Sítios de Especial Interesse Científico (*Sites of Special Scientific Interest*) na Grã-Bretanha e analisa a dicotomia entre a protecção do ambiente e o desenvolvimento económico, referindo que muitas vezes os actores locais vêem a protecção como um constrangimento ao desenvolvimento.

4. *Impostos e Taxas* – mecanismos que têm um funcionamento oposto ao da atribuição de subsídios, mas que possuem objectivos idênticos, ou seja visam a alteração de certos comportamentos, penalizando as *más práticas ambientais*.
5. *Campanhas de Informação* – mecanismos de informação e divulgação de boas práticas ambientais. Glasbergen (1992) refere que as campanhas deste género fracassam geralmente, quer porque em geral têm uma dimensão bastante ‘leve’ e têm de competir com ‘fortes’ comportamentos já enraizados;
6. *Acordos Contratuais* – trata-se de instrumentos diversos que são postos em prática através do acordo das práticas envolvidas. A existência de acordos tem a vantagem de negociar vários interesses e de os colocar em confronto. Por outro lado, em geral não existem mecanismos reguladores do seu cumprimento ou incumprimento.

Parker (1995) refere que os mecanismos associados à proibição e à regulação reduzem bastante a esfera de actividades dos cidadãos, aumentando potencialmente a não legitimação social das políticas e, conseqüentemente, comprometendo a sua eficácia. Este autor advoga que a democratização dos processos de tomada de decisão, ao nível local, assim como a capacitação das comunidades locais para intervir a este nível se torna cada vez mais fundamental, mesmo (ou precisamente devido) num contexto de crescente globalização dos problemas ambientais. Embora este *‘pensar global, agir local’* não seja suficiente (dado o carácter dos problemas ambientais), revela-se importante para assegurar aquilo a que Annenkov (1991: 752) chama *“a regulação de um desenvolvimento durável da geobiosfera”*.

Estão sempre implícitos valores naquilo que tomamos como garantido nos sistemas naturais assim como nas medidas que são propostas para proteger esses mesmos sistemas. A implementação de políticas ambientais (como de quaisquer outras) é também um processo que não está isento da interferência dos valores dominantes num dado contexto social. Como vimos, actualmente a questão das políticas ambientais é cada vez mais um processo ético, não só procurando conjugar interesses e valores diversos, como procurando impor uma nova ética ambiental. O máximo reflexo desta situação é o *Relatório Brundtland* que *“procurou alargar o debate e tornar as nossas preferências em termos de valores mais explícitas (...) e não admitiu ser ausente de valores. A ideia do desenvolvimento sustentável, como forma de informar as políticas não pode ser divorciada das tentativas para integrar sistemas de valores muito diversos”* (Redcliff, 1995: 15). Este Relatório tornou-se assim também *“a Sagrada Escritura do ambientalismo global”* (Caldwell, 1992: 74) ao definir que *“o desenvolvimento sustentável é (...) o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras responderem às suas próprias necessidades”* (WCED, 1987: 43). Há nesta proposição, bastante divulgada, uma orientação claramente ética. Esta noção de *desenvolvimento sustentável* é hoje fundamental a todas as

políticas, programas e medidas relativas ao ambiente e é “*um ponto de chegada de um debate que envolveu – a partir dos anos setenta – instituições, movimentos, cientistas e ao mesmo tempo, constitui um ponto de partida para possíveis elaborações futuras*” (Mela, Belloni e Davico, 2001: 216). Este desenvolvimento pode apresentar-se ao mesmo tempo como uma espécie de referência ética no debate acerca dos modelos de desenvolvimento que se afirmaram nas sociedades ocidentais e modernas, mas igualmente como um princípio de que podem depender escolhas e decisões com consequências imediatas. Esta noção pode ainda reunir diversas escalas, desde a global (i.e., a sustentabilidade planetária) até à local (a procura de modelos de desenvolvimento que assegurem um equilíbrio entre as necessidades materiais das populações locais e a preservação dos recursos naturais)⁵⁴. O objectivo do desenvolvimento sustentável é “*superficialmente (...) desposado pela maior parte dos governos*” (Redclift, 1995: 16)⁵⁵, já que a maior parte dos países do Norte assinaram (e em certos casos ratificaram) acordos que apontam para um conjunto de princípios e valores que colocam a sustentabilidade acima dos interesses económicos a curto-prazo. No entanto, Redclift (1995) refere igualmente que a um nível mais profundo existe pouco consenso quanto aos valores necessários para informar o desenvolvimento sustentável.

Há de facto, como referem Slaymaker e Reed (1993), Gale e Cordray (1994), Pepper (2000) e Fidélis (2001) muitas formas e graus de desenvolvimento sustentável, do mesmo modo que apontámos antes a existência de vários valores *ambientalistas*. Pepper (2000: 450) apresenta uma súpula destas diferentes abordagens ao desenvolvimento sustentável que segundo o autor variam desde o *modelo ideal* até um modelo que se afasta muito deste *ideal* e que o autor designa como “*muito fraco desenvolvimento sustentável*”. Fidélis (2001: 31 – 40) apresenta as várias perspectivas teóricas sobre a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável. A autora identifica sobretudo três perspectivas, que designa como *substantiva*, *ética* e *disciplinar*, sendo que a primeira se relaciona essencialmente com o questionamento aos modelos de desenvolvimento, essencialmente assentes no crescimento económico; a segunda relaciona-se com o “*papel do homem perante o ecossistema Terra*” (idem: 31) e a terceira perspectiva que “*reflecte as abordagens tradicionais subjacentes a algumas áreas científicas sobre a articulação entre ambiente e*

⁵⁴ Na sequência do *Relatório Brundtland*, que preparou a *Cimeira da Terra* e também na sequência da proposição do *desenvolvimento sustentável*, cada país participante na referida cimeira concordou em fornecer um plano acerca de como iriam implementar a *Agenda 21*, a designação atribuída ao plano de acção para o desenvolvimento sustentável. Como refere Fidélis (2001: 41) “*A Agenda 21 (...) o documento que maiores implicações práticas pode ter, constitui uma síntese de princípios orientadores para o desenvolvimento sustentável e inclui recomendações para uma enorme diversidade de sectores, níveis administrativos actores e instrumentos de gestão e qualidade do ambiente*”. Como refere ainda Fidélis (2001) apesar do valor deste documento, ele tem sido alvo de críticas decorrentes do seu “*carácter generalista e ambíguo*” (idem: 42). Por outro lado, as *Agendas Locais 21* têm tido um impacte favorável junto das comunidades locais, através daquilo a que Fidélis (2001: 42) chama a sua “*vertente mais relevante (...) os programas de sensibilização da população e dos actores económicos e sociais das localidades, bem como a mobilização destes através de parcerias e cooperação de vários projectos, visando a protecção e a promoção da qualidade ambiental e o desenvolvimento local equilibrado*”.

⁵⁵ A este respeito, Pepper (2000: 449) diz-nos que “*o desenvolvimento sustentável já se tornou um slogan sem significado nas mãos dos políticos que raramente definem o termo que tão entusiasticamente utilizam*”.

desenvolvimento” (idem, ibidem). Fidélis (2001) argumenta que apesar de se observar um relativo consenso face aos objectivos do desenvolvimento sustentável, o mesmo não se observa quando se passa do plano teórico para o plano de operacionalização e, conseqüentemente, para a implementação deste conceito. Como refere Redclift (1995) apesar da grande difusão deste conceito, a maioria das políticas ambientais ainda não o integra para além do nível mais teórico, ou seja, *“a maioria das políticas é ainda formulada com base em assunções insustentáveis, acerca da população, da despesa com os exércitos e do crescimento económico (...). Até que o desenvolvimento sustentável informe o nosso comportamento a todos os níveis, é pouco provável que os acordos globais para a gestão do ambiente não façam nada mais que arranhar a superfície dos problemas”* (idem: 16). O autor acrescenta ainda que *“não se poderá ter sucesso na aplicação do desenvolvimento sustentável até que se compreenda que a ciência e a política se baseiam ainda em valores que são insustentáveis. O desafio é fornecer uma visão de uma sociedade muito afastada da que conhecemos – precisamos de uma visão a longo-prazo de um futuro alternativo”* (idem: 17).

O conceito de desenvolvimento sustentável faz também apelo a uma nova forma de ver a relação entre o Homem e a natureza, associando-se igualmente, em termos dos seus princípios genéricos, ao ecocentrismo e ao NEP, uma vez que adverte igualmente para a existência de limites naquela relação em prol da sobrevivência planetária. Este conceito pode ainda ser entendido, sem prejuízo, como uma consequência da auto-confrontação da sociedade moderna e com o reconhecimento de que a natureza se tornou um aspecto imanente às sociedades contemporâneas.

4. Do ambiente natural ao ambiente socializado – o valor do ambiente e da natureza nas sociedades modernas

Diferentes contextos sociais têm visões diferentes e por vezes contrastantes do que é o ambiente e a natureza e ainda do que significa o ‘natural’. Nas sociedades industrializadas e desenvolvidas a reificação da natureza tornou-se quase uma característica dominante, como observam, entre outros Redclift e Woodgate (1994: 55): *“a natureza tornou-se imbuída de tantas virtudes que o termo ‘natural’ já não possui um sentido inequívoco. Remodelámos a natureza, nas nossas mentes como nos tubos de ensaio e campos de estudo, transformando os processos ecológicos em axiomas políticos”*. A vontade que os seres humanos parecem ainda possuir de controlar e gerir a natureza e o ambiente e as implicações que tal facto tem na sustentabilidade, reflecte uma mudança significativa nas atitudes face à natureza. Nash (1973, cit. in Redclift e Woodgate, 1994: 59) por exemplo, argumenta que, justamente no contexto da mudança das atitudes das sociedades contemporâneas face à natureza e ao ambiente, quanto mais as sociedades se desenvolvem economicamente, maior será a sua

apreciação da natureza. Nash refere assim que as sociedades passaram por estádios diversos na sua relação com o meio natural, estádios que podem sintetizar-se do seguinte modo:

1. inicialmente o valor da civilização é maior do que o valor atribuído à natureza, porque esta é abundante. Este facto favorece a exploração da natureza, que é encarada como uma ameaça à própria organização social. Este tipo de sociedades são, de acordo com Nash (1973), “*exportadoras de natureza*” e na actualidade poderíamos incluir aqui as sociedades dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento;
2. com o aumento dos níveis de desenvolvimento económico, a civilização enraíza-se e a natureza torna-se escassa e os seus recursos são percebidos como limitados. Consequentemente o valor de cada um destes aspectos (civilização/natureza) transforma-se e as sociedades começam a considerar a conservação da natureza como forma de salvaguardar os recursos escassos e, simultaneamente, a atribuir-lhe valor;
3. finalmente, à medida que a natureza e os recursos se tornam escassos, há uma tendência para a sua maior valorização social. A apreciação estética da natureza aumenta igualmente e Nash refere-se a este tipo de sociedades como “*importadoras de natureza*”. Estariam neste caso as modernas sociedades ocidentais.

É evidente que esta perspectiva que podemos rotular como *evolucionista* é bastante simplista e tende a considerar o desenvolvimento como um processo linear e etnocêntrico que, a seu tempo, chegará a todos os lugares do globo. Como já referimos inicialmente nem todas as formas de organização social avaliam e apreciam o ambiente e a natureza da mesma forma e, mais ainda, seguramente que os termos natureza e civilização também não querem significar o mesmo em todas as formações culturais. De qualquer forma, esta perspectiva de Nash, fornece-nos alguns pontos de partida para as relações que podemos sugerir entre níveis e tipos de desenvolvimento socioeconómico e representações e práticas face ao ambiente. Por outro lado, a abordagem anterior, ainda que apenas o sugira, chama-nos a atenção para o facto inequívoco de que existem diferentes concepções de natureza e de ambiente (bem como de desenvolvimento) que se encontram associadas à diversidade de contextos sociais e ao modo como estes se desenvolveram em conjunto com os meios e os recursos naturais⁵⁶. Esta abordagem esquemática alerta-nos igualmente para a escassez da natureza nas sociedades contemporâneas e desenvolvidas.

Retomando o trabalho de Beck (1992) sobre a sociedade de risco, podemos referir que a clássica e tradicional oposição (sociológica e social) entre sociedade e natureza perdeu os

⁵⁶ Um exemplo das concepções diversas da natureza foi dado já anteriormente, quando nos referimos ao trabalho de Godelier (1974) sobre os Pigmeus Mbuti e os Bantu e as suas diferentes concepções de natureza. Se bem que no caso do exemplo dado, o autor se referisse às percepções face ao mesmo meio natural, consideramos que o mesmo ilustra igualmente o assunto de que tratamos neste ponto.

fundamentos que ainda poderia possuir através das revelações que os desastres ambientais trouxeram consigo. Deste modo, dizem Spaargaren e Mol (1993: 445), os actores sociais foram confrontados “*com o fim da natureza como exterior à reprodução social*”, ou seja, a natureza foi internalizada pelas sociedades modernas e contribuiu para a sua necessidade de auto-confrontação. Este foi o culminar daquilo a que Giddens (1991: 135) chama o “*processo de socialização da natureza*”, ou por outras palavras, o processo de dominação dessa mesma natureza pelo Homem. Como nos diz ainda Giddens (1991) o controlo da natureza foi um aspecto básico na pré-modernidade e este processo de intervenção humana na natureza natural não fez mais do que intensificar-se durante o período da modernidade. Como já vimos, a natureza “*no seu sentido primordial*” (Giddens, 1991: 137) era muito imprevisível e as actividades humanas estavam então dependentes dessa imprevisibilidade sobretudo em termos económicos. Tratava-se de uma *natureza natural* no sentido em que o Homem não intervinha nos processos naturais e não sabia como controlar, monitorizar e minimizar os seus efeitos. No entanto, como demonstrou a análise precedente quanto ao *paradigma social dominante* e quanto à modernidade, a maior independência em relação às forças naturais da natureza não significou uma maior sensação de segurança, pelo contrário, agravou (pelos motivos expostos) a vulnerabilidade social. Aquilo a que Giddens chama a natureza socializada, fornece-nos um bom exemplo do que acabou de ser dito. Segundo este autor pode ser argumentado, de modo bastante plausível, que a intervenção humana ao longo dos tempos (essencialmente a observada nos últimos cinquenta anos, no mundo desenvolvido) na natureza foi de tal modo profunda e ampla que actualmente podemos falar no “*fim da natureza natural*” (idem: 137) ou no “*mundo que perdemos*” (Cudworth, 2003: 111) ou ainda “*no fim do mundo tal como o conhecemos*” (Irwin, 2001: 50). Aquilo que emerge é, então, uma natureza amplamente socializada⁵⁷, o que não só chama a atenção para a dominação humana, como para o facto de que actualmente não podemos continuar a entender a natureza (e ainda mais o ambiente, tendo em conta a forma como o definimos) como algo separado dos aspectos humanos e sociais. Como refere Irwin (2001: 59) “*na sociedade de risco, as nossas ideias da natureza não podem ser mantidas à parte das preocupações sociais do nosso tempo*” porque, tal como nos diz Beck (1992: 81) “*os problemas ambientais não são problemas da nossa envolvente, mas – nas suas origens e através das suas consequências – são problemas sociais, problemas das pessoas (...). No fim do século XX a natureza é a sociedade e a sociedade é também a natureza. Quem continue a falar da*

⁵⁷ Esta noção de natureza socializada não é de todo nova, já que vários trabalhos do geógrafo Georges Bertrand (1975, 1978) nos tinham alertado para a inexistência de uma natureza natural. Particularmente em 1978, Bertrand adverte-nos para a inexistência de nenhum lugar que possamos designar como natural, dada a amplitude da intervenção humana no ambiente. A *colonização da natureza* (e.g. Fischer-Kowalski e Habert (1993) tem sido feita de forma mais ou menos consciente por todos os grupos humanos. Na mesma linha, Cudworth (2003: 113) diz-nos que “*no século XXI existe muito pouca natureza natural ('wilderness') e mesmo aqueles lugares que são vistos como naturais, como a Antártica, estão sujeitos a construção social. Eles são transformados em imagens para o consumo de massas nos documentários*

*natureza como não social, fala em termos de um século diferente, que não condiz mais com a nossa realidade*⁵⁸. De certo modo, é este fim anunciado ou concretizado da natureza que faz com que (e aqui o esquema de Nash adquire mais algum sentido) actualmente a sociedade globalmente considerada lhe atribua um valor crescente. Não se trata apenas da escassez da natureza, mas do receio justificado do seu esgotamento. Spaargaren e Mol (1993) referem que a relação, em processo de transformação, entre a sociedade e a natureza, sob as emergentes condições da modernidade reflexiva, pertence a pelo menos dois conjuntos de alterações que conduzem, cada uma de modo específico, a diferentes significados do termo *fim da natureza*. Em primeiro lugar, o *fim da natureza*, sendo esta entendida como todos os sistemas naturais intocados pela acção do Homem. Na sequência disto, o conceito de natureza socializada deixa de se aplicar apenas às zonas urbanas ou aos habitats humanos como formas de organização opostas à natureza. Em segundo lugar, o *fim da natureza* como o conjunto dos processos naturais. Neste sentido, como vimos já, quase todos os aspectos relevantes da natureza têm sido sujeitos à intervenção e ao controlo humano. A substituição destes processos naturais por aquilo a que Beck (1992) chama a natureza programada pelo Homem tem um papel central no entendimento das condições de vulnerabilidade e incerteza que as sociedades desenvolvidas experimentam actualmente. O *fim da natureza* e a sua emergência como socializada, impõe a análise das formas como ela se encontra incorporada na constituição dos interesses humanos e das várias formas de organização social (e.g. Godard, 1989).

Dissemos já que existem diversas representações e práticas relativamente aos elementos naturais e relativamente ao ambiente. Torna-se, contudo, difícil clarificar os conteúdos precisos desta diversidade, não apenas porque são fundamentados em preocupações e interesses diferentes, como dentro dessa diversidade as interacções entre os vários sistemas de representações e práticas podem ser múltiplas (e.g. Bozonnet e Fischesser, 1985). No limite, poderíamos dizer que há tantas definições de natureza e, igualmente, de ambiente, quantos os actores sociais que intervêm nestes domínios. Afirmar isto seria, no entanto, negar o carácter social dos sistemas de representações e práticas, a impossibilidade de os conhecer e medir e seria, igualmente, afirmar um certo primado de *relativismo cultural*, que embora caro à ciência pós-moderna, recusamos. Todavia, não abdicamos do enunciado de que o ambiente e a natureza são socialmente construídos, sem negar a sua existência objectiva⁵⁹. Diremos que ambas as noções, embora se confundam quer do ponto de vista dos actores sociais, quer do ponto de vista dos *experts* das ciências sociais, têm um conteúdo

televisivos, frequentemente como espectáculos para consumo estético ou 'científico' – tratados como objectos para a conservação e a pesquisa científica”.

⁵⁸ Sublinhado no original.

⁵⁹ Sobre o debate entre as perspectivas *construtivistas* e *realistas* na sociologia do ambiente ver o recente trabalho de Irwin (2001: 163 a 180).

polissémico, não apenas semanticamente, mas também simbolicamente⁶⁰. No mesmo sentido, Tester (1994: 1) diz-nos que *“the environment is made, not found”*⁶¹ o que não significa que se negue a sua existência objectiva e, sobretudo, a existência objectiva dos elementos e recursos que constituem a natureza. Na mesma linha, Macnaghten e Urry (1998), ao demonstrarem que todas as noções de natureza se encontram profundamente ligadas a diferentes formas de organização social, demonstram igualmente as diversas formas através das quais o *“mundo aparentemente natural foi sendo produzido a partir de práticas sociais específicas”*, reforçando assim a nossa perspectiva de que a natureza e o ambiente são *socializados*, ou seja, socialmente construídos e, conseqüentemente possuem diferentes significados, quer em diferentes épocas, quer em diferentes espaços. Defendendo a sua perspectiva culturalista, também Eder (1996: 10) nos chama atenção para o facto de a *“construção social da natureza ser decorrente da sua apropriação social (...) A história da construção social da natureza é sempre a história de uma interação cognitiva, moral e estética, com a natureza”* e acrescenta que *“a transição da natureza para a cultura não se esgota na história da subjugação da natureza. Não pode ser reduzida à dominação”*⁶². A interação com a natureza é, assim culturalmente determinada (e.g. Mormont, 1993a; Eder, 1996; Macnaghten e Urry, 1998) sendo que, como explicou Moscovici (1968), é a especialização das actividades humanas que determina a inter-relação com a natureza. Neste sentido não podemos reduzir a apropriação material e cultural da natureza à sua exploração, perspectiva na qual assentou todo o erigir das sociedades modernas. Nestas, a natureza tende a ser vista a partir de uma perspectiva racional – a natureza como um relógio mecânico (ou como uma máquina, como referia Descartes) que pode ser manipulado e alterado de acordo com a vontade humana.

Como diz Eder (1996: 26) *“no industrialismo ocidental, a metáfora da luta (contra ou com a natureza) tornou-se o ponto central para reproduzir a moderna relação com a natureza”*, mas foi agora ultrapassada pela interpretação da mesma natureza *“como ‘alter ego’ da humanidade”*. Isto reenvia-nos para a dimensão ética dos problemas (e respectivas soluções) ambientais, na medida em que *“a apropriação material (económica) da natureza está presa a uma economia moral”* (idem, ibidem)⁶³.

Qualquer contexto social possui, então, a sua interpretação do que é a natureza e do que é o ambiente, que determina também os seus usos (e.g. Godelier, 1978a e 1978b). No campo

⁶⁰ Godard (1992) alerta-nos para esta polissemia, simbólica e semântica e para as dificuldades em termos de investigação, no domínio das ciências sociais, em dar um conteúdo verdadeiramente operacional às noções de natureza e ambiente. O autor citado, refere ainda que para muitos cientistas, o ambiente não é senão um nome novo para um objecto de estudo tão antigo como as ciências (naturais) – a natureza.

⁶¹ Isto é, o *“ambiente é feito, não é encontrado”*, no sentido em que não é apenas um cenário, mas uma construção social.

⁶² O autor recusa assim, as perspectivas naturalistas, seguindo de perto o que era proposto em 1968 por Moscovici quanto à história da natureza ser uma *história humana da natureza*.

das representações e práticas sociais, poderemos dizer com Greider e Garkovitch (1994) que é a acção humana que confere sentido à natureza e ao ambiente e que esta acção é, por sua vez comandada pelos significados atribuídos. Neste sentido, reforça-se o carácter de socialmente e diversamente construído do ambiente e impõe-se referir a reciprocidade desta relação, ou seja, “*se a cultura dá sentido ao ambiente, o ambiente dá sentido à cultura*” (Parkin e Croll, 1995: 368). Isto significa que a natureza e, também, o ambiente, são simultaneamente *sujeitos* e *objectos* (e.g. Godard, 1989), ou seja, que são simultaneamente um produto da interpretação social, mas realidades que existem independentemente do observador e da observação.

No domínio das diferentes percepções da natureza e do ambiente, muitos são os autores e as interpretações das definições sociais destas duas noções (e.g. Bozonnet e Fischesser, 1985; Godard, 1989; Feldmann, 1993; Mormont, 1993a e 1994a; Kliskey, 1994; Sauve, 1994; Zube e Sheenan, 1995; Macnaghten e Urry, 1998 e ainda Mela, Belloni e Davico, 2001). Talvez os trabalhos mais exaustivos, no que se refere às concepções de natureza, sejam os desenvolvidos por Godard (1989) e por Feldmann (1994)⁶⁴. Tentando integrar o que nos dizem ambos os autores, podemos identificar pelos menos sete tipos de definições (ou qualificações ou representações) sociais da natureza. É importante referir que não se tratam de representações completamente antagónicas, mas antes que podem coexistir, tanto em termos sociais, como em termos individuais:

1. A ‘*natureza inspiradora*’ (segundo Godard, 1989) ou a ‘*natureza bela*’ (segundo Feldmann, 1994) ou ainda a ‘*natureza regeneradora*’ (de acordo com Bozonnet e Fischesser, 1985) – este tipo de representação da natureza encara-a como inspiradora e inspirada, como ganhando o seu significado em resultado da dialéctica entre a experiência sensível e a experiência metafísica. Por um lado, é uma natureza que surge como estando *para além* do Homem, por outro possui corporalmente uma certa inacessibilidade. Nesta representação, a integridade da natureza é uma noção decisiva. Há igualmente uma espécie de visão religiosa através da qual os seres da natureza são habitados ainda pelo *criador*. Esta concepção aproxima-se muito da concepção *romântica* (literária e artística) de natureza e o seu valor assenta essencialmente na sua singularidade, na sua integridade. Esta abordagem tende a *sacralizar* a natureza.
2. A ‘*natureza de renome ou afamada*’ – “*aqui reina a opinião dos outros. É grande e bom o que é conhecido, i.e., célebre*” (Godard, 1989: 320). A natureza não ocupa um lugar

⁶³ Mas Eder diz também que não existe nada mais senão uma economia moral da natureza. Para este autor não existe *economia natural* já que a ideia da natureza como valor de troca é quase ficcional. Diz Eder que “*a natureza não pode sujeitar-se às regras do mercado*” sem que isso coloque problemas éticos.

⁶⁴ Muito embora outros autores, como Macnaghten e Urry (1998), também apresentem diferentes formas de concepção social da natureza, referimo-nos aos trabalhos de Godard e de Feldmann como mais exaustivos dado que atribuem a cada uma das concepções que apresentam um conteúdo relativamente mais objectivo e perceptível.

específico e é qualificada apenas através de figuras de monumentalidade ou de paisagem (é a que se encontra com frequência na base do chamado turismo cultural). O valor associado a estas representações é também o de grandiosidade e de singularidade – o lugar que é necessário conhecer devido à sua celebridade. É a natureza enquanto “*catedral*” (e.g. Redclift e Woodgate, 1994), ou seja, enquanto herança. Estes objectos são actualmente amplamente mediatizados, que se divulgam, que se transformam em imagens visíveis e acessíveis a um número cada vez maior de pessoas. No fundo, o valor principal associado a esta concepção é a notoriedade e a frequência..

3. A ‘*natureza doméstica*’ (Godard, 1989) – nesta concepção a natureza é essencialmente organizada segundo a clivagem selvagem/domesticada. É o domínio do local, dos seus significados e histórias singulares. O valor associado a esta representação é definido por relação a uma memória e a uma capacidade de transmissão, ou seja, pela inserção numa tradição cultural. Nesta concepção a noção de património é uma noção-chave, dado que designa uma totalidade de bens apropriados e gerados, tendo como objectivo o seu uso e a sua transmissão. Funciona ao mesmo tempo, como “*recurso identitário e como garantia material da perenidade do grupo social em questão*” (idem: 322).
4. A ‘*natureza cívica*’ (Godard, 1989) ou a ‘*natureza normativa*’ (Feldmann, 1994) – esta representação associa-se à noção de *património colectivo* ou *bem comum*. Esta concepção valoriza fundamentalmente o que é colectivo e comum, em particular as organizações e instituições representativas de um interesse geral, como por exemplo o Estado (e.g. Mormont, 1993a). A natureza neste sentido tem apenas um significado de lugar de aplicação do princípio cívico ou de cidadania: a natureza deve ser acessível a todos. A natureza é aqui igualmente magnificada pela administração pública ou ainda pela ausência de todo e qualquer intervenção ou investimento singular.
5. A ‘*natureza industrial*’ (Godard, 1989) ou a ‘*natureza instrumental*’ (Feldmann, 1994) – a natureza é utilizada de forma selectiva de acordo com os princípios económicos e técnicos. “*A natureza não é encarada como uma entidade separada da civilização, é entendida como parte de todas as coisas economicamente utilizáveis*” (Feldmann, 1994: 394). O valor associado a esta representação é sobretudo o valor da exploração da natureza. É a natureza vista como *matéria-prima*, como *capital*.
6. A ‘*natureza-mercado*’ (Godard, 1989) – nesta representação a natureza é fundamentalmente encarada como *bem de troca*. A sua base é assegurada pela definição comum dos bens sobre os quais convergem os desejos de apropriação (ou as procuras e os consumos). Esta definição abre a possibilidade de concorrência e de constituição de mercados. É segundo Godard (1989: 323) “*o domínio dos interesses*

particulares, mas libertados de ligações domésticas e alimentando um princípio de oportunismo". Neste quadro, existe uma transformação nas representações e das relações dos actores sociais com a natureza, que se traduz em comportamentos de aquisição de bens e serviços, tornados apropriáveis e desejáveis.

7. Finalmente a '*natureza a proteger*' (Godard, 1989) ou a '*natureza em perigo*' (Feldmann, 1994) – as concepções de natureza baseiam-se no pressuposto que o Homem destrói a natureza. Esta concepção pode ser encontrada em todas as civilizações⁶⁵, embora não tenha sido dominante em nenhuma delas como o é hoje no contexto da modernidade reflexiva. Os valores associados a esta representação relacionam-se de perto com a necessidade de proteger e preservar a natureza das actividades humanas.

No que refere às representações de ambiente, embora a literatura disponível seja em menor número, é possível identificar, de acordo com Sauve (1994) pelo menos seis concepções que, tal como dissemos para a natureza, não são contraditórias, mas podem coexistir, quer em termos individuais, quer em termos das diversas formações sociais:

1. O ambiente como *problema* – esta representação encara o ambiente como uma área de problemas que é necessário resolver, seja através da acção colectiva, seja através da transformação das atitudes e comportamentos individuais.
2. O ambiente como *recurso* – que é necessário gerir. Trata-se de uma representação que associa o ambiente essencialmente à esfera biofísica, mas também à noção de bem comum e colectivo.
3. O ambiente como *natureza* – a apreciar, a respeitar e a preservar. É uma representação de ambiente "*como puro, original, aquele de que o Homem ainda não se dissociou e com o qual deve renovar os laços*" (Sauve, 1994: 6). É o ambiente encarado como '*natureza-catedral*', para usar a expressão anteriormente mencionada, que é necessário admirar. Sauve (1994: 6) refere que para alguns autores se trata também da "*natureza-útero, com a qual é necessário existir uma unificação*".
4. O ambiente *biosfera* – esta concepção encara o ambiente como espaço inequívoco de sobrevivência à escala global.
5. O ambiente como *meio de vida* – esta representação relaciona-se mais com um valor de utilização do meio, cujos usos devem ser regulados e ordenados, no sentido de evitar conflitos sociais.
6. O ambiente *comunitário* – esta representação é em tudo semelhante à de '*natureza cívica*', que apontámos antes. O ambiente como lugar de expressão da cidadania, dos

⁶⁵ Tal como o seu contrário, ou seja a '*natureza perigosa*', que ameaça o Homem.

direitos e deveres cívicos. No fundo, o ambiente como o espaço de implicação dos actores sociais na vida política e social.

Estas várias concepções de natureza e de ambiente estão associadas de forma evidente às formas de procura e de consumo dos bens naturais e ambientais. Esta procura e este consumo não são, no âmbito desta tese, entendidos na sua definição económica, mas antes no sentido de corresponderem a formas de apropriação social, quer através da desejabilidade do objecto (a procura), quer através da apropriação desse mesmo objecto (o consumo). Efectivamente esta procura e consumo de bens naturais e ambientais, corresponde segundo Chamboredon (1980) e Kalaora e Larrère (1989) à instituição destes objectos como *estéticos* ou de *apropriação estética*, muito embora, como vimos antes, não sejam apenas as razões estéticas as que se encontram subjacentes às diferentes concepções de natureza e de ambiente. De facto a múltiplas *culturas da natureza* ou *culturas do ambiente* (para utilizar de novo a expressão tão pertinente de Mormont, 1993a: 20), parecem corresponder diferentes modos de desejo e apropriação. Estes são, então, não apenas determinados pelas concepções, mas igualmente *“pela necessidade que o bem representa para o actor social e pelo uso que dele é feito”* (Mormont, 1994a: 223). Por outro lado, o carácter de um bem (privado ou colectivo, por exemplo) especifica as modalidades da sua produção, da sua oferta e, conseqüentemente do seu consumo. A noção de bem colectivo é caracterizada essencialmente pela ausência de rivalidade entre consumidores e, em consequência, pela impossibilidade de exclusão de qualquer actor social. Esta noção reenvia-nos para as concepções de *‘natureza cívica’* e de *‘ambiente comunitário’* apontadas anteriormente e tem subjacente a questão da legitimidade pública.

Em matéria de natureza e de ambiente *“é particularmente importante precisar a existência de diversas dimensões da procura social e do seu significado”* (Thiebaut, 1989: 271), uma vez que o consumo (a apropriação, os usos) que deles se farão serão igualmente diversos e terão impactes também diferentes. A intensidade das procuras e dos consumos sociais destes objectos varia globalmente segundo os espaços a que se referem e contribuem assim para diferenciar estes mesmos espaços. Como nos diz Thiebaut (1989) existem meios e espécies que representam, pela sua raridade um cenário de *excepção*, ao qual são aplicadas regulamentações, como é por exemplo o caso das Reservas e dos Parques Naturais. Um desses espaços pode ser tão procurado e tão consumido que a sua gestão tenha de encontrar mecanismos económicos para deter ou reduzir aqueles processos. Outros são considerados tão importantes para a sociedade local que podem gerar conflitos de procuras e de consumos. Em espaços *vulgares*, ou seja que não se encontram regulamentados ou protegidos, os utentes da natureza não se constituem como actores ou como negociadores face a eventuais transformações que aqueles espaços venham a sofrer. Mas estes são, em geral, os espaços menos procurados e consumidos sobretudo por utentes exteriores a eles.

Os grandes responsáveis pela procura e pelo consumo da natureza e do ambiente são, actualmente os indivíduos que vivem num quadro de densificação urbana, de acentuado desenvolvimento industrial e económico (e.g. Mormont, 1994c), i.e., aqueles que vivem em espaços onde a natureza existente (frequentemente manifesta em espaços verdes de dimensões reduzidas, como jardins) é escassa e muito socializada. Ao contrário, os habitantes de áreas menos densas, menos urbanizadas e desenvolvidas em geral, são aqueles que tendem a uma menor valorização da natureza e do ambiente, sendo certo que estão em contacto mais próximo com uma natureza mais abundante e menos ‘artificializada’, por assim dizer. A este assunto voltaremos posteriormente, mas desde já reconhecemos, como refere Thiebaut (1989: 272) que a “*a administração pública da natureza, habituada a ler em grandes caracteres a epopeia do urso e das estações de ski, deve tentar decifrar o microfilme do último habitante da aldeia*”. Ou seja, na gestão da natureza e na gestão do ambiente, quer se trate de espaços *excepcionais*, quer de espaços *vulgares*, devem ser integradas as várias representações e práticas dos vários agentes e actores sociais.

5. Conclusão

Neste capítulo procurámos analisar os diversos aspectos associados à emergência das questões ambientais como questões sociais, nas sociedades contemporâneas. Detivemo-nos na análise das razões, dos factores e dos valores sociais subjacentes a essa emergência, para procurarmos, seguidamente, entender o tipo de respostas que o poder político tem dado às crescentes preocupações sociais com o ambiente e a diversidade de modalidades em que este mesmo ambiente é procurado e consumido actualmente.

Numa primeira secção, vimos que o ambiente pode ser entendido como um problema, ou mais precisamente, como uma série de problemas que surgem como tal em contextos sociais específicos. Isto significa que os problemas ambientais não são entendidos como sociais apenas devido às suas condições objectivas, mas que o são sobretudo devido à forma como afectam as diferentes sociedades e ao modo como nelas são percebidos. A análise dos problemas ambientais como problemas sociais conduziu-nos à constatação de que existe um elevado grau de interacção entre as representações e as práticas face ao meio natural, em contextos sociais específicos.

Na segunda secção deste capítulo, definimos o que se pode entender por preocupação da opinião pública relativamente às questões do ambiente, assim como os diferentes graus de atenção e de intensidade dessa opinião. Concluímos que existe uma grande diversidade de públicos e de opiniões face ao mesmo tipo de problemas ambientais. A análise da opinião pública e dos seus diversos níveis de atenção permitiu-nos fazer uma distinção fundamental entre consciência e sensibilidade ambiental. Assim, definimos ambos os conceitos como tendo na sua base níveis de preocupação que, no primeiro caso, são materializados em

comportamentos favoráveis ao ambiente e, no segundo caso, não têm correspondência em práticas ambientais. Na sequência disto, considerámos importante analisar os factores que se encontram subjacentes à formação da sensibilidade e da consciência ambiental. Considerámos relevante o papel desempenhado pelos *mass media*, pelas associações de defesa do ambiente, pela publicidade, pelo discurso e a prática política, pelas diversas catástrofes e acontecimentos na área do ambiente e ainda pelos processos formais e informais de educação. Após termos discutido cada um dos factores mencionados, concluímos que, na formação da consciência e da sensibilidade ambiental, não é possível determinar o peso de cada um deles, já que estamos perante um domínio de elevada interacção, quer entre os diversos factores, quer entre eles e a própria opinião pública neste domínio.

Ainda na segunda secção, debruçámo-nos sobre as grandes transformações, em termos de valores sociais, que conduziram às crescentes preocupações da opinião pública com o ambiente. Discutimos o significado dos valores ambientais como valores sociais, bem como as várias perspectivas analíticas nesta matéria. Advogámos que estas perspectivas não são contraditórias, mas antes possuem pontos de contacto. Assim, concluímos que tanto a abordagem à falência *do paradigma social dominante*, como a perspectiva sobre a *sociedade de risco* e a *modernidade reflexiva*, enfatizam, como causas para a adesão social aos valores ambientalistas a prolongada exploração dos recursos naturais pelo Homem; a incerteza e insegurança alargadas, que as catástrofes ambientais introduziram na sociedade moderna; a evidência do relativo fracasso da ciência e da tecnologia na resolução dos problemas ambientais e o carácter cada vez mais global e transfronteiriço destes últimos. Ambas as perspectivas têm pontos em comum com a abordagem pós-materialista. No entanto, enquanto que as primeiras análises referem o crescimento da insegurança, Inglehart (o principal teórico do pós-materialismo) argumenta que foram a relativa prosperidade e o aumento da segurança material e física, que se seguiram à II Guerra Mundial, as principais responsáveis pela difusão deste tipo de valores. No âmbito desta tese, consideramos importantes os contributos explicativos das três perspectivas.

Na terceira secção deste segundo capítulo, procurámos debater o modo como o poder político tem respondido às crescentes inquietações sociais com os problemas relativos ao ambiente. A primeira constatação é a de que as respostas políticas não podem ser apenas interpretadas com uma reacção linear à crescente sensibilidade social. No mesmo sentido, não podem ser encaradas como apenas uma reacção política aos problemas ambientais objectivos. As respostas do poder político às preocupações sociais com o ambiente e à própria degradação ambiental decorrem de múltiplos factores. Isto significa que existe uma miríade de causas subjacentes ao interesse político pelas questões ambientais, sendo impossível determinar com exactidão qual o papel dos vários factores que intervêm nesse

processo. Salienta-se o papel dos grupos ambientalistas e das catástrofes ambientais, tal como o da própria opinião pública, na pressão ao poder político neste domínio.

Analisando as políticas ambientais, em termos genéricos, constatamos que, num contexto de crescente globalização dos problemas, elas têm sido elaboradas a um nível cada vez mais internacional. Constata-se igualmente, o alargamento do âmbito e o aumento do número das políticas, programas e medidas ambientais, a nível nacional e internacional. Uma conclusão importante desta secção é a de que se trata de um domínio controverso e dotado de grande complexidade. Isto acontece, devido ao elevado número de actores sociais, de entidades e modalidades de actuação envolvidos na definição e implementação das políticas ambientais. Neste sentido, identificámos alguns dos principais problemas e dificuldades associadas à elaboração e implementação das políticas ambientais, salientando-se aqui a questão da sua legitimidade. Vimos como alguns autores advogam um *deficit* de legitimidade nas políticas ambientais, decorrente essencialmente da falta de clareza do significado da própria noção de ambiente, por um lado e de um *deficit* de representação, nessas políticas, dos vários interesses e necessidades, por outro lado. Salientámos o facto de existirem várias modalidades de elaboração simbólica da natureza e do ambiente, que são informadas por valores, representações e práticas diversas e que correspondem, igualmente, a diferentes legitimidades que é necessário incorporar nas políticas do ambiente e na sua gestão. Ainda nesta secção analisámos vários exemplos de tratados e acordos internacionais para fazer face aos problemas ambientais. Debates também as principais dificuldades e problemas de que padecem, com especial destaque para a questão da soberania dos vários estados-nação envolvidos. Estes problemas e dificuldades são comuns à maior parte das convenções e acordos, como também à própria UE, ainda que este organismo se revista de uma forma diferente dos analisados. Finalmente, nesta secção salientámos a crescente componente ética associada às políticas para o ambiente. Advogámos que essa componente foi perfeitamente posta em evidência pelo *Relatório Brundtland*, através da introdução do conceito de desenvolvimento sustentável. Salientamos a extraordinária difusão na utilização política e social deste conceito e, simultaneamente, as suas dificuldades de operacionalização.

Na última secção, observámos os vários significados sociais de natureza e de ambiente, assim como a crescente procura e consumo de bens ambientais e de bens naturais. Começámos por anunciar o fim da natureza natural, i.e., o fim de uma natureza vista como selvagem e sem intervenção humana, e a emergência de uma natureza cada vez mais socializada. Este fim da natureza natural faz com que a sociedade a redescubra, ainda que sob outras formas. A escassez e o esgotamento dos recursos naturais estão na base da crescente valorização social do ambiente e, igualmente das crescentes procuras e consumos de espaços e bens naturais. Constatámos, ainda que não se negue a sua existência

objectiva, que o ambiente e a natureza são fundamentalmente construções sociais, o que decorre da sua apropriação simbólica e material pelos vários actores sociais. Consoante estes modos de apropriação, apresentámos várias definições de natureza e de ambiente, que não considerámos opostas, mas antes coexistentes, quer nos mesmos contextos sociais, quer nas próprias representações e práticas individuais. Estas representações e práticas determinam as modalidades de procura e consumo dos bens naturais e ambientais, devendo, por isso, ser integradas nas políticas e na gestão do ambiente.

Tendo por base os contornos principais da emergência do ambiente como uma questão social e política, nas sociedades contemporâneas, procuraremos, no capítulo seguinte, observar como se processa aquela emergência em Portugal.

Capítulo III - A Emergência do Ambiente como Questão Social e Política em Portugal

1. Introdução

No capítulo anterior observámos como o ambiente se tem constituído como uma questão social e política de grande relevância nas sociedades contemporâneas essencialmente ao longo das últimas décadas. Argumentámos que essa emergência se deve a diversos factores e tem subjacentes alterações importantes em termos de valores sociais. Destas alterações as mais importantes serão, sem dúvida, as relativas à passagem da sociedade moderna para uma fase de reflexividade, mudanças que transportam consigo uma série de novos valores sociais que, ainda que não se manifestem do mesmo modo em todos os contextos sociais, apresentam uma tendência de expansão.

No presente capítulo, procuramos observar a emergência do ambiente ao nível nacional como uma questão social, salientando igualmente os principais factores que se lhe encontram subjacentes, assim como as transformações ocorridas em termos de valores sociais. Argumentamos que em Portugal, apesar do despertar tardio da opinião pública para as questões e problemas ambientais, podemos reconhecer o mesmo tipo de factores que observamos em outros países ocidentais, na base da emergência e consolidação de uma *sensibilidade* para essas mesmas questões. Depois desta constatação geral, fazemos uma breve caracterização da opinião pública nacional face às questões ambientais, com recurso aos dados e às principais conclusões tiradas no âmbito do *Eurobarómetro – Os Europeus e o Ambiente* (CCE, 1986; 1988a; 1992; 1995 e 1999) e no âmbito dos I e II *Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente* (Ferreira de Almeida, 2000 e 2001). Estes dados e conclusões serão úteis igualmente para discutirmos a existência em Portugal de uma consciência ambiental ou apenas de uma sensibilidade para estas questões

No terceiro ponto deste capítulo, caracterizamos e analisamos as respostas políticas face às preocupações da sociedade civil portuguesa no domínio do ambiente, observando também o papel de tradutor e de formador do poder político neste domínio. Salientamos ainda o papel da UE como factor impulsionador do interesse do poder político pelas questões do ambiente (e em certa medida também do interesse social) em Portugal, a partir da data de adesão deste último àquele organismo.

Finalmente, no quarto ponto deste capítulo abordamos e debatemos, ainda que com alguma escassez de dados, o valor social e institucional que o ambiente e a natureza possuem em Portugal, analisando a existência de uma identificação de ambos os conceitos.

2. Os Portugueses e as questões ambientais

2.1. Transformações em termos de valores sociais em Portugal

À semelhança de muitos outros aspectos, as questões ambientais emergiram como questões socialmente importantes em Portugal bastante mais tarde que na maior parte dos países ocidentais, particularmente dos europeus. Efectivamente só a partir do início da década de noventa podemos falar da existência de uma preocupação da opinião pública com os aspectos relacionados com o ambiente.

Nas últimas três décadas essencialmente, assistimos a mudanças profundas e relativamente rápidas na sociedade portuguesa, em vários domínios, transformações essas que a aproximaram dos outros países europeus⁶⁶. Estas alterações e as suas consequências, que alguns autores (e.g. Villaverde Cabral, 1997; Reis e Lima, 1998) caracterizam como sendo no sentido da modernidade, não se fizeram sem custos e sem a ocorrência de alguns aspectos que podemos designar como menos positivos. Muito embora nos tenhamos aproximado, em termos genéricos, da Europa, vários autores têm advogado o carácter específico da sociedade portuguesa. Desde logo, o desfasamento temporal relativamente às grandes tendências de desenvolvimento na Europa. Depois, o facto de podermos considerar Portugal como o país *mais periférico do centro* (e.g. Santos, 1990a).

A institucionalização do regime político democrático, ocorrida em 1974 e a adesão à UE em 1986 podem ser considerados os factos que *“mais significativamente contribuíram para a modernização da sociedade portuguesa, encaminhando progressivamente a sua aproximação aos padrões de vida europeus”* (Reis e Lima, 1998: 332). Villaverde Cabral num estudo acerca das atitudes dos portugueses perante o desenvolvimento refere que os cidadãos estão receptivos à adopção de atitudes e de comportamentos que habitualmente associamos à noção de desenvolvimento moderno, ou seja que *“não existem em Portugal, actualmente, obstáculos socioculturais significativos à acção esperada dos mecanismos de crescimento económico moderno”* (Villaverde Cabral, 1997: 43). Neste sentido, o contexto sociocultural em Portugal é favorável à expansão da modernização, por assim dizer, e essa característica manifesta-se de forma mais evidente nos indivíduos mais jovens, nos mais instruídos e nos que possuem níveis de rendimento mais elevados. São estes, aqueles que estão mais dispostos e receptivos ao que Villaverde Cabral (1997: 45) chama o *“perfil da modernidade”*. Se isto acontece com uma parte da população portuguesa, outros estudos referem que subsistem desfasamentos e/ou bloqueamentos que não podemos deixar de tomar em conta *“ou como especificidades da sociedade portuguesa, ou como níveis de atraso que ainda não foram (...) superados”* (Reis e Lima, 1998: 332). É neste contexto que

⁶⁶ Como veremos no capítulo V, estas transformações começaram a desenhar-se e a ganhar relevância a partir da década de sessenta (e.g. Barreto, 1996).

podemos falar de Portugal como país semi-periférico (e.g. Santos, 1990a, 1990b, 1993; Reis, 1993; Barreto, 1996). Esta condição, segundo Santos (1990a, 1990b e 1993) relaciona-se com a existência de níveis considerados intermédios de desenvolvimento económico e social. Uma sociedade semi-periférica pode, grosseiramente, caracterizar-se como possuindo traços das sociedades mais centrais e traços das sociedades mais periféricas⁶⁷. A especificidade da sociedade portuguesa reside no facto de existir uma *décalage* entre os padrões de produção e de relações salariais (que são considerados periféricos, pelo autor mencionado) e os padrões de reprodução social e de consumo (que são encarados como próximos dos países desenvolvidos e centrais). Mais ainda, Santos (1990a: 14) refere que o modelo de desenvolvimento seguido em Portugal até à actualidade possui mais um carácter periferizante do que centralizante e que este país é, no sistema mundial, uma sociedade de intermediação entre a periferia e o centro, “*servindo simultaneamente de ponte e de tampão entre os países centrais e os países periféricos*”⁶⁸. Assim, além da discrepância mencionada entre a esfera produtiva e a esfera do consumo, encontramos na sociedade portuguesa traços de centralidade nas taxas de crescimento populacional, nas leis e nas instituições (a nível formal) e traços de periferia nas infra-estruturas colectivas, nas políticas culturais e no desenvolvimento industrial. Outra característica muito vincada das sociedades semi-periféricas é, segundo Santos (1990a, 1990b e 1993), a existência de um Estado internamente forte e externamente fraco, tal como o é o Estado português. A força interna do Estado nacional reside menos na legitimação social (ou seja, na capacidade de governar por consenso) e mais na capacidade de mobilizar certas formas de coerção social (autoritarismo que, segundo Santos (1990a), se manifesta tanto sob as formas democráticas do populismo como do clientelismo). A fraqueza externa relaciona-se sobretudo com as dificuldades em implementar e sustentar políticas sociais equivalentes às dos países do centro, ou seja, em Portugal o Estado-Providência é fraco. Reis e Lima (1998: 332) referem claramente que esta fraqueza se deve à não existência “*de níveis de acumulação de capital compatíveis com a sustentação de políticas sociais equiparáveis às existentes nas economias centrais*”. Parece assim que a manutenção e a reprodução da condição de sociedade semi-periférica se deve mais a especificidades sociais e menos aos níveis de crescimento económico e de expansão do Estado-Providência. Entre essas especificidades Santos (1990a, 1990b, 1993 e 1994) e Reis (1993) apontam a produção significativa de rendimentos não salariais, originados fora

⁶⁷ Embora o conceito de semi-periferia se integre nas teorias relativas ao Sistema Mundial (e.g. Wallerstein, 1974), cremos que podemos identificar como países centrais no sistema mundo os mais desenvolvidos e como periféricos os países em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Aliás, segundo a própria Teoria do Sistema Mundial “*a existência de sociedades com graus intermédios de desenvolvimento, é uma característica relacional, estrutural e permanente do sistema mundial*” (Santos, 1993: 22).

⁶⁸ O autor refere ainda que a partir de 1978, Portugal entrou num período de renegociação da sua posição no sistema mundial “*procurando para ela uma base que preenchesse o vazio deixado pela derrocada do império. No início da década de oitenta já era claro que essa base teria como elemento fundamental a integração na UE*” (Santos, 1990a: 15). Esta integração tendeu a criar, segundo o autor citado, a ilusão credível de que Portugal, integrando-se no centro, passaria a ser central – “*estar com a Europa, é ser como a Europa*” (idem: 15) era esta a nota dominante do discurso político.

das estruturas formais da economia, ou seja, os produzidos paralelamente como aqueles que estão ligados a situações de pluriactividade e à pequena agricultura familiar ou ainda os associados à existência de redes relativamente consolidadas de solidariedade e de entreajuda. Ou seja, à existência de uma *sociedade providência* que assegura a troca não mercantil de bens e de serviços, substituindo-se assim ao Estado em muitas áreas. Como nos diz Santos (1990a: 22-23) “*se Portugal não tem um Estado-Providência, tem no entanto uma forte sociedade-providência que colmata, em parte, as deficiências da providência estatal, uma sociedade organizada segundo modelos tradicionais de solidariedade social*”⁶⁹. No fundo, estas redes de apoio social estão profundamente associadas aos valores sociais tradicionais e típicos das comunidades rurais que se estendem – sobretudo por via da migração - e se reproduzem, adquirindo formas novas, nas áreas urbanas, quer pela manutenção de ligação às primeiras, quer por ineficácia das soluções institucionais.

Como referem Reis e Lima (1998) apesar do argumentado por Santos (1990a, 1990b e 1993), existem muitos estudos que contrariam a perspectiva que acabámos de expor. Essas análises reconhecem que a sociedade portuguesa é globalmente uma sociedade moderna “*embora possam subsistir zonas ou sectores de atraso relativamente ao desenvolvimento verificado noutros países*” (idem: 333). Outras análises (e.g. Ferreira de Almeida, 1994; Braga da Cruz, 1994; Villaverde Cabral, 1997) procuram associar as características objectivas, como a escolarização, a cultura política, as práticas socioculturais da população portuguesa a uma alteração em termos dos valores sociais e confirmam aquilo que antes designámos como um perfil de modernidade. Isto observa-se mesmo se os níveis de desenvolvimento económico ainda não permitiram a “*integração plena de todas as camadas de população*” (Reis e Lima, 1998: 333). De qualquer forma, podemos concluir que a sociedade portuguesa é bastante heterogénea, tanto em termos das características objectivas dos seus actores, como pelos valores e práticas sociais que, em alguns casos, se encontram desajustadas às da maior parte das sociedades contemporâneas ocidentais. Assim, da multiplicidade de estudos que nas últimas décadas procuraram analisar as mutações da sociedade portuguesa, a ideia central é a de que “*Portugal se revela como uma sociedade plural, onde coexistem sectores e grupos sociais muito diferenciados*” (Reis e Lima, 1998: 333). Na mesma linha, diz-nos Santos (1990a: 16) que “*por via do tipo e da historicidade do seu nível de desenvolvimento intermédio, a sociedade portuguesa é muito heterogénea. Caracteriza-se por articulações complexas entre práticas sociais e universos simbólicos discrepantes, que permitem a construção social, tanto de representações do centro, como de representações da periferia*”. O autor citado argumenta que a circunstância de o nosso país ter sido, durante

⁶⁹ Santos (1990a: 23) entende por sociedade providência, “*as redes de relações de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento e de ajuda mútua, baseadas em laços de parentesco, de vizinhança*”. O autor argumenta que uma tal lógica de troca e de reciprocidade se aproxima muito da relação de dádiva estudada por Mauss.

muitos séculos, o centro de um grande império colonial, por um lado e periférico em relação à Europa, por outro lado, é a base estruturante da nossa existência colectiva.

Apesar de coexistirem formas de desenvolvimento social e económico muito discrepantes, que sustentam representações e práticas sociais também muito heterogéneas, é relativamente evidente que em termos de valores sociais, globalmente considerados, a tendência é para uma partilha com as sociedades mais desenvolvidas. Ferreira de Almeida (1994) refere que a partir de meados dos anos oitenta se assistiu a uma melhoria generalizada das condições de vida dos portugueses⁷⁰. A partir de finais desta década, a aproximação com a Europa no que se refere aos valores sociais é já irreversível (e.g. Ferreira de Almeida, 1994; Braga da Cruz, 1994), quer pela melhoria referida, quer pelo *contágio* de valores externos, nomeadamente após a nossa adesão à UE. Como refere Ferreira de Almeida (1994: 59) *“a dinâmica das configurações simbólicas (os valores, as representações) está longe de ser estanque; os contágios, pelo contrário, constituem a regra. As ideias viajam cada vez mais confortavelmente e mais depressa com a ajuda dos meios de comunicação de massas e o acesso acrescido que a eles têm (...) sectores muito amplos”* da sociedade. Ainda que não se defenda que a informação veiculada é recebida de modo passivo, *“o certo é que a comunicabilidade de fora para dentro do país é bem diferente do que se passava há uma trintena de anos atrás”* (idem, ibidem). O entreabrir de Portugal ao exterior, iniciado na década de sessenta de uma forma ligeira, é actualmente uma abertura completa. Para além do inegável papel da difusão mediática da informação⁷¹, essa abertura tem sido facilitada por elementos como a consolidação da democracia na nossa sociedade, as novas formas e condições políticas que ela originou, um maior acesso e receptividade cultural, o aumento da urbanização e a densificação dos contactos que este aspecto propicia. Tanto Ferreira de Almeida (1994) como Braga da Cruz (1994) salientam que a proximidade ou a partilha de valores sociais com a Europa, indiciam convergências nas condições de vida globalmente consideradas, mas também uma maior aproximação no que diz respeito às representações e avaliações sobre o presente e o futuro. Algumas destas representações partilhadas com a Europa, traduzem preocupações que até há pouco tempo não eram dominantes na nossa sociedade. Essas preocupações partilhadas estão associadas a valores como o pacifismo, a defesa dos direitos humanos, o combate à exclusão social, a defesa das diversidades socioculturais e do ambiente. Como refere Ferreira de Almeida (1994: 63), a preocupação com o ambiente *“é relativamente recente e tem lugar difundido na consciência colectiva ao*

⁷⁰ Isto se considerarmos os indicadores mais usuais como o rendimento, os padrões de consumo e o acesso a equipamentos e a serviços. Por exemplo, como diz Ferreira de Almeida (1994) entre 1985 e 1990 o PIB teve um aumento de cerca de 25%. A esta questão das transformações objectivas (económicas, demográficas) da sociedade portuguesa, voltaremos no capítulo V.

⁷¹ Uma análise cuidada da evolução dos *mass media* em Portugal e da sua influência na sociedade é dada por Mesquita, Reis e Nunes (1994).

ponto de se tornar organizadora de movimentos sociais e ponto obrigatório nas agendas políticas”.

Estes valores partilhados com as sociedades europeias parecem indiciar a expansão na nossa sociedade do que antes identificámos (e analisámos) como valores pós-materialistas. No entanto e dada a elevada (e já salientada) heterogeneidade desta sociedade, tais valores não estão ainda completamente consolidados, dado que se se observarem alterações na economia, no sentido de maiores dificuldades, os valores materialistas tenderão a suplantar os valores pós-materialistas (e.g. Inglehart, 1990 e 1997; Ferreira de Almeida, 1994). Como dissemos no início deste ponto, a expansão da democracia, a integração na UE e ainda o aumento dos níveis de crescimento económico são factores importantes na análise das transformações dos valores sociais, ainda que a sua avaliação não possa ser feita apenas de modo totalmente positivo em outros domínios. Estes aspectos, particularmente o da emergência e consolidação da democracia, trouxeram à sociedade portuguesa um enriquecimento cultural e económico (e.g. Medeiros Ferreira, 1994). Este foi, como sabemos e como veremos melhor no capítulo V relativamente mais rápido e maior do que o dos outros países da Europa em igual período e ocorreu, independentemente de várias crises. Medeiros Ferreira (idem: 165 e segs.) refere que assistimos, assim, a grandes transformações nas *mentalidades* e no quotidiano, ou seja “*alteraram-se os espaços de sociabilidade, mudaram os valores morais e estéticos*”⁷². Barreira (1994) dá-nos conta, justamente das alterações na sociedade portuguesa no que se refere às transformações dos espaços e formas de sociabilidade, assim como das práticas sociais, nomeadamente chamando a atenção para a alteração dos hábitos de consumo. A alteração dos hábitos de consumo - que, como vimos, é um dos traços que aproxima a sociedade portuguesa dos países mais desenvolvidos ou centrais - pode ser considerada como o motor principal dessa alteração de práticas sociais e de espaços e formas de sociabilidade. Para Barreira (1994) e ainda para Medeiros Ferreira (1994), os centros comerciais são actualmente os palcos de novas práticas culturais e de sociabilidade.

Para além destes factores, nos últimos vinte anos temos assistido ao despontar de novas profissões e a uma recomposição socioprofissional da população portuguesa, acompanhada por um mais elevado nível de instrução⁷³, uma maior democratização das instituições de ensino (que afectam sobretudo as gerações mais jovens) e por maiores níveis de mobilidade

⁷² Para uma análise dos valores e, sobretudo dos hábitos da sociedade portuguesa, nos últimos trinta anos, ver, além dos autores mencionados neste ponto, os contributos de M.^a Filomena Mónica para a obra de Barreto (1996). Para o mesmo período e com especial ênfase para as práticas culturais no pós-25 de Abril, pode ver-se igualmente o contributo de M.^a Eduarda Dionísio na obra organizada por Reis (1994).

⁷³ Ao aumentar do nível de escolarização em Portugal não são alheios o alargamento da escolaridade obrigatória para o 3º CEB, a maior democratização do sistema de ensino e também as transformações ocorridas na instituição familiar. Não só as famílias se alteraram interna e externamente, essencialmente por via da maior entrada da mulher no mercado de trabalho, como a sua função de socialização foi progressivamente sendo transferida para outros meios, particularmente a própria Escola e, em menor escala, os *mass media*.

social (e.g. Ferreira de Almeida, Costa e Machado, 1994). Estes aspectos também concorrem para a alteração nos modos de vida e para as “*alterações dos sistemas simbólico-culturais* (representações e valores) *a que os portugueses recorrem para orientar e justificar os seus comportamentos*” (idem: 307). Os grandes portadores dos novos valores sociais são grupos cujo protagonismo e influência social se tornaram mais evidentes na sociedade portuguesa, i.e., a população activa, de residência urbana, com particular destaque para as camadas etárias jovens e “*conjuntos dotados de recursos em capital escolar e cultural acima da média*” (Ferreira de Almeida, 1994: 64). Os novos valores sociais de que há, segundo Ferreira de Almeida (1994: 64 e segs.), grandes evidências na nossa sociedade são então:

- o *individualismo* – acentuado pelo vincado processo de desruralização do país, a que aludiremos mais tarde. Assistimos a uma emancipação crescente dos indivíduos face ao meio sócio-familiar e à procura de maior realização pessoal, o que não significa a perda de importância dessa mesma família e dos laços de afectividade entre os seus elementos (e.g. Braga da Cruz, 1994);
- a *busca de objectivos pragmáticos* – como diz Ferreira de Almeida (1994), vários estudos têm demonstrado que existe uma recusa face a grandes objectivos e, em associação, uma menor disponibilidade para formas de intervenção colectiva. No entanto, podemos referir que outras evidências têm sugerido que tal disponibilidade se encontra muito associada ao tipo de questão a exigir a intervenção;
- a *convivência e a tolerância* – a diversificação dos modelos e estilos de vida, mais uma vez decorrente do processo de desruralização, da complexificação social e da maior abertura da sociedade portuguesa, “*são confirmadas pela mais superficial das observações – para a nova flexibilidade social contribui um claramente menor entrenchamento de campos, uma distribuição mais aleatória de valores socio-políticos, morais e religiosos*” (idem: 67). Este tipo de valores relaciona-se de perto como a aceitação de estilos de vida e de valores sociais diferentes.

As transformações mencionadas contribuíram de forma relativamente importante para alterar o comportamento cívico dos portugueses, as suas práticas de cidadania e também para o aumento e alargamento do âmbito das necessidades e exigências de participação pública e política por parte da sociedade civil. Esta, segundo Santos (1990a: 21) “*parece fraca porque não se organiza segundo os modelos hegemónicos, os que têm predominado nos países centrais da Europa*”. Esta fraqueza tem sido atribuída a vários factores, vulgarmente à “*asfixiante força do Estado*” (idem: 21) ou ao seu peso tutelar (e.g. Eloy, 1994). Ora, a verdade é que, como nos diz ainda Santos (1990a) a sociedade portuguesa não possui uma tradição de organização formal, centralizada e autónoma, dos interesses sociais nas mais diversas áreas. Tal organização permitiria gerar parceiros sociais fortes que dialogassem permanentemente entre si e o Estado. Para Santos (1990a) este é o modelo de organização

social nos países centrais da Europa, particularmente após a II Guerra Mundial. Respondendo a esta falta de tradição de organização formal, Braga da Cruz refere que após várias décadas de autoritarismo, os portugueses estavam pouco habituados a participar democraticamente. Nos anos que se seguiram ao 25 de Abril houve uma espécie de euforia participativa ou uma explosão da participação da sociedade civil em vários domínios, que Braga da Cruz (1994) caracteriza como tradutora de uma descompressão social e política, mais do que uma profunda e consistente mudança de atitudes e comportamentos⁷⁴. De certo modo, os níveis de participação da sociedade civil na vida pública e política não acompanham os observados nos países europeus e das sociedades desenvolvidas. “O *estadualismo por um lado e o paternalismo por outro, parecem ser (...) factores bloqueadores do desenvolvimento do civismo indispensável à participação social e política democrática*” (Braga da Cruz, 1994: 353), apresentando assim Portugal níveis inferiores, aos dos outros países ocidentais e desenvolvidos, de activismo e associativismo. Isto manifesta-se em todas as áreas da vida social e política, dado que “os portugueses pertencem menos que os europeus a toda a espécie de associações - quer às desportivas, recreativas, religiosas e culturais, que são as que mais colhem a adesão tanto de portugueses como de europeus, quer às sindicais e profissionais, quer ainda às políticas” (Braga da Cruz: 1994: 354). O mesmo acontece com a participação na esfera dos *novos movimentos sociais*⁷⁵, nos quais podemos, por exemplo, incluir as associações pacifistas, as associações relativas à defesa dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e ainda as associações de defesa do ambiente. Mais uma vez os jovens são os mais activos neste domínio, tal como os indivíduos que têm residência urbana, maiores níveis de escolaridade e maiores rendimentos. Este aspecto vai ao encontro do que referimos no capítulo anterior a propósito dos defensores dos valores de tipo pós-materialista. Para além do peso do Estado na sociedade civil, a “*anestesia cívica*” (Reis: 1994: 8) dos portugueses (uma herança social e cultural do regime ditatorial), pode ser interpretada como uma consequência da desconfiança dos cidadãos relativamente às instituições de decisão política. Como refere Braga da Cruz, esta perda de confiança é partilhada com os restantes países da Europa, mas em Portugal confia-se menos nas instituições, se destas exceptuarmos a Igreja. Os portugueses são os cidadãos que, ainda segundo o autor mencionado, mais frágeis e impotentes se sentem perante as decisões governativas. Nos

⁷⁴ Figueiredo e Fidélis (2000) e Figueiredo, Fidélis e Rosa Pires (2001) salientam esta euforia participativa nos primeiros anos após o 25 de Abril, no que se refere concretamente à participação popular nos protestos contra determinados problemas ambientais. Nestas análises, notou-se uma grande participação entre 1974 e 1976, para a partir desses anos se observar um decréscimo até ao início da década de noventa. Nesta década os autores observam um novo aumento da participação pública nesses protestos. Infelizmente não possuímos dados que nos permitam obter informações quanto aos protestos populares relativos a outras questões da sociedade portuguesa.

⁷⁵ Para Habermas (s.d.) os Novos Movimentos Sociais podem ser caracterizados como formas de protesto sub-institucionais e extra-parlamentares, que surgem na sequência de conflitos a que as instituições parecem incapazes de responder. “Este novo tipo de conflitos é o reflexo da ‘revolução silenciosa’ nos valores e atitudes de que falava Inglehart” (Idem: p. 423). A propósito dos novos movimentos sociais na área do ambiente ver também Rodrigues (1995) e Gil Nave (2000).

últimos anos, no entanto, com a consolidação da democracia, a sociedade civil parece ter encontrado formas alternativas aos canais institucionais e políticos de participação. Estas formas menos convencionais de participação são, por exemplo, a assinatura de petições, a participação em manifestações, os bloqueios de estradas. Trata-se assim “*de um processo de substituição da tradicional participação política (...) para modernas formas de participação orientadas para as elites dirigentes, onde a participação no processo de tomada de decisão tende a fazer-se com maior continuidade - e não apenas pontualmente (...) – sob a forma de pressões de grupos organizados*” (Braga da Cruz, 1994: 367-368). Embora não estejamos inteiramente de acordo com o autor sobre o que estas formas não convencionais revelam, já que a evidência demonstra que se trata de movimentos sociais episódicos e despoletados por interesses individuais ou locais (e.g. Figueiredo e Fidélis, 2000; Figueiredo, Fidélis e Rosa Pires, 2001), pensamos que elas revelam a necessidade de prestar atenção aos processos alternativos de participação da sociedade civil. Esta necessidade impõe-se no sentido de compreendermos estes acontecimentos ou episódios de participação pública não institucional, mas igualmente porque aparentemente os mecanismos democráticos actuais parecem ter fracassado, sendo importante encontrar novos canais de diálogo entre os representantes políticos, as suas instituições e os seus representados.

Como Santos (1990a), pensamos que a sociedade portuguesa (no seu todo e não apenas em termos de valores sociais) é heterogénea o bastante para que nela coexistam traços daquilo a que Giddens (1991) e Beck (1992) chamam a pré-modernidade, a modernidade e a pós-modernidade (ou também como vimos da modernidade reflexiva e da sociedade de risco). Esta tem sido, no entender de Santos (1990a: 18-19) uma coexistência “*aparentemente duradoura e dinâmica*” e é talvez “*o factor mais determinante da nossa especificidade*”. Esta heterogeneidade está presente igualmente na resposta à questão que debateremos no ponto seguinte, ou seja, que representações e práticas desenvolvem os portugueses face aos aspectos ambientais⁷⁶.

2.2. Consciência ou sensibilidade ambiental em Portugal?

Podemos começar por dizer, de acordo com Mansinho e Schmidt (1994), que a manutenção de uma industrialização relativamente fraca no país num contexto que foi, durante muito tempo, vincadamente rural e agrícola, teve como consequência, em termos ambientais, a relativa conservação dos recursos e elementos naturais. Esta consequência

⁷⁶ Como salienta Nunes Correia (1994), no domínio das questões ambientais, como em outros, não existem os portugueses. Como vimos no capítulo II, a percepção das questões ambientais, as práticas face ao ambiente e as próprias concepções de ambiente e de natureza, encerram uma grande diversidade. Os valores sociais, as condições de existência objectivas, assim como a exposição a situações concretas de degradação ambiental ou de risco, constituem a base dessa diversidade.

positiva não ficou, no entanto, a dever-se a uma política de conservação da natureza e de protecção do ambiente, mas sim à inércia ou ao que no capítulo precedente identificámos (com Mela, Belloni e Davico, 2001) como *laxismo*. No entanto, as autoras mencionadas, referem que o Estado Novo não deixou o ambiente totalmente incólume. Lembremos, apenas como exemplo do que acabámos de referir, a campanha do trigo e os seus efeitos nefastos sobre os solos no sul do país. Lembremos ainda a florestação massiva, primeiro com pinheiro e posteriormente com eucalipto, que foi também responsável por alterações significativas nos sistemas agrários, na forma de organização das sociedades rurais e pelo desequilíbrio económico em muitas dessas sociedades. Depois de 1974, os problemas ambientais existentes, pouco visíveis e ainda menos mediatizados até então, tenderam para um agravamento, sobretudo devido a *“um aligeiramento das estruturas de controlo e de regulação social”* (Mansinho e Schmidt, 1994: 453), mas igualmente e não menos relevante, devido à necessidade de um crescimento económico rápido do país.

O contexto histórico, social e económico português não pode ter deixado de condicionar a forma como os portugueses perceberam o ambiente, ao longo dos anos. Efectivamente, antes do 25 de Abril de 1974 e mesmo até depois desta data, as preocupações sociais com as questões ambientais eram praticamente inexistentes. Vários autores têm argumentado que a questão ambiental eclodiu tarde e foi inicialmente mais induzida por factores externos (como as pressões que resultaram da adesão à UE) do que por dinâmicas internas (e.g. Figueiredo e Martins, 1992; 1994; 1996c; Lima e Schmidt, 1996; Soromenho Marques, 1998; Schmidt, Valente e Pinheiro, 2000). Reis e Lima (1998: 335) dizem-nos que *“foram e são ainda os problemas ligados à urbanização e ao ordenamento caótico do território, mais do que o desenvolvimento industrial ou agrícola, que ressuscitaram a emergência de uma preocupação ambiental no país”*. Com a adesão de Portugal à UE, como veremos no ponto seguinte, o quadro legal passou a integrar novas leis e directivas relativamente às questões do ambiente e, naquilo a que Schmidt, Valente e Pinheiro (2000) chamam o *‘país real’*, foram realizados investimentos em infra-estruturas que beneficiaram do apoio dos fundos comunitários. Estes investimentos, contudo *“andaram mais depressa do que a transposição das directivas e, se a muitos níveis, o país se modernizou, acabaram por se gerar efeitos negativos na sua qualidade ambiental”* (idem: 35). Os autores argumentam ainda que na dialéctica entre desenvolvimento e ambiente, Portugal está próximo de uma fase em que *“perante a maximização do crescimento económico, feito à custa do desordenamento e da agudização dos problemas ambientais, a sociedade ressent-se e requer com urgência a sua resolução”* (idem, ibidem). Deste processo de descoincidência entre a urgência de um desenvolvimento económico e a negligência dos aspectos associados ao ambiente e ao ordenamento do território, resultam pelo menos duas consequências:

1. “por um lado, ao nível das condições objectivas, a degradação ambiental (...) dos últimos anos, a par da divulgação de que foram alvo, tornou-se suficientemente visível para que a sociedade portuguesa não lhe seja insensível” (Schmidt, Valente e Pinheiro, 2000: 35);
2. por outro lado, ao nível das condições subjectivas, há uma tendência para a alteração de valores sociais, já mencionada antes, particularmente a alteração daquilo a que Ferreira de Almeida (1994) chama o *modelo ruralista* (associado aos valores colectivos e familiares) para um *modelo individualista* (centrado, como vimos, em valores de tipo hedonista, na realização pessoal e na tolerância). “Entre um e outro modelo, os portugueses balançam, com ritmos diferenciados, conforme as diferentes situações socioculturais em que se encontram” (Schmidt, Valente e Pinheiro, 2000: 35). O processo de mudança é lento e nem todos os sectores da população, como referimos antes, o iniciaram já.

A seguir a 1974 e essencialmente após a adesão de Portugal à UE, podemos dizer que a evolução das preocupações sociais com o ambiente indicia uma tendência para uma maior sensibilidade da opinião pública, ainda que tal facto só se tenha tornado visível após o início da década de noventa. Neste sentido, diversos dados e conclusões de algumas sondagens (e.g. CCE, 1986 a 1999; Ferreira de Almeida, 2000 e 2001; Gallup International Institute, 1992) indicam justamente um crescimento significativo da preocupação global com as questões do ambiente em Portugal, principalmente na última década.

Relativamente aos factores de formação desta crescente sensibilidade para as questões ambientais, observamos que ela é fomentada pelo mesmo tipo de entidades, agentes e actores que apontámos no capítulo II a nível global. Entre esses factores não podemos negligenciar o papel das associações de defesa do ambiente, cujo número aumentou de modo significativo a partir dos anos oitenta e cuja importância foi definitivamente reconhecida a nível institucional após o início da década de noventa. Também não são de negligenciar os *mass media* cuja expansão foi muito importante na última década; as investigações científicas; mais recentemente a Escola que, através da implementação dos novos planos curriculares, veio dar um contributo importante neste domínio; assim como a publicidade e o discurso e a prática política. Destes factores, destacamos o papel desempenhado pelos *mass media*. Como vimos no ponto anterior a sua influência na sociedade portuguesa não cessou de aumentar desde os primeiros anos da democracia (e.g. Mesquita, Reis e Nunes 1994), desempenhando também as funções que lhe são características e que já abordámos antes. A propósito dos problemas ambientais, Mansinho e Schmidt (1994: 465) referem que os *mass media*, “passaram a ter um papel progressivamente proeminente na mobilização da opinião pública, denunciando os problemas, efectuando uma informação com componentes pedagógicas”. Com os novos jornais criados na década de noventa, com as novas rádios e

com as televisões privadas, o ambiente adquiriu um lugar de destaque na agenda mediática, passando a ser considerado um factor susceptível de conquistar a atenção do público. As notícias veiculadas principalmente pela televisão, (a importância do uso da imagem a que aludimos antes), sobre esta temática *“têm frequentemente um carácter alarmista e catastrófico, denunciando um quadro ambiental essencialmente negativo. Assim, podemos dizer que em Portugal a sensibilidade ambiental se tem formado muito através da percepção do ambiente mediatizado e deriva menos de factores que podemos considerar positivos, como a educação e a formação específicas nesta matéria”* (Figueiredo e Martins, 1996c: 59⁷⁷).

No que se refere ao papel do discurso e prática políticos em Portugal, na construção e consolidação de uma consciência ou sensibilidade ambiental, salientamos os trabalhos de Figueiredo e Martins, desenvolvidos desde 1992, sobre esta matéria. Como defendem as autoras, apesar da instabilidade do discurso e da prática política face aos problemas do ambiente, não podemos negar a existência de um contributo relevante para a formação de uma sensibilidade social para estas questões, contributo que está mais relacionado com a função de tradutor e de mediador das pressões e exigências sociais neste domínio do que com o papel de formador. Ainda a nível institucional, a adesão à UE, assim como a necessidade de, a partir dessa data, adoptar várias directivas comunitárias em matéria de ambiente, teve igualmente muita influência junto da opinião pública. A ambos os aspectos voltaremos detalhadamente no ponto seguinte.

Como dissemos, no contexto da crescente consciencialização e/ou sensibilização da opinião pública para o ambiente, são muito relevantes as acções reivindicativas que têm sido desenvolvidas em Portugal pelas associações de defesa do ambiente. A maioria destas associações constitui-se na segunda metade da década de oitenta, embora o movimento ambientalista tenha conhecido alguma expansão após o 25 de Abril de 1974 (e.g. Rodrigues, 1995). Esta expansão pode ser explicada segundo Melo e Pimenta (1993: 147) *“por razões (...) associadas ao regime político do Estado Novo”* e a que já aludimos antes, nomeadamente o facto de ser um regime autoritário que controlava de forma eficaz qualquer tipo de participação social. Por outro lado, é de considerar também o facto de a sociedade portuguesa ser, até àquela data, uma sociedade relativamente fechada, com escassa circulação de informação, com mecanismos de censura e ainda, com baixos níveis de instrução. Tal como Schmidt e Mansinho (1994), também Melo e Pimenta utilizam como argumento para a pouca expressão das associações de defesa do ambiente em Portugal, o facto de os problemas ambientais terem, até então, pouca expressão e encontrarem-se muito localizados. Segundo Melo e Pimenta (1993) e Rodrigues (1995), os anos oitenta marcam

⁷⁷ Ver também outros trabalhos desenvolvidos pelas autoras, em Figueiredo e Martins, 1994; 1996a; 1996b e 1999 e Figueiredo (2000b), em que estes aspectos são mais explorados.

uma viragem (sobretudo os anos de 1986 a 1988) no movimento ambientalista nacional. Com a crescente estabilidade política criaram-se as condições para que a opinião pública acolhesse com maior interesse preocupações de carácter ambiental e de qualidade de vida. Em 1987, com a publicação da Lei de Bases do Ambiente e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente “o ambiente tornou-se institucional e socialmente respeitável” (Melo e Pimenta, 1993: 151). O ano de 1987 foi também o Ano Europeu do Ambiente, permitindo a criação de várias associações locais e o desenvolvimento de acções de educação ambiental. Como referem ainda os autores mencionados, neste período, “a maior parte das associações tornou-se mais pragmática, abandonando a filosofia de ruptura radical com o sistema (...). As associações passaram a tentar alterar o sistema por dentro” (idem: 152). Com a criação da Confederação Portuguesa das Associações do Ambiente, estas ganharam maior visibilidade pública e também maior peso institucional. Como refere Rodrigues (1995), algumas associações, como a Liga para a Protecção da Natureza (LPN)⁷⁸, a Quercus e o Grupo de Estudos sobre o Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) afirmaram-se junto do público e do poder político e no panorama associativo nacional, detendo aí uma posição que a autora classifica como hegemónica⁷⁹.

Como referem Figueiredo e Martins (1994), a existência de um contexto educativo rico quer em meios formativos, quer em meios informativos, constitui um elemento de extrema importância na transformação dos valores existentes, como antes mencionámos. Uma análise breve ao conteúdo dos programas saídos da última Reforma do Sistema Educativo, para os anos de escolaridade obrigatória, demonstra que o ambiente se constitui como um novo objectivo geral. Esta realidade permite, segundo a Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário, a possibilidade de uma nova aprendizagem acerca das interacções entre o indivíduo e o ambiente e em consequência, permite fomentar uma responsabilização individual e colectiva na resolução dos problemas ambientais existentes, assim como na prevenção de outros. Figueiredo e Martins (1994) referem que este objectivo geral está presente em todos os graus do Ensino Básico (desde o 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB), mas a sua interligação com as diferentes disciplinas leccionadas assume contornos diversos. Passa-se de uma visão globalizante (1º CEB) para uma crescente especificação dos itens programáticos relacionados com o ambiente (nos 2º e 3º CEB). A esta especificidade crescente, encontra-se associada um alargamento do leque de disciplinas envolvidas no tratamento da temática ambiental. Esta maior exposição dos indivíduos a este assunto, num

⁷⁸ Esta associação foi fundada em 1948, sendo a mais antiga do país. Foi criada num período em que não só as condições de associação eram difíceis, como os problemas ambientais não tinham grande expressão em Portugal. Foi um grupo impulsionado “por cientistas ligados aos movimentos conservacionistas internacionais da época e cuja maior preocupação era a destruição do mundo rural” (Mansinho e Schmidt, 1994: 462). Esta associação manteve durante anos características académicas e científicas, sem que tivesse visibilidade política ou pública.

⁷⁹ Um estudo muito interessante e detalhado acerca das associações de defesa do ambiente em Portugal, do modo como têm influenciado o poder político e como implementam processos de comunicação para a acção colectiva ambiental, pode ser visto em Gil Nave (2000).

contexto de aprendizagem formal, terá teoricamente uma tradução no desenvolvimento de representações e práticas tendentes a integrar uma nova forma de qualificação do ambiente na vida quotidiana.

Apesar do desfasamento temporal mencionado no que se refere à emergência de uma sensibilidade para as questões e problemas ambientais em Portugal, em termos dos factores influenciadores e formadores denotamos uma grande proximidade com a maior parte das sociedades ocidentais e desenvolvidas. O mesmo podemos referir no que se refere à partilha de valores sociais nesta área. Assim, no que concerne a algumas das características mais marcantes da opinião pública portuguesa no que se refere às questões ambientais, podemos começar por salientar a aproximação crescente da opinião pública portuguesa com a opinião pública europeia e internacional. De um modo geral, os portugueses revelam-se preocupados com o mesmo tipo de questões ambientais que os europeus e os habitantes dos países ocidentais, revelando também as mesmas atitudes globais. Tem vindo a notar-se, como referimos antes, sobretudo a partir do início dos anos noventa, um crescente envolvimento e participação dos cidadãos portugueses nestas questões, particularmente quando são os interesses locais ou individuais que estão em jogo⁸⁰.

Na análise do tipo de sensibilidade ambiental dos portugueses as sondagens da CCE (1986 a 1999) e os dois Inquéritos Nacionais às representações e práticas dos portugueses relativamente às questões do ambiente, realizados pelo Observa, revelam-se como dissemos antes, um material essencial⁸¹, que utilizaremos. Começando por uma análise às concepções de ambiente tidas pelos portugueses, em 1997, verificamos que este termo é frequentemente associado à natureza, ou seja, ao meio exclusivamente biofísico (52% dos inquiridos pelo Observa referem esta categoria). Apenas 16% dos indivíduos identificam o ambiente como um conceito cujo conteúdo é socio-biofísico. De salientar ainda, que 11% dos inquiridos associam o ambiente ao ambiente social e humano, ou seja, às relações de vizinhança ou familiares, ao convívio social e às formas de sociabilidade. Tendo subjacentes estas concepções de ambiente, é importante referir que este ocupava, também em 1997, um lugar

⁸⁰ A título de exemplo mencionemos os casos de Barqueiros (contra a exploração de caulino), os levantamentos populares contra a lixeira nuclear de Aldeavavila e, muito mais recentemente, os casos de Estarreja, Sines, Vagos e Souselas, contra a instalação, nos dois primeiros casos, de unidades de incineração de resíduos industriais; contra a instalação de um aterro destinado ao armazenamento do mesmo tipo de resíduos no terceiro caso e contra a co-incineração deste tipo de resíduos por uma cimenteira, no último caso. Estes casos demonstram, de um modo mais ou menos evidente, a existência em Portugal, de uma opinião pública de carácter *Nimby*. Como vimos no capítulo anterior, esta expressão ilustra bem um tipo de sensibilidade face às questões ambientais que é muito direccionada para os problemas que afectam directa e imediatamente a vida quotidiana das populações. Nogueira, Figueiredo, Bastos e Rosa Pires (1994), Figueiredo e Fidélis (2000) e Figueiredo, Fidélis e Rosa Pires (2001) demonstram justamente esta característica da opinião pública portuguesa face às questões do ambiente. Estes autores analisaram os protestos populares relativos ao ambiente (i.e. os *grassroots environmental movements*) em Portugal e observaram que as principais causas desses protestos se centravam essencialmente na recolha e tratamento de lixos e, igualmente, na construção de grandes infra-estruturas. Por outro lado, os mesmos autores concluem que a maior parte dos argumentos utilizados pelos protagonistas dos protestos, se encontram relacionados com os impactes negativos na saúde humana e na economia local. Estes aspectos reforçam a natureza *Nimby* destes protestos, mas também da globalidade da opinião pública portuguesa face ao ambiente, como referem Figueiredo e Martins (1994; 1996c).

⁸¹ Fundamentais, no sentido em que são as únicas bases de dados disponíveis para caracterizar as representações e as práticas dominantes na sociedade portuguesa, no que se refere ao ambiente.

importante entre outros problemas nacionais. Mais precisamente ele surge em quinto lugar de entre um conjunto de problemas sociais apresentados. Surge à frente de problemas que associamos ao materialismo, como o aumento do custo de vida, a segurança/violência, a habitação. No entanto, surge atrás de problemas que têm hoje bastante mediatização como a droga, o desemprego, a saúde (principalmente a SIDA) e a exclusão social. Estes dados demonstram com razoável nitidez que o ambiente se constitui como uma preocupação social em Portugal. Na mesma linha, tomando como base os dados produzidos no âmbito das sondagens efectuadas pela CCE (1986, 1988a, 1992, 1995 e 1999), observa-se que entre estas duas datas, o ambiente é sempre entendido, e de forma muito próxima à dos restantes países da UE, como um problema imediato cuja resolução é urgente. Saliente-se que as percentagens relativas a Portugal são, para o período considerado, sempre ligeiramente inferiores à dos restantes países. Em qualquer dos anos em que se realizou a sondagem mencionada, os mais jovens, os mais escolarizados e os que possuem residência urbana são aqueles que tendem a considerar de forma mais saliente o ambiente como um problema imediato e urgente. A saliência dos problemas ambientais em termos de preocupações sociais está bem patente também na prioridade que é dada à protecção do ambiente sobre o desenvolvimento económico. Assim, os inquiridos nacionais referem, à semelhança dos europeus, que a prioridade deve ser dada à conciliação de ambos os aspectos. Este aspecto é mais evidente após 1992 e a realização da bastante mediatizada *Cimeira da Terra* e da entrada na agenda mediática e política do conceito de *desenvolvimento sustentável*. Em 1986, o primeiro ano em que os cidadãos nacionais fizeram parte da sondagem, a maior parte deles considerava que a prioridade deveria ser dada à protecção do ambiente *tout court*. Paralelamente, existem sempre maiores percentagens de portugueses que apontam que a prioridade deve ser dada ao desenvolvimento económico, o que é também mais evidente em 1986 e se atenua depois.

Se atendermos à materialização destes níveis de preocupação ambiental – aparentemente tão próximos (e aparentemente informados pelo mesmo tipo de valores sociais) dos dos cidadãos dos restantes países da UE – em problemas ambientais concretos, somos forçados a concluir pela maior fragilidade da opinião pública portuguesa. Esta fragilidade é visível através de dois factores principais:

1. a elevada percentagem de inquiridos portugueses que declara não saber responder à questão (particularmente em 1986 e 1988), o que evidencia uma incapacidade de materialização das preocupações gerais com o ambiente, em problemas concretos;
2. a também elevada percentagem de inquiridos nacionais que (também especialmente em 1988 e 1986), aponta a diminuição da qualidade de vida como o aspecto mais gravoso dos problemas ambientais. Na medida em que qualidade de vida é um

conceito bastante vago que pode esconder dificuldades de concretização, consideramos este aspecto uma faceta da fragilidade mencionada.

Nunes Correia (1994: 130-131) a propósito dos dados da mesma sondagem, refere que “*é curioso notar que em 1986 Portugal se encontrava sensivelmente em quarto lugar, no conjunto da UE, no que diz respeito às razões de queixa sobre problemas de ambiente mais directamente sentidos. Nessa época, os portugueses revelavam um desagrado ligeiramente superior à média comunitária em todas as questões, excepto nos problemas de lixo, em que esse desagrado era bastante maior e à degradação estética da paisagem que, algo surpreendentemente, parecia perturbar bastante menos os portugueses*”. Em 1992 e nos anos seguintes, os inquiridos portugueses estavam entre os inquiridos europeus com menos razões de queixa sobre o seu ambiente, pelo que “*parece haver assim uma tendência para a reconciliação com o ambiente envolvente, explicada talvez pelos progressos registados no que diz respeito a problemas básicos, como os lixos urbanos ou os esgotos*” (Nunes Correia, 1994: 131). Esta diminuição das razões de queixa sobre os problemas directamente sentidos é acompanhada por um aumento de preocupação com os problemas mais globais do ambiente, nomeadamente com as questões do efeito de estufa e da destruição da camada de ozono. A esta evolução, ou alteração do sentido das preocupações, não é alheia a atenção dedicada a estes problemas pelos *mass media*. Ainda em relação aos problemas mais gravosos no que se refere ao ambiente, observamos que uma parte importante dos portugueses (entre 1986 e 1999) referiu sempre os efeitos sobre a saúde pública. Em 1986 as consequências sobre as gerações futuras foram referidas por 26% dos portugueses inquiridos contra 40% da UE, denotando assim igualmente um sentido mais imediatista e vivencial das questões ambientais e, em certo sentido, a adesão a valores materialistas. Em 1992, este aspecto altera-se substancialmente, sendo as preocupações de pendor mais materialista substituídas em definitivo pela preocupação com as gerações futuras. As questões materialistas ainda têm forte expressão na nossa opinião pública, mas aparecem mitigadas por uma “*visão mais global do ambiente e pela emergência de valores transgeracionais*” (Nunes Correia, 1994: 134). De um modo geral, podemos dizer que os portugueses apontam de forma crescente os aspectos mais mediatizados e mais visíveis, como os que são susceptíveis de contribuir para a degradação ambiental ou de tornarem gravosos os problemas ambientais. Em Portugal, como nos outros países da UE, as questões ambientais “*ultrapassam cada vez mais as fronteiras da vivência directa e imediata*” (Nunes Correia, 1994: 136).

Uma análise aos comportamentos ou práticas ambientalistas dos cidadãos nacionais levamos à confirmação da fragilidade apontada anteriormente, assim como ao reforço do carácter *Nimby* dos valores sociais face ao ambiente. Tendo em conta as acções que foram efectivamente desenvolvidas pelos portugueses e pelos restantes europeus em matéria de

ambiente e comparando-as com as acções que estes inquiridos estão preparados para realizar no futuro, observamos que enquanto no primeiro caso não existem diferenças significativas, no segundo caso a discrepância é enorme. Outra conclusão importante é a de que, ao invés desta situação se minimizar com o passar dos anos, ela tende a aumentar. Assim, em 1986 e 1988, os inquiridos portugueses (com diferenças percentuais relativamente aos europeus, que vão desde os 3% aos 26%) declaram estar preparados para realizar no futuro acções diversas, desde a pertença a uma associação de defesa do ambiente, contribuir com dinheiro para uma causa ambiental até à reciclagem, por exemplo. Em 1992, atendendo aos resultados da sondagem da CCE, reforça-se a discrepância observada entre as atitudes e as práticas ambientais dos portugueses. Neste ano, confrontando a média das acções que foram efectivamente desenvolvidas, com a média das acções potenciais, observamos que Portugal apresenta uma média inferior no primeiro caso (4.2 contra 4.9 da UE) e uma média muito superior no segundo caso (6.2 contra 4.2. da UE). Estes dados demonstram um forte desequilíbrio entre as representações e as práticas dos portugueses face ao ambiente, desequilíbrio que se mantém em 1995, ano em que Portugal novamente *“apresenta ‘scores’ inferiores à média comunitária, no que se refere às acções já realizadas. Este país compensa este fraco resultado por um número ‘record’ de intenções”* (CCE, 1995). Para além desta situação revelar a fragilidade da opinião pública portuguesa em termos de comportamentos pró-ambiente, pode constituir igualmente uma oportunidade para que as actividades e os esforços, no domínio da formação/informação ambiental se concentrem neste enorme *potencial de acção*, manifestado pelas intenções. Tendo em conta os dados do Observa (Ferreira de Almeida, 2000 e 2001), para os anos de 1997 e 2000, verificamos que o potencial para agir se mantém, tal como se mantém a pouca acção no presente. Vemos que os portugueses continuam a manifestar práticas ambientalistas residuais e uma enorme disponibilidade para no futuro aderir a este tipo de comportamentos. A excepção a esta tendência são aquilo a que podemos chamar hábitos de economia doméstica – a poupança de água e de electricidade – que mais do que estarem associados a preocupações ambientais, são comportamentos económicos. Embora a situação seja semelhante para os dois anos referidos, *“é de registar (em 2000) que comparativamente aos resultados do Inquérito de 1997, se verifica que os índices de recolha selectiva aumentaram exponencialmente para todos os materiais”* (Ferreira de Almeida (Org.) 2001: 17). Para esta evolução certamente contribuiu a maior e melhor distribuição dos equipamentos de recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos. Isto chama-nos a atenção para o facto de que não é apenas o fraco nível de informação que pode ter um papel importante no número reduzido de acções pró-ambientais, mas igualmente a ausência de infra-estruturas que proporcionem as condições adequadas à sua materialização concreta. É de salientar que é entre os mais

jovens, os mais escolarizados e os que vivem nas áreas do Porto e de Lisboa, que os comportamentos pró-ambientais ganham maior relevância.

A discrepância entre atitudes e comportamentos, revelada pelos portugueses tem uma relação estreita, como foi sugerido, com a questão da informação (ou melhor com a questão da sua ausência). De facto, os portugueses reconhecem-se pouco informados acerca dos problemas e práticas ambientais. Tendo em conta os dados do Observa de 1997 (Ferreira de Almeida (Org.) 2000), observa-se que mesmo para as questões que os portugueses afirmam conhecer (o acidente de Chernobyl, a destruição da camada de ozono, as incineradoras, o efeito de estufa), as percentagens nunca alcançam os 50%. No mesmo sentido, os portugueses afirmam conhecer mais aspectos que associam com frequência a imagens de ameaça e de dramatização que, pela sua própria natureza, são aqueles que merecem maior atenção dos *mass media*. Seguem-se a estas questões mais mediatizadas, as que se relacionam com o ordenamento do território e com os impactes ambientais e, no fim da lista, as questões menos difundidas pelos *media* e as que mais claramente remetem para acções e medidas políticas e técnicas para solucionar ou minimizar os problemas ambientais. Este relativamente baixo nível de conhecimento revelado pelos portugueses torna-se mais evidente quando lhes é pedido para definir as questões que apontaram. A maior parte dos inquiridos revela-se incapaz de definir o que é o buraco do ozono, o efeito de estufa ou o que aconteceu em Chernobyl. Esta baixa prestação dos inquiridos relativamente a indicadores de conhecimento e de informação sobre as questões ambientais, está intimamente associada a outras características gerais da sociedade portuguesa, muito particularmente as que se referem à escolaridade e literacia e às classes etárias (e.g. Nave, Hora e Lorga, 2000). Os inquiridos, aliás, são os primeiros a reconhecerem-se como pouco ou nada informados a respeito do ambiente, sendo que a tendência para se considerarem pouco informados, aumenta com a diminuição do grau de informação que efectivamente revelam. Os que se mostram mais informados são igualmente aqueles que, na sequência do que se disse, procuram mais o acesso à informação. Uma vez mais, tanto a afirmação do conhecimento sobre as questões ambientais, como o reconhecimento da informação que possuem, está intimamente associado às variáveis sociográficas dos indivíduos. Desta forma, são de novo os mais jovens, os mais escolarizados, os de residência urbana e os que exercem uma actividade profissional não associada à exploração de recursos naturais, aqueles que revelam maior conhecimento, maior nível de informação e, simultaneamente, consideram possuir maior necessidade de elementos informativos. A mesma situação de falta de informação, pode ser observada no II Inquérito do Observa, em 2000, em que 44% e 17% respectivamente se consideram pouco ou nada informado neste domínio. Estes dados são complementares da informação obtida a partir da sondagem da CCE que também temos vindo a referir. Nessa sondagem, em todos os anos considerados, os portugueses

demonstram ter necessidades de informação em quase todos os domínios ambientais, muito particularmente naqueles que envolvem o desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais.

Em 2000, o Observa inquiriu onde ou junto de que tipo de agentes e instituições obtêm os portugueses a pouca informação que referem possuir a respeito das questões ambientais. Não surpreendentemente verificamos que os *mass media* assumem o papel principal de entre as várias fontes de informação possíveis. De entre os meios de comunicação de massas, a televisão (89,2%) assume a primazia, sendo também importantes os jornais e as revistas (referidos por 56,6% dos inquiridos) e a rádio (referida por 51,6%). Para além dos *media*, encontramos as fontes *informais*, por assim dizer, como os amigos e a família (cerca de 45%). Seguem-se a Escola (26%), essencialmente para os inquiridos mais jovens; as autarquias, o Ministério do Ambiente e a UE. A Internet funciona como fonte de informação apenas para 11% dos inquiridos, seguida ainda com valores mais baixos, dos cientistas, das associações de consumidores, dos partidos políticos e das empresas (e.g. Ferreira de Almeida (Coord.) 2001). Inegavelmente, são os *mass media* os grandes veículos da informação ambiental, já que a sua *“influência nesta matéria é determinante. Nesta, como em outras (...). No entanto, as pessoas desejam que este poder dos media seja temperado pela intervenção crescente de outros grupos e instituições “* (Ferreira de Almeida (Coord.), 2001: 16). Se compararmos estes dados com os do Inquérito de 1997 e com os dados da CCE, em que se avaliava a credibilidade das instituições como fontes de informação, verificamos que nem sempre as fontes mais credíveis são aquelas em que se obtém a informação ambiental. Os casos mais relevantes de discrepância são os relativos aos cientistas e às associações de defesa do ambiente que, como acabámos de ver, surgem com pouca expressão enquanto fontes de informação, mas possuem muita credibilidade pública nesta área (e.g. CCE, 1992 e 1995; Nave, Horta e Lorga, 2000)⁸².

O que acabou de ser dito é confirmado, em parte, pelos dados relativos às formas como gostariam os portugueses de obter a informação de natureza ambiental. Em 2000, os portugueses escolhem sem sombra de dúvidas os *mass media*, seguidos do envio regular de informação para as suas residências. A afixação deste tipo de informação em locais públicos e a existência de uma linha telefónica gratuita também acolhem alguma adesão. Nestas opções, o traço mais saliente, para além da importância dada aos *media* uma vez mais, é o *comodismo* e a passividade na atitude dos inquiridos, já que preferem que a informação vá ao seu encontro, sem esforço. De salientar ainda, a pouca importância atribuída aos novos

⁸² A propósito da credibilidade das fontes de informação, dados da CCE (1986 a 1999) sublinham que os cidadãos (não apenas os portugueses, mas também os europeus) parecem depositar maior confiança em fontes de informação mais especializadas nas questões ambientais e, principalmente, independentes do poder político e do poder económico. Ao contrário, os cidadãos confiam bastante menos em agentes e organismos que reconhecem como comprometidos com esses poderes.

meios de comunicação, como a Internet (apenas 12% dos inquiridos referem este meio como o mais adequado para a recepção e procura de informação ambiental).

Outra faceta da opinião pública portuguesa em matéria de ambiente é a consideração da ineficácia e da relativa despreocupação do poder político com estas questões. Neste campo, a tónica dominante entre os inquiridos portugueses (sobretudo em 1986 e 1988⁸³) é o reconhecimento da não preocupação das instituições políticas face ao ambiente. Este é, aliás, um aspecto comum à maior parte dos países da UE, característica que acentua o descrédito das instituições e organizações políticas a que fizemos referência no ponto anterior. Em 2000, este descrédito não se altera, sendo que 48% dos portugueses considera que o Estado não se ocupa suficientemente com os problemas ambientais; 25% consideram que aquele organismo se ocupa deles mas não é eficaz na sua acção; 14% referem que o Estado não se ocupa de todo destas questões e apenas 3% aponta a preocupação e a eficácia daquele organismo. Aparentemente os portugueses, em 2000, consideram que o Estado está relativamente atento à importância das questões ambientais, mas que simultaneamente revela uma incapacidade para elaborar e implementar políticas e medidas consistentes⁸⁴. Justamente neste campo, e tendo de novo como base os dados de 2000, os cidadãos nacionais consideram que a prioridade na acção política deve ser dada ao combate à poluição dos rios e das ribeiras e ainda à prevenção de incêndios e ao ordenamento florestal. Como é referido por Ferreira de Almeida (Coord.), (2001: 11) estas *“são exactamente as duas imagens identificadas como mais chocantes e os dois problemas ambientais aos quais os portugueses se mostram mais sensíveis e preocupados quando são levados a pensar à escala nacional”*. Estes dados chamam-nos também a atenção para a aparente exigência de uma maior intervenção e maior eficácia nas acções do Estado já que ele aparece, um pouco paradoxalmente dado o descrédito que merece, como um dos responsáveis pela resolução dos problemas ambientais. A par do Estado, os portugueses (segundo dados de 2000) consideram que a acção individual é importante. Como vimos no ponto anterior, a sociedade civil portuguesa destaca-se da globalidade da europeia, entre outros aspectos, precisamente devido aos baixos níveis de associativismo e activismo. No ponto anterior explicámos as razões de tal característica. Confirmamos neste ponto que, relativamente ao ambiente, o activismo e o associativismo são de facto muito reduzidos. Garcia, Barata e Matos (2000) demonstram os baixos níveis de participação dos portugueses em associações ambientalistas. Em 1997, apesar de 58% dos inquiridos se considerar simpatizante deste tipo de associações, apenas 14% eram membros de uma delas e somente 5% eram activistas.

⁸³ Os critérios utilizados pela CCE em 1986 e 1988 são ligeiramente diferentes dos utilizados em 1992 e 1995 (para 1999 não possuímos informação quanto a esta questão). Nos dois primeiros anos referidos, a informação divulgada associava a preocupação à eficácia. Em 1992 e 1995 os dados apenas se referem à preocupação.

⁸⁴ Este assunto relaciona-se com a própria concepção de Estado em Portugal, questão que será debatida com algum detalhe no ponto seguinte.

Estes dados confirmam a tese, já exposta anteriormente, de que os portugueses genericamente possuem uma atitude pró-ambientalista que não encontra correspondente nas suas práticas. O que acabámos de dizer para 1997, mantém-se verdadeiro para 2000, ou seja, as associações de defesa do ambiente continuam a possuir um grande *capital de simpatia* entre a população portuguesa, que não é investido em acções concretas e no associativismo efectivo. O activismo, o associativismo e o *capital de simpatia* aumenta entre os mais jovens e mais escolarizados, sendo que aumenta também entre os residentes urbanos (e.g. Garcia, Barata e Matos, 2000: 161-162). Os baixos níveis de associativismo e activismo ambiental podem também explicar-se em parte com a percepção dos problemas ambientais como longínquos. De acordo com os dados da CCE e do Observa, vemos que os portugueses consideram que o seu ambiente local não é muito degradado e nesse sentido, tenderão a considerar que a sua acção não se torna necessária. Os portugueses classificam, geralmente o ambiente à escala nacional e à escala mundial de forma bastante mais negativa do que à escala mundial⁸⁵. Assim, quanto mais longínquo é o contexto geográfico do seu quotidiano pior ele é classificado, i.e., as opiniões negativas face à qualidade do ambiente aumentam com o distanciamento físico. Não podemos deixar de considerar que este aspecto se relaciona de muito perto com a mediatização dos problemas ambientais que tende a enfatizar os aspectos menos visíveis e mais globais da degradação ambiental. Através dos dados mencionados, observamos que, entre 1992 e 1997, a preocupação com o estado do ambiente conhece um aumento importante. Isto é verdade sobretudo para os níveis nacional e local, em que a preocupação aumenta respectivamente cerca de 40% e de 15%. Para o nível mundial, a preocupação aumenta aproximadamente 10%. Se a percepção do ambiente é bastante negativa e tida como preocupante na actualidade, a sua evolução futura é ainda mais *negra*, sobretudo no que se refere à escala mundial.

Tendo de novo por base os dados de 2000, verificamos que, apesar do seu comportamento e da percepção dos problemas ambientais como relativamente *longínquos*, os portugueses consideram que a resolução desses problemas depende de cada um de nós, ou seja, passa por uma mudança nas práticas individuais (48%). Para 23,5% a responsabilidade cabe ainda ao Governo e para 12,3% estes problemas só serão resolvidos através do avanço da ciência e da tecnologia. Vemos aqui um traço característico das sociedades de risco, ou seja a convicção de que o progresso técnico e científico não pode substituir mais a vontade política e sobretudo a necessidade de mudança na sociedade em geral. Como vimos no capítulo I, a crise ambiental que se globalizou a partir dos anos setenta, de certo modo impôs as alterações em termos de valores sociais que debatemos no capítulo II. Observámos a passagem de valores antropocêntricos para valores ecocêntricos e de

⁸⁵ Como vimos no capítulo II esta atitude é comum a todos os países desenvolvidos, considerados na sondagem Gallup (1992) e é mais um traço que aproxima a sociedade portuguesa do centro.

valores materialistas para valores pós-materialistas na globalidade das sociedades ocidentais e desenvolvidas. Os autores do II Inquérito Nacional do Observa consideram importante ter estas alterações em atenção e procuraram perceber até que ponto os valores associados à emergência do NEP se instalaram na sociedade portuguesa. Com base nos dados produzidos, observamos que apenas 10,2% dos portugueses se situa numa esfera de valores associada ao *paradigma social dominante* e ao HEP, sendo que 72,9% está numa fase intermédia de adesão aos novos valores ecológicos e 11% assume de uma forma clara os valores do NEP. Assim, *“a grande maioria dos portugueses terá, assim, iniciado já o processo de abandono dos valores antropocêntricos (...) e ainda que moderadamente partilha os valores ecológicos, marcados sobretudo por sentimentos de apreensão e insegurança”* (Ferreira de Almeida, 2000: 24), que decorrem da sociedade de risco ou vulnerável e que, como vimos no capítulo II, são susceptíveis de impulsionar um movimento biocêntrico, de revalorização da natureza e dos elementos naturais. Tal tendência revela-se mais acentuada entre os mais jovens e os mais instruídos.

Em Portugal, à semelhança de outros países ocidentais, os níveis de preocupação com o ambiente tendem a aumentar com a densificação populacional, com o aumento dos níveis de escolaridade e rendimentos e nas camadas mais jovens da população. Isto denota também algumas diferenças (como as que apontámos anteriormente com base em Dunlap e Tremblay, 1978) entre as populações rurais e as populações urbanas, diferença que é parcialmente confirmada se atendermos às principais preocupações dos portugueses com residência rural e com residência urbana. Assim, enquanto os primeiros privilegiam basicamente as questões mais imediatas e mais relacionadas com a vivência quotidiana (e.g. aspectos como a recolha de lixo e o saneamento básico), os segundos tendem a privilegiar os aspectos globais do ambiente, menos visíveis e menos imediatos e os espaços verdes (e.g. CCE, 1986 a 1999; Mansinho e Schmidt, 1994; Ferreira de Almeida, 2000). No mesmo sentido Nunes Correia (1994: 130), argumenta que *“as aldeias e outros habitats rurais revelam a menor sensibilidade ambiental, entendida como existência de desagrado pelas disfunções ambientais. Seguem-se os aglomerados de pequena e média dimensão e finalmente, as grandes cidades correspondem ao máximo de sensibilidade”* ambiental.

De uma forma geral, as características da opinião pública portuguesa em matéria de ambiente têm vindo a aproximar-se aceleradamente das europeias. Os portugueses revelam-se preocupados com o mesmo tipo de questões que os europeus e têm geralmente o mesmo tipo de atitudes face às questões ambientais. Apesar desta crescente partilha dos valores ambientalistas com as sociedades europeias, a sociedade portuguesa apresenta algumas especificidades, como vimos. As principais relacionam-se com o baixo nível de informação e conhecimento sobre as questões do ambiente, com a enorme descoincidência entre as atitudes e os comportamentos e os baixos níveis de associativismo, activismo e participação

pública e ainda com o carácter *Nimby* da maior parte da sociedade portuguesa neste domínio. Tais especificidades impedem-nos de concluir pela existência de uma consciência ambiental alargada no nosso país (embora ela possa existir em sectores reduzidos da população). Tendo em conta a definição que demos de consciência ambiental no capítulo anterior – ou seja, a de que este conceito implica a existência de consistência entre atitudes e comportamentos ambientalistas – podemos apenas concluir que a sociedade portuguesa é sensível às questões do ambiente. Evidentemente que não existe uma homogeneidade naquilo a que Garcia, Barata e Matos (2000) chamam a “*orientação ambiental*” e é visível que esta é maior nos grupos etários mais jovens e mais escolarizados e na população com residência urbana. A transformação de uma sensibilidade ambiental para uma consciência e cidadania consolidadas exige, como nos dizem Figueiredo e Martins (1996c e 1996d), a consolidação dos valores associados às democracias participativas. A emergência de melhores condições económicas e sociais, apanágio das sociedades democráticas, que se traduz entre outros, pelo maior acesso à educação, pelo alargamento do período de escolaridade, pelo maior acesso à informação e pelo estímulo de participação cívica, cria também condições para o ajustamento entre as atitudes ambientalistas e a sua materialização em comportamentos. Como referem as autoras mencionadas, “*em Portugal encontramos-nos ainda naquilo a que podemos chamar uma fase embrionária da cidadania (em geral e ambiental em particular), i.e., num período de consolidação da sensibilidade face às questões ambientais. Esta fase prenuncia (e denuncia) alterações significativas nos valores sociais dominantes e a emergência de novas éticas de vida que, aparentemente serão materializadas pelas novas gerações*” (Figueiredo e Martins, 1996d: 434).

3. As respostas políticas em Portugal – da instabilidade à transversalidade da temática do ambiente

Neste ponto procuramos traçar a evolução e o lugar das preocupações com o ambiente no discurso e na prática políticos em Portugal. Num contexto político que, a seguir ao 25 de Abril de 1974 se caracteriza por uma prolongada instabilidade⁸⁶, não é surpreendente observar a ausência relativa de preocupações ambientais. Como veremos, só depois de meados da década de oitenta se observou um aumento do interesse do poder político português para as questões do ambiente. Como refere Soromenho Marques (1993: 138) “*a integração das preocupações ambientais no elenco ministerial dos governos só se tornou possível depois de 25 de Abril de 1974. Contudo, o percurso ziguezagueante indicia com veemência a falta de clarividência e continuidade estratégica nesta área, assim como a*

⁸⁶ Reis (1994) ilustra bem esta instabilidade governativa do país, entre 1974 e meados dos anos 80. Entre as primeiras eleições democráticas de 1976 e 1987, existiram em Portugal dez Governos Constitucionais, cuja duração oscilou entre os 17 dias do III Governo e os 25 meses do IX. Entre as eleições legislativas de 1987 e a actualidade existiram cinco Governos Constitucionais.

ausência de vontade e seriedade políticas para um investimento verdadeiramente estruturante na área do ambiente”. Melo e Pimenta (1993), Mansinho e Schmidt (1994) e Eloy (1994) traçam uma breve história, que nos parece de grande utilidade, da integração das preocupações ambientais e da sua materialização em legislação. Como refere Eloy (1994: 332) *“as políticas do ambiente só começaram a ser pensadas a nível institucional nos finais dos anos sessenta e só com a Conferência de Estocolmo de Junho de 1972, este passa a ser referência obrigatória a nível internacional e a motivar empenhos nacionais”*. Esta preocupação foi, segundo o mesmo autor, manifesta de modo inequívoco no dia 30 de Abril de 1971, data em que a ex-Assembleia Nacional considera o ambiente um assunto da maior importância nacional⁸⁷. Nesta data, em texto oficial, é estabelecida a necessidade de adoptar urgentemente medidas de defesa do ambiente e de protecção da natureza. Na sequência desta deliberação, é criada a Comissão Nacional do Ambiente. Esta comissão foi criada no âmbito da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, essencialmente com vista à produção de um relatório nacional sobre o estado do ambiente em Portugal, para ser apresentado em Junho de 1972 na já referida Conferência de Estocolmo. Como diz Eloy (1994: 333) este relatório, que foi *“recebido com furtos protestos em Estocolmo por dele constarem as então chamadas províncias ultramarinas”* fazia o ponto da situação relativamente aos principais problemas ambientais nacionais, através da identificação de três áreas especialmente críticas, a saber:

- Agricultura e Florestas – os problemas identificados residiam essencialmente na erosão hídrica, na destruição de terras férteis, no abandono de terras agrícolas, na poluição por pesticidas e fertilizantes e ainda nos incêndios;
- Desenvolvimento industrial – os problemas identificados nesta área tinham essencialmente a ver com as zonas críticas para o ambiente. Assim, o relatório identificava a siderurgia no Seixal, as indústrias químicas em Lisboa e Matosinhos, as indústrias de ácidos e metalúrgicas do Barreiro e, mais genericamente as celulosas, as cimenteiras e as fábricas têxteis, de curtumes e de produtos alimentares como as ambientalmente mais nocivas
- Áreas-Problema – o relatório identificava as áreas de Lisboa e do Porto, as áreas industriais do Barreiro e Seixal, o rio Leça e a região do Algarve como as áreas mais problemáticas em termos de agressão ambiental. As duas primeiras e o Algarve devido à pressão urbanística e as restantes devido à poluição diversificada.

O Relatório mencionado fazia ainda um levantamento da legislação existente no país na área do ambiente. Eloy (1994) refere que dele constava a legislação sobre o consumo e

⁸⁷ No entanto, a primeira legislação nacional que manifesta uma preocupação política e institucional com as questões da conservação da natureza, data de 1970. A Lei nº 9/70 de 19 de Junho define um regime de protecção à natureza, através da instituição das figuras de Parques Nacionais e de Reservas. Nesta lei é já também manifesta uma preocupação com a preservação do mundo natural para a *“sua fruição pelas gerações futuras”*.

utilização de água pelo público, datada de 1892, que perduraria até ao início dos anos noventa. De salientar ainda que no Relatório não constava legislação sobre qualquer área protegida organizada, ainda que o Parque Natural da Peneda-Gerês (PNPG) tenha sido criado em 1971 (mas só em 1979 viria a ter uma estrutura orgânica e mais recentemente um regulamento de gestão). A criação do PNPG em (Decreto-Lei nº 187/71 de 8 de Maio), no âmbito do Ministério da Agricultura, foi a materialização das preocupações expressas na Lei nº 9/70 de 19 Junho e a primeira Área Protegida (AP) do nosso país. Com excepção das preocupações políticas e das iniciativas legislativas que acabámos de referir, em conjunto com uma reduzida legislação relativa à protecção marítima e da costa, só a partir de 1974 “com a criação de uma estrutura governamental – a Secretaria de Estado do Ambiente – surge um conjunto de regulamentos e decretos mais consistentes” (Mansinho e Schmidt, 1994: 454) que revelam um crescimento das preocupações político-institucionais com o ambiente. Sob a responsabilidade do Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, esta Secretaria de Estado tomou as primeiras medidas legislativas no âmbito de uma política de preservação da natureza e em estreita articulação com as questões do ordenamento do território. Como diz Lutas-Craveiro (1993: 7) “as primeiras medidas de carácter ambiental correspondiam a uma preocupação essencialmente conservacionista” que se traduziu por um movimento crescente de instituição de AP em Portugal, como já quase um século antes tinha acontecido em outros países ocidentais⁸⁸. Nesta linha é criado em 1975 o Serviço Nacional de Parques e Reservas (actualmente Instituto de Conservação da Natureza – ICN) que inicia um movimento de criação de AP, que teve o seu apogeu em finais dos anos setenta, início dos anos oitenta, com a criação de diversos Parques e Reservas Naturais⁸⁹. De acordo com Mansinho e Schmidt (1994: 455) “podemos dizer que o primeiro grande momento legislativo sobre o ambiente nasceu com a Constituição da República Portuguesa (CRP), em 1976”. Efectivamente, os artigos 9º e 66º consagram o ambiente como um direito fundamental dos cidadãos portugueses e como um dever do Estado⁹⁰. Em 1976 é publicada o Decreto Lei nº 613/76 de 27 de Julho que alarga o regime de conservação da natureza e vem revogar a Lei nº 9/70. Para além da política de conservação da natureza, a legislação nacional na década de setenta quase não aborda ou regula outros aspectos o que na opinião de Mansinho e Schmidt (1994) revela os limitados poderes que eram atribuídos ao então organismo de tutela

⁸⁸ O melhor exemplo são os EUA, país que em 1872 (ou seja precisamente um século antes de Portugal) instituiu AP, mais exactamente, 1872 foi a data de instituição do primeiro Parque Nacional do mundo – O Yellowstone National Park no estado de Wyoming.

⁸⁹ Até 1982 foram criados mais de 20 Parques e Reservas Naturais, Paisagens Protegidas e Sítios Classificados, em Portugal. Actualmente existem no nosso país: um Parque Nacional; 12 Parques Naturais; 12 Reservas Naturais; 3 Áreas de Paisagem Protegida e cerca de 17 monumentos naturais, sítios classificados ou paisagens protegidas.

⁹⁰ Mais especificamente, no artigo 9º da CRP define-se como tarefa fundamental do Estado “proteger o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território”. O artigo 66º reconhece a todos os cidadãos “o direito a um ambiente humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”.

do ambiente. No início da década de oitenta há uma clara preocupação legislativa com as questões do ordenamento do território e com os aspectos associados ao uso dos recursos segundo a sua vocação específica. Assim, em 1982 é aprovada a legislação sobre os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e os Planos Directores Municipais (PDM) e criada a Reserva Agrícola Nacional (RAN). Em 1983 é criada a Reserva Ecológica Nacional (REN). Como diz Eloy (1994) só no início dos anos noventa estes textos legislativos são regulamentados. Este autor vai mais longe, ao advogar que *“em 1989 e 1990 (...) os textos legislativos sobre o ordenamento do território (PDM, RAN e REN) são modificados e substituídos por legislação mais permissiva que abrange gravosas excepções ao melhor ordenamento espacial e uso do solo”* (idem: 338). Simultaneamente a tutela da Secretaria de Estado do Ambiente vai passando por diversos ministérios desde o da Habitação e Obras Públicas até ao da Qualidade de Vida. Em 1985, a partir do X Governo Constitucional, integra-se no Ministério do Planeamento e Administração do Território e vê os seus poderes e o seu orçamento alargados (e.g. Figueiredo e Martins, 1992, 1994 e 1996c; Mansinho e Schmidt, 1994).

Com a adesão de Portugal à UE, em 1986, como já referimos anteriormente, o quadro legislativo e de preocupação política com o ambiente altera-se substancialmente. Mansinho e Schmidt (1994: 457) situam nesta data, em conjunto com o Ano Internacional do Ambiente (1987), *“o segundo grande momento de produção legislativa sobre o ambiente em Portugal, com normas fundamentais”*. Este segundo momento é marcado ainda pela publicação da Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87 de 7 de Abril) e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei n.º 10/87 de 7 de Abril). Nesta altura é também criado o Instituto Nacional do Ambiente (posteriormente Instituto da Promoção Ambiental), cuja função principal é apoiar as actividades desenvolvidas pelas associações de defesa do ambiente e igualmente promover iniciativas de educação ambiental, de informação, documentação e divulgação, para além do estímulo à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Apesar de todas estas iniciativas, a Lei de Bases do Ambiente não se encontra, ainda hoje, totalmente regulamentada. A partir de 1990 as autoras que temos vindo a mencionar, reconhecem o *“terceiro grande momento legislativo, com a proliferação de decretos e a adaptação das directivas europeias”*.⁹¹ Para além destes aspectos, salientamos a criação, em 1990, de um ministério especificamente tutelar do ambiente⁹², o Decreto Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro que estabelece novas regulamentações para a criação das AP e a reclassificação das já existentes, assim como a obrigatoriedade de consulta às populações residentes durante o

⁹¹ De facto, na década de noventa foram aprovados quase duas centenas de Decretos-Lei relativos à gestão dos recursos naturais e à protecção do ambiente.

⁹² Este Ministério começou por se chamar do Ambiente e Recursos Naturais (XI e XII Governos Constitucionais), para depois se designar apenas por Ministério do Ambiente (XIII e XIV Governos Constitucionais), sendo actualmente a sua designação (XV Governo Constitucional) Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

processo relativo aos Planos de Ordenamento das mesmas (POAT). Ainda na década de noventa são de salientar a elaboração do Plano Nacional de Política do Ambiente (PNPA), em 1995, a implementação do princípio do poluidor-pagador, a publicação da Lei de Bases do Ordenamento do Território e a possibilidade de conversão em crime, dos atentados contra a natureza, previstos no Código Penal⁹³.

Esta brevíssima cronologia das preocupações políticas com as questões ambientais (e respectiva materialização, através da publicação e adaptação de legislação) permite-nos dizer, com Lutas-Craveiro (1993), Eloy (1994), Mansinho e Schmidt (1994) e Soromenho Marques (1994) que estão criadas em Portugal as condições formais necessárias à existência de uma efectiva política ambiental. Mas, em simultâneo, observamos que não tem existido uma prática coerente e consistente entre os aspectos formais da chamada política do ambiente e a aplicação prática em termos do seu conteúdo. Para usar a expressão de Eloy (1994: 337) a legislação relativa ao ambiente é como o provérbio popular *“muita parra e pouca uva”*. Este autor diz ainda que *“desde 1976 que a legislação sobre o ordenamento do território (e o ambiente) tem sido um ‘verbo de encher’ face aos interesses especulativos da urbanização, do turismo ou da rentabilização dos solos e uso dos recursos”* (Eloy, 1994: 337) e que o problema da legislação ambiental portuguesa é o da sua regulamentação e implementação. Ao nível das condições formais, como dissemos, Portugal reúne:

- a consagração constitucional do direito do ambiente;
- uma lei específica (desde 1987 a Lei nº 11/87 de 7 de Abril);
- a circunstância de se produzirem, desde 1987, relatórios regulares sobre o estado do ambiente *“por autoridades técnica e cientificamente competentes”* (Soromenho Marques, 1994: 110);
- um ministério que tutela o ambiente de forma específica, reconhecendo assim a importância deste assunto;
- a interface entre o governo e a sociedade civil, estabelecida pelo Instituto de Promoção Ambiental (e.g. Soromenho Marques, 1994).

No entanto, apesar destas condições formais estarem reunidas, a sua análise mais atenta revela que existem contradições ou, pelo menos, uma fraca aplicação prática destes aspectos. Esta descontinuidade entre a forma e a prática poderá ser parcialmente explicada pelo facto de Portugal poder ser considerado em muitos aspectos, uma sociedade semi-periférica, tal como referimos no primeiro ponto deste capítulo. Uma das características das sociedades semi-periféricas e indubitavelmente uma característica de Portugal, é a existência de algumas das fragilidades que temos vindo a sugerir a propósito da preocupação política

⁹³ Acerca da política ambiental em Portugal, dos seus principais aspectos e áreas de incidência, pode ser visto o trabalho de Rosa Pires, Pinho e Conceição (1995). Este trabalho apresenta ainda uma muito útil visão da orgânica da gestão ambiental em Portugal.

com o ambiente. Por um lado, aquilo a que Soromenho Marques (1994: 139) chama “*a falta de comunicação e o autismo voluntário*” não apenas entre as várias instituições que compõe o Estado, como entre este e os cidadãos. Depois, a inconsistência entre o discurso e a prática política. Santos (1990a e 1990b) chama a este Estado o *Estado Paralelo*, i.e., “*um Estado que se compromete formalmente com um certo padrão de legalidade e de regulação social, mas descompromete-se dele por omissão ou por vias informais*” (Santos, 1990a: 21). Este autor argumenta que ao longo dos anos se foi cavando um fosso entre o quadro jurídico-institucional e as práticas sociais. Assim, pode dizer-se que nos últimos anos as relações de produção e de reprodução social se aproximaram mais das vigentes nos países centrais a nível jurídico-institucional, mas mantiveram-se longe destes ao nível da sua tradução em práticas sociais. “*O Estado foi atravessado por esta discrepância de tal modo que ela passou a ser constitutiva da sua actuação*” (Santos, 1990b: 135). Voltamos assim, de novo à questão de um Estado internamente forte (que se fortaleceu em termos jurídicos e institucionais, que multiplicou os seus meios de acção e ampliou o seu aparelho) e externamente fraco (ao nível da prática estatal o estado diminuiu o seu raio de acção e não parece ter força para a mobilização dos meios que formalmente possui). Na sequência disto, o próprio estado age “*à revelia das políticas (...) que se propõe e subverte o seu próprio quadro jurídico (...) por acção ou por omissão, com comportamentos que o violam, quando não chega a fomentá-los*” (Santos, 1990b: 136). Observamos uma descontinuidade social que se estende ao próprio Estado, entre o quadro legal relativo ao ambiente⁹⁴ (*‘law in books’*) e as práticas institucionais e sociais face a esse quadro (*‘law in action’*). Esta descontinuidade indicia uma auto-negação e uma demissão do Estado português no domínio do ambiente, o que leva Santos (1990b: 137) a argumentar que “*o Estado oficial coexiste com um Estado subterrâneo*”. Esta característica do Estado português redundava em comportamentos institucionais complexos, que vão desde a tolerância face ao desrespeito, até à violação das leis (tanto não fazendo accionar os mecanismos de punição de que dispõe, como não dotando as instituições deles encarregues dos meios adequados) e à sua aplicação discricionária e selectiva ou mesmo até à sua não aplicação. O Estado *subterrâneo* ou *paralelo* emerge ainda da sua enorme complexidade em termos de funções e aparelho. Dado que é cada vez mais burocrático, o Estado tende a desenvolver organismos em domínios cada vez mais específicos e que se vão autonomizando. Desta circunstância surgem conflitos entre as várias agências do Estado e as várias decisões que as mesmas tomam. O Estado é, nas sociedades desenvolvidas principalmente, uma instituição cada vez mais complexa, encerrando múltiplas contradições. Estas agravam-se quando se trata de aspectos que exigem uma maior discussão e um maior consenso entre partes diversas, como é o caso do ambiente e das políticas ambientais.

⁹⁴ Santos (1990a, 1990b e 1993) advoga que esta descontinuidade é relativa a toda a acção do Estado, seja qual for a área de intervenção considerada.

Paradoxalmente, as contradições internas do Estado e a sua complexidade (desenvolvida para o tornar mais eficaz) reduzem a sua eficácia e comprometem a sua legitimidade, aspectos a que a acção política deve responder. Segundo Santos (1990b) e segundo o que dissemos no ponto 2.2 deste capítulo, o Estado português tem perdido credibilidade e legitimidade junto de alguns sectores da população, característica que de acordo com Lutas-Craveiro (1993) se estende um pouco a todo o mundo desenvolvido. Esta perda de legitimidade diminuindo o consenso potencia a conflitualidade social.

Para além deste problema que tem essencialmente a ver com as dificuldades de aplicação das políticas que o Estado cria, Nunes Correia (1994) aponta um outro, mais relacionado com o conteúdo das políticas em si mesmas. Para este autor “*o problema que se coloca às políticas do ambiente em Portugal é abandonarem o paradigma das salvaguardas ambientais, evoluindo decisivamente para uma atitude de gestão dos recursos ambientais, e desta atitude para uma abordagem baseada no conceito de desenvolvimento sustentável*” (idem: 156). Este conceito pressupõe, como vimos no capítulo II, que o ambiente seja considerado uma matéria transversal a todas as políticas sectoriais. Ora, no quadro que acabámos de descrever, em que é clara a dissociação (ou mesmo a contradição) entre as várias esferas do poder do Estado, essa tarefa tem-se revestido de algumas dificuldades.

De um modo geral podemos dizer que o discurso político, bem mais que a prática, tem respondido àquelas que são as principais preocupações sociais em Portugal, em matéria de ambiente. Tais respostas são visíveis no que acabámos de expor, ainda que reconheçamos que o interesse político em Portugal (e como argumentámos antes) foi bastante mais motivado por factores exógenos do que por factores e pressões internas. Figueiredo e Martins (1992, 1994, 1996a e 1996b)⁹⁵ desenvolveram um trabalho especificamente sobre o discurso político ambiental em Portugal, após o 25 de Abril de 1974. Nesse trabalho, as autoras argumentam que o discurso político nacional tem sido bastante mais condicionado pelas que condicionador das práticas sociais. As autoras observaram uma grande variabilidade de inserção da temática ambiental nos discursos partidários e governativos e por essa razão não lhes parece possível afirmar que estes tenham uma influência determinante na formação de uma sensibilidade ambiental⁹⁶. Tal facto é, no entanto mais visível até 1991, em que a tónica dominante no discurso político é a ausência de uma lógica ou de um fio condutor no que se refere à abordagem do ambiente. Esta ausência de fio condutor pode ser explicada, de

⁹⁵ As autoras analisaram o discurso político, através de uma análise de conteúdo aos Programas dos Governos Constitucionais e também aos Programas dos Partidos Políticos que alguma vez formaram Governo, em Portugal, desde 1976 até 1995.

⁹⁶ Por outro lado, se ao nível internacional podemos encontrar uma associação estreita entre o *enverdecimento* dos partidos políticos e mesmo a formação de partidos políticos Verdes (e.g. Yearley, 1992), em Portugal do ponto de vista da organização partidária, não surgiu nenhuma estrutura sólida. A formação do Partido Ecologista ‘Os Verdes’ (em 1983) não condicionou o discurso dos outros partidos políticos nem o discurso governamental (muito possivelmente devido à sua associação com o Partido Comunista Português, de acordo com Mansinho e Schmidt, 1994). Maior influência terá tido o Partido Popular Monárquico que fez, até ao início da década de oitenta, do ambiente a sua imagem de marca e que integrou diversos governos desde 1976 até 1983.

acordo com Figueiredo e Martins (1996b), principalmente no caso dos partidos políticos, pela existência em determinados momentos da história nacional de acontecimentos que se revelaram mais imediatos e urgentes. Isto fez com que estes acontecimentos se sobrepusessem ao tratamento da temática ambiental nos programas dos partidos políticos e *“isto demonstra, de alguma forma, uma fase inicial de apropriação, mais do que uma efectiva ‘consciência política’, da temática ambiental como um problema sentido socialmente e que, por isso mesmo, deve ser incluído no discurso político”* (Figueiredo e Martins, 1996b: 57). Em 1995, observa-se que o ambiente embora passe para plano secundário em termos da campanha política mediática, assume maior solidez nos discursos partidários e, posteriormente do governo, facto que é demonstrado pela maior interligação desta temática com os outros assuntos tratados nos Programas. Por outro lado, ao mesmo tempo que assistimos à viragem da política ambiental de essencialmente conservacionista para a integração de outras componentes (a de ordenamento do território e a económica por exemplo), assistimos igualmente em meados dos anos oitenta, a um alargamento da noção de ambiente utilizada pelos partidos políticos e pelos governos. Até esta altura o ambiente era nos seus Programas essencialmente associado a conceitos do meio biofísico, passando depois a ser crescentemente articulado com conceitos do meio social e económico. Esta realidade traduz uma maior horizontalidade e transversalidade das preocupações políticas com o ambiente (e.g. Figueiredo e Martins, 1996b) que no entanto ainda não se encontram suficientemente materializadas nem na estrutura governativa, nem na legislação e na actuação do Estado, como vimos anteriormente. Ao alargamento da noção de ambiente e sobretudo à sua percepção como elemento transversal de todo o discurso e prática política não é alheia, uma vez mais a adesão de Portugal à UE e também o papel crescentemente relevante da pressão exercida pelas associações de defesa do ambiente, bem como as alterações em termos dos valores sociais para uma maior preocupação com o ambiente e uma maior valorização deste e da natureza, de que demos conta no ponto anterior.

4. O valor social do ambiente e da natureza em Portugal

Observámos como Portugal partilha, muito genericamente, características das sociedades desenvolvidas ou *do centro*. Vimos que, de acordo com os dados do Observa de 1997 e 2000, se nota uma mudança em termos de valores sociais para valores de tipo ecocêntrico ou biocêntrico, i.e., valores que sugerem uma maior valorização da natureza e do ambiente. A este facto não é alheio o crescimento económico rápido que o país conheceu, sobretudo a partir de meados dos anos oitenta e que veio proporcionar a melhoria generalizada das condições materiais de vida. Esse crescimento económico, no entender dos vários autores consultados, não se fez sem que simultaneamente se verificassem níveis de degradação

ambiental importantes e sem que os recursos naturais não fossem, muitas vezes, utilizados de forma abusiva. Também não é alheia à alteração dos valores sociais relativos ao ambiente a crescente mediatização dos problemas ambientais como graves. Por outro lado, vimos que a sociedade portuguesa é bastante heterogénea e que basicamente balança entre a adesão a valores que Ferreira de Almeida (1994) designa como *rurais*, ou tradicionais, que apelam ao colectivo, à importância das redes familiares e de interconhecimento e a adesão a valores que o mesmo autor designa como *individualistas*. Entre um extremo e outro desta escala, encontramos muitas configurações simbólicas, nem sempre fáceis de definir e conhecer. Um aspecto importante é que a nossa sociedade se complexificou em todos os seus níveis. Isto é, como refere Ferreira de Almeida (2000: 1), “*verdade a todos os níveis: isso é verdade no que respeita às dimensões políticas, às dimensões económicas, às dimensões sociais de natureza mais global, às dimensões simbólicas*”. Uma parte importante desta complexificação da nossa sociedade (e das sociedades contemporâneas) deve-se aos fenómenos associados à globalização, a que já aludimos. Globalmente, esta complexidade crescente da sociedade portuguesa, como das outras, envolve uma maior importância das dimensões simbólicas, ou seja, dos significados que são atribuídos às coisas e ao mundo, das representações que se fazem da própria sociedade e dos seus problemas. Vimos no capítulo II que representações e práticas sociais constituem um processo de elevada interacção. Mas, como também dissemos, nem sempre as representações de uma dada questão são consistentes com a prática social face a essa mesma questão. Ou seja, nem sempre as preocupações e as atitudes são consistentes com os comportamentos sociais. A isto pode associar-se o que dissemos no ponto anterior, acerca da descoincidência que observamos, em Portugal, entre os níveis de preocupação ambiental e as práticas ou comportamentos. Tal descoincidência, em conjunto com outras fragilidades da sociedade portuguesa nesta matéria, impede-nos de concluir pela existência de uma consciência ambiental alargada, no nosso país. Mas, como pergunta Ferreira de Almeida (2000: 2) “*não será essa confessada descoincidência entre o que se faz e o que se admite dever fazer um indicador de disponibilidade para alterar modos de agir, caso um conjunto de condicionamentos venha a tornar-se mais favorável?*”. Na verdade, esta descoincidência parece-nos mais duradoura do que Ferreira de Almeida pretende, uma vez que os dados que consultámos indiciam a sua prevalência há mais de duas décadas, sem alterações de fundo.

No ponto quatro do II capítulo referimos que diferentes contextos sociais possuem representações também diferentes, muitas vezes mesmo opostas, do mesmo ambiente e da mesma natureza. Ou, mais ainda, representações diversas do que é o ambiente e do que é a natureza. Sabemos que essas diferenças são socialmente construídas e se encontram, assim, extremamente dependentes de variáveis sociográficas, tanto como da utilização que os diferentes contextos sociais fazem dos recursos naturais e do modo como deles depende

a evolução dos sistemas técnico-económicos dominantes nesses contextos. No domínio da valorização social do ambiente e da natureza, estas noções “*têm denotação imprecisa, têm larga disponibilidade semântica, mesmo quando utilizadas no campo científico*” (Ferreira de Almeida, 2000: 5). Assim, em Portugal como em outros países, como vimos antes, “*difícilmente falaremos das mesmas coisas quando se evoca a natureza, o ambiente ou a ecologia. Aos termos natureza e ambiente, estão subjacentes, por um lado, uma pluralidade de julgamentos de valor que cada um vai construindo em função da respectiva capacidade cognitiva e da diversidade de informação disponível e, por outro lado, opiniões, culturas, representações*” (Lima, Coimbra e Figueiredo, 2000: 7). Esta polissemia dos conceitos, que já apontámos, transporta consigo inúmeras dificuldades de definição destas noções. Vimos que, a maioria dos portugueses inquiridos pelo Observa em 1997 identificava o ambiente com os elementos biofísicos, i.e., com a natureza, e esta com os elementos naturais, ou seja, como uma realidade separada do Homem e da sua acção. Lima, Coimbra e Figueiredo (2000) referem que a natureza surge para os inquiridos pelo Observa como sendo justamente definida pelos elementos que a compõem. Estes autores distinguem três grandes dimensões na concepção de natureza apresentada pelos portugueses:

1. uma primeira dimensão que se caracteriza pelo *verde* (o campo, os espaços verdes) e pelos elementos que compõem a natureza (62,2%);
2. uma segunda dimensão que apela a valores e sensações pessoais, como a calma e a liberdade (17,1%);
3. finalmente, uma terceira dimensão em que é visível a intervenção humana e que vê a natureza como sendo negativa já que a associa sobretudo à degradação (13,6%).

Procurando comparar estas noções de natureza que os portugueses revelam com as concepções propostas por Godard (1989) e Feldmann (1994), que expusemos anteriormente, verificamos que não existe uma correspondência imediata. No entanto, ressalte-se a proximidade entre a segunda dimensão apontada por Lima, Coimbra e Figueiredo (2000) e a ‘*natureza inspiradora*’ (Godard, 1989) ou a ‘*natureza bela*’ (Feldmann, 1994). De facto, é a natureza encarada como experiência sensível, a natureza susceptível de provocar sensações, através da sua vivência. Trata-se, como vimos antes, de uma natureza que é concebida como estando *para além* do Homem. A terceira dimensão proposta por Lima, Coimbra e Figueiredo aproxima-se das concepções de ‘*natureza a proteger*’ (Godard, 1989) ou de ‘*natureza em perigo*’ (Feldmann, 1994). Como vimos, esta noção de natureza baseia-se no pressuposto que o Homem destrói a natureza e pode ser encontrada em todas as civilizações, embora não tenha sido tão dominante em nenhuma delas como o é hoje no contexto da modernidade reflexiva. No entanto, através da análise de Lima, Coimbra e Figueiredo (2000), verificamos que em Portugal a concepção de natureza que predomina é justamente aquela que não conseguimos associar às tipologias de Godard e de Feldmann, já

que aparentemente pode encerrar várias componentes – ou seja, a natureza que é definida através das suas componentes. A concepção dominante na sociedade de risco ou na era da modernidade reflexiva – a natureza ameaçada ou em perigo – não tem uma expressão significativa no nosso país.

Podemos observar que em Portugal há uma percepção essencialmente positiva de natureza. É também uma noção relativamente objectiva, associada a valores biocêntricos “*no sentido em que a natureza é, sobretudo, representada pelos objectos que a compõem: flora, fauna, água, ar e outros elementos meteorológicos*” (Lima, Coimbra e Figueiredo, 2000: 10). Deste modo, cremos poder dizer que a valorização da natureza em Portugal tem bastante mais a ver com a sua qualidade de ‘*natural*’ do que com a sua característica (dominante na era da pós-modernidade) de *socializada*. Em Portugal, segundo estes dados a natureza é ainda encarada como qualquer coisa de *extra-social* para utilizar a expressão de Giddens (1991). Isto significa que a valorização da natureza em Portugal não terá ainda predominantemente subjacente o seu fim anunciado como natural e a sua ressurreição como socializada (Giddens, 1991). Ao associarem também a natureza ao campo e aos espaços verdes, os portugueses identificam estes como sendo essencialmente naturais. Ou seja, ainda que representem maioritariamente a natureza como algo exterior ao Homem, incluem nessa exterioridade aspectos que a intervenção humana ajudou a definir.

Em relação à valorização social do ambiente na sociedade portuguesa, vemos que, de acordo com Lima, Coimbra e Figueiredo (2000) ele é representado de modo mais negativo do que a natureza. É percebido com base numa perspectiva mais antropocêntrica e “*mais do que uma noção sem conteúdo, o termo ambiente, apesar de ser utilizado há cerca de vinte anos, denota grande largueza semântica*” (idem: 13). Como vimos no ponto anterior, a maior parte dos portugueses define o ambiente como natureza, ou seja como biofísico. Apenas 16,3% o encara como sociobiofísico e 10,5% definem o ambiente como pertencente à esfera social, ou seja, como o espaço de convívio, de relacionamento social. A noção de Tester (1994: 1) que já mencionámos, de que o “*o ambiente é construído, não encontrado*”, não parece colher grande adesão em Portugal. Lima, Coimbra e Figueiredo (2000) avançam quatro grandes representações de ambiente:

1. o ambiente como noção moral e ética, agregando as respostas relativas à conservação, harmonia/equilíbrio, respeito, etc. (8,5%);
2. o ambiente como noção política e social, agregando as respostas associadas à participação, civismo, informação, ordem, responsabilidade etc. (2,4%);
3. o ambiente como natureza e poluição, agregando as respostas relativas à poluição, fauna, flora, espécies, natureza, etc. (34,1%);

4. o ambiente associado ao quadro de vida quotidiano e vivência pessoal. São agregadas nesta categoria as respostas associadas a limpo/sujo; espaço, saúde, espaços verdes, ruído, qualidade de vida, etc. (26%).

Observamos que as concepções dominantes de ambiente são a sua identificação com a natureza, com a poluição e com o vivido. Procurando enquadrar estas definições com a tipologia proposta por Sauve (1994), que apresentámos no ponto quatro do segundo capítulo, verificamos que o ambiente em Portugal é representado tanto como um *problema* que é necessário resolver (a poluição), quanto como *natureza*, pela valorização dos elementos biofísicos na sua definição, como ainda como *meio de vida*, ou seja, espaço de vivência e experiência pessoal. Por outro lado, verificamos que o *'ambiente comunitário*, definido por Sauve (1994) como o espaço para acção colectiva e cívica, de participação, não conhece no nosso país senão uma muito reduzida expressão.

Estas representações de natureza e de ambiente conhecem algumas variações, de acordo com as variáveis sociográficas dos indivíduos. Assim, observa-se que a concepção da natureza como socializada e não como natural surge essencialmente nos indivíduos com maior capital escolar. Inversamente, a noção de natureza como natural surge mais associada aos inquiridos que possuem o ensino básico. Conclusões idênticas podem ser retiradas com base nos grupos etários, em que observamos que os mais jovens são aqueles que definem a natureza como algo a proteger e os mais velhos os que a definem como natural e sem intervenção humana. Relativamente à concepção de ambiente, observa-se que os inquiridos mais idosos são os que atribuem ao ambiente um significado social, de convívio. São os mais jovens e com escolaridade de nível superior os que sobretudo definem o ambiente como socio-biofísico. Estes dados, em face das análises precedentes não podem ser considerados surpreendentes.

As representações de natureza e de ambiente associam-se, como observado no ponto quatro do capítulo anterior, de modo estreito com as procuras e os consumos sociais de que são alvo aqueles aspectos. Basicamente, argumentámos nesse ponto que a natureza e o ambiente são procurados e consumidos socialmente, de acordo com a forma como são representados e valorizados. Assim, embora a escassez de dados e de literatura científica neste domínio seja o traço dominante, não podemos deixar de referir que em Portugal, tendo em conta a definição do ambiente como natureza e tendo em conta a definição desta última essencialmente como natural, estamos perante procuras e consumos de bens fortemente associados às componentes naturais. Aquilo que é procurado e desejado pelos portugueses como objecto de consumo, neste domínio, é aparentemente a natureza representada como natural e não a natureza vista como socializada.

5. Conclusão

Neste terceiro capítulo, procurámos analisar a emergência do ambiente como questão social em Portugal, bem como os valores sociais subjacentes a essa mesma emergência. Procurámos igualmente dar conta das respostas políticas às preocupações da opinião pública portuguesa com as questões ambientais. Apesar da escassez de dados e de literatura na matéria, observámos ainda alguns dos contornos da valorização social da natureza e do ambiente em Portugal.

Desde logo, concluímos que a emergência das questões ambientais em Portugal ocorreu bastante mais tarde do que na maioria dos países ocidentais e desenvolvidos, particularmente do que nos países da UE. Tal facto fica a dever-se à especificidade do contexto histórico, social, político e económico do país. Se bem que a sociedade portuguesa tenha sofrido, principalmente nos últimos trinta anos, transformações que podemos caracterizar como rápidas e profundas, que tiveram como causas decisivas a emergência e consolidação da democracia, por um lado, e a adesão à UE por outro, ela pode ser ainda entendida como uma sociedade semi-periférica (Reis, 1993; Santos, 1990a, 1990b, 1993, 1994). Pode ser assim caracterizada já que, como vimos, partilha traços das sociedades desenvolvidas e modernas (como os relativos aos padrões de reprodução social e ao consumo) e traços das sociedades em vias de desenvolvimento (como os que se referem aos padrões de produção, às relações salariais e à existência de um Estado internamente fraco e externamente forte). Apesar desta característica, observa-se uma aproximação da sociedade portuguesa com as sociedades *centrais* em termos de valores sociais, ainda que neste campo, como em outros que mencionámos, se reconheça a existência de uma enorme heterogeneidade, já que partilhamos representações e valores sociais tanto com os países do centro como com os países da periferia.

A crescente abertura de Portugal ao exterior, iniciada timidamente nos anos sessenta e consolidada no pós-25 de Abril funcionou igualmente como impulsionadora da partilha e de valores, representações e práticas sociais com as sociedades desenvolvidas, especialmente com as europeias. As transformações ocorridas contribuíram para alterar o comportamento cívico dos portugueses, ainda que Portugal possua os índices de associativismo, activismo e participação política mais baixos da Europa (e.g. Braga da Cruz, 1994). Esta situação constitui o reflexo da herança do Estado Novo e da repressão da maior parte das formas de organização social e cívica. Decorre também do peso tutelar do Estado português sobre a sociedade civil, sobretudo nos anos imediatamente seguintes à Revolução de Abril. Apesar disto, são visíveis na sociedade portuguesa novas formas de participação pública, alternativas aos canais institucionais que indiciam a necessidade de revisão destes, bem como comprovam o descrédito e a desconfiança dos portugueses face ao Estado e às suas instituições.

Como dissemos, o contexto histórico e social específico do país, não deixou de condicionar todas estas transformações e a sua orientação, tal como não deixou de condicionar o modo como os portugueses representam as questões associadas ao ambiente. Ainda que a emergência destas como questões e preocupações sociais tenha sido tardia, concluímos que na sua génese se encontram os factores que globalmente são apontados como estando subjacentes à formação e consolidação da consciência ou sensibilidade ambiental. De entre estes destacámos, pelo seu poder de influência na sociedade portuguesa na última década (como em todas as sociedades contemporâneas desenvolvidas), os *mass media*. Estes tiveram um papel decisivo não apenas no colocar do ambiente como um assunto público, mas no próprio modo como ele é socialmente representado e valorizado. Pela acção dos *mass media* e igualmente pelo crescimento económico, pela melhoria global das condições de vida e pela adesão à UE, observámos que existe uma partilha acentuada de atitudes e preocupações sociais com as questões do ambiente com os países da Europa. Essa partilha não é, no entanto, generalizada às práticas face ao ambiente. Como vimos, existe no nosso país uma descoincidência bastante acentuada entre as atitudes e os comportamentos *ambientalistas*. Se as representações sociais revelam preocupação com o ambiente, as práticas são completamente inconsistentes, se exceptuarmos as práticas associadas à economia doméstica, como a poupança de água e de energia. Observámos assim, que a opinião pública portuguesa se revela mais frágil do que a europeia, no que ao ambiente diz respeito. Tal fragilidade vai buscar, parcialmente, à ausência de informação reconhecida pelos portugueses, a sua causa. Da análise das atitudes e comportamentos dos portugueses face ao ambiente, não podemos concluir pela existência de uma consciência ambiental (que supõe consistência entre representações e práticas), mas apenas por uma sensibilidade para as questões ambientais (que se traduz numa preocupação generalizada com o ambiente).

À semelhança do que aconteceu com a entrada das questões ambientais na agenda social em Portugal, também a sua emergência na agenda política foi mais tardia que nos outros países ocidentais, sendo que só a partir de meados da década de oitenta podemos falar em preocupação política com estas questões. Tal ficou a dever-se à instabilidade política e governativa observada nos primeiros anos da democracia e à existência de problemas e questões que mereciam maior urgência no seu tratamento, nomeadamente a questão do crescimento económico. Após termos revisto, de forma breve, a história da política ambiental em Portugal, concluímos que inicialmente ela possuía um carácter conservacionista, que se traduziu sobretudo na protecção de determinadas áreas e recursos naturais. Também na década de oitenta se assiste a uma viragem das políticas conservacionistas para políticas que reflectiam mais preocupações com as questões do ordenamento do território e com o uso dos recursos naturais segundo a sua vocação específica. A adesão à UE revelou-se também

fundamental neste domínio e veio acelerar a produção de legislação de natureza ambiental, assim como veio alargar o âmbito das mesmas. Se, como observámos, podemos dizer que actualmente estão criadas as condições formais de uma política de ambiente, constatamos em oposição que a sua aplicação tem sido feita de forma muito discricionária e selectiva. O Estado português parece enfermar do mesmo problema da sociedade portuguesa, neste domínio, ou seja, de uma inconsistência crónica entre as atitudes e as práticas. Esta descoincidência entre a *'law in books'* e a *'law in action'* é igualmente uma das características das sociedades semi-periféricas e indicia a existência de um *Estado Paralelo* ou *Subterrâneo*, como vimos, i.e., um Estado contraditório e complexo, com pouca eficácia e legitimidade em termos públicos. Mais do que a prática, vimos que o discurso político (governativo e partidário) do pós-25 de Abril, apesar de inicialmente instável, tem respondido às preocupações sociais com o ambiente. Observámos que, em termos do discurso político sobre o ambiente, se verificou um alargamento importante do próprio conceito, assim como o reconhecimento da sua horizontalidade e transversalidade a todas as esferas da governação política.

Finalmente, abordámos neste capítulo a questão da valorização do ambiente e da natureza, sendo de salientar uma vez mais a escassez de literatura e de dados nesta área. Ainda assim, vimos que Portugal não partilha inteiramente das características da sociedade de risco nesta matéria, dado que a natureza é essencialmente concebida como extra-social, ou seja, como natural e não como socializada. Existe uma grande identificação social entre a noção de natureza e a noção de ambiente e este facto condiciona as respectivas procuras e consumos sociais. Como veremos nos dois próximos capítulos, as áreas rurais parecem cada vez mais corresponder a esta identificação social do ambiente com a natureza e com o campo, mercê das transformações que nelas ocorreram. Essas transformações, como argumentaremos, colocam actualmente as áreas rurais não já como áreas de produção de alimentos e de reserva de mão-de-obra, mas essencialmente como áreas multifuncionais, nas quais o ambiente desempenha um papel cada vez mais relevante.

Capítulo IV – As Áreas Rurais – de Produtoras de Alimentos a Reservas da Qualidade Ambiental

1. Introdução

Neste quarto capítulo é realizada uma síntese das principais transformações das áreas rurais nas sociedades ocidentais. Discute-se o papel fundamental dessas áreas nas sociedades e economias do pós-guerra, como áreas de produção de alimentos e como áreas-reserva de mão-de-obra para, respectivamente, as populações e actividades de carácter urbano e industrial. Debate-se, em traços gerais, os requisitos que determinaram a marginalização ou a integração dos vários tipos de áreas rurais nos processos de desenvolvimento económico dominantes.

Num segundo ponto analisamos o carácter multifuncional que é hoje reconhecido às áreas rurais, assim como as novas funções desempenhadas por estas áreas no contexto da sociedade entendida globalmente. Esta análise realiza-se como consequência das transformações ocorridas nestas áreas e na sociedade no seu conjunto, mas igualmente observando a multifuncionalidade das áreas rurais como factor de integração nos modelos de desenvolvimento actualmente dominantes nas sociedades modernas.

Após a explicitação do reconhecimento socio-institucional das áreas rurais como multifuncionais, especificamos a análise para o nível da função ambiental que estas áreas desempenham, tendo como base o contexto de crescente valorização social de que o ambiente e a natureza são actualmente alvo, aspectos que foram objecto do II e III capítulos deste trabalho (respectivamente para as sociedades contemporâneas em geral e para Portugal). A função ambiental das áreas rurais é analisada a partir de dois pontos principais. O primeiro consiste na análise da identificação social *ambiente=natureza=campo*, como uma construção social e como um processo exterior às dinâmicas socioeconómicas daquelas áreas, procurando avaliar as suas consequências. O segundo ponto discute a diversidade de procuras e de consumos das áreas rurais, devido ao seu reconhecimento socio-institucional como reservas de qualidade ambiental, procurando avaliar igualmente as consequências destes processos para aquelas áreas.

O capítulo conclui-se com o debate acerca do surgimento de uma nova dicotomia rural-urbano, motivada não já pelas tradicionais oposições, mas pelas diferentes representações e práticas relativas ao ambiente, de que, justamente, a diversidade em termos de procuras e consumos nos dá conta. Isto significa que esta nova dicotomia rural-urbano terá na sua base essencialmente as novas funções ambientais desempenhadas pelas áreas rurais para a sociedade entendida globalmente.

2. As áreas rurais como produtoras de alimentos e como reservas de mão-de-obra

Um dos principais problemas que se coloca a quem pretende abordar questões relacionadas com as áreas rurais é a de saber de que falamos quando falamos dessas áreas, ou dito de outra forma, o que é o rural?⁹⁷ Esta questão é tanto mais pertinente, quanto desde há cerca de duas ou três décadas atrás se tem debatido (sobretudo mas não exclusivamente, no âmbito da sociologia rural) a questão do desaparecimento do 'rural'. Este desaparecimento possui, na nossa opinião, pelo menos três sentidos distintos, ainda que tenham articulações não negligenciáveis (e.g. Figueiredo, 1994; 1999e):

- em primeiro lugar, trata-se do seu desaparecimento enquanto objecto de estudo de várias das ciências sociais, particularmente da sociologia. Muitos cientistas sociais, aderindo ao conceito de *rurbano*, consideram que o estudo das áreas rurais *per se* deixou de fazer sentido. O conceito de *rurbano* (e.g. Kayser, 1990; O'Conneide, 1991a), apela para a existência de um espaço nem rural nem urbano. Esta denominação é em nosso entender imprecisa e não aplicável a toda a parte, mas é ainda assim demonstrativa de uma tendência global na sociedade, tal como no conhecimento científico, para a homogeneização (e.g. Figueiredo, 1999b);
- em segundo lugar, trata-se de um desaparecimento enquanto espaço físico, económico, cultural e social dotado de especificidade, i.e., trata-se da diluição do rural no urbano e no global. Se num primeiro momento, como refere Alberto Melo (1992: 199-200) "*com a aplicação do modelo dominante de acumulação capitalista e de concentração de recursos (...) a maior parte das áreas rurais (sobretudo as consideradas mais 'tradicionais') foi completamente ultrapassada por aquele processo*", num segundo momento, os impactes fizeram-se sentir em pelo menos dois sentidos opostos, reflectindo geralmente a distância relativa das áreas rurais aos centros – pólos – de crescimento económico:
 - a) por um lado, algumas destas áreas (poucas no caso Português, como veremos no capítulo V), foram assimiladas por este processo, i.e., foram incorporadas no sistema dominante;
 - b) por outro lado, outras áreas, as mais remotas (no sentido de afastadas dos pólos de crescimento), ou aquelas cujo interesse era menor para o sistema

⁹⁷ Nesta tese é utilizada principalmente a expressão *áreas rurais*. No entanto, outros termos como *rural*, *meio rural*, *mundo rural*, *espaços rurais*, *sociedades rurais*, *territórios rurais*, podem eventualmente ser utilizadas como equivalentes. Todavia, estamos cientes de que a expressão *áreas* remete para um conjunto de aspectos (sociais, políticos, culturais, económicos, biofísicos, simbólicos) mais abrangente do que as restantes expressões, que dizem cada uma delas respeito a apenas algumas destas esferas. *Sociedade* remete sobretudo para as formas de organização especificamente sociais, espaço e território remetem essencialmente para uma concepção mais física e geográfica e *mundo* para uma noção mais simbólica e cultural.

dominante foram condenadas à extinção, i.e., foram ultrapassadas e perderam gradualmente os seus recursos humanos e as suas potencialidades;

- finalmente, trata-se de um desaparecimento que não o é verdadeiramente, já que preludia um renascimento do mundo rural, pela crescente valorização social de que é alvo, essencialmente pela procura das características que tradicionalmente lhe estão associadas. Neste último sentido, aquele que partilhamos nesta tese, trata-se de reconhecer que a pré-modernidade que caracteriza uma parte importante das áreas rurais do sul da Europa, é actualmente uma mais-valia dessas mesmas áreas. Esta faceta positiva que simultaneamente aponta e faz apelo ao renascimento, à redescoberta e à reconversão das áreas rurais tem subjacentes inúmeros factores que podemos classificar como negativos, como a diminuição e o envelhecimento da população, o êxodo rural e a ausência de capacidade de competitividade económica destas áreas, para citar apenas os mais sérios, como veremos posteriormente.

Embora se possa advogar o desaparecimento das áreas rurais e o seu renascimento ou redescoberta nas sociedades contemporâneas, a questão da sua definição subsiste. Esta questão tem a ver com a difícil arte de definir o rural no contexto da globalização e da crescente homogeneização das sociedades modernas. Se é certo que o espaço rural não pode ser marcado já pelas mesmas características que o marcavam há algumas décadas atrás, também é certo que as muito debatidas transformações ocorridas na sociedade em geral e nas sociedades rurais em particular⁹⁸, estiveram, em nossa opinião, longe de permitir que o rural se diluísse no urbano ou ainda de permitir o surgimento de um espaço *rurbano*.

Assim sendo, parece-nos não ser possível deixar de considerar que, apesar das alterações verificadas, continua a fazer todo o sentido falar de áreas rurais. Como se define esse rural e quais os contornos da ruralidade é uma outra questão. Segundo Melo (1992: 199) definir rural é uma tarefa extremamente difícil⁹⁹, porque como pergunta o autor: “*o que é o rural?*”¹⁰⁰ *Podemos considerar como rural todo o espaço não urbano? As montanhas dos Himalaias, o deserto do Sahara, a floresta húmida da Amazónia poderão ser considerados espaços rurais?*”. Embora existam bastantes dúvidas relativamente à resposta, Alberto Melo refere que a característica fundamental de todas as áreas rurais é a existência de uma “*paisagem humanizada*”, resultante de uma inter-relação, relativamente duradoura, entre o Homem e a terra. Esta noção de paisagem humanizada exclui da noção de áreas rurais

⁹⁸ Embora se observe a existência de problemas teóricos e metodológicos complexos na análise das transformações sociais e económicas ocorridas nas sociedades rurais nas últimas décadas, como veremos posteriormente neste ponto, existe um assinalável consenso sobre a direcção e a universalidade das alterações que tiveram lugar (e.g. Larson, 1972, Chamboredon, 1980; Pinto, 1981 e 1985; Mingione e Pugliese, 1987; Mormont, 1990; Figueiredo, 1993b, 1994, 1995 e 1999e).

⁹⁹ Também para Mingione e Pugliese (1987) esta definição se reveste de dificuldades.

¹⁰⁰ A mesma interrogação é colocada por Marc Mormont, em 1990, num trabalho precisamente intitulado: “*Who is Rural? Or How to be Rural? Towards a Sociology of the Rural*”.

vastas áreas de terra sem uma permanente presença humana ou sem aculturação intensa da natureza. Como refere ainda Melo (1992: 199) “*são necessárias mais qualificações se quisermos definir claramente as fronteiras destas áreas que ainda são, hoje, essencialmente rurais*”. Através das palavras de Melo, facilmente constatamos o óbvio, i.e., que não existe apenas um rural, existem sim vários tipos de áreas que pelas mais diversas características cabem nessa denominação¹⁰¹. Neste sentido, “*rural e ruralidade são conceitos susceptíveis de possuir diversos significados, assim como de revelar diferentes situações e condições vividas ou socialmente construídas. (...) Não parece existir actualmente uma definição globalizante, homogénea, ‘pronta a servir’ dos conceitos mencionados, o que de algum modo é consequência da grande diversidade de espaços rurais existentes e também (...) da diversidade de imagens socialmente construídas sobre esses mesmos espaços*” (Figueiredo, 1994: 24). Neste sentido, se por um lado podemos concordar com Kayser (1990: 13) na sua afirmação de que as áreas rurais se caracterizam, na sua maioria, pela existência de alguns traços comuns, como “*a densidade relativamente fraca dos habitantes e das construções, fazendo aparecer uma preponderância das paisagens de cobertura vegetal; uso económico dominante agro-silvo-pastoril; modo de vida dos seus habitantes, caracterizado pela sua pertença a colectividades de dimensão limitada e pela sua relação particular com o espaço; identidade e representação específicas fortemente conotadas com a cultura camponesa*”, por outro lado, podemos igualmente apontar a existência de várias tipologias que, ao mesmo tempo que chamam a atenção para a diversidade, nos permitem distinguir diversas categorias de rural. O mesmo autor (Kayser, 1990: 28-29) propõe uma sistematização das diferenças espaciais que conduzem a uma tipologia das áreas rurais. Assim, este autor distingue:

1. o espaço *periurbano* ou *rurbano* – um espaço rural de economia agrícola produtiva, em que os agricultores são essencialmente profissionais e exploram todo o território cultivável, mesmo se a sociedade já não se define como camponesa, nem é dominada pelos agricultores;
2. o espaço rural *profundo* – onde a actividade agrícola tem uma produtividade reduzida e é pouco modernizada. É um espaço pobre, marcado pelo êxodo e pode ainda ser definido como *marginal*;
3. o espaço *com implantação de actividades de serviço urbano* – estas actividades animam este espaço mas geram, simultaneamente perturbações de ordem económica, social e cultural, podendo gerar igualmente conflitos relacionados com a disputa pelo espaço por parte de actividades diversificadas, como a indústria, as residências secundárias, entre outras.

¹⁰¹ Muitos autores têm chamado a atenção para a elevada heterogeneidade de áreas que podem ser consideradas rurais. Destacamos CCE (1987; 1988b); Kayser (1990); King (1992); Jollivet (1994; 1997); Mathieu (1986); Mormont (1987, 1990, 1993b, 1994b e 1994c); Pernet (1994); O’Cinneide (1991b).

Pingaud (cit. in Kayser, 1990: 33) apresenta outra tipologia, constituída também por três categorias de espaços rurais:

1. *espaços integrados*, que são sobretudo usados pelas actividades económicas mais desenvolvidas;
2. *espaços expectantes*, que mantêm alguma actividade tradicional e funcionam como reservas de mão-de-obra, sem que registem qualquer tipo de modernização ou de transformação no seu uso;
3. *espaços degradados*, quer em termos materiais (pela degradação das construções, pela existência de um elevado número de terrenos incultos, etc.), quer em termos sociais (envelhecimento da população, etc.).

Nicole Mathieu (1986) distingue seis categorias de espaços rurais, a saber: *os espaços de integração antiga*, i.e., aqueles que por via da sua importância produtiva se integraram no modelo de acumulação capitalista; *os espaços integrados por substituição de funções*; *os espaços de produções dependentes do mercado* mas sem estruturas especificamente capitalistas; *espaços marginalizados e não disputados* por nenhuma actividade ou uso e, finalmente, *os espaços abandonados*, sem produção e em vias de desertificação demográfica.

Talvez uma das mais interessantes tipologias seja a proposta por Cavaco (1993), uma vez que integra os contributos anteriores e os ultrapassa. Ainda que a autora tenha desenhado esta classificação essencialmente para Portugal, consideramos que ela pode ser aplicada a outros países da Europa, particularmente os do Sul. Cavaco define, então, três tipos de áreas rurais

1. *os campos periurbanos*, que se caracterizam essencialmente por densidades populacionais elevadas, por acréscimos demográficos, por saldos fisiológicos positivos, por afluxos de população, pela diversidade de actividades económicas, sendo a agricultura dominante em termos de uso do solo e pela sua marca na paisagem. Nestes espaços, como refere a autora a população activa não é maioritariamente agrícola, migrando pendularmente entre a residência e os centros de emprego. Há urbanização generalizada dos modos de vida, dos sistemas de valores e padrões de consumo. A agricultura é uma actividade relativamente instável face à pressão da expansão urbana, ao preço dos solos entre outros factores.
2. *Os campos em vias de extinção ou abandono* que se caracterizam sobretudo pelas terras pobres, difíceis de trabalhar, de montanha, pouco produtivas, que foram marginalizadas mesmo pelos locais, quando outras oportunidades surgiram fora destas áreas. São espaços que a autora caracteriza como áreas onde dominam os camponeses velhos, reformados e isolados; alguns emigrantes regressados, algumas residências secundárias herdadas e fechadas durante uma parte importante do ano.

São igualmente espaços em processo de degradação, tanto da paisagem tradicional, como das casas e de outros aspectos. As excepções a este cenário são ainda, segundo Cavaco (1993), pontuais e geralmente constituídas pelos espaços protegidos institucionalmente¹⁰² (espaços visitados, percorridos e observados) ou igualmente por certas aldeias recuperadas ou em processo de recuperação.

3. Finalmente, a autora refere a existência de *campos intermédios* que, como a própria designação indica, se posicionam em termos de características entre as duas situações anteriormente referidas. São espaços onde predomina a população agrícola e apresentam grande diversidade de formas de uso do solo, arquitectura, povoamento, modos de vida e sistemas de valores. A actividade agrícola é igualmente predominante em termos da ocupação do solo e também como fonte de rendimento, coexistindo em muitos casos com situações de plurirendimento e pluriactividade. São espaços sobre os quais, no entender de Cavaco (1993) pesam muitas incertezas, na sua maior parte relacionadas com as associadas à actividade de base – a agricultura.

Outra tipologia que merece algum destaque é a proposta pela CCE (1988b), esta especificamente delineada para os países da UE. Como refere Cavaco (1993: 4), “a UE contornou as dificuldades de definição e delimitação do mundo rural e a sua complexidade e diferenciação”, dado que este organismo apresenta uma perspectiva demasiado abrangente. Assim, para a CCE (1988b: 1-2) o mundo rural englobará “na Europa, regiões e zonas com actividades diversas e compreenderá nestas regiões, os espaços naturais e os cultivados, as aldeias, vilas, pequenas cidades e centros regionais, assim como zonas rurais industrializadas, o que significa que na Comunidade representa metade da população e mais de 80% do território. Mas a noção de mundo rural implica mais do que uma simples delimitação geográfica. Refere-se a todo o tecido económico e social, compreendendo um diverso conjunto de actividades: agricultura, comércio, artesanato, pequenas e médias indústrias e serviços. E como zona ‘tampão’ e espaço de regeneração é indispensável ao equilíbrio ecológico e torna-se cada vez mais um lugar de acolhimento privilegiado para o recreio e o lazer”. Após esta apresentação generalista, distinguem-se, de acordo com a situação actual e perspectivas de evolução: os *espaços sujeitos às pressões da evolução moderna*; os *espaços em declínio* e ainda os *espaços fragilizados* (constituídos essencialmente pelas regiões insulares e pelas áreas de montanha).

Mormont (1994c) referindo-se especificamente aos países europeus, reconhece que a Europa rural não é de todo homogénea. Este autor distingue entre a *Europa rural periférica* e

¹⁰² Como Parques Naturais, Reservas Naturais e Áreas de Paisagem Protegida. Gostaríamos de contrariar um pouco a autora, ao considerar que ainda que do ponto de vista ambiental e do número de visitantes que recebem, estes espaços sejam de facto *excepcionais*, eles mantêm, na maior parte dos casos, basicamente as mesmas características de desertificação, degradação e abandono generalizado que os restantes espaços não protegidos. A este assunto voltaremos em capítulos posteriores.

a *Europa rural central*. O que as opõe é antes de mais a sua proximidade relativa e a integração económica na Europa central. Para Mormont (1994c: 141) “a *Europa rural central pertence ao núcleo industrial da Europa com o qual partilha muitas características, com uma agricultura intensiva e de alta produtividade e empregando uma mão-de-obra reduzida. É uma Europa rural fortemente integrada nos circuitos comerciais e industriais*”. Estas áreas rurais comportam, em geral, populações a que Mormont chama *muito urbanizadas*, que trabalham nas cidades, nos sectores da indústria e dos serviços. São ainda áreas relativamente ricas e pertencem a nações e/ou regiões desenvolvidas. A *Europa rural periférica* “é completamente diferente em muitos aspectos. Frequentemente estas regiões rurais sofrem diversos ‘handicaps’ relacionados com as condições naturais (solo, clima) mas sobretudo associadas à sua distância geográfica e cultural aos pólos industriais da Europa” (idem, ibidem). Nestas áreas não existem indústrias agro-alimentares que façam florescer o sector agrícola e não existem, igualmente, outro tipo de indústrias ou actividades susceptíveis de criar empregos no exterior da agricultura. Esta actividade ocupa uma parte importante da população o que contribui bastante para fragilizar estas áreas num cenário de redução da produção agrícola. Tal como nota o próprio Mormont (1994c: 142) esta é uma tipologia sumária, já que a Europa central também possui áreas marginalizadas, tal como tem regiões devastadas pela crise das indústrias tradicionais. Inversamente, algumas regiões rurais do sul da Europa também conhecem grande expansão económica.

Em síntese, e como refere Pernet (1994: 157), as diferenças entre as áreas rurais podem ser vistas sobretudo como o produto de dois tipos de factores:

1. os que dão conta das modalidades de articulação, de integração destas áreas no sistema económico e social de conjunto. Por exemplo, as zonas próximas das grandes cidades estão inseridas num conjunto de relações económicas bastante diverso das zonas desfavorecidas de montanha;
2. os que dão conta, numa perspectiva histórica, das características ecológicas e sociais específicas de cada tipo de espaço.

O autor mencionado, refere ainda que é “da *variabilidade de combinações destes diferentes factores, internos e externos, que decorrem lógicas de funcionamento diferentes e especializadas*” (Pernet, 1994: 158) que é preciso ter em conta e das quais é necessário conhecer as causas profundas

Para além destas tipologias que assentam essencialmente nas características socioeconómicas dos espaços rurais, temos ainda aquelas que se referem aos critérios demográficos de definição de rural e urbano. Assim, em Portugal e na Suíça, por exemplo, é considerada população urbana a que vive em aglomerados de 10 000 ou mais habitantes. Em Espanha esse número é de 2000 habitantes e na Islândia e Noruega o limite é os 200 habitantes. Há ainda países em que se combinam indicadores quantitativos, como na

Holanda (20 000 habitantes e menos de 20% com ocupação agrícola) e em França (e.g. Alves, 2001).

As tipologias apresentadas (ainda que, como qualquer categorização da realidade, sejam redutoras) remetem-nos para o mesmo tipo de factores de diferenciação e reforçam evidentemente a enorme diversidade de áreas rurais, assim como as especificidades de cada uma delas. Se quiséssemos reduzir ainda mais a diversidade das áreas rurais, poderíamos dizer que por um lado, temos aquelas que foram marginalizadas e não integradas nos sistemas económicos dominantes e que sofrem por isso mesmo, actualmente, de um certo subdesenvolvimento e empobrecimento quer em termos económicos, quer em termos sociais e culturais. Por outro lado, existem as áreas rurais que, mercê da agricultura de elevado rendimento e produtividade ou mercê de outras actividades económicas, foram integradas nos modelos de desenvolvimento económico dominantes.

Para além destas classificações geográficas, económicas e sociais, o rural é também uma *classificação mental*, uma representação social que tem subjacentes todas as características que tradicionalmente associamos a este espaço e, mais especificamente à *ruralidade* (i.e., numa definição simplista: à *qualidade ou estado de rural*), como por exemplo uma maior proximidade com a natureza, a existência de relações de interconhecimento e inter-reconhecimento, a partilha de valores entre os seus habitantes, um forte sentido de comunidade e acima de tudo a paisagem composta pelos campos agrícolas e florestados. Todas estas características concorrem para formar aquilo a que Pahl (1966) chamou a *aldeia da mente*. Também aqui podemos encontrar uma diversidade de aspectos que formam as representações de rural. Murdoch e Pratt (1997: 51) por exemplo, advogam que o “*rural e o campo tendem a evocar imagens de harmonia e consenso. Na Grã-Bretanha estas imagens derivam muito do seu poder de proximidade do ‘campo ideal’ à identidade nacional. A terra rural é considerada uma parte importante da herança da nação*”. Esta situação é particularmente verdadeira no caso da Grã-Bretanha, país onde é bem conhecido o lugar do rural (o campo ou *‘the countryside’*) na construção da identidade nacional, como é bem patente nas análises de Newby (1985); Buller (1997); Dewailly (1998); Macnaghten e Urry (1998) e O’Hear (1998)¹⁰³. No entanto, observamos o mesmo tipo de fenómeno em outros países europeus e da América do Norte (e.g. Chamboredon, 1980; Buttel, 1993; Jollivet, 1989, 1994, 1997a e 1997b; Macnaghten e Urry, 1998), ou seja esta idealização do campo, das áreas rurais, que a transformam num símbolo, na esteira do que já Sorokin e Zimmerman (1929) tinham salientado, i.e., a ruralidade como a idealização das qualidades de um

¹⁰³ O campo como símbolo central na identidade nacional da Grã-Bretanha é bem visível inclusive na literatura. Por exemplo Georges Orwell (*Homenagem à Catalunha*, 1938: 314) regressa de Espanha para encontrar “o sul de Inglaterra, provavelmente a paisagem mais suave do mundo” ou “a Inglaterra que conheci na minha infância: as linhas de caminho de ferro cobertas de flores silvestres, os prados profundos onde os grandes e brilhantes cavalos caminham e meditam, os ribeiros que correm mansamente bordejados a chorões, as flores verdes dos ulmeiros, as esporas nos jardins das quintas... tudo dormindo no profundo, profundo sono da Inglaterra”.

determinado espaço com características específicas. Como refere Whatmore (1993), existe actualmente uma reconsideração da significância analítica e social do rural como sujeito *imaginado*. Muita desta reconsideração deve-se a Mormont (1990: 41) e à sua afirmação de que “*a ruralidade não é uma coisa ou uma unidade territorial, mas deriva da produção social de um conjunto de sentidos*“. Aceitar isto, ou seja, aceitar que o rural existe primeiro como uma representação construída e não como realidade, não significa afastarmo-nos do estudo do rural, mas representa antes a necessidade de o abordarmos de uma nova forma. Redclift e Woodgate (1994: 61-62) afirmam que as representações do rural que predominam actualmente nas sociedades contemporâneas estão intimamente associadas com o “*sentido de perda que acompanhou a civilização industrial moderna. O campo assumiu um estatuto de herança, tal como as catedrais porque nos mostra o nosso passado*“. Na linha de Mormont (1990) e sobretudo na linha de Pahl (1966) para os autores mencionados “*the countryside out there is a countryside of the mind*”¹⁰⁴. Assim sendo, a forma como encaramos o rural e a ruralidade é susceptível de variar consideravelmente com o tempo e sobretudo com os contextos sociais. Esta variação é especialmente visível num projecto de investigação recente acerca da investigação em ciências sociais sobre os problemas do ambiente nas áreas rurais nos países da Europa (e.g. Jollivet, 1994; 1997a e 1997b). Segundo Jollivet (1994) este projecto permitiu, entre outros aspectos, ter uma visão global sobre as diferenças relativas à noção de rural e de ruralidade nos vários países da UE considerados¹⁰⁵. Segundo Jollivet (1994, 1997a) relativamente à noção de rural e atendendo ao modo como é entendida nos vários países, uma tripla distinção poderá ser realizada:

1. existem, desde logo, as categorias administrativas que nos remetem para a partição institucional do território, específica a cada país. Esta partição é mais ou menos marcada e mais ou menos significativa em termos políticos;
2. uma segunda dimensão de rural que o autor qualifica como *morfológica* e que é, simultaneamente sociológica e geográfica: “*a dimensão que nos dá conta da ruptura entre rural e urbano é mais ou menos nítida, tanto no plano institucional, como no plano de composição social da população*” (Jollivet: 1994: 6). Podemos ter o rural *profundo* (predominantemente agrícola) e o *rural urbanizado*;
3. as distinções físicas e geográficas, historicamente herdadas, possuem um significado que ultrapassa em muito o aspecto pragmático e instrumental. Estas distinções exprimem, assim, uma relação colectiva entre uma população e o seu território e fazem, em consequência, parte das representações colectivas que fundamentam a identidade nacional.

¹⁰⁴ Ou seja, “*o campo que existe é o campo da mente*”.

¹⁰⁵ Os países considerados neste projecto de investigação foram a Bélgica, a Espanha, a França, a Grã-Bretanha, a Grécia, a Holanda, Portugal e a Alemanha.

Jollivet (1994) procura depois atribuir um conteúdo próprio a cada uma das categorias, referindo aquilo que já apontámos anteriormente, i.e., a extrema diversidade das formas de falar em rural e em ruralidade de país para país, mesmo dentro da Europa. Na maior parte dos países o rural continua a designar o espaço agrícola. Quando a população não se emprega maioritariamente na actividade agrícola, a ruralidade define-se por oposição a um *ideal-tipo* de urbano ou de cidade. *“Aqui a oposição repousa essencialmente sobre a qualidade e a quantidade dos equipamentos e serviços postos à disposição da população (...). A visão de rural é associada à do subdesenvolvimento, de pobreza, de um atraso social contra o qual é necessário lutar – este é um traço (mais ou menos) comum a todos os países”* (Jollivet, 1994: 124), mas especialmente na Bélgica onde a noção de urbanização remete claramente para a noção de conforto colectivo e de vida social activa e rica (e.g. Mormont, 1997). Outra dimensão está incluída na noção de rural e de ruralidade – a de natureza. Aqui, uma vez mais ressaltamos o exemplo da Grã-Bretanha em que a identificação do campo com a natureza é, como dissemos, nítida e um dos traços que fazem parte integrante da identidade nacional. Jollivet (1994) refere que correntes absolutamente idênticas podem ser encontradas em outros países, como por exemplo na França. Partindo da enorme diversidade de parâmetros, Jollivet procura esboçar uma tipologia que integre as formas como o rural surge no debate social e político nos vários países considerados. Assim:

- em certos países esse debate está ausente, como é o caso da Espanha, que dispõe de uma espécie de reserva de espaços rurais aos quais não é atribuída muita atenção. A liberalização política que se seguiu ao franquismo e a multiplicidade de problemas que a democracia espanhola teve de enfrentar, podem explicar esta ausência do mundo rural das preocupações sociais e políticas (e.g. Dominguez e Aranz, 1997). Pergunta Jollivet (1994 e 1997b) se a mesma coisa não pode ser dita a respeito de Portugal, que se parece muito com Espanha, no que diz respeito ao papel desempenhado pela ideologia ruralista conservadora de Salazar e no que se refere aos problemas políticos e económicos de uma democracia jovem. A resposta é afirmativa, já que Portugal (e.g. Mansinho e Schmidt, 1994 e 1997) e Espanha se confrontam actualmente por transformações rápidas das suas agriculturas a seguir à sua adesão à UE e à Política Agrícola Comum (PAC), mas estas dificuldades têm sido tratadas quase só no plano económico. Jollivet (1994, 1997b) diz que o mesmo acontece com a Grécia, embora por razões diversas. Neste país e segundo aquele autor o mundo rural nunca foi sociopoliticamente importante como em Portugal e como em Espanha. Por razões opostas (já que a agricultura é aí um sector moderno e produtivo) o mesmo se passa com a Holanda (e.g. Frouws, 1997). Até ao surgimento do recente movimento ruralista conservador na Bélgica (e.g. Mormont, 1997), o mesmo poderia ser dito acerca deste país. Finalmente na Alemanha (ocidental) o rural

também não é objecto de um debate social, mas por razões que têm essencialmente a ver com a modernização agrícola depois da II Guerra Mundial.

- Noutros países o debate é forte. Em França, a ruralidade é colocada a três níveis: por uma tradição de corporativismo, por capacidade de argumentação e negociação no âmbito da PAC e do GATT e pelo reacender das ligações da sociedade francesa com a sua história rural. Na Grã-Bretanha (e.g. Buller, 1997), o rural é igualmente uma presença forte nos debates sociais e políticos, pelas razões já expostas antes, ou seja, o rural é neste país material e simbolicamente central na concepção de nação e é, conseqüentemente, objecto de políticas específicas.

Todas as tipologias apresentadas remetem para uma concepção de rural e de ruralidade que as opõe de forma clara, ao urbano, tanto em termos espaciais como em termos sociais. Como diz ainda Jollivet (1994: 6) esta oposição é *“muito nítida na maior parte dos países, com excepção da Bélgica e da Holanda”*. Isto significa que para além de ser muito comum identificar simbolicamente o espaço rural com o campo em oposição à cidade e ao urbano, a dicotomia ainda possui algum significado operacional. Como refere King (1992: 38) *“uma definição corrente de ruralidade implica afastamento em relação às áreas e influências urbanas”*, mas num mundo crescentemente revolucionado pela comunicação e pelos processos da globalização, as influências urbanas nas áreas rurais (e vice-versa, embora com menos significado) devem ser apontadas como uma realidade. Efectivamente, como refere Mormont (1997: 39) *“a ruralidade é uma construção social, indissociável dos processos de modernização. O mundo rural é sempre objecto de redefinições sucessivas que são sempre induzidas pelas transformações sociais globais e não apenas pelas alterações em curso nos campos”*. Esta realidade faz com que não seja possível continuar a abordar o rural e o urbano como se *“fossem dois universos sociais, duas sociedades distintas ou mesmo opostas”* (idem: 40), mas não apaga a questão do rural como espaço com especificidades que devem ser encaradas de forma diversa das questões urbanas. Faz antes apelo à emergência de novas relações entre a cidade e o campo e, como debateremos posteriormente, a uma nova dicotomia rural-urbano.

Referimo-nos à nova dicotomia rural-urbano porque, como refere Santos (1987: 7), ela se afasta do *“o pensamento científico-social clássico, de Saint-Simon e Comte a Marx e Max Weber”* que *“desenvolveu um portentoso paradigma espaço-temporal sobre a organização da sociedade”*. Um tal paradigma assentava *“numa dupla dicotomia: a dicotomia agricultura/indústria e a dicotomia rural/urbano”*. A primeira oposição dizia essencialmente respeito às formas de produção económica e a segundo relacionava-se mais aos modos de vida. Além de ser um paradigma *“explicitamente espacial”* (idem, ibidem), - uma vez que o rural e o agrícola davam origem a um espaço diverso e segregado do originado pelo urbano e pela indústria - era igualmente um paradigma temporal - dado que a agricultura e o rural eram

identificados com o passado, com o tradicional e a indústria e o urbano associavam-se ao futuro e à modernidade (e.g. Figueiredo, 1994). Uma vasta literatura dá-nos conta dos aspectos que fundamentavam esta dicotomia. A propósito deste assunto, Pahl (1966) diz que talvez o trabalho que melhor define a dicotomia tradicional entre o rural e o urbano seja o desenvolvido por Wirth (1938). Com efeito, Wirth ao definir as características dos espaços urbanos, propõe, por oposição, os traços que definem o espaço rural. Caracterizando então a cidade como *“um relativamente vasto, denso e permanente conjunto de indivíduos heterogéneos”* (Wirth, 1938: 3), o autor diz-nos que as áreas rurais serão espaços reduzidos, com fracas densidades populacionais e com elevado grau de homogeneidade no que se refere aos indivíduos que nele vivem. Tal como Wirth, também Simmel (1950) muito antes, argumentava que os modos de vida urbanos e rurais são diferentes e evocam distintos sistemas socioculturais. Já em 1929, Sorokin e Zimmerman definem rural e urbano como realidades opostas, tendo como base os seguintes pressupostos:

- i) o espaço rural era essencialmente ocupado por famílias de agricultores que,
- ii) mantinham uma relação estreita com a natureza, pouco alterada pela acção humana;
- iii) o espaço rural era igualmente caracterizado por uma baixa densidade populacional;
- iv) este espaço possuía uma população étnica e culturalmente mais homogénea que a das áreas urbanas;
- v) a diferenciação social e a estratificação eram entendidas como sendo menores que nas áreas urbanas;
- vi) o número de relações *per capita* era menor do que nas áreas urbanas, mas o seu carácter bastante mais intenso e duradouro.

A maior parte destes traços de oposição cidade-campo, são partilhados e reforçados por Redfield (1947), que lhes acrescenta uma reduzida divisão social do trabalho, uma relativa independência económica, um sistema social coerente e consistente, um comportamento tradicional e espontâneo, sem motivação para a reflexão, o sentido crítico ou a experimentação, com o sagrado prevalecendo sobre o secular.

Sob esta visão dicotómica que é espacial, mas igualmente, como dissemos, social, a ruralidade surge essencialmente como o oposto da modernidade. Como diz Neves (1994: 40) *“nas sociedades tradicionais, sociedades fechadas do ponto de vista estrutural, tudo aponta para uma certa estabilidade de conjunto e a mudança só acontece muito lentamente (...). Em contraste com a febre industrial, a sensatez camponesa parecia eterna”* e imutável. Deste modo, a condição de rural adquiriu um estatuto de marginalidade relativamente aos processos globais de desenvolvimento económico, protagonizados essencialmente pelas sociedades urbanas e industrializadas. A ruralidade e as áreas rurais propriamente ditas,

representavam assim, de certa forma, a negação da modernidade, o apego à tradição, às formas arcaicas de vida e de trabalho, em última análise ao modo de vida camponês.

A validade lógica e explicativa desta visão dicotómica foi sendo, paradoxalmente, posta em causa justamente pela expansão do modelo de desenvolvimento de sede urbano-industrial. Este processo é patrocinado, segundo Santos (1987: 8), sobretudo pelas transformações ocorridas no pós-guerra nas sociedades ocidentais e que “se cristalizaram em novas ou renovadas configurações espaciais ou espaço-temporais, susceptíveis de comprometer e até de subverter as evidências a que o paradigma clássico nos habituara”. Ambos os pólos da dicotomia foram afectados pelo processo de transformação que conduziu à reestruturação quase radical dos aspectos sociais e económicos que sustentavam aquele paradigma e alterou subtil, mas poderosamente, os modos de vida rurais e urbanos. Daqui decorre a necessidade de novas formulações teórico-explicativas, necessidade que se fundamentou como dissemos, nas mutações ocorridas depois da II Guerra Mundial. Estas alterações podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos (e.g. Figueiredo, 1994: 25-26):

- i. o acentuado e crescente aumento da mobilidade de indivíduos, bens e serviços, que se manifestou de forma tão intensa que aparentemente nenhum espaço (rural ou urbano) poderia ser encarado como autónomo ou diferente;
- ii. a impossibilidade de, devido à mobilidade das actividades económicas e à sua crescente deslocalização, definir regiões homogéneas. A crescente separação entre os locais de trabalho e de residência ou a implantação de algumas indústrias em zonas consideradas periféricas, por exemplo, demonstraram que já não era possível a definição perfeita de uma área como sendo agrícola, florestal ou industrial;
- iii. as novas utilizações de que foi alvo o espaço rural e a especialização dos espaços tiveram como consequência a criação de uma rede de relações específicas para cada área, fazendo com que os agentes já não sejam apenas *locais*;
- iv. a emergência do termo espaço rural para referir especificamente as funções desempenhadas pelos campos para os seus utilizadores não rurais. Estas funções caracterizam-se também pelo facto de poderem existir sem que haja uma implicação directa das populações rurais.

Acompanhar estas (e outras) transformações, em todas as suas dimensões e complexidade revelou-se bastante difícil e em parte dessa dificuldade, em parte das tendências objectivas observadas, emergiu o conceito de *continuum* rural-urbano como substituto da visão dicotómica. Este *continuum* reflecte não já a oposição, mas antes um claro movimento para a urbanização da sociedade. O caminho traçado pelo *continuum* é nada mais nada menos que unilateral. Como dissemos antes, as áreas rurais foram sendo integradas no processo de modernização de uma forma selectiva e de acordo com o interesse económico que representavam nesse processo. Na perspectiva do *continuum* as áreas urbanas surgem

como a força catalisadora de todos os processos de desenvolvimento e da modernidade da sociedade entendida globalmente. As áreas urbanas, na interpretação que alguns autores fazem do *continuum*, como o termo, o ‘*fim da linha*’ de uma evolução contínua para a qual se orienta a sociedade rural (e.g. Long, 1977; Boylan, 1992). Ou seja, ao invés de atenuar a oposição clássica, o *continuum* vem agravá-la, já que parte igualmente do pressuposto da existência de dois espaços como características diversas – o rural e o urbano (ou o subdesenvolvido e o desenvolvido) devendo o primeiro evoluir (leia-se modernizar-se, desenvolver-se) para o segundo (e.g. Figueiredo, 1994). Em suma, embora a dicotomia tenha perdido a sua validade explicativa, muitos dos seus pressupostos ainda se encontram subjacentes ao conceito e à formulação teórica do *continuum*. Assim, sob a capa de uma crescente unidade essencial persistem, na formulação do *continuum*, diversidades importantes (espaciais e sociais, para já não mencionar as económicas). Por outro lado, a constatação de que o *continuum* tendia a provocar discontinuidades em termos do próprio processo de desenvolvimento e modernização (por exemplo, através da já mencionada integração selectiva das áreas rurais no processo de desenvolvimento) veio colocar em causa também a validade desta explicação. Entre outros aspectos, como veremos, isto significa igualmente que a expansão do modelo de desenvolvimento urbano-industrial provocou não apenas uma vasta série de continuidades, como e mais acentuadamente, uma vasta gama de desigualdades¹⁰⁶.

Como refere Wilkinson (1992: 27) “*ambas as formulações (a da dicotomia e a do continuum) perderam apoio numa época em que a consciência da sociedade de massas se desenvolveu, porque a localização rural ou urbana não deve ter importância, em si mesma, numa sociedade massificada*”. O rural e o urbano começaram a ser entendidos meramente como características do palco geográfico das acções sociais (e.g. Newby, 1980) e não como fontes dessas acções. Como diz Wilkinson (1992), mesmo os sociólogos rurais viraram, sobretudo depois da década de sessenta, a sua atenção para outro tipo de variáveis e deixaram a variável rural-urbano cair em desuso. No entanto, entre os analistas das áreas rurais “*surgiram sinais de um renovado interesse na variável rural-urbano*” (idem: 27), essencialmente na década de oitenta, após a falência dos paradigmas de desenvolvimento até então dominantes. Na base deste renovado interesse pela dicotomia rural-urbano e pelo rural, encontra-se a orientação que as transformações das áreas rurais em particular e da sociedade global tomaram nas últimas décadas. Uma das principais transformações está intimamente relacionada com a agricultura (e.g. Mingione e Pugliese, 1987) e com aquilo que alguns autores têm chamado o *fim dos camponeses* (e.g. Mendras, 1984) ou a mudança da lógica camponesa para a lógica industrial como refere Neves (1994), que transforma o camponês em produtor agrícola nos espaços em que é possível que essa transformação

¹⁰⁶ Acerca das críticas ao *continuum* rural-urbano ver, entre outros, o trabalho de Pahl (1966).

ocorra. Nas áreas rurais mais *remotas*, a grande mudança foi, sem dúvida, a expansão de formas diferentes de agricultura como a pluriactividade. As situações de pluriactividade e de plurirendimento não são exclusivas das áreas rurais marginalizadas pelos processos de desenvolvimento dominantes, mas possuem aí uma elevada predominância e *“alteraram completamente a base estrutural da organização da agricultura e das áreas rurais”* (Mingione e Pugliese, 1987: 91). A agricultura constituiu e constituirá, segundo Mormont (1993b), durante muito tempo a referência simbólica do ruralismo. Não apenas por razões de ocupação do espaço, mas essencialmente devido ao facto de o agricultor ser *“ao mesmo tempo a independência dos indivíduos, os valores familiares, o sentido do trabalho, a ligação à terra e à natureza, o pequeno património e as solidariedades locais”* (Mormont, 1993b: 5). Podemos dizer como Bauer *et al.* (1984: 123) que a *“existência do próprio espaço rural reenvia para um arquétipo – é o território da sociedade camponesa, sem a qual falaríamos simplesmente de campos, i.e. de terrenos agrícolas e arborizados”*. Esta sociedade camponesa foi alvo de descrições que, por assim dizer, fixaram as suas características e simultaneamente anunciaram a sua diluição na sociedade industrial e urbana. Entre esses trabalhos podemos reter os desenvolvidos por Kautsky (1972)¹⁰⁷. Segundo estes autores, as sociedades camponesas caracterizavam-se essencialmente por um sistema de produção baseado na agricultura, uma mão-de-obra agrícola essencialmente familiar e raramente assalariada, a ausência de tempos de lazer exteriores ao trabalho e à família; uma organização social fundada em grupos domésticos, a autonomia das colectividades camponesas face à sociedade envolvente, o elevado interconhecimento dominante nas comunidades locais e o fraco envolvimento com as comunidades vizinhas. Mais ainda, as sociedades camponesas mantinham uma relação com a natureza a que, apesar de ter a marca humana, poderíamos chamar um sistema de produção conservacionista. Como diz Kautsky (1972: 23) *“esta sociedade que se bastava a si mesma era indestrutível. O pior que lhe podia acontecer era uma má colheita, um incêndio (...)”*. No século XIX, Sismondi (cit. In Kautsky, 1972: 28) descreveu a situação destes camponeses independentes, nos seguintes termos: *“a felicidade rural de que a história nos oferece o quadro nos tempos gloriosos de Itália e Grécia, também não é desconhecida no nosso século. Onde quer que se encontrem camponeses proprietários, encontra-se igualmente essa abastança, essa segurança, essa confiança no futuro que asseguram ao mesmo tempo a felicidade e a virtude”*. Como pergunta Kautsky o que aconteceu a estes camponeses felizes e virtuosos no último século? O ponto de partida para o fim dos camponeses foi exactamente a dissolução que a indústria e o comércio urbanos provocaram na pequena manufactura e no modo de organização camponeses. Como refere Neves (1994: 42) *“a lenta agricultura abala-se tentando*

¹⁰⁷ Acerca da diluição dos modos de produção camponeses nos modos de produção capitalistas, ver igualmente os trabalhos de Servolin (1972), Tepicht (1973), Shanin (1976), Wolf (1976), Galeski (1977) e Mendras (1968, 1978 e 1984).

acompanhar o passo da indústria. As máquinas multiplicam-se, surgem novas técnicas, toda a produção agrícola é comandada pelo gosto dos consumidores e pela evolução dos mercados. A agricultura submete-se, assim ao ritmo da mudança técnica e económica da sociedade industrial” que emerge na maior parte dos países europeus, com maior ou menor intensidade no final do século XVIII. A anterior estreita relação tecida entre os Homens, as suas actividades e o solo, característica essencial das sociedades camponesas europeias, vai-se alterando progressivamente à medida que o modo de produção capitalista e industrial vai penetrando nos campos. Certo é que tal penetração não ocorre do mesmo modo em todas as regiões rurais. Como refere Kaustky (1972: 17) *“o sistema de produção capitalista desenvolve-se em regra, em primeiro lugar nas cidades, na indústria. A maior parte das vezes a agricultura escapa durante muito tempo à sua influência. Mas a evolução industrial já conseguiu modificar o carácter da exploração agrícola”*.

A maior parte dos países onde emergiu primeiro a industrialização conheceram processos prévios de reorganização do território, induzidos pela expansão do comércio internacional. A agricultura e o espaço agrário sofrem desde logo alterações importantes (e.g. Moreno, 1999a). A passagem das terras do clero e da nobreza para as mãos da burguesia, a introdução de novas culturas e práticas agrícolas de *“forma paralela com a crescente exploração colonial, são factores que antecipam a industrialização e as disparidades induzidas pela mesma, normalmente associadas a novas especializações”* (Moreno: 1999a: 38). Disto mesmo, refere o autor, são exemplo as concentrações urbano-industriais; a ‘agricolização’ dos campos, com deslocações da população das áreas rurais para as áreas urbanas, entre outros aspectos. São bem conhecidas as situações de miséria urbana (retratadas não apenas pelos historiadores, mas também pela literatura, especialmente pela inglesa e francesa), com jornadas de trabalho intensas (incluindo as mulheres e as crianças), doenças etc., aspectos que conduziram, segundo Moreno (1999a) à emergência de novas formas de regulação social que se traduziram em respostas estatais directas tendentes à continuidade e expansão do sistema capitalista. Ao mesmo tempo, com maior ou menor protecção estatal, os países da Europa ocidental central dedicam uma vincada atenção à agricultura considerada uma actividade estratégica para a segurança alimentar nacional. Com a aurora do século XX assistimos também à expansão generalizada do modelo de modernização ocidental a todo o mundo. *“Contudo, a rivalidade e a disputa entre as potências industriais pelo controlo dos recursos levam aos maiores conflitos (guerras mundiais), sem que diminua (...) o esforço produtivo baseado na racionalização do trabalho e na dominação tornada legítima”* (Moreno, 1999a: 40). Pelo contrário, é justamente a maximização produtiva do período pré-I Guerra Mundial e a sua continuidade, baseada nos modos de produção *taylorista/fordista* que conduzirá à Grande Depressão de 1929-1933 que abala todo o mundo. Neves (1994) diz-nos que a sociedade rural entre as duas grandes guerras mundiais é

essencialmente uma sociedade imóvel. “O mal-estar numa sociedade rural inferiorizada em relação à sociedade urbana, as agitações sociais e políticas das grandes aglomerações urbanas com grande proporção de proletariado são fenómenos internos relativamente isolados uns em relação aos outros, excepto ao nível da política geral” (idem: 48). A II Guerra Mundial veio introduzir uma nova dimensão nestes aspectos, já que “a agricultura europeia experimentou uma profunda revolução tecnológica no período do pós-guerra” (Lowe, 1992), revolução que não foi apenas técnica, mas que teve consequências económicas e sociais profundas nos campos. O êxodo rural acelerou-se após a II Guerra Mundial e foi sobretudo, nos países da Europa central, um êxodo agrícola. Como refere Bauer *et al.* (1984), no caso da França, “as aldeias não perderam praticamente população activa não agrícola”. A política agrícola moderna, como nos diz Mormont (1994b) estabeleceu-se imediatamente após a guerra e o seu fundamento foi uma espécie de contrato implícito entre o mundo agrário e a sociedade. A partir do final da II Guerra Mundial a necessidade de reconstrução económica e a escassez de alimentos provocada pela guerra, levaram a que a produção e a produtividade aumentassem de forma rápida para atingir níveis de auto-suficiência alimentar. A própria criação da então Comunidade Económica Europeia, em 1957, foi justamente motivada pela necessidade de regulação e protecção da actividade agrícola. O fim dos camponeses e o desmantelamento da organização social e da lógica camponesas acelera-se neste período. Estas transformações são essencialmente resultado de uma mudança de atitude face à terra (e.g. Mendras, 1978; Goergen, 1991; Mormont, 1994b) que deixou de ser considerada como “meio e modo de vida” (Redfield, 1961) para passar a ser considerada como factor de produção inscrito, tal como os outros factores numa lógica de rentabilidade. Em consequência assistimos a uma mudança profunda nas sociedades rurais mas, segundo Mendras (1984), esta transformação é mais importante ao nível da sua organização espacial, já que deixa de se basear na articulação dos territórios e nos limites e fronteiras da comunidade, para se organizar em função de redes de comunicação e de inter-relação com os espaços urbanos. Devido aos inumeráveis desenvolvimentos dos sistemas de transportes e de comunicações verifica-se uma sobreposição “do espaço da sociedade rural pelo da sociedade urbana” (Neves, 1994: 345). Por exemplo Rambaud (1969 e 1973) considera esta sobreposição como uma das formas fundamentais da expansão da urbanização e da sua penetração nos campos. A autarcia camponesa conhece assim, alterações profundas. Segundo Rambaud (1973), este processo tende a provocar grandes transformações na identidade social rural, devido à alteração das relações sociais e das alterações na divisão social do trabalho. Os anos cinquenta foram *anos de ouro* no que se refere ao desenvolvimento e modernização da actividade agrícola, nos países da Europa ocidental desenvolvida. Foram, igualmente, *anos dourados* no que se refere ao crescimento económico do Ocidente em geral. O modelo de desenvolvimento assente sobretudo no “paradigma do crescimento económico” para

utilizarmos a expressão de Silva (1982) e que se apresentava como *“a panaceia para a resolução dos desequilíbrios internacionais, nacionais e regionais, em termos económicos, mas também sociais”* (Figueiredo, 1995: 3) vigorou desde o fim da II Guerra Mundial até meados dos anos setenta. A expansão desta racionalidade assente no *“optimismo do crescimento económico ilimitado e generalizável a todas as latitudes”* (Silva, 1982) e a posterior constatação da continuidade das desigualdades e desequilíbrios económicos e sociais, em conjunto com outros factores como a sobreprodução agrícola e a crise petrolífera de 1973-79 (entre outros), colocaram em causa os seus pressupostos e, conseqüentemente, as bases da modernidade ou a forma como o Ocidente se pensava a si mesmo (i.e. a *visão dominante do mundo ocidental*).

No que se refere às áreas rurais que tinham, na sua maior parte, deixado de ser sociedades camponesas para serem absorvidas pela lógica capitalista de mercado, a elevada produtividade que foi imposta à agricultura na década de cinquenta teve os seus primeiros efeitos perversos na década de sessenta com a constatação da sobreprodução. A regulação agrícola começou a ser co-gerida pela UE e na Europa *“em construção, a agricultura constituiu-se durante muito tempo, tanto financeiramente como politicamente, como a principal política europeia”* (Mormont, 1994b: 20). A crise no sector agrícola observada na maior parte dos países europeus centrais, fez com que os agricultores passassem, segundo Mormont (1994b) de produtores de alimentos a produtores de matérias-primas para as indústrias agro-alimentares que tendem a concentrar-se, obviamente, nas regiões europeias economicamente mais dinâmicas. Na sequência desta alteração, mudam de novo os contornos do trabalho agrícola e a exploração tende a separar-se cada vez mais da família, surgindo inclusivamente *“uma agricultura sem agricultores, na qual os gestores subcontratam os trabalhos agrários a empresas especializadas”* (Mormont, 1994b: 22). Esta emergência tem consequência igualmente ao nível da organização social e do trabalho nas áreas rurais. Estas transformações anunciaram assim aquilo a que Hervieu (1994) chama *‘o fim da aldeia’*, sendo que a agricultura já não cumpre o seu papel de segurança e protecção contra a escassez alimentar. O aumento da dependência económica deste sector de actividade, a diminuição da sua importância política, a redução do seu significado económico e também a perda do seu carácter ideológico e social, fizeram, no entender de Mormont (1994b), da agricultura um subsector económico como os demais. A juntar a estes aspectos, a agricultura *deslocaliza-se* (Mormont, 1994b; Hervieu, 1994), passando de uma actividade localizada por excelência (nas áreas rurais) para uma actividade crescentemente internacional. *“Este duplo fenómeno de concentração e de especialização produz uma paisagem agrícola completamente transformada”* (Hervieu, 1994: 9). A crise económica dos anos setenta afectou todo o modelo de desenvolvimento de sede urbano-industrial do pós-guerra e evidentemente, também os sistemas dele dependentes, como é o caso do agrícola. Ao longo dos anos

setenta o aumento do desemprego também se faz sentir nas áreas rurais, sobretudo junto dos agricultores pluriactivos que como refere Moreno (1999a: 45) *“não deixam de sentir os efeitos das perdas de competitividade e de emprego industrial”* e já não têm a actividade agrícola, como vimos, como segurança em tempos de crise. Nos anos oitenta a agricultura europeia conhece uma grande controvérsia, devido à crise económica. Se a actividade agrícola entra em colapso não é por ter fracassado, num primeiro momento, mas sim por ter tido demasiado êxito (Mormont, 1994b). Os anos oitenta foram, assim, anos em que se continuaram a verificar as consequências negativas do sucesso produtivo da agricultura (e.g. Gilg, 1991) sob a forma de um complexo conjunto de factores económicos, sociais e ambientais. Em 1980, a UE considerava que, no âmbito da PAC, deveriam ser feitas alterações importantes, anunciando uma viragem do *“simples objectivo da produção para objectivos sociais e ambientais mais vastos, com a finalidade de alcançar quatro objectivos: controlar a produção e os gastos; reduzir os ‘stocks’; preservar o padrão agrícola europeu e preservar a posição da Europa como o segundo maior exportador mundial de produtos agrícolas”* (Gilg, 1991: 48). Estas ideias tiveram continuidade no Livro Verde da UE, em 1985 acerca do futuro da PAC em que era dada maior ênfase ao apoio aos preços. Com a entrada de Portugal e de Espanha na UE foram colocados mais limites à política agrícola, tal como com a reunificação da Alemanha em 1990. As pressões para a reforma da PAC acentuaram-se em 1990 com o chamado *Uruguay Round* do GATT (e.g. Gilg, 1991). Por todas estas transformações, como nos diz Ramos-Real (1995) as áreas rurais encontram-se num processo de mudança estrutural muito acentuado e em crise. Refere Sainteny (1992: 22) que *“de todos os lados emanam gritos de alarme a propósito do futuro do mundo rural”*. Assim, contributos fundamentais para a crise do mundo rural europeu parecem ter sido *“os excedentes agrícolas estruturais (...) e as consequências das sucessivas reformas da PAC que puseram em evidência o esgotamento de um modelo de uso do território quase exclusivamente baseado na agricultura. Por outro lado, a comum posição geográfica das áreas rurais dificultaram o desenvolvimento de outras actividades viáveis”* (Ramos-Real, 1995: 4). A juntar a esta situação, temos ainda o êxodo rural que não parou desde a década de cinquenta, a consequente desertificação humana, o envelhecimento das populações rurais, o abandono das áreas agrícolas (e.g. Sainteny, 1992) e ainda os *deficits* em termos de infra-estruturas e equipamentos sociais, os níveis geralmente baixos de escolaridade e formação (e.g. Ramos-Real, 1995). A CCE (1988b: 5-6) sintetizou estes problemas das áreas rurais em três grandes grupos:

1. os problemas que decorrem das *“pressões do moderno desenvolvimento”*. Estes problemas são mais visíveis em áreas rurais e agrárias próximas ou facilmente acessíveis das grandes aglomerações urbanas. Este problema faz-se sentir com particular intensidade nas regiões do norte da Europa e em muitas zonas costeiras;

2. os problemas que derivam do *declínio rural*¹⁰⁸. Estes problemas são provocados pelo êxodo rural contínuo, regional ou intra-regional em áreas onde a agricultura ainda é importante e manifesta-se com especial intensidade nos países do sul da Europa;
3. os problemas que decorrem da própria natureza em áreas marginalizadas da UE, frequentemente de acessibilidade difícil, como é o caso das zonas desfavorecidas de montanha.

Na sequência disto, a crise do mundo rural é *“proteiforme e reveste-se de vários aspectos que estão interligados, mas são independentes. É ao mesmo tempo, uma crise económica, social, humana, política e ambiental”* (Sainteny, 1992: 22) e é consequência:

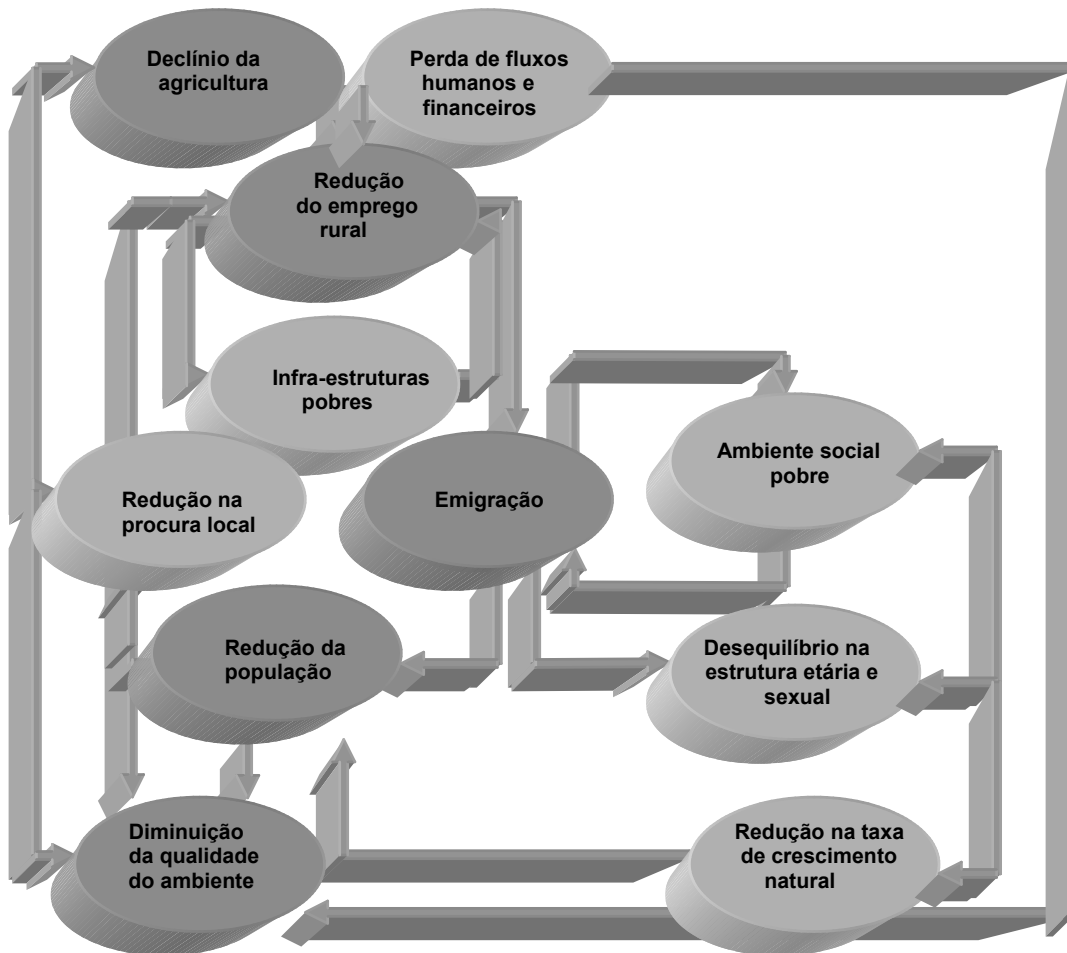
- dos modelos de crescimento económico aplicados nas décadas passadas que privilegiaram, como vimos, os sectores secundário e terciário, fundamentalmente localizados nos centros urbanos (e.g. Cuddy, 1992; Ramos-Real, 1995);
- da estrutura económica e social rural e da sua diversa capacidade de integração e adaptação aos processos de desenvolvimento e de modernização produzidos no conjunto do sistema económico (e.g. Melo, 1992; Ramos-Real, 1995);
- das relações de troca económicas entre o campo e a cidade e entre o sector agrícola e a globalidade do sistema económico.

Cuddy (1992: 70-71) procura sintetizar o declínio das áreas rurais e o papel da agricultura nesse declínio¹⁰⁸ através da esquematização das suas transformações. Segundo Cuddy (1992) o processo de declínio pode ser ilustrado através do princípio da causalidade cumulativa de Myrdal. Na figura 4.1 apresentamos o esquema do declínio cumulativo das áreas rurais, fazendo a ressalva de ser um esquema redutor da complexidade das transformações sofridas pelas áreas rurais, das quais expusemos já alguns dos traços principais. Muito sinteticamente, a figura ilustra o processo através do qual as áreas rurais atingiram a crise actual. O declínio da actividade agrícola reduz o emprego rural que por sua vez conduz à emigração. Esta leva, por seu turno, a uma redução da população rural e a uma consequente redução na procura de bens e serviços locais. Tal situação gera uma nova redução em termos de emprego rural e o ciclo prossegue de forma contínua. Outros processos paralelos reforçam esta tendência principal: *“os fluxos humanos e de capital, combinados com infra-estruturas pobres reduzem as oportunidades de emprego; a emigração empobrece o tecido social local que reforça ele mesmo a emigração. A natureza da emigração é tal que deixa para trás uma estrutura de género e de idade completamente desequilibrada, que diminui a taxa de crescimento natural da população”* (Cuddy, 1992: 70). Trata-se de um ciclo que se auto-alimenta. Paralelamente a estes factores, o autor parece esquecer outros aspectos, como o desequilíbrio ecológico provocado pelo êxodo rural e

¹⁰⁸ Ver também o trabalho de Comolet (1990) acerca do declínio da agricultura e as consequências desta situação para o futuro do mundo rural.

essencialmente pelo abandono progressivo da actividade agrícola, com a consequente perda da qualidade ambiental¹⁰⁹.

Figura 4.1 – Processo cumulativo de declínio das áreas rurais



Fonte: Adaptado de Cuddy (1992)

Na figura 4.1 os aspectos com uma tonalidade mais escura são aqueles a que atribuímos maior importância como causas e/ou consequências do declínio rural. Como refere Cuddy (1992) e como já observámos anteriormente, este processo de declínio das áreas rurais não é uniforme, em primeiro lugar porque as áreas rurais também não o são. O processo de declínio, com estes contornos, tende a ocorrer sobretudo nas áreas rurais *profundas* e remotas, ou seja naquelas que se encontram mais afastadas dos centros urbanos de crescimento e que foram marginalizadas pelo processo de desenvolvimento dominante.

Esta lógica de marginalização e de declínio segundo Pernet (1994: 163) “*veste-se diferentemente de um lugar para o outro no rural profundo*” mas de um modo geral, o traço dominante destas transformações e destas dinâmicas de declínio rural é que a agricultura, pratique-se onde quer que seja, “*perde paulatinamente o seu monopólio do espaço rural*”

¹⁰⁹ Tomamos a liberdade de juntar esta característica ao esquema inicial proposto por Cuddy.

(Mormont, 1994b: 25) e coloca este último numa *posição incerta* (Jollivet, 1997b). Esta situação contribuiu largamente para a perda do “*argumento histórico do mundo rural, a sua razão de ser, o seu modo de produzir e os seus mecanismos de inserção no sistema*” (Ramos-Real, 1995: 5). Apenas para termos uma ideia mais precisa do que acaba de se dizer sobre o declínio rural, observemos os dados, revelados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2000, no quadro 4.1. Como podemos verificar, a população rural um pouco por todo o mundo (e de modo aparentemente independente do seu nível de desenvolvimento socioeconómico) diminuiu substancialmente. Essa diminuição é mais significativa nos países de desenvolvimento médio e baixo, do que nos países de elevado desenvolvimento. Existem também diferenças nos processos de transformação.

Quadro 4.1 – População rural no Mundo, segundo o nível de desenvolvimento dos países

TIPO DE PAÍSES	1975 (%)	1998 (%)	2015 (%)
Mundo	53	45	41
Desenvolvimento Alto	27	22	18
Desenvolvimento Médio	70	58	48
Desenvolvimento Baixo	84	72	61
Portugal	72	63	53

Fonte: PNUD, 2000

Se no início do século XX países como a Grã-Bretanha já tinham mais de metade da sua população a viver em aglomerados urbanos, outros continuam a ter uma população predominantemente rural, ou predominantemente de residência rural, como é o caso de Portugal. No início do século XXI países como a Noruega, a Bélgica e a Holanda ultrapassam já 90% de população a viver em cidades. Estes números, ainda que possam ser discutidos, demonstram bem o declínio rural e indiciam também a crise que actualmente este espaço enfrenta.

Outro dos aspectos da crise do mundo rural relaciona-se com a perda de qualidade ambiental e com a transformação da paisagem a que tradicionalmente chamamos rural. Algumas das dimensões desta crise ambiental, por assim dizer, que decorre do declínio das áreas rurais, por um lado e por outro, da modernização e especialização agrícolas, foi sintetizada, entre outros, por Pinet (1984), Rainelli e Mahé (1987), Lowe (1992), Gilg (1991), Goergen (1991), Yearley (1992), Alphandéry, Bitoun e Dupont (1993) e ainda Mormont (1993b, 1994b e 1994c). Associadas a este declínio e à modernização da agricultura, verificam-se pressões exteriores (urbanas, turísticas, de actividades económicas) importantes sobre o espaço rural que são, evidentemente, variáveis de acordo com as dinâmicas das áreas sobre as quais se exercem. Utilizando uma vez mais, embora com a ressalva do seu carácter redutor, a distinção entre a Europa central e a Europa periférica, que Lowe (1992) e Mormont (1994c) propõem, observamos que os problemas ambientais diferem bastante do centro para a periferia. Deste modo podemos dizer que nas regiões centrais da Europa, a intensificação da agricultura colocou uma intensa pressão sobre os recursos naturais,

conduzindo a diversos tipos de problemas ambientais (poluição da água, dos solos, destruição de espécies selvagens e padronização das paisagens) (e.g. Griffon, 1991; Luginbuhl, 1991; Lowe, 1992). As regiões periféricas da Europa conhecem uma situação muito diversa. Aqui é o abandono da terra que predomina, a desertificação humana e a destruição das paisagens tradicionais que colocam os maiores problemas ambientais (e.g. Lowe, 1992; Mormont, 1994c). Nestas áreas periféricas, os problemas ambientais não decorrem do desenvolvimento industrial moderno propriamente dito, mas antes da marginalização a que este as votou, ou seja, decorrem mais da ausência de desenvolvimento. Existem pressões crescentes sobre estas áreas, associadas ao turismo na sua maior parte que podem igualmente perturbar o meio natural e humano subsistente. Nestas áreas “a urgência do desenvolvimento e da reconversão agrícola deixa para segundo plano o ambiente nas preocupações locais”. Estes e outros problemas ambientais das áreas rurais, tiveram como consequência positiva aquilo a que Luginbuhl (1991: 28) chama “*uma reviravolta estratégica*” na política agrícola europeia, de que as medidas agro-ambientais (Regulamento 2078/92) são o corolário¹¹⁰.

Em síntese, as áreas rurais, especialmente desde a II Guerra Mundial, conheceram transformações importantes que redundaram numa série de problemas que hoje conhecemos como estruturais e que chamaram a atenção de forma decisiva para a necessidade de adoptar estratégias de desenvolvimento adaptadas às especificidades dos espaços locais. Esta constatação associa-se à redescoberta do espaço local como espaço multifuncional, no qual a agricultura já não pode ser entendida como a única actividade económica. Para a CCE (1988b) a orientação do desenvolvimento destas áreas deve basear-se em três aspectos principais:

1. a consolidação de coesão económica e social dentro da UE, tendo em conta a sua grande diversidade regional;
2. o inevitável ajustamento da agricultura europeia às novas condições de mercado, tendo em conta as implicações que um tal processo terá não apenas nos agricultores e nos trabalhadores agrícolas, mas na economia rural no seu conjunto;
3. a protecção do ambiente e a conservação das potencialidades naturais na UE.

Estas orientações chamam-nos a atenção para um facto importante, que desenvolveremos no capítulo VI: a longa identificação do rural com o agrícola não desapareceu, como refere Hervieu (1994: 13) “*a agricultura permanece o ‘pivot’ do desenvolvimento rural e do ordenamento rural*” e permanece como uma das várias funções que o rural é chamado hoje a

¹¹⁰ A respeito da aplicação das medidas agro-ambientais ver Lowe (1992) e de Lima (1999). Estas medidas destinam-se de forma geral, a favorecer a utilização de métodos e de práticas agrícolas que sejam compatíveis com as exigências da protecção do ambiente, dos recursos naturais e das paisagens. Como refere Lima (1999: 36) “*a reforma da PAC introduziu alterações radicais na agricultura (...). As propostas da nova PAC consignadas na Agenda 2000, por seu turno, procuram atender (...) às vertentes essenciais de uma filosofia que contemple, para além dos aspectos produtivos, os aspectos socio-ambientais da agricultura*”.

desempenhar no contexto da sociedade entendida globalmente e das suas transformações de que demos conta no capítulo II, nomeadamente a sua função ambiental, num quadro social que crescentemente valoriza o ambiente e a natureza.

3. A multifuncionalidade das áreas rurais

Vimos no ponto anterior, a longa predominância da sobreposição entre o rural e o agrícola. Simultaneamente observámos como o agrícola foi perdendo importância, de múltiplas formas, no contexto das áreas rurais europeias. Segundo Jollivet (1997b) a transformação dos contextos rurais pode ser observada a partir de várias perspectivas:

1. em primeiro lugar, o rural dissocia-se do agrícola. As áreas rurais não são apenas consideradas já como o contexto social que enquadra as populações agrícolas. A urbanização traduz-se, entre outros aspectos, como vimos, pela difusão nas áreas rurais de populações não agrícolas e tende a diluir, em muitas regiões, as fronteiras entre o rural e o urbano. O povoamento rural diversifica-se a ponto de a agricultura já não ser a única (nem sequer a mais importante) fonte de rendimentos dos agregados familiares. Isto é essencialmente verdadeiro, segundo Jollivet (1997b), e na linha do que temos vindo a argumentar, nos países onde a industrialização é mais antiga e onde existe uma forte densidade populacional, nomeadamente na Bélgica e na Holanda, mas igualmente na maior parte das zonas urbanizadas de todos os países da Europa;
2. a agricultura dissocia-se do rural, ou como vimos antes, deslocaliza-se e desterritorializa-se. A agricultura *industrial* e *produtivista* deixa de ser considerada como uma actividade rural. Segundo Jollivet (1997b) tal situação é particularmente nítida na Holanda onde apenas a agricultura de *'plaisance'* (de prazer, de lazer) ou a *agricultura-jardim* é considerada como fazendo parte do rural. De acordo com o autor, o mesmo acontece na Grã-Bretanha onde a agricultura, tornando-se intensiva e estando na origem de vários tipos de atentados contra as paisagens e as amenidades naturais do campo, destrói ao mesmo tempo a imagem de rural e se exclui dele;
3. as áreas rurais deixam progressivamente de ser identificadas com um ambiente de qualidade em consequência directa da modernização da agricultura. *“Não há dúvida que em Portugal ou na Grécia, os agricultores conservam uma boa parte do crédito como guardiães da qualidade do ambiente. Mas em toda a parte – e mesmo em Portugal – quando se trata de populações rurais, constatamos que elas atentam de formas diversas contra o ambiente, tanto local como global, seja através da agricultura (...), das reflorestações (...), das construções (...)”* (Jollivet, 1997b: 362);
4. o rural torna-se, de forma progressiva, espaço disponível para estratégias de localização variadas, desde a habitação às actividades económicas. Segundo Jollivet isto passa-se em todos os países, com destaque novamente para os mais

industrializados e os mais densamente povoados. O que tem mais importância actualmente é a acessibilidade e o quadro de vida que é oferecido nas áreas rurais. O rural entra assim numa “*espécie de troca generalizada de espaços, na qual se apresenta com vantagens e inconvenientes*” (Jollivet, 1997b: 362). Entre as suas vantagens figura a relativa abundância e a forte presença (por comparação com as áreas urbanas) de elementos naturais¹¹¹;

5. finalmente, o rural torna-se o lugar, por excelência, da aplicação da doutrina ambientalista à escala planetária. É-o enquanto reserva de recursos naturais o que o torna, igualmente, objecto de regulamentações sobre o uso desses mesmos recursos. É-o também como reserva de biodiversidade e isto contribuiu para que o rural tome com frequência a forma de espaço protegido (e.g. Chamboredon, 1985; Mormont; 1993b; 1994b e 1994c; Jollivet, 1994 e 1997b).

Todos os países europeus parecem estar no caminho deste conjunto de evoluções, cada um deles enfatizando mais um aspecto ou estando mais ou menos avançado na construção deste rural pós-moderno (e.g. Reis e Santos, 1995; Jollivet, 1997b). Este rural pós-moderno e multifuncional¹¹² emerge como consequência directa das transformações sociais que salientámos no capítulo II e que conduziram à sociedade de risco ou à modernidade reflexiva e faz sobressair uma visão do rural que, como veremos no ponto seguinte, lhe é exterior e que é dirigida essencialmente para funções como a protecção da natureza e do ambiente, a de espaço residencial e de espaço de recreio e lazer em geral.

Com a falência dos modelos de desenvolvimento económico que vigoraram desde o pós-guerra até há cerca de duas décadas atrás, como vimos, as áreas rurais sofreram transformações profundas. Por um lado, as que haviam sido marginalizadas por aqueles modelos continuaram o seu processo de declínio, por outro lado as que foram integradas naquele modelo conheceram igualmente um processo de declínio, consequência directa da crise económica. Sabemos já que ao longo de várias décadas o espaço rural foi marginalizado ou integrado, correspondendo estas fases primeiro a uma situação de dicotomia (o rural definido por oposição ao urbano, quase como o seu negativo), depois a uma situação de *continuum* (que, como vimos, em termos práticos continuou a demarcar ambos os espaços, provocando mesmo bastantes descontinuidades territoriais, sociais e económicas) (e.g. CCE, 1988b; Figueiredo e Rosa Pires, 1992; Figueiredo, 1993; 1997; 1999d; 2000c). As descontinuidades e desequilíbrios vários que a implementação e expansão dos modelos de desenvolvimento assentes no ‘*paradigma do crescimento económico*’,

¹¹¹ Ver a propósito do ambiente rural como um constrangimento ou uma vantagem para as áreas rurais actuais o interessante trabalho de Greer (1992).

¹¹² Por multifuncionalidade entendemos não apenas a diversidade de actividades e funções desempenhadas pelo rural, mas também a complementaridade entre essas mesmas actividades e funções.

primeiro, e a sua falência, depois, provocaram, contribuíram para a redescoberta dos espaços rurais locais. Esta redescoberta e a crescente valorização social (e institucional) a ela associada têm igualmente as suas causas nas transformações em termos de valores sociais de que demos conta no capítulo II. Actualmente, assistimos a uma valorização do espaço rural que corresponde, basicamente, à (re)descoberta desse espaço não apenas (e não principalmente) como espaço produtor de alimentos e espaço reserva de mão-de-obra para as actividades de cariz urbano-industrial mas como espaço reserva de heranças, tradições e memórias sociais, culturais e ambientais. Às diferentes fases que assinalámos na concepção das áreas rurais, correspondem não só as suas condições objectivas, mas igualmente diferentes percepções do rural. Estas passam do entendimento desse mundo como a *negação da modernidade* pelo apego às tradições, pela relativa imobilidade das sociedades e modos de vida camponeses, para o seu entendimento como *herança a preservar*, paradoxalmente devido justamente a esse apego às tradições e à perpetuação do *modo de vida rural*.

As descontinuidades mencionadas antes, provocadas pela expansão dos símbolos máximos da modernidade – a urbanização e a industrialização – originaram movimentos a favor da preservação das áreas rurais, também em grande parte em oposição a um processo de desenvolvimento que propunha (impunha?) a massificação e a homogeneização da sociedade e a perda ou degradação de valores culturais, sociais e ambientais (e.g. Figueiredo, 1999e; 2001b). Deste modo, começa a entender-se a ruralidade como “*reserva moral e cultural*” (para utilizar a expressão de Chamboredon, 1980), ou seja, não já a ruralidade como sinónimo de uma condição concreta de oposição ou marginalização relativamente ao processo de modernização que atravessou toda a sociedade, mas antes como sinónimo de uma noção que remete para a modernidade (ou a pós-modernidade), vivida através da descoberta e valorização das diferenças, do autêntico e do genuíno (e.g. Joaquim, 1994). Assim, em 1988 a CCE traduziu bem o carácter multifuncional do rural, bem como a sua crescente valorização social, na afirmação de que: “*as áreas rurais não são apenas lugares em que as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham funções vitais para a sociedade entendida como um todo*” (idem: 1988b: 2). Este aspecto encontra eco em vários autores¹¹³ que, genericamente, colocam em evidência três ordens de razões pelas quais as sociedades rurais devem ser conservadas – o assegurar da produção de alimentos de modo eficiente; a conservação da paisagem e do ambiente rural e a manutenção das áreas rurais como um recurso de recreio e lazer (e.g. Butler e Hall, 1998; Butler, Hall e Jenkins, 1998) sobretudo para os residentes não rurais e mais especificamente para os

¹¹³ Ver, entre outros: Gilder (1984); Hilhorst (1990); Houé (1989); O’Cinneide (1991a, 1991b); Conway (1992); Greer (1992); OCDE (1993); Mormont (1994b); Rosa Pires (1991, 1992); Vasquez-Barquero (1992); Ramos-Real (1995); Butler e Hall (1998); Butler, Hall e Jenkins (1998); Reis e Lima (1998); Woodruffe (1998).

urbanos¹¹⁴. Ao rural produtor de alimentos por excelência, substitui-se o rural multifuncional, no qual a actividade agrícola continua a desempenhar um papel social e ambiental importante, ainda que em muitas regiões rurais da Europa tenha deixado de ser, como vimos, a actividade económica dominante. O declínio económico desta actividade chama a atenção para a diversificação das economias rurais, assente crescentemente em sectores como o turismo, o artesanato e em alguns casos, em pequenas e médias indústrias (e.g. Vasquéz-Barquero, 1992; Rosa Pires, 1992; Ramos-Real, 1995). Estas novas funções económicas (e sociais) a par com a função de conservação do ambiente e de preservação das tradições e da herança social colectiva, que já apontámos antes, faz com que as questões relacionadas com o mundo rural transcendam cada vez mais os interesses e as necessidades dos habitantes rurais. Assim, como diz Ramos-Real (1995: 5) *“a multifuncionalidade dos espaços rurais explica a multiplicidade de conflitos em que estão imersos. A solução para tais conflitos nem sempre é evidente e resulta sempre numa tarefa complexa e vasta”*. Estes conflitos tendem, como veremos, a surgir devido aos diversos interesses e necessidades relacionados com as novas ou renovadas funções das áreas rurais, essencialmente pelo facto de muitas dessas funções, como dissemos, serem criadas exteriormente.

Observamos que no âmbito do rural como espaço multifuncional as questões associadas ao ambiente assumem especial relevância. As funções ambientais que o mundo rural desempenha decorrem, como salientámos já, da crescente valorização e preocupação social com o ambiente: *“a evolução mais recente das sociedades modernas, fortemente urbanizadas, suscitou novas preocupações e expectativas de natureza social e ambiental (...). A preservação dos recursos naturais, a salvaguarda do ambiente e do equilíbrio ecológico, a conservação do património histórico-cultural, a utilização de produtos tradicionais de qualidade são exemplos das amenidades que o mundo rural encerra”* (DGDR, 1997). As áreas rurais tendem assim a adquirir, a par com a sua condição de símbolos culturais, uma simbologia ambiental muito forte (e.g. Flinn e Buttel, 1977; Buttel 1992). Esta função que é tanto material como simbólica está, aliás, bem patente nas propostas institucionais para as áreas rurais, da maior parte dos países europeus. A OCDE em 1993 referia, por exemplo, que *“a atenção aos recursos naturais e ao ambiente natural constitui um importante objectivo para as áreas rurais remotas. Elas são, entre outras coisas, uma reserva natural (...). Preservar e manter os aspectos naturais pode ser uma actividade-chave em muitas áreas rurais, a longo prazo. Mais, o público está crescentemente interessado em salvaguardar o ambiente, esteticamente e por outros factores, nas áreas remotas, mesmo naquelas com pouco valor de mercado e pouca visibilidade nacional (...)”*. No mesmo sentido, Buttel (1993: 9) refere que “o

¹¹⁴ Dizemos *urbanos*, tal como dizemos *rurais*, numa acepção demasiado abrangente e cómoda. Isto significa que não existe apenas um tipo de residentes urbanos ou de residentes rurais, mas que sob esta designação se encontram situações bastante diversas que é necessário ter em conta.

ambientalismo conduziu ao longo do tempo a uma mudança fundamental na forma como os espaços rurais são simbolizados e na forma como definimos e como lidamos com os problemas ambientais”. Segundo o mesmo autor, uma das mais interessantes ilustrações da crescente força da simbologia ambiental dos espaços rurais nos EUA, pode ser retirada de um artigo da revista *The Economist*. Diz o artigo que “alguns académicos têm argumentado que o governo federal deve congratular-se com o despovoamento rural, porque pode ser utilizado para simbolizar o grande deserto americano. ‘A coisa mais ajuizada que o governo deve fazer (escreve um advogado do que tem sido chamado o Plano Buffalo Commons) é começar a comprar grandes parcelas de terra das planícies, replantar a erva, reintroduzir o bisonte e acender os holofotes” (cit. In Buttel, 1993: 9). Esta afirmação, ainda que ridicularize um pouco a valorização das áreas rurais como áreas-museu, levanta a questão do futuro de vastas áreas rurais não apenas nos EUA, mas igualmente na Europa. Como pergunta Buttel (idem, ibidem): “o que será o futuro do rural se ficar definido em fortes termos simbólicos, como localização florestal, como ecossistema preservado, como fonte de água e ar puros para os urbanos consumirem? Seremos nós testemunhas de uma cada vez maior erosão do compromisso para se melhorar as formas de vida das comunidades rurais e para promover o seu desenvolvimento?”.

As novas funções atribuídas às áreas rurais vêm propiciar a existência de novas interdependências entre estas e a sua envolvente regional e nacional, particularmente com as áreas urbanas, conferindo-lhes um novo protagonismo cada vez mais social e cultural nos actuais modelos de desenvolvimento, como veremos mais aprofundadamente no capítulo VI. Ramos-Real (1995) sintetiza estas novas funções das áreas rurais nos seguintes termos:

- o equilíbrio territorial – contrariando o fenómeno de despovoamento rural por um lado e por outro, o de concentração urbana;
- o equilíbrio ecológico – as áreas rurais enquanto conservadoras de sistemas e de processos essenciais à vida;
- a produção de paisagem de qualidade – como contraponto à paisagem urbana “*fechada, artificial e crispada*” (idem: 15);
- a produção de recursos – como por exemplo a água pura, recurso que é cada vez mais escasso;
- o suporte de actividades de lazer e de recreio – que são amplamente exigidas por uma sociedade maioritariamente urbanizada;
- os usos agrários não alimentares – dirigidos essencialmente à produção de bens alternativos à agricultura tradicional;

A diversidade cultural e ambiental que as áreas rurais possuem permite-lhes uma atractividade até aqui desconhecida. A valorização e preservação das diferenças num mundo crescentemente globalizado tornam-se de certo modo um imperativo, constituindo-se as

áreas rurais como metáforas da diversidade e da memória nas sociedades actuais. Esta representação social e institucional das áreas rurais tem tido como face mais visível a sua crescente procura e consumo. Como refere Chamboredon (1980: 103) esta procura e consumo pretende quase sempre as áreas rurais *“imóveis e embalsamadas, porque os mais belos museus são aqueles em que as maquetes são realmente vivas e animadas, as reservas onde o passado camponês e os camponeses do passado sobrevivem”*¹¹⁵. Tudo isto contribui para que o ambiente, o *modo de vida*, as construções e os próprios habitantes rurais se constituam como *objectos de apropriação estética* para utilizarmos novamente a expressão de Chamboredon (1980) que se torna necessário (senão mesmo imperioso) proteger e preservar. Estas considerações levam-nos ainda à constatação de que são as áreas rurais que atrás definimos como *profundas* ou *remotas* aquelas que são alvo da maior procura e consumo social, transformando-se assim de áreas que permaneceram na pré-modernidade para áreas que são cada vez mais consideradas pós-modernas. Alguns autores (e.g. Mormont, 1993b, 1994b; Ramos-Real, 1995; Woodruffe, 1998) referem que o espaço rural, sobretudo pela via do ambiente, assume igualmente, nos dias de hoje, o carácter de um *bem social*. A sua conservação cumpre uma função social que não tem sido remunerada até à actualidade, nem directa, nem indirectamente de forma evidente. Mormont (1994b: 45) advoga que *“à medida que os bens ambientais se tornam mais preciosos, será necessário também conceder compensações e transferências financeiras aos espaços e populações que os mantêm e cuja disponibilidade, para as populações urbanas e para a indústria, garantem”*. O ambiente constitui, assim, para as áreas rurais *“um duplo registo no qual ele se pode reconstituir como património e como valor social global”*. É um património sociocultural *“mas é também um conjunto de recursos (pensemos na água) que podem constituir-se como negociação com as sociedades urbanas. Deslocalização dos modos de vida e escassez ou raridade dos recursos podem assim constituir vias que conduzam o rural como valor indispensável ao futuro das nossas sociedades. O rural apresenta-se agora como uma maneira através da qual as nossas sociedades (...) pensam a transformação da sua relação à natureza”* (Mormont, 1993b: 11). De acordo com Redclift e Woodgate (1994) as contradições que envolvem a gestão do ambiente na actualidade são igualmente evidentes na forma como encaramos as áreas rurais, que, tal como a natureza se associa ao sentido de perda nas nossas sociedades. Uma das formas através das quais a sociedade se apropria das áreas rurais é justamente através das paisagens. As paisagens e as áreas rurais são produtos sociais por duas razões essenciais, que *“ilustram bem a forma como internalizamos o entendimento da natureza e do ambiente:*

¹¹⁵ Na mesma linha, Bourdieu (1977) refere-se a estas representações como o *“resultado de uma folclorização que transforma o campesinato numa espécie de museu e converte os últimos camponeses em guardas de uma natureza transformada em paisagem para os cidadãos”*.

- *ambas surgem como o resultado do engenho e do esforço humanos. O rural é o produto das transformações da natureza pelo Homem. Não existe separado das sociedades;*
- *o modo como encaramos as áreas rurais e as paisagens reflectem os valores sociais e as atitudes num dado tempo “ (Redclift e Woodgate, 1994: 62).*

O reencontro do rural com o ambiente não é então um fenómeno meramente casual (e.g. Luginbuhl, 1989a)¹¹⁶. Sem cair na identificação completa de um com o outro, ou na substituição de um pelo outro, Mormont (1997), na linha do enunciado anterior de Redclift e Woodgate, refere que os problemas rurais contemporâneos e as questões do ambiente têm a mesma origem, que pode ser definida como uma crise de espaço, ou seja, como uma ruptura cada vez mais profunda dos laços entre, por um lado, o espaço e as condições ecológicas de reprodução social, e por outro lado, as dinâmicas socioeconómicas de uso dos recursos.

4. As áreas rurais no contexto da actual valorização social do ambiente e da natureza

4.1.A identificação ‘ambiente=natureza=campo’¹¹⁷ como construção social

Como vimos no ponto anterior, o renascimento do rural (simbólica e materialmente) com maior visibilidade desde meados dos anos oitenta é o reflexo das transformações profundas que ocorreram nesse espaço. A atractividade de que a vida urbana havia sido objecto nas sociedades desenvolvidas e industrializadas *“tem vindo a experimentar um sucessivo decréscimo sob o impacte de múltiplos factores (poluição, stress, impessoalidade, solidão) em que se traduz a crise da civilização urbano-industrial. Em contrapartida a repulsividade do espaço rural desvanece-se e vai dando lugar, em diversos casos a uma cada vez mais nítida atractividade baseada (...) na busca de formas de vida alternativas às características do espaço urbano-industrial”* (Barros, 1990: 47). Esta formulação traduz de modo claro a simbologia do rural nas sociedades contemporâneas e o seu papel como reserva de memória e de tradição numa sociedade crescentemente insegura e vulnerável. Rambaud (1980) advoga que o imaginário social cria estas comunidades utópicas onde a centralidade do rural resulta, em grande medida, de situações de crise e de ruptura social *“encaminhando os actores sociais para uma valorização do passado, centrada no mundo rural, daí que os cidadãos preferam cada vez mais a aldeia urbanizada à cidade turística”* (Joaquim, 1994: 45).

¹¹⁶ Este autor refere que este reencontro era *“inelutável devido à exclusão anterior do Homem da natureza e da necessidade sentida de aí o reintroduzir (...)”. O rural era assim passagem obrigatória para o natural, o caminho que reconduzia muito naturalmente à reintrodução do Homem na visão nova de natureza”*. O autor acrescenta que se a natureza e o rural se reencontraram, isto não constitui apenas uma via de reflexão sobre a natureza, os meios e os recursos naturais, mas também um meio para repensar o rural na sua organização social, económica e espacial.

¹¹⁷ Usamos a expressão de Mathieu e Jollivet (1989).

Tal como salientámos na última parte do ponto precedente, as áreas rurais representam actualmente a natureza, em termos simbólicos e materiais (através da sua apropriação). Como diz Mormont (1984: 145) *“o rural vê-se profundamente redefinido no espaço social: de espaço produtivo passa a espaço simbólico, de espaço do passado a espaço alternativo, de espaço de onde se vem a espaço para onde se vai”*. Se isto é verdade na maior parte dos países ocidentais, outros países existem em que a relação do rural com a natureza é relativamente duradoura. É o caso, já referido, da Grã-Bretanha, onde é evidente a preservação da natureza em associação com a preservação das áreas rurais (sendo, em certa medida, ambos os conceitos praticamente indissociáveis) (e.g. Newby, 1985; Macnaghten e Urry, 1998). Esta identificação social do rural com o ambiente e com a natureza ocorre em primeiro lugar nas sociedades mais desenvolvidas, sobretudo nas que (a par com a Grã-Bretanha) mais cedo conheceram os processos de industrialização. Neste contexto, Jollivet (1994: 7-8)¹¹⁸ refere que *“na medida em que os problemas do ambiente têm dimensões que dizem respeito ao espaço rural e onde, inversamente, a gestão desse espaço supõe cada vez mais a tomada em consideração das preocupações ambientais, a forma de conceber o ambiente rural (...) será directamente influenciada pelo lugar que o rural ocupa nas representações colectivas dominantes”*. O autor propõe que se aborde esta última questão tendo em conta:

- a concepção colectiva de rural, que é prevalecente na formação social nacional (o *rural idealizado*);
- a concepção de natureza característica da cultura nacional, que poderá estar ou não ligada à concepção de rural.

Com base nestas duas dimensões, Jollivet (1994, 1997b) conclui pela extrema diversidade de formas de conceber o rural nos diversos contextos nacionais e sociais. Esta conclusão é sustentada, antes de mais, pelas diferenças entre os vários países da Europa, apesar da sua história relativamente comum. Entre essas diferenças encontramos a industrialização mais ou menos forte e/ou mais ou menos tardia de cada uma das sociedades e ainda as dissemelhanças históricas que fazem variar a tradicional dicotomia rural/urbano e lhe dão maior ou menor visibilidade em cada formação social. Para além de, no domínio das semelhanças, ser possível encontrar uma tónica comum em todos os países – a da associação das áreas rurais ao *‘subdesenvolvimento’*, em todos eles se observa uma outra dimensão incluída na concepção de rural – a de natureza. Esta associação é, como temos vindo a afirmar, mais forte no caso da Grã-Bretanha e ainda no caso da França e da Bélgica. Jollivet (1994, 1997b) salienta ainda que a forma como o ambiente e as preocupações ambientais, por referência às áreas rurais, tem lugar em contextos tão diversos, é também ela

¹¹⁸ Com base no estudo que este autor coordenou, a que já aludimos anteriormente, que envolvia oito países europeus.

muito diferente. Um traço, no entanto, parece comum: o facto de, em todos os países europeus considerados, os problemas ambientais não terem começado por estar associados ao campo. De facto, estes problemas surgiram em primeiro lugar associados às actividades industriais e às sociedades urbanas¹¹⁹. Durante bastante tempo, as áreas rurais e a actividade agrícola (dada a tradicional sobreposição destes dois aspectos) continuaram a beneficiar desta associação, ou seja “*de uma visão herdada do século XIX, que os instituía como pulmão verde e como espaços saúde das sociedades industriais*” (Jollivet, 1994: 126). Acreditava-se que se estas áreas eram afectadas pelos problemas ambientais eram-no sobretudo como vítimas. Outro traço comum aos países europeus é o facto de todos eles terem conhecido transformações, mais ou menos profundas, nas suas áreas rurais, associadas ao crescimento urbano, ao desenvolvimento industrial e turístico. Devido a estas alterações, a referência ao ambiente assume cada vez mais um sentido global, relativamente afastado deste nível local e a agricultura “*encontra-se directamente envolvida, já não como vítima, mas como culpada e como factor perturbador. Desde logo, é todo o espaço rural que é posto em causa e a partir do ‘interior’ (...) através da actividade que com ele se confunde*” (Jollivet, 1994: 127). Não é apenas a agricultura que é colocada em causa, mas através dela, todo o espaço rural¹²⁰. Jollivet (1997b) refere que existem igualmente semelhanças entre os diversos países europeus, no que diz respeito ao tipo de problemas imputados à actividade agrícola. Mas estas preocupações idênticas não dão origem a desenvolvimentos similares em termos de investigação científica¹²¹.

Muito do que é referido por Jollivet é sustentado pelos trabalhos de Mormont, muito particularmente no que diz respeito ao facto de as questões ambientais serem, originalmente, questões colocadas nos espaços urbanos e/ou industriais. Assim, “*as questões do ambiente emergem no coração das sociedades urbanas e nas regiões mais industrializadas. Na sua*

¹¹⁹ Como é, por exemplo visível em Portugal, pelo que ficou dito no capítulo III. Mas, uma vez mais, esta circunstância é particularmente nítida na Grã-Bretanha. A noção de *countryside* como amenidade (e.g. Newby, 1985; Buller, 1997), decorre de factores que lhe foram mais ou menos paralelos: por um lado o crescimento das cidades, especialmente da cidade de Londres no século XVII e, por outro lado, o estabelecimento das cidades industriais do norte nos finais do século XVIII. Como referem Macnaghten e Urry (1998: 175) a forte centralidade das áreas rurais no imaginário colectivo britânico “*resultou dos seus contrastes com a cidade, muito especialmente com os horrores das cidades industriais inglesas. A natureza tomou um sentido que a retirou dos espaços urbano-industriais para encontrar o seu lugar nas margens da sociedade industrial, em partes do campo inglês*”. A percepção dessas cidades continua muito baseada nas representações dessas mesmas cidades como espaços patológicos, poluídos e não naturais. A literatura continua a fornecer-nos exemplos desta representação das cidades. Charles Dickens, por exemplo, na obra *Tempos Díficeis* descreve o rio Coketown como “*correndo vermelho com um cheiro a doença e a morte*”. Na sequência disto, referem ainda Macnaghten e Urry (1998) a indústria e a modernidade começaram a ser representadas como intrinsecamente anti-britânicas até ao século XX e o campo crescentemente representado como central, como a *Green and Pleasant Land* para usar a expressão de Newby (1985). Newby (1985: 14) procurando ir além desta imagem rural, refere que “*o campo inglês real, no seu sentido idílico está localizado apenas na mente dos que o procuram, tal como em alguns calendários e caixas de chocolates*”.

¹²⁰ Sobre as transformações da imagem da agricultura, de guardiã do ambiente a poluidora desse mesmo ambiente, assim como cobre as consequências para os agricultores e para as áreas rurais destas transformações ver, entre outros, os trabalhos de Pinet (1984); Rainelli e Mahé (1987); Goergen (1991); Gilg (1991); Griffon (1991); Lowe (1992); Yearley (1992); Mormont (1994b) e Dunlap e Beus (1992a; 1992b e 1994). Todos estes trabalhos discutem a passagem de uma agricultura tradicional para uma agricultura industrial e intensiva e as suas consequências em termos ambientais.

dinâmica original elas não são, assim, questões rurais, colocadas pelas populações rurais a propósito do seu quadro de vida ou do seu modo de desenvolvimento. Mas, cada vez mais elas dizem respeito aos espaços rurais e orientam as políticas públicas que condicionam o desenvolvimento rural. Este paradoxo é uma chave fundamental para a leitura da relação entre ambiente e desenvolvimento rural, dos conflitos e também das oportunidades que tal relação origina” (Mormont, 1994c: 135). Apesar da descoberta social e institucional de que as áreas rurais são, também elas, responsáveis pelos problemas ambientais da modernidade, elas subsistem e/ou adquirem valor como áreas naturais nas sociedades contemporâneas. Como vimos a escassez ou o esgotamento da natureza é uma questão central na insegurança dominante nas sociedades modernas. Neste contexto, o rural ganha um estatuto de natural, porque é um espaço em que a natureza ainda subsiste e é representada como natural. Como diz Luginbuhl (1991) esta identificação começa primeiro nas elites esclarecidas e artísticas para depois passar à sociedade urbana no seu conjunto. Ao mesmo tempo, *“esta apropriação significa uma transformação profunda das representações sociais do espaço rural, aos olhos dos cidadãos, que perde pouco a pouco a sua função utilitária e produtiva”* (idem: 28). Continua o autor, referindo-se a França, mas na linha do que Newby (1985); Buller (1997), Macnaghten e Urry (1998) e Cudworth (2003) referem para a Grã-Bretanha, que as primeiras representações do rural como natureza e como paisagem são literárias e pictóricas. A partir daqui a natureza começa a ser motivo de interesse para as burguesias europeias que a apropriam e socializam¹²². Luginbuhl (1991: 30) vai mais longe ao afirmar que *“o conjunto do processo de socialização da natureza poderá assim ser considerado como a vitória da sociedade urbana, impulsionada pelas classes burguesas, sobre a sociedade agrícola e rural”*. Na mesma linha, Picon (1992: 44) refere que *“o crescimento económico, o aumento do nível de vida, o surgimento da sociedade de consumo, leva os membros das sociedades industrializadas a conceber os espaços rurais como espaços naturais, especialmente aqueles que escaparam à agricultura mecanizada e à urbanização, como objectos de consumo, como fuga ao seu quadro de vida quotidiano. Esta procura diz respeito a uma elite social e política primeiro e depois estende-se às classes médias urbanas”*. O crescimento destas representações do rural combina-se bem com a contestação da ordem capitalista e industrial, iniciada pela juventude de Maio de 1968. Este movimento, segundo Picon, contribuiu para se investir na natureza e dá origem a um movimento que, nos países da Europa central, não

¹²¹ Assim, enquanto que em países como a França, a Grã-Bretanha, a Holanda ou a Alemanha existe bastante investigação sobre os problemas ambientais nas áreas rurais, em países como a Bélgica, a Espanha, Portugal e a Grécia, essa investigação é muito reduzida ou mesmo inexistente.

¹²² Também Flinn e Buttel (1977: 545) referem que nos EUA *“historicamente a noção de uma vida rural – pensada como superior à agricultura e às abóboras – foi mais dominante entre as classes médias-altas. Este grupo social definiu o ‘country-living’ como a mais alta expressão de uma sociedade culta. Viver no campo sem se ser de lá, permitia que o charme da natureza fosse mais gratificante e iluminador (...). O cavalheiro poderia de vez em quando pegar na enxada para se divertir, mas não para fazer disso uma profissão. A nostalgia por um passado agrário não tinha nenhum papel no pensamento romântico que inevitavelmente rejeitava a mitologia que exalta o homem que vive da terra”*.

cessou de se afirmar até aos nossos dias. A procura do autêntico, do genuíno, que este movimento preconiza, materializa-se nas décadas seguintes em movimentos que Picon (1992) apelida de *retorno à natureza*, a *imigração da utopia* ou que Leger e Hervieu (1985) chamam o *retorno ao deserto*, o *retorno à terra e à tradição*, ou ainda que Harper (1993) classifica como *a procura do idílio*, ou seja, o retorno ao rural como espaço natural e como espaço onde os modos de vida e as relações sociais se pensam mais autênticas. A sociedade urbana de hoje exige que um tal quadro rural seja mantido e protegido (e.g. Duby, 1991) porque é considerado essencial. A “*continuada ênfase nas virtudes primitivas da vida rural pode ser vista como parte de uma procura desesperada de autenticidade num mundo moderno. Reflecte não apenas a nossa insatisfação com a vida das cidades, mas igualmente a nossa incapacidade de desenvolver uma cultura urbana que nos capacite para viver nela. Em vez disso, perpetua-se a ideia de que a vida urbana é superficial e um substituto verdadeiro para a ‘real thing’ – o rural*” (Newby, 1985: 14). O campo torna-se crescentemente o meio caminho “*entre o carácter selvagem da natureza intocada e os ambientes construídos e artificiais das cidades. As atitudes ocidentais para com o campo têm sido formadas por uma perspectiva conhecida como ‘pastoral’. Neste ‘mito’ a vida rural e agrícola é encarada como mais completa, mais compensadora espiritualmente e mais ‘natural’ do que a vida urbana. Esta visão é consequência dos processos sociais e económicos de urbanização. Durante os últimos quatro séculos, o campo das sociedades europeias e americanas foi constituído como um ideal por contraste com a cidade e o seu ar poluído*” (Cudworth, 2003: 119). Também segundo Mathieu e Jollivet (1989) há actualmente uma crescente identificação social, urbana, do ambiente com a natureza que existe no campo. Esta equação que os autores classificam como sendo uma equação cidadina actual, tem as suas razões numa (in)formação e numa experiência social comuns, como mencionámos antes. As transformações da relação cidade/campo e as transformações sociais no que se refere ao ambiente criaram as condições para a *naturalização* do espaço rural. Esta função simbólica das áreas rurais como natureza (como lugar de repouso, de regeneração, de contemplação, entre outros aspectos) desenvolve-se num cenário de uma longa evolução, através da qual a sociedade rural “*se esvazia das suas oposições sociais mais fortes e se despolitiza*” (Chamboredon, 1985: 140) e ainda se esvazia da sua função produtiva. Ou seja, reforçando a ideia que defendemos anteriormente, o espaço rural como natureza *pura*¹²³, como cenário de distração dos urbanos é o termo de um longo processo de transformação da exploração agrícola e

¹²³ Temos vindo a falar de natureza rural no sentido em que ela é, actualmente representada, i.e., uma natureza que se pensa pura, por oposição à existente nas cidades. A este propósito O’Hear (1998) chama-nos a atenção para o facto de actualmente o natural invocar uma aura poderosa e quasi-religiosa. Este autor refere que a natureza é um mito que é necessário desconstruir, já que como o mundo natural está em contínua transformação, é relativamente arbitrário fixar um momento como o estado *puro, normal ou natural*. Subjacente ao tema da *pureza da natureza* encontra-se a definição de *artificial*, i.e., de tudo o que é acrescentado ou modificado pela acção humana. É no equívoco de que o rural representa uma natureza não artificializada ou muito pouco transformada, que repousa a identificação social do ambiente como natureza e como campo.

produtiva do território. Nesta perspectiva a formulação urbana de que a natureza é o campo e ambos representam o ambiente, não é exacta. Isto porque o ambiente não é apenas – e não o é prioritariamente – os campos, os prados, os bosques, as ribeiras, etc., mas é igualmente as grandes florestas tropicais, o mar ou ainda a atmosfera (e.g. Mathieu e Jollivet, 1989). No que se refere à natureza rural propriamente dita, ela é, como sugerimos antes, muito menos natural do que aparenta. Isto significa que, objectivamente, a questão da natureza e a questão do ambiente não se resumem ao meio rural como as representações dominantes pretendem em alguns casos e que as áreas rurais são igualmente áreas em que a intervenção humana se fez sentir, tanto na produção das paisagens como hoje as conhecemos (e.g. Luginbuhl, 1990), como na sua degradação através essencialmente da actividade agrícola e da sua modernização. As áreas rurais mais remotas, nomeadamente as áreas de montanha, com acessibilidades e condições de fertilidade e de trabalho agrícola escassas, também não permaneceram inalteradas, mas são aquilo a que já chamámos, neste trabalho, áreas marginais aos processos de desenvolvimento dominantes e, por isso mesmo, são aquelas que são *“prevalentes em termos dos padrões estéticos urbanos como as mais pitorescas”* (Newby, 1985: 211).

Basicamente, a ideia do rural associado ao ambiente e à natureza confunde-se com uma nova noção de rural, ainda não inteiramente consolidada. Isto é verdade em termos sociais e é especialmente verdade em termos políticos e institucionais, como teremos ocasião de ver com maior profundidade no capítulo VI. Na verdade, quase que se pode adivinhar a passagem de um rural assimilado durante décadas pelo agrícola, confundido mesmo com ele, a um rural assimilado pelo (e identificado com o) ambiente, sem que a ideia de um espaço rural integrando mas ultrapassando a actividade agrícola tenha tido tempo para se consolidar. As questões ambientais dizem assim cada vez mais respeito ao mundo rural, não apenas porque existem problemas ambientais especificamente rurais (os associados às actividades agrícola e pecuária, por exemplo), mas principalmente porque *“as preocupações ambientais contemporâneas, atribuem às sociedades e ambientes rurais um lugar central”* (Buttel, 1992: 24). Na sequência desta centralidade ambiental das áreas rurais, estas são crescentemente frequentadas por um número cada vez mais elevado de utilizadores, portadores de novas exigências (e.g. Cadoret, 1989; Larrère, 1990; Mormont, 1984, 1993b, 1994b; 1994c, 1994d e 1997; Macnaghten e Urry, 1998 e Reis e Lima, 1998). Esta visão das áreas rurais parece traduzir-se pela redefinição da ruralidade, entendida aqui essencialmente como um princípio de organização social e um sistema de valores (Mormont, 1987), que *“a par com a visibilidade social das questões ambientais se reforça na componente do que podemos designar por reserva de qualificação ambiental”* (Reis e Lima, 1998: 345). Como se disse antes são sobretudo grupos urbanos ou urbanizados *“os principais portadores desta redefinição de ruralidade, a qual não se esgota na dimensão ambiental, antes transporta também dimensões*

de defesa do património e da cultura rurais” (idem, ibidem). O aumento da frequência dos espaços rurais por populações urbanas ou não locais, inscreve-se nos movimentos sociais a que aludimos anteriormente e resulta na concepção e apropriação das áreas rurais como um bem de consumo que é crescentemente procurado e apropriado. Essas procuras e esses consumos podem produzir efeitos importantes nos contextos sociais onde se manifestam, como veremos no ponto seguinte.

4.2.A diversidade de procuras e consumos sociais do rural como reserva de qualidade ambiental

O aumento da frequência dos espaços rurais por populações urbanas ou não locais inscreve-se nos movimentos e transformações sociais a que aludimos anteriormente, resultando na concepção e apropriação das áreas rurais como um bem de consumo e também como *património* (e.g. Peixoto, 2002). Como referem Goodwin e Cloke (1993: 27) “as viagens psicológicas ou idílicas a uma paisagem rural que oferece beleza natural, saúde, uma vida gratificante (...) e a uma comunidade rural que oferece um lugar amigável, próximo e seguro, têm sido cada vez mais estabelecidas como reais e vendidas como bens, a serem explorados pelas novas políticas de mercado”. Esta situação tem efeitos sociais importantes, já que “*implica que o campo seja cada vez mais consumido como ‘espectáculo’. Imagens e símbolos poderosos tornam-se rapidamente bens comercializáveis*” (Macnaghten e Urry, 1998: 191). Um dos mais importantes efeitos desta situação está associado ao *divórcio* entre estas qualidades comercializáveis e os seus contextos históricos e sociais e a consequente perda geral de autenticidade dos locais e das formas de organização social e económica tradicionais. As áreas rurais onde se verifica esta situação tornam-se, assim, espectáculos, cenários, geridos por estratégias de mercado e constituídas como atracções onde também as qualidades ambientais se constituem em bens consumíveis. O consumo do ambiente e da natureza é realizado particularmente através da sua transformação em *paisagem*¹²⁴, não como enquadramento das actividades produtivas, mas antes para ser embelezado tendo como objectivo a sua apropriação estética (e.g. Chamboredon, 1980; 1985; Newby, 1985; Lizet, 1991; Luginbuhl, 1991; Sautter, 1991; Dewailly, 1998; Macnaghten e Urry, 1998). Apesar da negação do carácter produtivo das paisagens rurais assume-se que é necessário manter os Homens sobre uma parte do território desenvolvendo práticas ancestrais. O transformar do rural em *paisagem* surge como um meio de combater a desertificação e o desaparecimento das espécies animais e vegetais e, sobretudo, o desaparecimento de um

¹²⁴ Lizet (1991) fornece-nos uma perspectiva sobre a transformação da paisagem rural ao longo dos séculos, nas representações sociais. Esta passa da “*parte de uma região que a natureza apresenta ao observador*” (no século XVI) para “*quadro representando a natureza em que as figuras dos Homens, dos animais ou das construções são apenas acessórios*” (século XVII) para uma paisagem que engloba a vivência quotidiana num território trabalhado material e simbolicamente pelo Homem.

certo tipo de organização social e de práticas agrícolas. Bontron e Brochot (1989: 236) a este respeito, consideram que *“as paisagens rurais mais típicas pela forma que lhes deram as sociedades locais devem ser salvaguardadas devido à sua representatividade e ao seu lugar no património cultural nacional (...). Elas são frequentemente o resultado de práticas agrícolas particulares, adaptadas aos constrangimentos e à riqueza dos meios naturais”*. A partir destas concepções podemos dizer com Lizet (1991) que jamais o ponto de vista do habitante rural esteve tão longe das decisões sobre o destino dos seus espaços de vida. Estas concepções, como já referimos, tendem a *folclorizar* e a *museificar* as culturas e os ambientes locais, segundo um mecanismo que não parece estar muito distante – embora seja implementado hoje sob formas mais filtradas – do da constituição de reservas de índios nos EUA. O mesmo tipo de preocupação está presente em ambos os casos: o de celebrar, perpetuando, uma identidade nacional ou aquilo a que muito apropriadamente Lizet (1991) designa como *‘uma identidade por procuração’*. De forma paradoxal, são estes os redutos da autenticidade e da identidade que actualmente são procurados e consumidos pelos não rurais (e.g. Dewailly, 1998). Trata-se, em grande medida, de uma ruralidade recriada, na qual nem todas as imagens de autenticidade e de identidade são genuínas ou correctas. No entanto, *“a imagem do rural é uma imagem muito positiva em quase toda a parte no mundo desenvolvido. A ruralidade pode ser um mito nos termos em que muitas pessoas a concebem - uma imagem de nostalgia, herança, natureza e cultura, enfatizando a associação romântica do Homem com a natureza, trabalhando em harmonia, capturada em calendários ou postais de Natal através do mundo desenvolvido – mas é um mito poderoso que criou uma procura e em muitos casos, a compra de parte da paisagem rural”* (Butler, Hall e Jenkins, 1998: 14). É este mito assente em imagens de uma vida simples, pura e *‘no campo’* que os *mass media* têm contribuído para difundir à sua audiência, sobretudo urbana¹²⁵. Butler e Hall (1998: 116) dizem que não só os urbanos procuram crescentemente as áreas rurais, como estas chegam até ao urbano na forma de *“lojas especializadas em mobiliário ‘de quinta’ e de bens alimentares, através dos quais os urbanos podem trazer o campo para casa, de um modo simbólico e funcional”*¹²⁶. Mas, para estes autores a forma mais significativa de perpetuar a ruralidade tem sido através das actividades de recreio e lazer, particularmente as associadas

¹²⁵ Sendo a publicidade uma das formas da *comunicação de massas*, parece-nos interessante referir aqui o que Chamboredon (1980) salienta a propósito do Salão da Agricultura em Paris, realizado em 1979. O autor refere que a própria publicidade fornece contrastes gritantes: a que é destinada aos urbanos (principalmente a produtos alimentares, como vinhos e queijos) cultiva largamente o rural e agricultura tradicional como poéticos, com uma multiplicidade de referências à pequena comunidade aldeã e ao campo *natural*, pré-capitalista. A publicidade destinada aos agricultores (basicamente a adubos, pesticidas, herbicidas e maquinaria) apresenta os campos sem poesia, paisagens de campos abertos, com claras conotações produtivistas, insistindo na eficácia da produção e na abundância de colheitas.

¹²⁶ É interessante citar aqui novamente o trabalho de Chamboredon (1980) sobre os usos urbanos das áreas rurais. Ao analisar os consumidores urbanos do campo, sobretudo os que envolvem a prática de uma agricultura de jardim, o autor refere que entre os ornamentos preferidos destes utilizadores se encontra toda uma parafernália de objectos conotados com a vida ao ar livre e com a situação camponesa, tais como rodas de charrete, pedras de moinhos, bancos de ferro, etc. Para Chamboredon seria muito interessante analisar estes *‘patacos’ paisagísticos* (nascidos da combinação e da

ao turismo. Efectivamente, o turismo, as visitas e as actividades de recreio e o lazer¹²⁷ nas áreas rurais têm contribuído de modo decisivo para a formação dos lugares. Embora as áreas rurais funcionem desde há muito, nos países mais desenvolvidos, como pólos de atracção para os visitantes e os turistas só “*nos últimos anos estas áreas explicitamente têm procurado desenvolver-se, imaginar-se e promover-se a si mesmas, no sentido de se tornarem mais atractivas*” (Butler e Hall, 1998: 117). O turismo e o recreio surgem como as principais respostas às alterações observadas na agricultura no contexto das transformações da sociedade e da economia global. Esta situação é de tal forma intensa que leva os autores mencionados a perguntar: “*quantos mais vestígios de herança, museus e aldeias de pioneiros, casas históricas, venda de produtos típicos à beira da estrada, autêntica cozinha campestre, festivais, lojas de produtos rurais e chás de Devonshire conseguimos suportar?*” (idem, ibidem). Na linha do que sugerimos antes, algumas destas noções e materializações da ruralidade podem ter efeitos sociais importantes nas áreas rurais. Norkunas (1993: 2) chama a atenção para este facto, salientando que “*o turista procura ver a vida como ela é realmente, estar em contacto com os ‘nativos’, entrar no espaço íntimo do outro para ter uma experiência da vida real, uma experiência do autêntico. Mas o turismo acaba por promover a preservação de recriações ficcionais da etnicidade transformando-se esta em bens que se vendem e se compram. A vida da aldeia torna-se algo para ver no repertório recreacional do turista, mais do que um complexo real de actividade social*”. Isto contraria de forma clara aquilo que Mormont (1980) escreve a propósito do turismo rural na Bélgica, numa época em que o turismo era considerado, mais que actualmente, sobretudo pelos académicos, a panaceia para a resolução dos problemas das áreas rurais. Dizia Mormont (1980: 283) que “*o turismo em meio rural tem a particularidade de uma parte do produto turístico ser a própria ruralidade: a sua cultura, o seu modo de vida, as suas paisagens, todos os bens que sem serem produzidos para o turismo, são consumidos pelos turistas*”. Balabanian (1999) contraria também esta ideia, não apenas pelo carácter ficcional da ruralidade de muitas áreas rurais na actualidade, mas igualmente porque o turismo rural e ambiental, em França, tem dado origem a muitos efeitos perversos, com os quais não se contava à partida, como a sobre-oferta e os efeitos negativos na economia.

As áreas rurais, agora procuradas, frequentadas e consumidas por aqueles a que Cadoret (1989) chama os ‘*utentes secundários*’¹²⁸, são o paradigma pós-moderno e pós-industrial da

acumulação de símbolos) e situá-los na perspectiva da fixação de uma arte e de um estilo de jardim. Esta codificação permitir-nos-ia observar a hierarquia de práticas e de estilos.

¹²⁷ Estes termos não são sinónimos, já que por turismo se entende frequentemente o processo de frequentação de determinadas áreas que envolve a permanência por alguns dias (e.g. Joaquim, 1994). Por recreio e lazer podemos entender o conjunto de actividades que são desenvolvidas num dado lugar, quer no âmbito do turismo, quer no âmbito da visita. Os visitantes distinguem-se dos turistas porque a sua permanência nos lugares frequentados é transitória, não demorando mais que umas horas.

¹²⁸ Esta designação cobre todos os utilizadores não residentes nas áreas rurais que são alvo de procura e consumo, sendo que, como refere Cadoret (1989), todos somos utentes secundários de um dado espaço num ou noutro momento.

intersecção das sociedades contemporâneas com as áreas rurais e com o seu ambiente. Pela sua simples presença e pelo seu modo de agir (mas igualmente e mais importante, pelas expectativas, exigências e interesses que transportam consigo) estes utentes secundários das áreas rurais conferem aos territórios que frequentam um sentido que não está, na maior parte dos casos, de acordo com as representações e as práticas das '*peças do lugar*' (Larrère, 1990). Assim, este aumento de frequência das áreas rurais pelos não rurais, por razões essencialmente associadas à sua (real ou idealizada) maior qualidade ambiental e à sua percepção como espaços de memória, coloca algumas questões que se encontram associadas, em primeiro lugar à identificação das diversas procuras e consumos do rural e, em segundo lugar, aos conflitos (latentes ou evidentes) de representações e práticas face ao território e ao ambiente. Assim, podemos sistematizar essas questões do seguinte modo:

- as representações e as práticas dos utentes secundários supõe, frequentemente, o esquecimento do carácter produtivo do espaço que procuram e que consomem o que os leva a assemelhar, como vimos, o campo à natureza entendida na sua forma mais *pura* ou *natural*, i.e., sem a intervenção do Homem;
- estas práticas e representações fazem emergir múltiplos conflitos, porque, como refere Larrère (1990) não existe procura, mas procuras; rural mas rurais; consumo mas consumos; natureza mas naturezas, ambiente mas ambientes. Esta é uma constatação das diversidades da procura, do consumo, da apropriação dos espaços rurais e do seu ambiente, mas igualmente a constatação da variedade destes últimos;
- as diferentes formas de consumir o ambiente e o rural são hierarquizadas e hierarquizantes, o que potencia igualmente a existência de conflitos, relacionados com direitos de uso, entre outros.

As representações e as práticas de frequência das áreas rurais não derivam apenas de uma percepção estética, mas também se encontram fortemente associadas às condições sociais. Temos vindo a enfatizar a procura e o consumo das áreas rurais essencialmente associados à estética e à herança cultural. Tendo em conta a diversidade de procuras e de consumos, é importante referir igualmente os consumidores urbanos que fazem ao campo o seu *passeio de domingo*. Trata-se de uma frequência diversa da que temos vindo a referir. Apercebemo-nos desta diversidade de usos por exemplo no caso das florestas periurbanas, onde os passeantes podem encontrar, segundo os casos e segundo as classes sociais, tanto a visão romântica do selvagem, como a agradável clareira, substituto dominical do jardim, que é apenas apropriado por algumas horas, como ainda o cenário ideal para um piquenique em família (e.g. Chamboredon, 1980).

Paralelamente a estas transformações no estatuto, por assim dizer, do espaço rural e das condições de acesso a esse espaço, das práticas de frequência e de apropriação ou do que podemos chamar o seu consumo, assistimos a novas formas de regulação nas áreas

rurais. A descoberta e a organização dos usos de lazer no quadro rural e natural pode ser assim entendida como a emergência de uma regulação de comportamentos (e.g. Chamboredon, 1985) que tende a produzir oposições sociais e institucionais importantes¹²⁹. Assim, naturalizar o espaço rural é, paradoxalmente, culturalizá-lo ou socializá-lo, já que as suas funções são diversas e as representações e práticas face a ele são igualmente variáveis. Estes usos e representações diversos fazem emergir diferentes culturas da natureza e do ambiente a que já aludimos antes. De um modo grosseiro, identificamos na base desses conflitos latentes ou manifestos, duas grandes categorias de actores sociais – por um lado, os habitantes das áreas rurais, por outro lado os utilizadores exteriores a essas mesmas áreas, sobretudo de origem urbana. Isto acontece essencialmente porque nas sociedades rurais tradicionais os usos da natureza são múltiplos e coordenados localmente através das relações que os seus habitantes mantêm entre si, pelas relações de uso e de propriedade. Neste contexto tradicional a percepção de natureza é, geralmente, partilhada por todos, ou como refere Mormont (1994c: 138) “*é um código cultural comum que assegura a coerência e a solidariedade dos usos*”. As pressões modernas (ou pós-modernas) sobre estas áreas rurais diversificam não apenas os usos da natureza, mas também os códigos culturais e as representações sobre ela. A perspectiva urbana é uma perspectiva “*anti-utilitarista que tende a sacralizar partes da natureza sem ter em conta a sua utilidade económica*” (Mormont, 1994c: 138), como vimos anteriormente. Esta perspectiva é estranha aos habitantes rurais e às relações que eles mantêm com o seu território, que constitui antes de mais um recurso, do qual depende a sua vida e, em certos casos, a sua sobrevivência. (e.g. Taylor *et. al.*, 1972; Newby, 1985; Thiebaut, 1989; Micoud, 1989; Larrère, 1990; Mougnot, Mormont e Dasnoy, 1991a e 1991b; Mormont, 1994c; Figueiredo, 1996, 1999d, 2000a, 2001a). Se os urbanos têm da natureza e do ambiente rural uma visão a que podemos chamar, essencialmente estética, os rurais têm desses mesmos aspectos uma visão a que, por oposição, chamaremos *utilitária* (e.g. Figueiredo, 1996). Em trabalhos realizados anteriormente (Figueiredo, 1996, 1999d, 2000b, 2001a e 2002), dissemos que do confronto destas duas visões ou culturas do ambiente podem surgir conflitos mais ou menos importantes e mais ou menos evidentes. Há de facto, uma diversidade de relações com a natureza e com o ambiente rural que são frequentemente relações de concorrência ou de competição. Alguns estudos tentaram examinar as diferenças entre os habitantes rurais e os habitantes urbanos no que se refere à natureza e ao ambiente¹³⁰. Estes estudos têm demonstrado, em geral, que os urbanos manifestam maiores níveis de preocupação ambiental do que os rurais o que é parcialmente

¹²⁹ Chamboredon (1985) dá o exemplo das regulações impostas na sequência da criação de Parques e Reservas Naturais e ainda o exemplo das regulações associadas à caça.

¹³⁰ Entre outros, destacamos Dunlap e Tremblay (1978); Pinhey e Lowe (1982); Luginbuhl (1989); Luginbuhl e Mortain (1989); Kusel e Fortmann (1990); Williams e McCroirie (1990); Etchelecou (1991); Williams e Moore (1991); Foster e McBeth (1994); Figueiredo (1999c; 2001a, 2002). A maior parte destes autores argumenta que a variável de residência rural ou urbana na análise das atitudes e comportamentos ambientalistas merece mais atenção.

explicado pela sua maior exposição à degradação ambiental (e.g. Dunlap e Tremblay, 1978). Para os habitantes rurais, o ambiente e a natureza assumem quase sempre um papel secundário, devido essencialmente ao facto de serem aquilo a que Sautter (1991) chama *vulgares*, i.e., quotidianamente experimentados, utilizados e vividos. Outros estudos (e.g. Newby, 1985; Butler e Hall, 1998), salientam que a diversidade no seio destas categorias é uma variável que não deve ser negligenciada. Uma das distinções realizada com mais frequência está relacionada com as representações de rurais agricultores e de rurais não agricultores. Os primeiros são apontados como menos preocupados do que os segundos com a qualidade do ambiente, o que pode ser explicado por uma maior dependência económica dos agricultores relativamente aos elementos naturais. Como diz Newby (1985: 213) “*na medida em que a apreciação estética não colide com a necessidade de lucro, o conflito permanecerá latente. Mas os agricultores também são os construtores da paisagem e podem preservar determinadas espécies mesmo que isso diminua o seu lucro*”. Assume-se que os agricultores possuem uma visão baseada no pressuposto de que a natureza é essencialmente para ser utilizada e não apenas apreciada (e.g. Dunlap e Tremblay, 1978). Luginbuhl (1989a), por exemplo, advoga que os agricultores possuem ainda uma visão da natureza como produto do seu trabalho. Daí que tenham aquilo a que o autor chama o *horror ao mato* na medida em que este representa a anti-cultura. Em certa medida, os agricultores e os habitantes rurais rejeitam a existência de uma natureza natural, que é mais frequente entre os urbanos (mesmo que objectivamente o natural não exista) e representam a natureza sobretudo como produto da cultura e do trabalho agrícola. Concomitantemente, os habitantes rurais não são sensíveis nem ao mito da natureza, nem ao mito do idílio rural, já que para eles se trata de um espaço quotidiano e não de um “*património do futuro*” (e.g. Theys, 1990)¹³¹. Por outro lado, outros autores salientam a variedade de representações urbanas sobre o ambiente rural, argumentando que as atitudes desta categoria face ao rural podem variar de acordo com a sua maior ou menor ligação ao campo, i.e., de acordo com uma aculturação urbana mais ou menos antiga e mais ou menos completa (e.g. Chamboredon, 1980). Mougnot, Mormont e Dasnoy (1991b) referem ainda que nas áreas rurais o ambiente é identificado quase sempre por relação à cidade, geralmente por oposição, sendo esta um lugar mais poluído e degradado. Estes autores acrescentam que a maior parte dos habitantes rurais manifesta uma preocupação com os problemas ambientais que é essencialmente doméstica, centrada no seu espaço próximo, privilegiando a limpeza das ruas e os sistemas de tratamento dos resíduos urbanos. Neste sentido, “*a apreensão do ambiente pelos rurais*

¹³¹ Como refere Walker (2002:131) referindo-se à Grã-Bretanha “*o idílio rural é um dos conceitos mais valorizados na imaginação colectiva. Mas tal como o conceito de ‘ruralidade’ os académicos têm representado o idílio rural como uma construção amplamente urbana cuja definição, tal como a da própria ruralidade, é tão quixotesca como inapreensível*”. Com base numa investigação que realizou no condado de Somerset, Walker sugere que o *idílio rural* é igualmente um fenómeno rural, impulsinado e amplamente difundido e reforçado pelo clero nas comunidades rurais. Mas tal como o próprio autor refere uma tal conclusão necessita de maior evidência empírica.

parece-nos, nas suas ambiguidades, marcada pela representação que eles fazem do campo, da sua própria situação de rurais, mas também pelo facto de o ambiente ser integrado nas lógicas específicas da vida colectiva rural” (Mougenot, Mormont e Dasnoy, 1991b: 133).

Tendo em conta tudo o que temos vindo a dizer acerca da valorização, procura e consumo social das áreas rurais como reservas de memória e tradições e, essencialmente, como reservas de qualidade ambiental, parece esboçar-se uma nova dicotomia rural/urbano. Esta já não corresponde à antiga oposição que entendia o rural como o lado menos favorecido da escala, mas antes a uma renovada valorização desse espaço, que é um processo exterior e que o perspectiva como o lado positivo daquela dicotomia. Esta dicotomia, que classificamos como emergente, deriva, então, principal mas não exclusivamente, das funções ambientais que hoje são atribuídas às áreas rurais.

5. Funções ambientais das áreas rurais – uma nova dicotomia rural/urbano?

Do que se disse anteriormente, face às diferentes formas de procura e consumo das áreas rurais e do seu ambiente e face às diferentes representações e práticas do/no rural, estamos aparentemente perante o surgimento de uma nova dicotomia rural/urbano, que é essencialmente uma oposição de necessidades, interesses, valores, representações e práticas de rurais e de urbanos.

O emergir da imagem social do rural como reserva ambiental e/ou como reserva cultural (de que temos vindo a dar conta) parece efectivamente poder constituir-se por uma nova oposição entre o mundo rural e o mundo urbano, essencialmente (mas não exclusivamente) ao nível das percepções, sendo que o rural e a ruralidade são agora valorizados crescentemente por uma sociedade na qual se anuncia o fim da natureza e na qual, conseqüentemente, esta e o ambiente (com o qual é, como vimos, frequentemente identificada) adquirem um novo simbolismo. Crescentemente a natureza rural é identificada com a natureza *natural e pura* por um número cada vez maior de actores sociais, frequentemente com residência exterior a essas áreas rurais. Para além de, como dissemos anteriormente, a natureza rural não ser toda a natureza ela diz cada vez menos apenas respeito às populações rurais. Existe um outro olhar sobre a natureza, o ambiente e a vida rural que se tem, inclusivamente, revelado mais importante que o das populações rurais: o olhar dos urbanos e o olhar do Estado (e.g. Figueiredo, 1996, 2001a e 2002). Este duplo olhar exterior é, como salientam Mathieu e Jollivet (1989) aquele que verdadeiramente tem instituído o rural como natureza, como amenidade, como ambiente a preservar e a proteger. Há, portanto, um crescente interesse social e institucional em manter e salvaguardar o ambiente rural. O rural surge, um pouco por todo o mundo ocidental (e particularmente o rural a que chamámos *profundo e marginalizado*) como o lugar privilegiado para a preservação do

ambiente. A degradação dos meios urbanos e industrializados ou a degradação do ambiente a nível global, tende a conferir às áreas rurais remotas e periféricas (onde como referem Dominguez e Aranz (1997) se conserva ainda uma qualidade ambiental notável, por referência aos países e regiões centrais) valores novos (e.g. Mougnot, Mormont e Dasnoy, 1991a e 1991b), ou seja, “o facto de a paisagem rural ser cada vez mais apreciada por largas faixas de cidadãos e consumidores, a importância acrescida dos recursos, como a água para citar apenas um exemplo, activam novas cadeias de interdependência com a sociedade englobante. Numa palavra, a sociedade urbana moderna redescobre, pelo carácter limitado dos recursos, as funções ecológicas que o espaço rural assegura” (Mormont, 1994c: 137).

Na base daquilo a que chamamos a nova dicotomia rural/urbano estão então as funções ambientais das áreas rurais para a sociedade globalmente considerada e, mais importante, as representações de rurais e não rurais sobre essas mesmas funções e sobre os recursos que lhes dão conteúdo. Assim, como dissemos, para os rurais, o ambiente e os recursos naturais fazem parte do seu quotidiano, das suas formas de organização social e das suas condições de vida, sendo por isso mesmo, encaradas mais como recursos para a subsistência do que como *objecto de apreciação estética*. São representados socialmente como o resultado directo do elo entre o Homem e a natureza e este é, para os rurais (sobretudo para aqueles cujas actividades económicas se encontram extremamente dependentes dos elementos naturais – como os agricultores), um dado adquirido nas suas atitudes e práticas quotidianas. Trata-se de um ambiente e de uma natureza rurais que são, por definição, *vividos, utilizados* na vida diária e que por isso se consideram vulgares no sentido que Sautter (1991) dá ao termo, ou seja no sentido em que fazem parte intrínseca dos modos de vida. Existe assim uma diferença não negligenciável relativamente às formas de representação urbanas do mesmo ambiente rural. Face aos habitantes rurais e à sua noção utilitária do rural surge uma visão urbana desse mesmo espaço que é “*dirigida para as suas funções de protecção da natureza, de espaço de recreio e de lazer*” (Dominguez e Aranz, 1997: 72). Vimos que para os urbanos, o ambiente e a natureza rurais representam essencialmente *objectos estéticos*. Se a formulação para os rurais seria, como nos disseram Dunlap e Tremblay (1978) *a natureza serve para ser utilizada*, para os urbanos essa formulação seria então: *a natureza serve para ser apreciada*. O ambiente rural é visto, por esta categoria de actores sociais, principalmente como uma paisagem a conservar e a perpetuar. Encaram as áreas rurais como heranças “*que é necessário não delapidar*” (Figueiredo, 1996: 315). Como referimos anteriormente, estes utentes secundários das áreas rurais procuram aí “*o tradicional e o autêntico, i.e., desejam um certo tipo de paisagem e de natureza rural. Ora os aspectos como a perpetuação das tradições, o ‘folclore’ e a autenticidade são, muitas vezes, encarados pelos rurais como incompatíveis com o desenvolvimento*” (idem: 316). Este olhar exterior coloca sobre o rural uma carga simbólica que nem sempre é reconhecida como legítima pelos

habitantes rurais. O Estado (quase por definição urbano) encara o ambiente rural como um lugar que é crescentemente palco de conflitos que é necessário gerir tendo em atenção os diversos interesses e forças de cada um dos actores e agentes sociais em presença. O Estado acaba frequentemente por ter uma actuação face ao rural que parece corresponder mais à natureza *desejada* pelos urbanos, i.e., o Estado ao possuir uma predilecção especial pelos instrumentos jurídicos na resolução de conflitos e na gestão de determinado território e ambiente (e.g. Mathieu e Jollivet, 1989), acaba por definir uma natureza e um ambiente institucionais, normativos e regulamentados. Embora se possa afirmar que esta natureza e este ambiente sejam necessariamente diversos dos *vividos* pelos rurais e dos *desejados* pelos urbanos, é relativamente pacífico afirmar também que se trata de uma visão bastante mais próxima da visão urbana. Macnaghten e Urry (1998), a propósito do caso britânico, salientam que os documentos governamentais produzidos a propósito das áreas rurais *“favorecem formas particulares de olhar o campo e rejeitam outras. As favorecidas estão muito relacionadas como o ‘olhar romântico’. Relacionado com este olhar está a imagem do campo como não degradado, majestoso e muito inspirador”* (idem: 187). Como se disse, aparentemente, estes olhares exteriores sobre o rural têm tido mais importância do que a visão dos seus habitantes. Os rurais, particularmente os agricultores, ou são *escondidos* ou são simplesmente referidos como os *‘fabricantes da terra’* (e.g. Macnaghten e Urry, 1998). Estes autores consideram que esta visão estatal sobre as áreas rurais ajuda a construir aquilo que pode ser identificado como uma relação alienada entre os seres humanos e o ambiente natural e assim, as pessoas não são apenas *“excluídas do campo, mas são também disciplinadas (através da formulação de medidas reguladoras) e é-lhes negada qualquer ‘voz’ no processo”* (idem: 188). Outra forma de o Estado olhar as áreas rurais é através da criação de mecanismos de gestão dos diferentes interesses (e.g. agrícola, florestal, de desenvolvimento económico, de recreio e lazer) que nelas se manifestam actualmente, devido ao seu crescente carácter plurifuncional. Mas, uma vez mais, esta gestão coloca dilemas culturais, uma vez que os diversos usos e actividades implicam com frequência concepções muito diversas do que é o rural e de como deve ser utilizado. Nesse dilema cultural, o Estado tende a favorecer a perspectiva urbana e, mesmo, a formá-la, pondo em evidência legitimidades que, como salientámos antes, são estranhas às legitimidades dos habitantes rurais, na medida em que são enformadas por representações muito diversas (e.g. Fabiani, 1989). Estas visões sobre o rural são, como se disse anteriormente tendo como base o trabalho de Larrère (1990), hierárquicas e hierarquizantes na medida em que supõe relações de poder diversas. O rural torna-se, assim, crescentemente, o palco de conflitos e de relações políticas, que se devem justamente à ausência de consenso acerca das alternativas de preservação do ambiente e, também das alternativas de desenvolvimento. Como refere Fabiani (1989) os conflitos de usos e de legitimidades que caracterizam actualmente a

apropriação dos espaços rurais e naturais demonstram que a gestão do ambiente rural não é uma questão pacífica. Todas estas evoluções se produzem ao mesmo tempo que a maior parte das áreas rurais acedem, em graus diversos, ao desenvolvimento social e económico. *“É um mundo rural sempre a perseguir o desenvolvimento, sempre ávido de compensar os seus ‘handicaps’ económicos, a limitar o êxodo rural através do crescimento, que hoje é confrontado com as exigências de protecção do ambiente, da natureza, dos recursos indispensáveis à vida urbana”* (Mormont, 1994c: 139). Isto significa que a crescente valorização, procura e consumo sociais e institucionais das áreas rurais, sobretudo pela sua função ambiental, ocorre no mesmo momento em que essas áreas procuram aceder ao desenvolvimento socioeconómico¹³² de que permaneceram, em muitos casos, afastadas durante décadas. Este desfazamento histórico entre as questões do ambiente e as dinâmicas socioeconómicas dos meios rurais é uma questão essencial na emergência de uma nova dicotomia rural/urbano já que pressupõe, a par com a diversidade de representações e valorizações do ambiente rural, uma diversidade (senão mesmo uma oposição) de visões acerca dos aspectos que devem formar o desenvolvimento para rurais e para urbanos (e, evidentemente, para o Estado) (e.g. Figueiredo, 2001a e 2002). Para as populações rurais, particularmente para as das áreas *marginalizadas*, o desenvolvimento económico e social tende a materializar-se através das grandes obras, da construção de estradas e outras infra-estruturas, da industrialização e da criação de empregos não agrícolas¹³³. Para os urbanos, e para o Estado, o desenvolvimento (como salientámos no capítulo II e nos pontos anteriores do presente capítulo) envolve de forma crescente aspectos relacionados com a harmonização das actividades económicas com a protecção do ambiente. Isto significa também que *“os rurais compreendem, assim, dificilmente estas reivindicações da natureza e do ambiente que, do exterior e com códigos culturais estranhos, lhes vêm colocar novas exigências”* (Mormont, 1994c: 139). Para além de pressuporem *culturas da natureza* e do *ambiente* diversas, estas visões descoincidentes pressupõem também a existência daquilo a que, por semelhança, chamaremos *culturas de desenvolvimento* diversificadas e que parecem estar associadas aos níveis de desenvolvimento experimentados no quotidiano e traduzidos, entre outros aspectos, pelo acesso a bens e serviços (e.g. Figueiredo, 2001a). Como refere Ojeda-Rivera (1989: 275) a protecção do ambiente pode ser considerada como o contrário do desenvolvimento pelas populações rurais, que encaram aquele processo como *“um acto estético, ou um luxo útil apenas a alguns grupos sociais”*.

¹³² Uma vez mais isto é particularmente verdadeiro para as áreas rurais que não foram integradas nos sistemas de desenvolvimento modernos, como é o caso da maior parte das regiões rurais da Europa do sul, ou da Europa periférica (e.g. CCE, 1987; Jollivet, 1994, 1997a e 1997b; Dominguez e Aranz, 1997).

¹³³ Ver a propósito da questão da materialização do desenvolvimento e dos aspectos que o devem informar, o trabalho de Figueiredo e Martins (2001) a propósito da instituição e participação da população no Parque Arqueológico do Vale do Côa, um espaço protegido também ele, pelo Estado, atendendo sobretudo a razões científicas e urbanas. Os residentes locais consideraram-se, na sua maior parte excluídos do processo e sem *‘voz lá dentro’*.

Na prática, como consequência, as áreas rurais encontram-se actualmente confrontadas com uma diversidade de procuras e de consumos que repousam nessas *culturas* diversas, ou seja, em legitimidades (tal como as definimos antes) e justificações próprias de cada uma (e.g. Etchelecou, 1991). As funções do espaço rural tornaram-se muito diversificadas e consequentemente está muito mais em jogo na nova dicotomia rural/urbano do que estava no passado. A dicotomia rural/urbano que emerge pela revalorização urbana e institucional do rural não é meramente espacial como no passado, ela é também social, cultural, económica e política. Dizer isto significa dizer igualmente que não se trata da tradicional e linear oposição entre dois espaços, sendo um deles essencialmente imóvel e pouco diverso social, cultural, económica e politicamente (como vimos no ponto 2 deste capítulo) – o rural – e o outro encerrando toda a diversidade que é apanágio das sociedades modernas – o urbano. Trata-se agora de uma dicotomia em que ambos os espaços são reconhecidamente dotados de grande diversidade, ainda que no caso do rural ele continue a ser representado pela cultura dominante como estático e pouco complexo. Este facto pode contribuir para que o espaço rural conheça uma nova subalternização face ao urbano, dado que a visão que sobre ele prevalece é exterior e pouco informada sobre as necessidades, interesses, representações e práticas dos habitantes rurais.

6. Conclusão

Com este quarto capítulo procurámos contribuir para a compreensão das transformações que estiveram na origem da passagem do entendimento das áreas rurais como produtoras de alimentos e como reservas de mão-de-obra, para o seu crescente entendimento como áreas multifuncionais. Na plurifuncionalidade actualmente reconhecida às áreas rurais é de destacar a sua função ambiental. Esta decorre, em grande medida da identificação social e institucional do rural como natural - provocada pelas importantes transformações sociais globais que debatemos no capítulo II - e redundando em procuras e consumos que transportam consigo outros olhares sobre o rural e são susceptíveis de provocar conflitos sociais importantes. Procurámos compreender os aspectos subjacentes à construção social desta identificação entre o ambiente, a natureza e o campo, assim como as várias formas que a mesma pode assumir através das procuras e consumos diversificados. Finalmente procurámos ver até que ponto as funções ambientais das áreas rurais, enformadas por uma tal diversidade, tendem a fazer emergir uma nova dicotomia rural urbano que já não é apenas espacial e linear, mas que encerra muita complexidade e que é agora baseada em representações diversas dessas funções, assim como promove novas relações de interdependência entre os dois espaços.

Para dar resposta a estes objectivos, começámos por debater a questão do que é o rural, no seio de um debate social, político e sociológico sobre o seu *desaparecimento*. Este

desaparecimento do rural foi abordado em três perspectivas principais: primeiro como objecto de estudo de várias ciências sociais; depois como espaço físico, social, económico e cultural e finalmente – a perspectiva que partilhamos – como um desaparecimento que anuncia e conduz ao seu renascimento através de uma valorização social crescente. Concluímos, no entanto, que a questão da dificuldade de delimitação do que é o espaço rural subsiste, ou mesmo se agrava, mercê das profundas alterações que este espaço conheceu principalmente na segunda metade do século XX. Na tentativa de definir e delimitar o rural, apresentámos diversas tipologias que ao mesmo tempo permitem a constatação da enorme multiplicidade de áreas rurais. Entre as tipologias apresentadas, merece particular destaque as que opõe as áreas rurais da Europa central às da Europa periférica (e.g. Mormont, 1994c), dado que ao mesmo tempo que é possível identificar um percurso histórico relativamente comum, constatamos a diversidade de situações que tal percurso originou em contextos geográficos e sociais específicos (e.g. Jollivet, 1994, 1997a e 1997b). As tipologias que apresentámos possibilitam ainda que as principais diferenças entre as áreas rurais, sejam vistas a partir de duas grandes ordens de processos: uma primeira que engloba aqueles processos que dão conta das modalidades de articulação e integração daquelas áreas no sistema socioeconómico dominante; e uma segunda que engloba os processos que dão historicamente conta das características sociais e ecológicas específicas a cada área.

Associada à dificuldade de definir o rural encontra-se a dificuldade de definir a ruralidade. Basicamente, definimos este último conceito como a idealização ou a simbolização das áreas rurais como áreas cujas características tradicionais evocam actualmente imagens de harmonia e de consenso, tanto em termos da organização social, como em termos da relação entre o Homem e a natureza, i.e., em termos ambientais. Uma conclusão importante que as tipologias de rural e de ruralidade também possibilitam, relaciona-se com o facto de todas elas remeterem para uma concepção daquelas duas noções que as opõe ao urbano. Esta oposição é espacial e social e é ainda nítida na maior parte dos países da Europa (e.g. Jollivet, 1994, 1997b).

Neste capítulo, debatemos as principais transformações das áreas rurais, procurando dar conta dos paradigmas teóricos que pretenderam, em dados momentos, explicar aquelas alterações. Observámos que os mais portentosos são os que se referem à tradicional dicotomia rural/urbano e os que pretendem substituir essa dicotomia por uma visão de *continuum* entre as duas dimensões. Actualmente, as transformações que observámos nas áreas rurais foram tantas e tão profundas que aqueles paradigmas são claramente insuficientes como explicações dessas alterações e do conteúdo de cada uma das dimensões que formavam a dicotomia e constituíam os limites do *continuum*. No entanto, podemos encontrar ramificações de um e de outro paradigma nas representações actualmente dominantes sobre as áreas rurais e as suas funções sociais.

As principais transformações que as áreas rurais conheceram relacionam-se com a actividade que, durante muitos séculos, foi o seu sinónimo – a agricultura e, paralelamente com o desmembramento das sociedades camponesas e do *modo de viver camponês* (e.g. Mendras, 1978). Estas transformações foram progressivas e aceleraram-se no período após a II Guerra Mundial, altura em que as políticas agrícolas modernas (ocidentais e não apenas europeias) se instituem como uma espécie de contrato entre a sociedade global e o mundo agrário. A base desse contrato foi a necessidade de assegurar a reconstrução económica dos países ocidentais e também assegurar a suficiência alimentar através da modernização agrícola e do aumento da produtividade deste sector de actividade económica. Estas transformações redundaram numa mudança de atitude face à terra que deixou de ser considerada *um meio e um modo de vida* (como o era no contexto das sociedades camponesas) para passar a ser entendida como mais um factor de produção. A tradicional autarcia camponesa conhece, através desta quebra de laços com a terra e através da *industrialização* da agricultura, alterações profundas que anunciam o *fim dos camponeses* e o *fim da aldeia*. O aumento da produtividade, imposto à agricultura das regiões mais desenvolvidas, teve os seus primeiros efeitos perversos na década de sessenta com a constatação de elevados excedentes alimentares. Isto implicou uma maior regulação da actividade visível, por exemplo, na criação da Comunidade Económica Europeia, em 1957. Na sequência destes aspectos, a produção agrícola conhece uma diminuição e introduzem-se novas alterações na organização social e do trabalho nas áreas rurais. As transformações na agricultura, ao nível dos modos e meios de produção, tiveram como consequência a deslocalização desta actividade. Ao longo das décadas de setenta e oitenta acentua-se o desemprego agrícola e industrial (que afecta sobretudo os agricultores pluriactivos) e a agricultura conhece uma crise sem precedentes que obriga à revisão e reforma das principais políticas e medidas para o sector (de que a PAC é um bom exemplo). O colapso da agricultura deve-se, segundo Mormont (1994b), ao posterior sucesso das políticas e não ao seu fracasso. Todas estas circunstâncias têm impactes tanto nas áreas rurais integradas no modo de produção capitalista, dominante no pós-guerra, como naquelas que foram por ele marginalizadas. A crise do mundo rural é uma crise multiforme, encerrando diversos aspectos, já que diversas são também as áreas rurais. A crise é, assim, simultaneamente social, económica, humana, política e ambiental (e.g. Sainteny, 1992). Como diz Jollivet (1994), o espaço rural, dominado durante tanto tempo pela agricultura, enfrenta agora um futuro incerto.

De tudo o que foi referido a propósito das transformações das áreas rurais, concluímos que elas originaram a *crise rural* mas, ao mesmo tempo, vieram colocar em evidência o carácter multifuncional daquelas áreas. Neste contexto, a maior parte dos países ocidentais parecem caminhar no sentido de um conjunto de evoluções de que destacamos: a

dissociação do rural do agrícola; a dissociação do agrícola do rural; os problemas ambientais causados nas áreas rurais centrais pela modernização da agricultura; a progressiva constituição do rural como espaço disponível para outras actividades e funções e ainda o facto de este espaço se constituir também como o lugar por excelência, para a aplicação da *doutrina ambientalista planetária*. É, então, um rural pós-moderno e multifuncional que emerge das transformações sociais globais (que observámos no capítulo II) e das alterações verificadas especificamente nas áreas rurais. As transformações sociais a nível global, originaram um entendimento do espaço rural e da ruralidade que os institui como reservas morais, culturais e ambientais no contexto de um mundo cada vez mais globalizado e homogéneo e no qual a natureza é crescentemente percebida como um bem escasso. As novas funções económicas e sociais que as áreas rurais parecem, assim, ser capazes de desempenhar em benefício da sociedade entendida globalmente fazem com que as questões associadas a essas áreas cada vez mais as transcendam.

Concluimos neste capítulo que o reencontro do rural com o ambiente não é casual, já que a valorização social de ambos se inscreve num processo que pode ser definido como um *sentimento de perda* (em termos naturais, ambientais e culturais) generalizado nas sociedades actuais (Redclift e Woodgate, 1994) e como uma *crise de espaço* (e.g. Mormont, 1997) que implicou uma ruptura cada vez maior dos laços entre, por um lado, o espaço e as condições ecológicas da reprodução social e, por outro lado, as dinâmicas sociais dos usos dos recursos naturais. Este renascimento do rural é simultaneamente simbólico e material, sendo que este espaço se vê profundamente redefinido nas sociedades contemporâneas. Passa de espaço produtivo a espaço simbólico e de espaço do passado a espaço alternativo e representativo dos valores da pós-modernidade (e.g. Mormont, 1984). Se em países como a Grã-Bretanha, em grande medida por força da sua industrialização antiga, este movimento de redefinição do rural e da ruralidade é duradouro e evidente, esta identificação social do ambiente com as áreas rurais é hoje uma característica também dominante nas sociedades desenvolvidas, sendo essencialmente patrocinada pelos residentes urbanos. Como vimos, as questões associadas ao ambiente emergiram primeiro nas áreas urbanas, industrializadas e desenvolvidas e, também por isso, a equação que Mathieu e Jollivet (1989) apresentam de que o ambiente é a natureza e a natureza é o campo, embora não correcta, é uma formulação citadina que domina as representações sobre o rural nas sociedades actuais e que vai dominando igualmente as suas apropriações materiais.

Esta associação do rural à natureza e ao ambiente confunde-se com uma noção daquele espaço que ainda não teve tempo de se consolidar. Como vimos, estes processos de identificação ou associação deixam entrever a passagem de um mundo rural dominado pelo agrícola, para um mundo rural assimilado pelo ambiente. Isto acontece também numa época

em que ainda não é possível avaliar completamente as consequências de um rural sem agricultura.

Vimos neste capítulo que as questões do ambiente dizem cada vez mais respeito às áreas rurais, quer pela nova centralidade que aquelas lhe atribuem, quer, e em associação, pela crescente frequência, procura e consumo de que são alvo por um número cada vez maior de utilizadores que transportam consigo novas exigências e interesses. Estas novas procuras e consumos das áreas rurais têm efeitos sociais que, como vimos, não devem ser negligenciados. O principal desses efeitos é a dissociação entre as qualidades rurais que podem (em face da procura) ser comercializadas e consumidas e os seus contextos históricos e sociais. Tal dissociação tem tido como consequência a perda de autenticidade dos locais e das formas de organização social e económica tradicionais. Este colocar do rural como *espectáculo* (e.g. Macnaghten e Urry, 1998), como paisagem e cenário, tende a criar uma identidade ficcionada, baseada não na ruralidade, mas na sua recriação para consumo dos urbanos. Neste contexto, abordámos brevemente a questão do turismo rural e a sua capacidade de *'criação dos lugares'* (e.g. Butler e Hall, 1998). As virtualidades atribuídas ao turismo como forma de combater a crise do mundo rural começam actualmente a ser postas em causa, não apenas pelo que acabámos de referir, mas também por todos os efeitos perversos que podem induzir nas áreas rurais.

A procura, a frequência e o consumo das áreas rurais (porque enformadas por expectativas, representações e práticas diversas) podem também ser fonte de conflitos importantes, relacionados tanto com o modo como aquelas áreas são consumidas, como com a sua própria organização socioeconómica. Os conflitos, mais ou menos evidentes, emergem igualmente porque os processos de procura e de consumo são hierarquizados e hierarquizantes, supondo a existência de relações de poder e o exercício desse mesmo poder. As diferentes representações e práticas face ao rural e face ao seu ambiente são, assim susceptíveis de provocar uma nova dicotomia rural-urbano. Esta surge sobretudo na sequência da exterioridade dos processos de valorização do rural, essencialmente protagonizados, como vimos, pelos urbanos e pelo Estado. Este duplo olhar exterior (como o designámos antes) sobre o espaço rural – que, como vimos, é o que verdadeiramente o institui como amenidade, como natureza, como ambiente a preservar e a proteger – é estranho aos habitantes rurais, para quem o ambiente é antes de mais, um recurso. É também um ambiente *vivido* e quotidianamente utilizado, assumindo um estatuto de *vulgaridade*. A excepcionalidade atribuída ao espaço rural e às suas qualidades ambientais pelos urbanos e pelo Estado, faz relevar diferentes legitimidades e desigualdades sociais importantes, já que as legitimidades exteriores tendem a sobrepor-se às dos próprios rurais, na determinação dos usos do espaço e dos recursos naturais. Na base destas diferentes legitimidades encontramos, como vimos, não apenas, representações diversas de ambiente,

de rural e de natureza, mas também o desfasamento histórico (e de certo modo crónico) entre as questões ambientais e as questões do desenvolvimento, nas áreas rurais. A protecção do ambiente é, assim, frequentemente considerada secundária pelas populações rurais em face da possibilidade do crescimento económico. A protecção ambiental é igualmente encarada como contrária ao desenvolvimento e considerada um *luxo dos e para os outros*. Esta dicotomia chama a atenção para a necessidade de encontrar formas de gestão do ambiente e do espaço rural que contemplem não apenas os interesses dos utilizadores externos, mas igualmente o dos seus habitantes. Este assunto será bastante aprofundado e debatido nos capítulos VI e X, quando abordaremos respectivamente, as questões associadas ao lugar do ambiente nas políticas, medidas e programas de desenvolvimento para as áreas rurais e as questões associadas à sua gestão.

Concluimos que esta nova dicotomia rural-urbano não é meramente espacial e muito menos é linear, como o era no passado. Trata-se de uma dicotomia na qual ambas as dimensões são dotadas de grande diversidade e complexidade, dado que são constituídas por aspectos sociais, culturais, políticos e económicos e assentam mais em representações simbólicas do que em condições objectivas. É ainda uma dicotomia que, apesar de possuir um conteúdo diferente da tradicional, pode conduzir a uma nova subalternização do rural face aos sistemas de desenvolvimento dominantes na actualidade.

No capítulo seguinte abordaremos estas questões para o contexto português, salientando as transformações sociais e económicas globais e o lugar das áreas rurais nessas transformações. Abordaremos ainda a questão das áreas rurais portuguesas em termos das alterações que ao longo dos anos conheceram e na perspectiva da sua identificação social enquanto reservas da qualidade ambiental. Como veremos, embora de forma mais tardia que nos restantes países da Europa (e sobretudo do que nas nações mais desenvolvidas do mundo ocidental), as questões que apontámos como tendências das sociedades rurais actuais, se manifestam igualmente em Portugal.

Capítulo V – Áreas Rurais em Portugal – Análise das Principais Transformações

1. Introdução

Este capítulo procura discutir as questões analisadas na secção anterior, particularizando-as para o contexto português. Para responder a este objectivo o capítulo inicia-se com o enquadramento das transformações das áreas rurais portuguesas nas transformações globais sofridas pelo país a partir dos anos sessenta. Estas transformações são sintetizadas na apresentação (com recurso a dados estatísticos e outros de natureza documental) das principais tendências de transformação da sociedade e economia portuguesas no período considerado. Observamos alguma unanimidade na literatura quanto à direcção dessas tendências, sendo de destacar como traços específicos ao contexto português, a longa permanência de um regime político ditatorial que exaltava o fechamento da sociedade e os valores ruralistas, a consequente tardia implantação da democracia e a sua recentíssima consolidação. Como traços económicos dominantes nestes últimos quarenta anos, salientaremos o tardio processo de industrialização, a forte emigração e os processos de migração para as áreas litorais, o acentuado êxodo rural e a perda de importância da actividade agrícola, não só economicamente, mas também socialmente. Os desequilíbrios territoriais provocados essencialmente pela emigração e migração dos habitantes rurais não têm parado de aumentar nas últimas décadas. Se em termos sociais, como vimos no capítulo III, Portugal conheceu significativas alterações em termos de valores, sobretudo nas últimas duas décadas, em termos económicos e políticos o país permanece ainda uma sociedade periférica, por referência às regiões mais desenvolvidas do norte e centro da Europa. A democracia, a adesão à UE e a estabilidade política, social e económica que o país alcançou nos últimos vinte anos, proporcionaram condições de proximidade com as sociedades mais desenvolvidas sobretudo, como mencionámos, em termos de valores e em termos de hábitos e práticas sociais. Trata-se, como debatemos no capítulo III, de uma sociedade que se caracteriza por uma grande heterogeneidade e na qual é nítida uma coexistência duradoura de características da pré-modernidade, da modernidade e da pós-modernidade (e.g. Santos, 1990a) que contribui para a definição da especificidade do país no seio das sociedades desenvolvidas.

Tendo por base esta análise global caracterizamos seguidamente os processos de transformação das áreas rurais portuguesas, também nos últimos quarenta anos, enfatizando a sua posição, maioritariamente residual, em termos económicos e debatendo a sua posição central em termos ideológicos e sociais, ambas consequência da *desruralização* progressiva do país. A posição ideológica e social central das áreas rurais é um aspecto que teve

particular importância nos quarenta e oito anos de regime fascista em Portugal (1926 - 1974), mas as ramificações ideológicas dessa perspectiva são ainda preponderantes, quer no domínio social, quer no domínio político, condicionando de certa forma as medidas e as intervenções para e nas áreas rurais. É justamente através da análise da (re)descoberta institucional (e social) das áreas rurais em Portugal que procuramos, seguidamente, observar o lugar que estas áreas ocupam actualmente no nosso país, sobretudo tendo em atenção o reconhecimento da sua multifuncionalidade e, mais especificamente, da sua função ambiental. Neste sentido, reforçamos também a entrada tardia destas questões na agenda social e política por referência às restantes sociedades ocidentais onde, como vimos no capítulo IV, estes aspectos são há mais tempo salientes. A questão institucional da entrada das questões ambientais nas políticas, programas e medidas actualmente formuladas e implementadas para as áreas rurais constituirá o debate central do VI capítulo.

2. Transformações globais da sociedade e economia Portuguesas nas últimas quatro décadas

Procurando analisar, ainda que de modo necessariamente breve, as transformações globais da sociedade portuguesa nos últimos quarenta anos, podemos começar por referir com Barreto (1996: 35) que *“apesar da perene sensação de imobilismo e tal como qualquer outra sociedade, Portugal não esteve parado até 1960. Mas talvez não tenha nas décadas anteriores mudado muito depressa. Pelo menos o ritmo de evolução era mais lento do que o dos seus vizinhos europeus”*. A década de sessenta serve, assim, como ponto de partida para esta breve análise já que foi justamente a partir desta década, que o ritmo das transformações sociais e económicas se acelerou. É igualmente a partir dos anos sessenta que se começam a desenhar na sociedade portuguesa as profundas transformações sociais que, anteriormente, já haviam sido experimentadas pela maioria dos países mais desenvolvidos da Europa. Foi também a partir desta década que a industrialização e a terciarização do país se intensificaram diminuindo, simultaneamente o número e o peso da população rural e agrícola. Por estas razões, segundo Barreto (2000: 74) *“as mudanças sociais verificadas em Portugal ao longo das últimas quatro décadas foram profundas e rápidas, mais rápidas que na maioria dos países europeus (...). O sentido geral destas mudanças foi o da aproximação aos países europeus”*. Apesar desta tendência geral de aproximação aos países da Europa (particularmente aos mais centrais) a sociedade portuguesa, como salientámos no capítulo III, mantém ainda traços de uma sociedade semi-periférica, sobretudo, como demos conta, em termos institucionais e políticos, mas também em termos daquilo a que podemos chamar a pobreza relativa de Portugal. Ou como refere Ferreira de Almeida (1994: 60-61) *“Portugal ‘um país de pobreza velha’, de tradicionais dificuldades económicas, atingindo amplos sectores da população e em particular os sectores*

ligados à agricultura familiar e de subsistência. Tem também manchas de pobreza urbana e suburbana, provavelmente a mais trágica das suas manifestações agudas. Revela (...) alguns alastramentos da chamada nova pobreza, em zonas com forte incidência de indústrias em crise ou em processo de reconversão. As assimetrias sociais configuram, assim, no seu pólo negativo, situações de risco ou de efectividade de pobreza e de exclusão social”.

Portugal conheceu logo após a II Guerra Mundial, mas em particular a partir dos anos sessenta, uma evolução polifacetada que foi transformando a sociedade. *“Sintomas e efeitos dessas transformações que ocorrem (...) com temporalidades diversas, encontramos-los nas dimensões políticas – em que o surgimento da democracia constitui o elemento mais evidente – mas que se prolonga a todo um conjunto de regras de jogo e protagonistas novos”* (Ferreira de Almeida, Costa e Machado, 1994: 307). Como vimos antes, encontramos igualmente sintomas e efeitos das mudanças em termos de representações sociais e de valores, i.e., nas alterações dos sistemas simbólico-culturais da população portuguesa.

Começando por dar conta das transformações demográficas, ocorridas nos últimos quarenta anos, constatamos que a população em Portugal não conheceu um aumento significativo (apenas cerca de 11%) havendo, no entanto, a assinalar algumas variações importantes. Uma dessas variações foi visível durante a década de sessenta em que se assiste a um decréscimo populacional provocado essencialmente pela emigração (e.g. Carrilho *et al*, 1993; Barreto, 1996; Ferrão, 1996; Machado e Costa, 1998; Barreto, 2000 e Rosa, 2000). Outra variação demográfica importante, ocorreu entre 1974 e 1976, período em que Portugal conheceu um aumento da população residente, que ficou a dever-se ao regresso dos residentes nas ex-colónias¹³⁴. Este retorno criou diversos problemas sociais e económicos que, segundo Ferreira de Almeida, Costa e Machado (1994) e Barreto (1996) se resolveram rapidamente¹³⁵. Por outro lado, em termos geográficos o impacte deste regresso foi desigual. Como nos dizem Ferreira de Almeida, Machado e Costa (1994) as regiões do litoral, particularmente a região de Lisboa e Vale do Tejo, absorveram a maior parte desta população. De 1977 até à actualidade a população portuguesa parece ter conhecido uma estagnação, ultrapassando actualmente os dez milhões de habitantes e demonstrando uma dinâmica de crescimento demográfico muito semelhante à dos países da UE (e.g. Ferrão, 1996; Rosa, 2000). Neste quadro demográfico relativamente imóvel, há que ter em conta que existem pequenas variações, sobretudo regionais, ao longo destes quarenta anos. Outros aspectos demográficos devem também ser tidos em conta para o período considerado:

¹³⁴ Em poucos meses, a população portuguesa conheceu, com este retorno, um aumento de cerca de 7% (Barreto, 1996).

¹³⁵ Ferreira de Almeida, Costa e Machado (1994) referem que a integração dos regressados das ex-colónias foi globalmente rápida e bem sucedida. Estes autores sugerem que este facto se deve essencialmente à circunstância de a emigração desses indivíduos ser recente e, conseqüentemente, os laços e redes familiares em Portugal, estarem ainda activos. Por outro lado, os autores referem que o facto de a população regressada ser maioritariamente mais jovem, com maior percentagem de activos e com maiores níveis de escolaridade, terá igualmente contribuído para a sua rápida integração.

- Por um lado, o decréscimo da taxa de natalidade (de 24/1000 em 1960 para 11/1000 na actualidade). Esta é, nos anos noventa, uma das mais baixas da Europa. Acompanhando esta realidade, a taxa de fecundidade actual em Portugal, situa-se abaixo dos 1,5 filhos por mulher [i.e. abaixo do que se considera ser o mínimo indispensável à substituição das gerações (e.g. Rosa, 2000)], quando nos anos 60 ultrapassava os 2,1.
- Por outro lado, o saldo fisiológico de quase 100% na década de sessenta que passou para valores muito próximos do zero nos anos noventa;
- Finalmente, a taxa de mortalidade global que se manteve relativamente estável, embora a taxa de mortalidade infantil tenha conhecido um importante decréscimo. Também a esperança de vida à nascença, conheceu um aumento importante, fruto da melhoria generalizada das condições de vida e dos sistemas de saúde, situação que contribuiu, em parte, para o acentuado envelhecimento da população portuguesa que se observa nos dias de hoje.

Como referem Machado e Costa (1998) a resultante desta evolução demográfica é a completa desfiguração do que nos habituámos a designar por pirâmide etária. Como dizem estes autores, em 1960 esta era de facto ainda uma pirâmide. Quarenta anos depois a pirâmide desfez-se, sendo agora uma figura arredondada, com a base mais estreita do que as faixas intermédias e visivelmente revelando um processo de duplo envelhecimento, no topo e na base (e.g. Ferreira de Almeida, Costa e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998; Rosa, 2000). Apesar de ser um *“fenómeno de expressão global, o envelhecimento da população portuguesa apresenta variações regionais significativas. Duas linhas de contraste podem ser identificadas quando se observam as estruturas etárias em diferentes partes do território nacional. Por um lado, a que distingue o interior do litoral, por outro lado, a que diferencia o Norte do Sul”* (Machado e Costa, 1998: 22). Convém não negligenciar estas variações demográficas regionais, já que elas chamam a atenção para outras transformações, sobretudo espaciais e socioeconómicas importantes. Observamos que as populações do Norte e Centro do país, bem como do Alentejo são mais envelhecidas que as da faixa litoral. Trata-se essencialmente de um fenómeno associado às migrações internas observadas no país a partir de finais da década de cinquenta e que não cessaram até à actualidade, ainda que tenham diminuído em intensidade. O contraste demográfico verificado entre o Norte, mais jovem, e o Sul, mais envelhecido, é quase uma tradição na demografia portuguesa. Alguns demógrafos falam em *dualismo* para designar o que consideram ser *“dois regimes bem distintos de evolução demográfica: o do Sul, sempre mais perto dos padrões dos países europeus mais avançados e o do Norte, marcando a especificidade da transição demográfica portuguesa no contexto europeu”* (Machado e Costa, 1998: 23). Importa salientar também o facto de nos anos oitenta e noventa termos assistido a *“uma uniformização*

tendencial dos parâmetros demográficos em todo o território nacional, segundo as tendências verificadas nos países de modernidade avançada: não só Portugal como um todo se vai normalizando, como desse processo de normalização fará parte o esbatimento da diversidade regional existente” (Ferrão, 1996: 169). Este esbatimento não é de todo ainda visível, essencialmente no que se refere às assimetrias demográficas entre um interior envelhecido e deserto e um litoral mais jovem e populoso. Ainda que, como referem Machado e Costa (1998: 23) *“o esbatimento das tradicionais disparidades entre o Norte e o Sul, o litoral e o interior, o rural e o urbano”* tenha um importante significado sociológico, cremos que esse esbatimento não se materializou ainda completamente em Portugal. Como refere Ferrão (1996) um indício importante do esbatimento mencionado é a modernização demográfica do campesinato e das áreas rurais, ou seja, o recuo dos padrões tradicionais de nupcialidade e de fecundidade e da própria forma de organização familiar deles decorrente e que aí prevaleceram até há cerca de três ou quatro décadas atrás. Em síntese, no se refere à demografia, observa-se que Portugal experimentou desde a década de sessenta, transformações profundas, que correspondem e acompanham as modificações ocorridas na sociedade portuguesa em termos económicos, culturais e políticos. Estas *“conduziram a uma franca redução da distância que, à partida, separava a demografia portuguesa da maioria dos outros países da UE”* (Rosa, 2000: 450). Em termos demográficos estamos assim próximos da modernidade avançada como referem Ferrão (1996) e Machado e Costa (1998). Outro aspecto que nos coloca próximo da modernidade e da centralidade, por assim dizer, relaciona-se com as alterações na dimensão média das famílias. Esta decresceu bastante nos últimos quarenta anos, consequência das alterações na organização familiar e, igualmente, da diminuição das taxas de fecundidade e de natalidade. Associada à organização familiar, observa-se que a taxa de divórcios conheceu um aumento muito importante, tal como os nascimentos fora do casamento, as uniões de facto e as famílias compostas por apenas um indivíduo.

Outro traço muito marcante destes últimos quarenta anos foi a progressiva urbanização e litoralização do país com a consequente desertificação do interior. Esta tendência não deixou de se acentuar ao longo do período considerado, muito embora tenha conhecido algumas variações. A este respeito, Machado e Costa (1998) referem que o conjunto dos distritos que formam a região de Trás-os-Montes, das Beiras e do Alentejo, perdeu mais de 700 000 pessoas, enquanto que as regiões de Lisboa e do Porto registaram aumentos na ordem de, respectivamente, cerca um milhão e de meio milhão de habitantes, nestas quatro décadas. A litoralização do país foi evidentemente mais acelerada em determinados períodos e mais lenta em outros, mas actualmente cerca de 80% de portugueses estão concentrados na faixa costeira do Minho ao Algarve. Os distritos do interior concentram cerca de 15% da população, distribuindo-se os restantes 5% pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores (e.g.

Machado e Costa, 1998). A década de sessenta foi um dos períodos de aceleração das migrações das áreas rurais para as áreas litorais do país, onde a industrialização começava a ganhar alguma importância, essencialmente nas áreas de Lisboa e do Porto, mas igualmente em Setúbal e em Aveiro. Ao mesmo tempo, o interior sofria aquilo a que Machado e Costa (1998: 19) chamam “*uma dupla drenagem*”, dado que a sua população saía simultaneamente para o estrangeiro e para as cidades do litoral. A década de setenta foi, como vimos, marcada pelo aumento da população portuguesa com o regresso dos residentes das ex-colónias, que veio contribuir para a clivagem demográfica entre o litoral e o interior, contribuindo assim para acentuar o fenómeno de litoralização. Nos últimos anos, continuamos a assistir ao reforço deste fenómeno, embora os valores da transferência interior-litoral fiquem muito aquém dos observados na década de sessenta, em grande parte devido ao facto de o interior se encontrar já muito despovoado. A este processo de litoralização corresponde um crescimento sempre regular da urbanização e do fenómeno da suburbanização. Como nos dizem Machado e Costa (1998) o fenómeno de suburbanização começou por acompanhar a mancha de crescimento das cidades de maior dimensão – Lisboa e Porto - mas continuou a prolongar-se mesmo quando se observa que aquelas duas cidades não têm tido, nos anos mais recentes, um crescimento muito importante. Nesta linha, segundo Gaspar (1994) o território português pode ser caracterizado por três ordens de elementos, articulados entre si: dois grandes pólos urbanos; uma rede densa de cidades de pequenas cidades e pela urbanização difusa. O crescimento da urbanização conheceu igualmente algumas variações: assim, enquanto que nas décadas de sessenta e setenta, este crescimento se concentrou essencialmente nas cidades de Lisboa e do Porto, nas duas décadas seguintes desenvolvem-se novos pólos de atractividade, sobretudo as capitais de distrito. A este fenómeno, que prefigura uma nova lógica de organização territorial, Ferrão (1996: 186) chama “*configurações territoriais em arquipélago*”. No entanto “*o esbatimento ou mesmo a eventual superação das (tradicionais) dicotomias e o fim da deslocação em massa para o litoral urbanizado*” não foram suficientes, até agora, para “*inverter a desertificação de muitas áreas do interior do país*” (Machado e Costa, 1998: 21). Isto associa-se claramente ao que Rosas (1994) e Barreto (1996) definem como o traço mais duradouro (em termos sociais e económicos) dos últimos quarenta anos – a *desruralização* do país, nomeadamente devido aos fenómenos de emigração e migração. Assim, “*um país tradicional e predominantemente rural ou incipientemente urbanizado, desapareceu, dando lugar a uma sociedade moderna e terciária em formação*” (Barreto: 2000: 40). A consequência desta *desruralização* e *desertificação* do interior do país é, como refere Ferrão (1996: 187), o facto de “*nos espaços intersticiais a essas várias ilhas, nas zonas submersas, a densidade demográfica poder baixar a níveis suficientemente reduzidos para inviabilizar equipamentos tão básicos como uma escola ou um centro de saúde*”. Efectivamente, se atendermos às densidades populacionais das várias

regiões do país, observamos que enquanto Lisboa e Porto têm mais de 700 habitantes/Km², no distrito de Beja a densidade não ultrapassa os 16 habitantes/Km² e Bragança os 20 habitantes/Km². Isto significa que a par com a modernidade avançada, subsistem ilhas de desertificação que correspondem em muito à pré-modernidade e cuja evolução em termos socioeconómicos não se nos afigura como indo no sentido da modernidade.

O enorme êxodo rural que a década de sessenta testemunhou (e em parte o responsável pela desertificação actual que o interior conhece), foi consequência directa dos processos de migração e emigração. Embora tivessem começado já na década anterior, foi sobretudo a partir dos anos sessenta que os processos de emigração se intensificaram, assim como se assistiu a uma mudança nos destinos preferenciais que, agora, começam a ser os países europeus, em especial a França. Como refere Barreto (1996), estes fenómenos tiveram, pelo menos, duas consequências:

- por um lado, a emigração contribuiu de forma significativa para a desertificação populacional de vastas áreas do país, provocou o abandono das aldeias e das terras agrícolas, assim como a escassez de mão-de-obra na agricultura;
- por outro lado, foi responsável pela mudança das relações entre emigrantes e residentes, já que a maior proximidade dos destinos de emigração contribuiu para maiores remessas financeiras, a construção de casas e a aquisição de terras¹³⁶.

O número total de saídas legais e clandestinas durante a década de sessenta supera *“largamente os valores das décadas anteriores (...). O número total de saídas entre 1955 e 1974 (com o pico em meados dos anos sessenta) ultrapassa um milhão de indivíduos”* (Ferreira de Almeida, Costa e Machado, 1994: 310). Como refere Rosa (2000) a emigração foi decrescendo significativamente a partir de 1974, estimando-se que entre 1975 e 1980 o número anual médio de emigrantes tenha baixado para os 23000. Como nos diz Rosa (2000), várias razões podem estar na base desta alteração, nomeadamente as restrições colocadas pelos países de destino preferencial (como a França e a Alemanha); os efeitos da mudança do regime político e o fim da Guerra Colonial. Nas décadas seguintes a emigração não deixou de diminuir. Paralelamente, como referem Ferreira de Almeida, Costa e Machado (1994: 311) é *“de destacar na emigração (recente) a mudança verificada em termos dos países mais procurados. Enquanto que nos anos sessenta os países europeus constituíram o destino mais frequente, agora prevalecem os destinos não europeus: os EUA, a Venezuela, o Canadá e a Austrália”*. Ainda no âmbito das dinâmicas demográficas é de salientar que Portugal passou de país de emigrantes, a destino de imigração, nas últimas duas décadas principalmente (Ferreira de Almeida, Costa e Machado, 1994; e.g. Barreto, 1996, 2000;

¹³⁶ Se num primeiro momento, a maior parte dos emigrantes regressava à *terra* ou pelo menos adquiria terrenos e construía casa na sua aldeia de origem, progressivamente essa situação também se alterou. É actualmente mais frequente os emigrantes (regressados ou não) adquirirem habitações nas cidades mais próximas da sua terra de origem, essencialmente devido à existência de mais e melhores infra-estruturas e equipamentos.

Machado e Costa, 1998 e Rosa, 2000) e sobretudo para africanos e brasileiros. Na última década os europeus de leste começam igualmente a constituir-se como uma comunidade de imigrantes relevante, em Portugal. Estes imigrantes escolheram sempre como destino preferencial as cidades do litoral do país. A composição socio-profissional destas comunidades de imigrantes não é homogénea. Assim, há casos como os dos cabo-verdianos e dos guineenses *“em que predomina a inserção quase sempre precária no sector da construção, com condições de existência quase sempre desfavorecidas; outros como os indianos em que prevalece a actividade por conta própria; outros casos ainda em que a maioria das pessoas detém competências escolares e profissionais que lhes garantem um estatuto social mais confortável”* (Ferreira de Almeida, Costa e Machado, 1994: 313).

Uma especificidade do contexto português e que o afasta dos outros países da UE, prende-se com as qualificações escolares da população. Neste capítulo, podemos dizer que Portugal apresenta ainda traços de pré-modernidade, muito embora também neste domínio, as alterações dos últimos quarenta anos tenham sido amplas e profundas. Em 1960, a esmagadora maioria da população portuguesa não tinha passado o nível mais básico de ensino. Como referem Ferreira de Almeida, Costa e Machado (1994), nesse ano apenas 4,6% dos cidadãos portugueses tinham atingido o ensino secundário e 1% os níveis de ensino médio ou superior. No mesmo ano, a taxa de analfabetismo rondava os 30%¹³⁷. A esta elevada taxa de analfabetismo não é estranha a introdução relativamente tardia em Portugal da escolaridade obrigatória, assim como os contornos da própria instituição escolar, a que Salazar (1951: 306) chamava a *“sagrada oficina das almas”*. A própria instituição da escolaridade obrigatória (que nunca o foi verdadeiramente até depois do 25 de Abril de 1974) foi alvo de amplos debates e tinha como principal objectivo a transmissão da ideologia dominante, muito particularmente a tónica nos valores do campo (e.g. Mónica, 1978). De década para década assiste-se à duplicação das percentagens de indivíduos que foram atingindo os sucessivos graus de ensino (e.g. Barreto, 2000). No entanto, em 1991 ainda existiam em Portugal 11% de analfabetos, não se alterando muito em 2001 (segundo os dados provisórios do INE), situação que coloca Portugal ao nível em que se encontravam as regiões mais avançadas da Europa no início do século XX. Também a este nível são de salientar importantes diferenças regionais que, uma vez mais, acentuam as diferenças entre o interior e o litoral do país. Neste sentido, o analfabetismo é mais elevado nas regiões do Alentejo, de Trás-os-Montes e da Beira Interior. De salientar, igualmente, que a taxa de analfabetismo continua a ser maior nos sectores femininos da população e nos agricultores. A escolaridade obrigatória passa, a seguir ao 25 de Abril de 1974 para seis anos e mais recentemente o ensino básico obrigatório atinge os nove anos. Este alargamento do período

¹³⁷ De qualquer modo, apesar de muito elevada, esta taxa de analfabetismo situava-se já muito longe dos 70% verificados na década de trinta (e.g. Mónica, 1978).

de escolaridade obrigatória e a maior democratização do ensino tiveram efeitos muito positivos ao nível das qualificações escolares dos cidadãos portugueses. Nos últimos anos assistimos a um elevado aumento dos estudantes no Ensino Superior público e privado. Esse número quase triplicou entre 1980 e 1998 (e.g. Barreto, 2000). É também de salientar a feminização deste nível de ensino representando actualmente as mulheres mais de 55% da população universitária, sendo que em 1960 essa percentagem não ultrapassava os 30%. Machado e Costa (1998) referem a este propósito que há um quarto de século os homens eram maioritários no Ensino Superior em todos os países da UE. A inversão das posições deu-se primeiro em França, na Suécia e em Portugal e só na década de 90 ocorreu na Dinamarca, em Espanha e na Finlândia, sendo que nos restantes países da UE a maioria masculina prevalece. O aumento das qualificações escolares, assim como o alargamento da permanência no sistema de ensino, dá origem a que a idade de entrada no mercado de trabalho seja actualmente mais elevada, em Portugal e, ao mesmo tempo, a que a mão-de-obra seja mais qualificada. Apesar da evolução dos anos mais recentes ser bastante positiva, Portugal não deixa de ser o país onde o número de licenciados é ainda o mais baixo da UE.

Data igualmente dos anos sessenta, como referimos no capítulo III, um aumento da abertura de Portugal ao exterior, nomeadamente através da adesão à *European Free Trade Association* (EFTA) e do crescimento do investimento externo no país. Barreto (1996: 36) refere que *“na década anterior tinha-se assistido a um relativo desenvolvimento de sectores de base ou infra-estruturas (...) agora na década de sessenta, chega a vez da indústria transformadora”*. Também o turismo e a construção civil são sectores que conhecem grande desenvolvimento nesta década, tal como os serviços, consequência directa do aumento das outras actividades económicas. É nesta década que se inicia o planeamento económico em Portugal, através dos Planos de Fomento (PF). A década de sessenta representa igualmente a entrada de um maior número de mulheres no mercado de trabalho em todos os sectores de actividade. Nos últimos quarenta anos a taxa de actividade feminina aumentou para o triplo (e.g. Barreto, 2000). Os factores que se encontram na base desta evolução são diversificados e nem todos *“correspondem a uma dinâmica moderna de autonomia e emancipação femininas e de paridade entre os sexos no que respeita ao estatuto e aos papéis sociais. Uma boa parte desse trabalho feminino será ditado por constrangimentos económicos básicos (...) sendo certo que esse trabalho fica muito aquém daquele que prevalece nos países europeus de modernidade avançada”* (Machado e Costa, 1998: 31).

Tendo em conta as alterações em termos dos sectores de actividade económica, nas últimas quatro décadas, voltamos a reforçar a forte tendência de desruralização do país. Passámos de um contexto que, no fim dos anos cinquenta, era claramente agrícola e rural para um contexto económico em que predominam as actividades terciárias (e.g., Barreto, 1996; 2000; Lopes, 1996). A diminuição da população activa na agricultura é

simultaneamente uma causa e uma consequência deste processo de desruralização. Em 1996 apenas 12,3% da população activa estava empregue na agricultura.¹³⁸ De 45% em 1960, o sector primário perdeu mais de um milhão de activos, sendo que destes, cerca de metade abandonaram esta actividade nos últimos dez anos. No entanto, em 1998 a percentagem de activos no sector primário aumentou ligeiramente, cerca de 1% (e.g. Barreto, 2000). No final da década de sessenta registava-se, para além da perda substancial de activos no sector primário, a ascensão das actividades terciárias como primeira fonte de emprego, mas ainda um pouco afastada dos sectores secundário e primário. Só a partir da década de setenta a tendência de terciarização da economia se acentua e consolida, “ao mesmo tempo que se assiste à queda do primário para valores mais próprios de uma estrutura socioeconómica moderna” (Machado e Costa, 1998: 31). O sector secundário, após um considerável crescimento nas décadas de setenta e oitenta, parece entrar em decréscimo no início dos anos noventa. Em 1994, cerca de 55% da população activa trabalhava no sector terciário e 33% no sector secundário, situação que não se alterou substancialmente nos últimos anos, tendo em conta os dados do INE (INE, 2001).

Em Portugal, como anteriormente referimos a industrialização foi lenta e tardia, relativamente aos países da Europa central, sendo que “a economia portuguesa se caracterizava, nas décadas de cinquenta e sessenta por um profundo atraso em relação às demais economias dos países europeus” (Cepeda, 1988: 47). Este autor refere ainda que a relação entre o produto industrial e o produto agrícola nos permite confirmar a situação ‘caótica’ da economia portuguesa na década de cinquenta. Nesta década, como nas anteriores e essencialmente nas posteriores, apesar da alardeada vocação agrícola e rural do país¹³⁹, a produção na agricultura apresentava um reduzido rendimento e uma baixa produtividade. Em meados da década de 60, com o II Plano de Fomento (1959-1964) e com o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) começam a desenhar-se, em grandes linhas, as bases de um processo de industrialização mais consistente. Após várias décadas de um crescimento muito lento, a industrialização acelera-se (e.g. Barreto, 1996; Lopes, 1996). A adesão de Portugal à EFTA terá também rápidas consequências em diversos sectores da indústria, instalando-se nesse período as indústrias pesadas (como as siderurgias, as celulosas e as cimenteiras). Antes disso, apenas um pequeno número de indústrias existiam em Portugal, havendo igualmente pouca diversificação de actividades (têxteis, conservas,

¹³⁸ Segundo os dados do último Recenseamento da População e Habitação (INE, 2001), actualmente trabalham no sector agrícola menos de 5% dos activos do país.

¹³⁹ Não resistimos a transcrever aqui um excerto de um discurso de Salazar em que a exaltação da vocação agrícola é nítida “a agricultura, pela maior estabilidade, pelo seu enraizamento natural no solo e mais estreita ligação com a produção de alimentos, constitui a garantia, por excelência, da própria vida e, devido à formação que imprime nas almas, manancial inesgotável de forças de resistência social. Aqueles que não se deixam tocar pela miragem do crescimento indefinido, mas aspiram sobretudo a uma vida que embora modesta seja suficientemente sã, presa à terra, não poderiam nunca e muito menos nas precaríssimas condições da vida mundial, seguir por caminhos que a agricultura cedesse à indústria (...). Entendemos que a industrialização maciça do país, a ser exequível, não deverá ser prosseguida sem que se vá pondo a agricultura em condições de nos dar o máximo das suas potencialidades” (Salazar, 1959: 103-104).

etc.) e um forte controlo institucional e político sobre elas¹⁴⁰. Ainda ao nível do desenvolvimento industrial, a Guerra Colonial teve efeitos, quer pela procura, quer pela decisão de produzir para África e de lá criar indústrias. O país que segundo Salazar se queria “essencialmente agrícola” com “pombais nas vinhas e capelas nas colinas”, não podia continuar a existir “orgulhosamente só”. Assim, como referimos no capítulo III, os anos sessenta são também anos em que se inicia a abertura ao exterior, essencialmente por motivos económicos. As transformações indicam, como referem Mansinho e Schmidt (1994 e 1997) um real movimento para a industrialização. Com a chegada de Marcelo Caetano ao poder, esse movimento acelerou-se, mas “a liberalização tão longamente esperada não foi muito longe, porque o regime viu o seu fim sem que as reformas anunciadas fossem postas em marcha” (Mansinho e Schmidt, 1994: 91).

É nos tempos do *marcelismo* que se institui o Estado-Providência que não terá efeitos apenas em termos do aumento da segurança social¹⁴¹, mas igualmente em termos de emprego, dando também um contributo importante para a progressiva terciarização da economia portuguesa (e.g. Lopes, 1996). Embora, como referimos também no capítulo III, o Estado-Providência não tenha nunca atingido em Portugal a expressão que teve em outros países da Europa (e.g. Santos, 1990a e 1990b; Barreto, 1996; Machado e Costa, 1998 e Mozzicafredo, 1998), o crescimento das políticas sociais estatais é, segundo Barreto (1996, 2000), um dos aspectos mais significativos destas últimas quatro décadas, muito embora se observem descoincidências entre as políticas propriamente ditas e a sua real aplicação o que também se traduz por desigualdades sociais importantes.

Após o 25 de Abril de 1974, com a descolonização, a nacionalização de grandes empresas e dos principais sectores de actividade económica e as expropriações de vastas áreas agrícolas do Alentejo e com o clima de *euforia política e popular* que se vivia então, as mudanças que temos vindo a assinalar conheceram algum abrandamento (e.g. Barreto, 1996) e as principais alterações entre esta data e os meados dos anos oitenta foram essencialmente de carácter político-institucional, com as eleições livres, o pluralismo partidário e as liberdades de expressão e associação, entre outros. O período entre 1976 (ano em que se realizaram as primeiras eleições livres em Portugal) e 1986/87 é, como salientámos no capítulo III, uma época de grande instabilidade política e, em associação, também económica e social. Como referimos anteriormente, a consolidação da democracia e a correspondente estabilidade política, mas também social e económica alcança-se em Portugal a partir de meados dos anos oitenta (e.g. Reis, 1994a, 1994b e 1994c). Para essa

¹⁴⁰ O *Condicionamento Industrial*, instituído pelo Estado Novo em 1931, era um processo que fazia depender de autorização do governo a instalação de novos estabelecimentos industriais e o aumento da capacidade dos estabelecimentos já existentes. Sobre o condicionamento industrial ver o trabalho de Brandão de Brito (1989).

¹⁴¹ A *Providência Social* já existia em Portugal desde 1935, na modalidade do seguro social obrigatório, mas a sua dimensão nunca foi significativa. Como refere Medina Carreira (1996) a dimensão das políticas sociais só tem expressão em Portugal a partir do período entre 1970 e 1975.

estabilidade não podemos negligenciar a adesão de Portugal à UE e os apoios financeiros que daí decorreram e que permitiram dotar o país de infra-estruturas e de equipamentos sociais diversos, ao mesmo tempo que a economia se diversificou.

Nas duas últimas décadas, essencialmente, o país conheceu uma aceleração económica muito rápida que lhe permitiu em muitos sentidos (como vimos) aproximar-se dos países desenvolvidos da Europa. Barreto (1996: 49) depois de observar estas mudanças conclui que *“a modernização económica e social foi uma realidade indiscutível nestas três décadas, bem visível nos padrões de consumo, no acesso a equipamentos domésticos e nas comunicações. Mas talvez por ter sido excessivamente rápida e sem criação de riqueza na mesma proporção foi muito desequilibrada e desigual. Ao lado de um Estado protector universal, existem realidades de difícil resolução, como seja a má qualidade dos serviços sociais, o reduzido nível das pensões, a desorganização educativa, a medíocre qualidade dos sistemas de formação, o caos urbanístico, social e ambiental dos subúrbios das grandes cidades, o deficiente apoio prestado aos idosos e o persistente trabalho infantil”*. Assim, embora possamos referir que nos últimos quarenta anos Portugal conheceu alterações económicas, sociais e políticas muitíssimo importantes, que o aproximaram das características dos países da Europa central, elas não se fizeram sem custos. Se, como vimos, Portugal pode ser considerado um país moderno em termos dos valores sociais e em termos da estrutura demográfica e económica, ele é ainda, como temos vindo a argumentar e de acordo com Santos (1990a, 1990b) um país semi-periférico, em parte devido à existência das chamadas *economias paralelas*, aos baixos salários e aos contornos das relações salariais, em parte devido à existência de um Estado que tem, pelas razões analisadas no capítulo III, sido ineficaz em muitos domínios e que foi também caracterizado por Santos (1990a) como *paralelo e subterrâneo*. Alguns dos custos da *modernização* da sociedade e economia portuguesa prendem-se com a manutenção de fortes desigualdades em termos da repartição de rendimentos. Os dualismos da sociedade portuguesa de que falava Sedas Nunes (1969) parecem assim, segundo Mansinho e Schmidt (1994, 1997) e Barreto (1996, 2000) persistir, ainda que assumam formas diferentes. Há três ou quatro décadas atrás, os dualismos eram essencialmente territoriais, embora traduzissem já diferenças sociais, com duas sociedades coexistindo sob a mesma nação, mas em espaços diferentes: o rural e o urbano. Actualmente, segundo Barreto (1996:57) o panorama é diferente. A sociedade rural, do interior *“provinciana, patriarcal (...)vivendo com elevadas percentagens de autoconsumo (...) arredada dos grandes serviços públicos, à margem da protecção social do Estado, com reduzido acesso à comunicação, à informação, à cultura (...) essa sociedade praticamente não existe mais”*. Os dualismos são assim mais sociais e económicos que espaciais. Mas, segundo Mansinho e Schmidt (1994) os estigmas da sociedade dualista são ainda evidentes nos tempos actuais. Sectores muito modernos coexistem com largas *“bolsas tradicionais”*, tal

como, como referimos no capítulo III a propósito das alterações em termos de valores sociais em Portugal, coexistem valores tradicionais com os valores que são actualmente considerados apanágio das sociedades pós-modernas ou de modernidade reflexiva. Podemos retomar aqui a expressão de Reis e Lima (1998: 333) de que Portugal é, actualmente “*uma sociedade plural*” de que também estudos recentes na área das dinâmicas locais de desenvolvimento, nos dão conta. A tendência dominante continua a ser a continuação e o aprofundamento da litoralização do país, quer no que se refere aos movimentos demográficos, quer no que respeita à produção, quer ainda em termos do emprego e da ocupação do espaço. Esta tendência supõe uma outra: a continuação da *desruralização* do país e, mais importante, a continuação da desertificação das áreas rurais mais *profundas*, em termos humanos, sociais e económicos. Das transformações específicas das áreas rurais portuguesas daremos conta no ponto seguinte.

3. Transformações das áreas rurais Portuguesas

3.1. Do ‘vício da terra’ à desertificação social e económica das áreas rurais

«Quem és tu assim tão simples? *E tu quem és afinal?*
A nobreza da cidade. *A aldeia de Portugal.*
Tenho lindas pedrarias, jóias mil, de muitas cores...
Eu tenho a maior riqueza nas minhas tão lindas flores...
Tenho risos, alegrias, divertimentos constantes.
Tenho luz de noite a jorros, e não me levas a palma.
Tenho o sol durante o dia, de noite a luz da minha alma...
Vivo em palácios vistosos, que abundam pela cidade
Tenho aqui dentro do peito a alma de Portugal!...»¹⁴²

E eu num casebre pequeno, que o sol beija com vaidade.
A História fala de mim, porque tenho algum valor...
Também tenho a minha história, escrita com o meu suor.
Tenho o luxo que tu vês, próprio da minha grandeza.
E eu o luxo e a vaidade de gostar da singeleza.
Todos os que passam por mim, param sempre pelo caminho...
Quantos gostam de me ver, perfumada a rosmaninho!
Sou mais rica do que tu, que nada tens afinal.

O texto anterior demonstra bem a ideologia dominante em Portugal durante os anos do fascismo ou do *Estado Novo*¹⁴³. Uma ideologia baseada nos louvores do campo e numa imagem muito negativa da cidade e da industrialização. O dualismo rural-urbano era não apenas espacial mas essencialmente ideologicamente cultivado. Esta ideologia encontra ainda, como veremos no ponto quatro deste capítulo, eco em termos das representações sociais e políticas quanto ao mundo rural. As transformações das áreas rurais (recuando um pouco para lá dos anos sessenta, embora sem sair do período ditatorial) são marcadas por esta ideologia em muitos dos seus aspectos e são igualmente enformadas pelas tendências mais gerais de mudança social e económica, que sintetizámos no ponto anterior. Assim, nos primeiros anos de vigência do Estado Novo, Portugal era um país essencialmente agrícola e rural. Como referem Mónica (1978) e Cepeda (1988), na década de trinta, a economia portuguesa estava entre as mais atrasadas da Europa e o país podia ser, basicamente

¹⁴² Texto do *Livro de Leitura para a 4ª classe*, Editora Educação Nacional, 1950. O texto intitula-se *A Aldeia e a Cidade* e é da autoria de Abílio Mesquita.

¹⁴³ O regime autoritário português, de Salazar até 1968 e depois de Marcelo Caetano foi definido já por diversos autores, como um regime político muito particular. Um *fascismo sem movimento fascista* e muito diverso de outros regimes autoritários seus contemporâneos (os da Alemanha, da Itália e mesmo o de Espanha) (e.g. Mansinho e Schmidt, 1997). Definia-se a si mesmo, segundo o art. 5º da Constituição de 1933, como uma “*república corporativa*”.

definido como *“uma sociedade paternalista e polarizada em termos de classe, com uma poderosa burguesia terratenente, um pequeno mas crescente grupo de industriais, uma classe média tradicional fraca, uma massa imensa de camponeses e de trabalhadores rurais, ignorantes e miseráveis e um número considerável de operários urbanos”* (Mónica, 1978: 81). Segundo a mesma autora, nos anos trinta cerca de 80% dos portugueses vivia em áreas rurais, em que os assalariados agrícolas e sobretudo os camponeses eram o grupo social dominante. A actividade agrícola era essencialmente praticada em moldes tradicionais, ocupando cerca de 50% da população activa, não se tendo este valor alterado significativamente nas duas décadas seguintes (e.g. Oliveira Baptista, 1993, 1996; Rosas, 1994; Rolo, 1996). Em 1950, a agricultura era, então, ainda uma actividade com peso na economia nacional (e.g. Nobre, 2001), gerando aproximadamente um terço do Produto Interno Bruto (PIB) e empregando mais de 40% da população portuguesa (e.g. Oliveira Baptista, 1993, 1996; Rolo, 1996). Como referimos no ponto anterior, a partir da década de cinquenta, mas principalmente durante os anos sessenta, o sector agrícola português conheceu grandes transformações, através da emigração para as cidades do litoral e para fora do país, o que veio introduzir alterações significativas no tecido socioeconómico das áreas rurais.

O traço que parece ser mais característico das áreas rurais e da actividade agrícola, durante os anos anteriores a 1960, é o seu atraso económico e social. Até finais da década de sessenta podemos, então dizer, que o grande motor da estagnação dos campos foi a ideologia ruralista. Como é sugerido por alguns autores (e.g. Mónica, 1978; Rosas, 1994; Guichard, 1994; Mansinho e Schmidt, 1994 e 1997), este conservadorismo ruralista não só impediu o desenvolvimento das sociedades e economias rurais, como paralisou igualmente outros sectores de actividade, particularmente o industrial. Num discurso de 1937, Salazar manifestou as suas intenções relativamente às áreas rurais e à economia nacional *“levar a ser mais fecundo o campo, sem emudecer nele as alegres canções das raparigas, tecer o algodão ou a lã no mais moderno tear, sem entrelaçar no fio o ódio de classe, nem expulsar da oficina ou da fábrica o nosso velho espírito patriarcal”*. Nos discursos de Salazar, especialmente nos anteriores à Guerra Colonial, encontramos constantes referências ao modo de vida rural e camponês (essencialmente, como refere Mónica (1978) *idealizado*). O campo correspondia à elevação do Homem, enquanto que a vida urbana daria origem à decadência moral e física. Num discurso de 1942, analisando a actividade agrícola em Portugal, referia que ainda que o país não fosse, em termos naturais, muito propício para a prática dessa actividade *“o vício português da terra fez prodígios – aproveitou-se a gleba quase até ao centímetro, o jardim, a clareira da mata, o valado, o cômodo”*. Em 1968, quando o êxodo rural era já incontornável, perguntava Salazar: *“Porque seduzem as cidades os camponeses? É a vertigem das cidades, a esperança do prazer e do luxo, os teatros, os*

cafés cheios de luzes, os salários mais altos, os empregos fáceis, o repouso semanal?”. A esta imagem da vida urbana, opunha-se a da aldeia, pacífica e sã. Se o Governo não podia encerrar as fábricas para impedir a fuga das áreas rurais, podia glorificar a vida no campo (e.g. Mónica, 1978), o que é bem patente não apenas nos seus discursos, mas e com uma muito maior abrangência, nos manuais escolares do ensino primário: *“nas cidades onde há poeiras, fumos de fábricas, mil impurezas e muitas doenças, os ares não são tão lavados e saudios como os do campo e das searas. Felizes os que podem viver tranquilamente nas serras e no campo”*¹⁴⁴.

Salazar que como gostava de dizer era *“um rural”, “um filho do campo”,* criado *“no murmúrio das águas de rega e à sombra dos arvoredos”* pretendia que Portugal fosse um país onde os valores rurais fossem prevaletentes e em que a pretensa segurança da actividade agrícola pudesse fazer face aos tempos de crise e insegurança económica. A imagem das áreas rurais, como últimos redutos dos valores morais e da pureza natural é uma noção que ainda persiste, como dissemos e veremos posteriormente, em certas categorias sociais, particularmente as mais idosas e menos instruídas. Outra das características do discurso dominante durante o Estado Novo, estreitamente associada à defesa da ruralidade, centrava-se no *“excesso populacional”* e no *“desfavor das condições naturais”*¹⁴⁵ (Rosas, 1994: 21). Como refere Rosas, ambas as formulações estavam longe de ser politicamente inocentes e eram tomadas *“pelo ruralismo conservador como um dado inelutável para defender a perenidade do mundo rural tradicional”* (idem, ibidem). Mas esta visão não tinha o apoio de todos os que rodeavam Salazar. Uma visão diversa possuíam os ideólogos do industrialismo ou do reformismo agrário. Por outro lado, o *excesso de população* constituía um problema para o regime, essencialmente antes das grandes vagas de emigração dos anos cinquenta e sessenta, no contexto de uma economia atrasada, assente numa agricultura tradicional, com uma indústria incipiente e um reduzido sector de serviços (e.g. Rosas, 1994). Estas características mantiveram-se até à II Guerra Mundial, período em que de acordo com Rosas se dá a primeira crise séria do regime. Depois dos anos cinquenta, como vimos no ponto anterior inicia-se a debandada imensa dos portugueses rurais para o exterior do país e para as cidades mais desenvolvidas do mesmo, indiciando já *“o holocausto a que nos vinte anos seguintes iriam obrigar a agricultura portuguesa”* (idem: 431), com a persistente fuga de mão-de-obra e o envelhecimento populacional, a desertificação e o abandono de terras, fenómenos que não deixaram de se acentuar até à actualidade. Entre 1950 e 1970, a

¹⁴⁴ Extracto de um texto do *Livro de leitura para a 2ª Classe*.

¹⁴⁵ A este propósito veja-se o que em 1965 Salazar escrevia: *“eu sou um rural e embora em situação diferente vivi duas guerras (...). Daí compreender o campo e conhecer as necessidades vitais que o campo tem de satisfazer. Independentemente do que se possa chamar poesia campestre, que atrai os sorrisos um tanto desdenhosos da economia industrial, por mim, se tivesse de haver competição continuaria a preferir a agricultura à indústria, mas se quereis ser ricos, não chegareis lá pela agricultura, neste país de solos pobres e climas vários. A terra é humilde (...), o trabalho da terra é humilde (...). A faina agrícola (...) é sobretudo uma vocação de pobreza, mas o seu orgulho vem de que só ela alimenta o Homem e lhe permite viver”*.

população na actividade agrícola diminuiu cerca de 20% e a esta diminuição correspondeu igualmente o decréscimo do peso económico desta actividade na economia nacional¹⁴⁶.

Se, como refere Oliveira Baptista (1996: 31) “*em meados deste século (...) a vida nas aldeias e lugares assentava na população agrícola que se havia apropriado de todo o espaço disponível. Não havia mais incultos por aproveitar. A agricultura, a sociedade rural e o espaço trilhavam caminhos coincidentes*”, a partir dos anos sessenta a agricultura em Portugal rompe claramente com o modelo de crescimento estabelecido, começando assim a desenhar-se o “*declínio de um tempo longo*” como lhe chama Oliveira Baptista (1996). Isto acontece porque este modelo não pôde evitar as transformações mais gerais da sociedade e economia portuguesas e sobretudo não pôde evitar o eclodir da inflação, que foi no nosso país também mais tardio que nos países industrializados (e.g. Mansinho e Schmidt, 1994). A fraca modernização do sector agrícola foi uma das características mais marcantes do período do Estado Novo e um sintoma de que o ruralismo conservador não era mais que uma ideologia que nunca foi verdadeiramente posta em prática a favor das áreas rurais. Isto significa que a vocação agrícola de Portugal não passava de uma *vocação de pobreza* para citarmos de novo Salazar, dado que a produção da actividade agrícola apresentava um fraco rendimento médio da maioria das culturas praticadas e uma baixa produtividade da mão-de-obra que se empregava neste sector de actividade. A baixa produtividade do sector agrícola provocava consequentemente fracos rendimentos para os agricultores e originava níveis de vida insatisfatórios para as populações das áreas rurais. Como refere Lopes (1996: 343) “*a visão de uma economia basicamente enraizada no mundo rural, além de obsoleta era irrealista. A população dos campos procurava naturalmente escapar às condições de atraso e de miséria em que vivia*”. De forma paradoxal, como dissemos, ao contrário do que seria de esperar num contexto de exaltação e de louvor da agricultura, a política económica do Estado Novo ampliou, em vez de contrariar, a tendência para que a actividade agrícola fosse perdendo a sua importância relativa. Como nos diz ainda Lopes “*durante todo o período que decorreu desde o início da década de cinquenta até 1973, essa política deu muito maior ênfase às actuações que promoveram o desenvolvimento industrial do que o fomento efectivo do sector agrícola*” (idem, ibidem). Em finais da década de cinquenta inicia-se, como referimos no ponto anterior, o planeamento económico em Portugal, materializado através da elaboração de quatro Planos de Fomento (PF) até 1973. Uma análise breve ao conteúdo destes planos¹⁴⁷ permite-nos observar o lugar reservado à agricultura na economia nacional. O primeiro PF, cobrindo o período de 1953 a 1958, foi a ilustração do que a citação de Lopes nos dá conta, ou seja, de uma maior preocupação com o desenvolvimento da indústria, especificamente da

¹⁴⁶ A relação entre o Produto Agrícola Bruto (PAB) e o PIB passou de 31,1% em 1953 para 14,3% em 1973 (e.g. Rolo, 1996).

¹⁴⁷ Para uma análise mais detalhada dos Planos de Fomento podem ser consultados, Moura (1973); Silva (1984); Cepeda (1988) e Lopes (1996).

indústria pesada (siderurgias, refinarias, etc.) em detrimento do desenvolvimento da agricultura. Seria, num contexto como o que descrevemos, relativamente *“lógico que o PF tentasse modificar os graves estrangulamentos da agricultura”* (Cepeda, 1988: 61) mas este plano limita-se a preconizar melhorias na hidráulica agrícola e no povoamento florestal. Neste período (e.g. Cepeda, 1988 e Lopes, 1996) a economia cresceu muito lentamente aspecto que se associa igualmente à estagnação do sector agrícola. Cepeda (1988) refere que o crescimento observado, neste período originou um agravamento quer das assimetrias sectoriais, quer das assimetrias regionais. Assim, no primeiro caso, a produção industrial conheceu, no período de vigência do primeiro PF um crescimento de cerca de 6,5%, sendo que o crescimento do sector agrícola não ultrapassou 1%. No segundo caso, as regiões do país que estavam mais dependentes da actividade agrícola viram-se *“mais afastadas dos níveis de desenvolvimento daquelas de predomínio industrial”* (idem: 63). O II PF vigorou entre 1959 e 1964 e, segundo Lopes (1996), foi o primeiro em que se procurava diagnosticar a situação da economia nacional, identificando igualmente os principais entraves ao seu desenvolvimento. É neste PF que se aborda pela primeira vez a questão da necessidade de diminuição da população activa no sector primário e a sua transferência para um sector secundário que começava a emergir com algum relevo. À semelhança do que acontecia no I PF, também neste segundo plano os investimentos destinados à actividade agrícola eram insuficientes para a reestruturação do sector. As questões que, neste sector, permaneciam por resolver há longos anos, eram imensas: o regime inadequado de propriedade (essencialmente no Norte e no Centro do país a propriedade era, como permanece ainda, muito fragmentada, por oposição ao Sul em que era mais concentrada); as relações de dependência do rural face ao urbano; os problemas crónicos de desemprego e de subemprego nas áreas rurais; as grandes diferenças salariais entre a agricultura e a indústria; o insuficiente aproveitamento das potencialidades que o progresso tecnológico oferecia; as inadequadas redes de comercialização, entre outros. Cepeda (1988) refere que no período de vigência do II PF as assimetrias observadas antes se agravaram (a indústria conheceu em média um crescimento de 10%, enquanto que a agricultura não cresceu mais que 2%). É neste período que a deserção das populações rurais para as cidades do litoral e para os países desenvolvidos da Europa atinge o seu auge. Este êxodo rural e agrícola associou-se, naturalmente, a acréscimos de produtividade dos activos que permaneceram no sector. Como refere Lopes (1996: 259) *“pode estimar-se grosseiramente que a produtividade da mão-de-obra aumentou em média cerca de 4% ao ano no período de 1960-1973”* Este aumento de produtividade está igualmente associado à absorção do subemprego que dominava as áreas rurais nessa época, assim como ao facto de, com o êxodo rural, as terras de pior qualidade terem deixado de ser trabalhadas. Como diz Oliveira Baptista (1993: 378) a superfície cultivada, neste período, reduziu-se em média cerca de 2,5% ao ano e começaram a

introduzir-se algumas modernizações, tanto em termos de maquinaria, como de adubos, pesticidas, sementes seleccionadas, etc. Os anos de 1965 a 1967 foram cobertos pelo Plano Intercalar de Fomento (PIF) que marcou grandes alterações face aos dois anteriores, essencialmente porque foi o primeiro que tentou a articulação sectorial e um planeamento económico global (e.g. Lopes, 1996). No PIF o factor de desenvolvimento estratégico residia na expansão da indústria transformadora, da construção civil e do turismo, sendo que o papel impulsor da economia portuguesa deveria ser protagonizado pela iniciativa privada. Ao mesmo tempo que o PIF atribuía cerca de 43% do investimento total ao desenvolvimento industrial, atribuía apenas cerca de 8% para o desenvolvimento da agricultura. Tornava-se claro que a reconversão e a modernização da agricultura portuguesa não era uma prioridade do governo. O III e último PF vigorou entre 1968 e 1973, mantendo e desenvolvendo os objectivos do PIF. Assim, o principal objectivo continuou a ser o aumento do PIB e a situação agrícola manteve-se inalterada. Uma novidade deste PF reside no maior relevo que foi dado aos desequilíbrios regionais. Com vista a procurar resolver as assimetrias regionais observadas, o III PF propunha a divisão do país, para efeitos de política de desenvolvimento, em quatro regiões no continente e duas nos Açores e na Madeira: Região Plano Norte, a Região Plano Centro, a Região Plano Lisboa, a Região Plano Sul, a Região Plano Madeira e a Região Plano Açores. As quatro regiões do continente eram ainda subdivididas em: litoral-norte, interior-norte, interior-centro, litoral-centro, interior-Lisboa, litoral-Lisboa, Alentejo e Algarve. Os frutos deste plano não puderam ser avaliados, do mesmo modo que o IV PF (para vigorar entre 1974 e 1979) que Lopes (1996) caracteriza como extremamente ambicioso) nunca se concretizou devido ao 25 de Abril de 1974 e à mudança de regime político. Como vimos, as tentativas de transformação do sector agrícola não só foram ultrapassadas pela conjugação de esforços e investimentos para o sector industrial, como poucos resultados produziram durante o Estado Novo. Embora, como dissemos antes, Salazar tenha sempre considerado que o desenvolvimento industrial dever-se-ia subordinar ao agrícola, a sua vontade não foi decisiva para a evolução quer de um sector, quer do outro em Portugal. À falta de terra para trabalhar, dominada pelo *'vício da terra'*¹⁴⁸, sucede-se assim, pela debandada dos que a trabalhavam, a *sobra de terra* de que fala Oliveira Baptista (1993 e 1996). A *sobra de terra* *"foi-se insinuando progressivamente como inevitável, pois decorria das dinâmicas demográficas e dos mercados, ou seja, desenhava-se nos mesmos passos que mudavam a vida e a economia das famílias agricultoras"* (Oliveira Baptista, 1996: 56), assim como as relações de sociabilidade e as formas tradicionais da organização social das áreas rurais. Na sequência disto *"acabou por se desmoronar muito do que restava dos elementos que suportavam a herança tradicional do rural"* (idem: 73). A fuga massiva dos

¹⁴⁸ Na realidade o *'vício da terra'* mais não era que a necessidade de sobrevivência. Não tinha correspondência com o conteúdo que lhe era atribuído por Salazar.

habitantes rurais e dos camponeses às penosas condições de vida e de trabalho representou igualmente “a rejeição clara do elogio da vida rural, tão frequente por parte dos grupos sociais que beneficiaram com a ordem política, social e económica dos campos tradicionais” (idem: 73). Esta fuga teve dinâmicas diversas e efeitos diferentes, quer em termos regionais, quer em termos sociais. Mas os seus efeitos mais perenes foram o envelhecimento da população das áreas rurais, a feminização da actividade agrícola, a ‘desertificação verde’ (e.g. Cavaco, 1995b) e o aumento das situações de plurirendimento e pluriactividade nos campos. O êxodo rural é, até à actualidade, o corolário de um abandono definitivo e duramente assumido, em muitos casos, da exploração agrícola familiar e teve como consequência o congelamento das estruturas agrícolas, num primeiro momento e, num segundo momento um desenraizamento longo e complexo das populações emigrantes face aos seus locais de origem. A agricultura em Portugal deixou, progressivamente de ser o sonho de futuro dos emigrantes (e.g. Guichard, 1994). Nas regiões do interior, as mais afectadas pela emigração, esta prolongou de certo modo, a preservação artificial da ruralidade tradicional, mas a consequência foi o bloqueio produtivo e económico dessas áreas que ficaram expectantes. Como refere Guichard (1994: 27) “o choque da abertura deliberada à modernidade, depois de 1974, só trouxe maiores problemas às áreas rurais, mas reforça o facto de que, desde 1960, mesmo o capacete protector do Estado Novo não foi suficiente para manter os campos a um nível mínimo de sobrevivência”. A pergunta que se impõe - em face das transformações ocorridas nas áreas rurais mesmo após 1974, em que a sua desertificação humana e económica não deixou de se acentuar, como veremos no ponto seguinte - é se se poderá desenhar para essas áreas uma vocação que não seja puramente económica, mas não seja também puramente artificial ou se elas terão aquilo a que se poderá chamar *uma morte assistida?* (e.g. Guichard, 1994).

3.2. As áreas rurais após o Estado Novo – da desertificação continuada à redescoberta social e institucional

A abertura da sociedade portuguesa à modernidade, depois de 1974, parece ter trazido novos problemas, quer para a actividade agrícola, quer para as áreas rurais que tradicionalmente a enquadram. O sector agrícola profundamente desequilibrado que saiu do Estado Novo foi mesmo considerado um travão ao desenvolvimento industrial do país (e.g. Mansinho e Schmidt, 1994) durante os primeiros anos da democracia e em consequência disso, foi sendo marginalizado pelos modelos de desenvolvimento que dominaram aqueles anos. É também nos primeiros anos a seguir a 1974 que se desenvolveu um processo de reforma agrária (e.g. Oliveira Baptista, 1993, 1996; Barreto, 1996, 2000), que foi feita no Sul do país onde a dimensão das explorações (latifúndios) e o carácter do trabalho agrícola (assalariado) a permitia. As regiões do Norte e do interior Centro do país não foram tocadas

por este processo de reforma. Como demonstram vários estudos acerca da reforma agrária, ela esteve plena de contradições e foi perdendo progressivamente a sua importância económica e social, não tendo deixado marcas de alterações positivas nos sistemas de produção agrícola do Sul do país (e.g. Oliveira Baptista, 1993)¹⁴⁹.

Como vimos nos pontos anteriores deste capítulo, a agricultura portuguesa sofreu transformações importantes as quais não puderam deixar de condicionar toda a evolução de uma sociedade rural assente, durante muitas décadas quase exclusivamente, nesta actividade. A principal dessas transformações foi o abandono da actividade agrícola, motivada pela progressiva *desruralização* do país. Se, como vimos no ponto anterior, em meados do século XX a agricultura e a sociedade rural trilhavam caminhos amplamente coincidentes (e.g. Oliveira Baptista, 1993; 1996), independentemente da vitalidade económica daquela sociedade e daquela actividade, na actualidade a agricultura já não é o factor de unificação dos contextos sociais rurais e assiste-se, desde há mais de quarenta anos, a uma desagregação da ruralidade a favor de um desenvolvimento de carácter urbano e suburbano, como assinalámos no ponto dois do presente capítulo. A diminuição da população activa agrícola é um aspecto muito marcante, como sugerimos, já que nos últimos quarenta anos ela diminuiu cerca de 30% (e.g. Rolo, 1996; Barreto, 1996 e 2000). Esta diminuição drástica de pessoas empregues na actividade agrícola foi acompanhada por um decréscimo também muito importante em termos do lugar do PAB na economia, o que evidencia a perda de eficácia e dinamismo da agricultura nacional, como sector de actividade económica (e.g. Rolo, 1996). Simultaneamente, entre os anos cinquenta e a actualidade, o número de pessoas associadas às explorações agrícolas¹⁵⁰ diminuiu em mais de 35%. Esta perda de população familiar agrícola é, como os aspectos anteriores, regionalmente diversificada. Enquanto que no Norte litoral do país, a população associada às explorações agrícolas conhece um decréscimo pouco importante, no Sul as perdas são impressionantemente elevadas (e.g. Rolo, 1996), tal como no Norte e Centro interiores. O balanço que se pode fazer dos últimos quarenta anos em relação à população activa ou associada às explorações agrícolas *“apresenta tendências muito nítidas: são hoje metade dos que eram em meados do século, a feminização aumentou, o envelhecimento acentuou-se, os trabalhadores familiares são agora a maior parte desta população e cultivam mais de metade da superfície agrícola útil”* (Oliveira Baptista, 1996: 40). Os dados apresentados por Rolo (1996) demonstram bem a perda da importância da agricultura nas áreas rurais. Entre a década de cinquenta e a década de noventa, perderam-se cerca de 35% das explorações agrícolas em Portugal, situação que

¹⁴⁹ *“De Março a Novembro de 1975, um milhão, cento e trinta mil hectares dos latifúndios e explorações capitalistas dos campos do Sul passaram a ser geridos pelos trabalhadores agrícolas. Concretizava-se a Reforma Agrária”* (Oliveira Baptista, 1993: 69). Esta situação durou pouco, já que desde 1977 se iniciou uma profunda contra-reforma agrária, passando a área das unidades de produção geridas por trabalhadores, em 1990, para cerca de 50 000 hectares.

¹⁵⁰ Trata-se de população que não é declarada como sendo activa na agricultura, mas que efectivamente aí trabalha, particularmente a tempo parcial.

esconde de novo, variações regionais importantes. O Alentejo é a região que mais perde área agrícola, mesmo pela própria estrutura da propriedade, enquanto que o número de explorações diminuiu mais nos distritos do Norte do país.

Os dados apresentados por Rolo (1996), por Oliveira Baptista (1993 e 1996) e também por Barreto (1996 e 2000) reforçam a perda de vitalidade económica e social da actividade agrícola em Portugal, assim como o declínio rural que uma tal perda induziu. As causas para a ruptura entre a agricultura e o mundo rural em Portugal são diversas. Desde logo o forte êxodo rural de que já demos conta e que não deixou de ocorrer mesmo após 1974, embora tenha diminuído, quer através da diminuição da emigração, quer pela desertificação das próprias áreas rurais. Este êxodo acelerou, como mencionámos a transformação tecnológica na agricultura que, de qualquer forma, nunca atingiu níveis de modernização muito elevados. Mas uma das consequências da modernização da agricultura em Portugal, por mínima que ela tenha sido, foi o surgimento das explorações sem terra (associadas sobretudo à pecuária). Como refere Oliveira Baptista (1993 e 1996) a adesão a estas transformações tornou-se inevitável para os agricultores portugueses no sentido de se manterem em actividade. Isto não significa que o grau de modernização tenha sido elevado, mas antes que as alterações introduzidas na actividade agrícola transformaram em parte o seu carácter tradicional. Aos agricultores que não se modernizaram, restou uma de três alternativas de que também Oliveira Baptista (1996) nos dá conta:

- o abandono da actividade;
- a alteração da produção, em geral no sentido da extensificação;
- a resistência em que *“com o sacrifício da remuneração do trabalho familiar se refugiam largos milhares de explorações”* (idem: 40).

Em maior ou menor escala, certas melhorias técnicas foram-se progressivamente introduzindo na actividade agrícola. A generalização destas melhorias teve como consequência, entre outras, a destruição de tradições associadas à actividade agrícola e o empobrecimento cultural de algumas áreas rurais. Em simultâneo, alterou-se a composição do trabalho agrícola. Actualmente os assalariados agrícolas têm uma representação diminuta, por comparação com os anos cinquenta e mesmo sessenta e o trabalho familiar conheceu, como se disse, uma clara expansão. Este trabalho familiar é, em geral, pluriactivo ou encontra-se associado a formas de rendimento exteriores ao gerado pela exploração agrícola¹⁵¹. Serafim (1999) a propósito das situações de plurirendimento, refere que as zonas rurais têm uma taxa de actividade geralmente muito reduzida, sendo que aproximadamente 30% da sua população vive de pensões e cerca de 3% do subsídio de desemprego. A

¹⁵¹ Sobre a pluriactividade e os seus contornos podem ser citados os trabalhos desenvolvidos por Rosa Pires (1986); Reis (1987), Lima (1990) e Cavaco (1995b).

internacionalização da economia, a intensificação das interdependências com o exterior e a integração na UE, acentuaram este quadro de declínio rural.

Vários autores salientam que a adesão à UE veio agravar a situação da agricultura portuguesa e, conseqüentemente, das áreas rurais, essencialmente das mais interiores e periféricas (e.g. Cunha, 1984; Varela, 1988; Oliveira Baptista, 1993, 1996; Mansinho e Schmidt, 1994, 1997) que têm sido marginalizadas em termos demográficos, económicos e institucionais pelo enviesamento litoral-urbano que não cessou de ter lugar em Portugal (e.g. Cristovão e Portela, 1996)¹⁵². A adesão à UE, cujas negociações se iniciaram em 1977, parece ter vindo agravar o quadro de declínio que traçámos para muitas áreas rurais, essencialmente devido à PAC. Esta política, contraditória na sua própria evolução – desde uma abordagem muito produtivista e mais adequada aos países do norte até à implementação das medidas associadas ao *set aside* e à recente aplicação das medidas agro-ambientais – criou nos agricultores portugueses aquilo a que podemos caracterizar como expectativas não concretizadas. Por outro lado, como refere Oliveira Baptista (1993), as orientações da PAC não foram favoráveis à agricultura portuguesa, já que tendem a privilegiar os produtos dos países centrais da Europa em detrimento dos países mediterrânicos. Esta política privilegiou igualmente as explorações agrícolas mais competitivas no mercado mundial, pretendendo orientar as que não são tão concorrenciais para a florestação e para sistemas de produção mais extensivos, essencialmente em nome da protecção do ambiente. Como é referido pela CCE (1987b) a vocação da agricultura na maior parte das regiões do Sul da Europa é uma vocação ambiental e de manutenção das paisagens. A este respeito, Eloy (1994: 341) afirma que *“a integração de Portugal na UE veio acelerar a degradação do tecido rural nacional. A agricultura altamente subsidiada, utilizando solos com uma rentabilidade muito superior no centro da Europa, vai conduzir a que a tendência para o abandono da terra e para o incremento da florestação industrial se acentue”*. Nesta mesma linha é ainda Oliveira Baptista (1993: 91) que nos diz que Portugal corre o risco de se transformar, por intermédio das medidas da PAC *“num espaço onde algumas pequenas ilhas de agricultura intensiva se encontram rodeadas por um mar de áreas florestadas, abandonadas ou aproveitadas de modo muito extensivo”*. Este autor refere ainda que, apesar disso, aparentemente, uma parte substancial da actual população agrícola permanecerá nas áreas rurais, sobrevivendo com ajuda dos subsídios da UE *“destinados aos que se limitam à função de jardineiros, ou seja, cuidam da terra sem terem como móbil a produção para o mercado e aqueles que aceitem um subsídio em troca da cessação da actividade agrícola. O*

¹⁵² Em algumas áreas rurais, embora não nas mais *remotas* e marginalizadas, ocorreram processos de reconversão económica que devem ser mencionados. É o caso de algumas experiências de industrialização difusa que foram realizadas de forma mais ou menos autónoma aos modelos dominantes de desenvolvimento económico, levando ao surgimento de *sistemas produtivos locais* de alguma expressão. Em Portugal, podemos ver alguns trabalhos sobre estes aspectos em Ferrão (1987); Rosa Pires (1986); Reis (1987 e 1992), entre outros.

envelhecimento da população agrícola pode contribuir para o sucesso destas vias” (idem: 92). Oliveira Baptista (1996) considera que esta função subalterniza a figura dos agricultores face à dos proprietários fundiários, sobretudo os do Alentejo, que recebem grandes subsídios à produção. A reforma da PAC de 1992 vem pôr cada vez mais em causa o modelo produtivista dissociando, parcialmente, o apoio recebido pelo agricultor do seu nível de produção (e.g. Lima, 1999). De qualquer modo, em termos da PAC e em termos das políticas e medidas que ultrapassam a agricultura e que abordaremos com maior detalhe no capítulo VI, parece desenhar-se não a coesão económica e social que a UE tem vindo a preconizar, mas antes o surgimento de um dualismo ainda mais evidente e institucionalmente patrocinado: a institucionalização da função agrícola na Europa do norte (central) e a função de lazer e de reserva natural na Europa do sul (periférica), inviabilizando deste modo a modernização da actividade agrícola nos países que se integram no último grupo (e.g. Oliveira Baptista, 1996). A introdução das medidas agro-ambientais em Portugal tem subjacentes as preocupações relativas ao abandono da terra e a consequente desertificação humana. *“À tradução das medidas parece estar subjacente uma das modalidades de articulação entre a agricultura e o ambiente que se caracteriza pela manutenção da agricultura em nome da qualidade do território”* (Reis e Lima, 1998: 354) estando reservado, neste contexto, ao agricultor o papel de gestor desse mesmo território e dessa mesma qualidade.

Se tivermos em conta um critério exclusivamente demográfico – se considerarmos rural toda a população isolada ou a que habita em lugares com menos de 2000 habitantes – *“Portugal arrisca-se a surpreender-nos. Mais de 50% da população portuguesa total habita em áreas rurais e em alguns dos (...) distritos de Portugal continental esta percentagem atinge os 75%”*¹⁵³ (Mansinho e Schmidt, 1997: 273), embora como temos vindo a argumentar, esta ruralidade seja cada vez menos agrícola. Obviamente que não podemos apenas ter em conta o critério demográfico para definir o que é uma população rural (e.g. Cavaco, 1993, 1996; Alves, 2001), já que essa definição envolve, como vimos no capítulo IV, bastantes mais aspectos que o mero factor demográfico¹⁵⁴. Nas palavras de Cavaco (1993: 93) *“a ruralidade envolve sempre uma familiarização com o espaço: na sua dimensão pessoal, como espaço vivido (...) e não apenas visual (...). Ao referirmos o mundo rural português evocamos espaços caracterizados pela predominância na utilização do solo (...) por fracas densidades populacionais (...) com forte ligação ao seu espaço, à sua aldeia, à sua terra”*. Esta ligação

¹⁵³ Cavaco (1993) faz um raciocínio semelhante. Esta autora refere que se tivermos justamente como limiar do povoamento rural os 2000 habitantes, as áreas rurais conteriam 51% da população portuguesa e especifica: 26% na região de Lisboa e Vale do Tejo; 54% no Alentejo; 60% no Algarve, 63,6% na região Norte e 71,7% na região Centro. A autora faz depois o exercício tendo em conta o limiar dos 10 000 habitantes, a estrutura seria diversa: 45% em Lisboa e Vale do Tejo, 75% no Norte, 88% no Centro, 84% no Alentejo e 75% no Algarve. A propósito destas questões ver também o interessante trabalho de Alves (2001).

¹⁵⁴ E este pode ser enganador, dado que não há uma distribuição uniforme da população dentro dessas áreas consideradas rurais. Há uma maior concentração de pessoas em lugares com menos de 2000 habitantes nas áreas do litoral. Nas áreas do interior abundam as aldeias e lugares cuja população não ultrapassa os 100 habitantes.

manter-se-à actualmente, tendo em conta tudo o que acabámos de referir e essencialmente tendo em conta o acentuado despovoamento rural? Como referimos no capítulo IV, as áreas rurais em geral caracterizam-se por uma extrema diversidade. As tipologias apresentadas, especialmente a proposta por Cavaco (1991, 1993 e 1996), podem ser aplicadas também ao contexto nacional, com vantagem, embora salvaguardando a questão da sua simplicidade e capacidade de redução de realidades bastante complexas. De uma maneira muito geral, poderíamos dizer que a maior parte das áreas rurais do interior do país (de Norte a Sul) corresponderiam aquilo a que Cavaco chama o *rural profundo*, os campos em *vias de abandono*, embora como a própria autora refere “os campos profundos podem situar-se relativamente próximo dos aglomerados urbanos (...). Em termos reais concretos, o puzzle dos espaços rurais apenas encaixa na trilogia sumária quando visto de longe” (Cavaco, 1996: 339-340).

Pelas razões históricas que temos vindo a mencionar e igualmente devido a factores geográficos de alcance mais amplo e partilhados também pelos países da Europa mediterrânica, a dicotomia rural-urbano manifesta-se ainda em Portugal de modo particularmente carregado: “forte expressão das grandes aglomerações urbanas (metropolitanas), ausência ou débil presença de redes de cidades médias, espaços rurais debilitados (...) e com articulação perversa com as áreas urbanas” (DGDR, 1997: 18). Esta formulação, que partilhamos, contraria o que é dito por alguns autores a propósito do esbatimento do dualismo rural-urbano em Portugal (e.g. Cavaco, 1996; Cristóvão e Portela, 1996; Baptista, 1996; Reis e Lima, 1998). Dizemos que partilhamos o ponto de vista expresso pela DGDR, embora reconhecamos que no se refere aos modos de vida as áreas rurais estão actualmente amplamente *urbanizadas*, por acção da influência dos emigrantes, dos *mass media*, da escola, da acção de técnicos e outros agentes. Mas se esta partilha em termos de modos de vida é geralmente verdadeira, continuam a verificar-se importantes diferenças entre os espaços rurais e os espaços urbanos portugueses, que desde logo se manifestam espacial e paisagisticamente, quando se avança do litoral para o interior. Por outro lado, a penetração dos modos de vida urbanos não está completamente realizada nem é visível do mesmo modo em todas as áreas rurais. Finalmente, as áreas rurais são largamente deficitárias em termos de infra-estruturas, de equipamentos e serviços, o que provoca uma desigualdade evidente entre elas e as áreas urbanas. A dicotomia assume ainda uma outra vertente, as áreas rurais acedem por assim dizer “ao processo que tem emanado da ideologia de desenvolvimento moldada por padrões urbano-industriais e preocupações de crescimento económico” (Cristóvão e Portela, 1996: 73) numa altura em que as áreas urbanas começam a questioná-lo. A dicotomia não opõe apenas o rural ao urbano pelas características negativas das áreas rurais (como o fazia a dicotomia tradicional) mas também pelos aspectos positivos associados a essas áreas. Este rural que é, agora, oposto ao urbano, é sobretudo o *rural profundo* e

marginalizado e não, utilizando de novo a tipologia desenvolvida por Cavaco (1991, 1993, 1996) o espaço *periurbano* ou o rural *intermédio*. O que unifica estes espaços rurais *profundos* face ao urbano “é o seu maior contacto com a natureza, com a actividade agrícola e florestal” (Oliveira Baptista, 1996: 65). Isto significa que as transformações do rural e do urbano são processos contínuos e neste contexto “evocar a relação urbano-rural (como uma relação prevalecente) não remete para a diferença entre duas ordens fixas, mas para o que separa duas realidades em modificação constante. Ou seja, o rural e o urbano só se distinguem por referência mútua” (Oliveira Baptista, 1996: 67).

A prevalência da dicotomia rural-urbano e a associação de características positivas ao primeiro factor daquela dualidade acontece, em parte, também porque Portugal, como vimos, seguiu um modelo de desenvolvimento agrícola e de relação agricultura-indústria bastante diverso do adoptado em outros países mais desenvolvidos da Europa (e.g. Santos, 1990a e 1990b). No quadro da UE, Portugal possui a mais elevada taxa de população rural que na sua maioria é igualmente pluriactiva. Não se tendo modernizado nos mesmos padrões e essencialmente não nos mesmos níveis que a europeia, a pequena agricultura portuguesa “é pré-moderna” (Santos, 1990a) e pode estar aberta a outras qualificações, nomeadamente ao desempenho de um papel “socialmente útil”, podendo ser simultaneamente convertida em “ecológica, equilibrada e não agressiva” (Santos, 1994: 88). Apesar de todas as transformações sofridas, as áreas rurais portuguesas não perderam ainda completamente a sua herança social e cultural, traduzindo-se esta em características que lhe conferem alguma especificidade (e.g. Pinto, 1981, 1985; Reis e Santos, 1995), face à generalidade das áreas rurais da Europa do Norte e do Centro. A conservação dessas especificidades ocorre com particular relevo em áreas rurais marginalizadas pelo processo de desenvolvimento que dominou a economia nacional desde os anos sessenta. Como vimos no capítulo IV, as características que se atribuem à agricultura moderna (a sobreprodução, a dedicação exclusiva, a degradação do ambiente, etc.) têm vindo a ser cada vez mais questionadas. Nesta linha, Reis e Santos (1995), afirmam que com a crise do modelo agrícola assente na mecanização e na tecnologia em larga escala, o *deficit* da agricultura familiar e das sociedades rurais portuguesas tende a atenuar-se. É assim, “ainda concebível que a pequena agricultura seja reinventada a partir do que existe e de modo não só a neutralizar a sua negatividade – transformando-a numa estratégia de afluência e de qualidade de vida (...) – mas também a maximizar a sua potencial positividade” (Reis e Santos, 1995: 20). Esta situação, em conjunto com as transformações sociais de fundo (internacionais e nacionais), que sintetizamos nos capítulos anteriores, parece poder conduzir a uma recodificação das áreas rurais portuguesas (sobretudo daquelas que são mais marginalizadas) de pré-modernas em pós-modernas. Esta qualidade positiva (ou esta potencialidade) das áreas

rurais portuguesas tem sido de resto reconhecida pela UE desde a adesão do país a este organismo em 1986 (CCE, 1987b, 1988).

Por razões que focámos antes, o mundo rural português parece *desaparecer* no mesmo momento em que a sociedade globalmente entendida parece fazê-lo renascer, através de um conjunto de novas ou renovadas funções que surgem bem sintetizadas por Oliveira Baptista (1996: 74): *“do que hoje se trata é de refazer a relação da sociedade com o território, numa perspectiva que associe o cuidado com as condições de vida e de trabalho das populações nele disseminadas, a conciliação do processo produtivo com a protecção da natureza, a reavaliação dos actuais caminhos da agricultura, e que responda às funções que, a par da tradicional produção agrícola e florestal, hoje se desenham para o espaço: ambiental, recreio e acolhimento para os que aí pretendam viver, permanente ou temporariamente. Com memórias e heranças do tempo longo, mas também com a certeza de que o futuro não é apenas uma continuação do passado, tem agora de se moldar o território, procurando equilíbrios entre os seus diferentes usos e tornando-o um espaço onde os que venham da cidade e os que o povoam já possam, sempre, começar de novo”*.

O renascimento do mundo rural, que nos países mais desenvolvidos se iniciou mais cedo, parece gerar actualmente uma elevada concordância também para o caso português, ainda que não sejam abundantes os estudos neste domínio (e.g. Reis e Lima, 1998). A actual apetência pelo campo, que observamos nas sociedades contemporâneas, deve-se essencialmente à força mobilizadora das representações sociais urbanas sobre o rural (e.g. Mormont, 1987 e 1990) e também *“ao resultado da difusão no espaço dos efeitos da modernização e do desenvolvimento conjunto da sociedade”* (Kayser, 1990: 81). Os novos utilizadores do espaço rural, nos países desenvolvidos e também, crescentemente em Portugal, *“parecem atraídos por lugares que supostamente conservam alguma pureza ecológica e estruturas sociais que proporcionam o retorno a práticas de solidariedade mecânica”* (Reis e Lima, 1998: 345). Para um número crescente de residentes urbanos, a ruralidade e as áreas rurais, assumem-se assim como uma categoria diferente. A cidade ocupa o campo, em Portugal, a um ritmo crescente e sob formas muito diversas, mas em geral, como refere Guichard (1994: 44), para *“ir ver o verde. Para integrar no modo de vida urbano os valores que julgam mais positivos do seu passado rural, recente ou longínquo, real ou idealizado e do qual sentem necessidade – da calma, do contacto com a natureza”*. Neste sentido, os urbanos inventam também novas formas de renascimento e de reconversão das áreas rurais em Portugal, à semelhança do que podemos observar nos países mais desenvolvidos. Não considerando forçosamente negativa esta face visível da procura e do consumo das áreas rurais portuguesa como símbolos da pós-modernidade, devemos recordar o que dissemos no capítulo IV acerca dos efeitos perversos que este consumo (frequentemente materializado em formas de turismo, recreio e lazer) das áreas rurais pode

induzir. Vimos que esses processos de consumo tendem a destruir a autenticidade das áreas rurais, a sua forma de organização social, assim como tendem a impedir as suas dinâmicas próprias de evolução socioeconómica. Isto acontece devido àquilo que alguns autores chamaram a recriação da ruralidade. Apesar de diversas análises apontarem, em Portugal, o turismo como a solução para os problemas de declínio que as áreas rurais atravessam (e.g. Joaquim, 1994; Cavaco, 1999), sabemos também que aquela actividade tem tido poucos efeitos positivos e pouco impacto junto das comunidades locais. Exemplos das perversões, por assim dizer, que o turismo pode induzir nas áreas rurais encontram-se por exemplo em aldeias cuja divulgação (na comunicação social, como cartazes turísticos, como aldeias históricas, etc.) atrai muitos visitantes que esperam encontrar nelas características únicas e, mais importante, inalteradas. Podemos dizer que grande parte das dez aldeias históricas se encontra neste caso, com particular destaque para as mais conhecidas como Monsanto¹⁵⁵ e o Piódão, mas outras que não foram integradas no *Programa as Aldeias Históricas de Portugal*¹⁵⁶ (bem como os benefícios associados) também conhecem o mesmo tipo de procura e de consumo, como é a título de exemplo, o caso de Rio de Onor¹⁵⁷. Num trabalho recente, Moreno (1999b) chama a atenção para a ruralidade recriada que parece ser actualmente dominante na aldeia do Piódão, *“de simbolismo de miséria’ (...) para simbolismo de exotismo’ e, ao mesmo tempo, ‘museu da ruralidade’, mas de uma ruralidade idílica para fruição urbana. Aquela ruralidade desprovida de maus cheiros, adaptada a uma ‘civilização higiénica’, afinal idealizada e fabricada à imagem da ordem racional que dita o valor do mercado (incluindo o do produto turístico) e rege a distribuição do dinheiro”* (idem, 411-412). Em face do que observou, o autor pergunta se esta situação *“não propiciará a manutenção ‘sine die’ de um ‘bonito quadro estático’?”* (idem, ibidem). Esta pergunta vai ao encontro do que referimos a um nível mais global no capítulo IV, ou seja, ao encontro da noção das áreas rurais instituídas como reservas culturais e ambientais, em boa parte como *museus* nos quais se perpetua o *folclore* e possivelmente se perdem as dinâmicas e a organização social internas. A resposta a esta questão chama também a atenção para o reforço da persistência, que defendemos antes, da dualidade rural-urbano, motivada em grande medida pelas representações sociais urbanas, deste tipo, face aos espaços rurais. Estas representações são apoiadas, em grande medida, pela actuação do Estado. Nesta linha, a adesão de

¹⁵⁵ Por altura da Grande Exposição do Mundo Português, nos anos 40, esta aldeia foi eleita como *“a mais portuguesa de Portugal”*, rótulo que nunca perdeu até à actualidade.

¹⁵⁶ As dez aldeias integradas neste Programa situam-se na região da Beira Interior e são: Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha; Linhares, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha.

¹⁵⁷ Pais de Brito (1996) descreveu bem o fenómeno de recriação da ruralidade num livro recente sobre a aldeia de Rio de Onor. Esta aldeia tornada conhecida nos anos sessenta através de um trabalho de Jorge Dias (1981) sobre a organização comunitária não deixou de conhecer um aumento de visitantes ao longo do tempo. Estes procuravam sobretudo os traços do comunitarismo agro-pastoril descrito na obra referida. Pais de Brito (1996) demonstra que o discurso dos habitantes de Rio de Onor sobre si mesmos e sobre a sua aldeia é em grande parte baseado igualmente na obra de Dias, ou seja, no que os visitantes procuram. Trata-se assim de uma imagem reflectida e recriada e daí o título da obra de Pais de Brito – *Retrato de uma Aldeia com Espelho*.

Portugal à UE trouxe consigo não apenas novas medidas e alterações importantes para o sector agrícola, mas principalmente novos programas e instrumentos para o desenvolvimento do mundo rural, especialmente entendido para além do seu carácter de produtor de alimentos. Estes programas e mecanismos inscrevem-se justamente na filosofia moderna e pós-moderna de redescoberta e revalorização mencionada. Como veremos no capítulo VI, a maior parte dos programas e medidas europeus e nacionais para as áreas rurais em geral, e para as portuguesas em particular, reflectem o renascimento do rural e da ruralidade nos termos que temos vindo a descrever, i.e., em termos de reserva cultural e ambiental.

4. As áreas rurais como reservas culturais e ambientais em Portugal

No capítulo III observámos que existe em Portugal, embora se tenha iniciado mais tardiamente do que na maior parte dos países desenvolvidos, uma sensibilidade para as questões do ambiente. Observámos, igualmente, que o ambiente é maioritariamente entendido pelos portugueses como *natureza*, i.e., essencialmente apreendido nas suas componentes biofísicas. Por outro lado, vimos que a natureza tem uma grande correspondência, em termos das representações sociais, com o campo e com a agricultura. Deste modo, sem querer forçar a associação, cremos que em Portugal caminhamos progressivamente para que a equação ambiente=natureza=campo, a que aludimos anteriormente como apanágio das representações urbanas, vá adquirindo relevância. Esta identificação social (e também institucional) das áreas rurais como naturais e como reservas da qualidade ambiental e das tradições culturais, é visível naquilo a que Mansinho e Schmidt (1997: 276- 278) chamam os *simbolismos rurais* que coexistem em Portugal, na actualidade. As autoras identificam cinco tipos de representações sociais e institucionais associadas ao mundo rural e à ruralidade portuguesa. O primeiro desses tipos associa-se fortemente à exploração ideológica de que o rural foi alvo nos anos do Estado Novo. Como vimos, no plano simbólico e ideológico o rural foi, antes de mais, associado ao agrícola. O espaço rural era assim glorificado como espaço no qual se desenvolvia a actividade mais nobre do Homem – a agricultura. Esta actividade, como dissemos, sob a influência das condições naturais e submetida de forma progressiva ao modelo de desenvolvimento industrial, era basicamente “*a arte de empobrecer alegremente, o que se traduzia entre outros aspectos, por desvantagens relativas associadas às regiões rurais e, por consequência, sofridas pelas suas populações*” (Mansinho e Schmidt, 1997: 276). Algumas destas populações rurais, esquecidas de certo modo pelos processos de modernização, viviam em regimes de autarcia, afastadas dos mercados, dos progressos e da cultura (e.g. Mónica, 1978), sofrendo carências diversas em termos materiais e de qualidade de vida em geral. Neste primeiro sentido, o rural era sinónimo de subdesenvolvimento e de atraso. Esta noção de rural ainda tem expressão em certas categorias sociais em Portugal, particularmente naquelas que conheceram essa

situação de atraso e que associam igualmente ao campo a dureza do trabalho agrícola e a pobreza das condições de vida¹⁵⁸. Neste simbolismo o rural opõe-se ao urbano, como o seu negativo, a cidade surge como um meio de vida mais desenvolvido e com maior qualidade em termos de equipamentos e infra-estruturas várias.

Paralelamente, temos um segundo *simbolismo* atribuído às áreas rurais portuguesas, aquele que assenta numa visão positiva do subdesenvolvimento e atraso das áreas rurais. Associados a este simbolismo estão de novo os valores da ideologia do conservadorismo ruralista do Estado Novo, como a vida ao ar livre proporcionada pela actividade agrícola, a família tradicional, a permanência dos valores morais. Este simbolismo atribuído e atribuído ao rural um valor de harmonia, de saúde e de qualidade moral. Esta concepção pode ser ilustrada, como referem Mansinho e Schmidt (1997) pelo concurso *A Aldeia mais Portuguesa de Portugal* a que já fizemos referência, que foi lançado com grande divulgação pública em 1938. Nesta simbologia, a cidade tentadora e *vertiginosa* devido aos prazeres que oferecia, opunha-se à aldeia sadia e pacífica, ainda que monótona. Esta dicotomia não tem necessariamente um pólo negativo, embora para Salazar este fosse evidente – “a vida urbana, a indústria dominante, torna o povo desorganizado, coloca-o numa massa turbulenta, invejosa, desmoralizada (...). O urbanismo é um dos males do nosso tempo”.

Uma outra noção de rural é coincidente, segundo Mansinho e Schmidt (1997) com o discurso industrialista da modernização agrícola. Este relaciona-se não apenas com as alterações técnicas das práticas agrícolas, mas igualmente com a utilização crescente de factores de produção cuja proveniência é industrial. A PAC veio reavivar este simbolismo através das suas primeiras medidas de natureza produtivista, aplicadas em Portugal. Através desta noção, o urbano é de novo revalorizado por oposição ao rural. “a reacção ao modelo veiculado pelo regime autoritário teve, pois, consequências nos tempos pós-revolucionários. Uma espécie de ausência de modelo se instalou: o rural perde a sua força simbólica, cedendo lugar (...) a uma ideologia que valorizava essencialmente a vida industrial e urbana. A industrialização e a urbanização foram então, dominantes no desenvolvimento económico português” (Mansinho e Schmidt, 1997: 277).

A quarta concepção de rural que as autoras sugerem associa-se à anterior e dela são sobretudo portadoras as populações urbanas e suburbanas (sobretudo na primeira geração de migrantes). Esta noção resulta da transposição para os meios urbanos de uma memória colectiva relacionada com os hábitos e valores camponeses. A esta memória associa-se

¹⁵⁸ Procurando ilustrar esta noção, utilizamos as palavras de Barata-Feyo, no artigo *As Cidades e as Terras*, da revista Grande Reportagem, nº 54 de Setembro de 1995: “(...) Já entendo as lixeiras no campo. Não é por maldade nem estupidez dos ‘paísanos’. É só porque os portugueses ainda estão demasiado perto da terra para a poder amar e estimar. Para os europeus em geral, e sobretudo para os cidadãos, a terra é o refúgio, ela é o único, último e frágil laço entre si e a natureza, é no contacto com ela que ainda se lhe desperta fugazmente o instinto, essa terrível memória da raça. Não é por acaso que a Ecologia foi em primeiro lugar um conceito urbano. Para os Portugueses a terra é ainda sinónimo de frio no Inverno e de calor no Verão, mas sempre de trabalho e trabalho duro. A terra é violência e não se acarinha o que nos violenta”.

também o desenvolvimento de estratégias de pluriactividade, associando o trabalho nas explorações agrícolas com o trabalho na indústria ou nos serviços. O regresso diário ou pontual à aldeia de origem alimenta as memórias e transforma-a progressivamente de negativa em positiva. “Sem ter ainda uma dimensão ecológica, esta quarta concepção de rural cultiva uma ideia de natureza – de natureza preservada – por vezes bastante diferente da realidade dos campos” (Mansinho e Schmidt, 1997: 278).

Finalmente, uma última concepção de rural parece emergir com alguma intensidade no debate social e político. Esta noção está associada a uma tomada progressiva de consciência da importância que o rural pode ter para a preservação da qualidade ambiental. Nota-se, segundo as autoras que têm vindo a ser citadas, alguma aproximação entre esta representação do rural e da ruralidade e a ideologia subjacente ao concurso da *Aldeia mais Portuguesa de Portugal*. No quadro deste ruralismo emergente, animado por uma maior preocupação social e institucional com as questões do ambiente, são de destacar as propostas e medidas para o desenvolvimento das áreas rurais contidas no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) (1994-1999); no Plano Nacional de Política do Ambiente (PNPA) (1995) e, mais recentemente no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) (2000- 2006), para citarmos, por agora apenas os planos mais abrangentes a nível nacional (e.g. Figueiredo, 1999b; 1999d; 2001b; 2002). Alcança-se neste último tipo de *simbolismo rural* a inteira coincidência entre o rural e o ambiente, que se faz sentir em termos sociais e que se materializa em termos institucionais.

Como discutimos antes, os conceitos de rural e de ruralidade são extremamente complexos e sua complexidade não tem parado de se adensar desde o fim das sociedades camponesas que correspondiam a uma ordem relativamente fixa de valores e práticas. Observamos que em Portugal, as questões do rural e da ruralidade ultrapassam largamente os habitantes rurais e são cada vez mais transportadas, sob várias formas, pelos urbanos e pelo Estado. O rural possui assim diversos sentidos e significados sociais. Neste contexto, a classificação dos vários *simbolismos rurais* proposta por Mansinho e Schmidt (1997) não contém categorias estanques, pelo contrário elas sobrepõem-se com frequência. Estas construções simbólicas e necessariamente sociais de ruralidade referem-se, geralmente, a um conjunto de noções ou de paradigmas acerca da vida rural, originadas muito antes da modernização da agricultura europeia. Reflectem em geral um estado *pré-industrial* (e.g. Billaud *et al.*, 1997) e pré-moderno da vida rural, associando-a, como referimos à vida e à aldeia camponesas. Neste sentido, a aldeia camponesa tanto parece, pelo que dissemos anteriormente, ocupar de forma crescentemente positiva o imaginário e a memória dos que dela saíram, pela emigração, como os daqueles que dali não vieram. Como refere Pais de Brito (1995: 31) “a aldeia tem algo de identidade imaginada e mítica, já que a história da sociedade rural se constitui em torno desta forma social, agreste e amena, que marca a

paisagem e que mesmo, quando se esvazia de gente, parece lembrar, como testemunho, o microcosmos da gente que lhe deu forma". Exactly no mesmo sentido, escreve Belo Moreira (1995: 96) *"é no mundo rural que o imaginário social tem as suas raízes e a cultura portuguesa recolhe muita da sua identidade"*. Estas representações das áreas rurais em Portugal sobreviveram em paralelo, como acabámos de ver, com as noções acerca da modernização e da industrialização. O discurso ambiental vem introduzir novos sentidos a essas construções sociais mais tradicionais de rural e de ruralidade. Tanto em Portugal como em outros países da Europa (e.g. Jollivet, 1994, 1997b) observamos que estas noções de ruralidade se baseia essencialmente numa visão dicotómica da vida rural e da vida urbana, no entanto, como vimos no capítulo IV, a história, o desenvolvimento e os códigos culturais desta dicotomia têm tomado formas bastante diversas nos diferentes países, subsistindo apenas a continuada definição do rural face ao urbano e vice-versa.

Em Portugal, como dissemos no ponto anterior, a dicotomia rural-urbano ainda permanece um aspecto central da construção social da ruralidade. Esta pode ser contextualizada no papel fundamental que, durante décadas, a actividade agrícola teve na economia e na manutenção do uso do solo. O isolamento da sociedade portuguesa ao exterior também contribuiu para esta noção. Billaud *et al.* (1997) referem que em Portugal as noções de ambiente estiveram afastadas das concepções mais tradicionais de ruralidade. Ainda assim, segundo o mesmo autor, podem ser identificadas algumas conotações ambientais nessas construções sociais mais tradicionais de ruralidade. Estas baseiam-se essencialmente *"no papel dominante da agricultura nas áreas rurais. Podem ser divididas em partes de paisagem que representam as partes não apropriadas e não utilizadas da natureza (...). A relação da agricultura com o ambiente reflecte-se em noções como a elevada qualidade dos produtos agrícolas, paisagens agrárias e habitats naturais e ainda com as comunidades rurais como forma de integração harmoniosa da natureza e da sociedade"* (Billaud *et al.* 1997: 16). Para além destas representações associadas à actividade agrícola, as dimensões ambientais da ruralidade são hoje fundamentalmente expressas como concepções normativas, associadas ao recreio e ao lazer, por exemplo, em termos da beleza das paisagens ou de uma natureza natural, que se tornou, como sabemos, cada vez mais utópica para os urbanos (e.g. Figueiredo, 1999b). Tendo em atenção os dados obtidos no âmbito do *Painel Cidade-Campo*, realizado em 1997 pelo Observa, verificamos que os portugueses tendem a aproximar-se de um ideal a que os autores chamam *neo-ruralista*, associado ao recreio, ao lazer, ao bem estar e à qualidade de vida. Como se disse no ponto anterior, o renascimento do rural é também positivo em Portugal e ainda que mais tardio avançou com rapidez quer nas representações sociais, quer em termos de intervenções institucionais a ele dirigidas (e.g. Billaud *et al.*, 1997). De um modo geral, os portugueses

identificam o campo como o local onde se vive melhor no país¹⁵⁹ (e.g. Schmidt, Valente e Pinheiro, 2000). As razões apontadas para essa escolha associam-se ao *mito* ou à *utopia* da vida rural e podem ser sintetizadas numa maior calma, numa vida mais saudável e mais próxima da natureza e das paisagens naturais. Observamos assim, que à ideia de ruralidade se associa uma maior qualidade de vida quer num sentido geral e impreciso, quer no sentido ambiental. À cidade, por oposição, é associada uma qualidade de vida traduzida por aspectos mais materiais, como o maior acesso a serviços e bens de consumo, melhores e maiores oportunidades de emprego e ainda maiores acessibilidades e facilidades de transportes¹⁶⁰ e, simultaneamente uma muito menor qualidade ambiental, que se traduz pela poluição e pela ausência de contacto com a natureza.

Neste contexto, o rural em Portugal institui-se crescentemente como espaço multifuncional, quer pelo reconhecimento da precária função económica da actividade agrícola e pela sua importante função social, quer pela diversificação das actividades económicas. No centro desta multifuncionalidade encontram-se as novas funções de lazer e de qualidade de vida, nas quais as dimensões de preservação do ambiente e da natureza, tal como de salvaguarda das tradições assumem particular relevo, pese embora os efeitos perversos que também podem possuir e a que fizemos referência no ponto anterior e no capítulo IV a um nível mais geral. Ainda que com algum cepticismo, podemos reconhecer com Reis e Santos (1995) que está amplamente justificado actualmente que a pequena agricultura e particularmente as áreas rurais readquiriram uma importância central na sociedade portuguesa contemporânea. Apesar disto, *“a ironia da falta de reconhecimento das nossas forças, devido a uma lógica de acção pela imitação e a uma fraca noção do modo como as sociedades evoluem, pode levar-nos a que um dia tenhamos pateticamente de inventar, sempre com atraso, o que já tivemos quando éramos ‘atrasados’”* (Reis e Santos, 1995: 21).

5. Conclusão

Neste capítulo analisámos as transformações das áreas rurais portuguesas nos últimos quarenta anos, procurando enquadrar as suas mudanças nas transformações mais globais da sociedade portuguesa. Dividimos a análise em dois períodos principais, o primeiro correspondendo ao período entre os anos sessenta e o ano de 1974 e o segundo desde essa data até à actualidade. Considerámos que esta distinção era importante, dado que ainda que as principais transformações das áreas rurais se tenham iniciado precisamente no início dos

¹⁵⁹ Segundo os dados do I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente, 42% dos inquiridos identificaram o campo como o espaço em que se vivia melhor, 21% as aldeias e 24% as cidades e vilas de pequena dimensão.

¹⁶⁰ Estas tendências são confirmadas em Ferreira de Almeida ((Coord.), 2001), no que se refere aos dados do II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente.

anos sessenta, a partir de 1974, com o advento da democracia aquelas áreas deixaram de ser tão condicionadas por um modelo de 'desenvolvimento' que, ao mesmo tempo que ideologicamente exaltava as suas qualidades, na prática as ignorava perpetuando a sua situação de atraso, de declínio e de pobreza. Não que, como vimos, as áreas rurais tenham conhecido desenvolvimentos positivos nos anos seguintes ao 25 de Abril de 1974. Na verdade o declínio não deixou de se acentuar, tal como não deixou de se acentuar a perda de importância económica da actividade agrícola, primeiro (até 1986) agrilhoadada a um modelo de desenvolvimento que claramente privilegiou a urbanização e a industrialização e depois (a partir daquela data), presa às contingências que a PAC e as suas sucessivas reformas lhe foram impondo.

Importa reter que, em termos globais, a sociedade portuguesa não esteve imobilizada na última década de vigência do Estado Novo. Há um claro consenso entre os autores consultados, quanto ao facto de ser a partir desta década que se começam a desenhar as principais tendências de evolução da sociedade portuguesa. Efectivamente, como vimos, as dinâmicas demográficas (o envelhecimento da população, a diminuição drástica da taxa de natalidade, o decréscimo das taxas de mortalidade, sobretudo da infantil, a aproximação dos valores do saldo fisiológico para o zero) aproximaram-se de forma rápida, nos últimos anos, das observadas nos países mais desenvolvidos da Europa, ou para utilizar de novo a expressão de Machado e Costa (1998) dos países de modernidade avançada. Também as dinâmicas económicas globais nos aproximaram desses países, muito particularmente no que se refere à *desruralização* do país e à terciarização da sua economia, embora em aspectos económicos específicos permaneçamos um país semi-periférico. A questão das habilitações escolares da população portuguesa, por exemplo, é um dos aspectos que nos afasta da modernidade avançada, muito embora também neste domínio as alterações se tenham feito de um modo rápido e que podemos qualificar como positivo. De qualquer modo, a mão-de-obra nacional é a que possui as piores qualificações no âmbito dos países que integram a UE e, ao mesmo tempo, Portugal permanece como o país no qual o número de licenciados é o mais baixo do espaço comunitário. A sociedade portuguesa permanece plural, sendo que a par com a modernização de alguns sectores, subsistem bolsas tradicionais, tanto em termos económicos como sociais. Outra tendência forte das transformações socioeconómicas do país, nos últimos quarenta anos, foi a sua rápida litoralização. Este fenómeno iniciou-se com os movimentos migratórios provocados pelo êxodo rural e não cessou de se acentuar mesmo quando aqueles movimentos conheceram um decréscimo importante. A par com a litoralização, assistiu-se em Portugal à desertificação humana, social e económica das áreas rurais do interior que também sofreram movimentos emigratórios muito importantes, na primeira década do período que analisámos.

Pelas várias transformações sofridas ao longo das últimas quatro décadas, cuja mais importante é a dissociação do rural e do agrícola, e a perda de importância desta actividade em termos económicos e também como unificadora da sociedade rural, a maior parte das áreas rurais portuguesas encontra-se em processo de declínio. Este declínio é particularmente evidente em áreas rurais primeiro dominadas pelo modo de viver camponês e pela agricultura tradicional, depois abandonadas pelos seus construtores e seguidamente pelos modelos de desenvolvimento. Ou seja, o declínio é mais evidente no que Cavaco (1993, 1996) chama *o rural profundo*. O declínio rural foi acentuado pela adesão à UE e pela introdução da PAC em Portugal, uma política que como vimos, é extremamente contraditória em si mesma. No seguimento das sucessivas reformas desta política, concluímos que se desenha para o nosso país um futuro rural assente em funções de lazer e de reserva natural. A agricultura terá lugar nesse processo, mas essencialmente como factor de manutenção das paisagens e da ruralidade e menos como sector produtivo. Neste contexto, tendo em conta as medidas de *set aside* e as recentes medidas agro-ambientais, ao agricultor português parece estar reservado um papel de *jardineiro da natureza* (e.g. Oliveira Baptista, 1993 e 1996) e de gestor da qualidade ambiental e do território (e.g. Reis e Lima, 1998).

Apesar de alguns autores (e.g. Ferrão, 1996; Cristóvão e Portela, 1996; Machado e Costa, 1998) considerarem que as transformações ocorridas em Portugal nas últimas décadas vieram esbater as fronteiras tradicionais entre o rural e o urbano, as questões debatidas neste capítulo apontam no sentido do reforço da manutenção da dicotomia. Concluímos também que esta dicotomia associa agora características e qualidades positivas ao rural. Neste domínio, a função ambiental que é cada vez mais reconhecida social e institucionalmente às áreas rurais, contribui para essa concepção positiva do rural face ao urbano. O rural é entendido em Portugal, como em outros países o foi primeiro, como uma reserva cultural e natural, quer as suas qualidades sejam reais ou idealizadas. Esta instituição do rural como reserva de amenidades diversas, anuncia o seu renascimento e é sobretudo transportada pelos residentes das cidades, quer tenham um passado rural recente ou longínquo. Estes simbolismos do rural poderão ter, como dissemos, efeitos perversos importantes, na linha do que vem acontecendo em outros países da Europa, cujo mais importante é o esvaziamento das áreas rurais das suas dinâmicas próprias e a instituição de uma ruralidade recriada. No entanto, tratando-se de um movimento recente – o de procura e consumo das áreas rurais pelos urbanos – não é possível prever a direcção das consequências desta *invenção do rural* através do olhar dos urbanos e do Estado. No capítulo seguinte debateremos estas questões, sobretudo ao nível da intervenção estatal sobre o rural, quer em termos da protecção e preservação da sua qualidade ambiental, quer em termos do seu desenvolvimento. Debateremos igualmente as questões da legitimidade dessas intervenções e a provável subalternização das áreas rurais aos modelos de

desenvolvimento dominantes na actualidade e nos quais o ambiente tem, como vimos, um papel central.

Capítulo VI - Ambiente e Desenvolvimento

Rural – As Políticas

1. Introdução

Neste capítulo começamos por debater os diferentes paradigmas de desenvolvimento socioeconómico em geral e de desenvolvimento rural em particular, observando como se tem processado a integração das preocupações ambientais nesses paradigmas. Discute-se sobretudo a passagem de modelos de desenvolvimento assentes no chamado *paradigma do crescimento económico*, dos quais o ambiente estava ausente como preocupação, para os modelos actuais que encaram o desenvolvimento como um processo que ultrapassa a satisfação das necessidades materiais e integra, como aspectos centrais, as preocupações com a preservação do ambiente.

Após esta introdução, de carácter mais geral, observamos as políticas de desenvolvimento rural em Portugal. Neste domínio, constatamos a identificação entre o rural e o agrícola em Portugal durante várias décadas, tal como a sua prevalecente manifestação. Observamos ainda que, essencialmente sob o impulso da UE, aquela identificação começa a deixar de ser tão saliente ao mesmo tempo que, a nível da tomada de decisões e de implementação de medidas de política, se assiste à descoberta de que as áreas rurais extravasam em muito o sector agrícola e que se preocupam agora com a instituição do rural como espaço multifuncional.

A partir desta discussão, procuramos analisar o lugar que as questões ambientais têm ocupado (e ocupam actualmente) nas políticas, programas e medidas relativos ao desenvolvimento das áreas rurais em Portugal. Neste contexto, é discutida a questão da legitimidade e da eficácia que pode ser atribuída às políticas públicas (e aos programas e medidas que delas decorrem) que visam a protecção do ambiente e o desenvolvimento das áreas rurais portuguesas.

Com base na discussão anterior, o capítulo conclui-se no debate da existência (ou não) de uma nova (ou renovada) subalternização das áreas rurais ao pensamento político-social dominante, tomando essencialmente como base a regulamentação de espaços protegidos como sintoma da construção institucional (incorporando em parte a construção social) do ambiente rural. Esta discussão realiza-se tendo como pressuposto que as áreas protegidas portuguesas se localizam maioritariamente em áreas que podemos classificar como rurais. Finalmente, procuramos observar e analisar os conflitos que surgem potencialmente (de modo latente ou evidente) na instituição das áreas rurais como áreas de protecção do ambiente.

2. Os paradigmas de desenvolvimento rural e a questão ambiental

Temos vindo a utilizar o conceito de *desenvolvimento* segundo a definição breve e relativamente simplista que apresentámos no capítulo II¹⁶¹. Ou seja, o desenvolvimento entendido como um processo que designa a acção social e política na mobilização de recursos de diversa ordem (e.g. Micoud, 1989) para benefício de determinados contextos ou grupos sociais. Dissemos que o desenvolvimento é igualmente um conceito que agrega dimensões e fenómenos materiais e imateriais (e.g. Villaverde Cabral, 1997) e ainda que é um processo dinâmico. Neste capítulo impõe-se que abordemos a riqueza da noção de desenvolvimento de modo um pouco mais aprofundado. De acordo com Villaverde Cabral (1997: 17) “*se é certo que a economia enquanto actividade humana surge, por assim dizer, como um facto natural próprio a qualquer sociedade, já aquilo a que se dá habitualmente o nome de desenvolvimento aparece como uma construção relativamente recente, característica de um determinado tipo de constelação sociocultural*”, o que remete para a complexidade da sua definição, por um lado e para a variabilidade das suas concepções, por outro. Segundo Moreno (1999a: 37) “*a concepção antropocêntrica de desenvolvimento*¹⁶², *como um processo de superação racional e deliberada de uma determinada condição individual ou colectiva para cumprir objectivos de satisfação (de necessidades), inspira-se no pensamento evolucionista*”, característica que a ascensão da burguesia no mundo ocidental desde o século XII, assim como o advento dos *Descobrimentos*, não deixaram de acentuar e promover. A implantação generalizada desta concepção de desenvolvimento por todo o mundo ocidental dá-se sobretudo no século XIX. A este facto não foram estranhas a Revolução Agrícola e sobretudo a Revolução Industrial, ambas sustentadas pelo progresso científico e técnico e por uma racionalidade materialista e utilitarista (e.g. Moreno, 1999a). Os processos de desenvolvimento assumiram plenamente a partir desta época a sua “*natureza darwiniana*” para usar as palavras de Jenkins *et al.*(1998: 56). Como já tivemos ocasião de referir, as concepções dominantes de desenvolvimento que marcaram quase todo o século XIX e grande parte do século XX, i.e., toda a chamada *era industrial moderna* assentavam nesta perspectiva¹⁶³. As sociedades da *era industrial*, como refere Roque Amaro (1996), nascidas da revolução industrial (e de todo o vasto conjunto de outras revoluções de menor escala que a antecederam, acompanharam e precederam¹⁶⁴), difundidas a partir da Europa ocidental e central e apuradas ao longo dos últimos duzentos anos, conhecem múltiplas

¹⁶¹ Mais concretamente na secção 2.1, p.31

¹⁶² Aquela que dominou precisamente até há cerca de duas ou três décadas atrás, no mundo ocidental.

¹⁶³ *Grosso modo* podemos dizer que elas correspondem àquilo que no capítulo II identificámos como a ‘*dominant western worldview*’.

¹⁶⁴ A nível agrícola, comercial, técnico, científico, cultural, filosófico, político (e.g. Roque Amaro, 1996; Moreno, 1999a)

versões. Apesar desta diversidade de formas, estas sociedades “assentaram, na grande maioria dos casos em pilares comuns e que constituem a sua base fundamental de funcionamento” (Roque Amaro, 1996: 222) e a que podemos chamar uma *filosofia de desenvolvimento*. Um desses pilares é aquilo a que Roque Amaro chama “a *obsessão do crescimento económico*” ou o que Silva (1982), como dissemos anteriormente, chamou o “*paradigma do crescimento económico*”. Esta *obsessiva* procura do crescimento económico, noção com a qual o conceito de desenvolvimento se identificou plenamente até meados dos anos setenta, explica-se pela fuga à escassez, num primeiro momento e pela ambição da abundância, num segundo momento. O desenvolvimento é assim entendido como sinónimo de crescimento económico, mas esse crescimento não se fez sem custos, como refere Roque Amaro (1996). Ele teve consequências devastadoras a nível social, cultural, ambiental e tornou-se “*cada vez menos humano*” (idem: 222). As sociedades industriais vão-se tornando, pela aplicação deste paradigma, cada vez mais *produtivistas*, por um lado e *consumistas*, por outro, afinal as duas faces da mesma e exacta moeda. Como dissemos no capítulo II, um outro pilar importante das sociedades industriais e da sua concepção de desenvolvimento pode ser definido como a crença ilimitada no progresso científico e tecnológico. Este era entendido, nesta perspectiva, como capaz de resolver todos os problemas. Outro pilar deste modelo de desenvolvimento são os aspectos associados à vida urbana. A cidade é, assim, outro dos “*mitos destas sociedades, justificado pelas economias de escala e de aglomeração e pelo prestígio dos modos de vida urbanos*” (Roque Amaro, 1996: 224). A exploração dos recursos naturais, tal como a crença no carácter ilimitado desses mesmos recursos, constituía outro dos pilares nos quais assentou a expansão deste paradigma de desenvolvimento. Em termos territoriais, as sociedades urbano-industriais assentam na ideia do Estado-Nação como centralizador de toda a acção e iniciativas de desenvolvimento. Basicamente, o conceito de desenvolvimento de que temos vindo a falar confunde-se com crescimento económico, modernização, urbanização e industrialização, devido ao contexto em que foi fomentado e consolidado e pode, sumariamente ser caracterizado por ser: (e.g. Roque Amaro, 2001):

- *Economicista*, o que significa que os critérios e cálculos económicos se sobrepõem a todos os outros, já que o objectivo pretendido é o crescimento económico.
- *Industrialista*, por assentar no crescimento industrial.
- *Produtivista*, ou seja, que mede os resultados em função da produtividade alcançada.
- *Tecnologista*, por mobilizar capacidades tecnológicas *de ponta*.
- *Funcionalista*, por visar determinados fins sectoriais e funcionais.
- *Centralista*, ou seja que postula que o desenvolvimento deve ser coordenado *a partir de cima (Top-Down, Centre-down, From above)*, subordinando-se os interesses locais aos nacionais.

Este paradigma de desenvolvimento caracteriza-se ainda pela crença de que o crescimento económico era generalizável a todas as latitudes (e.g. Silva, 1982). Este paradigma assentava também numa visão dicotómica do espaço que essencialmente opunha o espaço *desenvolvido* ao espaço *subdesenvolvido* e que assumia uma *performance* linear na qual as áreas subdesenvolvidas tenderiam a aumentar os seus níveis de crescimento pela sua integração num processo padronizado de industrialização (e.g. Stöhr, 1989). As abordagens e estratégias decorrentes deste modelo são essencialmente comparativas, estáticas e determinísticas, características que segundo diversos autores (e.g. Silva, 1982; Houé, 1989; Stöhr, 1989; Figueiredo, 1993, 1995) contradizem a própria natureza do conceito de desenvolvimento.

Os diversos efeitos perversos ou devastadores, em alguns casos, da aplicação desta concepção de desenvolvimento, vieram provocar aquilo a que Roque Amaro (1996: 225) chama *factores de bloqueamento* nas sociedades modernas e ditas mais desenvolvidas. Alguns desses factores são referidos pelo autor citado como sendo:

- a) o aumento do desemprego;
- b) o agravamento e alargamento das formas de pobreza e de exclusão social;
- c) o acentuar do clima de *insegurança*, que abordámos no capítulo II como sendo apanágio das sociedades de modernidade reflexiva, ou pós-modernas;
- d) o aumento do número de dependentes e de não produtivos nas sociedades modernas;
- e) a crise dos sistemas políticos de democracia representativa, a que aludimos também no capítulo II;
- f) as rupturas ambientais, igualmente já mencionadas, que conduziram à crise ecológica nas sociedades desenvolvidas e não desenvolvidas.

A acrescentar a estes factores (ou subjacentes a todos eles) temos ainda os resultados económicos, sociais e humanos que a aplicação de modelos de desenvolvimento assentes nesta concepção colocou aos países do chamado *Terceiro Mundo*, i.e., o agravar das desigualdades, da pobreza e das injustiças sociais. É no contexto destas perversidades ou paradoxos da concepção (e essencialmente da materialização) de desenvolvimento que expusemos sucintamente, que se insere “*a busca de um novo conceito de desenvolvimento nos últimos cerca de trinta anos*” (Roque Amaro, 2001: 200). Desta busca resultaram diversas *cadeias conceptuais* que deram origem a uma nova abordagem de desenvolvimento. Dessas diferentes concepções, destacamos:

- o *desenvolvimento endógeno* – noção que emergiu nos anos oitenta e noventa e que, como a própria designação sugere, pretende que o processo de desenvolvimento seja

baseado nas comunidades locais, sustentado nas suas capacidades internas. É um desenvolvimento *a partir de dentro* e *a partir de baixo* (*'from bellow'; 'bottom-up'*)¹⁶⁵.

- O *eco-desenvolvimento* – este conceito foi dominante nos anos setenta, na sequência da crise dos modos de produção *fordistas*, da crise energética e da emergência dos problemas ambientais como questões socialmente relevantes. Desta noção faz parte a alteração dos modos de produção e de consumo, de forma a integrar as preocupações com a escassez e o carácter limitado dos recursos naturais (e.g. Godard *et al.*, 1992).
- O *desenvolvimento sustentável* – como vimos no capítulo II, esta abordagem ao desenvolvimento surge em finais dos anos oitenta e consolida-se ao longo da década de noventa na sequência da publicação do *Relatório Brundtland* em 1987 e da *Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Humano* em 1992. É uma concepção ética de desenvolvimento, que propõe, como dissemos, a consideração (essencialmente no uso dos recursos naturais) do bem-estar gerações futuras sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações do presente (e.g. Sachs, 1991; Godard *et al.*, 1992; Slocombe, 1993; WCED, 1987; Pepper, 2000; Fidélis, 2001).
- O *desenvolvimento participado* – esta concepção emergiu igualmente nos anos oitenta e noventa e supõe o envolvimento das populações nos processos de desenvolvimento. Para além das populações locais, esta abordagem propõe como importante o envolvimento de outros agentes, como as ONG, para além do Estado e das empresas (e.g. Roque Amaro, 1996, 2001)
- O *desenvolvimento integrado* – esta abordagem também surgiu nos anos oitenta e sugere que todos os interesses, actores, sectores, territórios, etc. devem ser integrados nos processos de desenvolvimento, segundo uma abordagem que se pretende interdisciplinar e interinstitucional¹⁶⁶ (e.g. Godard *et al.*, 1992; Portela, 1999)

Estas concepções não são contraditórias e podemos dizer que as abordagens actuais ao desenvolvimento, ainda em processo de consolidação, têm raízes em todas estas perspectivas. Os traços mais marcantes introduzidos pelas concepções de desenvolvimento referidas na *filosofia de desenvolvimento emergente* podem, então, ser sintetizados no seguinte:

- O conceito de desenvolvimento assume crescentemente a *multidimensionalidade* dos processos de mudança social, o que implica uma abordagem interdisciplinar e uma actuação inter-institucional.

¹⁶⁵ Uma boa síntese desta concepção de desenvolvimento é realizada por Lajugie *et al* (1985). Também Guerra (1996) e Roque Amaro (1996) nos fornecem uma perspectiva global sobre esta abordagem, por oposição à perspectiva *top down*.

¹⁶⁶ A propósito desta abordagem ver o trabalho de Portela (1999) especificamente sobre a integração do desenvolvimento rural. Com base na experiência da avaliação do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes, o autor conclui que a integração é mais simbólica do que instrumental.

- A ênfase é agora no ‘*empowerment*’, ou seja, a noção de desenvolvimento remete actualmente para a realização das capacidades das populações através do reforço e valorização das suas competências e não apenas para a satisfação das suas necessidades materiais.
- O desenvolvimento assume-se progressivamente como um processo *participado* pelas populações a que se refere e por novos protagonistas, para além das empresas e do Estado.
- O conceito de desenvolvimento integra agora uma nova relação com o ambiente e com os elementos naturais implicando assim a *sustentabilidade* e a *solidariedade intergeracional*.
- Substitui-se o desenvolvimento pelos *desenvolvimentos*, fazendo assim apelo à necessidade de assentar em territorialidades diversas, especialmente as infra-nacionais (desenvolvimento local).
- O desenvolvimento é entendido, na sequência do anterior, como um processo pleno de *diversidade*.

Na sequência destes aspectos, podemos definir desenvolvimento como um processo de mudança das estruturas sociais que possibilita o aumento das oportunidades de bem-estar das populações (em termos da satisfação das suas necessidades e de realização das suas capacidades) sem comprometer o bem-estar das gerações futuras. Este processo implica assim a realização de capacidades pelo reforço das competências das populações (ou, como designado antes – ‘*empowerment*’); o protagonismo activo dessas populações e de outros agentes para além do Estado; a igualdade de acesso às oportunidades criadas; a sustentabilidade ambiental e a diversidade de estratégias (e.g. Störh, 1989; Houé, 1989; Guerra, 1996, Roque Amaro, 1996, 2001).

Como sugerido, a estes paradigmas de desenvolvimento, quer ao dominante nos últimos duzentos anos (e que não cessou ainda de ser explorado em muitos domínios), quer ao emergente, correspondem modos diversos de integração do ambiente. Nos capítulos I e II tivemos ocasião de explorar as várias causas e consequências, nem sempre fáceis de delimitar e definir, da falência da ‘*dominant western worldview*’ e a entrada das questões ambientais como questões relevantes nas agendas pública e política. Como dissemos, a ausência de uma ética social consentânea com a conservação dos recursos conduziu, no mundo inteiro, a uma exploração abusiva dos recursos naturais e “*nos finais do século XX, a dominação do Homem sobre a natureza é tal que não parece ser possível apercebermo-nos de todas as consequências, não apenas para a espécie humana, mas para todo o universo físico*” (Dwivedi, 1986: 407). A reacção a esta constatação foi tanto de natureza social, como política. Na mesma linha, Redclift (1993) defende que, desde sempre, ao longo da história da humanidade, pudemos observar a existência de contradições importantes entre os objectivos

de desenvolvimento económico e a protecção do ambiente. Como refere este autor, “grande parte do debate ambiental tem sido conduzido com poucas referências ao desenvolvimento do capitalismo” (Redclift, 1993: 444). Todavia estas são relevantes já que “no processo de desenvolvimento os países industrializados perderam o respeito pela natureza e com ele a margem de manobra para agir por tentativa e erro” (idem: 445) no que se refere às respostas políticas e de planeamento. Podemos encontrar, de acordo com o autor citado, pelo menos três situações diferentes no que se refere à relação entre ambiente e modos de desenvolvimento capitalistas. Estas três situações não fazem parte de uma progressão linear, não devendo por isso ser entendidas a partir de uma perspectiva evolutiva. Cada uma delas existe – e relaciona-se com – no desenvolvimento do capitalismo ocidental contemporâneo. Seguindo a linha de pensamento de Redclift (1993: 448 – 449) essas três situações correspondem:

1. Às *sociedades de pequena escala*. De acordo com Redclift não é possível falar em sociedades *pré-capitalistas* a não ser num sentido puramente histórico. A emergência do colonialismo e, depois, do capitalismo industrial, serviu para obscurecer a história dos países com os quais foi feito contacto. Nestes contextos, os efeitos da penetração do capitalismo são frequentemente evidentes mas não foram incorporados nas lógicas de produção domésticas. A integração da natureza e das formas de organização social é mais completa quando “*corresponde à economia natural. A sua destruição gradual coloca problemas e questões associadas à identidade cultural que são, também, aspectos de conservação ambiental, nomeadamente no que se refere à forma como os autóctones asseguram os seus direitos e à forma como podemos aprender com os seus conhecimentos*” (Redclift, 1993: 448).
2. Às *sociedades pós-industriais*. Como vimos no capítulo II e nos seguintes, o momento histórico que a maior parte das sociedades ocidentais vive actualmente pode ser designado como *pós-industrial*. O ambiente que conhecemos actualmente é frequentemente associado ao *campo*¹⁶⁷ e é basicamente o produto do desenvolvimento das nossas sociedades. De acordo com Redclift, o ambiente é nas nossas sociedades, aquilo que “*resta quando se garantiu a produção agrícola*” (idem, ibidem). Um tal entendimento do ambiente, no âmbito do desenvolvimento do capitalismo, envolve pelo menos três aspectos:
 - em primeiro lugar, os contextos *pós-industriais* são aqueles em que, em princípio, a segurança alimentar foi alcançada a nível nacional. Isto não significa necessariamente que a auto-suficiência foi alcançada no que se refere à produção agrícola, mas antes que foram implementadas políticas com esse objectivo;

¹⁶⁷ Esta ideia foi já desenvolvida nos capítulos IV e V.

- a estrutura de classes na agricultura dos contextos *pós-industriais* está relativamente formada e é “*surpreendentemente homogénea*” (idem, ibidem). Os conflitos sociais que existem estão, por assim dizer, institucionalizados no interior das organizações de agricultores ou entre o Estado e os grupos de agricultores;
 - o aspecto fundamental de tais contextos é a procura da *sustentabilidade ambiental* em vez da *sustentabilidade agrícola*. Um dos principais problemas, nesta linha, é como sustentar o ambiente à luz das necessidades de modernização e intensificação da actividade agrícola. Por outro lado, nestes contextos *pós-industriais* é convicção crescente que a conservação não pode ser apenas alcançada através da simples protecção do ambiente. Ela requer, frequentemente, a ruptura com as forças de mercado. Se no passado, o mercado permitiu o crescimento da actividade agrícola, em parte através da remoção de alguns constrangimentos ambientais, actualmente verificamos o contrário, i.e., que a agricultura tem de ser gerida de forma a maximizar o ambiente e procurando responder a constrangimentos orçamentais (como é o caso da PAC na Europa). Nos países mais desenvolvidos, a actividade agrícola contribuiu para alterar o ambiente e a feição das paisagens naturais. Neste sentido, “*a separação entre a natureza e a sociedade está quase completa. O ambiente surge frequentemente como mais importante do que a produção alimentar, mas nem por isso menos socialmente construído. A consciência ambiental não é um ingrediente do sucesso da agricultura, como nas sociedades de pequena escala, mas assume um significado importante no planeamento e desenvolvimento rural*” (idem: 449).
3. *Aos ambientes estruturalmente transformados.* Na maior parte dos países menos desenvolvidos e em alguns países desenvolvidos, os ambientes diferem das duas situações anteriormente descritas. Embora tenham sido transformados pelo contacto com os países desenvolvidos e industrializados, as relações de produção de tipo capitalista não foram universalmente estabelecidas e inteiramente consolidadas. Os ambientes estruturalmente transformados são, então para Redclift (1993: 449), “*aqueles em que o primeiro objectivo do desenvolvimento é alcançar o crescimento da agricultura, através da operação das forças do mercado, frequentemente apoiadas pela intervenção do Estado*”.

Todas estas questões se encontram profundamente associadas ao paradigma de desenvolvimento assente no crescimento económico e que, como vimos, conheceu um grande impulso a seguir à II Guerra Mundial. A ênfase na acumulação de capital, no crescimento económico, na tecnologia e no avanço científico, assim como a necessidade de reconstrução das economias e sobretudo o imperativo de assegurar a produção de alimentos, assentou na exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente as preocupações

ambientais não faziam parte das políticas e medidas de crescimento económico. A constatação dos limites dos elementos naturais em conjunto com toda uma série de aspectos que tivemos ocasião de apontar já, provocou a partir de meados dos anos setenta a necessidade de tomar em linha de conta as questões ambientais¹⁶⁸. Apesar disso, só no final dos anos oitenta elas se tornaram centrais para os paradigmas e concepções de desenvolvimento. É precisamente neste âmbito (a que Ferreira de Almeida, Amaral, Borrego, Capucha e Ferrão (1994) chamam a “*quarta geração de paradigmas de desenvolvimento regional*”) que surgem as primeiras preocupações com o desenvolvimento rural extra-agrícola e a consideração das suas importantes funções para a sociedade entendida globalmente, com particular ênfase para as suas funções ambientais. Os documentos publicados em 1988 pela CCE (*The Future of Rural Society*) e em 1988 (*New Trends in Rural Policymaking*) e em 1993 (*What Future for Our Countryside?*) pela OCDE, vieram de certa forma balizar as questões consideradas fundamentais para o desenvolvimento rural.

Como sugerimos, associada aos modelos e políticas de desenvolvimento saídas do paradigma dominante encontrava-se a delimitação de configurações territoriais dicotómicas, através da *imposição* de centros/pólos de crescimento (geralmente urbanos, industriais, onde se encontravam concentrados os processos de tomada de decisão de natureza política, económica e social) e da *definição* em simultâneo de áreas subdesenvolvidas. Associada a esta dicotomia centros de crescimento/áreas subdesenvolvidas, encontrava-se uma outra dupla dualidade (já debatida no capítulo IV): a dicotomia rural-urbano e a dicotomia agricultura-industria. Os referenciais desta dupla dicotomia (i.e. o urbano e o industrial) para além de condicionarem e determinarem a forma do desenvolvimento definiam, por oposição, o rural, o agrícola e o subdesenvolvido. Neste sentido, como também observámos no capítulo IV, os espaços rurais seriam integrados – ainda que de forma selectiva em função do interesse que representavam para o processo de crescimento económico – no paradigma de desenvolvimento de tipo urbano-industrial (e.g. Stöhr, 1989; Houé, 1989). Num quadro com os contornos daquele em que o *paradigma do crescimento económico* domina, “*é com dificuldade que se lida com os ‘não produtivos’, cuja subsistência tem de ser suportada pelos produtivos (pela via do enquadramento familiar, das solidariedades organizadas ou espontâneas na sociedade, ou do Estado-Providência, à custa de impostos e transferências de rendimentos), uma vez que àqueles não é reconhecida qualquer função produtiva, que justifique um rendimento*” (Roque Amaro, 1996: 223). As áreas rurais que não possuíam esta capacidade produtiva em larga escala ou, dito de outra forma, que não possuíam condições

¹⁶⁸ Por exemplo na UE, constituída em 1957, as preocupações com as questões ambientais só se tornaram manifestas nos anos setenta. Concretamente, apenas em 1972 a necessidade de um política para o ambiente seria formalmente reconhecida. Em 1973, o Conselho das Comunidades Europeias adoptou um quadro de objectivos e de princípios gerais relacionados com as questões do ambiente que, saliente-se, não tiveram senão um muito reduzido impacte nas políticas agrícolas, as únicas até então desenhadas para as áreas rurais (e.g. Figueiredo e Rosa Pires, 1992; Figueiredo, 1993 e 1995).

que permitissem a intensificação da produção, o aumento da produtividade e a modernização agrícola, eram assim, frequentemente *marginalizadas* pelo processo de desenvolvimento. Neste sentido, as políticas decorrentes deste paradigma de desenvolvimento, no que se refere às áreas rurais, eram condicionadas quase exclusivamente, pelo modo como estas se poderiam enquadrar no sistema global de crescimento (e.g. Cloke, 1987, 1988 e 1989). Como salientámos, a maior parte das áreas rurais não produtivas ou com baixa produtividade foram crescentemente sendo colocadas numa posição residual. Esta posição significou a ausência de políticas de desenvolvimento para muitas dessas áreas e as suas fragilidades foram-se acentuando no sistema económico global. Por outro lado, nas áreas rurais que foram integradas no processo de crescimento as políticas tenderam a ser sectoriais, centradas nos aspectos produtivos e económicos, negligenciando ao mesmo tempo os problemas, as carências e as desvantagens de outro tipo que essas áreas também possuíam. O *bem-estar rural* foi amplamente identificado, nestas políticas, com o *bem-estar agrícola* (e.g. Cloke, 1988; Houé, 1989; O’Cinneide, 1991a e 1991b). Embora tendo sempre presente a extrema diversidade de áreas rurais - apontada e debatida no capítulo IV - o facto é que estas áreas de uma forma geral (mas em particular aquelas que se encontravam mais afastadas dos centros de crescimento urbano e industrial) foram as mais afectadas pela aplicação e posterior falência das políticas económicas assentes no paradigma de desenvolvimento dominante. Efectivamente, a marginalização ou a integração selectiva das áreas rurais no sistema económico dominante revelou-se amplamente catastrófica para a maioria delas (e.g. Figueiredo, 1993). Em face do reconhecido insucesso das políticas e planos de desenvolvimento rural, accionados por vários países ocidentais, sobretudo a partir da década de cinquenta, o processo de desenvolvimento para as áreas rurais é repensado actualmente nos moldes que observámos anteriormente. A partir dos anos oitenta, o desenvolvimento rural passa a ser pensado como local, integrado e endógeno. *“Através de programas de animação específicos, procura-se o envolvimento, a participação e o compromisso com os actores locais para que estes, por vontade colectiva, definam ou venham a aceitar estratégias de reorganização do espaço rural”* (Reis e Lima, 1998: 349). Ou, como refere Kayser (1990: 222) *“o desenvolvimento local não pode funcionar sem intervenções exteriores, embora não possa progredir sem a vontade e as iniciativas locais. Trata-se de um processo que torna possível, em meio rural, que a associação de iniciativas locais e de incentivos externos conduza à realização de projectos indutores de progresso”*. Deste modo, como concluem, entre outros, Gilder (1984), Bradley e Lowe (1984), Cavaco (1996), Diniz (1996) e Reis e Lima (1998), a promoção da *localidade* assume-se como essencial não só para compreender as transformações ocorridas nas áreas rurais contemporâneas, como para intervir sobre elas. O

desenvolvimento local em meio rural¹⁶⁹ surge, actualmente como uma forma de agir sobre os seus problemas e promover as suas potencialidades. Como refere Mormont (1994c: 140), é hoje imprescindível dar uma nova importância ao espaço local que, aliás, “as políticas europeias reconhecem cada vez mais” já que o tipo de “gestão hierárquica e funcionalista que (...) transcrevia nos espaços locais as exigências de níveis superiores (...) não é mais possível”. Este reconhecimento decorre igualmente de um outro, a que já aludimos, i.e., da consideração do espaço rural como mais do que um simples produtor e fornecedor de alimentos, matérias-primas e mão-de-obra para as sociedades urbano-industriais. Ele é, como vimos no capítulo IV, um espaço encarado agora como multifuncional. Cristóvão (2002: 81-82) refere que o espaço rural tem hoje uma *nova legitimidade social, identitária, e não a legitimidade alimentar do passado. Esta nova legitimidade* é “fundada na representação do campo (sobretudo para os urbanos) como símbolo de liberdade, paisagem, beleza e saúde”. Assumir o mundo rural com esta legitimidade e como espaço multifuncional, implica igualmente uma lógica de identificação e de valorização dos recursos que nele existem. “Quando hoje falamos de recursos rurais falamos de um amplo espectro de elementos, que inclui antigos, actuais e novos produtos agrícolas e agro-industriais (...), paisagem, fauna, flora, rios e albufeiras, montanhas e vales, caça e pesca, rochas e minerais, património arqueológico e histórico, arquitectura popular, tradições culturais, artesanato, gastronomia, linhas férreas, solares e casas rurais, parques e reservas naturais, feiras, festas e romarias(...)” (Cristóvão, 2002: 82), ou seja num número amplo de funções que os espaços rurais podem hoje desempenhar no quadro dos novos paradigmas de desenvolvimento e das novas preocupações sociais e institucionais, particularmente com o ambiente. As áreas rurais são bastante diversas em termos de potencialidades e de problemas que apresentam e, assim, nem todas as áreas poderão desempenhar o mesmo tipo de funções. Deste modo “uma abordagem realista ao potencial de desenvolvimento rural deve basear-se na identificação das oportunidades de cada área e na consideração das suas fragilidades” (Henrichsmeyer, 1992: 83). A ausência destes aspectos tem sido segundo Jenkins *et al.* (1998) constante nos processos de tomada de decisão, tal como a ausência do reconhecimento de que as áreas rurais possuem situações socioeconómicas diferenciadas que merecem um tratamento, por assim dizer, *localizado*. Esta abordagem coloca importantes desafios, a nível social, político e económico e exige a emergência de uma nova *racionalidade* (e.g. O’Cinneide, 1991b) ou *argumento* (e.g. Ramos-Real, 1995) que fundamente os processos de planeamento do desenvolvimento para as áreas rurais:

¹⁶⁹ Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Rural não são sinónimos, ainda que assim sejam utilizados com alguma frequência e que os seus contornos sejam coincidentes na maior parte dos aspectos. O desenvolvimento local tem uma amplitude maior, por assim dizer, e os seus processos podem ser implementados em comunidades não rurais. Sobre o desenvolvimento local e o seu conteúdo ver, entre outros autores, Cavaco (1996); Diniz (1996); Reis (1996); Silva (1996) e Roque Amaro (1996 e 2001).

- o primeiro desses desafios será, na sequência do que tem vindo a ser argumentado, a identificação clara dos problemas importantes das áreas rurais em termos socioeconómicos, políticos e ambientais;
- outro desafio será a identificação e o desenvolvimento de políticas e programas verosímeis e praticáveis para tentar resolver os problemas;
- o terceiro desafio é a identificação dos agentes capazes de conduzirem aqueles programas e as consequentes medidas;
- finalmente, um quarto desafio, consiste no re-arranjo e na reorganização das instituições e dos mecanismos institucionais existentes ou a desenvolver para formular e implementar as políticas, programas e medidas de forma legítima e eficaz (e.g. Figueiredo, 1993, 1995; Jenkins *et al.*, 1998)¹⁷⁰.

No que se refere às funções ambientais do espaço rural, diz-nos Mormont (1994c: 145) que a partir do momento em que o ambiente se tornou uma questão central, em torno da qual se definem os objectivos de desenvolvimento das sociedades *pós-industriais* e pós-modernas, o espaço rural torna-se “*um recurso precioso e valorizá-lo constitui cada vez mais uma componente das estratégias de desenvolvimento*” para esse mesmo espaço. Parece que passamos de uma dupla *marginalização*, correspondente à não integração do rural e do ambiente nas políticas de desenvolvimento decorrentes do paradigma do crescimento económico, para a sua integração simultânea. Enquanto que, como vimos, o ambiente foi largamente utilizado, durante décadas, para pôr em causa o desenvolvimento e o crescimento económico, ele constitui-se agora como uma “*bandeira que anuncia uma nova era para esse mesmo desenvolvimento*” (Sachs, 1991: 449). O ambiente passou da situação de *omisso* no desenvolvimento para *central* nesse mesmo processo. Em grande parte por via da sua função como reservas de qualidade ambiental as áreas rurais conheceram um processo semelhante. Ou seja, passaram de uma *integração selectiva* ou mesmo de uma situação de *marginalização* nos processos de desenvolvimento dominantes até há duas décadas atrás, para uma *centralidade* nos paradigmas de desenvolvimento emergentes (e.g. Baker, 1997; Sevilla-Guzmán e Woodgate, 1997; Mormont, 2000). Uma das primeiras consequências da centralidade que as áreas rurais detêm actualmente nos paradigmas de desenvolvimento, pela via do ambiente sobretudo, reside na necessidade de incluir nas análises das diferentes áreas, uma análise das suas condições e dinâmicas ambientais. No entender de Mormont (1994c) a tomada em consideração do ambiente na selecção das zonas prioritárias, por exemplo no âmbito das políticas comunitárias, assim como na definição dos objectivos de desenvolvimento para as áreas rurais ainda não é suficientemente forte. Para este autor torna-se assim fundamental especificar as áreas rurais face ao ambiente e do ponto de vista

¹⁷⁰ A propósito dos rearranjos institucionais ver os trabalhos de Carter *et al.* (1991); Stern (1992); Keane (1992); Cloke (1987, 1988, 1989 e 1990); Goodwin e Cloke (1993); Mormont (1994c, 1997 e 2000).

das suas condições ambientais. Isto implica, entre outros aspectos, desenvolver uma metodologia que tivesse em conta o seguinte (e.g. Mormont, 1994c; Figueiredo, 1997):

- a delimitação do património natural, em termos dos recursos actuais e potenciais; indicando quais as condições necessárias à sua manutenção e reprodução. Isto implica constituir o ambiente como *'bem'*, *'património'* ou *capital colectivo*, na linha do que é defendido pela CCE (1987b; 1998b); por Godard (1989); Ollagnon (1989); Bouillon (1991) e Lefeuvre e Blanc-Pamard (1992);
- a identificação dos usos e dos utilizadores possíveis dos recursos naturais das áreas rurais. Os usos presentes, mas também os usos potenciais, tendo em conta a situação geográfica, económica e social da área e da região envolvente. A maior parte das regiões rurais *"tem um potencial turístico e de lazer cuja valorização é mais ou menos fácil, consoante a sua acessibilidade, o seu clima e o seu nível de equipamentos"* (Mormont, 1994c: 143)¹⁷¹;
- a definição das funções ecológicas de cada área constitui-se como uma etapa que supõe o reconhecimento dos *serviços ecológicos e ambientais* que uma dada área rural pode fornecer a outras e à sociedade entendida globalmente. Estas funções ambientais podem justificar formas de redistribuição ou compensação financeira, pelo que se torna imperativo atribuir-lhes um valor económico¹⁷²;
- finalmente, também as preferências culturais deverão ser tomadas em consideração nesta metodologia. Por preferências culturais, neste contexto, entendemos que o valor de uma dada paisagem ou de uma dada função ambiental pode supor mais do que uma escolha racional e uma análise objectiva e que, envolve, a intervenção de processos simbólico-cognitivos importantes. Sabemos já que o valor atribuído ao ambiente e as práticas sociais que face a ele se desenvolvem estão dependentes, em grande parte, das representações que se fazem desse mesmo ambiente.

Segundo Mormont (1994c) a partir de uma tal metodologia deverá ser possível construir instrumentos reais de planeamento e negociação de projectos de desenvolvimento rural que integrem o ambiente. Para além dos aspectos mencionados, a metodologia deve sustentar-se nos objectivos da nova *filosofia* de desenvolvimento, mais geral, de que demos conta anteriormente. A integração da protecção do ambiente envolve alguns riscos, que já afluíram, no contexto das áreas rurais, particularmente das áreas rurais marginalizadas ou em processo de reconversão. O maior desses riscos é (e.g. Sachs, 1991; Mormont, 1994c; Figueiredo, 1997; 1999b; 1999d, 2000a; 2002) que os constrangimentos impostos pela

¹⁷¹ Relembramos a propósito das questões do turismo em áreas rurais o que dissemos no capítulo IV acerca dos efeitos perversos que esta actividade pode induzir (e.g. Butler, Hall e Jenkins, 1998; Butler e Hall, 1998; Jenkins *et al*, 1998 e Macnaghten e Urry, 1998).

¹⁷² Como vimos nos capítulos IV e V, a PAC através de medidas como o *set aside* e as agro-ambientais desempenha já, de certa forma, este papel de atribuir um valor económico às funções ambientais desempenhadas pelos agricultores.

protecção do ambiente não se constituam como obstáculos suplementares para a acção das populações locais e, por esse motivo, sejam mal compreendidos e considerados inaceitáveis. Se, como diz Mormont (1994c: 144) “*é fácil fazer compreender aos rurais o valor do seu ambiente quando este tem uma função para eles próprios, para a sua economia e para a sua cultura, é bastante mais difícil fazer com que compreendam e admitam a importância dos seus próprios recursos para as regiões urbanas mais ricas*”. Isto coloca como sugerimos antes, e como veremos posteriormente de forma mais detalhada, conflitos de legitimidades e interesses que não devem ser desprezados mas antes geridos e negociados no quadro de uma política de protecção do ambiente e de desenvolvimento para as áreas rurais. A integração da protecção do ambiente no desenvolvimento rural global deve, sobretudo nas áreas rurais marginalizadas e periféricas, ultrapassar a simples gestão dos recursos naturais e preservar um tecido socioeconómico vivo que possa, por sua vez, assegurar a manutenção daqueles recursos.

3. As políticas de desenvolvimento rural em Portugal

3.1.A longa identificação do rural com o agrícola

Ao pretender abordar as questões associadas às políticas de desenvolvimento rural em Portugal, o primeiro grande obstáculo com que se depara é o da sua inexistência. Efectivamente, ao longo dos últimos quarenta anos, a ausência de preocupações institucionais com as áreas rurais, para além das preocupações com o sector agrícola, tem sido uma evidência. Esta situação alterou-se moderadamente, como veremos no ponto seguinte, a partir da adesão de Portugal à UE em meados da década de oitenta. No entanto, a análise dos vários programas e medidas formulados e implementados nas áreas rurais, na sequência da integração na UE, continua a não permitir que se fale de uma política de desenvolvimento rural dada a ausência de articulação entre os vários instrumentos e, essencialmente, pela concentração das preocupações com o sector agrícola.

Como vimos nos capítulos IV e V, os espaços rurais na maior parte dos países ocidentais (e também em Portugal) sofreram transformações muito profundas mas, apesar dessas transformações, continuam a ser encarados tradicionalmente como sendo o contexto físico e social para a prática da actividade agrícola e, conseqüentemente, para a produção de alimentos (e.g. CCE, 1988b). O melhor exemplo do que acabou de ser dito é também o facto de, nas últimas décadas, as políticas de desenvolvimento para as áreas rurais se terem resumido à aplicação de políticas agrícolas¹⁷³. Efectivamente, os vários sistemas de apoio estatal que a partir das décadas de quarenta e cinquenta foram sendo implementados, quer

¹⁷³ A este respeito ver, entre outros, os trabalhos de Cloke (1988); Houé (1989); Rosa Pires (1991, 1992); Wilkinson (1991) e Ramos Real (1995).

no que se refere à modernização agrícola, quer no que diz respeito à modernização das explorações, deram origem ao que vários autores têm vindo a designar como *espaço protegido*, no interior do qual a produção e a produtividade agrícola conheceram um aumento significativo (e.g. Rosa Pires, 1991). No entanto, como salientámos no capítulo V, este não foi exactamente o caso de Portugal. Apesar da longa predominância do *conservadorismo ruralista* exaltado pelo regime ditatorial as áreas rurais portuguesas nunca conheceram impulsos de modernização importantes, nem em termos globais, nem em termos do sector agrícola. Esta ausência de investimentos públicos no sector agrícola está bem patente na análise sumária que fizemos dos Planos de Fomento no capítulo V, na qual observamos a situação de relativa subalternização da agricultura ao desenvolvimento industrial. Esta situação, como mencionámos antes, manteve-se após o 25 de Abril de 1974, em que os esforços da modernização continuaram a concentrar-se na industrialização e na urbanização negligenciando o sector agrícola e as áreas rurais, nas quais se continuou a verificar um declínio e um envelhecimento da população, na sequência directa dos processos migratórios (e.g. Lourenço, 1994). Se, no período anterior à década de sessenta, a agricultura unificava o território e a sociedade rural (e.g. Oliveira Baptista, 1993, 1996), actualmente aquela actividade já não é dominante, nem em termos económicos, nem em termos sociais. Numa posição semi-periférica, relativamente aos países ocidentais mais desenvolvidos, Portugal “*e em particular a sua agricultura e regiões rurais atravessaram, a partir do início dos anos sessenta, profundas e sucessivas mudanças: significativo crescimento económico, acompanhado de industrialização e de forte aumento das transacções económicas com o exterior; intensos êxodos agrícola e rural, associados à explosão da emigração e ao grande crescimento das áreas metropolitanas; alteração rápida dos níveis e dos modelos de consumo; envelhecimento demográfico; transição de um regime ditatorial para uma democracia representativa; descolonização; retorno e imigração; forte diversificação de redes e meios de comunicação e de circulação de pessoas e bens; elevação das aspirações sociais e culturais e maior democratização da escola; extensão e mudança da intervenção administrativa do Estado*” (DGDR, 1997: 17-18). A actividade agrícola foi sendo progressivamente abandonada e está hoje longe da expressão que possuía nos anos cinquenta, embora segundo Rolo (1996) seja ainda *notável* a população activa neste sector (tendo como referência os países da UE e os da OCDE). Por outro lado, a produção agrícola, embora em crescimento, não dá senão um modestíssimo contributo para a economia nacional na actualidade. É segundo Rolo (1996), um sector cada vez mais monetarizado, aberto ao mercado, mas que se demonstra incapaz de contrariar, essencialmente depois dos anos setenta, a acentuada dependência externa do país em termos de produtos agro-florestais. Para esta crescente dependência “*contribuiu decisivamente a produção animal alicerçada em alimentos compostos (concentrados), cujas matérias-primas de fabrico são, em*

parte substancial, importadas (...)” (idem: 86)¹⁷⁴. Apesar da perda de importância social e económica da actividade agrícola ao longo das últimas quatro décadas, o pensamento dominante, em termos institucionais e políticos, tem sido o expresso por Mota (1999: 207), i.e., *“o que, fundamentalmente caracteriza uma zona rural é o facto da sua actividade principal ser a agricultura. Por esse facto só é possível promover o desenvolvimento rural se se desenvolver a agricultura”*. Exactamente na mesma linha, Varela (1995: 431) refere que *“o desenvolvimento rural não é uma alternativa ao desenvolvimento agrícola, é um complemento. Melhor dizendo, é um enquadramento necessário ao progresso das actividades agrícolas e silvícolas. No nosso caso, a realidade mostra que, sem agricultura, não há desenvolvimento rural e sem este a agricultura fica ‘perdida’”*. Esta identificação entre o rural e o agrícola tem sido o traço dominante em termos dos programas e medidas para as áreas rurais no nosso país, apesar de *“o peso da agricultura que se verifica em certas regiões da periferia mediterrânea, não ser signo de uma especialização sectorial de sucesso num espaço europeu único, mas ser antes um signo de atraso estrutural importante”* (CCE, 1988b: 40). Em associação com esta formulação da CCE parece certo que há necessidade de o rural se continuar a identificar com o agrícola, em determinadas zonas mediterrâneas, mas atribuindo à agricultura funções não produtivas de preservação e fruição dos espaços e das paisagens *“potenciando saberes e ‘artes’ tradicionais, neste caso associados ao mundo rural mediterrânico”* (Reis e Lima, 1998: 336) e fazendo com que esta actividade se possa apresentar como *“vantagem essencial num espaço rural em que a conservação da natureza, resultante de sistemas de produção agrícola em geral pouco intensivos por comparação com os espaços rurais do Norte Europeu, sobressai agora como ponto de partida para a sua renovação”* (idem, ibidem).

Num texto de 1977, quando se iniciaram as negociações da adesão de Portugal à UE, Varela (1995: 209) referia que, no campo do agrícola e do rural, se *“torna difícil, senão impossível, fazer uma análise comparativa das políticas estruturais em Portugal e na CEE, pela simples razão de que, no caso português, não tem existido em relação à agricultura qualquer política de estruturas que justifique a designação e, como tal, possa ser referida”*. De facto, como temos vindo a mencionar, ao longo do tempo (antes e após a instituição do regime democrático) apenas se têm observado algumas intervenções dispersas e isoladas, que a maior parte das vezes não tiveram senão impactes muito limitados nas áreas rurais e no sector agrícola. Já no que se refere à política da UE para as áreas rurais podemos referir que desde a sua criação se manifestou a necessidade de implementar uma política agrícola comum aos países então membros (e.g. Bowler, 1985). Como salientámos antes, uma tal

¹⁷⁴ Assistimos nos últimos anos a mudanças significativas no padrão produtivo agrícola, com a diminuição do prevalecimento da produção vegetal e o aumento da produção animal. Simultaneamente alterou-se a composição dos factores de produção, nomeadamente pelo crescimento da utilização de pesticidas, adubos, herbicidas, entre outros, e pelo aumento das explorações sem terra associadas à pecuária (e.g. Oliveira Baptista, 1993, 1996 e Rolo, 1996).

necessidade deu origem à criação da PAC e decorreu sobretudo do facto de a actividade agrícola constituir o aspecto central das preocupações de cooperação entre os vários países membros. Assim, a implementação da PAC ficou a dever-se principalmente à necessidade de preservação e alargamento da base de suprimento de produtos alimentares, no sentido de fazer face à escassez de alimentos e às experiências negativas que neste domínio foram originadas pelas duas Guerras Mundiais. O rural ganhava assim, como vimos no capítulo IV, uma importância decisiva enquanto espaço de produção de alimentos. A PAC é um excelente exemplo da quase completa identificação entre o rural e o agrícola, assim como da consequente identificação entre o desenvolvimento para as áreas rurais e o desenvolvimento do sector agrícola.

Intensamente condicionados pela filosofia dominante de desenvolvimento, os objectivos da PAC foram estabelecidos na década de sessenta e consistiam essencialmente (*Tratado de Roma*, artº 39 – 1º):

- no aumento da produtividade agrícola, através do desenvolvimento do progresso técnico e do desenvolvimento racional da produção agrícola e do assegurar da utilização óptima dos factores de produção (particularmente do factor trabalho);
- no assegurar de um nível de vida justo para as populações agrícolas, através nomeadamente do aumento dos rendimentos individuais;
- na estabilização dos mercados agrícolas;
- na garantia de segurança dos abastecimentos e
- na garantia de preços razoáveis para os consumidores.

Uma análise mais atenta destes objectivos faz ressaltar a potencial incompatibilidade e conflitualidade entre alguns deles, particularmente entre os que se referem ao aumento dos rendimentos dos agricultores e a garantia de manter preços razoáveis para os consumidores. É ainda de salientar nestes objectivos, a ausência de preocupações de carácter ambiental nesta primeira abordagem à PAC. Esta ausência é, em parte explicada pelo contexto da época, em que o ambiente não era encarado como um constrangimento ao aumento da produtividade, mas antes que a sua exploração era essencial para o crescimento económico. Por outro lado, como referem Figueiredo e Rosa Pires (1992) e Figueiredo (1993, 1995) esta ausência de preocupações ambientais nas primeiras linhas de orientação da PAC pode também ser entendida como reflexo da crença que a agricultura, entendida como uma actividade que é praticada tendo por base os elementos e factores naturais, não poderia ser prejudicial para o meio ambiente. Tal pressuposto foi amplamente rejeitado pela posterior evidência dos efeitos nocivos para o ambiente da crescente utilização de produtos químicos, da crescente intensificação e mecanização desta actividade. Como refere Cunha (1984), para atingir os objectivos mencionados anteriormente, para além de normas comuns em matéria

de concorrência e de outras medidas de cooperação que visavam a organização comum dos mercados, a base operacional da PAC era constituída por três grandes pilares:

1. a unicidade do mercado, que visava estabelecer um mercado único para cada um dos produtos agrícolas abrangidos;
2. a preferência comunitária, que procurava implementar medidas que proporcionassem à agricultura no seio da UE capacidade de concorrência em relação aos países não membros;
3. a solidariedade financeira, através da qual se procurava encontrar um compromisso de suporte comum dos eventuais custos da aplicação daquela política.

Estes princípios foram aplicados em áreas e em comunidades rurais quase de modo indistinto, i.e., *“sem a preocupação de, por um lado, ter em conta a enorme diversidade que estas encerram (designadamente em termos das estruturas agrárias), e por outro lado, de prever e avaliar de forma sistemática os efeitos culturais, sociais, demográficos, económicos e ambientais da sua aplicação”* (Figueiredo, 1993: 15). A PAC, justamente devido à ausência de preocupações nestes domínios e também devido à ausência de políticas efectivas que actuassem sobre eles, foi sendo crescentemente alvo de críticas que chamaram a atenção para a necessidade da sua reforma e para a necessidade de alargar o âmbito do desenvolvimento das áreas rurais a outros aspectos, para além da agricultura. Todavia, os princípios e as orientações referidos mantiveram-se praticamente inalterados até ao início da década de oitenta apesar das dificuldades experimentadas quer pela actividade agrícola, quer por outros sectores das sociedades rurais e que, tomadas em conjunto, deram origem aquilo que alguns autores têm designado como *‘problema agrícola’* (e.g. Bowler, 1985). O *‘problema agrícola’* pode, em termos muito genéricos, ser caracterizado como decorrente da aplicação da PAC e, essencialmente, como o resultado de alguns efeitos e condições que aquela política não previu inicialmente, como por exemplo:

- o abrandamento do crescimento económico;
- o lento aumento da procura dos produtos agrícolas, por referência ao rápido aumento da oferta;
- a rapidez do desenvolvimento tecnológico que não era igualmente acessível;
- a produção de excedentes, que tendeu a provocar oscilações importantes de preços e, conseqüentemente, a afectar os rendimentos dos agricultores;
- a lenta transferência da mão-de-obra deixada livre pela mecanização da agricultura, para outros sectores de actividade, conseqüência também das alterações económicas mais globais.

No capítulo IV dissemos, citando Mormont (1994c), que a falência da PAC se deveu mais ao seu sucesso do que ao seu fracasso. De facto, a produção de excedentes, sendo a tradução do sucesso da aplicação desta política, é igualmente uma das razões fundamentais

que conduziram à sua revisão. Embora não se possa negar alguns efeitos positivos da PAC, é importante reconhecer que esta política teve consequências bastante negativas para a maior parte das áreas rurais e agrícolas em que foi aplicada (e.g. Bowler, 1985). Os problemas criados pela aplicação da PAC fizeram-se sentir com intensidades e formas variáveis, tanto nas áreas rurais em que a agricultura se desenvolveu de acordo com as orientações do paradigma de desenvolvimento dominante, como naquelas que foram ultrapassadas ou marginalizadas por esse mesmo paradigma. Em parte devido a estas circunstâncias, o reconhecimento de que as políticas agrícolas quando aplicadas isoladamente podem comprometer mais do que auxiliar os processos de desenvolvimento rural, cresceu bastante nas sociedades ocidentais. Ao mesmo tempo, o pressuposto de que um sector agrícola mais evoluído, dotado de grande capacidade produtiva e sofisticação tecnológica seria sinónimo de um mundo rural mais próspero e equilibrado, perdeu de modo crescente muita da sua validade (e.g. Rosa Pires, 1991, 1992), o que contraria as formulações de Mota (1999) e Varela (1995) antes mencionadas. A longa sobreposição entre desenvolvimento rural e desenvolvimento do sector agrícola, na UE e em Portugal, é amplamente reconhecida como causadora de múltiplas consequências e impactes negativos para as áreas rurais (e.g. Cunha, 1984; Varela, 1988; Houé, 1989; Figueiredo e Rosa Pires, 1992; Figueiredo, 1993; DGDR, 1997; Covas, 1997; Barros, 1998; Avillez, 1999 e Cavaco, 1999). As políticas agrícolas e muito principalmente a PAC têm-se mostrado ineficazes como políticas susceptíveis de promover o desenvolvimento rural sobretudo pelo facto incontornável de estarem comprometidas apenas com um sector e aspecto da economia e da sociedade rural. Por outro lado, este sector, como vimos nos capítulos IV e V, sofreu também alterações que fizeram emergir a necessidade de revisão e reforma das políticas desenhadas para ele. Brun, Cavailhes *et al.* (1992) referem que a PAC teve tanto sucesso em termos do aumento da produtividade e produção agrícola que os excedentes produzidos não encontram absorção nos mercados. Esta situação tendeu também a provocar desequilíbrios em termos de rendimentos entre os agricultores e entre estes e outros grupos sociais. A PAC provocou descontinuidades sociais e espaciais (e.g. Cunha, 1984) que não estavam previstas inicialmente. Por outro lado, a PAC desempenhou funções adicionais às suas próprias, sobretudo porque não estavam criadas ou suficientemente consolidadas as políticas necessárias para levar a cabo essas funções. Estas funções adicionais foram desenvolvidas na área do ambiente e do desenvolvimento rural sem que para tal a PAC estivesse devidamente preparada. Na consequência disto, assistimos a uma reforma da PAC (em 1992 e actualmente entre 2000 a 2006) num quadro que *“visa reactivar programas de desenvolvimento rural”* (Reis e Lima, 1998: 353). Mas, antes e depois da adesão de Portugal à UE *“durante muitos anos as preocupações relativa ao mundo rural europeu, manifestaram-se numa perspectiva e num enquadramento de correspondência com os problemas*

específicos da actividade agrícola. A política rural e a política agrícola eram uma e a mesma componente do desenvolvimento económico-social” (DGDR, 1997: 14). Com a adesão de Portugal à UE, o país enfrentou um processo adicional de exigentes ajustamentos que, no entender da DGDR (1997), só parcialmente foram compensados pelas ajudas financeiras recebidas. A PAC foi a primeira política da UE a ser aplicada em Portugal e também aquela que mais necessidades de ajustamento provocou. Como refere Oliveira Baptista (1993) as mudanças ocorridas na agricultura portuguesa após a aplicação da PAC não a tornaram mais competitiva face aos mercados externos, nem diminuíram a dependência do país, muito embora tivessem existido estímulos à modernização do sector (e.g. Cavaco, 1999). Como dissemos no capítulo V, para Oliveira Baptista (1996: 51) “As orientações da PAC não são favoráveis à agricultura portuguesa, pois continuam a privilegiar os produtos mais relevantes do Centro e Norte da Europa em detrimento dos mediterrânicos que marcam numerosos sistemas de produção dos países do Sul”. No âmbito da nova PAC “privilegiam-se também as explorações agrícolas tidas como mais competitivas no mercado” (idem, ibidem), i.e., aquelas que são mais abundantes na Europa do Centro e do Norte. Como dissemos no capítulo anterior, em face desta situação parecem desenhar-se dois espaços rurais para a Europa comunitária: por um lado os que mantêm a sua função produtiva e, por outro, aqueles que terão como função essencial a manutenção das paisagens e da qualidade do ambiente natural. Oliveira Baptista (1993: 91) refere que “nesta arquitectura não é difícil prever o lugar da maior parte do espaço rural português. De facto à conhecida debilidade das estruturas produtivas junta-se uma grande fragilidade nos circuitos de comercialização e um nível de formação da mão-de-obra que não é de molde a facilitar a reconversão tecnológica”. No entender deste autor, após um período em que se criaram algumas expectativas (o período de transição, entre 1986 e 1991), acentuam-se as tendências para que Portugal se transforme num espaço não produtivo económica e socialmente “assistido por Bruxelas, com uma crescente dependência alimentar, pesando cada vez menos no quadro negocial europeu e, simultaneamente, empurrando uma parte da sua população para os mercados de trabalho de outros países da UE” (Oliveira Baptista, 1993: 93). Por estas razões, entre os analistas da PAC “tem-se registado convergências para a defesa da tese segundo a qual uma das principais consequências previsíveis da nova PAC ou da reestruturação do sector agrícola será a consolidação, o reforço mesmo, da sua estrutura dualista” (Reis e Lima, 1998: 353), concentrando-se a produção num número cada vez mais reduzido de explorações especializadas e de grande eficiência produtiva. Face a esta realidade, continuada e traduzida nas mais recentes reformas da PAC por medidas como as agro-ambientais, seria desejável que o desenvolvimento rural estivesse no topo das preocupações e das prioridades políticas em Portugal. Mas como referimos antes, a análise das políticas de desenvolvimento para as áreas rurais não é senão a análise de uma inexistência. Isto porque as políticas para

as áreas rurais foram (e continuam a sê-lo em grande medida) políticas para o sector agrícola e não políticas articuladas para o desenvolvimento rural com e extra o agrícola. Com a adesão à UE criou-se, de certo modo, a ilusão de que o rural e o agrícola continuariam a trilhar caminhos coincidentes (e.g. Oliveira Baptista, 1996; Mansinho e Schmidt, 1997) e que aquele sector poderia assegurar por si só a vitalidade das áreas rurais. Mas, como refere Covas (1997: 15), “A PAC (...) não é uma política de desenvolvimento rural (...). A PAC é uma política envergonhada em matéria de desenvolvimento rural porque está prisioneira dos interesses poderosos que veio alimentando durante os últimos quarenta anos (...). A PAC tem pruridos em assumir frontalmente uma política de diversificação das actividades em meio rural em paridade com a política de ajustamento, por acreditar, talvez, que a ideologia agro-comercial ainda trará, apesar de tudo, o bem-estar às populações das zonas rurais”. Apesar da longa identificação entre o rural e o agrícola em Portugal, como em outros países da Europa, especialmente nos do Sul, aquele espaço continua a ser definido pela perda de importância daquela actividade e parece-lhe estar reservado o papel principal como *guardião da natureza*. No entanto e como temos vindo a referir, as medidas para as áreas rurais em Portugal continuam a manifestar quase que exclusivamente preocupações com o sector agrícola. Nas actuais estratégias de desenvolvimento rural, preconizadas pelo Ministério da tutela, continua a ser manifesta a ênfase em princípios de intervenção que salvaguardam a actividade agrícola. É o caso do *Ruris*, do *Agros* e do *Agris*, recentemente aprovados. O primeiro destes programas intitula-se mesmo *Plano de Desenvolvimento Rural*. Qualquer destes programas, no entanto, se dedicam quase que exclusivamente às questões agrícolas. Se observarmos os objectivos do *Plano de Desenvolvimento Rural* facilmente constatamos que se trata efectivamente de um plano de desenvolvimento para o sector agrícola que através das suas quatro intervenções – medidas agro-ambientais, indemnizações compensatórias, florestação de terras agrícolas e reforma antecipada aos agricultores, contribui de forma directa para a prossecução do objectivo estratégico da política agrícola e da promoção de uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural sustentável. O desenvolvimento rural continua, de certo modo, um aspecto secundário nas estratégias políticas nacionais a favor do desenvolvimento de um sector agrícola em declínio e ao qual a UE vai atribuindo também cada vez menos importância. Não queremos negar o papel importante que a actividade agrícola poderá desempenhar no desenvolvimento das áreas rurais, seja como sector realmente produtivo (nas áreas com capacidade específica para que tal aconteça), seja como sector multifuncional de apoio a outras actividades, mas, em simultâneo, consideramos que a concentração de preocupações políticas com este sector poderá contribuir para o seu ainda maior declínio e para o declínio generalizado de grande parte das nossas áreas rurais, no quadro da UE e no quadro da economia mundial. A primeira prioridade deve ser dada ao desenvolvimento das áreas rurais, sendo a actividade agrícola

considerada apenas mais uma actividade que pode ser realizada nesse contexto. Caso contrário, parece-nos relativamente evidente que as áreas rurais portuguesas – as mais *profundas* e *marginais* essencialmente – tenderão a desaparecer ou a arriscarem-se a ser reservas de algumas características, inventadas ou reinventadas pelos e para os urbanos, sem conteúdo e dinâmicas socioeconómicas e culturais próprias. Num quadro como o que acabámos de descrever o ambiente só se tornou uma preocupação das políticas agrícolas, a partir de meados da década de setenta e sobretudo, neste âmbito, como justificação para a necessidade de reduzir a produção, provavelmente de modo mais evidente do que como efectiva preocupação institucional com o assunto. Essa preocupação foi evoluindo até se tornar transversal a todas as políticas de desenvolvimento, nomeadamente de desenvolvimento rural, como veremos no ponto seguinte.

3.2.A União Europeia e a redescoberta das áreas rurais

A falência dos modelos de desenvolvimento que dominaram na maior parte dos países ocidentais até há duas décadas atrás, bem como a falência dos principais mecanismos das políticas agrícolas, nomeadamente da PAC, assim como as transformações profundas que as áreas rurais sofreram nos últimos anos, tiveram implicações diversas. Destas, a mais importante terá sido o reconhecimento de uma nova abordagem mais integrada e multi-sectorial de desenvolvimento em geral e de desenvolvimento rural em particular (e.g. CCE: 1988b; OCDE, 1988 e 1993; Houé, 1989; Hilhorst, 1990; Commins, 1990; Conway, 1991; Goodwin e Cloke, 1993). O futuro de muitas áreas rurais, especialmente das mais *tradicionais* e afastadas dos grandes centros de crescimento urbano e/ou industrial, deveria representar, por tudo o que temos vindo a argumentar, um aspecto crucial das sociedades modernas e igualmente das políticas da UE. No entanto, a questão do desenvolvimento rural é ainda relativamente recente no âmbito da UE. Numa primeira fase, como vimos no ponto anterior, a preocupação dos países membros centrou-se quase que exclusivamente no sector agrícola. Nos anos setenta surgiram as primeiras preocupações espaciais (e.g. DGDR, 1997) através da definição, em meados daquela década, de *zonas desfavorecidas* e de *zonas de montanha* e foram igualmente criados os primeiros instrumentos comunitários para uma política regional, através do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). No final dos anos oitenta começaram a desenhar-se as preocupações e as medidas que visavam o desenvolvimento, o ambiente e o ordenamento rural. Neste âmbito, como dissemos no capítulo V, o documento mais marcante da UE foi *The Future of Rural Society* (CCE, 1988b). Este documento fazia o diagnóstico das áreas rurais europeias¹⁷⁵ e, simultaneamente, referia a necessidade de ajustamento das políticas para o sector agrícola mas enquadrado em políticas *compreensivas*

¹⁷⁵ Chamando, como sabemos, a atenção para a extrema diversidade de situações existentes.

que propiciassem o desenvolvimento de outras actividades nas áreas rurais, assim como medidas que facilitassem a articulação das políticas agrícolas e todas as que tivessem impacto na economia rural. Como preocupação relativamente recente da UE não tem sido tarefa fácil implementar as novas preocupações com o carácter multifuncional das áreas rurais em políticas e medidas mais concretas. Em parte isto deve-se ao facto de na UE, tal como na maior parte dos países ocidentais, as políticas para o sector agrícola serem dominantes em termos institucionais e orçamentais. Por outro lado, dado o elevado número de questões e aspectos que o desenvolvimento rural envolve na actualidade, isto coloca também obstáculos importantes à formulação de políticas e de medidas que os traduzam (e.g. OCDE, 1993). Apesar desta dificuldade é possível identificarmos alguns princípios básicos nas principais tendências das políticas e medidas para as áreas rurais. Segundo a OCDE (1993) o principal desafio que se coloca em termos da concepção de políticas de desenvolvimento rural, na actualidade, é a promoção do equilíbrio entre as oportunidades económicas e as condições sociais através da utilização de uma adequada associação de mecanismos de mercado com outros não mercantis. Este desafio vai no sentido de melhorar a *performance* económica das áreas rurais sem comprometer, através da salvaguarda e do desenvolvimento, os aspectos relevantes daquilo que já designámos antes por *herança rural*. A questão do desenvolvimento rural reside assim, em grande medida, como argumentámos anteriormente, também na circunstância de se considerar de modo crescente que o modo de viver rural faz parte da herança europeia e de as áreas rurais serem crescentemente consideradas vitais, num contexto social mais lato, por razões sociais e ambientais (e.g. Matos, 1990; Reis e Lima, 1998). Foi basicamente este reconhecimento que conduziu à preocupação, no seio da UE, com a situação de crise de muitas das áreas rurais europeias, bem como com as suas perspectivas de desenvolvimento. No já referido documento *The Future of Rural Society* (CCE, 1988b), foram estabelecidos três princípios básicos para tentar resolver os problemas das áreas rurais e promover políticas de desenvolvimento a elas adaptadas. Esses princípios são:

1. a coordenação das políticas rurais, com o objectivo de melhorar a eficácia dos recursos e dos fundos disponíveis;
2. a atribuição de uma dimensão regional às políticas sectoriais da UE (como a PAC por exemplo), de forma a colmatar os *atrasos* das zonas mais desfavorecidas e a ter em conta os efeitos localizados dessas políticas;
3. a redução, através de um conjunto de fundos financeiros, do *atraso* das zonas rurais marginais e a promoção da reconversão das regiões em crise.

Trata-se como podemos ver, de princípios extremamente gerais, mas que foram consagrados no Acto Único e no Tratado de Maastricht. Na sequência disto, o Tratado de

Roma passou a conter claras referências a um desenvolvimento espacial equilibrado e equitativo, traduzido nas seguintes formulações:

- assegurar, entre os objectivos da PAC, a criação de condições para um modo de vida equitativo para população agrícola (artº 39);
- garantir o desenvolvimento harmonioso das regiões da UE. Para isso, a UE desenvolverá e prosseguirá a sua acção no sentido de reforçar a sua coesão económica e social, procurando em especial reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos desenvolvidas, incluindo as zonas rurais (artº 130-A).

O rural tem assumido crescentemente, no seio da UE e um pouco por todo o mundo ocidental, um papel de espaço multifuncional, i.e., que pode desempenhar (e tem desempenhado) diversas funções para a sociedade entendida globalmente. Neste sentido, a UE definiu em 1993 como princípios orientadores para a criação de medidas específicas e adaptadas aos problemas, à diversidade e à multifuncionalidade das áreas rurais, os seguintes (e.g. DGDR, 1997):

- a política de desenvolvimento rural deve ser concebida para abranger todos os aspectos do mundo rural. A abordagem a seguir não pode assumir-se como sectorial, mas antes como integrada envolvendo assim as funções produtiva, social e ambiental;
- para que a aplicação das políticas seja eficaz e eficiente, a responsabilidade tem de ser repartida, tanto ao nível da tomada de decisões, como em relação aos processos de implementação e gestão. Este princípio aplica-se desde a base até ao topo da cadeia e será tanto mais eficiente quanto maior for o grau de envolvimento dos agentes locais.

Como facilmente constatamos ambos os princípios se enquadram de forma clara na nova *filosofia* ou racionalidade de desenvolvimento de que demos conta no ponto dois deste capítulo. De acordo com aqueles princípios que remetem claramente para o reconhecimento da multifuncionalidade das áreas rurais e, simultaneamente, para a diversidade de problemas e potencialidades existentes, a UE definiu algumas medidas e instrumentos que procuram a disponibilização de infra-estruturas, de condições e de recursos adequados para o desenvolvimento socioeconómico do mundo rural; a garantia de viabilidade do sector agrícola; a criação de condições favoráveis à implantação, desenvolvimento e consolidação de actividades não agrícolas e ainda a salvaguarda de recursos naturais e do ambiente. Na mesma linha, os regulamentos comunitários que regem os fundos estruturais, estabeleceram em 1994 (e até 1999), os objectivos seguintes:

- *Objectivo 1* –promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas do espaço comunitário;

- *Objectivo 2* – reconversão das regiões fronteiriças e parte das regiões mais afectadas pelo declínio industrial;
- *Objectivo 3* – luta contra o desemprego de longa duração e facilitar a inserção profissional;
- *Objectivo 4* – facilitação da adaptação dos trabalhadores às transformações industriais e à evolução dos sistemas de produção;
- *Objectivo 5* – promover o desenvolvimento rural. Este objectivo continha duas alíneas:
 - a) promover o desenvolvimento rural, acelerando a adaptação das estruturas agrícolas no âmbito da reforma da PAC;
 - b) promover o desenvolvimento rural, facilitando o ajustamento estrutural das áreas rurais.

Dos objectivos anteriores, apenas os Objectivos 1, 2 e 5b têm um carácter e um alcance explicitamente espacial/regional¹⁷⁶. Em Portugal, a totalidade do território foi considerada elegível no âmbito do *Objectivo 1*¹⁷⁷, sendo que posteriormente, no final da década de noventa foi excluída deste objectivo a região de Lisboa e Vale do Tejo. As áreas elegíveis no seio deste objectivo são apoiadas pelos fundos estruturais, como o FEDER, o FSE (Fundo Social Europeu), o FEOGA– Orientação (Fundo Europeu de Organização e Garantia Agrícola) e ainda o Fundo de Coesão e o BEI (Banco Europeu de Investimento). Por outro lado, alguns dos programas implementados na UE têm uma incidência espacial clara, como é o caso do Programa LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento e Economia Rural); do INTERREG (Iniciativa Comunitária para a Promoção e Cooperação Transfronteiriça Inter-regional) e do REGIS (Programa Comunitário de Desenvolvimento das Regiões Ultra-periféricas). Estes princípios, programas e instrumentos demonstram bem a nova perspectiva da UE sobre o mundo rural. No entanto, como é referido pela DGDR (1997: 22) todo o conjunto de preocupações e mecanismos até agora mobilizados parece *“não ter garantido avanços suficientes no sentido de uma aproximação significativa entre as regiões comunitárias, e mais particularmente no que se refere ao desenvolvimento das regiões predominantemente agrícolas ou com acessibilidades difíceis ou reduzidas, principais beneficiárias do FEOGA-Orientação”*. Como é ainda referido pela DGDR (1997), a partir do início da década de noventa, os estudos e o debate político sobre as iniciativas transnacionais de promoção do ordenamento do território europeu sofreram um novo impulso no seio da UE. Em 1995, a divulgação do documento *Europa 2000* dá conta dos principais resultados desse

¹⁷⁶ Com a adesão, em 1995, da Áustria, da Finlândia e da Suécia, foi criado um *Objectivo 6* que se refere ao ajustamento estrutural das regiões de fraca densidade populacional (com densidade inferior ou igual a 8 habitantes/Km²) e que é também um objectivo de natureza espacial.

¹⁷⁷ Ver a propósito da aplicação de fundos no âmbito deste objectivo, os trabalhos de Lowe (1993) e de Jenkins *et al* (1998).

processo. Este documento analisa, entre outros aspectos, as características das principais transformações observadas no espaço europeu. Uma das constatações desse documento é a de que “a agricultura desempenha um papel cada vez menos relevante na evolução do emprego local e no desenvolvimento rural. Certos espaços pouco povoados voltam a ter vantagens comparativas devido ao desenvolvimento de novas actividades sociais ligadas à evolução económica e social (turismo verde, actividades de lazer e de saúde, residências secundárias...). As mudanças observáveis nos espaços rurais têm provocado uma cada vez maior diferenciação”. O documento *Europa 2000* distingue os espaços rurais segundo as suas funções predominantes:

- os espaços rurais situados próximo de zonas muito urbanizadas;
- os espaços rurais de grande utilização turística;
- os espaços rurais com actividades diversificadas;
- os espaços rurais predominantemente agrícolas;
- os espaços rurais de reduzida acessibilidade.

O documento mencionado acrescenta ainda que a diversificação das funções das áreas rurais passa sobretudo por duas vias complementares. Por um lado, a diversificação das actividades agrícolas através da reconversão das culturas existentes, da promoção de produtos regionais de qualidade, etc. Por outro lado, a diversificação das actividades não agrícolas, como por exemplo as industriais, as artesanais, o turismo rural, etc. Na sequência deste documento, a *Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural*, realizada em 1996 em Cork, na Irlanda, emitiu a chamada *Declaração de Cork* que estabeleceu alguns princípios sobre uma futura política rural europeia. O primeiro princípio desta Declaração é basicamente uma súplica de tudo o que temos vindo a referir. Estabelece que o desenvolvimento rural “deve ter como objectivos inverter o êxodo rural, combater a pobreza, estimular o emprego e a igualdade de oportunidades, responder ao crescente pedido de mais qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer e melhorar o bem estar das populações rurais. Assim, a necessidade de preservar e melhorar a qualidade do ambiente rural deve ser integrada em todas as políticas comunitárias relativas ao desenvolvimento rural. É necessário estabelecer um maior equilíbrio nos gastos públicos, dos investimentos em infra-estruturas e dos serviços nas áreas da educação, da saúde e das comunicações entre zonas rurais e urbanas. Uma parte cada vez maior dos recursos disponíveis deve ser utilizada para promover o desenvolvimento rural e garantir a consecução dos objectivos ambientais”¹⁷⁸. Este princípio geral traduz a *preferência rural*, fazendo apelo à diversificação das actividades em meio rural e também. Da *Declaração de Cork* fazem parte dez princípios, que se encontram

¹⁷⁸ A *Declaração de Cork* que consultámos encontra-se em anexo ao livro de Covas (1997). A citação que fizemos encontra-se, assim, na página 33 do referido livro.

em concordância com as principais orientações para o desenvolvimento rural, que temos vindo a mencionar. Assim, a *Declaração de Cork*, estabelece como princípios:

- *a preferência rural* – este princípio pretende que o desenvolvimento rural sustentável seja uma prioridade da UE e deve ser um princípio fundamental a qualquer política rural;
- *a abordagem integrada* – determina que a política de desenvolvimento rural deve ser concebida de forma simultaneamente multidisciplinar, plurisectorial e possuir uma clara dimensão territorial;
- *a diversificação* – este princípio postula a criação de um quadro de autofinanciamento das iniciativas provadas e colectivas, no sentido da diversificação das actividades económicas e sociais em meio rural;
- *a sustentabilidade* – qualquer política, programa ou medida que vise o desenvolvimento rural, deve fomentar a qualidade e amenidade das paisagens rurais;
- *a subsidiariedade* – a política de desenvolvimento rural deve ser descentralizada e deve também basear-se na promoção de parcerias e cooperação a todos os níveis: local, regional, nacional e europeu;
- *a simplificação* – prevê a simplificação da legislação para auxiliar a maior subsidiariedade das decisões, maior flexibilidade das políticas e também uma maior descentralização na sua aplicação;
- *a programação* – este princípio visa a garantia da existência de um único programa de desenvolvimento rural para cada região e um único mecanismo de desenvolvimento rural sustentável;
- *o financiamento* – este princípio pretende encorajar o uso de recursos e mecanismos financeiros locais, de forma a promover os projectos locais de desenvolvimento rural;
- *a gestão* – procura melhorar e incentivar a capacidade e a responsabilização dos governos locais e regionais e dos grupos locais;
- *a avaliação e investigação* – através deste princípio pretende-se o reforço do acompanhamento, da análise e da avaliação dos benefícios, de modo a garantir a transparência dos procedimentos, assim como a correcta utilização dos fundos públicos.

Todos estes princípios fazem apelo à diversificação de actividades em meio rural como a principal componente das políticas de desenvolvimento para as áreas rurais. Apesar destes princípios se irem consolidando como guias para a adopção de novas políticas e práticas de desenvolvimento rural na UE eles têm sido “*confrontados com poderosas inércias e resistências ancoradas em interesses socioeconómicos e em ‘lobbies socio-administrativos fortemente enraizados. Nestes domínios, a passagem das declarações de intenção às práticas políticas coerentes promete vir a ser muito difícil e atribulada*” (DGDR, 1997: 27). No

mesmo sentido, Covas (1997: 18) refere que *“é bom não esquecer que a diversificação das actividades em espaço rural, para ser eficaz, precisa de assentar a sua estratégia numa massa crítica de operações sobre o terreno. Há aqui um problema sério de engenharia socio-institucional por resolver. Teremos de encontrar, para cada caso, uma modalidade de organização e gestão adaptada às exigências da diversificação”*. Para Portugal, Covas (1997) encara o problema como ainda mais sério dado que para além desta necessidade de engenharia socio-institucional, o autor considera que no plano nacional, a concepção de desenvolvimento rural tem sido mais de ajustamento que de diversificação¹⁷⁹. Se esta concepção permanecer como até aqui, Covas considera que os problemas das áreas rurais portuguesas serão eternamente recorrentes e que o ajustamento, tão valorizado, se acabará por fazer, mas por *“por morte natural”* (Covas, 1997: 18).

Os princípios expressos na *Declaração de Cork* fazem igualmente parte da *Agenda 2000*¹⁸⁰, nomeadamente nos seus objectivos 1 (relativo ao desenvolvimento sustentável das regiões menos desenvolvidas da UE) e 2 (referente à reconversão social e económica e que inclui as regiões rurais em declínio). No âmbito da *Agenda 2000*, o desenvolvimento rural surge como sendo o *“segundo pilar da PAC (PARC)”*¹⁸¹, num contexto de defesa de uma orientação mais multifuncional, territorial e ambiental dos apoios e incentivos (ajudas desligadas dos níveis de produção)” (Barros, 1998: 13). Esta ideia é defendida por Avillez (1999: 120), que considera que a proposta da PARC ou da PARCE¹⁸² pela CCE em 1997 *“constitui uma proposta de interesse indiscutível numa perspectiva de promoção da sustentabilidade económica das actividades e sistemas de produção agrícola e não agrícola em meio rural”*. De acordo com o autor, a transição da actual PAC para a futura PARCE, implica alterações importantes, nomeadamente *“a reforma da PAC baseada num desmantelamento progressivo mas integral, não só dos mecanismos de suporte de preços de mercado em vigor, como também das ajudas directas indexadas à produção e numa mobilização dos fundos assim obtidos para a introdução de políticas de estabilização de preços e para a criação/reforço de pagamentos directos aos agricultores baseados prioritariamente em critérios de natureza económica (...); social (...); ambiental (apoio à viabilização de sistemas com um contributo positivo do ponto de vista da conservação da natureza e apoio da paisagem) e rural (apoio à consolidação e diversificação do tecido*

¹⁷⁹ Para este autor, os conceitos de *ajustamento* e de *diversificação* são, desde há muito tempo, uma fonte de equívocos permanente. Covas (1997: 9) define ajustamento como o processo que se refere *“à modernização agro-comercial da exploração ou da empresa agrícola, em consequência de critérios de preço, qualidade e tempo que a concorrência interna e internacional acaba por impor”*. Relativamente à diversificação, o autor define este conceito como *“a diversificação de actividades em espaço rural (...), para produzir território atraente e atractivo, sendo que não existem soluções universais para esse efeito, uma vez que cada território reúne caracteres, ocorrências e recursos muito variados e em estado de aproveitamento muito diverso”*.

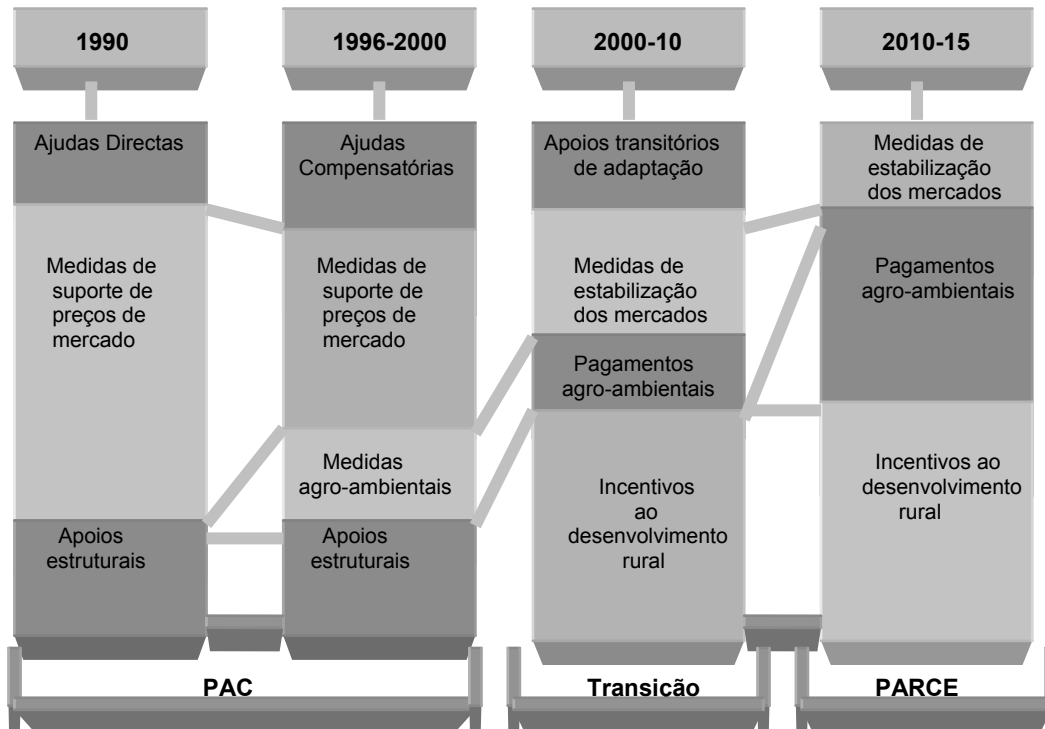
¹⁸⁰ Processo que foi formalmente desencadeado em 1997 e que visa o período de 2000 a 2006.

¹⁸¹ PARC designa a Política Agrícola e Rural Comum da UE

¹⁸² A PARCE equivalente à PARC e designa a Política Agrícola e Rural Comum para a Europa

económico e social e à valorização do património das zonas rurais” (Avillez, 1999: 121). A alteração da PAC em PARCE seria faseada, como podemos ver na figura 6.1.

Figura 6.1 – Alteração gradual da PAC para a PARCE



Fonte: Adaptado de Avillez (1999)

O processo de alteração da PAC para a PARCE implicará que “se venham a concretizar desde já algumas das posições que a delegação portuguesa defendeu no contexto das negociações da Agenda 2000¹⁸³, as quais decorrem, no essencial, da necessidade de se vir a proceder quer a um reequilíbrio dos apoios entre agriculturas e regiões, quer a um ‘decoupling’ das ajudas directas, desligando-as progressivamente da produção e passando a remunerar outras funções de natureza ambiental e social” (Avillez, 1999: 122). A grande ênfase colocada por Portugal, nas negociações da Agenda 2000, na actividade agrícola e no seu ajustamento, situa-se na linha do que mencionámos no ponto anterior. Isto reforça a predominância da identificação entre o rural e o agrícola no nosso país, tal como a preferência política pelo ajustamento em detrimento da diversificação das actividades em meio rural. Mas “a diversificação e o ajustamento são as políticas certas para o desenvolvimento rural. Diversificação interna à exploração (agricultura multifuncional) e diversificação externa à exploração (...)” (Covas, 1997: 29). A Agenda 2000 para além de enquadrar as grandes linhas do desenvolvimento rural propõe a redução dos objectivos dos fundos estruturais, mencionados anteriormente para três: um primeiro objectivo que agrega

¹⁸³ Sobre a estratégia de Portugal nas negociações relativas à Agenda 2000 ver Barros(1998)

os anteriores 1 e 6; o segundo que integra os objectivos 2 e 5b e, finalmente, o terceiro objectivo que agrega os anteriores 3 e 4. Em Portugal continuarão a ser aplicados fundos estruturais no âmbito do objectivo 1 que diz exactamente respeito ao desenvolvimento das zonas mais desfavorecidas do espaço europeu.

Como refere Cavaco (1999: 137) “o futuro das zonas rurais portuguesas está (...) fortemente condicionado pela natureza dos seus problemas de desenvolvimento, e sobretudo pelas políticas sectoriais e territoriais que vierem a ser definidas (...). O desenvolvimento rural será um dos vectores do desenvolvimento regional, contribuindo para atenuar as fortes assimetrias regionais e locais e mais ainda o acentuado desequilíbrio territorial dos espaços agrícolas e rurais”. A multifuncionalidade dos espaços rurais foi reconhecida em Portugal recentemente, tal como na maior parte dos restantes países da UE. Para esse reconhecimento contribuíram quase exclusivamente todos os princípios, programas e medidas que este organismo vem adoptando, essencialmente desde finais da década de oitenta.

A diversificação da base socioeconómica das áreas rurais é, como temos vindo a salientar, um imperativo (e.g. Houé, 1989; Huillet, 1993; Lowe, 1993; Cavaco, 1996 e 1999; Covas, 1997; DGDR, 1997; Jenkins *et al.*, 1998; Cristóvão, 2002). Entre as diversas actividades que estes (e outros) autores propõem para aquela diversificação, encontramos sobretudo o turismo rural, a produção de produtos alimentares típicos de qualidade, a revitalização das agriculturas locais, tendo em atenção o seu carácter multifuncional, o desenvolvimento e ordenamento da floresta, o desenvolvimento das actividades artesanais e a protecção do ambiente e dos recursos naturais. Segundo os autores considerados, estas actividades desenvolvidas segundo um programa articulado com as mais globais orientações regionais, nacionais e internacionais (europeias) poderia contribuir para a melhoria generalizada da qualidade de vida das áreas rurais, nomeadamente daquelas que se podem caracterizar como possuidoras de traços pré-modernos e que podem, pela via da crescente valorização social de que são alvo, constituir-se em áreas centrais nos actuais paradigmas de desenvolvimento. No entanto, como vimos nos capítulos IV e V, a diversificação e o desenvolvimento de algumas actividades nas áreas rurais, como o turismo, a protecção do ambiente e da natureza, a produção de bens alimentares típicos, podem ter efeitos perversos. Existe actualmente uma tendência forte para a recriação da ruralidade, constituindo-a numa espécie de património que se pretende relativamente imóvel. A tendência para a *patrimonialização feliz* de que fala Pérez (2001)¹⁸⁴, ou para a *recriação* da ruralidade ou ainda

¹⁸⁴ A propósito da *patrimonialização* das áreas rurais ver o trabalho de Peixoto, 2002. Este autor advoga que os meios rurais vivem actualmente uma “*efervescência patrimonial que não pode deixar de ser vista como uma reacção à atomização social e ao desenraizamento causados pela aceleração da vida moderna, pela desertificação dos campos e pelo ritmo de desaparecimento dos ‘modos de vida tradicionais’*”. O património funciona, neste contexto, como uma *invenção cultural, uma forma de reanimar o presente através da atribuição de uma segunda vida a um passado inerte e supostamente longínquo*” (idem: 8).

para a constituição das áreas rurais como apenas *simbólicas*, conduz a uma nova definição identitária do rural que, segundo Pérez (2001) “*activa socialmente o património cultural para um consumo turístico que potencia uma economia de memória e da paisagem*”. Na mesma linha, Cristóvão (2002) diz-nos que se deve promover essencialmente “*uma memória cultural crítica do rural*” como contraponto à ruralidade recriada, “*nomeadamente mostrando o rural complexo e vivo, com a sua história, os seus conflitos e rupturas*” (idem: 21) e não apenas o rural reinventado, que revela determinados estereótipos e se encontra vazio de pessoas e actividades (e.g. Figueiredo, 1997). O ambiente, como vimos, ocupa um lugar importante nas orientações e nas estratégias da UE para o desenvolvimento rural. Aliás, desde finais da década de oitenta que o ambiente é encarado como um elemento essencial para o mundo rural e para o seu desenvolvimento. Isto significa que, a partir de uma perspectiva institucional, a protecção do ambiente não é um constrangimento para o desenvolvimento das áreas rurais, mas ao contrário, é a base fundamental do seu potencial económico, susceptível de atrair actividades (e.g. Greer, 1992; Lowe, 1993). Segundo Lowe (1993: 227) as áreas rurais nas sociedades e economias contemporâneas, encontram-se confrontadas essencialmente com quatro tipos de *revoluções*: “*uma revolução para uma nova competitividade de mercado; uma revolução económica para uma economia rural multissetorial como parte integrante do desenvolvimento regional mais vasto; uma revolução ambiental que nos conduz à valorização e protecção dos valores naturais do campo e uma revolução de racionalidades: queremos um mundo rural em declínio ou um mundo rural dinâmico e vivo?*”.

No sentido de pôr em prática os princípios e as linhas orientadoras que temos vindo a mencionar, mais concretamente no sentido de assegurar o carácter multifuncional do rural, têm sido desenvolvidos e aplicados em Portugal programas e medidas cuja maior parte tem origem na UE. Algumas dessas medidas e programas têm uma natureza declaradamente agrícola, como o caso da PAC e das medidas que dela decorrem (estímulos à modernização agrícola, desenvolvimento agro-florestal e as medidas agro-ambientais). Outros no entanto, fazem apelo ao entendimento do desenvolvimento rural como extravasando em muito a componente agrícola destes espaços. Entre estes merecem algum destaque o Programa LEADER, o Programa NOW (*New Opportunities for Women*), o INTERREG e ainda as ILE (*Iniciativas Locais de Emprego*).

No caso do Programa LEADER, esta iniciativa veio pôr em prática muitos dos princípios que mencionámos antes e muitos autores (e.g. DGDR, 1997; Jenkins *et al.*, 1998; Cavaco, 1999; Moreno, 1999a; Serafim, 1999) consideram-na uma experiência promissora. A iniciativa LEADER foi decidida em 1991, e permitiu experimentar abordagens locais inovadoras, de desenvolvimento rural. Em 1994, a CCE aprovou a continuidade e aprofundamento desta

iniciativa através do LEADER II e em 2000 através do LEADER +. Os grandes objectivos do programa LEADER são:

- assegurar o apoio para as iniciativas locais de desenvolvimento;
- apoiar operações inovadoras, modelos e exemplos e que podem ilustrar as novas direcções que o desenvolvimento das áreas rurais pode seguir;
- promover trocas de experiências e a transferência de *know how* através da criação de uma rede europeia de desenvolvimento rural;
- apoiar projectos de cooperação transnacionais, que reflectam solidariedade.

Quanto ao LEADER +, este programa tem como objectivos principais:

- a valorização do património natural e cultural
- o reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho;
- a melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades.

As acções elegíveis no âmbito da iniciativa LEADER visam o apoio técnico ao desenvolvimento rural; a formação profissional específica e as ajudas à contratação; a diversificação das actividades económicas; a valorização e comercialização das produções agrícolas e silvícolas; a protecção e valorização do ambiente natural e da qualidade de vida e a cooperação. As acções do LEADER são coordenadas ao nível local, por uma entidade local (GAL – Grupo de Acção Local), juridicamente constituída, com forte ligação aos problemas de cada uma das regiões abrangidas e com capacidade para “*encontrar os consensos necessários à respectiva solução*” (DGDR, 1997: 44). No âmbito dos GAL são elaborados e implementados os Planos de Acção Local. Neste momento existem em Portugal Continental quarenta e seis GAL, a que se juntam ainda dois na Região Autónoma da Madeira e quatro na Região Autónoma dos Açores. De salientar que a maior parte destes grupos se situa nas áreas interiores do norte, centro e sul, muito embora a região Alentejo esteja completamente coberta por este tipo de entidades e iniciativas. Relativamente a 1994 e ao LEADER II regista-se um aumento de quatro Grupos de Acção Local no continente, mantendo-se o número de GAL na Madeira e nos Açores inalterado.

No que se refere à iniciativa comunitária INTERREG, decidida em 1990, o principal objectivo é preparar as regiões transfronteiriças para a *Europa sem Fronteiras*. Actualmente o INTERREG II tem por objectivos, por um lado, o desenvolvimento da cooperação transfronteiriça e o apoio às regiões transfronteiriças internas e exteriores à UE, tendo em vista a resolução dos problemas que estas áreas encerram. Por outro lado, a mesma iniciativa possui como objectivo completar as redes de energia, articulando-as com redes europeias mais vastas. No domínio específico do sub-programa *Desenvolvimento socioeconómico*, a medida *agricultura e Desenvolvimento Rural* inclui diversas acções como aproveitamentos hidroeléctricos, diversificação, promoção dos produtos agrícolas, a

construção de caminhos rurais e agrícolas, a manutenção das charcas e regadios tradicionais, a preservação do ambiente rural e natural e a assistência técnica, entre outras.

Relativamente às iniciativas nacionais, destacamos o PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional), no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional (1994-1999); o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), elaborado na sequência do anterior para o período de 2000 a 2006. De salientar ainda, a nível nacional os já citados *Ruris* (Plano de Desenvolvimento Rural), o *Agros* (Programa Operacional de Desenvolvimento Rural) e a Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural – *Agris* – a figurar nos Programas Operacionais Regionais no âmbito do *Agros*. Relativamente ao PPDR, devemos fazer referência aos sub-programas que visavam concretamente as áreas rurais. Destes, destacamos as *Iniciativas de Desenvolvimento Local*, que integrava a medida *Apoio ao Desenvolvimento Económico em Núcleos Rurais* e a medida *Acções de Desenvolvimento Rural*. No caso da primeira medida, a implementação dos *Centros Rurais* constituiu uma experiência piloto com o objectivo de atrair e fixar população rural e melhorar as condições de vida das áreas rurais, adaptando os pequenos núcleos rurais às exigências da vida moderna. No âmbito desta medida foram seleccionados quarenta e cinco *Centros Rurais*, nos quais foram sobretudo desenvolvidas acções relativas à dotação em infra-estruturas e equipamentos básicos. Ainda no âmbito do PPDR, salientamos também o *Programa das Aldeias Históricas*, a que já aludimos no capítulo V. O objectivo principal deste programa reside na recuperação do património construído em dez aldeias da sub-região da Beira Interior numa lógica que se encontra próxima do *simbolismo rural* marcado pela sua função de herança social.

Quanto ao PNDES e no que se refere ao desenvolvimento rural, os seus objectivos essenciais prendem-se com:

- o ordenamento e a revitalização social e económica do território rural;
- a maior qualificação e a atracção de agricultores mais jovens, para criar uma população rural organizada, presente em todo o território com acesso às condições de vida e serviços essenciais ao seu desenvolvimento e realização;
- a preservação do ambiente e do património natural, em evolução compatível com as alterações culturais, sociais e económicas;
- a agricultura mais competitiva e modernizada, de orientação multifuncional;
- o ordenamento e a gestão dos espaços florestais e das actividades a eles associadas;
- a adequação da produção agro-alimentar à mudança de perfil e tendências da procura e às novas condições da concorrência;
- a maior qualificação da administração pública, no sentido de a tornar mais eficiente e aberta, quer relativamente à descentralização, à contratualização e parceria com os

diversos agentes de desenvolvimento, quer quanto a uma intervenção mais selectiva e especializada.

Quanto aos Plano de Desenvolvimento Rural, ao *Agros* e à medida *Agris*, como referimos anteriormente, eles afloram apenas as questões do desenvolvimento rural, sendo sobretudo programas de desenvolvimento para o sector agrícola. No entanto, tal como o PNDES, a recentíssima introdução destes Planos ou Programas em Portugal não permite tecer grandes considerações acerca da forma como foram aplicados ou dos resultados que foram obtidos, através da sua implementação em áreas específicas.

De salientar em todas estas medidas e programas, bem como nas que não mencionámos, a grande ênfase que é colocada quer no ajustamento da actividade agrícola, quer na protecção e preservação do ambiente natural em meio rural. O ambiente passou de uma situação de clara ausência nas políticas aplicadas em áreas rurais (como a PAC que era, até há relativamente pouco tempo, a única política rural) para uma permanente presença, salientando-se assim a sua centralidade na nova racionalidade que deve enformar as políticas e os programas de desenvolvimento rural. Podemos dizer de um modo simplista, que passámos de um contexto em que o ambiente era contra o rural (ou nas palavras de Cadoret, 1989: *a natureza contra o rural*) para um contexto institucional que coloca *o ambiente a favor do rural*, como vantagem das áreas rurais (especialmente, como temos vindo a argumentar, nas mais marginalizadas) e coloca o rural como espaço natural por excelência. Nos capítulos IV e V observámos que esta identificação foi, antes de mais, fruto das sociedades urbanas. As respostas políticas e de planeamento não puderam ter ido mais ao encontro dessa identificação, na UE como em Portugal. Observámos que tanto nos programas e medidas comunitárias, como na pretensa política de desenvolvimento rural em Portugal e nos programas e medidas dela decorrentes, o ambiente aparece como um factor-chave, em conjunto com a sempiterna questão agrícola, na perspectiva do ajustamento, como referimos. A questão ambiental nas políticas, programas e medidas de desenvolvimento rural europeu e nacional, ainda que não exclusivamente, assentam em grande medida no entendimento das áreas rurais e do seu ambiente como *amenidades*, que devem ser salvaguardadas e preservadas essencialmente para a implementação de actividades associadas ao turismo, ao recreio e ao lazer. Ou seja, o rural surge, crescentemente como amenidade para benefício dos urbanos. Para além dos efeitos perversos que tal situação pode induzir nas áreas rurais e os quais debatemos anteriormente, outra questão que parece decorrer do que se disse anteriormente é a de que existe uma escolha a ser feita (e.g. Micoud, 1989). Essa escolha tem os seguintes termos: queremos o rural e a natureza? Optaremos entre a natureza e o rural? Trata-se cada vez mais de uma questão importante, porque tem sido, como vimos no capítulo V nos últimos termos, i.e. a natureza *ou* o rural, que muitos rurais a têm encarado, num contexto de desfasamento histórico entre as questões ambientais e as questões

associadas à ausência de desenvolvimento material e económico. Num quadro como o que acabámos de descrever, i.e., em que a natureza/ambiente é um bem crescentemente valorizado e sobre o qual recai uma cada vez maior procura social (e económica), uma cada vez maior massificação do consumo por parte de indivíduos de origem urbana sobretudo; em que o rural assume o papel de 'natural'; em que os rurais demonstram uma certa dificuldade de compreensão em relação às necessidades exteriores de protecção e preservação do seu espaço de residência e trabalho, não é surpreendente a existência de conflitos. Estes, como dissemos antes podem ser de vária ordem: entre rurais, entre rurais e urbanos, entre rurais, urbanos e o Estado, dado que todos eles têm interesses específicos que desejam ver salvaguardados e dado que todos eles possuem percepções e atitudes bastante diversas relativamente à necessidade de protecção e gestão das áreas rurais e do seu ambiente. Numa palavra, todos estes agentes e actores possuem legitimidades diversas face à protecção do ambiente e também face às necessidades em termos de desenvolvimento especificamente económico.

3.3. Legitimidade e eficácia das políticas para a protecção do ambiente e para o desenvolvimento das áreas rurais

Dissemos no capítulo II que vários autores têm enfatizado a dupla questão da legitimidade e da eficácia das políticas públicas para a protecção do ambiente. As questões que foram colocadas a esse propósito podem ser igualmente colocadas no âmbito da elaboração e implementação das políticas de desenvolvimento para as áreas rurais, para as quais a questão da protecção do ambiente é central, como acabámos de ver no ponto anterior. No capítulo II referimos igualmente que o nosso entendimento das questões da legitimidade tinha um duplo sentido: o primeiro associado à legitimidade dos processos políticos de intervenção na vida pública, por assim dizer. O segundo relacionado com as legitimidades sociais, ou seja, com as representações e as práticas dos actores sociais como justificação para as suas atitudes e comportamentos. No capítulo III observámos que o Estado tende a ser, nas sociedades contemporâneas, uma instituição crescentemente complexa, encerrando em si mesmo amplas e diversas contradições que se traduzem ao nível das políticas. Vimos que, paradoxalmente, a crescente complexidade do Estado, consequência directa da sua necessidade de eficácia, numa sociedade plural a todos os níveis, é exactamente aquilo que muitos autores identificam como a principal responsável pela ausência de uma acção eficaz. Esta crescente complexidade é igualmente apontada como responsável da perda de legitimidade do Estado nas sociedades modernas. Esta característica é comum ao Estado português e como refere Lutas-Craveiro (1993) estende-se também à maior parte dos países desenvolvidos. Legitimidade e eficácia da acção política estão interligadas, num processo de que nem sempre é fácil distinguir a causa e o efeito.

Como é referido pela DGDR (1997: 39) “todas as políticas públicas se encontram hoje sob pressão e sob o crivo da dupla exigência da legitimidade e eficiência”. Este processo não deve ser interpretado como transitório, segundo a DGDR (idem, ibidem) já que “as causas e as forças que pressionam crescentemente a margem de manobra das políticas públicas são muito poderosas e profunda. De facto, a transição que estamos a viver à escala mundial e europeia tende a produzir uma expansão das necessidades e dos problemas sociais a exigirem uma resposta solidária e colectiva, ao mesmo tempo que mina as condições de captação de recursos públicos e de legitimação das entidades estatais”. As políticas públicas, como mencionámos antes, ganharam forma, na maior parte dos países desenvolvidos, de modo mais acentuado no período a seguir à II Guerra Mundial¹⁸⁵ e conheceram um extraordinário desenvolvimento no período entre os anos sessenta e oitenta. Estas políticas encontram-se em crise na maior parte dos países ocidentais, como por exemplo nos EUA, na França e em Inglaterra. De qualquer modo, o Estado continua a ser (em Portugal e noutros países da Europa) o grande impulsionador da definição e da aplicação das políticas públicas, apesar de todas as contradições internas e externas de que padece. A definição e a aplicação das políticas públicas exigem que se responda, então, ao duplo desafio da legitimidade e da eficácia. Neste sentido a exigência da legitimidade da acção/política pública tem a ver com a vontade e com os direitos dos cidadãos de verem representados os seus interesses e as suas próprias legitimidades. Toda a decisão política deve, em princípio, procurar responder a esta orientação de representatividade e de participação do público. Levadas às suas formulações mais simples, as políticas públicas deveriam responder à vontade dos diversos actores a que dizem respeito. Nesta linha, ao Estado estaria reservado também um papel como actor no jogo social da definição das políticas e não o papel de *justiceiro* que tem a responsabilidade de as elaborar e implementar. A segunda condição a que aludimos é a da eficácia da acção do Estado. Mais do que um Estado interveniente, a sociedade civil procura um Estado que seja eficaz na sua intervenção. Por eficácia do Estado podemos entender, de forma relativamente simplista, a concretização dos objectivos a que ele se propõe. No entanto, muitas políticas públicas podem ser ineficazes em termos da concretização dos seus objectivos (como, com frequência acontece no nosso país, pelas razões analisadas nos capítulos III e V) e terem uma grande eficácia em termos de comunicação. Na realidade, actualmente as políticas públicas visam, em grande medida ter efeitos de comunicação. Como refere Godard (1989) nenhum Estado pode conscientemente implementar políticas ineficazes, mas a desproporção aparente que existe (em Portugal, como referimos, trata-se de uma desproporção real) entre a multiplicidade de leis, de regulamentos e de instituições de que muitos Estados ocidentais se dotaram e o fraco

¹⁸⁵ Associadas evidentemente à instituição e consolidação na maior parte dos países ocidentais desenvolvidos do *Estado-Providência*.

contributo prático de numerosos destes dispositivos institucionais e legais, levaram ao que Lowe (1992) designou por *“the implementation gap”*¹⁸⁶. Pelo que temos vindo a referir, observamos que os processos relativos à formulação e à implementação das políticas públicas são bastante complexos e dessa complexidade faz parte a dificuldade na análise da importância das várias influências naqueles processos. Garner (1996: 148-149) refere que *“claramente nas democracias liberais ocidentais, as decisões políticas tendem a resultar de uma interação entre os políticos eleitos, o trabalho dos burocratas no seio das entidades públicas e das pressões dos grupos de interesse e da opinião pública. Mais ainda esta acção é mediatizada através de contextos políticos, históricos, sociais e económicos particulares, nos quais as decisões políticas são tomadas”*. Quando se trata de políticas comuns ou internacionais (como é o caso das políticas da UE) segundo Garner (1996) o processo de análise torna-se ainda mais complexo, dado que aumentam tanto o número de participantes na tomada de decisões como as variáveis a ter em consideração. De qualquer forma, quando se fala em Estado, falamos em poder e na forma como ele se encontra organizado. Por poder, podemos entender basicamente, a incerteza que o comportamento de um dado actor social pode representar para os outros actores. Sendo uma definição muito geral, ela aplica-se bem aos sistemas de relações e de acção na decisão e implementação das políticas públicas. Nesta acepção simplista, acreditando que o poder é cada vez mais difuso nas sociedades ocidentais, mas que nem todos os actores sociais têm a mesma capacidade de alcançar os seus objectivos, o poder seria atribuído a quem tem maior capacidade para controlar as incertezas e as imprevisibilidades do comportamento dos restantes actores sociais. No âmbito do que temos vindo a referir terá poder, no domínio das políticas públicas quem for capaz de controlar as incertezas quanto à sua legitimidade e à sua eficácia. No entanto, raramente encontramos sistemas políticos (mesmo os democráticos mais liberais) que sejam abertos a uma tal concepção de poder. O poder político, traduzido no Estado, raramente se encontra aberto a uma tão grande variedade de outros poderes e de outros interesses, embora seja permeável a alguns (e.g. Gibert, 1989; Merrien, 1992; Brotherton, 1993; Garner, 1996), essencialmente àqueles cuja incerteza no comportamento é maior.

A crise política, ideológica, social e económica dos anos setenta e oitenta, *“marca um balançar da legitimidade da acção pública, conduzindo os investigadores a centrar-se nas fronteiras da acção pública, sobre os seus modos de acção e sobre a sua legitimidade”* (Merrien, 1992: 88). A complexidade que é actualmente atribuída aos processos de tomada de decisão e de implementação das políticas e das intervenções públicas remete para os seguintes aspectos (e.g. Barraqué, 1992):

¹⁸⁶ Ou o fosso entre a elaboração e a implementação das políticas públicas. Ou ainda, se quisermos e utilizando a expressão de Santos (1990a) a que aludimos no capítulo III a discrepância que frequentemente se observa entre a *lei nos livros* e a *lei em acção*.

- existem normalmente vários *decisores* em jogo e os seus sistemas de valores são diversos e por vezes opostos (i.e. existem legitimidades e representações da eficácia muito variáveis);
- o contexto decisional é incerto, no sentido em que nele intervêm forças e poderes diversos.

Parece assim evidente que as decisões relativas às políticas públicas são tomadas num contexto no qual intervêm uma multiplicidade de actores. Isto faz com que o desenvolvimento do Estado e as suas maiores ou menores legitimidade e eficácia estejam extremamente dependentes do desenvolvimento de múltiplas redes de negociação, que fazem a ponte entre os procedimentos institucionais e burocráticos e os meios que são considerados pelas políticas. Neste sentido, de um lado, temos os actores sociais que se encontram envolvidos em situações específicas, que perfilham ideias e interesses, possuem objectivos, utilizam recursos e do outro lado, temos o Estado que forma e mobiliza recursos, impõem constrangimentos e é também um actor social. A racionalidade das acções e políticas públicas, como refere Peroni (1992), é por isso um problema prático incontornável para as diferentes instâncias e para os diversos actores implicados. Trata-se assim de, colocando a questão das políticas e da acção pública numa dimensão reflexiva, de se ter em consideração simultaneamente as razões institucional e oficialmente atribuídas às intervenções estatais (*as razões de fazer*), mas também as razões que os actores sociais que as põem (ou não) em prática podem avançar para justificar as suas atitudes e os seus comportamentos (*as razões do fazer*) (e.g. Peroni, 1992). Esta consideração das políticas públicas na sua dimensão reflexiva, envolve igualmente a consideração da elaboração e implementação das políticas públicas *para e com os cidadãos*.

De certa forma, podemos dizer que aquilo que tem retirado legitimidade e eficácia nas políticas públicas de desenvolvimento e de protecção do ambiente nas áreas rurais em Portugal é a não consideração da necessidade de nelas estarem representados vários interesses, saberes, necessidades e aspirações da população dos meios a que se referem. Como vimos nos capítulos IV e V, as questões da ruralidade e do ambiente rural têm vindo a dizer cada vez menos respeito às populações rurais. *Vítimas* de certa forma de um duplo olhar exterior (o dos urbanos e o do Estado) que se tem, como salientámos antes, sobreposto ao seu, os habitantes rurais na sua globalidade não consideram as actuações públicas como legítimas e como eficazes. Relativamente às políticas de protecção do ambiente e de desenvolvimento rural, consideramos que elas reflectem, como vimos no ponto anterior, de forma mais eficaz as legitimidades dos *utilizadores externos* das áreas rurais. No domínio das políticas públicas de protecção do ambiente e de desenvolvimento para as áreas rurais, é importante chamar a atenção para alguns aspectos. Um desses aspectos está intimamente relacionado com a existência de múltiplas dificuldades de implementação de estratégias,

objectivos, programas e medidas. Entre essas dificuldades encontra-se justamente o facto de estarem em jogo numerosos actores sociais, económicos e políticos e com eles numerosos interesses, necessidades e legitimidades. Alguns autores (e.g. Mormont, 1994c; Hespanha, 1996a) chamam a atenção para a existência de dificuldades de conciliação dos vários usos e das várias funções que o espaço rural desempenha actualmente ou pode vir a desempenhar. À luz das evoluções recentes da sociedade portuguesa em geral e das áreas rurais em particular, assim como à luz do aumento do número e do alargamento da abrangência dos programas e das medidas para as áreas rurais (que, como vimos, decorreram em grande medida da adesão à UE), Hespanha (1996a) refere que frequentemente o desenvolvimento rural tem como consequência uma distribuição muito desigual dos benefícios e das acções implementadas. Esta situação pode também ser indutora de conflitos importantes. Por outro lado, como acrescenta Hespanha, observamos que uma boa parte das populações locais resiste a envolver-se. No contexto dos critérios de eficiência económica que são dominantes na actualidade, uma tal resistência pode ser entendida como irracional. Mas, ao contrário, tal atitude pode ser vista como *responsável*, já que são estes os actores que detêm maior conhecimento sobre o território em que vivem. Esses conhecimentos e saberes têm sido com bastante frequência e com consequências que podemos qualificar como negativas, ignorados pela racionalidade técnica e política dominante (e.g. Etchelecou, 1991; Sachs, 1991; Merrien, 1992; Adewole-Osunade, 1994; Hespanha, 1996b). Com frequência os técnicos do desenvolvimento colocam-se acima das populações locais e assumem que estas *“não sabem o que é mais adequado para si mesmas”* (Adewole-Osunade, 1994: 291). As populações locais, particularmente as residentes em espaços que durante muito tempo foram abandonados e marginalizados pelas lógicas de desenvolvimento dominantes, não esperam dos técnicos práticas completamente estranhas, que não reconhecem. Neste sentido, *“não se vão acomodar a essas práticas só pelo que elas representam (...). As populações locais, que têm um maior conhecimento sobre o seu território devem ser consultadas, como constituindo a melhor matéria-prima para a construção de um desenvolvimento e ambiente sustentáveis”* (Idem: 292). Devido às crescentes procuras e consumos das áreas rurais, sobretudo para actividades associadas ao recreio e ao lazer, observa-se que a gestão do espaço e dos recursos naturais se foi tornando desregrada. Não tem sido respeitada a diversidade dos espaços rurais, nem têm sido encaradas como legítimas as normas associadas à protecção do ambiente natural e do património cultural (e.g. Hespanha, 1996b). Isto acontece em parte porque, como referem entre outros Godard (1989), Sachs (1991), Pohoryles-Drexel e Pohoryles (1993) e Adewole-Osunade (1994) as representações dos técnicos e dos *experts* são violentamente contrastantes com as representações (e as práticas) que as populações locais geralmente possuem. Os contornos que estes conflitos de representações e de legitimidades podem assumir são a afirmação de cada sistema de valores e a negação dos

sistemas exteriores. Esta negação conhece algumas variações (e.g. Godard, 1989): desde a negação activa da existência desses sistemas de valores externos, passando pela negação da sua validade interna até à negação da sua legitimidade e eficácia para tratar determinado problema ou intervir em determinada situação.

As reduzidas estratégias de desenvolvimento rural implementadas em Portugal pelo Estado têm-se mostrado ineficazes devido a esta espécie de problemas e aos confrontos que eles têm originado. Tal situação é considerada por Hespanha (1996b) como resultado directo daquilo a que o autor designa como *um problema de compreensão*, por parte dos técnicos associados às estratégias estatais, das lógicas e legitimidades locais face às actividades que podem ser potenciadas. Esta *incompreensão*, segundo o mesmo autor, alimenta-se de alguns preconceitos, como por exemplo:

- o preconceito da *superioridade técnica e económica* do mercado face às lógicas da pequena produção autónoma dos sistemas produtivos locais;
- a noção da *ineficiência* e do *atraso* presentes nos sistemas tradicionais de gestão dos recursos locais;
- a ideia da *inevitável substituição* do tradicional pelo moderno, que é ainda predominante em largas faixas da sociedade e economia nacionais.

Neste sentido, “*as resistências eventuais dos locais [quanto ao desenvolvimento rural e à protecção do ambiente] devem funcionar como sinais de alerta para detectar e prevenir os efeitos negativos para a população rural de que se não teve consciência*” (Hespanha, 1996b: 4). Parece evidente que as políticas de desenvolvimento e de protecção do ambiente em meio rural devem estar informadas do conhecimento das representações e práticas dos locais face aos seus espaços de vida e face aos recursos naturais, sob pena de se adiarem as soluções para quando as intervenções não serão mais eficazes, devido à irreversibilidade de algumas das situações geradas. Tem existido em Portugal um *deficit* de legitimidade e de eficácia das políticas públicas para o meio rural, já que os interesses e aspirações das populações locais, bem como os seus saberes e conhecimentos, têm sido frequentemente ignorados “*constituindo o elo fraco da relação com os técnicos, os resistentes acabam em geral, por ser vencidos antes de terem sido convencidos. Daí resulta maior mal-estar, maior desânimo e também maior abandono*” e marginalização (Hespanha, 1996b: 4). Nesta óptica, a acção sobre um determinado espaço não deverá ser senão a expressão de um projecto colectivo, resultante da negociação e não da simples regulamentação imposta (e.g. Sgard, 1991). No capítulo X observaremos alguns modelos de negociação e gestão das diversidades em termos de representações e práticas face aos mecanismos e instrumentos de desenvolvimento e de protecção do ambiente em áreas rurais. No entanto, podemos referir que a elaboração, a implementação e a gestão actual dos processos de desenvolvimento e protecção do ambiente em áreas rurais, estão longe de derivar de um processo de

negociação entre os vários grupos e actores sociais e institucionais, mas representam com frequência a soma das representações e acções paralelas dos múltiplos actores, entre os quais o Estado surge como aquele que possui mais poder, mas por ausência de legitimidade social, perde a sua eficácia. Dada a multiplicação dos confrontos entre legitimidades, assim como a ausência de intervenções estatais eficazes aparentemente, em associação com o que referimos no capítulo III, é necessário encontrar uma forma de gestão que ultrapasse a desadequação das formas implementadas até aqui.

Para além dos problemas associados de forma mais directa às questões da legitimidade e da eficácia as políticas de desenvolvimento rural, incorporando a protecção do ambiente, enfrentam ainda em Portugal as dificuldades associadas à sua juventude e à posição de charneira que ocupam entre as áreas do planeamento e administração do território, por um lado e as da política agrícola por outro lado. Num e noutro caso trata-se de áreas com uma longa história e tradição em termos de *direitos adquiridos* na cena política portuguesa. Neste contexto, como é referido pela DGDR (1997), as políticas para o desenvolvimento rural podem surgir como aparentemente residuais, apenas lhe cumprindo suprir as eventuais falhas de outras políticas, conduzindo assim potencialmente a uma situação de subalternidade e de passividade face a essas outras políticas. Mas, como temos vindo a argumentar, as políticas relativas ao desenvolvimento rural, nas suas várias vertentes, devem responder a necessidades e a objectivos específicos, com carácter duradouro e num contexto interactivo com as outras políticas públicas com impactes nas áreas rurais. Apesar do crescente reconhecimento da necessidade de políticas de desenvolvimento específicas para as áreas rurais, a implementação e a materialização dos seus objectivos tem sido incipiente e relativamente ineficaz. Isto mesmo se pode confirmar na fragilidade que a própria DGDR (1997) reconhecer às políticas, programas e medidas implementados neste domínio. Assim *“os objectivos e as missões atribuídos às políticas de desenvolvimento rural continuam a ser enunciados de modo demasiado vago ou limitado, os meios e os instrumentos que lhes são propiciados são escassos e, mais importante, a sua base de enraizamento e de legitimação institucional e social permanece muito difusa e estreita. O desenvolvimento rural é uma política promissora, mas por agora demasiado frágil”* (DGDR, 1997: 40). Subjacentes a essa fragilidade das políticas de desenvolvimento para as áreas rurais, podemos encontrar quatro grandes causas, que se articulam (e.g. DGDR, 1997):

1. um quadro político que tem sido relativamente adverso a estas políticas, devido a
 - a) uma orgânica de planeamento e de programação de ordenamento do território e de desenvolvimento regional muito deficiente;
 - b) um sistema político e institucional pouco aberto e estimulante a/de formas alternativas de cidadania e participação pública;

- c) uma administração pública muito centralizada e burocratizada, com sobreposição de funções;
 - d) a ausência de instâncias regionais, dotadas de legitimidade e de poder decisório, fundamentado na vontade, necessidades e aspirações das comunidades locais;
- 2.a subalternidade das políticas de desenvolvimento rural, face às políticas de administração e ordenamento do território¹⁸⁷. O desenvolvimento rural tem sido frequentemente entendido, no âmbito do planeamento e da administração do território como uma área residual. Actualmente atribui essencialmente aos espaços rurais uma função de reserva ambiental e patrimonial. Mas, da perspectiva do desenvolvimento rural de que temos vindo a dar conta, estes espaços não são apenas reservas de recursos, mas espaços que se pretendem vivos. Neste sentido, o desenvolvimento rural deveria ser entendido como uma parte importante do planeamento regional e do ordenamento do território, mesmo um dos seus eixos fundamentais.
- 3.a relação paradoxal e parcialmente bloqueada com a agricultura, de que demos já conta anteriormente. O desenvolvimento rural é frequentemente invocado como um complemento (e.g. Varela, 1995), como uma espécie de compensação para os choques e as perdas sofridas pelos agricultores. Tal facto tem contribuído para que a nível institucional (e social) se conote o desenvolvimento rural como *“uma função curativa transitória e assistencialista e não como via duradoura (...) o que também não é favorável para a sua imagem perante os agricultores”* (DGDR, 1997: 43)
- 4.as experiências promissoras iniciadas e relativamente consolidadas, mas com horizontes demasiado estreitos (e.g. DGDR, 1997). Podem referir-se a este propósito as iniciativas desencadeadas no âmbito do programa LEADER, do INTERREG ou ainda do PPDR. Alguns destes programas e das suas medidas são limitados no tempo, não criando por isso mecanismos duradouros e eficazes, no que se refere à promoção do desenvolvimento rural (e.g. Jenkins *et al.*, 1998). Por outro lado, não tem existido articulação entre os níveis locais de intervenção (de que as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm sido as principais protagonistas) e os níveis regionais e centrais das políticas e programas de desenvolvimento. Esta ausência de articulação tem correspondido igualmente à ausência de canais flexíveis de comunicação entre os técnicos aos vários níveis.

A legitimidade e a eficácia dos processos políticos conducentes ao desenvolvimento e à protecção do ambiente das áreas rurais parecem estar, pelo que temos vindo a referir, comprometidas em Portugal. Comprometidas porque aqueles processos não são

¹⁸⁷ Apesar de no plano dos princípios e de algumas importantes medidas legislativas (como o caso da Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo - Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) existir o reconhecimento das áreas rurais como fundamentais para o equilíbrio do território, no domínio da sua aplicação essa relevância está ainda relativamente longe de se ver concretizada.

representativos de todos os actores em jogo e ainda porque o Estado não tem cumprido as orientações e os princípios globais a que se tem (por iniciativa própria ou por estímulo da UE) proposto. Como refere Covas (1999) mesmo existindo um quadro legislativo forte no domínio das medidas de desenvolvimento rural, o facto é que *“faltam os instrumentos regulamentares, a capacidade técnico-administrativa, os planos operacionais, os recursos humanos (...) a estrutura de investigação apropriada, as organizações associativas correspondentes, os envelopes financeiros adequados”* (idem: 11). Em todas estas medidas falta ainda, segundo o autor mencionado, *“a estratégia de desenvolvimento socioeconómico inerente aos territórios (...) que compatibilize, de forma duradoura, bem-estar das populações abrangidas e conservação da natureza”* (idem, ibidem: 12).

Quaisquer que sejam as políticas a adoptar, as áreas rurais terão igualmente que criar projectos próprios de desenvolvimento, que fundamentem comunidades locais criativas, equilibradas e diversificadas, com capacidade para serem apoiadas pela sociedade global à qual prestam diversas funções. Isto garantirá que aquilo que Melo (1996) designa por *“binómio negativo paternalismo/mentalidade de assistidos”* não se torne dominante no que aos programas e medidas de desenvolvimento para o mundo rural diz respeito.

4. A protecção do ambiente nas áreas rurais – uma nova subalternização do rural?

4.1. A regulamentação de espaços protegidos como construção institucional do ambiente e da natureza

Uma das questões que se coloca a propósito da crescente identificação social e institucional entre o ambiente, a natureza e o rural é a instituição de espaços protegidos. Efectivamente esta instituição é um aspecto importante na conceptualização do *campo* como reserva da qualidade ambiental de que temos vindo a dar conta. Como observámos anteriormente (no capítulo IV e nos pontos precedentes), as áreas rurais desempenham funções importantes ao nível da conservação e salvaguarda da natureza e do ambiente. Essas funções não são apenas socialmente reconhecidas, mas também institucionalmente. Embora alguns autores refiram a inexistência de uma relação directa entre a criação de espaços naturais protegidos, nomeadamente por razões de desfasamento temporal¹⁸⁸ (e.g. Chamboredon, 1985), outros autores advogam que a criação de espaços protegidos em áreas rurais possui grande correspondência com o crescente interesse das sociedades modernas pela natureza e, essencialmente, pela identificação social entre a natureza e o campo (e.g. Mormont, 1984; Bontron e Brochot, 1989; Picon, 1992; Joaquim, 1994). Uma

¹⁸⁸ De facto, na maior parte dos países ocidentais e desenvolvidos (e.g. os EUA, a França, a Grã-Bretanha) a instituição de espaços naturais protegidos ocorreu antes do actual e generalizado interesse pela natureza e pelo ambiente, de que demos conta no capítulo II.

outra dimensão desta segunda perspectiva é a da criação de espaços protegidos na sequência directa das transformações dos usos sociais e económicos do espaço rural e das suas funções. Esta dimensão decorre, por sua vez, da observação dos princípios de desenvolvimento rural, sobretudo no âmbito da UE e essencialmente para os países do sul da Europa, em que a ênfase colocada no papel das áreas rurais para a preservação do ambiente e dos recursos naturais, deixa entrever o crescimento deste tipo de estratégias e medidas. Como é referido pela CCE (1987a e 1987b) um traço comum à maior parte dos Estados-Membros é o de que os espaços naturais protegidos são, geralmente, situados em áreas rurais. A maior parte dos países utilizam também para designarem estes espaços classificações muito próximas das propostas pelo IUCN¹⁸⁹. Na sequência dos processos de industrialização e de urbanização que dominaram as sociedades modernas nas últimas décadas, bem como de todo um conjunto de transformações socioeconómicas globais de que demos conta, uma parte muito considerável das áreas rurais da Europa (sobretudo do sul) são essencialmente áreas marginais ou áreas de agricultura muito pouco rentável, principalmente situadas em zonas de montanha, progressivamente em processo de abandono. A estas áreas correspondem aquilo a que Cavaco (1993, 1996), como dissemos, chama *os campos em vias de extinção ou abandono*. Uma tal situação permitiu que após a década de setenta, grande parte dos países mediterrânicos pudesse responder às pressões e recomendações de diversos organismos internacionais – como o IUCN e a UE - de organismos de carácter científico ou da sociedade em geral, no sentido de converterem sobretudo aqueles espaços em *vias de abandono* (mas também outros) em espaços de conservação e protecção da natureza e do ambiente. O movimento de criação de espaços protegidos em áreas rurais, i.e., de definição das áreas rurais como áreas naturais e como possuidoras de um ambiente que deve ser protegido, associa-se em muito ao que se disse a propósito da valorização social da natureza nas sociedades contemporâneas, no capítulo II (mais concretamente às transformações operadas em termos de apropriação simbólica da natureza e do ambiente num contexto global de crescente vulnerabilidade e risco), tal como se associa em grande parte ao que foi salientado no capítulo IV relativamente às transformações dos usos sociais do espaço rural e à sua conversão em espaço cultural e ambientalmente simbólico. O surgimento da natureza como *“pura natureza não é dissociável da história económica e social dos campos e da história das relações cidade/campo”* (Chamboredon, 1985: 140). Neste sentido, as funções sociais dos espaços rurais *naturalizados* são diversas, sendo de salientar a função de espaço de recreação (uma função reparadora) que se afirmou com o desenvolvimento da urbanização e da industrialização (e.g.

¹⁸⁹ Assim, na maior parte dos países do mundo existem, enquanto espaços protegidos legalmente, i.e., sujeitos a regulamentações e a normas quanto aos usos e práticas face aos recursos naturais e ao ambiente: os Parques Nacionais; os Parques Naturais, os Parques Regionais, as Reservas Naturais; as Reservas de Biosfera; as Reservas Biogenéticas; as Áreas de Paisagem Protegida, os Monumentos Naturais e os Sítios Classificados

Mormont, 1984; Cadoret, 1989), como vimos antes. Neste contexto, *“o espaço rural natural aparece cada vez mais como complemento do desenvolvimento urbano e constituído por oposição a ele. O valor dos espaços rurais pobres inverte-se e eles passam do deserto ao refúgio, da pobreza física ao alcançar de um estatuto de meditação e descoberta de riqueza interior”* (Chamboredon, 1985: 149). Como vimos no capítulo IV, à naturalização do espaço rural corresponde também a sua culturalização, i.e., a sua constituição como objecto cultural relevante no âmbito de uma representação que é essencialmente (deste ponto de vista) estética e institucional. Os espaços rurais assim culturalizados pela via da sua constituição institucional e social como naturais são *“preservados para respiração dos cidadãos cada vez mais numerosos: de um lado a cidade, as zonas produtivas intensivas e do outro lado, os espaços residuais a ordenar com fins restaurativos e recreativos”* (Cadoret, 1989: 301). Estes espaços constituem um activo ambiental que a sociedade globalmente entendida deseja conservar. Para alguns autores (e.g. Sgard, 1991, Pérez y Pérez, 1995) a utilidade da preservação destes espaços é tão importante para os habitantes rurais como para os urbanos. Entre as vantagens da instituição dos espaços rurais como espaços protegidos legalmente, encontramos, segundo Tichnell e Machlis (1985) e Pérez y Pérez (1995) as que se associam à preservação das espécies autóctones e selvagens; a protecção face a alguns desastres naturais; a criação de empregos; a geração de rendimentos – ambos associados ao turismo – e ainda as que se relacionam com a sua constituição como espaços idóneos para a investigação científica e para a educação ambiental. Como refere Bouillon (1991) com muita frequência os espaços protegidos têm sido apresentados como inovadores em termos do desenvolvimento das áreas onde são implementados. Se é um facto que esta é também uma das vocações da maior parte dos espaços protegidos que são criados em áreas habitadas, também é verdade que grande parte deles não atinge este objectivo de inovação e de desenvolvimento local¹⁹⁰. Como demonstra Diéguez (1996) a maior parte dos espaços protegidos criados em áreas rurais periféricas não conseguiu conter os processos de desertificação humana, social e económica dessas mesmas áreas. Se pensarmos que *“a maior parte destas paisagens são o resultado de séculos de interacção entre o Homem e a natureza, o atenuar ou o desaparecimento desses usos tradicionais, suporá o seu imediato desequilíbrio e empobrecimento que se traduzirão, entre outros, em alterações da dinâmica da vegetação e na destruição de modelos eco-culturais bem enraizados”* (Diéguez, 1996: 504) que, em primeira instância, foram os factores que constituíram esses espaços como amenidades a preservar.

Neste sentido, a regulamentação dos espaços *naturais* não é garantia suficiente para o seu bom funcionamento, como referem, entre outros Bontron e Brochot (1989). Esta situação

¹⁹⁰ Isto não é apenas verdadeiro no caso de Portugal, que observaremos no ponto seguinte, mas também no caso de França e da Espanha, como o documentam alguns dos trabalhos que temos vindo a citar.

decorre dos aspectos relativos à legitimidade e eficácia das políticas públicas que abordámos no ponto anterior. Por um lado, existem numerosos factores de desrespeito pela legislação e pelas regulamentações, sobretudo pelo facto de as populações locais não estarem dispostas, em geral, a aceitar os constrangimentos legais e exteriores que são impostos às suas práticas (não reconhecimento de legitimidade). Por outro lado, existem também exemplos de como a limitação das práticas dos actores locais contribuiu para a perda do carácter ou da identidade dos espaços em questão ou ainda para o aumento da degradação dos aspectos ambientais que as políticas públicas pretendiam salvaguardar¹⁹¹ (reconhecimento da ineficácia da acção estatal). Mais ainda, podemos dizer que a própria natureza não obedece a decretos e as suas alterações continuam a verificar-se independentemente das normas criadas e implementadas para a proteger. Os espaços protegidos, em áreas rurais ou fora delas são antes de mais um processo político (e.g. Tichnell e Machlis, 1985). São também reflexo dos processos naturais e humanos. São espaços que, frequentemente, são entendidos, essencialmente pelas populações não locais como *idílicos* ou “*a representação mais próxima do paraíso na terra*” (Tichnell e Machlis, 1985: xiii). Trata-se de uma forma de representar o espaço natural e rural que é essencialmente posta em acção pelo Estado (e.g. Micoud, 1989) e que é, deste modo, exaltado pelas suas qualidades: pelas paisagens que contém, pelos recursos naturais *raros* que comporta, pelas tradições culturais que encerra. Basicamente, trata-se de notabilizar e de constituir determinados espaços como *extraordinários*, através da acção do Estado no sentido de preservar o seu capital simbólico. Neste contexto, podemos inquirir com Fabiani (1989: 195) se a natureza será uma invenção do Estado. A *invenção da natureza* é então o processo que pode designar a imposição de uma definição *legítima* de natureza sobre a qual se apoia a intervenção do Estado. Este processo é ele mesmo consequência das transformações sociais do espaço e a codificação de um determinado campo de relações de força na luta pela apropriação simbólica e material da natureza (e.g. Chamboredon, 1985). Neste sentido, o Estado é a instância máxima, nas sociedades contemporâneas, da regulação do desenvolvimento do poder do Homem sobre a natureza e sobre os recursos. O Estado, através da sua acção, tende a impor uma visão de natureza, ou para utilizarmos as palavras de Fabiani, 1989: 198) “*grelhas de leitura sobre a natureza em termos do processo de desenvolvimento: o primeiro exemplo disto é o da calibragem dos frutos que lhes permite entrar no mundo da troca e da equivalência universal. Esta operação de normalização tem duas consequências: a primeira é a perda de singularidade para a natureza (a natureza normalizada é uma falsa natureza); a segunda é mais original – e talvez mais importante: os produtos excluídos por imperativos de calibragem adquirem um valor importante nos circuitos*

¹⁹¹ Esta ideia é defendida por Bontron e Brochot (1989) e pode ser ilustrada pelo trabalho que Reis (1996) realizou na Reserva Natural do Paúl de Arzila, em Portugal. Neste trabalho, podemos detectar alguns efeitos perversos da instituição da Reserva Natural, precisamente pelas restrições de usos impostas às populações locais, relativas a determinadas práticas tradicionais.

marginais (i.e., na beira da estrada)". Estas palavras sugerem claramente que ao lado da natureza estatizada, existe uma natureza marginal que não é apenas residual, mas permite o funcionamento do sistema, já que *"é nos interstícios dos dispositivos estatais que em geral a vida local se mantém"* (idem, ibidem). Isto significa que, tal como afirmámos no capítulo II, ao lado de uma natureza rural considerada *extraordinária* e digna de ser protegida, existe uma natureza *vulgar* e aberta às mais variadas acções não controladas ou regulamentadas. A legitimação desta intervenção estatal sobre a natureza exige, como sabemos, a cooperação e o apoio de determinados grupos sociais que tendem a constituir-se como percursos da necessidade de proteger o ambiente e a natureza. Esses grupos sociais podem, pelas razões que discutimos nos capítulos precedentes, ser identificados com os urbanos. A instituição de espaços rurais protegidos decorre como vimos no início deste ponto da crescente artificialização dos meios urbanos de vida, assim como da crescente identificação do rural com a natureza e da sua crescente qualificação social como reserva de qualidade ambiental. Numa época em que as sociedades modernas (ou antes as sociedades vulneráveis, de risco ou de modernidade reflexiva) se caracterizam pela importância de aspectos imateriais e pela valorização da natureza como natural, esta tende a tornar-se crescentemente objecto das políticas do Estado. Como refere ainda Fabiani (1989), os recursos físicos (e também os humanos) são de forma crescente objectos da gestão e da manipulação do Estado. Aquilo que anima o Estado e os seus técnicos é essencialmente uma concepção reparadora da natureza e do ambiente, e neste contexto, *"a partir do momento em que a modernidade é entendida como um factor de agressão à natureza, uma parte do território é votada a funções de reparação"* (Kalaora e Berlan-Darqué, 1991: 189). Essas partes do território tendem a constituir-se como património (e.g. Godard, 1989; Lefevre e Humbert, 1992) que tende rapidamente a instituir-se nas representações sociais e institucionais como *comum* ou colectivo. Esta concepção dos espaços protegidos como património, apela *"à ideia de uma herança legada pelas gerações que nos precederam e que devemos transmitir intacta às gerações futuras"* (Lefevre e Humbert, 1992: 287). Deste modo, enquanto património, os espaços protegidos não são propriedade de ninguém em particular, mas de um determinado contexto social em geral. Isto significa que os utilizadores dos recursos não possuem um poder absoluto sobre os mesmos, mas sempre um poder relativo e repartido com os outros utilizadores, o que mais uma vez vem colocar as questões das diversas legitimidades face a determinados espaços e recursos, bem como as questões associadas à propriedade privada *versus* a propriedade *comum* ou *colectiva*, no seu sentido patrimonial.

Através da regulamentação de espaços protegidos em áreas rurais o Estado tende a impor a sua visão – que como vimos é essencialmente urbana ou, pelo menos, muito marcada pela necessidade de resposta às exigências em termos de natureza e ambiente das populações mais urbanizadas - de natureza e de ambiente e é com base nesta visão que ele penetra e

intervém no campo. Até certo ponto, como acabámos de ver, a administração e a gestão da natureza rural significa a imposição de uma legitimidade *pública* ou *colectiva*, mas que por não o ser na realidade, é susceptível de entrar em confronto com as legitimidades dos actores sociais locais. A legitimidade do Estado e a dos urbanos que a primeira geralmente integra, vem de certo modo desqualificar as formas mais tradicionais e enraizadas no território de consumo e de usufruto da natureza, tentando substituí-las por outras. Os confrontos que surgem entre as diferentes legitimidades fazem supor que as populações locais não encaram de forma pacífica as regulamentações e as normas impostas aos usos que fazem dos seus territórios. Os conflitos que entre as diferentes legitimidades “*que ocorrem no silêncio grandioso dos espaços protegidos*” (Fabiani, 1989: 203), demonstram que a gestão dos espaços naturais em meio rural não pode ser calma e muito menos fácil. A diversidade de actores sociais, individuais ou colectivos, públicos ou privados, situados no interior ou no exterior, reflecte-se sobre as relações que estes actores mantêm com os espaços protegidos. Por outro lado os mesmos actores sociais podem encontrar-se em várias daquelas categorias. O Estado, por exemplo, como refere Jouve (1991) é simultaneamente o protector, o gestor e proprietário ao mesmo nível que uma entidade privada. A diversidade manifesta-se igualmente em termos dos interesses e relações, por vezes contraditórios, que determinam lógicas de comportamento muito heterogéneas. Assim, a diversidade materializa-se também nos modos de intervenção concretos sobre determinados espaços e recursos¹⁹². Geralmente, os conflitos existentes nos espaços protegidos rurais decorrem desta diversidade de interesses, de legitimidades e de práticas. Como refere Prista (1999: 7) “*os conflitos com a população local são consequência da definição da paisagem como um quadro rígido de referência, em que as ‘áreas naturais’ suportam, mais do que dependem, a sua população humana*”. Ou seja, a instituição pelo Estado, de áreas protegidas essencialmente para usufruto da população urbana, coloca de novo a questão da exterioridade destes processos face aos habitantes locais. Como sugerem Tichnell e Machlis (1985), os habitantes, verdadeiros construtores das paisagens e dos espaços – não são ouvidas com muita frequência, quando se trata de impor restrições às suas práticas. Esta afirmação não significa que o Estado ouça a voz dos urbanos, mas digamos que esta categoria de actores será sempre a menos afectada pela protecção de determinados espaços, dado que apenas faz uso deles em momentos específicos¹⁹³. Embora os visitantes tenham sido desde sempre uma preocupação em termos dos seus usos e impactes, só muito recentemente se reconheceu a importância e o papel ecológico das populações residentes. Ainda que em muitos espaços

¹⁹² Um agricultor, por exemplo, terá uma intervenção directa e constante enquanto que a administração do Estado terá essencialmente um papel mais indirecto e normativo.

¹⁹³ Kalaora e Berlan-Darqué (1991: 194) a este propósito referem que “*assistimos actualmente a uma recuperação das paisagens pelos decisores e pelos políticos. O cidadão continua estranho ao que se decide nas comissões de ‘experts’.* Assim, mesmo que se evoque a procura social como justificação da acção pública, a referência ao público parece ter mais uma função encantatória do que um real conhecimento dos desejos e necessidades dos utilizadores”.

protegidos do mundo ocidental e desenvolvido, a *espécie dominante* (para usar a designação de Tichnell e Machlis) sejam os visitantes, a população local pode ser a dominante nas áreas protegidas rurais. Este facto sugere que as procuras, necessidades e consumos destas populações no que se refere aos recursos naturais devem ser compreendidas e, mais importante, integradas nas políticas e medidas de protecção. Simultaneamente, o seu processo de desenvolvimento económico pode ser de importância capital para a compreensão das potenciais ameaças que se colocam aos espaços protegidos. A partir de um estudo efectuado por Tichnell e Machlis (1985) acerca do estado dos Parques Naturais do mundo, pode concluir-se que o nível de desenvolvimento socioeconómico, bem como a forma como ele foi sendo (ou não) alcançado, é uma variável bastante poderosa na análise das ameaças que se colocam aos espaços protegidos. A descoincidência, que já apontámos, entre as necessidades globais de protecção da natureza e as necessidades locais de desenvolvimento socioeconómico, pode constituir-se assim como um poderoso entrave à gestão deste tipo de espaços, tal como pode desqualificar o ponto de vista e as práticas dos habitantes locais (e.g. Chamboredon, 1985) que lhes deram forma. Como referem Kalaora e Berlan-Darqué (1991: 195) “*é necessário voltar à natureza dos habitantes, dos que nela vivem e gerem todos os dias. A tomada em consideração das suas representações, das suas práticas e saberes*” poderá contribuir para corrigir os excessos “*da racionalidade tecnocrática ou a visão apenas estética e formal dos profissionais e gestores e assim, permitir gerir o território, mais do que simplesmente regulá-lo*”¹⁹⁴ (Dubost, 1991: 226). As populações locais têm-se visto, com frequência, excluídas dos processos de criação e gestão dos espaços protegidos rejeitando assim o Estado aquilo a que Andresen (1996) chama a *paisagem dos costumes*. Se por um lado, a *paisagem das leis* (Andresen, 1996) é instituída devido à *paisagem dos costumes*, ela depressa pretende ultrapassar e sobrepor-se à relação tradicional e instrumental que os Homens mantêm com a natureza. Isto significa que, como advogam alguns autores (e.g. Bouillon, 1991), os espaços protegidos em áreas rurais devem ser concebidos, antes de mais, como espaços de vida, já que, nestes casos, sem habitantes não existem as paisagens e, conseqüentemente, não existirão visitantes ou outros *utentes secundários* para retomar a expressão de Cadoret (1989). O ponto de vista dos habitantes locais não é, com muita frequência, coincidente com o dos visitantes e com o do Estado, mas deve ser tido em conta na elaboração das medidas e normas de protecção. Bontron e Brochot (1989) referindo-se à criação de espaços protegidos em França referem que muito frequentemente não existe consenso na criação destes espaços ou que a vontade de certas partes interessadas não foi tomada em consideração ou foi, simplesmente, ocultada. A legitimidade externa às áreas rurais protegidas tende, assim, como temos vindo a

¹⁹⁴ Uma vez mais a nossa tradução não espelha completamente a riqueza da formulação original: “*ménager le territoire, plus que l’aménager*”.

argumentar, por diversas razões a desqualificar as representações e as práticas locais e a sobrepor-se a elas. Como vimos, esta situação pode ter efeitos perversos sobre os próprios recursos a proteger, mas pode igualmente representar a subordinação de comunidades rurais *atrasadas, pobres*, pouco desenvolvidas do ponto de vista material e numa posição de prolongada marginalização, face aos interesses exteriores. Esta realidade prenuncia uma nova subalternização do rural face ao urbano e sobretudo face às lógicas de desenvolvimento dominantes. Se a integração das áreas rurais neste tipo de modelos que dominaram até há cerca de duas décadas atrás era realizada pela sua maior ou menor capacidade produtiva e de modernização, actualmente, as áreas rurais serão integradas selectivamente com base na sua maior ou menor capacidade natural e, por arrastamento, recreativa. Não se pretende negar a importância que estas áreas detêm no contexto actual como reservas da qualidade ambiental e como reservas de tradições culturais, pretende-se apenas salientar que a integração das áreas rurais pela via da sua maior qualidade ambiental (que é, como vimos social e institucionalmente construída e idealizada) pode conduzir a uma nova subalternização destas áreas e, nesse sentido, condicionar os processos de desenvolvimento locais, baseados nas aspirações e interesses das populações. Esta subalternização ou secundarização dos interesses locais aos interesses sociais e institucionais mais gerais, reforçam ainda a nova dicotomia rural/urbano cuja emergência temos vindo a defender ao longo desta tese. Estes processos de naturalização das áreas rurais, cujo reflexo principal é a sua regulamentação, reforçam igualmente a passagem de um mundo rural antes dominado pelo agrícola, para um mundo rural assimilado pelas procuras sociais relativas ao ambiente e à natureza, tal como argumentámos no capítulo IV.

4.2. Áreas rurais protegidas em Portugal

Em Portugal, as análises relativas à instituição de AP's que ultrapassem os seus aspectos formais e tomem em consideração os eventuais conflitos de interesses e legitimidades, são em número muito reduzido. De facto, a maior parte da investigação científica realizada sobre AP em Portugal relaciona-se essencialmente com a caracterização dos seus aspectos naturais e com a sua caracterização socioeconómica. Tendo em conta esta realidade, realizámos entre Junho e Dezembro de 1997 um Inquérito por Questionário às AP que existiam, à data, no país¹⁹⁵ de forma a procurar conhecer o tipo de problemas com que se defrontam, os conflitos existentes no seu interior, assim como obter alguns elementos úteis à sua caracterização. No entanto, manifestou-se por parte da maior parte das AP inquiridas um grande desconhecimento relativamente às características socioeconómicas das áreas em que

¹⁹⁵ Excluimos os Sítios Classificados e os Monumentos Naturais pela sua reduzida dimensão. Porque criados após 1997, não constam da base de dados O PN do Douro Internacional; o PN do Tejo Internacional e a RN das Lagoas de Stº André e da Sancha. O PN do Vale do Guadiana não respondeu ao questionário, alegando a sua recente criação. O Inquérito por Questionário às Áreas Protegidas Portuguesas encontra-se no Anexo 1 (pp. 1 – 24).

estão implantadas, pelo que os elementos obtidos nesse domínio podem ser considerados muito incipientes. Os dados obtidos através do inquérito por questionário são utilizados nesta tese apenas como ilustração de algumas questões importantes associadas à criação de espaços protegidos como reflexo da construção estatal das noções de natureza e ambiente. Utilizamos igualmente esses dados como ilustração da diversidade de interesses e necessidades dos vários actores e agentes envolvidos na criação, implementação e funcionamento das AP's e dos vários conflitos que aquela diversidade pode originar¹⁹⁶.

Tendo em conta o que dissemos no ponto anterior, em Portugal, embora a primeira área protegida (AP) – o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) criado em 1971 – tenha sido instituída muito antes do relativamente recente interesse da opinião pública pelas questões ambientais¹⁹⁷, a maior parte dos espaços protegidos foi criado em áreas rurais ou com forte componente rural (e.g. Magalhães, 1997). A maior parte das AP's em Portugal são também espaços a que, pelas suas características históricas e pelas suas dinâmicas socioeconómicas (população envelhecida e em declínio, economia assente numa agricultura tradicional, económica e socialmente frágil), podemos chamar *remotos* ou *profundos* e que se situam sobretudo no interior do país¹⁹⁸. (e.g. Figueiredo, 1999b; 2001a e 2002). A maior parte das áreas protegidas portuguesas possui população residente (de um total de 25 AP,¹⁹⁹ apenas 6 não têm população – ver o quadro 6.1 (anexo 1, pp. 25 – 27), em que podemos observar a lista das áreas protegidas existentes em Portugal assim como algumas das suas características). Foi precisamente essa ocupação humana e os usos sociais da natureza que contribuíram para a sua actual fisionomia e para a necessidade institucional de conservação dos elementos naturais, paisagísticos e humanos. As AP's representam cerca de 7% do território nacional e aproximadamente 25% dos municípios possuem espaços incluídos nestas áreas. Cerca de 50% da área incluída nas AP's é classificada como *área de montanha* e aproximadamente 80% como *área desfavorecida* (e.g. Magalhães, 1997). Estas áreas podem assim, globalmente, ser caracterizadas como a *“periferia das periferias. Espaços que não são sujeitos a pressões urbanas ou industriais. São áreas de problemas antigos no que se refere*

¹⁹⁶ A análise das AP's portuguesas nas suas várias dimensões, ainda que seja uma temática relevante, é relativamente marginal face ao objecto de estudo e objectivos desta tese.

¹⁹⁷ Portugal foi um dos últimos países da Europa a iniciar um movimento de protecção de espaços naturais. Esta protecção só conheceu um verdadeiro impulso a partir do 25 de Abril de 1974, sobretudo através dos esforços do Arqtº Gonçalo Ribeiro Telles. Na década de setenta foram instituídas onze AP's (excluindo os sítios classificados e os monumentos naturais) e, depois de um certo abrandamento nos anos oitenta (entre 1976 e 1987 foram criadas cinco AP's), a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) conheceu uma nova dinâmica, com a criação até à actualidade de mais oito AP. Por outro lado, como observámos no capítulo III, o interesse social e político pelas questões associadas ao ambiente começou a manifestar-se essencialmente a partir do início dos anos noventa. Há, assim, também em Portugal um claro desfasamento entre a criação de espaços protegidos e o interesse social pelas questões da natureza e do ambiente.

¹⁹⁸ Muito embora a maior parte das AP's se situe em áreas que podemos considerar litorais, as áreas protegidas do interior do país ocupam mais do dobro da superfície. Assim as AP's localizadas em áreas do interior do país representam 69,3% do total da superfície protegida no território nacional do continente.

¹⁹⁹ Como dissemos anteriormente, excluímos os Monumentos Naturais (num total de cinco), os Sítios Classificados (nove no total). Excluímos ainda as recentemente criadas (em 1999) Áreas Protegidas de Interesse Regional. Estes espaços são excluídos devido essencialmente à sua reduzida dimensão.

às populações locais que nunca foram resolvidos de forma satisfatória” (Figueiredo, 1998: 16). As AP's portuguesas possuem cerca de 200 000 habitantes (cerca de 2% da população total do país), que vivem em 680 localidades. Destas, cerca de metade tem menos de 1000 habitantes. Apesar de, como referimos a maior superfície protegida se situar em áreas interiores, a população residente é aí inferior. Assim, 45,4% da população que reside em espaços legalmente protegidos, habita em áreas do interior do país e 54,6% em áreas que podemos considerar litorais. Um dos principais problemas das AP'S em Portugal prende-se com o seu declínio demográfico e com o conseqüente abandono dos territórios e dos recursos naturais que assim se constituem como factores decisivos para a destruição e degradação das paisagens. De entre uma série de problemas com que actualmente se debatem as AP'S em Portugal, Magalhães (1993: 256) reconhece que *“a recessão e o abandono das áreas rurais e da actividade agrícola no Norte e Centro interiores é (...) um dos mais graves atentados ao nosso património natural. É necessário fixar as populações à terra e ao mundo rural”*.

Como podemos observar no quadro 6.1 os principais objectivos da criação das AP'S portuguesas relacionam-se intimamente com uma atitude de conservação dos elementos naturais, sejam eles a fauna, a flora (os mais comumente referidos), ou os aspectos geológicos e geomorfológicos. Outra conclusão importante da análise do quadro 6.1. refere-se ao facto de a maior parte das AP'S ainda não possuir Plano de Ordenamento (PO). Das 25 AP'S consideradas, apenas oito possuem PO em vigor (e em processo de revisão). Das restantes dezassete AP'S, catorze estão a elaborar o seu PO e três (as APP) não possuem este instrumento de planeamento territorial. Os POAP's são instrumentos aplicáveis ao Parque Nacional, aos Parques Naturais e às Reservas Naturais. O seu objectivo fundamental é a definição da estratégia e das medidas de protecção a adoptar nos espaços protegidos a que se referem, assim como o zonamento e a definição hierárquica dos indicadores da intensidade de uso dos elementos e recursos naturais²⁰⁰. A criação de espaços legalmente protegidos, no nosso país, obedeceu aos mesmos princípios conservacionistas que estiveram na origem da criação de AP'S nos países do mundo ocidental, se bem que, como referimos, esse movimento tenha sido bastante mais tardio em Portugal. Esta lógica conservacionista domina ainda grande parte das AP'S portuguesas, como podemos observar nas figuras 6.2 e 6.3.

²⁰⁰ A obrigatoriedade de elaborar PO para as Áreas Protegidas, foi instituída pelo Decreto-Lei 19/93 de 23/7. Ver no Anexo 1 (pp.28-33) o quadro 6.2. com um resumo da legislação relativa às AP nacionais.

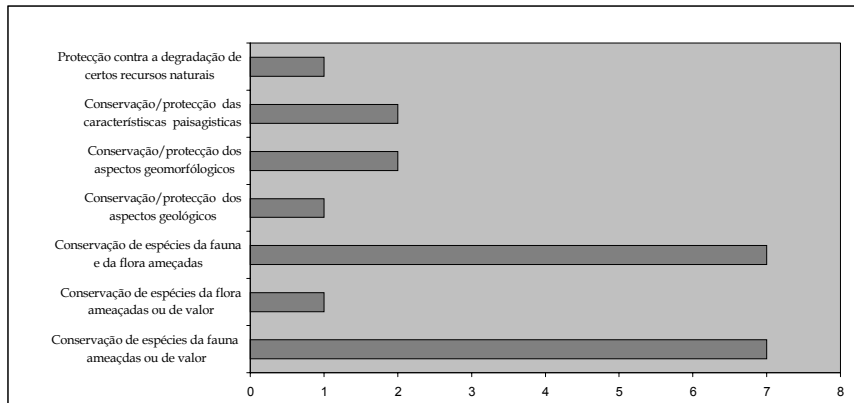
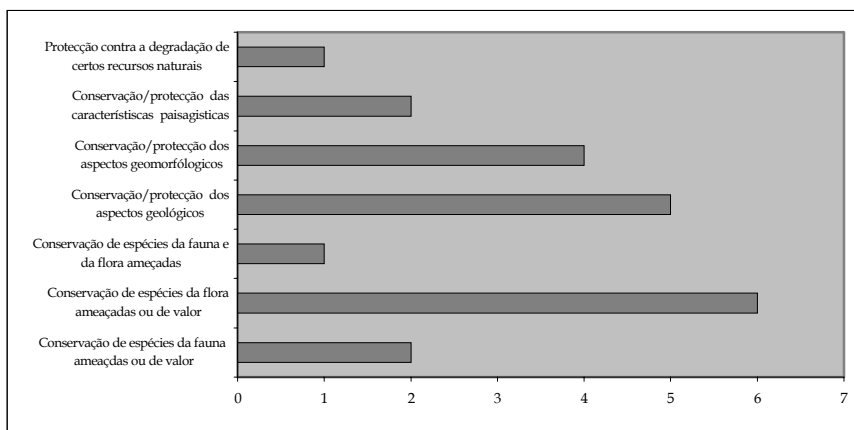
Figura 6.2. – Principal objectivo de criação das AP'S portuguesas²⁰¹

Figura 6.3. –Segundo objectivo de criação das AP'S portuguesas

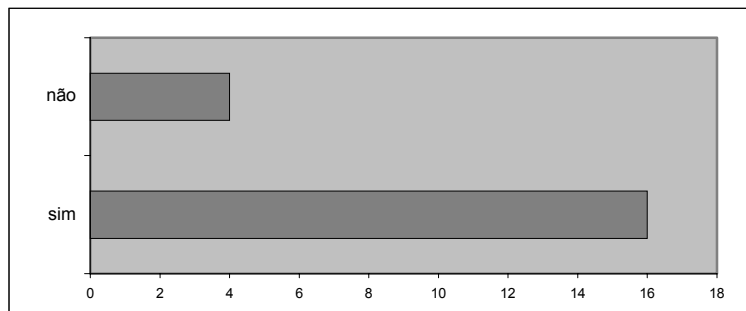


Como já havíamos salientado, os dois principais objectivos para a criação das AP'S em Portugal referem-se à conservação da fauna e deste recurso natural em conjunto com a flora. Se exceptuarmos as áreas que referem como principais objectivos a conservação das características paisagísticas, a maior parte das AP'S não refere aspectos associados à intervenção e à presença humana. Este carácter iminentemente *naturalista* e *conservacionista* tende a isolar, de alguma forma, as áreas protegidas do território social circundante. Tal facto pode dar origem a conflitos com as populações incluídas nos espaços protegidos (e.g. Diéguez, 1996). Apesar desta lógica, todas as AP'S que possuem população, em Portugal, referem, como um dos seus objectivos secundários, o desenvolvimento e a conservação das actividades económicas e culturais locais. Tal facto decorre do reconhecimento da importância dessas actividades para a conservação da fisionomia dos espaços protegidos. Efectivamente, o papel da população e das suas actividades é considerado pela maior parte das AP'S portuguesas como fundamental para a prossecução

²⁰¹ Os dados constantes desta secção foram produzidos a partir das informações recolhidas pelo Inquérito por Questionário

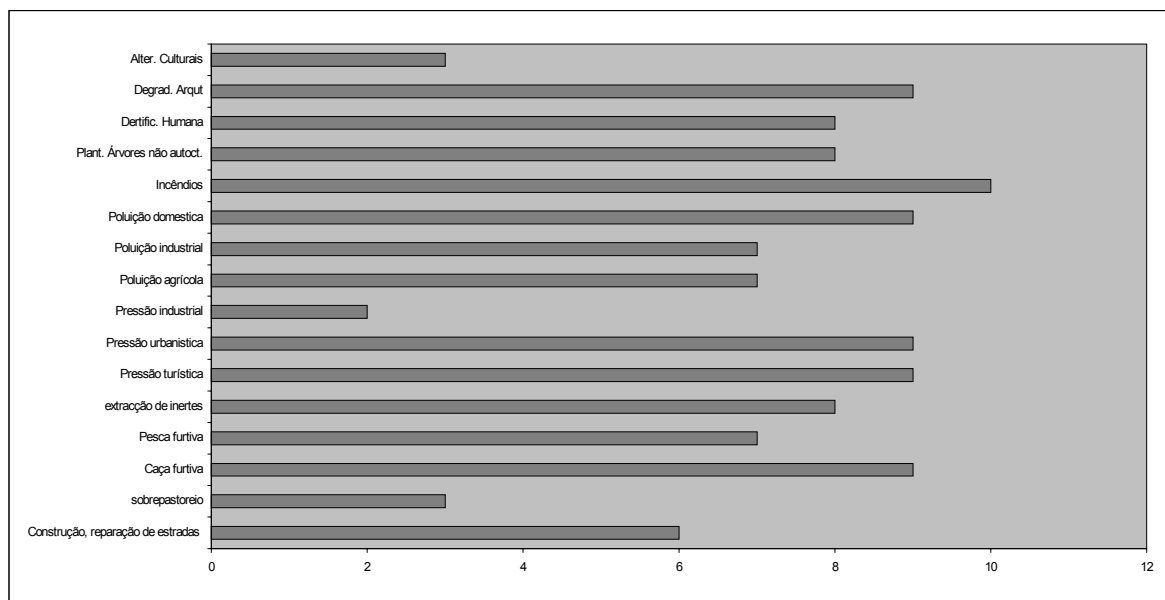
dos seus objectivos, tal como podemos ver na figura 6.4. No que se refere ao papel dos visitantes, ele é também considerado importante, se bem que a situação apresentada na figura 6.4 se inverta ligeiramente.

Figura 6.4 – Importância do papel da população para a concretização dos objectivos da AP'S



Pelas suas características, os espaços protegidos constituem-se como um recurso muito apreciado para determinado tipo de actividades, particularmente, como dissemos no ponto anterior, para as que se associam ao recreio e ao lazer. Deste modo, as pressões turísticas, urbanísticas e outras constituem um problema para a maior parte das AP'S em Portugal. A par com os incêndios, a caça furtiva, a degradação e alteração arquitectónica e os diversos tipos de poluição, as pressões turística e urbanística constituem, como podemos observar na figura 6.5 os problemas mais referenciados pelas AP'S inquiridas.

Figura 6.5 – Problemas mais graves com que se debatem as AP'S



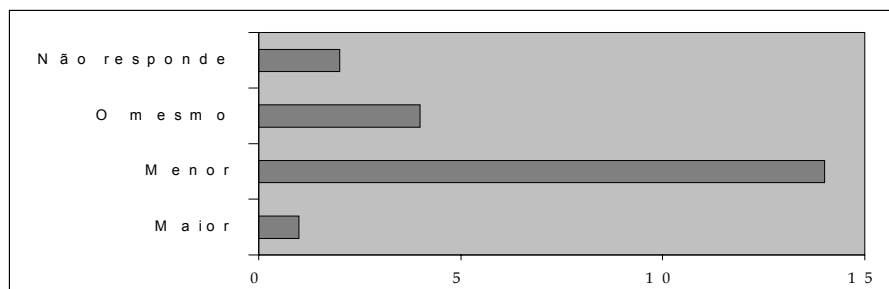
De salientar que as questões associadas às alterações culturais e mesmo à desertificação humana do território não são identificadas como problemas graves nas AP'S, apesar de como refere Magalhães (1997) a questão do despovoamento possa ser actualmente considerada

que lançámos às AP portuguesas.

como a maior intrusão ambiental que sofrem as AP'S portuguesas, sobretudo as áreas de montanha e mais desfavorecidas. Neste sentido, como refere ainda o autor mencionado, qualquer estratégia de conservação da natureza dirigida a essas áreas não pode deixar de *“pensar no emprego, na satisfação das necessidades básicas, na melhoria dos níveis de atendimento, na qualificação da prestação de serviços. No topo da pirâmide da conservação está a espécie humana. Mesmo os espaços onde o primado da conservação é claro, existem actividades produtivas que são o sustento e o suporte de determinados ‘habitats’, de certas espécies florísticas e faunísticas”* (idem: 7).

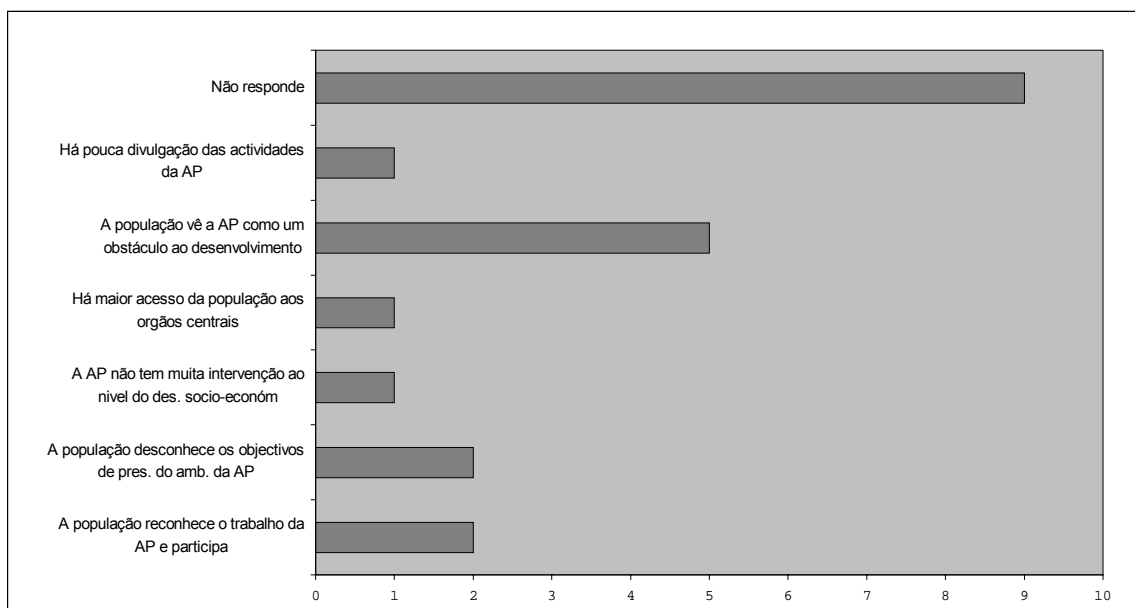
Apesar deste reconhecimento podemos dizer que a maior parte das AP'S portuguesas continua sem concretizar a convergência dos objectivos de protecção da natureza com os associados ao desenvolvimento socioeconómico. Apesar de, como vimos, a maior parte das AP'S considerar que as populações locais têm um papel fundamental na protecção dos elementos naturais, será a conservação da natureza compatível com a presença humana? Ou, regra geral, as populações locais estão condenadas a condições de vida menos satisfatórias para que não se perturbe o quadro paisagístico e natural daquelas áreas? A maior parte das AP'S inquiridas consideram que a sua implementação deu um contributo importante em termos do desenvolvimento social e económico dos espaços onde foram implantadas. Como podemos ver na figura 6.6, apenas uma AP refere que os níveis de desenvolvimento seriam maiores se o espaço não fosse legalmente protegido

Figura 6.6 – Níveis de desenvolvimento social e económico da AP'S, sem a sua instituição



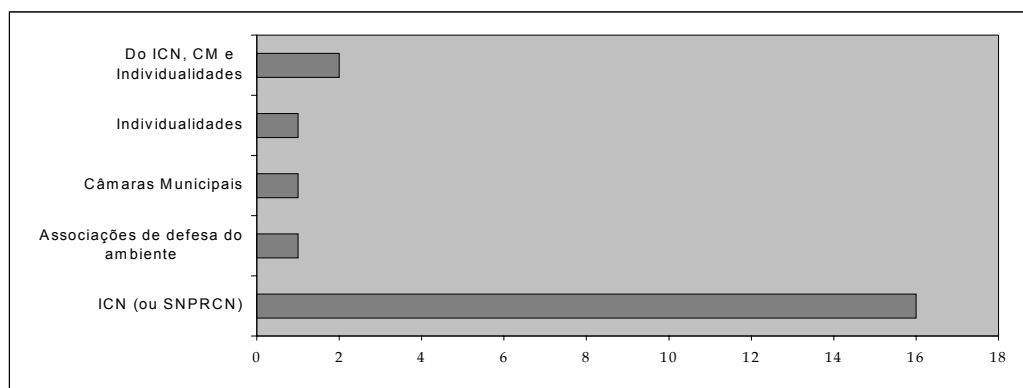
Apesar de as AP'S se considerarem agentes de desenvolvimento, a maior parte da população residente não as encara desse modo, mas precisamente como obstáculos e entraves, quer às suas actividades quotidianas, quer às suas perspectivas futuras. Como refere Pombo (1995: 6) *“em especial para as populações rurais, a existência de uma área protegida impõe sempre algumas restrições a certos tipos de actividades”*, restrições essas que não são bem entendidas, porque, como dissemos no ponto anterior, obedecem frequentemente a uma lógica e a legitimidades diversas das dos habitantes destes espaços protegidos. Os dados da figura 6.7 confirmam parcialmente o que dissemos, apesar do elevado número de não respostas a esta questão.

Figura 6.7 – Razões apontadas para que a população considere a AP'S como um agente de desenvolvimento



A lógica exterior de constituição das AP'S pode ser reforçada através da observação dos dados relativos à sua instituição. Observamos que apenas em casos pontuais a instituição da AP foi realizada com base em iniciativas locais, de individualidades ou das Câmaras Municipais. Na maioria dos casos, a instituição de um dado espaço como protegido ficou a dever-se à iniciativa do Instituto de Conservação da Natureza (ICN), como podemos observar na figura 6.8.

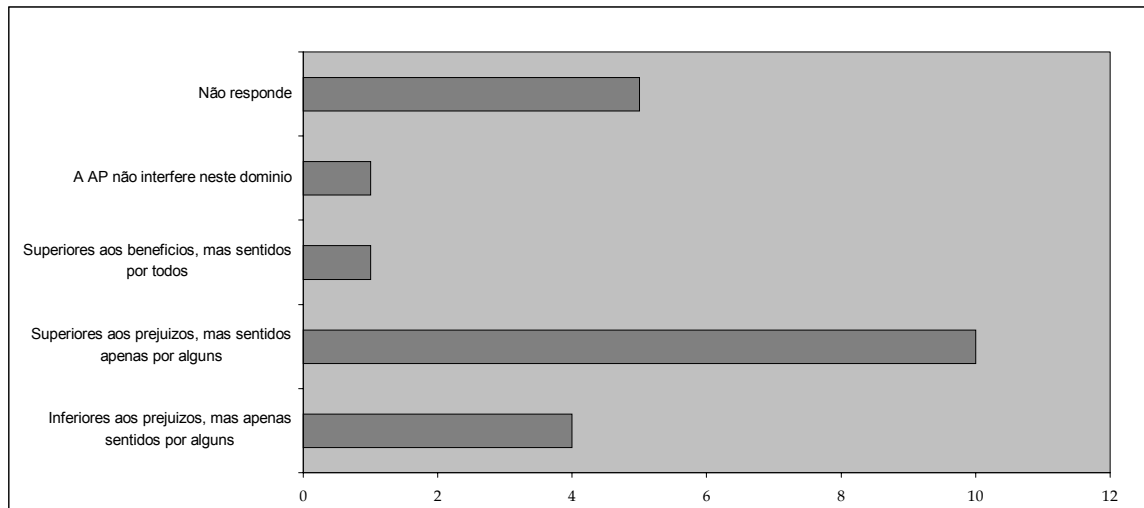
Figura 6.8 – Iniciativa da Proposta de Classificação da AP'S



Por outro lado, a maioria da população que reside em espaços protegidos encara os benefícios deste facto de forma muito desigual. Observamos que a maior parte considera que os benefícios trazidos pela instituição do seu espaço de vida como espaço protegido, como sendo superiores aos prejuízos, mas apenas sentidos por alguns. Mesmo nos casos em que a população considera que os prejuízos causados pela protecção da área são superiores aos

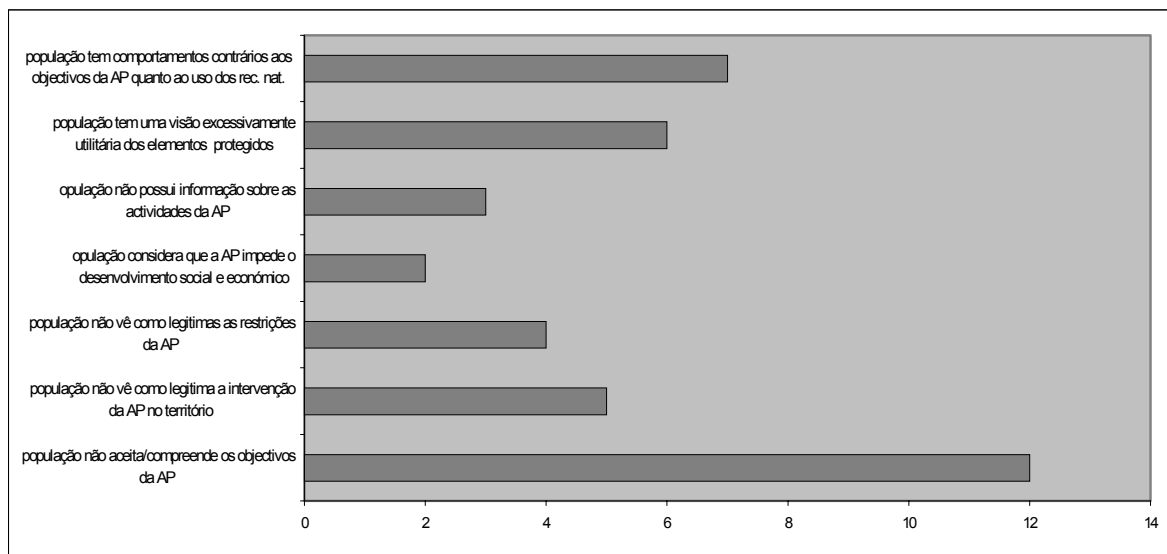
benefícios, também existe a percepção da desigualdade da sua distribuição. Isto associa-se de perto ao que dissemos no ponto três deste capítulo e ao que refere Hespanha (1996b). A figura 6.9 mostra-nos justamente a percepção das desigualdades sentidas pelas populações quanto à distribuição dos benefícios/prejuízos da instituição da sua área de residência como protegida.

Figura 6.9 – Percepção pela população da distribuição dos benefícios da instituição da AP'S



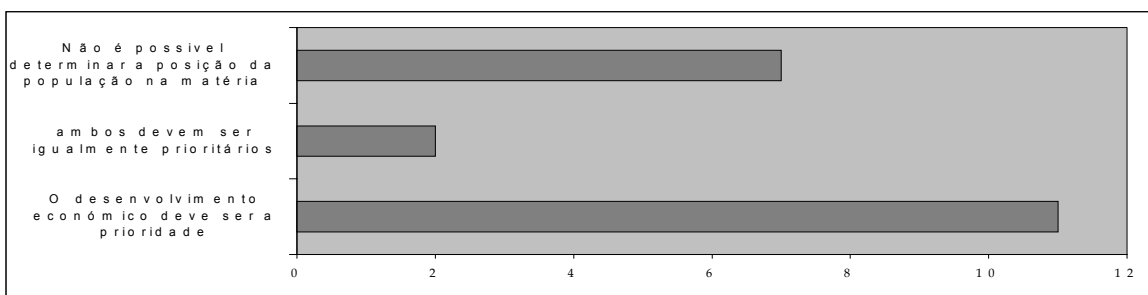
Esta percepção das desigualdades sociais e económicas pode, como referimos anteriormente, ser motivo de conflitos importantes no seio das AP'S. Com efeito, a maior parte das AP'S inquiridas refere a existência de conflitos com a população, sendo os que se associam à caça os mais frequentemente referidos. A par deste tipo de conflitos, podemos igualmente destacar os que se associam à realização de queimadas, às alterações à morfologia dos terrenos e à construção, ampliação ou demolição de edifícios. Na figura 6.10 podemos observar os conflitos que ocorrem com maior frequência no interior das AP'S entre a sua administração e as populações residentes. Aos conflitos associam-se, com alguma frequência, as reclamações por parte dos habitantes dos espaços protegidos, sobretudo quanto aos danos causados por animais selvagens, à ausência de fiscalização e informação por parte da administração da área, à falta de apoio às actividades tradicionais de natureza socioeconómica e às carências várias em termos de infra-estruturas, equipamentos e serviços. Como seria previsível estas reclamações transformam-se com bastante frequência em atitudes e comportamentos de desrespeito face às restrições e às normas impostas pela AP'S. Estas situações de desrespeito materializam-se com mais frequência na construção, demolição ou ampliação de edifícios, na caça e pesca em zonas interditas e no abate de animais selvagens.

Figura 6.10 – Existência e tipo de conflitos entre as populações locais e as AP'S



Para as situações de desrespeito mencionadas antes, são fundamentais por um lado, a incompreensão que a população local geralmente revela face aos objectivos de protecção do espaço e, por outro lado o não reconhecimento da legitimidade da intervenção e da imposição de restrições por parte da administração da AP'S²⁰². Como referem a maior parte das AP'S as populações locais possuem uma visão demasiado *utilitária* dos recursos naturais. Esta visão está, aliás bem patente nas prioridades da população relativamente ao desenvolvimento socioeconómico *versus* a protecção do ambiente, como podemos verificar na figura 6.11. Apesar de numa boa parte dos casos, a AP não ter capacidade de determinar a posição da população local face a esta questão, o desenvolvimento económico é claramente apontado como a maior prioridade.

Figura 6.11 – Prioridade dada pelas populações locais aos objectivos de desenvolvimento socioeconómico *versus* a protecção do ambiente



²⁰² Como podemos ver no quadro 6.2, no Anexo 1 (pp. 28-33), assim como nos Decretos-Lei que as instituem, a maior parte das AP portuguesas apresentam regulamentações relativas a: obras de construção civil; alteração ao uso actual dos terrenos; alterações à morfologia do solo; alterações à configuração ou topologia das zonas lagunares e marinhas, abertura de novas vias de comunicação; lançamento de águas residuais industriais ou de uso doméstico, instalação de novas linhas aéreas eléctricas ou de telefone, tubagens de gás natural e condutas de água ou saneamento; colheita ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de protecção; introdução de espécies zoológicas e botânicas exóticas ou estranhas ao ambiente; actividades desportivas susceptíveis de provocar poluição;

A instituição das AP'S na maior parte dos casos veio colidir com os usos das populações locais face ao território e face aos recursos naturais. Essa colisão ocorreu sobretudo devido à incompatibilidade das práticas da população local com os objectivos principais da protecção, o que conduziu à necessidade de impor normas e restrições com vista à redução dos comportamentos considerados incompatíveis. Em face desta realidade não é de todo surpreendente que as populações residentes em espaços protegidos encarem a administração da AP como *“alguém distante que proíbe, que condiciona”* (Magalhães, 1997: 8) as suas práticas e a sua vida quotidiana.

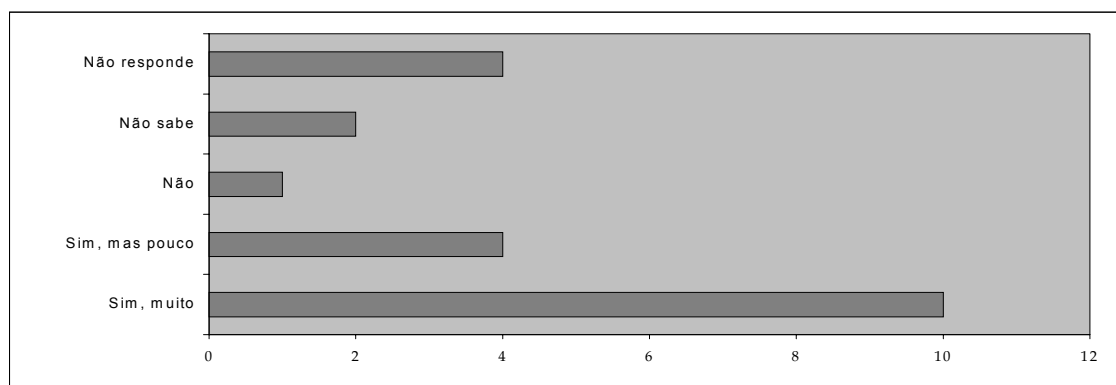
Outra atitude frequente da população local é a de que as AP'S são *“do ambiente”* para citarmos o mesmo autor, que são espaços nos quais *“um pássaro vale mais que uma pessoa”* (Ojeda-Rivera, 1989). Como referem Bontron e Brochot (1989: 241) a não tomada em consideração destas percepções e das reivindicações locais *“é frequentemente suficiente para destruir a imagem da AP e tornar problemático tudo o que diga respeito à regulamentação. Por outro lado, a falta de presença, de informação e de fiscalização pode fazer pensar que o objecto (da protecção) em si mesmo não possui valor”*. Como referimos anteriormente, o valor que é atribuído aos elementos naturais de uma dada área, a nível institucional é com frequência incompreendido pelos habitantes. Em grande medida, a instituição de espaços protegidos obedece a legitimidades exteriores e procura corresponder a uma procura crescente de bens naturais e ambientais. Aliás, a protecção e conservação em Portugal está igualmente muito associada ao desenvolvimento de actividades de recreio e lazer. Esta concepção esteve presente desde a primeira legislação relativa à protecção da natureza, como se pode ver no quadro 6.2 (em anexo, pp. 28-33). Efectivamente, a Lei 9/70 de 19/6 refere claramente a importância de proteger e conservar determinadas áreas do país para o desenvolvimento de actividades de recreio e lazer. De certo modo, as AP'S em Portugal cumprem crescentemente a sua função de espaços atractivos para aquelas actividades. Este reconhecimento deu origem a legislação específica, materializada no Decreto-Lei n.º 47/99 de 16/2. Na introdução do referido Decreto-Lei é dito que *“os espaços naturais surgem cada vez mais, no contexto internacional e nacional, como destinos turísticos em que a existência de valores naturais e culturais constituem atributos indissociáveis do turismo de natureza. As áreas protegidas são, deste modo, locais privilegiados como novos destinos, em resposta ao surgimento de outros tipos de procura, propondo a prática de actividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e às culturas locais, cujo equilíbrio, traduzido nas suas paisagens, conferem e transmitem um sentido e a noção de «único» e de «identidade de espaço», que vão rareando um pouco por todo o nosso território”*. O Decreto-Lei 47/99 refere-se precisamente ao Turismo de Natureza aplicável em

sobrevoos de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés. Constituem ainda actividades sujeitas a regulamentação: a caça, a pesca, a realização de queimadas, o campismo for a dos locais adequados, entre outros.

Áreas Protegidas, sendo que o seu conteúdo geral é regulamentado pelo Decreto-Regulamentar nº 18/99 de 27/8. No âmbito deste Decreto-Lei, constituem actividades, serviços e instalações de animação as iniciativas ou projectos que integrem a gastronomia; os produtos tradicionais locais; as artes e ofícios tradicionais da região; as feiras, festas e romarias; as rotas temáticas; os passeios a pé, de barco, a cavalo, de bicicleta; os passeios em veículos todo-terreno; os jogos tradicionais e os parques de merendas. As medidas e estratégias a implementar, tal como os seus objectivos, surgem consubstanciadas no Plano Nacional de Turismo de Natureza (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/99 de 28/8), no qual é reconhecido que as AP'S são espaços que possuem um valor patrimonial único, não apenas natural, mas também social e económico e que tal facto permite constitui-las como espaços turísticos por excelência.

Apesar de não existirem dados concretos acerca do número de visitantes nessas áreas, os dados que recolhemos demonstram que esse número aumentou bastante em algumas delas, como se pode ver na figura 6.12. Por outro lado, o número médio de visitantes recebidos anualmente varia entre os 300 da RN do Paúl de Boquilobo até aos 45000 do Parque Nacional da Peneda-Gerês, sendo esta a AP portuguesa que mais visitantes recebe anualmente. Este aumento do número de visitantes em mais de metade das AP'S inquiridas não pode deixar de estar associado, por um lado, ao crescente interesse e procura da sociedade portuguesa de bens ambientais e naturais e, por outro lado, à divulgação que se tem feito destas áreas como espaços turísticos *únicos* e depositários de uma herança social, cultural e natural importante. A relação entre as populações locais e os visitantes não suscita muitos conflitos nas AP'S nacionais. Efectivamente, na maior parte dos casos é referido que os visitantes são bem recebidos pelas populações, quer independentemente dos benefícios que o turismo e o lazer poderão trazer, quer tendo precisamente em conta esses benefícios.

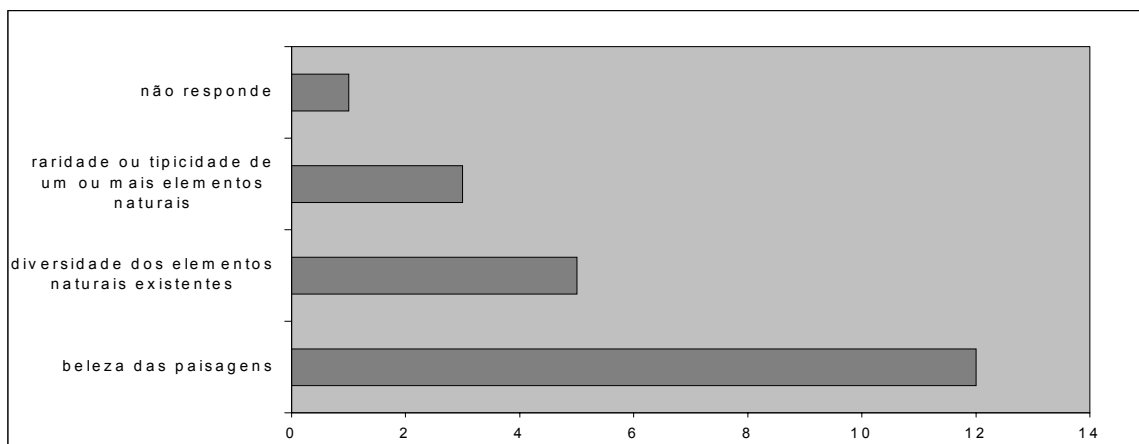
Figura 6.12 - Aumento do número de visitantes nos últimos cinco anos nas AP'S



A maior parte das AP'S possui estruturas e serviços de apoio aos visitantes, como postos de informação, visitas guiadas e casas abrigo. As razões apontadas pelos responsáveis das AP'S para a recepção de visitantes relacionam-se, antes de mais, com a procura da beleza

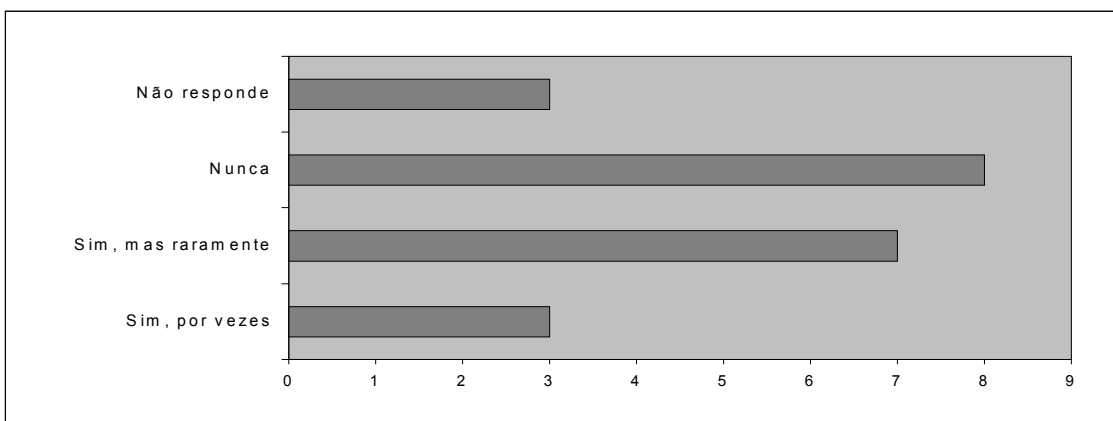
das paisagens, como podemos ver na figura 6.13. A diversidade e a raridade de elementos naturais presentes na área são igualmente as razões consideradas como mais importantes para a visita. Entre as primeiras razões de visita não são apontados aspectos extra-naturais, ou seja, aspectos relacionados por exemplo com a arquitectura tradicional, as actividades culturais ou socioeconómicas tradicionais. Os espaços protegidos surgem assim, aparentemente, como locais onde a natureza se pretende natural por parte de quem os procura e consome, mais do que espaços que encerram heranças sociais e culturais. Os espaços protegidos são procurados essencialmente pelas suas características naturais, mais do que pelas suas características rurais.

Figura 6.13 – Razões da visita às AP'S



Os conflitos entre as populações locais e os visitantes são, como sugerimos anteriormente, raros e, quando se verificam, ocorrem sobretudo por razões associadas à interferência nas actividades quotidianas da população. No que se refere à existência de conflitos entre os visitantes e a administração da AP, observamos na figura 6.14 que eles possuem alguma expressão e ocorrem frequentemente porque os visitantes não respeitam as normas e as restrições impostas pela AP no que se refere ao uso dos recursos naturais.

Figura 6.14 – Existência de conflitos entre os visitantes e a AP



Da análise da legislação que enquadra a criação de AP'S em Portugal (quadro 6.2, anexo 1, pp. 28-33), assim como da análise da legislação que cria efectivamente as diversas áreas, observamos que foi dada sempre reduzida atenção ao desenvolvimento das comunidades locais e que a ênfase foi frequentemente colocada sobretudo nos elementos naturais a proteger e a conservar. A discrepância geralmente observada entre as necessidades de protecção dos recursos naturais (exterior) e os interesses e aspirações das populações locais em termos de desenvolvimento social e económico, sugere que em Portugal existem alguns conflitos de legitimidades no que se refere às AP'S. No entanto, esses conflitos são apenas sugeridos já que não existem estudos que permitam conhecer o conteúdo das aspirações e necessidades dos vários actores em presença. Basicamente, pelo que fomos referindo neste ponto, podemos dizer que em Portugal, à semelhança do que acontece na maior parte dos países desenvolvidos, a protecção de determinadas áreas correspondeu a uma construção institucional da natureza. A concepção de natureza subjacente a essa construção corresponde de forma mais frequente às aspirações e necessidades dos urbanos e coloca os habitantes das áreas protegidas (especialmente as áreas rurais do interior) numa posição relativamente subalterna face às legitimidades exteriores de instituição, procura e consumo de bens naturais. Essa subalternização relativa é dificilmente explicada num contexto em que as populações locais são simultaneamente os agentes principais da construção de determinados espaços e recursos como amenidades que devem ser conservadas e os principais actores da conservação da natureza. Foi salientada no ponto anterior, por vários autores, a importância do envolvimento das populações locais nos processos de protecção, mas um tal envolvimento só poderá efectivamente ser realizado quando as populações locais aceitarem as lógicas e as legitimidades exteriores como uma necessidade específica dos seus territórios e do seu desenvolvimento. Instituir AP'S por Decreto sem que se tenham em atenção as populações que habitam nos diversos territórios pode, como vimos, ter efeitos perversos que não são negligenciáveis. Por outro lado, basear a promoção do desenvolvimento local apenas nas actividades associadas ao turismo pode ter igualmente efeitos paradoxais, tal como observámos no capítulo IV, já que poderá implicar a perda das dinâmicas sociais e económicas locais e substituí-las por uma simples recriação do passado, sem que isso represente benefícios para a maior parte dos habitantes dessas áreas. Esta recriação poderá apenas ter correspondência em necessidades exteriormente desenvolvidas e que se impõe às dos habitantes locais. Como refere Broom (1996: 336) para fazer face às necessidades locais e simultaneamente às de que os visitantes são portadores *“é necessária acção tanto aos níveis nacionais como europeu. A prioridade deve ser dada à obtenção de apoio político e recursos adequados para as paisagens protegidas. Em quase todos os países é necessário apoio político adicional, mas essa necessidade é particularmente urgente em países como a Grécia e Portugal”*. Em Portugal, as AP'S apenas foram consideradas áreas

prioritárias para a aplicação do investimento público em 1996 (Resolução do Conselho de Ministros nº 102/96 de 8/7). Na maior parte dos países da Europa esta necessidade é reconhecida há décadas assim como a aplicação deste princípio. A par disto, existem na maior parte dos países da UE aquilo a que alguns autores chamam *compensações* aos habitantes das AP'S, quer porque participam na salvaguarda e na conservação de um património crescentemente valorizado pela sociedade entendida no seu conjunto, quer porque nesse processo de salvaguarda e conservação podem sofrer prejuízos no que se refere aos usos que fazem dos elementos naturais e às aspirações e necessidades que possuem quanto aos aspectos materiais do desenvolvimento. A ideia das *compensações* é defendida por Pombo (1995: 6) que refere que *“se as populações se sacrificam de algum modo em prol do bem comum, parece justo que sejam compensadas (...) por esse facto. Julga-se que os benefícios hoje atribuídos nessas circunstâncias deveriam ser revistos e tornados mais significativos”*. As compensações a que nos referimos não necessitam de ter um conteúdo explicitamente económico, mas podem ser traduzidas em benefícios materiais para as comunidades locais, por exemplo, em termos da melhoria das suas condições e qualidade de vida. Sabemos que a maior parte dos governos no mundo ocidental têm perdido legitimidade, assim como reconhecimento social da eficácia das suas acções. Nos capítulos III e V, tal como nos pontos anteriores deste capítulo, argumentámos que o caso português não constitui excepção pelo afastamento sistemático, no que se refere concretamente às políticas, programas e medidas de desenvolvimento rural e de protecção da natureza e do ambiente em áreas rurais, das populações locais do processo de tomada de decisão. Mas como temos vindo a argumentar *“as comunidades locais desempenham um papel-chave na gestão das áreas protegidas, através das suas actividades e das suas atitudes. Em muitos casos, há a necessidade de aumentar a consciência do valor das paisagens protegidas, não apenas entre as populações locais, mas também entre os visitantes e outros agentes”* (Broom, 1996: 339). Este parece ser claramente o caso das AP'S portuguesas, onde as populações locais possuem representações diversas das dos visitantes e das do Estado, no que se refere ao valor e ao uso dos recursos naturais protegidos. Neste sentido afigura-se-nos que o conhecimento e a compreensão das representações e práticas dos vários actores sociais em presença nas AP'S e também nas áreas rurais que, mesmo não possuindo estatuto legal de protecção, são cada vez mais procuradas e consumidas devido à sua característica de reservas de qualidade ambiental e de tradições culturais, é importante para uma gestão mais eficaz e mais legítima (e.g. Figueiredo, 1998). Se as AP'S em Portugal surgem como *“a exaltação do mundo rural, procurando promover os valores locais, da natureza, da paisagem, da comunidade. Harmonia do prado, da mata, do campo, dos caminhos, harmonia também das casas, das quintas e hortas, certas paisagens que justificam a criação de um parque são e serão obra de gerações de camponeses”* (Pessoa, 1987: 642).

Esta frase conduz à inevitável questão da sobrevivência das populações locais e, conseqüentemente, dos próprios espaços protegidos. Mas, como pergunta Joaquim (1994: 97), “*como sobrevive um museu?*” num contexto em que inevitavelmente o consumo altera a natureza dos espaços e a sua vocação. Por outro lado, estas áreas, ao serem instituídas como *museus* ou *reservas* de qualidade ambiental e/ou natural, são áreas construídas institucionalmente, como dissemos já, como *excepcionais*. E as restantes áreas rurais? Os espaços *vulgares*, não reconhecidos institucionalmente (se bem que, em alguns casos, exista um reconhecimento social materializado por processos relativamente intensos de procura e consumo)? Como diz Raposo (1987: 93) “*é arriscado considerar as (...) áreas classificadas como os valores mais salientes do nosso património natural e cultural. Não existe nenhum estudo sistemático sobre esses valores a nível nacional que permita seguramente tirar tal conclusão. Se algumas áreas actuais poderão ser tidas como indiscutivelmente elegíveis para um sistema de áreas classificadas, outras poderão levantar algumas dúvidas, pelo menos quanto ao nível de importância de que se revestem (...). Só encontramos uma lógica para parte das classificações existentes: a busca de áreas onde a pressão humana conduziu tradicionalmente a uma ocupação menos intensa, ou por apresentarem limitações de produtividade (zonas montanhosas) ou por a sua produtividade não ter sido reconhecida em termos económicos, mas apenas recentemente em termos ecológicos*”. Estas considerações vão ao encontro das transformações socioeconómicas ocorridas nas áreas rurais, de que demos conta nos capítulos IV e V. Com a perda de importância produtiva destas áreas assistimos à sua reconversão, traduzida igualmente numa reapropriação simbólica, institucional e social.

5. Conclusão

Neste capítulo procurámos debater algumas das questões que consideramos fundamentais, associadas às políticas de desenvolvimento e de protecção do ambiente em áreas rurais. Neste sentido, de forma a enquadrar aquela temática, abordámos a questão da integração das preocupações ambientais nos paradigmas de desenvolvimento em geral e de desenvolvimento rural em particular. A partir da constatação da emergência de novos paradigmas de desenvolvimento, que se afastam dos modelos de crescimento económico (economicistas, produtivistas, industrialistas, funcionalistas e centralistas) que dominaram nos últimos duzentos anos, essencialmente mas não exclusivamente nas sociedades ocidentais (e.g. Roque Amaro, 1996, 2001), observámos que as questões ambientais passaram de uma situação de negligência para uma situação central nesses novos paradigmas. A negligência das questões ambientais pelos anteriores paradigmas de desenvolvimento, assentes no crescimento económico, baseou-se na consideração da natureza como um obstáculo que devia ser ultrapassado. Nos novos paradigmas de desenvolvimento, assentes na

sustentabilidade, na participação e nas potencialidades das comunidades locais, o ambiente é considerado uma questão central, tendo também em linha de conta os efeitos nefastos dos paradigmas anteriores.

As áreas rurais traçaram, por assim dizer, um caminho relativamente coincidente com o das preocupações ambientais. Como vimos, a sua integração nos modelos de desenvolvimento dominantes nas sociedades ocidentais ao longo das últimas décadas, foi sobretudo uma integração selectiva, realizada de acordo com as suas capacidades produtivas. Os espaços rurais de reduzida produtividade foram crescentemente marginalizados pelos paradigmas de desenvolvimento dominante, para passarem a ser, actualmente, à luz dos novos paradigmas e das transformações mais vastas dos contextos sociais, considerados espaços centrais. Esta consideração dos espaços rurais como centrais deve-se em grande medida à sua função de reservas de qualidade do ambiente, dos recursos naturais e das tradições do passado. A centralidade dos espaços rurais profundos, coloca problemas importantes no que se refere à concepção e implementação de políticas de desenvolvimento, num contexto de crescente desertificação social e de abandono das actividades económicas e culturais tradicionais.

Em Portugal, a primeira dificuldade quando se pretende fazer a análise das políticas de desenvolvimento rural, prende-se com a sua inexistência. Como referem vários autores consultados, ao longo das últimas décadas a ausência de preocupações institucionais com as áreas rurais tem sido uma constante, se exceptuarmos as preocupações com o sector agrícola. A identificação entre o rural e o agrícola é ainda dominante em Portugal, mesmo quando se constata a perda de importância económica e social desta actividade, quer no seio das próprias áreas rurais, quer em termos da globalidade da economia nacional. Nesta perspectiva, as intervenções estatais nas áreas rurais em Portugal (como aliás na maior parte dos países ocidentais) foram quase exclusivamente direccionadas para o sector agrícola, situação que se manteve e que se intensificou após a adesão do país à UE. Com a adesão àquele organismo, Portugal enfrentou, segundo diversos autores, um processo adicional de exigentes ajustamentos do sector agrícola, que procuravam a sua modernização e a competitividade do mesmo. No entanto, como salienta, entre outros, Oliveira Baptista (1993 e 1996) as mudanças introduzidas na agricultura portuguesa, por via da PAC, não a tornaram mais competitiva face aos mercados externos nem diminuíram a dependência do país em termos de produção de alimentos. A PAC, privilegiando claramente os sistemas produtivos do Norte e Centro da Europa, teve o condão de gradualmente colocar o mundo rural português numa posição residual, em termos de produção. Ao mesmo tempo, à maior parte das áreas rurais portuguesas (tal como à maior parte destas áreas nos países do sul da Europa) foi sendo atribuída uma nova função, que as dissocia do agrícola – a função de manutenção das paisagens e do ambiente natural. Por via das sucessivas reformas da PAC e da introdução de

medidas como o *set aside* e as *medidas agro-ambientais*, foi sendo reservado aos agricultores portugueses o papel de *jardineiros da natureza* (e.g. Oliveira Baptista, 1993 e 1996) e de gestores do território (e.g. Reis e Lima, 1998). No entender de Oliveira Baptista (1996) um tal papel tende a subalternizar os agricultores portugueses face aos seus congéneres europeus. Apesar desta atribuição de funções extra-produtivas aos espaços rurais nacionais, a maior parte das políticas, programas e medidas que, recentemente têm sido desenhadas para as áreas rurais (e.g. Plano de Desenvolvimento Rural; *Agros* e *Agris*) continuam a apostar no desenvolvimento do sector agrícola, ainda que também salientem a função ambiental dos espaços rurais. A UE na sequência da concepção do rural como espaço multifuncional, que emergiu após 1988, tem implementado também diversos programas e medidas que visam o desenvolvimento rural. A *Declaração de Cork* em 1996 e a *Agenda 2000* podem ser considerados documentos importantes no que se refere à centralidade das áreas rurais para o desenvolvimento e equilíbrio da sociedade como um todo e para a divulgação das novas orientações que devem nortear o desenvolvimento daquelas áreas. Na *Agenda 2000* postula-se a gradual transformação da PAC em PARC, ou seja numa Política Agrícola e Rural Comum, transformação que ainda denota o peso da agricultura (em termos institucionais e orçamentais) no seio da UE mas que atribui igualmente importância às outras funções que o mundo rural pode desempenhar.

À luz das novas concepções de desenvolvimento rural, debatemos a questão da legitimidade e da eficácia das políticas públicas de desenvolvimento e de protecção do ambiente para as áreas rurais. Após discutirmos a questão da legitimidade e da eficácia em termos gerais, concluímos que em Portugal estes aspectos não estão assegurados. Isto acontece porque essencialmente, as políticas, os programas e as medidas tendem a ser fruto de legitimidades e de sistemas de representações que são exteriores às áreas rurais. Estas lógicas têm-se crescentemente vindo a sobrepor às dos habitantes rurais. Se considerámos um requisito de legitimidade política importante a consideração dos interesses e das necessidades dos representados, concluímos que as populações rurais têm sido sistematicamente afastadas dos processos de tomada de decisão relativos à concepção e à implementação das políticas. Esta questão associa-se intimamente com o não reconhecimento, por parte das populações locais, das legitimidades e interesses externos sobre as suas áreas de residência, implicando em diversos casos resistências várias ao envolvimento (e.g. Hespanha, 1996a e 1996b) nesses processos. Concluímos que a consideração dos interesses das populações locais, as principais construtoras das paisagens, espaços e recursos actualmente crescentemente valorizados, é um factor chave para a eficácia das políticas públicas, quer de desenvolvimento, quer de protecção do ambiente.

O exemplo máximo da ausência de legitimidade e eficácia das políticas públicas para as áreas rurais pode ser dado pela instituição de espaços legalmente protegidos. Embora, como

concluímos, não seja possível referir a existência de consenso entre os autores consultados, quanto à correspondência entre a criação de áreas protegidas e a identificação social entre o ambiente, a natureza e o rural, advogámos neste capítulo que aquela identificação é um princípio poderoso de protecção e conservação do ambiente rural. Os espaços protegidos são construídos institucionalmente sem que a penetração do Estado nos campos seja acompanhada pela consideração dos interesses, necessidades e aspirações dos habitantes locais. Isto é tanto mais paradoxal quando é reconhecido que os habitantes locais são os principais actores da construção do património natural das áreas rurais e, assim, os primeiros responsáveis pela sua manutenção e, mesmo, pela sua instituição como espaços *extraordinários* e dignos de ser protegidos como amenidades. Dado que uma boa parte dos espaços protegidos se localizam em áreas rurais, sobretudo em áreas que foram marginalizadas à luz dos anteriores paradigmas de desenvolvimento, os mecanismos da conservação e da protecção são frequentemente entendidos, localmente, como obstáculos ao seu crescimento económico. Consideramos que uma tal situação pode conduzir a uma nova integração selectiva das áreas rurais nos paradigmas de desenvolvimento emergentes, nos quais o ambiente é, como argumentámos, uma questão central. Esta integração selectiva por sua vez é susceptível de conduzir a uma nova subalternização do rural, fundamentada agora não já nas suas (in)capacidades produtivas mas nas suas maiores ou menores qualidades ambientais ou, dito de outro modo, na valorização socio-institucional que pode ser atribuída a essas suas qualidades. Esta subalternização tende a reforçar aquilo que ao longo desta tese temos vindo a designar como uma nova dicotomia rural/urbano.

Finalmente, neste capítulo, demos conta do processo de instituição de áreas protegidas em espaços rurais. Neste âmbito e em face da escassez de investigações que ultrapassem a caracterização e avaliação dos elementos naturais e socioeconómicos dessas áreas, utilizámos os dados recolhidos a partir de um Inquérito por Questionário que realizámos em 1997. Observámos que ainda que em termos de número e de população residente, as áreas protegidas do litoral português tenham maior peso, a maior superfície protegida legalmente situa-se em áreas marcadamente rurais e do interior do país. Estas áreas podem ser, genericamente, classificadas como áreas desfavorecidas, em processo continuado de declínio social e económico. A maior parte das 25 AP'S que existem em Portugal possuem população residente que, através dos seus usos dos elementos naturais foi traçando e construindo a fisionomia actual desses espaços e contribuindo para a necessidade institucional da sua conservação.

Se a maior parte dos autores consultados e as próprias AP'S inquiridas reconhecem o papel fundamental das populações locais na manutenção da fisionomia dos espaços protegidos, assim como reconhecem a desertificação humana e o abandono dos territórios um dos maiores problemas com que estes espaços se debatem actualmente, não deixa de

ser surpreendente salientar que as iniciativas de protecção e de conservação, tal como os mecanismos de gestão, raramente têm em linha de conta os interesses, necessidades e saberes da população residente. A instituição da maior parte das AP em Portugal tem-se pautado por uma lógica conservacionista que tende a desafectar, simbolicamente mas com efeitos materiais importantes, os territórios protegidos do tecido social e das lógicas de desenvolvimento desse mesmo tecido. Deste modo, exclui a população e as suas necessidades em termos de desenvolvimento socioeconómico, frequentemente em contextos em que as áreas rurais protegidas possuem carências materiais de diversa ordem. Esta situação é indutora de conflitos de interesses e legitimidades diversos que frequentemente se têm traduzido por situações e atitudes de desrespeito pelas restrições e normas das áreas protegidas face ao uso do espaço e dos elementos naturais. A instituição de AP'S em Portugal colidiu e colide com alguma frequência, com os usos enraizados no território e nas lógicas de organização social e económica e nesse sentido, as regulamentações associadas aos processos de conservação e de protecção, tendem a ser vistas pelos habitantes locais como factores que impedem o desenvolvimento e como mecanismos que colocam obstáculos à vida quotidiana. Neste contexto, as populações locais manifestam resistências quanto ao cumprimento das normas e dos mecanismos accionados pelas AP'S, com vista à protecção. Subjacente a essas resistências encontramos ainda a ausência de informação e o desconhecimento, por parte das populações locais, dos objectivos da própria AP.

Observámos que as áreas protegidas portuguesas assentam numa lógica de produção de espaços de lazer e recreio, essencialmente para as populações urbanas. Os visitantes procuram e consomem estas áreas mais como *naturais* do que como *rurais*, i.e., mais como áreas em que a natureza é o valor máximo do que como áreas habitadas por outros actores sociais. Apesar disto, os conflitos observados nas AP'S portuguesas têm como protagonistas essencialmente as populações locais face à administração da área e menos face aos visitantes. De qualquer modo, a procura e consumo dos espaços rurais protegidos, por parte dos seus visitantes, sobretudo como naturais deixa transparecer a existência de uma racionalidade que sustenta uma legitimidade diversa da dos habitantes locais. Estas diferenças de legitimidade, bem como os desfasamentos observados em termos de desenvolvimento económico e social, tendem a colocar as áreas rurais protegidas numa posição relativamente subalterna face aos interesses e necessidades exteriores, ou como refere Magalhães (1997) tendem a colocá-las como a *periferia da periferia*. Se estes espaços são institucionalmente considerados como *excepcionais* e a sua situação em termos de desenvolvimento é a que descrevemos neste capítulo, o que dizer das restantes áreas rurais remotas que, não beneficiando de nenhum estatuto de protecção, parecem declinar de forma mais acentuada? Como se processa o seu desenvolvimento e a sua apropriação simbólica e material, enquanto espaços *vulgares* e, por isso mesmo, como temos argumentado já,

abertos às mais variadas e incontroladas acções? Num caso como noutro a integração do ponto de vista dos habitantes locais é uma peça-chave na concepção de políticas de desenvolvimento para as áreas rurais.

Tendo em conta esta dualidade de situações, os casos de estudo que seleccionámos para este trabalho reflectem o carácter *excepcional* de algumas áreas rurais e o carácter *vulgar* de outras áreas. Como dissemos no capítulo I e como analisaremos nos capítulos posteriores, a área do Parque Natural de Montesinho e a área da Serra da Freita constituem exemplos privilegiados das crescentes procuras e consumos sociais de espaços rurais, representando ao mesmo tempo situações legais de protecção do ambiente diversas que têm consequências também diversas em termos do seu desenvolvimento social e económico. Estas questões serão debatidas nos capítulos VIII e IX, sendo o capítulo seguinte (o VII) dedicado à explicitação da metodologia seguida nesta tese, na recolha e análise da informação empírica, assim como à caracterização de ambos os casos de estudo.

Capítulo VII – Hipóteses de Trabalho, Estudos de Caso e Metodologia Desenvolvida

1. Introdução

O sétimo capítulo é dedicado à apresentação e discussão das hipóteses de trabalho, das áreas estudadas e da metodologia seguida, designadamente no que concerne à recolha e tratamento da informação empírica. No primeiro ponto deste capítulo apresentam-se as hipóteses de trabalho que o argumento principal da tese suscitou, assim como a sua justificação e o modo como foram operacionalizadas. No segundo ponto apresentamos a justificação para a selecção das áreas de estudo, assim como a sua caracterização em termos demográficos e socioeconómicos. Finalmente, damos conta dos procedimentos metodológicos adoptados na recolha e análise da informação empírica, nomeadamente os relativos aos processos de selecção e constituição das amostras (em termos da selecção das freguesias e da selecção dos habitantes e dos visitantes nas áreas do PNM e da SF) e os associados à elaboração dos vários instrumentos de recolha da informação (designadamente os inquéritos por questionário e por entrevista). Especificamos e justificamos ainda a forma como foram construídos estes instrumentos e as suas vantagens e desvantagens em termos da recolha e do tratamento da informação. Por último, apresentamos brevemente a forma como a informação recolhida foi tratada, de modo a produzir dados susceptíveis de confirmar ou infirmar as hipóteses de trabalho e o argumento da tese.

2. Hipóteses de Trabalho

Como referimos no capítulo I, o argumento central desta tese é o de que a marginalização ou a fraca integração das áreas rurais portuguesas - particularmente das áreas rurais a que podemos chamar *profundas* ou *remotas* - nos modelos de desenvolvimento social e económico das últimas décadas, tende a colocá-las, actualmente, como áreas centrais no contexto dos paradigmas de desenvolvimento emergentes e em processo de consolidação, nos quais o ambiente surge como um aspecto fundamental. A integração das áreas rurais nestes paradigmas tem correspondência nos processos de valorização social e institucional de que são também alvo actualmente. Tanto a integração como a valorização actuais das áreas rurais são sobretudo processos *exteriores* a essas mesmas áreas no sentido em que não são originados localmente. Por esta razão, estes processos tendem a não ser compreendidos e aceites como legítimos por uma boa parte das populações rurais. Este facto conduz potencialmente a conflitos sustentados em representações, práticas e legitimidades diversas, quer face ao ambiente, quer face ao desenvolvimento socioeconómico. Argumentamos ainda que estes conflitos ocorrem essencialmente, de modo mais evidente,

entre os habitantes das áreas rurais e o principal agente de protecção ambiental e de promoção do desenvolvimento rural – o Estado e seus representantes regionais e locais. Os conflitos ocorrem igualmente, embora de forma mais latente, entre os habitantes daquelas áreas e os seus visitantes (i.e., os utilizadores não rurais do espaço e do ambiente rural).

Recordámos o argumento central desta investigação porque é dele que saem justamente as hipóteses que sustentaram toda a pesquisa empírica, de cujos resultados daremos conta nos capítulos seguintes. Assim, aquele argumento desdobrou-se em quatro hipóteses principais:

1. A integração das áreas rurais faz-se crescentemente, ainda que não exclusivamente, pela sua revalorização social e institucional que fica a dever-se às suas características de reservas de qualidade ambiental;
2. A existência de representações e práticas sociais distintas face ao uso do espaço e dos elementos naturais nas áreas rurais, sobretudo nas mais remotas, potencia o surgimento de conflitos diversos;
3. Os conflitos decorrem igualmente de práticas e de representações diversas face aos processos de desenvolvimento socioeconómico das áreas rurais, ou seja, face aos processos de satisfação das necessidades materiais das populações locais em articulação com a necessidade exteriormente criada e instituída de protecção dos aspectos ambientais e naturais;
4. O Estado, sendo o responsável máximo pela criação de políticas públicas, em matéria da protecção do ambiente e de desenvolvimento rural detém uma posição privilegiada relativamente aos outros actores sociais, muito embora os habitantes locais não reconheçam legitimidade às suas intervenções.

Estas quatro hipóteses principais desdobram-se num conjunto de hipóteses auxiliares ou secundárias que, como a designação indica, permitem aprofundar e operacionalizar o conteúdo das primeiras de modo mais claro e fácil.

A primeira hipótese agrega assim as questões associadas às procuras e aos consumos que actualmente se observam nas áreas rurais em termos globais (e nas áreas rurais portuguesas em especial) fazendo referência às diversas práticas que essas procuras e esses consumos podem traduzir, tanto por parte dos utentes secundários, como por parte do Estado. Esta hipótese tem sobretudo um suporte teórico, que aprofundámos nos capítulos anteriores, já que a sua comprovação empírica não poderá fazer-se senão de forma muito incompleta, como veremos adiante. São hipóteses auxiliares da hipótese 1, as seguintes:

- a) as áreas rurais profundas ou marginalizadas são aquelas em que se observam maiores procuras e consumos exteriores, dado que os processos dominantes de modernização tiveram aí impactes menores;

- b) as procuras e consumos das áreas rurais manifestam-se em diversas práticas, sendo que as principais se associam, no caso dos *utentes secundários*, às actividades de receio e lazer e, no caso do Estado, à instituição daquelas áreas como espaços protegidos.

A segunda hipótese principal desdobra-se, por sua vez em nove hipóteses auxiliares, associadas essencialmente aos conflitos induzidos pelas diversas representações e práticas face às áreas rurais e ao seu ambiente. Esta hipótese relaciona-se também com as diversas formas que os conflitos podem assumir. Assim:

- c) nas áreas rurais que conheceram maior marginalização as populações oferecem maiores resistências e evidenciam uma maior incompreensão face aos/dos mecanismos legais de protecção do ambiente, assim como das legitimidades subjacentes às procuras e consumos exteriores;
- d) a incompreensão e a resistência local assume diversas formas que se associam de modo directo às características objectivas dos actores sociais locais;
- e) os conflitos tendem a ocorrer essencialmente nas áreas rurais legalmente protegidas, devido à existência de regulamentações concretas que impõem restrições aos usos do espaço e dos elementos naturais;
- f) os conflitos tendem a agudizar-se quando aos mecanismos legais de protecção do ambiente não corresponde a percepção, por parte da população local, de mecanismos de desenvolvimento social e económico;
- g) os conflitos agudizam-se ainda quando os benefícios dos mecanismos legais de protecção do ambiente são percebidos como tendo impactes desiguais;
- h) os conflitos materializam-se no desrespeito, não cumprimento ou discordância face às normas legais de protecção do ambiente;
- i) a valorização das áreas rurais e do seu ambiente segundo racionalidades e legitimidades externas, tende a não ser reconhecida pelas populações locais;
- j) as populações locais reconhecem o valor dos elementos naturais e do ambiente nas suas áreas de residência mas atribuem-lhe um significado diverso daquele que lhes é atribuído pelo Estado e pelos *utentes secundários*;
- k) as populações locais encaram os elementos naturais como *vulgares*, porque vividos e utilizados no quotidiano, possuindo assim uma visão *utilitária* dos mesmos, enquanto que o Estado e os *utentes secundários* encaram aqueles elementos como *extraordinários*, possuindo deles essencialmente uma visão *estética*.

A hipótese 3 partilha com a hipótese 2 as hipóteses secundárias f) e g), no sentido em que estas se referem especificamente às representações face ao processo de desenvolvimento das áreas rurais e à forma como essas representações influenciam o surgimento de situações

de conflito. Além das duas hipóteses secundárias mencionadas, a hipótese 3, apresenta ainda como hipótese auxiliar:

- l) o valor do ambiente e dos elementos naturais para as populações rurais é secundário face aos aspectos materiais e visíveis do desenvolvimento socioeconómico das suas áreas de residência;

A última hipótese principal associa-se de perto quer com a penetração do Estado nas áreas rurais, nas suas mais diversas formas quer com a legitimidade que é atribuída a essas intervenções pelos restantes actores em presença, sejam eles os habitantes ou os visitantes. Assim, a hipótese 4 apresenta como hipóteses auxiliares as seguintes:

- m) os restantes actores sociais em presença nas áreas rurais tendem a não reconhecer legitimidade às intervenções do Estado, quer no domínio da protecção do ambiente, quer no domínio do desenvolvimento, dado que a racionalidade institucional possui contornos muito diversos da sua própria racionalidade;
- n) os restantes actores sociais em presença nas áreas rurais não reconhecem legitimidade às intervenções do Estado porque este revela uma quase total ausência de capacidade de representação dos interesses dos outros actores nas acções que concebe e implementa;
- o) os visitantes (ou *utentes secundários*) das áreas rurais reconhecem maior legitimidade às intervenções estatais nessas áreas, uma vez que a sua legitimidade e racionalidade tende a estar representada de forma mais próxima do que a das populações locais.

Com o objectivo de testarmos estas hipóteses (e através delas o argumento central de que partimos nesta tese) analisámos os casos do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita, que caracterizamos no ponto seguinte, apresentando também as razões que presidiram à sua selecção como casos de estudo.

3. Estudos de Caso – O Parque Natural de Montesinho e a Serra da Freita

3.1. Razões da sua escolha

Como dissemos no ponto 3 do capítulo I esta investigação tem como casos de estudo as áreas do Parque Natural de Montesinho (PNM) e da Serra da Freita (SF). Como podemos ver na Figura 7.1, o PNM localiza-se na região Norte do país, mais concretamente no Nordeste Transmontano e a SF na região Centro, mais precisamente na Beira Litoral. Ambas as áreas possuem características marcadamente rurais e podem ser classificadas, à luz do que temos vindo a argumentar como áreas marginais, remotas ou profundas. Por outro lado, ambas possuem aquilo a que poderemos chamar um elevado potencial de atracção de visitantes. Neste sentido, entendemos estas duas áreas como representativas das principais questões que temos vindo a colocar ao longo deste trabalho. O Parque Natural de Montesinho é uma

área protegida legalmente desde 1979 (Decreto-Lei nº 355/79 de 30/8) e possui uma superfície total de 750 Km². Do caso de estudo da área do PNM fazem parte dezasseis freguesias e quarenta e oito lugares, de um total de, respectivamente, trinta e cinco freguesias e noventa e duas localidades que integram de forma completa ou incompleta aquela área protegida²⁰³. A área estudada representa aproximadamente 52% do total dos lugares e da superfície ocupada pelo PNM. Das trinta e cinco freguesias que integram o PNM, dezassete pertencem ao concelho de Bragança e as restantes ao concelho de Vinhais. Quanto às freguesias estudadas, metade pertencem ao concelho de Vinhais (8) e metade ao concelho de Bragança (8). O PNM possuía em 1991 9506 habitantes²⁰⁴, representando a população residente nas freguesias estudadas 49% do total.

Figura 7.1 - Localização das Áreas de Estudo



Desde a sua criação até à actualidade a área do PNM (tal como o conjunto das freguesias estudadas) perdeu, como veremos adiante, mais de metade da sua população. Efectivamente ainda que o principal objectivo da criação do PNM tenha sido a conservação da natureza (mais concretamente a protecção de espécies faunísticas ameaçadas), outros dos seus objectivos relacionavam-se intimamente com a fixação da população (considerada, no Decreto-Lei que instituiu esta AP, como um elemento-chave na conservação da natureza e

na manutenção das paisagens locais); com o desenvolvimento socioeconómico (sobretudo através da recuperação de actividades tradicionais) e ainda com o desenvolvimento de actividades ligadas ao recreio e ao lazer. Apesar destes objectivos, esta AP parece não ter sido capaz de dar um contributo importante para a fixação da população e para a promoção do desenvolvimento social e económico, como veremos posteriormente de forma mais detalhada. Assim, esta área continua a poder ser caracterizada como uma área rural marginal

²⁰³ Algumas das freguesias que integram o PNM, como veremos posteriormente, têm apenas alguns lugares dentro da área protegida.

²⁰⁴ À data de constituição da amostra os dados do Recenseamento Geral da População de 1991 eram os únicos disponíveis. Foram considerados, na definição das amostras, apenas os habitantes dos lugares integrados no PNM.

e remota, sendo que a maior parte da população se pode caracterizar como idosa e inactiva. Os activos trabalham essencialmente no sector primário em actividades ligadas à agricultura e à pecuária.

A escolha desta área como caso de estudo ficou a dever-se a estas características, assim como ao facto de ser considerada por muitos autores (e sobretudo divulgada pelos *mass media*) como um caso exemplar, no contexto português, da correcta gestão dos recursos naturais em conformidade com a população. É, também por isso, uma área bastante visitada, muito embora não seja possível determinar com exactidão o número de visitantes que recebe anualmente. Segundo dados de 1997, resultantes do Inquérito por Questionário que lançámos às AP portuguesas, o PNM recebia em média anualmente cerca de 7500 visitantes²⁰⁵. No quadro 7.1. podemos observar a lista das freguesias e lugares do PNM, tal como aqueles que foram seleccionados para fazer parte da amostra. Os procedimentos de selecção das freguesias do PNM, tal como da população residente e dos visitantes, serão explicitados no ponto quatro deste capítulo.

A área designada neste trabalho como Serra da Freita constitui, como dissemos antes, o segundo caso de estudo e é o resultado da confluência de três maciços montanhosos da região Centro do país, a saber: a Serra da Gralheira, a Serra de Montemuro e a Serra da Arada²⁰⁶. É uma área sem estatuto legal de protecção, embora esteja integrada no Biótopo Corine²⁰⁷. Como se trata de uma área que não tem limites facilmente definidos, optámos neste trabalho por considerar os limites propostos pelo GAAPE (1996)²⁰⁸ que, por sua vez, considera a delimitação proposta como Biótopo Corine alargando-a um pouco. A Serra da Freita tem uma superfície total de cerca de 350 Km² e integra dezanove freguesias e setenta e oito lugares. A área da SF que considerámos como caso de estudo é constituída por dez freguesias e por cinquenta lugares. A área estudada representa um pouco mais de 60% dos lugares e da superfície totais. Das dezanove freguesias que integram a totalidade da área da Serra da Freita, oito pertencem ao concelho de Arouca, quatro ao concelho de Vale de Cambra e sete ao concelho de S. Pedro do sul. Relativamente às freguesias estudadas, seis pertencem ao concelho de Arouca, uma ao concelho de Vale de Cambra e três ao concelho

²⁰⁵ Este número corresponde aos visitantes que procuram a sede do PNM em Bragança, para obter informações sobre o Parque e, por essa razão cremos que o número real de visitantes poderá ser bastante superior ao referido.

²⁰⁶ A designação Serra da Freita é utilizada em vários documentos académicos e oficiais, bem como em placas de sinalização, muito embora em termos de cartografia esta serra não apareça muitas vezes representada sob esta denominação.

²⁰⁷ Esta delimitação não possui relevância legal, mas tem alguns *“impactes na definição de estratégias de desenvolvimento territorial de alguns Planos Directores Municipais”* (Fidélis, 2001: 125). A definição destes biótopos surge na sequência da Resolução do Conselho Europeu nº 85/338/CCE e consiste na identificação de áreas com sensibilidade ambiental e riqueza ecológica particulares. Em Portugal existem 202 áreas classificadas como Biótopo Corine que abrangem 18% do território. Algumas dessas áreas estão igualmente integradas na RNAP (como é o caso do PNM) e na Rede Natura 2000 (e.g. Fidélis, 2001).

²⁰⁸ Os limites considerados foram os propostos por este Gabinete, no âmbito do *Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Freita*.

de S. Pedro do Sul. A população residente nesta área, em 1991²⁰⁹, perfazia um total de 18216 habitantes, representando a população das freguesias estudadas cerca de 51% do total.

Quadro 7.1. – Freguesias e Lugares do PNM, freguesias e lugares estudados e situação de integração *

CONCELHO	FREGUESIAS DO PNM	LUGARES DO PNM	SITUAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA FREGUESIA NO PNM	
BRAGANÇA	Aveleda	Aveleda, Varge	Completa	
	Babe	Babe, Labiados	Incompleta	
	Baçal	Baçal, Sacoias, Vale de Lamas	Incompleta	
	Carragosa	Carragosa, Quinta do Rio Frio, Soutelo	Completa	
	Castro de Avelãs	Grandais	Incompleta	
	Deilão	Deilão, Petisqueira, Vila Meã	Completa	
	Donai	Donai, Lagomar, Sabariz, Vila Nova	Incompleta	
	Espinhosela	Espinhosela, Cova de Lua, Terroso, Vilarinho de Cova de Lua	Completa	
	França	França, Montesinho, Minas do Vale da Ossa, Portelo	Completa	
	Gimonde	Gimonde	Incompleta	
	Gondosende	Gondosende, Oleiros, Portela	Incompleta	
	Meixedo	Meixedo, Oleirinhos	Incompleta	
	Parâmio	Fontes Transbaceira, Maças, Parâmio, Zeive	Completa	
	Quintanilha	Quintanilha, Refega, Veigas	Incompleta	
	Rabal	Rabal	Completa	
	Rio de Onor	Guadramil, Rio de Onor	Completa	
	S. Julião de Palácios	Caravela, Palácios, S. Julião de Palácios	Incompleta	
	VINHAIS	Edral	Sandim	Incompleta
		Fresulfe	Dine, Fresulfe	Completa
Mofreita		Mofreita	Completa	
Moimenta		Moimenta	Completa	
Montouto		Carvalhas, Casares, Cerdedo, Landedo, Montouto, Vilarinho das Touças	Completa	
Paçó		Paçó, Quintela	Completa	
Pinheiro Novo		Pinheiro Novo, Pinheiro Velho, Sernande	Completa	
Quiraz		Cisterna, Edroso, Quiraz, Vilarinho da Lomba	Completa	
Santa Cruz		Santa Cruz	Completa	
Santalha		Contim, Penso, Santalha, Seixas	Completa	
Sobreiró de Baixo		Sobreiró de Cima, Soutelo	Incompleta	
Soeira		Soeira	Incompleta	
Travanca		Travanca	Completa	
Tuizelo		Cabeço da Igreja, Nozede de Cima, Peleias, Quadra, Salgueiro, Tuizelo	Incompleta	
Vilar Seco da Lomba		Gestosa, Passos, Vilar Seco da Lomba	Completa	
Vila Verde		Vila Verde, Prada	Incompleta	
Vilar de Ossos		Lagarelhos, Rio de Fornos, Vilar de Ossos, Zido	Completa	
Vinhais		Rio de Fornos	Incompleta	

* A branco encontram-se as freguesias e os lugares que integram o caso de estudo, correspondente à área do PNM.

²⁰⁹ Como referimos antes para o caso do PNM, também os dados disponíveis aquando da data da constituição das amostras para a área da Serra da Freita se referiam ao Recenseamento Geral da População de 1991. Nesta área considerámos igualmente para efeitos da construção amostra apenas os habitantes dos lugares integrados na SF.

Desde os anos sessenta as perdas populacionais não foram muito elevadas na área, se comparadas com as sofridas pelo PNM. Assim, entre 1960 e 2001 a SF perdeu menos de 30% da sua população. Já no que se refere às freguesias estudadas, as perdas foram mais significativas, mas igualmente menos elevadas que no caso do PNM. A SF, como dissemos anteriormente, pode ser considerada também uma área rural remota e marginalizada, apesar da sua relativa proximidade a centros urbanos importantes como o Porto e Aveiro. A maior parte da população residente na Serra da Freita é idosa, muito embora exista maior número de activos do que na área do PNM. Destes activos, a maior parte trabalha no sector primário (em actividades associadas à agricultura e à pecuária). As razões subjacentes à escolha desta área prendem-se essencialmente com o seu carácter vincadamente rural, com a sua proximidade geográfica relativamente a Aveiro e, sobretudo, com o facto de ser uma área muito visitada. Neste caso não existem quaisquer dados que nos permitam avançar o número de visitantes que a área recebe, mas ainda assim a afluência à SF nos fins de semana é imensa, como salientaram as entidades entrevistadas e como pudemos constatar ao longo do período de trabalho de campo. No quadro 7.2. podemos observar a lista das freguesias e lugares da SF.

Tal como referimos para a área do PNM, os critérios que estiveram na base da selecção das freguesias, respectivos lugares e amostras da população residente e dos visitantes serão explicitados no ponto quatro deste capítulo.

Se em termos socioeconómicos podemos encontrar algumas semelhanças entre as duas áreas de estudo, o mesmo não podemos dizer quanto ao seu estatuto legal. Efectivamente, como dissemos, no caso do PNM estamos perante uma área rural cujo valor ambiental e natural possui um reconhecimento institucional e em que, como consequência, vigora desde 1979 um conjunto de regulamentações e normas de funcionamento e gestão. No caso da SF, maugrado tenha existido uma tentativa de classificação da área como protegida, nos anos oitenta (e.g. Oliveira, 1994), estamos perante uma área cujo valor dos recursos naturais merece algum reconhecimento (pela via da sua classificação como Biótopo Corine) mas que ainda assim é essencialmente *vulgar* por referência ao carácter *extraordinário* atribuído ao PNM. Por outro lado, na SF não existindo qualquer espécie de regulamentações face aos usos do espaço e dos elementos naturais, esta área encontra-se aberta às mais variadas e não controladas acções, quer por parte dos seus habitantes, quer por parte dos seus visitantes.

A diferença de estatuto entre as duas áreas constitui-se como elemento de análise importante, já que pode ser visível a distinção institucional (e também social) entre uma natureza que é digna de ser protegida e uma outra natureza que não possui esse reconhecimento. Esta distinção parece-nos igualmente um elemento importante na forma como os residentes locais e os visitantes se relacionam com os territórios e com os recursos

naturais e ainda na explicação das diferenças encontradas em termos de representações e práticas sociais, quer face ao ambiente, quer face aos processos de desenvolvimento socioeconómico.

Quadro 7.2. - Freguesias e Lugares da SF, freguesias e lugares estudados e situação de integração na área considerada Biótopo Corine *

CONCELHO	FREGUESIAS DA SERRA DA FREITA	LUGARES DA SERRA DA FREITA	SITUAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA FREGUESIA NO BIÓTOPO CORINE
AROUCA	Albergaria da Serra	Albergaria da Serra, Castanheira, Mizarela	Completa
	Burgo	Forcada, Povos	Incompleta
	Cabreiros	Cabreiros, Rio de Frades, Tebilhão	Completa
	Covelo de Paivó	Covelo de Paivó, Regoufe	Incompleta
	Janarde	Silveiras	Incompleta
	Moldes	Adaúfe, Boucegedim, Bustelo, Fuste, Granja, Póvoa	Incompleta
	Stª Eulália	Ameixeira	Incompleta
	Urrô	Merujal, Souto Redondo	Incompleta
VALE DE CAMBRA	Arões	Arões, Cabrum, Felgueira, Lomba	Incompleta
	Cepelos	Cepelos, Gafão, Irijó, Tabaço, Viadal, Póvoa das Chãs	Incompleta
	Junqueira	Agros, Cabanes, Calvela, Carvalhal, Chã, Currais, Falcão, Folhense, Junqueira de Baixo, Junqueira de Cima, Linhares, Póvoa, Vila Cova	Incompleta
	Rôge	Função, Fuste, Moreira, Poço do Mato, Sandiães, Soutelo	Incompleta
S. PEDRO DO SUL	Candal	Candal, Coelheira, Póvoa das Leiras	Completa
	Covas do Rio	Covas do Monte, Covas do Rio, Deilão	Completa
	Manhouce	Bondança, Bostorenga, Carregal, Gestoso, Gestosinho, Lageal, Malfeitoso, Manhouce, Muro, Salgueiro, Sequeiro, Sarnadinha, Vilarinho	Completa
	Stª Cruz da Trapa	Dianteiro, Landeira, Lourosa da Trapa, Trapa	Incompleta
	S. Cristovão de Lafões	Chousas, Gralheira	Incompleta
	S. Martinho das Moitas	Rompecilha, S. Martinho das Moitas	Incompleta
	Sul	Fujaco, Macieira, Sul	Incompleta

* A branco encontram-se as freguesias e os lugares estudados.

3.2. Caracterização demográfica e socioeconómica da área do Parque Natural de Montesinho

Como referimos no ponto anterior, o PNM fica situado no extremo nordeste de Portugal, na região do Alto Trás-os-Montes, na zona designada habitualmente, pelas suas características edafo-climáticas, como *Terra Fria Transmontana*. Administrativamente o PNM situa-se no Distrito de Bragança e, como mencionámos antes, engloba as freguesias da parte norte dos concelhos de Bragança e de Vinhais pelos quais se estendem, respectivamente, as Serras de Montesinho e da Coroa. O PNM é limitado a Oeste, a Este e a Norte pela fronteira com Espanha e a Sul pelas freguesias a sul dos referidos concelhos. Atravessam a área do PNM os rios Mente, Rabaçal, Tuela, Baceiro, Sabor, Igrejas, Onor e Maçãs. Em termos geológicos,

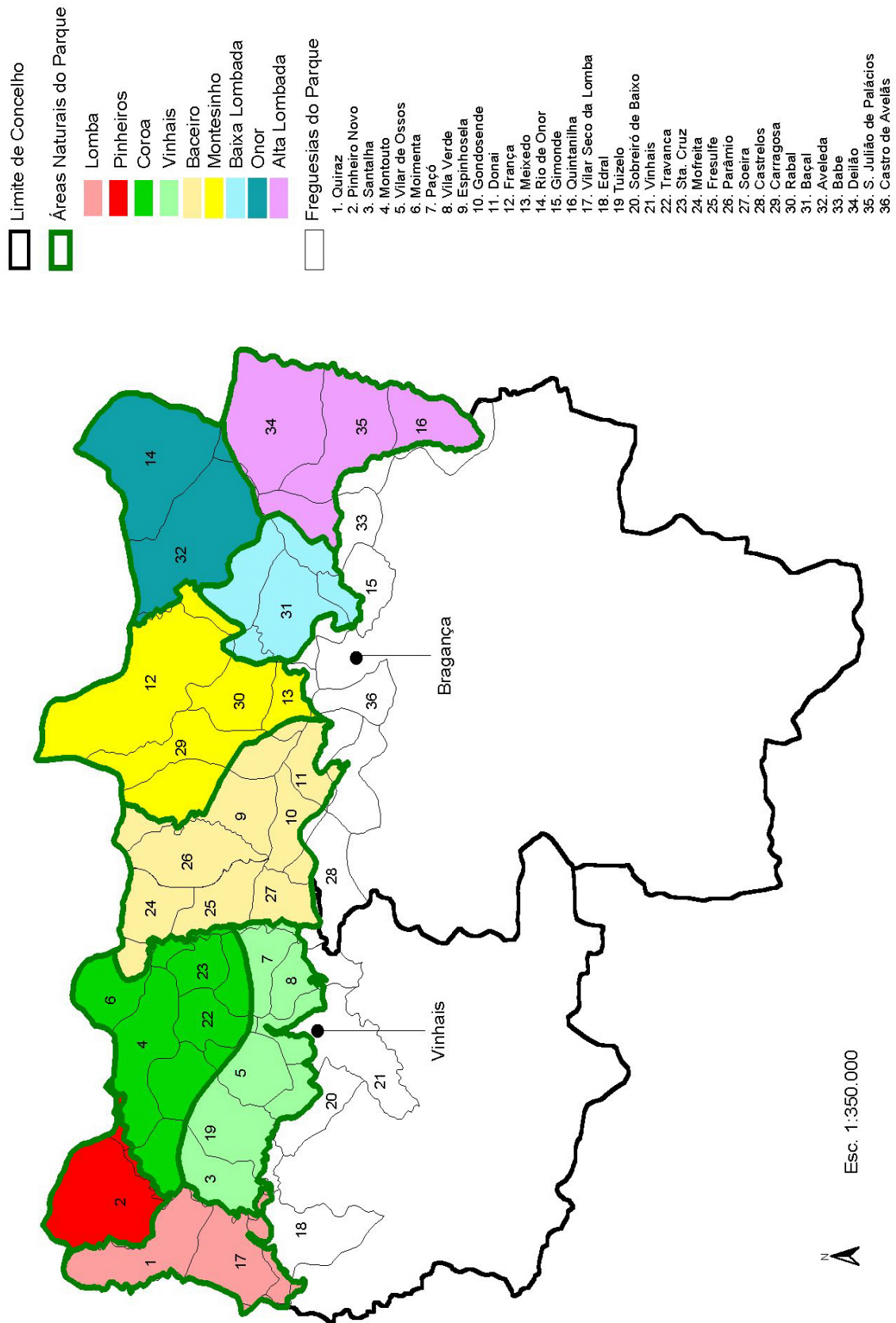
como referem Azevedo *et al.* (1998), as rochas mais frequentes na área do PNM são os xistos, embora nas Serra de Montesinho e na envolvente das aldeias da Moimenta, Pinheiro Novo e Pinheiro Velho ocorram importantes afloramentos de granitos calco-alcalinos. A área do PNM é constituída por uma sucessão de elevações arredondadas e vales encaixados com altitudes que variam entre os 480 e os 1481 metros. Em termos das suas características físicas, a área do PNM está subdividida em nove zonas naturais: Alta Lombada, Baixa Lombada, Baceiro, Coroa, Lomba, Montesinho, Pinheiros, Onor e Vinhais (ver figura 7.2).

Relativamente ao clima a área do PNM é uma zona de transição entre a influência oceânica, pela proximidade relativa ao Oceano Atlântico e a influência continental, pela proximidade da Meseta Ibérica (e.g. Rodríguez-Caballero, 1998). Segundo Azevedo *et al.* (1998) é possível delimitar o PNM em zonas climáticas homogéneas tendo em conta os regimes de temperatura e de precipitação. Em termos do clima podemos, então, distinguir:

- a *Terra Fria de Alta Montanha* – esta zona surge apenas em áreas de maior altitude da Serra de Montesinho, acima dos 1200/1300 metros. Pode ser caracterizada pela ocorrência de neve entre os meses de Dezembro e Março e por uma precipitação média anual superior a 1400mm, sendo a temperatura média anual inferior a 9° C;
- a *Terra Fria de Montanha* - esta zona corresponde, segundo Azevedo *et al.* (1998), às áreas montanhosas da região ocidental do PNM (abrangendo as Serras da Coroa e a zona dos Pinheiros), em que a altitude varia entre os 1000 e os 1200 metros. A temperatura média anual oscila entre os 9° e os 10° C, sendo a precipitação superior a 1200 mm por ano e a queda de neve relativamente regular durante o período de Inverno;
- a *Terra Fria de Planalto* – trata-se da zona climática mais frequente no PNM, surgindo segundo Azevedo *et al.* (1998), entre os 600 e os 1000 metros de altitude. Nesta zona as temperaturas médias anuais oscilam entre os 10° e os 12,5° C, podendo os níveis de precipitação atingir anualmente os 1200 mm.
- a *Terra de Transição* – a designação desta zona deve-se precisamente ao facto de corresponder a uma área de transição entre o clima da *Terra Fria de Planalto* e o da *Terra Quente*, surgindo nas altitudes menos elevadas, entre os 400 e os 700 metros. As temperaturas médias anuais oscilam entre os 12,5° e os 14 ° C e as precipitações podem atingir os 1000 mm anuais.

Como é referido pelo PNM (1992: 3) “a área das serras de Montesinho e Coroa foi escolhida para Parque Natural, por reunir um conjunto de paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de interesse nacional, onde é visível a integração harmoniosa da actividade humana e da natureza”.

Figura 7.2. – Zonas Naturais na Área do Parque Natural de Montesinho, localização das sedes de freguesia e delimitação concelhia



Como subjacentes à criação desta AP os autores do documento mencionado destacam essencialmente três razões, que embora não se situando longe dos objectivos referidos no Decreto-Lei de criação do Parque os estravazam e adaptam um pouco. Esses três objectivos são:

1. a existência de condições ambientais e paisagísticas de grande qualidade caracterizadas pela diversidade de ecossistemas; a existência de significativos valores socioculturais, principalmente no que se refere à etnografia, arqueologia e arquitectura;
2. a existência de áreas com capacidade para, através dos aspectos paisagísticos ou ambientais, absorverem o *turismo de natureza*.

Os valores paisagísticos do PNM repousam, em grande medida, no seu relevo a que já aludimos e igualmente na riqueza e diversidade do seu património florístico e faunístico. Em termos de vegetação, a sua enorme diversidade manifesta-se na existência de carvalhais, soutos, sardoais, bosques rípicolas, giestais, urzais, lameiros, entre outros. No que se refere à flora, a sua variedade e riqueza deve-se essencialmente à variabilidade geológica e climática que se observa na área do Parque destacando-se as plantas que ocorrem em solos derivados de rochas ultra-básicas, onde se encontram algumas espécies raras e únicas (e.g. PNM, 1992; Azevedo *et al.*, 1998). Em termos faunísticos pode ser observada uma grande diversidade²¹⁰ que, uma vez mais, se associa à diversidade de *habitats* que existem na área. Existem nesta área protegida mais de 130 espécies de aves nidificantes, sendo uma zona importante para algumas aves de rapina, como a águia real e para outras espécies raras como a cegonha-preta. Por outro lado, para a área do PNM, estão referenciadas cerca de 70% das espécies de mamíferos terrestres com ocorrência em Portugal, sendo que aproximadamente 10% destas espécies estão recenseadas como *ameaçadas* no *Livro Vermelho dos Vertebrados Portugueses* (e.g. PNM, 1992). Destaca-se ainda a existência de uma das mais importantes populações de Lobos (*Canis lupus*) da Europa. Esta espécie, considerada ameaçada, apresenta na área do PNM uma população relativamente estável. Como referem Azevedo *et al.* a este facto não é estranha a presença também estável de populações que constituem as suas principais presas como o javali, o veado e o corço. Outros mamíferos com importância a nível nacional e que podemos encontrar na área do PNM são a toupeira-de-água e a lontra. Embora com menor intensidade, encontram-se igualmente na área do PNM répteis e anfíbios (como por exemplo, o lagarto-de-água; a lagartixa de Bocage; o tritão-de-ventre-laranja e rã-de-focinho-pontiagudo). No grupo dos peixes, Azevedo *et al.* (1998) salientam a existência da truta-de-rio, da enguia, entre outras espécies. Existe igualmente uma distribuição das espécies da flora e da fauna conforme com a intervenção e a ocupação humana do território.

²¹⁰ Recordamos que a conservação das espécies da fauna ameaçadas constituíram o principal objectivo de criação desta área protegida em 1979.

Os mais antigos vestígios da ocupação humana da área do PNM (as mamoadas de Donai, Travanca e Paçó) remontam, de acordo com Azevedo *et al.* (1998), ao IV e início do III milénio A.C. Esta área foi sendo sucessivamente ocupada pelos povos que passaram pela Península Ibérica ao longo dos tempos e que deixaram vestígios, mais ou menos intensos, como os Romanos, os Suevos, os Visigodos e os árabes-berberes, sendo que neste último caso a ocupação terá sido pouco intensa e pouco duradoura. Como nos dizem ainda Azevedo *et al.* (1998) com a constituição do Reino de Portugal, as fronteiras consolidaram-se e reorganizou-se o povoamento. Em 1187 D. Sancho I concede Foral a Bragança e em 1253 D. Afonso III a Vinhais. Fruto de condicionalismos geográficos diversos, a área do PNM permanece marcada por “*um certo isolamento comunitário, que pouco a pouco se vai estilhaçando*” (Azevedo *et al.*, 1998: 57), como documentou de forma exemplar o antropólogo Jorge Dias (1981) essencialmente para o caso da aldeia de Rio de Onor.

Em termos da arquitectura tradicional a área do PNM destaca-se pela existência de notáveis exemplos, com base na utilização dos materiais característicos da região, principalmente o xisto, uma vez que, como referimos, o granito ocorre apenas em áreas muito circunscritas²¹¹. Subsistem ainda nesta área os moinhos (maioritariamente comunitários) e os pombais. A esmagadora maioria dos pombais que dominam a paisagem em termos de construções junto a algumas das aldeias da área do PNM possui uma planta circular e especificações arquitectónicas que os tornam funcionais. Os moinhos são geralmente construções em pedra e, na maior parte dos casos, são também equipamentos comunitários. Os *moinhos do povo* (como são chamados) são utilizados por todos os habitantes da aldeia, estando as suas despesas de manutenção a cargo de toda a comunidade. Aos moinhos juntam-se por vezes outros equipamentos de carácter comunitário como os lagares, os fornos e as forjas. Em Rio de Onor, existe ainda o *touro do povo*, i.e., um touro cobridor que é propriedade de toda a aldeia e de que os vizinhos tratam de forma rotativa. Nesta aldeia subsistem ainda outros costumes comunitários, como o pastoreio dos rebanhos que é feito rotativamente pela maior parte das *casas* ou famílias (e.g. Dias, 1981). Em termos etnográficos podemos destacar ainda, muito embora a maior parte destes usos e costumes estejam já marcados pela mobilidade crescente das populações e pelas inovações tecnológicas, algumas festividades como a *Festa dos Rapazes*, que se realiza sobretudo na área da Lombada por altura do Natal ou dos Reis. Também a música tradicional é um património cultural riquíssimo, quer em termos das melodias, quer em termos das letras das canções e dos instrumentos utilizados. Em termos linguísticos, destacam-se os dialectos

²¹¹ Jorge Dias (1981) descreve com especial profundidade as casas da aldeia de Rio de Onor, sendo que o tipo de construção é relativamente extensível a outras áreas do PNM. Assim, a casa tradicional é vulgarmente constituída por dois pisos. O piso inferior é tradicionalmente destinado ao curral, ao celeiro e à adega (as *lojas*) e o piso superior destinado à habitação propriamente dita. A varanda, servida por uma escada de madeira ou de pedra, é um elemento arquitectónico relativamente constante. Ver a respeito da arquitectura tradicional e dos materiais utilizados, também o útil trabalho de Guerra (1994)

rionorês e *guadramilês* que são falados, respectivamente, nas aldeias de Rio de Onor e de Guadramil (ambas pertencentes à freguesia de Rio de Onor). Há ainda a acrescentar, em termos de etnografia, o facto de em algumas aldeias do PNM ainda se praticarem trabalhos colectivos de interesse para a comunidade. A este aspecto junta-se a subsistência da tradição das trocas de trabalho gratuito (as *tornajeiras*). Os baldios são ainda utilizados nesta área como propriedades comuns das aldeias, quer para pastagens, quer para recolha de lenha ou outras práticas. Relativamente ao artesanato existente na área do PNM, ele ainda não perdeu completamente o seu carácter utilitário nas actividades do quotidiano, embora gradualmente venha a ser produzido por razões, também utilitárias, mas de natureza comercial, associadas ao turismo. Do artesanato desta área, podem destacar-se a latoaria, os trabalhos em madeira, a cestaria e a tecelagem com lã e linho.

No que se refere à caracterização demográfica da área do PNM²¹², podemos dizer com Rodriguez-Caballero (1998: 19) que *“a perda de efectivos populacionais é o traço mais significativo e evidente quando se traça o perfil demográfico das áreas caracterizadas em inumerável bibliografia como periféricas, interiores e fronteiriças”*. Este fenómeno de perda de efectivos populacionais estende-se por toda a área do PNM que pode ser caracterizada como repulsiva em termos demográficos situação que é, aliás, comum a toda a região do Nordeste Transmontano, embora se observe que as perdas em termos concelhios (concretamente para Bragança e Vinhais) são menos acentuadas que em termos das freguesias. As figuras 7.3 e 7.4 apresentam os dados relativos às perdas populacionais observadas nas freguesias que integram o PNM. A figura 7.5 apresenta dados semelhantes para a totalidade da área, para o total das freguesias estudadas e para os concelhos de Bragança e Vinhais, entre 1960 e 2001.

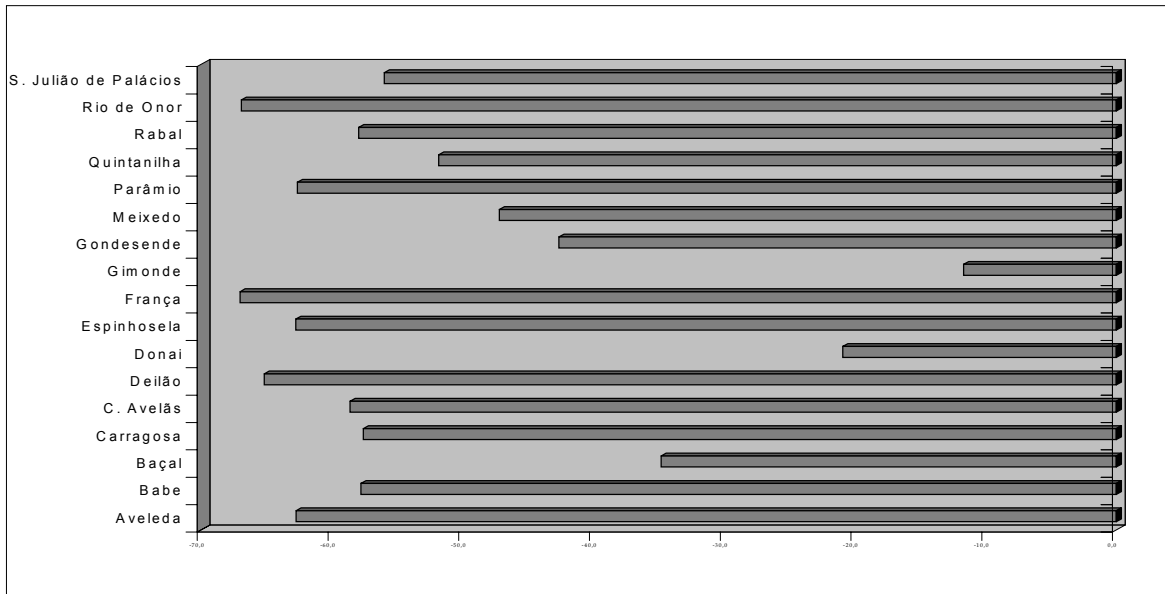
Observamos que a totalidade das freguesias pertencentes ao concelho de Bragança perderam população, de forma muito acentuada, nas últimas quatro décadas, sendo que Rio de Onor, França, Parodio, Espinhosela, Deilão e Aveleda registaram as perdas mais elevadas sempre superiores a 60%. Para uma análise mais detalhada das perdas populacionais, ver o quadro 7.3 no Anexo 2 (pp. 34-35).

Esta situação de declínio populacional agrava-se quando consideramos as freguesias pertencentes ao concelho de Vinhais. Como podemos ver na figura 7.4, a maior parte das freguesias deste concelho regista perdas superiores a 60% nas quatro décadas consideradas, sendo que a Mofreita ultrapassa os 80%. Por outro lado, a freguesia de Sobreiró de Baixo é, no conjunto das que fazem parte do PNM, a única que regista um acréscimo populacional de cerca de 18% no período em análise. Os dados desta freguesia

²¹² Apesar de, como já salientámos, a área de estudo do PNM corresponder a 16 das suas 35 freguesias, a caracterização demográfica e socioeconómica terá em conta todas as freguesias deste espaço protegido. Embora possuindo dados estatísticos para a caracterização dos lugares, eles serão utilizados apenas como representativos de algumas características. Isto significa que a análise se fará essencialmente por freguesia.

podem estar inflacionados já que apenas dois lugares que a compõem integram a área do PNM, não sendo possível conhecer os valores para esses lugares, por falta de informação para o ano de 2001.

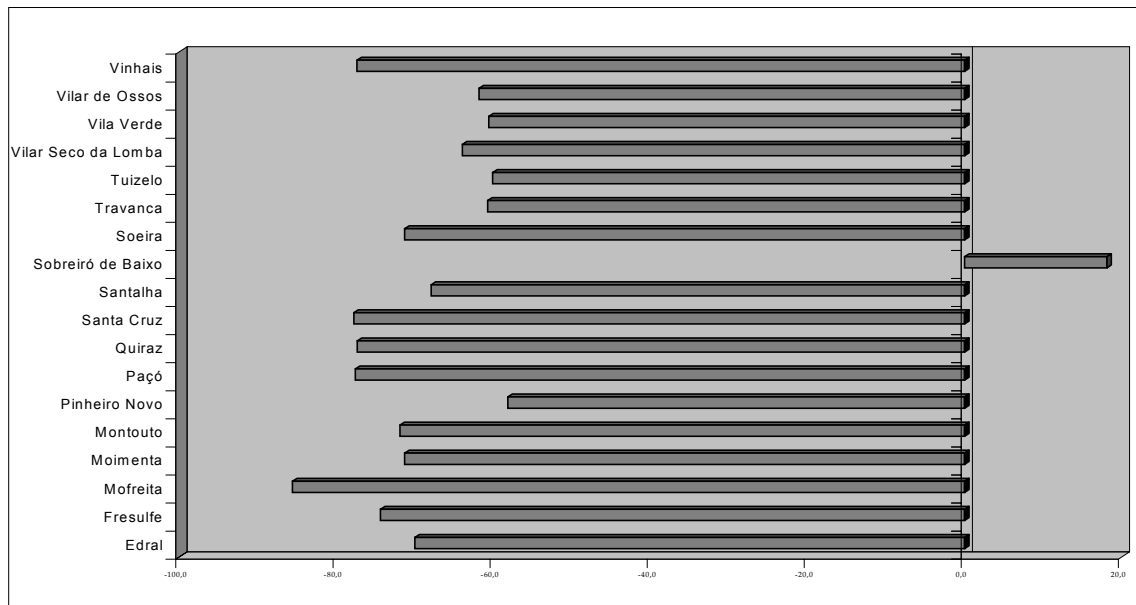
Figura 7.3.- Evolução da população nas freguesias do PNM entre 1960 e 2001 (concelho de Bragança) (%)



Fonte: INE (1960, 2001)

O concelho de Vinhais possui a mesma dinâmica populacional (deveríamos antes dizer *ausência de*) do conjunto das freguesias do PNM e do conjunto daquelas que constituem o nosso caso de estudo.

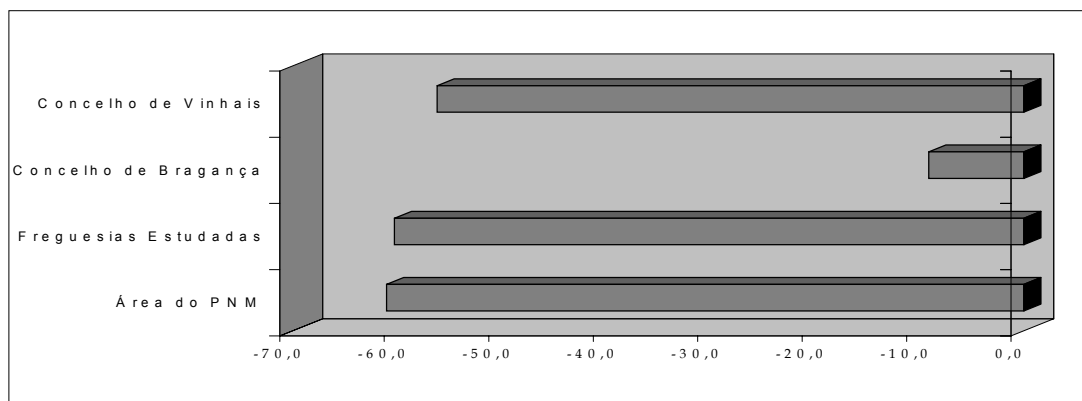
Figura 7.4. - Evolução da população nas freguesias do PNM entre 1960 e 2001 (concelho de Vinhais) (%)



Fonte: INE (1960, 2001)

Nos três casos, como podemos observar pela figura 7.5, as perdas populacionais ultrapassaram os 50% se bem que no caso da área do PNM e do conjunto das freguesias estudadas as perdas se situem acima dos 60%. Ainda que nestas quatro décadas tenha perdido população (aproximadamente 9%), o concelho de Bragança registou entre 1991 e 2001 um ligeiro aumento. Sendo a capital de concelho e de distrito e possuindo alguns equipamentos e serviços importantes este aumento é explicado pela sua posição face à globalidade da região que torna a cidade de Bragança, particularmente, uma área atractiva para as populações das localidades envolventes.

Figura 7.5. - Evolução da população na área do PNM, conjunto das freguesias estudadas e concelhos de Vinhais e Bragança (%)



Fonte: INE (1960, 2001)

O facto de o PNM atravessar as fronteiras administrativas de algumas freguesias e mesmo algumas aldeias coloca problemas importantes no que se refere à definição das densidades populacionais dentro dos limites daquela área protegida. Neste sentido, optou-se por considerar no cálculo das densidades a área total das freguesias. Como refere Rodriguez-Caballero (1998: 25) *“em 1960, o PNM alcançou uma excessiva pressão demográfica para a pobre resposta do sector agrícola, principal fonte de rendimentos e de sobrevivência. No período entre 1960 e 1970 começa a brusca e continuada desertificação de que actualmente somos testemunhas”* e que se integra nos movimentos migratórios que caracterizam a evolução demográfica do país desde a década de sessenta, de que demos conta no capítulo V. Observamos assim que, em consequência da diminuição acentuada da população ao longo das últimas quatro décadas, também as densidades populacionais sofreram uma variação negativa. No quadro 7.4. (anexo 2, pp. 36-37) podemos comprovar estas variações negativas, assim como as densidades populacionais observadas ao longo do tempo na área do PNM. Em 1960, a área do PNM tinha uma densidade populacional de 26,87 habitantes/Km² e em 2001 a mesma área possui uma densidade de 10,59 habitantes/Km². No caso do conjunto das freguesias estudadas, identificamos a mesma situação, passando a densidade de 25,76 habitantes/Km² em 1960, para 10,51 habitantes/Km² em 2001. São

essencialmente as freguesias do concelho de Vinhais que registam variações mais negativas nas densidades populacionais. Evidentemente que as densidades conhecem variações importantes conforme a superfície das freguesias. As freguesias que se situam mais próximo das sedes de concelho são aquelas que registam uma variação menos negativa o que facilmente são explicadas por essa relativa proximidade.

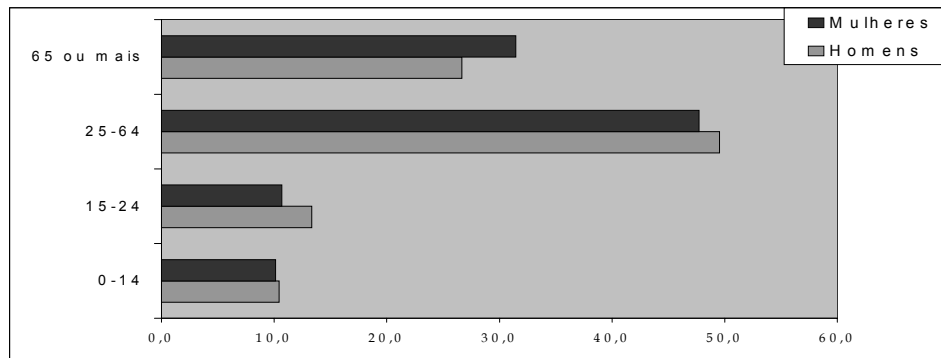
Como referimos antes, o isolamento que tradicionalmente caracterizou a vida destas populações conduziu a práticas comunitárias de diversa natureza que foram determinantes para a configuração da estrutura de povoamento e de propriedade fundiária da área do PNM. Assim, a estrutura do povoamento – bastante disseminada em pequenos núcleos populacionais que, em geral, se situam a pouca distância dos mais próximos – é concordante com os condicionantes naturais desta área. Entre estes destacam-se os associados ao relevo acidentado e à fraca acessibilidade a que estas aldeias estiveram sujeitas durante décadas. Tendo em consideração a dimensão dos núcleos populacionais observamos que esta diminui à medida que aqueles se afastam da influência dos aglomerados de Bragança e de Vinhais e se aproximam da fronteira com Espanha. Tomando os dados entre 1960 a 1996²¹³, observamos que os lugares com menos de 100 habitantes aumentaram de cerca de 12% para 63%. Apenas a aldeia de Gimonde superava, em 1996, os 300 habitantes (ver quadro 7.5, no anexo 2, pp. 38-40). Em 1960 apenas dois lugares possuíam menos de 50 habitantes, em 1996 esse número subiu para 17. Neste quadro vale a pena destacar ainda a situação das Minas do Vale da Ossa (localidade da freguesia de França) que surgiu em 1970 com 202 habitantes e que em 1996, devido ao encerramento das minas, deixou de ter população. Outras localidades conheceram um processo de desertificação semelhante, como a Quinta do Rio Frio (da freguesia de Carragosa) que teve um decréscimo de 35 habitantes em 1960 para apenas 4 na actualidade. Esta situação faz com que o Instituto Nacional de Estatística tenha deixado de contabilizar a população de determinados núcleos populacionais, desde 1981, considerando-os como *isolados*.

A análise da estrutura etária da população mostra-nos um quadro em tudo semelhante ao que apontámos nos capítulos V para as áreas do interior do país. Assim, na área do PNM observa-se um acentuado envelhecimento da população essencialmente a partir da década de oitenta. No início dos anos oitenta a percentagem de indivíduos com idades inferiores a 20 anos ainda era superior face aos outros grupos etários. Para esta superioridade da população juvenil a emigração, cujos efeitos em termos etários se fazem sentir particularmente na faixa entre os 20 e os 50 anos, é um factor explicativo determinante. De acordo com os dados de 1991 do Instituto Nacional de Estatística, as faixas etárias superiores a 60 anos aumentam em termos percentuais diminuindo simultaneamente a percentagem de indivíduos nos grupos

²¹³ Como referimos anteriormente, para 2001 não estão ainda disponíveis os dados por lugares.

etários inferiores a 20 anos. A pirâmide etária assume uma forma desequilibrada que se agrava em 1996. Neste ano, de acordo com os dados recolhidos por Rodriguez-Caballero (1998), a representatividade das faixas superiores da pirâmide etária é amplamente superior à das faixas inferiores, indicando assim um processo de envelhecimento muitíssimo profundo. Nos quadros 7.6, 7.7 e 7.8 (no anexo 2, pp. 41-52) é possível observarmos a estrutura etária da população da área do PNM em detalhe, respectivamente para os anos de 1981, 1991 e 1996. Uma análise mais cuidada aos quadros mencionados permite-nos concluir que é justamente nas freguesias que possuem menor número de habitantes que o envelhecimento é maior. Em algumas freguesias é flagrante a ausência quase total de população jovem, como é o caso de Rio de Onor e da Mofreita, para citarmos apenas aquelas em que esta característica é mais saliente. A estrutura etária para o ano de 2001²¹⁴ pode ser vista respectivamente na figura 7.6 para a área total do PNM e no quadro 7.9 (anexo 2, p. 53) para cada uma das freguesias que a integram, bem como para as freguesias estudadas. Os dados apresentados na figura, tal como os que apresentamos no quadro 7.9, encontram-se um pouco desajustados já que, devido à indisponibilidade de informações por lugar, em algumas das freguesias que só têm uma pequena localidade integrada na área do PNM considerámos o total da sua população em cada escalão etário. Por outro lado, a divisão etária adoptada em 2001 pelo INE englobando uma larga faixa entre os 25 e os 64 anos também dificulta uma análise mais fina.

Figura 7.6. – Estrutura etária na área do Parque Natural de Montesinho (2001) (%)



Fonte: INE (2001)

De qualquer modo, os dados incluídos na figura demonstram um claro envelhecimento da população acompanhado de uma escassa percentagem de população juvenil. Em 2001, a situação verificada anteriormente no que se refere à população juvenil para as freguesias de Rio de Onor e da Mofreita agrava-se e a elas juntam-se também as freguesias de Fresulfe e de Soeira. Nestas freguesias o número de indivíduos com 65 e mais anos é bastante superior

²¹⁴ A divisão em grupos etários para o ano de 2001 é diversa da que adoptámos para os restantes anos em análise, devido aos condicionamentos da disponibilidade dos dados pelo INE.

a todas as outras faixas etárias consideradas. Analisando as causas que conduziram ao envelhecimento populacional na área do PNM, Rodriguez-Caballero (1998) destaca as que são comuns a este fenómeno, como a migração e emigração, a redução das taxas de mortalidade (geral e infantil) e a baixa das taxas de natalidade. Como reconhece a autora mencionada (1998: 49) *“a dinâmica natural desta população está completamente alterada pelos movimentos migratórios, que por um lado provocaram a saída de grande parte da população em idade activa e fecunda o que originou um decréscimo na taxa de natalidade e, por outro lado, provocaram o forte envelhecimento da demografia do Parque, coadjuvada pela diminuição da taxa de mortalidade”*. A autora identifica para o ano de 1996 uma taxa de mortalidade na área do Parque (8,67/1000) que é inferior à observada a nível nacional. Um dado relevante, referente ao ano de 1996, é a inexistência de mortalidade infantil. A taxa de natalidade na área do PNM no ano de 1996 foi de 4,09/1000, bastante mais reduzida que a observada (em 1994) para a totalidade do território nacional (11/1000). Este índice bastante baixo contribui para a retracção do número de população jovem e favorece, consequentemente, a proporção de idosos. Os movimentos migratórios²¹⁵, como já referimos, implicaram e implicam ainda a saída da população em idade mais fértil. A autora mencionada conclui que os movimentos migratórios para o país e para o estrangeiro não são muito relevantes na área do PNM, no ano de 1996. Ao contrário, os movimentos pendulares diários revestem-se de uma extrema importância actualmente. A cidade de Bragança é o destino mais frequente destas *migrações* diárias. Quanto mais próximas se encontram as localidades dos núcleos de Bragança e Vinhais maior é o número de indivíduos envolvido nestes movimentos diários.

No que se refere aos níveis de escolaridade da população da área do PNM, podemos salientar os elevados valores associados à taxa de analfabetismo em todas as freguesias desde 1960. Como no resto do território nacional, esta taxa vem conhecendo um decréscimo importante mas é ainda muito elevada. Na área do PNM a taxa actual de analfabetismo é de 13,51%, enquanto que em 1981 era de 44%. Esta queda impressionante (-30,5%) é auxiliada pela tomada em conta dos valores totais relativos a algumas freguesias. No caso da totalidade das freguesias estudadas, observamos que a taxa de analfabetismo ronda os 25% e que teve um decréscimo (entre 1981 e 2001) de cerca de 11% (ver quadro 7.10, no anexo 2, pp. 54). Nas freguesias de Carragosa, Deilão, França, Parâmio (pertencentes ao concelho de Bragança) e nas de Fresulfe, Mofreita, Montouto, Paçó, Quiraz, Santalha, Soeira, Tuizelo, Vilar Seco da Lomba e Vilar de Ossos (pertencentes ao concelho de Vinhais) a taxa de analfabetismo é ainda superior a 25%. Níveis tão elevados de analfabetismo resultam directamente do facto de se tratar maioritariamente de uma população envelhecida, tanto na

²¹⁵ Sobre estes movimentos migratórios para o ano de 1996 ver o trabalho da autora que temos vindo a mencionar, i.e. Rodriguez-Caballero (1998).

base, como no topo da pirâmide etária. A acrescentar a isto, em termos globais, em 1996 apenas estavam inscritos nas escolas da área do PNM 260 alunos. As Escolas Primárias existiam (em 1996) apenas em 43 das 92 aldeias da área (e.g. Gafeira, 1995a; Rodriguez-Caballero, 1998). Em termos dos níveis de escolaridade, observamos uma evolução positiva²¹⁶. De facto, os níveis de escolaridade em todas as freguesias consideradas conheceram um acréscimo importante ao longo destas três décadas, que correspondeu basicamente à descida da taxa de analfabetismo e do número de indivíduos com o 1º CEB. Como podemos observar nas figuras 7.7 e 7.8, essa evolução é visível tanto no caso da área total do PNM, como no caso das freguesias estudadas, em que existe uma clara diminuição do número de analfabetos e de indivíduos com o 1º CEB e um aumento do número de pessoas a partir do 2º CEB.

Figura 7.7. – Evolução da escolaridade na área do Parque Natural de Montesinho

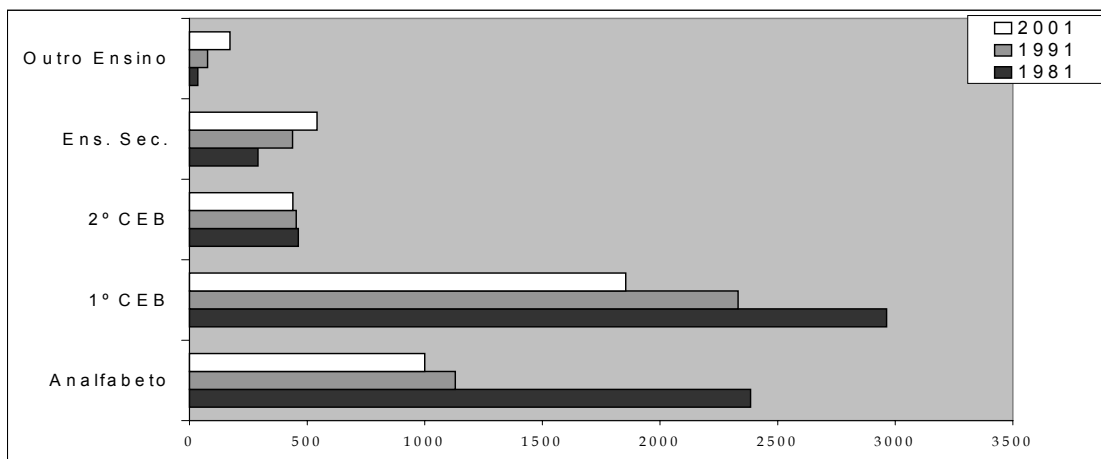
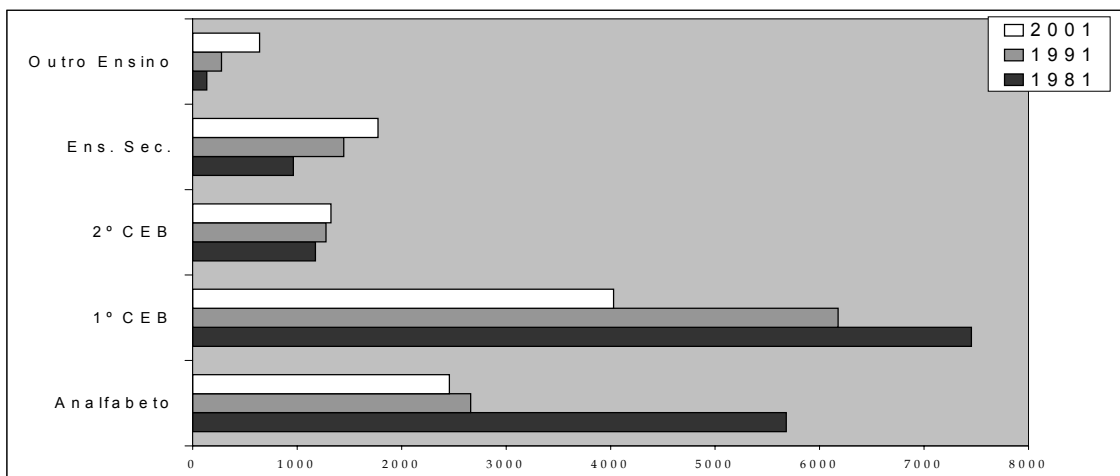


Figura 7.8. – Evolução da escolaridade nas freguesias estudadas na área do Parque Natural de Montesinho



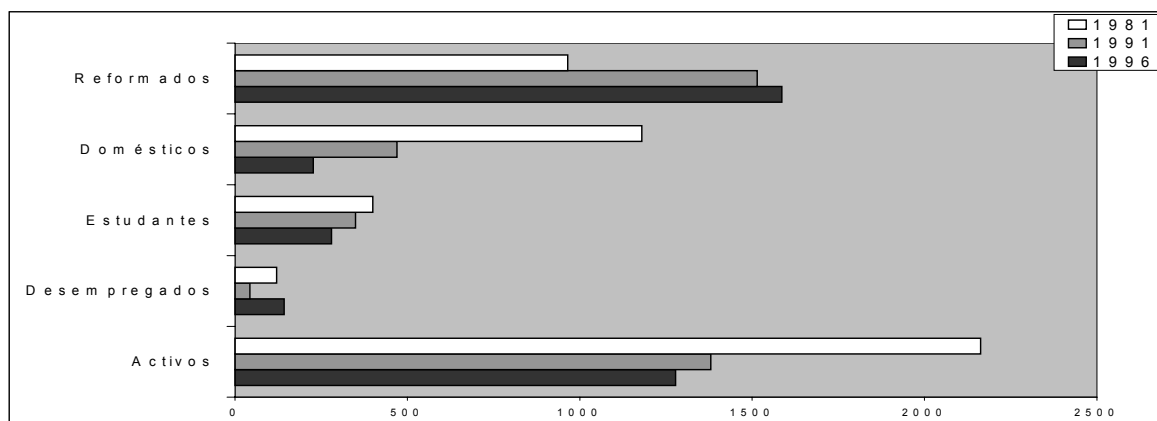
Fonte: INE (1981, 1991); Rodriguez-Caballero (1998)

²¹⁶ Como se pode ver nos quadros 7.11 (para 1981); 7.12 (para 1991) e 7.13 (para 2001) no anexo 2 (pp. 55-57).

Dado que para 1981 e 1991 não possuímos dados que desagreguem o 3º CEB do Ensino Secundário optámos por adoptar também para 2001 a agregação daqueles níveis de ensino. De qualquer forma estamos perante uma população cujos níveis de escolaridade não são muito elevados concentrando-se ainda a maior parte dos indivíduos no nível correspondente ao 1º CEB, logo seguido da ausência de qualquer tipo de escolarização.

Relativamente à condição da população perante o trabalho, observamos que a taxa de actividade (tendo em conta os dados relativos ao período entre 1981 e 1996) tem conhecido variações muito ligeiras. Como referimos anteriormente, a maior parte da população residente nesta área é inactiva e de entre os inactivos destacam-se os indivíduos reformados. Como podemos verificar nos quadros 7.14 (1981); 7.15 (1991) e 7.16 (1996) do anexo 2 (pp. 58-62) esta situação é comum à maior parte das freguesias que integram a área total do PNM, assim como à maioria das freguesias estudadas. Podemos dizer que a taxa de actividade diminui à medida que nos afastamos dos núcleos de Bragança e de Vinhais e nos aproximamos da fronteira com Espanha, i.e., à medida que caminhamos para o interior da área do Parque. Por outro lado, observa-se o correspondente aumento do número de reformados nas freguesias mais interiores. As mulheres são em número superior na categoria da população inactiva, também porque são em maior número no total e porque são elas também que normalmente são classificadas nos recenseamentos como *domésticas*, mesmo que exerçam alguma actividade, como é frequentemente o caso, na exploração agrícola. Na figura 7.9, podemos observar a evolução da condição perante o trabalho da população na área total do PNM entre os anos de 1981 e 1996.

Figura 7.9 – Evolução da Condição Perante o Trabalho da população na área do Parque Natural de Montesinho (1981 – 1996)



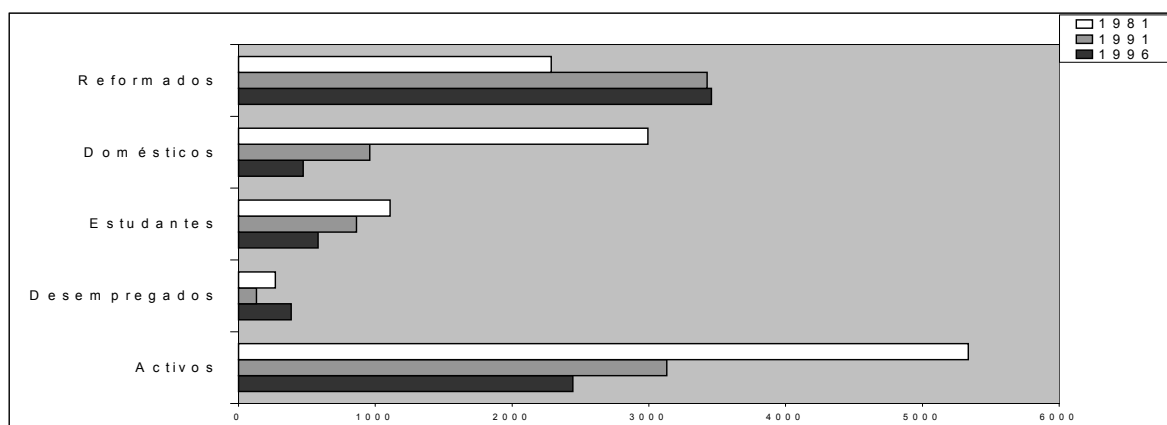
Fonte: INE (1981, 1991); Rodriguez-Caballero (1998)

Pela observação da figura não só é visível o abrupto decréscimo da população activa em toda a área do PNM (-54, 19%) como o importante acréscimo, entre 1981 e 1991, da população reformada (51,22%). Mais ainda, no mesmo período observa-se um enorme decréscimo da população doméstica (-84%). As quebras na população activa foram

superiores a 50% em grande parte das freguesias desta área, sendo que em oito delas, o decréscimo na taxa de actividade foi superior a 60%²¹⁷. Apenas em Donai e Rabal se verificou um ligeiríssimo aumento da população activa no período considerado. Em catorze das trinta e cinco freguesias o aumento do número de reformados atingiu níveis superiores a 100%, sendo as freguesias de França, Gimonde, Parâmio (concelho de Bragança), Mofreita, Santa Cruz, Vila Verde e Vilar Seco da Lomba (concelho de Vinhais) aquelas em que esse acréscimo foi maior.

Quanto ao conjunto das freguesias estudadas, elas apresentam uma dinâmica em tudo semelhante à que acabámos de descrever, como podemos observar pela figura 7.10. No conjunto destas freguesias, observamos que o decréscimo da população activa foi inferior ao verificado na área total do PNM (-40,92%), tal como o da população doméstica (-60,17%). O acréscimo de reformados foi, no entanto, bastante superior (64,35%) no período entre 1981 e 1996. Da análise das figuras 7.9 e 7.10 devemos ainda destacar o baixo número de desempregados, embora entre 1991 e 1996 tenha conhecido um ligeiro aumento. Por outro lado, uma característica comum à área do PNM é o decréscimo do número da população estudantil, entre 1981 e 1996, embora de forma gradual. À realidade que acabámos de descrever não são alheios os factores associados aos processos de envelhecimento da população da área, ao decréscimo das taxas de mortalidade e de natalidade que contribuem para a diminuição dos activos e dos estudantes, por um lado e para o aumento do número de reformados por outro.

Figura 7.10 – Evolução da Condição Perante o Trabalho da população nas freguesias estudadas na área do Parque Natural de Montesinho (1981 – 1996)



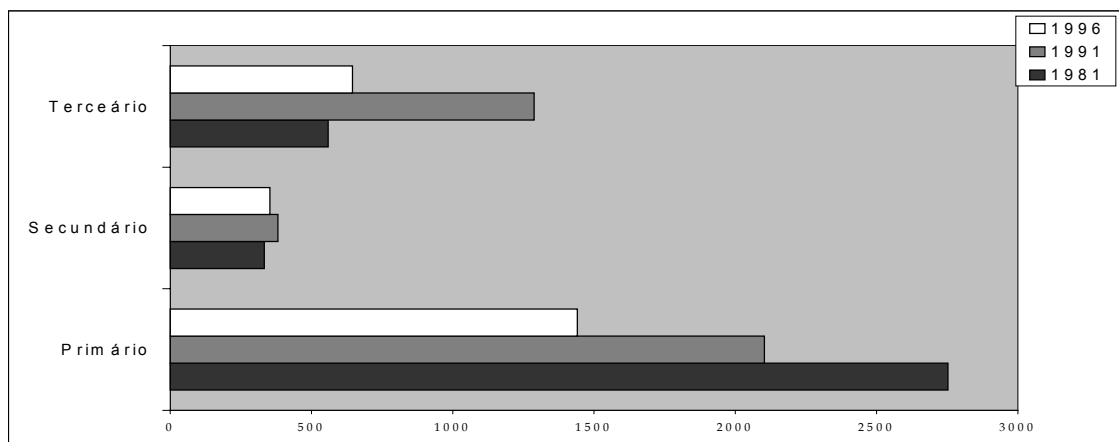
Fonte: INE (1981, 1991); Rodriguez-Caballero (1998)

Relativamente às ocupações da população economicamente activa, entre 1981 e 1996, a figura 7.11 mostra-nos que o sector primário se reduziu em cerca de 15%, embora mantenha

²¹⁷ Em algumas freguesias (como Vinhais, Sobreiró de Baixo e Edral) a elevada quebra de activos entre 1981 e 1996 está distorcida pelo facto de, em 1996, apenas terem sido contabilizados para estas freguesias os residentes na área do PNM.

ainda a sua posição privilegiada em termos de emprego face aos outros sectores de actividade. Em 1981, o sector primário ocupava, no total da área do PNM, cerca de 75% da população activa, em 1991 69% e em 1996 essa percentagem reduz-se para 60%. A esta diminuição corresponde o aumento do peso dos sectores secundário e terciário ao longo do período considerado. Os activos no sector secundário conheceram um aumento de cerca de 5% e os do sector terciário de aproximadamente 10%, embora na figura os dados relativos a 1996, devido ao modo como foram recolhidos (i.e., tendo em conta apenas a população que efectivamente reside na área do Parque e não, como nos outros dois anos, o total da população das freguesias), escondam este aumento. De qualquer modo, é visível a predominância do sector primário e o aumento da importância gradual do terciário que fica a dever-se essencialmente à expansão dos serviços públicos (mesmo no interior da área do PNM em consequência da sua criação em 1979) nos núcleos de Bragança e Vinhais. Este sector é, segundo Rodriguez-Caballero (1998), aquele que maior capacidade de crescimento vem apresentando desde o ano de 1981, sendo esta realidade particularmente visível se considerarmos os dados globais dos concelhos em que se observa um aumento de 14% para Bragança e de 5% para Vinhais.

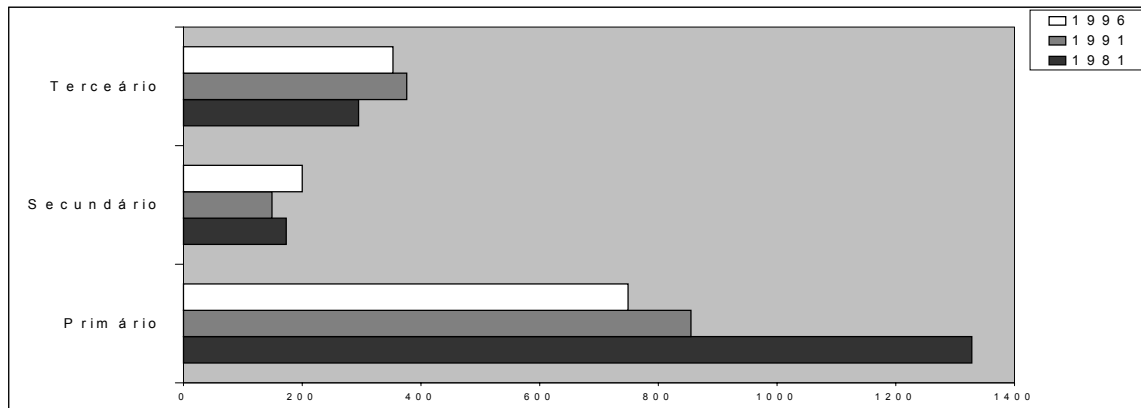
Figura 7.11 – População activa no Parque Natural de Montesinho, por sectores de actividade (1981-1996)



Fonte: INE (1981, 1991); Rodriguez-Caballero (1998)

Aliás, enquanto que para a totalidade do concelho de Bragança se pode observar a grande proximidade, em termos do seu peso, dos sectores terciário e primário, no concelho de Vinhais este último sector mantém ainda uma elevada predominância. Quanto ao conjunto das freguesias estudadas, a tendência de evolução é a mesma que apontámos para o total da área do PNM, com o decréscimo do sector primário e os correspondentes aumentos dos sectores secundário e terciário (ver figura 7.12). Na globalidade, é importante salientar que são as freguesias do concelho de Vinhais e também as que se encontram fisicamente mais afastadas da cidade de Bragança, aquelas onde o domínio do sector primário é maior.

Figura 7.12 – População activa nas freguesias estudadas na área do Parque Natural de Montesinho, por sectores de actividade (1981-1996)



Fonte: INE (1981, 1991); Rodriguez-Caballero (1998)

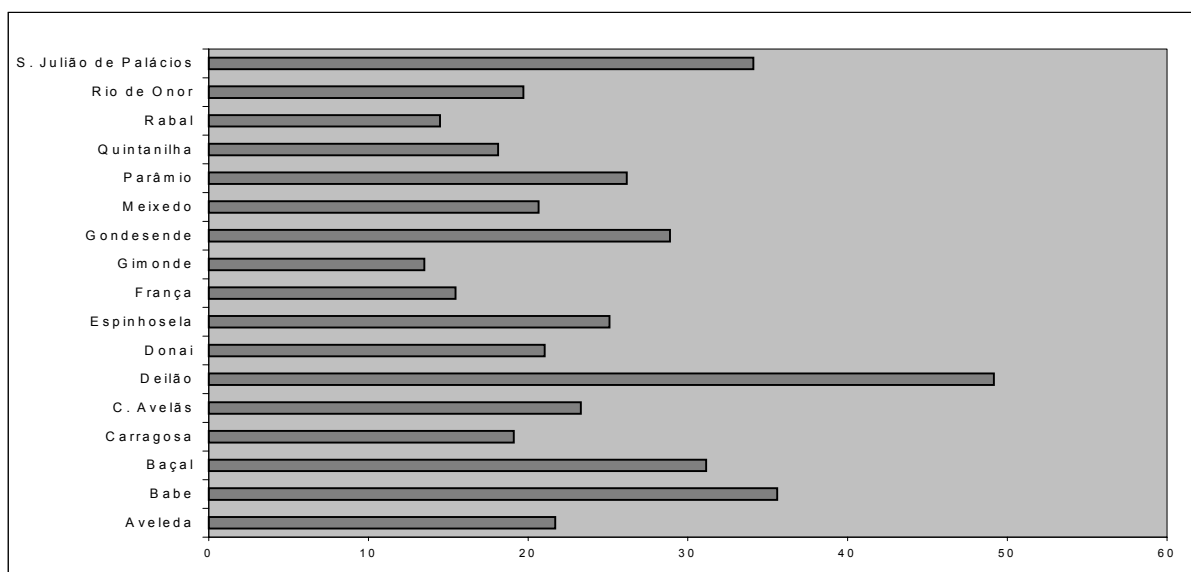
Neste sentido, destacamos, do concelho de Bragança, as freguesias de Babe, Carragosa, Deilão, Parâmio, Quintanilha e Rio de Onor e do concelho de Vinhais as freguesias de Edral, Fresulfe, Moimenta, Montouto, Paçó, Pinheiro Novo, Quiraz, Santalha, Soeira, Tuzelo e Vilar Seco da Lomba. A freguesia de França, no concelho de Bragança, apesar de ser das freguesias geograficamente mais afastadas da cidade, destaca-se da maioria, já que, entre 1981 e 1996, viu os seus activos no sector primário passar de 100 para apenas 5, enquanto que nos outros sectores de actividade económica, as alterações não foram tão significativas. A explicação para esta perda importante de activos no sector primário reside no encerramento das Minas do Vale da Ossa, de que já havíamos anteriormente dado conta (ver o quadro 7.17, anexo 2, pp. 63-64).

Na análise exaustiva que fez da população do PNM, Rodriguez-Caballero (1998) concluiu que a maior parte da população activa exerce a sua actividade no interior das aldeias em que vive (72,5%), dado que não é surpreendente se tivermos em conta que a maior parte dos activos trabalha na actividade agrícola. Os que trabalham fora da aldeia (27,4%), empregam-se sobretudo no sector terciário e, de uma forma geral, são pluriactivos, ou seja, dividem essa actividade exterior com a actividade agrícola a tempo parcial. Entre as freguesias com maior percentagem de activos que exercem a sua actividade dentro da aldeia, destacamos, do concelho de Bragança: Quintanilha (100%); Rabal (90%); Rio de Onor (81,9%); S. Julião de Palácios (91,6%). No concelho de Vinhais podem destacar-se pelas elevadas percentagens, as freguesias de Moimenta (98,1%); Montouto (95,4%); Pinheiro Novo (96,6%); Quiraz (94%) e Santa Cruz (93,3%). Acrescente-se ainda que as percentagens daqueles que trabalham dentro da aldeia, são muito maiores nas freguesias do PNM pertencentes ao concelho de Vinhais (11 freguesias de um total de 18), o que também não pode ser considerado surpreendente dado o maior número dos que trabalham na agricultura neste concelho.

A economia das populações residentes na área do PNM, um pouco à semelhança do que acontece por toda a região do Nordeste Transmontano, baseia-se sobretudo na actividade agrícola como acabámos de observar. Tanto a agricultura como a pecuária (uma produção que, segundo Azevedo *et al.* (1998), assume crescente importância nesta área) ocorrem num regime extensivo devido às condições orográficas, climatéricas e, essencialmente, à reduzida fertilidade dos solos desta região. Dentro da área do Parque, as actividades industriais e de serviços não são muito abundantes, à parte a existência de algumas pequenas empresas de construção civil e de metalomecânica e também de algum comércio.

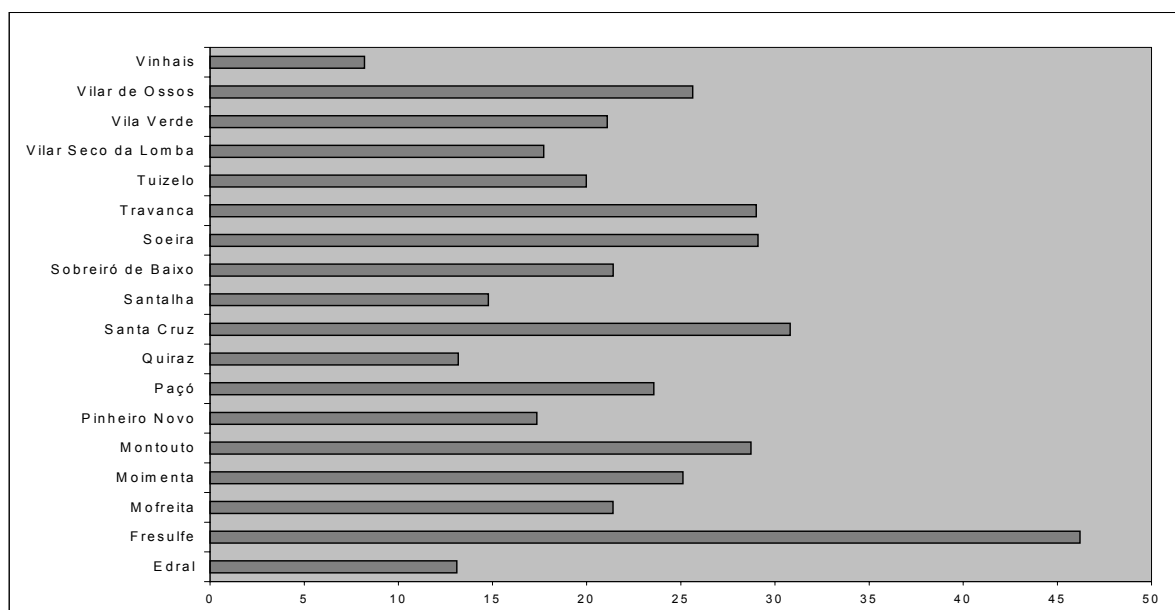
A agricultura praticada na área do PNM é essencialmente de subsistência. Como referem Azevedo *et al.* (1998: 67-68) *“pouco evoluída e pouco rentável (a agricultura) vive muito dependente de apoios e subsídios. As explorações agrícolas são de carácter tradicional e familiar. Na maior parte dos casos, o trabalho é realizado por pessoas pertencentes ao mesmo agregado familiar (...). A actividade agrícola é, em geral, complementada com outras fontes de rendimento”*. Existem na área do PNM 2730 explorações agrícolas que ocupam uma área de 34462 ha (INE, 1999). No conjunto das freguesias estudadas o número de explorações é de 1179, ocupando uma área de 13798 ha. Em ambos os casos, entre 1989 e 1999 observámos uma perda no número de explorações agrícolas, um aumento em termos de área e, conseqüentemente, um acréscimo em termos de área média. Assim, para a totalidade da área do PNM a perda de explorações foi de cerca de 18%, sendo que a área aumentou aproximadamente 1% e a área média 2,6 ha. No caso do conjunto das freguesias estudadas o número das explorações agrícolas diminuiu em aproximadamente 14%, aumentando a área também cerca de 1% e a área média 2,4 ha. O aumento da área agrícola e da área média das explorações acompanha, assim, a diminuição do número destas mesmas explorações. Como podemos observar no quadro 7.18 (anexo 2, p. 65), as freguesias de Aveleda, Babe, França, S. Julião de Palácios (concelho de Bragança), Pinheiro Novo, Paçó, Santalha, Vilar Seco da Lomba, Vila Verde, Vilar de Ossos e Vinhais (concelho de Vinhais) são aquelas em que as perdas em termos do número de explorações agrícolas foram mais significativas, com o correspondente aumento da área. De uma forma geral, verificou-se um aumento da área agrícola em todas as freguesias, assim como um aumento da área média das explorações. A área média varia, nas freguesias, entre aproximadamente 7 e 29 ha. Trata-se, no entanto de uma propriedade muito fragmentada, como pode ser observado nas figuras 7.13 e 7.14, correspondentes ao número de blocos por exploração agrícola por freguesia, respectivamente para os concelhos de Bragança e Vinhais.

Figura 7.13 – Número de blocos por exploração agrícola nas freguesias do Parque Natural de Montesinho (concelho de Bragança – 1999)



De facto, o número de blocos oscila entre os 8 de Vinhais e os 49 de Deilão. Esta estrutura da propriedade não permite em geral a utilização de maquinaria agrícola, o que é comprovado pelo reduzido número de agricultores na área do PNM que possuem tractores e outras máquinas. Por outro lado, a estrutura da propriedade, ao não permitir a mecanização da actividade agrícola com muita facilidade, contribui igualmente para um uso menos intensivo do solo.

Figura 7.14 – Número de blocos por exploração agrícola nas freguesias do Parque Natural de Montesinho (concelho de Vinhais – 1999)



Fonte: INE (1999)

De uma maneira global, podemos dividir o tipo de culturas agrícolas existentes na área do PNM em quatro grandes grupos:

1. culturas anuais de sequeiro intensivo, correspondentes ao cereal de Inverno e ao pousio/pastagem;
2. culturas perenes, com a predominância do castanheiro, a noqueira de forma mais esporádica e ainda alguma vinha, olival e árvores de fruto;
3. pastagens, onde se incluem os lameiros de regadio (permanentemente húmidos), os lameiros de secadal (periodicamente húmidos) e as pastagens naturais de altitude;
4. finalmente, as culturas temporárias, que predominam na envolvente das aldeias e que consistem essencialmente nos cereais para grão (como o centeio, o trigo e alguma aveia), nas leguminosas para grão; nas batatas e culturas forrageiras e nas hortícolas.

Como referimos anteriormente, a actividade pecuária, praticada em regime extensivo, constitui-se crescentemente como a base da economia associada à actividade agrícola e, segundo Azevedo *et al.* (1998), tem contribuído para uma diminuição do êxodo rural. As raças autóctones da região onde se insere o PNM são a raça bovina mirandesa, a ovina churra galega e a suína bísara. Estes animais são também aqueles que melhor se adaptam às condições climáticas e ao tipo de pastoreio praticado. Segundo dados do INE (1989, 1999), de Rodriguez-Caballero (1998) e de Azevedo *et al.* (1998), o efectivo pecuário da área total do PNM é o que pode ser visto no quadro 7.19.

Quadro 7.19 – Evolução do número do efectivo pecuário na área do PNM (1989 – 1996)

Tipo de Animais	1989	1996	1999
Bovinos	6517	6750	4944
Ovinos	30489	25000	28325
Caprinos	3677	1697	1294
Suínos	6224	*	*

* sem dados disponíveis. Em 1996 existiam, no entanto, 150 fêmeas reprodutoras de raça bísara registadas

Fonte: INE (1989, 1999); Azevedo *et al.* (1998); Rodriguez-Caballero (1998)

Dos 6750 bovinos existentes em 1996, mais de metade eram bovinos de carne e apenas uma pequena parte era utilizada na produção leiteira. Evidentemente esta situação prende-se com o tipo de gado bovino existente – mirandês, como dissemos – cuja carne possui a *Denominação de Origem Protegida*. (DOP). Os bovinos de leite são mais frequentes nas aldeias onde existem sistemas de ordenha mecânica, como é o caso da Moimenta, Lagarelos e Travanca. Quanto ao gado ovino, a carne da raça churra galega possui igualmente DOP. Quanto aos suínos, a raça bísara é também autóctone e esteve até há relativamente pouco tempo em vias de desaparecimento. O porco bísaro constituía juntamente com a castanha, a batata e o pão de centeio a base da alimentação das populações desta área. É uma raça típica do concelho de Vinhais e os produtos feitos a partir

dela (como a chouriça e o salpicão) possuem protecção comunitária através da *Indicação Geográfica Protegida*²¹⁸.

Quanto à forma de posse da terra e dadas as características que temos vindo a apontar da actividade agrícola, não é surpreendente constatar a predominância dos produtores por conta própria. Efectivamente, em 1999, a percentagem de agricultores nestas circunstâncias era de aproximadamente 99%. No mesmo sentido a percentagem de agricultores autónomos é, para a área total do PNM, de 99% e, no caso do conjunto das freguesias estudadas, de 98,6%. Os agricultores empresários têm uma expressão insignificante, respectivamente de 0,07% e de 1,03%. Pela observação do quadro 7.20 (anexo 2, pp. 66), podemos verificar que na maior parte das freguesias a percentagem de agricultores autónomos é de 100%, sendo que ocorreu um ligeiro acréscimo dos indivíduos nestas condições entre 1989 e 1999.

A pluriactividade é, como referimos nos capítulos IV e V desta tese, uma estratégia muito frequente dos agricultores das áreas rurais em declínio. É, em grande medida, uma dupla estratégia de sobrevivência: por um lado a pluriactividade permite o aumento dos rendimentos económicos do agregado familiar e, por outro, permite a manutenção da exploração agrícola. Tendo em conta a população agrícola familiar em 1989²¹⁹, o primeiro traço relevante é o facto de a sua maior parte ter actividade dentro da exploração agrícola, como é demonstrado no quadro 7.21 (anexo 2, p.67). De facto em todas as freguesias que integram a área do PNM as percentagens de população agrícola familiar que trabalham na exploração são sempre superiores a 90%. Outro dado relevante é a diminuição observada, entre 1989 e 1999, para a maior parte das freguesias, desta população, consequência directa do decréscimo geral da população que observámos nesta área e da diminuição das explorações agrícolas. Desta população agrícola familiar e segundo os dados do INE de 1989, apenas 17,31% dos indivíduos são pluriactivos (para a totalidade do PNM). No conjunto das freguesias estudadas a percentagem de pluriactivos é ligeiramente menor: 16,88%. (ver quadro 7.22, no anexo 2, p. 68). No que se refere às actividades exteriores à exploração agrícola, observamos que a maior parte dos pluriactivos trabalha nos sectores da construção civil, do comércio e dos serviços sendo em número muito reduzido os que trabalham em indústrias e na agricultura e pecuária. A pluriactividade do Produtor Individual também não era, em 1989, muito significativa, sendo as actividades exteriores à exploração as mesmas apontadas para o total da população agrícola familiar. A pouca expressividade da pluriactividade mantém-se em 1999, tendo em conta os dados do INE. Já no que se refere às situações de plurirrendimento e

²¹⁸ Na área do PNM vários produtos provenientes da agricultura e da pecuária possuem um estatuto de protecção e reconhecimento institucional. Neste sentido foram igualmente criadas diversas associações que certificam a origem e a qualidade dos produtos. Destas destacamos a Associação de Produtores de Castanha do Concelho de Bragança; a Associação dos Apicultores do PNM; a Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça Bísara; a Associação Nacional dos Criadores de Ovinos da Raça Churra Galega Bragançana e a Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Mirandesa.

²¹⁹ Para 1999 apenas é possível saber o total da população agrícola familiar, não existindo dados disponíveis quanto ao seu efectivo trabalho na exploração agrícola.

tendo em conta as idades dos agricultores pensamos que podem ter maior expressão, muito embora não disponhamos de dados que nos permitam confirmar esta probabilidade. A maioria dos agricultores da área do PNM tem mais de 45 anos e a sua escolaridade raramente ultrapassa o 1º CEB. Existem igualmente elevadas percentagens de analfabetos entre os agricultores. Num quadro com as características que acabámos de descrever, i.e., a existência de uma população muito envelhecida, cuja actividade predominante é a agricultura, estes dados relativos aos agricultores não podem ser considerados surpreendentes.

Relativamente aos serviços existentes na área do PNM e com base em dados do INE (1992)²²⁰, observamos que das 35 freguesias que a integram, 30 possuem Minimercado, 22 tem serviço de correios, 19 possuem posto médico (oscilando as visitas médicas entre alguns dias por semana e as quinzenais) e apenas uma possui farmácia. No que se refere a Centros de Dia e de apoio a idosos, em 1992 não existia nenhum equipamento desta natureza na área do PNM, tendo posteriormente surgido um na freguesia de Espinhosela, que presta serviços em freguesias vizinhas. Relativamente aos serviços associados à educação, de salientar que apenas a freguesia de Montouto não possui Escola Primária. Existe ainda telescola (para o 2º CEB) nas freguesias de Santalha e de Vilar Seco da Lomba e que segundo Rodriguez-Caballero (1998) foi frequentada por 28 alunos.

A rede de comunicações terrestres do PNM é formada integralmente por Estradas Nacionais e Estradas Municipais bem como por caminhos municipais e florestais. As estradas asfaltadas chegam a todas as aldeias e a rede está constituída essencialmente em função da maior acessibilidade quer a Bragança quer a Vinhais. A EN 103 atravessa o PNM entre Bragança e a fronteira do Portelo. A EN 218 atravessa a parte oeste da área do Parque entre Vinhais e a aldeia da Moimenta. Existem no entanto lugares que estão bastante isolados da sua sede de freguesia, como é por exemplo o caso de Guadramil face a Rio de Onor. De salientar a existência nas proximidades da área do PNM do Itinerário Principal 4 (vulgo IP4) que liga a fronteira de Quintanilha com Amarante. Daqui a ligação com a cidade do Porto e o litoral é feita pela A4. Em 1996, segundo Rodriguez-Caballero (1998), 84 das 92 aldeias que formam o PNM possuíam infra-estruturas de ligação telefónica. O abastecimento de água potável e de electricidade chegava, segundo a mesma autora, a todos os habitantes de cada aldeia. Já o sistema de saneamento básico apenas servia 12 das 92 aldeias desta área, sendo que a dispersão dos habitantes em pequenos núcleos se constitui como o principal obstáculo ao alargamento da rede de saneamento. A recolha de lixo não é ainda total na área do PNM. Apenas 58 das 92 aldeias que o integram beneficiavam de um sistema de recolha em 1996 Se compararmos esta situação com a observada em 1992 (dados do INE), em que a

²²⁰ Os dados sobre os equipamentos e serviços foram retirados do serviço *Infoline* do INE (www.infoline.pt)

recolha de lixo era realizada apenas em 14 aldeias, podemos considerar que houve uma melhoria acentuada deste serviço às populações.

Pela breve, e necessariamente descritiva, caracterização demográfica e socioeconómica que acabamos de realizar, cremos ser possível identificar o PNM utilizando de novo as palavras de Magalhães (1997) como a *periferia das periferias*, i.e., como uma área com deficiências importantes em termos de infra-estruturas, equipamentos e serviços, com uma população pouco escolarizada e bastante envelhecida e com uma reduzidíssima diversidade das actividades económicas, estando a grande maioria da população associada à agricultura. Estas características são inevitavelmente o resultado do isolamento geográfico a que durante séculos esta área esteve sujeita. As condições físicas dificultaram (como ainda dificultam actualmente) o acesso mesmo aos centros urbanos mais próximos. Distante dos territórios em que se dinamizou o desenvolvimento de tipo urbano-industrial, a que fizemos já abundante referência no capítulo VI, a área do PNM funcionou nas últimas décadas essencialmente como uma área de reserva de mão-de-obra. Mais ainda, pelas suas características (im)produtivas, este espaço não foi economicamente integrado nos processos e modelos de desenvolvimento dominantes até à década de oitenta (e.g. Rodrigues, 1993, 1996).

Desde o final dos anos 70 que esta área viu reconhecido institucionalmente o seu valor natural e ambiental, muito embora, desde a vigência do PN a situação demográfica e socioeconómica não tenha conhecido nenhum tipo de inversão. Passados 23 anos sobre a sua criação o PNM parece não ter sido capaz de desempenhar um papel relevante na renovação da economia local e na fixação da população. Isto não significa, no entanto, que o PNM não tenha sido capaz de, nestas duas décadas, alcançar os objectivos relativos à protecção do ambiente natural e à promoção do turismo e do recreio, mas estes aspectos *“aparentemente beneficiaram apenas os consumidores exteriores desta área rural e protegida”* (Figueiredo, 1999b: 265). Apesar de algumas acções conduzidas pelo Parque ao longo destes anos, sobretudo associadas à recuperação de edifícios e à plantação de espécies autóctones, e de algumas medidas comunitárias e nacionais aplicadas sob a responsabilidade da ADL CoraNE – Terra Fria²²¹ esta área pode ser caracterizada como *“um cantinho sem ninguém”*, para usarmos a expressão de um Presidente de Junta de Freguesia por nós entrevistado. Apesar deste quadro (ou devido a ele?) alguns autores advogam que a região de Trás-os-Montes pode ser considerada uma região *“talentosa que está amarrada e*

²²¹ A CoraNE (Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina) é responsável pela aplicação dos programas comunitários LEADER II e LEADER+ entre outros e, no âmbito do PPDR, pelo Centro Rural de Montesinho. Deste Centro Rural fazem parte as aldeias que integram as freguesias de Espinhosela e Parâmio (do concelho de Bragança) e as freguesias de Fresulfe, Mofreita, Moimenta e Santa Cruz (do concelho de Vinhais). Os objectivos do programa dos Centros Rurais são a intervenção ao nível dos equipamentos e infra-estruturas dos núcleos abrangidos; a melhoria das condições de rentabilidade das explorações agrícolas e a exploração ordenada dos recursos naturais associados à caça e à pesca.

empobrecida por laços e forças de sucção externas” (Portela, 1996: 321). Cristóvão e Portela (1996) e Portela (1996) referem que há condições favoráveis para a melhoria da qualidade de vida e de aumento do rendimento das populações transmontanas. Essas condições repousam todas nos factores que no capítulo VI fomos apontando como caminhos para o desenvolvimento das áreas rurais, como por exemplo a revitalização da agricultura, com especial ênfase para o seu carácter multifuncional e para os produtos tradicionais e autóctones; o turismo e a salvaguarda dos valores naturais e ambientais. No caso da área do PNM estas condições, como salientámos, parecem estar reunidas e, no entanto, o declínio continua a manifestar-se. De qualquer forma, as medidas e os programas que visam o desenvolvimento das áreas rurais e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, supõe além do factor tempo, a existência de populações locais dispostas e estimuladas a envolverem-se nesses processos. O envolvimento das populações locais na criação do Parque Natural de Montesinho foi escasso, tal como o é o seu envolvimento na implementação dos mecanismos de protecção e dos instrumentos de desenvolvimento. Esta situação teve e poderá ter ainda consequências importantes em termos quer da protecção do ambiente, quer do desenvolvimento socioeconómico desta área, como veremos no capítulo VIII.

3.3. Caracterização demográfica e socioeconómica da área da Serra da Freita

Como mencionámos no ponto 3.1, a designação *Serra da Freita* não tem correspondência administrativa ou mesmo geográfica. Como refere Ribeiro (1999: 19) *“a região montanhosa que se estende desde não muito longe de S. João da Madeira até para lá de S. Pedro do Sul, em direcção a Castro D’Aire, acolhe vários nomes de ‘Serra’, uns locais, outros não: da Freita, da Arada, da Gralheira, da Coelheira, do S. Macário...”*. Apesar disto, optamos nesta tese por utilizar a designação local de Serra da Freita (SF), sabendo, no entanto, que a área abrangida corresponde aproximadamente àquilo a que Moura (1987) e Ribeiro (1999) chamam o *Maciço da Gralheira*.

A Serra da Freita situa-se a uma latitude de 40° 52’N, a menos de 30 km do mar e dela fazem parte, como já mencionámos, freguesias que pertencem aos concelhos de Arouca, Vale de Cambra (do distrito de Aveiro) e S. Pedro do Sul (do distrito de Viseu). Assim, esta área é delimitada a Norte pelas freguesias do concelho de Arouca, a Sul e a Oeste pelo concelho de Vale de Cambra e finalmente a Este e a Sul pelo concelho de S. Pedro do Sul. Em termos de altimetria a área da SF varia entre os 600 e os 1100 m e faz parte daquilo a que Moura (1987: 3) chama *“a primeira linha importante de alturas que se prolonga para o interior numa barreira de condensação mais ou menos paralela à linha do litoral”*, juntamente com as Serras de Montemuro (1380 m) a Norte e do Caramulo (1074 m) a Sul. Embora em

termos de relevo a área da SF não possui variações abruptas, já que dos pontos mais altos há um esbatimento para altitudes menores em sucessivos degraus ou patamares que são aproveitados para a actividade agrícola, não é raro encontrar profundos declives, de que a Mizarela constitui o melhor exemplo. Neste despenhadeiro, as águas do rio Caima jorram pela *frecha (da Mizarela)* numa queda livre de quase 100 metros. Esta área é extremamente rica em linhas de água que incluem as bacias hidrográficas de vários rios. Para Norte a Serra é drenada para a bacia do Rio Douro pelos rios Paiva, Arda, Paivó, Moldes, Frades e Urtigosa. Para Sul, os rios Caima, Arões e Teixeira desaguam no Rio Vouga. Em termos geológicos, predominam nesta área os xistos e os granitos. De destacar um fenómeno relativamente raro (e cremos que único no país) que ocorre nas proximidades da localidade da Castanheira, em pleno planalto da Serra. Trata-se de um diminuto afloramento granítico, instruído nos xistos dominantes, onde surgem curiosos nódulos envolvidos “*por uma capa de biotite, em forma de disco biconvexo que pode chegar a 15-20 cm de diâmetro e a 5-6 cm de altura*” (Moura, 1987: 5). As populações locais referem-se a este fenómeno como ‘*pedras parideiras*’ ou ainda ‘*ovos estrelados*’ e segundo Moura (1987) a idade deste afloramento rondará os 280-290 milhões de anos. No que se refere ao clima, ele é nesta área condicionado pela altitude e pelo facto, já referido, de esta ser a primeira cadeia montanhosa que os ventos marítimos dominantes encontram provocando uma pluviosidade relativamente intensa e a formação súbita de nevoeiros de condensação que afecta essencialmente a área do vale do rio Caima. Este vale constitui uma espécie de microclima não apenas pela formação e penetração dos nevoeiros de condensação mencionados, mas também pelo nevoeiro produzido pelas gotículas de água decorrentes da queda da *frecha da Mizarela* (e.g. Ribeiro, 1999).

Toda a área é considerada *de montanha*, embora apareçam nos seus limites, nas localizações de mais baixa altitude, zonas com características de transição entre a montanha e o vale. Se por um lado, como é referido pelo GAAPE (1996), o relevo se constitui como um elemento paisagístico importante, por outro ele é uma barreira natural à ligação entre os vários aglomerados populacionais. Grande parte destes aglomerados está intimamente ligada à pequena agricultura familiar, praticada nos patamares (ou *rechãs*) que são igualmente recursos paisagísticos importantes, desta área. Como refere o GAAP (1996: 10) “*alguns lugares e freguesias desta área existem ainda hoje porque (...) a pequena agricultura de subsistência ainda perdura. A sua continuidade como ‘pólos humanizados’ depende do abandono ou da fixação da população*”. A qualidade dos elementos paisagísticos referidos e, essencialmente a sua riqueza geológica, faunística e florística, levaram a que a área da Serra da Feita fosse classificada como Biótopo Corine. Como referimos anteriormente, embora esta classificação não tenha valor legal no que se refere à regulamentação dos usos dos recursos naturais, ela possui algum peso nas estratégias de desenvolvimento e planeamento do

território (na figura 7.15 podemos ver a área classificada como Biótopo Corine, bem como a localização das sedes de freguesia e divisão concelhia). Ainda que não tenha implicações legais, esta classificação da Serra da Freita como *de interesse para a conservação da natureza*, é um reconhecimento do seu valor natural e ambiental²²².

Em termos de vegetação, podemos dizer que a área da SF sofre naturalmente a influência dos factores atlântico e subalpino, muito embora como refere Moura (1987: 6) “*outros factores, como o florestamento com introdução de exóticas, derrubes por cultivo, sobrepastoreio e os fogos sucessivos*” tenham gradualmente perturbado o equilíbrio da área e destruído a vegetação primitiva “*de que já pouco resta, confinada aos vales mais apertados e íngremes, de mais difícil acesso e não susceptíveis de aproveitamento agrícola*” (idem, ibidem).

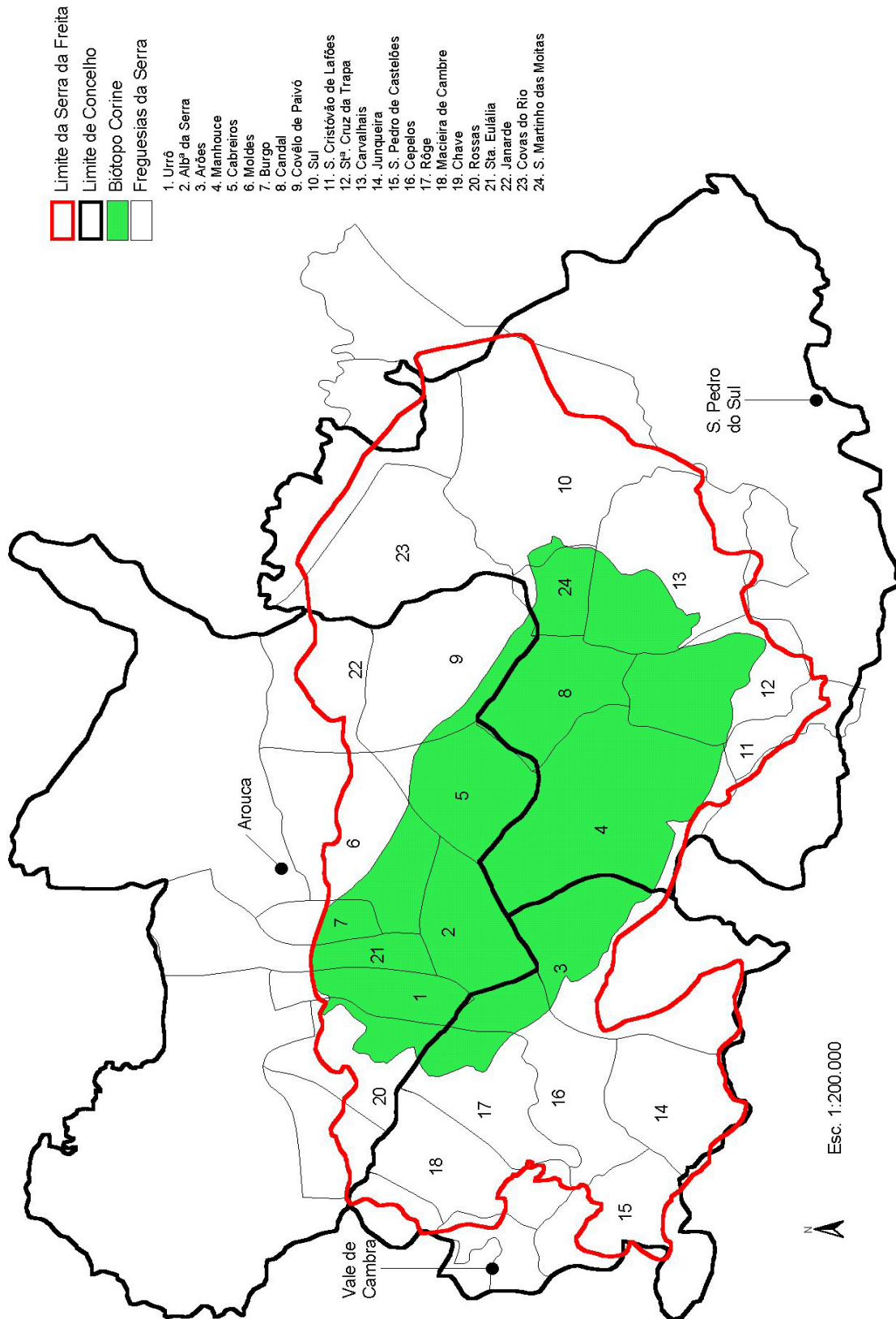
Relativamente à vegetação o autor mencionado diferencia na área da SF três zonas:

1. uma zona inferior, até aos 600 m, com forte presença humana e onde se incluem povoamentos dispersos, terrenos de cultivo e árvores de fruto;
2. uma zona intermédia, até aos 900 m, onde predominam os pinhais e os eucaliptais, embora se observem remanescentes da floresta primitiva, natural e naturalizada, de carvalhos, castanheiros, aveleiras e medronheiros;
3. o topo da serra, uma zona elevada acima dos 900 m com uma cobertura vegetal extremamente pobre, composta quase exclusivamente por tojos, urzes e carqueja, o que de acordo com Moura (1987) evidencia um uso abusivo da terra, sobretudo na forma de pastoreio excessivo. Devido ao clima muito frio desta zona, as herbáceas apresentam-se em geral nas suas formas anãs. Pela grande abundância salientam-se nesta área as bulbosas (Liliáceas, Amarilidáceas e Iridáceas).

A flora da Serra da Freita é bastante diversificada. Os estudos efectuados por Moura (1987) permitiram identificar cerca de 130 espécies diferentes, algumas delas raras. Destas destacam-se a tulipa silvestre, o azevinho, a erva-toira menor bem como os miosótis. Na área confinante a Norte da Serra da Freita, segundo o GAAPE (1996), podemos encontrar no vale do Paiva um importante reduto da flora autóctone. Neste vale encontramos espécies arbóreas como o carvalho roble, o sobreiro, a azinheira e o azereiro. Nas zonas mais próximas do rio encontram-se o amieiro, o freixo, o choupo, o samouco, o fetilho e o feto de botão. Como referimos antes, esta área é ainda bastante rica em termos da fauna. Oliveira (1994) refere que esta riqueza conduz à consideração de que nos encontramos perante um dos últimos redutos da vida selvagem do país.

²²² No sentido do reconhecimento das qualidades naturais da SF fizeram-se em 1982 algumas diligências junto do ICN para instituir uma AP nesta área que se revelaram infrutíferas (e.g. Oliveira (1994).

Figura 7.15 – Área classificada como Biótopo Corine na Serra da Freita, localização das sedes de freguesia e divisão concelhia



No que se refere aos mamíferos as principais espécies que podem ser identificadas são a lontra, a raposa, o lobo, o gato bravo, a gineta, o texugo e o javali. Entre as aves, nomeadamente entre as rapaces, constata-se a existência de espécies já raras em Portugal, como o açor, a águia de asa redonda, o tartaranhão-caçador, o tartaranhão-azulado, o falcão peregrino, o peneireiro, a águia de Bonelli, a águia-cobreira e o bufo real. No domínio dos répteis podem ser encontrados a cobra de água, a cobra de ferradura, a cobra-rateira, a víbora cornuda e o lagarto de água. No que se refere aos anfíbios, podemos identificar a rã ibérica, a rã verde, o sapo corredor, o sapo parteiro, a salamandra lusitânica, o tritão de ventre laranja e o tritão de patas espalmadas (e.g. Moura, 1987; Oliveira, 1994; GAAPE, 1996 e Ribeiro, 1999). A acrescentar a estes valores naturais, uma das principais potencialidades da área da SF reside “nas vastas zonas de enfiamentos visuais que se podem desfrutar dos pontos mais altos do planalto e que se espraiam sobre os grandes vales, podendo em determinadas situações vislumbrar-se o oceano Atlântico” (GAAPE, 1996: 12).

Os vestígios da idade pós-paleolítica são mais frequentes na parte meridional da serra e são constituídos essencialmente por mamoa e dolmens, que confirmam o povoamento destas paragens desde tempos mais remotos. Como refere Moura (1987) encontramos também muitas influências e vestígios da ocupação dos romanos, desde os nomes das localidades, passando pelos caminhos²²³ até aos tesouros numismáticos. Os árabes também marcaram presença nesta região, através da sua acção conquistadora, restando alguns testemunhos dessa passagem. Com a fundação de um mosteiro em Arouca, primeiramente Beneditino e mais tarde Cisterciense, esta área adquiriu alguma importância. Como refere Moura (1987), D. Afonso Henriques deu-lhe *carta de couto* em 1132 e 1143, D. Afonso III reconfirmou-a em 1257 e D. Manuel I concedeu-lhe foral em 1513. O planalto da Serra da Freita, essencialmente devido às suas características topográficas permaneceu ao longo do tempo relativamente isolado, sendo que até há cerca de dez anos atrás muitas localidades não possuíam ainda acessos por estrada asfaltada. Esse isolamento, à semelhança do que apontámos para a área do PNM, fez com que a sua população permanecesse durante muitos séculos relativamente auto-suficiente e que se conservassem algumas práticas e costumes tradicionais. Por exemplo, em algumas localidades, ainda subsistem hábitos de pastoreio comunitário.

A arquitectura tradicional da área da Serra da Freita é essencialmente a da habitação “*com tudo o que lhe está ligado numa economia essencialmente agrícola*.” (Ribeiro, 1999: 109). Assim, entre as edificações típicas encontramos a habitação propriamente dita, as *cortes do gado*, as *lojas* ou os alpendres para a guarda das alfaias e dos produtos agrícolas e ainda os

²²³ A actual localidade de Manhouce, por exemplo, era atravessada pela estrada romana para *Bracara Augusta*. Passava sobre duas pontes que ainda subsistem. Desta estrada restam cinco troços relativamente bem conservados em Gestoso e em Bostorenga. Perto de Albergaria da Serra, na localidade de Mizarela, existe também um pequeno troço de um caminho romano. (e.g. Ribeiro, 1999).

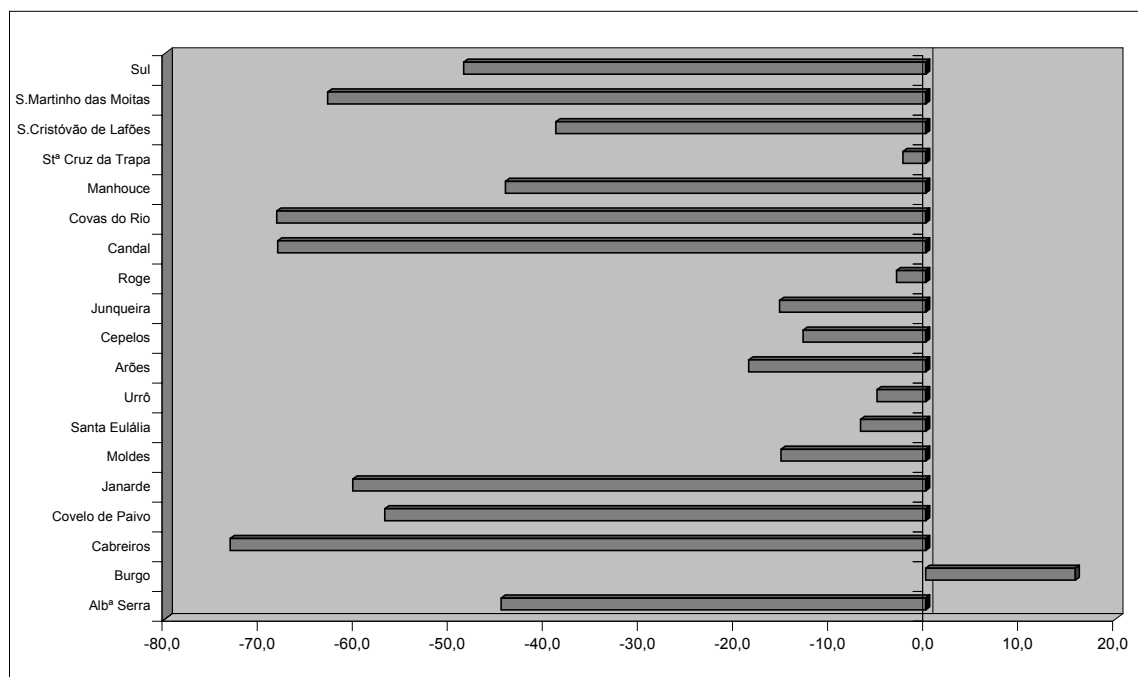
palheiros, as eiras e os *canastros*. As habitações, como nos diz Moura (1987) podem ter apenas um piso, com duas ou três divisões cuja principal é a *lareira*, simultaneamente cozinha e sala. Ao lado da habitação de um só piso situam-se em geral as referidas *cortes do gado*. As habitações tradicionais podem ainda ter dois andares e, nesse caso o andar de cima fica reservado à habitação e o de baixo, tem as funções de *loja* para guardar o gado e as alfaias. Os materiais utilizados, apesar das crescentes influências *modernizantes* como lhes chama Moura (1987: 10), são essencialmente aqueles que estão disponíveis na região: o granito e as lousas de micaxisto para a cobertura dos telhados. Ainda subsistem em algumas aldeias (como por exemplo no Merujal e na Castanheira) edifícios com telhados de colmo (*colmaços*) usados como *cortes de gado*. Os moinhos são também construções tradicionais desta área, mas, no essencial não diferem dos de outras zonas do centro e norte do país. São moinhos de rodízio, de eixo vertical que acciona directamente a mó. Existem na área da SF várias centenas de moinhos testemunhos do facto de que a moagem não era uma actividade exclusiva a certas pessoas, mas apenas, como refere Ribeiro (1999: 113), mais “*uma das muitas tarefas que ao longo do ano as gentes da serra têm de executar*”. O *palheiro*, a eira e o *canastro* são edificações também associadas à actividade agrícola desta área. As eiras são tradicionalmente feitas de enormes lajes de pedra e têm múltiplas funções. Os *canastros* são aquilo a que em outras zonas do país (sobretudo na região do Minho) se chama vulgarmente *espigueiros* e são um tipo de construção para armazenamento do milho²²⁴. Os *canastros* podem surgir isolados, mas não é raro que partilhem o mesmo espaço com os *palheiros* e com as eiras. Estes conjuntos podem ser encontrados um pouco por toda a área da SF mas são numerosos na aldeia de Candal. Em termos etnográficos de destacar as romarias e as festividades religiosas, as feiras regionais e a música tradicional perpetuada entre outros pelo Grupo de Cantares de Manhouce e pelo Conjunto Etnográfico de Moldes. O artesanato desta área consiste na tecelagem da lã e do linho, no fabrico de vestuário nesses materiais e em burel, nos trabalhos em pele e em madeira e na latoaria. Grande parte do artesanato produzido actualmente na área da SF destina-se a fins comerciais e perdeu já muito da sua utilidade primordial, em que estes produtos faziam parte das actividades ligadas à auto-suficiência dos agregados familiares.

A nível demográfico, a característica dominante é o declínio populacional ao longo das quatro últimas décadas, que muito embora não atinja os níveis da área do PNM, é acentuado. Assim, o total das perdas populacionais nas freguesias com área integrada na SF foi, entre 1960 e 2001, de 23,2%, enquanto que no conjunto das freguesias estudadas esta percentagem foi ligeiramente superior (-25,5%). Em termos dos três concelhos que possuem área na SF o traço demográfico dominante dos concelhos de Arouca e S. Pedro do Sul é a

²²⁴ Aos *canastros* falta em geral a cruz que é característica dos *espigueiros* minhotos. Por outro lado, os *canastros* têm um corpo de madeira, enquanto que os *espigueiros* são em geral totalmente feitos de pedra.

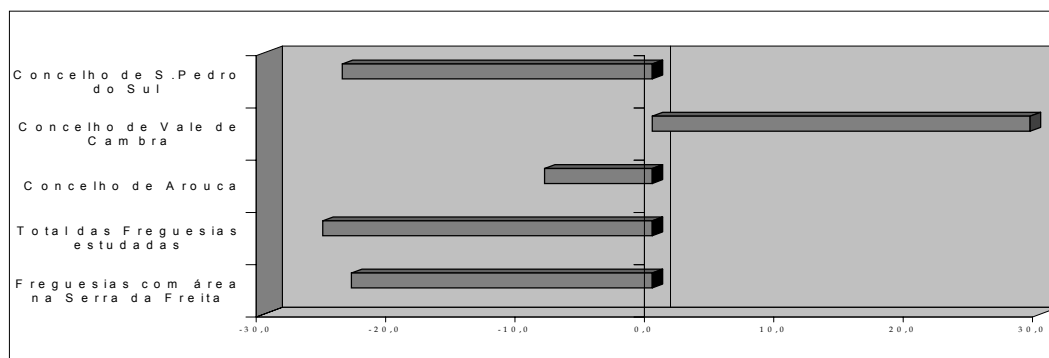
relativa estagnação populacional. Esta tendência contrasta fortemente com os valores dos concelhos vizinhos. Efectivamente, quando comparados com os concelhos de Aveiro, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Feira (para mencionarmos apenas alguns), os concelhos de Arouca e S. Pedro do Sul demonstram uma tendência de repulsão da população, possuindo taxas de crescimento negativas. Já o concelho de Vale de Cambra demonstra alguma atractividade, tendo registado um acréscimo de cerca de 30% da população nas quatro décadas consideradas. Na figura 7.16 podemos observar os dados relativos às perdas populacionais ocorridas nas freguesias que integram a área da Serra da Freita. A figura 7.17 apresenta dados semelhantes para o total da área da SF, para o conjunto das freguesias estudadas e ainda para os concelhos de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul, entre 1960 e 2001. As freguesias onde o declínio populacional é mais acentuado são as freguesias serranas por excelência, i.e., aquelas que se situam nas zonas de planalto da SF. Assim, as maiores perdas populacionais observaram-se justamente nas freguesias de Albergaria da Serra, Cabreiros, Covelo de Paivô, Janarde (do concelho de Arouca), Candal, Covas do Rio, Manhouce, S. Martinho das Moitas e Sul (do concelho de S. Pedro do Sul). Estas perdas foram superiores a 40% ao longo do período que estamos a considerar. De salientar que apenas a freguesia de Burgo registou uma dinâmica positiva, no que se refere ao crescimento populacional. Tal dinâmica positiva explica-se pelo facto de esta freguesia possuir apenas dois pequenos lugares integrados na SF, sendo os restantes muito próximos de Arouca e sofrendo a sua influência.

Figura 7.16 – Evolução da população nas freguesias da Serra da Freita entre 1960 e 2001 (%)



De uma forma geral, ainda que tenham perdido população as freguesias da SF que pertencem ao concelho de Vale de Cambra foram aquelas em que se registou um menor declínio populacional que se deve essencialmente à dinâmica positiva observada naquele concelho. Do concelho de Arouca, registem-se ainda os valores relativamente baixos das perdas observadas nas freguesias que se localizam mais próximas daquele núcleo populacional: Urrô e Santa Eulália. De qualquer modo, o traço mais dominante é a repulsividade provocada pela altitude, uma vez que à medida que avançamos para as freguesias e localidades situadas a cotas mais altas maior é o declínio da população observado. As freguesias que se situam mais próximas das sedes dos concelhos, pela influência que estas exercem e pelas maiores acessibilidades (entre outros factores) são aquelas em que o decréscimo da população é menor. As freguesias em que ocorreu algum acréscimo populacional (Burgos) e aquelas em que as perdas de população foram menores (e.g. Urrô e Santa Eulália) são igualmente aquelas que possuem apenas alguns lugares de pequena dimensão na área da SF, pelo que os valores totais para esta área estarão inflacionados. Para uma análise mais detalhada da evolução da população na área da SF, ver o quadro 7.23 (no anexo 2, p. 69).

Figura 7.17 – Evolução da população na área da SF, conjunto das freguesias estudadas e concelhos e concelhos de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul (1960-2001) (%)



Fonte: INE (1960, 2001)

Tal como acontece no caso do PNM, também o facto de a área aqui considerada como SF atravessar as fronteiras administrativas de algumas freguesias coloca obstáculos importantes na análise das densidades populacionais. À semelhança do que fizemos no caso da área do PNM, optámos por considerar igualmente, no cálculo das densidades, a área e a população total das freguesias. Na sequência da diminuição da população ao longo das últimas quatro décadas, verifica-se que as densidades populacionais conheceram uma variação negativa. No quadro 7.24 (anexo 2, p. 70) podemos comprovar a evolução das densidades populacionais na área da Serra da Freita. Em 1960, a SF tinha uma densidade de 59,5 habitantes/Km², sendo que quatro décadas mais tarde a mesma área possui uma densidade de 45,7 habitantes/Km². Se compararmos estes dados com os da área do PNM, não

podemos considerar a densidade apresentada pela SF como muito diminuta. No caso do conjunto das freguesias estudadas a situação é semelhante. Mas tendo em conta o facto de que em 2001 (dada a indisponibilidade de dados por lugares) considerámos toda a população das freguesias e não apenas as dos lugares, esta evolução pode ser enganadora. De facto, se tivermos em consideração os dados de 1991, observamos que a densidade populacional para o conjunto das freguesias estudadas era de 18,17 habitantes/Km², valor que acreditamos aproximar-se mais da realidade do que o valor registado em 2001. São uma vez mais as freguesias que se situam na área de maior altitude da SF aquelas que apresentam uma densidade populacional mais baixa, enquanto que as freguesias com maior número de lugares próximos das sedes de concelho registam uma variação menos negativa.

Como salientámos anteriormente, o isolamento e as fracas acessibilidades que caracterizaram a vida das populações locais conduziu à prática de actividades económicas que marcaram e marcam a configuração da estrutura do povoamento e da própria propriedade fundiária, como veremos adiante. O povoamento estrutura-se em pequenos núcleos, principalmente à medida que nos afastamos das áreas de influência das sedes dos concelhos e penetramos na área mais montanhosa. Esta forma de povoamento é, também na SF como no PNM, concordante com os condicionantes naturais, dos quais destacamos, evidentemente os que se relacionam com o relevo e as características dos solos. Tendo em consideração a dimensão dos núcleos populacionais, mais uma vez observamos que aquela diminui à medida que nos afastamos das localidades de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul e nos aproximamos das zonas de maior altitude. Tendo em conta os dados relativos apenas à década de 80 (1981-1991)²²⁵, verificamos que os lugares com menos de 100 habitantes aumentaram de 50% para 62%. Apesar de nos reportarmos apenas a uma década, esta subida de 12% é significativa. Em 1991, como podemos ver no quadro 7.25 (anexo 2, pp.71-73), 49 dos 78 lugares que formam a área da SF possuíam menos de 100 habitantes e 15 menos de 50 habitantes, tendo aumentado estes mais de 50% desde 1981. Neste quadro vale a pena destacar o acréscimo populacional da localidade de Povos (freguesia de Burgo) em mais de 60% e os decréscimos acentuados dos lugares de Adaúfe, Granja e Póvoa (freguesia de Moldes), assim como o decréscimo observado na aldeia da Castanheira (freguesia de Albergaria da Serra). Como consideramos um período menor do que no caso do PNM os decréscimos observados nos vários lugares raramente atingem as proporções impressionantes observadas naquela área protegida, muito embora a situação global seja também de declínio.

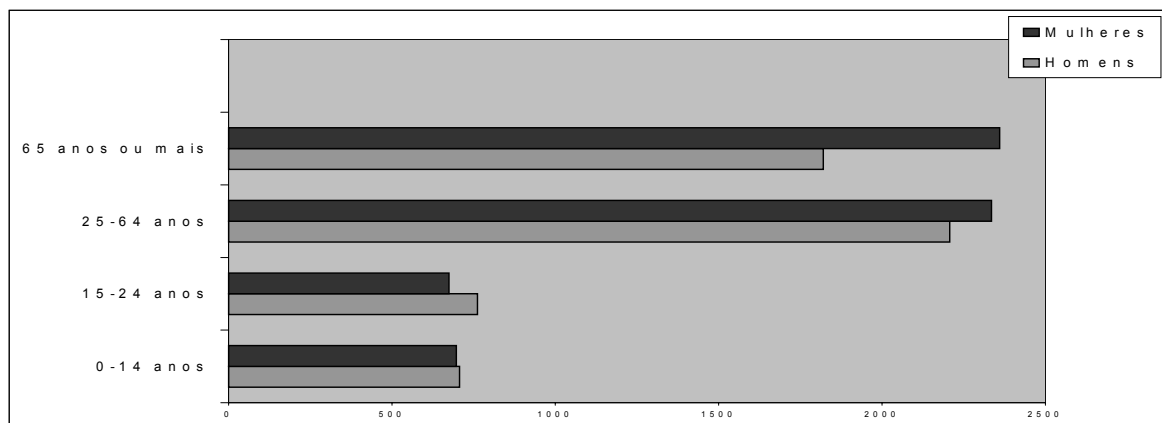
²²⁵ Enquanto que para o PNM encontramos com facilidade os dados relativos às décadas de 60 e de 70, no caso da Serra da Freita tal não acontece. Sendo a aquisição da informação por lugar junto do INE bastante dispendiosa, optámos por ter apenas em conta os dados de 1981 e 1991. Para o ano de 2001, como referimos antes, não estão ainda disponíveis os dados por lugar.

Relativamente à estrutura etária da população residente na área da SF, a sua evolução entre 1981 e 2001 mostra um quadro muito semelhante ao observado anteriormente para as áreas do interior ou mais desfavorecidas do país. Na área da SF verifica-se um acentuado envelhecimento da população que é mais nítido nas freguesias de montanha. Em 1981, a percentagem dos menores de 14 anos ainda era superior à dos restantes grupos etários nesta área. A esta superioridade não seriam alheios os fenómenos de migração que atingem particularmente os indivíduos em idade activa. Em 1991, o topo e a base da pirâmide etária aproximam-se, sendo a população com menos de 14 anos idêntica à população com mais de 65. A pirâmide etária assume uma forma desequilibrada, igual no topo e na base e bastante mais estreita nas faixas intermédias. Em 2001 o desequilíbrio da pirâmide etária agrava-se com a diminuição dos indivíduos menores de 14 anos para cerca de metade dos indivíduos com idade superior a 65 anos (o índice de envelhecimento para o total da área da Serra da Freita é em 2001 de 1,45). Esta situação é globalmente partilhada por todas as freguesias desta área e conseqüentemente o mesmo se verifica quanto ao conjunto das freguesias estudadas no qual o índice de envelhecimento é superior a 1,5). Tudo isto evidencia um processo relativamente brusco de envelhecimento populacional, que se intensificou sobretudo nos últimos dez anos e que ocorre de forma mais manifesta nas freguesias *interiores* por assim dizer desta área, i.e., naquelas que se situam no planalto da SF. Nos quadros 7.26, 7.27 e 7.28 (anexo 2, pp.74-78) é possível observarmos a estrutura etária da população da área da SF, com maior detalhe para as três décadas consideradas. Essa análise permite, entre outros aspectos, constatar que à semelhança do que ocorre na área do PNM, também na SF é nas freguesias com menor número de habitantes que o processo de envelhecimento da população é maior. Em algumas das freguesias existe um reduzido número de população jovem (e.g. Albergaria da Serra, Cabreiros, Covelo de Paivó, Candal e Covas do Rio), muito embora a situação não seja tão significativa como no caso do PNM. Na figura 7.18 apresentamos a estrutura etária da área da Serra da Freita, para o ano de 2001²²⁶. Como dissemos a propósito da área do PNM, a divisão etária adoptada pelo INE englobando uma larga faixa entre os 25 e os 64 anos dificulta uma análise mais fina para o ano de 2001. De qualquer modo, os dados incluídos na figura anterior demonstram um claro envelhecimento da população, acompanhado de uma escassa percentagem de população juvenil. Constatamos que numa boa parte das freguesias da área da SF o número de indivíduos com idade superior a 65 anos é muito semelhante ao número de pessoas da faixa entre os 25 e os 64 anos. As causas que podem ser avançadas para este envelhecimento da população são as mesmas que avançámos para o caso do PNM, i.e., a emigração, a redução das taxas de mortalidade (geral e infantil) e a diminuição da taxa de natalidade. Ainda assim, a taxa de

²²⁶ Como referimos a propósito da caracterização da área do PNM, os dados disponíveis para 2001 adoptam uma divisão etária diversa da adoptada nos anos de 1981 e 1991.

mortalidade era em 1996 bastante superior à nacional em algumas freguesias (uma média de 21,7 contra 10,5). Esta mortalidade refere-se essencialmente às classes etárias mais elevadas, não havendo a registar um número significativo de casos de mortalidade infantil. O crescimento natural nesta área é negativo, factor que contribui para a retracção da população jovem e para o aumento da população mais idosa. A baixa da taxa de natalidade pode ser explicada pelos fenómenos migratórios que em geral implicaram a saída de população em idade fértil. Nesta área, a taxa de fecundidade global situa-se dentro dos valores nacionais (e.g. ADDLAP, 1996).

Figura 7.18. – Estrutura etária na área da Serra da Freita (2001)



Fonte: INE (2001)

No que diz respeito aos níveis de escolaridade da população residente na área da Serra da Freita, podemos salientar a maior percentagem de analfabetos nesta área, por referência à área do PNM, tendo inclusivamente esta taxa aumentado entre 1981 e 2001. Assim, no total das freguesias com lugares dentro da área considerada, a taxa de analfabetismo actual é de 19%, sendo em 1981 de 18,5%. No caso do total das freguesias estudadas, observamos que a taxa de analfabetismo é de 24,2%, tendo conhecido um aumento de 2,67% no período considerado. Este aumento da taxa de analfabetismo, não corresponde ao aumento do número real de analfabetos (este efectivamente diminuiu) e estará provavelmente associado à saída da população mais jovem desta área (ver quadro 7.29, no anexo 2, p. 79). Pela observação deste quadro constatamos que em algumas freguesias a taxa de analfabetismo é ainda superior aos 30%. É este o caso das freguesias de Albergaria da Serra, Cabreiros, Janarde (do concelho de Arouca) e das freguesias de Covas do Rio e S. Martinho das Moitas (do concelho de S. Pedro do Sul). Tão elevadas taxas de analfabetismo não podem ser dissociadas dos processos de envelhecimento da população e de desertificação e abandono da área da SF. De salientar que é, uma vez mais, nas freguesias que se situam a maior altitude que esta taxa é mais elevada. No que se refere aos detentores de um nível de escolaridade, verifica-se uma evolução positiva, como pode ser observado através dos quadros 7.30 (para o ano de 1981), 7.31 (ano de 1991) e 7.32 (para 2001) (anexo 2, pp. 80-

82). Efectivamente, em todas as freguesias os níveis de escolaridade conheceram um acréscimo ao longo das décadas consideradas. Esse acréscimo deve-se à diminuição da taxa de analfabetismo em algumas das freguesias e também da diminuição dos indivíduos com o 1º CEB. Como podemos ver nas figuras 7.19 e 7.20, essa evolução é visível, respectivamente, tanto no caso da área total da SF como no caso das freguesias estudadas, em que se observa um aumento do número de pessoas com nível de ensino igual ou superior ao 2º CEB. Tal como fizemos no caso do PNM e dado que para 1991 não possuímos dados desagregados para o 3º CEB e o Ensino Secundário, optámos para 1981 e 2001 por utilizar essas duas categorias agregadas. De qualquer forma, encontramos-nos, também nesta área, perante uma população com baixos níveis de escolaridade, sendo o nível de ensino mais frequente o 1º CEB. A este segue-se a população que não possui nenhum nível de ensino.

Figura 7.19. – Evolução da escolaridade na área da Serra da Freita (1981-2001)

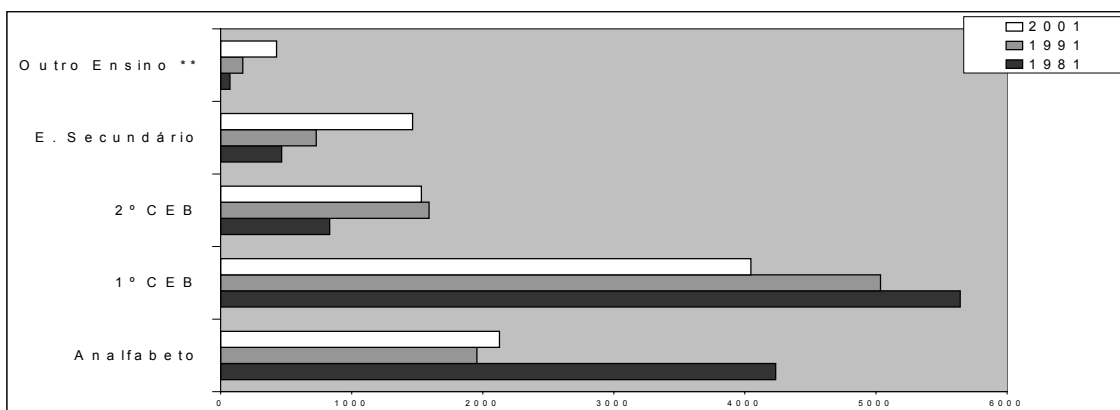
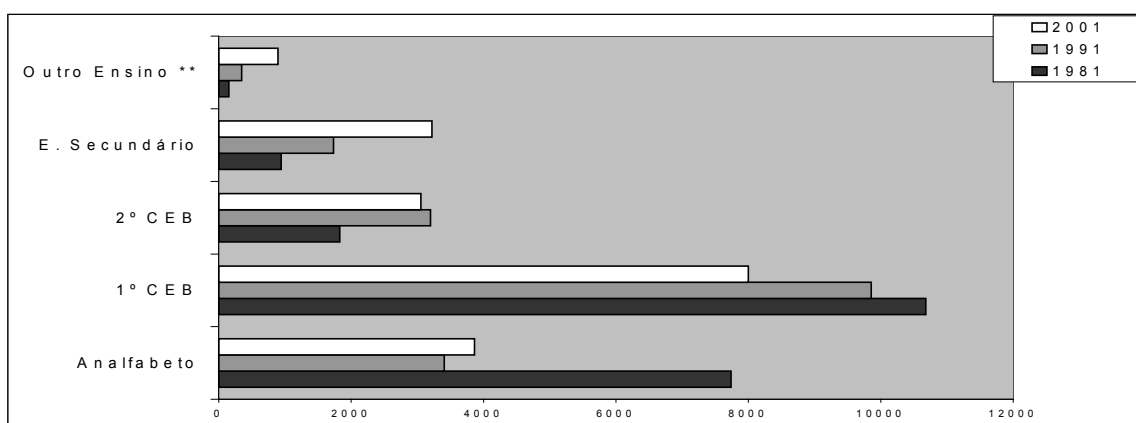


Figura 7.20. – Evolução da escolaridade nas freguesias estudadas na área da Serra da Freita (1981-2001)



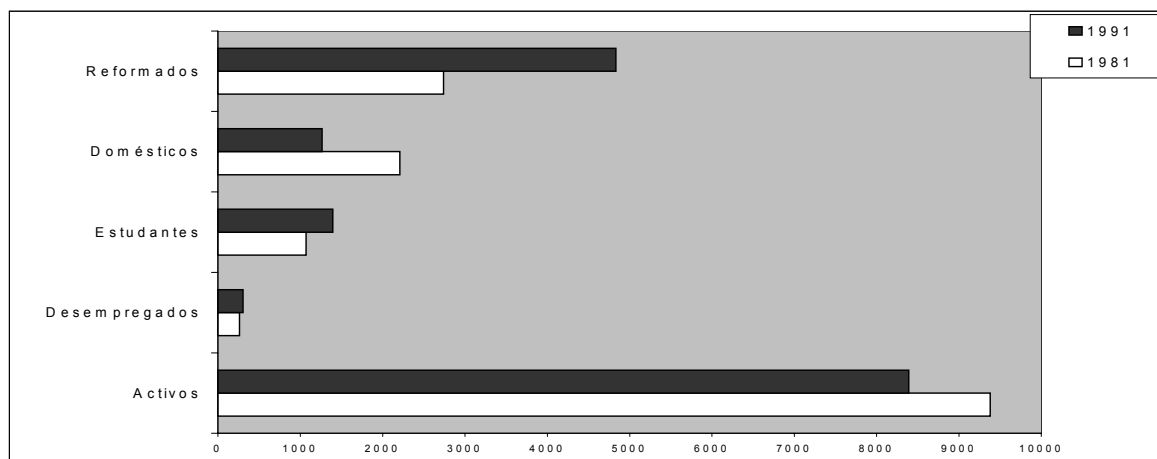
Fonte: INE (1981, 1991, 2001)

No que se refere à condição da população da SF perante o emprego e tendo apenas em conta o período entre 1981 e 1991 (dado que não existe informação disponível desta natureza para 2001), observamos que a taxa de actividade conheceu uma ligeira variação. Comparativamente com a área do PNM, verificamos que na área da SF existe maior percentagem de população activa. Assim, para o total das freguesias da SF, a taxa de

actividade variou positivamente de 43,1% em 1981, para 44,1% em 1991 (ainda que em termos absolutos se tenha observado um decréscimo, como demonstra a figura 7.21).

Quanto ao conjunto das freguesias estudadas, a taxa de actividade passou de 52,2% em 1981 para 43,5 em 1991, sendo a sua variação negativa. Como podemos observar nos quadros 7.33 e 7.34 (relativos, respectivamente aos anos de 1981 e de 1991, no anexo 2, pp. 83-84), existe maior percentagem de activos em grande parte das freguesias consideradas. As freguesias onde se observa uma menor percentagem de activos são Burgo, Covelo de Paivó, Moldes, Santa Eulália (do concelho de Arouca). Por outro lado, apesar da relativa predominância da população activa, a maior parte das freguesias conheceu um decréscimo acentuado neste domínio entre 1981 e 1991. As freguesias em que podemos observar uma variação negativa mais intensa são Albergaria da Serra, Cabreiros, Covelo de Paivó (concelho de Arouca), Candal e Covas do Rio (concelho de S. Pedro do Sul). A esta diminuição da população activa, corresponderam impressionantes aumentos em termos da população reformada. As perdas em termos de população activa e os aumentos em termos de reformados são tanto maiores quanto mais *interiores* são as freguesias, i.e. quanto mais avançamos para o coração da SF. De entre a população inactiva destacam-se as mulheres, tanto entre os *reformados*, como entre os *domésticos*. Na figura 7.21, podemos observar a evolução da condição perante o trabalho da população da área total da SF entre os anos de 1981 e 1991.

Figura 7.21 – Evolução da Condição Perante o Trabalho da população na área da Serra da Freita (1981 – 1991)

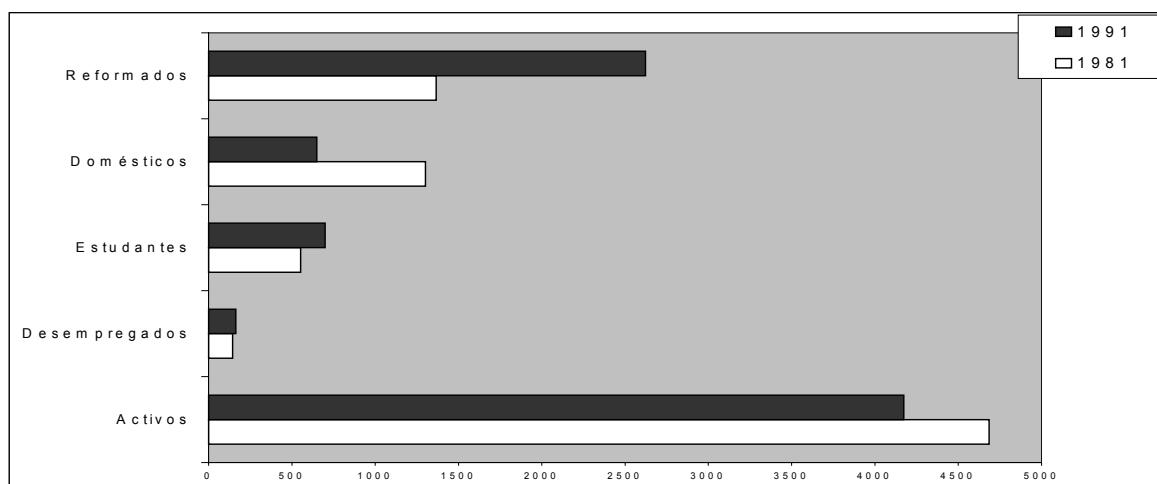


Fonte: INE (1981, 1991)

Pela observação desta figura não é apenas visível o decréscimo ligeiro da população activa, como também o seu predomínio e., mais relevante, o abrupto aumento da população reformada (cerca de 76%) Em quatro das 19 freguesias, o aumento dos reformados foi superior a 100%: Albergaria da Serra, Cabreiros, Burgos e Covelo de Paivó, todas pertencentes ao concelho de Arouca. O conjunto das freguesias estudadas apresenta, como

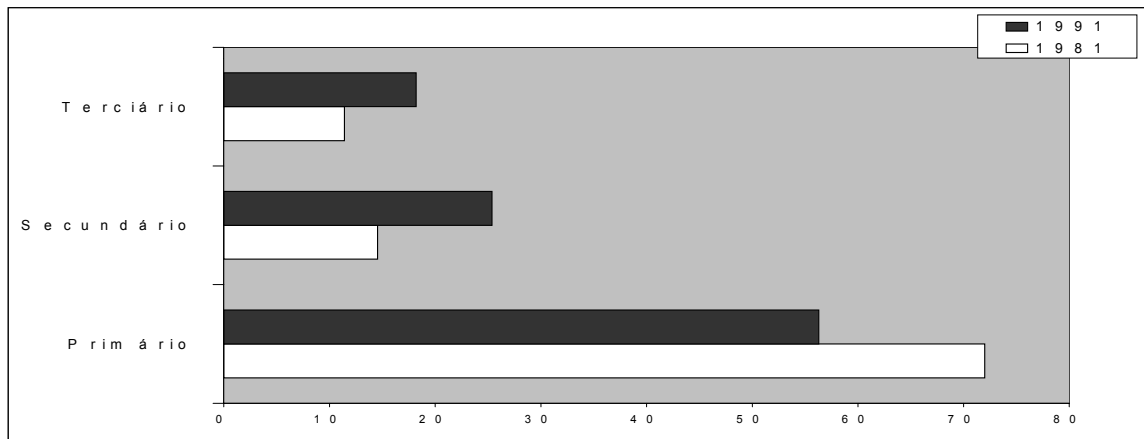
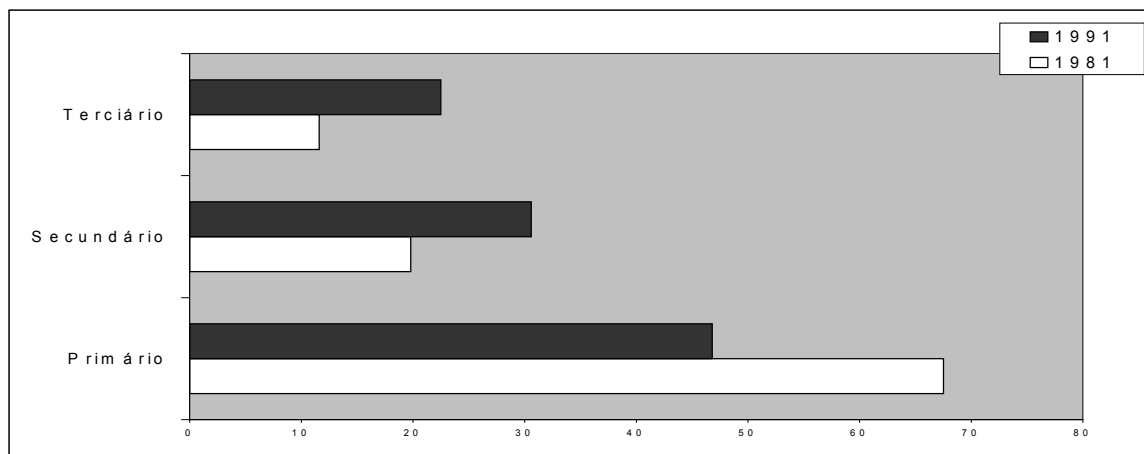
podemos ver na figura 7.22, uma dinâmica muito semelhante à que acabámos de descrever. De destacar ainda, das duas figuras, o baixo número de *desempregados*, muito embora na década considerada se tenha verificado um ligeiro aumento, respectivamente de 16,9% e 13,1% para o total da SF e para o conjunto das freguesias estudadas. Ao aumento do número de *reformados* e à diminuição relativa da população activa não é alheio o fenómeno de envelhecimento da população desta área, que referimos anteriormente e, concomitantemente, o decréscimo das taxas de mortalidade e de natalidade.

Figura 7.22 – Evolução da Condição Perante o Trabalho da população nas freguesias estudadas na área da Serra da Freita (1981-1991)



Fonte: INE (1981, 1991)

No que se refere à distribuição da população activa por sectores de actividade, considerando igualmente o período entre 1981 e 1991, a figura 7.23 mostra-nos que o sector primário conheceu uma quebra de 38%, muito embora mantenha o seu predomínio relativamente aos outros sectores de actividade. Efectivamente, em 1981 o sector primário ocupava cerca de 67,5% da população activa, sendo que em 1991 essa percentagem se reduz para 46,8%. A esta diminuição corresponde um aumento do peso dos sectores secundário e terciário no período considerado. Os activos no sector secundário conheceram um aumento de 38,4% e os do sector terciário um impressionante acréscimo de 73,6%. No que se refere ao conjunto das freguesias estudadas, a tendência de evolução é em tudo semelhante à tendência global, como podemos ver na figura 7.24, muito embora a diminuição do peso do sector primário tenha sido menor (cerca de 30%), o acréscimo no sector secundário tenha sido superior e o do sector terciário inferior aos da área global (respectivamente 55,2% e 42,2%). É necessário salientar que são as freguesias localizadas no *topo* da SF aquelas em que o predomínio do sector primário é mais impressionante. Assim, temos os casos das freguesias do concelho de S. Pedro do Sul como os mais significativos neste domínio, como o de Covas do Rio (97,4% de activos no sector primário em 1991), de Manhouce (90,7%), de Candal (86,1%) e de S. Martinho das Moitas (84,8%).

Figura 7.23 – População activa na Serra da Freita, por sectores de actividade (1981-1991)**Figura 7.24** – População activa nas freguesias estudadas na área da Serra da Freita, por sectores de actividade (1981-1991)

Fonte: INE (1981, 1991)

Para além destas freguesias, temos ainda acima dos 70% de activos no sector primário, as freguesias de Albergaria da Serra, Cabreiros, Covelo de Paivó (do concelho de Arouca), Arões (do concelho de Vale de Cambra) e S. Cristóvão de Lafões (do concelho de S. Pedro do Sul). Deste modo, das 19 freguesias 9 possuíam em 1991 mais de 70% da sua população activa no sector primário. Quanto à população activa no sector secundário, apenas uma freguesia (Burgos) possui mais de 50% daquela população empregue neste sector. As percentagens associadas ao sector terciário são mais modestas, sendo de salientar as freguesias de Burgo e Santa Eulália (concelho de Arouca) e a freguesia de Rôge (concelho de Vale de Cambra) como aquelas que possuem mais de 30% da sua população com actividade económica empregue neste sector (ver quadro 7.35, no anexo2., p. 85). Tal como fizemos no caso da área do PNM, seria bastante interessante ter dados que nos mostrassem a população que trabalha dentro e fora das suas localidades de residência. No entanto, para o caso da SF não possuímos esse tipo de elementos, sendo de esperar que as freguesias

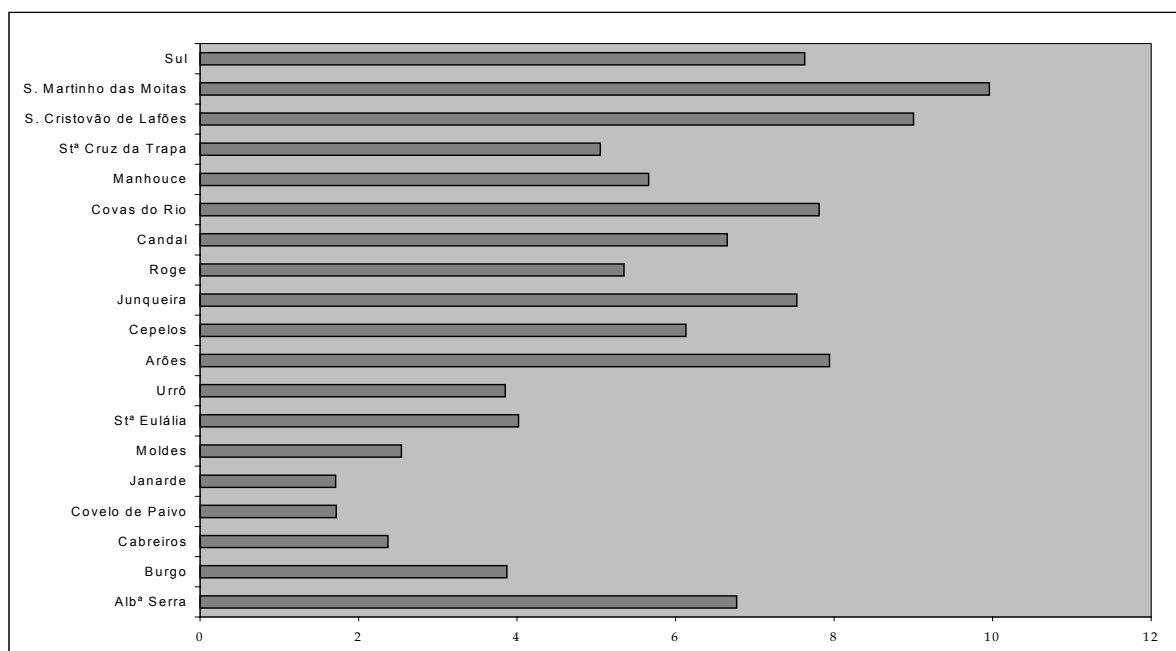
onde se verifica o largo predomínio da população empregue no sector primário sejam aquelas em que a maior parte da população trabalha no interior da *aldeia*. No que se refere aos sectores secundário e terciário é de prever que a população neles empregue trabalhe fora das suas localidades de residência, já que na área da SF não existem muitas indústrias e estabelecimentos ligados ao comércio e aos serviços.

Como acabámos de observar, a economia da população residente na área da Serra da Freita baseia-se em grande medida na actividade agrícola. Tanto a agricultura como a pecuária (que assume também bastante importância nesta área) são praticadas num regime extensivo devido às condições naturais desta área, sobretudo o relevo e a fertilidade dos solos. No interior da área da SF, como mencionámos antes, as indústrias, o comércio e os serviços não são abundantes, se exceptuarmos algumas pequenas oficinas e empresas (construção civil, metalomecânica e de calçado associadas às fábricas de S. João da Madeira) e alguns restaurantes, cafés e mercearias. Diante deste quadro e tal como fizemos para a área do PNM, vamos centrar a nossa atenção na caracterização da agricultura e da pecuária.

Como refere Ribeiro (1999: 90), a agricultura exerce-se em espaços muito pequenos *“predominantemente conquistados à montanha ao longo de muitas gerações, que foram transformando muitas encostas em socalcos, atingindo estes por vezes um número impressionante com a diferença entre os mais altos e os mais baixos a ultrapassar a centena de metros. Os melhores exemplos neste campo encontram-se em quatro povoações que se situam no miolo da serra: Póvoa das Leiras, Candal, Cabreiros e Tebilhão”*. Uma agricultura em terrenos com estas características é dificilmente mecanizável e, não pode ser muito mais do que de subsistência. O autor citado refere que em muitos pontos nem sequer existe acesso ao carro de bois e o cultivo *“faz-se transportando produtos e alfaias à cabeça ou aos ombros, por carreiros inclinados, às vezes verdadeiras escadas”* (Ribeiro, 1999: 91). A agricultura que se pratica na área da SF é uma actividade pouco rentável que subsiste com apoios e cujo rendimento é complementado com outras actividades e formas. À semelhança do que acontece na área do PNM (e de um modo geral nas regiões de montanha e interiores do país), as explorações agrícolas têm um carácter tradicional e utiliza-se, na maior parte dos casos, mão-de-obra familiar. Segundo o último Recenseamento Geral Agrícola (INE, 1999), existem na área da Serra da Freita 3092 explorações agrícolas que ocupam uma superfície de 15058 ha. Para o conjunto das freguesias estudadas o número de explorações é de 2151 e a área ocupada de 10758 ha. Entre 1989 e 1999 para o total da área observou-se um ligeiro decréscimo no número de explorações (cerca de 5%) e um conseqüente aumento da área total e da área média. No conjunto das freguesias estudadas observamos um acréscimo no número das explorações (na ordem dos 26%) e igualmente um aumento da área total e da área média. A área média das explorações agrícolas é nesta área bastante menor do que na

área do PNM (cerca de 5 ha por exploração). Como podemos ver no quadro 7.36 (anexo 2, p. 86), as freguesias em que as perdas em termos do número de explorações foram mais significativas são Burgo, Moldes e Urrô (concelho de Arouca), Cepelos, Rôge (concelho de Vale de Cambra), Santa Cruz da Trapa e Sul (do concelho de S. Pedro do Sul), ou seja, justamente as freguesias que se situam geograficamente mais próximo das sedes dos respectivos concelhos. De um modo geral, observou-se um decréscimo em termos do número de explorações em todas as freguesias consideradas e, em alguns casos observou-se igualmente um decréscimo da superfície cultivada. A exceção é constituída pela freguesia de Arões, em que se verificou um acréscimo de 197% no número das explorações agrícolas e um aumento de 92% em termos da área agrícola. A propriedade é nesta área bastante menos fragmentada do que na área do PNM, como pode ser visto na figura 7.25, relativa ao número de blocos por exploração agrícola, por freguesia. De facto, este número varia entre os 1,7 de Covelo de Paivó e os 9,9 de S. Martinho das Moitas (como vimos, na área do PNM esse número oscilava entre 8 e 49 blocos por exploração). Esta menor fragmentação explica-se também pelo facto de a área média das explorações agrícolas ser aqui bastante mais reduzida do que é no PNM.

Figura 7.25 – Número de blocos por exploração agrícola nas freguesias da área da Serra da Freita (1999)



Fonte: INE (1999)

De uma forma geral, as culturas predominantes são o milho, que se associa de forma estreita à pecuária. Cultivam-se ainda a batata e os produtos hortícolas, de regadio. Nas áreas onde a água é mais escassa a cultura do milho é substituída pela do centeio. Os lameiros, com pastos para o gado são também relativamente abundantes.

A actividade pecuária, assente na criação de gado bovino, ovino e caprino, praticada em regime extensivo, assume também na área da SF uma importância fundamental. Na pecuária destaca-se a importância da raça arouquesa (raça autóctone) tradicionalmente utilizada como força de trabalho e cujos animais “*apresentam características de rusticidade que se adaptam muito bem às zonas mais pobres da montanha*” (GAAPE, 1996: 31). É uma raça que está adaptada às características ecológicas da área e que tem reconhecidas aptidões para a produção de carne de excelente qualidade (a carne arouquesa possui DOP). A vaca turina é muito pouco utilizada na área da SF porque, embora produza mais leite, não possui a rusticidade nem a força de trabalho da arouquesa. O peso esmagador da vaca arouquesa tem o seu preço, como refere Ribeiro (1999), dado que como esta raça produz menores quantidades de leite este factor contribuiu para o encerramento de vários postos de recolha de leite na área da SF. As vacas deslocam-se sozinhas para as pastagens diariamente. A sua alimentação consiste apenas nos pastos e nas forragens a partir dos cereais produzidos na região. Outra raça autóctone importante na economia da SF é o cabrito da Gralheira (que possui IGP). A cabra é criada exclusivamente para a produção de carne e a importância deste tipo de gado na área da Serra da Freita pode ser vista, inclusivamente, pelas denominações dos lugares e freguesias: Albergaria das Cabras²²⁷, Cabreiros; Cabrum e Currais. Quanto ao gado ovino a sua produção associa-se essencialmente à lã e à carne. No quadro 7.37 podemos ver a variação do gado entre 1989 e 1999, sendo de salientar uma ligeira diminuição do número de cabeças nos três tipos de gado considerados.

Quadro 7.37 – Evolução do número do efectivo pecuário na área da SF (1989 – 1996)

Tipo de Animais	1989	1999
Bovinos	8402	7497
Ovinos	5495	5366
Caprinos	10355	10320

Fonte: INE (1989, 1999)

Quanto à forma de posse da terra e dados os traços da agricultura desta área não é surpreendente que a maior parte das explorações agrícolas seja *por conta própria*. Em 1999 a percentagem de agricultores nestas circunstâncias era de cerca de 98%. Exactamente no mesmo sentido, a percentagem de agricultores autónomos é, na área total da Serra da Freita, de 99,3%, tendo registado um ligeiro aumento desde 1989. No conjunto das freguesias estudadas esta percentagem é de 99,5% não tendo sofrido alterações nesta última década. Os agricultores empresários têm também nesta área uma expressão insignificante, respectivamente de 0,7% e 0,5%. Pela observação do quadro 7.38 (anexo 2, p.87), podemos constatar que na maioria das freguesias a percentagem de agricultores autónomos é de 100%, não sendo de registar alterações importantes ao longo da última década.

²²⁷ Esta localidade passou, em 1981, a chamar-se Albergaria da Serra.

A pluriactividade é nesta área superior à observada no PNM, o que se explica pela maior facilidade de encontrar ocupações alternativas nos concelhos vizinhos da SF como Vale de Cambra, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, para referirmos apenas alguns. Tendo em conta a população agrícola familiar (para 1989, já que para 1999 como dissemos antes não possuímos dados disponíveis quanto à sua ocupação na exploração), temos de destacar em primeiro lugar a elevada percentagem de indivíduos que têm actividade na exploração. Como podemos observar no quadro 7.39 (anexo 2, p. 88), as percentagens dos indivíduos que trabalham na exploração são sempre superiores a 70%. Comparativamente com a área do PNM podemos dizer, no entanto, que a expressividade de população familiar envolvida nos trabalhos agrícolas é na Serra da Freita ligeiramente menor. Outro dado importante que ressalta da observação do quadro em anexo, é a diminuição da população agrícola familiar entre 1989 e 1999, consequência da diminuição global da população registada nesta área na última década²²⁸. Desta população agrícola familiar e segundo os dados do INE de 1989, 27,3% dos indivíduos que a compõem são pluriactivos. Para o conjunto das freguesias estudadas essa percentagem é ligeiramente superior: 28,3% (ver quadro 7.40, no anexo 2, p. 89). As freguesias onde a pluriactividade assumia, em 1989, maior expressão, são Burgo (77,8%); Santa Eulália (36,3%); Urrô (30%) e Rôge (32,6%). O exercício de actividades exteriores à exploração agrícola tem uma expressão incipiente nas freguesias de Albergaria da Serra (4,3%); Cabreiros (7,1%); Covelo de Paivó (0,7%); Covas do Rio (5,7%) e S. Martinho das Moitas (9,3%). Uma vez mais temos de referir que o relevo e as demais condições naturais assumem aqui uma grande importância. Como podemos ver, a pluriactividade é menor à medida que aumenta a altitude e conseqüentemente à medida que nos afastamos das sedes dos concelhos. No que se refere às actividades exteriores à exploração agrícola, exercidas pelos pluriactivos, observa-se que elas são sobretudo associadas à indústria e à construção e obras públicas. A pluriactividade do Produtor Individual não se situa longe das percentagens apontadas para o conjunto da população agrícola familiar. Tal como referimos para a área do PNM e tendo em conta que ainda que mais elevadas na SF, as percentagens de pluriactivos não são muito importantes, parece-nos que as situações de plurirendimento poderão ser mais frequentes. Também na SF a maioria dos agricultores tem mais de 45 anos e a sua escolaridade raramente ultrapassa o 1º CEB. Entre os agricultores encontramos também as maiores percentagens de analfabetos.

No que se refere aos equipamentos e serviços existentes nesta área e tendo em conta os dados do INE de 1992, verificamos que em termos de comércio e serviços, 17 das 19 freguesias possuíam nessa data um minimercado; 14 dispunham de serviços de correios; 6

²²⁸ Devemos chamar a atenção para o caso da freguesia de Arões em que, segundo os dados do INE de 1999, a população agrícola familiar aumentou exponencialmente. No entanto acreditamos estar perante um erro do Recenseamento Geral Agrícola, já que em 2001 a população desta freguesia era bastante inferior à população que foi indicada pelo INE como afectada à exploração agrícola familiar.

possuíam Centro de Saúde; 6 tinham farmácia. Quanto aos equipamentos associados à educação, todas as freguesias possuem Escolas Primárias. A freguesia de Arões dispõe de um Escola Básica Integrada e de uma Escola do Ensino Pré-Primário, sendo a este nível a mais bem equipada das 19 freguesias que possuem lugares na SF.

Em termos de rede de comunicações terrestres, a área da Serra da Freita posiciona-se geograficamente no contexto da rede viária fundamental (e.g. GAAPE, 1996) da seguinte forma:

- Eixos Norte-Sul: A1 (Porto-Lisboa); IP 3 (actualmente associa Coimbra e Vila Real);
- Eixos Este-Oeste: IP4 (Bragança-Amarante); IP5 (Aveiro-fronteira de Vilar Formoso).

Apesar de se situar no centro desta rede viária fundamental, a área em análise apenas dela beneficia marginalmente, tal como beneficia marginalmente de algumas importantes Estradas Nacionais. A rede viária local tem, evidentemente, ligação com estas, mas é essencialmente composta por estradas nacionais de menor importância: a EN 224 (que estabelece a ligação entre Vale de Cambra e Arouca) e a EN 227 (entre S. Pedro do Sul e Vale de Cambra). São estradas com um perfil transversal demasiado estreito face às necessidades de ligação entre esta área e os centros urbanos mais próximos e a partir destes para as vias principais a que aludimos. Para além destas EN existem estradas municipais que estabelecem a ligação entre os núcleos populacionais da SF. De salientar ainda que, como já referimos, alguns desses núcleos não possuíam até há cerca de uma década atrás estradas asfaltadas de ligação entre eles e com as estradas nacionais mencionadas. Relativamente às infra-estruturas básicas, das 19 freguesias apenas 11 beneficiavam em 1992 do sistema municipal de abastecimento de água (embora não seja possível determinar a taxa de cobertura), 3 de um sistema de saneamento básico e 14 possuíam recolha regular de lixo. Quanto à cobertura do abastecimento de electricidade ela é de quase 100%, havendo apenas alguns casos de lugares *isolados* (com menos de 3 ou 4 habitantes) que não beneficiam desta infra-estrutura.

Ainda que em termos demográficos e socioeconómicos existam algumas diferenças entre a área da SF e a área do PNM, parece-nos ser possível classificar também a Serra da Freita como periférica. Se bem que o PNM, como área de fronteira, situada bastante mais no interior do país se coadune melhor com aquela designação, a Serra da Freita, essencialmente devido às fracas acessibilidades, às condições naturais e às características sociais e económicas, ainda que situada no litoral do país é uma área rural *profunda, marginal e interior*, ou seja, uma área que possui graves deficiências em termos de infra-estruturas, serviços e equipamentos básicos, com uma população envelhecida, que sobrevive com base sobretudo numa agricultura tradicional, familiar e de subsistência. Esta área possui uma reduzida diversidade de actividades económicas se bem que, por comparação com o PNM, ofereça maiores possibilidades de encontrar actividades alternativas à agricultura nos concelhos mais

próximos, mais industrializados e desenvolvidos. As características da SF são também o resultado directo das características naturais, entre as quais destacamos, pela influência que possui, o relevo. Esta característica condicionou a forma de povoamento, as actividades (em forma e conteúdo) económicas desta área e a acessibilidade ao exterior. Embora não distante geograficamente (vimos que se encontra a 30 km em linha recta da faixa litoral) dos centros urbanos e industriais do litoral, é económica e socialmente afastada. Tal como a área do PNM, a SF funcionou essencialmente nas últimas décadas como reserva de mão-de-obra para os centros e actividades de natureza urbano-industrial e pelas suas características de espaço pouco produtivo foi marginalizada pelos processos de desenvolvimento dominantes. Apesar deste quadro, tal como a área do Parque Natural de Montesinho, é possível identificar potencialidades para a Serra da Freita no que se refere ao seu desenvolvimento. Entre essas potencialidades e tendo em conta os traços dominantes dos paradigmas de desenvolvimento emergentes que abordámos no capítulo VI, encontram-se as condições naturais, a reconversão da agricultura numa actividade multifuncional, com especial relevo para a produção de produtos típicos e autóctones e ainda a actividade turística. Tal como na área do PNM, também na Serra da Freita existem ADL e são aplicados programas comunitários e nacionais, como o LEADER e o Programa dos Centros Rurais, por exemplo²²⁹. No entanto, apesar destas iniciativas, observámos que as tendências demográficas e socioeconómicas da área não conheceram uma evolução positiva, continuando a SF uma área rural em acentuado declínio.

4. Metodologia desenvolvida

4.1. Selecção e constituição das amostras

No capítulo I observámos alguns aspectos da metodologia seguida neste trabalho, sobretudo aqueles que se associam à estratégia global desta investigação e à inter-relação dos aspectos abordados. Como vimos, da estratégia de investigação fazem parte as fases de:

- recolha e análise bibliográfica, de enquadramento dos aspectos debatidos;
- recolha e análise de fontes documentais relevantes para o trabalho, como a legislação relativa à conservação da natureza e os documentos relativos às políticas, aos planos, programas e medidas de desenvolvimento rural;
- recolha de informação documental de tipo estatístico relativa aos casos de estudo;

²²⁹ Na área da Serra da Freita operam essencialmente duas Associações de Desenvolvimento Local: a ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira– e a ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva. A ADDLAP tem como zona de intervenção os concelhos de Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Viseu (com excepção das freguesias urbanas) e Vouzela. A ADRIMAG intervém nos concelhos de Arouca, Castro D’Aire, Cinfães, Feira, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e algumas freguesias de S. Pedro do Sul. Ambas as ADL são responsáveis pela aplicação das iniciativas comunitárias LEADER, NOW entre outras e pelo programa dos Centros Rurais. A ADRIMAG pelo *Centro Rural Portas da Freita* e a ADDLAP pelo *Centro Rural Norte de Lafões*, ambos envolvendo freguesias e localidades integradas na área da SF.

- recolha e análise de informação de tipo não documental, através de:
 - realização de um Inquérito por Questionário (IQ) às Áreas Protegidas nacionais (a que nos referimos brevemente no capítulo V)
 - realização de um IQ a amostras da população residente e dos visitantes nacionais nas áreas de estudo consideradas;
 - realização de um Inquérito por Entrevista (IE) às entidades políticas e económicas com intervenção nas áreas de estudo: Presidentes das Câmaras Municipais, Presidentes das Juntas de Freguesia; Director do PNM; Coordenadores da CoraNE, ADRIMAG e ADDLAP.

No presente capítulo a nossa preocupação orienta-se mais para os aspectos relacionados com a recolha e o tratamento da informação empírica, bem como (tal como acabámos de ver) com as questões associadas à escolha dos casos de estudo e sua caracterização global. Deste modo vamos centrar-nos essencialmente nos procedimentos metodológicos e técnicos subjacentes à selecção e constituição das amostras e, nos dois pontos seguintes, à preparação dos instrumentos de recolha de informação e à discussão breve das vantagens e limitações que esses instrumentos apresentaram²³⁰.

Como referimos nos pontos anteriores, as áreas de estudo caracterizam-se por ocuparem uma superfície relativamente extensa (o PNM cerca de 750 Km² e a SF aproximadamente 350 Km²), por possuírem bastante população e por serem áreas formadas por um elevado número de freguesias e de lugares. Nesse sentido, tivemos que fazer opções metodológicas associadas à extensão e à diversidade de populações das áreas de estudo. Por um lado, tínhamos os residentes do PNM e os seus visitantes e, por outro lado, os residentes e os visitantes da SF. Se no caso dos residentes existia um conhecimento de base obtido essencialmente através dos dados dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação do INE, no caso dos visitantes das duas áreas, particularmente da área da SF, não existiam quaisquer dados que nos permitissem conhecê-los e estabelecer critérios para a selecção das amostras. Este facto é importante já que estamos conscientes de que as amostras aos visitantes de ambas as áreas podem não ser significativas dessa categoria de indivíduos e, mais ainda, que não é possível estabelecer qualquer relação entre os dados recolhidos e as características mais gerais desses mesmos indivíduos.

Começando pelos procedimentos técnico-metodológicos adoptados para a área do PNM, como vimos no ponto 1 deste capítulo, esta área engloba um total de 35 freguesias e de 92 lugares. Destas 35 freguesias, 18 pertencem ao concelho de Vinhais e 17 ao concelho de Bragança. Por outro lado, 20 das 35 freguesias encontram-se totalmente integradas na área

²³⁰ Como referimos no capítulo V, as informações recolhidas através do IQ às AP nacionais foram utilizadas apenas como ilustração e, nesse sentido, optamos por não fazer referência aos procedimentos associados quer à elaboração do próprio IQ (que se encontra, como mencionado antes, no anexo 1, pp. 1-24), quer ao processo de recolha da informação.

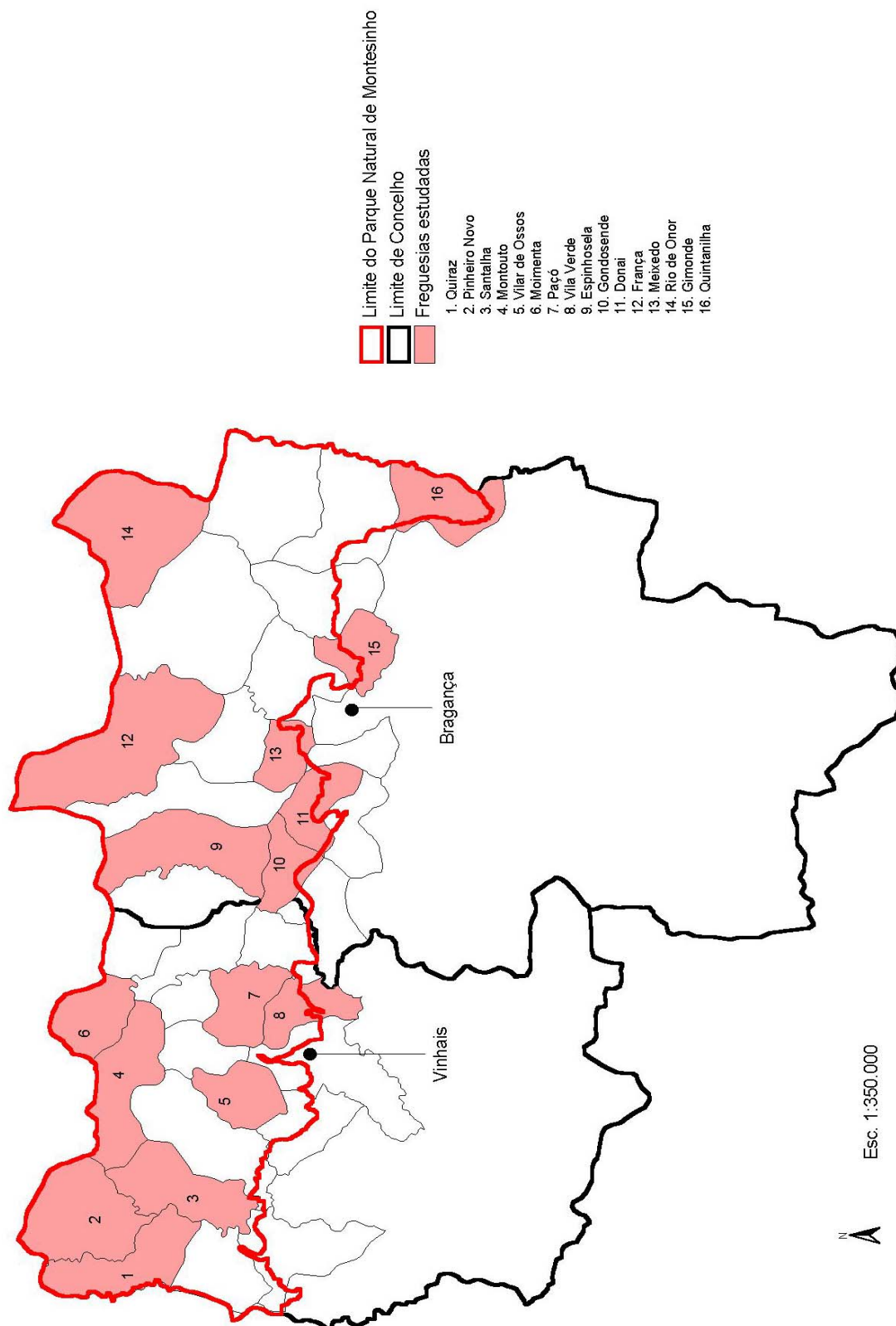
do PNM e 15 não estão totalmente integradas nesta área protegida. Optámos por seleccionar 16 freguesias, oito do concelho de Vinhais e oito do concelho de Bragança (ver a figura 7.26, com a localização das freguesias estudadas na área do PNM), tendo em atenção os seguintes critérios:

- A sua integração completa ou incompleta nos limites do PNM – estudaram-se oito freguesias completamente integradas e oito que só possuem alguns lugares dentro desta área protegida (cf. quadro 7.1).
- A sua localização nas nove zonas naturais do PNM (que podem ser vistas na figura 7.2). Procurámos que as freguesias estudadas representassem estas zonas naturais e ainda que, em cada uma delas, estivesse representada na amostra pelo menos uma freguesia completamente integrada e outra incompletamente inserida na área do PNM. No entanto, como facilmente se verifica, nem sempre foi possível respeitar este critério, uma vez que existem zonas naturais que integram apenas freguesias *completas* e outras que apenas (ou maioritariamente) integram freguesias *incompletas*.
- A sua maior ou menor proximidade face aos núcleos de Bragança e de Vinhais. A sua maior ou menor frequência pelos visitantes do PNM. Para determinar esta frequência baseámo-nos num trabalho exploratório desenvolvido por Ferreira (1997) e nos resultados prévios de um IQ que a autora mencionada lançou aos visitantes que se deslocavam à sede do PNM.

Deste modo seleccionaram-se as freguesias que surgem a sublinhado no quadro 7.1 (p. 293) e na figura 7.26), ou seja: as freguesias de Donai, Espinhosela, França, Gimonde, Gondosende, Meixedo, Rio de Onor e Quintanilha (do concelho de Bragança) e as freguesias de Moimenta, Montouto, Paçó, Pinheiro Novo, Quiraz, Santalha, Vila Verde e Vilar de Ossos (do concelho de Vinhais). Em cada uma das freguesias o número de IQ a realizar aos residentes foi determinado pela utilização da técnica da *amostragem por quotas*, através da qual foi atribuída a cada freguesia uma *quota* de inquéritos em função da proporção real da distribuição do seu número de habitantes no total da população do conjunto das freguesias estudadas. O total de habitantes nas freguesias estudadas, tendo em conta os dados do INE de 1991²³¹, era de 4650. Estes 4650 habitantes representavam 50% do total da população residente no PNM. O número total de IQ realizados aos residentes nesta área foi de 220, i.e., cerca de 5% do total da população das freguesias estudadas. O quadro 7.41 mostra a distribuição do número de IQ por freguesia.

²³¹ À data da constituição da amostra, os dados de 1991 eram os únicos disponíveis. Considerámos como população residente na área do PNM aquela que vivia nos lugares que integram esta área protegida.

Figura 7.26 – Freguesias estudadas na área do Parque Natural de Montesinho



Quadro 7.41 – Distribuição do número de IQ por freguesia, na área do PNM

CONCELHO	FREGUESIA	POPULAÇÃO	PROPORÇÃO	Nº IQ	PROPORÇÃO
		1991			
BRAGANÇA	Donai	340	0,07	16	0,07
	Espinhosela	410	0,09	20	0,09
	França	331	0,07	16	0,07
	Gimonde	293	0,06	14	0,06
	Gondesende	240	0,05	10	0,05
	Meixedo	201	0,04	12	0,05
	Quintanilha	311	0,07	16	0,07
	Rio de Onor	153	0,03	10	0,05
VINHAIS	Moimenta	249	0,05	12	0,05
	Montouto	201	0,04	9	0,04
	Pinheiro Novo	170	0,04	9	0,04
	Paçó	255	0,05	10	0,05
	Quiraz	337	0,07	11	0,05
	Santalha	336	0,07	22,00	0,1
	Vila Verde	281	0,06	14	0,06
	Vilar de Ossos	431	0,09	19	0,09
TOTAL DAS FREGUESIAS ESTUDADAS		4650		220	

Procurámos, assim e como é visível no quadro anterior respeitar a proporção real da distribuição da população na amostra constituída, tentando assim assegurar algum grau de representatividade.

Relativamente à selecção dos indivíduos residentes na área do PNM a inquirir em cada freguesia utilizámos igualmente a técnica da *amostragem por quotas*, com base nos dados de 1991 do INE e utilizando os seguintes critérios:

- Sexo (masculino/feminino)
- Estrutura etária (menor ou igual a 19 anos; 20 a 24 anos; 25 a 29 anos; 30 a 34 anos; 35 a 39 anos; 40 a 44 anos; 45 a 49 anos; 50 a 54 anos; 55 a 59 anos; 60 a 64 anos e igual ou maior de 65 anos)
- Níveis de escolaridade (analfabeto; 1º CEB; 2º CEB; Ensino Secundário; Outro nível de ensino)
- Condição perante o trabalho (activo; estudante; doméstico; reformado)
- Sectores de actividade económica onde se emprega a população activa (primário; secundário; terciário).

Uma vez que seria extremamente difícil (tendo em conta o número de IQ que estabelecemos para cada freguesia e as próprias características da área, que expusemos no ponto 3.2) alcançar em cada uma das freguesias a representatividade em termos de cada um dos critérios utilizados, optou-se pelo estabelecimento das *quotas* em função do total da população a inquirir. Assim, uma vez mais, observámos a distribuição real de cada uma das categorias definidas anteriormente, relativamente ao total da população nas 16 freguesias estudadas e respeitámos esta proporção no total da amostra. Quanto ao sexo e dadas as diferenças incipientes entre os Homens e as Mulheres, optámos por inquirir 110 indivíduos

em cada categoria. Os resultados dos procedimentos adoptados para as outras categorias são os contidos nos quadros 7.42, 7.43, 7.44 e 7.45 (no anexo 2, pp.90 – 93). As *quotas* que estabelecemos respeitam aproximadamente as proporções reais das características da população utilizadas como critério. Foram construídas *fichas de campo*, com as diferentes *quotas*, de modo a controlar o número de IQ realizados em cada categoria e a cruzar essas mesmas *quotas*. Durante o trabalho de campo foram feitos alguns ajustamentos em certas categorias, já que entre 1991 e a data de aplicação dos IQ (1997-1998) ocorreram algumas alterações na área, sobretudo no que se refere aos níveis de escolaridade. No entanto, os ajustamentos feitos são pouco significativos.

Relativamente aos visitantes da área do PNM optámos por inquirir apenas visitantes nacionais dado que pretendíamos restringir a nossa análise ao nível de Portugal. Como referimos anteriormente, a inexistência de dados que nos permitissem *a priori* algum conhecimento deste universo levou-nos à construção de uma amostra que é potencialmente pouco representativa da realidade. A decisão de inquirir 150 visitantes não esteve, assim, dependente de nenhuma circunstância objectiva. Para tentar ultrapassar este obstáculo, procurámos alguma informação sobre os visitantes da área do PNM que nos foi fornecida parcialmente pela administração deste espaço protegido e por um trabalho desenvolvido por Ferreira (1997). Assim, obtivemos junto da administração do PNM a lista dos utentes das Casas Abrigo (anos de 1995 e 1996) que continha informação sobre os seus nomes e endereços postais. De um total de 249 indivíduos (119 da listagem de 1995 e 130 da de 1996), enviámos o IQ a 162 (i.e. a 65%). Esses 162 indivíduos foram escolhidos de forma aleatória, tendo apenas em consideração a sua prévia divisão por sexos e por área geográfica de origem. Os IQ foram enviados pelo correio, tendo sido recebidas posteriormente 61 respostas (37,6%)²³². No entanto, para além dos visitantes do PNM que ficam instalados nas Casas Abrigo existem outros visitantes que também considerámos importante inquirir. A constituição da amostra relativa aos outros visitantes segundo critérios previamente estabelecidos revelou-se extremamente difícil, dada a escassez de dados fidedignos. Utilizámos como critério de constituição desta amostra algumas indicações dadas por Ferreira (1997) quanto às aldeias mais visitadas da área do PNM. Não sendo a base mais adequada para o estabelecimento de *quotas*, estes dados demonstram, todavia, uma tendência geral de visita segundo as áreas naturais em que o PNM se divide. Assim, a partir dos dados do trabalho exploratório desenvolvido por Ferreira, observámos as zonas naturais mais frequentemente procuradas pelos visitantes e a respectiva percentagem em cada uma delas, para os anos de 1995 e 1996, como é demonstrado no quadro 7.46.

²³² Embora tenhamos ficado aquém dos objectivos pretendidos, esta taxa de resposta pode ser considerada bastante razoável, tendo em atenção o que é referido nos manuais de metodologia em ciências sociais como sendo habitual (10%).

Quadro 7.46 – Distribuição dos visitantes pelas zonas naturais do PNM e *quotas* estabelecidas

CONCELHO	ZONA NATURAL DO PNM	ALDEIA MAIS CENTRAL DA ZONA NATURAL	% VISITANTES (FERREIRA, 1997)	Nº INQUÉRITOS	PROPORÇÃO
BRAGANÇA	Montesinho	Montesinho	26	23	0,26
	Baceiro	Cova de Lua	20	18	0,20
	Onor	Rio de Onor	19	17	0,19
	Baixa Lombada	Gimonde	13	11	0,12
	Alta Lombada	Quintanilha	5	4	0,04
VINHAIS	Coroa	Moimenta	7	6	0,06
	Vinhais	Vilar de Ossos	6	5	0,05
	Lomba	Cisterna	3	3	0,03
	Pinheiros	Pinheiro Novo	2	2	0,02

Observamos que na área do PNM pertencente ao concelho de Bragança se concentram 87% dos visitantes e na área pertencente ao concelho de Vinhais apenas 13%. Esta distribuição desigual evidenciada por Ferreira (1997) e que reproduzimos na amostra aos outros visitantes (i.e. aos que não ficaram alojados em Casas Abrigo) pode ser explicada essencialmente por duas ordens de factores:

1. a sede do PNM até 1999 situava-se na cidade de Bragança e na altura não existia (como actualmente) uma delegação em Vinhais. Deste modo, os IQ realizados por Ferreira (1997) apenas abrangeram os indivíduos que iniciavam a sua visita pela parte de Bragança e que se deslocavam à sede do PNM;
2. Bragança é a capital de distrito e possui não apenas melhores acessibilidades, como mais equipamentos hoteleiros, de restauração, etc., o que justifica a maior procura desta área em detrimento da de Vinhais.

Tal como referimos a propósito da amostra aos residentes na área do PNM, também no caso dos visitantes houve necessidade, durante o trabalho de campo, de proceder a alguns ajustamentos entre as *quotas* estabelecidas e a realidade que encontrámos. O principal ajustamento consistiu na realização de um maior número de IQ na aldeia de Moimenta, uma vez que se constatou que esta aldeia é bastante visitada e, seguramente, bastante mais do que as aldeias de Gimonde e Cova de Lua. Deste modo, na aldeia de Moimenta foram realizados 22 IQ, em vez dos 6 inicialmente previsto, tendo-se diminuído o número em Gimonde (3) e em Cova de Lua (7).

No que se refere à constituição da amostra da população residente na área da Serra da Freita, os procedimentos e critérios adoptados foram basicamente os mesmos que referimos para os residentes do PNM. Como mencionámos anteriormente a área da SF engloba 19 freguesias integradas de forma completa ou incompleta no Biótopo Corine. Das 19 freguesias, como vimos antes, oito pertencem ao concelho de Arouca, quatro ao concelho de Vale de Cambra e seis ao concelho de S. Pedro do Sul. Por outro lado, apenas quatro das 19 freguesias estão integradas completamente na área classificada como Biótopo Corine. Optámos por seleccionar 10 freguesias, seis do concelho de Arouca, uma do concelho de

Vale de Cambra e três do concelho de S. Pedro do Sul (ver a figura 7.27, com a localização das freguesias estudadas na área da Serra da Freita), tendo como base os seguintes critérios:

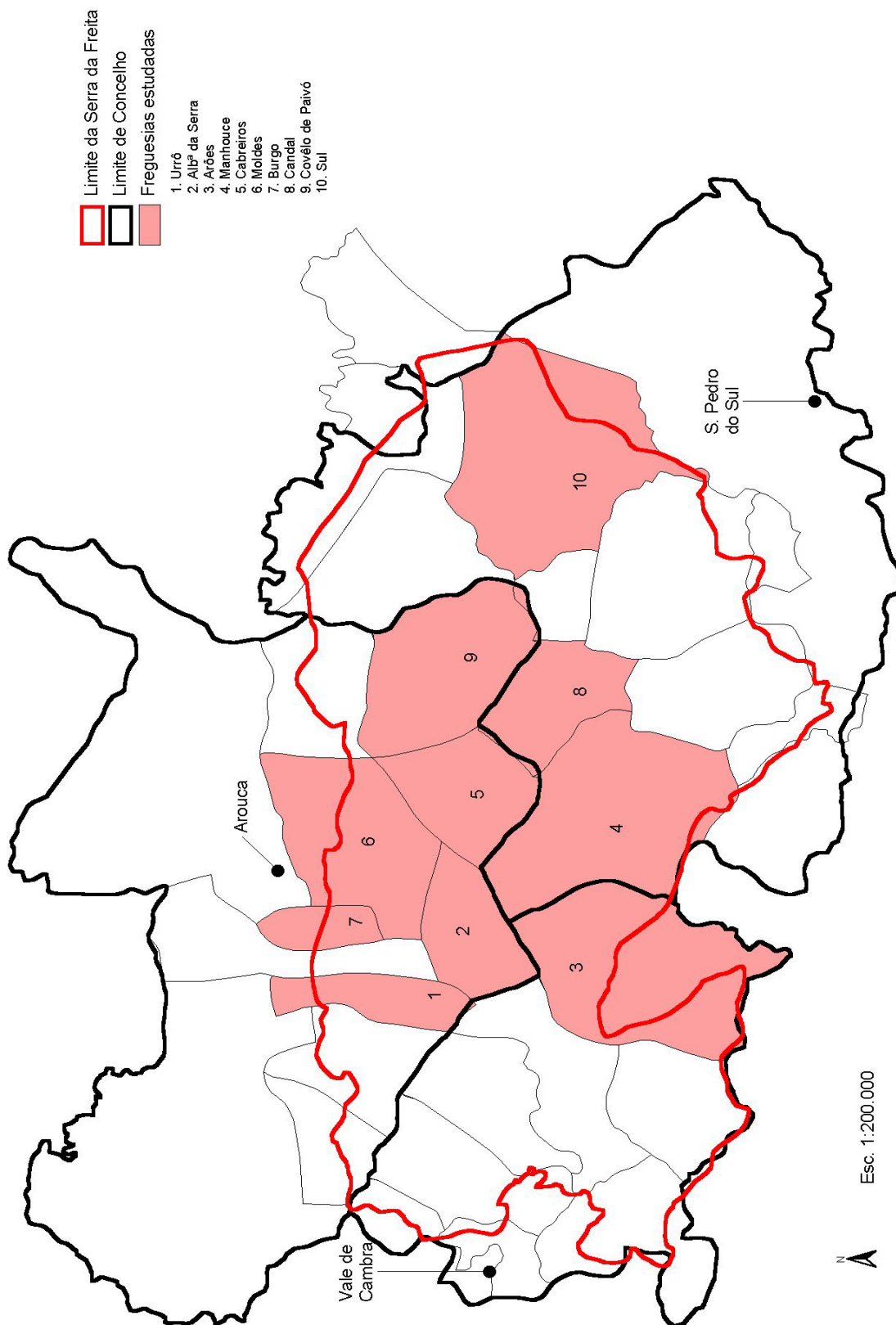
- A sua integração completa ou incompleta na área classificada como Biótopo Corine – estudaram-se as quatro freguesias completamente integradas e seis que apenas possuem alguns lugares dentro dessa área (cf. quadro 7.2).
- A sua maior ou menor proximidade relativamente às sedes de concelho.
- A sua maior ou menor frequência pelos visitantes, determinada a partir de um trabalho desenvolvido pelo GAAPE (1996) relativamente aos locais da SF com maiores potencialidades turísticas, assim como por observações directas desses locais.

Tendo como base estes critérios, seleccionaram-se as freguesias que surgem a sublinhado no quadro 7.2 (p.295) e destacadas na figura 7.27. Ou seja, estudaram-se as freguesias de Albergaria da Serra, Cabreiros, Burgo, Moldes, Covêlo de Paivó, Urrô (do concelho de Arouca); a freguesia de Arões (do concelho de Vale de Cambra) e as freguesias de Candal, Manhouce e Sul (do concelho de S. Pedro do Sul). Em cada uma das freguesias, o número de IQ a realizar aos residentes foi determinado pela utilização da técnica da *amostragem por quotas*, através da qual foi atribuída a cada freguesia uma *quota* em função da proporção real do seu número de habitantes no conjunto da população. Em 1991, o total de habitantes nos lugares das freguesias estudadas, tendo em conta os dados do INE²³³, era de 3710. Estes representavam cerca de 45% do total da população residente nas localidades integradas na SF. O número total de IQ realizados aos residentes nesta área foi de 201, ou seja, 5,4% do total da população das freguesias estudadas. O quadro 7.47 dá-nos conta da distribuição do número de IQ por freguesia. Desta forma, como pode ser observado no quadro, respeitámos a proporção real da distribuição da população na amostra construída, tentando assim garantir algum grau de representatividade.

No que se refere à selecção dos indivíduos a incluir na amostra para a área da Serra da Freita, utilizámos exactamente os mesmos critérios que na área do PNM, ou seja, o sexo, os escalões etários, os níveis de escolaridade, a condição perante o trabalho e os sectores de actividade em que se emprega a população activa. Também nesta área optámos pelo estabelecimento de *quotas* em função do conjunto da população das freguesias estudadas. Assim, tivemos em conta a distribuição real das características mencionadas na população total das freguesias consideradas na SF.

²³³ Tal como no caso da constituição da amostra para a área do PNM, também na Serra da Freita foram utilizados os dados que, à data, existiam. Considerámos como população residente na SF aquela que, em 1991, vivia nos lugares no interior da área.

Figura 7.27 – Freguesias estudadas na área da Serra da Freita



Relativamente ao critério sexo e dadas as diferenças reduzidas entre os Homens e as Mulheres, realizámos 100 IQ a estas últimas e 101 aos primeiros. Os resultados dos procedimentos seguidos na determinação do número de IQ a realizar para cada uma das categorias encontram-se nos quadros 7.47, 7.48, 7.49 e 7.50 (no anexo 2, pp. 94 – 97). Como se pode verificar pela observação destes quadros as *quotas* que estabelecemos respeitam aproximadamente as proporções reais das características da população utilizadas como critérios para a definição da amostra e selecção dos inquiridos. Tal como referimos para o caso da área do PNM, também elaborámos *fichas de campo* que nos permitiram ir controlando o número de IQ em cada *quota* e cruzar as informações relativas às diferentes categorias. Ao longo do trabalho de campo realizámos alguns ajustamentos em algumas das *quotas* estabelecidas, em função das alterações observadas entre os dados do INE de 1991 e a situação encontrada à data da aplicação dos questionários (1997-1998). Os níveis de escolaridade foram a categoria que maiores ajustamentos sofreu, embora não tenham sido muito significativos.

Quadro 7.47– Distribuição do número de IQ por freguesia, na área da SF

CONCELHOS	FREGUESIAS	POPULAÇÃO	PROPORÇÃO	Nº IQ	PROPORÇÃO
		1991			
AROUCA	Albª Serra	181	0,05	8	0,04
	Burgo *	138	0,04	7	0,03
	Cabreiros	241	0,06	15	0,07
	Covelo de Paivo	202	0,05	10	0,05
	Moldes*	351	0,09	19	0,09
	Urrô *	226	0,06	13	0,06
VALE DE CAMBRA	Arões*	840	0,23	43	0,21
S.PEDRO DO SUL	Candal	209	0,06	11	0,05
	Manhouce	831	0,22	49	0,24
	Sul*	501	0,13	26	0,13
TOTAL		3719		201	

* Neste quadro o número de habitantes nas freguesias assinaladas, resulta do somatório da população dos lugares que efectivamente integram a área da Serra da Freita.

No que diz respeito à amostra relativa aos visitantes da área da Serra da Freita, optámos por ter um número de IQ idêntico ao realizado no PNM (150). A amostra constituída não obedece a critérios associados às características objectivas dos visitantes (i.e. àquelas que se referem ao sexo, à idade, à escolaridade, etc.), já que não existe qualquer tipo de informação sobre estes indivíduos. O único critério que foi possível utilizar relaciona-se com as características naturais e culturais da própria área de estudo. Deste modo, com base no trabalho efectuado pelo GAAPE (1996) foi possível identificar os locais mais atractivos da SF. No trabalho mencionado foram identificadas as áreas com maior interesse paisagístico e patrimonial e, com base, nessa identificação e na observação directa ao longo de vários dias

(semana e fim de semana) e vários períodos do dia (manhã e tarde), estabelecemos *quotas* para cada um desses locais, como mostra o quadro 7.51.

Quadro 7.51 – Distribuição dos IQ visitantes pelos locais de interesse paisagístico e natural, na área da SF

	LOCAIS	Nº IQ
ÁREAS DE INTERESSE NATURAL	Frecha da Mizarela	33
	Portal do Inferno	6
	Pedras Parideiras	14
	Maciço Florestado da Coelheira	15
	Maciço Florestado do Merujal	16
	Miradouro de S. Macário	10
	Planalto da Sr ^a da Laje	21
	Planalto de Albergaria	11
	Praias Fluviais	8
ÁREAS DE INTERESSE PATRIMONIAL	Aldeias tradicionais	8
	Portela da Anta	2
	Minas Chãs	2
	Caminho Romano	4

Tanto no caso do PNM como no da SF, os IQ foram realizados nos diferentes lugares que integram cada uma destas áreas. No que se refere aos Inquéritos por Entrevista (IE) e como referimos já, foram aplicados aos Presidentes das Câmaras Municipais de todos os concelhos com área dentro do PNM e da SF; a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia das freguesias estudadas, ao Director do PNM e aos Coordenadores das Associações de Desenvolvimento Local de ambas as áreas²³⁴.

Como facilmente se depreenderá da leitura dos procedimentos anteriormente mencionados, a técnica da *amostragem por quotas* tem como base a selecção de uma parte do universo populacional com que lidamos, tendo por base um conjunto de critérios. Para o estabelecimento das *quotas* é necessário possuir algum conhecimento dos universos populacionais em questão, particularmente no que diz respeito às características que são utilizadas como critérios de selecção dos inquiridos. A possibilidade de construção de uma amostra de qualidade, i.e., o mais representativa e/ou próxima possível do conjunto do universo em análise, passa evidentemente pela existência daquele conhecimento. A amostra desejável seria sempre *aleatória* e *probabilística* (i.e., em que fosse dada aos indivíduos de um dado universo a mesma probabilidade conhecida e não nula de serem incluídos nessa amostra). Todavia, a construção de uma amostra deste tipo exige o conhecimento completo do universo, i.e., exige que se disponha de informações rigorosas e precisas a seu respeito. Tal informação, com muita frequência, encontra-se indisponível ou porque efectivamente não existe (como no caso concreto dos visitantes de ambas as áreas de estudo) ou porque, a existir, a sua compilação seria um processo moroso e não isento de problemas diversos

²³⁴ Foram realizados 20 IE na área do Parque Natural de Montesinho: ao Director do Parque, aos Presidentes das Câmaras Municipais de Bragança e Vi nhais; ao Coordenador da ADL CoraNE e aos Presidentes das Juntas de Freguesia das 16 freguesias estudadas. Na Serra da Freita foram realizados 15 IE: aos Presidentes das Câmaras Municipais de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul, aos Coordenadores das ADL ADRIMAG e ADDLAP e aos Presidentes das Juntas de Freguesia das 10 freguesias estudadas.

(como no caso dos residentes do PNM e da SF). Deste modo, as opções que tomámos acerca da construção das amostras podem ser discutidas no contexto das dificuldades anteriormente mencionadas. A opção por um tipo de amostra *não probabilística* – a *amostra por quotas* – nesta tese compromete a representatividade do conjunto dos indivíduos inquiridos relativamente ao universo, desde logo porque não é possível determinar a *margem de erro* e o *grau de confiança* que essa amostra possui por referência ao total da população. Este facto compromete e limita também as análises estatísticas que podem ser realizadas. Se no caso dos residentes poderíamos ter optado por um tipo de amostra que oferecesse maiores garantias de representatividade²³⁵, no caso dos visitantes tal opção era completamente impossível pelas razões que expusemos antes. De qualquer modo, o tipo de amostra por que optámos é também aquele *“provavelmente mais utilizado em pesquisas de opinião e pretende constituir-se em réplica do universo que visa representar através do estabelecimento de categorias proporcionais daquele”* (Pardal e Correia, 1995: 42). Para que a amostra *por quotas* forneça informação digna de credibilidade é necessário que se tomem cuidados entre a fase da sua construção e a da conclusão do processo de inquirição. Assim, em primeiro lugar, as *quotas* devem exprimir as categorias em análise de um determinado universo e a sua proporção – exigência que respeitámos como demonstrámos antes. Em segundo lugar, durante o trabalho de campo, o inquiridor necessita de estar atento para que não corra o principal risco deste tipo de amostra, ou seja, a aplicação do IQ a pessoas conhecidas, familiares, etc. Por outro lado, outro cuidado necessário é o estabelecimento de uma *ficha de campo* que seja rigorosamente cumprida. Também aqui pensamos ter cumprido ambas as exigências. Essencialmente no que se refere aos residentes, ainda que não advogemos a completa fiabilidade da amostra constituída, cremos que ela se aproxima bastante (em termos de proporções, como vimos) das características da população do total das freguesias estudadas e, também, dos traços dominantes da população global de ambas as áreas de estudo.

4.2. Elaboração dos instrumentos de recolha da informação

No que se refere aos IQ o primeiro aspecto que devemos salientar é a sua elaboração de forma ligeiramente diversa de modo a serem adaptados aos vários tipos de população em análise. O primeiro procedimento que realizámos na construção deste instrumento de recolha da informação empírica foi, evidentemente, a operacionalização dos conceitos contidos nas hipóteses, que apresentámos no segundo ponto do presente capítulo. O processo de operacionalização dos conceitos consiste, como a própria designação indica, na sua decomposição em noções de âmbito mais reduzido e simples. Basicamente, através deste

²³⁵ O facto de não termos feito essa opção está sobretudo associado a dificuldades de natureza logística e temporal.

processo, passamos de um nível de abstracção geralmente elevado (o dos conceitos teóricos contidos nas hipóteses) para um nível bastante mais reduzido e menos complexo que permite trabalhar com as noções gerais ao nível da recolha de informação empírica. Para cada tipo de inquirido (visitantes e residentes e entidades políticas e económicas) operacionalizámos os conceitos de forma diversa, como pode ser visto nos quadros 7.52 (relativo aos residentes de ambas as áreas), 7.53 (que se refere aos visitantes) e 7.54 (relativo às entidades) que se encontram no anexo 2 (pp.98 - 113). Estes procedimentos serviram de base à construção das questões a incluir nos Inquéritos por Questionário e permitiram que se tivessem em conta as especificidades de cada categoria de inquiridos. Essencialmente, procurou-se que os IQ fossem constituídos por questões *eficientes*, ou seja, que as questões neles colocadas preenchessem os requisitos fundamentais a qualquer instrumento de recolha de informação empírica: a adequação da linguagem ao tipo de população; a adequação da organização interna; a adequação das questões ao que se pretende de facto conhecer (e.g. Ghiglione e Matalon, 1992). Fundamentalmente tivemos em conta a distinção entre os residentes e os visitantes e a distinção entre o PNM (área protegida institucionalmente) e a SF (área não protegida). Os guiões dos diferentes IQ encontram-se no anexo 2, distribuídos do seguinte modo:

1. Inquérito por Questionário aos Residentes do PNM (pp. 114 - 129);
2. Inquérito por Questionário aos Residentes da SF (pp. 130 – 144);
3. Inquérito por Questionário aos Visitantes do PNM (utentes das Casas Abrigo)²³⁶ (pp. 145 – 158);
4. Inquérito por Questionário aos Visitantes do PNM (outros) (pp. 159 – 172);
5. Inquérito por Questionário aos Visitantes da SF (pp. 173 – 185)²³⁷.

Relativamente ao conteúdo dos IQ, todos possuem uma primeira parte dedicada à caracterização geral dos inquiridos, no sentido de permitir avaliar a influência das variáveis sociográficas e objectivas nas representações e práticas face ao ambiente e ao desenvolvimento rural. Todos os questionários contêm igualmente uma bateria de questões associada à medida dos valores *materialistas* e *pós-materialistas*. Este conjunto de questões permite averiguar a adesão a este tipo de valores e, simultaneamente, verificar até que ponto eles têm influência sobre as atitudes e os comportamentos relativos à protecção do ambiente e à promoção do desenvolvimento socioeconómico. Esta bateria de questões segue as propostas de Inglehart (1990). Deste modo, tendo em conta que o índice de

²³⁶ Apesar do conteúdo do IQ aos utentes das Casas Abrigo do PNM e aos outros visitantes dessa área ser idêntico, dado que o primeiro foi preenchido pelos próprios inquiridos a sua forma obedeceu a um maior rigor nas instruções de resposta, como pode ser visto no anexo 2 (pp. 145 – 158).

²³⁷ Como se pode observar pelos anexos mencionados, os IQ eram relativamente extensos, demorando entre 45 a 60 minutos. A aplicação dos IQ foi problemática apenas no caso de alguns residentes, quer devido à sua extensão, quer à temática abordada e mesmo à linguagem utilizada que exigiu, em algumas situações, tradução e simplificação. No caso dos visitantes a aplicação do IQ não apresentou problemas importantes, já que esta categoria de inquiridos tolerou bem a linguagem utilizada e a extensão daquele instrumento.

“materialismo/pós-materialismo nos fornece uma medida persistente na visão do mundo dos indivíduos” (idem: 131) pareceu-nos adequado utilizá-lo. Partimos então de três questões, em que era pedido aos inquiridos que ordenassem as categorias de resposta (quatro em cada uma das três questões) de *mais importante a menos importante*. As categorias de resposta variavam de valores associados vulgarmente ao materialismo (como a importância do crescimento económico, do controle da inflação, da manutenção de um exército forte, do combate à criminalidade, etc.) até valores relacionados com o pós-materialismo (e.g. a garantia da liberdade de expressão, a solidariedade, a participação dos cidadãos, etc.). O índice de materialismo/pós materialismo foi posteriormente construído tendo por base as indicações de Inglehart (1990). Assim, as combinações das respostas permitiram-nos num primeiro momento elaborar uma escala, que englobava as seguintes categorias:

- *Materialista*, quando os inquiridos assinalavam nas três questões como primeira opção uma alternativa associada ao materialismo;
- *Misto-Materialista* nas situações em que os inquiridos assinalavam como primeira opção valores de tipo materialista em duas questões e uma de tipo pós-materialista;
- *Misto-pós-materialista* quando os indivíduos assinalavam duas opções associadas ao pós-materialismo e uma associada ao materialismo e
- finalmente uma categoria relativa ao *Pós-Materialismo* nas situações em que os inquiridos assinalavam nas três questões e em primeiro lugar as respostas associadas a este tipo de valores.

Posteriormente utilizámos um índice de materialismo reduzido que englobava apenas as categorias *Materialista* e *Pós-materialista*, em que a na primeira se concentravam os materialistas e os mistos-materialistas e na segunda os dois tipos restantes.

Nos IQ aos residentes da SF e do PNM colocámos um conjunto de questões relativas à agricultura. Quando os inquiridos exerciam a actividade agrícola, a título principal ou secundário, estas questões permitiram-nos observar da veracidade de algumas proposições, de que demos conta nos capítulos anteriores, nomeadamente aquelas que referem que os agricultores, pela natureza *exploradora dos recursos* da actividade que praticam, terão representações e práticas menos ambientalistas. As questões da caracterização da exploração agrícola destinavam-se a observar o tipo de agricultura praticada.

Os IQ aos residentes das duas áreas de estudo seguem uma estrutura muito semelhante, sendo que ambos integram um conjunto de questões relativas à vida quotidiana nas áreas consideradas. Esta bateria de questões tem por objectivo genérico observar como avaliam os inquiridos a vida diária nas áreas do PNM e da SF, quer enquanto áreas rurais e *marginalizadas*, quer como área protegida (no caso do PNM) e como área que não beneficia de qualquer estatuto legal de protecção (no caso da SF). De entre as diversas questões colocadas, destacamos as que se referem à concordância com as regras e regulamentações

existentes no PNM ou ao acordo com a sua eventual implementação na área da SF. Destacamos ainda as questões associadas aos aspectos considerados mais ou menos susceptíveis de contribuir para a degradação do ambiente em ambas as áreas. Tanto no primeiro caso, como no segundo procurávamos compreender as diferenças essenciais entre o rural *vivido* e o rural *visitado*, assim como a distinção entre o rural protegido e o rural não protegido. Ainda dentro deste grupo de questões, salientamos as que se referem à avaliação do contributo que visitantes e residentes podem dar na conservação dos elementos naturais e culturais das áreas em análise. Procurámos averiguar como se posicionam os actores locais face ao seu próprio papel na manutenção das características das áreas consideradas e como avaliam o papel dos utentes exteriores nessa mesma manutenção.

O IQ aos residentes da SF e do PNM inclui ainda um conjunto de questões associadas à avaliação das relações entre visitantes e residentes e, no caso concreto da área do PNM, à avaliação das relações entre os habitantes e a administração do Parque. Este grupo de questões procurava dar conta dos eventuais conflitos existentes e da sua saliência. Integram ainda este conjunto as questões associadas à avaliação do nível de desenvolvimento socioeconómico das duas áreas e a determinação da importância de ser ou não uma área legalmente protegida para o aumento desse mesmo nível. Este é exactamente o tema do conjunto seguinte de questões, através das quais procurámos observar as representações dos residentes inquiridos a propósito do ambiente, da natureza e do desenvolvimento. Finalmente, o último grupo de questões do IQ aos residentes de ambas as áreas de estudo procurava compreender a existência de representações do rural como reserva ambiental. Para tal, colocaram-se questões relacionadas com a avaliação das potencialidades turísticas das duas áreas, questões associadas às diferenças cidade-campo e ainda questões relacionadas com a prioridade atribuída na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento socioeconómico.

Os IQ relativos aos visitantes da SF e do PNM seguem, naturalmente, uma estrutura semelhante à que acabámos de descrever, ainda que possuam algumas diferenças. Possuem igualmente algumas diferenças entre si associadas às características específicas de cada uma das áreas de estudo e às diferenças em termos do seu estatuto legal, por assim dizer. Para além dos conjuntos de questões relativos à caracterização geral dos inquiridos e ao índice de materialismo, que expusemos anteriormente, estes IQ contêm um conjunto de perguntas associadas à visita às áreas da SF e do PNM. Assim, através deste grupo de questões, procurámos conhecer, por um lado, os objectivos da visita, o seu grau de concretização, e por outro lado a posição sobre as áreas de estudo, tendo em atenção o estatuto de cada uma delas. Dentro deste conjunto de questões destacamos as que se articulam com as razões da visita em que as categorias de resposta propostas procuram cobrir aspectos relacionados tanto com a natureza e o ambiente, como com as características

socioculturais e económicas. Procurámos observar até que ponto as visitas eram determinadas por estes factores. Após um conjunto de questões associadas aos aspectos práticos da visita (duração, número de vezes que visitou a área, zonas que visitou, locais em que ficou instalado, etc.), procurámos conhecer a avaliação que os visitantes fazem das regulamentações existentes na área do PNM e a da eventualidade da sua implementação na SF. Procurámos igualmente entender que avaliação fazem os visitantes dos aspectos mais susceptíveis de degradar o ambiente nas duas áreas consideradas. Nesta questão, tal como na sua congénere no IQ relativo aos residentes, as categorias de resposta propostas variavam desde os aspectos puramente naturais, até às actividades económicas. A questão da concordância e a questão da susceptibilidade teve como base a análise da legislação relativa à instituição de áreas protegidas, na qual são identificadas quer as restrições a impor, quer os principais problemas existentes nas AP. Ambas as questões eram respondidas com base numa escala do tipo da escala de Likert²³⁸. Tal como nos IQ aos residentes, também os IQ aos visitantes possuem questões relativas à avaliação do seu papel e do de outros actores sociais na conservação das características naturais e culturais das áreas do PNM e da SF. O IQ aos visitantes inclui ainda neste conjunto de questões, uma pergunta relativa aos comportamentos (e respectiva frequência) tidos durante as visitas. Esta questão revelou-se ineficaz já que as pessoas raramente expuseram os comportamentos *negativos* que eventualmente têm.

O grupo de questões seguinte, procura averiguar das relações entre os visitantes e os residentes, assim como entre os visitantes e a administração do Parque, no caso do PNM. Esta parte do IQ destinava-se a detectar os conflitos existentes, a sua saliência e as suas causas e consequências. Integram ainda este conjunto – tal como no IQ aos residentes – as questões associadas à avaliação do nível de desenvolvimento socioeconómico das duas áreas e a determinação da importância de ser ou não uma área legalmente protegida para o aumento desse mesmo nível. O grupo de questões seguinte destina-se essencialmente a observar as representações dos visitantes inquiridos relativamente à natureza, ao ambiente e ao desenvolvimento. Neste conjunto, destacamos as questões de avaliação, constituídas por diversas frases e em que era pedido aos inquiridos que apontassem o seu nível de concordância com elas, através de uma escala de Likert. O último conjunto de questões procura, como no caso dos IQ aos residentes, compreender a existência de representações do rural como reserva ambiental. Para tal, colocaram-se questões relacionadas com a

²³⁸ Este tipo de escalas envolve o estabelecimento de uma hierarquização das respostas em função geralmente da concordância. No primeiro caso, construímos uma escala com 5 níveis: Concorda Totalmente (1); Concorda Moderadamente (2); Discorda Moderadamente (3); Discorda Totalmente (4); Não Sabe/Não Responde (0). No segundo caso, elaborámos uma escala com 4 níveis: Muito Susceptível (1); Mais ou Menos Susceptível (2); Pouco Susceptível (3); Nada Susceptível (4). Na análise dos dados, como veremos posteriormente, utilizamos estas escalas tal como foram descritas, mas procedemos também à agregação dos níveis em Concorda/Discorda e Susceptível/Não Susceptível. Este procedimento relacionou-se com a maior facilidade da análise mas essencialmente com a constatação das dificuldades sentidas pelos residentes em distinguirem entre os vários níveis inicialmente propostos.

frequência e as razões das visitas a áreas rurais e a áreas protegidas, com as diferenças cidade/campo e com a prioridade dada na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento socioeconómico. Como referimos anteriormente, o processo de construção das questões (operacionalização dos conceitos contidos nas hipóteses) e os guiões dos IQ aplicados podem ser vistos no anexo 2 (pp. 103 – 185).

No que concerne aos Inquéritos por Entrevista (IE) aplicados às entidades políticas, administrativas e económicas das áreas de estudo (ver guião no anexo 2, pp. 186-190), a sua estrutura é em tudo semelhante à dos IQ que acabámos de descrever, uma vez que os objectivos eram os mesmos, i.e., conhecer as representações e as práticas destes actores face ao ambiente e ao desenvolvimento das áreas de estudo. Nestes IE procurámos igualmente obter elementos objectivos a respeito das áreas de intervenção de cada uma das entidades, assim como a avaliação que é feita das atitudes e dos comportamentos dos outros actores sociais em presença nos territórios considerados.

Qualquer esforço para medir as representações e os valores sociais através de um IQ deve ser feito com expectativas modestas, já que dificilmente as visões dos actores sociais podem ser medidas em toda a sua amplitude através desta técnica relativamente rígida. Idealmente, tais representações e valores, assim como as práticas, dos actores sociais deveriam ser medidas através de IE em profundidade²³⁹. A opção que tomámos pela utilização do IQ como instrumento de recolha de informação empírica relativa aos residentes e aos visitantes está relacionada essencialmente com o elevado número de inquiridos que estabelecemos (no total 721 indivíduos) que impossibilitava a realização de entrevistas centradas e em profundidade. Uma das vantagens do IQ é justamente o facto de permitir uma recolha de informação de modo rápido junto de populações amplas. Por outro lado, dada a extensão dos casos de estudo, a utilização do IQ revelou-se vantajosa também pelo facto de possibilitar uma mais fácil e rápida *standardização*, objectivação e quantificação dos resultados obtidos. Sendo um instrumento de recolha em que a interactividade entre o *observador* e o *observado* é menor comporta também menos riscos (por comparação com o IE) de interferência do investigador/inquiridor com a realidade analisada. Por outro lado, sendo um tipo de inquérito de estrutura demasiado rígida ele compromete a recolha de informação ao nível do discurso dos inquiridos. Pensamos ter colmatado esta desvantagem com a aplicação de um *pré-teste* que nos permitiu encontrar as questões de mais difícil resposta e igualmente afinar a linguagem utilizada com a do universo populacional inquirido.

²³⁹ Sobre a elaboração do IQ pode ser consultada com vantagem diversa bibliografia, da qual destacamos Ghiglione e Matalon (1992). No que diz respeito à adequação desta técnica ao meio rural sugerimos a leitura de e Figueiredo (1993b). É sugerido nesse trabalho que o IQ devido a algumas das suas características (sobretudo a rigidez formal) não é a técnica de recolha de informação mais adequada ao meio rural, mas que as vantagens que este instrumento apresenta colmatam largamente as suas desvantagens.

Esta desvantagem foi igualmente minimizada pela extensão do IQ que nos permitiu captar mais dimensões do discurso dos inquiridos relativamente aos temas em análise.

A opção da utilização de IE no que se refere às entidades prende-se, em primeiro lugar, com o seu reduzido número (35) e ainda com o seu carácter de *informadores privilegiados* sobre as áreas em estudo. Por outro lado, o IE permite, por comparação com o IQ, captar o discurso dos inquiridos em toda a sua profundidade e riqueza, sendo esta a sua principal vantagem, uma vez que em termos de recolha e tratamento da informação apresenta bastantes mais limitações e dificuldades do que o questionário. Assim, em geral, o processo de recolha de informação através de entrevistas em profundidade é, geralmente, bastante mais moroso que o processo de aplicação do IQ, tal como se reveste de maior complexidade e morosidade o tratamento do seu conteúdo. No caso concreto deste trabalho, a informação obtida através do IE às entidades é utilizada como ilustração de alguns aspectos relevantes, não tendo sido sujeita a uma análise de conteúdo exaustiva. As entrevistas realizadas funcionam, assim, mais como elementos informativos e ilustrativos e menos como objectos de análise, propriamente ditos.

5. Conclusão

O capítulo que agora se conclui teve como objectivos principais a apresentação e explicitação das hipóteses de trabalho e da metodologia desenvolvida no sentido do seu teste, designadamente no que diz respeito aos procedimentos associados à recolha da informação. Foram igualmente objecto deste capítulo as razões subjacentes à selecção dos casos de estudo e a sua caracterização.

Partindo do argumento central desta tese, apresentado no capítulo I, colocaram-se várias hipóteses cuja confirmação ou infirmação se observará nos capítulos VIII e IX relativos à análise da informação empírica recolhida. Como vimos, a primeira hipótese avançada lida com as questões da integração das áreas rurais nos paradigmas emergentes de desenvolvimento, tendo em conta a sua anterior *marginalização* e a sua crescente função de reservas ambientais. A segunda hipótese refere-se à existência e potenciação de conflitos nas áreas rurais decorrentes da diversidade de representações e de práticas face ao uso do espaço e dos recursos naturais. A terceira hipótese que colocámos encontra-se associada a esta última, sugerindo que os conflitos têm a sua origem em práticas e representações também diversas face aos processos de desenvolvimento das áreas rurais. A última hipótese colocada lida com as questões das políticas públicas para a protecção do ambiente e para o desenvolvimento das áreas rurais, salientando o papel privilegiado do Estado nesses processos face à quase ausência dos restantes actores sociais. Cada uma destas hipóteses foi, como vimos anteriormente, desdobrada em hipóteses secundárias que visam esclarecer e clarificar as primeiras.

No terceiro ponto deste capítulo indicámos as razões que presidiram à escolha das áreas do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita como casos de estudo. Essas razões estão associadas ao seu carácter vincadamente rural, aos processos de marginalização económica, social e política que conheceram nas últimas décadas e ainda ao facto de se constituírem como áreas bastante procuradas e consumidas por uma população essencialmente *urbana*. Consideramos ambas as áreas representativas das questões analisadas nesta tese. No caso concreto do PNM a sua escolha relaciona-se ainda com o facto de ser uma área rural protegida considerada *exemplar* no contexto nacional, do ponto de vista da sua gestão. Em associação, a escolha da Serra da Freita está também relacionada com o facto de, apesar de não ser legalmente protegida, esta área possuir características naturais reconhecidas (reconhecimento esse materializado na sua classificação como Biótopo Corine) e ser igualmente uma área bastante visitada. Uma outra razão importante, ainda que não determinante, para a escolha da área da SF foi a sua proximidade geográfica.

Apresentadas as razões para a selecção das áreas de estudo procedemos depois à sua caracterização física, social e económica. Da breve caracterização apresentada salientamos o facto de apesar de serem áreas geograficamente distantes, partilharem traços semelhantes no que se refere às dinâmicas populacionais e socioeconómicas. Entre estes traços comuns podemos destacar os processos muito acentuados de envelhecimento e declínio populacional; o predomínio das actividades agrícola e pecuária e o seu carácter tradicional e pouco produtivo e ainda o facto de ambas as áreas serem fortemente condicionadas pelas suas características naturais, em termos da sua evolução demográfica e socioeconómica. De salientar que no caso do PNM o seu estatuto legal de protecção não possuiu influências significativas na sua evolução, quer demográfica, quer socioeconómica. Isto significa que a criação do PNM não foi suficiente para estancar os processos de desertificação e abandono que esta área (tal como a área da SF) conhece desde a década de sessenta.

Num último ponto, o capítulo abordou os procedimentos metodológicos desenvolvidos na recolha e tratamento da informação empírica relativa às áreas de estudo. Começámos por descrever os procedimentos associados à construção das amostras, quer no que se refere à selecção prévia das freguesias, quer no que concerne à selecção dos residentes e visitantes inquiridos. Observámos que foram seleccionadas 16 freguesias na área do PNM e 10 na área da SF e que foram inquiridos 150 visitantes em cada uma das áreas consideradas, 220 residentes no PNM e 201 na SF. Globalmente, ainda que com limitações, foi utilizada a técnica da *amostragem por quotas* que nos pareceu, pelas razões anteriormente debatidas, a mais adequada à extensão das áreas em estudo e ao número elevado de indivíduos que constituíam os vários universos a inquirir. Os critérios utilizados, a sua justificação e a sua aplicação aos casos de estudo foram detalhadamente apresentados na primeira secção do

último ponto do presente capítulo. Na segunda secção demos brevemente conta dos procedimentos associados à elaboração das técnicas de recolha da informação empírica utilizadas, i.e., dos processos de construção subjacentes aos Inquéritos por Questionário aos residentes e aos visitantes das duas áreas e dos processos associados à elaboração dos Inquéritos por Entrevista aplicados às entidades político-administrativas e económicas do PNM e da SF. Nesta secção foi ainda debatido o conteúdo de cada um dos instrumentos de recolha de informação utilizados, assim como foram discutidos alguns aspectos da sua adequação aos objectivos deste trabalho. Finalmente, discutimos algumas das virtualidades e limitações de ambas as técnicas, salientando que apesar do IQ apresentar algumas limitações, é a técnica que se nos afigurou mais apropriada para a recolha fácil, rápida e standardizada de informação nas áreas em análise.

Capítulo VIII - O Parque Natural de Montesinho –O Ambiente Legalmente Protegido e o Desenvolvimento Rural

1. Introdução

O presente capítulo apresenta e discute os resultados da análise da informação empírica recolhida na área do Parque Natural de Montesinho. No primeiro ponto é debatida a importância para esta área do estatuto legal de protecção que possui. Faz-se igualmente uma brevíssima referência à sua evolução histórica enquanto espaço protegido, dedicando particular atenção aos seus objectivos passados e actuais, no sentido de se avaliar os modos de concretização dos mesmos e de se discutir a sua eficácia

No segundo ponto, analisamos o processo de valorização ambiental da área do PNM a partir da perspectiva institucional. Esta análise é realizada essencialmente com base na observação dos programas e das medidas de protecção existentes, dos seus objectivos e do discurso dos responsáveis pelas várias instituições com intervenção na área. A segunda secção é dedicada à análise da valorização social do ambiente, tendo em conta diversos aspectos. Por um lado, o lugar que os factores ambientais detêm nas procuras e consumos externos da área do PNM e por outro lado, o lugar que os mesmos factores detêm no quotidiano dos seus residentes. A partir desta análise procuram tipificar-se, de forma tão sistematizada quanto possível, as diversas valorizações do ambiente e da natureza.

A relação entre a protecção do ambiente e a promoção do desenvolvimento socioeconómico é analisada ao nível das representações das entidades, dos habitantes e dos visitantes do PNM, no terceiro ponto deste capítulo. Neste contexto, salientamos a secundarização dos aspectos ambientais face aos aspectos do desenvolvimento como uma representação comum entre os habitantes da área em análise. Simultaneamente, enfatizamos a sobrevalorização dos aspectos ambientais por referência aos aspectos do desenvolvimento como uma percepção generalizada entre os visitantes dessa mesma área. Esta análise permite que se discuta o peso social do estatuto legal da área do PNM como '*área protegida*'. O capítulo conclui-se pela identificação da existência de conflitos em termos de representações e de práticas entre os vários agentes em presença face aos processos de protecção do ambiente e de promoção do desenvolvimento socioeconómico. Neste contexto, procura-se estabelecer a existência de dois universos que, ainda que coexistindo de modo aparentemente pacífico, podem ter consequências relevantes nas trajectórias de desenvolvimento rural da área do PNM - por um lado o rural que é espaço *vivido* e por outro o rural que é espaço *visitado* e *idealizado*

2. A instituição do Parque Natural de Montesinho – objectivos e consequências

Como já tivemos ocasião de mencionar, o PNM foi instituído em 1979 pelo Decreto-Lei 355/79 de 30 de Agosto, mas o processo conducente à classificação da área como protegida teve início bastante antes. Este Parque surgiu do *“sonho do professor Dionísio Gonçalves”*²⁴⁰, muito embora inicialmente o conjunto de estudos que este desenvolveu na área actualmente protegida se destinasse à análise da viabilidade de uma estância de desportos de Inverno na Serra de Montesinho. Durante os levantamentos efectuados pelo Professor Dionísio Gonçalves observou-se a ocorrência de espécies da fauna e da flora importantes no contexto nacional e internacional, facto que conduziu ao abandono do projecto inicial e ao início do processo de criação da área protegida. Segundo o Arquitecto Carlos Guerra, a criação do PNM ocorreu numa área bastante *cómoda* e relativamente *estável* do ponto de vista social e cultural. A sua instituição foi, por essa razão, um processo relativamente pacífico mas a sua evolução posterior revelou alguns aspectos conflituais que se agravaram no final dos anos oitenta. Esta situação conflitual surgiu na sequência da negligência do projecto após a efectiva criação da área protegida. Como refere o Arquitecto Carlos Guerra, no início dos anos oitenta *“o parque entrou em ‘banho maria’... mesmo sendo uma situação muito pacífica prolongou-se por demasiado tempo esse ‘banho maria’, até que começou a ser um parque extremamente conflituoso ou conflitivo, na medida em que havia expectativas que não eram cumpridas e havia aspectos de ordem legal que também não eram cumpridos. Portanto estava um pouco ao ‘deus-dará’”*. Esta situação de relativo *laxismo* conduziu à existência de problemas ambientais graves, associados ao licenciamento de actividades não compatíveis com a existência de um Parque Natural. Apenas no início da década de noventa (i.e. dez anos após a criação do PNM) foi possível inverter as situações gravosas em termos ambientais através da nomeação de uma nova direcção da área protegida e da constituição de uma nova equipa técnica. Os apoios obtidos junto da opinião pública, das entidades político-administrativas locais e junto do Ministério do Ambiente contribuíram de forma decisiva para a alteração das situações conflituais mencionadas.

Ainda que o principal objectivo da implantação desta área protegida tenha sido a conservação dos aspectos naturais, muito particularmente da fauna, a justificativa para a sua criação, apresentada no Decreto-Lei 355/79 de 30 de Agosto, avança ainda como propósitos *“a defesa do património arquitectónico e cultural e a renovação da economia local, o desenvolvimento de actividades artesanais, bem como a promoção do repouso e do recreio ao ar livre”*. O principal motivo que conduziu à instituição do PNM foi, segundo o mesmo Decreto-Lei, a riqueza natural e paisagística do maciço montanhoso Montesinho-Coroa e os

²⁴⁰ Informação do Arquitecto Carlos Guerra que era, à data do trabalho de campo, o Director do PNM.

valiosos elementos culturais das comunidades humanas existentes e, em associação, o risco de degradação e/ou desaparecimento destes valores. Tal circunstância conduziu à necessidade de, no âmbito da criação da área protegida, serem implementadas acções destinadas “à salvaguarda do património e à animação socio-cultural das populações”. Assim, “a instituição de um Parque Natural capaz de mobilizar as populações, levando-as a participar na procura de soluções, na pesquisa de formas de relançamento das suas economias tradicionais e da dignificação da sua cultura” surgiu como a forma mais adequada para a protecção da área a norte dos concelhos de Bragança e Vinhais. Em 1997, através do Decreto-Regulamentar nº 5-A/97 de 4 de Abril, é regulamentada a reclassificação deste Parque Natural, ao abrigo do Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro²⁴¹. No Decreto-Regulamentar nº 5-A/97 são definidos como objectivos específicos do PNM, os seguintes:

- a) *preservar as espécies animais e vegetais e os habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;*
- b) *preservar os biótopos e as formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas notáveis;*
- c) *preservar ou recuperar os habitats da fauna migratória;*
- d) *preservar os locais que apresentem um interesse especial e relevante para a evolução natural dos processos ecológicos;*
- e) *preservar e conservar o património natural e paisagístico de todos os impactes negativos que possam resultar directa ou indirectamente de actividades humanas;*
- f) *promover um modelo de desenvolvimento sustentado, demonstrativo de uma estreita articulação entre a gestão e preservação do património natural e a valorização das manifestações humanas locais;*
- g) *instituir a participação e o envolvimento activo da população local na prossecução dos objectivos do Parque Natural;*
- h) *valorizar todas as manifestações peculiares da cultura local;*
- i) *criar condições que propiciem o lazer e o recreio, numa perspectiva de sensibilização e educação ambiental”.*

Pela análise dos objectivos anteriores facilmente verificamos a maior importância atribuída aos valores naturais da área, ainda que também se dedique alguma atenção aos valores sociais, culturais e económicos. De qualquer modo, a ênfase na protecção da natureza e a sua salvaguarda de acções nocivas desencadeadas pelas actividades humanas está bem expressa no segundo parágrafo do preâmbulo do Decreto-Regulamentar mencionado, no qual se refere que “no Parque Natural de Montesinho encontram-se populações e

²⁴¹ Este Decreto-Lei veio, como referimos no capítulo III, criar um novo quadro de classificação das áreas protegidas nacionais e definir novos critérios para a sua instituição.

*comunidades animais representativas da fauna ibérica e europeia ainda em relativa abundância e estabilidade, incluindo muitas das espécies ameaçadas da fauna portuguesa, bem como uma vegetação natural de grande importância a nível nacional e mesmo mundial. A reduzida pressão humana verificada em quase todo o seu território permite que grande parte dos processos ecológicos evolua em padrões muito próximos dos naturais. Todos estes valores, exemplares em termos de conservação da Natureza, justificam a aplicação de medidas de protecção adequadas a uma zona que constitui património nacional e europeu²⁴². Não contrariando os objectivos genéricos da instituição de áreas protegidas²⁴³, a reclassificação da área do PNM parece negligenciar um pouco as suas finalidades primordiais, em que, como vimos antes, se dava um maior destaque ao papel das populações locais como construtoras da fisionomia do território e como fundamentais para a preservação dos seus aspectos naturais. Na realidade, o Parque Natural de Montesinho existe com base numa realidade física e ambiental que “*resulta da laboriosa adaptação do meio às necessidades da população. A riqueza e variedade paisagística são o corolário de um maneio harmonioso do ambiente*” (PNM: 1992: 4). Tendo por base este reconhecimento, o PNM não pode deixar de ter como áreas de preocupação e actuação, paralelamente à conservação da natureza, o apoio ao desenvolvimento local, a informação e a educação ambiental e ainda a promoção do recreio e do lazer (e.g. PNM, 1992; CoraNE, 1996). Como salientam os documentos mencionados, o PNM estabeleceu como princípio importante, para alcançar os objectivos de conservação da natureza e de apoio ao desenvolvimento socioeconómico, que a educação ambiental deve ser uma área de actuação subjacente a todas as suas actividades. Por outro lado é reconhecido que “*só como consequência da satisfação das actividades básicas e da melhoria da qualidade de vida das populações se poderá estabelecer uma eficaz política de conservação e dinamização do património natural e cultural*”. Mais do que regulamentar e/ou proibir o desenvolvimento de certas actividades que, pelo seu carácter, são incompatíveis com o estatuto de ‘*área protegida*’ parece ser importante para a o PNM que se encontrem e ofereçam alternativas ao desenvolvimento socioeconómico a nível local. Estas orientações enquadram-se no que foi dito no capítulo VI a propósito das questões associadas à instituição das áreas rurais como espaços protegidos e regulamentados. Se efectivamente se considera que a população é um factor de conservação, parece ser então fundamental que se lhe apresentem alternativas para a sua fixação no território e, através dela, para a manutenção da sua contribuição no que diz respeito à preservação dos recursos e elementos naturais. As actividades que têm sido implementadas pelo PNM no âmbito do apoio ao desenvolvimento local podem ser sistematizadas do seguinte modo:*

²⁴² Sublinhado nosso.

²⁴³ Ver o resumo do Decreto Lei 19/93 no quadro 6.2, anexo 2, pp. 28-33.

- Recuperação do património arquitectónico. Os objectivos são a salvaguarda do património comum; a manutenção de técnicas e modos de trabalho tradicionais; a criação de espaços de convívio; o apoio a iniciativas de base local; a criação de espaços de interpretação dos valores culturais e a criação de iniciativas de animação turística. Estes objectivos têm sido materializados em intervenções nos moinhos, forjas, lagares, igrejas, centros de convívio e na implementação de *museus rurais* em algumas aldeias.
- Recuperação de edifícios degradados para centros de acolhimento. Os objectivos desta intervenção são essencialmente possibilitar aos visitantes a sua permanência e potenciar o surgimento de “*actividade económica através da exemplificação á iniciativa privada local*” (CoraNE, 1996: 74). Os edifícios com características marcadamente tradicionais são os alvos desta intervenção.
- Apoio ao turismo rural e outras actividades económicas, cujos principais objectivos são incentivar a criação de postos de trabalho e o desenvolvimento económico. Neste âmbito, as acções desenvolvidas estão associadas à oferta de projectos de recuperação de edifícios, destinados a actividades turísticas e à divulgação das potencialidades regionais, designadamente dos produtos tradicionais.
- Apoio à criação de associações locais, com o objectivo de incentivar o associativismo, através do apoio ao desenvolvimento económico e às actividades culturais e recreativas. Neste domínio as acções desenvolvidas estão associadas à oferta dos estatutos e da escritura de constituição das associações e ao aconselhamento nos processos de criação e instalação.

Todas estas actividades, assim como as intervenções a elas associadas, enquadram-se nos objectivos supra citados e evidenciam uma estratégia de gestão da área protegida que assenta na conservação do património cultural, visando sobretudo a promoção do *orgulho* local e o sentimento de pertença ao Parque. Esta estratégia inscreve-se naquilo que o Arquitecto Carlos Guerra designa como “*manutenção das memórias*” ou ainda por uma “*conservação da natureza indirecta*”. Nesta última acepção pretende o Director do PNM “*fazer de cada cidadão um guarda da natureza*”²⁴⁴, através do desenvolvimento de um sentimento de identificação com o PNM. Neste contexto, têm sido desenvolvidas nesta área protegida actividades que permitem o convívio esporádico, quer entre as populações das diversas localidades, quer entre estas e os funcionários do Parque²⁴⁵. Paralelamente, a existência do PNM tem sido susceptível de atrair alguns investimentos públicos, esignadamente ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 102/96 de 8/7 a que já aludimos anteriormente.

²⁴⁴ Extractos da entrevista realizada ao então Director do Parque Natural de Montesinho.

²⁴⁵ Entre estas actividades destaca-se a realização de um torneio de futebol, com 24 equipas. Isto mobiliza cerca de 300 pessoas, sendo a condição de integração na equipa de uma dada aldeia o facto de ser nela residente ou dela ser natural.

Nesta Resolução, após a consideração que “a criação e manutenção das áreas protegidas é um objectivo de interesse público nacional, previsto na Constituição e na Lei de Bases do Ambiente” reconhece-se “que no nosso país são praticamente inexistentes espaços virgens de intervenção humana, a manutenção do património natural é maioritariamente garantida pela população nas áreas protegidas”. Neste sentido, para criar nestas áreas capacidade de atracção e fixação da população, foi deliberado que todos os departamentos governamentais, em articulação com o Ministério do Ambiente, estabelecessem medidas de desenvolvimento sustentável para aquelas áreas e ainda que estes espaços protegidos tivessem prioridade no acesso aos programas comunitários²⁴⁶. Mais ainda, o PNM deu um forte contributo no desenvolvimento da associação CoraNE-Terra Fria e, através dela, na implementação dos programas de desenvolvimento rural comunitários e nacionais nesta área.

Pela análise das actividades implementadas no domínio do apoio ao desenvolvimento local é saliente também a importância atribuída aos *utentes secundários* desta área, ou seja, aos seus visitantes. Efectivamente, a maior parte das acções, embora contribua para a conservação do património e apoie iniciativas de carácter local, parece beneficiar mais os visitantes, já que se orienta bastante para as actividades associadas ao turismo, nomeadamente para a preservação do espaço rural como espaço-reserva de *memórias* e tradições, i.e., para a perpetuação do *rural-simbólico*. Esta maior orientação, para actividades associadas às procuras e consumos exteriores é, aliás, reconhecida pela quase totalidade das entidades e agentes político-administrativos entrevistados. Estes salientam que o maior contributo que o PNM tem dado para o desenvolvimento socioeconómico da área tem consistido na sua divulgação e no desenvolvimento de actividades associadas ao turismo. Como veremos no ponto seguinte de forma mais detalhada, as acções de conservação da natureza e de recuperação do património cultural e arquitectónico têm inevitavelmente impactes positivos ao nível da população local, mas tendem a beneficiar de modo mais directo os visitantes, correspondendo às suas representações, procuras e consumos face a este espaço rural protegido.

Ainda que se reconheça um papel relevante à população é também manifesta no PNM a expectativa da redução da intervenção humana sobre o território e a natureza (cf. Decreto-Regulamentar 5-A/97 de 4/4). Os principais problemas apontados à gestão desta área são essencialmente aqueles que decorrem da mecanização de certas actividades agro-pastoris e que, aliados ao declínio populacional e conseqüente abandono de áreas agrícolas, tendem a colocar em risco a diversidade das paisagens tradicionais. A diminuição da diversidade

²⁴⁶ Concretamente no que se refere à promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas, a Resolução do Conselho de Ministros nº 102/96 propõe como medidas: a melhoria da qualidade de vida dos residentes nas AP através de uma série de apoios preferenciais (e.g. abastecimento de água, saneamento básico, serviços de saúde, serviços de educação) e ainda medidas que visam o desenvolvimento das actividades económicas, igualmente através do apoio e do acesso ao financiamento em moldes preferenciais (e.g. aplicação das medidas agro-ambientais; promoção das raças autóctones; certificação de origem preferencial dos produtos tradicionais oriundos das áreas protegidas, entre outras).

paisagística pode ter consequências importantes em termos da redução da diversidade biológica observada nesta área e a que fizemos referência no capítulo anterior. Em conjunto com os problemas mencionados podem ser identificados outros “*embora de carácter mais pontual, como a exploração de inertes, a abertura de novas estradas, a caça desordenada e os incêndios florestais*” (PNM, 1992: 4) que surgem muitas vezes na sequência directa da inexistência, até à data, de um Plano de Ordenamento (PO) em vigor na área do PNM.

Como referimos no ponto relativo à caracterização demográfica e socioeconómica do PNM, esta área tem sofrido um processo de declínio muitíssimo acentuado, que encontra a sua expressão máxima na desertificação populacional, com todas as consequências socioculturais e económicas que lhe são inerentes. De facto, como vimos, esta área perdeu nas últimas duas décadas cerca de 60% da sua população. Observámos também no ponto 3.2. do capítulo precedente, que o declínio das actividades económicas tradicionais, como a agricultura e a pecuária, não foi acompanhado de um processo de diversificação da base económica local, através da criação de alternativas susceptíveis de fixar e atrair população. Isto significa que o PNM parece efectivamente não ter sido capaz de contrariar o processo de declínio rural. Se, como tem sido frequentemente divulgado nos *media* e como podemos verificar pelo aumento ou pela estabilização das espécies animais e vegetais existentes na área, o Parque teve capacidade de cumprir os seus objectivos associados à conservação da natureza e igualmente os relacionados com a promoção do turismo e do recreio, não parece ter tido a mesma competência no que se refere ao envolvimento da população em processos localmente desencadeados de desenvolvimento social e económico²⁴⁷. Pode argumentar-se que a situação de declínio rural é comum a todo o território português, sobretudo do *interior* e que, na mesma linha, o PNM sofre actualmente as consequências de ter sido uma área marginalizada e considerada pouco produtiva à luz dos objectivos dos modelos de desenvolvimento de sede urbano-industrial. Trata-se de um argumento dotado de validade explicativa geral, mas que perde essa validade quando se observa que o discurso dos responsáveis por esta área protegida, quer a legislação associada à criação e à reclassificação desta área. E essa validade deixa de ter capacidade explicativa neste caso por quatro razões fundamentais:

- Em primeiro lugar, porque ao mesmo tempo que é manifesta (nos documentos anteriormente citados) a importância atribuída em termos gerais às populações locais enquanto construtoras e guardiãs da riqueza e diversidade paisagística e natural, em termos práticos não têm sido implementadas acções eficazes de estancamento da *sangria populacional* que se agravou principalmente durante o período de vigência do PNM.

²⁴⁷ No entanto, como vimos, o PNM tem tentado implementar algumas medidas de desenvolvimento local.

- Em segundo lugar, a população que subsiste na área do PNM é essencialmente uma população envelhecida, não havendo dinâmicas de substituição das gerações, como verificámos anteriormente. Pelas suas características, esta população deixará de ter capacidade para gerir o território e os recursos a curto prazo. Em face disto será de colocar a questão da continuidade desta área protegida ou pelo menos, a da forma como será mantida no futuro, num cenário de ausência de população ou de população *flutuante*²⁴⁸. Isto é, num cenário em que a população mantém uma agricultura *de jardim* ou *de fim de semana*, perdendo as aldeias grande parte das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais.
- Em terceiro lugar, sendo o PNM uma área protegida que beneficia de algumas medidas especiais no que se refere ao investimento público e à prioridade em termos do acesso e de candidatura a determinados programas de desenvolvimento, a incapacidade de mobilizar e envolver a população local nesses processos torna-se mais evidente.
- Finalmente, ainda que o PNM não seja um agente de desenvolvimento local, ou melhor, ainda que essa sua função surja de forma complementar ao seu papel primordial de agente de conservação da natureza, esta área protegida, pelo reconhecimento que manifesta ter da população como um *recurso* importante, deveria estar dotada de capacidades, competências e recursos que se adequassem ao cumprimento daquela função²⁴⁹.

Tal como já referimos, o PNM atravessou uma situação de conflitualidade social nos anos seguintes ao da sua criação motivada essencialmente pela atitude *laxista* então seguida. Esta atitude contribuiu para o não envolvimento da população e, em consequência, para a não concretização de um dos objectivos iniciais de protecção desta área. Concretamente no que se refere à mobilização dos habitantes e à sua participação na procura de alternativas para a dinamização da economia e da sociedade local, apenas na última década têm sido desenvolvidos esforços por parte da área protegida.

O estatuto legal de protecção desta área rural periférica significa o reconhecimento institucional da sua qualidade em termos naturais e ambientais mas, como demonstrado pela caracterização social e económica que efectuámos no capítulo anterior, a regulamentação

²⁴⁸ O Director do PNM contraria esta caracterização demográfica que os dados oficiais disponíveis mostram claramente. A este respeito, dizia o Arquitecto Carlos Guerra, em 1997 *“tenho imensa curiosidade em perceber qual é de facto o cenário demográfico sobre o qual eu tenho de trabalhar (...). Agora não é claramente dizer: ‘estamos a perder população’. Não estamos a perder população. A mim o que me parece é que há dois extremos que são defendidos por... o da desertificação e de uma certa lamúria à volta da desertificação, que é o discurso mais conveniente (...) e do outro lado, com algum vanguardismo... será que temos sociedades transnacionais? É uma realidade, há muita gente que gere a sua existência rural a partir de Paris, tranquilamente”*.

²⁴⁹ Esta argumentação ganha maior relevância se pensarmos que dentro da área do PNM existem outras entidades e instituições que podem influir (mesmo pela natureza das suas competências políticas e administrativas) nas estratégias de desenvolvimento daquela mesma área (e.g. as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, a Direcção Regional da Agricultura, a Comissão de Coordenação da Região Norte). Estas entidades deixaram claro nas entrevistas que realizámos, a supremacia das suas competências no interior das suas áreas de intervenção.

desta área como protegida não contribuiu de forma positiva para conter os processos de desertificação humana, social e económica. Não pretendemos significar com esta afirmação que a regulamentação do PNM tenha contribuído para acentuar a repulsividade demonstrada por esta região, mas apenas reforçar a ideia desenvolvida no capítulo VI de que a imposição de regras e normas não se constitui como garantia suficiente para a revitalização das áreas rurais em declínio. Como debatemos aprofundadamente no capítulo mencionado, a ausência de capacidade de revitalização e dinamização das sociedades e economias locais demonstrada pelos processos de regulamentação, pode mesmo comprometer a qualidade ambiental dos espaços protegidos. Neste sentido, acreditamos que as consequências da instituição da área do PNM como protegida se farão sentir, num futuro relativamente próximo, mais em termos dos próprios objectivos da protecção do que em termos das possibilidades de desenvolvimento das suas populações. Se, como refere Portela (1996), “*sem pessoas não há desenvolvimento*” o contexto descrito para o PNM leva-nos a questionar se poderá existir protecção nesta área quando o último habitante abandonar a sua aldeia e a questão do desenvolvimento socioeconómico deixar assim definitivamente de se colocar²⁵⁰. Por outro lado, como salientámos no capítulo VI, se o PNM, à semelhança de muitas áreas rurais *naturalizadas* surge cada vez mais como um espaço de refúgio para as populações urbanas, ele não deixa de ser (em termos da sua própria população) um espaço residual, pobre, remoto e com *deficit* de desenvolvimento e de qualidade de vida. Assim, potencialmente o PNM tende a constituir-se como “*paraíso*” (para utilizarmos de novo a expressão de Tichnell e Machlis, 1985) para a população não local e como *repulsivo* para os próprios construtores desse *idílio*.

3. A valorização do ambiente na área do Parque Natural de Montesinho

3.1. A valorização institucional

No capítulo VI observámos que a instituição de espaços protegidos, essencialmente em áreas rurais remotas ou profundas, decorre de uma forma de representar aqueles espaços que é sobretudo posta em acção pelo Estado e os seus agentes. Deste modo notabilizam-se e constituem-se determinados espaços como *extraordinários*, através da acção do Estado no sentido de preservar as suas qualidades ambientais, naturais e culturais. Neste domínio, a acção do Estado, como vimos anteriormente, traduz-se frequentemente no estabelecimento de regulamentações sobre o uso do território e dos recursos que, geralmente, transportam e difundem novas noções e representações face a esses elementos. Basicamente a actuação

²⁵⁰ O autor citado não pretende dar à expressão o mesmo significado que nós lhe atribuímos. Efectivamente Portela (1996) refere-se à ausência de integração das necessidades e aspirações dos actores sociais nos programas e medidas de desenvolvimento, enquanto que aqui nos referimos à ausência real de pessoas a quem dirigir esses programas e medidas.

do Estado consiste na imposição de uma definição de natureza que corresponde a uma legitimidade diversa da dos *construtores* tradicionais dos espaços e dos elementos naturais. O Estado constitui-se como o actor privilegiado na regulação das relações entre os outros actores (sociais e institucionais) e a natureza. O Estado, sobretudo ao nível central é, assim, produtor de espaços e inventor de uma *nova* natureza. Como vimos no quarto e sexto capítulos, estes processos de produção e invenção dos espaços protegidos em áreas rurais decorrem de dois factores principais, sendo que num e noutro caso é a visão e a legitimidade do Estado que se impõe, sobrepõe e prevalece sobre as concepções e os usos locais. Esses factores são:

- por um lado, um processo que se encontra associado à necessidade de reconversão dos espaços agrícolas pouco produtivos, num contexto de excesso de produção alimentar²⁵¹;
- por outro lado, uma estratégia que se relaciona directamente com uma concepção reparadora da natureza e do ambiente, associada às consequências da modernidade e muito marcada pela necessidade de resposta às exigências sociais (essencialmente, como debatemos anteriormente, às urbanas) em termos ambientais.

Pela descrição e breve análise dos objectivos associados à criação do PNM, apresentada no ponto anterior, vimos que a concepção de natureza imposta pelo Estado não exclui as populações locais. Não se trata de uma natureza construída institucionalmente como *pura*²⁵², mas de uma natureza para cuja manutenção e preservação a intervenção humana se tem revelado essencial. De qualquer modo, a natureza do PNM é instituída ou construída institucionalmente como o resultado da mobilização de concepções que a reflectem como *regeneradora*, *afamada*, *doméstica* ou ainda como *natureza a proteger*, na linha do que referimos anteriormente, citando Godard (1989) e Sauve (1994). É no sentido de salvaguardar a natureza da área do PNM pela *singularidade* e *raridade* dos elementos que a compõem; pelo seu carácter de *herança*; pela sua *notoriedade*; pela necessidade de a preservar das actividades humanas e ainda pela sua índole patrimonial, que vigoram desde 1979 algumas interdições e restrições ao seu uso pela população local e pelos *utentes secundários*. De entre o conjunto de regulamentações existentes no PNM, destacamos, na

²⁵¹ José Portela (1996: 325) refere que no caso português “a rarefacção demográfica e despovoamento do interior e a auto-insuficiência alimentar (...) parecem ter atingido os contornos de uma imprudência suicida”. Neste sentido, continua o autor mencionado, à nossa agricultura deve ser exigido “um abastecimento alimentar mínimo, claramente definido e defendido ao longo do tempo. É que a segurança, inclusive a segurança alimentar, é o primeiro dever do Estado” Trata-se igualmente de uma questão de “psicologia colectiva” no âmbito da qual o autor considera não existir “margem de manobra para neo-liberalismos, nem mercados imperfeitos”.

²⁵² No sentido que atribuímos a este termo no capítulo IV, ou seja, uma natureza rural que é representada como isenta de intervenção do Homem e, conseqüentemente, de artificios. Este equívoco funciona essencialmente, como vimos, por oposição ao meio urbano (e.g. Cudworth, 2003).

área das interdições²⁵³ (e.g. Decretos-Lei 355/79 de 30/8 e Decreto-Regulamentar 5-A/97 de 4/4) as que se colocam:

- às alterações à morfologia do solo, pela modificação do coberto vegetal, através do corte de árvores e arbustos, exceptuando-se as operações associadas à limpeza;
- às alterações à morfologia do solo através da deposição de resíduos sólidos susceptíveis de causar impactes visuais negativos ou poluição de outro género;
- à colheita, captura ou abate de exemplares de qualquer espécie vegetal ou animal que se encontrem sujeitos a medidas de protecção, com excepção das acções efectuadas pelo PN e das acções científicas, desde que autorizadas;
- à introdução na área do PNM de espécies zoológicas e botânicas exóticas ou estranhas ao ambiente;
- à destruição do património cultural;
- à prática de campismo e caravanismo fora dos locais apropriados;
- à realização de queimadas durante a época oficial dos incêndios.

Relativamente às acções sujeitas a autorização prévia da direcção do Parque Natural de Montesinho, podemos destacar as seguintes²⁵⁴:

- a realização de obras de construção civil, de alteração do uso actual ou da morfologia do solo designadamente para edificações, instalações e/ou ampliação de parques de campismo e caravanismo, equipamentos turísticos de lazer e recreio, explorações agro-pecuárias e agro-industriais, barragens, açudes, projectos de irrigação ou tratamento de águas residuais, estaleiros temporários ou permanentes, fora dos perímetros urbanos/espacos predominantemente urbanos, como tal definidos nos planos directores municipais;
- a alteração do uso actual dos terrenos para a implantação de unidades industriais em superfícies não contempladas nos planos directores municipais;
- a alteração do uso actual dos terrenos ou da morfologia do solo pela alteração de culturas ou pela afectação de novas áreas a actividades agro-silvo-pastoris e novos povoamentos florestais ou sua reconversão;
- a abertura de novas estradas, caminhos ou acessos, bem como o alargamento ou qualquer modificação das vias existentes, e obras de manutenção e conservação que impliquem a destruição significativa do coberto vegetal;
- a prática de actividades desportivas susceptíveis de deteriorarem os factores naturais;

²⁵³ Estas interdições possuem um carácter geral e são aplicadas a praticaente todas as áreas protegidas portuguesas. Não há, por outro lado, registos das infracções observadas ao longo dos últimos anos, no PNM.

²⁵⁴ Tal como referimos a propósito das interdições, as normas relativas às actividades sujeitas à autorização da direcção do PNM são comuns à maioria das AP portuguesas. Não existem igualmente registos das autorizações pedidas e concedidas na área do PNM.

- a venda ambulante de produtos de qualquer natureza, excepto dentro dos perímetros urbanos, locais de festividade religiosa e recintos de feira.

São ainda sujeitas a regulamentação na área do PNM a caça e a pesca fora dos locais e épocas considerados adequados. As interdições e as actividades sujeitas a autorização, acima mencionadas, são comuns à maior parte das AP portuguesas, estando a sua concretização ao nível local dependente das suas especificidades naturais, sociais e económicas. Estas regulamentações visam essencialmente a protecção da natureza, nas várias vertentes que mencionámos e impõe limites às actividades socioeconómicas existentes no PNM. O carácter restritivo destas regulamentações indica claramente a posição privilegiada do Estado no domínio da regulação do poder social sobre os recursos naturais. De salientar que estas normas e restrições não surgem na sequência do envolvimento da população, mas essencialmente da visão dos técnicos que intervêm na área. Os técnicos (e o Estado, através deles) impõem assim a sua visão de natureza. A natureza *extraordinária* do PNM é uma natureza *restrita* ou cujo acesso é, pelo menos em termos da ‘*law in books*’, condicionado. Este aspecto conduz frequentemente, tal como salientámos em termos genéricos no capítulo VI, ao surgimento de uma natureza *paralela* ou *marginal*, não no sentido de ser residual mas antes pelo facto de permitir o funcionamento das sociedades e economias locais. Isto significa que tal como na maior parte das AP nacionais (como observámos no capítulo VI), as regulamentações não são respeitadas por uma boa parte da população residente que continua a desenvolver as suas práticas quotidianas com base numa concepção de natureza que a coloca como *útil, vulgar e vivida*.

Paralelamente à existência de regulamentações, o PNM desenvolve igualmente acções de conservação e de divulgação²⁵⁵ que reflectem a concepção institucional de natureza. Entre essas acções destacam-se as que visam:

- o ordenamento da actividade cinegética e a sua interdição em áreas prioritárias para a conservação dos elementos naturais.
- O controle de corte de manchas florestais autóctones (e.g. carvalhais, sardoais e galerias rípicolas). Segundo o PNM, estas manchas têm vindo a sofrer intensos e desordenados cortes para obtenção de lenha, constituindo-se esta acção como o seu principal factor de ameaça. Esta actividade resulta, ainda segundo o PNM “*de um total desconhecimento da verdadeira produtividade física e económica destas áreas, assim como da importância dos benefícios decorrentes do seu uso múltiplo. Através de acções de sensibilização e formação, o PNM pretende diminuir a destruição destas manchas de vegetação de elevado valor ecológico, paisagístico e económico e promover a sua utilização sustentada*”.

²⁵⁵ As medidas de conservação que aqui apresentamos estão disponíveis com maior detalhe em www.icn.pt. No entanto, não é possível, por falta de informação, sistematizar a sua operacionalização em medidas efectivas.

- A diminuição do impacto de determinados animais em actividades económicas, como é o caso da agricultura. A necessidade de adoptar esta medida de conservação decorre da existência de elevadas densidades de determinadas espécies animais que nem sempre se tem mostrado compatível com as actividades económicas. O impacto destes animais é *“por vezes elevado gerando focos de tensão entre as populações locais e as políticas de conservação da natureza. Para diminuir e atenuar esta possível conflitualidade o PNM desenvolve dois tipos de acções. Numa primeira fase pretende diminuir o impacto destas espécies através da prevenção dos prejuízos e quando as acções empreendidas na prevenção não são suficientes, inicia-se uma segunda fase que se traduz na redução controlada das densidades dos animais que provocam os prejuízos”*.
- A prevenção de prejuízos na agricultura causados por animais selvagens. Com estas acções o PNM pretende reduzir o impacto dos animais selvagens na agricultura, através da criação de culturas alternativas nas áreas limítrofes de zonas agrícolas, na cedência temporária de postes para vedações e no fornecimento de plantas para substituição das árvores danificadas pelos animais em cultivos arbóreo.
- A recuperação e reposição do coberto vegetal natural. Com a realização destas acções, o PNM tem por objectivo a recuperação de áreas ardidas e sujeitas a processos erosivos intensos, áreas ocupadas com matos e sujeitas a fogos periódicos, e áreas de bosques autóctones.

Todas estas acções evidenciam, como dissemos, a concepção de natureza dos técnicos do PNM. Tal facto é sobretudo evidente quando se trata de acções que visam a minimização dos impactes das actividades humanas sobre os recursos naturais, como é concretamente o caso da medida que visa o controle do corte da mancha florestal autóctone. Como podemos observar, o argumento utilizado para a implementação desta medida desvaloriza o conhecimento da população local acerca dos seus recursos. Não pondo em causa a pertinência de uma tal medida, trata-se claramente de uma área em que a visão *do técnico, institucional*, se sobrepõe e subalterniza a visão da população local. As medidas acima referidas evidenciam igualmente os principais focos de conflito entre legitimidades e concepções de natureza na área do PNM, i.e., os aspectos associados ao corte de árvores em maciço e ainda os associados aos danos causados pelos animais selvagens nas actividades económicas locais²⁵⁶. De salientar que as quarta e quinta medidas mencionadas anteriormente se dirigem à minimização dos impactes causados às actividades humanas pelos animais selvagens, evidenciando a importância relativa que estas assumem na área do PNM, inclusivamente em termos da manutenção das paisagens. No entanto, as intervenções

²⁵⁶ No mesmo sentido, todos os presidentes das Juntas de Freguesia que inquirimos apontam estes dois aspectos como aqueles que têm motivado maiores protestos e situações de desrespeito pelas normas em vigor na área do Parque.

propostas parecem privilegiar sobretudo a fauna existente na área. Na linha do que refere Prista (1999) para o PN do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, também o PNM parece suportar mais a sua população do que depender dela para sobreviver apesar dos objectivos propostos indicarem o contrário. Trata-se aparentemente da materialização local da *décalage* (mencionada anteriormente para a actuação do Estado português em vários domínios) entre a *'law in books'* e a *'law in action'* (e.g. Santos, 1990a) ou, se quisermos entre a *'paisagem dos costumes'* e a *'paisagem das leis'* (e.g. Andresen, 1996).

No que se refere à valorização institucional na área do PNM, cremos que a sua maior evidência reside exactamente no facto de esta ser uma área protegida. O ambiente desta área constitui-se, assim, institucionalmente (e na linha do que dissemos no ponto quatro do capítulo VI) como *digno de ser protegido*. A materialização dessa valorização institucional, em termos do poder central, ocorre pela implementação de regulamentações que impõe não apenas limitações aos usos dos recursos naturais e do conjunto do território aos restantes actores institucionais e sociais, como tende igualmente a difundir concepções de natureza e de ambiente que se sobrepõe, em termos práticos, à dos outros agentes em presença. No caso dos outros actores institucionais em presença na área do PNM, eles são portadores de concepções diversas de natureza e de ambiente²⁵⁷. Dissemos no ponto anterior que existem outras entidades políticas e administrativas que interferem, por assim dizer, na área de intervenção do PNM. Estas entidades têm, por sua vez, áreas de intervenção que se encontram, formalmente, sob o domínio da legitimidade do PNM (como é o caso das Juntas de Freguesia e também, em parte, das Câmaras Municipais) ou que o transcendem (neste caso temos a Direcção Regional da Agricultura, por exemplo). As actividades destas entidades estão igualmente (essencialmente no caso das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia) sujeitas ao parecer do Parque que, dependendo da intervenção a ser realizada, tem sempre um carácter vinculativo. Naturalmente, as intervenções sujeitas a parecer por parte da Comissão Directiva do PNM são sobretudo as actividades que anteriormente identificámos como estando sujeitas à autorização da mesma.

Relativamente às entidades cujas áreas de intervenção se encontram total ou parcialmente sob o domínio do PNM, ou seja, às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia, as entrevistas realizadas²⁵⁸ permitem constatar que as suas visões de ambiente e de natureza são, em geral, bastante diversas daquelas que a área protegida veicula. É também visível nessas entrevistas a avaliação negativa que algumas delas (apenas no caso das Juntas de Freguesia) fazem do PNM e da sua actuação nesta matéria. Assim, no que se refere às

²⁵⁷ Como veremos no ponto seguinte, esta afirmação é igualmente verdadeira para o caso dos actores sociais, sobretudo dos habitantes da área.

²⁵⁸ Optámos por não colocar a identificação das Câmaras Municipais (CM) e das Juntas de Freguesia (JF), dado que a maior parte dos entrevistados ainda exercem as funções que possuíam na altura. Neste sentido, as entrevistas realizadas aparecem identificadas como CMA e CM.b e como JF1 a JF16.

questões que associam a necessidade de conservação da natureza na área, por um lado, e a promoção e desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos sociais, por outro, tomemos as palavras de um dos Presidente de Câmara Municipal (CM.b):

“Eu... eu... pronto... sou talvez das instituições que mais poluímos, mas ainda não temos maneira de resolver o problema... nós entendemos que tem que se resolver o problema dos saneamentos e se tem que se fazer os saneamentos eu não tenho fossas sépticas, eu não tenho ETAR's e portanto... ainda não temos ETAR... mesmo aqui a cidade, está agora em concurso. E portanto, mas eu também não podia ter ETAR, se não tenho água para que quero os esgotos? Há, digamos... o que eu pretendia era que houvesse um consenso e um equilíbrio das coisas... de forma a que as pessoas entendam que primeiro é preciso ter água e depois é preciso ter saneamento. Primeiro é preciso fazer o saneamento às pessoas, porque as pessoas precisam de mais higiene e conforto e bem estar. Nós não podemos admitir que a pessoa ainda vá ao curral ou à loja, como nós dizemos aqui... portanto, há que ter determinadas ... há que criar condições. E nós tivemos que nos preocupar com as estradas para que as pessoas andassem mais à vontade, tivemos que nos preocupar em tirar o lixo e o lodo dos Bairros, tivemos que nos preocupar em dar-lhes água e agora estamos numa fase já de recolher o lixo, de fazer uma pequena fossa, uma pequena ETAR e coisas assim, portanto, agora tem que haver uma compreensão.... de que... “Ai não se pode poluir um rio... “ Mas em primeiro lugar eu tenho que fazer o saneamento, e o saneamento para onde vai? Não o podemos engolir! Portanto tem que ir para a terra e é lá que corre, mas também nós sabemos que a própria natureza se defende”.

Na mesma linha de uma natureza que deve submeter-se antes de mais às necessidades do Homem e que ‘se defende’, i.e., que se regenera e tem uma capacidade relativamente ilimitada de renovação, afirmava o mesmo Presidente de Câmara Municipal, a propósito da compatibilidade entre as intervenções daquela instituição e os interesses e acções do Parque:

Eu ... por exemplo, noutra altura qualquer vieram aqui uns ... uns... uma dessas instituições, acho que foi a Quercus... “Ah, senhor presidente, o senhor tem que ver que as máquinas destroem uma grande parte do Parque e assim...” E eu disse “ Oh homens, desculpem lá... para construir um canal as máquinas têm que andar, têm que destruir, mas depois vamos repovoar” (...) mas também não podemos sacrificar agora o Homem... porque agora uma máquina, por causa de proteger 2 ou 3 arbustos, 2 ou 3 árvores, por causa de proteger meia dúzia de ervas, não vai ... agora sacrificar, não vamos admitir isso. Aqui por exemplo... eu não posso admitir que aqui o IP4 tivesse que de ser alterado por causa de proteger meia dúzia de águias ... reais... que tínhamos aqui... isso é que me parece que é alterar o natural... porque a ave adapta-se. Eu por exemplo aqui há uns tempos tive aqui uma.... não foi uma pega, mas... Pedia-me o Director do Parque para que eu não fizesse um determinado rompimento de uma estrada porque era a altura do acasalamento dos veados... e eu disse “oh director, o animal não se envergonha de praticar o acto sexual à vista seja de quem for, não tem problemas nenhuns...” E portanto... nós fomos avançando com a estrada. (...).Portanto, a minha ideia é realmente essa... é de tudo, a ter que se sacrificar, tem que se sacrificar ao próprio homem e não o homem à natureza, seja a vegetal, seja a animal”.

Estas palavras evidenciam claramente uma concepção antropocêntrica da natureza. A natureza é encarada como estando ao serviço do Homem e do seu desenvolvimento, quase como se não possuísse outro valor que não o de uso. Esta perspectiva ganha toda a sua expressão na seguinte afirmação do mesmo entrevistado:

“eu entendo que o rei da natureza que é o homem e tudo se deve subordinar ao homem e não o homem à natureza. Não pode ser sacrificado o género humano ou até... o racional... não deve ser sacrificado pela natureza. Se eu preciso de uma árvore e dela depende o bem-estar do indivíduo, entendo que se deve sacrificar a árvore e não o indivíduo...”

Esta perspectiva antropocêntrica é comum à maior parte das restantes entidades entrevistadas. Saliendam sobretudo os aspectos associados à exploração dos recursos naturais, como importantes para a sobrevivência do Homem, em termos materiais e associam-se fortemente à *visão social dominante no mundo ocidental*, a que aludimos no capítulo II desta tese, i.e., a uma visão essencialmente anterior à *sociedade de risco* em que aparentemente vivemos actualmente:

“a natureza? A...a natureza será um complemento do Homem, não é? É aquilo onde nós vamos buscar... buscar... é o nosso meio, é onde nos governamos ...e pronto.” (JF3)

“além de proteger a natureza... eu acho que deviam proteger mais os que vivem cá” (JF11)

“...eu próprio já critiquei uma vez ao próprio Parque que achava que havia uma protecção demasiada ao javali e até lhe dizia na altura (e levaram assim um bocadinho a mal) que seria mais importante um javali do que uma pessoa, para eles” (JF6)

“é uma questão delicada, não há dúvida que aqui temos de nos preocupar com o desenvolvimento económico, senão qualquer dia não temos aqui ninguém e depois, qual é o interesse de proteger a natureza ou o ambiente?” (CM.a)

Em associação com esta visão mais antropocêntrica da natureza, uma boa parte das entidades entrevistadas considera que o PNM não tem legitimidade para se sobrepor às decisões que tomam e às actividades que desenvolvem, embora reconheçam a necessidade de operar conjuntamente em determinadas áreas. Este reconhecimento parece, no entanto, associar-se mais à ausência de recursos financeiros de que padecem as Juntas de Freguesia, estando geralmente dependentes das Câmaras Municipais ou do Parque neste domínio:

“a maior dificuldade? Foi ter de andar lá a pedir dias e dias... eles não fazem, tem de se insistir... e mesmo o Parque para fazer alguma coisa é preciso ir lá sei lá quantas vezes” (JF10).

“a Câmara nunca decide nada para as freguesias se os presidentes da Junta não forem lá pedir” (JF5)

“mais poder para decidir o que se faz devia ser a freguesia, agora para fazer é a Câmara. Que tem mais condições, é lá que tem os serviços técnicos todos, nós quando vamos lá pedir qualquer coisa, vamos sempre pedir favores e isso com certeza que não está bem” (JF6)

“...eu desisti de lhes pedir as coisas, nunca mais pedimos nada ao Parque” (JF5)

“eles têm mais poder, porque eles é que têm o dinheiro, mas a Câmara e o Parque deviam ouvir as minhas razões, só que infelizmente a política anda sempre em primeiro lugar” (JF12)

A legitimidade das intervenções do PNM e das Câmaras Municipais assenta, assim, no poder que estas detêm. Por sua vez, esse poder é associado a um nível de incerteza elevado, na linha do que referimos no capítulo VI. A incerteza associada aos comportamentos do PNM e das Câmaras Municipais relaciona-se com os maiores recursos financeiros que estas entidades possuem (por comparação com as Juntas de Freguesia) e, assim, à incerteza acerca da sua capacidade de decidir o tipo de intervenções a realizar, bem como as localidades beneficiadas. Neste sentido, se por um lado, as entidades entrevistadas (com excepção do PNM e da associação CoraNE por razões óbvias) consideram possuir maior

legitimidade para decidir e intervir no território, por outro parecem delegar essa legitimidade naqueles que possuem maior poder aqui traduzido em recursos financeiros.

Apesar de as concepções institucionais de natureza não serem coincidentes no interior da área do PNM essa realidade não parece gerar conflitos entre as diversas entidades em presença. Efectivamente, esses conflitos são sobretudo latentes, consubstanciando-se somente em algumas opiniões contrárias a determinadas acções ou regulamentações desenvolvidas/impostas pelo Parque. Para esta situação pouco conflitual tem contribuído a ausência de informação e, sobretudo, a ausência de fiscalização nesta área. Através das entrevistas realizadas, como veremos posteriormente, é possível constatar que o PNM não promove com frequência acções de esclarecimento/informação aos presidentes das Juntas de Freguesia sobre as regulamentações existentes e a sua justificação. Esta situação é particularmente importante nas freguesias que pertencem ao concelho de Vinhais, onde apenas de há uns anos para cá se começou a sentir a existência do Parque e das suas regras²⁵⁹. É também a área de Vinhais que tem sido a menos fiscalizada durante os anos de vigência do PNM, embora a ausência de fiscalização seja geral a todo o território protegido.

3.2. A valorização social

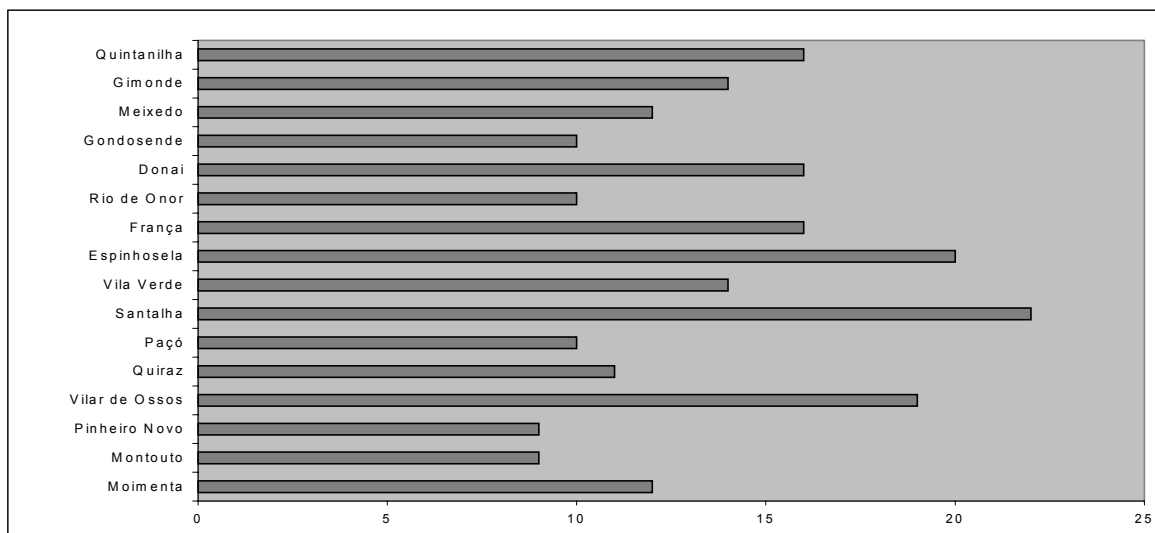
3.2.1 O lugar do ambiente no quotidiano dos habitantes

No capítulo VI argumentámos que a legitimidade do Estado, sobretudo ao nível central, tende de certa forma a desqualificar os modos mais tradicionais e enraizados no território de consumo e de usufruto da natureza, tentando substituí-las por outras consideradas institucionalmente mais adequadas para a sua conservação. Na secção anterior procurámos observar qual a concepção de natureza veiculada pelo Estado e a sua materialização em procedimentos que visam orientar e/ou restringir as acções dos restantes actores sociais e institucionais. Na presente secção procuramos analisar as representações e as práticas dos residentes na área do PNM face à natureza e ao ambiente, bem como o lugar que estes aspectos ocupam na sua vida quotidiana. Esta análise associa-se ao teste da hipótese 2 e das suas derivadas. No caso concreto da presente secção procuramos examinar as variáveis relativas à racionalidade subjacente à avaliação e valorização que os residentes inquiridos fazem dos elementos naturais e do ambiente.

²⁵⁹ O próprio Director do PNM reconhece esta menor presença do Parque na parte do concelho de Vinhais. Refere o Arquitecto Carlos Guerra que *"aí há uma explicação para isso que é a seguinte: o lado de Vinhais foi sempre um lado menos apoiado (...) não tenho nenhum preconceito em dizer que é muito provável que durante dois ou três anos... a... até há pouco tempo, nunca ninguém do Parque tivesse ido à zona dos Pinheiros (a freguesia mais afastada da sede em Bragança). Era normal, era normal que as pessoas... a... quando começaram... a aparecer outra vez por lá, os funcionários do Parque, com as viaturas lhes dissessem "ah, aqui há uns anos andou por cá um senhor" (...). No caso de Vinhais é, é por uma razão... mais uma vez por um problema de logística, porque repare se eu quiser ir reunir com as pessoas do Pinheiro Novo, saio daqui às 9 da manhã, reúno 1 hora e estou cá às 7 ou 8 da tarde"* (cf. anexo 3, pp. 191-212). No entanto, a distância entre Bragança e o Pinheiro Novo pode percorrer-se facilmente em cerca de duas horas. Por outro lado, a questão logística seria o argumento menos adequado para o relativo ostracismo a que uma boa parte das freguesias pertencentes ao concelho de Vinhais foi votada até há relativamente pouco tempo.

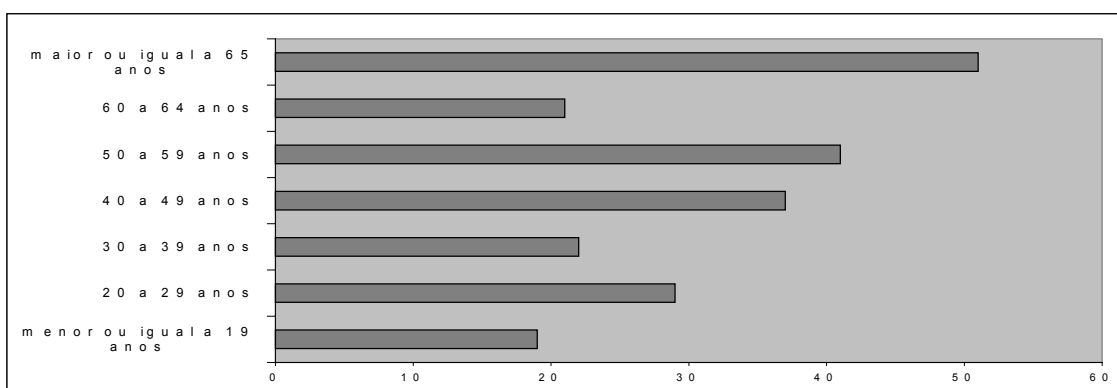
Antes de procedermos à análise da informação empírica recolhida para a análise das representações e das práticas dos residentes, consideramos pertinente apresentar uma breve caracterização desta categoria de inquiridos na área do PNM²⁶⁰. Desde logo, no que se refere às freguesias de residência, podemos observar, tal como havíamos mencionado na secção quatro do capítulo VII, que a freguesia de Santalha foi aquela onde se realizou maior número de IQ, devido ao seu também maior número de habitantes (ver figura 8.1).

Figura 8.1 – Freguesias de residência dos residentes inquiridos no PNM²⁶¹



No que concerne à idade dos inquiridos, predomina o grupo etário igual ou superior a 65 anos, tal como podemos verificar na figura 8.2. Esta corresponde basicamente à situação que descrevemos para a área do PNM, em termos de envelhecimento da população e em termos da ausência de população jovem nesta área.

Figura 8.2. – Distribuição dos residentes no PNM por grupos etários

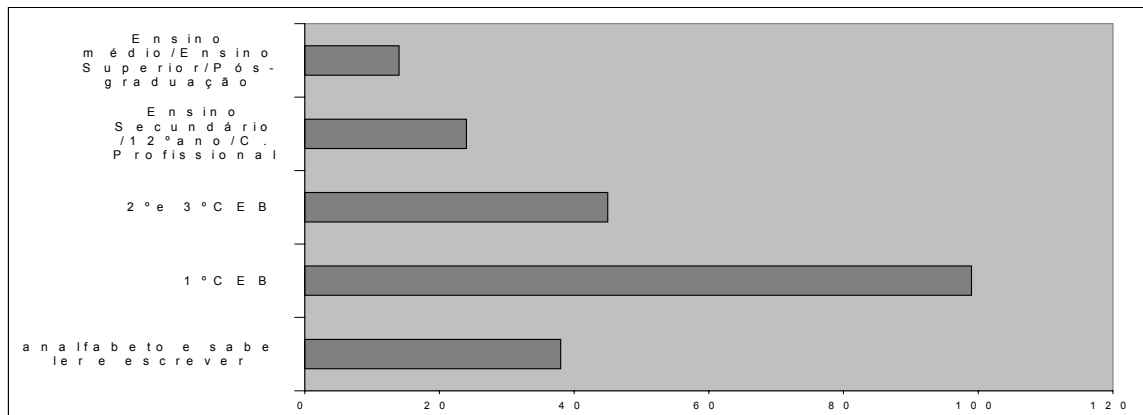


²⁶⁰ Quando dizemos *residentes* pretendemos na realidade significar os *habitantes desta área que foram por nós inquiridos*. Em face dos condicionalismos da amostra, especificados no ponto 4 do capítulo VII, não podemos pretender fazer generalizações com base na informação que recolhemos. De qualquer modo, utilizaremos a expressão *residentes*, salvaguardando, no entanto, que nos referimos aos inquiridos. Ver quadros 8.1 a 8.8b no anexo 3 (pp. 191 - 193) relativos à caracterização sociográfica deste tipo de inquiridos.

²⁶¹ Os dados apresentados neste gráfico, tal como os que serão apresentados nesta secção e seguintes, foram formados a partir da informação empírica recolhida através de IQ aos residentes e visitantes da área do PNM.

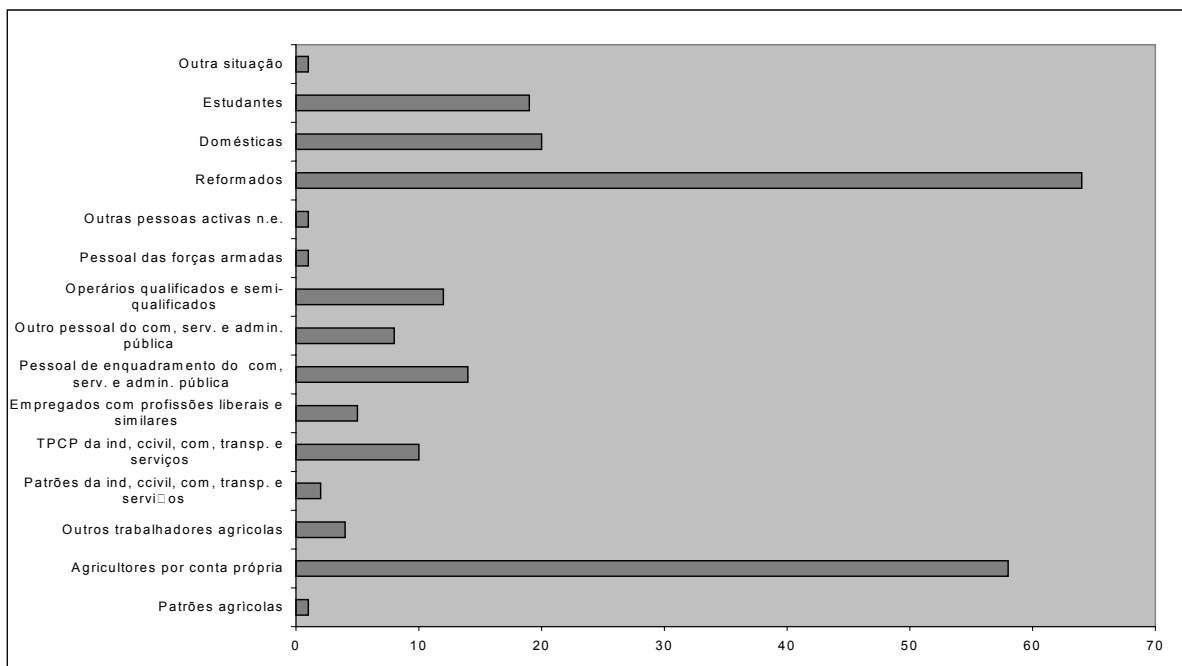
Também no que diz respeito aos níveis de escolaridade dos inquiridos podemos observar, através figura 8.3, que os mesmos acompanham as características gerais da população residente no PNM. A figura demonstra com clareza o largo predomínio do 1º CEB e o elevado número de inquiridos analfabetos.

Figura 8.3 – Níveis de escolaridade dos Residentes na área do PNM



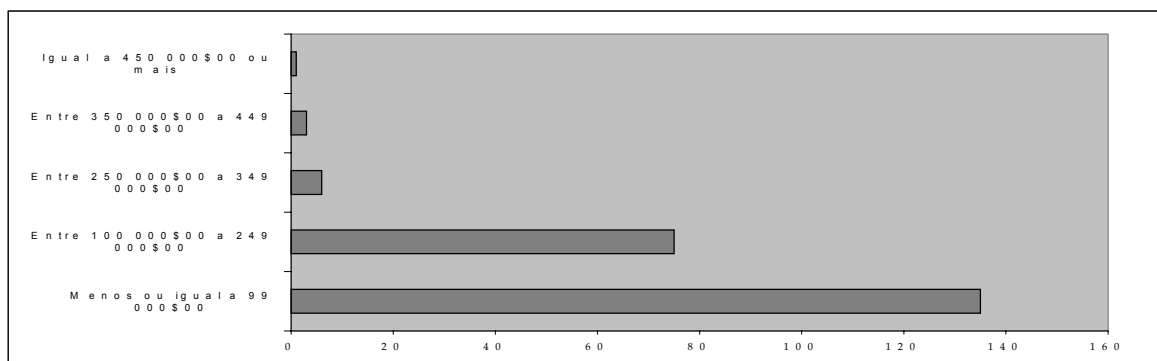
A variável que agrega a condição perante o trabalho, a profissão exercida pelos activos e ainda a situação na profissão, demonstra, em primeiro lugar no que se refere ao conjunto dos inquiridos, a larga predominância dos indivíduos reformados e, em segundo lugar, tendo em conta os indivíduos activos, o domínio dos trabalhadores agrícolas por conta própria (ver figura 8.4). Estes dados não são surpreendentes já que, por um lado obedecem aos critérios de construção da amostra e, por outro lado, às características globais da população residente na área do PNM.

Figura 8.4 – Distribuição dos residentes na área do PNM por grupos socioeconómicos



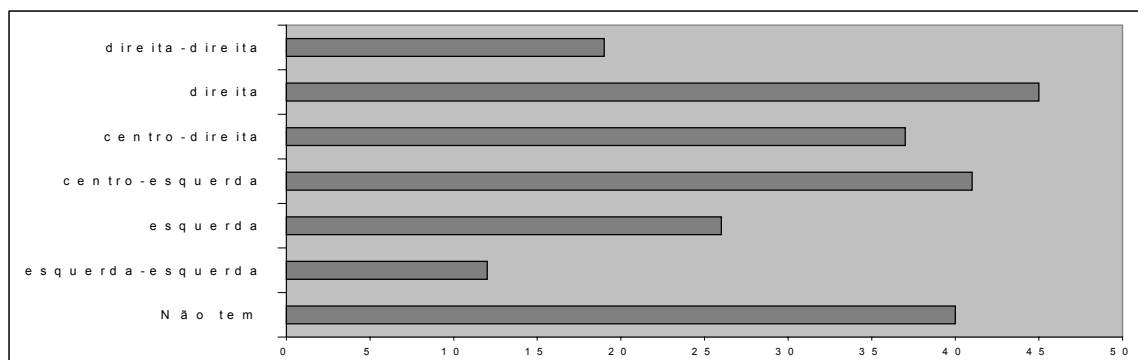
O nível de rendimentos do agregado doméstico dos inquiridos é, na maior parte dos casos, inferior ou igual a 99 000\$00²⁶² (63,6%) (ver figura 8.5). Este nível de rendimentos adequa-se, quer à condição perante o trabalho da maior parte dos inquiridos, quer ainda à actividade económica por eles exercida, no caso de serem activos. Por outro lado, sabemos que a questão do rendimento é uma questão geralmente delicada, do ponto de vista da recolha da informação e da sua validade, já que os inquiridos accionam, frequentemente, categorias de resposta que não correspondem à sua situação real.

Figura 8.5 – Nível de Rendimentos do agregado doméstico dos residentes na área do PNM



A posição política dos inquiridos foi medida através de uma escala de 0 a 10, em que o 1 representava a posição política ‘*mais à esquerda*’ e o 10 a posição política ‘*mais à direita*’. O 0 foi utilizado nos casos em que os indivíduos não queriam ou não sabiam responder. A partir da agregação dos diferentes valores construímos as categorias²⁶³ que surgem na figura 8.6 e no quadro 8.7 (anexo 3, p.192). Observamos que a maior parte dos inquiridos avalia a sua própria posição política como sendo ‘*mais à direita*’ (45,9%), sendo que 18% declaram não possuir qualquer posição política.

Figura 8.6 – Posição Política dos residentes na área do PNM



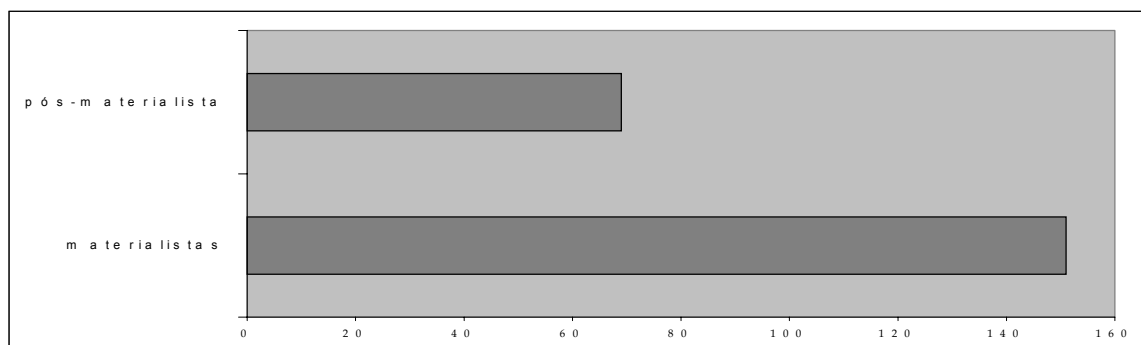
Se observarmos agora o índice de materialismo, construído de acordo com o que referimos na secção quatro do capítulo VII, constatamos que a maior parte dos inquiridos se

²⁶² Mantemos as categorias em escudos, já que a informação foi recolhida deste modo.

²⁶³ Assim: 1 = esquerda-esquerda; 2 e 3 = esquerda; 4 e 5 = centro-esquerda; 6 e 7= centro-direita; 8 e 9 = direita e 10= direita-direita.

posiciona como *misto-materialista*, i.e., como defendendo sobretudo valores de tipo materialista, mas tendo já alguma sensibilidade, em determinadas áreas, para os valores que temos vindo a designar ao longo desta tese como pós-materialistas. Na realidade, como podemos observar pela análise do quadro 8.8a (anexo 3, p. 193) 45% dos inquiridos pode ser classificado como *misto-materialista*, 23,6% como *materialista*, 23,3% como *misto-pós-materialista* e apenas 8,2% como *pós-materialista*. Como referimos no capítulo VII, estas categorias foram agregadas em apenas duas de que a figura 8.7 mostra a distribuição (ver quadro 8.8b no anexo 3, p. 193).

Figura 8.7 – Nível de Materialismo dos residentes na área do PNM



A agregação das anteriores quatro categorias em apenas duas, mostra que 68,6% dos residentes na área do PNM se posiciona como *materialista*, defendendo valores bastante associados à segurança física e material, como a necessidade de manter um exército forte no país, de manter níveis elevados de crescimento económico, de manter a ordem, de combater a criminalidade e de controlar os níveis de preços, por exemplo. Já os inquiridos *pós-materialistas* (31,3%) defendem essencialmente valores como a liberdade de expressão, a possibilidade e a importância da participação pública e cívica, o pacifismo e o ambiente, entre outros expressos nas questões 16, 17 e 18 do IQ (anexo 2, pp.114-129). Tendo em conta o que referimos no capítulo II a propósito da perspectiva pós-materialista (e.g. Inglehart, 1977, 1990, 1997), procurámos observar se também na área do PNM este tipo de valores é defendido por indivíduos mais jovens, mais escolarizados e possuidores de rendimentos mais elevados. Do cruzamento das variáveis relativas à caracterização sociográfica dos inquiridos, com a variável respeitante ao nível de materialismo, assim como das medidas estatísticas de associação (χ^2 , coeficiente V. de Cramer e coeficiente de contingência ou C. de Pearson²⁶⁴), podemos estabelecer uma relação estatística significativa entre a idade ($\chi^2 = 24,034$ para 6 graus de liberdade [gl.]), a escolaridade ($\chi^2 = 31,153$, para 4 gl.); os grupos socioeconómicos ($\chi^2 = 41,086$ para 14 gl.) e a defesa de valores materialistas/pós-materialistas. As variáveis

²⁶⁴ Estamos a lidar com variáveis nominais, daí que estas medidas estatísticas se mostrem as mais adequadas para observar a existência de associação e a sua intensidade.

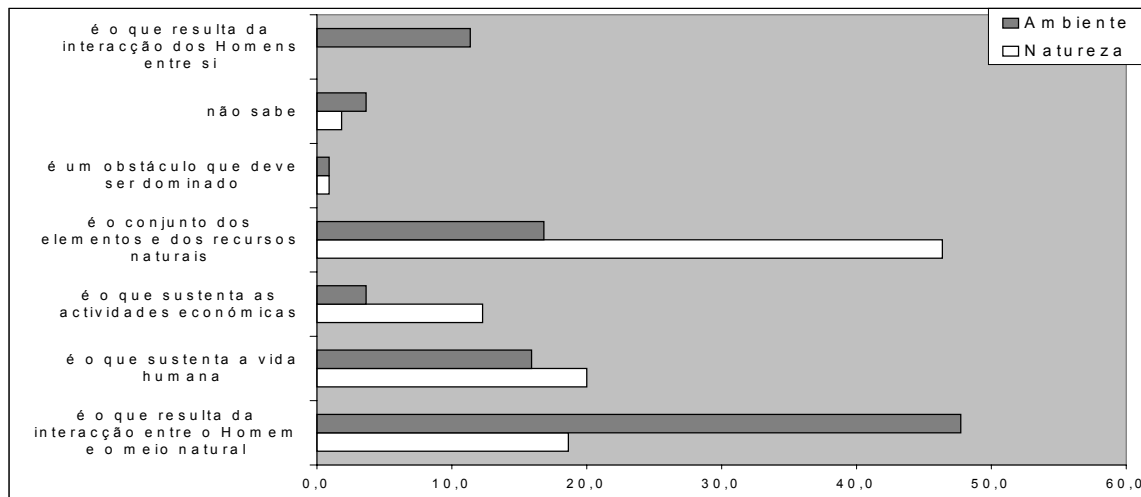
respeitantes ao nível de rendimento e à posição política dos inquiridos, respectivamente, possuem uma ténue e nula associação com o nível de materialismo. Apesar de avançarmos a associação positiva entre as variáveis mencionadas, as medidas baseadas no χ^2 , utilizadas para testar a intensidade da associação, não nos indicam que exista uma relação forte entre as mesmas. De qualquer forma, são os indivíduos mais idosos, menos escolarizados (com particular destaque para os analfabetos), os activos associados à agricultura e os reformados aqueles que demonstram maior adesão a valores de tipo materialista. Ao contrário, são os inquiridos mais jovens, mais escolarizados e os estudantes, aqueles que aderem mais frequentemente a valores do tipo pós-materialista.

Os dados relativos às representações e práticas dos residentes face ao ambiente, à natureza e aos instrumentos accionados pelo PNM no sentido da sua protecção e conservação, reflectem as características que acabámos de observar. Tal como vimos no capítulo II, na secção relativa ao entendimento das questões ambientais como questões sociais (cf. pp.23-31), na formação de representações interferem múltiplos factores, uns associados às condições objectivas dos actores, outros associados às formas de organização social e ao modo como em cada contexto são utilizados e percebidos os recursos naturais e o ambiente. Assim, a formação de representações mobiliza aspectos individuais e colectivos, tal como ficou demonstrado pela figura 2.1 (cf. p. 31) que os actores sociais materializam em práticas concretas face (no que se refere a esta análise) ao ambiente e à natureza. Neste sentido, para analisar o lugar que o ambiente e a natureza ocupam na vida quotidiana dos inquiridos temos que ter em consideração um vasto conjunto de variáveis, desde as que caracterizam os indivíduos de forma objectiva, até às que possuem uma natureza mais subjectiva ou qualitativa e que se referem às opiniões dos inquiridos e à avaliação que estes fazem da realidade.

Começando por analisar a concepção de natureza dos residentes no PNM, podemos constatar que para a sua maior parte (46,6%) se trata do conjunto dos elementos e dos recursos naturais. Para cerca de 18% a natureza é o ambiente, ou seja, é aquilo que resulta da interacção entre os Homens e o meio natural. Também para aproximadamente 18% a natureza é o sustentáculo da vida humana e para 12% é o que sustenta as actividades económicas, tal como podemos observar na figura 8. 8. Já no que diz respeito à concepção de ambiente, observamos que para a maior parte dos inquiridos (47,7%) o ambiente é o que resulta da interacção entre o Homem e o meio natural (concepção socio-biofísica). Para 16,8% o ambiente assume-se como natureza, já que corresponde ao conjunto dos recursos e elementos naturais (concepção biofísica). Para 15,9% o ambiente é o que sustenta a vida humana (concepção de pendor antropocêntrico) e para 11,4% o ambiente é o que resulta das relações que os Homens estabelecem entre si (ambiente social).

As medidas de associação demonstram que existe alguma significância estatística na relação entre as concepções de natureza e de ambiente e as variáveis sociográficas, dada pelo teste do χ^2 . No entanto, a intensidade da relação é geralmente fraca. São os agricultores mais idosos e os reformados quem associa à natureza essencialmente a função de suporte das actividades económicas e são sobretudo os estudantes e os mais jovens quem representa o ambiente como socio-biofísico.

Figura 8.8 – Concepções de ambiente e natureza dos residentes na área do PNM (%)



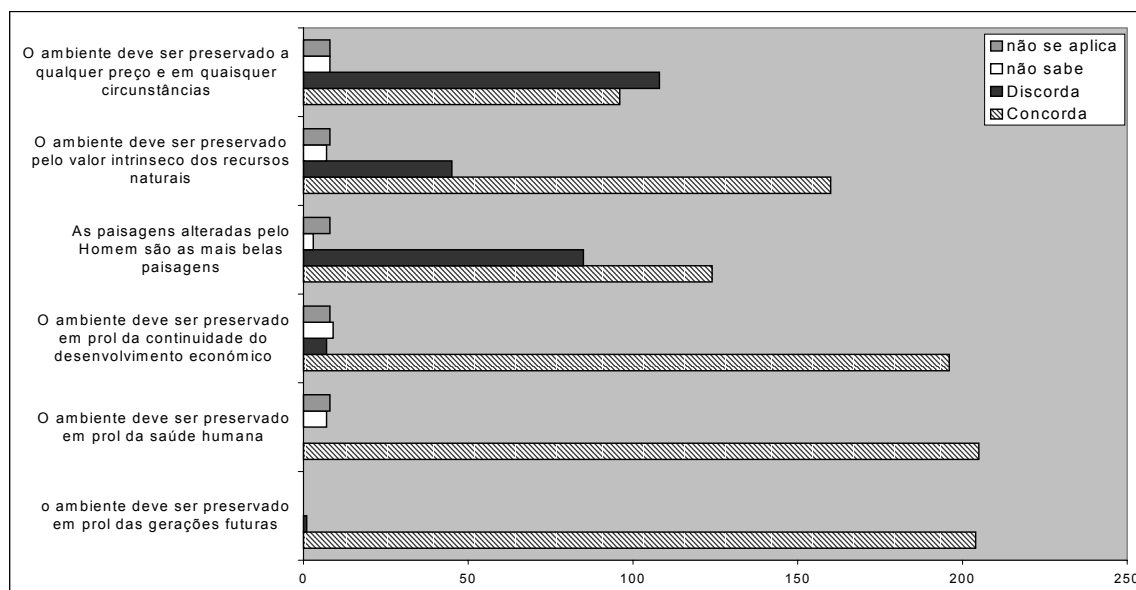
Observamos que a variável correspondente ao nível de materialismo se encontra associada, ainda que de forma ténue, com as concepções de ambiente e, sobretudo, de natureza. Assim, os materialistas representam mais frequentemente a natureza como o suporte das actividades socioeconómicas e da vida humana (concepção antropocêntrica) e o ambiente como social ou como o sustentáculo da vida humana. O teste do χ^2 demonstra a existência de uma relação de interdependência entre ambas as representações, muito embora a associação não tenha uma intensidade elevada. As representações de natureza e de ambiente não sofrem qualquer tipo de influência das variáveis que se referem à posição política, ao nível de rendimento e à freguesia de residência. Tal como observámos no capítulo II, as representações de natureza e de ambiente podem igualmente ser influenciadas pelos usos que se fazem do território. Neste sentido, tendo em conta todos os inquiridos que se dedicam à actividade agrícola (61% do total)²⁶⁵, reforçamos o que havíamos dito anteriormente, i.e., que são estes os inquiridos que possuem da natureza uma visão mais antropocêntrica, ou seja, aqueles para quem a natureza é sobretudo o sustentáculo das actividades económicas e da vida humana. No que diz respeito à concepção de ambiente, observamos que os agricultores são também a categoria que mais associa o ambiente à

²⁶⁵ Neste caso são considerados não apenas os 61 indivíduos cuja profissão principal é a actividade agrícola, mas também aqueles que desempenham esta actividade para além de outras, ou para além de serem reformados ou domésticos. No total existem 132 agricultores entre os inquiridos, contra 85 que não o são.

natureza, i.e., aqueles que o representam como exclusivamente biofísico. Por outro lado, são igualmente os agricultores os que com maior frequência associam o ambiente ao meio social. Estes resultados enquadram-se no que Dunlap e Tremblay (1978) concluem, i.e., que os agricultores possuem uma visão mais antropocêntrica e utilitária da natureza do que as categorias socioprofissionais que não desempenham nenhuma actividade intimamente relacionada com a exploração directa dos recursos naturais.

Ainda no que se refere às concepções de natureza e de ambiente, observamos que os residentes oscilam entre uma posição que podemos definir como *antropocêntrica* e uma outra a que, por oposição, chamaremos *ecocêntrica*, como podemos observar nas figuras 8.9 e 8.10. Concretamente, no que concerne ao ambiente, verificamos que os residentes no PNM tendem a concordar sobretudo com as afirmações de tendência antropocêntrica e a discordar das afirmações de carácter mais ecocêntrico²⁶⁶. Observamos assim que, a par com a afirmação que apela à preservação do ambiente em prol das gerações futuras (que reúne um quase total consenso), os indivíduos apoiam francamente a protecção e preservação do ambiente por razões associadas à saúde humana e à continuidade do desenvolvimento económico.

Figura 8.9 – Concordância e motivações para a preservação do ambiente, por parte dos residentes do PNM

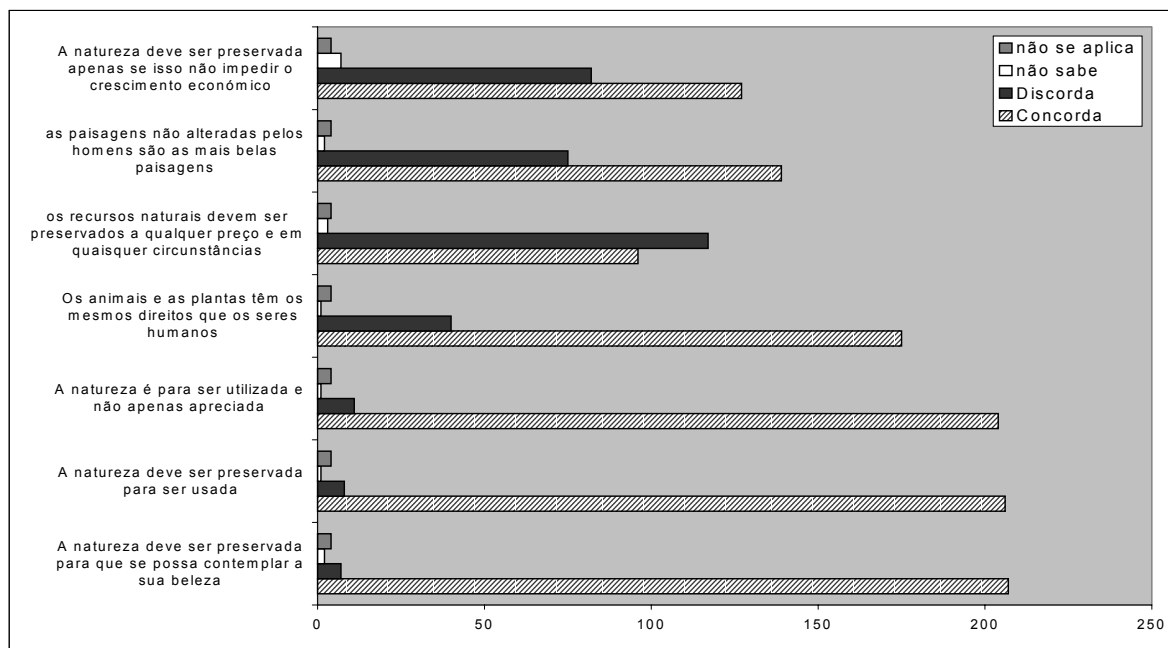


²⁶⁶ Nesta questão, consideramos afirmações de natureza antropocêntrica as seguintes: *o ambiente deve ser preservado em prol da saúde humana; as paisagens alteradas pelo homem são as mais belas paisagens; o ambiente deve ser preservado em prol da continuidade do desenvolvimento económico*. Como afirmações de carácter ecocêntrico identificamos: *o ambiente deve ser preservado em prol das gerações futuras; o ambiente deve ser preservado pelo valor intrínseco dos recursos naturais e o ambiente deve ser preservado a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias*. Originalmente, como se pode observar no IQ aos residentes do PNM, utilizámos uma escala de Likert, com vários níveis de concordância. Dado que os inquiridos demonstraram algumas dificuldades em distinguir os vários graus de concordância, referindo apenas 'concordo' ou 'não concordo', optámos, no tratamento da informação, por utilizar apenas estas duas categorias. A categoria 'não se aplica' foi utilizada nos casos em que os inquiridos afirmaram não saber definir ambiente, numa questão anterior.

No que se refere à natureza, observamos, como referimos anteriormente, um comportamento semelhante. Assim, as afirmações antropocêntricas reúnem maior consenso do que as que possuem um carácter explicitamente ecocêntrico²⁶⁷. Tal como nas questões relativas ao ambiente, observamos que a questão que apela para a preservação da natureza a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias é aquela que reúne maiores níveis de discordância. Um outro aspecto relevante é o valor relativamente elevado que os residentes atribuem às paisagens alteradas pelo Homem em ambas as questões. Para isto contribui o papel importante que a agricultura desempenha em termos da construção das paisagens rurais e ainda o facto de aquela actividade ser considerada, em geral, pouco susceptível de degradar o ambiente, como veremos posteriormente.

Da análise da figura 8.10 sobressai ainda o valor de uso que é atribuído à natureza. No entanto, contrariamente ao que poderia ser esperado pelo que foi dito anteriormente, não se observa nenhuma significância estatística entre este conjunto de variáveis e o desempenho da actividade agrícola. Apenas no que se refere à discordância com a preservação dos recursos naturais a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias existe uma ténue associação com a situação de agricultor dos inquiridos.

Figura 8.10 – Concordância e motivações para a preservação da natureza, por parte dos residentes na área do PNM



²⁶⁷ Nesta questão foram consideradas afirmações de tipo antropocêntrico as seguintes: *a natureza deve ser preservada para ser usada; a natureza é para ser usada e não apenas apreciada; a natureza deve ser preservada apenas se isso não impedir o crescimento económico*. Como afirmações de pendor ecocêntrico considerámos: *a natureza deve ser preservada para que se possa contemplar a sua beleza; os animais e as plantas têm os mesmos direitos que os seres humanos; os recursos naturais devem ser preservados a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias e as paisagens não alteradas pelos homens são as mais belas*. Os procedimentos adoptados foram os mesmos que apontámos anteriormente para as questões associadas ao ambiente.

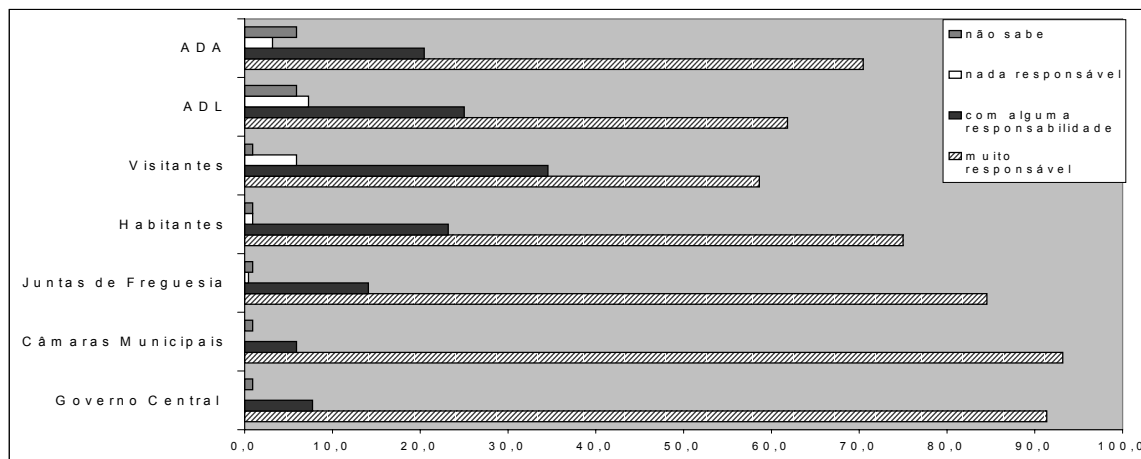
Muito embora não se observe uma relação muito intensa, existe associação entre a idade dos inquiridos e a consideração de que as paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas ($\chi^2=29,767$ para 6 gl.). Assim, são essencialmente os indivíduos a partir do grupo etário dos 50 aos 59 anos aqueles que tendem a valorizar mais esta concepção. Exactamente o mesmo tipo de associação pode ser observada entre a idade e a consideração de que a natureza tem sobretudo uma função utilitária. No mesmo sentido, os inquiridos menos escolarizados tendem a discordar mais da preservação da natureza apenas pelo seu valor intrínseco. Já os mais escolarizados demonstram menor concordância com a afirmação de que as paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas, tratando-se aqui de uma associação estatisticamente significativa ($\chi^2=43,625$, para 4 gl.; V. de Cramer=0,500) entre as variáveis em apreço. Inversamente, são os analfabetos (99% desta categoria) e os detentores do 1º CEB, aqueles que demonstram uma maior concordância com aquela afirmação. Os analfabetos consideram na sua totalidade que a natureza só deverá ser preservada se essa preservação não impedir a continuidade do crescimento económico. Quanto à associação entre os grupos socioeconómicos e as variáveis que temos vindo a analisar, podemos observar a existência de relação com a variável que coloca as paisagens não alteradas pelo Homem como as mais belas ($\chi^2=41,542$ para 14 gl. V. de Cramer= 0,500). Assim, são os agricultores por conta própria e os reformados os grupos que mais concordam com aquela afirmação. No mesmo sentido e de acordo com o que dissemos antes, são também os agricultores por conta própria e os reformados aqueles que consideram que a natureza deve ser preservada apenas se tal situação não impedir o crescimento económico. Embora tenhamos observado anteriormente que a situação de agricultor influi apenas tenuamente nas concepções de natureza e de ambiente, associadas às variáveis que temos vindo a analisar, constatamos que quando se trata da profissão principal dos inquiridos, a agricultura constitui uma variável importante. Efectivamente, 87,3% dos agricultores consideram que a sua actividade não é, em geral, prejudicial para a natureza. Quanto à freguesia de residência, aos valores materialistas/pós-materialistas e ainda aos níveis de rendimento a sua associação com as variáveis relativas às concepções de natureza e de ambiente não é senão muito ténue.

Em síntese, os residentes parecem deter simultaneamente concepções antropocêntricas e ecocêntricas da natureza e do ambiente, sendo que são essencialmente os mais idosos, os menos escolarizados, os reformados e os que têm como actividade profissional principal a agricultura aqueles que partilham uma visão mais utilitarista e antropocêntrica. Isto mesmo pode ser reforçado através da análise da importância atribuída ao PNM e às AP em geral. Muito embora apenas 10% dos residentes na área do PNM considere que não deveriam existir mais AP em Portugal, essa percentagem é formada por indivíduos idosos, analfabetos e agricultores por conta própria. Do mesmo modo, quando inquiridos acerca da justificação

para o aumento das áreas protegidas no país, as razões associadas ao carácter da natureza como suporte das actividades económicas e à saúde são essencialmente apontadas pelas categorias mencionadas. São ainda os indivíduos materialistas os que apontam como justificação para a necessidade de um maior número de áreas protegidas o facto de as actividades económicas estarem dependentes da natureza. Quanto ao PNM, apenas 8 dos 220 residentes inquiridos desconhecem que vivem numa área protegida. No entanto, 40,3% dos inquiridos considera que os elementos naturais e culturais desta área conheceriam o mesmo grau de preservação ainda que não fosse protegida, i.e. ainda que sobre ela não existissem regulamentações quanto aos usos dos recursos naturais. 57,4% consideram que o facto de se tratar de uma área protegida é fundamental para a menor degradação dos elementos naturais e culturais. Apesar de não existir uma associação estatisticamente significativa entre a variável freguesia de residência e a questão do contributo do PNM para a maior ou menor degradação dos aspectos naturais e culturais da área, é visível que nas freguesias pertencentes ao concelho de Vinhais a importância atribuída ao Parque é menor. É também nestas freguesias, muito particularmente nas de Pinheiro Novo, Vilar de Ossos e Santalha que os residentes consideram que o PNM não desenvolveu nenhuma acção de conservação e protecção dos elementos naturais e culturais. A nível global, a existência de regras devido ao PNM é considerada como uma razão importante para a menor degradação daqueles elementos. Entre os inquiridos que referem que, mesmo num contexto de ausência de estatuto legal de protecção, a preservação dos elementos naturais e culturais seria idêntica, 58,6% apontam a ausência de acções do Parque nesse sentido e 40,2% a atitude tradicional de conservação desses por parte da população residente. São os indivíduos mais idosos e menos escolarizados os principais portadores desta avaliação sobre o contributo da área protegida para a preservação dos elementos naturais e culturais. Sobre o contributo da população local para a manutenção destes elementos na área, 73,2% dos inquiridos considera que ele tem sido e continuará a ser fundamental, sendo que apenas 10,5% não reconhece aos residentes na área nenhum papel importante neste domínio. Estes resultados são idênticos para o papel atribuído aos visitantes da área do PNM na manutenção dos elementos naturais e culturais. Assim 65,5% dos residentes reconhece aos visitantes da área um papel relevante neste contexto, enquanto 18,6% não lhes atribui qualquer função. Não se verifica qualquer associação entre as variáveis sociográficas e o tipo de avaliação que é feita acerca do contributo da população local e dos visitantes para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área. Relativamente aos actores e entidades a que se atribui maior responsabilidade na protecção do ambiente na área do PNM, podemos observar pela figura 8.11 que os residentes consideram que as responsabilidades devem ser partilhadas por todos estes agentes. É, no entanto, saliente a maior responsabilidade atribuída às Câmaras Municipais, ao Governo Central e às Juntas de Freguesia. Por outro lado, aos habitantes,

visitantes, ADL e ADA são atribuídas menores responsabilidades neste domínio. Existe associação entre a freguesia de residência e as menores responsabilidades atribuídas ao conjunto de actores não institucionais (i.e. aos habitantes, visitantes, ADL e ADA).

Figura 8.11 – Actores e Entidades considerados responsáveis pela protecção do ambiente na área do PNM, por parte dos residentes



Observamos que são sobretudo os residentes nas freguesias pertencentes ao concelho de Vinhais aqueles que, mais frequentemente, atribuem menores responsabilidades a este grupo de actores²⁶⁸. No que se refere à influência das variáveis sociográficas e do índice de materialismo, não se observa nenhuma associação estatisticamente relevante com a questão em análise.

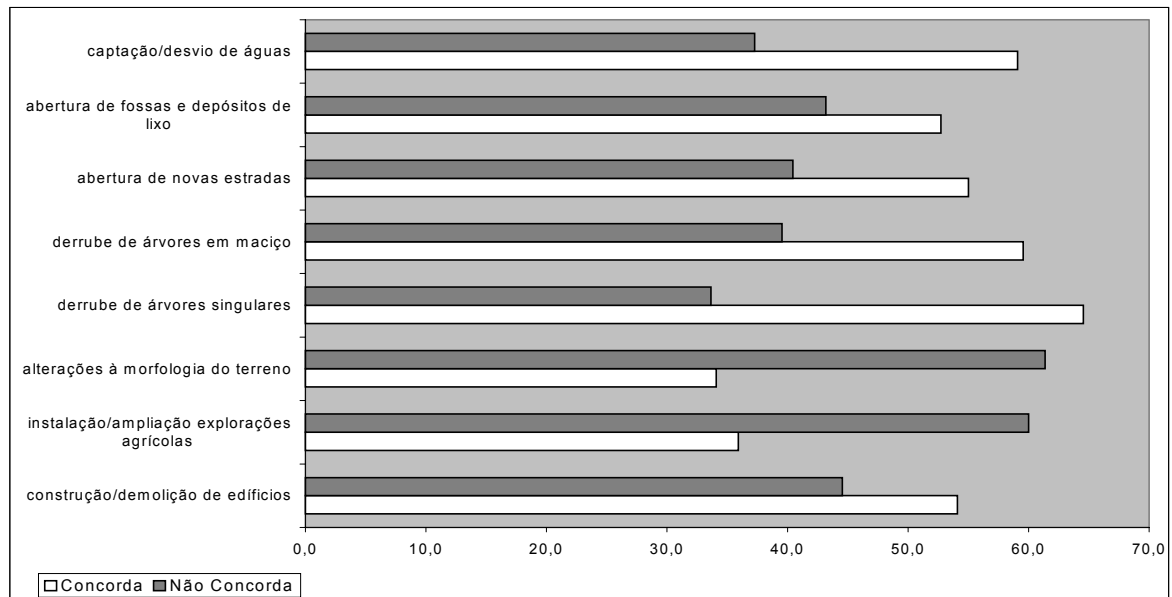
Como pudemos verificar anteriormente, um pouco mais de metade dos inquiridos considera que o PNM tem dado um contributo relevante para a preservação dos elementos culturais e naturais existentes na área. Vimos que a razão mais frequentemente apontada para a eficácia de tal contributo se relacionava com a existência de regulamentações impostas ao uso desses mesmos elementos. De uma forma geral, os habitantes do PNM concordam com a existência da maior parte das regras em vigor nesta área protegida, quer com as que se referem a actividades sujeitas a autorização, quer sobretudo com as sujeitas a proibição, como podemos observar nas figuras 8.12 e 8.13.

As únicas duas regras que recolhem o desacordo generalizado dos residentes associam-se às alterações à morfologia dos terrenos e à instalação ou ampliação das explorações agrícolas (respectivamente 61% e 60% discordam desta restrição). Apesar de existirem maiores níveis de concordância com as restantes regras, salientamos igualmente as elevadas percentagens de indivíduos que manifestam a sua discordância face a elas. Isto é particularmente verdadeiro para as restrições associadas à deposição de lixo, à captação de

²⁶⁸ Respectivamente, os valores que o χ^2 assume são 63,208; 52,410; 79,634 e 58,368 para 30 gl.

água, à abertura de novas estradas, ao derrube de árvores em maciço e à construção e demolição de edifícios.

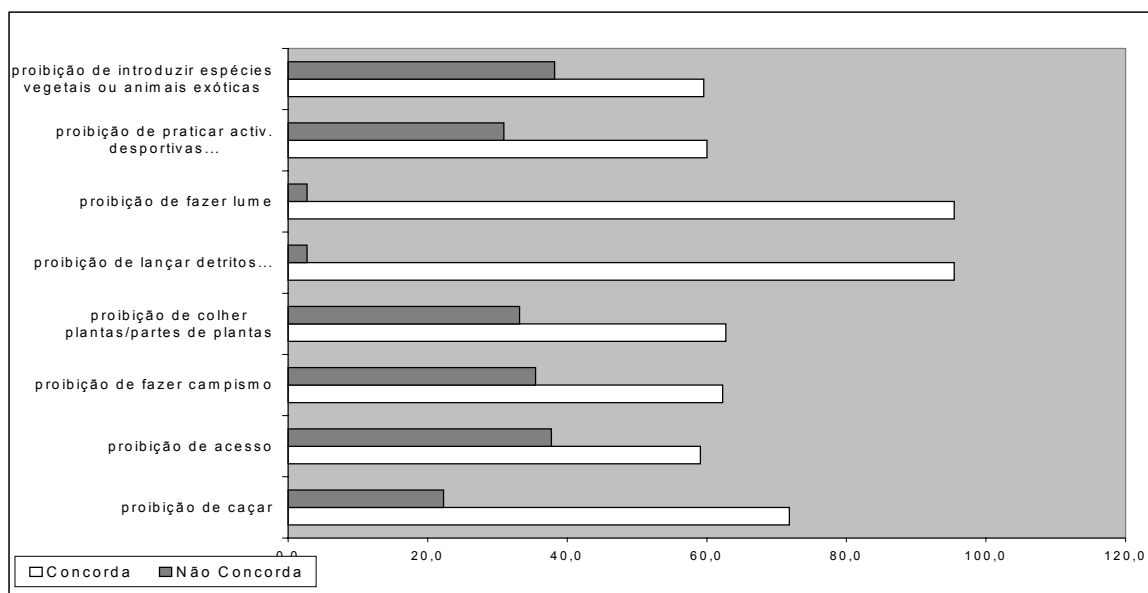
Figura 8.12 – Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a autorização por parte dos residentes (%)



Não existe significância estatística na associação entre os níveis de concordância com as regras mencionadas, as freguesias de residência, a posição política e o nível de rendimentos. No que se refere à idade, observamos que ela influencia os níveis de concordância face ao derrube de árvores singulares, à deposição de lixos e à captação e/ou desvio de águas. A associação manifesta-se (ainda que a sua intensidade seja pouco expressiva) devido ao facto de os indivíduos com idades superiores a 65 anos discordarem com maior frequência daquelas regras. No que diz respeito aos níveis de escolaridade, verificamos a existência de associação entre esta variável e a concordância com as regras expostas anteriormente, muito particularmente com as que se referem às alterações à morfologia do terreno, ao derrube de árvores singulares, à deposição de lixos e à captação e/ou desvio de águas. Neste caso, são os menos escolarizados (sobretudo os analfabetos, mas também os detentores do 1º CEB) aqueles que tendem a discordar deste conjunto de regras. Existe alguma significância estatística na associação entre as variáveis relativas à existência de regras e os grupos socioeconómicos. Neste caso, os agricultores por conta própria e os reformados são as categorias que mais discorda das regras associadas às alterações à morfologia dos terrenos, ao derrube de árvores singulares ($\chi^2=34,516$ para 14 gl.; V. de Cramer =0,400), à abertura de novas estradas e à deposição de lixos. A influência dos valores materialistas/pós-materialistas faz-se sobretudo sentir no acordo com a regra relativa ao derrube de árvores singulares (os pós-materialistas defendem esta regra) e no desacordo com a norma associada à deposição

de lixos (os materialistas não concordam com esta restrição). As regulamentações relacionadas com a interdição de desenvolver determinadas práticas parecem reunir mais consenso, como pode ser observado na figura 8.13, sobretudo as interdições relativas às queimadas e, de certo modo paradoxalmente devido ao que dissemos antes sobre a deposição de lixos, as associadas aos detritos.

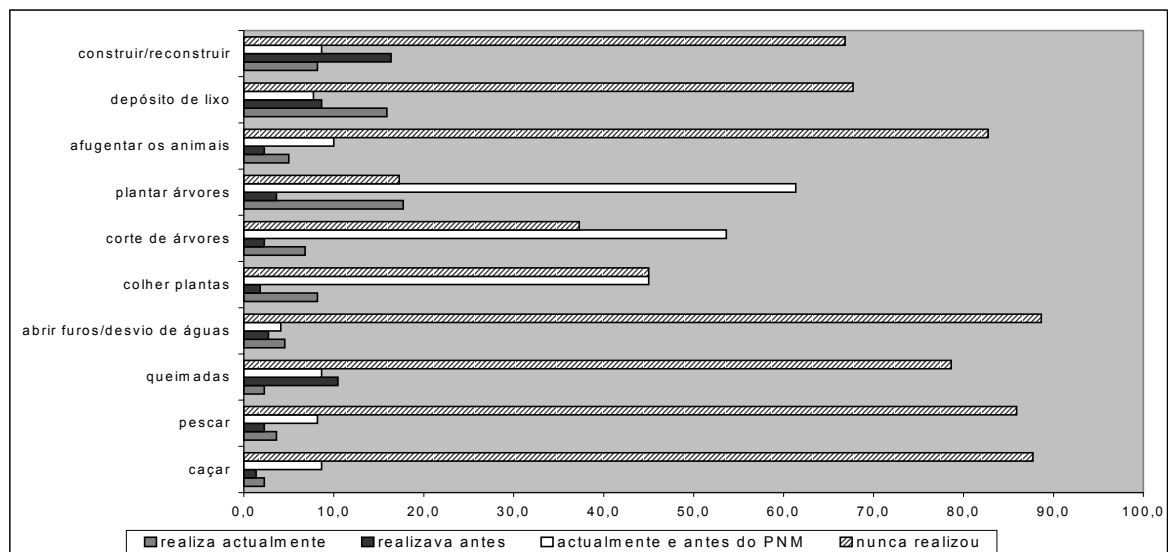
Figura 8.13 – Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a proibição por parte dos residentes (%)



Assim, observamos que as únicas regras que reúnem um desacordo não negligenciável, são as interdições à introdução de espécies animais e vegetais exóticas, à proibição de fazer campismo fora dos locais designados e ainda à proibição de aceder a determinadas áreas. Analisando a influência das variáveis sociográficas e ainda a influência do nível de materialismo nestas posições, observamos que a idade influencia o desacordo manifestado a propósito das interdições associadas à caça, à introdução de plantas ou animais exóticos e à colheita de plantas fora da exploração agrícola, sendo que os mais idosos são aqueles que com mais frequência demonstram a sua discordância. Quando associamos a variável nível de escolaridade aos níveis de concordância com a interdição de acesso, da prática de campismo selvagem, de colher plantas fora da exploração agrícola e de introduzir espécies exóticas, verificamos que os indivíduos analfabetos são aqueles que com maior frequência discordam destas regras. Os agricultores por conta própria e os reformados são as categorias que apresentam maiores níveis de discordância face às interdições de acesso ($\chi^2 = 35,520$ para 4 gl., V. de Cramer = 0,408) e de colheita de plantas. Finalmente, as interdições associadas à caça, ao acesso e à colheita de plantas fora da exploração agrícola são as que colhem maior desacordo entre os indivíduos que defendem valores do tipo materialista.

Não existe significância estatística na associação entre as concepções de ambiente e de natureza e os níveis de concordância com as regulamentações existentes na área protegida. Por outro lado, existe associação, ainda que não muito intensa, entre a concepção mais utilitarista da natureza e o desacordo manifestado a propósito de algumas das restrições e interdições em vigor na área do PNM, particularmente as que se referem ao derrube de árvores, à instalação e ampliação de explorações agrícolas e à colheita de plantas fora da exploração agrícola. Os agricultores (quer se trate do desempenho desta actividade a título principal ou secundário) discordam com frequência das restrições impostas à instalação ou ampliação de explorações agrícolas, à abertura de novas estradas na área e à captação e/ou desvio de água. Apesar de, como vimos, existirem percentagens importantes de residentes que não concordam com as restrições impostas pelo Parque Natural, a maior parte deles declara não possuir comportamentos de desrespeito relativamente a elas. Isto acontece essencialmente porque a maior parte dos inquiridos nunca teve como práticas habituais as actividades sobre as quais existem agora regulamentações, como podemos verificar na figura 8.14.

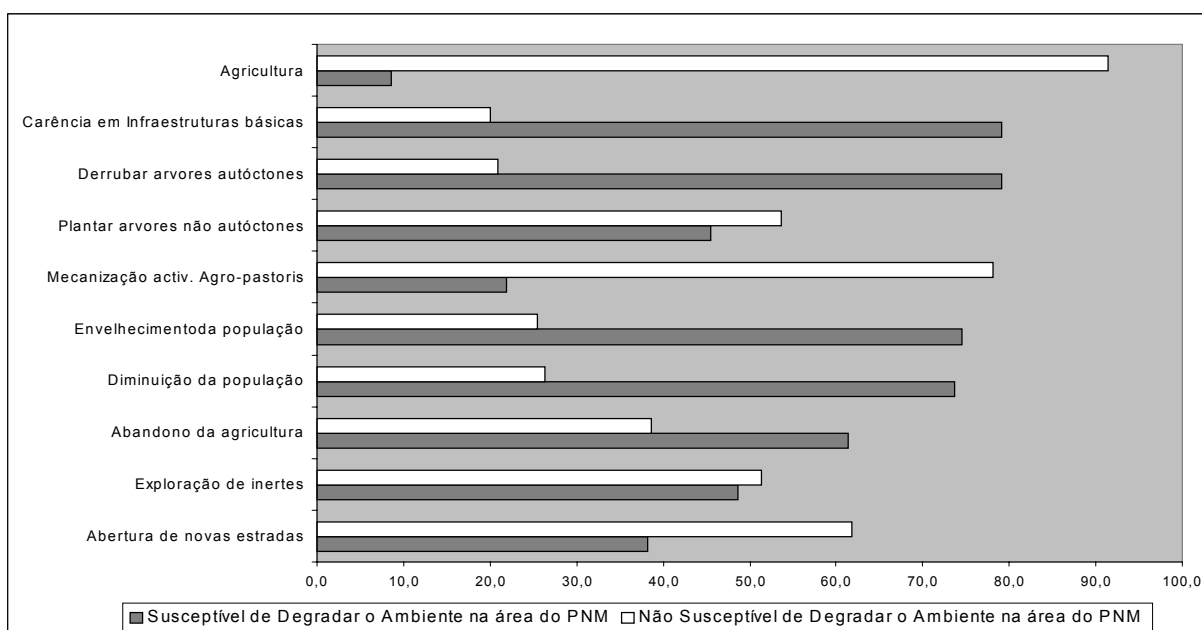
Figura 8.14 – Comportamentos tidos pelos residentes antes e após a instituição do PNM (%)



Observamos pela análise da figura mencionada que apenas o corte e a plantação de árvores, assim como a colheita de plantas fora da exploração agrícola são actividades que se mantiveram independentemente da instituição do PNM. Por outro lado, as queimadas e a construção e/ou reconstrução de edifícios sem ter em conta os materiais tradicionais constituem actividades que os inquiridos deixaram de realizar após a criação da área protegida. De uma forma geral, ou porque nunca desenvolveram as práticas referidas, ou porque as mantiveram, a instituição do Parque não veio alterar estas práticas face ao território e ao uso dos recursos de forma importante.

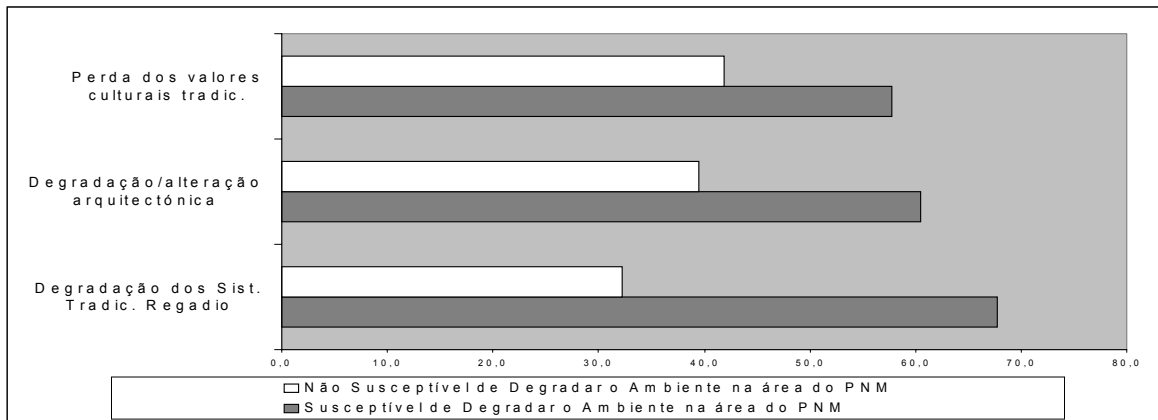
Finalmente, ainda no que se refere à valorização do ambiente e da natureza na área do PNM, por parte dos seus residentes, é interessante analisar que aspectos são considerados mais susceptíveis de contribuir para a sua degradação. Para melhor compreendermos esta questão subdividimos os aspectos mencionados em três grandes categorias. Assim, em primeiro lugar, considerámos os aspectos associados ao quotidiano dos habitantes da área do PNM, como se pode verificar na figura 8.15. Seguidamente, os aspectos relativos à manutenção das *memórias* e identidade colectivas (figura 8.16) e finalmente os aspectos relacionados com a natureza e as procuras exteriores (figura 8.17).

Figura 8.15 – Aspectos associados ao quotidiano dos residentes do PNM, segundo o contributo para a degradação do ambiente (%)



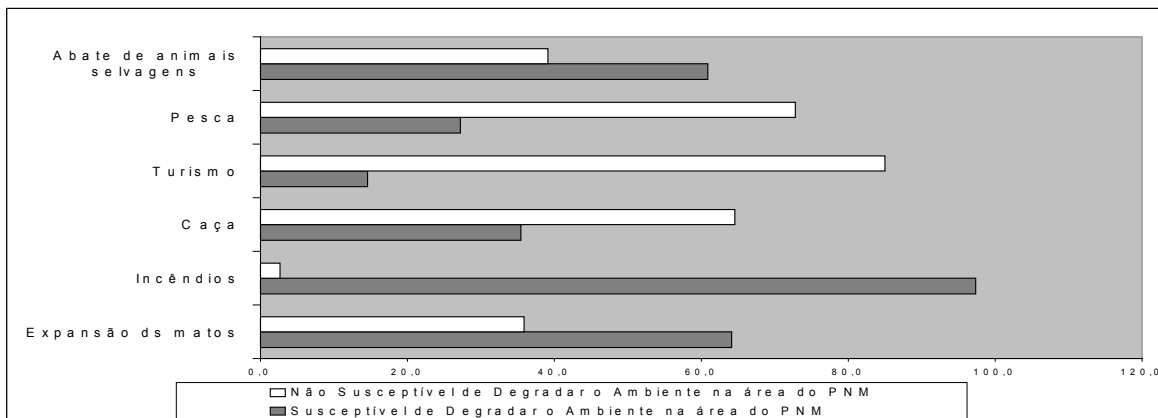
Não surpreendentemente, os residentes no PNM, consideram os aspectos associados à principal actividade económica da área como não susceptíveis de provocar degradação no ambiente. Assim, a agricultura, a mecanização das actividades agro-pastoris e a plantação de árvores não autóctones surgem como aspectos que não provocam impactes negativos no ambiente da área protegida. Outros aspectos também associados ao quotidiano destes inquiridos, mas relativos às suas condições de vida na área (como a carência em infra-estruturas básicas, o abandono da actividade agrícola, a diminuição e o envelhecimento da população) são considerados susceptíveis de contribuir para a degradação ambiental da área do PNM. Já a exploração de inertes e a abertura de novas estradas, associados igualmente ao dia-a-dia da população, são sobretudo considerados aspectos não susceptíveis de induzir a degradação ambiental.

Figura 8.16 – Aspectos associados à manutenção das *memórias* e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os residentes da área do PNM (%)



As perdas relativas aos aspectos associados à preservação das memórias e da identidade colectiva local são consideradas, como demonstra a figura anterior, como susceptíveis de provocar a degradação ambiental da área do PNM. De destacar a maior percentagem associada à degradação dos sistemas tradicionais de regadio que se relaciona de forma clara às actividades económicas dominantes na área.

Figura 8.17 – Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os residentes do PNM (%)



Quanto aos aspectos que associámos à natureza e às procuras exteriores e tal como podemos verificar pela figura 8.17, os incêndios reúnem quase a totalidade do consenso como factores susceptíveis de induzir degradação ambiental na área do PNM. Outro aspecto que recolhe a maioria de opiniões neste sentido é o abate de animais selvagens, muito embora 39% dos residentes não o considere muito susceptível de degradar o ambiente na área do PNM. A caça, a pesca e o turismo são aspectos a que a maior parte dos residentes não atribui responsabilidade na degradação ambiental da área do PNM. A expansão dos matos, fortemente associada ao abandono da actividade agrícola e ainda à manutenção das memórias e da identidade local, é avaliada por 64,1% dos inquiridos como susceptível de

contribuir para a degradação do ambiente na área. A freguesia de residência no interior da área do PNM e o nível de rendimentos do agregado doméstico não possuem nenhuma relação estatística significativa com os aspectos que acabámos de analisar. A idade influi na consideração da maior ou menor susceptibilidade dos aspectos mencionados para a degradação do ambiente, sendo as associações mais significativas as observadas entre os maiores de 50 anos e a consideração da caça, da abertura de novas estradas e da exploração de inertes como aspectos não susceptíveis de degradar o ambiente no PNM. O turismo, o abate de animais selvagens e a degradação e/ou alteração arquitectónica são considerados aspectos susceptíveis de causar impactes negativos na área do PNM essencialmente pelos residentes mais jovens. São sobretudo os residentes analfabetos ou pouco escolarizados aqueles que consideram como não susceptíveis de degradar o ambiente os aspectos associados à mecanização das actividades agro-pastoris, à plantação de árvores não autóctones, à agricultura, à abertura de novas estradas, à caça, ao turismo, à pesca e à exploração de inertes. Já os indivíduos com escolaridade superior ao ensino secundário consideram na quase totalidade o derrube de árvores autóctones, a degradação e/ou alteração arquitectónica e o abate de animais selvagens como aspectos tendentes a causarem impactes negativos na área do PNM. Não surpreendentemente, são os reformados e os agricultores por conta própria que consideram a agricultura, a plantação de árvores não autóctones, a caça, a pesca, a abertura de novas estradas e a exploração de inertes como aspectos não susceptíveis de deteriorar o ambiente na área. Inversamente, são também estas as categorias que consideram a carência em infra-estruturas básicas como um aspecto passível de introduzir alterações gravosas para o ambiente na área do PNM. São essencialmente os indivíduos que perfilham valores do tipo materialista aqueles que avaliam a caça, o turismo e a agricultura como actividades com pouca influência na degradação ambiental do PNM. São igualmente estes inquiridos que associam maior capacidade de provocar consequências negativas no ambiente à expansão dos matos. Os inquiridos que defendem valores de tipo pós-materialista associam com maior frequência à degradação ambiental aspectos como a degradação/alteração arquitectónica e o abate de animais selvagens. Os inquiridos que não exercem qualquer actividade associada à agricultura são os que mais frequentemente consideram o derrube de árvores não autóctones como susceptível de causar degradação ambiental no PNM. Já os agricultores, quer a tempo inteiro, quer a tempo parcial consideram que a mecanização das actividades agro-pastoris não induz efeitos negativos sobre o ambiente. As concepções de ambiente e de natureza surgem sem qualquer associação estatisticamente significativa com o conjunto de variáveis que estamos a analisar, muito embora a visão da natureza que corresponde mais ao utilitarismo tenha alguma associação (se bem que não muito intensa) com a consideração dos aspectos associados ao quotidiano dos habitantes como não susceptíveis de degradar o ambiente, muito

particularmente com os que se relacionam com a actividade agrícola. Em termos da associação entre o conjunto de variáveis que analisa os níveis de concordância com as restrições e interdições em vigor na área do PNM e a consideração de alguns aspectos como mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente, observamos que existe associação entre a discordância com a restrição associada à implantação e ampliação das explorações agrícolas e a consideração da agricultura e da mecanização das actividades com ela relacionadas como não susceptíveis de degradar o ambiente no PNM ($\chi^2= 10, 135$ para 1 gl.). Existe igualmente associação entre a não concordância com a restrição relativa às alterações à morfologia do terreno e a consideração da mecanização da agricultura como não passível de causar degradação ambiental. Há uma associação estatisticamente relevante entre a concordância com a regra relativa ao derrube de árvores singulares e/ou maciço e a avaliação como susceptível do seu corte, tal como se observa alguma associação entre a consideração como susceptível de degradar o ambiente de um dado aspecto e a concordância com a restrição ou interdição que o regula.

Apesar de termos observado alguma diversidade nas representações de natureza e de ambiente, podemos considerar que os residentes na área do PNM possuem uma visão essencialmente antropocêntrica e utilitária destes aspectos, muito particularmente os mais idosos, menos escolarizados e aqueles que exercem (a título principal ou complementar) a actividade agrícola. A natureza é sobretudo entendida como o conjunto dos elementos e dos recursos naturais, mas desse conjunto fazem também parte as terras cultivadas. Por outro lado, a avaliação que é feita quer da natureza, quer do ambiente, quer ainda do contributo e regulamentações do PNM para a protecção dos elementos naturais e culturais da área, é condicionada não apenas pelas características sociográficas dos indivíduos, mas sobretudo pelo lugar que esses elementos ocupam no seu quotidiano. Cremos poder afirmar pela análise precedente que se observa uma homogeneidade relativa entre os residentes do PNM face à valorização e avaliação dos elementos naturais e do ambiente. Esta homogeneidade global sobrepõe-se às eventuais diferenças observadas em termos das características objectivas dos inquiridos.

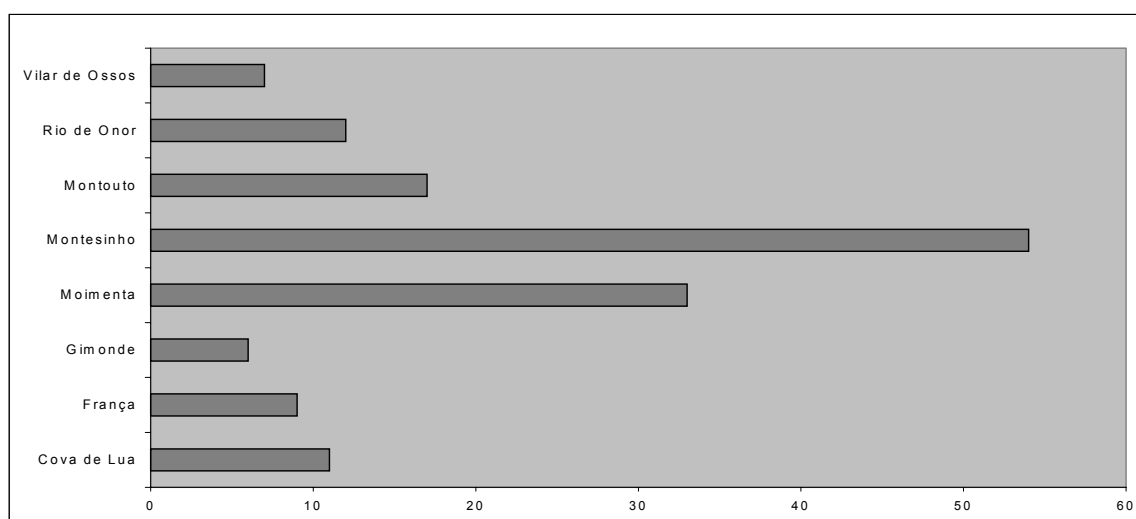
Como veremos no ponto seguinte, as representações e práticas ambientais dos visitantes possuem igualmente como traço dominante uma elevada homogeneidade que, por sua vez permite distinguir claramente o tipo de valorização e avaliação da natureza e do ambiente de que esta categoria é portadora daquele que é expresso pelos residentes na área do PNM.

3.2.2 O lugar do ambiente nas procuras externas da área

Tal como na secção anterior, procuramos analisar neste ponto as representações e as práticas face à natureza e ao ambiente mas agora relativamente aos visitantes do PNM. Procuramos igualmente observar o lugar que aqueles aspectos detêm nas procuras e consumos que os mesmos visitantes desenvolvem face a esta área. Esta análise associa-se também ao teste da hipótese 2 e das suas derivadas. Tal como na secção anterior, procuramos examinar as variáveis relativas à racionalidade subjacente à avaliação e valorização que os visitantes inquiridos fazem dos elementos naturais e do ambiente na área do Parque Natural de Montesinho.

Antes de proceder à discussão da informação empírica recolhida para a análise das representações e das práticas dos visitantes, consideramos pertinente, à semelhança do que fizemos para o caso dos residentes, apresentar uma breve caracterização deste tipo de inquiridos na área do PNM²⁶⁹. Tal como referimos no capítulo relativo à metodologia da investigação, a maior parte dos visitantes foi inquirida nas aldeias de Montesinho e Moimenta. A grande concentração de inquiridos nestas duas localidades (figura 8.18) relaciona-se intimamente com a existência de Casas Abrigo bastante frequentadas²⁷⁰.

Figura 8.18—Áreas onde foram inquiridos os visitantes do PNM



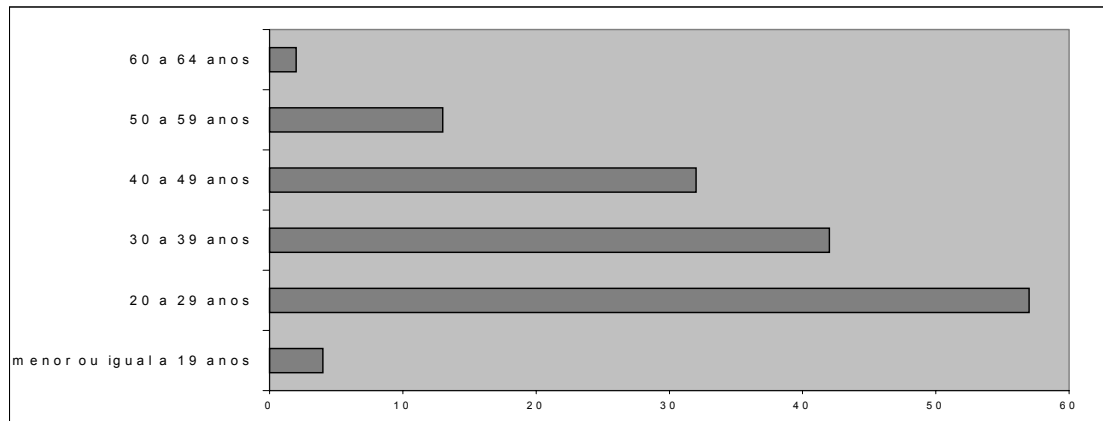
Pela observação da figura 8.19, podemos verificar que os visitantes da área do PNM são sobretudo indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos, sendo no entanto predominante o escalão dos 20 aos 29 anos. De salientar a reduzida expressão dos muito

²⁶⁹ Por *visitantes* pretendemos na realidade significar os *visitantes que inquirimos* no PNM. Utilizaremos a expressão *visitantes*, salvaguardando, no entanto, que nos referimos apenas aos inquiridos e tendo em conta os condicionalismos da amostra, apresentados no capítulo VIII, secção quatro. Ver quadros 8.9 a 8.21 no anexo 3 (pp.194 - 197) relativos à caracterização sociográfica deste tipo de inquiridos.

²⁷⁰ Recordamos que uma boa parte da amostra foi elaborada com base nas listagens relativas aos utentes das Casas Abrigo do PNM.

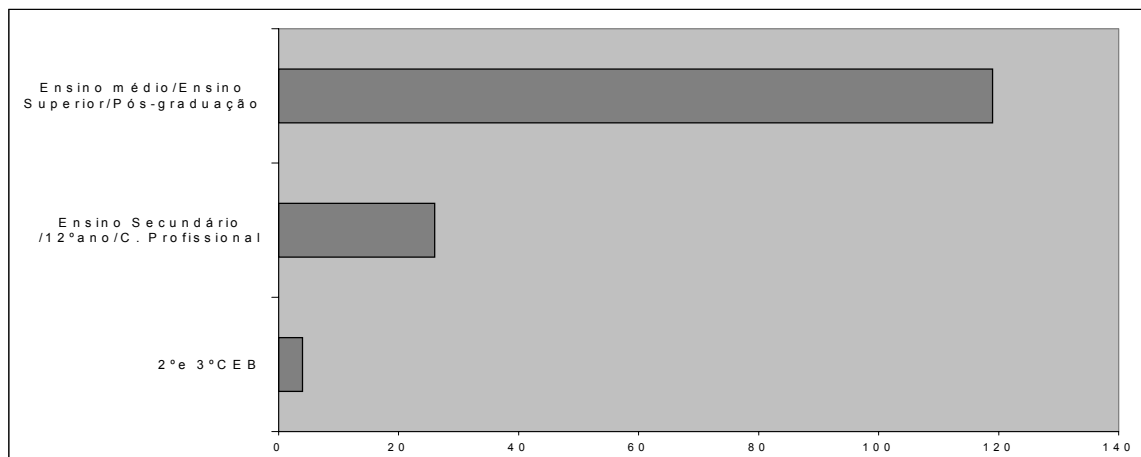
jovens e dos indivíduos com mais de 50 anos. Trata-se essencialmente de um conjunto de indivíduos bastante jovem, sobretudo se o compararmos com o grupo dos residentes inquiridos.

Figura 8.19. – Distribuição dos visitantes da área do PNM por grupos etários



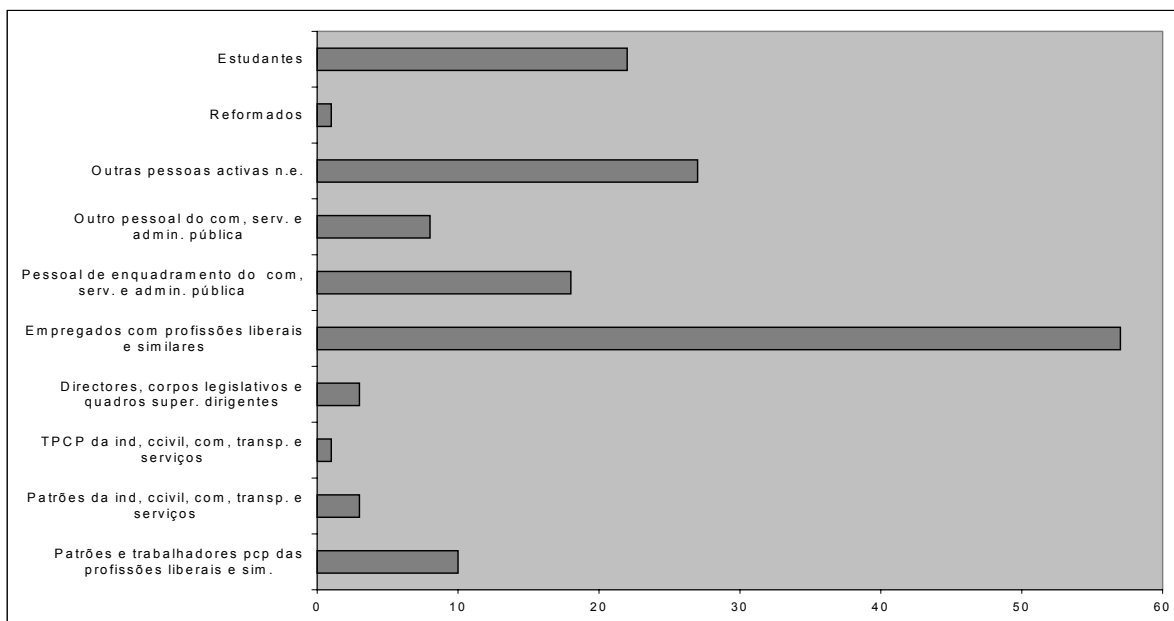
Também no que diz respeito aos níveis de escolaridade dos inquiridos podemos observar, através figura 8.20, diferenças muito acentuadas relativamente aos residentes. Assim, a maior parte dos visitantes do PNM possui em nível de escolaridade equivalente aos níveis de ensino médio ou superior (79,3%), sendo reduzidíssima a percentagem daqueles que possuem os 2º e 3º CEB (2,6%) e também o ensino secundário ou semelhante (17,3%).

Figura 8.20 – Níveis de escolaridade dos visitantes da área do PNM



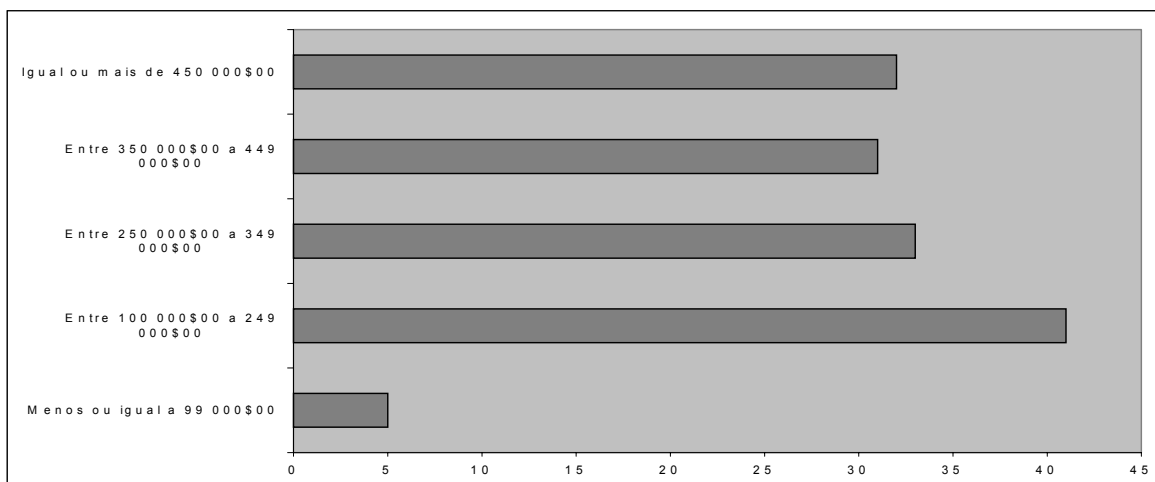
Os visitantes da área do PNM são na sua maior parte activos sendo que a maioria exerce uma actividade no âmbito das profissões liberais e similares, designadamente a docência nos vários níveis de ensino. De salientar o número elevado de estudantes entre os inquiridos, assim como de pessoas que não especificaram a sua actividade profissional (ver figura 8.21).

Figura 8.21 – Distribuição dos visitantes do PNM por grupos socioeconómicos

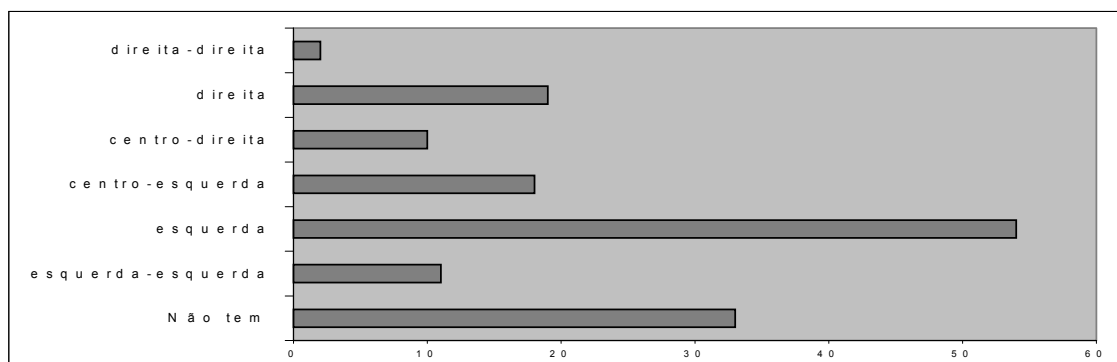


O nível de rendimentos do agregado doméstico dos inquiridos apresenta também diferenças muito significativas em relação aos residentes. Observamos que a maior parte dos visitantes possui rendimentos superiores a 250 000\$00 mensais e que apenas uma percentagem reduzida declara que os seus rendimentos são inferiores a esse valor (figura 8.22).

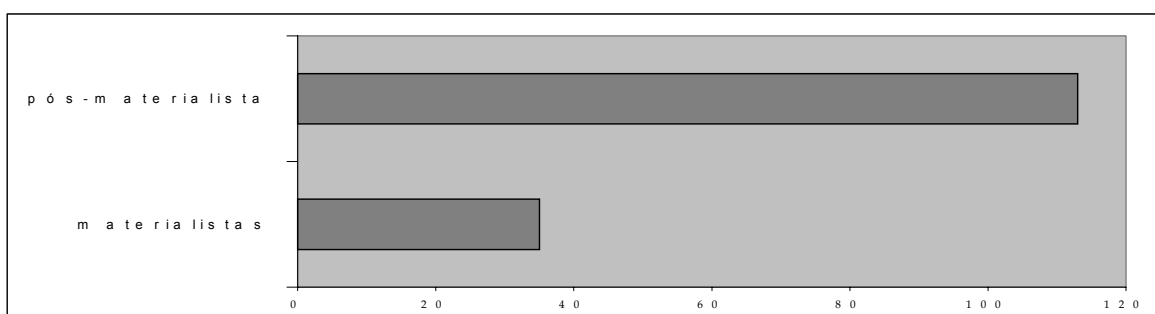
Figura 8.22 – Nível de Rendimentos do agregado doméstico dos visitantes da área do PNM



Em termos políticos, a descoincidência entre visitantes e residentes é significativa. Assim, enquanto que no caso dos residentes observámos a sua maior concentração ‘à direita’, os visitantes situam-se politicamente ‘mais à esquerda’, como é visível na figura 8.23, tendo em conta os critérios anteriormente mencionados.

Figura 8.23– Posição Política dos visitantes da área do PNM

Tendo igualmente em consideração os critérios anteriormente mencionados para a construção do índice de materialismo, observamos que a maior parte dos visitantes da área do PNM defende claramente valores de tipo pós-materialista (ver quadro 8.15. No anexo 3, pp. 195.). Agregando as quatro categorias que o quadro expressa em apenas duas observamos que o pós-materialismo dos visitantes inquiridos na área do PNM se torna ainda mais evidente. Assim, como podemos ver na figura 8.24, 75,3% dos visitantes podem ser classificados como pós-materialistas e apenas 24% como materialistas.

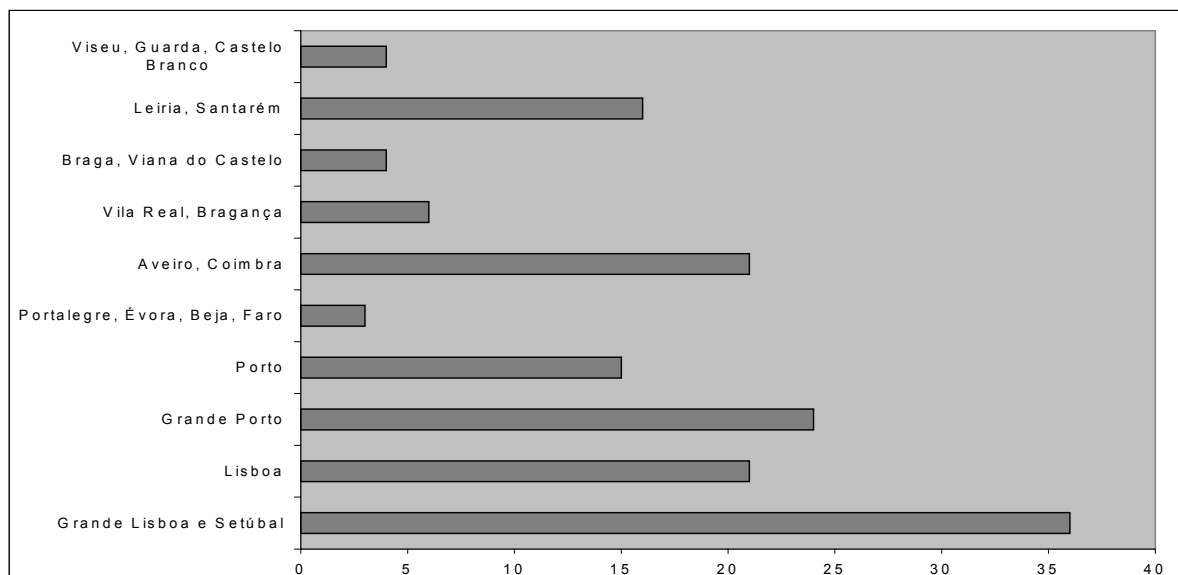
Figura 8.24 – Nível de Materialismo dos visitantes da área do PNM

Tal como fizemos para o caso dos residentes, testámos a associação (na linha do que é referido por Inglehart, 1977, 1990, 1997), entre as variáveis sociográficas e o nível de materialismo demonstrado. No entanto, dado o elevado número de inquiridos pós-materialistas e essencialmente a sua distribuição relativamente uniforme por todas as categorias consideradas (nos escalões etários, níveis de escolaridade, grupos socioeconómicos, níveis de rendimento e posição política) não se observou nenhuma associação estatisticamente relevante.

Os visitantes da área do PNM são sobretudo indivíduos oriundos das cidades de Lisboa e do Porto e das suas áreas envolventes, tal como pode ser visto na figura 8.25. É sobretudo nos concelhos de Lisboa e do Porto que a maioria dos visitantes do PNM reside (ver quadro 8.18, anexo 3, p. 196). De destacar o facto de apenas uma reduzida percentagem de

visitantes inquiridos ser oriundo de localidades dos distritos geograficamente mais próximos do PNM – os de Bragança e Vinhais.

Figura 8.25 – Área geográfica de origem dos visitantes do PNM

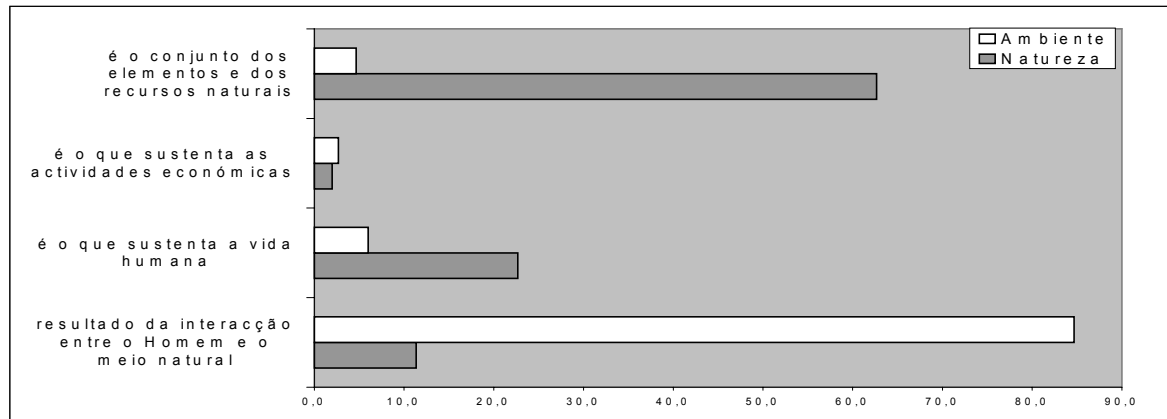


Atendendo a estes dados, não será surpreendente constatar que a maioria dos visitantes reside numa área que classifica como urbana (ver quadro 8.19, anexo 3, p. 448). Assim, 89,3% dos inquiridos declaram residir numa área urbana, sendo que apenas 10,7% residem numa área que classificam como rural. A maioria dos visitantes visitou o PNM pela primeira vez a partir de meados da década de noventa, sendo que apenas 24% visitaram esta área antes desta época. 50,7% dos visitantes visitaram a área mais do que uma vez. Para 49,3% dos inquiridos a visita durante a (ou a propósito da) qual foram inquiridos foi a primeira que realizaram a esta área protegida (ver quadros 8.20 e 8.21, no anexo 3, p. 197).

As características dos visitantes reflectem-se naturalmente no tipo de representações e práticas que desenvolvem face ao ambiente e à natureza na área do PNM, assim como na avaliação que fazem do desempenho e das regulamentações desta área protegida. Começando por analisar as concepções de natureza e ambiente dos visitantes do PNM, a figura 8.26 demonstra que a natureza é sobretudo identificada com os elementos e recursos naturais (62,7%) e que o ambiente é considerado o resultado da interacção entre o Homem e o meio natural, ou seja, é perspectivado como socio-biofísico (84,7%). No que se refere à natureza, as concepções antropocêntricas têm pouca expressão, como se pode observar pelas percentagens associadas à categoria de resposta correspondente à definição deste aspecto como o suporte da vida humana (22,7%) e sobretudo pela percentagem de indivíduos que a entende como o sustentáculo das actividades económicas (2%). A identificação entre natureza e ambiente é também pouco expressiva, sendo que apenas

11,3% dos inquiridos encara a natureza como socio-biofísica e 4,7% o ambiente apenas nos seus aspectos biofísicos.

Figura 8.26 – Concepções de ambiente e natureza dos visitantes do PNM (%)



Uma vez mais as medidas de associação não demonstram a existência de nenhuma relação estatisticamente significativa entre as variáveis sociográficas e as concepções de natureza e de ambiente. Dado que as respostas dadas pelos inquiridos não conhecem grande variação. Tendo em conta o conjunto de variáveis relativas às concepções de ambiente e de natureza, observamos que os visitantes possuem, na sua larga maioria, uma visão ecocêntrica, como pode ser comprovado nas figuras 8.27 e 8.28. No que se refere ao ambiente, estes inquiridos tendem a concordar sobretudo com as afirmações de tendência ecocêntrica e a discordar daquelas cujo conteúdo antropocêntrico é mais evidente²⁷¹. Observamos assim que, a par com as afirmações que apelam à preservação do ambiente em prol das gerações futuras e em prol da saúde humana, os visitantes concordam francamente com a necessidade de preservar o ambiente pelo valor intrínseco dos recursos naturais. Verificamos que a afirmação associada ao desenvolvimento económico também colhe um nível de concordância elevado. Ao contrário do que se observou para os residentes do PNM, a discordância a propósito da afirmação que sugere que as paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas, suscita um enorme consenso entre os visitantes inquiridos. A afirmação que apela à preservação do ambiente em prol da continuidade do desenvolvimento económico reúne, neste grupo de inquiridos, um menor grau de concordância.

No que se refere à natureza, observamos a manutenção de uma concepção essencialmente ecocêntrica. Neste sentido, verificamos um elevado nível de acordo no que diz respeito à afirmação que apela à preservação da natureza pela sua beleza e um menor nível de concordância (sobretudo por comparação com os residentes) com aquelas que se relacionam com a utilidade da natureza. Na mesma linha há uma concordância quase total

²⁷¹ A propósito da classificação das afirmações como antropocêntricas ou ecocêntricas ver o que foi referido na secção anterior (p. 386).

com a maior beleza das paisagens não alteradas pelo Homem e um elevado desacordo no que concerne à preservação da natureza apenas nas situações em que o crescimento económico não for comprometido. As diferenças relativamente às concepções evidenciadas pelos residentes são bastante nítidas neste domínio.

Figura 8.27 – Concordância e motivações para a preservação do ambiente por parte dos visitantes do PNM

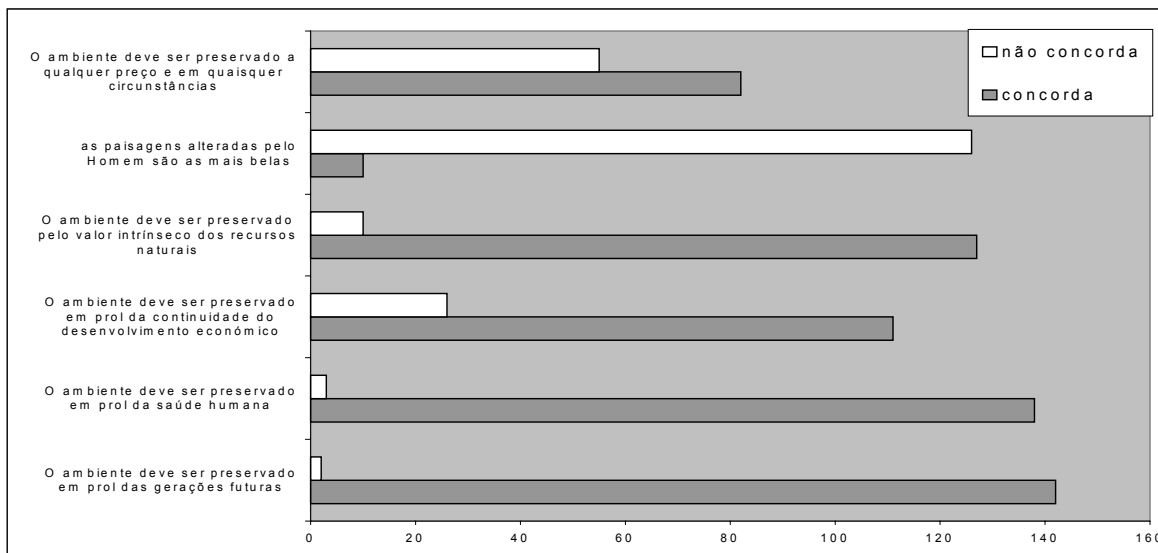
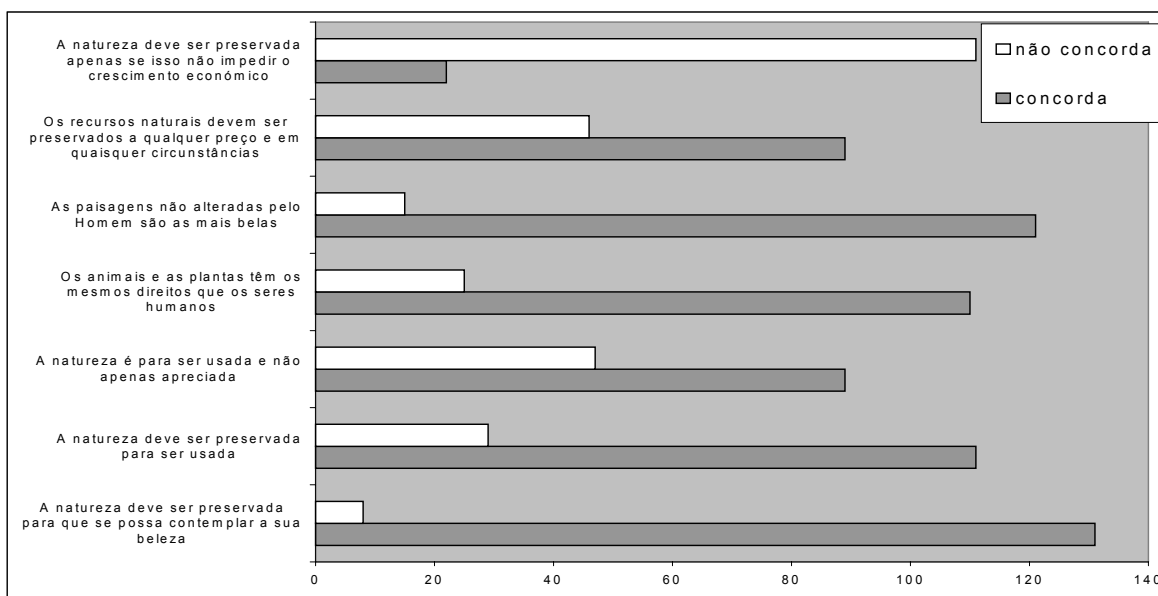


Figura 8.28 – Concordância e motivações para a preservação da natureza, por parte dos visitantes do PNM



Da análise das figuras anteriores sobressai também o carácter estético ou de apreciação que é atribuído à natureza. Esta é essencialmente entendida (ou desejada?) como separada da intervenção do Homem e como possuidora de um valor intrínseco, desassociado igualmente das actividades humanas, muito embora a sua preservação seja considerada

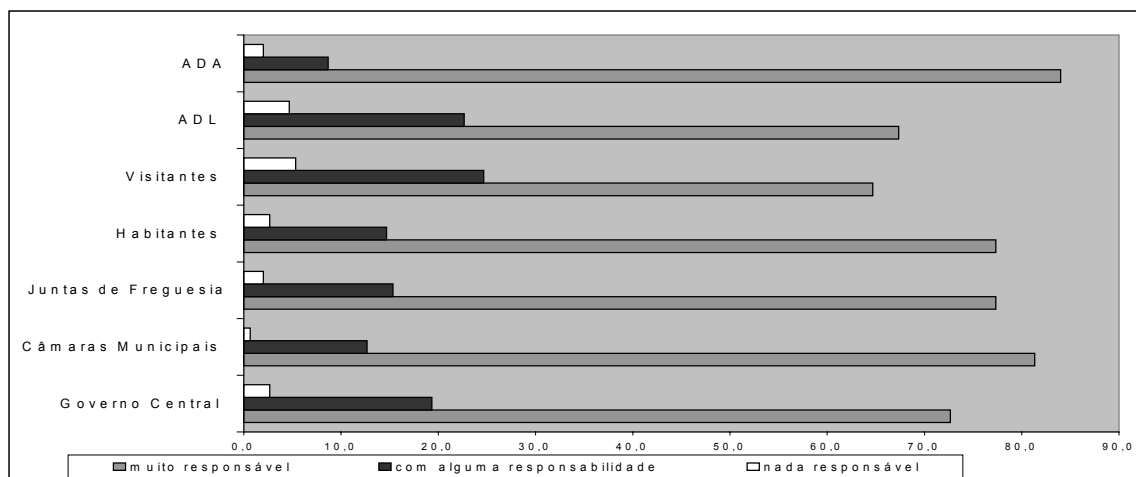
essencial para a continuidade destas. Dada a elevada homogeneidade nas respostas deste grupo de inquiridos e as suas semelhanças em termos das variáveis sociográficas, não será surpreendente que as medidas de associação não demonstrem nenhuma relação estatística significativa. De facto, apenas se observa alguma associação (não muito intensa) entre a idade e a afirmação que apela à preservação da natureza por razões associadas à sua beleza. São os mais idosos que tendem a não concordar com aquela afirmação. Uma associação estatisticamente significativa e simultaneamente intensa pode ser observada entre os grupos socioeconómicos e a afirmação de que as paisagens alteradas pelos Homens são as mais belas ($\chi^2 = 21,986$ para 9 gl. V. de Cramer = 0,500). Esta associação ocorre porque, em quase todos os grupos socioeconómicos, a totalidade dos indivíduos discorda daquela afirmação. Curiosamente existe associação entre a posição política e a concordância com a afirmação de que o ambiente deve ser preservado em prol da continuidade do desenvolvimento económico, sendo os indivíduos que se posicionam como '*mais à direita*' em termos políticos, os que manifestam o maior acordo com aquela concepção. Do mesmo modo, observamos que esta afirmação colhe maior apoio entre os indivíduos classificados como materialistas.

De um modo geral, podemos afirmar que os visitantes possuem uma concepção essencialmente ecocêntrica da natureza e do ambiente não existindo variações particularmente importantes no interior deste grupo de inquiridos. A importância e o valor atribuídos à natureza podem ser reforçados pelo facto de 95% dos visitantes do PNM considerar que deveria existir um maior número de áreas protegidas em Portugal, o que significa que somente 5% não partilham desta opinião. As razões apontadas são (em 53,3% dos casos) as associadas ao carácter patrimonial e de herança de que a natureza se reveste. Não existem variações estatisticamente importantes induzidas pela associação das variáveis sociográficas com as que acabamos de mencionar.

Quanto ao PNM, cerca de metade dos inquiridos (49,3%) possui conhecimento e concorda globalmente com as regulamentações existentes na área. 54,7% consideram fundamental o contributo da população para a manutenção dos elementos naturais e culturais na área do PNM, sendo que 20% entendem que a contribuição dos residentes para a conservação da cultura e da natureza poderia ser mais importante. No entanto, apenas 2% não reconhecem à população que reside no PNM nenhuma acção tendente a contribuir para a manutenção daqueles aspectos. A maior parte dos visitantes considera que os utentes secundários desta área têm igualmente contribuído de forma relevante para a preservação dos seus elementos culturais e naturais. Quanto ao contributo do próprio Parque Natural para a maior ou menor degradação destes elementos, observamos uma maior unanimidade na opinião dos visitantes do que a que havíamos observado entre os residentes. 90% dos inquiridos consideram, assim, que se a área não fosse legalmente protegida a degradação cultural e natural seria

bastante maior do que na actualidade. 6,7% não têm opinião sobre este assunto e apenas 2% não atribuem nenhuma importância à existência do PNM neste domínio. Tal como observámos para o caso dos residentes, também os visitantes atribuem a contribuição positiva do Parque, no que se refere à manutenção dos elementos naturais e culturais da área à existência de regras e de uma maior vigilância sobre o território (66,7%). Dada a elevada homogeneidade verificada na distribuição das respostas dos visitantes, uma vez mais não existe nenhuma relação estatisticamente significativa entre as variáveis. De salientar as diferenças entre os visitantes e os residentes também no domínio do contributo do PNM para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área, que posteriormente aprofundaremos. No que concerne às entidades e actores a que é atribuída responsabilidade na protecção do ambiente na área do PNM, podemos verificar (através da análise dos dados contidos na figura 8.29) que os visitantes apresentam uma opinião muito semelhante à dos residentes. Assim, verificamos que também os visitantes consideram que as responsabilidades devem ser partilhadas por todos estes agentes. No entanto, este grupo de inquiridos atribuiu maiores responsabilidades que os residentes às ADA, aos habitantes e às Juntas de Freguesia. Por outro lado, é atribuída menor responsabilidade aos visitantes e às ADL, assim como ao governo central. A homogeneidade observada não permite o estabelecimento de significância estatística na associação entre as variáveis de caracterização dos inquiridos e os aspectos analisados.

Figura 8.29 – Actores e Entidades considerados responsáveis pela protecção do ambiente na área do PNM, pelos visitantes (%)



Como observámos antes, 90% dos visitantes inquiridos considera que o PNM tem dado um contributo positivo na preservação dos elementos naturais e culturais existentes na área. Vimos igualmente que a justificação mais frequentemente utilizada para a eficácia desse contributo se relacionava intimamente com as regulamentações impostas ao uso desses mesmos elementos. Nas figuras 8.30 e 8.31 podemos observar a impressionante total

concordância dos visitantes, quer no que se refere às regras relativas às actividades sujeitas a autorização, quer no que diz respeito às interdições de determinadas acções.

Figura 8.30 – Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a autorização (%), por parte dos visitantes

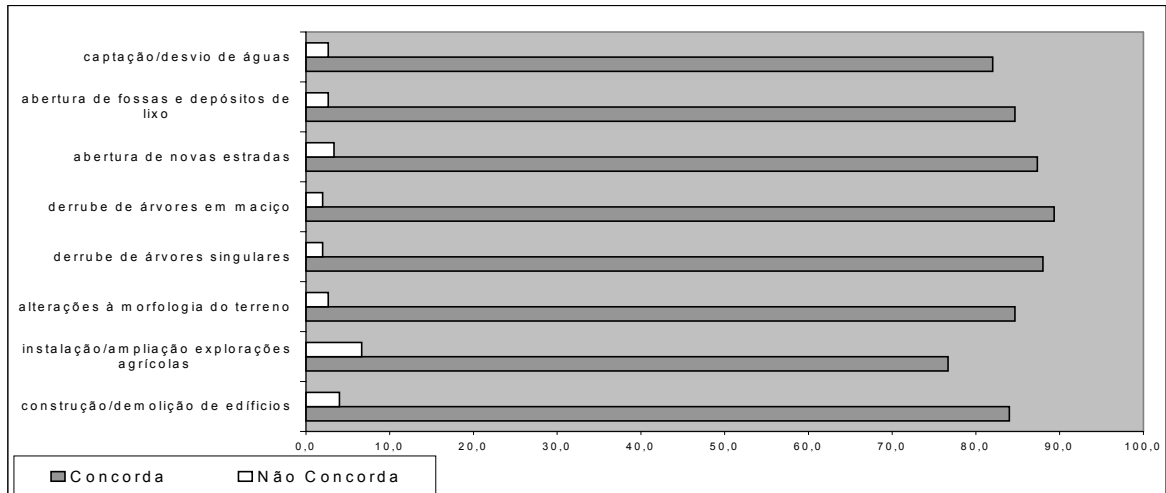
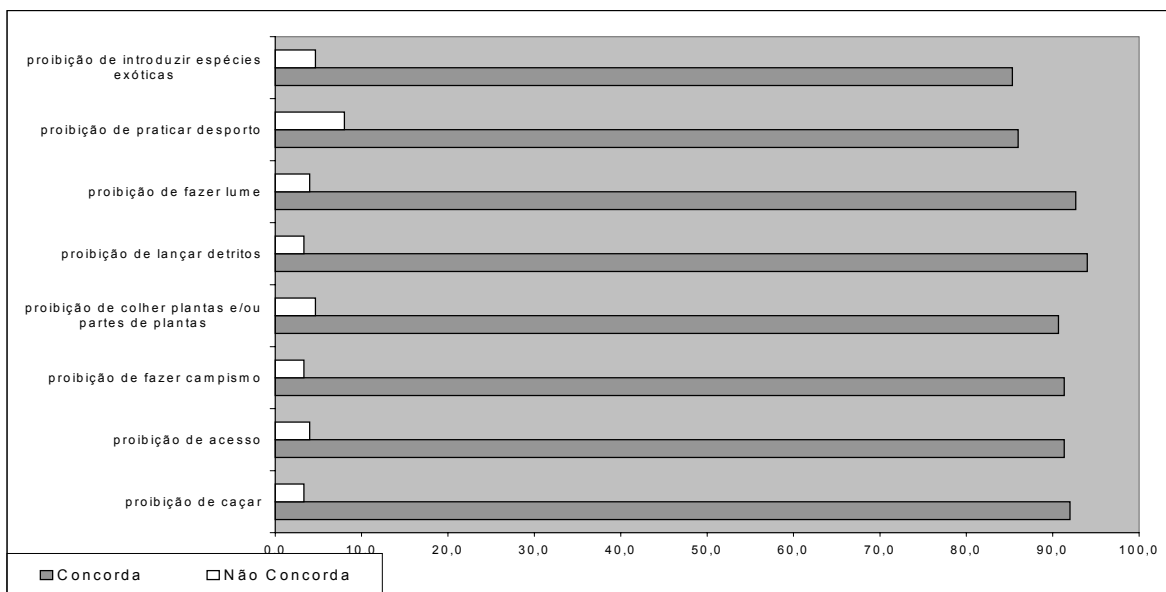


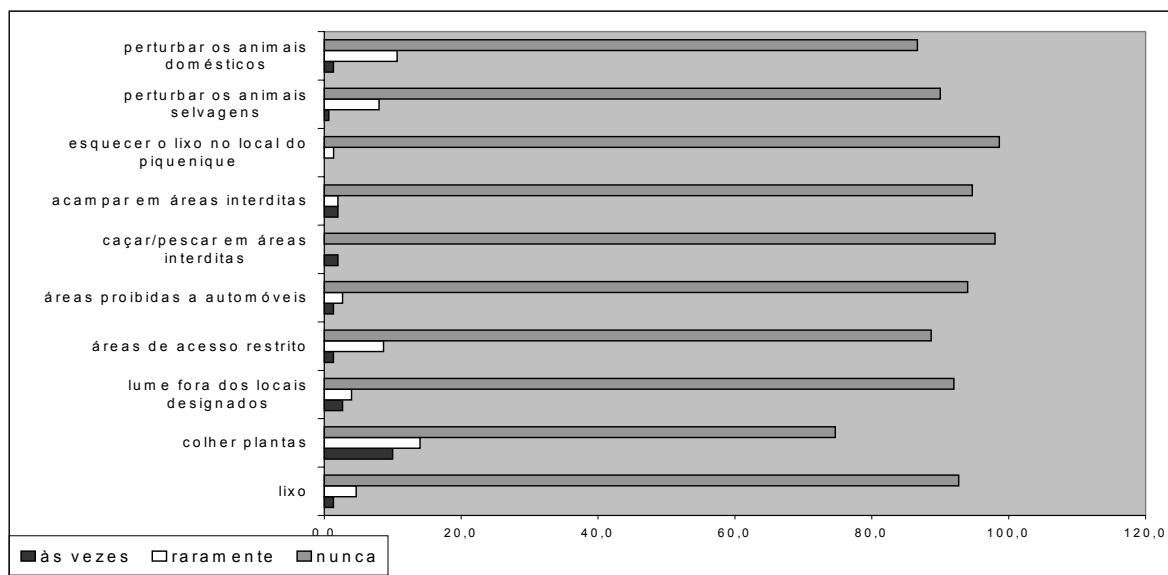
Figura 8.31 – Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a proibição (%), por parte dos visitantes



Observamos que mesmo no que se refere às restrições associadas às suas próprias práticas enquanto visitantes os níveis de concordância são sempre superiores a 80%. Mais ainda, no caso concreto das interdições observamos níveis de acordo que ultrapassam os 90%. De salientar uma vez mais que, dada a distribuição homogénea das respostas, não é possível estabelecer nenhuma associação estatisticamente significativa entre as variáveis em apreço e as que foram analisadas anteriormente. Salientemos igualmente as importantes

diferenças observadas entre este grupo de inquiridos e os residentes no que se refere à concordância com as regulamentações existentes na área do PNM. Isto acontece aparentemente porque as regulamentações em vigor na área do PNM afectam essencialmente as práticas dos habitantes face ao território e aos elementos naturais, mas, como dissemos antes, mesmo no que se refere às regras que visam os seus próprios comportamentos os visitantes não demonstram nenhum tipo de desacordo. Esta constatação, em conjunto com o importante contributo que estes inquiridos atribuem ao PNM na preservação dos elementos naturais e culturais e ainda em conjunto com as suas concepções de natureza e de ambiente, demonstram, parcialmente, que para os visitantes se trata antes de mais da protecção do seu espaço de lazer e de recreio. Concomitantemente, tal constatação sugere que a área do PNM é frequentemente ignorada pelos visitantes como espaço de vida de outros actores sociais. De certa forma, as regras existentes no PNM não condicionam as práticas dos visitantes, ou porque não se dirigem a elas ou porque, dirigindo-se, aqueles raramente desenvolvem comportamentos contrários às restrições, como podemos observar na figura 8.32²⁷². Apenas a colheita de plantas, o perturbar os animais selvagens e a entrada em áreas de acesso restrito são comportamentos que poucos visitantes têm por vezes ou raramente.

Figura 8.32 – Comportamentos tidos durante a visita ao PNM (%)



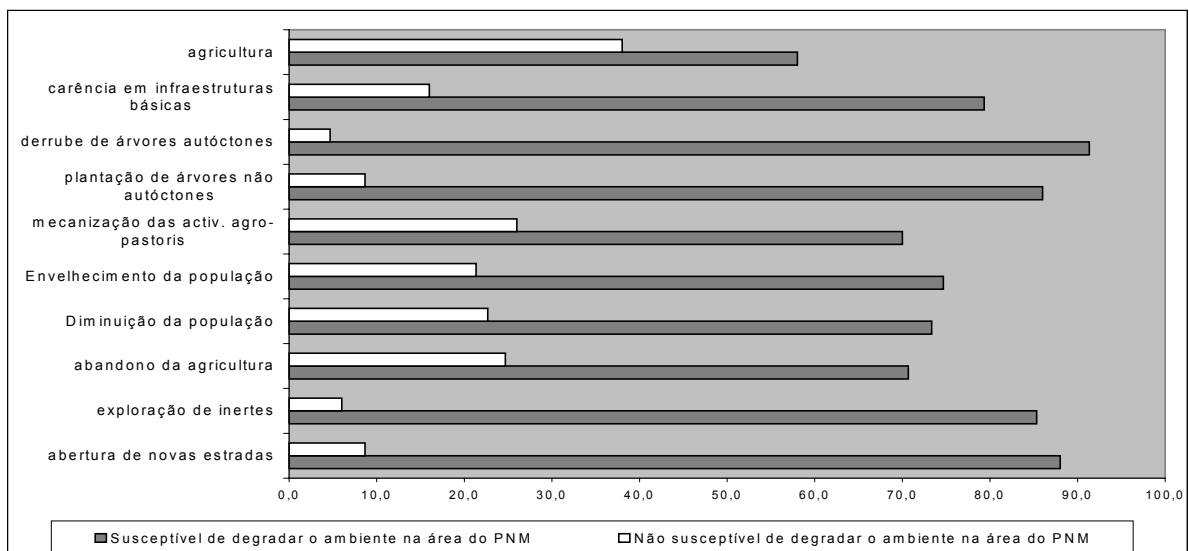
Ainda no que se refere à valorização do ambiente e da natureza na área do PNM, por parte dos seus visitantes é importante analisar que aspectos são considerados mais susceptíveis de contribuir para a sua degradação. Adoptámos o mesmo procedimento utilizado para os residentes, i.e., a subdivisão dos aspectos mencionados na questão em três

²⁷² Saliente-se que a validade desta questão é bastante discutível, uma vez que os indivíduos, mesmo desenvolvendo práticas não consentâneas com as restrições vigentes no PNM, dificilmente as declarariam.

grandes categorias. Assim, em primeiro lugar, considerámos os aspectos associados ao quotidiano dos habitantes da área do PNM, como se pode verificar na figura 8.33. Seguidamente, os aspectos relativos à manutenção das memórias e identidade colectivas (figura 8.34) e finalmente os aspectos relacionados com a natureza e as procuras exteriores (figura 8.35).

No que diz respeito aos aspectos associados ao quotidiano dos habitantes as diferenças entre estes e os visitantes são nítidas. Assim, como podemos ver, a figura relativa a estes aspectos é quase o negativo do mesmo gráfico apresentado para a análise correspondente à avaliação dos residentes. Assim, tanto a agricultura, como a plantação de árvores não autóctones, a exploração de inertes, a abertura de novas estradas e a mecanização das actividades agro-pastoris são considerados aspectos susceptíveis de degradar o ambiente na área do PNM. Visitantes e residentes concordam nos aspectos associados ao derrube de árvores autóctones, ao abandono da agricultura, à diminuição e envelhecimento populacional e à carência em infra-estruturas básicas como susceptíveis de provocar impactes negativos no ambiente. No entanto, muito menores percentagens de visitantes consideram os aspectos que acabámos de mencionar susceptíveis de deteriorar o ambiente na área

Figura 8.33 – Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes do PNM, segundo o contributo para a degradação do ambiente – a visão dos visitantes (%)

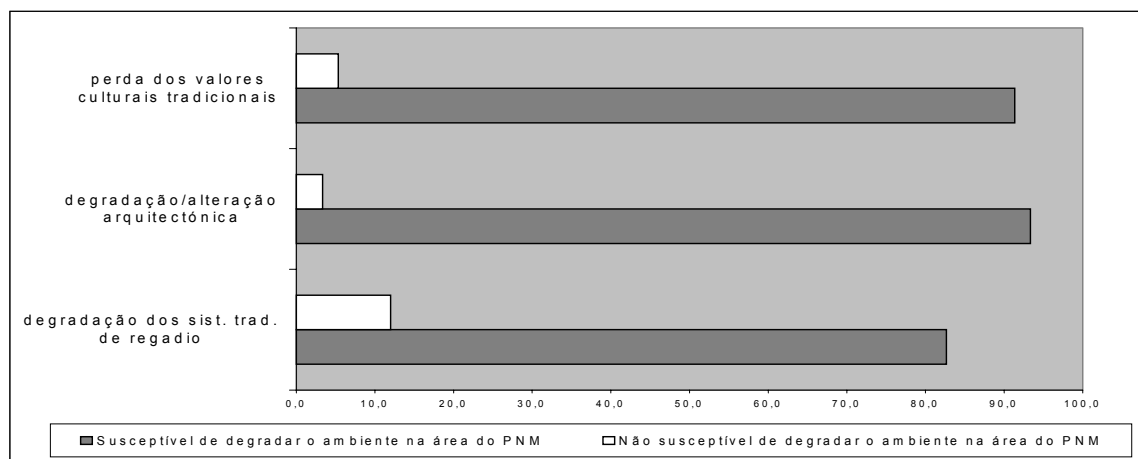


Estes dados situam-se na linha do que referimos anteriormente como a visão dominante dos visitantes face à área do Parque Natural de Montesinho. Isto significa que esta é encarada essencialmente como área de recreio e lazer e não como espaço de vida para outros actores sociais. Observamos a existência de uma associação estatisticamente significativa entre os níveis de escolaridade equivalentes ao 2º e 3º CEB (os mais baixos entre este tipo de inquiridos) e a consideração da exploração de inertes e da plantação de

árvores não autóctones como aspectos não susceptíveis de degradar o ambiente. Quanto às restantes variáveis, quer as que se relacionam com as características sociográficas, quer as que se articulam com as concepções de natureza não se verifica associação, sobretudo devido à elevada homogeneidade demonstrada por estes inquiridos no que concerne a essas mesmas variáveis. De igual modo e pelas mesmas razões não se observa a existência de qualquer relação estatística significativa entre a consideração de determinados aspectos associados ao quotidiano dos habitantes do PNM como mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente e as variáveis relativas ao nível de concordância com as restrições e as interdições existentes na área.

No que se refere aos aspectos associados à manutenção das *memórias* e identidade colectivas na área do PNM, podemos observar uma situação semelhante à que descrevemos anteriormente. Ainda que neste caso tanto visitantes como residentes considerem que a perda das tradições é susceptível de degradar o ambiente na área do PNM, constatamos que essas perdas são sentidas como muito mais significativas pelos primeiros. Trata-se de aspectos fortemente associados às actuais funções que as áreas rurais parecem crescentemente desempenhar, i.e., ao entendimento destas áreas (tal como debatemos nos capítulos IV, V e VI) como reservas de memórias e tradições. Para os habitantes a manutenção das tradições ainda que, como vimos, seja importante não assume um papel tão relevante.

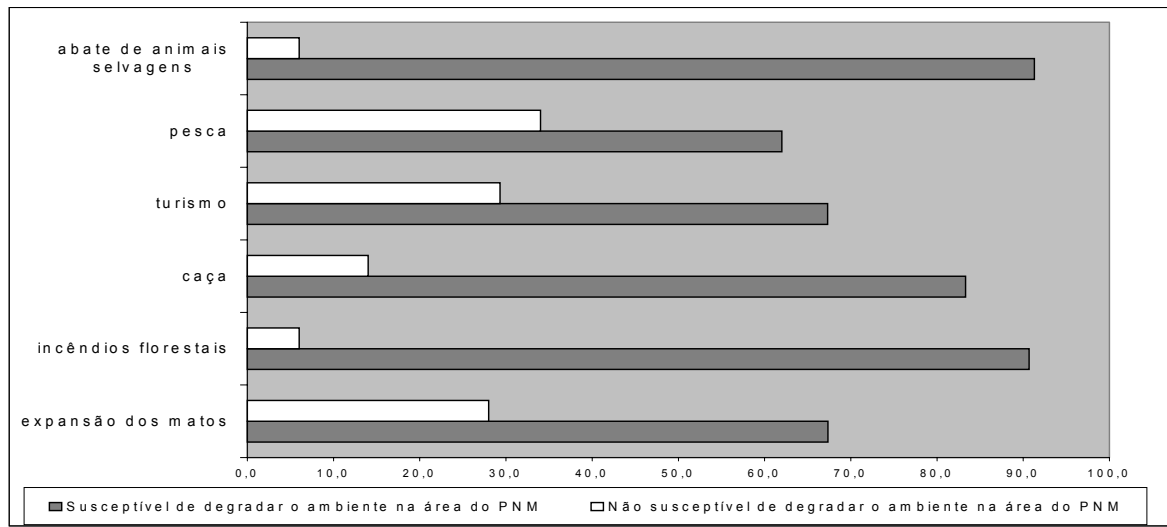
Figura 8.34 – Aspectos associados à manutenção das *memórias* e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os visitantes da área do PNM (%)



Quanto aos aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o seu contributo para a degradação do ambiente (ver figura 8.35), observamos novamente a existência de algumas diferenças entre visitantes e residentes da área do PNM. Essas diferenças são muito acentuadas no que se refere à caça, à pesca e ao turismo como actividades susceptíveis de degradar o ambiente no Parque. Outra diferença, embora menos nítida, associa-se ao abate de animais selvagens que, como vimos anteriormente não

recolhia consenso entre os residentes. Os incêndios e a expansão dos matos recolhem o mesmo tipo de avaliação e são considerados por ambas as categorias de inquiridos como susceptíveis de contribuir para a deterioração do ambiente na área do PNM. À semelhança do que vem sendo referido, também nestes aspectos não encontramos relação significativa com as variáveis de caracterização dos visitantes inquiridos.

Figura 8.35 – Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os visitantes do PNM (%)

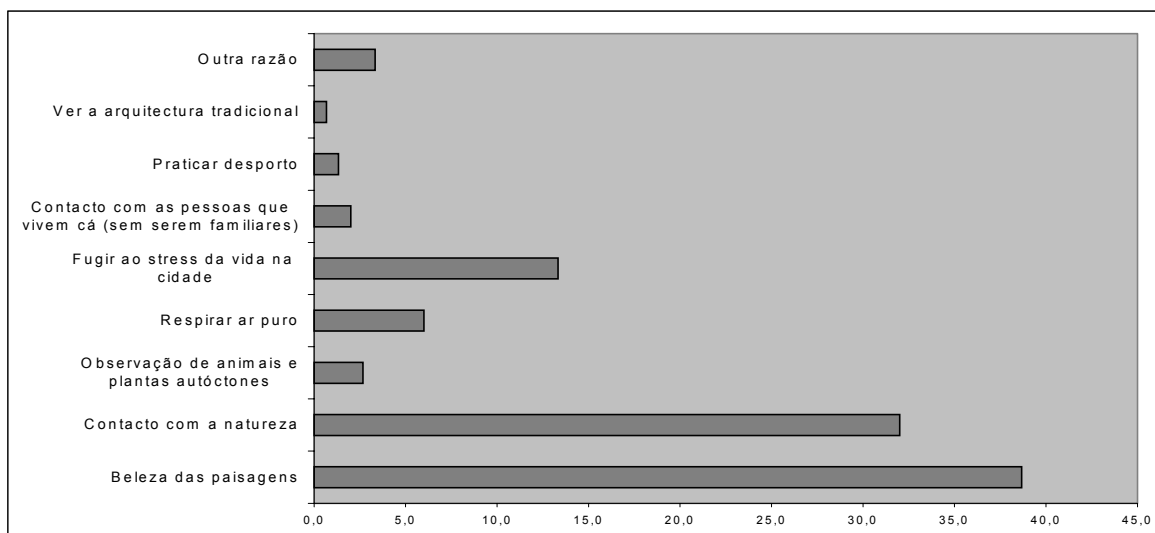


No que se refere aos visitantes, consideramos ainda como aspectos importantes para a análise do lugar que a natureza e o ambiente detêm nas suas procura do PNM as razões da visita a esta área. Verifica-se que são essencialmente os aspectos relacionados com as características naturais da área do PNM que atraem os visitantes e que os aspectos associados às características rurais deste espaço são pouco ou nada mencionados (figura 8.36). A beleza das paisagens e o contacto com a natureza reúnem mais de 70% dos inquiridos. Estes dados vêm ao encontro do que temos vindo a referir a propósito deste tipo de inquiridos e associam-se fortemente às razões mais gerais que estão subjacentes à procura de áreas rurais e também de áreas protegidas.

A maior parte dos visitantes inquiridos na área do PNM (56,7%) tem por hábito visitar áreas rurais frequentemente. Se a este valor associarmos o correspondente aos que as visitam apenas ocasionalmente, verificamos que 94% dos inquiridos costuma visitar áreas rurais. O mesmo acontece no que se refere às visitas a áreas protegidas, sendo mesmo ligeiramente superior a percentagem de inquiridos neste caso (95,3%). Estamos perante uma população que procura e consome áreas rurais e protegidas com alguma frequência. Observamos que subjacentes a essas procuras e a esses consumos se encontram basicamente as razões mencionadas a propósito da visita à área do PNM, i.e., a beleza das paisagens e a possibilidade de contacto com a natureza. Estas razões adquirem toda a sua

expressão no caso das visitas a áreas protegidas (85,2% apontam ambas as razões). No caso da procura e consumo das áreas rurais existe maior dispersão de motivações, ainda que para 63,3% dos inquiridos as razões mencionadas sejam as mais importantes. Apesar de referidas, as razões associadas às características rurais destas áreas conhecem uma reduzidíssima expressão.

Figura 8.36 – Razões da visita ao PNM (%)



A partir destes dados o reforço da identificação do rural com o natural, que já apontámos para estes inquiridos, afigura-se bastante plausível. Uma vez mais não é possível encontrar significância estatística na relação entre estas variáveis e as analisadas anteriormente. De facto os visitantes inquiridos constituem um grupo homogéneo no que se refere à maior parte das variáveis consideradas. Atendendo à elevada (mas não tão expressiva) homogeneidade observada para o caso dos residentes da área do PNM, pensamos que as diferenças encontradas em termos de representações e práticas entre os visitantes e os habitantes desta área, se associam mais ao tipo de relação (*quotidiana* ou *ocasional*, *de recreio* ou *de subsistência*) que com ela mantêm do que às suas características objectivas. No próximo ponto procuraremos justamente tipificar as diversas valorizações que pudemos identificar para a área do PNM, com base nas análises precedentes.

3.2.3 Tipificação das diversas valorizações do ambiente no Parque Natural de Montesinho

Tendo com base a análise anterior relativa às valorizações do ambiente de que as entidades, os habitantes e os visitantes da área do PNM são portadores, julgamos poder afirmar que existem dois universos distintos. Por um lado o universo dos residentes (a que podemos agregar uma boa parte das visões dos presidentes das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais), por outro lado o universo relativo aos visitantes (a que juntamos as

visões do Estado ao nível central e as da administração do PN). Observámos anteriormente que residentes e visitantes se distinguem não apenas pelas suas características sociográficas como pela valorização e avaliação que fazem do ambiente, da natureza e das regulamentações introduzidas pelo PN na área. Por outro lado, no final do ponto anterior sugerimos que as diferenças encontradas em termos de representações e práticas entre visitantes e habitantes desta área, parecem associar-se mais ao tipo de relação que com ela mantêm, do que às suas características objectivas. No entanto, não podemos negligenciar o papel que as variáveis sociográficas detêm nas diferenças encontradas entre os dois universos em análise. No sentido de confirmar esta proposição, consideramos importante tomar em consideração a variável *tipo de inquirido* (i.e. visitante ou residente) na análise das diferenças mencionadas.

No que se refere às variáveis de caracterização dos indivíduos, não surpreendentemente encontramos uma fortíssima e intensa associação com o tipo de inquirido, o que reforça a clara divisão entre residentes e visitantes que temos vindo a apontar e também a homogeneidade relativa no interior de cada um destes grupos. Efectivamente, no que se refere à idade, aos níveis de escolaridade, aos grupos socioeconómicos, aos níveis de rendimento, à posição política e ainda ao índice de materialismo, os testes estatísticos efectuados²⁷³ demonstram uma associação quase perfeita entre estas e o tipo de inquirido.

No que concerne concretamente às representações face ao ambiente e face à natureza na área do PNM, observamos igualmente o peso da relação diferenciada que cada um dos tipos de inquiridos estabelece com o território. Este peso é particularmente evidente no que diz respeito às concepções relativas ao ambiente, quer pela maior associação entre os residentes as noções antropocêntricas e biofísicas, quer ainda pelo facto de serem apenas os residentes que representam o ambiente como *social* (anexo 3, pp. 202). Tendo em atenção o conjunto das variáveis relativas às concepções de ambiente, podemos constatar que é apenas nas afirmações que apelam à sua preservação em prol das gerações futuras e da saúde humana que não existe uma associação estatisticamente relevante. No que concerne às restantes afirmações uma vez mais é clara a divisão entre habitantes e visitantes da área do PNM. As associações observadas são sobretudo intensas no que se refere à afirmação de que as paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas ($\chi^2=93,701$ para 1 gl., V. de Cramer =0,521), dado que a maior parte dos residentes está de acordo com essa mesma afirmação, demonstrando os visitantes uma opinião contrária. As concepções de natureza suscitam o mesmo tipo de divisão entre os dois tipos de inquiridos. Assim, verificamos que à excepção das variáveis que se relacionam com a preservação da natureza devido à sua

²⁷³ No sentido de facilitar a leitura da presente secção, optámos por remeter para o anexo 3 os resultados obtidos nos testes estatísticos efectuados: χ^2 , V. de Cramer e C. de Pearson, quando aplicados a vastos conjuntos de variáveis. No caso concreto da aplicação destas medidas de associação às variáveis em apreço, consultar as páginas 198 - 201, do anexo.

beleza e devido ao facto de os animais e das plantas possuírem os mesmos direitos que os seres humanos, as restantes revelam uma elevada significância estatística em associação com o tipo de inquirido. Essa significância é maior na afirmação de que a preservação da natureza apenas deve ocorrer num cenário em que o crescimento económico não seja comprometido ($\chi^2=64,655$ para 1 gl., V. de Cramer = 0,435), pela concordância verificada entre os residentes e, inversamente, pela discordância que os visitantes demonstram. Também a afirmação que se refere à preservação da natureza devido simultaneamente à sua beleza e utilidade se associa intensamente com o tipo de inquirido, sendo que os residentes são, uma vez mais, o grupo de inquiridos que demonstra maior concordância ($\chi^2=52,352$ para 1 gl.). Esta análise permite reforçar o que sugerimos nas secções anteriores, i.e., que os residentes possuem da natureza e do ambiente concepções que podemos definir como essencialmente antropocêntricas, enquanto que os visitantes concebem aqueles aspectos a partir de uma perspectiva ecocêntrica. No mesmo sentido, os residentes manifestam inequivocamente uma concepção de natureza muito marcada pelo seu *valor de uso*, enquanto o *valor de apreciação estética* é o que sobressai mais das representações de que o grupo dos visitantes é portador.

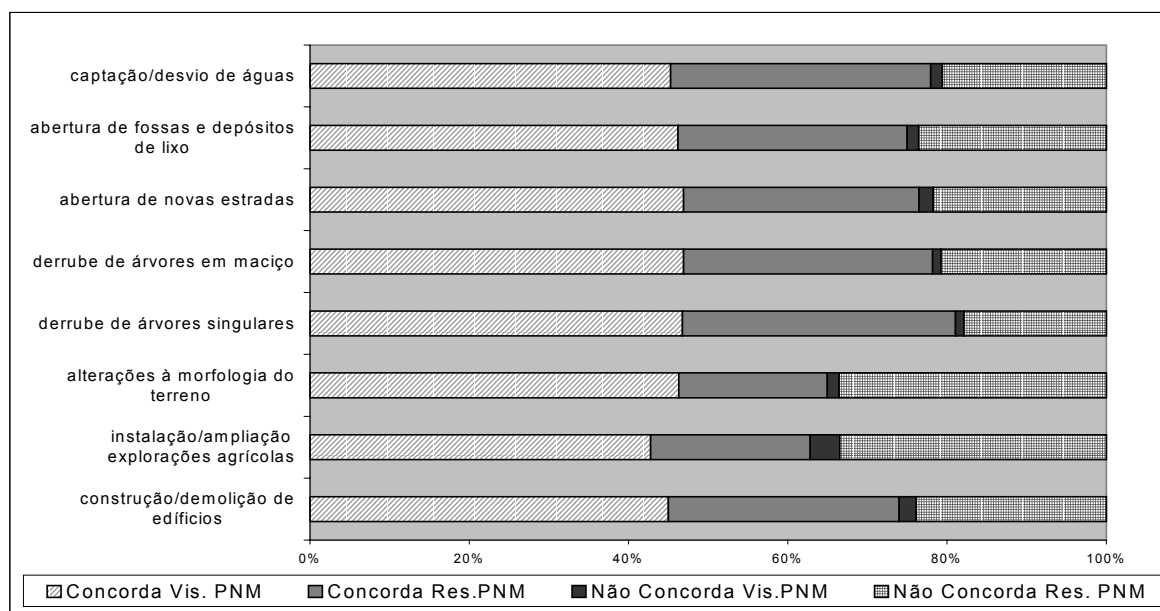
As variações nas representações sociais face à natureza e ao ambiente não se reflectem de forma estatisticamente significativa na avaliação da necessidade de um maior número de áreas protegidas em Portugal. No entanto, a mesma afirmação não pode ser feita a propósito das razões apontadas para essa necessidade. Neste domínio, podemos constatar a existência de uma associação entre o grupo dos residentes e as razões associadas à necessidade de preservar as áreas rurais como herança ($\chi^2=56,781$ para 7 gl., V. de Cramer = 0,401, C. de Pearson= 0,379), à necessidade de proteger a natureza para preservar a saúde e ainda à necessidade de preservar a natureza porque dessa preservação dependem as actividades económicas, particularmente a agricultura. Estes dados confirmam que a visão dos habitantes da área do PNM face à natureza e à necessidade da sua preservação e protecção se associa muito à sua utilidade para os seres humanos e menos ao valor intrínseco dos recursos e elementos naturais. Quanto ao PNM, como vimos anteriormente, é nítida a concordância tanto de visitantes como de residentes com a sua existência. No entanto, no que se refere ao contributo deste PN para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área, podem ser observadas diferenças importantes entre os dois tipos de inquiridos. Assim, a significância estatística da associação entre variável tipo de inquiridos e o contributo do PNM nesta área, é bastante forte e intensa (anexo 3, pp. 202 - 203). Esta fortíssima e intensa associação decorre essencialmente do facto de uma grande percentagem de residentes considerar que os elementos naturais e culturais conheceriam o mesmo grau de manutenção mesmo num cenário de ausência de regulamentações. As razões apontadas variam igualmente de forma intensa consoante se trata de inquiridos visitantes ou residentes,

observando-se que são estes últimos (pelo facto de mais frequentemente não considerarem o contributo do PNM importante) aqueles que referem a ausência de acções do PNM no sentido de manter os elementos naturais e culturais da área, bem como o contributo da população para essa mesma manutenção.

Tanto os visitantes como os residentes no PNM consideram (sem que se verifique nenhuma associação estatisticamente importante) que os visitantes e os habitantes contribuem bastante para a preservação e manutenção dos elementos culturais e naturais desta área. Existe, pois, homogeneidade nesta matéria. Também no que diz respeito às entidades e actores com maiores responsabilidades na protecção do ambiente na área do PNM, visitantes e residentes apresentam (como tínhamos salientado já) opiniões muito semelhantes, não se verificando nenhuma associação estatisticamente significativa com os tipos de inquiridos.

Como observámos antes, 54,7% dos residentes e 90% dos visitantes inquiridos consideram que a existência do Parque Natural de Montesinho tem sido um factor importante na protecção e preservação dos elementos naturais e culturais desta área. Observámos ainda que na avaliação positiva desse contributo as regulamentações existentes desempenham um papel importante. Nas figuras 8.37 e 8.38 podemos ver as principais diferenças entre os habitantes desta área protegida e os seus visitantes, respectivamente no que se refere às regras relativas às actividades sujeitas a autorização e às interdições de determinadas acções.

Figura 8.37 – Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a autorização, por tipo de inquirido (%)



A figura anterior é bastante expressiva no que se refere às actividades sujeitas a autorização. Podemos constatar a exígua percentagem de visitantes que manifesta desacordo face a este tipo de regulamentações e as bastante mais significativas percentagens de residentes nas mesmas circunstâncias. Constatamos igualmente a maior diversidade observada no grupo dos visitantes face à homogeneidade que os visitantes apresentam. Isto mesmo é confirmado através do teste estatístico destas variáveis. Assim, os valores do χ^2 revelam a acentuada dependência entre o tipo de inquirido e a sua maior ou menor concordância com as regulamentações relativas às actividades sujeitas a autorização. Os valores das medidas de associação baseadas no χ^2 revelam, por seu turno, a forte intensidade daquela dependência para a maior parte das actividades consideradas²⁷⁴. A associação é particularmente significativa e intensa no que diz respeito às actividades relacionadas com a instalação e ampliação de explorações agrícolas, com as alterações à morfologia do terreno e com a abertura de novas estradas, em que os valores do V. de Cramer demonstram uma dependência quase perfeita. Isto significa que são os residentes quem demonstra maior discordância face às regras em questão e que são os visitantes aqueles que manifestam um quase total apoio a essas regulamentações.

Exactamente o mesmo tipo de distribuição pode ser observado quando temos em conta as actividades interditas na área do PNM (figura 8.38). Efectivamente, com excepção das interdições relativas ao fogo fora dos locais próprios e à deposição de lixo, que recolhem o apoio quase total tanto de residentes como de visitantes, nas restantes a divisão por tipos de inquirido é nítida, embora menos no que no caso das restrições anteriormente analisadas. A associação observada entre a variável tipo de inquirido e as interdições é, em geral, também menos intensa do que no caso das regras que observámos antes²⁷⁵.

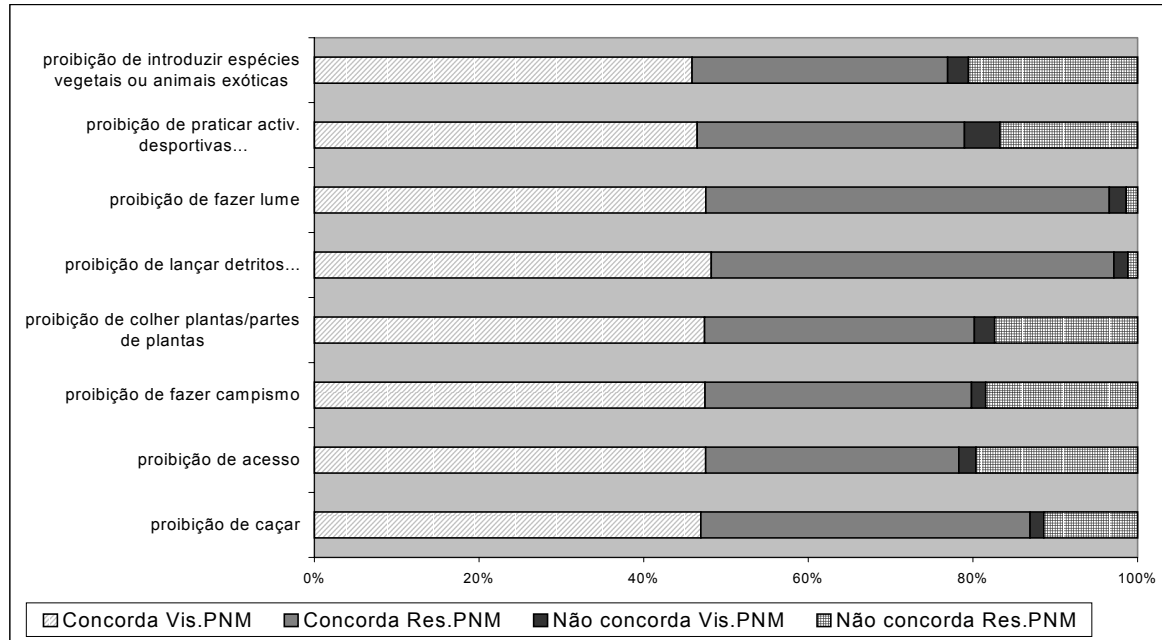
Da análise da avaliação que os residentes e os visitantes do PNM fazem das regulamentações existentes, podemos concluir que os visitantes concordam quase totalmente com a sua existência nesta área, enquanto que os residentes discordam muito frequentemente das restrições, particularmente daquelas que são impostas às suas práticas quotidianas ou são passíveis de afectar o seu dia-a-dia. Esta situação reforça a sugestão que fizemos anteriormente de que para os visitantes o PNM é essencialmente um espaço de lazer e de recreio que pretendem ver preservado. Por essa razão, as regras existentes são consideradas como extremamente importantes no assegurar da manutenção das características (como vimos, muito particularmente das naturais). Para os residentes trata-se do seu espaço de vida que, embora queiram ver preservado, não pretendem restrito. Tal

²⁷⁴ Ver os resultados dos testes estatísticos efectuados, no anexo 3, pp. 203 – 205.

²⁷⁵ Ver os resultados dos testes estatísticos efectuados, no anexo 3, pp. 205 – 208.

constatação, tal como referimos já, reflecte uma certa *ignorância* por parte dos visitantes de que o PNM é um espaço vivido por outros actores sociais.

Figura 8.38 – Concordância com as regras do PNM relativas às actividades sujeitas a proibição, por tipo de inquirido (%)

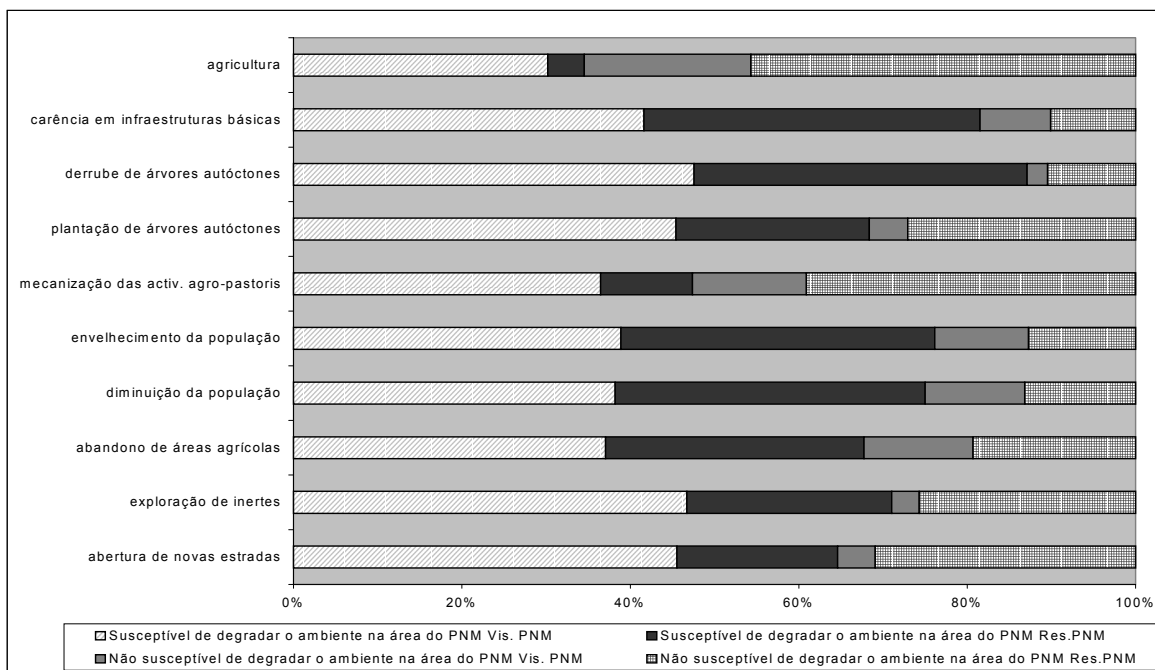


Tendo ainda em atenção a valorização do ambiente e da natureza por parte de ambos os tipos de inquiridos, merecem algum destaque as variáveis relativas aos aspectos considerados mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente na área do PNM. Para a análise destes aspectos, adoptámos o mesmo procedimento utilizado nas duas secções anteriores, ou seja, subdividimos os aspectos mencionados consoante se associam ao quotidiano dos habitantes do PNM (figura 8.39), à manutenção das memórias e identidade colectivas (figura 8.40) e ainda à natureza e às procuras externas (figura 8.41).

No que diz respeito aos aspectos associados ao quotidiano dos habitantes, e como tivemos ocasião de salientar na secção anterior, as diferenças entre estes e os visitantes são nítidas. Na verdade, como também referimos antes, as posições dos visitantes são quase o negativo das defendidas pelos residentes, se deste conjunto exceptuarmos os aspectos associados à carência em infra-estruturas básicas, o derrube de árvores autóctones e a diminuição e envelhecimento da população. De facto, como se pode observar pelos resultados obtidos através do teste estatístico (anexo 3, pp.208 - 211), os aspectos mencionados são precisamente aqueles em que não se verifica uma associação significativa com a variável tipo de inquirido. Quanto aos restantes aspectos, a associação não só possui significância estatística como a dependência face ao tipo de inquirido é relativamente forte. Este facto é particularmente verdadeiro no que se refere aos aspectos mais próximos da população local, como a abertura de novas estradas, a mecanização das actividades

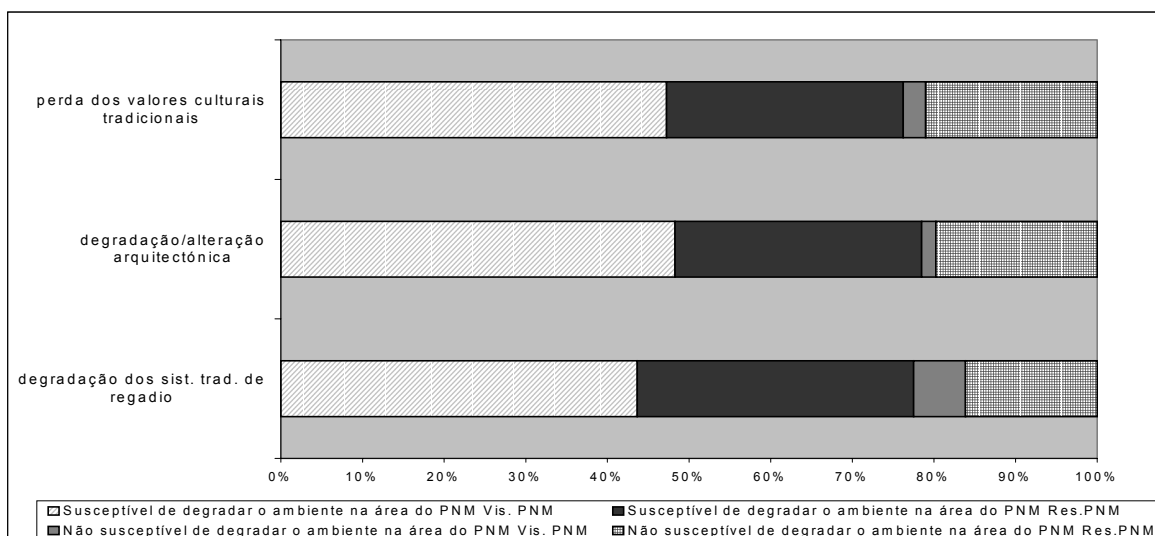
agrícolas, a plantação de árvores não autóctones e, naturalmente, a agricultura. A assimetria na distribuição destas variáveis coloca os residentes como aqueles que consideram que os aspectos mencionados não são susceptíveis de introduzir nenhum tipo de degradação no ambiente na área do PNM.

Figura 8.39 – Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes do PNM, segundo o contributo para a degradação do ambiente, por tipo de inquirido (%)



A situação não conhece grande variação, quando analisamos os aspectos relativos à manutenção das *memórias* e identidade colectiva, tal como podemos observar na figura 8.40.

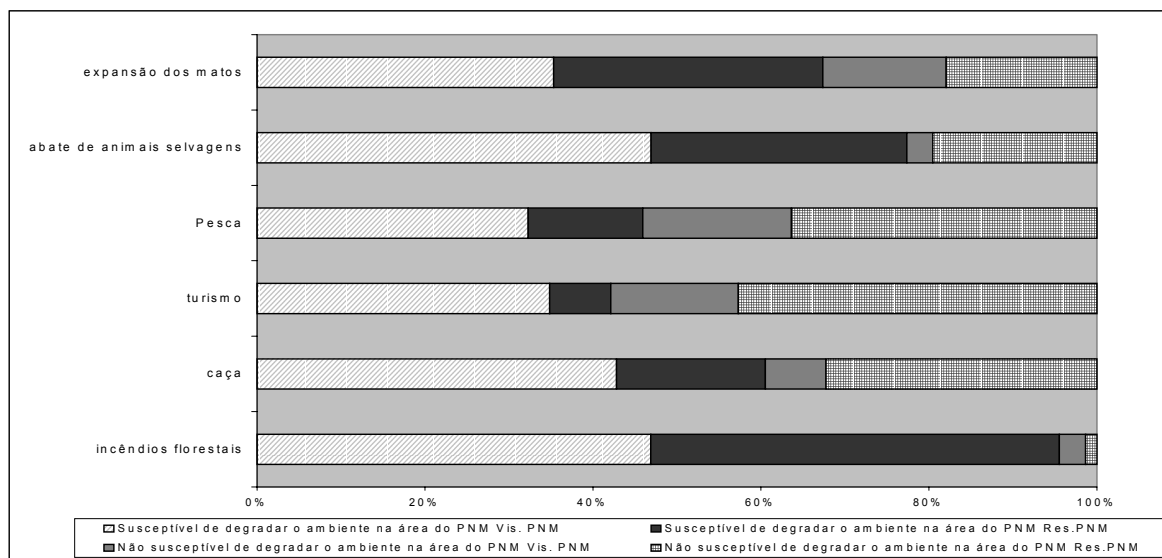
Figura 8.40 – Aspectos associados à manutenção das *memórias* e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente na área do PNM, por tipo de inquirido (%)



Ainda que neste caso tanto visitantes como residentes considerem que a perda das tradições é susceptível de degradar o ambiente na área do PNM, constatamos que essas perdas são sentidas como muito mais significativas pelos primeiros. Trata-se, tal como referimos na secção anterior, de aspectos fortemente associados às actuais funções que as áreas rurais parecem crescentemente desempenhar, i.e., ao entendimento destas áreas como reservas de memórias e tradições. Para os habitantes a manutenção das tradições, ainda que seja considerada importante, não assume um papel tão relevante. Isto é amplamente confirmado pelo teste estatístico²⁷⁶. Efectivamente, a associação entre o tipo de inquirido e estes aspectos é significativa e relativamente intensa, dado que se observa uma maior heterogeneidade nas opiniões dos habitantes e tendo em conta que muitos deles não consideram estas perdas culturais significativas no que se refere à degradação do ambiente.

Quanto aos aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o seu contributo para a degradação do ambiente (ver figura 8.41), observamos novamente a existência de grandes diferenças entre visitantes e residentes. Como referimos na secção anterior essas diferenças são muito acentuadas no que se refere à caça, à pesca e ao turismo como actividades susceptíveis de degradar o ambiente no Parque. Outra diferença, embora menos nítida, associa-se ao abate de animais selvagens que, como vimos anteriormente, não recolhia consenso entre os residentes. Os incêndios e a expansão dos matos recolhem o mesmo tipo de avaliação e são considerados por ambas as categorias de inquiridos como susceptíveis de contribuir para a deterioração do ambiente na área do PNM.

Figura 8.41– Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente no PNM, por tipo de inquirido (%)



²⁷⁶ Tal como pode ser observado no anexo 3 (pp.211 – 212).

De salientar a forte associação existente entre os residentes inquiridos e os aspectos relacionados com a natureza e às procuras externas da área do PNM, sobretudo à caça, ao turismo e ao abate de animais selvagens²⁷⁷. Através da análise comparada entre os visitantes e os residentes e, muito particularmente, através das conclusões que a aplicação dos testes estatísticos permitiram retirar, confirmamos, em grande medida, a primeira parte da hipótese 2, relativa à diversidade de representações e práticas face ao espaço, ao ambiente e aos elementos naturais, na área do Parque Natural de Montesinho e as hipóteses auxiliares j) e k) dela decorrentes. No caso da segunda trata-se da comprovação de que as populações residentes na área do PNM tendem a encarar os elementos naturais como *vulgares*, já que são por elas vividos e utilizados no dia-a-dia, sobretudo como base da sua subsistência em termos económicos. Por esta razão a sua visão mais *utilitária* face a esses mesmos elementos não é surpreendente e é completamente comprovada pela análise precedente. Já os visitantes, como se afirmava na hipótese k) encaram os elementos naturais existentes na área do PNM como *extraordinários* e como *objectos de apreciação estética*. *Extraordinários* não apenas porque são protegidos, mas essencialmente porque são *invulgares* no seu quotidiano. A hipótese j) é parcialmente confirmada pela análise anterior, uma vez que, tal como ficou demonstrado, a população residente no PNM atribui valor ao ambiente e à natureza, mas esse valor é bastante diverso daquele que lhe é atribuído pelas racionalidades externas, i.e., pelo Estado (como vimos no primeiro e segundo pontos deste capítulo) e pelos visitantes. A hipótese c) não pode ser ainda totalmente confirmada para o caso do PNM já que não são visíveis, nesta área rural marginalizada e remota, resistências muito acentuadas aos mecanismos legais de protecção do ambiente. No que se refere à incompreensão das legitimidades subjacentes às procuras e consumos externos não podemos confirmar ou infirmar, com base na análise posterior, este aspecto da hipótese mencionada. No entanto, como pudemos verificar, existe incompreensão face às legitimidades institucionais por parte da população residente na área do PNM, que se traduziu claramente na discordância face às regulamentações existentes. Tal como avançávamos na hipótese d) (ainda associada à hipótese 2), esta incompreensão relaciona-se de modo evidente com as características objectivas destes actores sociais. Esta constatação permite, ainda que apenas parcialmente, confirmar a hipótese i) relativa ao não reconhecimento das populações locais das legitimidades externas. Esta hipótese confirma-se para já apenas no que se refere à legitimidade do Estado sobre o território, a qual tende a não ser reconhecida por grupos específicos dentro da população, como os mais idosos, os menos escolarizados e os agricultores que, na realidade, constituem o grosso da população estudada e também da população do PNM globalmente considerada.

²⁷⁷ Ver testes estatísticos no anexo 3 (pp. 212 – 214).

Ainda que a Hipótese 1 e as suas derivadas [a) e b)] tenham sido sobretudo confirmadas em termos teóricos (com base na revisão de bibliografia que realizámos os dados analisados nas secções anteriores e na presente, sugerem claramente que a procura do PNM pelos utentes secundários se faz quase exclusivamente pelas suas características naturais, não assumindo os seus aspectos especificamente rurais senão uma reduzidíssima expressão nessa mesma procura e consequente consumo.

Também a Hipótese 4 é parcialmente confirmada com base na análise anteriormente realizada. Efectivamente, postulando que os habitantes locais não reconhecem legitimidade às intervenções estatais sobre as suas áreas de residência, aquela hipótese e as suas derivadas [m) e o)] ficam, pelo exposto, parcialmente confirmadas. Por outro lado, estas hipóteses (ou alguns dos seus aspectos) conhecem maior grau de confirmação se tivermos também em conta a valorização institucional do ambiente e da natureza e, essencialmente o facto de que as visões dos Presidentes das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, i.e., do chamado poder local, se assemelham profundamente às expressas pelos habitantes. Já as visões dos visitantes têm grande correspondência nas visões estatais, quer ao nível central (sobretudo através do que é veiculado nos planos, programas e medidas delineados para as áreas rurais), quer ao nível da administração da área protegida (através das regulamentações, das medidas de conservação da natureza e de apoio ao desenvolvimento socioeconómico). Para sustentar o que afirmamos, basta observar as entrevistas realizadas às entidades com intervenção na área do PNM. Assim, a maior parte dos entrevistados²⁷⁸ oscila entre uma visão antropocêntrica face ao ambiente e aos elementos naturais, que se associa fortemente à sua condição de residentes na área, e uma visão ecocêntrica que se relaciona com a sua posição política e administrativa e ainda com o seu papel de interlocutores privilegiados entre a administração do PNM e a população local. No caso da administração do PNM e da ADA, que inquirimos, a sua visão assenta essencialmente numa concepção ecocêntrica da natureza e do ambiente, que decorre das suas responsabilidades face aquele território. Concebendo a natureza como património e não como recurso, a administração desta área protegida, tende a privilegiar exactamente mais o valor estético e o valor intrínseco dos elementos naturais e menos o seu valor de uso. Através desta maior valorização do carácter patrimonial da natureza e do ambiente e, consequentemente, das próprias áreas rurais que o integram, o PNM tende a reproduzir (ou a produzir, já que a relação causa-efeito entre as necessidades socialmente sentidas e a sua materialização em mecanismos legais, não está, como vimos nos capítulos II e VI completamente demonstrada) as representações sociais associadas às procuras e aos consumos externos desta área.

²⁷⁸ Referimo-nos neste caso aos dezasseis presidentes de Junta de Freguesia e aos dois Presidentes das Câmaras Municipais que entrevistámos na área do PNM.

4. As questões ambientais versus as questões do desenvolvimento socioeconómico – as representações dos habitantes e dos visitantes

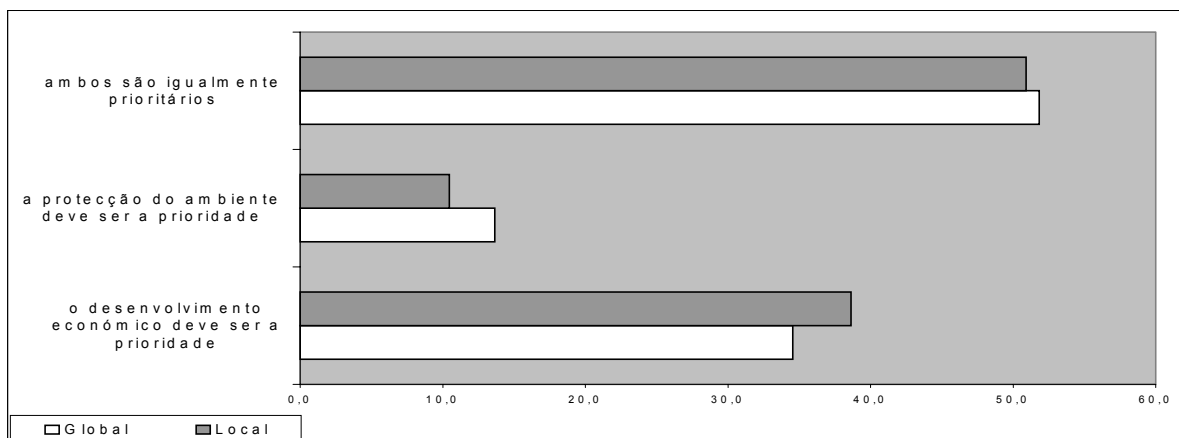
4.1. A secundarização das questões ambientais face às questões do desenvolvimento socioeconómico por parte dos habitantes

Segundo o argumento que temos vindo a desenvolver nesta tese (e de acordo com a discussão teórica contida nos capítulos IV, V e VI) não é possível actualmente dissociar as questões relativas ao ambiente da abordagem às áreas rurais e aos seus processos de desenvolvimento. Como vimos, esta impossibilidade decorre da centralidade adquirida pelos espaços rurais nas sociedades contemporâneas, através da sua (re)descoberta como espaços guardiães de tradições e memórias e como espaços-reserva de qualidade ambiental, quer em termos da sociedade entendida globalmente, quer em termos institucionais. Neste sentido, o debate que efectuámos nos capítulos mencionados aponta para uma crescente valorização social e institucional do rural como *natural*, i.e., como espaço com capacidade para suprir as necessidades de certos grupos sociais em termos da procura e consumo de bens naturais e ambientais. Esta valorização é, como também salientámos, um processo exterior às áreas rurais, no sentido em que é protagonizado essencialmente por grupos de residentes urbanos e pelo Estado ao nível central. São, como observámos, sobretudo as áreas rurais marginalizadas e remotas aquelas que conhecem, actualmente, uma maior valorização. No mesmo sentido, argumentámos que esta valorização exterior ocorre no mesmo momento em que o mundo rural marginalizado e profundo procura aceder ao desenvolvimento socioeconómico tendo como referências os processos de crescimento urbano-industrial e os aspectos materiais a ele associados. Este desfasamento temporal entre o reconhecimento socio-institucional da centralidade ambiental das áreas rurais e a centralidade que assumem, para os seus residentes, os aspectos socioeconómicos do desenvolvimento, é um factor-chave na compreensão das diferenças observadas em termos de representações e práticas de habitantes e de utentes secundários daquelas áreas. Paralelamente, o desfasamento referido associa-se ao debate actual sobre as consequências para as áreas rurais da sua passagem de *produtoras de alimentos a guardiãs do ambiente*, fazendo emergir uma eventual nova subalternização do mundo rural e uma renovada dicotomia rural-urbano. Atendendo a todas estas questões a análise da informação empírica relativa ao confronto das representações entre ambiente e desenvolvimento socioeconómico afigura-se-nos de crucial importância. Esta análise permite ainda o teste da hipótese 3, apresentada no capítulo VII, bem como da sua derivada [hipótese auxiliar I]), que lidam justamente com as diversas representações associadas aos processos de desenvolvimento

social e económico e com o carácter secundário que os elementos naturais e o ambiente assumem para os residentes rurais.

Tendo em conta, em primeiro lugar a prioridade atribuída pelos residentes da área do PNM na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento social e económico, podemos constatar, através da figura 8.42, que as percentagens são muito próximas quer para o nível global (mundial), quer para o nível local (área do PNM). Observa-se apenas um ligeiro aumento nas percentagens relativas aos indivíduos que atribuem maior prioridade ao desenvolvimento económico, quando passamos do nível global para o nível local (de 35% para 39%) e simultaneamente um reduzido decréscimo nas percentagens de inquiridos que atribuem a prioridade ao ambiente ou à conciliação de ambos os aspectos. De qualquer modo, através da análise da figura mencionada é possível verificar que a maioria dos residentes, quer para o nível global, quer para o nível local, opta pela conciliação da protecção do ambiente com a promoção do desenvolvimento socioeconómico (respectivamente 52% e 51%). Apenas uma reduzida percentagem de inquiridos atribui maior prioridade exclusivamente à protecção do ambiente (14% para o nível global e 10% ao nível da área do PNM). Não existe significância estatística na associação destas questões com as variáveis respeitantes à caracterização dos residentes.

Figura 8.42. – Prioridade atribuída pelos residentes do PNM na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico (a nível global e local) (%)



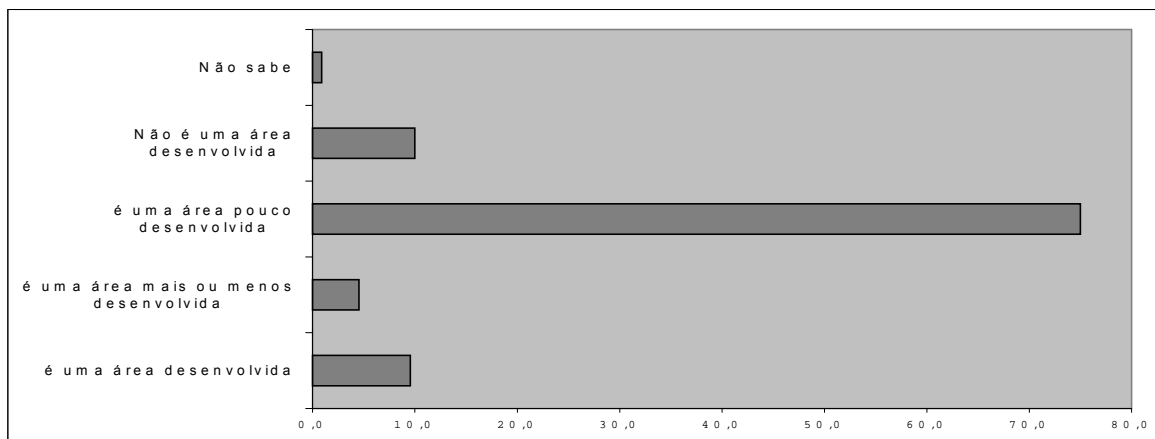
As concepções de natureza e de ambiente associam-se (ainda que de forma pouco intensa) com a prioridade atribuída na relação que estamos a analisar. Assim, verificamos que são essencialmente os indivíduos que têm do ambiente uma concepção *social* e aqueles que encaram a natureza e o ambiente como o *suporte das actividades económicas* (i.e. aqueles que possuem uma concepção essencialmente antropocêntrica) os que atribuem a maior prioridade ao desenvolvimento económico, tanto a nível local como global. Os resultados obtidos através da aplicação das medidas de associação estatística às variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente permitem confirmar o que ficou dito, já

que demonstram uma relação (mesmo que sem grande intensidade) entre essas mesmas variáveis e a prioridade atribuída àqueles aspectos. Observa-se uma relação simétrica entre as afirmações de pendor ecocêntrico e a prioridade atribuída à situação de compromisso entre a protecção do ambiente e a promoção do desenvolvimento económico. Simultaneamente, observamos a associação entre a concordância com as afirmações de tendência antropocêntrica e a maior prioridade atribuída apenas ao desenvolvimento económico. Este tipo de distribuição observa-se tanto para o nível global, como para o nível local.

No que se refere à forma como a área do PNM é percebida pelos seus residentes em termos do desenvolvimento socioeconómico, observamos que para 75,7% dos inquiridos se trata de uma área pouco desenvolvida e que para 10,1% de uma área não desenvolvida. Apenas 14,2% dos residentes inquiridos consideram que a área do PNM é relativamente desenvolvida do ponto de vista socioeconómico (ver figura 8.43).

No que diz respeito às justificações avançadas para a avaliação feita a propósito do desenvolvimento da área do PNM, a maior parte dos inquiridos apontam a *falta de empregos*, a *carência em equipamentos e serviços*, a *situação problemática da agricultura na actualidade* e ainda o *declínio populacional* que a área conhece desde há algumas décadas, como vimos no capítulo VII.

Figura 8.43 – Caracterização da área do PNM em termos do desenvolvimento socioeconómico, segundo os seus residentes (%)

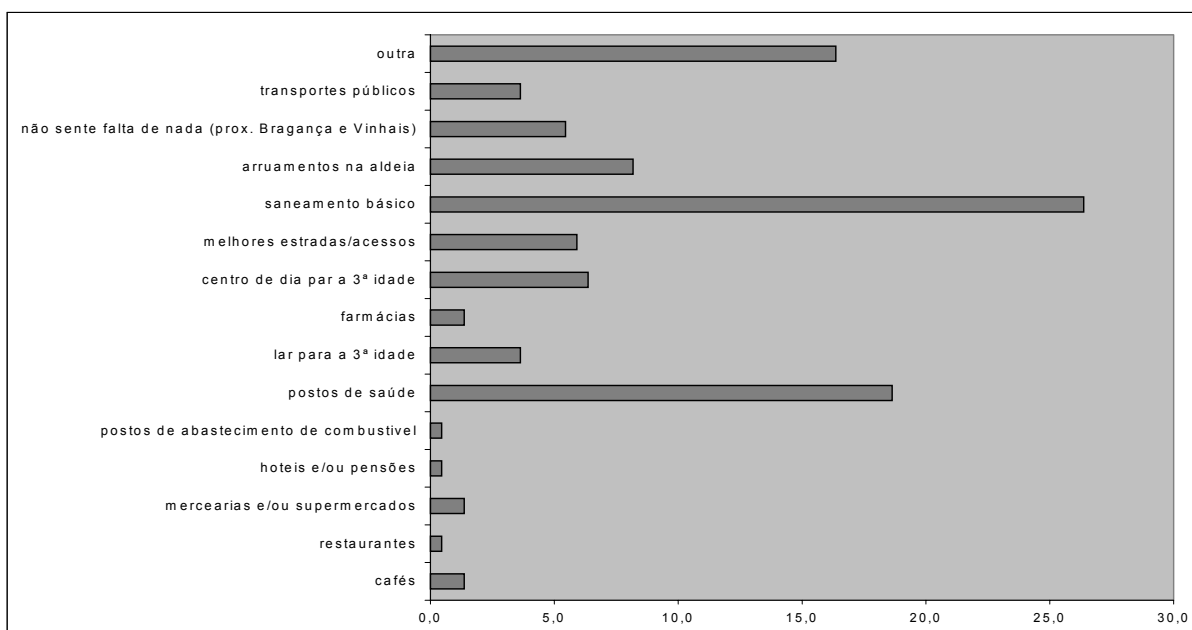


Observamos naturalmente uma associação estatisticamente significativa e intensa entre a forma como foi caracterizada a área em termos do seu desenvolvimento e as justificações avançadas ($\chi^2=149,169$ para 27 gl.; V. de Cramer =0,480; C. de Pearson =0,639). No que se refere aos que caracterizam a área como relativamente desenvolvida, a justificação mais frequente é a sua proximidade aos núcleos de Bragança e Vinhais. Não se verifica a existência de relação estatística relevante entre a caracterização da área do PNM em termos do seu desenvolvimento e as variáveis que se referem à caracterização dos inquiridos. Do

mesmo modo, não há relação significativa entre as justificações avançadas e as variáveis sociográficas. De um modo geral, podemos dizer que a concepção de desenvolvimento que é partilhada pelos residentes assenta essencialmente nos aspectos económicos do mesmo, sobretudo os relacionados directamente com a subsistência da população. Podemos ainda dizer que são sobretudo os indivíduos que possuem da natureza uma representação antropocêntrica aqueles que mais valorizam o desenvolvimento económico.

Procurando averiguar das necessidades sentidas pelos residentes no PNM em termos de equipamentos e serviços (e tendo em atenção que é uma das principais justificações utilizadas para a caracterização desta área como pouco desenvolvida) observamos pela figura 8.44 que são sobretudo as infra-estruturas relacionadas com o saneamento básico e os equipamentos associados à saúde os aspectos mais frequentemente mencionados. Apenas uma reduzida percentagem de residentes considera que não existem carências significativas dada a proximidade face a Bragança e/ou Vinhais. Os arruamentos das localidades, a melhoria das estradas e ainda os centros de apoio à terceira idade e as farmácias também são referidos pelos residentes, muito embora em percentagens menos significativas que os anteriores equipamentos e serviços.

Figura 8.44 – Principais necessidades sentidas em termos de equipamentos e serviços pelos residentes da área do PNM (%)

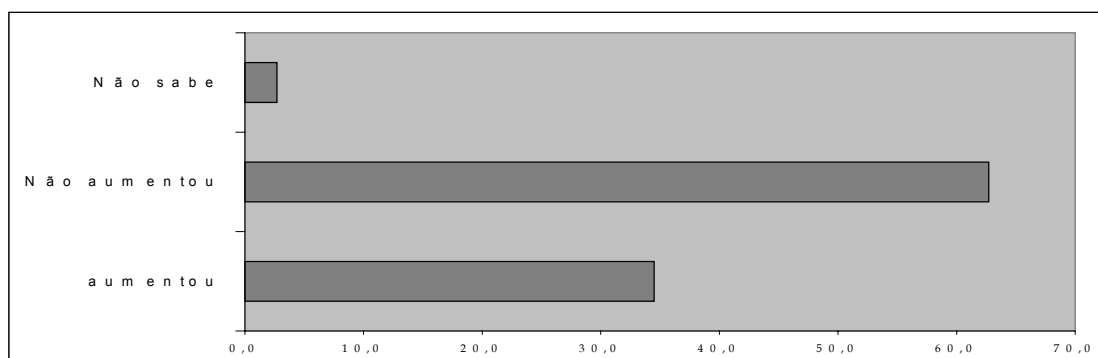


Dada a relativa homogeneidade observada em termos de necessidades sentidas entre os residentes não se verifica nenhuma associação estatisticamente significativa entre esta variável e as que se referem às características sociográficas dos inquiridos. Do mesmo modo, também não existe uma associação importante entre as necessidades sentidas e a avaliação da área em termos do seu desenvolvimento social e económico. Quanto ao aumento dos

equipamentos e serviços na área do PNM, 41,8% dos residentes considera que esse aumento não deveria conhecer qualquer tipo de limitação. 52,7% advoga que deveriam existir mais equipamentos e serviços, mas que o seu aumento deveria ser controlado. 2,3% consideram que não se observa a necessidade de mais equipamentos e serviços. Entre estes últimos encontram-se os que avançam como justificação a proximidade a Bragança e/ou Vinhais. A justificação para o aumento controlado associa-se, naturalmente, de forma intensa ($\chi^2=176,594$ para 16 gl.; V. de Cramer=0,644) à degradação do ambiente e da natureza e ainda à consideração de que deveriam apenas existir os necessários à população residente na área. Simultaneamente, o argumento do aumento do número de equipamentos e serviços sem qualquer limitação, sustenta-se quase completamente na inexistência na área do PNM das infra-estruturas, equipamentos e serviços básicos para a satisfação das necessidades da população. Uma reduzidíssima percentagem de inquiridos refere que só deveriam existir os equipamentos e serviços essenciais aos visitantes. Uma vez mais não se observa nenhuma associação significativa entre os aspectos em análise, as variáveis sociográficas e também as que se referem à avaliação do desenvolvimento socioeconómico da área do PNM.

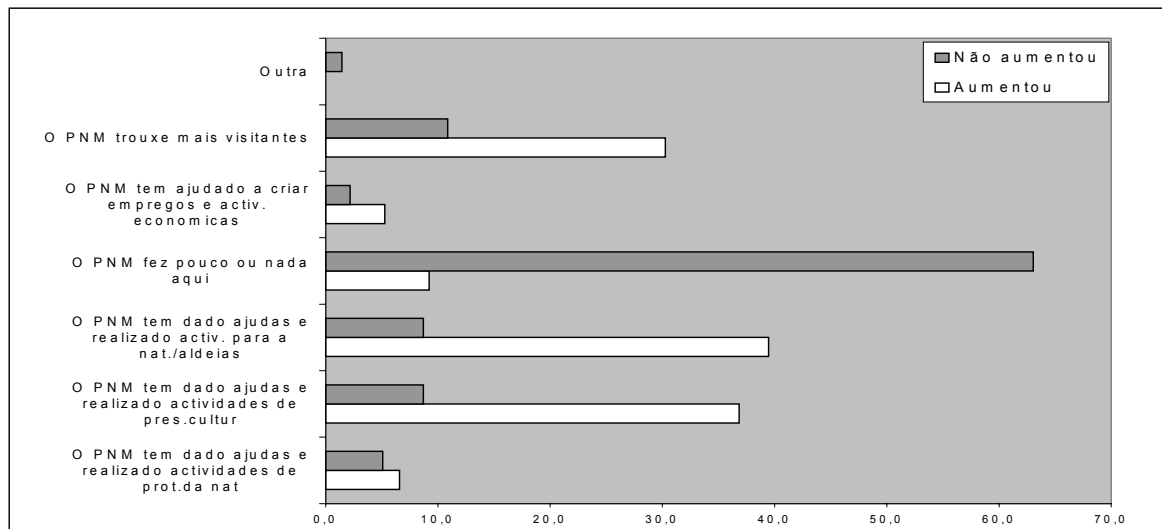
A maior parte dos residentes não atribui ao PNM um contributo muito importante no domínio do desenvolvimento socioeconómico, como podemos verificar pela figura 8. 45. Apenas 34,7% consideram que com a existência do Parque o desenvolvimento conheceu algum aumento, enquanto 62,7% reconhecem que após a instituição da área como protegida o desenvolvimento sofreu apenas um reduzido aumento ou não se alterou (25,9% consideram que não se verificaram alterações).

Figura 8.45 – Avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico da área, por parte dos residentes (%)



As razões associadas à avaliação anterior, particularmente ao contributo positivo do PNM, são essencialmente as acções e o apoio que o mesmo tem desenvolvido nas diversas localidades em termos da recuperação e conservação do património cultural e natural e ainda a atracção de um maior número de visitantes. Por outro lado, aqueles que consideram o contributo do PNM negativo ou pouco positivo apontam como razões para essa avaliação a circunstância de o PNM não ter realizado nenhum tipo de intervenção (ver figura 8.46).

Figura 8.46 – Razões associadas à avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento da área, por parte dos residentes (%)



As variáveis em análise encontram-se associadas de forma relativamente intensa e estatisticamente significativa ($\chi^2=121,975$ para 18 gl.; V. Cramer=0,434; C. de Pearson=0,601). Não se observa nenhum tipo de associação entre ambas as variáveis analisadas e as que se relacionam com a caracterização geral dos inquiridos. Inversamente, a avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico da área e sua justificação associa-se significativamente e intensamente com as variáveis relativas à contribuição do PNM para a manutenção dos elementos culturais e naturais da área (ver resultados dos testes estatísticos, no anexo 3, pp.220 - 221). Observamos, assim, que são sobretudo os residentes que não reconhecem ao PN nenhum tipo de contributo em termos da preservação dos elementos naturais e culturais, aqueles que também não avaliam como positiva a sua contribuição em termos do desenvolvimento social e económico. No mesmo sentido, são os inquiridos que consideram que o PNM não realizou intervenções positivas em prol da manutenção dos elementos culturais e naturais da área, os mesmos que avançam como justificação para o seu reduzido contributo para o desenvolvimento da área o mesmo tipo de razão, i.e., a ausência de acções por parte da administração da área protegida. No sentido em que as regulamentações existentes, ao limitarem as práticas dos residentes, podem contribuir para a avaliação que estes fazem do contributo que o PNM tem dado para o desenvolvimento da área, procurámos observar a associação entre as variáveis correspondentes a estes aspectos. Na sequência dos resultados dos testes estatísticos, não se observa nenhum tipo de associação relevante.

Atendendo agora à avaliação que os residentes fazem da influência das condições naturais no desenvolvimento económico da área, verificamos que a maior parte dos inquiridos (87,3%) considera que a trajectória desse mesmo processo foi e é muito condicionada pelos

elementos e características naturais. Apenas 7,7% dos residentes consideram que as condições naturais são independentes do trajecto da área do PNM em termos de desenvolvimento. Segundo as justificações apresentadas pelos inquiridos para a avaliação da influência das características naturais sobre a economia, no passado, vemos que apenas 5% consideram que essas características foram relevantes para a instalação de actividades económicas. Assim, no passado, as influências positivas das condições naturais da área do PNM fizeram-se sentir essencialmente em termos da saúde das populações, na preservação de certas espécies da fauna e da flora e na preservação das tradições culturais. As consequências negativas das características naturais particulares da área do PNM fizeram-se sentir essencialmente em termos da emigração (51,8%), já que *forçaram*, por assim dizer, a população local a sair da área.

Relativamente à influência que as características naturais da área do PNM poderão ter no futuro em termos do seu desenvolvimento observamos que a questão da emigração é ainda apontada por 29,5% dos inquiridos. Todavia, os residentes revelam uma perspectiva que podemos qualificar como *optimista* acerca das potencialidades que as condições naturais do PNM encerram. Assim, observamos que a maioria dos inquiridos considera que, no futuro, essas mesmas condições permitirão o desenvolvimento de novas actividades económicas e essencialmente do turismo (respectivamente 51,4% e 72,3%), ao mesmo tempo que continuarão a influenciar a preservação dos recursos naturais (69%). No entanto, a visão optimista dos inquiridos parece não se coadunar com a avaliação feita acerca do contributo do PNM (o agente institucional de conservação das condições naturais da área) para o desenvolvimento económico da mesma. Efectivamente não é possível estabelecer nenhuma associação com significado estatístico entre estas variáveis.

Da análise do modo como os residentes inquiridos na área do PNM posicionam as áreas rurais e urbanas face ao ambiente e ao desenvolvimento económico sobressai a acentuada dicotomia rural-urbano que domina as suas representações²⁷⁹.

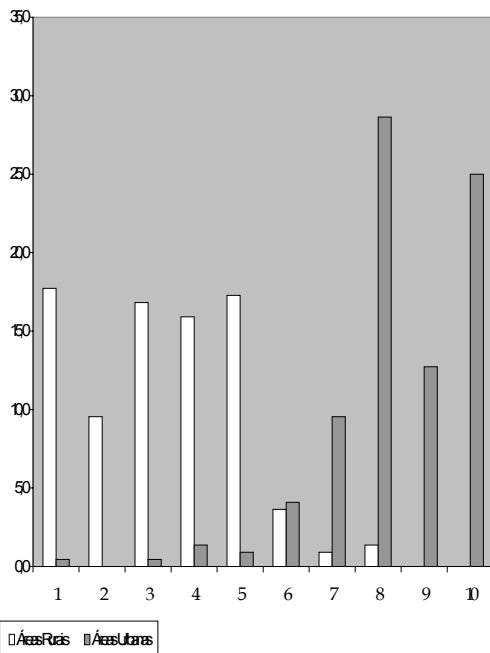
Assim, como podemos verificar na figura 8.47, as áreas rurais, em termos do seu desenvolvimento socioeconómico são posicionadas por este tipo de inquiridos sobretudo antes do valor 5 (92,9%), enquanto que em termos da sua qualidade ambiental são colocadas acima do valor 8 (70,4%), sendo que 36,8% dos residentes as coloca mesmo no valor máximo. No que diz respeito às áreas urbanas e ao seu nível de desenvolvimento económico, verificamos que a maior parte dos inquiridos as coloca num escalão superior a 8 (66,3%), Já no que se refere à qualidade ambiental das áreas urbanas, a sua avaliação não ultrapassa em geral o valor 5 (84,1%). Há assim, na perspectiva dos residentes uma acentuada

²⁷⁹ A questão foi colocada tendo por base uma escala de 1 a 10, em que 1 representava a menor qualidade ambiental e o menor desenvolvimento económico e o 10 justamente o oposto. Utilizou-se o 0 para as situações de não resposta e/ou de incapacidade para responder.

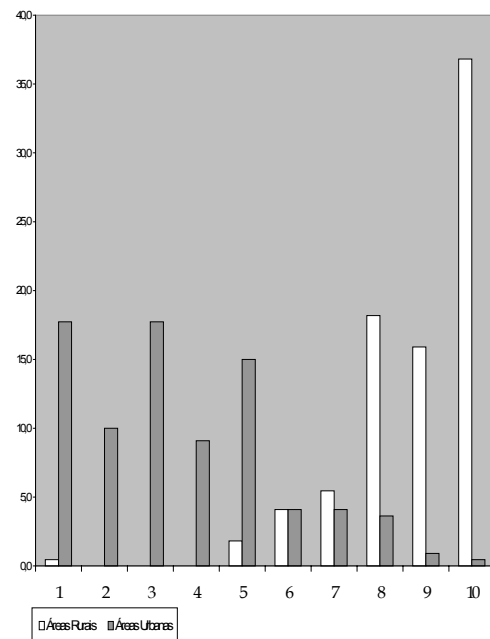
diferença entre as áreas rurais e as áreas urbanas no que se refere à sua qualidade ambiental e às suas trajetórias e níveis actuais de desenvolvimento. Os resultados dos testes estatísticos evidenciam a ausência de associação entre as variáveis em apreço e as sociográficas, o que dada a homogeneidade nas respostas às questões que analisámos anteriormente, não pode ser considerado surpreendente.

Figura 8.47 – Posicionamento das áreas rurais por parte dos residentes do PNM (%)

Quanto ao Desenvolvimento económico



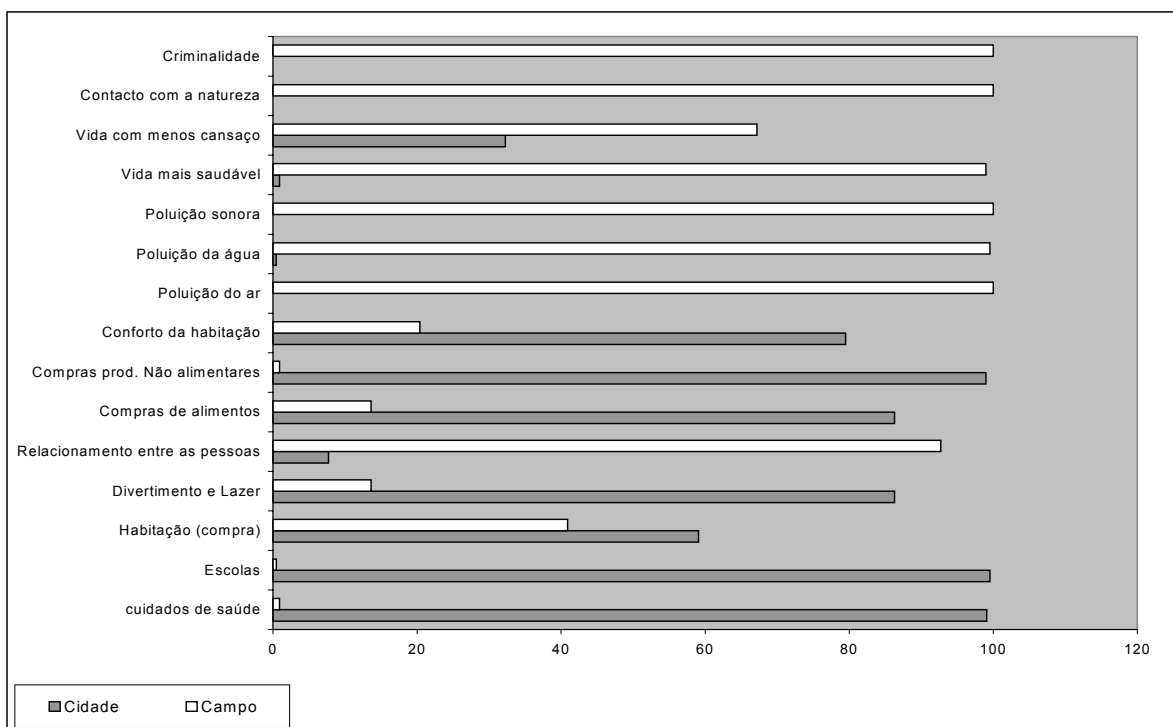
Quanto à qualidade do ambiente



Os dados contidos na figura 8.48 permitem aprofundar bastante mais os aspectos subjacentes às representações dicotómicas evidenciadas pelos residentes, no que se refere ao rural e ao urbano. Não surpreendentemente podemos observar que os aspectos que fazem do rural um melhor espaço de vida são a menor criminalidade, o maior contacto com a natureza, as condições mais saudáveis, os menores níveis de poluição, a maior proximidade entre as pessoas e ainda o menor cansaço. Quanto a este último aspecto deve salientar-se que 32% dos residentes inquiridos avaliam a vida na cidade como menos cansativa e que essa percepção tem essencialmente a ver com a actividade que tradicionalmente se associa às áreas rurais – a agricultura. A cidade é, ao contrário, o melhor local para residir tendo em conta aspectos como os cuidados de saúde, a educação, o consumo, o nível de conforto nas habitações e as actividades de recreio e de lazer. Há assim uma clara divisão, em termos das representações dos residentes na área do PNM, entre o rural e o urbano. Aquele espaço é, como vimos, mais frequentemente associado às características naturais e ambientais enquanto que o urbano é o espaço dos equipamentos e dos serviços por excelência. Dada a elevada homogeneidade observada, não se verifica nenhuma associação estatisticamente

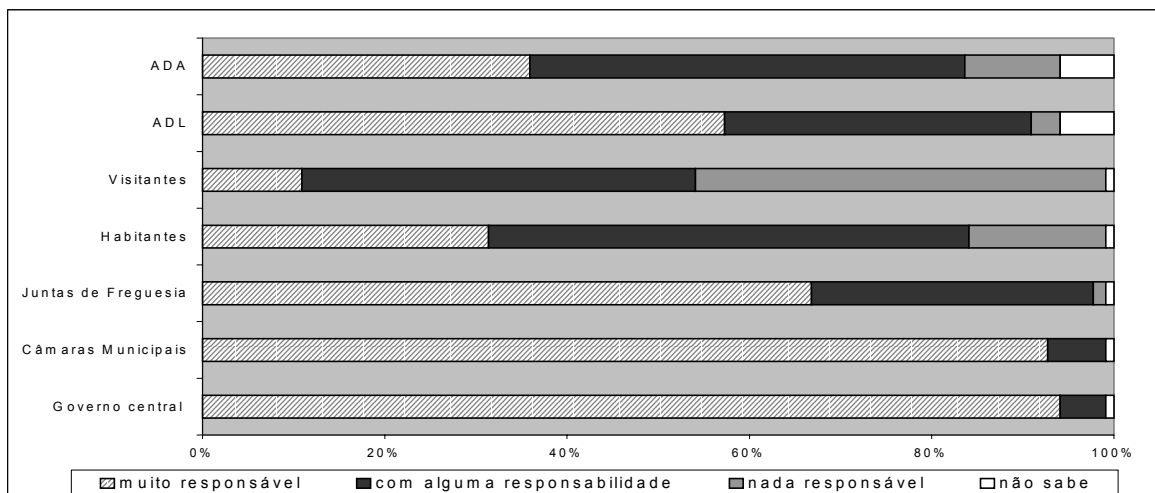
significativa entre este conjunto de variáveis e as relativas ao posicionamento rural-urbano face à qualidade ambiental e ao nível de desenvolvimento económico. Do mesmo modo e pela mesma razão não se observa a existência de significância estatística na associação entre as variáveis em análise e as que dizem respeito à caracterização dos inquiridos.

Figura 8.48 – Avaliação das áreas onde se vive melhor face a alguns aspectos, segundo os residentes do PNM (%)



Finalmente, ainda quanto ao desenvolvimento económico da área do PNM, os residentes inquiridos consideram como principais responsáveis pela sua promoção o governo central e as câmaras municipais, como pode ser visto na figura 8.49.

Figura 8.49 – Actores e Entidades considerados responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico na área do PNM, por parte dos residentes (%)



Pela observação da figura anterior, podemos verificar que a responsabilização diminuiu, à medida que passamos das entidades políticas e administrativas para os actores sociais e para as entidades não associadas ao poder político e económico. No fundo, a responsabilidade é atribuída às entidades que têm, efectivamente maior poder de decisão – o governo (94,1%) e as Câmaras Municipais (92,6%). Comparando estes dados com os que se referem à responsabilidade na protecção do ambiente (cf. figura 8.11, p. 390), verificamos que as diferenças mais óbvias são as que se referem ao papel dos actores sociais. Assim, no caso das entidades políticas o nível de responsabilidade é considerado quase o mesmo, mas os visitantes, os habitantes, as ADL e as ADA são consideradas menos responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico do que o foram pela protecção do ambiente. Naturalmente que a associação estatística é significativa, sobretudo quando se trata das entidades políticas, no que se refere a ambos os aspectos. São os indivíduos mais escolarizados os que atribuem maior responsabilidade aos habitantes na promoção do desenvolvimento económico da área do PNM, enquanto que os analfabetos e os menos escolarizados tendem a atribuir as maiores responsabilidades ao poder político. Exactamente no mesmo sentido observa-se uma associação (ainda que pouco forte) entre os estudantes e a maior responsabilidade atribuída aos habitantes nesta matéria, enquanto que os reformados tendem a responsabilizar essencialmente as entidades políticas pelo processo de desenvolvimento económico da área.

No que diz respeito às entidades políticas da área do PNM, concretamente às Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, podemos observar que a sua posição é muito semelhante à dos residentes inquiridos, no que se refere à avaliação do desenvolvimento económico da área e à articulação deste com a protecção do ambiente. A totalidade dos entrevistados (CM e JF) refere que, tanto a nível global, como a nível local a prioridade deve ser dada à conjugação da protecção do ambiente com a promoção do desenvolvimento económico. Todos referem que a área do PNM é uma área pouco desenvolvida, essencialmente devido a insuficiências em termos de infra estruturas, serviços e equipamentos. Ambos os presidentes das Câmaras Municipais entrevistados reconhecem o contributo do PNM para o desenvolvimento da área, diferenciando-se deste modo da maioria dos residentes. Já no que diz respeito aos presidentes da Junta de Freguesia entrevistados, podemos dizer que a sua avaliação conhece alguma diversidade. Assim, para 8 dos 16 presidentes de Junta de Freguesia que entrevistámos, o PNM tem dado um contributo positivo para o desenvolvimento das localidades que o integram. Esse contributo é materializado em acções de conservação da natureza e de recuperação e valorização do património arquitectónico e cultural. Para os restantes 8 inquiridos o PNM não tem tido um contributo significativo, já que não tem apoiado as freguesias. De salientar que destas oito freguesias, cinco pertencem ao

concelho de Vinhais, i.e., e como já mencionámos antes, pertencem à área do Parque que foi mais negligenciada até há cerca de uma década atrás.

As concepções de desenvolvimento económico de que estas entidades são portadoras, tal como a representação da articulação daquele processo com a protecção do ambiente, têm algumas semelhanças com as representações da população. Como referem dois dos Presidentes de Junta de Freguesia entrevistados :

“a natureza aqui é mais secundária...é...é...eles vêm ainda a natureza como uma fonte de rendimento. Pois se essas pessoas viveram...a esmagadora maioria das pessoas viveu sempre da natureza, portanto, ainda a vêm como uma fonte de rendimento”(JF6)

“Isso de ser bonito ou feio já é secundário, não é? Primeiro tudo cuida dos castanheirinhos e limpa-os e tratam-nos muito bem, pronto, porque é daí que vem o rendimento...A base principal é o rendimento” (JF1)

De um modo geral, os residentes na área do PNM, assim como os representantes do poder local atribuem um valor essencialmente *secundário* à natureza e ao ambiente, em detrimento do desenvolvimento económico. Como vimos, tal facto repousa essencialmente na consideração da área do PNM como pouco desenvolvida e especialmente carente em termos dos serviços e equipamentos respeitantes à qualidade de vida das populações locais. Por outro lado, ao dizermos *secundário* não pretendemos significar *menos importante* mas, antes, *diferente*. Como veremos na secção seguinte existem diferenças importantes entre os residentes e seus representantes políticos ao nível local e os visitantes e o poder central. Tal como nas questões associadas ao ambiente também as relativas ao desenvolvimento socioeconómico evidenciam bastante homogeneidade no interior dos dois grupos que estamos principalmente a analisar – os residentes e os visitantes – e bastante heterogeneidade externa, i.e., de um grupo por referência ao outro. Uma vez mais, a variável *tipo de inquirido* é a que maior peso explicativo parece ter nas diferenças encontradas.

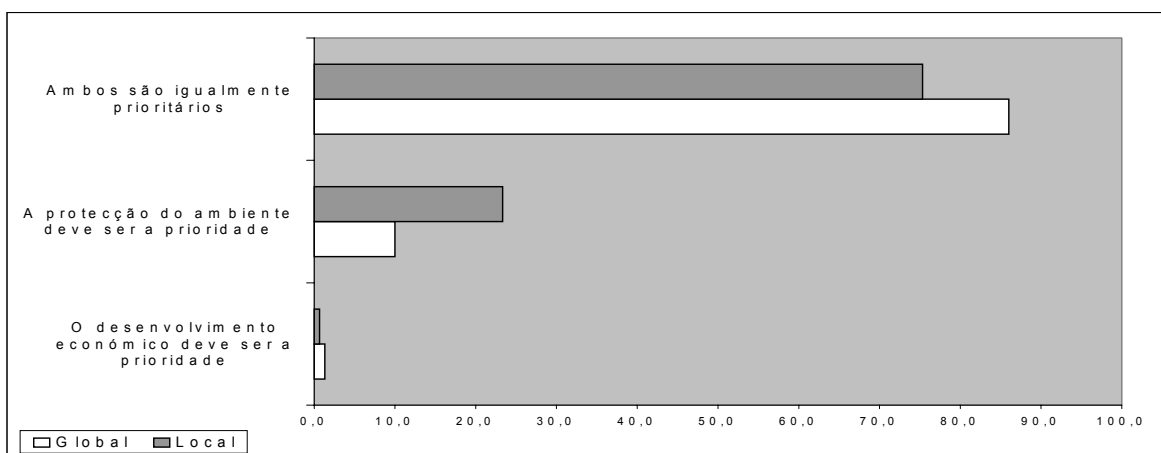
4.2. A sobrevalorização das questões ambientais face às questões do desenvolvimento socioeconómico por parte dos visitantes

Na secção anterior referimos que o debate actual sobre as áreas rurais aponta essencialmente para uma valorização das áreas rurais pelas suas qualidades ambientais. Esta concepção é sobretudo propriedade de determinadas categorias sociais que, genericamente, temos vindo a designar por *urbanos*, mas que talvez mais adequadamente devêssemos definir como os *utentes urbanos das áreas rurais*. Temos vindo também a argumentar que a valorização social das áreas rurais é sobretudo um processo exterior a essas áreas, sendo que essa exterioridade influi nas representações que os consumidores do espaço rural do PNM possuem acerca dos processos de desenvolvimento do mesmo. No ponto anterior salientámos a existência de uma clara divisão entre os visitantes e as populações locais no que ao ambiente e à sua protecção diz respeito. Nesta secção, em

complemento da anterior, procuramos dar conta da análise da informação empírica relativa ao confronto entre aquele aspecto e o processo de desenvolvimento económico da área. Como referimos na secção anterior, esta análise permite, parcialmente, o teste da hipótese 3 [e da hipótese auxiliar 1)] que se referem ao papel que as diferentes representações em termos de desenvolvimento económico podem desempenhar na existência de conflitos entre os vários actores em presença nas áreas rurais e, neste caso concreto, no PNM. No que se refere aos residentes, vimos que a natureza e o ambiente assumem, em certa medida, um carácter secundário face às necessidades sentidas em termos de desenvolvimento. Nesta secção, tentamos argumentar que no caso dos visitantes se verifica o oposto, observando-se a sobrevalorização dos aspectos ambientais da área face às questões económicas. Seguimos aproximadamente a mesma estrutura da secção anterior, no sentido de facilitar a comparação dos dados relativos aos residentes e visitantes.

Assim, procurando primeiramente observar a prioridade atribuída pelos visitantes da área do PNM na relação entre protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico, a nível global (mundial) e local (área do PNM), verificamos que não existem diferenças substanciais entre ambos os níveis. No entanto, observa-se um ligeiro aumento na protecção do ambiente como prioridade ao nível local e o correspondente decréscimo da situação que apela ao compromisso entre ambos os aspectos. De salientar a diferença existente entre visitantes e residentes. Como vimos anteriormente, uma percentagem significativa de residentes atribui a prioridade ao desenvolvimento, tanto a nível local como (e principalmente) a nível global. No caso dos visitantes, as percentagens associadas à opção do desenvolvimento económico são, respectivamente para os níveis referidos de 0,7% e de 1,3% (ver figura 8.50).

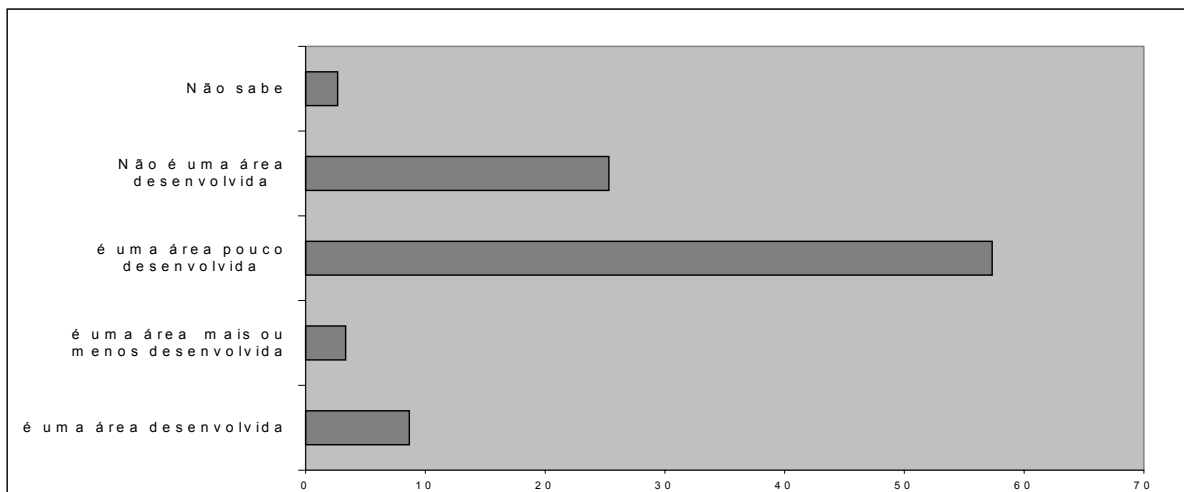
Figura 8.50 – Prioridade atribuída pelos visitantes do PNM na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico (a nível global e local) (%)



Dada a elevada (e já salientada) homogeneidade, tanto em termos sociográficos como em termos mais globais, dos visitantes inquiridos e dada a grande semelhança nas respostas às questões em análise não é possível estabelecer nenhuma associação estatisticamente significativa entre os aspectos mencionados. Pela mesma razão, i.e., a elevada homogeneidade observada entre os visitantes da área do PNM, também não é possível estabelecer uma relação entre a prioridade atribuída em termos de protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico e as concepções de natureza e ambiente, que analisámos no ponto precedente. A associação entre a prioridade atribuída ao ambiente ou ao desenvolvimento, com as variáveis relativas às concepções mais alargadas de natureza e de ambiente, é estatisticamente significativa no que se refere à discordância com a afirmação de que as paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas e a prioridade atribuída (a nível global) apenas à protecção do ambiente ($\chi^2=34,622$ para 6 gl., V. de Cramer =0,359; C. de Pearson=0,453). No mesmo sentido, podemos observar a existência de significância estatística entre a concordância com a afirmação de que o ambiente deve ser preservado a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias e a consideração de que a prioridade deve ser atribuída, ao nível local, exclusivamente à protecção do ambiente ($\chi^2=23,448$ para 6 gl.; V. de Cramer =0,300; C. de Pearson=0,382). Uma vez que não é possível fazer grandes generalizações a partir destes resultados, apenas pode ser sugerido que os visitantes que possuem da natureza e do ambiente uma representação mais ecocêntrica são aqueles que com maior frequência consideram que a prioridade deve ser dada à protecção do ambiente. Como salientámos anteriormente, a variável *tipo de inquirido* (i.e. residente ou visitante) revela-se de extrema importância na consideração da prioridade que deve ser dada ao desenvolvimento económico *versus* a protecção do ambiente. Assim, e não surpreendentemente, observamos que existe uma forte associação entre aquela variável e a relativa às prioridades. Assim, quanto à prioridade na relação que temos vindo a analisar, a nível global, a forte e relativamente intensa associação ($\chi^2=63,776$ para 6 gl.; V. de Cramer =0,417; C. de Pearson =0,385) é dada pela relação entre os habitantes do PNM e a sua mais frequente opção pelo desenvolvimento económico. A nível local, verifica-se a mesma situação, sendo no entanto que a intensidade da associação entre as variáveis *tipo de inquirido* e a que concerne às prioridades, aumenta consideravelmente ($\chi^2=73,597$ para 6 gl.; V. de Cramer =0,447; C. de Pearson=0,408). Estes resultados confirmam a diversidade em termos de representações associadas à área do PNM, designadamente a dissonância entre o Parque que é *espaço de vida* e o que é *espaço de lazer*. De certa forma, estes dados permitem sugerir que entre os visitantes a concepção do desenvolvimento como *sustentável* (no sentido em que o discutimos nos capítulos II e VI) é mais frequente do que entre os residentes desta mesma área.

No que diz respeito ao modo como os visitantes inquiridos caracterizam a área do PNM em termos do seu desenvolvimento socioeconómico, verificamos que quase à semelhança dos residentes, para 82,6% se trata de um território pouco ou nada desenvolvido. Curiosamente a percentagem de visitantes que considera que o PNM não é uma área desenvolvida é bastante superior à dos residentes (respectivamente 25,3% contra 10,5%). Apenas 12,7% dos visitantes consideram que a área é relativamente desenvolvida (ver figura 8.51). No que se refere às razões subjacentes a esta avaliação que os visitantes fazem da área do PNM, em termos do seu desenvolvimento socioeconómico, elas são substancialmente diversas das apresentadas pelos residentes. Assim, 28% apontam o isolamento e afastamento da área face aos grandes centros urbanos como a causa principal do reduzido desenvolvimento. Contrariamente ao que se verificava nas justificações apresentadas pelos residentes, os visitantes têm em consideração os aspectos naturais da área e a sua influência nos processos de desenvolvimento.

Figura 8.51 – Caracterização da área do PNM em termos do desenvolvimento socioeconómico, segundo os seus visitantes (%)



Observamos assim a existência de uma associação estatisticamente significativa entre a variável relativa à avaliação e a variável relativa à justificação ($\chi^2=69,788$ para 27 gl.; V. de Cramer=0,456; C. de Pearson=0,620). Essa associação decorre do facto de os inquiridos que avaliam a área como desenvolvida avançarem como justificação a integração harmoniosa que se observa no PNM entre as actividades humanas e os elementos naturais e ainda o património natural único que pode ser encontrado neste espaço protegido. Ao contrário dos residentes, os visitantes não avançam nenhuma justificação relacionada com a escassez de empregos ou a carência de infra-estruturas básicas, o que vem de certo modo reforçar a dicotomia entre o *vivido* e o *visitado* que temos vindo a mencionar. A variável *tipo de inquirido* revela-se, uma vez mais, importante na avaliação do nível de desenvolvimento socioeconómico, já que existe uma relação estatística significativa entre ambas. Essa

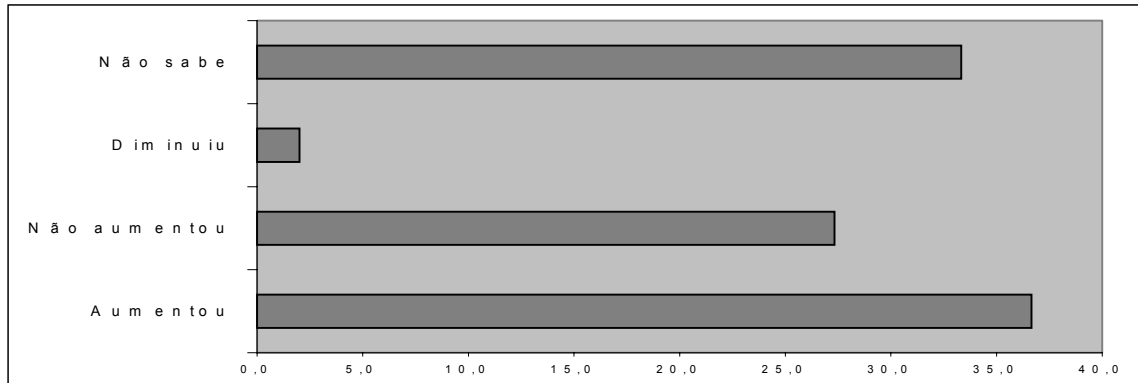
associação ocorre essencialmente devido à maior percentagem de visitantes que avalia o PNM como uma área não desenvolvida. No interior do grupo formado pelos visitantes inquiridos, não se observa uma associação estatisticamente relevante entre a avaliação do nível de desenvolvimento e das suas causas, com as variáveis sociográficas, devido à relativa uniformidade que aqueles apresentam a este nível. A análise efectuada sugere que os visitantes inquiridos possuem (por referência aos residentes) uma concepção de desenvolvimento bastante mais associada à natureza e ao ambiente, valorizando também mais estas questões.

No que concerne ao aumento de equipamentos e de serviços na área do PNM, a avaliação feita pelos visitantes é também diversa da realizada pelos residentes. Como vimos anteriormente, apenas 2,3% dos habitantes inquiridos consideram que não deveriam existir mais equipamentos e serviços na área do PNM. No caso dos visitantes essa percentagem é de 22%. Esta é igualmente a percentagem daqueles que consideram que deveriam existir mais sem qualquer limitação (contra 41,8% dos residentes), sendo a percentagem daqueles que crêem que o número de equipamentos e serviços deveria ser controlado é de 45,3%. Entre os visitantes que referem que os equipamentos e serviços deveriam ser aumentados (sem limitações) destacam-se os que apontam como justificação a inexistência de estruturas de acolhimento e apoio aos turistas. Entre os que referem que o aumento do número desses equipamentos e serviços deveria ser controlado, destacam-se os que mencionam apenas a satisfação das necessidades da população e dos turistas. De salientar que a relação fortíssima que se observa no cruzamento de ambas as variáveis ($\chi^2=88,773$ para 10 gl.; V. Cramer=0,611; C. de Pearson = 0,654) ocorre devido ao facto de todos os inquiridos que não consideram necessários mais serviços e equipamentos apontarem como razão a degradação ambiental que tal situação poderia provocar. Por outro lado, entre aqueles que apontam a necessidade de controlo esta justificação é também a mais importante. Estes dados reforçam a maior importância atribuída por este grupo de inquiridos às questões ambientais. Mais uma vez não se verifica nenhuma associação importante entre estas variáveis e as de caracterização dos inquiridos.

Quanto ao contributo dado pelo PNM para o desenvolvimento da área, é de salientar que 33% dos visitantes inquiridos declaram não saber responder à questão. Tal facto prende-se com a circunstância de cerca de metade dos indivíduos nunca ter visitado a área anteriormente. Dos restantes inquiridos, a maior parte (55,5%) refere que o desenvolvimento da área aumentou com a acção do PN. 41,4% referem que o desenvolvimento aumentou pouco ou manteve-se e 3,0% consideram mesmo que se verificou uma diminuição (ver figura 8.52).

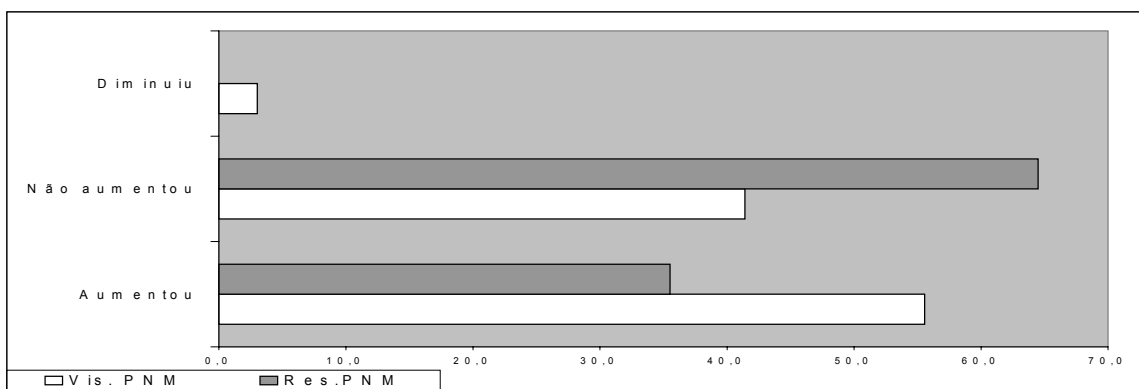
Estes dados são substancialmente diversos dos apresentados para os residentes, uma vez que a maior parte destes últimos considera que o PNM não teve nenhuma contribuição positiva no processo de desenvolvimento socioeconómico da área (62,7%).

Figura 8.52 – Avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico da área, por parte dos visitantes (%)



Aliás, a associação entre a variável *tipo de inquirido* e a avaliação ao contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico é estatisticamente significativa (embora não muito intensa: $\chi^2=29,131$ para 4 gl.; V de Cramer=0,305; C. de Pearson= 0,292) e ocorre devido à maior percentagem de residentes que refere que o contributo do PNM não foi importante, por oposição à maior percentagem de visitantes que refere o contrário (ver figura 8.53).

Figura 8.53 – Avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico da área, por parte dos visitantes e residentes (%)



Vimos que as razões associadas à avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico se relacionavam essencialmente com – no caso da apreciação negativa – a ausência de intervenções daquela entidade. Já o contributo positivo associava-se sobretudo às acções desenvolvidas pelo PNM em prol da preservação e protecção quer dos elementos naturais, quer dos elementos culturais e ainda pela maior capacidade de atracção de turistas. No caso dos visitantes inquiridos a avaliação do contributo do PNM como essencialmente positivo associa-se ao aumento do turismo e ainda

à protecção da natureza. O contributo negativo é avaliado também na sequência das maiores restrições impostas ao desenvolvimento de actividades económicas pelo facto de ser uma área de conservação da natureza. Uma vez mais não é possível observar nenhum tipo de associação entre as variáveis agora consideradas e as de caracterização geral dos visitantes inquiridos. Ao contrário do observado para os residentes, no caso dos visitantes não é possível estabelecer nenhuma associação estatisticamente significativa entre a avaliação que é feita do contributo do PNM para o desenvolvimento da área e sua justificação e as variáveis relativas à contribuição do PNM para a manutenção dos elementos culturais e naturais da área. Tal como vimos para os residentes, e no sentido de averiguar a influência das regulamentações existentes no PNM na avaliação que os visitantes inquiridos fazem da sua contribuição para o desenvolvimento desta área protegida, procurámos observar a associação destas variáveis com os níveis de concordância com as regras em vigor. No entanto, dado que, como observámos no ponto anterior, uma ampla maioria de visitantes apresentava níveis quase totais de concordância com as restrições e interdições vigentes na área do PNM, não é possível estabelecer qualquer tipo de relação entre as variáveis.

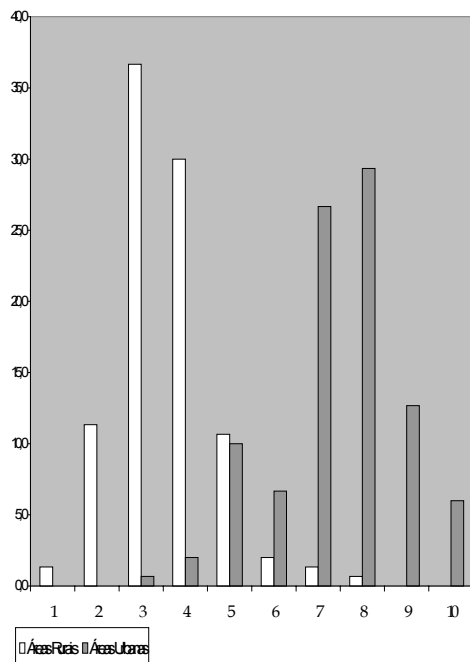
Tendo agora em consideração a avaliação que os visitantes inquiridos fazem da influência das condições naturais no desenvolvimento económico da área, verificamos que a maior parte dos indivíduos considera que aquela é muito marcante (88,8%). Apenas 8,7% dos inquiridos entendem que as características naturais da área não condicionaram o seu processo de desenvolvimento social e económico. As justificações apresentadas para a avaliação da influência das condições naturais nas condições socioeconómicas, no passado, relacionam-se essencialmente com a preservação de certas espécies raras da fauna e da flora (68,0%), com a manutenção de certas tradições culturais (64,7%) e ainda com a emigração (58,7%). No que se refere ao futuro desta área e à influência que sobre ela poderão ter as suas características naturais, estas questões perdem a sua dominância. No futuro, os visitantes (e na mesma linha de *optimismo* já identificada para os residentes) consideram que as características naturais do PNM serão determinantes na instalação de novas actividades económicas (60%), principalmente das relacionadas com o turismo (54%). Neste domínio não existem diferenças assinaláveis entre os habitantes do PNM e os seus visitantes, muito embora a visão *optimista* que ambos os tipos de inquirido manifestam se coadune de formas diversas com a avaliação do contributo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico desta área, valorizando bastante mais os visitantes, como vimos anteriormente, as acções do PNM face à conservação da natureza como parte do processo de desenvolvimento. Os residentes tendem, mais frequentemente, a perspectivar as intervenções do PNM neste domínio como separadas do curso do desenvolvimento.

Tal como observado para os residentes, também da análise do posicionamento das áreas rurais e urbanas face ao desenvolvimento económico e face à qualidade ambiental, sobressai

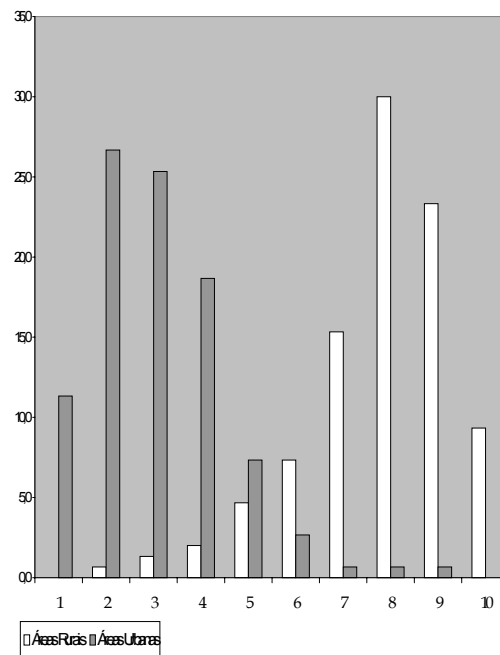
a sua representação como áreas dicotómicas (ver figura 8.54)²⁸⁰. Como podemos verificar, as áreas rurais no que se refere ao seu nível de desenvolvimento económico são posicionadas sobretudo antes do valor 4 (84,4%), enquanto que a avaliação das áreas urbanas é essencialmente feita nos valores superiores a 7 (79,5%). No que se refere à qualidade do ambiente a situação altera-se, assumindo a figura uma forma quase oposta. Assim, as áreas urbanas assumem agora os valores mais baixos (87,2% dos inquiridos posicionam-nas antes do valor 4) e as áreas rurais os valores mais elevados (87,9% colocam-nas acima do valor 7). De uma forma geral, embora se observem ligeiras diferenças, não existe distinção entre os visitantes e os residentes no que se refere a esta visão dicotómica do rural e do urbano tendo em conta os seus níveis de desenvolvimento e a sua qualidade ambiental. Efectivamente, o menor desenvolvimento das áreas rurais e, em associação, a sua substancialmente maior qualidade ambiental são (com a correspondente inversão destes parâmetros para as áreas urbanas) os pilares principais dessa visão antagónica dos dois espaços.

Figura 8.54– Posicionamento das áreas rurais por parte dos visitantes do PNM (%)

Quanto ao desenvolvimento económico



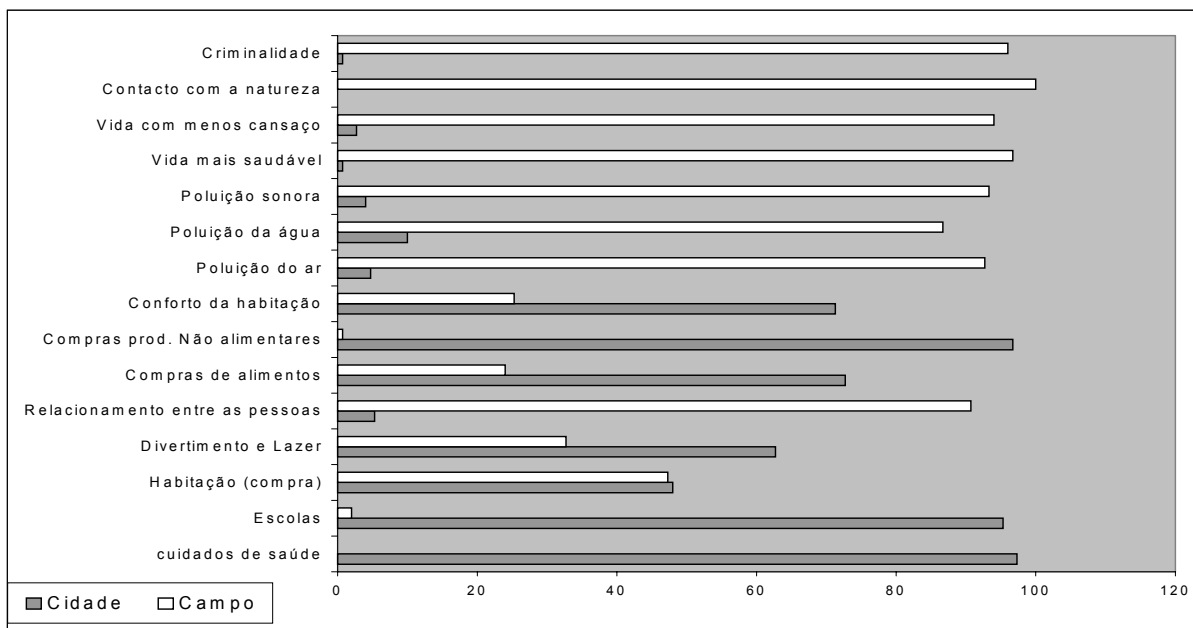
Quanto à qualidade do ambiente



À semelhança da análise feita para os residentes inquiridos, também no caso dos visitantes procurámos aprofundar os critérios subjacentes a esta visão dicotómica (ver figura 8.55).

²⁸⁰ Tal como referimos para o caso dos residentes, também aos visitantes a questão foi colocada tendo por base uma escala de 1 a 10, em que 1 representava a menor qualidade ambiental e o menor desenvolvimento económico e o 10 justamente o oposto. Utilizou-se o 0 para as situações de não resposta e/ou de incapacidade para responder

Figura 8.55 – Avaliação das áreas onde se vive melhor face a alguns aspectos, segundo os visitantes do PNM (%)

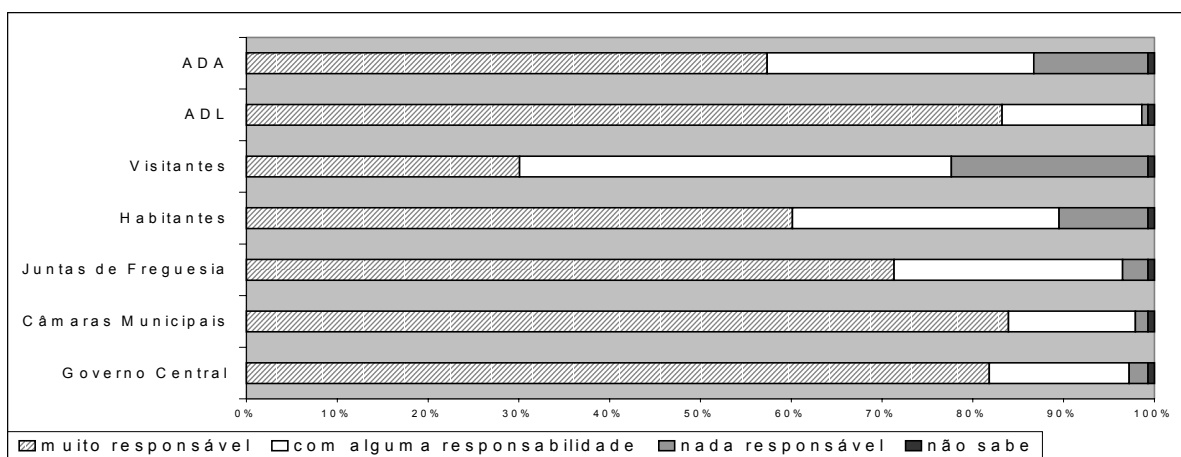


Podemos observar que também segundo a avaliação dos visitantes inquiridos as características que fazem do rural um melhor espaço de vida são a menor criminalidade, o menor cansaço, a possibilidade de ter mais saúde, o relacionamento entre as pessoas e também os menores níveis de poluição e o maior contacto com a natureza. A compra de habitação divide, por assim dizer, os visitantes inquiridos, uma vez aproximadamente metade considera ambos os espaços como favoráveis. A cidade é, ao contrário, o melhor espaço para viver quando se trata de aspectos associados à existência de equipamentos e serviços, como os cuidados de saúde, as escolas, o consumo, as actividades associadas ao lazer e os níveis de conforto na habitação. No entanto, alguns inquiridos referem o campo como o local mais adequado para as actividades de recreio e lazer (32,7%), para possuir uma habitação mais confortável (25,3%) e ainda para a compra de alimentos (24%). De salientar que, sobretudo no que se refere ao último aspecto, os inquiridos associaram os alimentos à avaliação da sua qualidade em detrimento da maior diversidade que, em geral, se encontra nas áreas urbanas. Há uma clara visão dicotómica da cidade e do campo, sendo este último associado sobretudo às características naturais e ambientais e a primeira relacionada essencialmente com a existência de equipamentos e serviços. Não se observa nenhuma associação estatisticamente significativa entre este conjunto de variáveis e as relativas ao posicionamento rural-urbano em termos da sua qualidade ambiental e em termos do seu nível de desenvolvimento socioeconómico. Isto acontece na sequência da relativamente elevada homogeneidade nas respostas a ambos os grupos de questões. Pelas mesmas razões, também não se verifica nenhuma relação relevante entre as variáveis sociográficas e as

relativas aos aspectos subjacentes à dicotomia rural-urbano. Já no que respeita à associação entre a variável *tipo de inquirido* e os aspectos relacionados com a oposição cidade-campo, podemos observar que existe associação estatisticamente significativa entre a situação de residente e de visitante e aqueles aspectos (ver anexo 3, pp.217 - 219). As associações ocorrem essencialmente devido ao maior número de visitantes que aponta o campo como melhor lugar para se viver, do ponto de vista das actividades de lazer e das compras de produtos alimentares. Do ponto de vista da poluição sonora, das águas e do ar, o campo surge mais associado aos visitantes inquiridos, dado que pertencem a este grupo os únicos inquiridos que o apontaram como o lugar menos adequado. A associação mais evidente e intensa é, porém, a que se verifica na relação entre os residentes inquiridos e a referência à cidade como o local onde se pode ter uma vida com menos cansaço ($\chi^2=46,918$ para 1 gl.; V. de Cramer =0,359; C. de Pearson=0,338). Efectivamente, como mencionámos anteriormente, uma boa parte dos residentes associa ao campo uma vida mais desgastante devido sobretudo à dureza do trabalho agrícola.

Ainda no que se refere ao desenvolvimento económico da área do PNM, concretamente quanto à avaliação das responsabilidades nesta matéria, os visitantes inquiridos conferem às entidades políticas da área o principal papel. Assim, como podemos verificar pela figura 8.56, a maior responsabilidade na promoção do desenvolvimento socioeconómico da área do PNM é atribuída ao governo central, às Câmaras Municipais e ainda às ADL. Aos visitantes é atribuída a menor responsabilidade neste domínio, muito embora maior do que a que lhes é conferida pelos residentes.

Figura 8.56 – Actores e Entidades considerados responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico na área do PNM, por parte dos visitantes (%)



Comparando estes dados com os que se referem à responsabilidade quanto à protecção do ambiente (cf. figura 8.29, p. 406), verificamos (tal como havíamos salientado para o caso dos residentes) que as diferenças mais nítidas são as que se referem ao papel dos actores

sociais. Assim, no caso das entidades políticas, o nível de responsabilidade é avaliado como idêntico, quer se trate da protecção do ambiente ou da promoção do desenvolvimento económico. Já a responsabilidades dos restantes actores sociais é avaliada como menor quando se passa da protecção ambiental para a promoção do desenvolvimento. Do cruzamento desta variável com o *tipo de inquirido*, resultam algumas associações significativas do ponto de vista estatístico, designadamente as relacionadas com o papel dos habitantes, dos visitantes, das ADL e das ADA. Tal facto não é surpreendente, uma vez que, como referimos anteriormente, existe grande homogeneidade entre visitantes e residentes quanto ao papel principal a desempenhar pelas entidades políticas neste domínio. Assim, os resultados dos testes estatísticos mostram que os visitantes do PNM atribuem maior responsabilidade aos habitantes, a si mesmos e às associações de desenvolvimento local e de defesa do ambiente, na promoção do desenvolvimento económico da área.

De uma forma global, podemos caracterizar os visitantes como valorizando essencialmente os aspectos ambientais nos processos de desenvolvimento, na área do PNM. Neste sentido, muito embora se possam observar algumas semelhanças entre os visitantes e os residentes no PNM, a tónica dominante é, uma vez mais, a homogeneidade interna e a diversidade que cada uma das categorias de inquiridos apresenta face à outra. Neste sentido, o discurso e as representações dos visitantes aproxima-se bastante mais das concepções institucionais sobre os processos de desenvolvimento rural e sobre o papel que o ambiente deve desempenhar nesses mesmos processos. No capítulo VI observámos a existência desta preocupação na maior parte dos planos, programas e medidas de desenvolvimento rural. A preocupação com o ambiente é hoje, como vimos nos capítulos precedentes, dominante em termos da concepção, elaboração e, mesmo, implementação desses mecanismos de desenvolvimento. Na área do PNM, actualmente estão a ser aplicados diversos programas e medidas que visam o seu desenvolvimento. Entre eles destacamos o LEADER II, o LEADER +, o INTERREG; o Programa dos Centros Rurais e o Programa dos Núcleos Rurais (no âmbito do *Agris*). No capítulo VI fizemos referência aos objectivos e orientações globais destes instrumentos de desenvolvimento rural. Vimos que a grande ênfase que é colocada, quer no ajustamento da actividade agrícola, quer na preservação e protecção dos elementos naturais e culturais e do ambiente. Tal ênfase é também visível ao nível da área do PNM, em primeiro lugar porque se trata, justamente, de uma área rural protegida e, em segundo lugar pelos objectivos que a entidade responsável pela implementação dos mecanismos de desenvolvimento local (CoraNE – Terra Fria) possui. Esta entidade tem essencialmente como objectivo a implementação de uma estratégia de desenvolvimento local que repousa na

intensificação das actividades complementares à agricultura. Para alcançar este objectivo esta ADL definiu como linhas programáticas²⁸¹:

- a procura de consensos entre os agentes intervenientes na área;
- a criação de uma *imagem de marca* da região;
- a preservação do ambiente, valorização do património cultural, natural e dos recursos humanos;
- a valorização e comercialização dos produtos locais de qualidade²⁸², através da concentração e orientação da oferta, criando para isso uma estratégia de *marketing*;
- o desenvolvimento do turismo rural.

A simples análise destas linhas orientadoras sugere a criação de um rural para ser *visitado* mais do que para ser *vivido*. O tipo de iniciativas apoiadas nos últimos anos, nomeadamente através do LEADER II, reforça esta sugestão, já que uma boa parte delas se associa directamente ao turismo e à manutenção do património, sobretudo numa perspectiva a que podemos chamar *museológica*, i.e., que visa a conservação mais do que a dinamização das localidades e das aldeias. Esta sugestão associa-se directamente ao que debatemos no ponto quatro do capítulo IV, ou seja, às questões associadas às procuras e consumos das áreas rurais que frequentemente resultam na sua apropriação como *bens consumíveis* e *comercializáveis* (e.g. Goodwin e Cloke, 1993; Macnaghten e Urry, 1998). Como argumentámos antes, um dos principais efeitos desta situação está associado à distinção entre as qualidades rurais que são comercializáveis e os seus contextos sociais e históricos, com a consequente perda global de autenticidade dos locais, das suas formas de organização social e económica específicas. Esta recriação da ruralidade atribui-lhe, frequentemente um carácter ficcional ao qual os habitantes rurais não se têm mostrado particularmente sensíveis (e.g. Theys, 1990). Por outro lado, e como referimos nos capítulos IV e V, uma tal concepção de rural (que se materializa, como vimos em múltiplos programas e medidas institucionais) é susceptível de gerar conflitos entre os consumidores do rural *recriado*, os habitantes do rural *vivido* e o Estado. Estes conflitos assentam assim nas concepções de rural, mobilizando as representações de que demos conta nas secções anteriores, i.e., tanto as concepções de ambiente, como as de desenvolvimento. Uma forma de minimizar os efeitos conflituais das medidas concebidas para o mundo rural é o envolvimento das populações locais nesse processo. No que se refere à área do PNM; como veremos esse envolvimento tem sido reduzido, tal como tem sido escassa a divulgação das iniciativas da associação CoraNE, apesar de uma das suas linhas orientadoras ser a proposta de “*soluções imaginativas que resultem numa significativa melhoria da qualidade de*

²⁸¹ Informação recolhida em www.corane.pt

²⁸² Nomeadamente o mel, a castanha e os produtos da exploração pecuária como a carne mirandesa e o fumeiro.

vida, baseadas no envolvimento e aceitação²⁸³ pelas populações locais do processo de desenvolvimento, na implementação de programas inovadores e ainda no estabelecimento de ligações e cooperação transregional e transfronteiriça, que conduzam à fixação das populações através do incremento das oportunidades de trabalho em meio rural²⁸⁴.

Através da análise da informação empírica cremos ter demonstrado que existe diversidade em termos das representações face ao desenvolvimento económico entre residentes (e concomitantemente os seus representantes políticos ao nível local) e visitantes (cujas necessidades, como temos vindo a argumentar são materializadas através das intervenções do Estado) na área do PNM. Esta demonstração como referimos no início deste ponto permite testar parcialmente a hipótese 3, assim com a sub-hipótese I). Esta demonstração deriva essencialmente da análise do carácter secundário dos elementos naturais face aos aspectos associados ao desenvolvimento, pelos habitantes e da sobrevalorização que, inversamente, os visitantes atribuem aqueles elementos nesse mesmo desenvolvimento. A confirmação total da hipótese 3, tal como as das hipóteses 2 e 4 far-se-á com base na análise dos conflitos existentes na área do PNM, de que a secção seguinte dará conta.

4.3. Conflitos de representações e práticas a propósito do rural ‘vivido’ e do rural ‘visitado’

A partir das análises precedentes tem vindo a formar-se uma divisão relativamente clara entre o PNM como espaço rural *vivido* e o PNM como espaço rural *visitado*. Tal distinção, como argumentámos nos capítulos anteriores, é susceptível de fazer emergir conflitos diversos entre os vários actores e entidades em presença na área do PNM. Particularmente na secção 4 do capítulo IV argumentámos que são sobretudo as áreas rurais profundas as mais procuradas e consumidas pelos utentes secundários. Estas áreas tendem a representar, como vimos nos capítulos II e IV, o paradigma pós-moderno e pós-industrial da intersecção das sociedades actuais com o seu ambiente. Os *utentes secundários* conferem aos territórios rurais que frequentam (quer pela sua simples presença, quer essencialmente pelas representações que transportam consigo) um sentido diverso do dos seus habitantes. Este facto tende a criar (de modo latente ou evidente) conflitos entre os vários significados atribuídos ao território e, igualmente, entre as diversas práticas que, conseqüentemente, face a ele se desenvolvem. Podemos recordar aqui a sistematização destas questões, que apresentámos no ponto 4.2 do IV capítulo:

²⁸³ Sublinhado nosso. Não podemos deixar de salientar a existência deste termo em associação com o *envolvimento da população*. Aparentemente trata-se de um reflexo da sobreposição da racionalidade técnica sobre a racionalidade dos utilizadores do território.

²⁸⁴ www.corane.pt - Programa

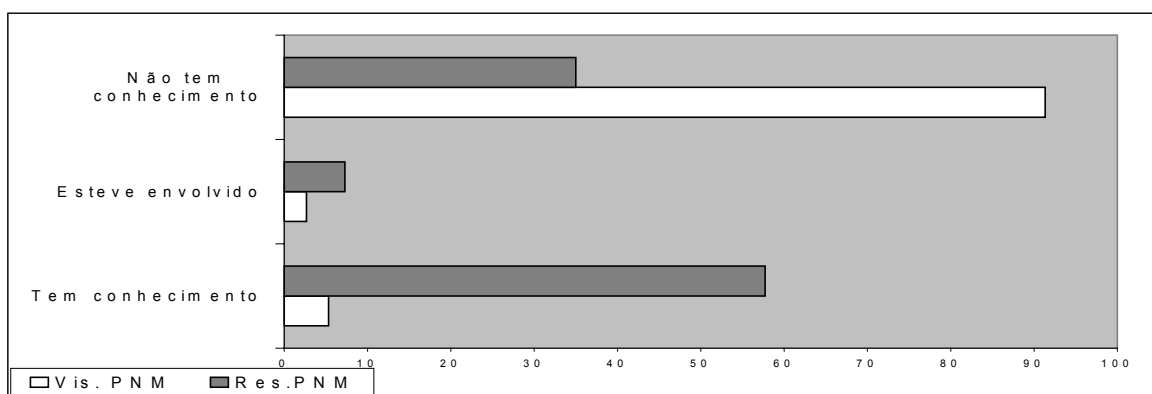
- as representações e as práticas dos visitantes frequentemente negligenciam o carácter produtivo das áreas rurais o que conduz à identificação destas áreas e as suas características naturais (como vimos no caso do PNM);
- estas práticas e representações tendem a provocar conflitos de diversa natureza, já que existem múltiplas formas de procurar e consumir os vários espaços rurais e os seus ambientes;
- os diferentes modos de procura e de consumo das áreas rurais são hierarquizantes e hierarquizados, ou seja, existem legitimidades que se sobrepõe a outras, muito particularmente (como vimos no caso do PNM) as legitimidades *exteriores* e institucionais. Esta situação pode igualmente originar conflitos.

Tendo presentes estas questões, pretendemos nesta secção analisar a existência de conflitos, bem como as suas principais causas. Como dissemos na secção anterior, essa análise permitirá o teste das hipóteses relativas aos conflitos, seja pelas diversas representações associadas ao desenvolvimento socioeconómico, seja pela diversidade de representações e práticas relacionadas com o ambiente e a sua protecção. Na área do PNM, como vimos, coexistem diversas entidades políticas e económicas e diversos actores sociais. Neste sentido, é importante analisar os conflitos que podem ter lugar entre residentes e visitantes e a administração da área protegida, assim como entre os habitantes e os visitantes. É também importante observar a existência de conflitos entre as entidades políticas, mesmo se estas relativamente ao seu próprio desempenho e actividades demonstram uma certa relutância em afirmar a existência de situações problemáticas no seu relacionamento com as restantes.

A maior parte dos residentes e dos visitantes não tem conhecimento da existência de conflitos entre a população local e os utentes secundários da área do PNM (respectivamente 89,5% e 90,6%). Entre os visitantes, apenas 9,3% têm conhecimento destas situações (sendo que 1,3% já esteve directamente envolvido). Entre os residentes, a situação é bastante semelhante, sendo que somente 10,4% tem conhecimento da existência de conflitos deste tipo e destes apenas 4% já estiveram envolvidos directamente em situações conflituosas. Deste modo, observa-se que a convivência entre os visitantes e os residentes do PNM se reveste de um carácter essencialmente pacífico. Os conflitos que ocorrem, segundo os visitantes e os residentes, devem-se essencialmente à não aprovação das respectivas práticas face aos elementos naturais e culturais. Entre os residentes, apenas um reduzido número aponta como motivo para a existência de conflitos o lixo e a incursão de visitantes nas propriedades agrícolas. Entre os representantes do poder local entrevistados, a tendência é semelhante, sendo que apenas 2 dos 16 presidentes de Junta de Freguesia declaram possuir conhecimento da existência de conflitos entre os residentes e os visitantes por razões também associadas ao lixo.

Quando se observam os dados relativos ao conhecimento de conflitos entre a população local, os visitantes e a administração do PNM, a situação é completamente diversa, particularmente no que se refere aos residentes. Assim, como podemos ver na figura 8.57, 65% dos residentes tem conhecimento da existência de situações de conflito entre a população local e o PNM, muito embora apenas 7,2% tivessem estado nelas directamente envolvidos. Quanto aos visitantes, observamos que apenas uma percentagem muito pouco expressiva tem conhecimento da existência de conflitos entre os turistas e a administração da área protegida (8%, sendo que 2,6% estiveram envolvidos directamente em situações problemáticas). Naturalmente o teste estatístico demonstra a existência de uma associação estatisticamente significativa e bastante intensa entre a variável *tipo de inquirido* e a que estamos a analisar ($\chi^2=119,689$ para 2gl.; V. de Cramer = 0,570; C. de Pearson =0,495). Quanto às causas dos conflitos observados entre os habitantes e o PNM, observamos que elas são diversas, não sendo possível estabelecer uma associação significativa entre o conhecimento da existência de conflitos e os seus motivos.

Figura 8.57 – Conhecimento da existência de conflitos entre a população e os visitantes e o PNM (%)

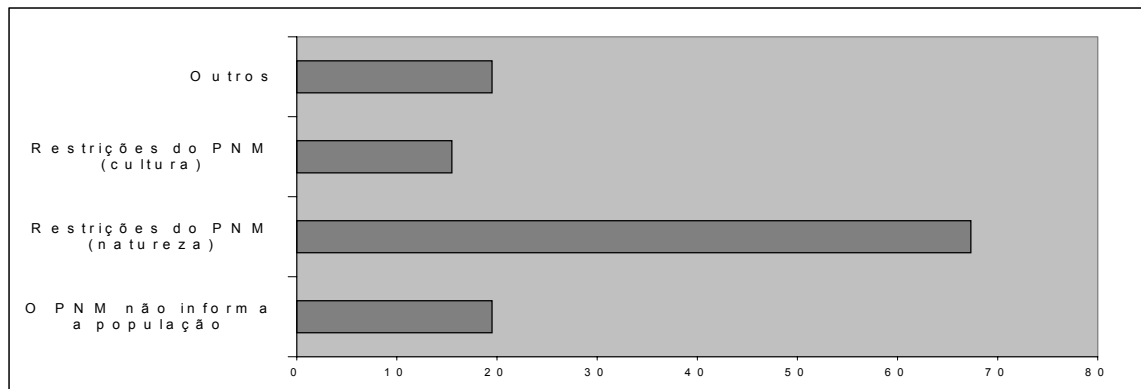


De qualquer modo, como pode ser observado na figura 8.58, os habitantes apontam como causa principal dos conflitos com a administração do PNM as restrições que o mesmo impõe às suas práticas diárias, sobretudo no que se refere à natureza²⁸⁵. Apesar do que referimos, não se verifica nenhuma associação significativa entre o maior ou menor grau de concordância com as normas em vigor no PNM e os motivos atribuídos pelos visitantes aos conflitos. Do mesmo modo é de salientar a ausência de relação entre os motivos para os conflitos e as variáveis sociográficas.

Os visitantes que referem ter conhecimento da existência de conflitos atribuem-lhes como motivo principal a ausência de informação e a existência de restrições aos seus comportamentos na área do PNM.

²⁸⁵ No que se refere às *restrições* do PNM face à natureza agregámos nesta categoria dois tipos de situações: a primeira relativa à desaprovação, por parte do Parque, de certos comportamentos da população face aos elementos naturais e a segunda relacionada com o desacordo da população local face às iniciativas do PNM neste domínio.

Figura 8.58 – Motivos dos conflitos entre a população e o PNM (%)



O discurso dos presidentes das Juntas de Freguesia entrevistados reforça os dados relativos aos conflitos entre habitantes e a administração da área protegida. Assim, 12 dos 16 entrevistados referem tanto a existência de conflitos, como situações de desrespeito face às restrições impostas, no seio da sua freguesia. Os conflitos ocorrem, no entender deste grupo de entrevistados essencialmente devido às interdições relativas ao corte de árvores:

“aqui cada um corta à balda, mesmo depois do Edital... ninguém leu nem nada o Edital. Eu ainda disse a alguns que andavam a cortar: ‘olhai, não cortai que agora há regras, o Parque mandou um Edital, tendes uma multa...’ Mas do que eles mais se importaram foi da multa! Cortaram o que puderam. (...). Só que o Parque não deixa cortar e as pessoas dizem: ‘oh e quem é o Parque, para vir agora aqui dizer que não deixa cortar? E cortam à mesma’”(JF5).

“até o tipo de abate de árvores.... Supomos que eu tenho uma touça muito grande e que até posso fazer três ou quatro ou cinco mil contos de lenha e que tenho, por exemplo, um filho a estudar na universidade e que preciso do dinheiro e de abater as árvores para dar um curso ao meu filho, porque é que o não posso fazer? Então aí já há uma intervenção do Estado, que me compense por não poder abater a árvore. Há regras que não são muito adequadas à vida das pessoas e há um bocadinho de rigidez nisso” (JF6).

“Se o Parque não existisse não havia essas regras e não havia tantas queixas, porque as pessoas cortavam as árvores e não davam satisfações a ninguém” (JF7).

“Oh... isso cortavam tudo! Se não houvesse Parque cortavam tudo...” (JF9).

Também o aumento do número dos animais selvagens (e.g. lobo, javali, corço) e o impacto negativo que tem sobre as actividades agro-pecuárias é motivo de conflitos:

“A grande parte das pessoas queixam-se do Parque porque sementam as terras e a bicharada destrói... eu fiz uma sementeira de centeio numa terra que tem 6 hectares... e os veados... chegaram lá a haver dezoito juntos e dezoito bichos daqueles comem muita coisa e... agora já praticamente ninguém faz nada. E depois há outra coisa... destroem os lameiros, há umas batatas e eles vão... e... mas isso é mais o javali... destroem o batatal e... agora é o Parque que está... e o Parque ainda não teve tempo de resolver isso porque só agora é que foi entregue ao Parque esses... esses poderes... e agora as pessoas dizem que é o Parque porque o Parque é que está mais ligado” (JF11).

“Há pessoas aqui... que o javali destruíam-lhes as batatas... ‘é o Parque que é o da culpa porque protege essa...’, ora bem, como é o Parque que está a dar protecção a essas espécies de animais, os veados, os javalis... as pessoas dizem. ‘se não fosse o Parque acabava-se com isso tudo e tal... e pegava-se fogo à floresta’. Isso é o pior.” (JF11).

Outro tipo de situação problemática (que alguns dos excertos anteriores deixam perceber) relaciona-se directamente com a ausência de informação sobre o Parque e as suas regras à população e, em alguns casos mesmo aos próprios responsáveis pelas Juntas de Freguesia:

“as pessoas mais idosas...algumas dizem ‘às tantas, daqui a pouco vêm cá os do Parque e é tudo do Parque’... ainda há bastantes que pensam assim. Eu digo que não é bem assim que o que é da aldeia é da aldeia e que o Parque não vem cá ficar com nada” (JF13).

“nos primeiros anos havia mais críticas, mas acabaram por aceitar E criticavam mais era isto: vai-se fazer uma obra, ‘bom, se é do Parque, se é o Parque que faz, é dele’. Pensavam que ficava para o Parque” (JF14).

“o Parque começou a ser mais conhecido aqui, o ano passado... quando se dirigiu à Junta para deixarmos de fazer plantações e essa coisa toda... antes disso nunca tinham cá vindo” (JF15).

“Não... não conheço regra nenhuma.... Estamos muito distantes, não é?”” (JF15).

“Quando recorremos a um subsídio... as pessoas menos esclarecidas pensam que depois aquela obra é do Parque... que são eles que mandam, que são eles os donos. Por exemplo, agora recuperámos os fornos comunitários e as pessoas dizem... ‘eh pá... isso agora é do Parque, é do Parque’ (JF1).

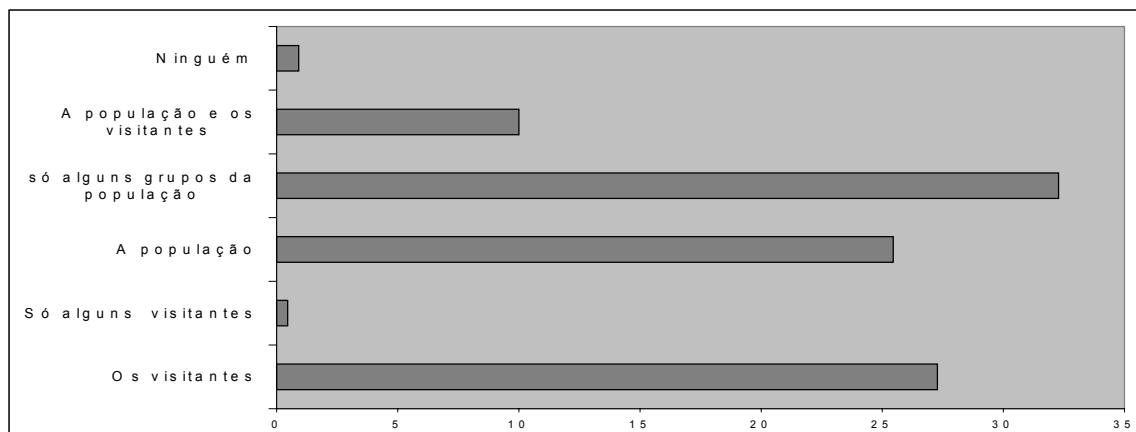
Estes excertos fazem igualmente supor que para alguns dos residentes no PNM (e na linha do que argumentámos nos capítulos IV e V) a instituição desta área protegida veio colidir com os seus usos do território e dos elementos naturais. Por outro lado, estes excertos sugerem igualmente que uma boa parte dos residentes considera que também no PNM (à semelhança do que referia Ojeda-Rivera a propósito do Parque Nacional de Doñana, em Espanha) *um pássaro vale mais que uma pessoa*²⁸⁶. Por outro lado, o tipo de conflitos existente nesta área, assim como o tipo de situações de desrespeito das regulamentações, entre a população e a administração do PNM assemelha-se àqueles que referimos para a globalidade das AP portuguesas no capítulo V.

No que se refere à percepção dos benefícios introduzidos pelo PNM, a maior parte dos residentes considera que aqueles não são igualmente sentidos por toda a população. Assim, como podemos ver na figura 8.59, 32,2% consideram que apenas alguns grupos da população beneficiam com a existência do PNM, 27,2% crêem que são os visitantes os mais beneficiados com a área protegida e 25,4% consideram que a população, em geral, tem beneficiado com a instituição do Parque. Esta avaliação dos residentes da área do PNM insere-se no que referimos, no capítulo VI, no ponto relativo à legitimidade e à eficácia das políticas públicas, a propósito das consequências do desenvolvimento rural redundarem, como frequência, numa desigual distribuição das acções implementadas e dos benefícios (e.g. Hespanha, 1996b). Os grupos da população a que os residentes se referem são constituídos essencialmente pelos moradores de outras localidades dentro da área do PNM.

²⁸⁶ Ver a este propósito o trabalho do autor citado, de 1989. Ver igualmente Figueiredo (2001c)

Curiosamente não se observa nenhuma associação significativa entre a freguesia de residência e a percepção dos benefícios da existência do Parque²⁸⁷.

Figura 8.59 – Principais beneficiários do PNM, segundo os residentes (%)



As localidades mencionadas, com maior frequência, como as mais beneficiadas por parte dos residentes no PNM, são as aldeias de Montesinho e Rio de Onor, sobretudo quando os inquiridos habitam em freguesias pertencentes ao concelho de Bragança. Entre os que vivem em localidades pertencentes ao concelho de Vinhais, a aldeia mencionada com maior frequência é a Moimenta. O próprio director do Parque reconhece que

“é um bocado a lógica do ‘casa onde não há pão’..., não é? O sentirem que Montesinho é que levou os investimentos todos, ou a Moimenta... é óbvio que a Moimenta e Montesinho e Rio de Onor têm um posicionamento estratégico em termos de exemplo, não é? Que outras aldeias não tinham.... E daí claramente são aldeias privilegiadas, o que não é nada do outro mundo!”.

No mesmo sentido, mas salientando que em muitos casos o maior acesso aos benefícios depende da iniciativa local, um dos Presidentes de Câmara Municipal entrevistados (CM.a) refere:

“o que acontece muitas vezes é que há pessoas que têm mais iniciativa e muitas vezes as pessoas ou as aldeias mais beneficiadas, onde o Parque faz mais coisas... são eles que vão ao Parque pedir as coisas e foram essas que foram beneficiadas...são mais as pessoas que estão mais informadas. As pessoas têm a ideia de que há aldeias mais beneficiadas que outras... mas isso acontece porque há aldeias que não têm o mesmo dinamismo, por exemplo, que a aldeia da Moimenta... mas isso é como em tudo, a informação não chega a todo o lado (...). Havia pouca gente que sabia o que era o Parque, havia pouca gente que sabia quais eram os apoios que o Parque poderia dar... e há pouca gente que saiba ainda”.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia têm basicamente a mesma opinião que a população, i.e., a de que existem efectivamente aldeias que têm beneficiado mais com a existência do Parque. Eis alguns exemplos da forma como avaliam a distribuição de benefícios dentro da área do PNM:

²⁸⁷ Também não se observaram associações importantes entre a variável em análise e as relativas à caracterização dos residentes inquiridos.

“Bom... nós aqui... o benefício que temos do Parque.... Que nunca tivemos nenhum... é agora unicamente a plantação que andam a realizar. Acho que há outras que têm desenvolvido mais que nós aqui... nós aqui estamos esquecidos (...). Uma que tem desenvolvido e tem sido muito protegida pelo Parque é a Moimenta” (JF15).

“Não há injustiça.... Se há é porque o próprio Parque não conhece os problemas que aparecem... somos nós que temos de lhe dizer... nós é que temos que andar lá” (JF14).

“Penso que algumas freguesias levam... pronto, levam mais que outras. A... penso que Rio de Onor, penso que Montesinho, a Moimenta, França, são as aldeias mais beneficiadas” (JF13).

“O Parque aqui ainda não fez muito, mas há aldeias em que já fez muito, mais até para o lado de Bragança e nós também temos um bocado de culpa, porque devíamos unir-nos e dizer :‘não, vocês só estão a fazer em Bragança’... mas nunca nenhum fez isso e é preciso haver um carola...” (JF12).

“Não tem... a...acho que é mais para aqueles lados de Bragança do que para aqui para estes lados. Não sei bem... em França acho que já fez muita coisa... (...). O Parque aqui até agora não tem assim muita presença, o director aqui nunca o vi... aqui não deve conhecer muito” (JF10).

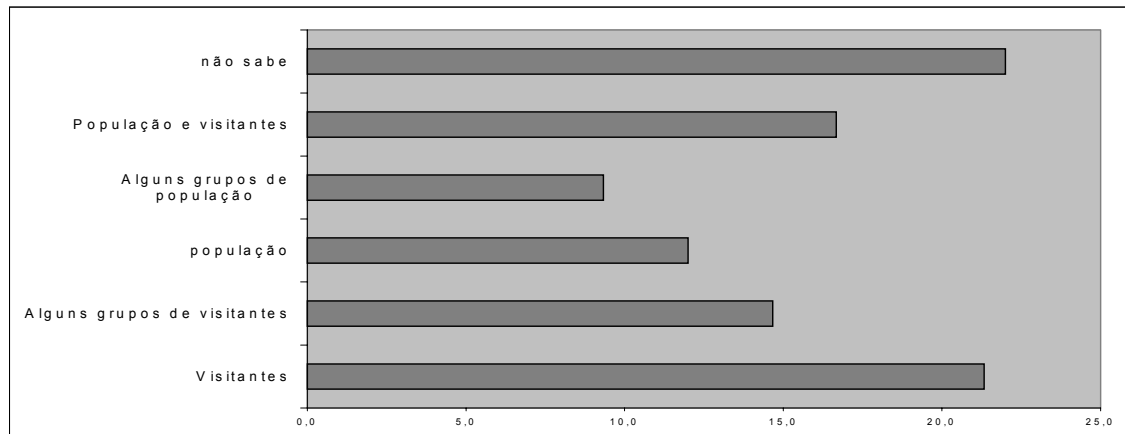
“Eu acho que há algumas aldeias , como Rio de Onor, França e certas aldeias que estão mais integradas mesmo na parte do Parque... Montesinho e Rio de Onor são as aldeias mais beneficiadas, não é? Eu... não concordo muito com isso” (JF9).

“Na freguesia da Moimenta... o Parque tem trabalhado lá muito.... Os da Moimenta têm lá benefícios... têm, têm... a Moimenta tem muitos benefícios lá, os saneamentos... a casa lá do Povo... a casa do Parque... aquilo tudo... foi tudo o Parque. Eu acho que... podiam ir ajudando em todas as freguesias e não ajudar assim só numa... não é?” (JF5).

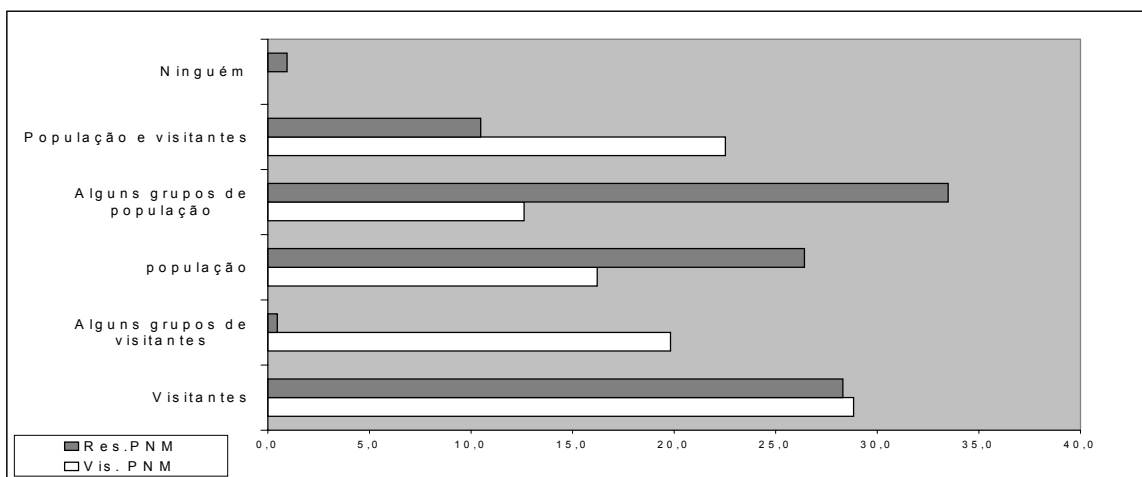
“Têm sido mais beneficiadas na parte de Bragança do que de Vinhais... e acho que isso não está bem. Se estamos todos protegidos dentro da mesma zona, acho que deviam olhar um pouco para todas. Realmente há umas que têm tudo, tudo, tudo do Parque e há outras que não” (JF16).

A avaliação da distribuição dos benefícios como essencialmente desigual, baseia-se não apenas na capacidade de iniciativa de alguns dos Presidentes de Junta de Freguesia mas, como podemos ver pelos excertos anteriores, também na maior presença do Parque no conjunto de freguesias pertencentes ao concelho de Bragança. De salientar ainda que alguns dos entrevistados entende que esse tratamento desigual se deve às também desiguais condições de conservação e ainda de localização geográfica das aldeias mais beneficiadas.

Quanto à avaliação que os visitantes da área do PNM fazem acerca da distribuição dos benefícios no interior deste espaço protegido, eles consideram-se curiosamente os principais beneficiários, tal como pode ser visto na figura 8.60. De salientar que a maior parte dos visitantes inquiridos declara não saber responder à questão (22%). Dos restantes, 28,8% consideram que são os visitantes os principais beneficiários, 19,8% que são apenas alguns grupos de visitantes (especificamente os que se interessam pela observação da fauna e da flora autóctones); 22,5% crêem que tanto a população local como os visitantes beneficiam com a existência do PNM. Apenas 12% e 9,3% se referem especificamente à população, respectivamente à global e a alguns grupos no seu interior, como principais beneficiários da protecção institucional da área.

Figura 8.60 – Principais beneficiários do PNM, segundo os visitantes (%)

No cruzamento entre a variável *tipo de inquirido* com a relativa à distribuição dos benefícios, podemos observar a existência de uma relação estatística ($\chi^2=62,116$ para 5 gl.; V. de Cramer =0,439; C. de Pearson=0,402) dada essencialmente pelo facto de apenas entre os residentes se manifestar a opinião de que ninguém é beneficiário das acções desenvolvidas pelo PNM e ainda pelo facto de serem os residentes aqueles que, com muito maior frequência, assinalam desigualdades na distribuição dos benefícios entre a população local. A força da associação decorre igualmente do facto de serem os visitantes que apontam quase exclusivamente a existência de benefícios apenas para alguns grupos de *utentes secundários* (ver figura 8.61).

Figura 8.61 – Principais beneficiários do PNM, segundo os visitantes e os residentes (%)

Da análise precedente podemos concluir que os conflitos que se verificam no interior da área do PNM não são entre os seus visitantes e os seus residentes, mas essencialmente (e de forma expressiva) entre os habitantes e a administração da área protegida. Como vimos, a maior parte dos residentes inquiridos, embora não declare envolvimento directo, refere que tem conhecimento da existência de situações de conflito entre o Parque e a população local.

Por outro lado, como vimos também, a maior parte dessas situações relaciona-se intimamente com as restrições impostas pela existência da área protegida aos usos dos recursos naturais e do território. Os conflitos manifestos são assim bastante mais associados à dicotomia rural *vivido*/rural *protegido* do que à que se refere à diferença entre o primeiro e o rural *visitado*. Efectivamente, não existem conflitos evidentes entre a população local e os visitantes desta área. Esses *conflitos* são sobretudo latentes e observam-se mais ao nível das racionalidades e legitimidades subjacentes às representações e às práticas de cada um destes grupos face à área do PNM, como vimos nas secções precedentes. Mais ainda, os *conflitos* entre os residentes e os visitantes sendo latentes, manifestam-se através da instituição de regulamentações na área do PNM que têm, como vimos antes, muito maior aceitação por parte destes últimos.

As hipóteses em análise neste ponto ficam, pelo exposto, parcialmente confirmadas, sobretudo no que se refere às hipóteses 2 e 3 e suas derivadas. No que se refere à hipótese 4 e suas auxiliares consideramos que a análise precedente demonstra que os conflitos surgem na sequência da penetração do Estado na área do PNM através de normas e restrições que se colidem com as práticas dos residentes e que, seguramente se afastam das suas representações de ambiente e de desenvolvimento socioeconómico. A hipótese f) (derivada da hipótese principal 2) conhece ainda total confirmação, já que, como vimos nas secções anteriores e na presente, os conflitos surgem entre a área protegida e a população local e esta não reconhece àquela um contributo positivo em termos da promoção do desenvolvimento da área e também, embora em menor escala, um contributo muito significativo em termos da própria preservação e protecção dos elementos naturais. No capítulo X sistematizaremos de forma mais aprofundada o confronto das hipóteses colocadas nesta tese com as conclusões da análise da informação empírica.

5. Conclusão

Neste capítulo procurámos analisar a informação empírica relativa ao caso de estudo do Parque Natural de Montesinho, no sentido de avaliar a importância desta área protegida para o espaço rural em que se insere e para os seus utentes secundários, tanto em termos da protecção do ambiente como em termos da sua contribuição para a promoção do desenvolvimento socioeconómico. No mesmo sentido, e de forma mais aprofundada, analisámos as representações sociais associadas à valorização da natureza e do ambiente na área do PNM, tendo em conta o lugar que aqueles aspectos assumem no quotidiano dos seus habitantes e nas procuras e consumos externos de que esta área é alvo. Também a relação entre protecção do ambiente e promoção do desenvolvimento socioeconómico foi analisada, tendo sobretudo em atenção as concepções de habitantes e de visitantes. Finalmente procurámos, ainda através da análise precedente, averiguar da existência de

conflitos entre os diversos agentes e actores sociais em presença neste espaço protegido, de modo a compreender as suas causas e, também, as suas consequências.

No primeiro ponto deste capítulo observámos, então, que a instituição do PNM teve (e tem ainda) como principal objectivo a conservação da natureza, particularmente da fauna, muito embora os aspectos sociais e económicos tenham sido sempre considerados relevantes desde o Decreto-Lei da sua criação (355/79 de 30 de Agosto). Esta consideração relaciona-se, como vimos, com a importância que é atribuída à população residente na área na manutenção da fisionomia da mesma e na conservação da natureza. No entanto, pela análise breve que efectuámos às propostas de acção e às intervenções do PNM, concluímos que a maior parte delas visa sobretudo a conservação da natureza, negligenciando de certo modo o papel das populações locais nos processos de protecção e preservação. Argumentámos ao longo deste capítulo que a desertificação humana é um dos principais problemas com que o PNM se debate na actualidade e que, ao mesmo tempo, esta entidade se tem mostrado incapaz, desde a sua criação, de o minimizar através de acções concretas nesse sentido. Pela análise destes aspectos e ainda das restrições e interdições existentes na área (que, como vimos, se colocam essencialmente ao nível dos usos dos recursos e do território pela população local) concluímos que este espaço tende, de forma crescente, a constituir-se como atractivo e *idílico* para a população não local e como especialmente *repulsivo* (cf. ponto 3.2. do capítulo VII, relativo à caracterização demográfica e socioeconómica desta área) para os seus habitantes e principais construtores desse *idílio*. Ainda neste domínio, a análise efectuada permitiu concluir que através do conjunto de regulamentações em vigor nesta área é sobretudo a visão dos técnicos (e por seu intermédio a visão do Estado) que se impõe e sobrepõe às dos residentes. Pelas suas características, aquela visão aproxima-se mais das representações dos visitantes acerca do ambiente e da natureza como amenidades e como algo que deve ser preservado. Sugerimos, a partir desta constatação, que a relativa subalternização do ponto de vista dos habitantes se constitui como causa de potenciais conflitos entre estes e a administração da área protegida. Observámos que, no que se refere às entidades políticas locais, as concepções de natureza e de ambiente não são coincidentes com as do Parque Natural, estando aquelas mais próximas da população do que das visões institucionais que este transmite e impõe.

No que se refere ao lugar do ambiente no quotidiano dos habitantes do PNM, a análise desenvolvida permite concluir pela existência de alguma diversidade no interior deste grupo de inquiridos. A diversidade é sobretudo motivada pelas variáveis sociográficas, muito particularmente pelas que se associam aos níveis de escolaridade, à idade e à prática da actividade agrícola, quer a tempo inteiro, quer a tempo parcial. Assim, como vimos, são os detentores de menor capital escolar, os mais idosos e os agricultores aqueles que possuem da natureza e do ambiente uma visão antropocêntrica e utilitarista. Se atendermos ao facto de

que a maior parte da população residente na área do PNM está nestas condições, podemos apenas sugerir que esta será a visão dominante. Vimos ainda que quase metade dos residentes inquiridos não atribui importância ao contributo do PNM na manutenção dos elementos culturais e naturais da área, essencialmente pela avaliação da ausência de intervenções realizadas nas diversas localidades. Relativamente às regras existentes na área do PNM, observámos que existe uma divisão relativamente clara entre os habitantes do PNM, para a qual uma vez mais contribuem decisivamente as características objectivas destes inquiridos. São uma vez mais os inquiridos com menores níveis de escolaridade, mais idosos e que se dedicam (como actividade principal ou secundária) à agricultura, aqueles que mais frequentemente discordam das regulamentações introduzidas pelo Parque Natural. Concluimos ainda que a discordância tende a aumentar quando as restrições se associam às actividades quotidianas dos habitantes, particularmente àquelas de que depende a sua subsistência. No mesmo sentido, mas com a constatação de uma muito menor diversidade, concluimos que a maioria dos residentes inquiridos considera como não susceptíveis de degradar o ambiente na área do PNM precisamente os aspectos que se relacionam com a sua vida quotidiana e com as actividades económicas dominantes, como a agricultura e a pecuária.

Como salientámos ao longo deste capítulo, apesar da diversidade encontrada entre os habitantes do PNM no que diz respeito às suas representações e práticas face à natureza e ao ambiente, podemos considerá-los relativamente homogéneos quanto à partilha de uma visão antropocêntrica e utilitarista daqueles aspectos. Esta homogeneidade torna-se mais saliente quando confrontamos, como fizemos, este tipo de inquiridos com os visitantes. Tal como fomos referindo nos pontos anteriores, as representações e práticas de que os visitantes são portadores possuem uma ainda maior homogeneidade e esta situação permitiu que se distinguísse claramente o tipo valor atribuído, por ambos os grupos de inquiridos, à natureza e ao ambiente. Efectivamente, o cruzamento da informação empírica relativa aos visitantes com os dados recolhidos junto dos residentes demonstrou, para a maior parte das variáveis em apreço, a existência de associações relativamente fortes e com significância estatística. Esta conclusão reforça o argumento de que existem *dois parques* – o que é *espaço de vida* e o que é sobretudo *espaço de recreio* e de usufruto de uma natureza que se considera mais *pura*. Isto mesmo ficou demonstrado através da clara representação dos visitantes do rural como natural, tanto nesta área como em relação a outras áreas rurais que procuram e consomem. Os visitantes possuem da natureza e do ambiente uma visão essencialmente ecocêntrica e estética valorizando designadamente as paisagens com reduzida intervenção humana.

A sistematização das diferenças encontradas entre os visitantes e os residentes do PNM, permitiu concluir pela diversidade de representações e práticas face ao rural. O confronto

entre os tipos de inquirido permitiu ainda comprovar a maior parte das hipóteses colocadas anteriormente, designadamente as que se referem ao carácter *vulgar* que os elementos naturais assumem para os habitantes, dada a relação que com eles mantêm no quotidiano e o papel que aqueles desempenham na sua subsistência. Os visitantes, como demonstrámos consideram essencialmente os mesmos elementos como *extraordinários* e como objectos de *apreciação estética*, não apenas porque são protegidos, mas igualmente porque se constituem como *invulgares* no seu quotidiano. A comparação efectuada entre os dados relativos aos residentes e aos visitantes, possibilitou a conclusão de que os visitantes se consideram bastante mais representados, do que os residentes, na visão institucional de natureza e de ambiente, na área do PNM.

De uma forma geral, concluímos que os residentes (assim como os seus representantes políticos ao nível local) atribuem um valor *secundário* à protecção da natureza e do ambiente por referência aos aspectos associados ao desenvolvimento económico e social. Esta *secundarização* não corresponde, no entanto, a uma não valorização dos elementos naturais e do ambiente, mas antes a uma valorização diferente da dos visitantes, tal como é também diverso o valor atribuído ao desenvolvimento socioeconómico. Este aspecto ficou demonstrado no quarto ponto deste capítulo, em que concluímos que a diversidade encontrada (opondo visitantes e administração do PNM aos residentes e às entidades políticas locais, particularmente as Juntas de Freguesia) se associa intimamente com uma visão do ambiente e da natureza como partes integrantes dos processos actuais de desenvolvimento, por parte dos primeiros e à dissociação dos dois aspectos, por parte dos segundos.

Finalmente, no que concerne aos conflitos que derivam da diversidade mencionada, concluímos que estes ocorrem de forma evidente entre o rural *vivido* e o rural *instituído como protegido*, i.e. entre os residentes e a administração da área protegida. A existência de conflitos entre os residentes e os visitantes, verifica-se de forma mais latente, sobretudo ao nível das representações entre o rural *vivido* e o rural *visitado*. Ainda no domínio dos conflitos entre os residentes e o PNM foi possível concluir pela existência de uma forte e consolidada percepção das desigualdades na distribuição dos benefícios decorrentes da existência do PNM, por parte dos residentes e da maior parte dos presidentes das Juntas de Freguesia. Esta percepção associa-se ainda à consideração de que a área protegida não deu, durante os seus 23 anos de funcionamento, um contributo significativo para o desenvolvimento económico e social da maior parte das aldeias.

No PNM é, assim, relativamente clara a *décalage* entre a necessidade exterior de preservação da qualidade ambiental desta área rural e a necessidade sentida localmente de um maior nível de desenvolvimento socioeconómico, sendo que a este os residentes associam o emprego, as obras públicas, a implantação ou a melhoria dos equipamentos e

serviços básicos para a sua qualidade de vida, enquanto que o PNM e os visitantes lhe associam sobretudo a qualidade ambiental e a sua preservação.

Capítulo IX - A Serra da Freita – O Ambiente e o Desenvolvimento Rural

1. Introdução

Este capítulo possui uma estrutura muito semelhante à do anterior. Assim, nele são apresentados e debatidos os principais resultados associados à análise da informação empírica recolhida na área da Serra da Freita. No primeiro ponto começamos por analisar o processo de valorização ambiental na área da Serra da Freita, a partir da perspectiva institucional, essencialmente através das medidas de protecção existentes, dos seus objectivos e do discurso dos responsáveis pelas várias instituições com intervenção nesta área. É ainda debatida, de forma breve, a ausência de um estatuto legal de protecção para esta área, assim como as suas consequências em termos da conservação da natureza e do ambiente.

A secção seguinte é dedicada à análise da valorização social do ambiente, por um lado através do lugar que os factores ambientais detêm na procura e consumo externos da área da Serra da Freita e por outro lado através do lugar que os mesmos aspectos assumem no quotidiano dos seus residentes. A partir desta análise, procedemos à tipificação das diversas valorizações do ambiente, protagonizadas pelos residentes e pelos visitantes, tal como fizemos para a área do Parque Natural de Montesinho.

No segundo ponto deste capítulo analisamos as relações existentes entre a protecção do ambiente (ou mais concretamente a sua ausência) e a promoção do desenvolvimento socioeconómico, tendo em conta as representações e as práticas das entidades com intervenção no território. A relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento socioeconómico é analisada também ao nível das representações de habitantes e visitantes. Neste sentido (e à semelhança do que fizemos para a área do PNM) salientamos a secundarização dos aspectos ambientais face aos aspectos do desenvolvimento como uma representação comum entre os habitantes da área em análise. Paralelamente, enfatizamos a sobrevalorização por parte dos visitantes da SF dos aspectos ambientais por referência aos aspectos do desenvolvimento socioeconómico. Esta análise permite que se discuta a importância e as consequências da ausência de estatuto de protecção nesta área (por referência à área do PNM) discussão que terá lugar no capítulo X. Tal como o anterior, também o presente capítulo se conclui com a identificação da existência de conflitos em termos de representações e de práticas entre os vários agentes em presença. Neste sentido, procuramos estabelecer a existência de dois espaços rurais na SF que, ainda que coexistindo de forma relativamente pacífica, poderão ter consequências relevantes nas trajetórias de

desenvolvimento rural desta área - por um lado o rural que é espaço *vivido* e por outro o rural que é espaço *visitado e idealizado*.

2. A valorização do ambiente na área da Serra da Freita

2.1. A valorização institucional

Ao longo desta tese, temos vindo a designar a área da Serra da Freita como um espaço rural *vulgar*, i.e., um espaço em que as características naturais e culturais não são institucionalmente reconhecidas como *dignas de ser protegidas*. Apesar disso, como já salientámos anteriormente, a área da SF é uma área bastante percorrida e visitada por utentes secundários. Como referimos no capítulo VII, esta área pode ser caracterizada pela marginalização face aos processos de desenvolvimento dominantes ao longo das últimas décadas em Portugal e, em consequência, pode ser descrita como remota e profunda, à luz do debate efectuado nos capítulos IV, V e VI. É essencialmente devido a estas características uma área na qual a função ambiental representa crescentemente um papel relevante em termos da sua valorização social. Trata-se de um espaço que ainda que não regulamentado tem sido alvo de intensos processos de procura e consumo externos e se encontra, assim, aberto a múltiplas acções não controladas sobre a natureza e o ambiente, tanto por parte dos consumidores externos como por parte dos habitantes locais.

Como vimos no capítulo VII, parte da área considerada neste trabalho como Serra da Freita está integrada no Biótopo Corine com a mesma designação. Muito embora, como referimos anteriormente, esta delimitação como *sítio de interesse para a conservação da natureza* não possua relevância legal, tem alguma importância em termos das estratégias de desenvolvimento ao nível local. Como também salientámos antes, ainda que sem implicações legais em termos dos usos dos elementos naturais e do território, esta classificação é um reconhecimento do seu valor ambiental. Com o Programa Corine, a UE pretendeu efectuar uma compilação das componentes físicas e biológicas consideradas importantes para a conservação do ambiente. Para que um determinado local fosse classificado no âmbito deste Programa, teria de corresponder a alguns dos seguintes critérios:

- que o *sítio* possuísse espécies florísticas e faunísticas consideradas vulneráveis e raras;
- que o *sítio* possuísse unidades fitossociológicas;
- que o *sítio* possuísse um valor relativamente a um certo nível taxonómico;
- e, finalmente, que *sítio* possuísse valor geológico, geomorfológico e/ou paisagístico.

Basicamente, o *Biótopo Serra da Freita* corresponde ao reconhecimento institucional de que a área possui características específicas (essencialmente em termos da fauna, da geomorfologia e geologia) que lhe atribuem importância ecológica no contexto nacional.

Designadamente, ainda que a diversidade de *habitats* não seja muito elevada (por comparação com outros *sítios* também classificados como Biótopos Corine), aqueles que existem revestem-se de elevada importância para o território nacional. A Serra da Freita faz ainda parte de um conjunto de serras que constituem, na actualidade, a área mais importante para a conservação da população do lobo a sul do Douro. Trata-se, como vimos no capítulo VII, de uma área onde existem ainda outras espécies faunísticas relevantes e classificadas como ameaçadas, tais como a salamandra-lusitânica e o lagarto-de-água. Neste sentido, a área da Serra da Freita foi incluída também na *Lista Nacional de Sítios* no âmbito da *Directiva Habitats* (92/43/CEE). Esta Directiva tem por principal objectivo contribuir para o assegurar da biodiversidade no âmbito da UE, através da conservação dos *habitats* naturais e de espécies de fauna e flora considerados em risco. Os *sítios* considerados são ainda classificados como *zonas especiais de conservação* e integrados na *Rede Natura 2000*²⁸⁸. No caso específico da Serra da Freita e tendo em conta os valores naturais mencionados as medidas de gestão e as acções consideradas relevantes para a sua conservação, no âmbito da Directiva são essencialmente:

- a conservação e recuperação da vegetação ribeirinha;
- o acompanhamento das acções de ordenamento e gestão florestal, integrando medidas de preservação dos maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e a florestação, com essas espécies, dos terrenos em que se verifica um risco elevado de erosão. Ainda no âmbito desta medida é considerado importante manter as terras agrícolas no interior das manchas florestais, pelo seu contributo para o aumento da diversidade e da qualidade paisagística e pela sua função na prevenção de incêndios;
- o reforço da fiscalização da colheita de espécies vegetais em risco;
- o fomento da população de presas naturais do lobo, especialmente o corço;
- a aplicação de medidas tendentes ao pagamento dos prejuízos que o lobo eventualmente poderá causar;
- o desenvolvimento de acções de sensibilização para a minimização do uso de produtos químicos na agricultura;
- a manutenção e o incentivo dos sistemas agro-pastoris tradicionais;
- a disciplina do pastoreio e as queimadas a ele associadas;
- o assegurar do tratamento de efluentes básicos.

²⁸⁸ A Lista Nacional de Sítios foi aprovada em duas fases: a Resolução do Conselho de Ministros nº 198/97, de 28 de Agosto publicou a 1ª fase da Lista contendo 31 Sítios; mais recentemente a Resolução do Conselho de Ministros 76/2000 aprovou a 2ª fase que integra 29 Sítios (DR 153, série I-B de 5/7/00).

Observamos que estas medidas e acções se dirigem, pela própria natureza dos critérios de classificação dos *sítios*, essencialmente aos elementos naturais e, paralelamente, constatamos que é atribuída alguma importância ao papel das populações e das suas actividades tradicionais na conservação desses mesmos elementos. Apesar destas classificações, a Serra da Freita não possui, como referimos já, regulamentações específicas face aos usos dos elementos naturais e do território. Esse facto pode ter consequências relativamente importantes numa área que, como dissemos antes, possui alguns valores importantes em termos da fauna, da flora, da geomorfologia e da paisagem e que tem sido até agora consumida como *vulgar*. Segundo Oliveira (1994) as ameaças mais importantes que se colocam à área da Serra da Freita, neste domínio, associam-se justamente ao uso incontrolado de determinados recursos e do território. Neste sentido, a ameaça mais importante parece ser a florestação intensiva de extensas áreas da SF com espécies não autóctones, muito particularmente com eucalipto. Ainda segundo o mesmo autor, este factor pode contribuir, a curto prazo, para a desertificação dos terrenos. Outros factores que têm induzido impactes negativos no ambiente na SF são os incêndios, a intensa actividade cinegética, o abate de espécies protegidas e o uso excessivo de pesticidas e fertilizantes na actividade agrícola. Oliveira (1994) refere igualmente alguns aspectos que se constituem como ameaça aos ecossistemas da SF e que se relacionam directamente com a procura e o consumo externos da área, designadamente as provas automobilísticas e as caravanas de todo-o-terreno que, habitualmente, se realizam na área. Estes aspectos não têm apenas provocado vários protestos por parte das populações locais, como se têm constituído como importantes factores de risco para os elementos naturais. Ainda no domínio das procuras e consumos da área por utentes secundários, o mesmo autor salienta que a *“melhoria da rede viária, permitindo um acesso fácil a alguns pontos de interesse paisagístico, como é o miradouro da Mizarela tem ocasionado um afluxo excessivo de visitantes, registando-se em alguns fins-de-semana, no Verão, engarrafamentos e dificuldades de circulação nas estradas da Serra”* (Oliveira, 1994: 72 - 73). Finalmente, o autor refere ainda como factor de ameaça à área da Serra da Freita a descaracterização observada em algumas aldeias por via das alterações arquitectónicas introduzidas. Em face destes sinais de degradação ambiental da área vários autores têm proposto para a Serra da Freita a sua instituição como *área protegida*, beneficiando, assim, em termos da conservação da natureza e dos aspectos socioeconómicos tradicionais, da existência de regulamentações específicas (e.g. Oliveira, 1994; GAAPE, 1996)²⁸⁹. Segundo estes autores, a criação de uma AP na Serra da Freita

²⁸⁹ Como referimos anteriormente, as primeiras diligências para a instituição de uma área protegida na Serra da Freita, surgiram em 1982, no âmbito de uma Assembleia Municipal da CM de Arouca. Na sequência do debate foi constituído um grupo de trabalho para reivindicar junto do então SNPRCN (actual ICN) esse estatuto. Como referimos, passados vinte anos sobre estas reivindicações e sobre o efectivo início do processo, não se conhecem alterações no estatuto da área da Serra da Freita.

beneficiaria igualmente as populações locais, pelo incentivo à diversificação das actividades económicas e pela reanimação de actividades tradicionais, como a agricultura e o artesanato. Como salientámos no capítulo anterior (a propósito do PNM), as áreas protegidas portuguesas têm, efectivamente, maior capacidade de acesso aos investimentos públicos e aos programas comunitários de desenvolvimento rural, o que, pelo menos em termos teóricos, pode proporcionar uma efectiva melhoria das condições de vida da população residente em conjunto com a preservação dos elementos culturais e naturais existentes. No entanto, como observámos anteriormente, no caso concreto do PNM, essa melhoria não tem sido de molde a evitar o persistente abandono e desertificação populacional daquela área.

Relativamente aos programas de desenvolvimento para a área da Serra da Freita - particularmente o *Plano de Desenvolvimento Integrado da Serra da Freita* (GAAPE, 1996), o *Plano Global de Intervenção do Centro Rural Norte de Lafões* (ADDLAP, 1996) e ainda o *Plano Global de Intervenção do Centro Rural Serra da Freita* (ADRMAG, 1996) - verificamos que as estratégias de desenvolvimento social e económico preconizadas se associam intimamente à preservação dos elementos culturais e naturais desta área. Assim, em qualquer dos planos mencionados, tal como nas estratégias mais globais de intervenção por parte das duas ADL, a par com a melhoria das condições de vida e de trabalho e do aumento dos rendimentos da população local, salienta-se a importância da valorização das características tradicionais deste espaço e a preservação do património construído e natural. Estas estratégias têm claramente em vista um tipo de desenvolvimento que procura captar o interesse *externo* pela área da Serra da Freita, já que a maior parte delas se associa à dinamização da actividade turística. Em qualquer dos planos referidos a população residente na área é considerada um elemento importante na preservação dos aspectos culturais e naturais que *“não deve ser uma imposição externa, mas resultar da vontade de uma população que chegou à conclusão que é esse o seu objectivo e sendo compensada por isso, nomeadamente através das vias do turismo e da comercialização dos produtos locais”* (ADRMAG, 1996: 99).

Os Presidentes das Câmaras Municipais²⁹⁰ possuem uma opinião semelhante à expressa nos planos anteriormente mencionados, i.e., de que a natureza e o ambiente se constituem como mais-valias para a área da Serra da Freita:

“Eu acho que as pessoas têm o seu futuro mais ou menos assegurado se souberem conservar as suas aldeias, portanto, com os recursos que têm eu penso que as pessoas podem, beneficiando do turismo, melhorar as suas condições de vida” (CM.c)

“Eu acho que o grande potencial do concelho (...) está precisamente nesta... nesta diferença, (...) respiramos a partir daqui e isso dá-nos alguma paz de espírito e alguma tranquilidade... porque nós temos concelhos tão urbanos que... as pessoas não têm espaços

²⁹⁰ Tal como fizemos para a área do PNM, os entrevistados não são identificados neste capítulo, uma vez que alguns ainda se encontram em exercício de funções. Optámos por utilizar para os Presidentes das Câmaras Municipais a identificação CM.c a CM.e e para os Presidentes das Juntas de Freguesia a designação: JF17 a JF26.

verdes para... para... agora o que nos preocupa é que este espaço que aqui está é o espaço que é neste momento cobiçado e procurado, desde Aveiro ao Porto, que isto é... uma massa... de sábado a domingo... ao sábado, ao domingo e ao feriado... quer dizer... isto... começa a ser preocupante, é que de facto ao sábado e ao domingo é procurado em termos permanentes com gente que fica o dia inteiro lá em cima na Serra e depois aqueles que passam desta maneira... de jipe, de mota, relando tudo o que aparece à sua frente... não há caminho tradicional que aguente, não há nada. Temos de disciplinar, de controlar isto, senão aquilo de natural daqui a pouco não tem nada. Nós... a pormos as infra-estruturas e as acessibilidades, estamos a acabar com a tranquilidade dos que lá vivem e a acabar com a tranquilidade da própria natureza, porque isto passa a ser devassado permanentemente, quer dizer... ao desenvolvermos... oh senhora doutora... eu quase que diria assim: eu terminaria com uma pergunta... É ... que desenvolvimento? Que desenvolvimento?... É que agora já não é só desenvolver, desenvolver.... É que desenvolvimento?” (CM.d).

“Falar na protecção sem desenvolvimento ou no desenvolvimento sem protecção.... Da natureza, portanto é falar de partes de uma coisa que deve ser inteira “(CM.e).

Dos excertos anteriores e, sobretudo, da análise das entrevistas realizadas ressalta a preocupação com a protecção da natureza para a área da Serra da Freita, mas igualmente a apreensão em relação ao desenvolvimento socioeconómico. Os Presidentes das Câmaras Municipais desta área revelam uma preocupação, ao nível do discurso, com a conciliação entre ambos os aspectos e igualmente uma preocupação com a condução desse processo:

“isso terá de ser estudado... terá de ser estudada uma forma mais eficaz de proteger aquela área. É claro que para que isto possa acontecer e as pessoas de lá aceitem que isto seja vedado.... E que eles não tenham acesso.... Vão aceitá-lo com uma contrapartida....os presidentes das Juntas são sensíveis.... Mas quando pretendemos proteger eles reclamam e exigem que ... por exemplo no caso da Castanheira [onde foram vedadas algumas áreas de maior incidência de pedras parideiras, por iniciativa da CM] o presidente exigiu que ficassem os espaços laterais para o gado passar, o que é compreensível” (CM.e).

“Se as pessoas estão a prestar um serviço... é preciso pagar-lho, porque o seu sustento... não vivem de uma economia sustentada... ou auto-sustentada, vivem em limiares exactamente de grande esforço... e isto não pode continuar. (...). Tem de haver apoios, porque.... Eu vou contar esta cena, não sei se tem tempo, mas vou contar esta cena... eu há uns tempos em Rio de Onor, integrado num curso (...) apreciei uma cena que me marcou bastante (...). Quando chegámos a Rio de Onor, todos carregados com máquinas fotográficas e de documentação e de não sei o quê... de toda a curiosidade... encontramos uma senhora com... que conduzia o gado, que vinha lá do monte, da serra e toda a gente começou a fotografar a senhora... a senhora a determinada altura, portanto, dirige-se a uma colega que estava a fotografar e diz: ‘minha senhora... não tira mais fotografia nenhuma porque senão eu pego-lhe na máquina e dou-lhe com ela na cabeça, porque eu não sou nenhum bicho... vocês não chegaram ao jardim zoológico...(...)vocês vêm aqui e isto é tudo muito bonito mas sabe-se lá o esforço que a gente faz para aguentar isto²⁹¹. Não sei se este apelo, a nível nacional... da senhora... está a ser tido em conta (...). Quando quisermos intervir exactamente aqui na zona da Serra da Freita ... temos de fazê-lo de forma a respeitar a dignidade das pessoas... quer dizer... é preciso restituir a dignidade a quem lá está, porque durante muito tempo as condições foram tão degradantes que ... as pessoas tiveram de fazer tudo para se manterem lá, e agora... agora é preciso respeitar as pessoas, para se manterem lá, porque elas são precisas lá e são fundamentais nisto” (CM.d).

²⁹¹ Trata-se, evidentemente, de um discurso sobre um outro discurso. De qualquer modo, o Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Onor já nos havia relatado episódios semelhantes com pessoas da aldeia, relativamente às fotografias tiradas aos residentes, pelos turistas.

“Só faz sentido se as pessoas aderirem a isso, se sentirem que são beneficiadas, porque se lhes dissermos que vão fazer um parque para os turistas lá irem passear, eles dizem: ‘ora bolas, então o que é que eu tenho a ver com isso?’” (CM.e).

Observamos assim que, apesar de serem favoráveis à criação de regulamentações na Serra da Freita e, sobretudo, considerarem a protecção dos elementos naturais importante, mesmo em termos do desenvolvimento socioeconómico, os Presidentes das Câmaras Municipais desta área advogam um papel principal para as *peças do lugar*. Esta perspectiva da conservação dos elementos naturais, partilhada pelos três presidentes, aproxima-se bastante das concepções mais institucionais que vimos anteriormente, muito embora coloque a maior ênfase nas populações locais e na melhoria das suas condições de vida. Quanto aos Presidentes das Juntas de Freguesia, a sua opinião não é inteiramente coincidente com as anteriormente expostas:

“porque... eu também digo... vem por aí muito selvagem, a juventude daqui destas zonas próximas, desses concelhos vizinhos e cidades próximas vêm para aí só perturbar... e vêm aí de noite e eu sei lá se é droga ou o que é... fazem para aí barulho a perturbar o pessoal que vive cá nas aldeias e isso tem de ser combatido... se fosse uma área protegida como deve ser... e lá está... ia haver parques de lazer e essas coisas... e depois haver postos de trabalho para as pessoas que vivem cá... se não é para trazer nada de novo que beneficie o povo que cá vive, então isso... é melhor não haver. Eu já vi Parques Naturais... eu e mais o meu colega já fomos numa excursão à Serra da Estrela, que é um Parque Natural e eu o que sei é que havia lá muitas reclamações. (...). Se é para criar confusões como se vive lá... é melhor não fazer nada aqui. Pronto... o caso de criar um Parque... pronto... temos de respeitar a natureza porque sem a natureza não há nada... isso é tudo muito certo, mas respeitar a natureza para os visitantes ??!!!!? E ir aperrear as pessoas que residem cá... eu por mim sou contrário a 100% a isso, seja lá o que isso for” (JF17).

“Eu não via com maus olhos... que aqui fosse assim, só que tem que haver respeito por quem lá mora (...)... a protecção tem de ser para a natureza, mas também para quem lá vive” (JF18).

“Eu acho que essas áreas são óptimas... mas normalmente trazem limitações também, não é? Às próprias populações, não é? Eu acho que o que é necessário é haver equilíbrio... como é o caso em que as reconstruções de casas têm de ser com material da região... tudo bem, mas a autarquia ou seja quem for tem de dar a diferença. Para não cercear as possibilidades das pessoas... salvaguardando sempre. (...) para não ficarmos aqui com um mini-zoológico, em que as próprias pessoas também são animais de estimação e que são vistas pelos que vêm de fora sem contrapartidas... quer dizer, eu acho que uma área protegida, em que as pessoas, os residentes, os ‘indigenas’ são vistos como... como... coisas curiosas, peças raras.... Nessa perspectiva rejeito liminarmente. (...) As pessoas de cá ficarem com uma série de limitações... não aceito” (JF24).

“Ora bem... já ouvi falar num parque... de reserva natural de animais e isso não nos interessa. Isso para certos sítios é muito bom porque não pastam lá gados à solta... aqui prejudicava, porque todos os lavradores o que mais resultado lhes dá é a criação de gados, cabras, ovelhas, etc... e então se tivesse a reserva natural, com os lobos e isso tudo à vontade não podiam ter eles os gados” (JF25).

À excepção de 2 dos 10 presidentes das Juntas de Freguesia entrevistados, todos os outros manifestam uma opinião muito semelhante às que acabámos de expor. Estas avaliações acerca das áreas protegidas e, também, do que a sua eventual instituição na Serra da Freita pode implicar para as populações e suas actividades demonstram em certa medida a prevalência de uma concepção de natureza muito marcada pelas necessidades

humanas, numa região em o nível de desenvolvimento socioeconómico não as tem satisfeito. Se até agora o peso tutelar do Estado (ao nível central e ao nível das próprias Câmaras Municipais) não se tem sentido nesta área, com a sua instituição como protegida, esse peso tenderia, na perspectiva dos órgãos de poder local (essencialmente das Juntas de Freguesia) a sobrepor-se aos usos actuais que os residentes fazem do território e a limitá-los.

Vimos assim, ainda que de forma breve, que coexistem face à Serra da Freita, três tipos de visões a que podemos chamar *institucionais*, acerca da protecção do ambiente e da natureza. Uma primeira que corresponde a um reconhecimento global do interesse que a área possui para a conservação de determinados aspectos naturais e paisagísticos (e que é, como vimos, consubstanciada na classificação desta área como Biótopo Corine ou na sua integração na *Lista Nacional de Sítios Classificados*, ao abrigo da Directiva *Habitats*). Esta visão não é (ao contrário do que observámos na área do PNM) a dominante, já que não se materializa na existência de mecanismos concretos de regulação dos usos dos elementos naturais e do território. Esta visão, ainda que reconheça a importância das actividades tradicionais da população local para a preservação da natureza, atribui claramente maior relevância aos elementos estritamente naturais da área. Uma segunda visão, protagonizada pelo poder municipal e pelas ADL, assume as características naturais da área como determinantes para o seu futuro e para o seu desenvolvimento, mas não possui igualmente efeitos em termos da regulamentação das práticas dos utilizadores da área. Esta segunda visão aproxima-se da anterior, possuindo tal como aquela, um carácter ecocêntrico. Ainda que ambas as visões anteriormente identificadas não possuam relevância legal, elas materializam-se de outras formas, nomeadamente através dos programas e das medidas em vigor para as áreas rurais, de que também a Serra da Freita tem beneficiado, como veremos no terceiro ponto deste capítulo. Finalmente, uma terceira perspectiva, que concebe a natureza como estando essencialmente ao serviço das populações locais (podemos por isso caracterizá-la como essencialmente antropocêntrica) e que rejeita as limitações que eventualmente se possam colocar às actividades económicas e aos usos do território pela população da área da Serra da Freita. Esta visão é, como salientámos antes, sobretudo propriedade do poder ao nível mais local, i.e., dos Presidentes das Juntas de Freguesia e aproxima-se, como veremos na secção seguinte do ponto de vista dos habitantes sobre estas questões.

2.2. A valorização social

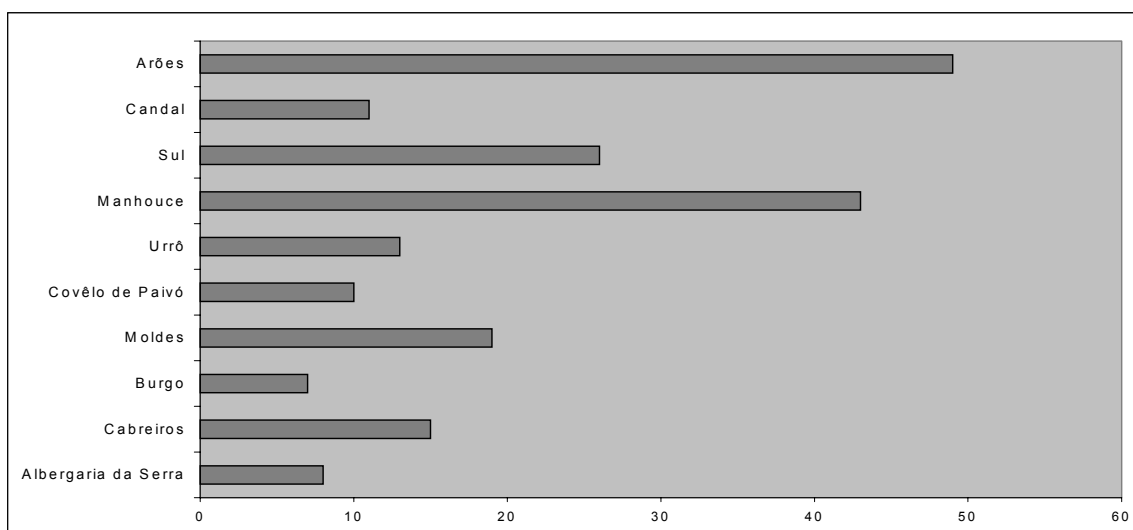
2.2.1 O lugar do ambiente no quotidiano dos habitantes

Como temos vindo a referir, a Serra da Freita é uma área na qual a legitimidade do Estado não se tem feito sentir em termos da protecção da natureza e do ambiente. Trata-se de uma área considerada *vulgar* do ponto de vista do poder central e no que se refere aos seus

elementos naturais, muito embora possua algum reconhecimento a este nível. O facto de ser uma área sobre a qual não se reflecte com grande intensidade a concepção institucional dominante de natureza e de ambiente pode ter implicações diversas sobre essa mesma natureza e sobre os elementos naturais, de que demos sinteticamente conta na secção anterior. Na presente secção procuramos analisar as representações e as práticas dos residentes na Serra da Freita, justamente face à natureza e face ao ambiente, assim como da importância que estes aspectos assumem no seu quotidiano. Esta análise associa-se intimamente ao teste da hipótese 2 e das suas derivadas, já que através da análise agora iniciada pretendemos examinar as variáveis relativas às diversas racionalidades subjacentes à avaliação e valorização que os residentes desta área não protegida legalmente fazem dos elementos naturais e do ambiente.

À semelhança do que fizemos a propósito dos inquiridos na área do PNM, consideramos importante, antes de iniciar a análise da informação empírica recolhida na Serra da Freita, apresentar uma caracterização breve dos residentes que constituem a nossa amostra²⁹². Assim, no que diz respeito às freguesias de residência, podemos observar, tal como referimos na secção 4 do capítulo VII, que as freguesias de Arões (concelho de Vale de Cambra) e de Manhouce (concelho de S. Pedro do Sul) foram aquelas onde realizámos um maior número de inquéritos, devido ao seu também mais elevado número de habitantes (ver figura 9.1).

Figura 9.1 – Freguesias de residência dos residentes inquiridos na Serra da Freita²⁹³



Relativamente às idades dos indivíduos inquiridos, predomina o grupo etário igual ou superior a 65 anos, tal como pode ser observado na figura 9.2. De salientar (por referência

²⁹² Tal como salientámos para a área do PNM, quando nesta secção nos referimos a *residentes*, pretendemos na realidade referir-nos aos habitantes que inquirimos. Relativamente à caracterização desta categoria de inquiridos, ver quadros 9.1 a 9.8b, no anexo 4 (pp.224 – 226).

²⁹³ Os dados apresentados nesta secção foram recolhidos através do Inquérito por Questionário aos habitantes da área da Serra da Freita.

aos residentes no PNM) a percentagem mais elevada de jovens inquiridos nesta área (sobretudo o grupo entre os 20 e os 29 anos).

Também no que se refere aos níveis de escolaridade dos residentes da Serra da Freita que inquirimos, podemos observar, pela figura 9.3, que os mesmos acompanham as características gerais da população global desta área. A figura demonstra claramente o predomínio do 1º CEB, bem como o elevado número de analfabetos. Por outro lado (e por referência aos residentes do PNM) existe uma maior percentagem de indivíduos detentores dos 2º e 3º CEB.

Figura 9.2. – Distribuição dos residentes na Serra da Freita por grupos etários

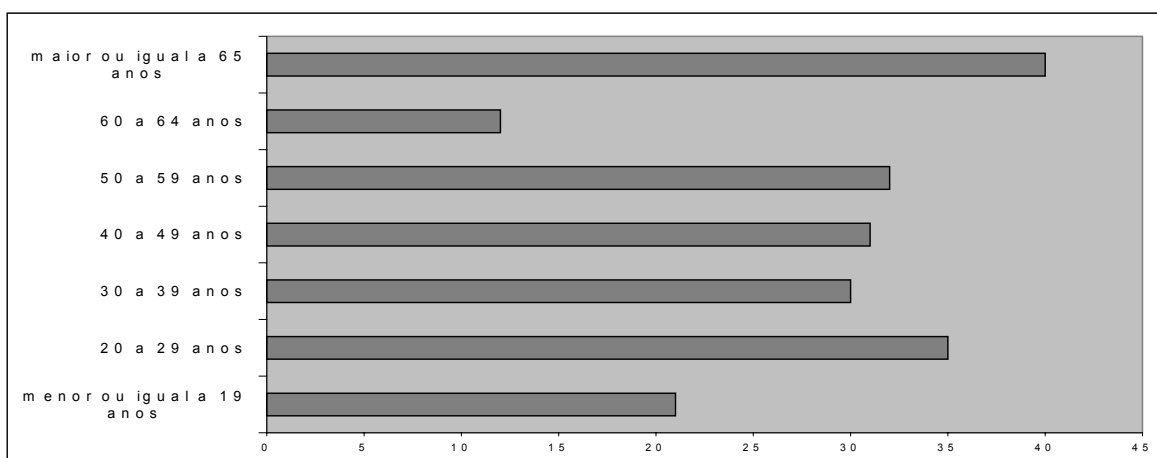
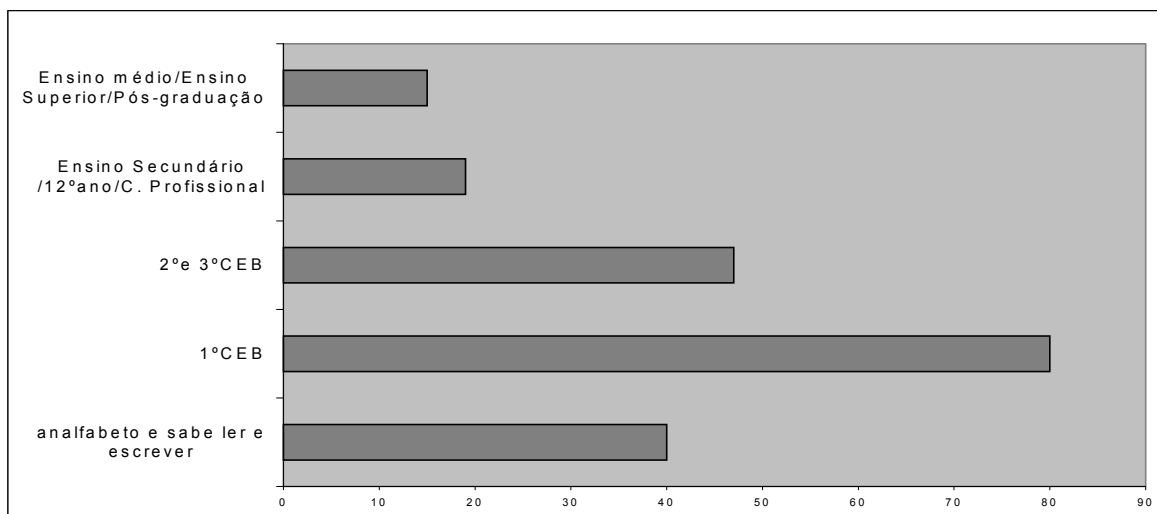


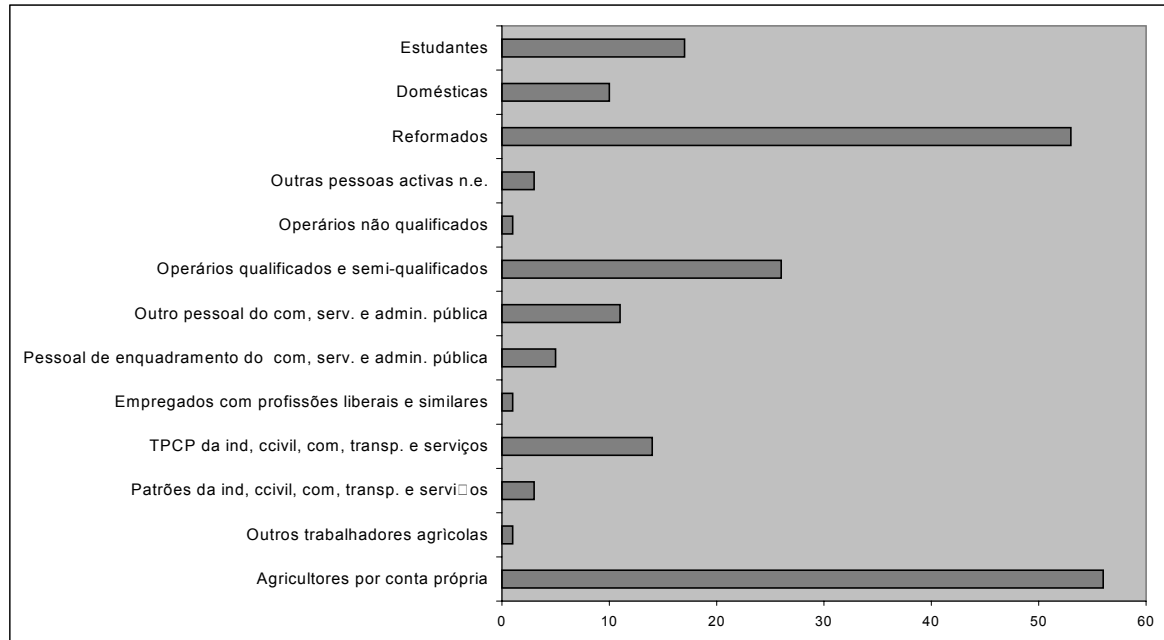
Figura 9.3 – Níveis de escolaridade dos residentes na área da Serra da Freita



A variável relativa aos grupos socioeconómicos (que, como sabemos já, agrega as variáveis associadas à condição perante o trabalho, à profissão exercida e à situação na profissão), demonstra a predominância dos agricultores por conta própria (30%), dos

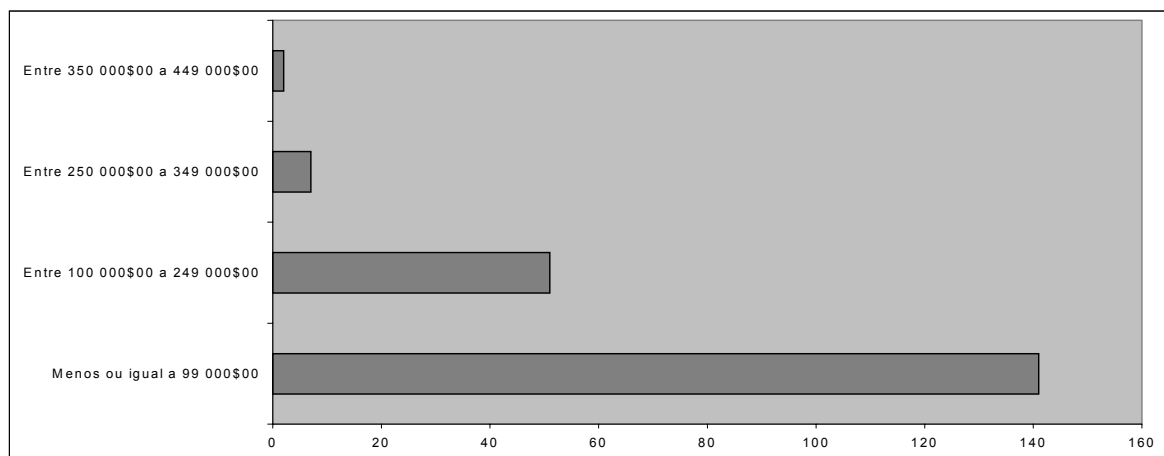
indivíduos reformados (26,4%) e ainda alguma expressividade dos operários qualificados e semi-qualificados (13%)²⁹⁴ (ver figura 9.4).

Figura 9.4 – Distribuição dos residentes na área da Serra da Freita por grupos socioeconómicos



Como se pode observar na figura 9.5, o nível de rendimentos do agregado doméstico dos inquiridos é, na maior parte dos casos, inferior ou igual a 99 000\$00²⁹⁵ (70,1%). Este nível de rendimentos adequa-se, quer às profissões exercidas, quer à condição perante o trabalho que predomina na área da Serra da Freita.

Figura 9.5 – Nível de Rendimentos do agregado doméstico dos residentes na área da Serra da Freita

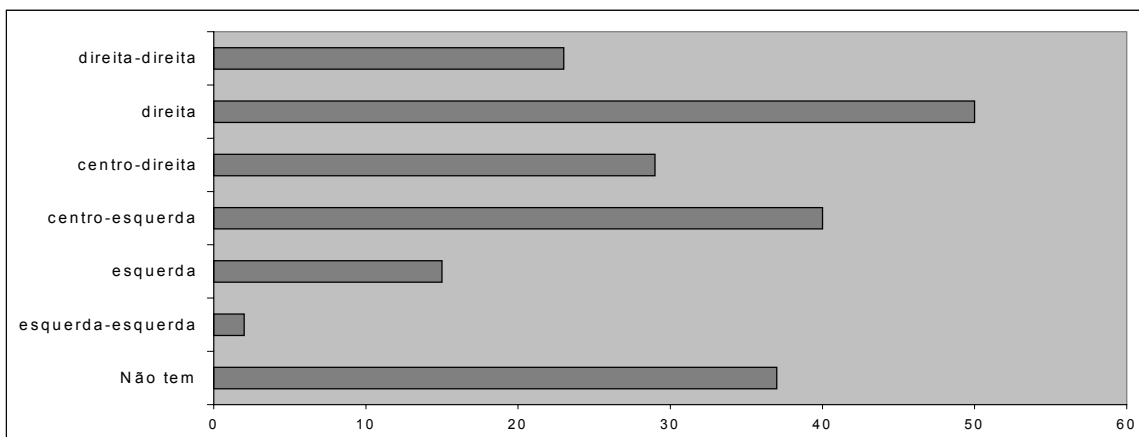


²⁹⁴ Tal como referimos no ponto 3.3 do capítulo VII, relativo à caracterização demográfica e socioeconómica da área da Serra da Freita, esta localiza-se bastante próxima de núcleos urbanos industriais de alguma importância como S. João da Madeira, Aveiro, Feira, entre outros. Como vimos também no ponto mencionado, a pluriactividade é nesta área superior à registada no PNM, justamente devido à proximidade daqueles núcleos.

²⁹⁵ Como referimos anteriormente, mantemos as categorias em escudos, já que a informação foi recolhida deste modo.

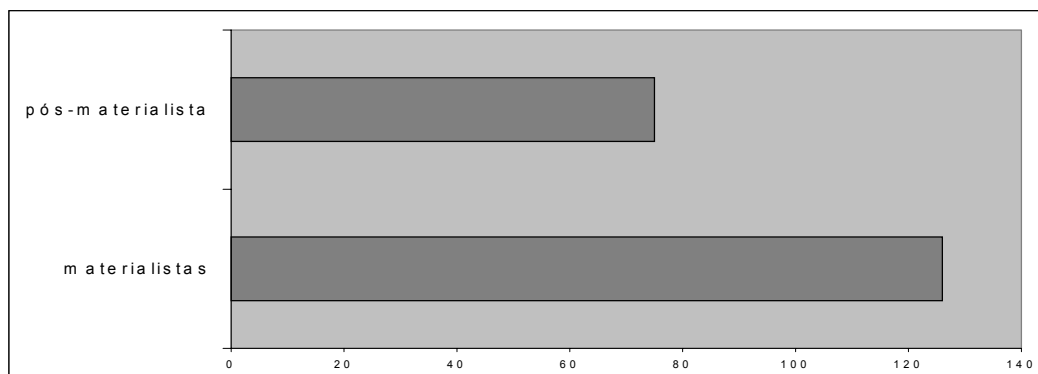
Quanto à posição política dos residentes inquiridos na área da Serra da Freita e utilizando o mesmo procedimento de recolha da informação já referido nos casos dos inquiridos na área do PNM, observamos que também os residentes nesta área avaliam a sua posição política como sendo ‘*mais à direita*’ (50,7%), enquanto que 18% declaram não ter qualquer posição.

Figura 9.6 – Posição Política dos residentes na área da Serra da Freita



Tendo em atenção o nível de materialismo dos residentes inquiridos na SF (igualmente construído de acordo com o que referimos na secção 4 do capítulo VII), constatamos que a maior parte dos inquiridos se posiciona como *misto-materialista*, i.e., (e à semelhança dos residentes na área do PNM) defendendo sobretudo valores tipo materialista, mas tendo já alguma de sensibilidade, em determinadas áreas, para os valores que temos vindo a designar ao longo desta tese como pós-materialistas. Como podemos observar pelo quadro 9.8a (anexo 4, p. 226), 42,3% dos inquiridos podem ser classificados como *misto-materialistas*, seguindo-se-lhes os indivíduos que podemos tipificar como *misto-pós-materialistas*, ou seja, aqueles que defendendo sobretudo valores de tipo pós-materialista, ainda defendem, em alguns domínios, valores essencialmente *materialistas* (27,4%). Os *materialistas* representam 20,4% do total e, finalmente, os indivíduos que, segundo os critérios que utilizámos, defendem valores *pós-materialistas*, constituem 10% da globalidade desta amostra.

Figura 9.7 – Nível de Materialismo dos residentes na área da Serra da Freita



Tal como referimos no capítulo sobre a metodologia e no capítulo anterior, estas quatro categorias foram depois agregadas em apenas duas, de que a figura 9.7 mostra a distribuição. Deste modo, a agregação das categorias mencionadas antes em apenas duas mostra que 62,7% dos residentes inquiridos na área da SF se posicionam sobretudo como *materialistas* e que os restantes 37,3% tendem para a defesa de valores de tipo pós-materialista. Assim, como dissemos anteriormente, os primeiros defendem valores associados à segurança física e económica, enquanto que os segundos privilegiam os aspectos relacionados com as questões mais *imateriais* da existência humana. Como debatemos no capítulo II, os indivíduos *pós-materialistas* são, tendencialmente, mais jovens, mais escolarizados e possuidores de rendimentos mais elevados que os *materialistas*. Como referimos então, trata-se de indivíduos que uma vez satisfeitas as necessidades de nível mais básico²⁹⁶ tendem para a procura de realização de necessidades menos materiais e mais relacionadas com a sua satisfação pessoal. Tal como fizemos para o caso dos indivíduos inquiridos na área do PNM, também aqui procurámos observar a associação entre a defesa de determinado tipo de valores e as variáveis sociográficas. Assim, para o caso dos residentes da SF, podemos estabelecer uma relação estatística significativa (embora não especialmente intensa) entre o nível de materialismo e os níveis de escolaridade ($\chi^2=17,933$ para 4 gl.; V. de Cramer= 0,299; C. de Pearson= 0,286) e uma outra (de maior intensidade) com os grupos socioeconómicos ($\chi^2=32,481$ para 12 gl.; V. de Cramer=0,402; C. de Pearson=0,373). No primeiro caso há, então, uma clara associação entre a ausência de escolaridade ou níveis de escolaridade baixos e a adesão a valores de tipo materialista. No segundo caso, observa-se que são sobretudo os agricultores por conta própria, os reformados e os operários os grupos que aderem a valores de tipo materialista com maior frequência. Inversamente, são sobretudo os estudantes que defendem valores de tipo pós-materialista. As restantes variáveis – idade, rendimentos e posição política – não demonstram nenhuma associação importante com a defesa ou a rejeição deste tipo de valores.

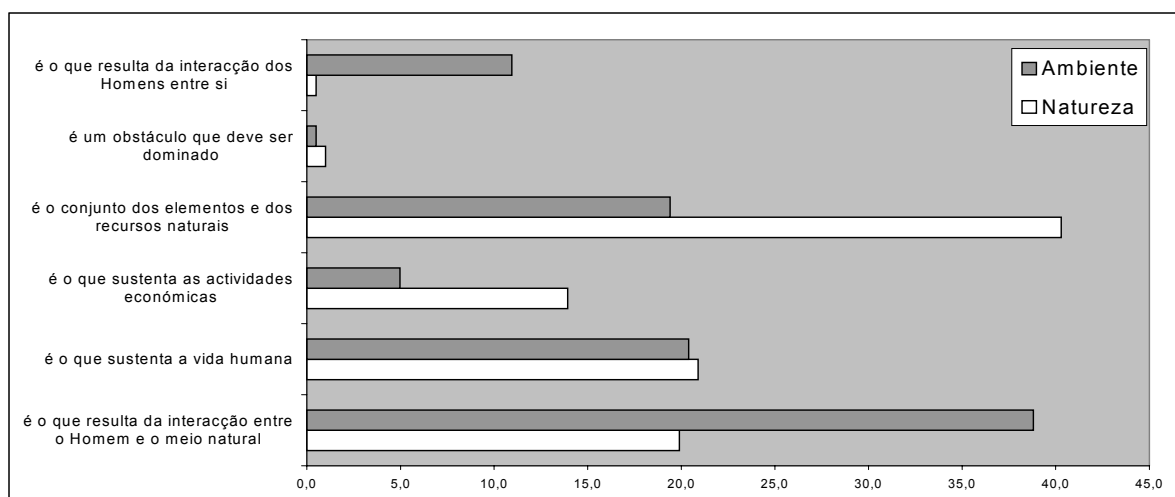
Tal como dissemos a propósito dos residentes e dos visitantes inquiridos na área do PNM, os dados que dizem respeito às representações e práticas face ao ambiente dos residentes da Serra da Freita não podem deixar de reflectir as suas características principais. Na análise do lugar que a natureza e o ambiente detêm no quotidiano destes indivíduos temos que ter em conta um conjunto relativamente vasto de variáveis, desde as que se associam às suas características objectivas, que acabámos de apresentar, até às que se relacionam com as suas avaliações e opiniões.

A natureza é, em termos de concepções, para a maioria dos residentes inquiridos na SF o conjunto dos elementos e recursos naturais (40,3%). Para 20,9% a natureza é

²⁹⁶ Segundo a hierarquia de necessidades proposta por Maslow em 1954 e que esquematizámos no II capítulo (c.f. figura 2.4, p.55).

essencialmente o que sustenta a vida humana, sendo ainda que para 19,9% a natureza é identificada com o ambiente, no sentido em que a definem como o resultado da interacção entre o Homem e o meio natural e para 13,9% é sobretudo o que sustenta as actividades económicas, tal como podemos observar na figura 9.8. No que diz respeito à noção de ambiente que os inquiridos possuem (e observando a mesma figura) constatamos que ele é essencialmente representado como socio-biofísico, i.e., como o que resulta das inter-relações que o Homem estabelece com o meio natural (38,8%). Para 20,4% o ambiente é aquilo que sustenta a vida humana. Para 19,4% dos inquiridos o ambiente é a natureza (concepção essencialmente biofísica) já que corresponde ao conjunto dos recursos e dos elementos naturais. Finalmente, 10,9% associam o ambiente exclusivamente à interacção social, sendo definido como o resultado da interacção dos Homens entre si.

Figura 9.8 – Concepções de ambiente e natureza dos residentes na área da Serra da Freita (%)



As medidas de associação que temos vindo a utilizar nesta análise demonstram a existência de alguma significância estatística na relação entre as concepções de natureza e de ambiente e as variáveis sociográficas. Ainda que as associações não sejam particularmente intensas, é possível detectar que são os mais idosos aqueles que possuem da natureza uma visão de tipo antropocêntrico, já que são estes os que com maior frequência se referem àquela noção como sustentáculo das actividades económicas. Por outro lado, é também este grupo de indivíduos que, mais frequentemente, tende a associar a natureza ao suporte da vida humana. Inversamente, são os indivíduos mais jovens quem concebe a natureza como o conjunto dos elementos e dos recursos naturais. No mesmo sentido, são os indivíduos sem qualquer escolaridade quem atribui à natureza um papel de sustentáculo das actividades económicas e aqueles que possuem menor capital escolar os que tendem a associar a natureza uma função de suporte da vida humana. Os mais escolarizados definem a natureza essencialmente como a componente biofísica do ambiente. São ainda os reformados quem principalmente define a natureza como o suporte das actividades

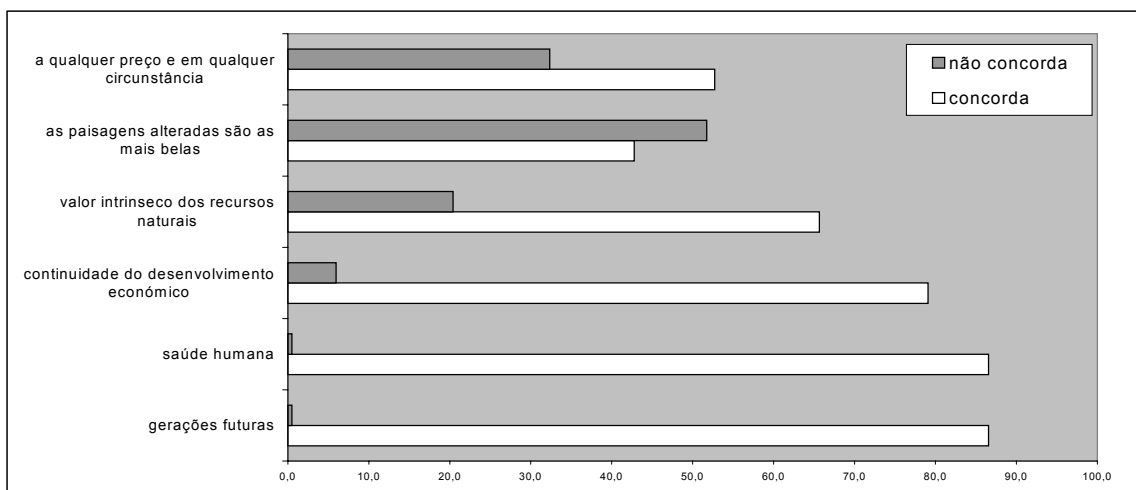
económicas e da vida humana. No que se refere à definição de ambiente, observamos a influência das variáveis anteriormente mencionadas como condicionantes da visão de natureza, particularmente da variável nível de escolaridade. Neste sentido, verificamos que são os menos escolarizados aqueles que definem o ambiente como essencialmente *social* e ainda como apenas associado aos aspectos biofísicos. Pelo que referimos antes, o teste do χ^2 demonstra a existência de uma relativamente forte associação entre ambas as concepções ($\chi^2=124,194$ para 25 gl.; V. de Cramer=0,361; C. de Pearson=0,628) dada sobretudo pelos indivíduos que têm de ambos os aspectos a mesma concepção, i.e., que os identificam. As variáveis associadas ao nível de rendimento, posição política e nível de materialismo não assumem nas concepções de natureza e de ambiente um papel relevante.

Tal como fizemos a propósito dos residentes do PNM, também na Serra da Freita considerámos relevante associar a variável relativa à prática da actividade agrícola (como profissão principal e/ou complementar de outras actividades e/ou rendimentos) às concepções de natureza e de ambiente, no sentido de observar se estas são influenciadas por aquele uso específico do território e dos recursos naturais. Assim, tendo em conta todos os inquiridos que se dedicam à agricultura (56,2% do total), comprovamos apenas parcialmente o que havíamos dito anteriormente, ou seja, se por um lado se observa uma relação estatística significativa com a variável respeitante à definição de ambiente, o mesmo não acontece com a variável relativa à concepção de natureza. Neste último domínio, embora observemos um maior número de inquiridos agricultores que definem a natureza a partir de uma perspectiva antropocêntrica (materializada no seu entendimento como sustentáculo das actividades económicas e da vida humana), as diferenças observadas entre este grupo de indivíduos e os não agricultores não é suficiente para produzir uma relação estatisticamente relevante. No que se refere à concepção de ambiente, existe uma associação estatística com significado (embora não seja muito intensa), verificando-se que são os agricultores quem define, com maior frequência, o ambiente como estritamente *social*, como natureza e como suporte da vida humana.

Ainda no que diz respeito às concepções de natureza e de ambiente, verificamos que (à semelhança do que acontece entre os residentes do PNM) os inquiridos na Serra da Freita oscilam entre uma perspectiva antropocêntrica e uma outra de pendor ecocêntrico, como poderemos verificar pela observação das figuras 9.9 e 9.10. No que se refere ao ambiente (ver figura 9.9), observamos que os inquiridos tendem a concordar mais com as afirmações de tendência antropocêntrica e a demonstrar maior nível de desacordo com as afirmações de natureza ecocêntrica, muito embora se observem algumas diferenças importantes por referência aos residentes do PNM²⁹⁷.

²⁹⁷ Nesta questão, como salientámos no capítulo VIII, considerámos afirmações de natureza antropocêntrica as seguintes: *o ambiente deve ser preservado em prol da saúde humana; as paisagens alteradas pelo homem são as mais belas*

Figura 9.9 – Concordância e motivações para a preservação do ambiente, por parte dos residentes da Serra da Freita (%)



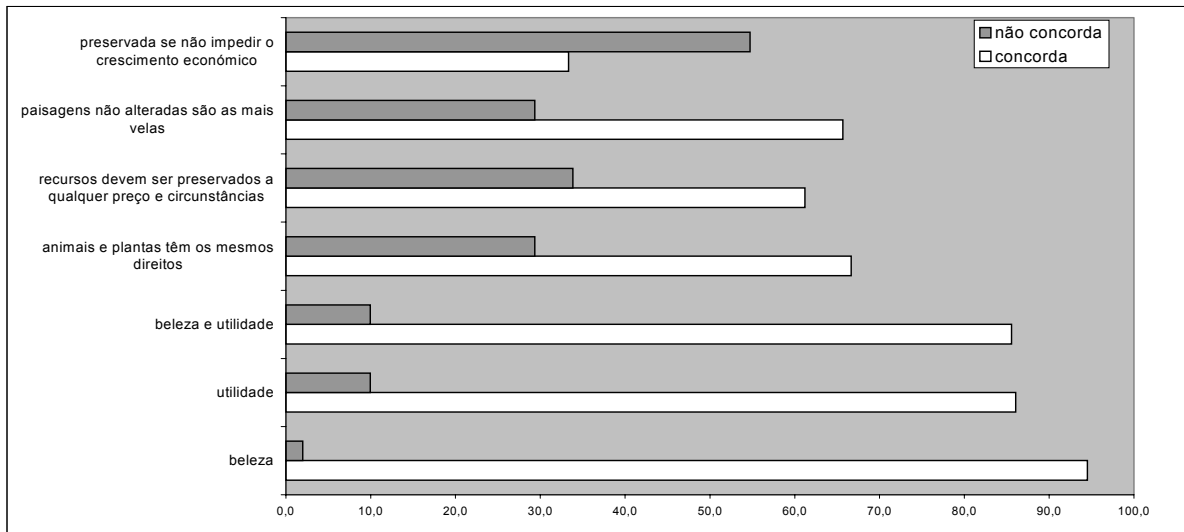
Observamos que, conjuntamente com a afirmação relativa à necessidade de preservar o ambiente em prol das gerações futuras, os indivíduos apoiam também de forma categórica as afirmações relativas à saúde humana, à continuidade do desenvolvimento socioeconómico, apoiando também, mas em menores percentagens, as afirmações que apelam à conservação da natureza pelo valor intrínseco dos elementos que a compõem e à sua preservação a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias. Apesar da relativamente importante percentagem de inquiridos que considera que as paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas (42,7%), a maior parte (51,7%) manifesta o seu desacordo com esta afirmação. Para a consideração de que as paisagens alteradas são as mais belas contribui o papel importante que a agricultura desempenha em termos da construção das paisagens rurais e ainda o facto de aquela actividade ser considerada, também pelos residentes da Serra da Freita, em geral, pouco susceptível de degradar o ambiente, como veremos posteriormente.

No que diz respeito à natureza, observamos a existência de diferenças importantes por referência aos residentes do PNM, já que os inquiridos na Serra da Freita demonstram uma representação de pendor mais ecocêntrico²⁹⁸ (ver figura 9.10).

paisagens; o ambiente deve ser preservado em prol da continuidade do desenvolvimento económico. Como afirmações de carácter ecocêntrico identificamos: *o ambiente deve ser preservado em prol da gerações futuras; o ambiente deve ser preservado pelo valor intrínseco dos recursos naturais e o ambiente deve ser preservado a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias.* Originalmente, como se pode observar no IQ aos residentes da Serra da Freita, foi utilizada uma escala de Likert, com vários níveis de concordância. Dado que, também nesta área (como na do PNM) os inquiridos demonstraram algumas dificuldades em distinguir os vários graus de concordância, referindo apenas 'concordo' ou 'não concordo', optámos, no tratamento da informação, por utilizar apenas estas duas categorias. A categoria *não se aplica* foi utilizada nos casos em que os inquiridos afirmaram não saber definir ambiente, numa questão anterior.

²⁹⁸ Nesta questão, e tal como referimos no capítulo anterior (para o caso do PNM) foram consideradas afirmações de tipo antropocêntrico as seguintes: *a natureza deve ser preservada para ser usada; a natureza é para ser usada e não apenas apreciada; a natureza deve ser preservada apenas se isso não impedir o crescimento económico.* Como afirmações de pendor ecocêntrico considerámos: *a natureza deve ser preservada para que se possa contemplar a sua beleza; os animais e as plantas têm os mesmos direitos que os seres humanos; os recursos naturais devem ser preservados a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias e as paisagens não alteradas pelos homens são as mais belas.* Os procedimentos adoptados foram os mesmos que apontámos anteriormente para as questões associadas ao ambiente.

Figura 9.10 – Concordância e motivações para a preservação da natureza, por parte dos residentes na área da Serra da Freita (%)



Observamos que os residentes inquiridos na Serra da Freita tendem a discordar da afirmação que apela para a preservação da natureza apenas nos casos em que essa preservação não comprometa o crescimento económico e tendem a concordar (em maiores percentagens que os residentes do PNM) com as afirmações que atribuem aos animais e plantas direitos semelhantes aos dos seres humanos e que postulam a conservação dos recursos naturais a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias. Apesar disto, da análise da figura anterior sobressai também o valor de uso atribuído à natureza, mas em conjunto com a necessidade da sua preservação para simples apreciação da sua beleza. Verificam-se algumas associações estatisticamente significativas entre este conjunto de variáveis e as relativas à caracterização dos inquiridos. Embora a associação não seja muito intensa, podemos verificar que a idade tem influência nas concepções de natureza e da ambiente, que decorre essencialmente do facto de serem os menores de 29 anos aqueles que concordam quase totalmente com a preservação da natureza devido ao valor intrínseco dos recursos naturais. Exactamente no mesmo sentido, é também este o grupo que discorda totalmente da afirmação relativa ao facto de as paisagens alteradas pelo Homem serem as mais belas, enquanto que os maiores de 40 anos tendem a concordar, em maiores percentagens, com a mesma afirmação. Ainda quanto à influência da idade no conjunto das variáveis em apreço, observamos que os inquiridos com mais de 40 anos, concordam totalmente com a afirmação que atribui à natureza uma função simultânea de apreciação estética e de utilidade, sendo que entre os mais jovens os níveis de discordância são maiores. No mesmo sentido os primeiros tendem a concordar mais com a preservação da natureza apenas nos casos em que tal não impeça o crescimento económico, enquanto que os segundos têm uma perspectiva oposta. Quanto ao nível de escolaridade, a sua influência nas variáveis em

análise faz-se essencialmente sentir no facto de os detentores de menor (ou nenhum) capital escolar tenderem a discordar mais da preservação da natureza pelo valor intrínseco dos elementos naturais ($\chi^2=25,180$ para 4 gl.; V. de Cramer= 0,382). São ainda os inquiridos analfabetos e possuidores do 1º CEB aqueles que concordam frequentemente com a afirmação de que as paisagens mais belas são as que foram alteradas pela acção humana ($\chi^2=34,043$ para 4 gl.; V. de Cramer =0,500; C. de Pearson=0,390) e o grupo que concorda totalmente com a preservação da natureza pela sua utilidade. Do mesmo modo, verificamos que são os agricultores por conta própria quem sobretudo concorda com a maior beleza das paisagens onde a acção do Homem é visível ($\chi^2=35,068$ para 12 gl.; V. de Cramer=0,430; C. de Pearson=0,400). Há igualmente uma associação forte entre este grupo socioeconómico (a que se junta o dos reformados) e a consideração de que a natureza deve ser preservada pela sua beleza e utilidade ($\chi^2=49,096$ para 12 gl.; V. de Cramer=0,506; C. de Pearson=0,451). Observamos ainda a existência de uma associação estatisticamente significativa (embora não especialmente intensa) entre o nível de materialismo e a consideração de que as paisagens alteradas pelo Homem são as que possuem maior beleza. São os indivíduos de tendência materialista quem tende a concordar com esta afirmação, enquanto que a maioria dos que se afirmam como pós-materialistas discordam claramente. No mesmo sentido, os indivíduos pós-materialistas concordam com muito maior frequência com a preservação dos recursos naturais e do ambiente a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias. Tomando a variável relativa à condição de agricultor dos inquiridos, observamos que a mesma possui influência sobre as concepções de natureza e de ambiente bem como nas motivações para a sua preservação e protecção. Assim, observa-se que os agricultores (quer a tempo parcial, quer a tempo inteiro) concordam com muito maior frequência com a afirmação de que as paisagens que o Homem alterou, são as mais belas ($\chi^2= 23,747$ para 3 gl.; V. de Cramer=0,354; C. de Pearson=0,333). O carácter *utilitarista* de que a natureza se reveste para os agricultores em geral (segundo o que temos argumentado ao longo deste trabalho) é plenamente confirmado pela intensa associação entre a condição de agricultor e a total concordância com a afirmação de que a natureza deve ser preservada para ser utilizada e pela total discordância dos inquiridos que não exercem esta actividade ($\chi^2=43,592$ para 3 gl.; V. de Cramer=0,500; C. de Pearson=0,429), sendo que o mesmo tipo de associação e intensidade pode ser observado na concordância com a afirmação de que *a natureza é para ser utilizada e não apenas apreciada*. A maior parte dos inquiridos que exerce algum tipo de actividade agrícola discorda da afirmação que coloca as paisagens não alteradas pelo Homem como as mais belas, confirmando uma vez mais o que dissemos anteriormente a este propósito.

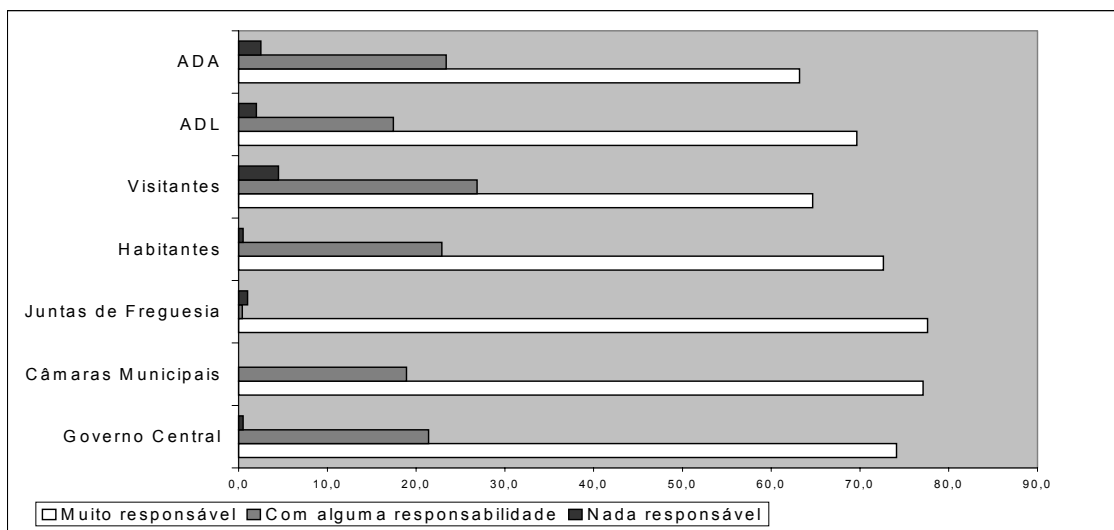
Muito sinteticamente, no que concerne às concepções de natureza e de ambiente, assim como às razões associadas pelos inquiridos à necessidade da sua preservação, observamos que os residentes da Serra da Freita (à semelhança dos residentes do PNM) parecem possuir

simultaneamente uma visão antropocêntrica e ecocêntrica destes aspectos, sendo que, tal como no PNM, são essencialmente os mais idosos, os detentores de menor capital escolar e os agricultores aqueles que possuem uma visão mais utilitarista e antropocêntrica do ambiente e da natureza. Estas diferenças podem igualmente ser observadas na análise da reacção dos residentes da Serra da Freita à eventual implementação de regulamentações aos usos que fazem dos recursos naturais e do território. Apenas 9% dos residentes inquiridos na Serra da Freita não gostariam que a área onde residem fosse legalmente protegida. Dos restantes, 71,6% não sabem que tipo de área protegida gostariam de ver instituída na SF, 12,4% referem um Parque Natural e respectivamente 1,5% e 2% apontam uma Área de Paisagem Protegida e uma Reserva Natural. No mesmo sentido vai a opinião destes inquiridos quando se trata da necessidade da existência de um maior número de AP em Portugal. Apesar de uma significativa percentagem (20,4%) afirmar não saber se há ou não necessidade de mais AP no país, 77,6% considera que deveria existir um maior número de áreas protegidas e apenas 2% não acha importante um aumento do número das já existentes. As razões apontadas para a necessidade de mais AP em Portugal, prendem-se com a importância que a natureza tem para a saúde humana (39,1%), com a urgência de conservar a natureza por constituir uma herança importante para as gerações futuras (30,8%) e ainda com o papel que a preservação da natureza pode ter na manutenção das actividades económicas (13,5%).

A confirmar estes dados, 79% dos inquiridos consideram que se a SF fosse uma área protegida legalmente, tanto os seus elementos naturais, como os culturais conheceriam um menor processo de degradação, sendo que apenas 6,3% e 14,8%, respectivamente, consideram que aqueles elementos estariam mais degradados que na actualidade ou que não se observariam alterações importantes. A avaliação de uma contribuição essencialmente positiva de uma eventual área protegida na Serra da Freita associa-se fortemente à existência de regras e às intervenções que seriam desenvolvidas no sentido de salvaguardar a natureza e o ambiente. A maior parte dos inquiridos atribui uma importância significativa ao contributo que a população da área da Serra da Freita tem dado na preservação dos elementos culturais e naturais (57,7%). Já no que se refere ao contributo dos visitantes, no mesmo domínio, observa-se uma clara divisão entre os inquiridos. Por um lado, 37,3% dos inquiridos consideram que o contributo dos visitantes tem sido nulo e, por outro, 35,8% atribui aos visitantes um papel importante nesta matéria. Podemos concluir que os residentes nesta área têm uma opinião favorável das áreas protegidas como instrumentos de protecção da natureza. No que se refere aos actores e entidades aos quais é atribuída maior responsabilidade na protecção do ambiente e da natureza, especificamente na Serra da Freita, vemos que os residentes desta área consideram que as responsabilidades devem ser

partilhadas por todos os agentes (ver figura 9.11), muito embora seja atribuída aos visitantes, às ADL e às ADA um menor dever de actuação neste domínio.

Figura 9.11 – Actores e Entidades considerados responsáveis pela protecção do ambiente na área da Serra da Freita, por parte dos residentes (%)



Dada a elevada homogeneidade observada nas respostas, não se verificam associações estatísticas importantes entre as maiores ou menores responsabilidades atribuídas às várias entidades e actores sociais e as variáveis sociográficas e ainda as que se referem às concepções de natureza e de ambiente.

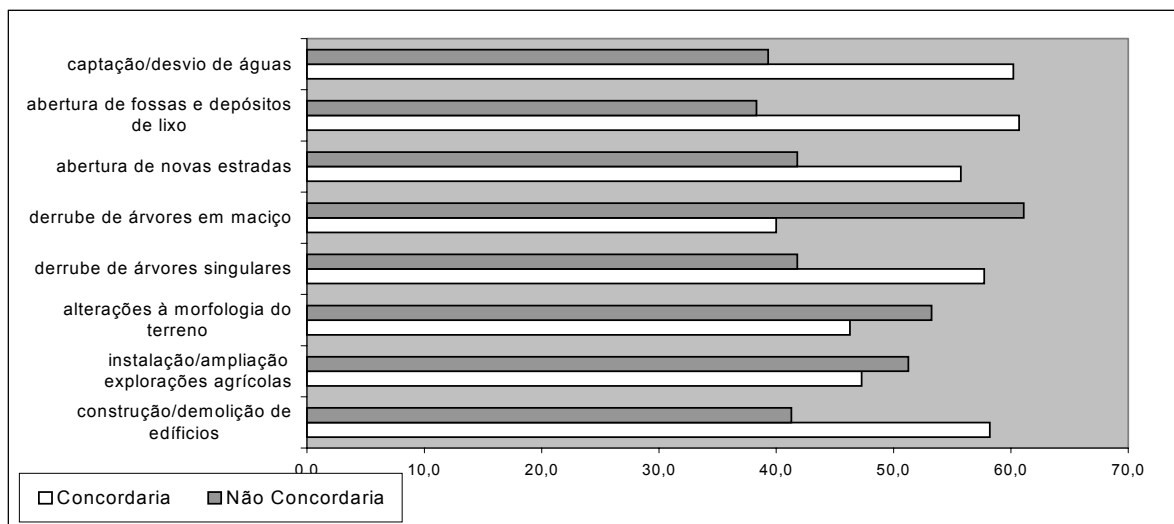
Como observámos anteriormente, a larga maioria (91%) dos residentes desta área gostaria que a mesma fosse protegida, assim como reconhece a importância das áreas protegidas na preservação dos elementos naturais e culturais dos espaços onde estão implantadas. Vimos que a principal razão apontada se associava à existência de regulamentações que permitiriam uma menor degradação daqueles elementos. Assim, a nível global, 95% dos inquiridos mostra-se favorável à existência de regulamentações que controlassem o comportamento dos habitantes e dos visitantes face aos recursos naturais e culturais. No entanto quando passamos da abstracção do termo *regras*, para a sua materialização em restrições concretas, as opiniões dos inquiridos não apresentam níveis elevados de concordância (ver figuras 9.12 (relativa às actividades eventualmente sujeitas a autorização) e 9.13 (associadas às eventuais interdições)²⁹⁹.

São de salientar algumas diferenças por referência aos residentes na área do PNM, que decorrem aparentemente do facto de na Serra da Freita esta questão ser apenas uma hipótese. Observamos pela figura anterior que, à semelhança do que se verifica entre os

²⁹⁹ Dado que, como observámos nos capítulos VI e VIII, a maior parte das regulamentações são comuns a todas as AP portuguesas, utilizámos exactamente a mesma lista de actividades sujeitas a autorização ou interditas no PNM e na Serra da Freita. Neste caso, evidentemente, tratou-se de confrontar os inquiridos com a eventual criação destas normas na sua área de residência, caso a mesma fosse (ou venha a ser) protegida.

residentes do PNM, as únicas duas regras que recolhem o desacordo generalizado dos residentes associam-se às alterações à morfologia dos terrenos, à instalação ou ampliação das explorações agrícolas e ainda ao derrube de árvores em maciço (respectivamente 51,2%; 53,2% e 61,1% dos inquiridos na SF discordam desta restrição), i.e., a actividades importantes para a economia desta área.

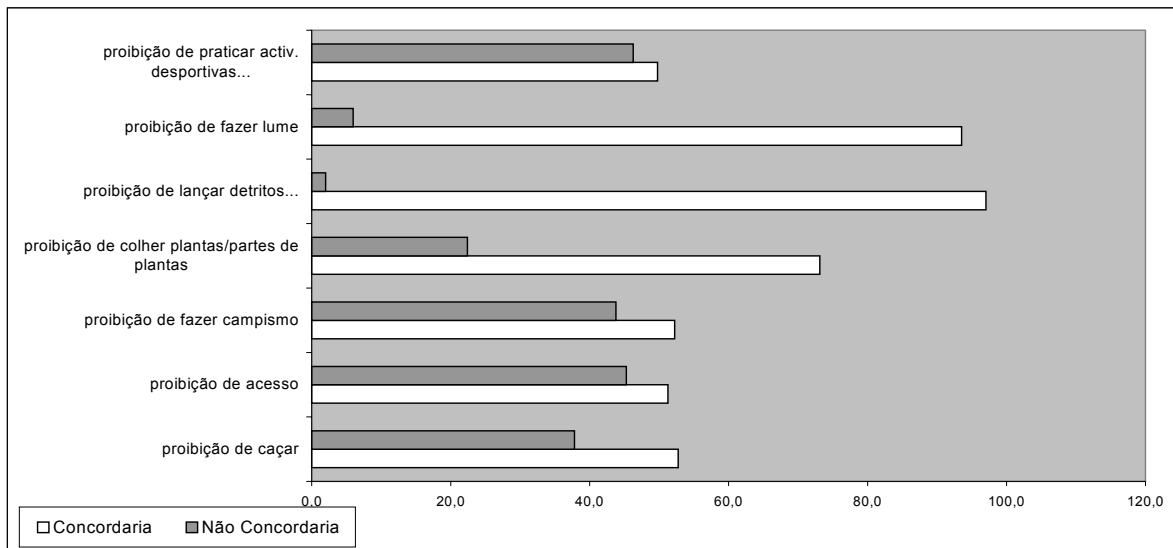
Figura 9.12 – Concordância com a instituição na Serra da Freita de regras relativas à autorização para desenvolver certas actividades, por parte dos residentes (%)



Apesar de existirem níveis elevados de concordância com as restantes regras, salientemos também as significativas percentagens de inquiridos que manifestam a sua discordância face a elas. Existe associação estatística entre as variáveis sociográficas e a maior ou menor concordância com as regras relativas às actividades sujeitas a autorização. Deste modo, são os indivíduos com idades inferiores a 29 anos (sobretudo os pertencentes ao grupo dos menores de 19 anos) aqueles que concordam na totalidade com todas as regras existentes, sendo que, inversamente, os indivíduos dos grupos etários superiores a 50 anos discordam fortemente da maior parte das regras, muito particularmente daquelas que dizem respeito às actividades económicas predominantes na Serra da Freita. Em associação, são os menos escolarizados (particularmente os analfabetos) que tendem a apresentar maiores níveis de discordância face a este conjunto de regras. No mesmo sentido, os reformados e muito particularmente os agricultores (quer os que desempenham a actividade a título principal, quer os que a desenvolvem de forma secundária) são os grupos que maior discordância demonstram face às regras associadas a limitações às suas actividades quotidianas e nas quais se sustenta a economia da SF e a sua própria subsistência. Não se observa significância estatística entre as variáveis relativas aos níveis de materialismo, à posição política, aos rendimentos e à freguesia de residência e os aspectos em análise.

Também as regulamentações relacionadas com a interdição de desenvolver determinadas práticas não parecem reunir consenso entre os habitantes da Serra da Freita, como pode ser observado na figura 9.13.

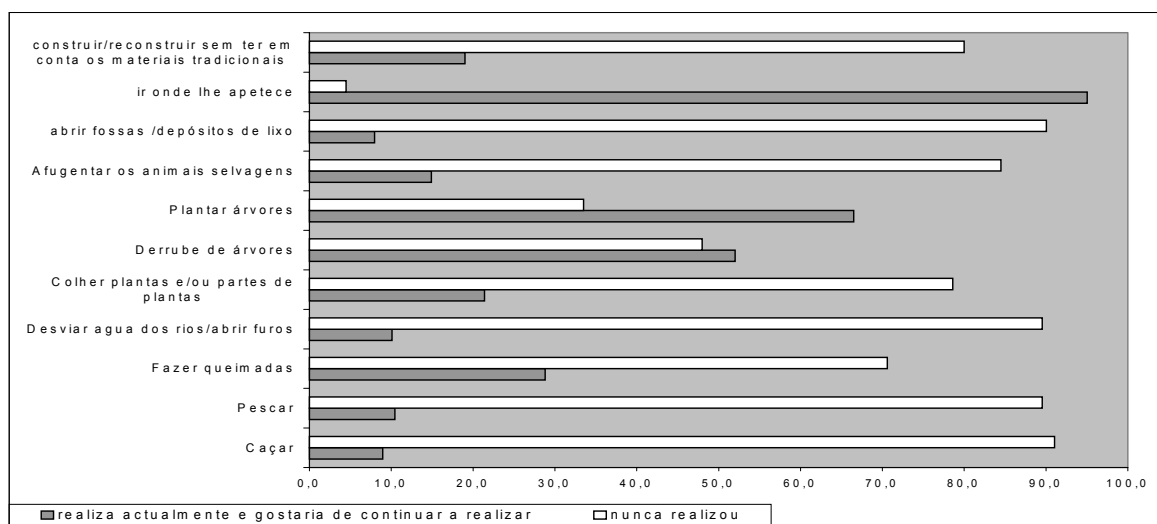
Figura 9.13 – Concordância com a instituição de regras relativas às actividades sujeitas a proibição na Serra da Freita, por parte dos residentes (%)



As únicas regras que reúnem a concordância dos inquiridos são as que se referem às proibições de fazer lume, lançar detritos e colher plantas e/ou partes de plantas fora das explorações agrícolas. As restantes conduzem a uma clara divisão de opiniões entre os residentes inquiridos. Tal como para o conjunto de regras anteriormente analisado, também no que se refere às interdições eventualmente a impor na Serra da Freita se a mesma fosse protegida legalmente, existe uma associação clara entre a idade, os níveis de escolaridade, os grupos socioeconómicos e a condição de agricultor, não possuindo as outras variáveis de natureza sociográfica grande influência sobre a maior ou menor concordância com estas normas. Essa associação é particularmente evidente e intensa na relação entre os maiores de 50 anos e a não concordância com as proibições relacionadas com a caça, com o acesso a determinadas áreas e mesmo com a proibição associada à prática do campismo *selvagem*. Por outro lado, os níveis de escolaridade associam-se com o grupo de interdições em análise, essencialmente porque são os detentores do ensino secundário e superior aqueles que concordam na totalidade com as regras propostas. São os agricultores (sobretudo os que exercem a actividade a título principal) aqueles que menos concordância demonstram face às eventuais interdições. O nível de materialismo associa-se às regras relativas às actividades eventualmente sujeitas a interdição na área da Serra da Freita, através da maior concordância dos inquiridos de tipo pós-materialista com todas as regulamentações neste sentido.

No que se refere às práticas actuais dos residentes da Serra da Freita face aos elementos naturais e culturais da área e tal como podemos observar pela figura 9.14, a maior parte dos residentes (que realiza alguma das actividades mencionadas) gostaria de continuar a mantê-las, mesmo num cenário de protecção legal.

Figura 9.14 – Comportamentos tidos pelos residentes da Serra da Freita na actualidade e que gostariam de manter caso a área viesse a ser protegida legalmente (%)



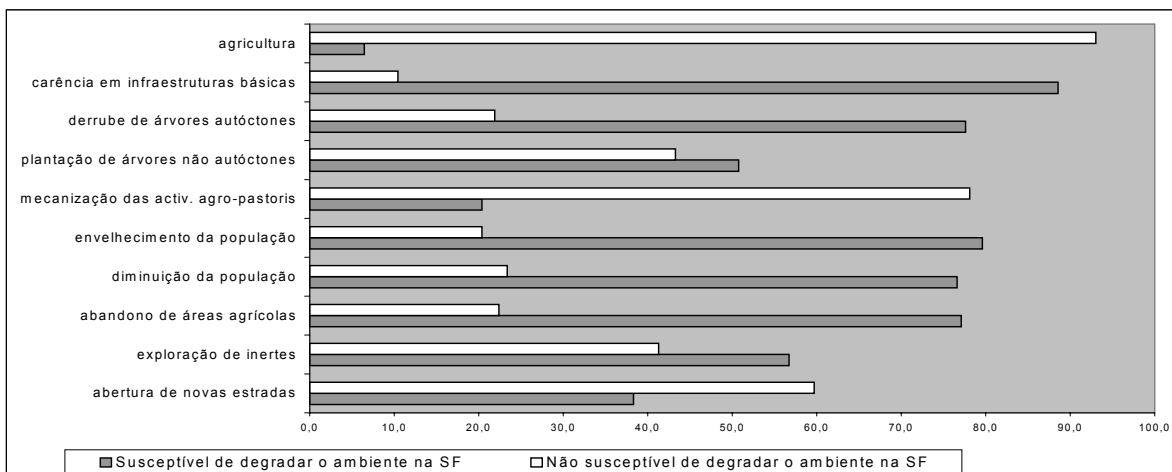
A observação anterior é sobretudo verdadeira para as actividades associadas ao derrube e plantação de árvores, assim como ao acesso a todas as áreas da SF, sem restrições.

Ainda no que se refere à valorização do ambiente e da natureza na área da SF, por parte dos seus residentes, é interessante analisarmos quais os aspectos que estes consideram mais ou menos susceptíveis de contribuir para a sua degradação. Tal como fizemos para o caso do PNM, subdividimos os aspectos mencionados em três categorias: a primeira relativa às actividades relacionadas mais de perto com o quotidiano dos seus habitantes (ver figura 9.15), a segunda associada aos aspectos relativos à manutenção das *memórias* e identidade colectivas (ver figura 9.16) e finalmente as questões relacionadas com a natureza e as procuras e consumos externos da SF (ver figura 9.17).

Tal como vimos para o caso dos residentes no PNM, também os habitantes da Serra da Freita tendem a considerar os aspectos associados à actividade económica dominante na área – a agricultura – como os menos susceptíveis de contribuir para a degradação do ambiente nesta área. Assim, a actividade agrícola e a sua mecanização são avaliadas como possuindo reduzidos impactes no ambiente na SF. Outros aspectos, associados ao quotidiano, mas sobretudo relacionados com as condições de vida (como a carência em infra-estruturas básicas, o abandono da actividade agrícola, a diminuição e o envelhecimento da população) são considerados susceptíveis de contribuir para a degradação ambiental desta área. A abertura de novas estradas, associada igualmente ao dia-a-dia da população, é

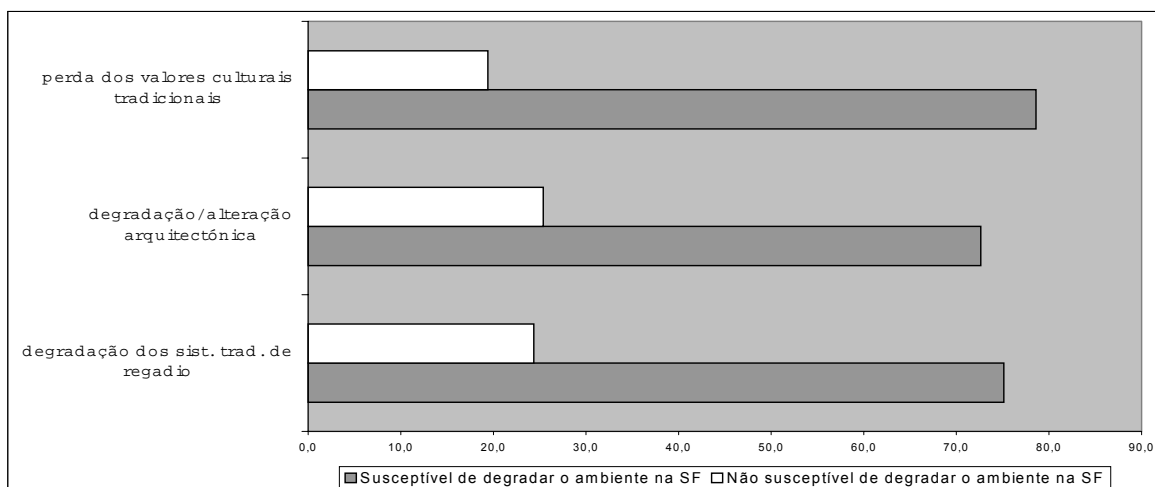
sobretudo considerada um aspecto não susceptível de induzir a degradação ambiental. Ao contrário do que observámos para a área do PNM, os habitantes da SF consideram a exploração de inertes e a plantação de árvores não autóctones como actividades susceptíveis de causar a degradação do ambiente na área.

Figura 9.15 – Aspectos associados ao quotidiano dos residentes da Serra da Freita, segundo o contributo para a degradação do ambiente (%)



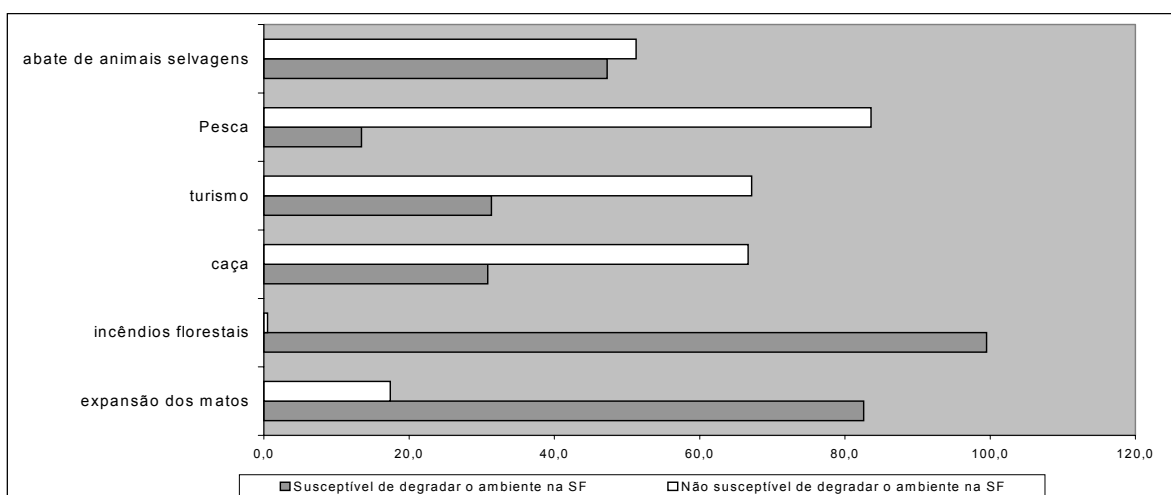
As perdas associadas aos aspectos relacionados com a preservação das *memórias* e da identidade colectiva local, são consideradas, como demonstra a figura 9.16, como susceptíveis de contribuir para a degradação do ambiente na Serra da Freita, muito embora as percentagens daqueles que identificam estes aspectos como não indutores de deterioração ambiental possam ser consideradas importantes (24,4% para a degradação dos sistemas tradicionais de regadio; 25,4% para a alteração arquitectónica e 19,4% para as tradições culturais).

Figura 9.16 – Aspectos associados à manutenção das *memórias* e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os residentes da área da Serra da Freita (%)



Quanto aos aspectos que associámos à natureza e às procuras exteriores e tal como podemos verificar pela figura 9.17, os incêndios reúnem quase a totalidade do consenso como factores susceptíveis de induzir degradação ambiental na área da Serra da Freita. Outro aspecto que recolhe a maioria de opiniões neste sentido é a expansão dos matos, muito associado (como referimos antes) também à manutenção das *memórias* (82,6%). A caça, a pesca, o turismo e o abate de animais selvagens são aspectos a que a maior parte dos residentes não atribui responsabilidade na degradação ambiental da área da Serra da Freita, muito embora no que se refere a este último as opiniões se encontrem bastante mais divididas.

Figura 9.17 – Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os residentes da SF (%)



Observamos que a idade dos inquiridos influi na avaliação dos aspectos mencionados antes, como mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente na área da SF. Assim, os inquiridos com idades superiores a 50 anos são aqueles que tendem a considerar pouco susceptíveis de introduzir alterações ambientais negativas os aspectos associados à natureza (designadamente o abate de animais selvagens e a caça). Este mesmo grupo de inquiridos tende, por outro lado, a considerar também como menos susceptíveis os aspectos que se relacionam intimamente com o quotidiano dos habitantes (nomeadamente a agricultura e a abertura de novas estradas). Os detentores de maior capital escolar são quem tende a considerar, como maior frequência, a exploração de inertes, a caça e o abate de animais selvagens como muito susceptíveis de contribuir para a degradação ambiental na área da SF. Os reformados, os agricultores por conta própria e os operários tendem a considerar a degradação dos sistemas tradicionais de regadio, a diminuição e o envelhecimento da população como aspectos mais susceptíveis de degradar o ambiente na área. Inversamente, são estes os grupos que consideram com maior frequência a agricultura e a mecanização das actividades agro-pastoris como nada susceptíveis de contribuir para a deterioração do

ambiente³⁰⁰. São também essencialmente os reformados e os agricultores por conta própria aqueles que consideram a caça e o abate de animais selvagens como aspectos nada susceptíveis de degradar o ambiente na área da SF. Os indivíduos cujo agregado doméstico tem rendimentos superiores a 250 000\$00 mensais são aqueles que mais frequentemente identificam ambos os aspectos referidos e ainda o turismo como susceptíveis de deteriorar o ambiente. O nível de materialismo influi bastante na avaliação dos aspectos associados ao quotidiano dos habitantes e à natureza como mais ou menos passíveis de degradar o ambiente. Assim, são sobretudo os inquiridos pós-materialistas quem atribui maior importância à exploração de inertes, à abertura de novas estradas, ao abate de animais selvagens e ainda à perda das tradições culturais. No que se refere à freguesia de residência dos inquiridos, verificamos a sua influência essencialmente no que se refere ao abandono das áreas agrícolas. Assim, são os inquiridos nas freguesias localizadas *no coração* da Serra da Freita (como Albergaria da Serra, Cabreiros e Candal), aqueles que tendem a considerar que este aspecto é muito susceptível de degradar o ambiente.

No que diz respeito à associação entre as concepções de natureza e de ambiente e os aspectos considerados mais ou menos susceptíveis de degradar a área da SF, observamos a existência de uma relação estatisticamente relevante entre os detentores de visões mais antropocêntricas e utilitaristas e a consideração como não passíveis de degradar o ambiente dos aspectos associados à vida quotidiana e às actividades económicas. Inversamente, os portadores das representações de tipo ecocêntrico e mais associadas à apreciação estética da natureza e do ambiente tendem, com maior frequência, a atribuir à degradação dos aspectos relacionados com a natureza um maior contributo para a deterioração ambiental da Serra da Freita.

A associação das variáveis relativas à concordância com a possibilidade da existência de determinadas regulamentações na área da SF e as relacionadas com a maior ou menor susceptibilidade de certos aspectos na contribuição para a degradação do ambiente, mostra a influência das primeiras relativamente às segundas. Assim, são os inquiridos que demonstram maiores níveis de discordância com as regras, aqueles que, por sua vez, também avaliam os aspectos associados às actividades económicas e ao quotidiano como menos susceptíveis de degradar o ambiente.

Muito embora tenhamos observado alguma diversidade em termos das representações dos residentes na área da Serra da Freita face à natureza, ao ambiente e respectiva protecção, podemos genericamente considerar que estes inquiridos (à semelhança dos habitantes do PNM) possuem uma visão predominantemente utilitarista dos elementos e

³⁰⁰ Esta associação não é surpreendente, já que 42,3% dos operários qualificados e semi-qualificados e 67,9% dos reformados inquiridos na SF são simultaneamente agricultores, observando-se também uma forte associação entre a condição de agricultor e a maior ou menor susceptibilidade de degradar o ambiente, atribuída aos aspectos agora analisados.

recursos naturais, sendo esta consideração particularmente verdadeira para os mais idosos, menos escolarizados e para os agricultores (a título principal ou secundário).

Embora os residentes na SF tenham uma concepção positiva das áreas protegidas e do seu contributo para a manutenção dos elementos naturais e culturais e estejam, em geral, de acordo com a instituição do seu espaço de vida como protegido, observamos que quando se passa do nível geral para a materialização das regulamentações em aspectos concretos, percentagens importantes de inquiridos tendem a manifestar o seu desacordo. Este desacordo relaciona-se estreitamente, como vimos, com as variáveis sociográficas e também com as concepções e motivações de e para a preservação da natureza e do ambiente. Observámos igualmente que os residentes inquiridos na área da Serra da Freita tendem a considerar os aspectos associados ao seu quotidiano e à actividade económica dominante nesta área, como pouco susceptíveis de possuir consequências negativas em termos ambientais. Por outro lado, vimos que os aspectos que se associam directamente com as suas condições de vida (tais como a carência em infra-estruturas básicas, o envelhecimento e a diminuição da população) são considerados susceptíveis de deteriorar o ambiente na área da SF.

Tal como afirmámos para o caso do PNM, ainda que as variáveis sociográficas introduzam na análise dos inquiridos na Serra da Freita, maior diversidade de concepções e de avaliações, estas são condicionadas não apenas pelas primeiras, mas essencialmente com o tipo de relação que os residentes mantêm com os recursos naturais e com o território globalmente considerado.

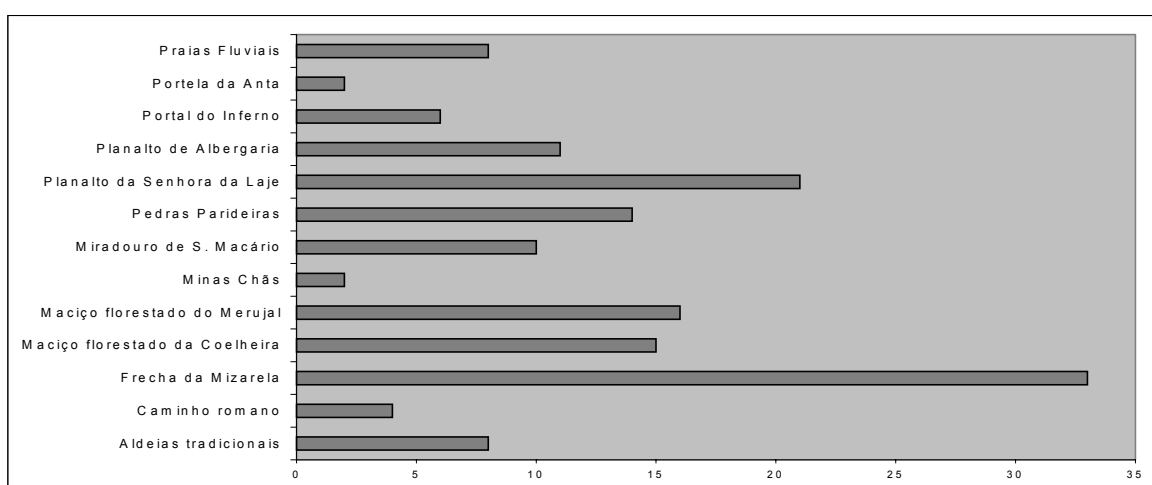
Na mesma linha do que referimos para o caso dos residentes inquiridos na área do PNM, cremos ser também possível afirmar para a área da Serra da Freita a existência de homogeneidade entre os habitantes face aos aspectos analisados nesta secção. Esta homogeneidade global tende a sobrepor-se às diferenças relativas encontradas e manifesta-se essencialmente, como veremos no ponto seguinte, como variável importante por referência à homogeneidade encontrada entre os visitantes desta área.

2.2.2. O lugar do ambiente nas procuras externas da área

Tal como na secção anterior relativamente aos residentes, procuramos analisar neste ponto as representações e as práticas dos visitantes da Serra da Freita face à natureza e ao ambiente. Procuramos igualmente observar qual o lugar que aqueles aspectos ocupam nas procuras e consumos externos desta área. Esta análise associa-se também ao teste da hipótese 2 e das suas derivadas. Como na secção anterior, procuraremos examinar aqui as variáveis relativas à racionalidade subjacente à avaliação e valorização que os visitantes inquiridos fazem dos elementos naturais e do ambiente na área da Serra da Freita.

Antes de iniciar a discussão e a análise da informação empírica relativa aos aspectos mencionados, consideramos importante apresentar uma caracterização breve dos visitantes da área da Serra da Freita³⁰¹. Assim, a figura 9.18 mostra-nos os locais onde foram inquiridos os visitantes desta área, que basicamente respeitam os critérios apresentados no ponto 4.1. do capítulo VII. Observamos assim que o Miradouro sobre a *Frecha da Mizarela*, o planalto da Senhora da Laje, os maciços florestados do Merujal e da Coelheira e a área onde ocorre o fenómeno das *pedras parideiras* (próximo da localidade de Castanheira, da freguesia de Albergaria da Serra) são os locais nos quais foi realizado um maior número de IQ aos visitantes da Serra da Freita.

Figura 9.18—Áreas onde foram inquiridos os visitantes da Serra da Freita



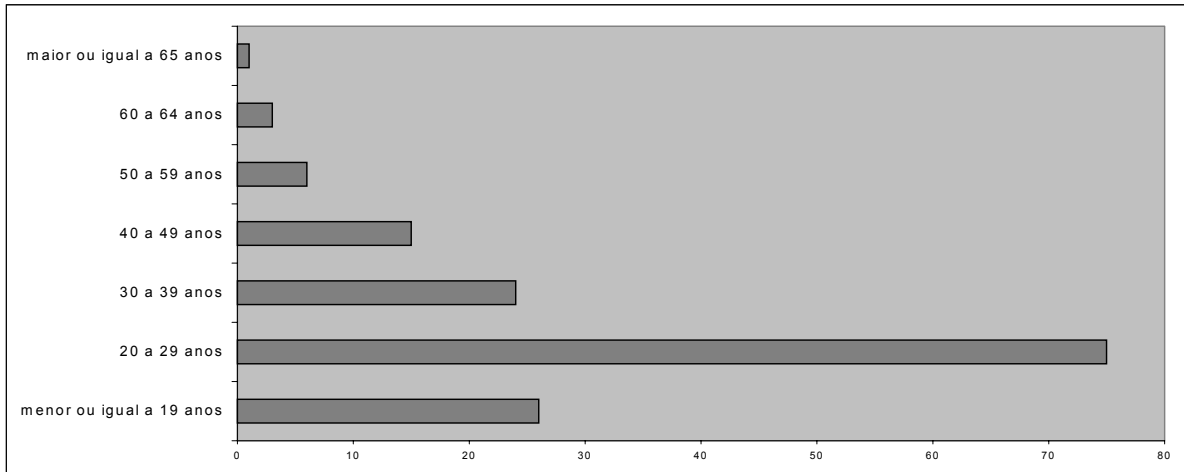
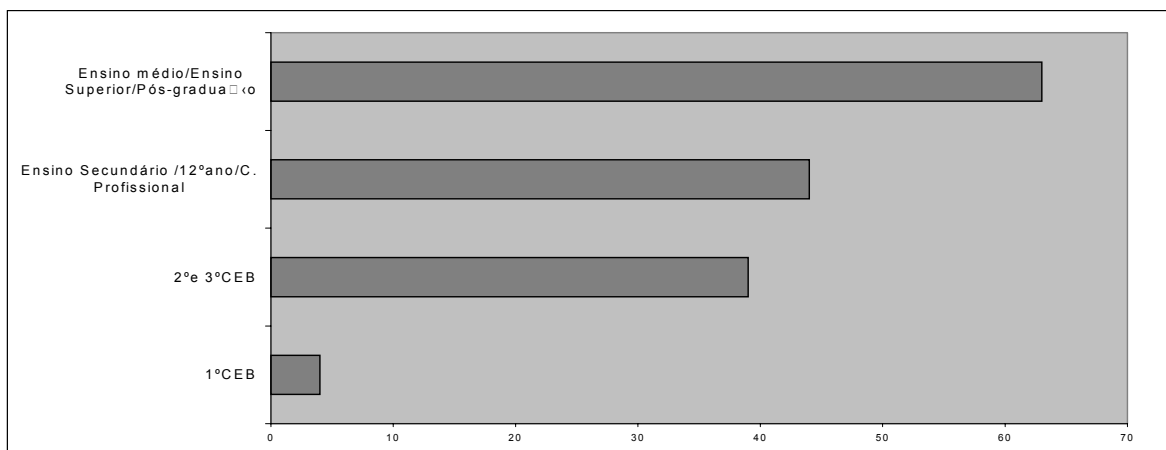
Através da observação da figura 9.19, verificamos que os visitantes da área da Serra da Freita são sobretudo indivíduos com idades inferiores a 29 anos, i.e., bastante mais jovens que os residentes inquiridos nesta área e também um pouco mais novos que os visitantes do Parque Natural de Montesinho. De salientar ainda a reduzida expressão dos inquiridos com mais de 50 anos.

Também no que se refere aos níveis de escolaridade dos inquiridos, podemos constatar diferenças importantes, tanto por referência aos visitantes da área do PNM, como por referência aos residentes na Serra da Freita. Assim, os visitantes inquiridos nesta área possuem, na maior parte dos casos (42%), um grau de ensino equivalente aos cursos médios e superiores³⁰². Respectivamente 26% e 29,3% dos visitantes da Serra da Freita possuem um grau de ensino equivalente aos 2º e 3º CEB e ao Ensino Secundário³⁰³.

³⁰¹ Ver quadros 9.9 a 9.22, no anexo 4 (pp. 227 – 230)

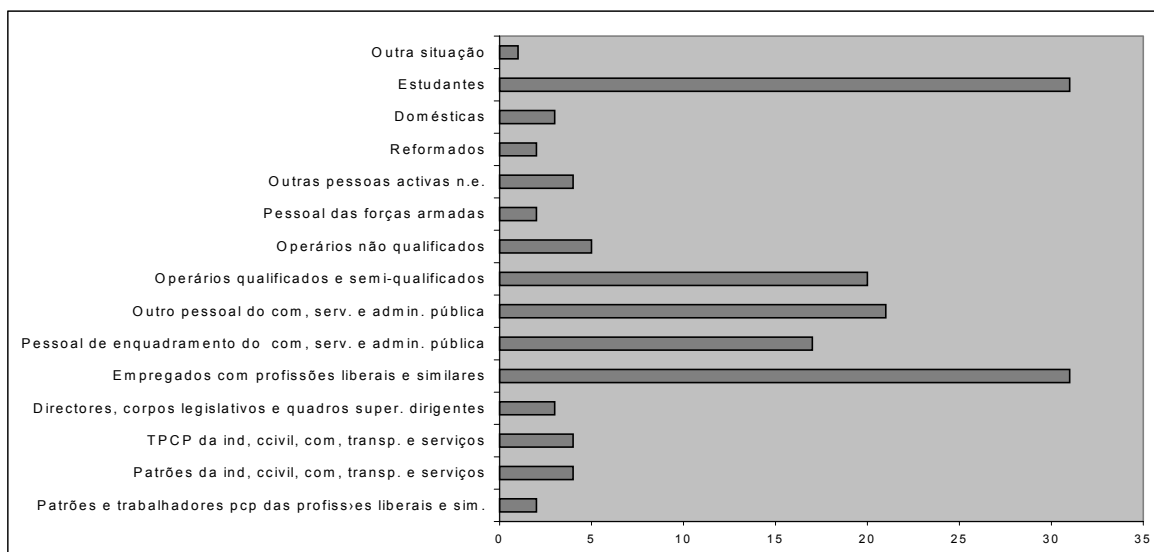
³⁰² Na área do PNM, a percentagem de visitantes inquiridos com este nível de escolaridade é superior a 80%.

³⁰³ Na área do PNM, as percentagens de visitantes com o 2º e o 3º CEB são insignificantes, não atingindo em qualquer destes graus de ensino mais de 15% dos inquiridos.

Figura 9.19. – Distribuição dos visitantes da área da Serra da Freita por grupos etários**Figura 9.20** – Níveis de Escolaridade dos visitantes da área da Serra da Freita

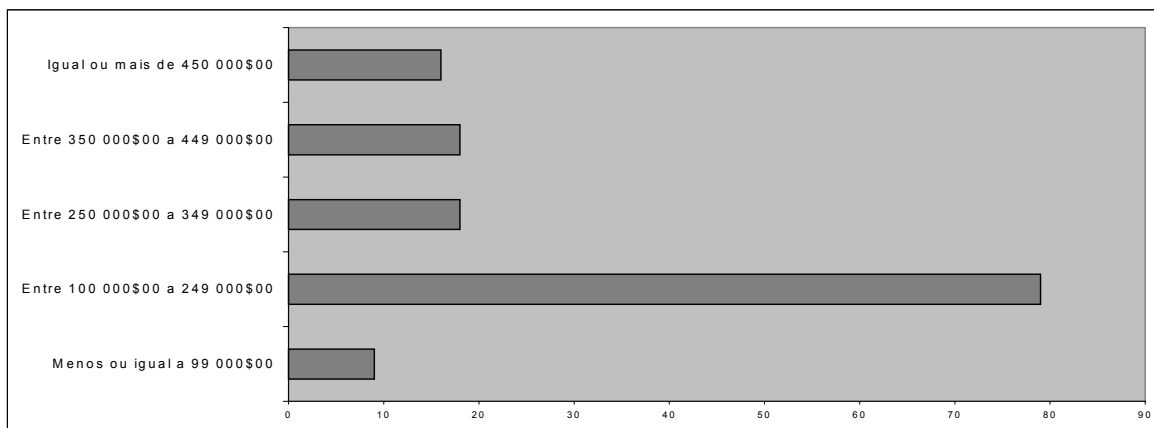
Também os visitantes da Serra da Freita são, à semelhança dos do PNM, na sua maior parte, activos, sendo que destes 20,7% são empregados em profissões liberais e similares, 14,0% são empregados no comércio e serviços e 13,3% são operários qualificados e semi-qualificados. De salientar que cerca de 20% dos visitantes inquiridos nesta área são estudantes (ver figura 9.21).

Figura 9.21 – Distribuição dos visitantes da Serra da Freita por grupos socioeconómicos

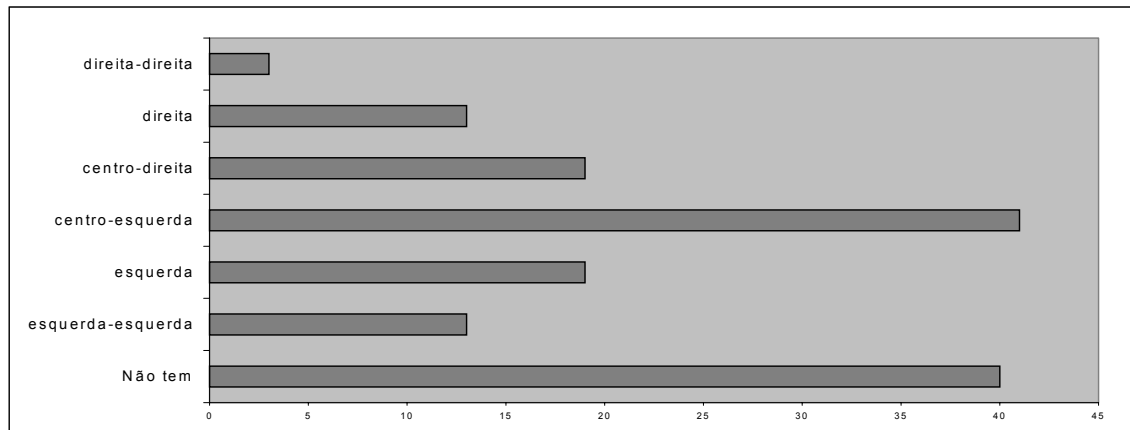


O nível de rendimentos do agregado doméstico dos visitantes inquiridos nesta área mostra também alguma diferença por referência aos residentes da mesma e, sobretudo aos visitantes do PNM. Assim, como podemos observar na figura 9.22, a maioria dos visitantes inquiridos na SF declara possuir rendimentos entre os 100 000\$00 e os 249 000\$00 mensais (52,7%) e apenas 6% referem que os seus rendimentos são inferiores a 99 000\$00.

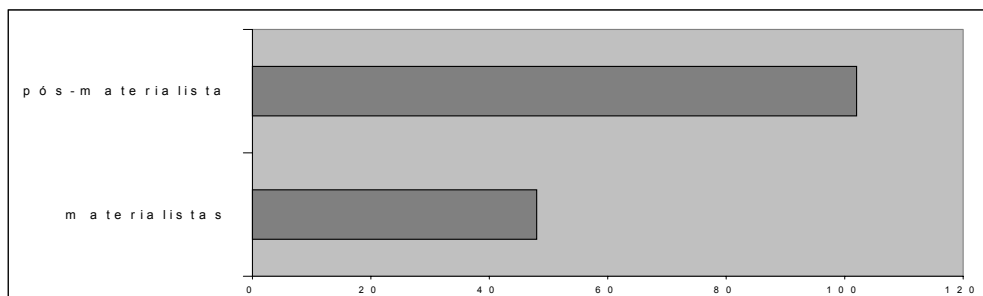
Figura 9.22 – Nível de Rendimentos do agregado doméstico dos visitantes da área da Serra da Freita



Em termos da sua posição política, os visitantes da Serra da Freita situam-se sobretudo no ‘centro-esquerda’, distinguindo-se assim dos residentes da mesma área que, como vimos, se posicionam ‘mais à direita’ na escala que definimos e que explicitámos no capítulo e pontos anteriores. Também se distinguem dos visitantes do PNM que se posicionavam mais frequentemente como de ‘esquerda’ (ver figura 9.23).

Figura 9.23– Posição Política dos visitantes da área da Serra da Freita

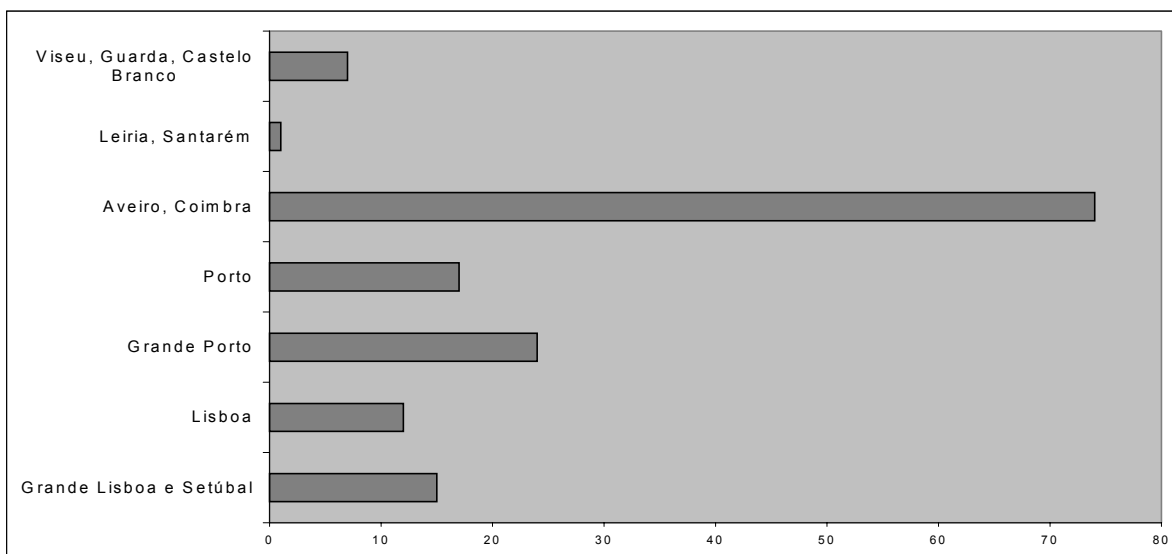
Relativamente aos níveis de materialismo, constatamos que a maior parte dos visitantes inquiridos na SF, defendem valores de tipo *misto-pós-materialista*³⁰⁴ com maior frequência (40%). 28,8% defendem valores *pós-materialistas* e respectivamente 10,7% e 21,3% aderem a valores do tipo *materialista* ou *misto-materialista*. Tal como nos casos analisados anteriormente, agregámos estes quatro níveis, em apenas duas categorias correspondentes ao *materialismo* e ao *pós-materialismo*, como demonstra a figura 9.24. Do total de visitantes da SF, 68% defendem essencialmente valores pós-materialistas e os restantes 32% valores de tipo materialista.

Figura 9.24 – Nível de Materialismo dos visitantes da área da Serra da Freita

Ao contrário do que observámos para os visitantes do PNM, os inquiridos na SF são sobretudo oriundos, em termos geográficos, de localidades relativamente próximas da área, como podemos constatar na figura 9.25. Assim, a maioria vem de áreas pertencentes aos distritos de Aveiro e Coimbra (49,3%), 27,3% da cidade do Porto e da área do Grande Porto e 18% da cidade de Lisboa ou da sua área envolvente.

³⁰⁴ Ver quadro 9.16a do anexo 4 (p. 228).

Figura 9.25 – Área geográfica de origem dos visitantes da Serra da Freita



A análise dos concelhos de residência destes inquiridos, permite confirmar que a maioria é oriunda das proximidades da Serra da Freita, constatando-se o maior peso da Feira e do Porto³⁰⁵.

A maioria dos visitantes da Serra da Freita reside, segundo a sua própria avaliação, numa área urbana (85,3%), sendo que apenas 14,7% residem numa área que classificam como rural. A maioria dos visitantes inquiridos visitaram pela primeira vez a Serra da Freita na década de noventa e 30% já a haviam visitado anteriormente. Para 73,3% a visita durante a qual foram inquiridos não foi a primeira, enquanto que para 26,7% o foi. A maior parte dos inquiridos efectuou entre cinco a vinte visitas à Serra da Freita (24,7%), sendo que 19,3% realizaram mesmo mais de vinte visitas a esta área ao longo das últimas décadas. O elevado número de vezes que os inquiridos visitam a área relaciona-se intimamente com a sua proximidade geográfica em termos de residência³⁰⁶.

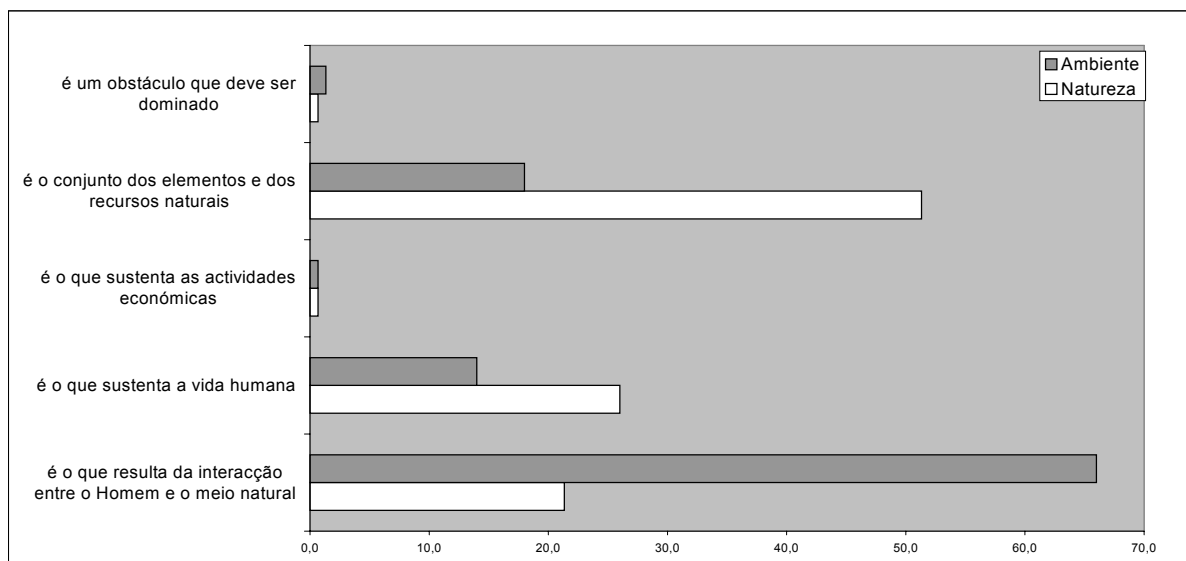
Constata-se que os visitantes da Serra da Freita podem ser considerados, do ponto de vista das suas características sociográficas, um grupo relativamente homogéneo, muito embora em menor grau do que os visitantes do PNM. As características que temos vindo a referir reflectem-se também no tipo de representações e de práticas que os visitantes inquiridos na Serra da Freita têm da natureza e do ambiente, tal como na avaliação que fazem da eventualidade da instituição de uma área protegida nesta Serra e das regulamentações específicas que uma tal situação acarretaria. Começando por observar as concepções de ambiente e de natureza dos inquiridos, a figura 9.26 mostra que para 66% o

³⁰⁵ Ver quadro 9.18, no anexo 4 (pp. 229).

³⁰⁶ Ver quadros 9.21 e 9.22, no anexo 4 (pp. 230).

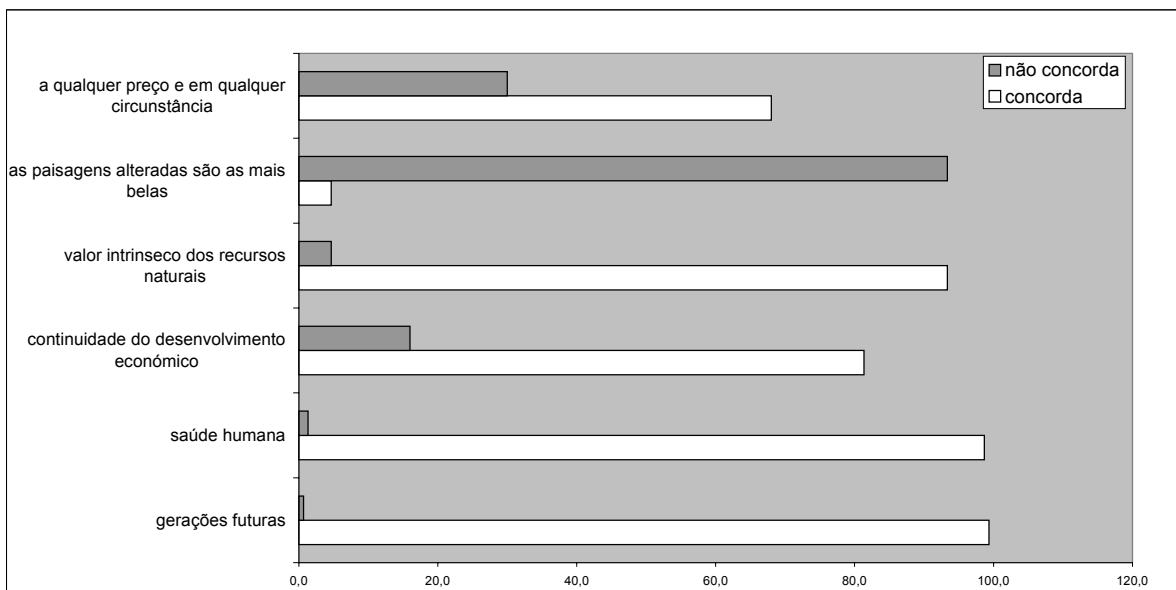
ambiente é percebido como socio-biofísico, ou seja, como o resultado da interação entre os Homens e o meio natural. No que se refere à natureza, ela é maioritariamente concebida com o conjunto dos elementos e dos recursos naturais (51,3%). Observamos igualmente que as concepções antropocêntricas possuem pouca expressão entre os visitantes desta área, sendo que apenas 26% e 14% dos inquiridos associam, respectivamente, a natureza e ao ambiente ao suporte da vida humana. Apenas 0,7% dos visitantes entende estes aspectos como suporte das actividades económicas. Há por parte de 23% dos inquiridos uma associação entre ambiente e natureza, identificando esta última como o que resulta da interação humana com os elementos naturais. Paralelamente, 18% dos indivíduos associa o ambiente à natureza, definindo-o como o conjunto dos elementos e recursos naturais. Estas identificações entre ambiente e natureza e a sua inversa, conhecem entre os visitantes desta área uma maior expressão do que entre os visitantes do PNM. Dada a relativa homogeneidade, em termos sociográficos, observada anteriormente e a homogeneidade verificada nas definições de natureza e de ambiente, não é possível observar nenhuma relação estatisticamente significativa entre ambos os grupos de variáveis.

Figura 9.26 – Concepções de ambiente e natureza dos visitantes da Serra da Freita (%)



Tendo em atenção o conjunto de variáveis relativas às concepções e motivações para a preservação da natureza e do ambiente, observamos nas figuras 9.27 e 9.28, que os visitantes inquiridos na área da Serra da Freita têm essencialmente uma visão ecocêntrica face àqueles aspectos.

Figura 9.27 – Concordância e motivações para a preservação do ambiente por parte dos visitantes da Serra da Freita (%)

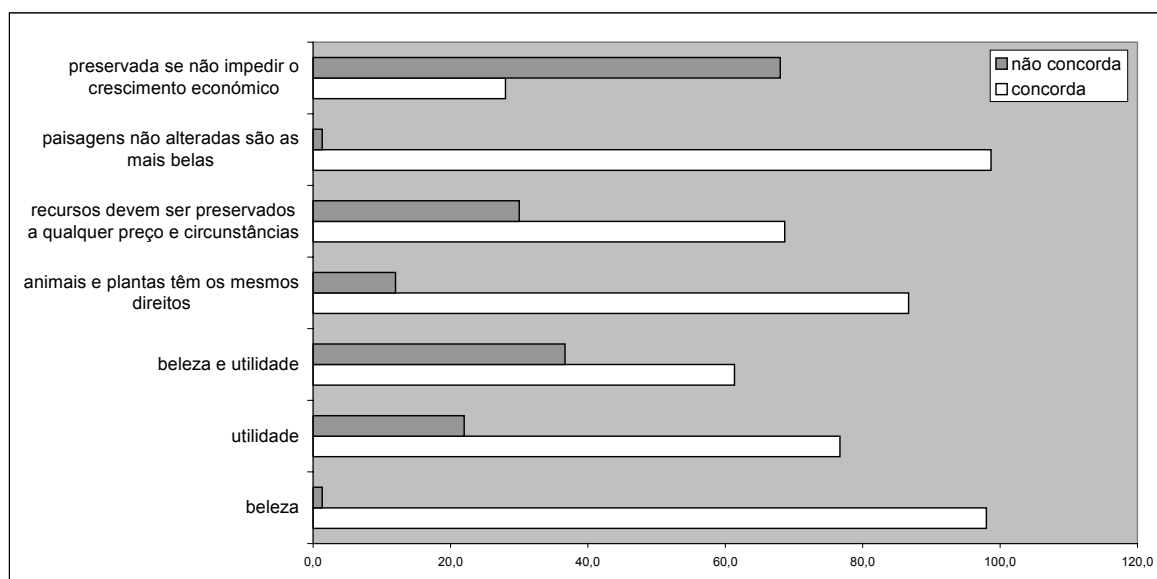


No que diz respeito ao ambiente, estes inquiridos tendem a mostrar maior concordância com as afirmações de tendência ecocêntrica³⁰⁷ e a discordar mais frequentemente daquelas cujo conteúdo antropocêntrico é mais evidente. Observamos assim, que a par das afirmações que reúnem o maior consenso (as relativas à saúde humana e às gerações futuras), também a afirmação que apela à preservação do ambiente pelo valor intrínseco dos recursos naturais reúne grande concordância. No mesmo sentido, os visitantes da Serra da Freita discordam da afirmação associada à maior beleza das paisagens alteradas pela acção humana. Estes dados são semelhantes aos apresentados para os visitantes da área do PNM e diferem dos relativos aos residentes de ambas as áreas analisadas neste trabalho.

No que diz respeito à natureza, observamos a manutenção de uma concepção essencialmente ecocêntrica. Verificamos a existência de um elevado acordo com a afirmação que apela à preservação da natureza pela sua beleza, assim como uma maior concordância com a afirmação associada à beleza das paisagens não alteradas pelo Homem. Na mesma linha, os visitantes apresentam, por referência aos residentes, uma maior discordância com a afirmação que faz apelo à conservação da natureza apenas nos casos em que tal situação não for susceptível de comprometer o desenvolvimento socioeconómico.

³⁰⁷ A propósito da classificação destas afirmações como ecocêntricas e antropocêntricas ver o que foi referido na secção anterior.

Figura 9.28 – Concordância e motivações para a preservação da natureza, por parte dos visitantes da Serra da Freita (%)



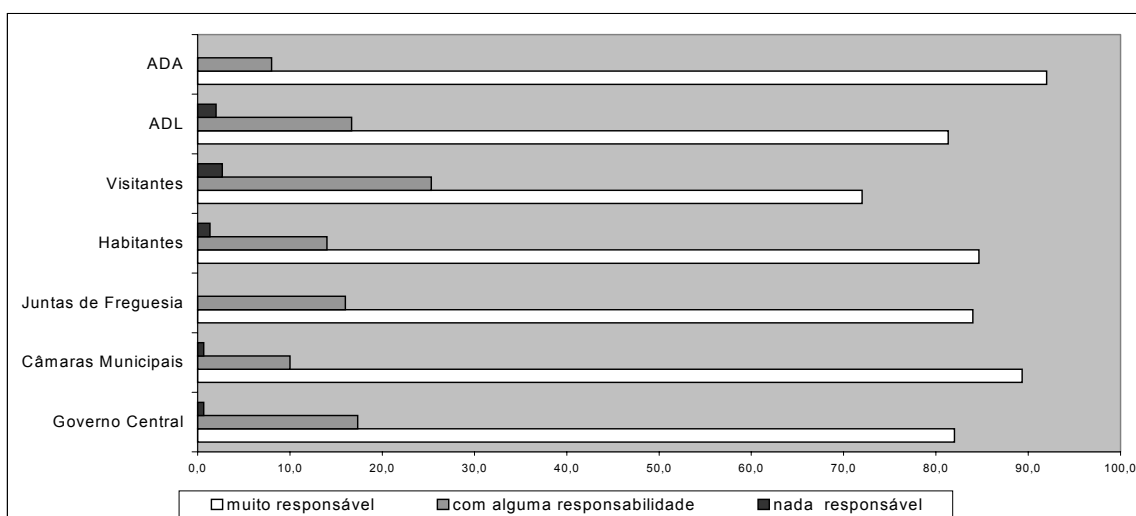
À semelhança do que se observou na área do PNM, também da análise das figuras anteriores sobressai o maior carácter de *apreciação estética* que é atribuído pelos visitantes da Serra da Freita à natureza, especialmente tendo em conta a sua comparação com os residentes. A natureza é assim concebida (ou idealizada?) como separada, em grande medida, da acção humana e ainda como possuidora de um valor intrínseco, igualmente não associado às actividades do Homem, ainda que a sua preservação seja considerada como importante para a continuidade destas. Dada a elevada homogeneidade apresentada nestas respostas, não é surpreendente que não se observe nenhuma associação estatística significativa entre estas variáveis e as sociográficas e ainda as que se relacionam com a definição de ambiente e de natureza.

De uma forma geral, como dissemos já, podemos classificar os visitantes da Serra da Freita como portadores de uma concepção essencialmente ecocêntrica da natureza e do ambiente, não existindo variações importantes no seio deste grupo de inquiridos. A importância e o valor atribuídos a estes aspectos reforçam-se na elevada percentagem de indivíduos que considera que deveria existir um maior número de AP em Portugal (92,7%), sendo que apenas 5% possuem uma opinião contrária. As razões apontadas para a necessidade de mais áreas protegidas no país estão, para 44%, associadas à natureza como herança para o futuro e à sua preservação como importante em termos da saúde humana. Uma vez mais, verificamos que não existem variações estatisticamente importantes induzidas pela associação das variáveis sociográficas com as que acabamos de mencionar. Quanto à eventual existência de regulamentações na área da Serra da Freita, no sentido de controlar os comportamentos dos habitantes e dos visitantes face aos elementos naturais e culturais da

mesma, 98% dos inquiridos declaram-se favoráveis. No mesmo sentido, 80% dos visitantes da SF acreditam que se esta área fosse protegida esses elementos estariam menos degradados que na actualidade, sendo que apenas 20% considera que não se verificariam alterações. A existência de regras e o maior cuidado que os utilizadores da área teriam, nessa circunstância, são as duas principais razões apontadas. 40% dos inquiridos reconhecem à população um contributo importante nesta matéria, sendo que 18% crêem que os residentes poderiam contribuir de forma mais eficaz para a preservação da natureza, do ambiente e dos aspectos culturais. Já sobre o contributo dos visitantes as opiniões são diferentes assemelhando-se muito às referidas pelos residentes. Assim, 37,3% dos indivíduos não atribuem aos visitantes da Serra da Freita nenhum contributo para a conservação dos aspectos que temos vindo a referir e 19,3% consideram que esse contributo poderia ser maior. No que concerne às entidades e actores a que é atribuída responsabilidade na protecção do ambiente na área da Serra da Freita, podemos verificar, através da análise dos dados contidos na figura 9.29, que os visitantes apresentam uma opinião muito semelhante à dos residentes desta área e também à dos visitantes e residentes do PNM.

Como vimos anteriormente, 98% dos visitantes inquiridos na SF concordariam, globalmente, com a existência de regulamentações sobre o uso dos elementos naturais e do território. No mesmo sentido, a maior parte dos inquiridos mostra-se quase totalmente favorável às restrições e às interdições quando passamos do nível global para a sua materialização em normas específicas. Nas figuras 9.30 e 9.31, podemos observar exactamente as elevadas percentagens de inquiridos que se manifestam de acordo com a eventual existência de actividades sujeitas a autorização ou interditas, na área da Serra da Freita.

Figura 9.29 – Actores e Entidades considerados responsáveis pela protecção do ambiente na área da Serra da Freita pelos visitantes (%)



Observamos que mesmo no que se refere às restrições associadas às suas próprias práticas enquanto visitantes os níveis de concordância são sempre superiores a 80%. Apenas no que se refere à proibição da prática de actividades desportivas 25,3% dos visitantes se mostra em desacordo com a eventual criação desta regra. Também 18% dos inquiridos não estão de acordo com a regra relativa à proibição de fazer campismo fora dos locais próprios. Estes dados são facilmente explicados pela natureza das actividades que os visitantes da Serra da Freita aí desenvolvem (essencialmente desporto e piqueniques), como veremos mais adiante. De salientar uma vez mais que, dada a distribuição homogénea das respostas, não é possível estabelecer nenhuma associação estatisticamente significativa entre as variáveis em apreço e as que foram analisadas anteriormente. Salientemos igualmente as importantes diferenças observadas entre este grupo de inquiridos e os residentes no que se refere à concordância com as eventuais regulamentações existentes na área da Serra da Freita. Isto acontece, tal como observámos para a área do PNM e para as diferenças que também aí encontramos entre os seus residentes e os seus visitantes, porque as regulamentações a criar eventualmente na área da Serra da Freita afectariam sobretudo o comportamento dos seus habitantes. Como referimos a propósito da área do PNM, também a adesão dos visitantes a estas regulamentações e à instituição da Serra da Freita como área protegida demonstram parcialmente que para os visitantes esta área é essencialmente entendida como espaço de recreio e lazer. Simultaneamente, tal constatação sugere que a área da SF é frequentemente ignorada pelos visitantes como *espaço de vida* de outros actores sociais.

Figura 9.30 – Concordância com a eventualidade da existência de regras na Serra da Freita, relativas às actividades sujeitas a autorização, por parte dos visitantes (%)

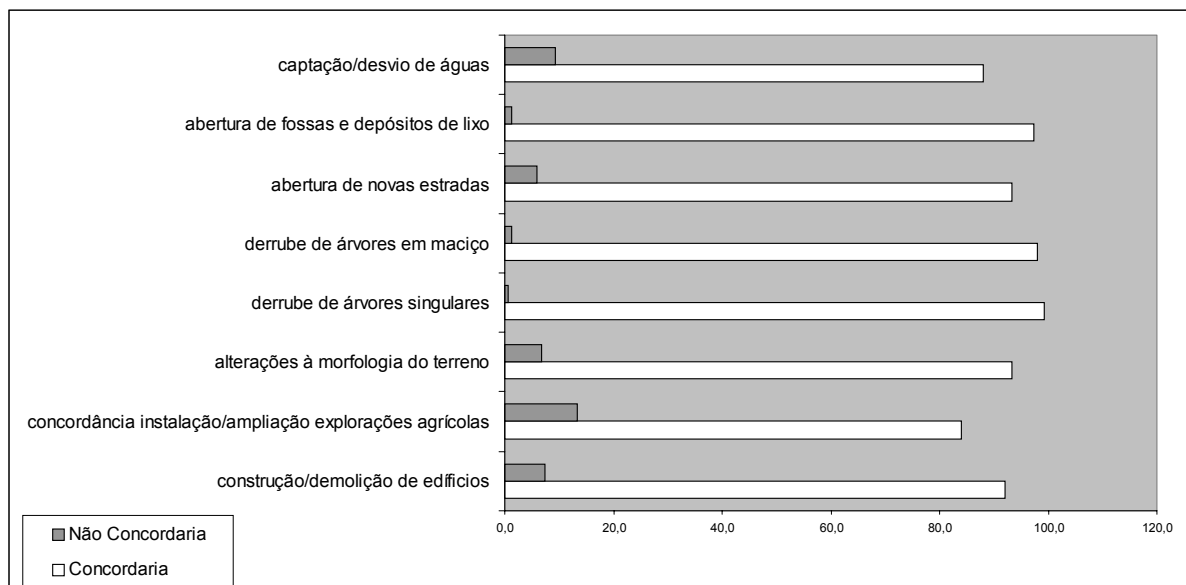
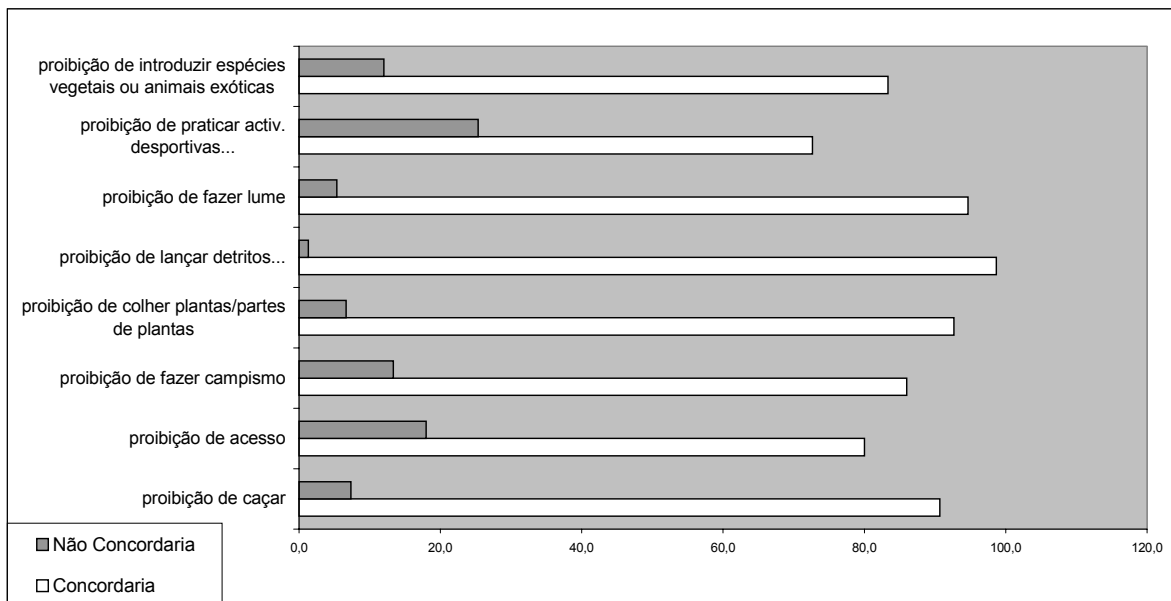
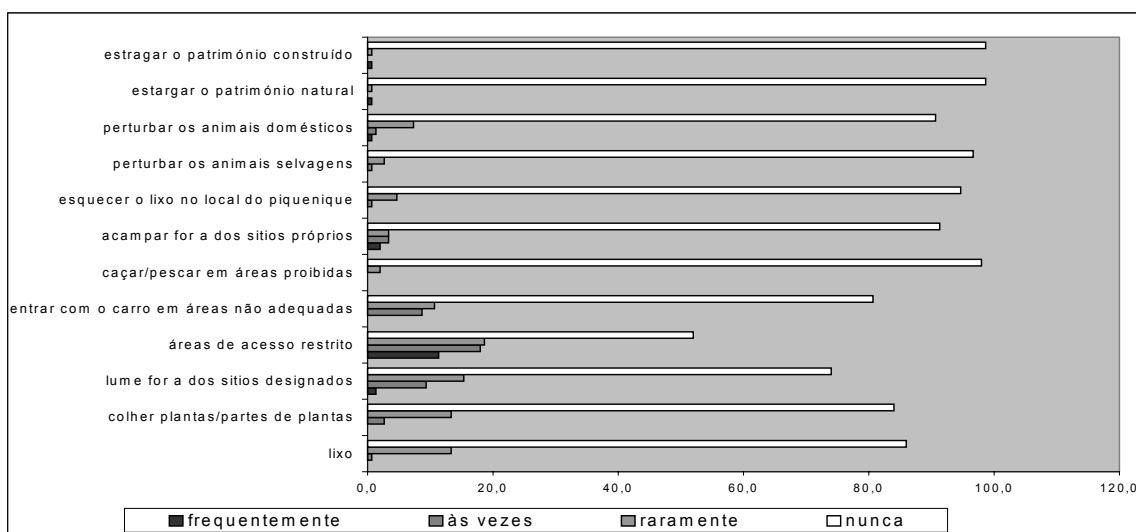


Figura 9.31 – Concordância com a eventualidade da existência de regras na Serra da Freita, relativas a actividades interditas, por parte dos visitantes (%)



Tendo em conta os comportamentos dos visitantes face aos elementos naturais e culturais da área, e salvaguardando as limitações desta questão³⁰⁸, verificamos que a maior parte deles declara que não desenvolve a maioria das práticas mencionadas (ver figura 9.32). Observamos ainda que os visitantes da Serra da Freita têm sobretudo comportamentos associados às actividades que praticam nesta área, como o acampar em áreas interditas, a entrada em zonas de acesso restrito (e.g. propriedades privadas) e fazer lume em associação com os piqueniques.

Figura 9.32 – Comportamentos tidos durante a visita à Serra da Freita (%)

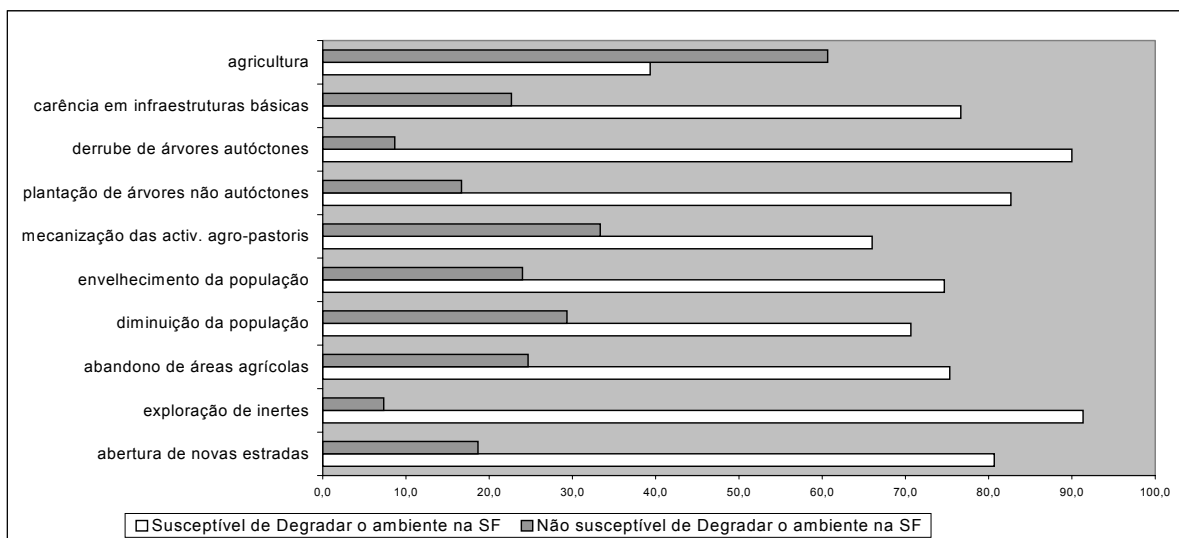


³⁰⁸ Como salientámos a propósito dos visitantes inquiridos no PNM, a validade desta questão é discutível, já que os inquiridos, mesmo desenvolvendo práticas não consentâneas com as eventuais restrições, dificilmente o declarariam.

À semelhança do que fizemos para os residentes, também no caso dos visitantes é interessante analisar quais os aspectos que estes consideram mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente na área da Serra da Freita. Para tal adoptámos os mesmos procedimentos já expostos anteriormente para os outros tipos de inquiridos, i.e., dividimos aqueles aspectos em três categorias: os associados ao quotidiano dos habitantes da SF (figura 9.33); os relacionados com a manutenção das *memórias* e identidade colectivas (figura 9.34) e finalmente os que se referem à natureza e às procuras e consumos externos (figura 9.35).

Quanto ao primeiro conjunto de aspectos, observamos que (tal como no caso dos inquiridos no PNM) as diferenças entre os visitantes e os residentes da área da Serra da Freita são nítidas, podendo a figura relativa a estes aspectos ser entendida quase como o negativo do mesmo gráfico apresentado para a análise correspondente à avaliação dos residentes. Assim, os visitantes tendem a considerar susceptíveis de degradar o ambiente na área da Serra da Freita todos os aspectos considerados, à excepção da agricultura (nisto reside uma diferença importante face aos visitantes inquiridos na área do PNM). Tal facto poderá explicar-se pela maior proximidade geográfica com a área da SF e com a importância dada a esta actividade na definição das paisagens.

Figura 9.33 – Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes da Serra da Freita, segundo o contributo para a degradação do ambiente – a visão dos visitantes (%)

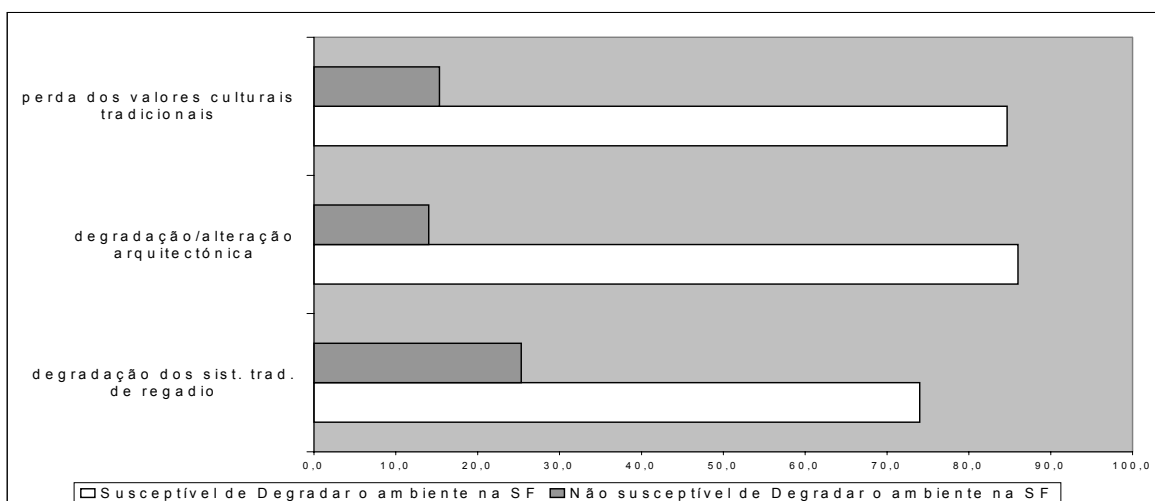


Ainda assim, verificamos, pela figura anterior que os aspectos que recolhem o maior consenso como principais causas de degradação ambiental na Serra da Freita são os que se associam à exploração de inertes, à plantação de árvores não autóctones e ao seu corte. Apesar de não podermos afirmar tão peremptoriamente como no caso do PNM que estes dados se situam na linha do entendimento da SF pelos seus visitantes essencialmente como um espaço de lazer, consideramos que mostram uma tendência também nesse sentido.

Apesar de alguma diversidade nas respostas não existe uma associação estatisticamente significativa entre a avaliação dos aspectos anteriormente mencionados e as variáveis sociográficas. Também, e sobretudo devido à elevada homogeneidade verificada naquelas respostas, não se observa uma relação importante entre as concepções de natureza e de ambiente, os níveis de concordância com a eventual criação de regulamentações e as variáveis em apreço.

No que respeita aos aspectos associados à manutenção das *memórias* e identidade colectivas, podemos observar uma situação semelhante à descrita anteriormente. Ainda que neste caso, como vimos na secção anterior, tanto visitantes como residentes considerem que a perda de tradições culturais é um aspecto susceptível de degradar o ambiente na Serra da Freita, constatamos que essas perdas são sentidas de forma mais significativa pelos primeiros.

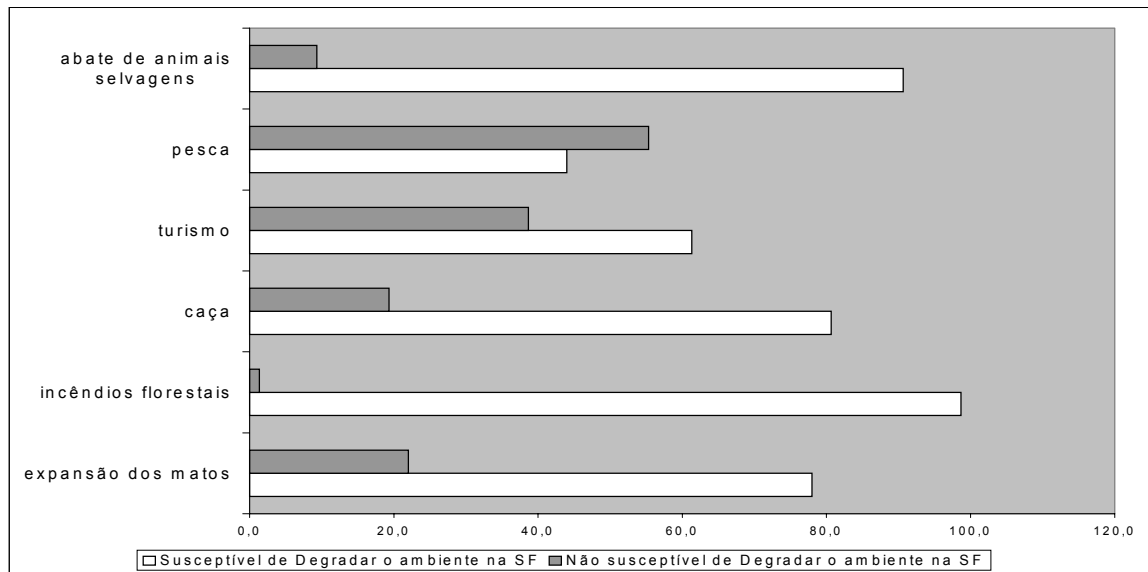
Figura 9.34 – Aspectos associados à manutenção das *memórias* e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os visitantes da área da Serra da Freita (%)



Relativamente aos aspectos associados à natureza e às procuras e consumos externos, segundo o seu contributo para a degradação do ambiente (ver figura 9.35), observamos que as diferenças entre visitantes e residentes nesta área, são menores do que as observadas no PNM. Os visitantes da área da SF consideram a expansão dos matos como muito susceptível de degradar o ambiente, tal como a caça, o turismo e o abate de animais selvagens.

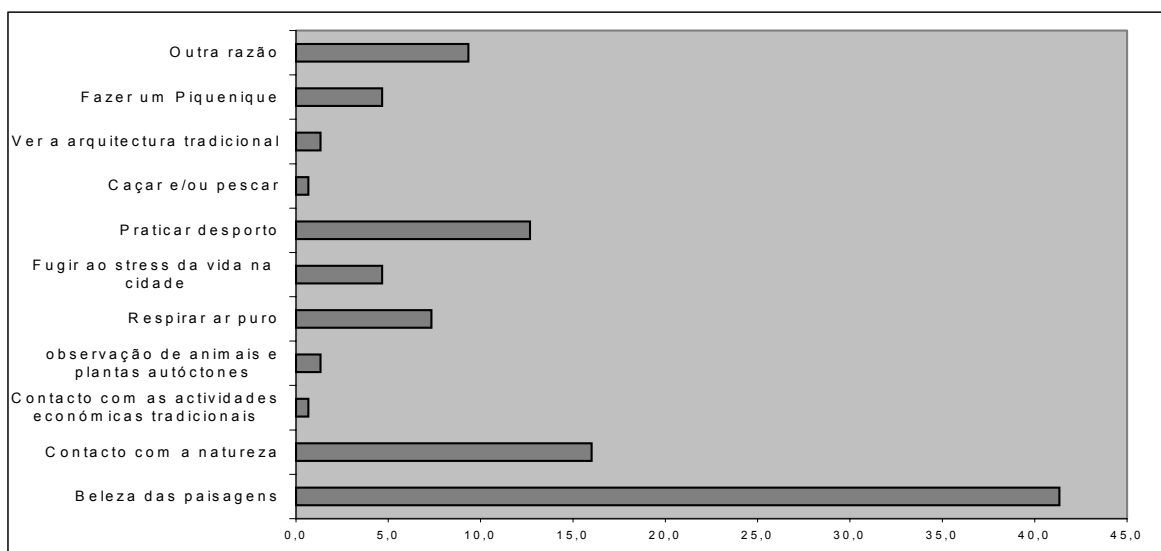
Observamos que a pesca é considerada pela maior parte dos inquiridos como não passível de causar impactes negativos no ambiente desta área. À semelhança do que vem sendo referido, também nestes aspectos não encontramos relação significativa com as variáveis de caracterização dos visitantes inquiridos.

Figura 9.35 – Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente, para os visitantes da Serra da Freita (%)



Consideramos ainda importante para a análise do lugar que o ambiente e a natureza ocupam nas procuras e consumos externos da Serra da Freita, observar as razões da visita a esta área³⁰⁹. A beleza das paisagens (41,3%), o contacto com a natureza (16%) e a prática do desporto (12,7%) constituem-se como os principais motivos que trazem os visitantes à Serra da Freita (ver figura 9.36).

Figura 9.36 – Razões da visita à Serra da Freita (%)



³⁰⁹ A propósito dos usos urbanos da área da Serra da Freita, ver a análise desenvolvida por Valente (2001). A autora, que tivemos o prazer de orientar nesse trabalho, conclui que os visitantes procuram esta área essencialmente pela “maior tranquilidade, as paisagens, a proximidade à natureza e os espaços de piquenique” (idem: 28).

As razões associadas à beleza das paisagens e ao contacto com a natureza reúnem 57,3% dos inquiridos, percentagem bastante menor do que a observada para os visitantes inquiridos no PNM. Por referência a esta última área, os visitantes da SF, apresentam um leque de motivações da procura e do consumo mais alargado e que cobre aspectos não mencionados pelos inquiridos no PNM. Assim, observamos a prática de actividades desportivas, a realização de piqueniques e o contacto com as actividades tradicionais da população local como as principais diferenças entre os indivíduos inquiridos nas duas áreas. De qualquer forma, também a Serra da Freita possui um carácter essencialmente natural para os seus visitantes. Procurando ver até que ponto as razões da visita a esta área são coincidentes com as motivações mais gerais para visitar outras áreas rurais e ainda espaços protegidos, observamos que 94,7% dos inquiridos tem por hábito frequentar espaços essencialmente rurais e que apenas 48% visitam com alguma frequência espaços legalmente protegidos. Quanto às razões destas visitas, verificamos que tanto num caso como no outro as visitas são motivadas pela possibilidade de contacto com a natureza e pela beleza das paisagens (respectivamente, 74,5% e 65,3% apontam estas razões para a visita a áreas rurais e a áreas protegidas). Estamos assim, também no caso dos visitantes inquiridos na SF, perante uma população que procura e consome os espaços rurais e os espaços protegidos com alguma frequência. Vemos ainda que subjacentes a essas procuras e a esses consumos se encontram basicamente as razões mencionadas a propósito da visita à área da Serra da Freita, se delas exceptuarmos a prática de desporto. Vemos que as características especificamente *rurais* das áreas visitadas não se constituem como motivações importantes e daqui decorre o reforço da identificação entre o espaço rural como natural, que salientámos no capítulo anterior a propósito dos visitantes do PNM. De novo não é possível encontrar significância estatística na relação entre estas variáveis e as analisadas anteriormente. De facto os visitantes inquiridos constituem um grupo homogéneo no que se refere à maior parte das variáveis analisadas. Atendendo à elevada (mas não tão expressiva) homogeneidade também observada para os residentes desta área, pensamos, tal como na análise efectuada a propósito dos inquiridos na área do PNM, que as diferenças encontradas em termos de representações e práticas entre os visitantes e os habitantes, se associam igualmente mais ao tipo de relação (*quotidiana* ou *ocasional*, *de recreio* ou *de subsistência*) que com ela mantêm, do que às suas características objectivas. No próximo ponto procuraremos justamente tipificar as diversas valorizações que pudemos identificar para a área da Serra da Freita, com base nos dados apresentados na presente e na anterior secção.

2.2.3. Tipificação das diversas valorizações sociais do ambiente na Serra da Freita

Tendo por base a análise efectuada nas anteriores secções, relativamente às valorizações do ambiente de que as entidades, os habitantes e os visitantes da Serra da Freita são portadores, julgamos poder reforçar a existência de dois universos distintos também nesta área. Assim, temos na Serra da Freita as visões de uma boa parte dos residentes (a que juntamos essencialmente as representações dos Presidentes das Juntas de Freguesia) que constituem um universo diferente daquele que é protagonizado pelos visitantes (a que podemos adicionar as visões dos Presidentes das Câmaras Municipais e a visão institucional a um nível mais global que foi responsável pela classificação desta área como lugar de interesse para a conservação da natureza, no âmbito da Directiva *Habitats* e dos Biótopos Corine). Vimos nas duas secções anteriores que também os visitantes e os residentes da área da Serra da Freita se distinguem não apenas pelas suas características sociográficas, mas igualmente pela valorização e avaliação que fazem do ambiente, da natureza e das regulamentações que seriam eventualmente instituídas nesta área se se tratasse de um espaço legalmente protegido. Por outro lado, tal como sugerimos no final do ponto anterior, as diferenças encontradas em termos de representações e práticas entre visitantes e habitantes desta área, associam-se aparentemente mais ao tipo de relação que com ela mantêm, do que às suas características objectivas. No entanto, não podemos negligenciar o papel que as variáveis sociográficas detêm nas diferenças encontradas entre os dois universos em análise. No sentido de confirmar esta proposição, consideramos importante tomar em consideração a variável *tipo de inquirido* (i.e., visitante ou residente) na análise das diferenças mencionadas, à semelhança do que fizemos para o caso do PNM.

No que se refere às variáveis sociográficas, observamos que encontramos uma intensa associação entre elas e o tipo de inquirido, o que vem confirmar uma divisão clara entre residentes e habitantes. Tal como na área do PNM, observamos que os testes estatísticos efectuados demonstram uma associação quase perfeita entre aquelas variáveis e o tipo de inquirido (ver anexo 4, pp.232 - 234). Isto revela também a existência de grande homogeneidade dentro de cada um dos grupos de inquiridos.

Relativamente às representações face ao ambiente e face à natureza na área da Serra da Freita, observamos igualmente o peso da relação diversa que cada um dos tipos de inquiridos mantêm com o mesmo território (ver anexo 4, pp. 235 – 240). Este peso é particularmente nítido no que diz respeito às concepções relativas ao ambiente, quer pela maior associação entre os residentes e as concepções biofísicas e antropocêntricas, quer também pelo facto de ser este o tipo de inquirido que associa o ambiente apenas à sua dimensão *social*. Tendo em atenção o conjunto das variáveis relativas às concepções de ambiente, podemos constatar que, à semelhança do que observamos para a área do PNM, é apenas nas afirmações que

apelam à sua preservação em prol das gerações futuras e da saúde humana que não se verifica uma associação estatisticamente relevante. Na Serra da Freita, observa-se ainda a ausência de uma associação estatística significativa entre a afirmação de que os recursos naturais devem ser preservados a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias com a variável *tipo de inquirido*, dado a proximidade entre residentes e visitantes na concordância com esta afirmação. Também no que se refere à afirmação que postula a conservação da natureza apenas nos casos em que tal não impeça o crescimento económico se verifica a ausência de relação com o tipo de inquirido, já que as respostas de visitantes e residentes são geralmente concordantes. Esta análise permite reforçar o que sugerimos nas secções relativas ao PNM e também nas secções anteriores do presente capítulo, i.e., que os residentes possuem da natureza e do ambiente concepções que podemos definir como essencialmente antropocêntricas, enquanto que os visitantes concebem aqueles aspectos a partir de uma perspectiva mais ecocêntrica. No mesmo sentido, os residentes manifestam inequivocamente uma concepção de natureza muito marcada pelo seu *valor de uso*, enquanto o *valor de apreciação estética* é o que sobressai com mais intensidade das representações de que o grupo dos visitantes é portador.

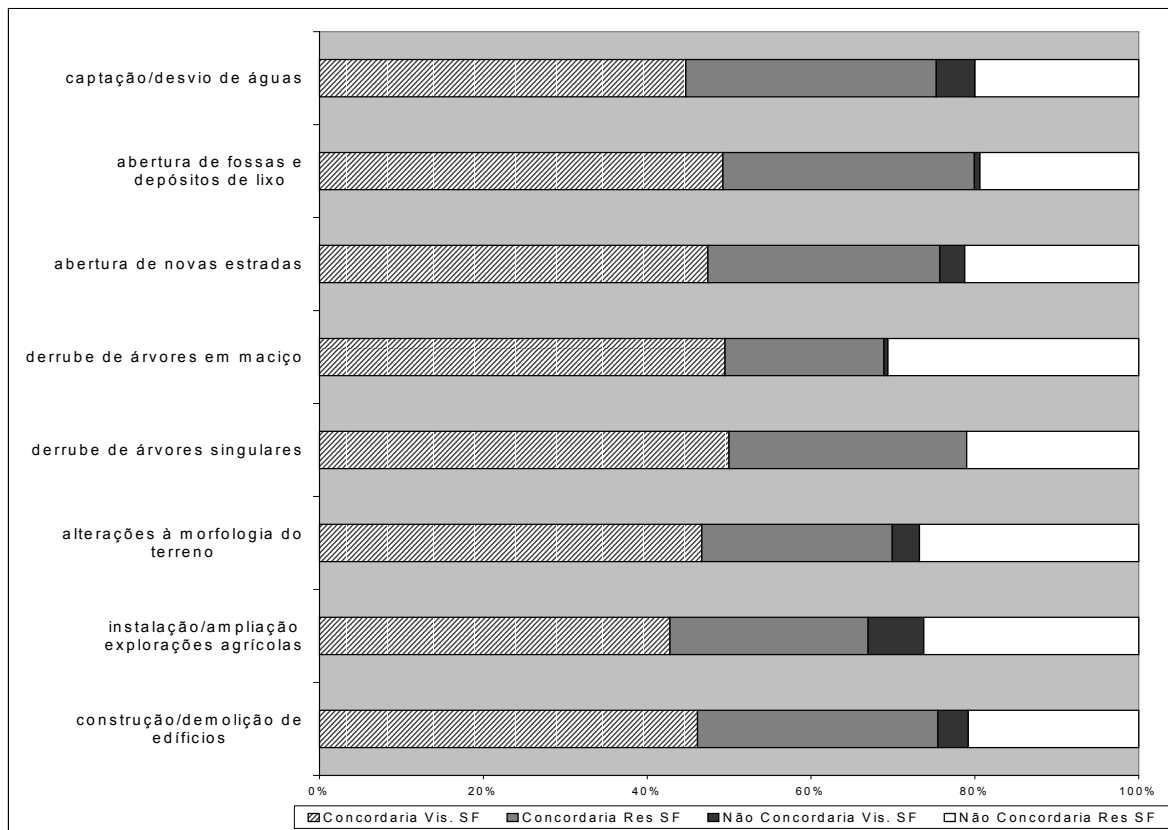
As variações nas representações sociais face à natureza e ao ambiente não se reflectem de forma estatisticamente significativa na avaliação da necessidade de um maior número de áreas protegidas em Portugal, já que, como mencionámos anteriormente, ambos os tipos de inquiridos dão respostas muito próximas. No entanto, existe alguma relevância estatística (ainda que não especialmente intensa) na associação entre o tipo de inquirido e as razões apontadas para a necessidade de um maior número de AP em Portugal. Observamos que são os residentes aqueles que consideram que tal situação se deve verificar por razões associadas à saúde humana e porque a continuidade das actividades económicas depende da conservação da natureza. Estes dados confirmam, novamente, que a visão de natureza e ambiente dos habitantes da Serra da Freita, se associa sobretudo à sua utilidade para os seres humanos.

Vimos que tanto residentes como visitantes são coincidentes na consideração de que os elementos naturais e culturais da área da SF estariam menos degradados se esta fosse um espaço legalmente protegido, essencialmente (em ambos os casos) porque essa situação implicaria a existência de um maior controle, materializado em regulamentações concretas. Quanto ao contributo da população e dos visitantes, existe uma associação clara (embora não particularmente intensa) entre o menor contributo associado aos visitantes por parte dos utentes secundários desta área. Observamos, assim, que os visitantes da Serra da Freita são especialmente críticos quanto ao comportamento dos turistas, i.e. basicamente quanto às suas próprias práticas enquanto categoria de utilizadores deste espaço.

Em termos globais vimos nas secções anteriores que tanto residentes como visitantes, concordariam com a instituição de regulamentações na área da Serra da Freita. No entanto, quando se passa do nível global para a concretização das regras, a diferença entre estes dois tipos de inquiridos é bastante nítida. Nas figuras 9. 37 e 9.38 podemos observar as principais diferenças entre os habitantes da Serra da Freita e os seus visitantes, respectivamente no que se refere à eventualidade da instituição de regras relativas às actividades sujeitas a autorização e às interdições de determinadas acções.

No que se refere às actividades sujeitas a autorização, a figura seguinte é bastante expressiva. Podemos constatar a exígua percentagem de visitantes que manifesta desacordo face a este tipo de regulamentações e as bastante mais significativas percentagens de residentes nas mesmas circunstâncias. Constatamos igualmente a maior diversidade observada no grupo dos visitantes face à homogeneidade que os residentes apresentam. Isto mesmo é confirmado através do teste estatístico destas variáveis. Assim, observa-se que os valores do χ^2 revelam a acentuada dependência entre o tipo de inquirido e a sua maior ou menor concordância com as regulamentações relativas às actividades sujeitas a autorização.

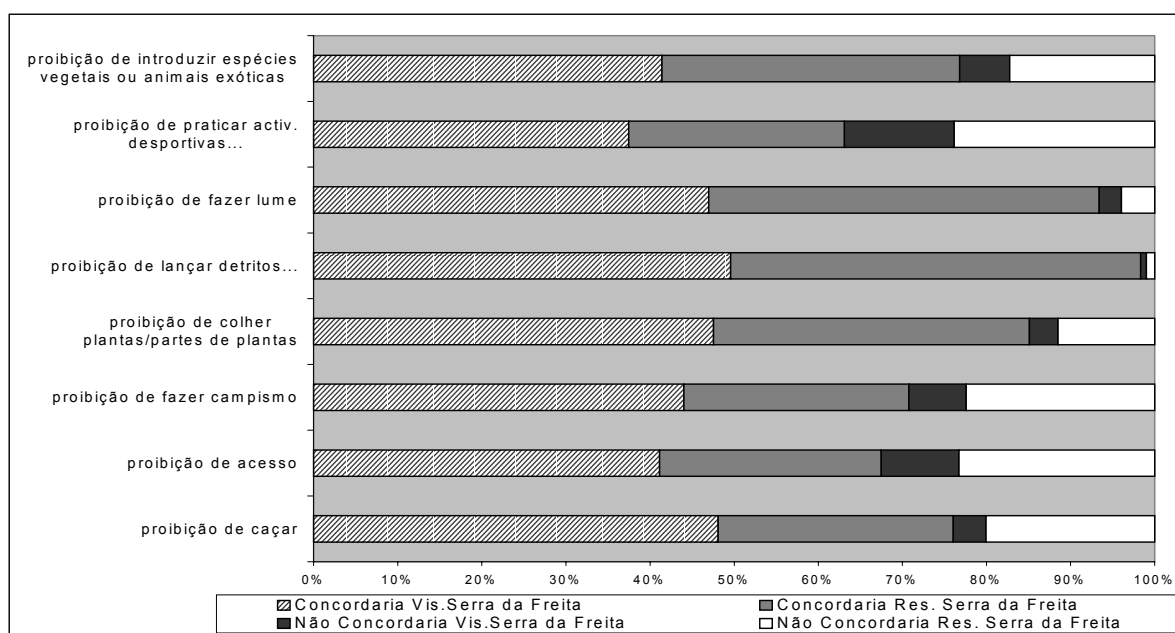
Figura 9.37 – Concordância com a eventual instituição na Serra da Freita de regras relativas às actividades sujeitas a autorização, por tipo de inquirido (%)



Os valores das medidas de associação baseadas no χ^2 , revelam, por seu turno, a forte intensidade daquela dependência, para a maior parte das actividades consideradas (ver os resultados dos testes estatísticos efectuados, no anexo 4, pp. 241 – 246). A associação é particularmente significativa e intensa no que diz respeito às actividades relacionadas com a instalação e ampliação de explorações agrícolas, com as alterações à morfologia do terreno, com a abertura de novas estradas, com o derrube de árvores singulares e em maciço em que os valores do V. de Cramer demonstram uma associação bastante forte. Isto significa que são os residentes quem demonstra maior discordância face às regras em questão e que são os visitantes aqueles que manifestam um quase total apoio à possibilidade de implementação dessas regulamentações.

Exactamente o mesmo tipo de distribuição pode ser observado quando temos em conta a eventualidade da interdição de algumas actividades na área da Serra da Freita (figura 9.38).

Figura 9.38 – Concordância com a eventual instituição na área da Serra da Freita de regras relativas às actividades sujeitas a proibição, por tipo de inquirido (%)



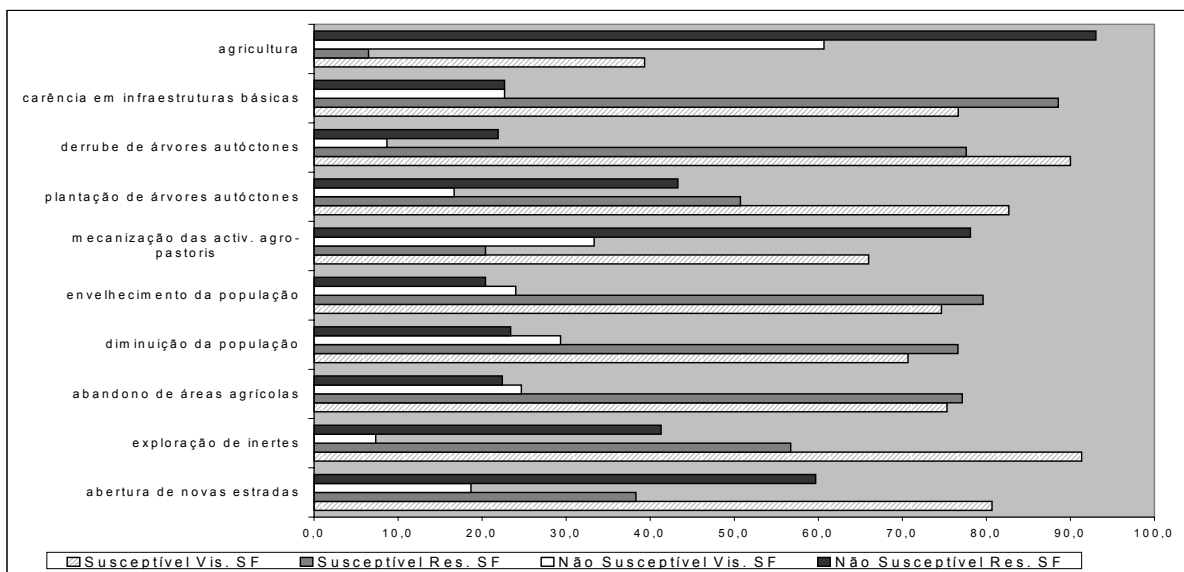
Efectivamente, com excepção das interdições relativas ao fogo fora dos locais próprios e à instalação de depósitos de lixo, que recolhem o apoio quase total tanto de residentes como de visitantes, nas restantes a divisão por tipos de inquirido é nítida, embora menos no que no caso das restrições anteriormente analisadas (ver os resultados dos testes realizados, no anexo 4, pp. 241 – 246).

Da análise da avaliação que os residentes e os visitantes da Serra da Freita fazem destas regulamentações, concluímos que os visitantes concordam quase totalmente com a sua existência nesta área, enquanto que os residentes discordam muito frequentemente das restrições, sobretudo daquelas que são impostas às suas práticas quotidianas ou são

passíveis de afectar o seu dia-a-dia. Esta situação reforça a sugestão que fizemos anteriormente, i.e., de que para os seus visitantes a área da SF é essencialmente um espaço de lazer e de recreio que pretendem ver preservado. Por essa razão, as regras existentes são consideradas como extremamente importantes no assegurar da manutenção das características (como vimos antes, particularmente dos aspectos naturais). Para os residentes trata-se do seu espaço de vida que, embora queiram ver preservado, não pretendem regulamentado, já que percebem essa regulamentação como limitadora dos usos que actualmente fazem dos recursos naturais e do território.

Tendo ainda em atenção a valorização do ambiente e da natureza por parte de ambos os tipos de inquirido, as variáveis relativas aos aspectos considerados mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente na área da SF merecem algum destaque. Assim, para a análise destes aspectos, adoptámos o mesmo procedimento utilizado nas secções anteriores, ou seja, subdividimos os aspectos mencionados consoante se associam ao quotidiano dos habitantes da SF (figura 9.39), à manutenção das *memórias* e identidade colectivas (figura 9.40) e ainda à natureza e às procuras externas (figura 9.41).

Figura 9.39 – Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes da Serra da Freita, segundo o contributo para a degradação do ambiente, por tipo de inquirido (%)

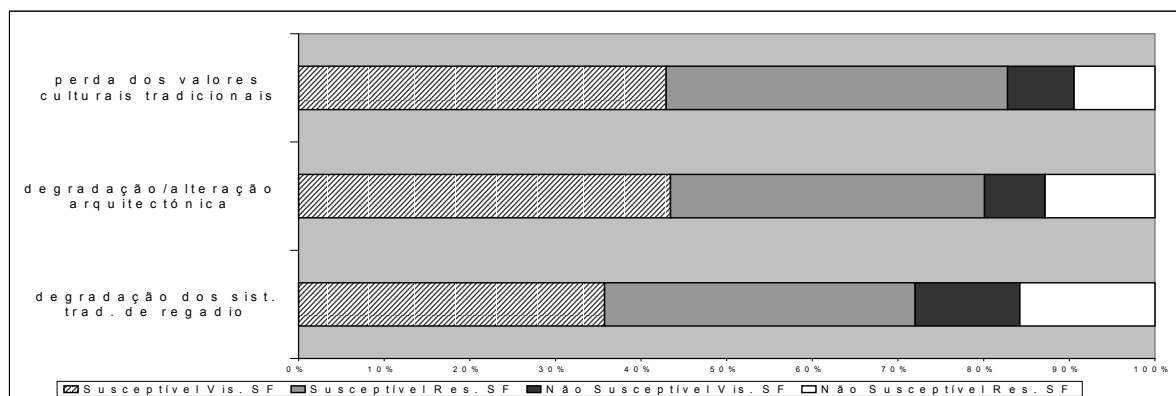


No que diz respeito aos aspectos associados ao quotidiano dos habitantes, e como tivemos ocasião de salientar na secção anterior, as diferenças entre estes e os visitantes são relativamente nítidas, muito embora seja menos visível na área da SF do que na do PNM. De qualquer modo, para alguns dos aspectos, as posições dos visitantes podem ser interpretadas como o negativo das dos residentes, como é o caso designadamente dos aspectos que se referem à abertura de novas estradas e à mecanização das actividades

agro-pastoris. Como podemos observar, no anexo 4 (pp. 247 - 250), existe associação estatisticamente significativa e os aspectos que estamos a analisar, sendo que essa associação é maior para os dois factores que mencionámos antes, embora também se observe relativamente a outros a existência de relação.

A situação conhece alguma variação, quando analisamos os aspectos relativos à manutenção das *memórias* e identidade colectivas (figura 9.40), não se observando nenhuma associação estatisticamente significativa entre a variável *tipo de inquirido* e as relativas aos aspectos em apreço. Isto acontece devido à homogeneidade registada nas respostas de visitantes e de residentes, já que a maioria dos indivíduos em ambos os grupos apontam estes aspectos como muito susceptíveis de degradar o ambiente na Serra da Freita.

Figura 9.40 – Aspectos associados à manutenção das *memórias* e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente na área da Serra da Freita, por tipo de inquirido (%)

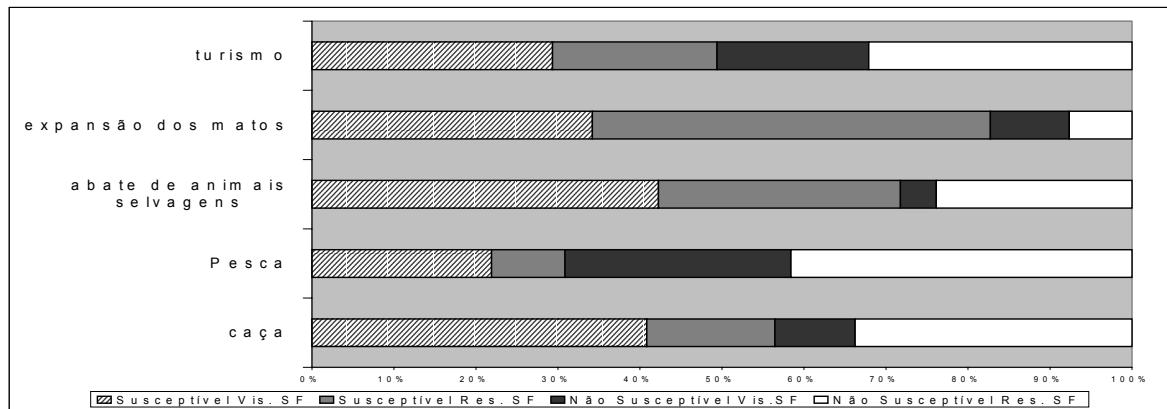


Quanto aos aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o seu contributo para a degradação do ambiente (ver figura 9.41), observamos de novo a existência de grande diferenças entre os dois tipos de inquiridos. Tal como referimos na secção anterior, essas diferenças são particularmente nítidas no que se refere à caça, ao turismo e à expansão dos matos como aspectos susceptíveis de degradar o ambiente na SF. De salientar a forte associação existente entre os residentes inquiridos e os aspectos associados à natureza e às procuras externas da área da Serra da Freita, sobretudo à caça e ao turismo.

Também para o caso dos inquiridos nesta área, confirmamos, em grande medida, a primeira parte da hipótese 2, relativa à diversidade de representações e práticas face ao espaço, ao ambiente e aos elementos naturais, na área da Serra da Freita e as hipóteses auxiliares j) e k), dela decorrentes. No caso da segunda trata-se da comprovação de que as populações residentes na SF tendem a encarar os elementos naturais como *vulgares*, já que são por elas vividos e utilizados no dia-a-dia, sobretudo como base da sua subsistência em termos económicos. Por esta razão a sua visão mais *utilitarista* face a esses mesmos elementos não é surpreendente e é completamente comprovada pela análise precedente. Já

os visitantes, como se afirmava na hipótese k), encaram os elementos naturais existentes na área da SF como *extraordinários* e como *objectos de apreciação estética*. *Extraordinários* não porque são protegidos legalmente, mas porque são *invulgares* no seu quotidiano.

Figura 9.41– Aspectos associados à natureza e às procuras exteriores, segundo o contributo para a degradação do ambiente na Serra da Freita, por tipo de inquirido (%)



A hipótese j) é parcialmente confirmada pela análise anterior, uma vez que, tal como ficou demonstrado, a população residente na Serra da Freita atribui valor ao ambiente e à natureza, mas esse valor é bastante diverso daquele que lhe é atribuído pelas racionalidades externas, i.e., pelo Estado (como vimos no primeiro e segundo pontos deste capítulo) e pelos visitantes. A hipótese c) que não pôde ser totalmente confirmada para o caso do PNM também não o pode ser no caso da SF, já que nesta área, face à ausência de mecanismos legais de protecção, não se verificam resistências por parte da população local. No que se refere à incompreensão das legitimidades subjacentes às procuras e consumos externos não podemos confirmar ou infirmar, com base na análise posterior, este aspecto da hipótese mencionada. No entanto, como pudemos verificar, existe incompreensão face às legitimidades institucionais por parte da população residente na área da SF, que se traduz claramente na discordância face às regulamentações que existem nas AP portuguesas e que eventualmente poderão vir ser instituídas naquela área. Tal como avançávamos na hipótese d) (ainda associada à hipótese 2), esta incompreensão associa-se de modo evidente com as características objectivas destes actores sociais. Esta constatação permite, ainda que apenas parcialmente, confirmar a hipótese i) relativa ao não reconhecimento das populações locais das legitimidades externas. Ainda que, como dissemos no capítulo anterior, a hipótese 1 e as suas derivadas [a) e b)] tenham sido sobretudo confirmadas em termos teóricos os dados analisados nas secções anteriores e na presente, sugerem claramente que a procura da SF pelos utentes secundários se faz quase exclusivamente pelas suas características naturais, não assumindo os seus aspectos especificamente rurais senão uma reduzidíssima expressão nessa mesma procura e conseqüente consumo. Por outro lado e de forma diversa do que observámos para a área do PNM, aspectos como a possibilidade de praticar determinadas

actividades desportivas e de realizar piqueniques constituem-se como motivações importantes para a frequência desta área por parte dos seus visitantes. Também a hipótese 4 é parcialmente confirmada com base na análise anteriormente realizada. Efectivamente, postulando que os habitantes locais não reconhecem legitimidade às intervenções estatais sobre as suas áreas de residência, aquela hipótese e as suas derivadas [m) e o)] ficam, pelo exposto, parcialmente confirmadas. Por outro lado (como salientámos já a propósito do caso do PNM) estas hipóteses, ou alguns dos seus aspectos, conhecem maior grau de confirmação se tivermos também em conta a valorização institucional do ambiente e da natureza e, essencialmente, o facto de que as visões dos Presidentes das Juntas de Freguesia se assemelham profundamente às expressas pelos habitantes. Já as visões dos visitantes têm grande correspondência nas visões estatais, quer ao nível central (sobretudo através do que é veiculado nos planos, programas e medidas delineados para as áreas rurais), quer ao nível das Câmaras Municipais com intervenção na Serra da Freita.

3. As questões ambientais versus as questões do desenvolvimento socioeconómico – as representações dos habitantes e dos visitantes

3.1.A secundarização das questões ambientais face às questões do desenvolvimento socioeconómico por parte dos habitantes

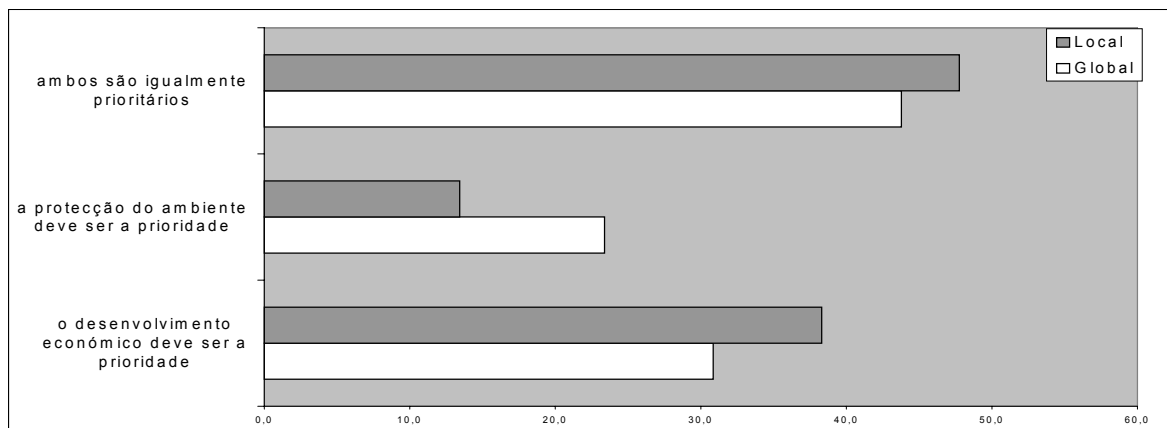
Atendendo a todas as questões debatidas nos capítulos IV, V e VI ³¹⁰ e a análise da informação empírica relativa ao confronto das representações entre ambiente e desenvolvimento socioeconómico afigura-se-nos de crucial importância. Esta análise permite ainda o teste da hipótese 3, apresentada no capítulo VII, bem como da sua derivada [hipótese auxiliar l)] que lidam justamente com as diversas representações associadas aos processos de desenvolvimento social e económico e com o carácter secundário que os elementos naturais e o ambiente assumem para os residentes rurais.

Tendo em conta, em primeiro lugar a prioridade atribuída pelos residentes da área do PNM na relação protecção do ambiente *versus* promoção do desenvolvimento social e económico, podemos constatar que as percentagens são muito próximas quer para o nível global (mundial), quer para o nível local. Pela análise dos dados contidos na figura 9.42, observa-se apenas um ligeiro aumento nas percentagens relativas aos indivíduos que atribuem maior prioridade ao desenvolvimento económico quando passamos do nível global para o nível local (de 30,8% para 38,3%) e, simultaneamente, um decréscimo relativamente importante nas percentagens de inquiridos que atribuem a prioridade ao ambiente ou à conciliação de ambos os aspectos. De qualquer modo, através da análise da figura mencionada é possível verificar

³¹⁰ Questões que relembrámos no ponto 4 do capítulo anterior.

que a maioria dos residentes, quer para o nível global, quer para o nível local, opta pela conciliação da protecção do ambiente com a promoção do desenvolvimento socioeconómico (respectivamente 47,8% e 43,8%). A nível global, 23,4% dos inquiridos atribui maior prioridade exclusivamente à protecção do ambiente, enquanto que para o nível local essa percentagem, como referimos, desce para apenas 13,4%. Não existe significância estatística na associação destas questões com as variáveis respeitantes à caracterização dos residentes.

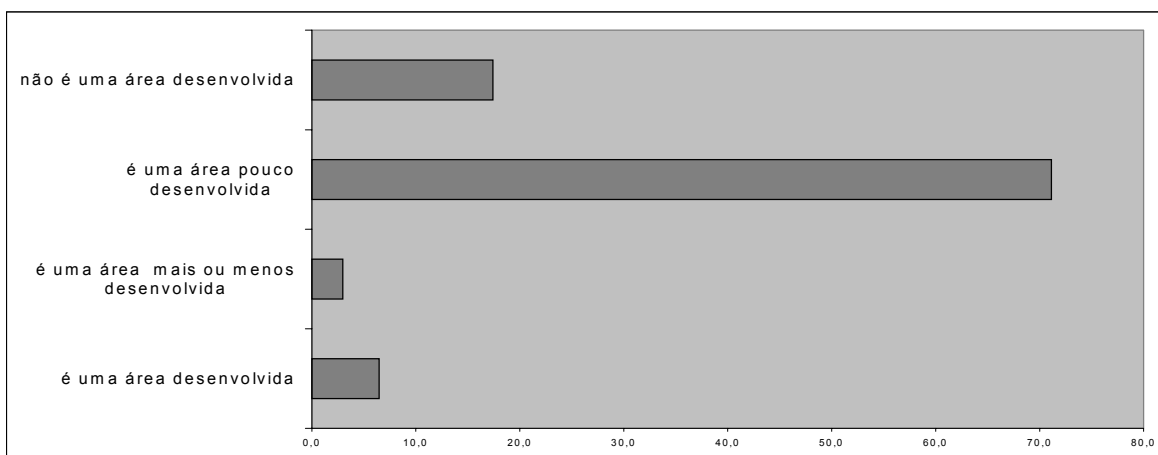
Figura 9.42. – Prioridade atribuída pelos residentes da Serra da Freita na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico (a nível global e local) (%)



As concepções de natureza e de ambiente associam-se (ainda que de forma pouco intensa) à prioridade atribuída na relação que estamos a analisar. Assim, verificamos que são essencialmente os indivíduos que têm do ambiente uma concepção biofísica quem atribui a maior prioridade ao desenvolvimento para o nível local. Os resultados obtidos através da aplicação das medidas de associação estatística às variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, permitem confirmar o que ficou dito, já que demonstram uma relação (mesmo que sem grande intensidade) entre essas mesmas variáveis e a prioridade atribuída na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento socioeconómico. Observa-se uma associação simétrica entre as afirmações de pendor ecocêntrico e a prioridade atribuída à situação de compromisso entre a protecção do ambiente e a promoção do desenvolvimento económico. Simultaneamente, observamos a existência de uma associação entre a concordância com as afirmações de tendência antropocêntrica e a maior prioridade atribuída apenas ao desenvolvimento económico. Este tipo de distribuição observa-se tanto para o nível global como para o nível local.

No que se refere à forma como a área da Serra da Freita é percebida pelos seus residentes em termos do desenvolvimento socioeconómico, observamos que para 71,1% se trata de uma área pouco desenvolvida e que para 17,8% de uma área não desenvolvida. Apenas 9,5% dos residentes inquiridos consideram que a área da SF é relativamente desenvolvida do ponto de vista socioeconómico (ver figura 9.43).

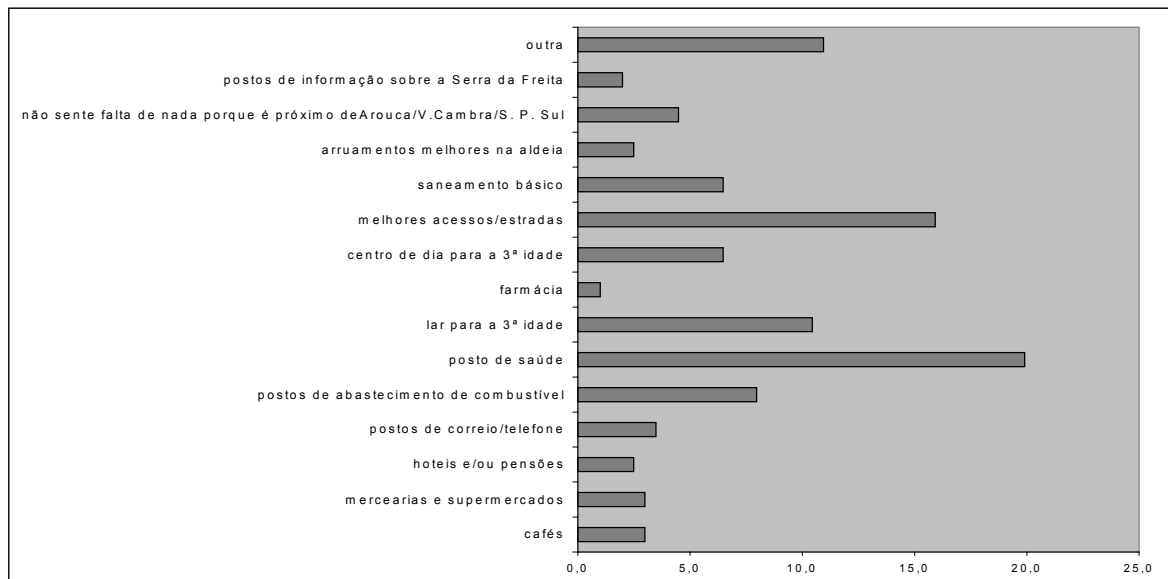
Figura 9.43– Caracterização da área da Serra da Freita em termos do desenvolvimento socioeconómico, segundo os seus residentes (%)



No que diz respeito às justificações avançadas para a avaliação feita a propósito do desenvolvimento da área da Serra da Freita, observamos que 21,9% dos inquiridos aponta a *falta de empregos*, 17,4% a *carência em equipamentos e serviços*, 12,9% a *ausência de indústrias* e ainda o *declínio populacional* que a área conhece desde há algumas décadas (11,9%), como vimos no capítulo VII. Observamos naturalmente uma associação estatisticamente significativa e intensa entre a forma como foi caracterizada a área em termos do seu desenvolvimento e a justificações avançadas para essa classificação ($\chi^2=126,117$ para 30 gl.; V. de Cramer =0,463; C. de Pearson =0,680). No que se refere aos inquiridos que caracterizam a área como relativamente desenvolvida, a justificação mais frequentemente apresentada é a sua proximidade relativa aos núcleos de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul. Não se verifica a existência de relação estatística relevante entre a caracterização da área da SF em termos do seu desenvolvimento e as variáveis referentes que à caracterização dos inquiridos. Do mesmo modo, não há relação significativa entre as justificações avançadas e as variáveis sociográficas. De uma forma global, podemos dizer que a concepção de desenvolvimento dos residentes na área da Serra da Freita assenta essencialmente em aspectos económicos e materiais, sobretudo os que estão associados à avaliação que fazem da forma como as suas condições de vida poderiam ser melhoradas.

Procurando averiguar das necessidades sentidas pelos residentes da Serra da Freita em termos de equipamentos e serviços e tendo em atenção que é a segunda principal justificação utilizada para a caracterização desta área como pouco desenvolvida, observamos pela figura 9.44 que são essencialmente os serviços associados à saúde e ao apoio aos idosos os mais frequentemente mencionados. Também a existência de melhores acessos e estradas é referida por uma percentagem significativa de inquiridos.

Figura 9.44 – Principais necessidades sentidas em termos de equipamentos e serviços pelos residentes da área da Serra da Freita (%)



Dada a relativa homogeneidade observada em termos de necessidades sentidas entre os residentes não é possível verificar nenhuma associação estatística entre esta variável e as que se referem às características sociográficas. Do mesmo modo, também não existe uma associação importante entre as necessidades sentidas e a avaliação da área em termos do seu desenvolvimento social e económico. Quanto ao aumento do número de equipamentos e serviços, na área da Serra da Freita, a maioria dos residentes inquiridos (75,9%) considera que deveriam existir mais, mas sujeitos a algum controle. Apenas 14,6 dos inquiridos crêem que deveriam existir mais equipamentos e serviços sem qualquer limitação e 9,5% dos residentes consideram que não há necessidade de aumentar o número dos já existentes. A principal razão apontada para o aumento controlado dos equipamentos e serviços na área da Serra da Freita, prende-se exactamente com a degradação do ambiente e da natureza (24,9% dos inquiridos referem esta razão). 16,9% referem que o controle seria útil sobretudo para que não se verificasse uma oferta exagerada sobre a procura e 19,4% considera que só deveriam existir, na SF, os equipamentos e serviços necessários para servir a população local.

Como vimos na secção 2.2. deste capítulo, a maior parte dos residentes na área da Serra da Freita mostra-se favorável à criação de uma área protegida e, globalmente, está de acordo com a existência de regulamentações ao comportamento dos habitantes e dos visitantes. No mesmo sentido, a maioria destes inquiridos considera que se a área da Serra da Freita fosse protegida legalmente, o desenvolvimento socioeconómico conheceria algum aumento (43,3%). Apenas 13,4% crêem que o desenvolvimento tenderia a aumentar muito, 19,9% que se verificaria uma reduzida melhora e respectivamente 7,5% e 2% consideram que não se

observariam alterações ou mesmo que o nível de desenvolvimento tenderia a diminuir. A principal razão para a avaliação do contributo positivo que a criação de uma AP na Serra da Freita, prende-se com o aumento de visitantes (51,1%), seguida da consideração de que a eventual instituição de uma AP criaria oportunidades em termos de empregos e do desenvolvimento de actividades económicas alternativas e complementares das já existentes. De salientar que apenas 11,1% dos residentes inquiridos apontam como justificação a necessidade de proteger os elementos naturais e/ou culturais da área. Estes dados comprovam o carácter secundário que é dado aos elementos naturais em detrimento dos aspectos associados ao desenvolvimento socioeconómico. Não se observa nenhum tipo de associação entre ambas as variáveis analisadas e as que se relacionam com a caracterização geral dos inquiridos.

Atendendo agora à avaliação que os residentes fazem da influência das condições naturais no desenvolvimento económico da área, verificamos que a maior parte dos inquiridos que responderam à questão³¹¹ considera que a trajectória desse mesmo processo é muito condicionada pelos elementos e características naturais (82,1%). 17,9% dos residentes consideram que as condições naturais são independentes do trajecto da área da SF em termos de desenvolvimento. Tendo em conta as justificações apresentadas pelos inquiridos para a avaliação da influência das características naturais sobre a economia, no passado, vemos que apenas 3% consideram que aquelas foram relevantes para a instalação de actividades económicas. Assim, no passado, as influências positivas das condições naturais relacionam-se essencialmente com a saúde, com a preservação das tradições culturais e com a preservação de certos elementos naturais. Ao contrário do que observámos para a área do PNM, os residentes inquiridos na Serra da Freita não atribuem muita importância à influência das características naturais da área sobre a emigração, sendo que apenas 23,9% referem este aspecto.

Relativamente à influência que as características naturais da área da Serra da Freita poderão ter no futuro em termos do seu desenvolvimento, observamos que os residentes revelam uma perspectiva bastante menos *optimista* do que os seus congéneres do PNM acerca das potencialidades que as condições naturais oferecem. Deste modo, apenas no que se refere ao desenvolvimento do turismo se observa que as condições naturais poderão ter, no entender dos inquiridos, um papel determinante, sendo que 60% apontam este aspecto.

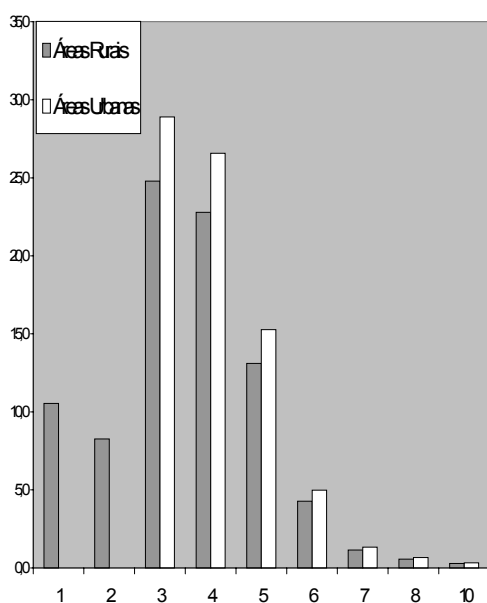
Da análise do modo como os residentes inquiridos na área da SF posicionam as áreas rurais e urbanas face ao ambiente e ao desenvolvimento económico, sobressai a acentuada

³¹¹ 22,4% dos inquiridos declararam não saber responder à questão.

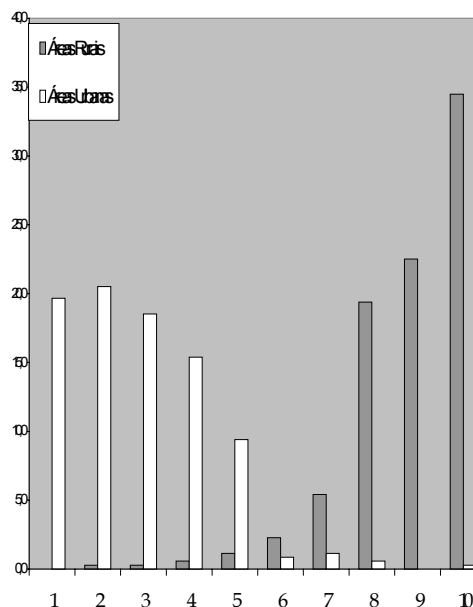
dicotomia rural-urbano que domina as suas representações³¹², muito particularmente no que se refere aos aspectos associados à qualidade do ambiente (ver figura 9.45).

Figura 9. 45 – Posicionamento das áreas rurais e urbanas, por parte dos residentes da Serra da Freita (%)

Quanto ao Desenvolvimento económico



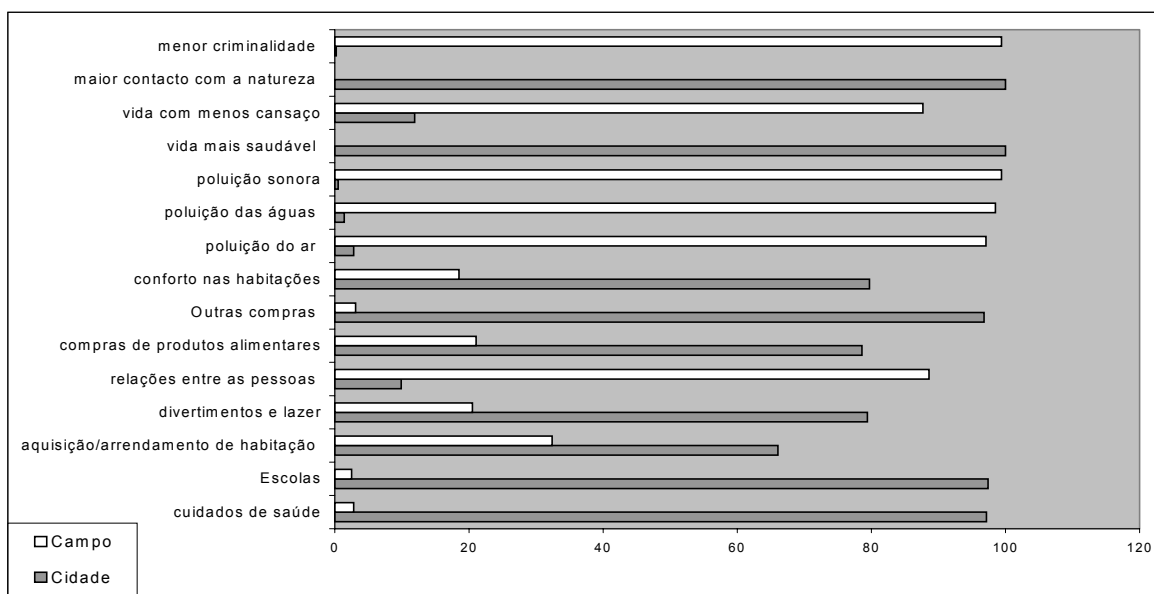
Quanto à qualidade do ambiente



Como podemos verificar nas figuras os inquiridos desta área não possuem uma visão muito antagónica das áreas rurais e urbanas no que se refere ao desenvolvimento económico. Assim, ambas as áreas são posicionadas por este tipo de inquiridos sobretudo antes do valor 5. No que se refere à qualidade do ambiente, a dicotomia rural-urbano torna-se bastante mais evidente, com 65,4% dos residentes a colocar as áreas rurais acima do valor 8. Inversamente, as áreas urbanas são posicionadas principalmente antes do valor 4 (85,4%) Há assim, na perspectiva dos residentes uma acentuada diferença entre as áreas rurais e as áreas urbanas, no que se refere à sua qualidade e uma reduzida diferença quanto aos seus níveis de desenvolvimento socioeconómico. Os resultados dos testes estatísticos evidenciam a ausência de associação entre as variáveis em apreço e as sociográficas, o que dada a homogeneidade nas respostas às questões que analisámos anteriormente, não pode ser considerado surpreendente. Os dados contidos na figura 9.46 permitem aprofundar bastante mais os aspectos subjacentes às representações dicotómicas evidenciadas pelos residentes, no que se refere ao rural e ao urbano

³¹² Como referimos no capítulo anterior, esta questão foi colocada tendo por base uma escala de 1 a 10, em que 1 representava a menor qualidade ambiental e o menor desenvolvimento económico e o 10 justamente o oposto. Utilizou-se o 0 para as situações de não resposta e/ou de incapacidade para responder.

Figura 9.46– Avaliação das áreas onde se vive melhor face a alguns aspectos, segundo os residentes da Serra da Freita (%)

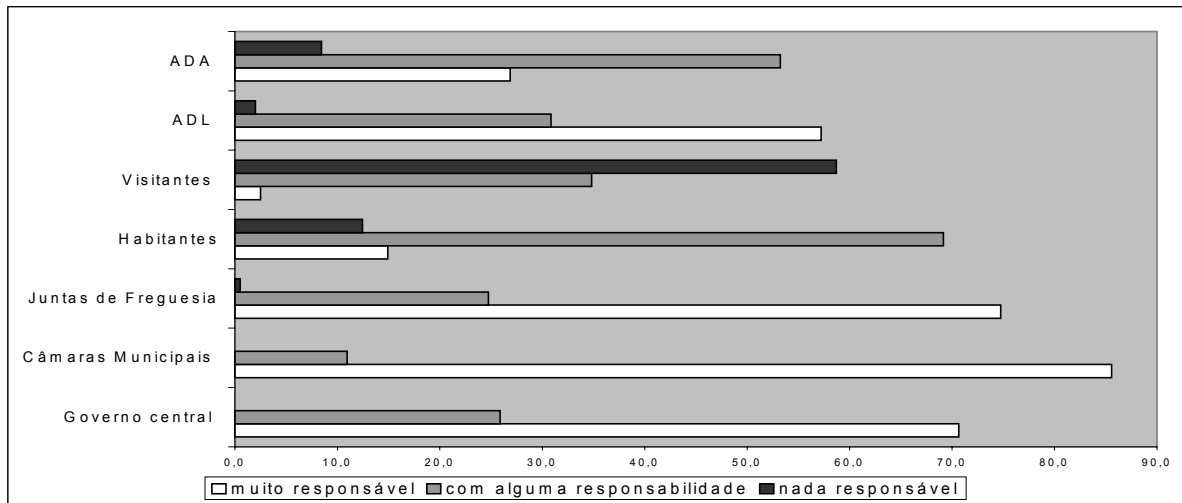


Não surpreendentemente podemos observar que os aspectos que fazem do rural um espaço de maior qualidade são a menor criminalidade, o maior contacto com a natureza, as condições de vida mais saudáveis, os menores níveis de poluição, a maior proximidade entre as pessoas e ainda o menor cansaço. A cidade, pelo contrário, surge nas representações dos inquiridos, como o melhor local para residir tendo em conta aspectos como os cuidados de saúde, a educação, o consumo, o nível de conforto na habitação e as actividades de recreio e de lazer. Há assim uma clara divisão, em termos das representações dos residentes na área da Serra da Freita entre o rural e o urbano, sendo o espaço rural mais frequentemente associado às características naturais e ambientais enquanto que o urbano é, por excelência, o espaço dos equipamentos e dos serviços. Dada a elevada homogeneidade observada, não se verifica nenhuma associação estatisticamente significativa entre este conjunto de variáveis e as relativas ao posicionamento rural-urbano face à qualidade ambiental e ao nível de desenvolvimento económico. Do mesmo modo e pela mesma razão não se observa a existência de significância estatística na associação entre as variáveis em análise e as que dizem respeito à caracterização dos inquiridos.

Ainda quanto ao desenvolvimento económico da área da Serra da Freita, os residentes inquiridos atribuem a maior responsabilidade na sua promoção às entidades políticas, tanto a nível central, como a nível local e ainda às Associações de Desenvolvimento Local (ver a figura 9.47). Tal como tínhamos referido para o caso dos residentes do PNM, também os inquiridos na SF atribuem menor responsabilidade neste domínio aos habitantes da área e, muito particularmente, aos seus visitantes. Podemos constatar a existência de algumas

diferenças entre as responsabilidades atribuídas no que se refere à protecção do ambiente e aquelas que são imputadas aos vários agentes e actores sociais no domínio da promoção do desenvolvimento socioeconómico.

Figura 9.47 – Actores e Entidades considerados responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico na área da Serra da Freita, por parte dos residentes (%)



No fundo, a responsabilidade é atribuída às entidades que têm, efectivamente, maior poder de decisão – o governo central e as Câmaras Municipais. São sobretudo os agricultores por conta própria e os indivíduos reformados que atribuem aos habitantes da Serra da Freita menores responsabilidades nesta matéria, não se verificando influência das restantes variáveis sociográficas sobre a maior ou menor responsabilização das entidades e actores sociais na promoção do desenvolvimento socioeconómico.

No que se refere às entidades políticas da área da Serra da Freita, mais concretamente às Juntas de Freguesia e às Câmaras Municipais, podemos observar algumas diferenças por comparação com os residentes, sobretudo no caso destas últimas. Assim, no que diz respeito a estas últimas entidades, a totalidade dos entrevistados refere que a prioridade deve ser dada à conjugação da protecção do ambiente com a promoção do desenvolvimento económico. A perspectiva da maior parte dos Presidentes das Juntas de Freguesia é, ao contrário, a de que a prioridade deve ser dada ao desenvolvimento socioeconómico, particularmente à criação de postos de trabalho. Todos estes entrevistados referem que a área do PNM é uma área pouco desenvolvida, essencialmente devido a insuficiências em termos de infra-estruturas, serviços e equipamentos. Se os Presidentes das Câmaras Municipais com intervenção na área tendem a reconhecer a importância da eventual protecção da Serra da Freita, embora, como mencionámos na primeira secção deste capítulo com algumas reservas, os presidentes das Juntas de Freguesia não são tão favoráveis a essa possibilidade, muito embora reconheçam que a existência de regulamentações seria

importante, sobretudo para controlar determinados comportamentos dos visitantes, face aos elementos naturais e culturais da área.

As concepções de desenvolvimento económico de que estas entidades são portadoras, tal como a avaliação da articulação daquele processo com a protecção do ambiente, têm algumas semelhanças com as representações da população, como podemos observar pelos excertos seguintes:

“Não... não se sentam para apreciar um carvalho que tenha 100 anos, por exemplo, para apreciar a própria natureza... é mais um valor comercial... de rendimento. Nós aqui se temos uma floresta que até nasceu a árvore típica... nossa... à face de um caminho... não se preocupam se se corta, abate-se e pronto. A natureza vem sempre em segundo lugar, talvez até em último” (JF18).

“O rendimento é muito importante... se não fosse isso poderíamos ir todos embora daqui, não é? Não há estruturas para se fazerem outras coisas, portanto, é de utilidade e da parte do rendimento. E aqui.... Aqui seria mais importante desenvolver-se economicamente” (JF19).

“Dão valor?... Ah pois dão.... Quer dizer... dão valor!?!? Nós aqui nem sabemos o bem que temos... as pessoas de cá não sabem o que têm... dão mais o valor de usar” (JF22).

“Primeiro está o desenvolvimento económico” (JF23).

“As pessoas aqui o que pretendiam era mais o desenvolvimento económico, os empregos e assim... a natureza... eles também gostam de a proteger, mas preferiam o desenvolvimento, porque... sabe como é... Ainda um dia destes estava-se um a queixar... um marmorista e agora não pode ter lá aquilo porque a Câmara quer que ele vá para a zona industrial e ele não quer ir porque é longe... mas ali não pode estar porque ali é a tal zona ‘ocológica’³¹³” (JF26).

De um modo geral, os residentes da Serra da Freita, assim como os seus representantes ao nível mais local atribuem um valor essencialmente *secundário* à natureza e ao ambiente por referência ao desenvolvimento económico. Como vimos anteriormente, a maior valorização dos processos de desenvolvimento económico repousa na consideração de que esta área é pouco desenvolvida e particularmente carente em termos de equipamentos e serviços. Quando dizemos *secundário*, e como referimos antes, não pretendemos dizer que é menos importante, mas que é *diferente* do valor que os utentes secundários lhe atribuem. Tal como veremos na secção seguinte, existe alguma diversidade entre os residentes e os visitantes na área da Serra da Freita quanto às percepções relativas ao desenvolvimento económico. Tal como nas questões associadas ao ambiente, também as relativas ao desenvolvimento socioeconómico evidenciam bastante homogeneidade no interior dos dois grupos que estamos principalmente a analisar – os residentes e os visitantes – e bastante heterogeneidade de cada um dos grupos por referência ao outro. Uma vez mais, a variável *tipo de inquirido* é a que maior peso explicativo parece possuir nas diferenças encontradas.

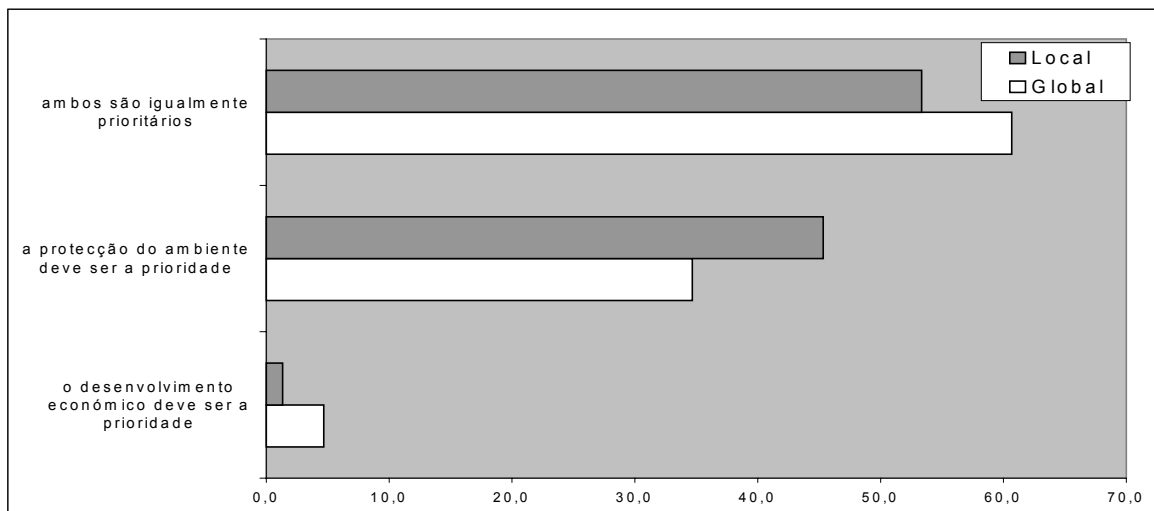
³¹³ ‘Ocológica’ no próprio discurso do entrevistado.

3.2. A sobrevalorização das questões ambientais face às questões do desenvolvimento socioeconómico por parte dos visitantes

Na secção anterior, salientámos a existência de uma relativamente nítida divisão entre os residentes e os visitantes da área da Serra da Freita. Nesta secção, procuramos dar conta da análise da informação empírica relativa ao confronto das percepções associadas à protecção do ambiente com as relativas ao processo de desenvolvimento económico da área. Como referimos na secção antecedente esta análise permite, parcialmente, o teste da hipótese 3 [e da hipótese auxiliar I)] que se referem ao papel que as diferentes representações em termos de desenvolvimento económico podem desempenhar na existência de conflitos entre os vários actores em presença nas áreas rurais e, neste caso concreto, na Serra da Freita. No que se refere aos residentes vimos que a natureza e o ambiente assumem, em certa medida, um carácter secundário face às necessidades sentidas em termos de desenvolvimento. Nesta secção, tentamos argumentar que, no caso dos visitantes, se verifica o oposto, observando-se a sobrevalorização dos aspectos ambientais da área face às questões económicas. Seguimos aproximadamente a mesma estrutura da secção anterior, também no sentido de facilitar a comparação dos dados relativos aos residentes e visitantes. Assim, procurando em primeiro lugar observar a prioridade atribuída pelos visitantes da área da SF na relação entre a protecção do ambiente e a promoção do desenvolvimento socioeconómico, tanto para o nível global, como para o nível local, verificamos que não existem diferenças significativas entre ambos os níveis. Para os dois casos a prioridade é atribuída à conciliação dos dois aspectos. Observa-se apenas um ligeiro acréscimo quando se passa do global para o local nas percentagens de inquiridos que consideram que a protecção do ambiente deve ser a prioridade. De salientar as reduzidas percentagens de visitantes inquiridos que consideram que o desenvolvimento económico deve constituir-se como prioritário, tanto a nível geral, como a nível da área da Serra da Freita (ver figura 9.48). Pela observação da figura seguinte, podemos constatar igualmente a enorme diferença entre visitantes e residentes, no que às prioridades diz respeito.

Dada a elevada homogeneidade, tanto em termos sociográficos como em termos mais globais dos visitantes inquiridos e dada a grande semelhança nas respostas às questões em análise não é possível estabelecer nenhuma associação estatisticamente significativa entre os aspectos mencionados. Pela mesma razão, i.e., pela elevada homogeneidade observada entre os visitantes da área da Serra da Freita também não é possível estabelecer uma relação entre a prioridade atribuída em termos de protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico e as concepções de natureza e ambiente, que analisámos na secção anterior relativamente a este grupo de inquiridos.

Figura 9.48 – Prioridade atribuída pelos visitantes da Serra da Freita na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento económico (a nível global e local) (%)



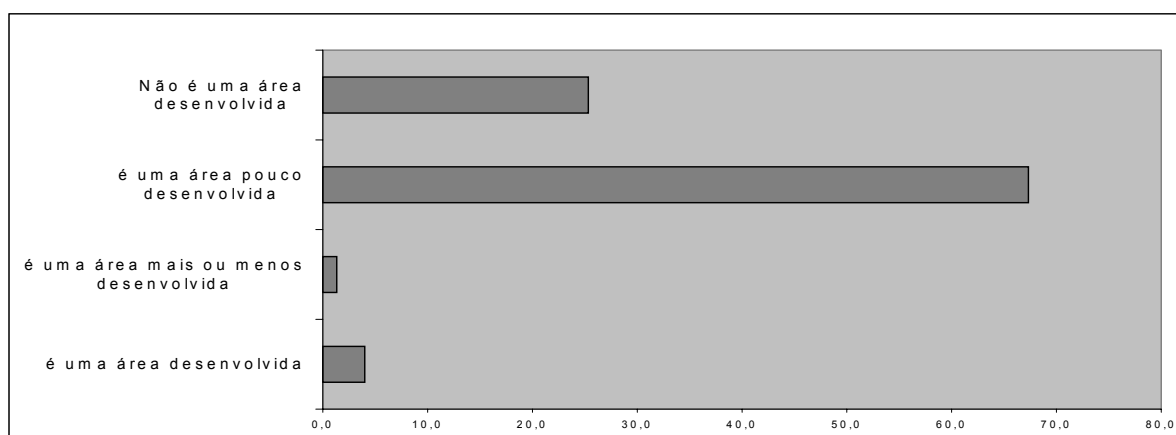
A relação entre a prioridade atribuída ao ambiente e/ou ao desenvolvimento económico, com as variáveis relativas às concepções mais alargadas de natureza e de ambiente, é estatisticamente significativa no que diz respeito à concordância com a afirmação de que o ambiente deve ser preservado devido ao valor intrínseco dos recursos naturais e a prioridade dada ao ambiente ao nível global. Do mesmo modo, são os inquiridos que atribuem a maior prioridade, em geral, ao ambiente quem tende mais frequentemente a concordar com a afirmação relativa à protecção do ambiente a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias. Por outro lado, são aqueles que atribuem a prioridade ao desenvolvimento socioeconómico, em termos globais, quem tende a concordar com a preservação da natureza apenas nos casos em que isso não comprometer os níveis de crescimento económico. Com base nesta análise, podemos referir que são também os visitantes da Serra da Freita (à semelhança dos inquiridos na área do PNM) que possuem da natureza e do ambiente uma visão mais ecocêntrica aqueles que tendem a considerar que a prioridade deve ser dada exclusivamente à protecção do ambiente.

Como salientámos anteriormente, a variável *tipo de inquirido* (i.e. residente ou visitante) revela-se de extrema importância na consideração da prioridade que deve ser dada ao desenvolvimento económico *versus* a protecção do ambiente. Assim, e não surpreendentemente, observamos que existe uma forte associação entre aquela variável e a relativa às prioridades. Quanto à prioridade a nível global, existe associação estatisticamente significativa (ainda que não particularmente intensa) ($\chi^2=38,483$ para 2 gl., V. de Cramer=0,333; C. de Pearson=0,316) dada sobretudo pela relação entre os residentes e a atribuição de maior prioridade ao desenvolvimento socioeconómico. Para o nível local, i.e., para a área da Serra da Freita, a associação encontrada é bastante mais intensa ($\chi^2=84,942$ para 2gl., V. de Cramer =0,500; C. de Pearson=0,442), sendo que neste caso é nítida a

relação entre a condição de residente da área e a prioridade dada ao desenvolvimento socioeconómico. Estes resultados confirmam a diversidade em termos de representações associadas à área da Serra da Freita, designadamente a dissonância entre a Serra que é *espaço de vida* e a que é *espaço de lazer*. De certa forma, estes dados sugerem que entre os visitantes a concepção do desenvolvimento como *sustentável* (no sentido em que o discutimos nos capítulos II e VI) é a que predomina, por referência aos residentes desta mesma área.

Relativamente ao modo como os visitantes inquiridos caracterizam a área da Serra da Freita em termos do seu desenvolvimento socioeconómico, observamos que, à semelhança dos residentes, a maior parte (68,7%) a define como uma área pouco desenvolvida. 25,9% consideram esta área como não desenvolvida e apenas 4,1% e 1,4%, respectivamente, a consideram desenvolvida e relativamente desenvolvida (ver a figura 9.49). Tal como havíamos observado para o caso do PNM, também na Serra da Freita uma maior percentagem de visitantes (por referência aos residentes) a considera não desenvolvida.

Figura 9.49 – Caracterização da área da Serra da Freita em termos do desenvolvimento socioeconómico, segundo os seus visitantes (%)



No que se refere às razões subjacentes à avaliação que os visitantes fazem da área da SF, elas são substancialmente diversas das apresentadas pelos residentes. Assim, 22,7% apontam o isolamento e o afastamento da área face aos grandes centros urbanos como a causa principal do reduzido desenvolvimento. 14% referem que é uma área pouco desenvolvida porque é *rural*; 16,7% referem-se à inexistência de infra-estruturas básicas e 10% à ausência de comércio e ainda ao declínio populacional. Entre os visitantes inquiridos na área da Serra da Freita, as justificações associadas às características ambientais não detêm grande importância, apresentando, assim, diferenças importantes por referência aos visitantes da área do PNM.

Verifica-se a existência de uma associação estatisticamente importante entre a variável relativa à avaliação e a que se refere à justificação ($\chi^2=102,688$ para 27 gl.; V. de

Cramer=0,491; C. de Pearson=0,648). Esta associação decorre sobretudo do facto de os visitantes que caracterizam a Serra da Freita como uma área não desenvolvida, justificarem essa avaliação com base no seu isolamento face aos núcleos urbanos desenvolvidos. De uma forma global, podemos referir que, no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, os visitantes da área da Serra da Freita têm concepções semelhantes às dos seus residentes, enfatizando também mais os aspectos económicos em detrimento dos aspectos ambientais.

A variável *tipo de inquirido* revela-se, uma vez mais, importante na justificação para a avaliação do nível de desenvolvimento socioeconómico, já que existe uma relação estatística com algum significado entre ambas ($\chi^2=67,890$ para 11 gl.; V. de Cramer=0,448; C. de Pearson=0,408). Esta associação deriva essencialmente do maior número de residentes que aponta o envelhecimento e o declínio populacionais e ainda os problemas actuais da agricultura como justificações para o baixo nível de desenvolvimento observado na área.

Quanto ao aumento de equipamentos e serviços na área da Serra da Freita, 86,7% é favorável a essa opção desde que aquele processo seja controlado, 9,3% consideram que os existentes são suficientes e apenas 4% referem que deveriam existir mais equipamentos e serviços sem qualquer limitação. Entre os visitantes que referem que os equipamentos e serviços deveriam conhecer um aumento sem limitações, destacam-se aqueles que apontam como justificação a inexistência de estruturas de acolhimento e apoio aos turistas. Entre os que referem que o aumento do número desses equipamentos e serviços deveria ser controlado, destacam-se os que mencionam como justificação a degradação do ambiente (57,3%). Esta circunstância reforça a maior importância atribuída ao ambiente por parte dos visitantes da Serra da Freita, por referência aos seus residentes.

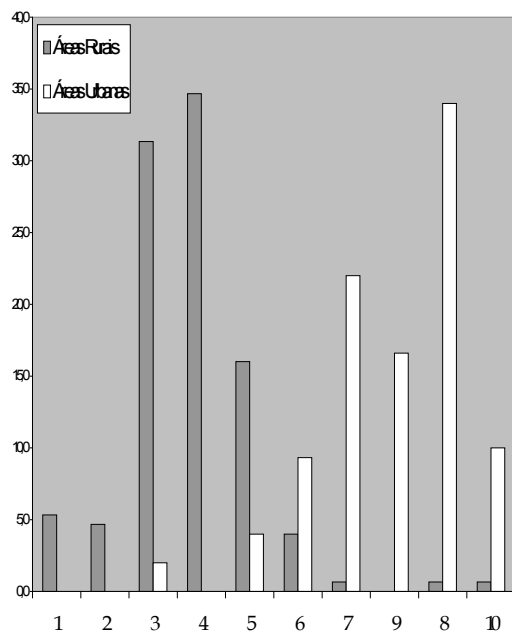
A maior parte dos visitantes inquiridos na Serra da Freita (68,8%) considera que se a mesma fosse uma área protegida o desenvolvimento tenderia a aumentar. 18,8% referem que o nível de desenvolvimento conheceria apenas algum aumento, 9% crêem que não se observariam alterações e apenas 2% referem que o desenvolvimento conheceria uma diminuição. Estes dados diferem pouco dos relativos aos residentes, facto que é comprovado pela ausência de associação estatística entre as variáveis. No que se refere às justificações observa-se igualmente a inexistência de associação, já que tanto visitantes como residentes apontam sobretudo o aumento dos turistas como factor de desenvolvimento. Apenas 14% dos visitantes apontam os factores associados à preservação do ambiente, aspecto que os distingue também dos utentes secundários inquiridos no PNM que tendem como vimos, a atribuir maior importância a estes aspectos no âmbito dos processos de desenvolvimento. Tendo agora em consideração a avaliação que os visitantes inquiridos fazem da influência das condições naturais no desenvolvimento económico da área, verificamos que 76,7% lhes atribuem uma importância fundamental. Essa importância, no passado e segundo a avaliação

dos inquiridos, fez-se sentir particularmente na emigração, na vida mais saudável das populações locais e ainda na preservação de certos elementos culturais e naturais. No futuro, segundo os mesmos inquiridos, as características naturais da Serra da Freita serão determinantes para a instalação de actividades económicas que permitirão um maior desenvolvimento, essencialmente do turismo (69%), continuando também a deter um papel relevante na manutenção dos elementos naturais e culturais desta área. Observamos, por referência aos residentes, a existência entre os visitantes inquiridos de um maior *optimismo* face às potencialidades oferecidas pelas condições naturais da Serra da Freita para o aumento do nível de desenvolvimento económico.

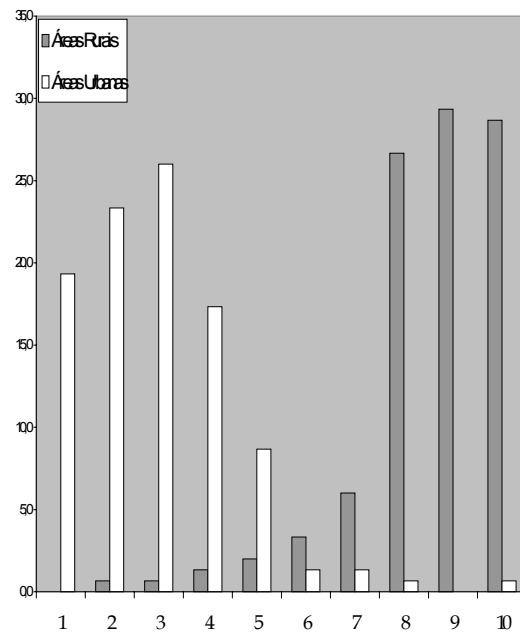
Tal como vimos para os residentes na Serra da Freita, também da análise do posicionamento das áreas rurais e urbanas face ao desenvolvimento económico e face à qualidade ambiental por parte dos seus utentes secundários, sobressai a representação destas áreas como essencialmente opostas (ver figura 9.50), muito embora os visitantes possuam uma visão mais dicotómica face aos dois aspectos. No caso dos residentes inquiridos na área da Serra da Freita, tínhamos salientado que, relativamente ao desenvolvimento económico, não se observavam diferenças importantes entre os dois tipos de área.

Figura 9.50– Posicionamento das áreas rurais por parte dos visitantes da Serra da Freita (%)

Quanto ao desenvolvimento económico



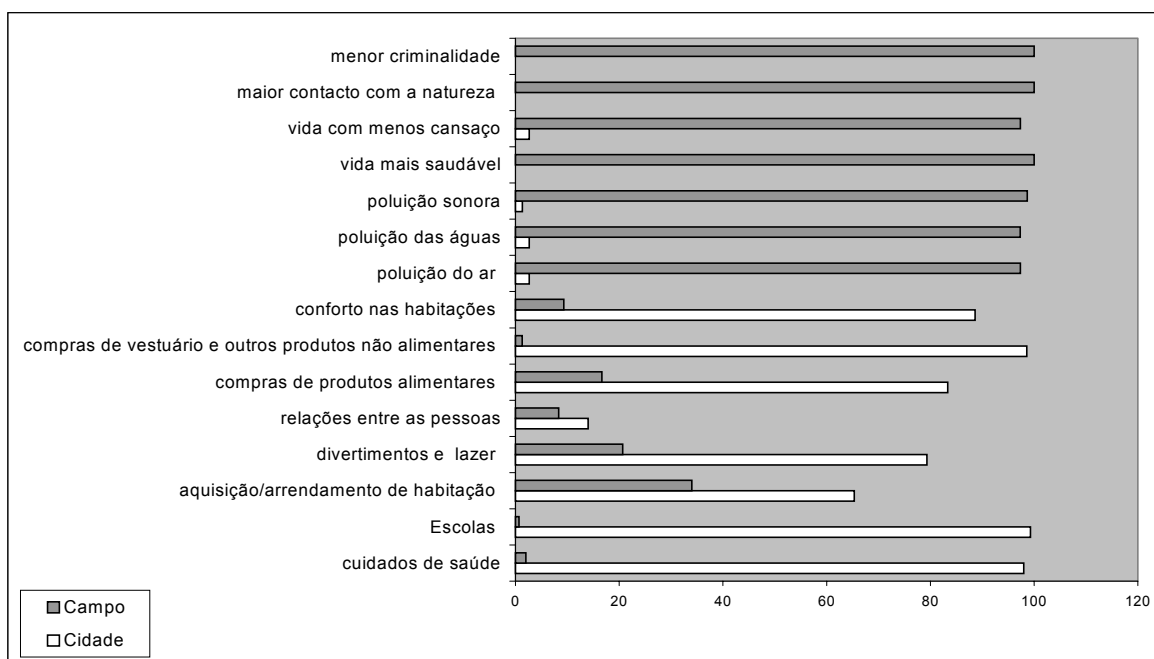
Quanto à qualidade do ambiente



Como podemos verificar pela observação da figura anterior, as áreas rurais, no que se refere ao seu nível de desenvolvimento económico são posicionadas sobretudo antes do valor 5 (93,9%), enquanto que a avaliação das áreas urbanas é essencialmente feita nos valores acima do valor 7 (84,7%). No que se refere à qualidade do ambiente a situação altera-

se, assumindo a figura um forma quase oposta, como podemos observar. Assim, as áreas urbanas assumem agora os valores mais baixos, com 95,9% dos inquiridos posicionando-as antes do valor 5, e as áreas rurais assumem os valores mais elevados, sendo que 85,8% dos inquiridos as coloca numa posição superior ao valor 8. Claramente, para os visitantes da SF, à semelhança do que observámos para os residentes e visitantes inquiridos no PNM, o menor desenvolvimento das áreas rurais e, em associação, a sua substancialmente maior qualidade ambiental são (com a correspondente inversão destes parâmetros para as áreas urbanas) os pilares principais dessa visão antagónica dos dois espaços. Os residentes da Serra da Freita baseiam a sua visão dicotómica sobretudo na maior qualidade ambiental das áreas rurais e na conseqüente avaliação como *menor* da qualidade do ambiente nas áreas urbanas. À semelhança da análise feita para os residentes inquiridos, também no caso dos visitantes procurámos aprofundar os critérios subjacentes a esta visão dicotómica (ver figura 9.51).

Figura 9.51 – Avaliação das áreas onde se vive melhor face a alguns aspectos, segundo os visitantes da Serra da Freita (%)



Podemos observar que também segundo a avaliação dos visitantes inquiridos, as características que fazem do rural um melhor espaço de vida são a menor criminalidade, o menor cansaço, a possibilidade de uma vida mais saudável, o relacionamento entre as pessoas e também os menores níveis de poluição e o maior contacto com a natureza. Tal como entre os visitantes da área do PNM, também relativamente aos inquiridos na Serra da Freita, a aquisição/arrendamento de habitação divide as opiniões. Pelo contrário e como observado para os restantes tipos de inquiridos, a cidade é avaliada como o melhor local para se viver do ponto de vista dos cuidados de saúde, das escolas, do consumo e das actividades

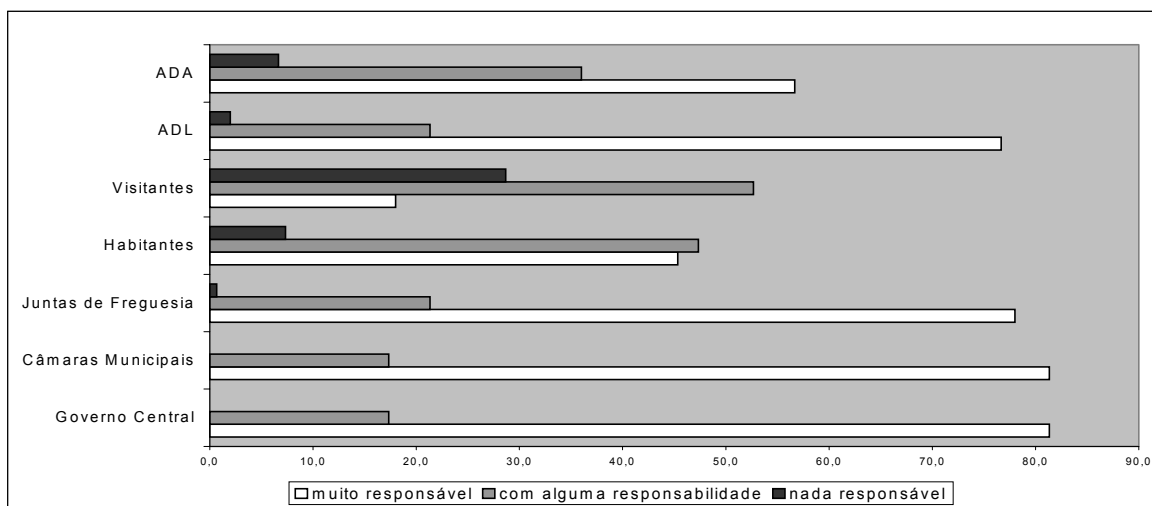
associadas ao lazer. No entanto é de salientar que face a este aspecto, 20,7% dos visitantes aponta o campo como o melhor espaço para o desenvolvimento de actividades de recreio e de lazer. Tal como para os restantes grupos analisados nesta tese, há uma clara visão dicotómica da cidade e do campo, sendo este último associado sobretudo às características naturais e ambientais e a primeira relacionada essencialmente com a existência de serviços e equipamentos. Não se observa nenhuma associação estatisticamente significativa entre este conjunto de variáveis e as relativas ao posicionamento rural-urbano em termos da sua qualidade ambiental e em termos do seu nível de desenvolvimento socioeconómico. Isto acontece na sequência da relativamente elevada homogeneidade nas respostas a ambos os grupos de questões. Pelas mesmas razões, também não se verifica nenhuma relação relevante entre as variáveis sociográficas e as relativas aos aspectos subjacentes à dicotomia rural-urbano. No que se refere à associação entre a variável *tipo de inquirido* e os aspectos relacionados com a dicotomia rural-urbano, observamos a existência de uma relação estatisticamente significativa (se bem que não intensa) entre a condição de residente e a consideração de que no campo se tem uma vida *mais cansativa* ($\chi^2=21,654$ para 1 gl.; V. de Cramer=0,249; C. de Pearson=0,241), facto que se deve ao peso da actividade agrícola nesta área.

Ainda no que se refere ao desenvolvimento económico da área da Serra da Freita, concretamente quanto à avaliação das responsabilidades nesta matéria, os visitantes inquiridos conferem às entidades políticas da área o papel principal. Como podemos verificar na figura 9.52, a maior responsabilidade na promoção do desenvolvimento socioeconómico na área da Serra da Freita é atribuída ao governo central, às Câmaras Municipais e ainda às Juntas de Freguesia e às ADL. Aos visitantes é atribuída a menor responsabilidade neste domínio, muito embora maior do que a que lhes é conferida pelos residentes (18% contra apenas 2,5% por parte dos habitantes).

Comparando estes dados com os que se referem à responsabilidade quanto à protecção do ambiente (ver figura 9.29, p. 492), verificamos (tal como havíamos salientado para o caso dos residentes na mesma área e para o conjunto de inquiridos no PNM) que as diferenças mais nítidas são as que se referem ao papel dos actores sociais. Assim, no caso das entidades políticas, o nível de responsabilidade é avaliado como idêntico, quer se trate da protecção do ambiente ou da promoção do desenvolvimento económico. Já a responsabilidade dos restantes actores sociais é avaliada como menor quando se passa da protecção ambiental para a promoção do desenvolvimento socioeconómico. Do cruzamento desta variável com o *tipo de inquirido*, resultam algumas associações significativas do ponto de vista estatístico, designadamente as relacionadas com o papel dos habitantes, dos visitantes, das ADL e das ADA. Tal facto não é surpreendente, uma vez que, como referimos anteriormente, existe grande homogeneidade entre visitantes e residentes quanto ao papel

principal a desempenhar pelas entidades políticas nesta matéria Assim, os resultados dos testes estatísticos mostram que os visitantes atribuem maior responsabilidade aos habitantes, a si mesmos e às associações de desenvolvimento local e de defesa do ambiente, na promoção do desenvolvimento económico da área do que os residentes inquiridos na área da Serra da Freita.

Figura 9.52- Actores e Entidades considerados responsáveis pela promoção do desenvolvimento económico na área da Serra da Freita, por parte dos visitantes (%)



No caso da Serra da Freita, a afirmação de que os visitantes valorizam mais os aspectos ambientais do desenvolvimento do que os seus residentes, não é tão óbvia como no caso do PNM. Observámos que raramente os visitantes apontam as justificações ambientais, quer em termos da avaliação do nível de desenvolvimento que a Serra da Freita possui actualmente, quer ainda no que se refere ao seu hipotético aumento face a uma eventual situação de protecção legal desta área. Observámos uma maior coincidência entre os visitantes e os residentes nesta área face a estes aspectos do que aquela que constatámos para a área do PNM. De qualquer forma, ainda que reduzida, existe evidência de uma maior valorização destes aspectos nos processos de desenvolvimento social e económico por parte dos visitantes, tal como existe evidência de alguma diversidade entre os dois grupos inquiridos no que se refere às necessidades em termos de equipamentos e serviços na área. No seu trabalho acerca da Serra da Freita, Valente (2001: 29) refere que quanto ao desenvolvimento económico “as opiniões dos visitantes dividem-se entre a protecção da natureza e a promoção do turismo (...). As opiniões dos habitantes estão orientadas para o desenvolvimento económico, sendo as respostas mais frequentes a igualdade económica entre as cidades, a criação de indústrias e a criação de serviços essenciais para a população”. Esta conclusão da autora vem ao encontro das nossas próprias, no que à análise da evidência empírica diz respeito. Mais ainda, a autora mencionada conclui que apesar de se observarem diferenças nas características objectivas dos inquiridos, aquilo que mais

influencia as discrepâncias observadas entre as opiniões de residentes e de visitantes, é a sua relação com a Serra da Freita, i.e., é o facto de esta ser para uns um *espaço de vida e de trabalho* e, para os outros, um *espaço de recreio e de lazer*.

Neste sentido, o discurso e as representações dos visitantes aproximam-se, apesar de tudo, bastante mais das concepções institucionais sobre os processos de desenvolvimento rural e sobre o papel que o ambiente deve desempenhar nesses mesmos processos do que o dos residentes.

Na primeira secção deste capítulo (bem como no debate teórico realizado no capítulo VI) verificámos a existência de uma crescente e dominante preocupação com a integração dos aspectos ambientais nos programas e medidas para o desenvolvimento das áreas rurais. Na área da Serra da Freita (tal como na área do PNM como vimos) estão actualmente a ser aplicados diversos programas e medidas que visam o seu desenvolvimento. Entre eles destacam-se o LEADER II, o LEADER+, o Programa dos Centros Rurais e o Programa dos Núcleos Rurais, entre outros. Tal como vimos no capítulo VI a ênfase, no âmbito destes programas, é essencialmente colocada, quer no ajustamento da actividade agrícola, quer na preservação e protecção dos elementos naturais e culturais e do ambiente. Esta ênfase é também visível na área em análise, primeiro porque embora sem implicações legais, pesam sobre a área duas classificações importantes enquanto *sítio* de interesse para a conservação da natureza e, depois, pelos objectivos que as entidades responsáveis pela implementação dos mecanismos de desenvolvimento local (ADRIMAG e ADDLAP) visam alcançar. Estas duas entidades têm como objectivo a implementação de estratégias de desenvolvimento local que se baseiam essencialmente na intensificação das actividades complementares à agricultura, particularmente as associadas ao turismo. Para a área que estamos a analisar, ambas as ADL têm objectivos semelhantes, que podem ser sintetizados no seguinte:

- a defesa do património endógeno, seja em termos culturais, seja em termos naturais;
- o desenvolvimento e incentivo do turismo em meio rural;
- a valorização dos produtos locais de qualidade, nomeadamente das raças autóctones e dos produtos agrícolas;
- a promoção da cooperação entre as várias entidades e actores.

É dada grande relevância ao turismo, por parte de ambas as associações, sendo este entendido como potencialmente dinamizador de actividades económicas complementares. Esta ênfase sugere, à semelhança do que vimos para a área do PNM, a criação de um rural para ser *visitado*, mais do que para ser *vivido*, muito embora a melhoria das condições gerais de vida das populações locais seja igualmente um objectivo importante das ADL com intervenção na área da Serra da Freita. De salientar que o tipo de iniciativas apoiadas nos últimos anos, nomeadamente através do LEADER, reforça aquela sugestão, já que uma boa parte deles se associa directamente com o turismo (restaurantes, comércio de artesanato,

recuperação de casas para turismo rural, etc.) e à manutenção do património, sobretudo numa perspectiva de *conservação*, i.e., que tem por objectivo a preservação e menos a dinamização e a animação dos meios rurais. Como dissemos no capítulo relativo ao PNM, esta sugestão sustenta-se na análise da bibliografia que efectuámos no capítulo IV, relativa às procuras e consumos externos das áreas rurais na actualidade. Como vimos essas procuras e consumos tendem a transformar as áreas rurais em *bens consumíveis* e *comercializáveis*, podendo este facto contribuir bastante para a perda das características daquelas áreas, bem como para o comprometimento das dinâmicas socioeconómicas locais. O risco associado à *comercialização* do rural *tal como ele é (como se quer que ele seja?)* reside essencialmente na perda da sua autenticidade e do seu dinamismo próprio. Por outro lado, e como referimos nos capítulos IV e V, uma tal concepção de rural (que se materializa, como vimos, em múltiplos programas e medidas institucionais) é susceptível de gerar conflitos entre os consumidores do rural *recriado*, os habitantes do rural *vivido* e o Estado. Estes conflitos assentam assim nas concepções de rural, mobilizando as representações de que demos conta nas secções anteriores, i.e., tanto as concepções de ambiente, como as de desenvolvimento. Como referimos no capítulo anterior, Uma forma de minimizar os efeitos conflituais das medidas concebidas para o mundo rural é o envolvimento das populações locais nesse processo. No que se refere à área da Serra da Freita têm existido, por parte das associações referidas, alguns esforços no sentido de envolver as populações locais e de disseminar a informação que, no entanto, pelo quadro traçado no capítulo VII e pelo que acabámos de referir nas secções anteriores do presente capítulo não parece ter ainda dado frutos importantes no que se refere às freguesias estudadas tendo beneficiado apenas alguns agentes e actores sociais.

Através da análise precedente cremos ter demonstrado a existência de representações diversas face ao desenvolvimento socioeconómico e face ao ambiente entre os residentes e os visitantes da área da Serra da Freita. Vimos, no entanto, que os visitantes da Serra da Freita se distinguem também dos do PNM, sobretudo no que se refere às concepções de desenvolvimento. Acreditamos que mais do que as características objectivas de uns e de outros são, mais uma vez, as relações diferenciadas que cada um destes grupos mantém com os territórios visitados, as determinantes principais dessas diferenças. Também o estatuto legal diverso de ambos os territórios pode dar um contributo importante na explicação daquelas diferenças. Esta demonstração permite, como referimos inicialmente, o teste da hipótese 3 [e da sua derivada i)] ou seja, permite demonstrar o carácter secundário que os elementos naturais assumem por referência aos aspectos associados ao desenvolvimento socioeconómico, para os habitantes da área e a relativa sobrevalorização (menos que a observada para o caso dos inquiridos na área do PNM) que, inversamente os visitantes atribuem àqueles elementos. A confirmação total da hipótese 3, tal como as das

hipóteses 2 e 4 far-se-á com base na análise dos conflitos existentes na área da Serra da Freita, de que a secção seguinte dará conta.

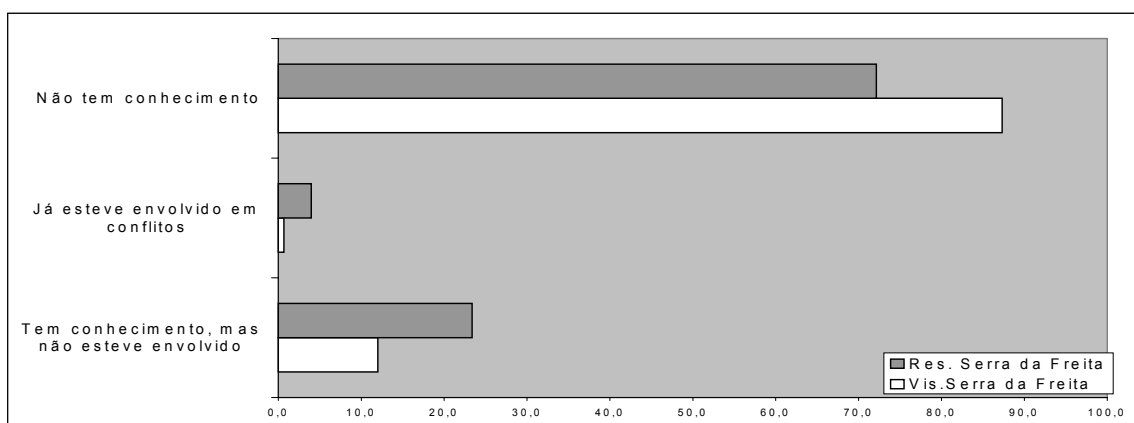
3.3. Conflitos de representações e práticas a propósito do rural vivido e do rural visitado

A partir da análise da informação empírica das secções anteriores, tem vindo a formar-se uma divisão relativamente clara entre a Serra da Freita como espaço rural *vivido* e a mesma área como espaço rural *visitado*. Como temos vindo a argumentar, uma tal distinção pode conduzir à emergência de vários conflitos entre os diversos actores e entidades em presença na Serra da Freita. Podendo esta área rural ser definida (à luz do que argumentámos no capítulo IV) como remota, profunda e marginalizada ela é, não surpreendentemente, crescentemente procurada e consumida por populações não locais. Como vimos nos capítulos II e IV, as áreas rurais com características semelhantes às da Serra da Freita, tendem a representar o paradigma pós-moderno e pós-industrial da intersecção das sociedades actuais com o seu ambiente. Como referimos no capítulo anterior, a propósito do PNM, os utentes secundários conferem aos territórios rurais que frequentam (quer pela sua simples presença, quer essencialmente pelas representações que transportam consigo) um significado diverso do que lhes é atribuído pelos seus residentes. Este facto tende a criar (de modo latente ou evidente) conflitos entre os vários significados atribuídos ao território e, igualmente, entre as diversas práticas que, conseqüentemente, face a ele se desenvolvem. Tendo presentes as questões debatidas no capítulo IV pretendemos, com base nos dados empíricos recolhidos na área da Serra da Freita, observar a existência de conflitos entre os residentes e os visitantes, assim como as suas principais causas. Como dissemos no capítulo anterior, essa análise permitirá o teste das hipóteses relativas à existência de conflitos, seja pelas diversas representações associadas ao desenvolvimento socioeconómico, seja pela diversidade de representações e práticas relacionadas com o ambiente e a sua protecção. Na área da Serra da Freita, como temos vindo a observar, coexistem diversas entidades políticas e económicas e, igualmente, diversos actores sociais. Neste sentido, torna-se relevante analisar os conflitos que podem ter lugar entre estes vários agentes.

A maior parte dos residentes e dos visitantes inquiridos na área da Serra da Freita não tem conhecimento da existência de conflitos entre a população local e os utentes secundários (respectivamente 72,1% e 87,3%). Entre os visitantes desta área, apenas 12,6% têm conhecimento da existência destas situações (sendo que destes, apenas 0,6% já estiveram nelas directamente envolvidos). Entre os residentes observamos que uma percentagem maior (23,3%) tem conhecimento de conflitos e que 1,3% já estiveram directamente envolvidos nestas situações. Há uma maior percentagem de residentes nesta área (por referência à do PNM) que declara ter conhecimento de conflitos entre a população local e os seus visitantes,

mas de um modo geral, com base na avaliação feita pelos inquiridos, podemos dizer que as relações entre estes dois tipos de utilizadores da área da Serra da Freita são relativamente pacíficas. Segundo os residentes inquiridos que declaram ter conhecimento da existência de conflitos, estes ocorrem essencialmente devido ao lixo deixado pelos visitantes na área (81,8%), aos comportamentos tidos para com os elementos naturais e culturais da área (45,4%), à invasão de propriedades particulares (40%) e ainda ao ruído que provocam (20%).

Figura 9.53 – Conhecimento da existência de conflitos entre a população e os visitantes na área da Serra da Freita (%)



Para os visitantes, os conflitos associam-se principalmente ao facto de a população local não aprovar alguns dos comportamentos e actividades desenvolvidos pelos utentes secundários. Para 26,4% dos residentes se a Serra da Freita fosse uma área legalmente protegida não se verificaria a ocorrência de conflitos principalmente pela existência de um maior controlo e de regras específicas (34%). Para 56,3% o facto de a área da SF não possuir qualquer estatuto de protecção não tem influência na ocorrência de conflitos, assim como no seu agravamento ou minimização, já que a população local tende a receber bem os visitantes (44,6%). Finalmente, dos 11,3% que consideram que o facto da Serra da Freita não ser legalmente protegida minimiza os conflitos entre a população local e os residentes, a sua maior parte refere a existência de regulamentações (90%). No entender da maioria dos visitantes inquiridos (53,5%) o facto de a SF não ser uma área protegida tende a agravar os conflitos entre a população local e os que a visitam. 23,3% consideram que ser uma área protegida não influiria no agravamento ou na minimização dos conflitos e também 23,3% crê que se a Serra da Freita fosse um espaço legalmente protegido, os conflitos tenderiam a agravar-se. Entre os que referem que o estatuto de protecção da área motivaria menores conflitos encontramos essencialmente como justificações a maior sensibilidade que os visitantes teriam face àquele território (62,2%) e a existência de regras (37,7%). Entre os que consideram que o estatuto legal não teria qualquer influência neste domínio, a larga maioria (99%) refere que a população receberia bem os visitantes, fosse qual fosse o estatuto legal

da área. Finalmente, entre os que atribuem à eventual criação de uma AP na Serra da Freita um contributo importante para o agravamento dos conflitos entre residentes e visitantes, a principal razão apontada relaciona-se com a existência de regulamentações.

Entre os Presidentes das Câmaras Municipais (3), os Coordenadores das ADL (2) e os Presidentes das Juntas de Freguesia entrevistados (10) há unanimidade quanto à existência de conflitos entre a população e os visitantes, sobretudo motivados pelos comportamentos e as actividades destes últimos. De facto, contrariando um pouco os dados antes mencionados, os conflitos nesta área parecem ser frequentes, tal como pode ser observado nos seguintes excertos das entrevistas realizadas:

“A minha opinião aí pode ser um bocado tendenciosa e facciosa... eu se fosse dono daquele espaço... eu metia-lhe cancelas, fechava. E digo porquê... porque os jipes, os todo-terreno, as motas etc. só fazem duas coisas: é barulho e destroem tudo o que apanham pela frente! Caminhos. as culturas, espantam os animais, aterrorizam as pessoas, as pessoas ficam aterrorizadas! Ficam cheias de medo, detestam... e não deixam ali nada, só deixam poluição. Não deixam dinheiro porque não param, não é?(...). Limitam-se a fazer barulho e a destruir” (ADRIMAG).

“Os turistas... os turistas que nós temos cá não têm preocupação nenhuma, não preservam nada, destroem tudo. Aliás nós tivemos... há ali um fenómeno que é o das ‘pedras parideiras’... Na aldeia da Castanheira que, inclusivamente o programa LEADER financiou uma vedação... horrível, horrível... quando se chega a este ponto, eu acho que é o ponto mais baixo que se pode descer em termos de preservação, quando se tem que vedar uma zona para as pessoas não levarem as pedras para casa” (ADRIMAG).

“Tem havido muitos conflitos. Posso citar alguns exemplos, existe uma aldeia em que só vivem duas pessoas que é a aldeia de Drave (...). E os senhores quando ouvem as motas, porque lá só se vai a pé ou de mota...a roncar pela encosta abaixo em direcção a Drave, fecham as portas e fecham-se dentro de casa, porque têm medo, não é?(...)E os conflitos por exemplo na zona da Freita existem porquê? Porque os senhores dos jipes e das motas não utilizam só os caminhos, vão em.... Passam em qualquer local, muitas vezes entram nos próprios pastos dos animais, não é? Claro que as pessoas que com dias e dias e meses de sacrifício andaram ali a trabalhar o local para os animais poderem pastar nas épocas mais pobres do ano (...) vêem aquilo destruído de um momento para o outro porque um senhor decide fazer uns peões no meio do pasto... e depois existem desavenças, já houve até pancadaria mesmo” (ADRIMAG).

“Sabe? O visitante que vai para a Serra é o cidadão comum... e o cidadão comum infelizmente ainda tem poucas preocupações ambientais e arrasta atrás de si uma série de lixo (CM.c).

“As pessoas das aldeias quando telefonam para aqui...dizem: ‘olhem que nós não temos sossego, nós vamos tapar a estrada... nós não aturamos isto!’. Imagine uma aldeia onde não passa um carro, e não sei que mais... vem o pessoal com o gado e não sei que mais... e vem o pessoal com os jipes passar por aquilo... passa pelo meio dos campos, passa por todo o lado...(...). Ora se uma pessoa de 80 anos fala para aqui, iletrada completamente... imagine o que se passa na cabeça deles com isto. E eles perguntam: ‘mas isto o que é?’. É a tal pergunta que a gente faz: que desenvolvimento? Será desenvolvimento isto?” (CM.d).

“Eles vêm aos milhares... aos milhares, aos domingos... senhora doutora. A senhora doutora não passa... não tem ... o estacionamento nas próprias vias de acesso é tão caótico, tão mal feito que, se houver por exemplo, problemas lá, há situações em que nem os bombeiros passam” (CM.d).

“É o passeio, é o sentar-se, é o comer e beber... comer e beber bem, nos piqueniques e no fim vão contentes embora, a maior parte deixando o lixo... quase todas, deixando nas árvores ou jogando-o for a numa ravina qualquer...(.) As pessoas sentem-se incomodadas com tanta gente que por ali anda e parece que não, mas não tem sido raro o furto de cabritos e aves de capoeira e por aí adiante” (CM.e).

“Chegam aqui e pensam que é tudo deles... Há aqui situações que... ali na zona florestal no Verão... eles preferem ir para debaixo das árvores para almoçar e tudo bem, mas depois é só sacas de lixo por todo o lado, os gados andam ali a pastar e chegam lá e comem aquilo... e há produtos, restos de comida... tudo o que podem... às vezes encontra-se aquele gado mal e não se sabe de onde veio aquilo” (JF17).

“Já temos o exemplo do alto da Serra, aquilo está completamente destruído, aquele espaço. Eu quando os vejo caminhar para baixo, fico numa aflição de morte: ‘deixai-vos estar lá em cima e deixem-nos cá em baixo sossegados’” (JF21);

“Isso... vêm aqui da zona, de Vila da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azemeis... isto aqui aos domingos ... é tudo cheio de gente e sobem à Serra por este lado, vêm por aquele lado e é um pandemónio. Vão ver, vão fazer piqueniques, levam umas churrasqueiras, fazem umas churrasgadas e passam ali, naquelas sombras... e até aí tudo bem, mas no fim aquele lixo que fizeram deixam lá tudo. Há uns contentores, mas ninguém usa” (JF22).

“A maioria é pessoal do garrafão... sinceramente... é pessoal dali da... de... operários fabris de S. João da Madeira, que vêm, vêm mais para o piquenique, uma sardinhada e garrafão...Eu já não arrisco a ir lá ao Domingo, porque a estrada é estreita, são só engarrafamentos, só dá para uma pessoa se arrelhar” (JF24).

“Os turistas... é o lixo. O lixo que para lá é feito, que é uma vergonha” (JF26);

“Todo o mundo acolhe ali e eu acho que... De todos os que vêm ali mais de 80% querem levar as pedras (...)” (JF17).

Pela leitura dos excertos anteriores não apenas ficamos com a ideia da existência de conflitos frequentes e importantes, como também com a noção das principais actividades que os visitantes desenvolvem na Serra da Freita. Estes visitantes, pelas suas próprias formas de consumir o território que visitam, distinguem-se bastante dos inquiridos no PNM. Podemos dizer que estes últimos consomem efectivamente a área do PNM como um espaço *extraordinário* e que os primeiros o consomem como um espaço entendido como mais *vulgar*, face ao qual desenvolvem acções que, não sendo controladas, podem contribuir de forma decisiva para a degradação do ambiente na Serra da Freita. Face aos excertos anteriores torna-se mais fácil compreender porque razão os visitantes são geralmente apontados pelos inquiridos nesta área como não contribuindo positivamente para a preservação dos elementos culturais e naturais da mesma.

Da análise precedente, podemos concluir que os conflitos que se verificam na área da Serra da Freita são de uma natureza diversa dos observados na área do PNM. Assim, como vimos no capítulo anterior, as situações conflituais naquela área ocorrem entre a população local e a administração da área protegida, enquanto que na área agora em análise se verificam essencialmente entre os habitantes e os visitantes, ainda que os dados dos IQ não nos forneçam uma informação suficientemente clara neste sentido. São, como salientámos, sobretudo os discursos das entidades políticas e económicas que nos chamam a atenção para a ocorrência de conflitos entre estes dois tipos de utilizadores do território, bem como para as suas causas. Por outro lado, como temos vindo a salientar, existem conflitos bem mais latentes entre as representações acerca da protecção do ambiente e do desenvolvimento económico. Os conflitos manifestos associam-se, assim à dicotomia entre

um rural *vivido* e um rural *visitado*, muito embora esta dicotomia assuma na área da SF contornos diversos da observada no PNM. Os conflitos latentes (i.e., aqueles que decorrem de representações diversas) também apelam para a existência de um rural *vivido* e de um rural *visitado*, mas neste caso tendo subjacentes a maior valorização da protecção do ambiente por parte dos visitantes e a sua secundarização pelos habitantes por referência ao desenvolvimento socioeconómico.

As hipóteses em análise neste ponto ficam, assim confirmadas, sobretudo no que se refere à hipótese 2 e 3 e suas derivadas, particularmente no que concerne à hipótese e) (derivada da hipótese principal 2), já que como vimos a manifestação de conflitos tende justamente a ser mais evidente nas áreas rurais legalmente protegidas, i.e., no caso concreto do nosso trabalho, no PNM. Isto acontece devido à existência de regulamentações que impõem restrições aos usos do território e dos elementos naturais que, como vimos, opõem de forma inequívoca os habitantes e o Estado (aqui personificado pela administração da área protegida). Assim, enquanto que no caso de estudo constituído pela área institucionalmente considerada como *digna de ser protegida* e *extraordinária* do ponto de vista das suas características ambientais, os conflitos derivam da existência de regulamentações, no caso de estudo constituído pela área *vulgar* (i.e. a Serra da Freita), os conflitos decorrem justamente do uso incontrolado e não regulamentado do espaço e dos elementos naturais e culturais, por parte essencialmente dos utentes secundários.

Os dados relativos à área da Serra da Freita, dão igualmente um contributo importante para o teste da hipótese 4 e suas derivadas, uma vez que, muito embora esta área não conheça o peso tutelar do Estado em termos da sua protecção, observámos que a maioria dos residentes não compreende a legitimidade estatal, designadamente as restrições em vigor na maior parte das áreas protegidas portuguesas. De facto, como vimos anteriormente, os residentes tendem a demonstrar muito maiores níveis de desacordo com a eventual instituição dessas regulamentações do que os visitantes desta área, o que reforça de certa forma que estes reconhecem maior legitimidade às intervenções estatais neste domínio e que consideram que a sua própria racionalidade tende a estar representada nessas mesmas intervenções.

4. Conclusão

O capítulo que agora concluímos teve como base uma estrutura em tudo semelhante à apresentada no capítulo VIII, essencialmente pela relativamente elevada homogeneidade encontrada (através da análise da informação empírica) quanto às representações e práticas face ao ambiente, à natureza e ao desenvolvimento socioeconómico em ambas as áreas de estudo, por parte dos vários agentes sociais, económicos e políticos em presença.

Neste capítulo procurámos analisar, num primeiro momento, o tipo de valorização do ambiente na área da Serra da Freita, tendo em conta as perspectivas institucionais e sociais, ou seja, as visões das entidades políticas e económicas com intervenção na área, bem como as dos seus residentes e visitantes. Num segundo ponto foi analisada a relação entre a protecção do ambiente e a promoção do desenvolvimento social e económico, tendo em conta, em primeiro lugar, as representações associadas às entidades com intervenção na área da Serra da Freita e, seguidamente, as representações dos seus habitantes e dos seus utentes secundários. Finalmente, procurámos observar a existência de conflitos nesta área, em termos de representações e práticas dos vários agentes e actores sociais.

No que se refere à valorização do ambiente, uma primeira conclusão prende-se com a coexistência na área da Serra da Freita de três tipos de visões a que podemos chamar *institucionais*. A primeira, defendida pelo poder central, através da classificação desta área como *sítio de interesse para a conservação da natureza*, no âmbito dos Biótopos Corine e da Directiva *Habitats*. Uma segunda detida sobretudo pelas Câmaras Municipais e pelas Associações de Desenvolvimento Local e que assume as características naturais e ambientais da Serra da Freita como fundamentais para as suas trajectórias futuras de desenvolvimento. Ambas as visões anteriores não são dominantes (ao contrário do que observámos para a área do PNM, em que a visão estatal era predominante) na área e não têm tido tradução especialmente directa em termos da instituição de mecanismos reguladores das práticas dos utilizadores da mesma. No entanto, embora sem grande força legal, estas visões materializam-se de outras formas, nomeadamente através da implementação de programas e de medidas de desenvolvimento rural, que, como vimos, veiculam predominantemente uma concepção de desenvolvimento na qual o ambiente adquire um lugar central. Finalmente, a terceira visão *institucional*, que concebe a natureza e o ambiente como estando essencialmente ao serviço das populações locais e que rejeita as regulamentações que eventualmente se possam colocar às actividades económicas e aos usos que os habitantes fazem do território e dos recursos naturais da Serra da Freita. Esta última visão que podemos definir como essencialmente antropocêntrica, é sobretudo manifesta pelo poder político ao seu nível mais local, i.e., pelos responsáveis pelas Juntas de Freguesia e aproxima-se bastante do ponto de vista dos habitantes desta área rural.

Embora possamos encontrar alguma diversidade, em termos de representações e práticas dos residentes inquiridos nesta área face ao ambiente e face à natureza, estes possuem traços homogéneos evidentes. Essencialmente, como vimos, representam a natureza e o ambiente a partir de uma perspectiva que é simultaneamente antropocêntrica e utilitarista. Esta visão associa-se principalmente aos indivíduos mais idosos, detentores de um menor capital escolar e aos agricultores, quer a tempo inteiro, quer em regime de pluriactividade ou plurirendimento.

Observámos também que ainda que em termos genéricos os habitantes da Serra da Freita possuam uma representação positiva das áreas protegidas, essa visão se transforma abruptamente em negativa quando passamos do nível abstracto (i.e. das questões como ‘Concorda com a criação de uma AP na Serra da Freita?’ ou ‘Gostaria que na Serra da Freita existissem regras para controlar o comportamento dos habitantes e dos visitantes?’) para a materialização das regulamentações em restrições e/ou interdições aos usos dos elementos naturais e culturais. Como vimos, uma parte importante da população inquirida não está de acordo com a implementação da maior parte dessas restrições e interdições na sua área de residência.

No que se refere ao lugar que o ambiente ocupa nas procuras e consumos externos da área da Serra da Freita, concluímos que as características *naturais* desta área se sobrepõem aos seus aspectos *rurais*. Assim, como vimos, estes últimos não possuem senão uma importância muito residual como determinantes da forma como a Serra da Freita é procurada e sobretudo consumida pelos seus visitantes. Esta conclusão está intimamente associada à predominância de uma visão ecocêntrica entre este tipo de inquiridos e muito particularmente ao tipo de relação que estes mantêm com o território da Serra da Freita. Por referência aos residentes, os visitantes desta área tendem a considerá-la como espaço *invulgar* e como *objecto de apreciação estética*.

Da análise efectuada no segundo ponto do presente capítulo, resulta a conclusão do carácter essencialmente *secundário* que é atribuído pelos residentes (e pelos presidentes das Juntas de Freguesia) à protecção do ambiente face à promoção do desenvolvimento socioeconómico. Observámos que, efectivamente, os residentes atribuem maior valor aos processos de desenvolvimento económico do que aos associados à protecção dos elementos naturais. Por outro lado, concluímos que na Serra da Freita, a afirmação de que os visitantes valorizam mais o ambiente por referência ao desenvolvimento económico não é tão óbvia como no caso do PNM, já que se observa naquela área uma muito maior homogeneidade entre visitantes e residentes nesta matéria. De qualquer modo, concluímos que, ainda que mais reduzida, existe evidência de uma maior valorização dos aspectos naturais e ambientais por parte dos visitantes da Serra da Freita, por referência aos seus residentes. As maiores diferenças, neste domínio, entre residentes e visitantes decorrem sobretudo do facto de, para os primeiros a Serra da Freita ser um *espaço de vida, quotidiano e de subsistência* e que para os segundos ela se constitui como *área de lazer*.

Tal como vimos, as actividades e os comportamentos desenvolvidos pelos visitantes da Serra da Freita são substancialmente diferentes das que são realizadas na área do PNM pelo mesmo tipo de inquirido. O tipo de actividades e de comportamentos que os visitantes da Serra da Freita realizam associa-se de forma intensa ao estatuto de protecção desta área, ou melhor, à sua ausência. Como salientámos no último ponto deste capítulo, as actividades e

os comportamentos dos visitantes desta área não protegida são exemplos relativamente claros de práticas tidas pelos utentes secundários em áreas rurais consideradas institucionalmente como *vulgares*. Concluimos que são exactamente estas práticas dos visitantes da Serra da Freita que originam a maior parte dos conflitos manifestos com os residentes e as entidades políticas locais. Daqui podemos inferir que, enquanto na área do PNM os conflitos evidentes se associam ao seu carácter de *área protegida*, no caso da SF eles associam-se ao inverso, i.e., à ausência de regulamentações. Isto significa que a dicotomia que temos vindo a defender como emergente, entre o rural e o urbano, não é apenas baseada nas diferenças entre a sua maior ou menor qualidade ambiental e entre o seu maior ou menor nível de desenvolvimento socioeconómico, mas que se sustenta, em alguns casos, igualmente na existência ou ausência de um estatuto legal de protecção das áreas rurais. Assim, no caso da Serra da Freita trata-se de um rural que é *vivido* face a um rural que é *visitado* como *não protegido*, enquanto que no caso do PNM se trata de um rural *vivido* face a um rural que é *visitado* como *protegido*. Concluimos ainda que para além deste tipo de conflitos manifestos ou evidentes, existem também na área da Serra da Freita (tal como existem no PNM) conflitos, mais latentes, relacionados com as representações e as práticas associadas a ambas as categorias de inquiridos, quer quanto à protecção do ambiente, quer no que diz respeito à promoção do desenvolvimento socioeconómico.

Capítulo X. – Um Rural para Viver, Outro para Visitar – Consequências nas Políticas de Desenvolvimento Rural e de Protecção do Ambiente

1. Introdução

Neste capítulo procuramos fazer a síntese do que foi dito nos capítulos anteriores e, sobretudo uma reflexão crítica acerca dos resultados obtidos através da análise da informação empírica. Neste sentido, discute-se a importância e as consequências da crescente valorização social e institucional do ambiente rural, quer para os casos estudados, quer a um nível de maior generalização. Desenvolve-se o debate acerca das áreas rurais e das suas relações com o exterior, tendo em conta as representações externas sobre o seu ambiente, procurando-se distinguir, em termos de desenvolvimento socioeconómico, as consequências das visões relativas ao que definimos antes como o *rural vivido* e o *rural visitado*.

Com base em tudo o que ficou dito, é ainda debatido se o ambiente se constitui, actualmente, como vantagem ou desvantagem para o desenvolvimento das áreas rurais profundas em Portugal. Finalmente, debatemos o modo como se posicionam as políticas de desenvolvimento rural e de protecção ambiental (em termos da sua formulação e implementação) face à diversidade de representações das áreas rurais e do seu ambiente. Esse posicionamento é analisado e debatido, essencialmente em termos da incorporação das diferentes representações e práticas identificadas, nas políticas e, ainda, em termos de um contributo para a definição de um modelo de gestão dessas diferenças, de molde a permitir quer a sua integração efectiva, quer uma maior legitimidade e eficácia do processo de implementação das próprias políticas.

2. A importância e valorização social e institucional do ambiente rural e suas consequências

2.1. O rural face ao exterior ou o lugar do ambiente nas procuras e consumos externos – uma síntese

Os capítulos IV, V e VI procuraram, através do debate teórico, dar um contributo para a compreensão das transformações ocorridas nas áreas rurais nas sociedades contemporâneas e em Portugal e ainda do impacte dessas transformações nas abordagens políticas aos processos de desenvolvimento rural. Com base nos contributos desses capítulos pudemos observar que as transformações que as áreas rurais conheceram se relacionam com as alterações no papel que a actividade que durante muitos séculos se constituiu como

seu sinónimo - a actividade agrícola – e igualmente com o desmembramento das sociedades camponesas e do *modo de viver camponês*. Estas transformações foram progressivas, conhecendo uma acentuada aceleração após a II Guerra Mundial, época em que as políticas agrícolas modernas se instituíram como uma espécie de contrato entre a sociedade global e o mundo agrário no sentido de garantir a reconstrução das sociedades e economias ocidentais devastadas pela guerra e igualmente a suficiência alimentar. Estas transformações (tal como vimos no capítulo IV) redundaram numa mudança de atitude face à terra, no âmbito das sociedades rurais, que passou a ser entendida como mais um factor de produção. O aumento da produtividade imposto à agricultura conheceu os seus primeiros efeitos perversos na década de sessenta, época em que a sobreprodução agrícola começou a ser questionada e em que se iniciaram um conjunto de medidas tendentes à redução da produtividade agrícola. Extremamente dependente desta actividade o mundo rural entra numa situação de declínio acentuado que corresponde a uma crise multiforme deste espaço que enfrenta, como vimos, um futuro incerto.

Na sequência desta crise multiforme das áreas rurais actualmente a maior parte dos países ocidentais parece orientar-se para um conjunto de evoluções das quais agora destacamos a constituição daquelas áreas como o lugar por excelência para a aplicação da *doutrina ambientalista planetária*, que possui os contornos que observámos nos capítulos II e III. É então um rural *pós-moderno* e *multifuncional* o que emerge das transformações e da crise. Os espaços rurais, sobretudo os mais profundos que foram duplamente atingidos pelas alterações observadas (por um lado porque foram marginalizados pelos modelos produtivistas que dominaram o mundo ocidental até há poucas décadas atrás e, por outro lado, porque sofreram igualmente as consequências da necessidade de redução da produção agrícola) constituem-se assim, actualmente, num contexto planetário crescentemente globalizado e homogéneo e no qual a natureza é cada vez mais percebida social e institucionalmente como um bem escasso, como espaços-reserva da qualidade ambiental, dos valores tradicionais e da autenticidade. Vimos que este reencontro do rural com o ambiente não é de todo uma questão casual, mas deriva antes de um complexo conjunto de factores, dos quais os anteriormente mencionados parecem ser os mais evidentes. O renascimento do rural na pós-modernidade ou na era da *modernidade reflexiva* é, ao mesmo tempo, simbólico e material. A identificação entre o rural e o ambiente é hoje uma característica dominante nas sociedades ocidentais e é sobretudo protagonizada pelos urbanos. As novas procuras e consumos das áreas rurais baseadas na sua maior (real ou idealizada) qualidade ambiental têm, como vimos nos capítulos IV e V, efeitos sociais importantes que não podem ser negligenciados, sobretudo pelas políticas de desenvolvimento rural. Observámos que em Portugal, não apenas as questões ambientais surgiram mais tarde que na maioria dos países ocidentais e desenvolvidos, como igualmente a associação entre o rural e o natural ocorreu

mais tardiamente. Argumentámos no capítulo V que, tratando-se de um movimento recente, não é possível prever a direcção e as consequências desta *reinvenção do rural* (materializada em crescentes procuras e consumos externos) em Portugal, que é feita sobretudo pelo Estado e pelos cidadãos urbanos. Vimos no capítulo VI que o olhar do Estado sobre o rural tem sido essencialmente motivado pela necessidade de ajustamento agrícola e, para as áreas rurais em que tal não seja possível, pela sua reconversão em reservas de memórias e de qualidade ambiental. Tal visão está intimamente associada à visão dos urbanos e, de certa forma, procura responder às necessidades e exigências para com as áreas rurais, desta última categoria de actores sociais. A visão institucional sobre o rural tem-se manifestado de múltiplas formas, mas sobretudo através da instituição de espaços protegidos e da adopção e implementação de programas e medidas para o desenvolvimento rural em que o ambiente tem desempenhado um dos (senão mesmo o) papéis principais.

Estas conclusões (essencialmente decorrentes do debate teórico) associam-se estreitamente às hipóteses por nós colocadas no capítulo VII e que a análise empírica procurou testar. Assim, a primeira das hipóteses colocadas agrega as questões associadas às procuras e aos consumos externos que actualmente se observam, nas áreas rurais portuguesas. Desta hipótese decorrem duas hipóteses auxiliares, uma que foi testada em termos teóricos e por referência à caracterização socioeconómica das áreas estudadas neste trabalho e a segunda que foi sobretudo testada através da análise da informação empírica relativa à valorização institucional e social do ambiente e ao lugar que o mesmo ocupa nas procuras e consumos externos das áreas rurais profundas. Em termos da valorização institucional, observámos que a principal prática estatal neste domínio é a instituição destas áreas como *protegidas* ou como *áreas relevantes para a conservação da natureza*, mesmo que neste último caso a penetração do Estado nas áreas rurais não tenha o peso legal associado à imposição de restrições e interdições aos usos que os habitantes e os visitantes fazem do território. No sentido da confirmação desta hipótese vimos ainda como o Estado (ao nível central essencialmente) tem materializado a sua concepção ecocêntrica nos programas e medidas de desenvolvimento que concebe e implementa nas áreas rurais, sem ter frequentemente em conta o ponto de vista dos seus habitantes.

Em termos da valorização social do ambiente nas áreas rurais, a análise dos dados relativos aos visitantes da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho permitiu confirmar amplamente a primeira hipótese, já que estes transportam consigo uma visão do rural que é igualmente ecocêntrica e que se materializa em práticas específicas face à natureza e ao território das áreas visitadas, mas sempre associadas ao recreio e ao lazer. Nesta secção pretendemos fazer a síntese do lugar ocupado pelo ambiente nas procuras e consumos externos dos visitantes de ambas as áreas estudadas. Para tal, no sentido de testar a homogeneidade entre os visitantes, utilizámos a técnica da análise em componentes

principais³¹⁴. Observamos que no que se refere à idade e aos níveis de escolaridade apesar das diferenças encontradas e salientadas anteriormente, os visitantes de ambas as áreas estudadas se constituem como um grupo homogéneo, o mesmo se verificando por referência aos grupos socioeconómicos, em que apenas se encontram *outliers* correspondentes aos inquiridos cuja actividade principal é associada às forças armadas (Serra da Freita). No que se refere à posição política e ao nível de rendimentos não encontramos também diferenças importantes entre os visitantes do PNM e os da Serra da Freita. Finalmente, ainda no âmbito das variáveis de caracterização, observamos igualmente a existência de homogeneidade nesta categoria de inquiridos quanto aos níveis de materialismo. Como salientámos anteriormente, estes inquiridos são essencialmente defensores de valores de tipo pós-materialista. Observada a existência de homogeneidade neste grupo de inquiridos é agora possível testar a homogeneidade no que se refere às questões associadas às valorizações de ambiente e de natureza, por referência às suas características objectivas. Vemos, uma vez mais que, no que se refere às definições de ambiente e natureza existe homogeneidade. No mesmo sentido, podemos observar quase total homogeneidade no que se refere às variáveis associadas à concepção de natureza e de ambiente e à motivação para a sua preservação. Trata-se, como vimos anteriormente, de um grupo de inquiridos que pode ser relacionado com uma visão ecocêntrica destes aspectos, i.e., que atribui importância à preservação do ambiente e da natureza pelo seu valor intrínseco e estético mais do que pelo seu valor de uso. No que se refere às razões da visita às áreas de estudo, a análise de homogeneidade demonstra-nos precisamente que, tanto no caso dos inquiridos no PNM como no dos inquiridos na Serra da Freita se observa bastante consistência no que se refere à beleza das paisagens e ao contacto com a natureza. No entanto, observamos igualmente a associação entre os visitantes da Serra da Freita e as actividades de caça e pesca e os piqueniques e a maior relação entre os inquiridos no Parque Natural de Montesinho e *a fuga ao stress*. De qualquer modo, constatamos que, à semelhança do que havíamos salientado anteriormente, as razões da procura e do consumo de ambas as áreas de estudo se relaciona intimamente com as suas características *naturais*. Exactamente o mesmo tipo de razões são apontadas pelos inquiridos para as visitas a outras áreas rurais e/ou protegidas, verificando-se que os inquiridos na área do PNM apontam, para além das mencionadas anteriormente, a observação de animais e plantas autóctones. Isto demonstra de certo modo, reforçando que dissemos antes, que apesar de se observar homogeneidade entre os dois grupos de inquiridos, existem algumas diferenças quanto às práticas desenvolvidas que parecem relacionar-se intimamente com o estatuto legal de protecção das áreas visitadas. Assim, os

³¹⁴ Esta análise foi realizada com base no método *Homals* (*Homogeneity Analysis*), aquele que melhor se adequa às características das variáveis nominais que constituem a maior parte na nossa base de dados. Esta análise permite a partição em grupos homogéneos dos *objectos* ou *casos* analisados. Quantifica ainda as variáveis atribuindo a cada dimensão *scores* óptimos que permitem uma maior separação entre as categorias (e.g. Pestana e Gageiro, 1998).

visitantes do PNM atribuem um maior valor aos aspectos especificamente *naturais* das áreas que frequentam e os da Serra da Freita tendem a atribuir-lhes, para além deste, um valor associado ao uso desses aspectos, seja através da prática de actividades desportivas, seja através da realização de piqueniques ou ainda da caça e da pesca. Observámos que no PNM estas razões não são apontadas por nenhum inquirido como motivações para a procura e o consumo das áreas rurais.

Paralelamente, a análise estatística deixa perceber a existência de uma relativamente forte homogeneidade entre os visitantes e a concordância com a globalidade das regulamentações existentes na área do PNM ou com a eventualidade da sua instituição na Serra da Freita. Ao mesmo tempo, observamos que os inquiridos apresentam uma elevada homogeneidade no que se refere aos aspectos considerados mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente nas áreas visitadas. Salientemos a associação intensa que existe entre a consideração dos aspectos relacionados com o quotidiano dos habitantes e a sua consideração, por parte dos visitantes, como susceptíveis de ter impactes negativos em termos ambientais. Ao mesmo tempo, observamos que os aspectos puramente associados à natureza são considerados como bastante susceptíveis de degradar o ambiente em ambas as áreas de estudo.

Esta breve análise permite concluir que o ambiente possui um lugar central nas procuras e consumos externos das áreas rurais e que a principal função destas, na actualidade, se associa sobretudo à satisfação de necessidades criadas exteriormente. O ambiente é, indubitavelmente, para os visitantes da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho, a grande motivação das procuras e o grande determinante (essencialmente no caso do PNM) das práticas de consumo que aí se desenvolvem. Pelas características associadas às procuras e aos consumos destes ambientes rurais não é surpreendente que os visitantes (uma vez mais, particularmente os do PNM) não considerem tão graves, como os seus residentes, para a degradação ambiental das áreas que frequentam e consomem, aspectos como o esvaziamento da paisagem rural de alguns dos elementos que a constituem e que são fundamentais para a sua continuidade: o Homem e a actividade agrícola. O ambiente rural tem vindo crescentemente a constituir-se como um *símbolo* para os urbanos, essencialmente na medida em que é percebido como *natural*. A maior parte dos visitantes que inquirimos vêem as paisagens do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita como uma realidade não construída por Homens, animais e máquinas. Aqui reside, como demonstrámos, a grande motivação para o consumo destas áreas, i.e., como reservas de qualidade ambiental mais do que como lugares de preservação de tradições e de memórias e, sobretudo, mais do que como lugares *vividos* por outros actores sociais.

Se, como debatemos nos capítulos teóricos e como vimos pela análise empírica, o rural possui actualmente uma função ambiental inegável, essencialmente para os *não rurais* (mas,

em última análise, para a sociedade entendida como um todo) essa função poderá ter igualmente efeitos que podemos qualificar como perversos em áreas durante décadas afastadas dos modelos de desenvolvimento dominantes e que aspiram agora aos seus benefícios. Por outro lado, na maior parte das áreas rurais profundas (e também no Parque Natural de Montesinho e na Serra da Freita) ainda não houve tempo de se consolidar a sua identificação institucional e social com o ambiente. Esta identificação, como salientámos nos capítulos IV e V, deixa entrever a passagem de um mundo rural dominado pelo agrícola, para um mundo rural aparentemente cada vez mais assimilado pelas questões ambientais. Esta passagem ocorre numa época em que ainda não é possível fazer completamente a avaliação das consequências de um rural sem actividade agrícola, i.e., de um rural-reserva de qualidade ambiental

2.2. O rural ‘vivido’ e o rural ‘visitado’ – Consequências para o desenvolvimento rural das áreas do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita

Os aspectos sintetizados na secção anterior, chamam a atenção para a existência de um rural *vivido* e de um rural *visitado*. Ou seja, para a existência de uma nova dicotomia rural-urbano, actualmente baseada em representações e práticas diferenciadas face ao ambiente das áreas rurais, por parte dos seus habitantes e visitantes. Assim, como vimos nos capítulos IV, V e VI, as questões ambientais dizem crescentemente respeito às áreas rurais, quer pela nova centralidade que aquelas lhes conferem no contexto mais vasto do desenvolvimento social e económico, quer pela cada vez maior frequência, procura e consumo de que são alvo. Como referimos, esta situação pode originar efeitos sociais importantes que não devem ser negligenciados, designadamente pelas políticas, programas e medidas que visam o desenvolvimento rural. O principal desses efeitos é a dissociação entre as qualidades rurais que (em face da procura) podem ser comercializadas e consumidas e os seus contextos sociais e económicos. Como referem Macnaghten e Urry, 1998) a esta situação corresponde o instituir do rural como *espectáculo*, como *cenário* e como paisagem que corresponde, na maior parte dos casos, a uma perda de autenticidade dos locais e ainda das suas formas de organização social e económica. Isto significa que as áreas rurais, sobretudo as mais profundas e remotas tendem a constituir-se como lugares de identidade *ficcionada*, baseada não na ruralidade, como a definimos antes, mas sim na sua recriação para consumo dos urbanos.

A procura e o consumo do rural, porque sustentada em expectativas, representações e práticas diversas das das *pessoas do lugar*, podem igualmente ser fonte de conflitos, como vimos nos capítulos VIII e IX, a propósito das áreas estudadas neste trabalho. Os conflitos relacionam-se tanto com a forma como aquelas áreas são consumidas, como com a sua

própria organização socioeconómica. Os conflitos podem emergir igualmente a partir da hierarquização de legitimidades e de usos face ao mesmo território. Esta situação, como salientámos, é passível de originar uma nova dicotomia rural-urbano que decorre essencialmente da exterioridade dos processos de valorização do rural, protagonizados sobretudo pelo Estado e pelos urbanos. Este duplo *olhar exterior* (como o designámos anteriormente) sobre o espaço rural é aquilo que verdadeiramente o institui como amenidade³¹⁵, como natureza, como ambiente a proteger e a preservar. Esta é também uma visão estranha aos habitantes rurais para os quais a natureza é antes de mais um recurso que sustenta as suas práticas económicas. Trata-se, assim, de um ambiente *vivido, utilizado* no quotidiano e que assume com frequência um estatuto de *vulgaridade*. Ao contrário, a *excepcionalidade* atribuída aos mesmos espaços e ambientes pelo Estado e pelos urbanos faz relevar um ambiente rural que é sobretudo instituído como *invulgar*. Faz sobressair igualmente a existência de legitimidades diversas e, conseqüentemente, a criação de desigualdades sociais mais ou menos importantes, uma vez que as racionalidades exteriores face ao ambiente rural tendem a sobrepor-se às dos próprios habitantes rurais na determinação dos usos do território e dos elementos naturais. Neste contexto, as populações rurais tendem a considerar a protecção do ambiente a partir de um ponto de vista muito diverso do dos urbanos, assente na secundarização das questões naturais e ambientais por referência à prioridade atribuída aos processos de desenvolvimento económico. Inversamente, os visitantes das áreas rurais e o Estado (considerado ao seu nível mais central) consideram os aspectos associados à protecção do ambiente e da natureza como fundamentais no contexto dos novos paradigmas de desenvolvimento para as áreas rurais.

Vimos que actualmente uma das formas de penetração e difusão das visões dominantes (partilhadas pelo Estado e pela população urbana) redundava frequentemente na instituição de áreas protegidas ou na sua classificação como locais importantes para a conservação da natureza. Vimos que, se a maior parte dos autores consultados e o próprio Estado reconhecem o papel fundamental das populações locais na manutenção da fisionomia dos espaços protegidos, ao mesmo tempo que reconhecem nos processos de desertificação humana e no abandono dos territórios um dos maiores problemas com que as áreas protegidas e/ou classificadas se debatem actualmente, simultaneamente e surpreendentemente as iniciativas de protecção e/ou conservação raramente entram em linha de conta com os interesses, necessidades e saberes dos habitantes dessas áreas. Na maior parte dos casos, a instituição de áreas protegidas em Portugal sustentou-se numa perspectiva conservacionista que tendeu a desafectar, sobretudo simbolicamente mas com efeitos materiais importantes, os territórios protegidos das lógicas de desenvolvimento dominantes no tecido social e económico globalmente considerado. Assim, a população local

³¹⁵ Sobre as amenidades rurais e a sua produção e reprodução pode ser visto, entre outros, o trabalho de Covas (1999).

foi sendo duplamente excluída: por um lado dos benefícios eventuais do sistema socioeconómico dominante e por outro lado, dos processos de instituição da sua área de residência como protegida e/ou classificada. Particularmente a instituição de áreas protegidas em Portugal tem colidido com os usos enraizados no território e, nesse sentido, as regulamentações associadas aos processos de protecção são entendidas pelos habitantes como aspectos limitadores e impeditivos do desenvolvimento e ainda como instrumentos *exteriores* que colocam obstáculos às suas práticas quotidianas. Pelo contrário, o mesmo tipo de regulamentações é entendido pelos utentes secundários dessas áreas como absolutamente necessário, no sentido de conservar a natureza e o território e, mais ainda, de preservar os seus espaços de recreio e de lazer.

Tendo em conta estas questões, as hipóteses 2, 3 e 4 e as suas derivadas³¹⁶ procuram observar a existência de conflitos de legitimidades, representações e práticas entre o Estado, os habitantes e os visitantes do espaço rural, tendo em atenção o conteúdo e as formas assumidas por aquelas racionalidades. Assim, a informação empírica analisada nos capítulos anteriores demonstra que as hipóteses colocadas conhecem confirmação. Efectivamente, vimos a diversidade de representações e práticas diversas face ao uso do espaço e do ambiente nas áreas rurais e a forma como se manifestam dois tipos dominantes de representações:

- as que são propriedade do Estado central e dos visitantes e
- aquelas que os habitantes e as entidades político-administrativas locais detêm.

Vimos ainda, como é no contexto das áreas protegidas que os conflitos tendem a ocorrer devido à imposição e à sua materialização, de concepções exteriores de natureza, ambiente e desenvolvimento socioeconómico. Observámos igualmente o maior valor atribuído aos elementos naturais pelos utentes secundários das áreas rurais e a sua secundarização face ao desenvolvimento económico, por parte dos seus habitantes. Finalmente, fornecemos evidência empírica sobre a maior representatividade dada aos urbanos, assim como às suas expectativas, necessidades e interesses face ao rural, pelo Estado em termos da elaboração e implementação de programas e medidas quer de protecção do ambiente quer ainda de desenvolvimento rural.

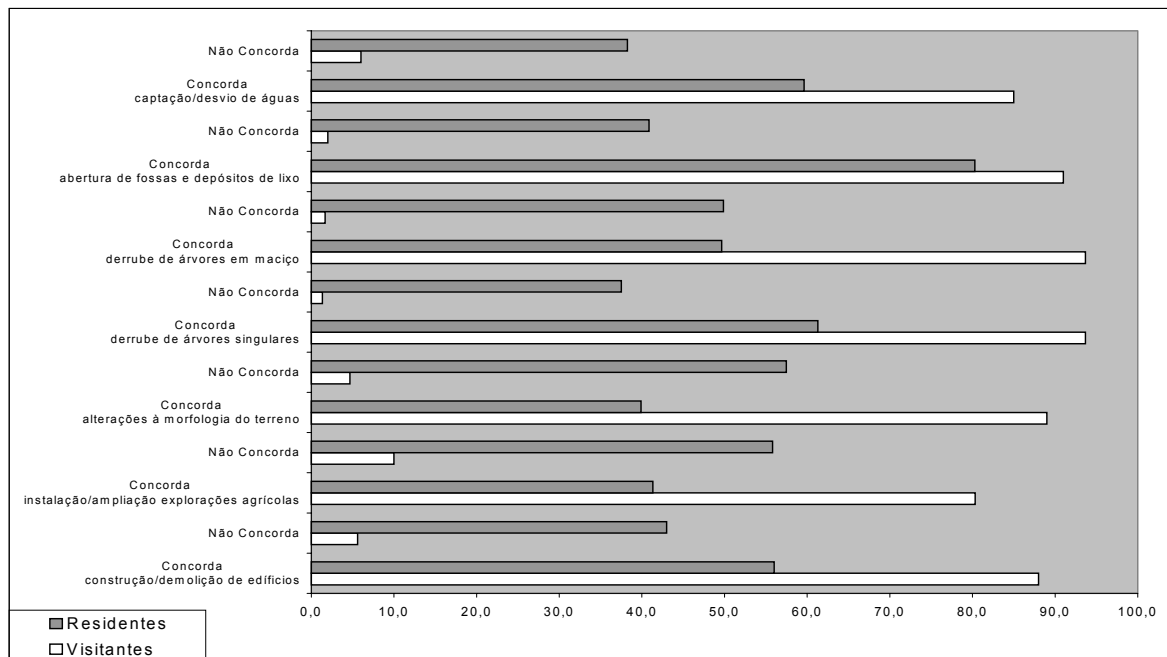
Procurando sistematizar estas questões, verificamos que também os residentes de ambas as áreas estudadas nesta tese se constituem como um grupo homogéneo, por referência aos visitantes. De facto, como salientámos antes e como o demonstra a análise da homogeneidade, os residentes na Serra da Freita e no PNM apresentam características muito semelhantes, quer no que diz respeito às variáveis sociográficas, quer igualmente no que se refere às representações tidas a propósito do ambiente e do desenvolvimento nas suas áreas

³¹⁶ Apresentadas no capítulo VII e já debatidas nos capítulos VIII e IX, à luz da evidência empírica aí analisada.

de residência. Dito isto, é interessante sintetizarmos brevemente, com base na informação analisada, quais os contornos do rural *vivido* e quais os contornos do rural *visitado*, utilizando apenas dois *tipos de inquiridos*: os visitantes e os residentes.

Assim, o rural que é *espaço vivido* caracteriza-se essencialmente pela não compreensão e aceitação das regulamentações existentes no espaço protegido ou eventualmente a criar na área que não possui aquele estatuto. As restrições e as interdições são frequentemente entendidas como obstáculos às actividades quotidianas das populações locais. Inversamente elas são consideradas desejáveis por parte dos visitantes, no sentido de preservar e proteger o espaço rural como espaço *natural*. Na figura 10.1 podemos observar a distribuição dos residentes e dos visitantes, de acordo com os níveis de concordância, pelas diferentes regulamentações propostas³¹⁷. A análise da homogeneidade distingue claramente os dois grupos quanto às actividades sujeitas a autorização, demonstrando a elevada proximidade entre os residentes e a não concordância com essas regras, ao mesmo tempo que mostra a inter-relação entre os visitantes e a situação de concordância. As medidas de associação vão no mesmo sentido, i.e., observamos uma forte e intensa relação estatística entre a concordância/discordância com as regulamentações relativas às actividades sujeitas a autorização e a relação de cada grupo de inquiridos com os territórios analisados (os testes estatísticos demonstram a variação do $\chi^2=89,762$ e $\chi^2=208,788$ para 1 gl, variando o V. de Cramer entre 0,400 e 0,550)

Figura 10.1 – Níveis de concordância manifestados pelos residentes e pelos visitantes de ambas as áreas estudadas face às regulamentações associadas às actividades sujeitas a autorização (%)

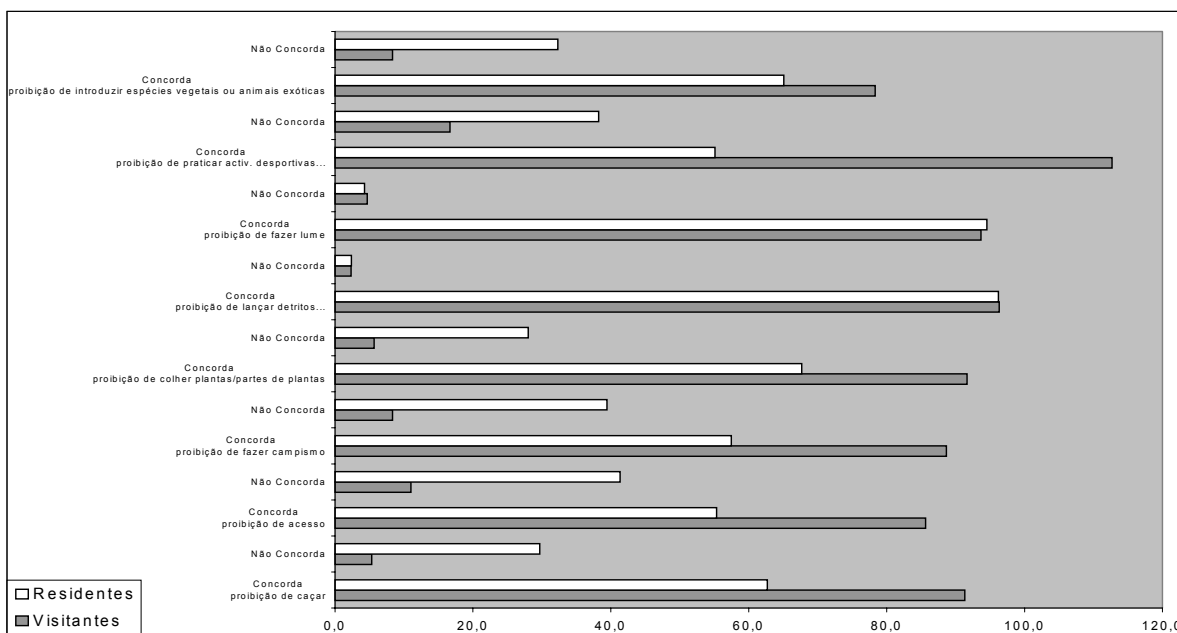


³¹⁷ Que, recordamos, são as que se encontram em vigor na maior parte das AP portuguesas tal como referimos no capítulo VII.

Quanto às interdições observamos exactamente a mesma homogeneidade dentro de cada grupo de inquiridos, muito embora, como vimos nos capítulos anteriores, a associação estatística entre as variáveis não seja tão intensa (ver figura 10.2).

O espaço rural *vivido*, por oposição ao espaço rural *visitado* também se define pela consideração de maior ou menor susceptibilidade no contributo de determinados aspectos para a degradação do ambiente. Assim, como vimos nos capítulos anteriores e como demonstra a análise de homogeneidade efectuada, existe igualmente uma forte dicotomia entre a situação de residente e a situação de visitante por referência a esses aspectos. Adoptamos aqui os mesmos critérios na divisão dos aspectos propostos em três categorias principais: aqueles que se associam ao quotidiano dos habitantes, aqueles que se relacionam com a manutenção das *memórias* e da identidade colectiva e finalmente, os que se referem à natureza e às procuras externas.

Figura 10.2 – Níveis de concordância manifestados pelos residentes e pelos visitantes de ambas as áreas estudadas face às regulamentações associadas às actividades interditas (%)



Tal como referimos nos capítulos anteriores, os visitantes (e muito particularmente os visitantes do PNM) tendem a considerar com susceptíveis de degradar o ambiente os aspectos que se associam ao quotidiano dos habitantes e sobretudo às actividades económicas dominantes. Os residentes, ao contrário, privilegiam esses aspectos, não os considerando passíveis de ter impactes negativos sobre o ambiente das áreas do PNM e da Serra da Freita (ver figura 10.3). No que se refere aos aspectos associados à manutenção das *memórias* identidade colectiva, podemos observar uma menor homogeneidade no interior do grupo dos residentes e, conseqüentemente, uma menor heterogeneidade entre os dois grupos. Isto acontece porque, tal como vimos nos capítulos anteriores, a maior parte dos

inquiridos, tanto visitantes como residentes, nas áreas em análise consideram que as perdas em termos dos valores associados à manutenção das tradições são susceptíveis de degradar o ambiente. Apesar disto, observamos que entre os residentes existe, efectivamente, maior divergência de opiniões face a estes aspectos. Os testes estatísticos demonstram a existência de uma associação significativa, mas não intensa, entre o tipo de inquirido e os aspectos analisados (ver figura 10.4).

Figura 10.3 – Aspectos associados ao quotidiano dos habitantes, segundo o contributo para a degradação do ambiente nas áreas estudadas, por tipo de inquirido (%)

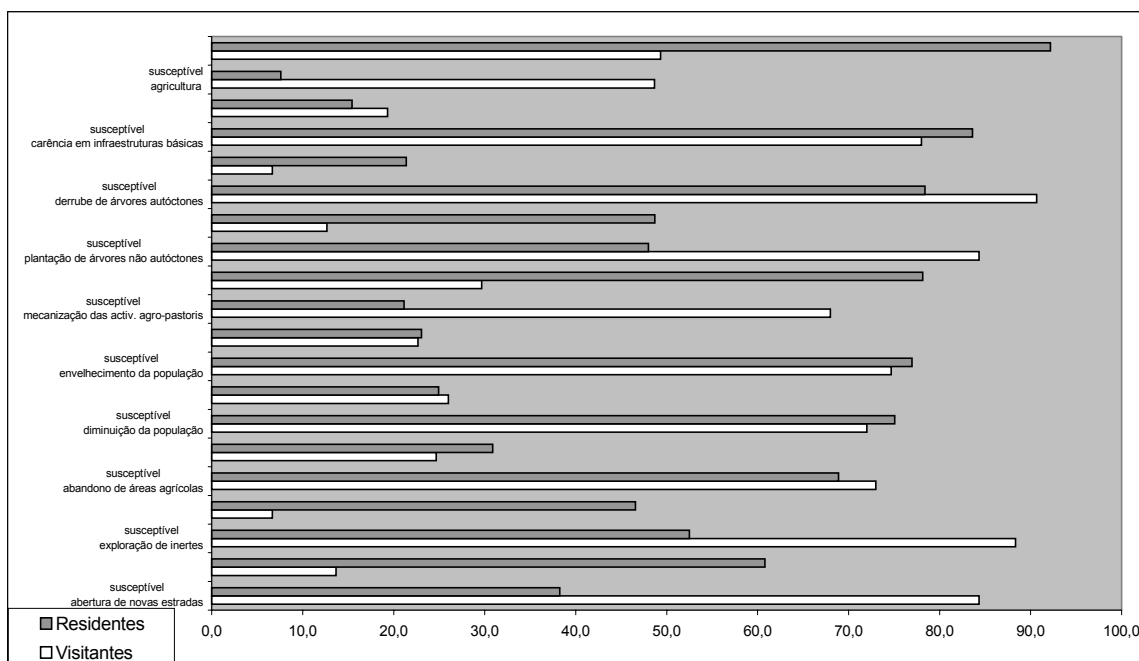
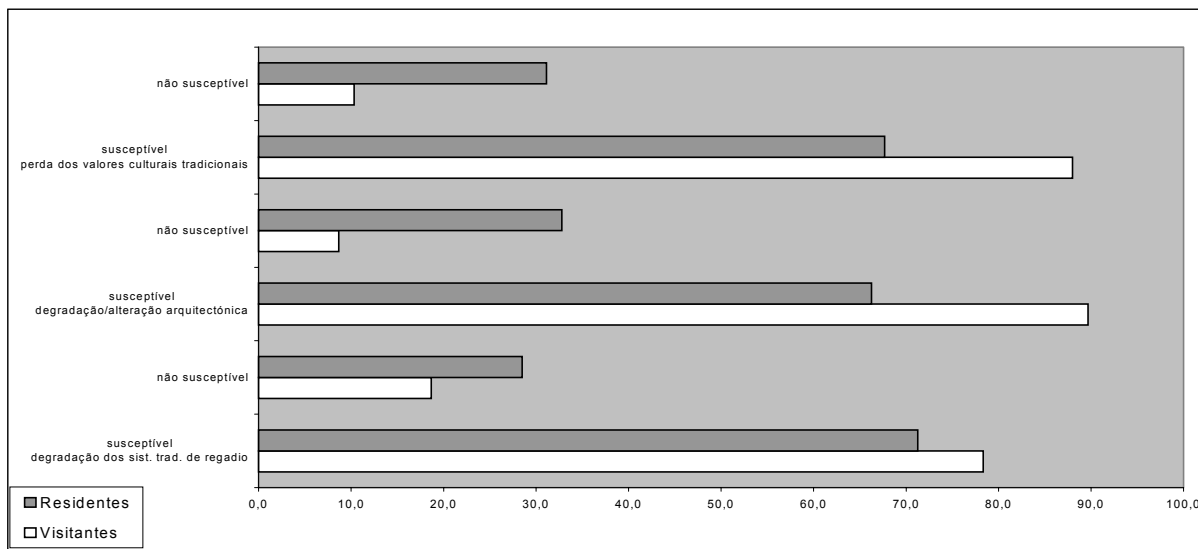
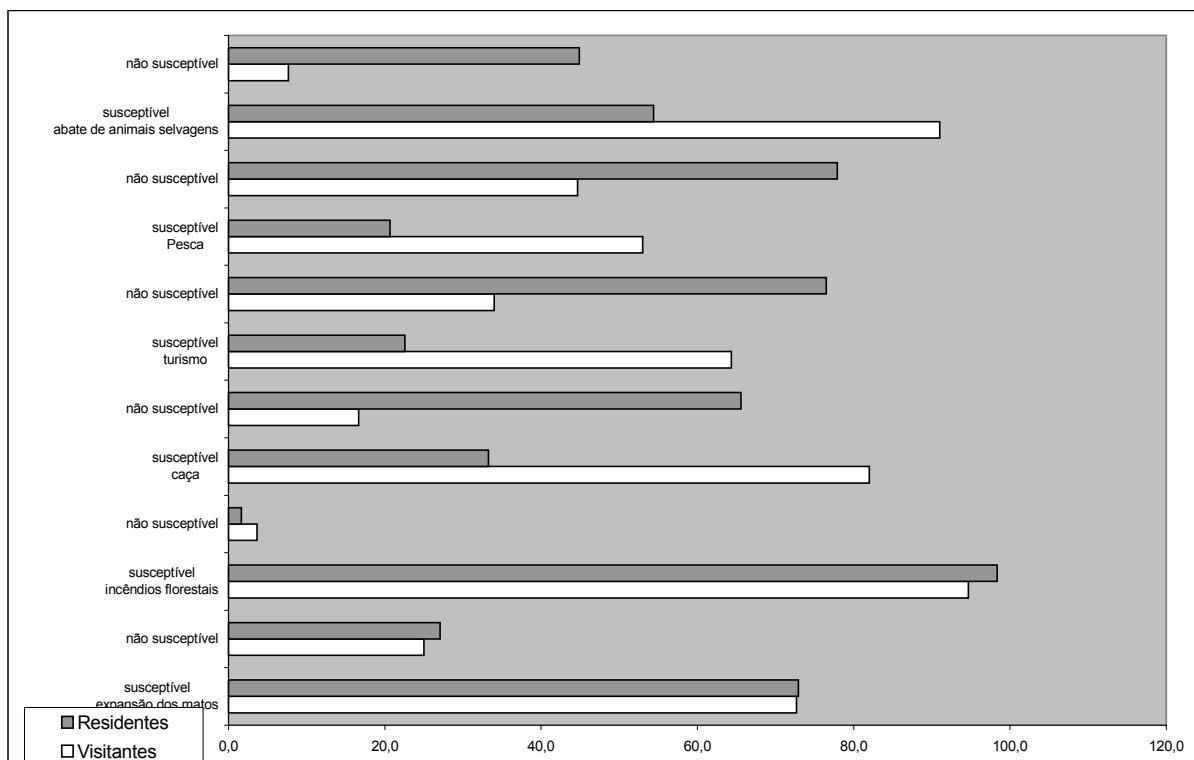


Figura 10.4 - Aspectos associados à manutenção das *memórias* e identidade colectivas, segundo o contributo para a degradação do ambiente nas áreas estudadas, por tipo de inquirido (%)



Também a análise da homogeneidade nos indica que os visitantes e os residentes constituem dois grupos distintos, mas internamente coesos, na avaliação destes aspectos. Relativamente à última categoria de aspectos referida, observamos que existe homogeneidade interna em cada um dos grupos e, conseqüentemente heterogeneidade por referência ao outro. Assim, são os visitantes que considera mais susceptíveis de degradar o ambiente, aspectos como a caça, o turismo e a pesca. Observamos a existência de homogeneidade para a questão dos incêndios florestais e ainda alguma proximidade entre os dois grupos de inquiridos no que se refere à expansão dos matos, como aspectos susceptíveis de contribuir para a degradação do ambiente nas áreas da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho. À excepção do aspecto relativo aos incêndios florestais, (pelas razões expostas anteriormente) todos os outros aspectos considerados permitem estabelecer uma associação estatisticamente significativa e relativamente intensa com a variável *tipo de inquirido*, reforçando assim a homogeneidade dentro de cada uma das categorias e a diferenciação de uma face à outra (ver figura 10.5).

Figura 10.5 - Aspectos associados à natureza e às procuras externas, segundo o contributo para a degradação do ambiente nas áreas estudadas, por tipo de inquirido (%)

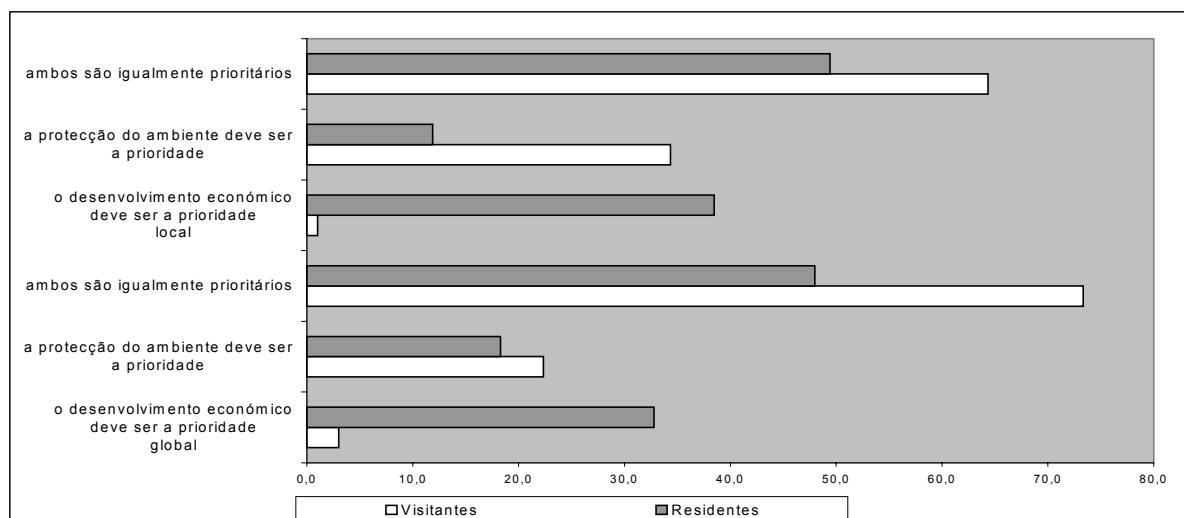


Pela análise precedente (complementar daquela que foi desenvolvida nos capítulos VIII e IX) podemos comprovar a existência de dois *universos paralelos*, formados (num e noutro caso) pela diversidade de representações e práticas face aos aspectos ambientais e naturais das áreas da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho. Muito embora possamos

dizer que existe alguma diversidade no interior de cada grupo (particularmente como salientámos nos capítulos VIII e IX, na categoria dos residentes), a imagem que sobressai das figuras apresentadas até aqui é de grande homogeneidade interna.

Como vimos nos capítulos anteriores, o rural *vivido* e o rural *visitado* também se constroem como universos distintos a partir das representações associadas ao desenvolvimento socioeconómico. Se por um lado as áreas rurais profundas se têm constituído como reservas de qualidade ambiental, no contexto da reflexividade da modernidade por um lado, e no contexto das suas próprias transformações internas por outro lado, vemos que essa constituição decorre em grande medida do seu *atraso económico e social* face às áreas urbanas e no âmbito das consequências da dominância dos modelos de desenvolvimento assentes no paradigma do crescimento económico, que vigoraram até há algumas décadas atrás. Existe um claro desfasamento histórico entre a centralidade que as questões ambientais assumem para o *exterior* das áreas rurais e a urgência de que as questões económicas e materiais se revestem no seu *interior*. Procurando reforçar estas conclusões, podemos observar a distribuição dos visitantes e dos residentes face à prioridade atribuída na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento socioeconómico. A análise à homogeneidade dos grupos demonstra (para além da mencionada semelhança entre os inquiridos quando globalmente considerados face à situação de compromisso – ou seja, aquela que postula a conciliação dos dois objectivos) a maior proximidade dos residentes à prioridade atribuída ao desenvolvimento económico e, inversamente, a proximidade entre os visitantes e a prioridade dada exclusivamente à protecção do ambiente, tanto a nível local como global (ver figura 10.6).

Figura 10.6 – Prioridade atribuída na relação protecção do ambiente/promoção do desenvolvimento socioeconómico, a nível global e local, pelos inquiridos (%)



Os testes estatísticos efectuados confirmam igualmente esta relação que é, para o nível do local (i.e. ao nível das áreas estudadas) também bastante intensa ($\chi^2=156,200$ para 2 gl.; V. de Cramer=0,500; C. de Pearson=0,430).

Relativamente à avaliação que residentes e visitantes fazem do nível de desenvolvimento das áreas da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho, observámos anteriormente que existe semelhança entre as duas categorias de inquiridos. Efectivamente, tanto residentes como visitantes classificam ambas as áreas como pouco ou nada desenvolvidas. Apenas no que se refere às justificações subjacentes a essa avaliação é, como vimos nos capítulos VIII e IX, possível observar alguma diversidade, não apenas entre os dois grupos de inquiridos, mas igualmente no interior do grupo visitantes. A análise da homogeneidade permite distinguir três grupos:

- um primeiro constituído pelos residentes de ambas as áreas, enfatizando os aspectos associados ao emprego, à carência em equipamentos e serviços básicos e ainda à ausência de indústrias;
- um segundo constituído pelos visitantes da Serra da Freita que coloca a ênfase no isolamento desta área relativamente aos grandes centros urbanos;
- finalmente, um terceiro grupo constituído pelos visitantes do Parque Natural de Montesinho e que tende a associar os baixos níveis de desenvolvimento às características ambientais da área.

Quanto ao contributo da existência da área protegida (caso do PNM) ou da sua eventual instituição (caso da Serra da Freita) observamos igualmente a existência de três grupos entre os inquiridos:

- um primeiro constituído pelos residentes do PNM em que se verifica a sua maior proximidade ao reduzido ou nulo aumento em termos de desenvolvimento;
- um segundo grupo constituído pelos visitantes do PNM, em que há maior proximidade ao reduzido aumento;
- um terceiro grupo constituído pelos residentes e visitantes da Serra da Freita, em que se verifica a sua maior proximidade ao grande ou relativo aumento.

Desta análise da homogeneidade podemos concluir que são os inquiridos numa área não protegida aqueles que têm relativamente a esse estatuto uma perspectiva *mais optimista* quanto ao contributo que tal estatuto pode ter no aumento dos níveis de desenvolvimento social e económico. A distribuição anterior sugere igualmente que as justificações avançadas por estes inquiridos para a avaliação da influência do peso do estatuto de área protegida nos níveis de desenvolvimento se reveste de um carácter diverso. Efectivamente, os visitantes do PNM tendem a associar o contributo da área protegida para o desenvolvimento à protecção ambiental; os residentes nesta área ao facto de o Parque não ter intervenções suficientes neste domínio e, finalmente os residentes e os visitantes da Serra da Freita associam o

potencial aumento dos níveis de desenvolvimento da área ao acréscimo de turistas e negligenciam os aspectos associados à protecção ambiental e à conservação da natureza.

Nos capítulos anteriores demonstrámos que os conflitos existentes na Serra da Freita e no Parque Natural de Montesinho têm uma natureza diferenciada. A sua ocorrência depende não apenas das diversas representações e práticas dos vários agentes em presença mas também se relaciona com a existência ou ausência de um estatuto legal de protecção. Vimos, assim, que no espaço rural da Serra da Freita os conflitos ocorrem em estreita relação com as práticas dos visitantes, numa área em que a ausência de um estatuto de protecção tem conduzido a múltiplas acções não controladas de degradação do ambiente e de interferência com a população local. Trata-se de um conflito entre o *vivido* e o *visitado* como *não protegido*. Na área do PNM os conflitos ocorrem entre os habitantes e a administração da área protegida, devido à existência de regulamentações impostas não apenas aos comportamentos dos visitantes, mas (e sobretudo) às práticas dos residentes. Trata-se assim mais de conflitos entre o rural *vivido* e o rural *protegido* do que entre o primeiro e o rural *visitado*. Este tipo de conflitos são aqueles que podemos qualificar como *evidentes* ou manifestos. Mas, tal como temos vindo a argumentar, existem outros conflitos, de carácter menos evidente, que decorrem das múltiplas formas de encarar o mundo rural, protagonizadas por residentes, visitantes e o Estado – principal responsável quer pela accionação dos mecanismos de protecção, como pela concepção e implementação dos instrumentos de desenvolvimento rural. O facto de ser o Estado o principal responsável por esses mecanismos e instrumentos e, sobretudo o facto de neles serem negligenciados os interesses, necessidades e saberes das populações locais e valorizadas as aspirações e expectativas da população não rural tem colocado problemas de diversa ordem ao desenvolvimento rural.

Como vimos nos casos concretos da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho, uma tal negligência tem sido persistente e duradoura, ou seja, os habitantes, os seus saberes, interesses e necessidades não têm sido contemplados com muita frequência na concepção dos programas e medidas de protecção ambiental e de desenvolvimento rural. No caso específico do PNM vimos como uma racionalidade técnica e legal se sobrepõe, geralmente, aos saberes quotidianos e aos costumes dos habitantes no que se refere aos usos e à preservação dos elementos naturais. Em ambos os casos estudados, vimos igualmente como os programas e as medidas existentes para promover o desenvolvimento veiculam a lógica dominante, tanto ao nível nacional, como ao nível da UE. Essa lógica, mesmo pelo carácter dos próprios programas e pela natureza das medidas por eles apoiadas tendem a subordinar a racionalidade local face ao território e aos seus recursos. Tendo em atenção estes aspectos, podemos dizer que as principais consequências decorrentes da dicotomia entre o rural *vivido* e o rural *visitado* (protegido ou não protegido) em termos do

desenvolvimento das áreas rurais profundas e marginalizadas, como a Serra da Freita e o PNM, se associarão fortemente à manutenção de um mínimo de população que assegure a preservação da função de *recriação de uma ruralidade perdida* que, crescentemente, essas áreas assumem. Isto a menos que as políticas, os programas e as medidas para estas áreas passem a incorporar de forma eficiente e eficaz os pontos de vista dos principais *construtores* do território, i.e., os seus habitantes.

Neste contexto, o debate mais amplo acerca da constituição do ambiente como um constrangimento ou uma vantagem para o desenvolvimento das áreas rurais profundas em Portugal, reveste-se de todo o sentido. Em face da discussão teórica tida nos capítulos IV, V e VI e da análise da informação empírica recolhida, podemos sugerir que a protecção do ambiente se constitui hoje como um aspecto central do desenvolvimento e que essa centralidade arrasta consigo as áreas rurais enquanto paradigmas de qualidade ambiental e de reservas de natureza. As áreas rurais, incluindo as estudadas nesta tese, traçaram um caminho relativamente coincidente com o das preocupações ambientais. A sua integração nos modelos de desenvolvimento fez-se sempre de forma selectiva e de acordo com as suas capacidades produtivas. Num cenário de ausência de produtividade a marginalização dos espaços rurais remotos foi-se instituindo e enraizando e foi provocando situações de desertificação social e de abandono das actividades económicas e culturais tradicionais que são hoje praticamente, irreversíveis. Se as populações locais são importantes para a manutenção e preservação dos elementos naturais, a sua fixação não tem sido, no entanto, possível. Esta situação terá implicações futuras relevantes se continuar a ser negligenciada como até aqui. Os espaços protegidos instituídos em áreas rurais profundas são, a este propósito, paradigmáticos. Ao mesmo tempo que se reconhece o papel e a importância da população para a configuração do território como *digno de ser protegido*, as intervenções realizadas não têm permitido manter uma boa parte dessa população. Num contexto como aquele que descrevemos para as áreas estudadas, a pergunta colocada em 1993 pela OCDE - i.e., *que futuro para os nossos campos?* - continua actualmente válida. A resposta aparentemente ainda não foi encontrada. Dizemos isto não porque se observe um cenário de ausência de preocupação com estas áreas, mas antes porque a multiplicidade de respostas tem sido tão elevada e os resultados alcançados tão escassos que as consequências previsíveis são sobretudo o *desaparecimento* do mundo rural como mundo com uma organização social e económica específica e dotado de sentido e dinâmica próprios. Este *desaparecimento* ocorre, como temos vindo a argumentar, ao mesmo tempo que a sociedade entendida globalmente exige o seu *renascimento*. A dicotomia daqui decorrente, bem como a subalternização do rural que uma tal exigência tende a induzir, não parecem poder ser detidas. O ambiente não se constitui também como a única estratégia possível de desenvolvimento rural e só este aspecto não será suficiente para assegurar a base produtiva

necessária, para, por sua vez, garantir a manutenção da população rural nas regiões marginais. Mas, como refere Mormont (1994c: 154) *”os problemas ambientais são problemas de tal modo cruciais para as sociedades industriais, que as potencialidades do espaço rural, por um lado e as capacidades de gestão local concertada dos meios rurais, por outro lado, constituem-se como atributos cada vez mais reais para um desenvolvimento rural efectivo”*.

As medidas para a devolução do espaço rural aos seus habitantes supõem a sua tomada em consideração e não a sua aceitação e acomodação pacíficas a lógicas e legitimidades exteriores. Aquelas medidas supõem igualmente a existência de um factor que escasseia no mundo moderno – o *tempo*. Se por um lado, o tempo para agir se esgota diante de um mundo rural a *desaparecer* por outro lado, é necessário tempo para agir eficazmente, i.e., para elaborar, implementar e acompanhar as medidas necessárias, se entendermos que estas não serão imposições, mas sim negociações permanentes entre quem *Governa* e quem *Habita e Gere* - mesmo num cenário de existência de regulamentações - os espaços no quotidiano. Esta descoincidência de tempos é um ponto-chave na elaboração de qualquer proposta ou medida que vise o desenvolvimento rural. E é também, no nosso entendimento, uma das causas principais da maior parte dos fracassos observados neste domínio.

Se pretendermos implementar medidas como as mencionadas, que exigem o envolvimento dos vários actores locais ou com interesses no local, o tempo é, então, a palavra-chave. Em Portugal temos muitíssimos exemplos de como uma política, um plano, um programa ou uma medida, efectuados e aplicados sem ter em conta os tempos das realidades sobre as quais se pretende intervir têm produzido resultados desastrosos. No caso concreto das áreas rurais é necessário, não deixando de ter em conta o seu declínio acentuado, encontrar o tempo para conhecer, animar, envolver todos e cada um dos seus habitantes, visando o benefício da sociedade entendida globalmente³¹⁸.

Numa palavra, a descoincidência entre o *tempo do que morre* e o *tempo que se deve ter para proceder à sua reanimação*, é um ponto chave na elaboração de qualquer medida que vise o desenvolvimento rural ou o desenvolvimento local. *“Não admitir que tudo tem o seu tempo, da dormência da semente à explosão germinativa, desta ao desenvolvimento e à maturação e pretender queimar etapas, é tudo queimar. Não se concebem planos de desenvolvimento agrícola ou rural (...) sem tempo para começar por ouvir o que os senhores da terra, os grupos locais, as associações sectoriais têm para dizer. Para quê muita pressa se com ela não chegamos a lado nenhum e temos de recomeçar adiante?”*(Portela, 1996: 330)³¹⁹.

³¹⁸ Será necessário também produzir a informação adequada que, como sabemos, não os é abundante, essencialmente no nosso país.

³¹⁹ A propósito da questão do *tempo*, Covas (1999: 5) diz-nos que *“no tempo de vertigem que vivemos, não houve tempo para conceptualizar uma verdadeira cultura do território. Fizemos, por isso, uma gestão inadequada dos territórios. De um lado, congestionámos território, de outro, desqualificámos território”*.

3. As políticas de desenvolvimento rural e de protecção ambiental face à diversidade de representações das áreas rurais e do seu ambiente

3.1. A incorporação das diferenças nas políticas de desenvolvimento rural e de protecção do ambiente

Segundo Mormont (1994c), uma questão crucial nas sociedades contemporâneas é a de saber em que espaço e em que territórios querem os actores sociais viver e que modalidades de gestão desses territórios se constituem como as mais adequadas. Isto supõe não apenas o conhecimento das representações dos actores sociais face aos territórios, como coloca a questão da legitimidade e da eficácia subjacente às políticas públicas, no caso que mais nos interessa abordar quer para a protecção do ambiente, quer para a promoção do desenvolvimento rural.

Nos capítulos II e VI debatemos as questões associadas à legitimidade das políticas públicas e demos conta que o nosso entendimento de legitimidade possuía um duplo sentido:

- o primeiro associado à legitimidade dos processos políticos de intervenção na vida pública;
- o segundo relacionado com as legitimidades sociais, i.e., com as práticas e as representações dos actores sociais como justificação para as suas atitudes e comportamentos.

Estes sentidos encontram-se interligados e estão presentes, quer nas políticas públicas, quer no entendimento que delas fazem os diversos agentes e actores sociais. Observámos nos capítulos anteriores que o Estado moderno é uma instituição complexa que encerra em si mesma amplas e diversas contradições que tendem a ser reproduzidas através das políticas implementadas. Esta complexidade, resultado directo da necessidade de implementar políticas eficazes é, paradoxalmente, a causa da sua gradual perda de eficácia. Simultaneamente a crescente complexidade que o Estado tende a possuir no contexto das sociedades modernas tem sido igualmente apontada como a causa para o decréscimo de legitimidade das suas intervenções. Apesar de todas as contradições internas e externas de que padece o Estado continua a ser, como salientámos no capítulo VI, o principal responsável pela definição e aplicação de políticas públicas e impondo, através delas, as suas concepções de gestão da *coisa pública*. A exigência de legitimidade e de eficácia na acção estatal supõe, teoricamente, que os interesses dos cidadãos se encontrem representados nas medidas adoptadas, i.e., supõe que estejam nelas integradas as diversas legitimidades sociais e que os cidadãos nelas se revejam. Isto significa um acréscimo de complexidade nos processos de tomada de decisão e de implementação e acompanhamento das medidas

políticas, que, como vimos antes, segundo Barraqué (1992) remete para dois aspectos fundamentais:

- por um lado, para o facto de existirem vários actores em jogo, transportando consigo os seus sistemas de valores que são frequentemente diversos e opostos;
- por outro lado, para a circunstância de o contexto no qual as decisões são tomadas é incerto, no sentido em que nele intervêm forças e poderes muito diversos.

Trata-se fundamentalmente de tomar simultaneamente em consideração as justificações institucionais atribuídas às intervenções estatais (i.e. *as razões de fazer*) mas igualmente as justificações sociais que os actores que as colocam (ou não) em prática podem avançar para sustentar as suas atitudes e os seus comportamentos (i.e. *as razões do fazer*). Esta consideração das políticas públicas numa dimensão *reflexiva* envolve também a consideração de que as políticas públicas – assim como os programas, as medidas e as regulamentações delas decorrentes – devem ser elaboradas *para e com* os cidadãos. Isto significa que as diferenças devem ser incorporadas nas políticas em todos os domínios. Como dissemos anteriormente, aquilo que tem retirado legitimidade e eficácia às políticas públicas que visam o desenvolvimento e a protecção do ambiente nas áreas rurais, em Portugal, é a não consideração sistemática da necessidade de apoiar as *razões de fazer* num processo participado, ou seja, num processo *com* os cidadãos, entendendo-se aqui essencialmente não apenas a tomada em conta das suas necessidades e exigências mas também a dos seus saberes (i.e. *as razões do fazer*). Como ficou demonstrado, quer pelo debate teórico que efectuámos ao longo desta tese, quer sobretudo pela análise empírica apresentada, a diversidade de *razões* dos cidadãos não têm sido integradas nos programas, medidas e regulamentações para as áreas rurais, designadamente para as áreas do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita. Sobretudo no que diz respeito ao PNM vimos como uma dupla legitimidade exterior se tem mesmo sobreposto à população local. No que se refere às intervenções no domínio da protecção do ambiente e da promoção do desenvolvimento rural, observámos como elas reflectem sobretudo as necessidades e as exigências associadas às novas procuras e consumos *externos* do ambiente das áreas rurais. Isto significa que, globalmente, um grupo de utilizadores do rural profundo em Portugal vê a sua legitimidade representada nas intervenções estatais nesta matéria, atribuindo-lhe alguma eficácia. O grupo de utilizadores desse mesmo espaço que é responsável pela sua construção e manutenção (se quisermos, pela sua gestão efectiva) no quotidiano não se revê, globalmente também, nas formas como o Estado tem penetrado no seu espaço de vida. Isto significa que este grupo tende a sentir a sua legitimidade como subalterna às legitimidades *exteriores*. A maior comprovação desta situação não reside somente na revisão bibliográfica, nem na análise empírica que realizámos, mas (principalmente) na constatação da desertificação crescente das áreas estudadas, assim como da maior parte dos espaços rurais *profundos* em Portugal.

No que se refere às políticas públicas para o meio rural tem existido aquilo a que anteriormente chamámos um *deficit* de legitimidade e eficácia, já que os cidadãos rurais têm sido frequentemente ignorados e ultrapassados, na sua legitimidade, nos seus interesses e nos seus conhecimentos e como refere Hespanha (1996b) têm-se constituído como o elo mais fraco da relação com os técnicos - os portadores por excelência das legitimidades exteriores.

Tendo em conta todas estas questões, e fundamentados na evidência empírica, podemos dizer que as intervenções sobre um determinado espaço não podem ser senão a expressão de um projecto colectivo e negociado em permanência e não da simples imposição *a partir de fora* ou da simples regulamentação das práticas dos actores sociais face ao território em que vivem e face aos elementos e recursos naturais e culturais que ele encerra. Como refere Mormont (1994d: 10) *“que as pessoas vulgares tenham ou não razão nas avaliações que fazem, não é essencial. O que é necessário compreender é que não podemos fazer uma política de gestão do ambiente sem ter em conta as suas formas de agir e reagir e, sobretudo, sem as discutirmos com elas”*. A ausência de discussão *com as pessoas vulgares, com as pessoas do lugar* tem sido frequente, para não dizer dominante, nas áreas estudadas e. (arriscamos a generalização) no mundo rural em Portugal.

Quando se abordam as questões associadas à gestão do território e do ambiente rural, a literatura da especialidade tende a apontar três tipos principais de mecanismos: os associados ao regime de regulamentações (restrições e interdições); os relacionados com a gestão económica (subvenções e outros instrumentos económicos) e aqueles que se associam à gestão patrimonial negociada (e.g. Godard, 1989; Mermet, 1992; Mormont, 1994d; Pepperdine, 2000). Cada uma destas formas de gestão supõe a existência de concepções dominantes, assim como a sua materialização em instrumentos específicos. As concepções mobilizadas dizem essencialmente respeito a cinco aspectos principais:

- os que se referem à forma com a sociedade e a natureza são representadas;
- os que se referem aos problemas da acção colectiva;
- os que se associam aos instrumentos concretos para intervir;
- os que se relacionam com os contributos técnicos e científicos que são convocados e,
- os que se referem às atitudes dominantes envolvidas.

O quadro 10.1 pretende ser uma ilustração destes aspectos em associação com as diferentes modalidades de gestão do ambiente e do território, referidas anteriormente.

No regime regulamentar (como a própria designação indica) as leis e os regulamentos são investidos pelos seus criadores de um grande poder de estruturação ou de regulamentação das práticas sociais face à natureza e face ao território. É este o caso da área do PNM, como vimos. A bibliografia consultada testemunha a pouca legitimidade social que é geralmente atribuída a este tipo de gestão, já que se tem revelado impotente e incapaz de ultrapassar os

conflitos, por um lado e de criar um quadro onde esses conflitos e as legitimidades que lhes estão subjacentes possam ser confrontadas e negociadas. Por outro lado, este tipo de instrumentos revela em geral a sobreposição da racionalidade técnica aos saberes dos habitantes. Mais ainda e como o caso do PNM também revela, este tipo de dispositivos não tem geralmente associados os meios necessários e suficientes para a vigilância e o controle das práticas que pretende restringir e/ou interditar. A ausência de comunicação entre os vários actores e agentes envolvidos é outro dos problemas que, geralmente, se associam ao regime regulamentar (e.g. Ogrizek (1993). Esta forma de gestão dos elementos naturais e do território possui algumas virtualidades, mas a representação que face a ela domina (por parte de quem vive esse mesmo território) é essencialmente negativa.

Quadro 10.1 – Principais aspectos associados às figuras dominantes de gestão do ambiente e do território

ASPECTOS MOBILIZADOS	REGIME REGULAMENTAR	GESTÃO ECONÓMICA	GESTÃO PATRIMONIAL NEGOCIADA
REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA E DE SOCIEDADE	O objecto existe em si e por si, i.e., tem um valor intrínseco	O objecto é um bem <i>raro</i> ; procurado e instrumental	O objecto existe em si, mas suporta a identidade dos actores sociais e tem como objectivo a transmissão.
PROBLEMAS DA ACÇÃO COLECTIVA	A natureza e os territórios a proteger da acção humana	A eficácia da gestão dos recursos e os constrangimentos a enfrentar	O encontrar de uma ética que agregue os actores em torno do património a preservar e a gerir.
INSTRUMENTOS DE POLÍTICA	Autoridade do poder público; leis, regulações	Mecanismos, subvenções, contratos de natureza económica	Negociação de consensos e de valores entre os actores em presença para a gestão do <i>bem comum</i>
DISCIPLINAS CIENTÍFICAS CONVOCADAS	Direito e Ciências da Natureza	Ciências Económicas e Gestão.	Sociologia, Psicologia Social, Ciências da Comunicação. São abordagens multidisciplinares e multicritério.
ATITUDES	As responsabilidades definem-se pelo conhecimento das causas;	Reina o cálculo económico.	Reconhecimento da complexidade dos processos de negociação.

Fonte: Adaptado de Godard (1989)

No que se refere à gestão económica dos recursos e do território, ela é geralmente apresentada como um conjunto de mecanismos eficazes para colmatar as deficiências do regime regulamentar. Assim, os seus objectivos são sobretudo a minimização dos custos e a estruturação de sistemas de incentivos para os actores sociais. A natureza surge na gestão económica essencialmente como um constrangimento a ultrapassar ou como um recurso raro a valorizar, correspondendo estas concepções respectivamente à submissão ao mercado e à determinação das decisões a tomar no âmbito da acção pública, tendo por base o cálculo económico e procurando encontrar formas de optimização colectiva (e.g. Godard, 1989). A posse de um recurso *raro* (no domínio da gestão económica) permite ao seu detentor a obtenção de um rendimento específico. Como refere Covas (1999) este conjunto de instrumentos poderia ser relativamente mais eficaz se no plano socio-político se fundamentasse “*uma legitimidade própria*” que, por sua vez permitisse “*justificar, de forma*

transparente (...) o pagamento de prestações no quadro mais global de uma amenidade rural”. Isto supõe igualmente o esclarecimento do alcance “dos efeitos externos de natureza territorial, geracional, biológica e ambiental, para melhor justificar a atribuição de novos direitos de remuneração aos prestadores desses ‘serviços invisíveis’” (idem: 28).

Quanto à gestão patrimonial negociada, ela tende a ser considerada como um meio para ultrapassar simultaneamente a gestão baseada no valor económico dos recursos e a gestão baseada nas restrições e interdições legais. Segundo Godard (1989) ultrapassa a primeira devido à introdução explícita de uma ética, já que a gestão patrimonial se centra na renovação e na possibilidade de transmissão de um dado património natural e/ou cultural às gerações futuras. Sendo que as preferências destas gerações não podem ainda ser conhecidas e, conseqüentemente, não podem ser integradas numa racionalidade económica ou legal, a ética patrimonial baseia-se na tentativa de evitar acções de carácter irreversível e na preservação dos bens patrimoniais. Este tipo de gestão apresenta, face ao regime regulamentar, a vantagem da negociação entre os actores sociais em presença e a criação de canais de comunicação entre eles no sentido de fomentar a criação de territórios sustentados (e.g. Pepperdine, 2000).

Torna-se, assim, relativamente claro, que se se pretende integrar de forma legítima e eficaz a protecção do ambiente e dos elementos naturais o tipo de gestão a adoptar deve derivar da gestão patrimonial negociada. Deve igualmente derivar do reconhecimento da necessidade de compreender os aspectos sociais subjacentes ao uso e ao significado desses recursos em contextos específicos. Estes aspectos devem igualmente informar os processos de tomada de decisão e de planeamento para o desenvolvimento das áreas rurais. Se se pretende que o desenvolvimento rural concilie e integre as componentes sociais, económicas, institucionais e ambientais³²⁰, é então fundamental que se conheçam essas componentes e a forma como, nos contextos sociais específicos, elas se encontram articuladas. Isto significa que mais do que regulamentar práticas e impor representações, é necessário dotar as comunidades rurais de capacidades de gestão do seu território e dos seus recursos. Essa dotação não pode evidentemente ser realizada sem que seja acompanhada de sustentabilidade social, i.e. da criação de condições de vida que resultem atraentes para a fixação das populações rurais e, simultaneamente, sem a criação de determinadas compensações (não necessariamente económicas, mas desejavelmente materiais) pela prestação de um serviço que visa o *bem comum* e a preservação de um património colectivo. Vimos como a regulamentação de práticas e a imposição de representações tende a ser rejeitada ou desrespeitada por uma boa parte das populações locais, comprometendo assim

³²⁰ A integração destas quatro componentes é aquilo que dá pleno significado ao conceito de *desenvolvimento sustentável* (e.g. Fidélis, 2001).

os objectivos iniciais e a eficácia da criação desses mecanismos de restrição ou interdição, ao mesmo tempo que lhes retira uma grande parte da sua legitimidade.

A sustentabilidade das áreas rurais passa, obviamente, pela integração das questões do ambiente nos processos de desenvolvimento económico e social, mas só pode ser alcançada se nessa integração e nesses processos for também considerada a diversidade de representações e práticas, i.e., se forem também consideradas e geridas (através da negociação) as diferenças encontradas.

3.2. A (im)possível de gestão das diferenças

À luz do que temos vindo a argumentar, a criação e a melhoria das condições de vida e de bem-estar social nas áreas rurais, configura-se um aspecto importante de qualquer modelo de gestão dos recursos naturais, do ambiente e do território. Para o bem-estar rural e tendo em conta os processos de declínio acentuado que a maior parte das áreas rurais em Portugal conheceu, parece importante a reunião de um conjunto de aspectos, desde os puramente económicos e materiais, até aos mais imateriais, de difícil medida. Segundo Pepperdine (2000) o bem-estar das áreas rurais e, conseqüentemente, a sustentabilidade dessas mesmas áreas encontra-se dependente de factores como:

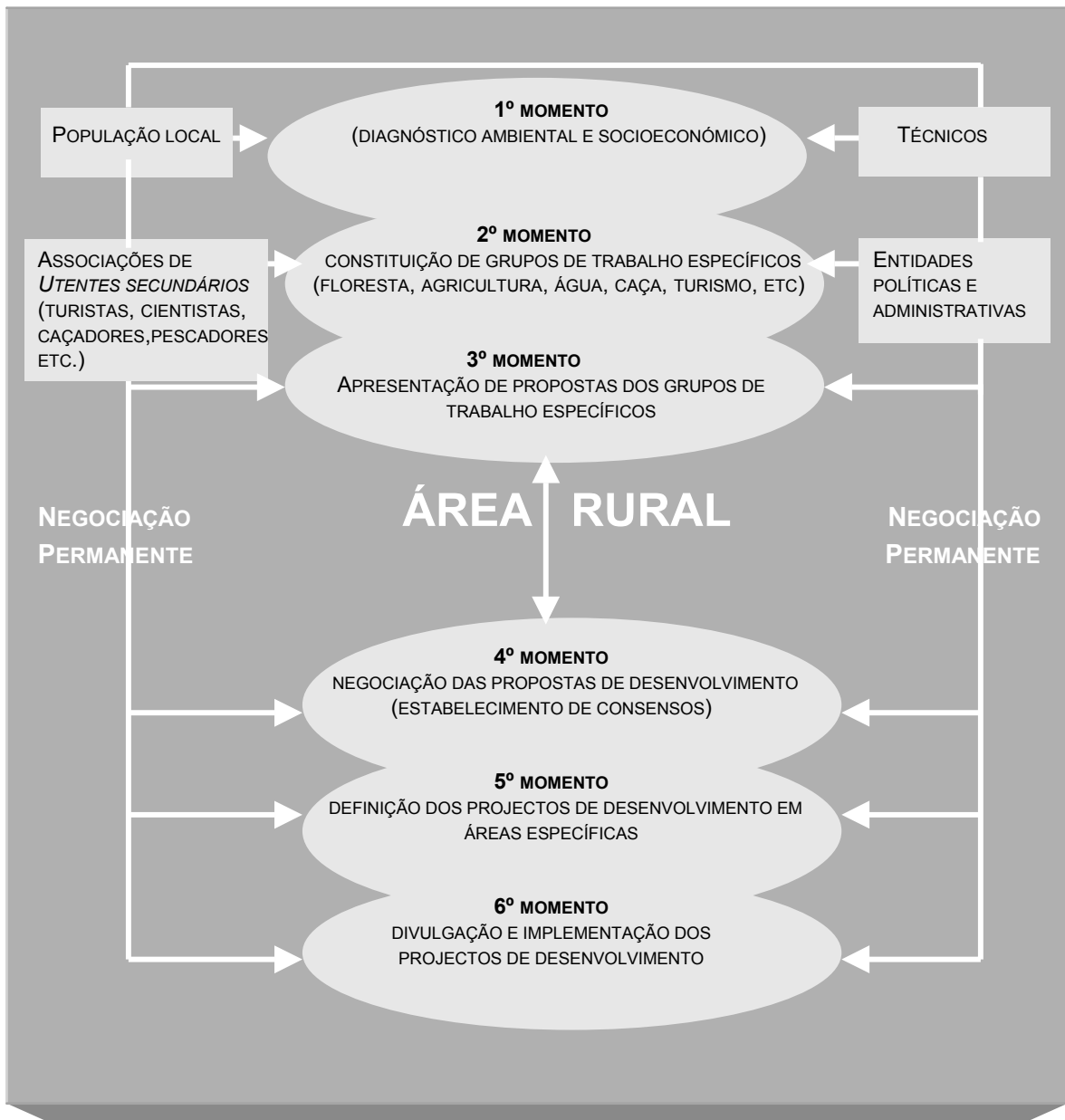
- a aceitação da diferença;
- a cooperação;
- a identidade colectiva;
- um sentido de pertença;
- o equilíbrio da estrutura etária;
- a manutenção da população;
- a manutenção de serviços e de equipamentos;
- um sentido de futuro;
- a representatividade política;
- os aspectos ambientais;
- a viabilidade económica;
- as oportunidades de emprego;
- as actividades colectivas;
- a comunicação.

Uma observação atenta destes aspectos faz ressaltar a ausência da maior parte deles na maioria das áreas rurais portuguesas e, seguramente, a sua ausência nas áreas rurais que analisámos neste trabalho. A juntar a esta ausência temos ainda, como referimos, as procuras e consumos exteriores que transportam consigo legitimidades bastante diversas das dos habitantes. Num contexto de *(in)sustentabilidade social*, não parece ser possível criar condições para a *sustentabilidade rural*. Por outro lado, neste contexto, também não pode ser

surpreendente a incompreensão dos habitantes rurais face às racionalidades exteriores, já que aos instrumentos de regulação não se juntam mecanismos de desenvolvimento e de criação de melhores condições de vida. Neste sentido, a integração das diferenças encontradas nos capítulos precedentes e das que o debate teórico sugeriu afigura-se, actualmente, como uma tarefa impossível, sobretudo se tivermos também em conta o *modus operandi* das instituições face aos cidadãos em Portugal, assim como a relativa rigidez, a pouca abertura e a incapacidade comunicacional das estruturas estatais e suas derivadas. As áreas rurais profundas, sobre as quais pesam agora novas exigências, nas quais ocorrem novos conflitos, nas quais se multiplicam os usos e face às quais se avolumam representações sociais, são o paradigma da inadequação das formas tradicionais de gestão dos território e dos recursos naturais. Neste sentido, torna-se imperativo, se se pretender manter as áreas rurais não como *espectáculo*, mas como contextos sociais vivos e dinâmicos, encontrar novas formas de gestão, que não só possibilitem a participação das populações, como assegurem o seu efectivo e interessado envolvimento. Uma dessas formas passará, dada a diversidade encontrada entre os actores sociais e as entidades políticas, económicas e administrativas, pela implementação de esquemas de gestão participados, que implicam o estabelecimento de consensos e de contratos entre aqueles actores e entidades. Esta proposta não possui um carácter completamente inovador, mas a sua aplicação exigirá medidas originais e sobretudo, *tempo*. Esta proposta supõe igualmente um envolvimento menor da parte dos utilizadores secundários cujos interesses serão essencialmente representados por associações e um maior protagonismo por parte dos habitantes e das entidades políticas e administrativas, bem como das associações de desenvolvimento local. Se todo o espaço é *multi-utilizado, multi-legítimo, multi-técnico, multi-institucional* é necessário geri-lo incorporando essa multiplicidade que tem subjacentes inúmeras diferenças. Esquemáticamente, integrando tanto os contributos teóricos como as principais conclusões da análise empírica podemos apresentar um modelo de desenvolvimento e gestão participados para as áreas rurais cujo objectivo é também a integração das diferenças em termos de representações e práticas face a essas mesmas áreas (cf. figura 10.7).

Como se pode observar, pela figura, todos os projectos associariam diversos agentes e actores sociais, não se constituindo como resultado do empenho de um só actor ou associação. Por outro lado, todos eles resultariam da negociação e acompanhamento permanentes, incorporando, assim as representações, as práticas, os interesses e as necessidades dos vários actores envolvidos neste processo. Como salientámos anteriormente a gestão das diferenças, seja em termos de desenvolvimento económico, seja em termos de protecção ambiental só pode ser ultrapassada se a questão do *tempo* de construção, implementação e *germinação* dos projectos for tida em conta.

Figura 10.7 - Proposta de um modelo desenvolvimento e gestão participados para as áreas rurais, integrando as diferenças



Tratar-se-á de um modelo impossível se escassear o tempo para o envolvimento da população local para a mobilização dos restantes actores sociais e entidades em presença e se também escassearem os meios financeiros e técnicos que deverão estar disponíveis para a implementação de um contrato deste tipo³²¹. Obviamente, como referimos na secção anterior, a principal dificuldade associada a este modelo, bem como a atitude institucional face às propostas que vão neste sentido, é o reconhecimento da sua elevada complexidade, decorrente da necessidade de estabelecer e flexibilizar os canais de comunicação entre os

³²¹ Escassez que, tal como referimos anteriormente, tem sido apanágio da *política* de desenvolvimento rural e também das políticas relativas à conservação da natureza, em Portugal.

diversos actores sociais e agentes envolvidos. Os processos de desenvolvimento rural decorrentes de um modelo desta natureza seriam, não obstante, menos conflituais que os actuais e não padeceriam do *deficit* de legitimidade e de eficácia que os tem caracterizado.

4. Conclusão

Neste capítulo procurou-se, por um lado, sintetizar e proceder a uma reflexão crítica sobre os resultados empíricos analisados nos capítulos VIII e IX e por outro lado, debater o papel do ambiente enquanto constrangimento ou vantagem para o desenvolvimento das áreas rurais. Foi ainda objectivo do capítulo que agora se conclui, observar com base na evidência empírica e no debate teórico efectuados, como se posicionam as políticas públicas face à diversidade de representações e práticas face ao rural e ao seu ambiente. A avaliação desse posicionamento foi realizada tendo essencialmente em conta a incorporação das diferentes representações e práticas nas políticas e nos programas e medidas delas decorrentes. Com base nesta avaliação pretendemos dar um contributo para a definição de um modelo de gestão das diferenças encontradas que, simultaneamente, possibilite processos de desenvolvimento rural mais participados e informados.

A síntese efectuada, através da agregação dos dados empíricos e da constatação da homogeneidade interna dos grupos de inquiridos constituídos pelos residentes e pelos visitantes da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho, permitiu concluir que o ambiente e as características naturais das áreas rurais detêm um lugar central nas procuras e consumos externos daquelas áreas e ainda que a principal função das áreas rurais, na actualidade, parece associar-se mais à satisfação das necessidades criadas no seu exterior [i.e., à produção de *amenidades* (e.g. Covas, 1999)] do que a revitalização das dinâmicas socioeconómicas locais. Se é inegável que o rural possui uma função ambiental, essencialmente para os *não rurais*, concluímos que essa função poderá ter diversos efeitos negativos e redundar em conflitos vários como aqueles que ocorrem nos cenários do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita, designadamente os conflitos associados ao rural com *espaço de vida versus* o rural como *espaço de recreio*, muito particularmente como *espaço protegido*.

Outra conclusão que a dicotomia observada entre o rural *vivido* e o rural *visitado* permite retirar assenta nas consequências da passagem de um rural dominado pelo agrícola até há relativamente pouco tempo atrás para um rural que é (social e institucionalmente) crescentemente assimilado pelas questões ambientais sem que tenha havido ainda tempo para avaliar os efeitos de um rural sem agricultura. A análise da informação empírica possibilitou a conclusão de que da dicotomia entre o rural *vivido* e o rural *visitado* fazem parte legitimidades, representações e práticas sociais diversas, sendo que as que são transportadas pelos agentes *externos* tendem a sobrepor-se às que são protagonizadas pelos

habitantes locais. Face a esta conclusão, o debate mais amplo acerca da constituição do ambiente como constrangimento ou vantagem para o desenvolvimento das áreas rurais profundas em Portugal, não apenas se reveste de todo o sentido, como se torna inevitável. Na sequência do que acabou de ser dito, sugerimos que ainda que a protecção ambiental seja, efectivamente, um aspecto central dos paradigmas emergentes de desenvolvimento essa centralidade coloca as áreas rurais numa posição de relativa subalternidade já que as lógicas e racionalidades *internas* não são, geralmente, tidas em conta nos programas e medidas decorrentes daqueles paradigmas.

Se a população local é reconhecidamente importante para a manutenção e preservação do território e dos elementos naturais, as intervenções para a sua fixação não têm sido particularmente frutuosas e eficazes. Com base na análise empírica e com base na revisão da literatura, anunciámos o *desaparecimento* do rural como espaço dotado de dinâmicas próprias e o seu *renascimento* como mundo *recriado* ou *inventado*, segundo lógicas e legitimidades que lhe são estranhas. Por outro lado, ainda que o ambiente se constitua como elemento central das estratégias de desenvolvimento rural, ele não pode ser considerado como a única estratégia possível, já que, como os casos analisados demonstram, por si só não é um factor suficiente para assegurar a base produtiva necessária para garantir a manutenção das populações nas áreas rurais mais remotas.

Com base na constatação anterior, concluímos que se torna imperativo devolver o espaço rural aos seus habitantes, o que supõe a sua efectiva tomada em consideração. As medidas daqui decorrentes supõem igualmente a existência de um factor que, como dissemos, escasseia no mundo moderno e desenvolvido, dominado pela racionalidade técnica e produtivista – o *tempo*. Como salientámos, se por um lado o tempo para intervir no rural profundo se esgota diante do seu progressivo *desaparecimento*, por outro lado o tempo é necessário para uma acção eficaz no sentido do seu desenvolvimento, se entendermos que esta acção não pode constituir-se como imposição, mas sim com uma negociação permanente entre quem governa, habita e gere os territórios rurais. Assim, concluímos que a incorporação das diferenças nas políticas de desenvolvimento rural não deve ser negligenciada, essencialmente num cenário em que a crescente complexidade do Estado nas sociedades modernas tem conduzido a um *deficit* de legitimidade e de eficácia nas suas intervenções. A integração das diferenças de representações e de práticas sociais a propósito das áreas rurais e do seu ambiente não é apenas importante para evitar a ocorrência de conflitos entre quem as *vive*, quem as *visita* e quem as *protege*, mas também para garantir a eficácia dos processos de desenvolvimento. Na sequência disto, concluímos que o modelo que se afigura mais adequado é aquele que prevê a gestão patrimonial negociada dos processos de desenvolvimento e de protecção do ambiente nas áreas rurais. Neste sentido, tentámos dar um contributo, ainda que limitado, para o delinear de um modelo que, prevendo

o acompanhamento e a negociação permanentes entre os vários actores e agentes envolvidos, possibilite, apesar dos seus constrangimentos, um desenvolvimento rural efectivo, eficaz e dotado de legitimidade social.

Capítulo XI – Conclusões

A principal conclusão desta tese é a emergência de uma nova dicotomia rural-urbano que se manifesta principalmente pela observação da existência de um rural *para viver* e de um rural *para visitar*. Esta conclusão encontra-se intimamente relacionada com a descoincidência de representações e práticas dos residentes e dos visitantes de ambas as áreas estudadas – o Parque Natural de Montesinho e a Serra da Freita. A descoincidência referida faz, assim, emergir dois *rurais paralelos* – o que é espaço de vida, *quotidiano* e *vulgar* e o que é espaço de recreio e lazer, *extraordinário* e *invulgar*. A investigação que agora termina revela ainda que as representações e práticas dos habitantes destas (e da generalidade das) áreas rurais não são frequentemente tidas em consideração nos processos de elaboração e implementação de programas e medidas que visam a protecção do ambiente e o desenvolvimento daquelas áreas. Mais ainda, é possível concluir que são as representações e as práticas dos visitantes face ao rural que tendem a sobrepor-se às dos seus residentes naqueles programas e medidas. Tais conclusões sugerem, claramente, a necessidade de um modelo de desenvolvimento com capacidade para gerir as diferenças encontradas em termos de representações, para incorporar as diversas necessidades, interesses e práticas dos residentes e dos visitantes das áreas rurais.

As conclusões mencionadas decorrem do argumento que, ao longo desta tese procurámos testar, ou seja o de que a marginalização ou integração selectiva das áreas rurais *remotas* nos modelos de desenvolvimento social e económico das últimas décadas, tende actualmente a colocá-las como áreas centrais no contexto dos paradigmas de desenvolvimento emergentes e em processo de consolidação, nos quais o ambiente detém um papel fundamental. Argumentámos também que a integração das áreas rurais nestes paradigmas encontra correspondência nos processos de valorização social e institucional de que são também alvo actualmente. Sendo essencialmente processos *exteriores* às áreas rurais, no sentido em que não são originados localmente, eles tendem a não ser compreendidos e aceites como legítimos por uma boa parte das populações rurais. Este facto conduz a conflitos latentes e manifestos sustentados em representações, práticas e legitimidades diversas quer face ao ambiente, quer face ao desenvolvimento socioeconómico. Estes conflitos ocorrem essencialmente, de modo mais evidente, entre os habitantes das áreas rurais e o principal agente de protecção ambiental e de promoção do desenvolvimento rural – o Estado e seus representantes regionais e locais. Os conflitos tendem a ocorrer igualmente, embora de forma mais latente, entre os habitantes daquelas áreas e os seus visitantes (i.e., os utilizadores não rurais do espaço e do ambiente rural).

No sentido de testar o argumento anterior, particularmente no que se refere ao caso português, procurámos analisar, num primeiro momento, o modo como o ambiente se tem

progressivamente constituído como uma questão social e política relevante nas sociedades contemporâneas. Procurando sintetizar as principais conclusões desta análise, podemos começar por referir que o ambiente pode ser entendido como uma série de problemas que surgem como tal em contextos sociais específicos. Como tivemos oportunidade de debater no capítulo II isto significa que os problemas ambientais são entendidos como *problemas sociais* não apenas (e não prioritariamente) devido às suas condições objectivas mas sobretudo devido ao modo como afectam os diferentes contextos sociais e à forma como neles são percebidos. Na sequência da conclusão anterior podemos ressaltar a existência de uma grande diversidade de públicos e opiniões face ao mesmo tipo de problemas ambientais objectivos. A análise da opinião pública e dos seus diversos níveis de atenção face às questões ambientais permitiu-nos concluir que existe uma distinção fundamental entre *consciência* e *sensibilidade* ambiental. Embora ambas as noções tenham subjacentes níveis de preocupação ambiental semelhantes, podemos dizer que no caso da *consciência* eles são materializados em comportamentos pró-ambientalistas e, no caso da *sensibilidade* eles não possuem correspondência em práticas ambientais concretas. A análise dos factores que se encontram subjacentes à formação da *sensibilidade* e da *consciência* ambientais permitiu destacar o papel desempenhado pelos *mass media*, pelas ONG na área do ambiente, pelo discurso e prática políticos, pelas diversas catástrofes e acontecimentos nesta matéria que ocorreram sobretudo a partir dos anos 70 e que se foram intensificando até à actualidade e ainda pelos processos de educação formais. O debate acerca do lugar que cada um destes factores desempenha efectivamente na formação e na consolidação da *consciência* e da *sensibilidade* ambientais conduziu à constatação de que não é possível determinar o seu peso e importância particulares, já que nos encontramos num domínio de elevada interacção que se manifesta quer entre os diversos factores mencionados, quer entre estes e a própria opinião pública.

Na base da emergência do ambiente como uma questão social crescentemente relevante no âmbito das sociedades contemporâneas encontram-se transformações em termos dos valores sociais. No capítulo II discutimos as várias abordagens teóricas a essas transformações. Concluímos que estas perspectivas não são necessariamente contraditórias, apresentando pontos de contacto que vale a pena salientar:

- tanto as abordagens associadas à falência do *paradigma social dominante*, como as perspectivas sobre as causas e os contornos que conduziram à *sociedade de risco* e à era da *modernidade reflexiva* enfatizam, como causas principais para a adesão social a valores ambientalistas, a prolongada exploração dos recursos naturais pelo Homem; o crescimento e alargamento dos sentimentos de incerteza e insegurança que as catástrofes ambientais cada vez mais mediatizadas ajudaram a consolidar; a evidência

do relativo fracasso da ciência e da tecnologia na resolução dos problemas ambientais e ainda o carácter crescentemente global e transfronteiriço destes últimos.

- Ambas as abordagens anteriores apresentam pontos de contacto com a perspectiva *pós-materialista* que também debatemos no capítulo II desta tese. No entanto, enquanto que as abordagens mencionadas no ponto precedente enfatizam o crescimento da insegurança como estando na origem das preocupações sociais com as questões associadas ao ambiente, a perspectiva *pós-materialista* advoga que foi justamente o clima de prosperidade social e económica e de segurança física e material que se seguiu à II Guerra Mundial o principal responsável pela difusão dos valores pós-materialistas nas sociedades actuais, entre os quais se destacam os valores ambientalistas.

No domínio da emergência do ambiente como uma questão política importante nas sociedades contemporâneas, a principal conclusão é a de que as respostas do poder político às crescentes inquietações sociais neste domínio não podem ser apenas interpretadas como uma reacção linear àquelas inquietações, nem mesmo aos problemas ambientais objectivos. Concluimos assim pela existência de uma intrincada rede de factores na base do interesse e preocupação política com as questões relativas ao ambiente, que integra os anteriormente mencionados, a pressão exercida pelos grupos ambientalistas, o papel das catástrofes ambientais e as especificidades da própria prática política. Apesar da dificuldade em determinar com exactidão as razões subjacentes à entrada do ambiente como questão prioritária nas agendas políticas é possível referir que as políticas ambientais, em termos genéricos, têm sido elaboradas a um nível cada vez mais global/internacional. Paralelamente, as políticas ambientais têm alargado progressivamente o seu conteúdo e a sua acção procurando responder não apenas à globalização dos problemas ambientais, como à complexificação dos actores, entidades e modalidades de actuação envolvidos na definição e implementação das políticas de ambiente. Esta complexificação coloca problemas e dificuldades à elaboração e implementação deste tipo de políticas, de que destacamos:

- seu *deficit* de legitimidade que decorre sobretudo da falta de clareza do significado da própria noção de ambiente, por um lado e de um *deficit* de representação dos vários interesses e necessidades sociais, por outro lado. Este último associa-se com as várias modalidades de elaboração simbólica da natureza e do ambiente que, sendo informadas por valores, representações e práticas diversas, correspondem a diferentes legitimidades que é necessário incorporar nas políticas do ambiente e na sua gestão.
- No domínio das políticas internacionais destacamos a questão da soberania dos vários estados-nação que tem impedido o cumprimento dos diversos Tratados e Convenções elaborados neste campo.

- A dificuldade de operacionalizar a componente ética crescentemente associada às políticas de ambiente e evidenciada essencialmente pelo conceito de desenvolvimento sustentável que apesar da sua extraordinária difusão e utilização política e social possui ainda muitos entraves teóricos e metodológicos à sua aplicação efectiva.

Todas as conclusões anteriores se relacionam com o fim da *natureza natural* nas sociedades contemporâneas e com a emergência daquilo a que podemos chamar a *natureza socializada*. A escassez da *natureza natural* e o esgotamento dos recursos naturais estão na base da crescente valorização social do ambiente e em consequência, das crescentes procuras e consumos de bens naturais. Estes são determinados em grande medida pelas suas várias modalidades de apropriação social e institucional.

No que se refere à emergência do ambiente como questão social e política em Portugal, a primeira conclusão é a de que ela ocorreu bastante mais tarde do que na maioria dos países ocidentais e desenvolvidos. Este facto encontra-se bastante associado à especificidade do contexto histórico, social, político e económico do país. A crescente abertura da sociedade portuguesa ao exterior, iniciada timidamente nos anos sessenta (como podemos observar no capítulo III) e consolidada no pós-25 de Abril (muito particularmente após a adesão à UE, em 1986) contribuiu para o impulso na partilha de valores, representações e práticas sociais com as sociedades mais desenvolvidas, particularmente com as europeias. As transformações rápidas e profundas que o país conheceu ao longo das últimas três décadas não impediram, no entanto, que alguns autores continuem a caracterizá-lo como país *semi-periférico*. Isto significa que Portugal partilha traços das sociedades desenvolvidas, *centrais* ou modernas (como os relativos aos padrões de reprodução social e ao consumo) e traços das sociedades em vias de desenvolvimento, *periféricas* e pré-modernas (designadamente os que se associam aos padrões de produção, às relações salariais e à existência de um Estado internamente forte e externamente fraco).

Como dissemos, o contexto histórico particular de Portugal não deixou de condicionar todas as transformações e a sua orientação, assim como não deixou de condicionar a forma como as questões associadas ao ambiente são social e politicamente apropriadas. Como primeira conclusão neste domínio, parece-nos importante referir que ainda que a emergência das questões ambientais tenha sido tardia em Portugal, na sua génese podemos encontrar os factores que globalmente identificámos como estando subjacentes à formação e consolidação da *consciência* e *sensibilidade* ambientais em geral. De entre esses factores, destacamos, pelo poder de influência que detêm na sociedade portuguesa, os *mass media*. Estes tiveram um papel crucial não só no colocar do ambiente como um assunto público, mas também no próprio modo como ele tem sido socialmente apropriado. Através da acção dos *mass media*, pelo crescimento económico, pela melhoria global e relativamente rápida das condições de vida e pela adesão de Portugal à UE, verificamos uma partilha crescente de atitudes e

preocupações sociais com as questões ambientais com os restantes países da Europa. No entanto, a partilha mencionada apenas ocorre ao nível das atitudes, já que existe (como vimos no capítulo III) uma descoincidência muito acentuada e generalizada entre os níveis manifestos de preocupação ambiental e a sua materialização em comportamentos *ambientalistas*. Assim, concluímos que se as atitudes sociais revelam preocupações ambientais, as práticas não são consistentes com elas. O que referimos permite-nos concluir pela maior fragilidade da opinião pública nacional face à europeia, no que ao ambiente diz respeito. Tal fragilidade repousa, parcialmente, na ausência de informação ambiental e aponta para a existência de uma *sensibilidade* para estas questões e não para uma efectiva *consciência*.

À semelhança do que se verifica na entrada das questões ambientais em termos da agenda social, também a sua emergência na agenda política se verificou mais tardiamente do que nos restantes países ocidentais. Este aspecto ficou claramente a dever-se ao contexto político e social do país, designadamente à instabilidade governativa verificada nos primeiros anos de democracia e à existência de questões e/ou problemas sociais que mereceram tratamento mais urgente. A análise do discurso e da prática política face ao ambiente, a nível nacional, permite-nos concluir que se passou de uma atitude essencialmente conservacionista para uma atitude em que existe o reconhecimento da horizontalidade e transversalidade das questões ambientais a quase todos os domínios da esfera política. Apesar deste alargamento do discurso e da prática política em termos do ambiente e maugrado estejam, a nível formal, as condições para a existência de uma efectiva política ambiental em Portugal, verificamos que a aplicação da mesma (que, em grande medida, como vimos, foi impulsionada pela adesão à UE) tem sido feita de modo discricionário e selectivo. O Estado português parece padecer do mesmo problema da sociedade civil nesta matéria, i.e., de uma inconsistência crónica entre as atitudes e as práticas.

Pese embora a escassez de literatura relativamente à valorização social do ambiente e da natureza em Portugal, parece-nos relativamente claro que este país não partilha inteiramente as características das sociedades de modernidade avançada. Assim, para os portugueses a natureza é ainda em grande medida concebida como extra-social, i.e., como essencialmente *natural* e *não socializada*. Existe igualmente uma identificação social importante entre as noções de ambiente e de natureza, aspecto que condiciona as respectivas procuras e consumos sociais. Neste contexto, as áreas rurais parecem crescentemente corresponder a esta identificação social do ambiente com a natureza, em Portugal, à semelhança do que se verifica em outros países europeus. Esta identificação entre o ambiente, a natureza e o campo atribui novas funções às áreas rurais portuguesas e coloca novas questões às áreas rurais portuguesas e novos desafios em termos dos seus processos de desenvolvimento.

A identificação entre o ambiente, a natureza e o rural tem subjacente uma nova representação deste último espaço. Social e institucionalmente o rural passa crescentemente de espaço entendido com produtor de alimentos e como reserva de mão-de-obra para espaço representado como multifuncional. Na plurifuncionalidade que é actualmente reconhecida às áreas rurais destacamos a função ambiental que, em grande medida decorre da identificação mencionada antes e que redundou em procuras e consumos que transportam consigo outros olhares sobre o rural susceptíveis de provocar conflitos sociais importantes. No que se refere à passagem do *rural produtor de alimentos* para o *rural reserva de qualidade ambiental*, o trabalho desenvolvido nesta tese permite retirar algumas conclusões relevantes. Assim, em primeiro lugar, que o *desaparecimento* há muito anunciado do rural (primeiro como objecto de estudo de várias ciências sociais, depois como espaço físico, económico e social) redundou num *renascimento* que é motivado por uma valorização social e institucional crescente. Esta conclusão não é, no entanto, aplicável a todas as áreas rurais, já que conheceram processos de transformação e de inserção nos modelos de desenvolvimento dominantes que podemos qualificar como diversos. As principais transformações que as áreas rurais conheceram relacionam-se com a actividade que, durante muitos séculos, foi o seu sinónimo, i.e., a agricultura. Paralelamente aquelas transformações associam-se intimamente com o desmembramento das sociedades camponesas e do *modo de viver camponês*, para utilizar novamente a expressão do sociólogo Henri Mendras. As transformações mencionadas foram progressivas e diferenciadas, mas genericamente conheceram um período de aceleração após a II Guerra Mundial, época em que as políticas agrícolas modernas se instituem como um contrato entre a sociedade global e o mundo agrícola, devido à necessidade de assegurar a suficiência alimentar. As alterações verificadas na actividade agrícola impuseram-lhe um aumento generalizado de produtividade e tiveram os seus primeiros efeitos perversos na década de sessenta com a constatação de elevados excedentes alimentares. Tal constatação implicou uma maior regulação da agricultura que é visível por exemplo na criação da Comunidade Económica Europeia em 1957. As transformações na agricultura intensificaram-se ao longo das décadas de setenta e oitenta e deram origem ao que alguns têm designado como o *problema agrícola* e uma crise mais ou menos generalizada do mundo rural. Esta crise é multiforme, encerrando vários aspectos, já que diversas são igualmente as áreas rurais. A crise a que nos referimos é simultaneamente económica, social, humana, política e ambiental. Dominado durante tanto tempo pela agricultura (e com ela identificado) o espaço rural enfrenta nos nossos dias um futuro que por exemplo Marcel Jollivet vem qualificando como *incerto*. Se por um lado as transformações ocorridas provocaram a crise do mundo rural, por outro lado elas vieram colocar em evidência o carácter multifuncional desse mesmo mundo. Neste sentido, concluímos que a maior parte das áreas rurais ocidentais parecem caminhar no sentido de um conjunto de evoluções de que julgamos pertinente destacar:

- a dissociação do rural do agrícola, i.e. o reconhecimento de que o rural engloba bastante mais do que esta actividade;
- a dissociação do agrícola do rural, designadamente através da *deslocalização* da agricultura;
- os problemas ambientais provocados pela intensificação e modernização da actividade agrícola;
- a progressiva constituição do rural como espaço disponível para outras actividades e funções e
- o facto de o rural se constituir progressivamente como o lugar por excelência para a aplicação da ideologia ambientalista global.

Destas evoluções emerge um rural pós-moderno e multifuncional que, no contexto de um mundo crescentemente globalizado e no qual a natureza é representada como um bem escasso, o institui como reserva moral, cultural e ambiental. O reencontro do rural com o ambiente não é casual, já que a valorização social (tal como a institucional) de ambos se inscreve num processo que podemos definir como *um sentimento de perda* (em termos naturais, ambientais e culturais) generalizado nas sociedades modernas (e.g. Redclift e Woodgate, 1994). O *renascimento* do rural é simultaneamente simbólico e material o que apela à sua redefinição, bem como à redefinição do conceito de ruralidade. Basicamente podemos concluir que o espaço rural passa de espaço produtivo a espaço simbólico e de espaço *do passado* a espaço alternativo e representativo dos valores dominantes na pós-modernidade (e.g. Mormont, 1984). Este movimento de redefinição do rural é essencialmente patrocinado pelos residentes urbanos. As questões associadas ao ambiente, como salientámos no capítulo IV, emergiram primeiro nas áreas urbanas, industrializadas e desenvolvidas e neste sentido a equação de que o ambiente é a natureza e esta é o campo (e.g. Mathieu e Jollivet, 1989) ainda que não inteiramente correcta, constitui-se como uma formulação citadina que domina as representações sobre o rural nas sociedades modernas, assim como domina as suas apropriações materiais. Paralelamente, esta associação do espaço rural à natureza e ao ambiente confunde-se crescentemente com uma concepção daquele espaço que ainda não teve tempo de se consolidar. Estes processos deixam entender a passagem de um mundo rural dominado pelo agrícola para um mundo rural cada vez mais assimilado pelo ambiente. Tal ocorre numa época em que não é ainda possível avaliar completamente as consequências de um rural sem agricultura. Na sequência das conclusões anteriores é nítido que as questões ambientais dizem crescentemente respeito às áreas rurais, quer pela nova centralidade que aquelas lhe atribuem, quer, e em associação, pela crescente frequência, procura e consumo de que são alvo por um número cada vez maior de utilizadores que transportam consigo novas exigências e interesses. Estas novas procuras e consumos possuem alguns efeitos que não devem ser negligenciados. O principal

desses efeitos é a dissociação entre as qualidades rurais que podem (em face da procura) ser comercializadas e consumidas e os seus contextos históricos e sociais. Esta dissociação tem tido como consequência a perda de autenticidade dos locais e das formas de organização social e económica tradicionais. Este colocar do rural como *espectáculo* para utilizar as palavras de Macnaghten e Urry (1998), como paisagem e como cenário tende a criar aquilo a que podemos chamar uma *identidade ficcionada*, baseada não na ruralidade mas antes na sua recriação para consumo urbano.

A procura e o consumo das áreas rurais (porque enformados por expectativas, representações e práticas diversas) podem ser igualmente fonte de conflitos importantes. Estes conflitos (de carácter mais ou menos evidente) emergem também porque os processos de procura e consumo tendem a ser hierarquizados e hierarquizantes, supondo a existência de relações de poder o exercício desse mesmo poder (logo, supondo a existência de desigualdades). Neste sentido, as diversas representações e práticas face ao rural e face ao seu ambiente são susceptíveis de provocar uma nova dicotomia rural-urbano. Esta dicotomia é igualmente motivada pela *exterioridade* dos processos de valorização do rural, essencialmente protagonizados pelos urbanos e pelo Estado. Este (duplo, pelo menos) olhar exterior é o que tem instituído o rural como amenidade, como natureza, como ambiente a proteger e surge como estranho para os habitantes rurais, para quem o ambiente é antes de tudo um recurso, mas é também *vivido* e quotidianamente utilizado, assumindo assim um estatuto de *vulgaridade*. Os urbanos e também o próprio Estado, ao contrário, atribuem ao espaço rural um carácter *excepcional* e isto, em conjunto com o anterior, faz relevar diferentes legitimidades e importantes desigualdades.

A nova dicotomia rural-urbano chama a atenção para a necessidade de encontrar formas de gestão do ambiente e do espaço rural que contemplem não apenas as necessidades e os interesses *exteriores*, mas igualmente os dos seus habitantes. Por outro lado, a dicotomia rural-urbano não é apenas espacial e muito menos é linear, como o era no passado. É uma dicotomia na qual ambas as dimensões (i.e. o rural e o urbano) são dotadas de grande diversidade e complexidade, uma vez que são constituídas por aspectos sociais, culturais, políticos e económicos e assentam mais em representações simbólicas do que em condições objectivas. Apesar de possuir um conteúdo bastante diverso da oposição tradicional, a nova dicotomia pode conduzir a uma nova subalternização do rural face aos sistemas de desenvolvimento dominantes actualmente, subalternidade essa que paradoxalmente pode ser motivada pelo aspecto que agora confere a maior centralidade às áreas rurais – o ambiente.

No sentido de observar até que ponto as áreas rurais portuguesas traçaram um caminho relativamente coincidente com a generalidade do mundo rural no ocidente a análise das suas transformações permitiu concluir que embora de forma mais tardia do que nos restantes países europeus, as questões que apontámos anteriormente como tendências nas

sociedades rurais actuais, se manifestam igualmente em Portugal. Sobretudo a partir dos anos sessenta do século XX começaram a desenhar-se as primeiras transformações na sociedade portuguesa em geral e nas áreas rurais em particular. No que se refere à sociedade portuguesa globalmente considerada, observamos que as dinâmicas demográficas (o envelhecimento da população, a diminuição acentuada da taxa de natalidade, o decréscimo da taxa de mortalidade, sobretudo da infantil, a aproximação dos valores do saldo fisiológico ao zero, entre outras) se aproximaram de forma rápida das verificadas nos países de modernidade avançada. Paralelamente, as dinâmicas económicas globais aproximaram-nos desses países, muito particularmente no que se refere à *desruralização do país* e à terciarização da sua economia, muito embora em aspectos económicos específicos possamos ainda ser caracterizados como um país *semi-periférico*. No entanto, alguns aspectos de carácter sociográfico, com os níveis de escolaridade da população portuguesa afastam-nos das sociedades mais centrais, não obstante se tenham registado alterações rápidas e num sentido positivo, ao longo dos últimos anos. Basicamente, tendo em conta os aspectos anteriores e outros que foram debatidos no capítulo V desta tese, podemos dizer que a sociedade portuguesa permanece plural. A par com a modernização de alguns sectores subsistem bolsas tradicionais, tanto no que se refere à economia, como no que diz respeito à sociedade.

O declínio das áreas rurais portuguesas é particularmente evidente naquilo que Cavaco (1993, 1996) chama o *rural profundo*. Tal declínio foi acentuado pela adesão à UE e pela aplicação da PAC em Portugal. Esta política, como salientámos anteriormente, é profundamente contraditória em si mesma e na sequência das sucessivas reformas de que tem sido alvo parece anunciar, para o nosso país, um futuro rural assente em funções de lazer e de reserva de qualidade ambiental. A agricultura desempenhará um papel nesse processo, mas sobretudo como factor de manutenção das paisagens e da ruralidade e menos como sector economicamente produtivo. Em consequência, ao agricultor português parece estar reservado um papel de *jardineiro da natureza*, segundo a expressão de Oliveira Baptista (1993, 1996) ou de *gestor da qualidade ambiental e do território*, como referem Reis e Lima (1998). Maugrado alguns autores (e.g. Ferrão, 1996; Cristovão e Portela, 1996 e Machado e Costa, 1998) considerarem que as transformações ocorridas nas últimas quatro décadas em Portugal contribuíram decisivamente para o esbater das fronteiras entre o rural e o urbano, consideramos que (ao contrário) essas transformações apontam no sentido do reforço e da manutenção de uma dicotomia entre aqueles espaços, globalmente considerados. Tal dicotomia associa actualmente características positivas ao rural, contrariamente ao que se verificava na oposição tradicional. O rural (como observámos no capítulo V) é crescentemente entendido em Portugal como uma reserva cultural e natural e esta instituição do rural como reserva de amenidades diversas parece anunciar também o seu *renascimento*, sendo uma

representação essencialmente transportada pelos residentes urbanos, independentemente do seu *passado rural* recente ou longínquo. Tal como assinalámos em termos genéricos, também em Portugal esta simbolização do rural poderá ter efeitos perversos importantes, dos quais o mais relevante será o esvaziamento das áreas rurais das suas dinâmicas próprias e a construção social de uma ruralidade recriada. Tratando-se de um movimento recente em Portugal (por referência aos restantes países da UE e a maior parte dos países ocidentais), não é possível prever a direcção das consequências desta *invenção do rural*, motivada pelas crescentes procuras e consumos deste espaço.

No que se refere à intervenção institucional sobre as áreas rurais, quer em termos da protecção e preservação da sua qualidade ambiental, quer em termos do seu desenvolvimento, a principal conclusão é a de que as questões ambientais passaram de uma situação de negligência nos modelos de desenvolvimento assentes no crescimento económico para a ocupação de um lugar central nos paradigmas emergentes. Nestes novos modelos de desenvolvimento, ainda não inteiramente consolidados, assentes na sustentabilidade, na participação e nas potencialidades das comunidades locais, o ambiente é considerado uma questão fundamental. Simultaneamente concluímos ainda que as áreas rurais traçaram um caminho que podemos qualificar como coincidente com o da integração das questões ambientais nos modelos de desenvolvimento dominantes nas sociedades ocidentais ao longo das últimas décadas. Assim, a integração das primeiras nestes modelos foi essencialmente selectiva e baseada nas suas capacidades produtivas. Os espaços rurais de reduzida produtividade foram sendo marginalizados para passarem a ser actualmente considerados espaços centrais nos novos paradigmas de desenvolvimento.

No que se refere à concepção e implementação de políticas de desenvolvimento rural, a centralidade dos espaços rurais profundos coloca questões importantes, num contexto de crescente desertificação social e de abandono das actividades económicas e culturais tradicionais. Concretamente no caso português, quando se pretende fazer a análise das políticas de desenvolvimento rural, a principal dificuldade prende-se com a sua inexistência. Como referem alguns autores a ausência de preocupações institucionais com as áreas rurais nacionais tem sido uma constante, isto se exceptuarmos as preocupações com o sector agrícola. A identificação tradicional entre rural e agrícola é ainda dominante em Portugal, no que se refere às medidas e programas de desenvolvimento. Neste contexto, as intervenções estatais nestas áreas foram quase exclusivamente dirigidas ao sector agrícola, situação que não só se manteve como se intensificou após a adesão de Portugal à UE. Consequência das sucessivas reformas desta política comunitária, a agricultura portuguesa foi gradualmente ocupando uma posição residual e de atribuição de funções extra-produtivas. Uma tal posição tende a subalternizar a nossa agricultura e os agricultores face aos seus congéneres europeus. Na sequência das novas concepções europeias de espaço rural como espaço

multifuncional, a UE tem implementado diversos programas e medidas que visam o seu desenvolvimento e que têm sido igualmente aplicados em Portugal. À luz destas concepções de desenvolvimento rural, tem-se colocado com cada vez maior pertinência a questão da legitimidade e da eficácia das políticas públicas. Concluímos que em Portugal aqueles aspectos não estão assegurados já que as políticas, programas e medidas tendem a ser fruto de legitimidades e de sistemas de representações que são exteriores às áreas rurais. Concluímos igualmente que estas lógicas exteriores se têm vindo a sobrepor às dos habitantes rurais que têm sistematicamente sido afastados dos processos de tomada de decisão relativos à concepção e implementação das políticas, programas e medidas. Como defendemos, a consideração dos interesses e necessidades das populações locais, principais construtoras e gestoras de territórios, paisagens e recursos actualmente crescentemente valorizados, é um factor chave para a eficácia das políticas públicas³²². A ausência de legitimação social e de eficácia apontada pode, em nosso entender, conduzir ao reforço de novas formas de integração selectiva das áreas rurais nos paradigmas de desenvolvimento emergentes. Por seu turno, a integração selectiva poderá conduzir a uma nova subalternização do rural, fundada agora não já nas suas (in)capacidades produtivas, mas na sua maior ou menor qualidade ambiental ou dito de outro modo, fundada na valorização socio-institucional que pode ser atribuída a essa sua qualidade. A subalternização tenderá a reforçar aquilo que ao longo deste trabalho temos vindo a designar como a nova dicotomia rural-urbano.

No que se refere à análise da informação empírica relativa aos dois casos estudados nesta tese – o Parque Natural de Montesinho e a Serra da Freita – e tendo em conta as suas principais características demográficas e socioeconómicas apresentadas no capítulo VII, bem como as hipóteses de que parte esta investigação, a primeira e principal conclusão tem efectivamente a ver com a existência de dois *rurais paralelos* – o que é *espaço de vida quotidiano* e o que é *espaço de recreio e lazer* para os residentes urbanos. Concretamente, no que se refere ao PNM, uma das conclusões fundamentais prende-se com o seu estatuto de espaço protegido. Neste sentido, concluímos que a instituição desta área protegida teve como principal objectivo a conservação da natureza, muito embora os aspectos sociais e económicos tenham sido desde essa data considerados relevantes. Tal relevância associa-se intimamente com a importância que é reconhecida às populações residentes na área na manutenção da fisionomia da mesma e na conservação dos elementos naturais. Apesar disto, pela análise que efectuámos aos objectivos, propostas de acção e intervenções do PNM, concluímos que a maior parte destes mecanismos visa essencialmente a conservação da

³²² Para esta argumentação e conclusão foram utilizados como exemplos os espaços rurais protegidos legalmente e a análise do modo como são instituídos e geridos.

natureza, negligenciando de certo modo o papel das populações locais nos processos de protecção e de preservação. A análise da evolução demográfica e socioeconómica da área, bem como das intervenções mencionadas e ainda das restrições e interdições em vigor na área (que se colocam sobretudo ao nível dos usos dos recursos e do território, pela população local) permitiu concluir que o PNM tende, de forma crescente, a constituir-se como espaço atractivo e *idílico* para a população não local, i.e., para os *utentes secundários* e como especialmente *repulsivo* para os seus habitantes e principais construtores desse *idílio*. A análise aos mecanismos e normas anteriormente referidos permitiu ainda concluir que é sobretudo a visão dos técnicos (e, através deles, a visão do Estado) que se impõe e sobrepõe às dos residentes. Pelas suas características, aquela visão aproxima-se mais das representações dos *utentes secundários* acerca do ambiente e da natureza como amenidades que devem ser preservadas. A partir desta conclusão sugerimos que a relativa subalternização do ponto de vista dos habitantes do PNM se constitui como causa de conflitos entre estes e a administração da área protegida.

No que diz respeito ao lugar do ambiente no quotidiano dos habitantes do PNM, a análise desenvolvida aponta para a existência de alguma (ainda que reduzida) diversidade no interior desta categoria de inquiridos. A diversidade encontrada no seio deste grupo é sobretudo motivada pelas diferenças em termos de variáveis sociográficas, muito particularmente pela diversidade no que se refere aos níveis de escolaridade, à idade e à prática da actividade agrícola (a tempo inteiro ou a tempo parcial). São os detentores de menor capital escolar, os mais idosos e os agricultores aqueles que possuem uma concepção antropocêntrica e utilitarista de natureza e de ambiente. Muito embora a nossa amostra não seja representativa, em termos dos critérios de construção (explanados no capítulo VII), tendo em atenção que a maior parte dos habitantes do PNM é idosa, pouco escolarizada e se dedica à actividade agrícola, podemos sugerir que esta visão antropocêntrica e utilitarista da natureza e do ambiente é a concepção dominante entre a população local.

A análise empírica permitiu também concluir que uma parte significativa dos residentes inquiridos não atribui importância ao papel e contributo do PNM na manutenção dos elementos culturais e naturais da área, sobretudo devido à avaliação da ausência de intervenções realizadas pela área protegida nas diversas localidades. No que se refere às regras em vigor na área do PNM, concluímos pela existência de uma divisão clara entre os habitantes, para a qual, uma vez mais, contribuem decisivamente as características objectivas destes inquiridos. São, assim, os inquiridos com menores níveis de escolaridade, os mais idosos e os que se dedicam (quer como actividade principal, quer como actividade secundária) à agricultura, aqueles que discordam das regulamentações introduzidas com a criação da área protegida. Esta discordância tende a aumentar quando as restrições se associam às actividades quotidianas dos habitantes, particularmente àquelas de que depende

a sua subsistência. Na mesma linha, mas com a evidência de menor diversidade interna, concluímos que a maioria dos residentes inquiridos considera como não susceptíveis de degradar o ambiente na área do PNM justamente os aspectos que se relacionam com a sua vida quotidiana e com as actividades económicas dominantes, como a agricultura e a pecuária. Apesar da diversidade encontrada no que diz respeito às representações e práticas dos habitantes do PNM face à natureza e ao ambiente, podemos considerá-los como um grupo relativamente homogéneo por referência aos visitantes daquela área protegida. Assim, como vimos no capítulo VIII, a análise estatística mostra de forma clara a existência de associações fortes entre o tipo de inquirido e o tipo de valorização atribuído à natureza e ao ambiente. Tal significância permite-nos concluir pela existência de *dois parques* – o que é *espaço de vida* e o que é *espaço de recreio e lazer* e de usufruto de uma natureza considerada mais *pura*. Esta conclusão ficou igualmente demonstrada através da clara representação dos visitantes do rural como espaço natural, tanto na área do PNM, como em relação a outras áreas rurais que procuram e consomem. Ao contrário dos habitantes, os visitantes possuem de natureza e de ambiente uma concepção essencialmente ecocêntrica e estética, valorizando as paisagens consideradas de reduzida intervenção humana.

A sistematização das diferenças encontradas entre os visitantes e os residentes do PNM permitiu-nos concluir pela diversidade de representações (e práticas) face ao rural. O confronto entre os tipos de inquirido permitiu a comprovação da maior parte das hipóteses que colocámos inicialmente, particularmente das que se referem ao carácter *vulgar* que os elementos naturais assumem para os habitantes, dada a relação que com eles mantêm no quotidiano e o papel central que aqueles desempenham para a sua subsistência. Já para os visitantes, os mesmos elementos assumem um carácter *extraordinário* e de objectos de *apreciação estética*, não apenas porque são protegidos, mas igualmente porque se constituem como *invulgares* no seu quotidiano. Os residentes no PNM (assim como os seus representantes políticos ao nível local) atribuem um valor *secundário* à protecção da natureza, por referência aos aspectos associados ao desenvolvimento social e económico. Tal *secundarização* não corresponde em geral a uma não valorização dos elementos naturais, mas antes a uma valorização diversa da dos visitantes. Este aspecto permite-nos concluir que a diversidade encontrada (opondo de forma clara visitantes e administração do PNM aos residentes e entidades políticas locais – sobretudo Juntas de Freguesia) se relaciona de perto com uma visão do ambiente e da natureza como elementos centrais nos actuais processos de desenvolvimento, por parte dos primeiros e à correspondente dissociação dos dois aspectos, por parte dos segundos.

Os conflitos que derivam das várias diferenças referidas ocorrem de forma evidente entre o que designámos como o *rural vivido* e o *rural instituído como protegido*, i.e., entre os residentes da área e a sua administração. A existência de conflitos entre os residentes e os

visitantes do PNM, assume um carácter mais latente e ocorrem sobretudo ao nível das representações sociais entre o *rural vivido* e o *rural visitado*.

Ainda no que se refere aos conflitos existentes, concluímos que existe uma forte e consolidada percepção das desigualdades na distribuição dos benefícios decorrentes da instituição do PNM, por parte dos residentes e da maioria dos Presidentes de Junta de Freguesia. Esta percepção relaciona-se igualmente com a consideração, por estes actores, da ausência de contributo positivo do PNM para o desenvolvimento socioeconómico das localidades que integram esta área protegida, ao longo dos seus 23 anos de funcionamento. Concluímos genericamente que no PNM é clara a *décalage* entre a necessidade exterior de preservação da qualidade ambiental desta área rural e a necessidade sentida localmente de um maior nível de desenvolvimento socioeconómico, sendo a este associados pelos residentes aspectos como a criação de empregos, as obras públicas e a implantação ou melhoria de equipamentos e serviços básicos para a qualidade de vida.

No que se refere à área da Serra da Freita, as principais conclusões da análise empírica apontam na mesma direcção das apresentadas para o PNM, muito embora seja possível detectar algumas diferenças relevantes.

No que diz respeito à valorização da natureza e do ambiente, uma primeira conclusão relaciona-se com a coexistência na Serra da Freita de três tipos de representações a que podemos chamar *institucionais*:

- Uma primeira, defendida pelo poder central e que se materializa na classificação desta área como *sítio de interesse para a conservação da natureza*, no âmbito dos Biótopos Corine e da Directiva *Habitats*.
- Uma segunda, detida essencialmente pelas Câmaras Municipais e pelas Associações de Desenvolvimento Local que assume as características naturais e ambientais da área como fundamentais para as suas trajectórias futuras em termos de desenvolvimento.
- Uma terceira, manifesta pelo poder político local (ao nível das Juntas de Freguesia) que concebe a natureza e o ambiente como estando essencialmente ao serviço das populações locais e que rejeita as regulamentações que eventualmente se possam colocar às actividades económicas e aos usos que os habitantes fazem do território e dos recursos naturais da Serra da Freita.

Enquanto que as duas primeiras representações *institucionais* não são dominantes (ao contrário do que foi observado para a área do PNM, em que a visão estatal era predominante) e não têm tido tradução especialmente directa em termos da instituição de mecanismos reguladores das práticas dos utilizadores da Serra da Freita, a última representação apresentada, sendo essencialmente antropocêntrica, é dominante na área tanto no que se

refere à sua partilha com a maioria dos residentes inquiridos, como no que se refere à sua predominância em termos de orientação das práticas sociais face aos elementos naturais.

Embora exista alguma diversidade em termos de representações e práticas dos residentes inquiridos na Serra da Freita face ao ambiente e face à natureza, estes possuem traços de homogeneidade evidentes. Um desses traços é a representação do ambiente e da natureza a partir de uma perspectiva antropocêntrica e utilitarista. Tal como na área do PNM, esta representação é mais frequente nos indivíduos mais idosos, com menor capital escolar e nos agricultores. Os habitantes da Serra da Freita possuem uma visão positiva no que concerne às áreas protegidas nacionais. No entanto, esta representação transforma-se em negativa quando se passa do nível abstracto para eventualidade da aplicação das regulamentações em restrições e/ou interdições concretas aos usos dos elementos naturais e culturais da área. Isto reforça o facto de (e tal como referimos para a área do PNM) os elementos naturais possuírem entre os residentes da Serra da Freita um carácter *vulgar*, ou seja, um carácter *vivido* e quotidiano. No que se refere ao lugar que o ambiente e a natureza ocupam nas procuras e consumos externos da área, concluímos que as características *naturais* da Serra da Freita se sobrepõem aos seus aspectos *rurais*. Estes últimos não possuem senão uma importância muito residual como determinantes da forma como a Serra da Freita é procurada e consumida pelos seus visitantes. A conclusão anterior associa-se intimamente à predominância de uma visão ecocêntrica entre os visitantes e muito particularmente ao tipo de relação que estes mantêm com esta área. Por referência aos residentes, os visitantes inquiridos na Serra da Freita tendem a considerá-la um espaço *invulgar* e *extraordinário*.

Os residentes (e os seus representantes políticos ao nível das freguesias) tendem a atribuir um carácter essencialmente *secundário* à protecção do ambiente e da natureza face à promoção do desenvolvimento social e económico. No entanto, a afirmação de que os visitantes valorizam mais o ambiente e os elementos naturais por referência ao desenvolvimento económica não é aqui tão clara como no caso do PNM.

À semelhança do que observámos para a área do PNM, existe também na área da Serra da Freita uma elevada heterogeneidade entre os visitantes e os residentes. Assim, as maiores diferenças decorrem sobretudo do facto de para os segundos a área da Serra da Freita ser igualmente um *espaço de vida, quotidiano* e de *subsistência* e de para os primeiros a mesma área ser essencialmente *espaço de recreio e de lazer*.

Os comportamentos e as práticas dos visitantes da Serra da Freita são substancialmente diversos dos realizados pelos inquiridos na área do PNM. Assim é visível que o tipo de actividades e de comportamentos que os visitantes da primeira realizam, se associam marcadamente à ausência de estatuto legal de protecção, i.e., relacionam-se com a sua condição de espaço *vulgar*, aberto às mais diversas utilizações. Concluímos que são essas práticas e esses comportamentos que originam a maior parte dos conflitos manifestos entre

os visitantes e os residentes e entidades políticas locais. Daqui podemos inferir que enquanto no PNM os conflitos evidentes se associam ao seu estatuto de área protegida, no caso da Serra da Freita eles associam-se ao seu inverso, i.e., à ausência de regulamentação. Isto parece querer significar que a dicotomia que classificámos ao longo desta tese como emergente, entre o rural e o urbano, não se baseia apenas nas diferenças entre a sua maior ou menor qualidade ambiental, mas que se sustenta também, em alguns casos, na existência ou ausência de um estatuto legal de protecção dos espaços rurais. Por estas razões, podemos dizer que na Serra da Freita estamos claramente perante um rural que é *vivido* face ao rural que é *visitado como não protegido*, enquanto que no caso do PNM se trata de um rural *vivido* que se opõe a um rural que é *visitado como protegido*. Concluímos igualmente que para além deste tipo de conflitos manifestos ou evidentes existem na Serra da Freita também conflitos de tipo mais latente e que se relacionam (como na área do PNM) com as representações sociais de visitantes e de residentes quer quanto à protecção do ambiente, quer no que se refere à promoção do desenvolvimento económico.

A síntese e reflexão crítica acerca dos dados empíricos, efectuada no capítulo X, permitiu concluir pela existência de homogeneidade interna nos dois grupos de inquiridos, i.e. dos residentes e visitantes de ambas as áreas consideradas nesta tese. Neste contexto, uma conclusão geral é a de que o ambiente ocupa efectivamente um lugar central nas procuras e consumos externos daquelas áreas. O ambiente constitui assim, para os visitantes, a grande motivação das procuras e a principal determinante das práticas de consumo que aí se desenvolvem. Como tivemos ocasião de salientar no capítulo X, o ambiente rural tem vindo a constituir-se como um *símbolo* para os urbanos, essencialmente porque é percebido como *natural*. Neste sentido, a maior parte dos visitantes que inquirimos vêem as paisagens do PNM e da SF como uma realidade *extra-social*, na qual Homens, animais e máquinas parecem não intervir. Aqui reside a grande motivação para o consumo destas áreas, mais do que na sua representação como lugares *vividos* por outros actores sociais.

Os casos analisados nesta tese colocam a questão do ambiente como potencialidade ou constrangimento para o desenvolvimento das áreas rurais. Esta questão é tanto mais relevante quanto a análise da literatura disponível e a análise dos dados empíricos demonstra que:

- O ambiente e as características naturais das áreas rurais detêm um lugar central nas procuras e consumos externos dessas mesmas áreas
- A principal função das áreas rurais, na actualidade, parece associar-se mais à satisfação das necessidades criadas no seu exterior (i.e., como diz Covas (1999) à produção de amenidades) do que à revitalização das dinâmicas socioeconómicas locais.

Se não nos é possível negar que as áreas rurais possuem funções ambientais essencialmente para os *não rurais*, essas funções poderão ter diversos efeitos negativos e redundar em conflitos como os que analisámos para as áreas do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita, designadamente os que se associam à dicotomia em termos de representações sociais e institucionais entre o rural como *espaço de vida* 'versus' o rural como *espaço de recreio*, muito particularmente como *protegido*. A dicotomia é agora, como dissemos anteriormente predominantemente social, mas possui também contornos espaciais já que é no mesmo espaço que se verifica a dualidade de representações e práticas sociais, susceptíveis de condicionar os trajectos futuros de desenvolvimento.

A análise da informação empírica possibilitou a conclusão de que da dicotomia mencionada fazem parte legitimidades, representações e práticas sociais diversas, sendo que as que são transportadas pelos actores externos se sobrepõe às que são protagonizadas pelos habitantes locais. Em face desta conclusão, o debate mais amplo acerca da constituição do ambiente como constrangimento ou vantagem para o desenvolvimento das áreas rurais profundas, em Portugal, não apenas se reveste de sentido como se torna inevitável. E esta inevitabilidade decorre também da constatação, dada pela análise empírica, de que as questões ambientais tendem a colocar as áreas rurais numa posição de subalternidade já que as lógicas e legitimidades *internas* ou locais não têm sido tomadas em consideração nos programas e medidas para aquelas áreas, quer em termos de protecção ambiental, quer em termos de desenvolvimento social e económico. Se por um lado, a população local é reconhecida como importante na manutenção e preservação do território e dos elementos naturais, por outro lado, as intervenções para a sua fixação, além de reduzidas, têm-se pautado pela ineficácia. Com base na análise dos dados empíricos e na revisão da literatura disponível, anunciamos, no capítulo IV o *desaparecimento* do rural como espaço dotado de dinâmicas próprias e ao mesmo tempo que prenunciámos o seu *renascimento* como mundo *recriado* ou *inventado*, segundo lógicas e legitimidades que lhe são estranhas. Neste contexto e tendo em conta o interesse dos próprios *utentes secundários* (que não pretendemos negligenciar ou subalternizar face ao interesse dos habitantes) parece-nos relevante questionar e simultaneamente sugerir como tema de futuras investigações neste domínio, a atractividade de um rural despojado das suas características e dinâmicas reais. Consideramos que a *museificação*, a *recriação* ou a *invenção* do rural poderá não ter a mesma força atractiva para os visitantes, uma vez que dada a ausência de *história viva* não terá a capacidade de despertar e consolidar identidades colectivas. No mesmo sentido, os programas e as medidas de desenvolvimento rural não parecem inclinar-se para a promoção de uma *conservação viva do rural*, o que, por um lado, reforça a conclusão de que estamos perante uma direcção política de *reinvenção* do rural essencialmente para benefício dos

urbanos e por outro lado dificulta igualmente a construção de cenários futuros para o delinear de políticas de desenvolvimento rural que ultrapassem esse aspecto.

Na base das considerações e da interrogação anteriores, concluímos que a devolução dos espaços rurais aos seus habitantes se torna um imperativo. As medidas decorrentes de um tal imperativo supõem, como vimos no capítulo X, a existência de um factor que escasseia nas sociedades modernas: o *tempo*. Como referimos no capítulo mencionado, se por um lado o tempo para intervir no rural profundo se esgota diante do seu progressivo *desaparecimento*, por outro lado o tempo é uma variável fundamental no desenvolvimento de uma acção eficaz e legitimada socialmente. Isto é tanto mais verdadeiro se entendermos (como nesta tese o temos entendido) que aquela acção não pode constituir-se como uma imposição, mas sim como uma negociação permanente entre quem *habita, visita, governa e gere* os territórios rurais.

Neste sentido, parece-nos importante recomendar que a incorporação das diferenças nas políticas, programas e medidas de desenvolvimento rural não pode ser negligenciada, não apenas para evitar a ocorrência de conflitos entre quem *vive, visita e protege* as áreas rurais, mas essencialmente para garantir processos de desenvolvimento eficazes. Na sequência do que acabamos de referir, o modelo que se nos afigura mais adequado é aquele que prevê a gestão patrimonial negociada dos processos de desenvolvimento e de protecção do ambiente nas áreas rurais. O modelo apresentado no capítulo X pretende assim constituir-se como um contributo, ainda que limitado e incompleto, para o delinear de uma estratégia que, prevendo o acompanhamento e a negociação permanentes dos/entre os vários actores e agentes envolvidos, possibilite um desenvolvimento rural efectivo, eficaz, dotado de legitimidade e essencialmente sustentado num conhecimento profundo do conteúdo das diferentes representações do rural *vivido* e do rural *visitado*.

No que se refere a recomendações para investigação posterior ou complementar suscitada pelos procedimentos metodológicos adoptados e pelos resultados alcançados nesta tese, salientamos em primeiro lugar a necessidade de alargamento e de aprofundamento da análise dos instrumentos de desenvolvimento rural, por um lado e por outro a determinação mais objectiva do lugar que as questões ambientais têm ocupado naqueles instrumentos, muito particularmente no que se refere à sua aplicação efectiva. Isto no sentido de avaliar a forma como estes processos têm sido conduzidos e o modo como os diferentes *utentes* das áreas rurais neles se revêem e a eles têm reagido.

O alargamento e a revisão da metodologia por nós utilizada afigura-se-nos igualmente importante, enquanto recomendação. O alargamento a outras áreas rurais *profundas* com e sem estatuto legal de protecção no sentido de avaliar até que ponto os casos estudados nesta tese são paradigmáticos de uma situação mais genérica ou, ao contrário, apenas representam a sua realidade específica. Em associação, cremos que a utilização de uma

metodologia que incorporasse técnicas de recolha de informação de tipo menos rígido – inquéritos por entrevista ou observação-participante, por exemplo – permitiria o alcançar de resultados complementares e de maior riqueza do que os que o inquérito por questionário possibilitou. Paralelamente a revisão do instrumento de recolha de informação que foi utilizado junto dos residentes e dos visitantes do Parque Natural de Montesinho e da Serra da Freita permitiria colmatar alguma da ineficácia e limitação que o mesmo evidenciou, essencialmente no que se refere à sua extensão e linguagem utilizada que, em alguns casos, se revelou de difícil compreensão por parte dos inquiridos. Mais ainda, o alargamento e afinamento da análise empírica efectuada, particularmente através da construção de amostras às quais fosse possível conferir maior representatividade e através de uma análise estatística mais detalhada e profunda, possibilitaria não apenas a agregação e síntese de algumas das variáveis utilizadas neste estudo de forma a facilitar a interpretação da informação, como também facilitaria o estabelecimento de relações entre as variáveis consideradas mais relevantes para caracterizar o rural *vivido* e o rural *visitado*. Paralelamente, seria igualmente possível estabelecer algumas generalizações quanto às questões operacionalizadas neste trabalho, no sentido de contribuir para informar e sustentar de forma mais adequada o modelo proposto anteriormente.

Bibliografia

- A**dam, B. (1993) "Time and environmental crisis: an exploration with special reference to pollution" in *Innovation in Social Sciences Research*, Vol.6, nº4, pp. 399-413
- ADDLAP (1996) *Plano Global de Intervenção – Centro Rural Norte de Lafões*, Viseu: Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva
- Adewole-Osunade, M.A. (1994) "Indigenous grass ecology and socio-economic values in Swaziland" in *Journal of Environmental Management*, Vol. 41, nº 2, pp. 283-292
- ADRIMAG (1997) *Plano Global de Intervenção – Centro Rural Portas da Freita*, Arouca: Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira
- Alphandéry, P. et al. (1993) *O Equívoco Ecológico*, Lisboa: Instituto Piaget
- Alves, T. (2001) "Multifuncionalidade e desenvolvimento nas áreas rurais em Portugal" in Iglesias, E.L et al. (Ed.) *La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Peninsula Iberica – Actas del IV Coloquio Hispano-Português de Estudios Rurales*, IDEGA /SPER/AEEA (publicação em CDrom)
- Andresen, T. (1996) "A paisagem dos costumes e a paisagem das leis" in Borrego, C. et al. (Ed.) *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro: DAOUA/CCRC, pp. 289-308
- Annenkov, V. (1991) "l'organization spatiale de la survie de l'espèce humaine" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 130, pp. 747-755
- Arizpe, L. (1991) "Le Cube planetaire" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Nº 130, pp. 641-652
- Avillez, F. (1999) "Sustentabilidade económica e desenvolvimento rural" in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa: CEG, pp. 117 – 123
- Axford, B. (2000) "Globalization" in Browning, G.; Halcli, A. e Webster, F. (Ed.) *Understanding Contemporary Societies – Teories of the Present*, Londres: Sage, pp. 238-251
- Azevedo, J. et al (Ed.) (1998) *Parque Natural de Montesinho*, Mirandela: Edição de J. Azevedo
- B**aker, S. (1997) "Between commitment and implementation: tensions in sustainable development policie in the European Union" in Redclift M. e Woodgate, G. (Ed.) *The International Handbook of Environmental Sociology*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing Lda, pp. 379 – 389
- Balabanian, O. (1999) "Le tourisme vert: défi ou utopie?" in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa: CEG, pp. 255 - 262
- Barraqué, B. (1992) "politiques publiques et environnement" in *Les Raisons de l'Action Publique – Entre Expertise et Débat – Actes du Colloque*, Paris: L'Harmattan, pp. 279-300
- Barreira, C. (1994) "Os estilos de vida e o convívio quotidiano", in Reis, A. (Coord.) (1994) *Portugal -Vinte Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 492-495

- Barreto, A. (1996) "Três décadas de mudança social" in Barreto, A. (Org.) *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, Lisboa: ICS, pp. 35-162
- Barreto, A. (2000) "Portugal e a Europa: quatro décadas" in Barreto, A. (Org.) *A Situação Social em Portugal (1960-1999)*, Lisboa: ICS, pp. 37– 76
- Barros, A. (1990) "A sociologia rural perante a problemática do espaço" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 8, pp. 43-53
- Barros, V. (1998) "A agenda 2000 e o desenvolvimento rural" in DGDR (Ed.) *Seminário: O Desenvolvimento Rural no Contexto da Agenda 2000*, Lisboa: DGDR, pp. 9-18
- Bauer, R. et al. (1984) "Une approche prospective du milieu rural" in Theys, J. et al. (Ed.) *Les Politiques de l'Environnement face à la Crise*, Cahiers du Germes, Nº 10, Paris: Germes, pp. 121-137
- Beck, U. (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage
- Beck, U. (1994) "The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization" in Beck, U.; Giddens, A. e Lash, S. (Ed.) *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Cambridge: Polity Press, pp. 1-55
- Beer, A.R. (1990) "Environmental settings and the quality of life" in *Environmental Planning for Site Development*, Londres: E.&F. N. Spon, pp. 143 - 158
- Bell, M. M. (1998) *An Invitation to Environmental Sociology*, Londres: Pine Forge Press
- Belo Moreira, M. (1995) "O homem rural e a adaptação à inovação" in A.A.V.V. (1995) (Ed.) *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa: IEADR/CNGPL, pp. 96 – 98
- Benton, T. (1994) "Biology and social theory in the environmental debate" in Benton; T. e Redclift, M. (Ed.) *Social Theory and the Global Environment*, Londres: Routledge, pp. 28-50
- Benton, T. (2000) "Reflexive modernization" in Browning, G.; Halcli, A. e Webster, F. (Ed.) *Understanding Contemporary Societies – Teories of the Present*, Londres: Sage, pp. 97 – 111
- Benton; T. e Redclift, M. (1994) "Introduction" to *Social Theory and the Global Environment*, Londres: Routledge, pp. 1-27
- Bertrand, G. (1975) "Pour une histoire écologique de la France rurale », in Duby, G. e Wallon, A. (Dir.) *Histoire de la France Rurale* , Paris,Éditions du Seuil, pp. 37-118.
- Bertrand, G. (1978) "La paysage entre la nature et la société" in *Revue Geographique des Pyrenées et du Sud Ouest*, Tome 49, Fasc. 2, pp. 239-258
- Billaud, J. P. et al. (1997) "Social construction of the rural environment. Europe and discourses in France, Germany and Portugal" in Haan, H.; Kasimis, B. e Redclift, M. (Ed.) *Sustainable Rural Development*, Londres: Aldershot, pp. 9 – 34
- Bontron, J. C. e Brochot, A. (1989) "La nature dans la cage des reglementations... a propos des reserves naturels" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 234-241
- Bouillon, D. (1991) " Le paysage: un patrimoine à gérer" in *Études Rurales*, 121-124, pp. 197-205
- Bourdieu, P. (1977) "Une classe objet" in *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, nº17/18, pp. 2-5

- Boylan, T. (1992) "Paradigms in rural development: from critique to coherence?" in O'Connell, M. e Cuddy, M. (Org.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp. 13-23
- Bowler, I. R. (1985) *Agriculture under the Common Agricultural Policy*, Manchester: Manchester University Press
- Bozonnet, J. P. e Fischesser, B. (1985) "La dimension imaginaire dans l'idéologie de la protection de la nature" in Cadoret, A. (Org.) *Protection de la Nature: Histoire et Idéologie – De La Nature à l'Environnement*, Paris: L'Harmattan, pp. 193-207
- Bradley, T. e Lowe, P. (1984) "Locality, rurality and social theory" in Bradley, T. e Lowe, P. (Ed.) *Locality and Rurality - Economy and Society in Rural Regions*, Norway: Geobooks, pp. 1-24
- Braga da Cruz, M. (1994) "A participação social e política" in Sousa Ferreira, E. e Rato, H. (Coord.) *Portugal Hoje*, Lisboa: INA, pp. 353 – 370
- Brandão de Brito; J. M. (1989) *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra. O Condicionamento Industrial*, Lisboa: D. Quixote
- Brandenburg, A.M. e Carroll, M. (1995) "Your place or mine? The effect of place creation on environmental values and landscape meanings" in *Society and Natural Resources*, Vol. 8, Nº 5, pp. 381-398
- Brookfield, H. (1993) "L'homme et les écosystèmes" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 93, pp. 397-417
- Broom, C. (1996) "Protected landscapes: an approach to integrated resource management" in Borrego, C. et al. (Ed.) *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro: DAOUA/CCRC, pp. 331-340
- Brotherton, I. (1993) "Environmental protection: a case of damage limitation" in *Journal of Environmental Management*, Vol. 39, pp. 297-304
- Brun, A. e Cavailles, P. et al. (1992) "Les espaces ruraux revisités" in *Revue Française d'Economie Regionale et Urbaine*, Nº1, pp. 37 - 66
- Buller, H. (1997) "La countryside britannique: un espace symbolique" in Jollivet, M. (Dir.) *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*, Paris: L'Harmattan, pp. 127-174
- Burtscher, K. (1993) "Media coverage of environmental issues: between sensationalism and complexity" in *Innovation in Social Sciences Research*, Vol.6, Nº4, pp. 519-531
- Buttel, F. H. (1986) "Sociologie et environnement: la lente maturation de l'écologie humaine" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Nº109, pp. 359-378
- Buttel, F. H. (1987) "New directions in environmental sociology" in *Annual Review of Sociology*, nº 35, pp. 465-488
- Buttel, F. H. (1992) "Environmentalization: origins, processes and implications for rural social change " in *Rural Sociology*, Vol. 57, nº 1, pp. 1-27

- Buttel, F. H. (1993) "Environmentalization and greening: origins, processes and implications" in Harper, S. (Ed.) *The Greening of Rural Policy - International Perspectives*, Londres: Belhaven Press, p. 3–11
- Buttel, F. H. (2000) "Classical theory and contemporary environmental sociology: some reflections on the antecedents and prospects for reflexive modernization theories in the study of environment and society" in Spaargaren, G ; Mol, A.P.J.e Buttel, F.H. (Ed.) *Environment and Global Modernity*, Londres: Sage, pp. 17-40
- Buttel, F. H. e Taylor, P. (1994) "Environmental sociology and global environmental change" in Benton, T. e Redclift, M. (Ed.) *Social Theory and the Global Environment*, Londres: Routledge, pp. 228-249
- Butler, R. H.; Hall, C. M. e Jenkins, J. M. (1998) "Introduction" in Butler, R. H.; Hall, C. M. e Jenkins, J.M. (Ed) *Tourism and Recreation in Rural Areas*, Chichester: John Willey&Sons, pp. 3-15
- Butler, R. H. e Hall, C. M. (1998) "Image and reimagining of rural areas" in Butler, R. H.; Hall, C. M. e Jenkins, J.M. (Ed) *Tourism and Recreation in Rural Areas*, Chichester: John Willey&Sons, pp. 115-122
- C**adoret, A. (1989) "Gérer la nature, le rural et le reste: reflexion à plusieurs voix" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 298-302
- Caldwell, L. K. (1992) "Globalizing environmentalism: treshold of a new phase in international relations in Dunlap, R.E. e Mertig, A.G. (Ed.) *American Environmentalism - The US Environmental Movement*, Washington: Taylor&Francis, pp. 60-75
- Carrilho, M.J. *et al.* (1993) "Alterações demográficas nas regiões Portuguesas entre 1981-1991" in MPAT (Org.) *O Plano de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*, Lisboa: MPAT, pp. 363-431
- Carter, N. *et al.* (1991) "Local authorities as strategic enablers" in *Planning, Praticce + Research*, vol.6, nº2, pp. 25-30
- Carson, R. (1962) *Silent Spring*, Greenwich: Fawcett Publications
- Cavaco, C. (1991) "Considerações em torno do desenvolvimento rural, numa perspectiva espacio-social", comunicação apresentada às *Jornadas de Desenvolvimento Rural do Norte*, Ponte de Lima
- Cavaco, C. (1993) "O mundo rural em Portugal" in MPAT/MAP (Org.) *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*, Lisboa: pp. 93-109
- Cavaco, C. (1995a) "Abandono ou revitalização dos campos raianos em Portugal?" in *Actas do III Colóquio Hispano Português de Estudos Rurais*, Lisboa: SPER, pp. 11–46
- Cavaco, C. (1995b) "Famílias agrícolas: diversidade de ocupações e rendimentos" in A.A.V.V. (Ed.) *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa: IEADR/CNGPL, pp. 74–78

- Cavaco, C. (1996) "Do despovoamento ao desenvolvimento local: desafio ou utopia" in IEG/FLUC (Ed.) *Dinamismos Socioeconómicos e (Re) Organização territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra: pp.333-356
- Cavaco, C. (1999) "O mundo rural português: desafios e futuros" in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa: CEG, pp. 135-148
- C.C.E. (1986) *Europeans and the Environment in 1986*, Bruxelas, CCE
- C.C.E. (1987a) *A Comunidade Europeia e o Ambiente*, Colecção Documentação Europeia, Serviço de Publicações Oficiais da CE
- C.C.E. (1987b) "Protection et gestion du patrimoine naturel dans les regions rurales", relatório regional da região mediterrânica – *Cinquième Conference Ministrielle Européen sur L'Environnement*, Lisboa, 11-12 de Junho
- C.C.E. (1988a) *Europeans and the Environment in 1988*, Bruxelas, CCE
- C.C.E. (1988b) *The Future of Rural Society*, Bulletin of The European Communities, 4/88, Bruxelas
- C.C.E. (1992) *Europeans and the Environment in 1992*, Bruxelas, CCE
- C.C.E. (1995) *Europeans and the Environment in 1995*, Bruxelas, CCE
- C.C.E. (1999) *Europeans and the Environment in 1999*, Bruxelas, CCE
- C.C.E. (2001) *Sixth Environmental Action Programme*, Bruxelas, CCE
- Cepeda, F.J.T (1988) *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, Tese de Doutoramento, Vila Real, UTAD (policopiado)
- Chamboredon, J.C. (1980) "Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production au lieu de recreation" in *Revue Française de Sociologie*, nº21, pp.97-119
- Chamboredon, J.C. (1985) "La 'naturalisation' de la campagne: une autre manière de cultiver 'les simples'" in Cadoret, A. (Org.) *Protection de la Nature: Histoire et Idéologie – De la Nature à l'Environnement*, Paris: L'Harmattan, pp. 138-151
- Champagne, P. e Pagés, J-P (1994) "Environnement, espace public et représentation" in *Espaces et Sociétés*, nº77, pp. 45-64
- Chase, J. e Panagopoulos, I. S. (1995) "Environmental values and social psychology: a European common market or common's dilemma?" in Guerrier, Y. et al. (Ed.) *Values and the Environment - a Social Science Perspective*, Londres: Wiley, pp. 67-80
- Chokor, B. A. (1993) "Government policy and environmental protection in the developing world: the example of Nigeria" in *Environmental Management*, Vol.17, nº 1, pp.15-30
- Cloke, P. J. (1987) *Rural Planning – Policy into Action?*, Londres: Harper and Row
- Cloke, P. J. (Org.) (1988) *Policies and Plans for Rural People*, Londres: Unwin & Hyman
- Cloke P. J. (Org.) (1989) *Rural Land Use Planning Developed Nations*, Londres: Unwin and Hyman
- Commins, P. (1990) "Restructuring agriculture in advanced societies: transformation, crisis and responses" in Marsden, T et al. (Org.) *Rural Restructuring - Global Processes and Their Responses*, Londres: David Fulton, pp. 45-76
- Comolet, A. (1990) "Déprise agricole et avenir de l'espace rural" in *Futuribles*, nº 140, pp. 23-40

- Connelly, J. e Smith, G. (2003) *Politics and the Environment: From Theory to Practice*, Londres: Routledge
- Constituição Política da República Portuguesa (1933) - Dec. nº 22:241 Diário do Governo, 1ª Série 22 de Fevereiro de 1933
- Constituição da República Portuguesa (1976) AR, DGAP
- Constituição da República Portuguesa (1982) - 1ª Revisão, AR, DGAP
- Constituição da República Portuguesa (1989) - 2ª Revisão, AR, DGAP
- Constituição da República Portuguesa (1992) - 3ª Revisão, L1/92, Suplemento Diário da República, 1ª Serie, 25/11/1992
- Conway, A. (1992) "Conceptualizing rural development" in O'Conneide, M. e Cuddy.M. (Org.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp. 137-148
- CoraNE (1996) *Plano Global de Intervenção – Centro Rural de Montesinho*, Bragança: CoraNE
- Covas, A. (1997) *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*, Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, Colecção Estudos e Análises
- Covas, A. (1999) *As Amenidades Rurais: Um Contributo para o Desenvolvimento das Zonas Desfavorecidas*, Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, Colecção Estudos e Análises
- Cristóvão, A. e Portela, J. (1996) "Evolução previsível das áreas rurais interiores de Portugal nos novos cenários comunitários: o caso do alto Trás-os-Montes e Douro" in *Revista Hispano-Portuguesa de Desarrollo Transfronterizo*, nº0, pp. 71-83
- Cristóvão, A. (2002) "Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais" in Riedl, M., J. A. Almeida e A. L. Barbosa (2002). *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. Páginas 81-116.
- Cuddy, M. (1992) "Rural development: the broader context" in O'Conneide, M. e Cuddy,.M. (1992) (Org.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp. 65-77
- Cudworth, E. (2003) *Environment and Society*, Londres: Routledge
- Cunha, A. (1984) *A Política Agrícola Comum – Considerações acerca da sua Reforma e Implicações para Portugal*, Porto: CCRN
- D**ake, K. (1992) "Myths of nature: culture and the social construction of risk" in *Social Issues*, Vol.48, nº4, pp. 21 - 37
- Dasnoy, C. e Mormont, M. (1991) *Presse Quotidienne et Environnement en Europe*, Fondation Universitaire Luxembourgeoise de Belgique
- Daun, A. (1993) "The materialistic life-style: some socio-psychological aspects" in Usitalo, L. (Org.) *Consumer Behavior and Environmental Quality*, Londres: Aldershot-Gower, pp. 6-16
- Dewailly, J. M. (1998) "Images of heritage in rural regions" in Butler, R. H.; Hall, C. M. e Jenkins, J.M. (Ed.) *Tourism and Recreation in Rural Areas*, Chichester: John Willey&Sons, pp. 123 – 136

- DGDR (1997) *Desenvolvimento Rural: Novas Realidades e Perspectivas*, Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, colecção Estudos e Análises
- Dias, A. J. (1981) *Rio de Onor: Comunitarismo Agro Pastoral*, Lisboa: Editorial Presença, 2ª ed.
- Diéguez, V. C. (1996) "Los espacios naturales protegidos: el dilema entre la conservación y el desarrollo local" in IEG/FLUC (Ed.) *Dinamismos Sócio-Económicos e (Re) Organização Territorial: Processos de de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra: pp. 501-510
- Diniz, F. J. L. S. (1996) "Desenvolvimento local em meio rural - um processo (inter) dependente ou autónomo?" in *MANIFesta - Teses em Debate na Assembleia*, Tondela, II Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local
- Dionísio, E. (1994) "As práticas culturais" in Reis, A. (Coord.) *Portugal -Vinte Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 443-489
- Dominguez, J. J. C. e Aranz A. V. (1997) "La ruralité: un concept mort-né?" in Jollivet, M. (Dir.) *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*, Paris: L'Harmattan, pp. 45-76
- Downs, A. (1972) "Up and down with ecology: the 'issue-attention cycle'" in *Public Interest*, nº 28, pp. 38-50
- Dubost, F. (1991) "La problematique des paysages" in *Études Rurales*, 121-124, pp. 219-234
- Duby, G. (1991) "Quelques notes pour une histoire de la sensibilité au paysage" in *Études Rurales*, 121-124, pp. 11-14
- Duclos, D. (1987) "La construction sociale des risques majeurs" in Theys J. e Fabiani, J.L. (Ed.) *La Société Vulnérable - Evaluer et Maîtriser les Risques*, Paris: PENS, pp. 37-54
- Duclos, D. (1994) "Topologie de la peur" in *Espaces et Sociétés*, nº77, pp. 21-44
- Duclos, D. (1995) *La Peur et le Savoir – La Société face à la Science, la Technique et leurs Dangers*, Paris, Editions La Decouverte
- Dunlap, R. E. (1991) "Trends in public opinion toward environmental issues: 1965-1990", in *Society and Natural Resources*, Vol. 4, nº3, pp. 285-312
- Dunlap, R. E. (1993) "From environmental to ecological problems" in Calhoun, C. e Ritzer, G. (Ed.) *Social Problems*, New York: Macgrov Hill, pp.707-738
- Dunlap, R. E. (1994a) "Sociology, environmental" in Eblen & Eblen (Ed.) *The Encyclopedia of the Environment*, Boston: Houghton Mifflin, pp. 655-657
- Dunlap, R. E. (1994b) "International attitudes towards environment and development" in Bergesen, H.O. e Parmann, G. (Ed.) - *Green Globe Yearbook of International Co-operation on Environment and Development*, Oxford: Oxford University Press, pp. 115-126
- Dunlap, R.E. (1995a) "Environmental concerns and the third world" in *Science*, Vol. 286, pp. 1101-1248
- Dunlap, R.E. (1995b) "Public opinion and environmental policy" in Lester, J.P. (Ed.) *Environmental Politics and Policy*, Londres: Duke University Press, pp. 63-114

- Dunlap, R. E. (1996) "A sociological perspective on environmental problems" in Borrego, C. *et al.* (Ed.) *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro: DAO/CCRC, pp. 99-120
- Dunlap, R. E. (1997) "The evolution of environmental sociology: brief history and assessment of the American experience" in Redclift M. e Woodgate, G. (Ed.) *The International Handbook of Environmental Sociology*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing Lda., pp. 21-39
- Dunlap, R. E. (2000) "Measuring endorsement of the NEP: a revised NEP scale" in *Journal of Social Issues*, vol. 56, pp. 425-442
- Dunlap, R. E. e Beus, C. E. (1992a) "Understanding public concerns about pesticides: an empirical examination" in *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 26, nº 2, pp. 418-438
- Dunlap, R. E. e Beus, C. E. (1992b) "What is sustainable agriculture? an empirical examination of faculty and farmer definitions" in *Journal of Sustainable Agriculture*, Vol. 3 (1), pp. 5-39
- Dunlap, R. E. e Beus, C. E. (1994) "Agricultural paradigms and the practice of agriculture" In *Rural Sociology*, Vol. 59 (4), pp. 620-635
- Dunlap, R. E. e Catton, W. R. (1978a) "Environmental sociology: a new paradigm?" in *The American Sociologist*, Vol. 13, pp. 41-49
- Dunlap, R. E. e Catton Jr., W. R. (1978b) "Paradigms, theories and the primacy of the HEP-NEP distinction" in *The American Sociologist*, Vol. 13, pp. 256-259
- Dunlap, R. E. e Catton Jr., W. R. (1979) "Environmental sociology" in *Annual Review of Sociology*, nº 5, pp. 243-273
- Dunlap, R. E. e Catton Jr., W. R. (1980) "A new ecological paradigm for post-exuberant sociology" in *American Behavioral Scientist*, Vol. 24, nº 1, pp. 16-47
- Dunlap, R. E. e Catton Jr., W. R. (1983) "What environmental sociologists have in common (whether concerned with 'built' or 'natural' environments)" in *Sociological Inquiry*, Vol.52, nº2/3, pp. 113-135
- Dunlap, R. E. e Catton Jr., W. R. (1994a) "Struggling with human exemptionalism: the rise, decline and revitalization of environmental sociology" in *The American Sociologist*, Vol. 25; spring, pp. 5-30
- Dunlap, R. E. e Catton Jr., W. R. (1994b) "Towards an ecological sociology: the development, current status and probable future of environmental sociology" in D'Antonio, W.V.; Sasaki, M. E Yonebayashy, Y. (Ed.) *Ecology, Society and the Quality of Social Life*, Londres/New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 11-31
- Dunlap, R. E.; Gallup, G. H. e Gallup, A. M. (1993) "Of Global Concern - Results of The Health of The Planet Survey" in *Environment*, Vol. 35, nº9, pp. 7-39
- Dunlap, R. E. e Jones, R. E. (1992) "The social bases of environmental concern: have they changed over time?" in *Rural Sociology*, Vol. 57, nº 1, pp. 28-47
- Dunlap, R. E.; Lutzenhiser, L .A. e Rosa, E. A. (1994) "Understanding environmental problems: a sociological perspective" in Burgenmeier, B. (Ed.) *Economy, Environment and Technology - A Socio-Economic Approach*, New York: M.E. Sharpe, pp. 27-49

- Dunlap, R. E.; Mertig, A. G. e Mitchell, R. C. (1991) "Twenty years of environmental mobilization: trends among national environmental organizations" in *Society and Natural Resources*, Vol. 4, nº3, pp. 219-234
- Dunlap, R. E. e Mertig, A. G. (1995) "Global environment concern: a challenge to the post-materialism thesis" paper apresentado à *Conferência O Ambiente como Preocupação Global: Será a Abundância uma Condição Prévia?* Lisboa: FLAD
- Dunlap, R. E.; Morrison, D. E. (1986) "Environmentalism and elitism: a conceptual and empirical analysis" in *Environmental Management*, Vol. 10, nº5, pp. 581-589
- Dunlap, R. E. e Rosa, E. A. (2000) "Environmental sociology" in Borgatta, E. F. e Montgomery, R. J. V. (Ed.) *The Encyclopedia of Sociology*, Nova Iorque: MacMillan, pp. 1-35
- Dunlap, R. E. e Tremblay, K. R. (1978) "Rural-Urban residence and concern with environmental quality: a replication and extension" in *Rural Sociology*, Vol. 43, nº3, pp. 474-491
- Dunlap, R. E. e Van Liere, K. D. (1980) "The social bases of environmental concern: a review of hypotheses, explanations and empirical evidence" in *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 44, nº2, pp. 181-197
- Dunlap, R. E. e Van Liere, K. D. (1981) "Environmental concern - does it make a difference how it is measured?" in *Environment and Behavior*, Vol. 13, nº6, pp. 651-676
- Dwivedi, O. P. (1986) "La science politique et l'environnement" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº109, pp. 403-417
- E**der, K. (1993) "Communication écologique et culture environnementaliste" in *La Nature en Politique ou l'Enjeu Philosophique de l'Ecologie*, Paris: L'Harmattan, pp. 121-134
- Eder, K. (1996) *The Social Construction of Nature*, Londres: Sage
- Elkington, J. e Burke, T. (1989) *Os Capitalistas Verdes*, Lisboa: Circulo de Leitores
- Eloy, A. (1994) "O ambiente e o ordenamento do território" in Reis; A. (Coord.) *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 331-345
- Etchelecou, A. (1991) "Population, territory, environment: a new challenge for social regulation" in *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXI, nº4, pp. 300-308
- F**abiani, J. L. (1989) "La nature, l'action publique et la regulation sociale" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 195-208
- Feldmann, K. (1993) "Eco-sociology: inside and outside the cocoon" in *Innovation in Social Sciences Research*, Vol.6, nº4, pp.387-397
- Fernández, M.A. A. (1993) "Comunicacion de masas y cambio politico" In *Actas Do II Congresso Português De Sociologia - Estruturas Sociais E Desenvolvimento*, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 179-186
- Ferrão, J. (1987) "Indústria e território: breve história de uma união feliz" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 55-68

- Ferrão, J. (1996) "Três décadas de consolidação do Portugal demográfico 'moderno' in Barreto, A. (Org.) *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, Lisboa: ICS, pp. 165-190
- Ferreira de Almeida, J. (1994) "Evoluções recentes e valores na sociedade" in Sousa Ferreira, E. e Rato, H. (Coord.) *Portugal Hoje*, Lisboa, INA, pp. 57-70
- Ferreira de Almeida, J. (2000) "Introdução" in Ferreira de Almeida, J. (Org.) *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta, pp. 1-6
- Ferreira de Almeida, J. (Coord.) (2001) *II Inquérito Nacional – Os Portugueses e o Ambiente – Resumo* in <http://www.observa.iscte.pt>
- Ferreira de Almeida, J. Amaral, J.F., Borrego, A.; Capucha, L. e Ferrão, J. (1994) *Regiões Periféricas: Que Desenvolvimento?- Uma Experiência no Concelho de Almeida*, Lisboa: CIES
- Ferreira de Almeida, J., Costa, A. F. e Machado, F.L. (1994) "Recomposição socio-profissional e novos protagonismos" in Reis, A. (Coord.) *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 307-330
- Ferreira, A. M. S. G. (1997) *Utilização de Critérios de Avaliação da Biodiversidade e de Interesse Conservacionista na Definição de Programas de Actuação em Educação Ambiental. Um Modelo Experimental Aplicado ao Parque Natural de Montesinho*, Relatório de Actividades no âmbito do Mestrado em Conservação da Diversidade Animal, DZAFCL (policopiado)
- Fidélis, T. (2001) *Planeamento Territorial e Ambiente – O Caso da Envolvente à Ria de Aveiro*, Cascais: Principia
- Figueiredo, E. (1993a) *O Desenvolvimento Rural em Questão: Das Novas Condições às Novas Políticas*, Aveiro: Universidade de Aveiro (Relatório apresentado para Provas da Capacidade Científica)
- Figueiredo, E. (1993b) *Aplicação do Inquérito por Questionário em Meio Rural – Análise das Principais Questões*, Aveiro: Universidade de Aveiro (Relatório apresentado para Provas de Aptidão Pedagógica)
- Figueiredo, E. (1994) - "O espaço rural em questão: contributos para uma reflexão em torno do conceito de ruralidade" in *Rurália - Revista da Ruralidade*, nº 3, pp. 23-31
- Figueiredo, E. (1995) "Uma visão global sobre o desenvolvimento rural", Comunicação apresentada ao *III Congresso da APDR - Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*, Porto: FEUP
- Figueiredo, E. (1996) "Verdes são os campos... o mundo rural como reserva de qualificação ambiental" in BORREGO, C. (Ed.) *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro: UA/CCRC, pp. 300-319
- Figueiredo, E. (1997) "Porquê sensibilizar o mundo rural para a qualidade do ambiente?" in DRABL (Org.) *Agricultura e Ambiente - o Futuro*, Coimbra: Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 9-15
- Figueiredo, E. (1998) "The end of natural nature – institutional changes in conceptualizing nature and the environment in Portugal (1926-1997), comunicação apresentada à 2nd European Urban

- and Regional Studies Conference – Culture, Place and Space in Contemporary Europe*, Durham: University of Durham
- Figueiredo, E. (1999a) "Verdes são os campos... a qualificação ambiental do mundo rural" in *Actas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e Processos da Mudança Social*, Lisboa: APS, FCG, (publicação em Cd-rom)
- Figueiredo, E. (1999b) "Ambiente rural - a utopia dos urbanos?" in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Coleção Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº 50, Lisboa: CEG - UL, pp.263-279
- Figueiredo, E. (1999c) "O norte e o sul das questões ambientais - breve reflexão acerca do valor social do ambiente" in Solidários/OIKOS (Org.) *Projecto Interdependência Norte Sul – Cultura e Desenvolvimento; Ambiente e Desenvolvimento*, Oliveira do Bairro: Solidários/OIKOS, pp. 31-44
- Figueiredo, E. (1999d) "As cidades e as serras... visões rurais e urbanas do ambiente rural" in Santana, F. *et al.* (Ed.) *Actas da VI Conferência Nacional Sobre a Qualidade do Ambiente*, Lisboa: FCT-UNL, Vol. 1, pp. 729-742
- Figueiredo, E. (1999e) "Árvores de Ninguém - O Lugar da Floresta num Mundo Rural a Desaparecer", no Workshop - *A Floresta: Práticas e Perspectivas*, Viseu, Lusitânia - Agência de Desenvolvimento Regional, 18 de Junho
- Figueiredo, E. (2000a) "Um parque para viver... outro para visitar – as visões dos residentes e visitantes sobre o Parque Natural de Montesinho" APS (Org.) *Sociedade Portuguesa, Passados Recentes, Futuros Próximos – Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa: APS (publicação em CDrom)
- Figueiredo, E. (2000b) "O ambiente: aprende-se? Algumas reflexões acerca das relações entre sociedade e ambiente em Portugal", comunicação apresentada por convite às *III Jornadas de Engenharia Biológica - Bioengenharia – o Suporte do Futuro*, Braga: Universidade do Minho
- Figueiredo, E. (2001a) "Rural ou natural? o papel-chave do ambiente na procura das áreas rurais (os casos da Serra da Freita e do Parque Natural de Montesinho)" in *CER – 1º Congresso de Estudos Rurais – Território, Sociedade e Política – Continuidades e Rupturas*, Vila Real, SPER/UTAD (publicação em CDrom)
- Figueiredo, E. (2001b) "O Rural como reserva ambiental – o lugar do ambiente nas procuras externas das áreas rurais em Portugal" in Iglesias, E.L *et Al.* (Ed) *La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Península Iberica – Actas del IV Coloquio Hispano-Português de Estudios Rurales*, IDEGA /SPER/AEEA (publicação em CDrom)
- Figueiredo, E. (2001c) "Um Javali vale mais que uma Pessoa? - As representações de habitantes e visitantes sobre o Parque Natural de Montesinho", comunicação apresentada por convite ao *II Seminário dos Recursos Naturais do Nordeste Transmontano*, Mesa Redonda, 16 de Novembro
- Figueiredo, E. (2002) "A rural to live, a rural to visit: visitor's and inhabitant's perceptions of the environment in two Portuguese rural areas", in *Proceedings of the Fifth IFSA Symposium on*

- Farming and Rural Systems Research and Extension - Local Identities and Globalization*,
Facoltà di Agraria- Università degli Studi di Firenze/CeSAI/Instituto Agronómico per l'Oltremare,
pp.272-285
- Figueiredo, E. e Fidélis, T. (2000) "No meu quintal não! Análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal" in APS (Org.) *Sociedade Portuguesa, Passados Recentes, Futuros Próximos – Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa: APS (publicação em CDrom)
- Figueiredo, E.; Fidélis, T. e Rosa Pires, A. (2001) "Grassroots environmental action in Portugal (1974-1994)" in Eder, K. e Kousis, M. (Ed.) *Environmental Politics in Southern Europe – Actors, Institutions and Discourses in an Europeanizing Society*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 197-221
- Figueiredo, E. e Martins, F. (1992) "O ambiente no discurso político em Portugal", comunicação apresentada à *III Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro, dAOUA
- Figueiredo, E. e Martins (1994) "O ambiente no discurso político em Portugal - análise e contextualização das principais transformações" in Santana, F. et al. (Ed.) *Actas da IV Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Lisboa: Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa: pp. d.10-d.25
- Figueiredo, E. e Martins, F. (1996a) "Le 'verdissement du discours politique au Portugal - analyse et mise en contexte des principales transformations", comunicação apresentada na *International Conference on Environment in the 21st Century - Environment, Long-Term Governability and Democracy*, Abbey de Fontevraud, França
- Figueiredo, E. e Martins, F. (1996b) "O ambiente no discurso político em Portugal (1976-1995)" in *Vértice*, nº 74, pp. 55-66
- Figueiredo, E. e Martins, F. (1996c) "Os 'verdes hábitos' dos portugueses - algumas reflexões para o estudo da da sensibilidade ambiental em Portugal" in Borrego, C. et al (Ed.) *Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro: UA/CCRC, pp. 193-206
- Figueiredo, E. e Martins, F. (1996d) " *Pensar Verde* - contributos para o estudo da formação de uma consciência Ambiental em Portugal" in ICS/UL (Org.) *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares - Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Coleção Estudos e Investigações nº 7, pp. 417-436
- Figueiredo, E. e Martins, F.(1999) "O cidadão na construção de um ambiente melhor", no *Encontro sobre Higiene Ambiental* , Hospital Universitário de Coimbra: 25 de Novembro
- Figueiredo, E. e Martins, F. (2001) "«Uma voz lá dentro»... expectativas, disposições e razões da população para participar no funcionamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 59, pp. 145-171

- Figueiredo, E. e Rosa Pires, A. (1992) "As políticas de desenvolvimento rural e a questão ambiental" in Rosa Pires, A. *et al.* (Ed.) (1992) *Actas da III Conferência nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, II Volume, U.A /CCRC, pp. 845-856
- Fischer, G.N. (1994) *Psicologia Social do Ambiente*, Lisboa: Inst. Piaget,
- Fischer-Kowalski, M. e Habert, H. (1993) "Metabolism and colonization. Modes of production and the physical exchange between societies and nature" in *Innovation in Social Sciences Research*, Vol.6, nº4, pp. 415-441
- Flinn, W.L. e Buttel, F.H. (1977) "Conceptions of rural life and environmental concern" in *Rural Sociology*, Vol. 42, nº4, pp. 544-555
- Foster, R.H. e McBeth, M.K. (1994) "Rural environmental attitudes" in *Environmental Management*, Vol.18, nº 3, pp.401-411
- Franklin, A. (2002) *Nature and Social Theory*, Londres: Sage
- Freudenberg, N. e Steinsapir, C. (1992) "Not in our backyards: the grassroots environmental movement" in Dunlap, R.E. e Mertig, A.G. (Ed.) *American Environmentalism - The US Environmental Movement*, Washington: Taylor&Francis, pp. 27-35
- Freudenburg, W. e Gramling R. (1989) "The emergence of environmental sociology: contributions of Riley E. Dunlap and William R. Catton Jr." in *Sociological Inquiry*, vol. 59, nº 4, pp. 439-452
- Freundenburg, W.R. e Pastor, S.K. (1992) "NIMBYs and LULUs: stalking the syndromes" in *Social Issues*, Vol.48, nº4, pp. 39-61
- Friedberg, C. (1992b) "Répresentations, classifications - comment l'homme pense ses rapports au milieu naturel" in Jollivet, M. (Dir.) *Sciences de la Nature, Sciences de la Société - Les Passeurs de Frontières*, Paris: CNRS Editions, pp. 357-371
- Frouws, J. (1997) "L'environnement rural: l'espace contesté" in Jollivet, M. (Dir.) *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*, Paris: L'Harmattan, pp. 233-260
- GAAPE** (1996) *Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Freita - Relatório Final*, Aveiro: GAAPE
- Gafeira, C. (1989) *Parque Natural de Montesinho - População*, Lisboa: SNPRCN - Divisão de Ordenamento e Projectos
- Gafeira, C. (1995a) *Alguns Indicadores sobre Habitação e População no Parque Natural de Montesinho*, Lisboa: ICN
- Gafeira, C. (1995b) *População Activa nas Áreas Protegidas*, Lisboa: ICN
- Gageiro, J.N. e Pestana, M.H. (1998) *Análise de Dados Para Ciências Sociais - A complementaridade do SPSS*, Lisboa: Edições Sílabo
- Gale, R.P. e Cordray, S.M. (1994) " Making sense of sustainability: nine answers to "what should be sustained?" in *Rural Sociology*, Vol. 59 (2), pp. 311-332
- Galeski, B. (1977) *Sociologia del Campesinado*, Barcelona: Ediciones Peninsula

- Gallup International Institute (1992) *The Health of the Planet Survey*, Princeton, New Jersey: Gallup International Institute
- Garcia, J. L. ; Barata, P. e Matos, G. (2000) "Orientação, cidadania e responsabilização" in Ferreira de Almeida, J. (Org.) *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta, pp. 145-184
- Garner, R. (1996) *Environmental Politics*, Londres: Prentice Hall
- Gaspar, J. (1994) "Um Portugal que se desertifica" in DGDR/PAOT (Ed.) *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Lisboa: DGDR/PAOT, pp. 21-63
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1992) *O Inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras: Celta
- Gibert, P. (1989) "L'analyse de politique" in *Revue d'Economie Politique* Vol. 99, nº 2, pp. 355-392
- Giddens (1990) *The Consequences of Modernity*, Cambridge: Polity Press
- Giddens, A. (1991) *Modernity and Self-Identity - Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge: Polity Press
- Giddens, A. (1994) "Living in a post-traditional society" in Beck, U.; Giddens, A. e Lash, S. (Ed.) *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Cambridge: Polity Press, pp. 56 – 109
- Gil Nave, J. (2000) *The Politics of Environmental Groups in Portugal – A case study on institutional contexts and communication processes of environmental collective action*, Tese de Doutoramento, Florença
- Gil Nave, J. ; Horta, A. e Lorga, A. (2000) "Informação e cultura ambiental" in Ferreira de Almeida, J. (Org.) *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta, pp. 103-144
- Gilder, I. (1984) "State planning and local needs" in Bradley, T. e Lowe, P. (Org.) *Locality and Rurality: Economy and Society in Rural Regions*, Norwich: Geobooks, pp. 243 - 257
- Gilg, A. (1991) *Countryside Planning Policies for the 1990's*, Londres: CAB International
- Glasbergen, P. (1992) "Seven steps towards an instrumental theory for environmental policy" in *Policy and Politics*, Vol. 20, nº 3, pp. 191-200
- Godard, O. (1989) "Jeux de nature: quand le débat sur l'efficacité des politiques publiques contient la question de leur légitimité" in Mathieu, N. e Jollivet M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 303-342
- Godard, O. (1992) "L'environnement - une polysémie sous-exploité" in Jollivet, M. (Dir.) *Sciences de la Nature, Sciences de la Société - Les Passeurs de Frontières*, Paris: CNRS Editions, pp. 337-347
- Godard, O. et al. (1992) "Gestion, aménagement, développement: mobile pour la recherche et catégories d'analyse" in Jollivet, M. (Dir.) *Sciences de la Nature, Sciences de la Société - Les Passeurs de Frontières*, Paris: CNRS Editions, pp. 321-335
- Godelier, M. (1974) "Considerations théoriques et critiques sur les problèmes des rapports entre l'homme et son environnement" in *Information des Sciences Sociales*, nº 13, pp. 31-60

- Godelier, M. (1978a) " L'appropriation de la nature" in *La Pensée* (nº especial sobre Ecologia e Sociedade), pp. 7-50
- Godelier, M. (1978b) "Reproduction des écosystèmes et transformations des systèmes sociaux" in *Economie Rurale*, nº124, pp. 10-16
- Goergen, P. (1991) " De l'agriculture à l'environnement" in *Études Rurales*, 121-124, 235 - 241
- Goldblatt, D. (1996) *Social Theory and the Environment*, Cambridge: Polity Press
- Gonçalves, M. E. (2001) Ciência, ambiente e risco" in *Contextos de Sociologia*, nº 1, pp. 46-52
- Goodwin, M. e Cloke, P. (1993) "Regulation, green politics and the rural" in Harper, S. (Ed.) (1993) *The Greening of Rural Policy - International Perspectives*, Londres: Belhaven Press, pp. 27 - 41
- Greer, J.V. (1992) "The rural environment: asset or constraint?" in O'Connell, M. e Cuddy, M. (Org.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp. 99-110
- Greider, T. e Garkovitch, L. (1994) "Landscapes - the social construction of nature and the environment" in *Rural Sociology*, Vol. 59, nº 1, pp. 1-24
- Griffon, M. (1991) " La planète cultivée" in *Projet - Environnement - Prévoir l'Incertain*, nº 226, pp. 1-9
- Grove-White, R. (1991) "The emerging shape of environmental conflict in 1990's" in *RSA Journal*, Junho 1991, pp. 437-440
- Guerra, C. (1994) *O Homem faz as Casas e as Casas fazem o Homem – Manual de Recuperação e Construção*, Bragança: Parque Natural de Montesinho
- Guerra, I. (1996) "Processos de desenvolvimento local - reflexões e pistas para agir" in *MANIFESTA - Teses em debate na Assembleia*, Tondela, II Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local
- Guerrier, Y. e O'Brien, M. (1995) "Values and the environment: an introduction" in Guerrier, Y. et al. (Ed.) *Values and the Environment - a Social Science Perspective*, Londres: Wiley, pp. XIII- XVII
- Guichard, F. (1994) "Quelques problèmes cruciaux de la ruralité portugaise aujourd'hui et demain" in *Territoires d'Europe*, Vol. II - Elements Fonctionnels de Strategies Regionales en faveur du Monde Rural, CEDRE, pp. 27-45
- H**abermas, J. (s.d.) "New social movements" in Redclift, M e Woodgate, G. (Org.) (1995) *The Sociology of the Environment*, Vol. III, Londres: Aldershot, pp. 423-428
- Haigh, N. (1992) "The European Community and international environment policy" in Hurrell, A. e Kingsbury, B. (Ed.) *The International Politics of the Environment - Actors, Interests and Institutions*, Oxford: Clarendon Press, pp. 229 - 249
- Hannerz, (1996) *Transnational Connections*, Londres: Routledge
- Harper, S. (1993) "The greening of rural discourse" in Harper, S. (Ed.) *The Greening of Rural Policy - International Perspectives*, Londres: Belhaven Press, pp. 3 - 11
- Henrichsmeyer, (1992) "Sustainable rural development: objectives and constraints" in O'Connell, M. e Cuddy, M. (Ed.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp. 79 – 84

- Hervieu, B. (1994) "Territoires ruraux - du deracinement a l'integration" in *Territoires d'Europe*, Vol. II - Elements Fonctionnels de Strategies Regionales en Faveur du Monde Rural, CEDRE, pp. 7-25
- Hespanha, P. (1994) *Com os Pés na Terra*, Porto: Afrontamento
- Hespanha, P. (1996a) "Modernização compulsiva, mal estar social e conflitualidade" in IEG/FLUC (Ed.) *Dinamismos sócio-Económicos e (Re) Organização Territorial: Processos de de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra: pp. 569-582
- Hespanha, P. (1996b) "Seis teses sobre as acções de desenvolvimento em áreas rurais" in *MANIFesta - Teses em debate na Assembleia*, Tondela, II Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local
- Hilhorst, J. M .G. (1990) *Regional Studies and Rural Development*, Londres: Gower
- Houé, P. (1989) *Les Politiques de Development Rural*, Paris: INRA-Economica
- Huillet, C. (1993) "A nova problemática de desenvolvimento rural nos países da OCDE" in MPAT/MAP (Org) *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*, Lisboa: pp. 73-89
- Hurrel, A. e Kingsbury, B. (1992) " Introduction" to *Politics of the Environment - Actors, Interests and Institutions*, Oxford: Clarendon Press, pp. 1 - 20
- INE (1960) *Recenseamento Geral da População e da Habitação*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- INE (1970) *Recenseamento Geral da População e da Habitação*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- INE (1981) *Recenseamento Geral da População e da Habitação*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- INE (1991) *Recenseamento Geral da População e da Habitação*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- INE (1989) *Recenseamento Geral Agrícola*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- INE (1999) *Recenseamento Geral Agrícola*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- INE (2001) *Recenseamento Geral da População e da Habitação* , Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- Inglehart, R. (1977) *The Silent Revolution: changing values and political styles among western publics*, Princeton, Princeton University Press
- Inglehart, R (1990) *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press
- Inglehart, R. (1997) *Modernization and Postmodernization - Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, New Jersey: Princeton University Press
- Irwin, A. (2001) *Sociology and the Environment*, Cambridge: Polity Press

- Jenkins, J.M. *et al* (1998) "The restructuring of rural economies: rural tourism and recreation as a government response" in Butler, R. H.; Hall, C. M. e Jenkins, J.M. (Ed) *Tourism and Recreation in Rural Areas*, Chichester: John Willey&Sons, pp. 43–65
- Joaquim, G. (1994) *Turismo e Ambiente; Complementaridade e Responsabilidade - contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, Tese de Mestrado, Lisboa: ISCTE (policopiado)
- Jollivet, M. (1994) (Coord.) *Bilan des Recherches en Sciences Sociales sur les Problemes d'Environnement en Millieu Rural dans les Pays Européens*, Paris: CNRS (LDSRE)
- Jollivet, M. (1997a) "Des campagnes paysannes au rural 'vert': naissance d'une ruralité postindustriel" in Jollivet, M. (Dir.) *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*, Paris: L'Harmattan, pp. 77-126
- Jollivet, M. (1997b) "Les métamorphoses d'un rural incertain" in Jollivet, M. (Dir.) *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*, Paris: L'Harmattan, pp. 351-371
- Jouve, H. (1991) (Pres.) *Les Espaces Naturels - Un Capital pour l'Avenir*, Arlon: Commissariat Général du Plan
- Juan, M.D. (1993) "Los efectos de la comunicacion en el entorno social" in *Actas do II Congresso Português de Sociologia - Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 187-195
- K**alaora, B. (1993) "Le sociologue et l'environnement" in *Natures-Sciences-Sociétés*, 1 (4), pp.309-315
- Kalaora, B. e Larrère, G.R. (1989) "Les sciences sociales et les sciences de la nature" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 81-89
- Kalaora, B. e Berlan-Darqué, M. (1991) "Du pittoresque au tout paysage" in *Études Rurales*, 121-124, pp. 185-195
- Kautsky, K. (1972) *A Questão Agrária*, I e II Volumes, Porto: Portucalense Editora
- Kayser, B. (1990) *La Renaissance Rural - Sociologies des Campagnes du Monde Occidental*, Paris: Armand Colin
- Keane, M.J. (1992) "Policy formulation and implementation for rural development" in O' Cinneide, M. e Cuddy, M. (Org.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp.185-198
- King, R. (1992) "Heterogeneity of rural areas: posing the strategic issues" in O' Cinneide, M. e Cuddy.M. (1992) (Org.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp. 37-50
- Kituse, J. I. e Spector, M. (1981) "The labeling of social problems" in Rubington, E. e Weiberg, M.S. (Org.) *The Study of Social Problems*, Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 198-206

- Kliskey, A. D. (1994) "A comparative analysis of approaches to wilderness perception mapping" in *Journal of Environmental Management*, Vol.41, n° 3, pp.199-237
- Kousis, M. (1999a) "Sustaining local environmental mobilizations: groups, actions and claims in Southern Europe" in *Environmental Politics, Special Issue on Environmental Movements*, n° 8 (1), pp- 172 – 198
- Kousis, M. (1999b) "Environmental protest cases: the city, the countryside and the grassroots in Southern Europe" in *Mobilization*, Vol.4, n°2, pp.223 - 238
- Kousis, M. (2001) "Competing claims in local environmental conflicts in Southern Europe" in Eder, K. e Kousis, M. (Ed.) *Environmental Politics in Southern Europe – Actors, Institutions and Discourses in a Europeanizing Society*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 129-150
- Kramer, L. (1995) "Le contrôle et la mise en oeuvre de la législation communautaire en matière d'environnement" in *Aménagement-Environnement*, n°1, pp. 8-17
- Kusel, J. e Fortmann, L. (1990) "New voices, old beliefs: forest environmentalism among new and long standing rural residents" in *Rural Sociology*, Vol. 55, n°2, pp.214 - 232
- L**a Rivière, J. W .M. (1991) "La coopération entre les sciences naturelles et les sciences sociales dans le domaine de l'environnement planétaire: impératifs, réalités, possibilités" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n° 130, pp. 664-672
- Lajugie et al. (1985) *Éspace et Aménagement du Territoire*, Paris: Dalloz
- Larrère, R. (1990) " Usages sociaux de la nature" in *Agriculture, Environnement et Société - Actes du Séminaire*, ARRES, LASA, pp. 179-187
- Larson, P (1972) "Rural society" in *International Encyclopedia of Social Sciences*, Vol. 13-14
- Lefevre, J. C. e Barnaud, G. (1992) "L'Ecologie, avec ou sans la nature?" in Jollivet, M. (Dir.) *Sciences de la Nature, Sciences de la Société - Les Passeurs de Frontières*, Paris: CNRS Editions, pp. 69-112
- Lefevre, J. C. e Blanc-Pamard, C. (1992) "A chacun son patrimoine ou patrimoine commun?" in Jollivet, M. (Dir.) *Sciences de la Nature, Sciences de la Société - Les Passeurs de Frontières*, Paris: CNRS Editions, pp. 287-296
- Leger, D. e Hervieu, B. (1985) "La nature des néo-ruraux" in Cadoret, A. (Org.) *Protection de la Nature: Histoire et Idéologie - De la Nature à l'Environnement*, Paris: L'Harmattan, pp. 152-160
- Lima, A.V. (1990) "Agricultura de pluriactividade e integração espacial" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 8, pp. 55-61
- Lima, A.V. (1999) *Agricultura, Espaço Rural e Ambiente: a Aplicação das Medidas Agro-ambientais*, Lisboa: Observa
- Lima, A.V.; Coimbra, E. e Figueiredo, A. (2000) "Representações e valores sobre natureza e ambiente" in Ferreira de Almeida, J. (Org.) *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta, pp. 7-31
- Lima, A.V. e Schmidt, L. (1996) "Questões ambientais: conhecimentos, preocupações e sensibilidades" in *Análise Social*, n° 135, pp. 205-227

- Lizet, B. (1991) "De la campagne à la nature ordinaire" in *Études Rurales*, 121-124, pp. 169 - 184
- Lopes, J. S. (1996) "A economia portuguesa desde 1960" in Barreto, A. (Org.) *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, Lisboa: ICS, pp. 233-364
- Lourenço, J. (1994) "Para a manutenção do povoamento dos espaços rurais profundos" in DGDR/PAOT (Ed.) *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Lisboa: DGDR/PAOT, pp.131-161
- Lowe, P. (1992) "Industrial agriculture and environmental regulation" in *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXII (1), pp. 4-10
- Lowe, P. (1993) "As acções comunitárias para o desenvolvimento rural" in MPAT/MAP (Org.) *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*, Lisboa: pp. 215-228
- Lowe, P. e Goyder, J. (1983) *Environmental Groups in Politics*, Londres: George Allen & Unwin
- Luginbuhl, Y. (1989a) "Le rural pour repenser la nature" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 100-110
- Luginbuhl, Y. (1989b) "Sauvage, cultivé: l'ordre social de l'harmonie des paysages" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 42-49
- Luginbuhl, Y. (1990) "Évolution des paysages français et leurs représentations sociales" in *Agriculture-Environnement et Société – Actes du Seminaire*, ARRES, LASA, pp. 185-197
- Luginbuhl, Y. (1991) "Le paysage rural" in *Études Rurales*, 121-124, pp. 27-44
- Luhmann, N. (1993) "La société face a l'environnement - une integration possible?" in Bourg, D. (Dir.) *La Nature en Politique ou l'Enjeu Philosophique de l'Ecologie*, Paris: L'Harmattan, pp. 73-85
- Lutas-Craveiro J. (1993) *Estudos de Impacte Ambiental - Uma Contribuição Sociológica*, Lisboa: LNEC
- Lynch, K. (1982) *A Imagem da Cidade*, Lisboa: Edições 70
- M**achado, F. L. e Costa, A. F. (1998) "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social" in Viegas, J. M. e Costa, A. F. (Org.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras: Celta, pp. 17-44
- Macnaghten, P. e Urry, J. (1998) *Contested Natures*, Londres: Sage
- Magalhães, C. (1993) "As medidas de protecção da natureza e o desenvolvimento rural" in MPAT/MAP (Org.) *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*, Lisboa: pp.251-258
- Magalhães, R. (1997) "Os Municípios e as Áreas Protegidas", comunicação apresentada ao Seminário *Os Municípios e as Áreas Protegidas*, Lisboa: SEMA
- Mansinho, M. I. e Schmidt, L. (1994) "A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico" in *Análise Social*, Vol. 39, nº125-126, pp. 441-481

- Mansinho, M. I. e Schmidt, L. (1997) "Réinventer le rural par l'environnement" in Jollivet, M. (Dir.) *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*, Paris: L'Harmattan, pp.261-308
- MAOT (2001) *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, Lisboa: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
- MARN (1994) *Plano Nacional da Política do Ambiente*, Lisboa: Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais
- Maslow, A. (1954) *Motivation and Personality*, Nova Iorque: Harper and Row
- Mathieu, N. e Jollivet, M. (1989) "De la question de la nature à la question de l'environnement - réperes anciens pour des questions nouvelles" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: l'Harmattan, pp. 11-22
- Matos, M. C. B. (1990) *Desenvolvimento Rural em Meio de Pequena Agricultura*, Cadernos de Investigação-Trabalhos em Curso, Porto: FEP
- Meadows, D. H. et al. (1972) *Os Limites do Crescimento*, Lisboa: D. Quixote
- Medeiros Ferreira, J. (1994) *Portugal em Transe (1974-1985)*, Vol. VIII – Coleção dirigida por José Mattoso *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores
- Medina Carreira, H. (1996) "As políticas sociais em Portugal" in Barreto, A. (Org.) *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, Lisboa: ICS, pp. 355-498
- Mela, A.; Belloni, M. C.; Davico, L. (2001) *A Sociologia do Ambiente*, Lisboa: Editorial Estampa
- Melo, A. (1992) "Education and training for rural development" in O'Conneide, M. e Cuddy, M. (1992) (Org.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp. 199-208
- Melo, A. (1996) "O local como polo de resistência ao totalitarismo economicista (ou da necessidade de uma nova economia política)" in IEG/FLUC (Ed.) *Dinamismos sócio-Económicos e (Re)Organização Territorial: Processos de de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra: pp. 591-610
- Melo, J. J. e Pimenta, C. (1993) *Ecologia e Ambiente*, Lisboa: Difusão Cultural
- Mendras, H. (1968) "Sociologie des ruraux" in *Encyclopedia Universalis*, Vol. 14, pp. 518 - 521
- Mendras, H. (1978) *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar Editora
- Mendras, H. (1984) *La Fin des Paysans*, Paris: Actes Sud
- Mermet, L. (1992) *Stratégies pour la Gestion de l'Environnement - La Nature comme Jeu de Société*, Paris: L'Harmattan
- Merrien, F-X. (1992) "Les politiques publiques entre paradigmes et controverses" in *Les Raisons de l'Action Publique - Entre Expertise et Débat - Actes du Colloque*, Paris: L'Harmattan, pp. 87-100
- Mesquita, M.; Reis, A. e Nunes, J. M. (1994) "Os meios de comunicação social" in Reis, A. (Coord.) (1994) *Portugal -Vinte Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 360-405

- Micoud, A. (1989) "La forêt qui cache les arbres: representations sociales et développement dans le Parc du Pilat" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 279-280
- Miller, R. B. (1991) "Les sciences sociales et le défi des changements de l'environnement planétaire" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 130, pp. 653-662
- Mingione, E. e Pugliese, E. (1987) "A difícil delimitação do rural e do urbano" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº22, pp. 83-99
- Mol, A.P. J. (2000) "Globalization and environment: between apocalypse-blindness and ecological modernization" in Spaargaren, G.; Mol, A.P.J. e Buttel, F. H. (Ed.) *Environment and Global Modernity*, Londres: Sage, pp. 121-150
- Moscovici, S. (1968) *L'Histoire Humaine de la Nature*, Paris: Flammarion
- Mónica, M. F. (1978) *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa: Ed. Presença, GIS
- Mónica, M. F. (1996) "A evolução dos costumes em Portugal, 1960-1995" in Barreto, A. (Org.) *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, Lisboa: ICS, pp. 215-231
- Moore, H. A. e Williams, J. A. (1991) "The rural-urban continuum and environmental concerns" in *Great Plans Research*, nº1, pp. 195-214
- Moreno, L. (1999a) "Desenvolvimento rural em obras: das raízes da utopia aos ramos da abordagem" in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa: CEG, pp. 37-54
- Moreno, L. (1999b) "A Serra do Açor e o Piodão: refúgios de uma ruralidade recriada" in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa: CEG, pp. 395 – 414
- Mormont, M. (1980) "Espace rural et domination: le tourisme dans les Ardennes Belges" in *Sociologia Ruralis*, Vol. XX, nº 4, pp. 272-286
- Mormont, M. (1984) *Parcs Naturels et Gestion de L'Espace Rural*, Arlon: FUL
- Mormont, M. (1987) "Rural nature and urban natures" in *Sociologia Ruralis*, Vol. XXVII – 1º, pp. 3-20
- Mormont, M. (1990) "Who is rural? Or how to be rural? Towards a sociology of the rural" in Marsden, T et al. (Org.) *Rural Restructuring - Global Processes and Their Responses*, Londres: David Fulton, pp.21-44
- Mormont, M. (1993a) *Sciences Sociales et Environnement - Approches et Conceptualisations*, Rapport au Service de la Recherche du Ministère de L'Environnement, Bélgica, FUL (policopiado)
- Mormont, M. (1993b) "Six propositions paradoxales sur la catégorie du 'rural'", comunicação apresentada ao *Colloque - Les Fondaments Agraires de l'Europe*, Arlon: Bélgica
- Mormont, M. (1994a) "Incertitudes et engagements - les agriculteurs et l'environnement - une situation de transaction" in Blanc, M. et al. (Ed.) *Vie Quotidienne et Démocratie - Pour une Sociologie de la Transaction Social*, Paris: L'Harmattan, pp. 209-234
- Mormont, M. (1994b) "La agricultura en el espacio rural europeo" in *Agricultura Y Sociedad*, nº71, pp. 17-49

- Mormont, M. (1994c) "La place de l'environnement dans les strategies de developpement rural en Europe" in *Territoires d'Europe*, Vol. II - Elements Fonctionnels de Strategies Regionales en Faveur du Monde Rural, CEDRE, pp. 135-155
- Mormont, M. (1994d) "Quelles sont les conditions d'une gestion efficace de l'environnement? Réflexions sociologiques", comunicação à *Journnée Annual de l'École du Génie Rural*, Belgica
- Mormont, M. (1995) "Expertise scientifique et action publique: le cas du changement climatique dans trois pays européens" in *Natures-Sciences-Sociétés*, Vol. 3 (1), pp. 25-35
- Mormont, M. (1997) "A la recherche des spécificités rurales" in Jollivet, M. (Dir.) *Vers un Rural Postindustriel – Rural et Environnement en Huit Pays Européens*, Paris: L'Harmattan, pp. 17-44
- Mormont, M. (2000) "Scientific communication and sustainable rural development", comunicação apresentada no *X World Congress of International Rural Sociology Association – Sustainable rural livelihoods: Building Communities, Protecting Resources, Fostering Human Development*, Rio de Janeiro
- Mormont, M. e Dasnoy, C. (1995) "Source strategies and the mediatization of climate change" in *Media, Culture and Society*, Vol. 17, p. 46-64
- Mota, M (1999) "Investigação agrónómica e extensão agrícola, as bases fundamentais do desenvolvimento rural" in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa: CEG, pp. 207-212
- Mougenot, C., Mormont, M. e Dasnoy, C. (1991a) *Ruralité et Environnement - Vol. II - Sociabilité et Environnement*, Arlon: Fondation Universitaire Luxembourgeoise de Belgique
- Mougenot, C., Mormont, M. e Dasnoy, C. (1991b) *Ruralité et Environnement - Vol. III - Identités et Environnement*, Arlon: Fondation Universitaire Luxembourgeoise de Belgique
- Moura, A. R. (1987) *Património Natural e Cultural da Serra da Freita*, Arouca: Associação para a defesa da Cultura Arouquense
- Moura, F. P. (1973) *Por onde vai a Economia Portuguesa?* Lisboa: Seara Nova
- Mozzicafredo, J. (1998) "Estado, modernidade e cidadania" in Viegas, J.M.L. e Costa, A.F. (Org.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras: Celta, pp. 245-284
- MPAT (1994) *Plano de Desenvolvimento Regional - Preparar Portugal para o século XXI*, Lisboa: SPEDR, Ministério do Planeamento e da Administração do Território
- Murdoch, J. e Pratt, A. C. (1997) "From the power of topography to the topography of power – a discourse on strange ruralities" in Cloke, P.J. e Little, J. (Ed.) *Contested Countrysides Cultures – Otherness, Marginalization and Rurality*, Londres: Routledge, pp. 51-69
- N**eves, J. D. (1994) *Do Rural ao Urbano: que Espaços?*, Tese de Doutoramento, UNL-FCSH (policopiado)
- Newby, H. (1980) "Trend-report: rural sociology" in *Current Sociology*, nº 28, pp. 1-141
- Newby, H. (1985) *The Green and Pleasant Land? - Social Change in Rural England*, Londres: Wildwood House

- Newby, H. (1989) "Ecology, amenity and society - social science and environmental change" in Redclift, M. e Woodgate, G. (Org.) *The Sociology of the Environment*, Vol.III, Londres: Aldershot, pp. 403-420
- Newby, H. (1990) "Revitalizing the countryside: the opportunities and pitfalls of counterurban trends" in *Royal Society of Arts Journal*, nº 138, pp. 630 - 636
- Newby, H. (1991) "One world, two cultures: sociology and the environment" in *Network- Newsletter of the British Sociological Association*, nº 50, pp 1 – 8
- Nobre, S. (2001) "Multifuncionalidade dos espaços rurais: os pontos de vista de um grupo de urbanos 'ex-rurais' em Trás-os-Montes" in Iglesias, E.L et all. (Ed.) *La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Peninsula Iberica – Actas del IV Coloquio Hispano-Português de Estudios Rurales*, IDEGA /SPER/AEEA (publicação em CDrom)
- Nogueira, T. F.; Figueiredo, E.; Bastos, S. e Rosa Pires, A. (1996) "Grassroots environmental action in Portugal - a case study on a landfill sitting", comunicação apresentada à *Euroconference on Environment and Innovation*, Vienna, Austria
- Norkunas, V. (1993) *The Politics of Memory: Tourism, History and Ethnicity in Montrey, California*, Albany: State University of N.Y. Press
- Norris, C. (2000) "Post-modernism: a guide for the perplexed" in Browning, G.; Halcli, A. e Webster, F. (Ed.) *Understanding Contemporary Societies – Teories of the Present*, Londres: Sage, pp. 25 – 45
- Nunes Correia, F. (1994) "Ambiente e ambientalismos" in Sousa Ferreira, E. e Rato, H. (Coord.) *Portugal Hoje*, Lisboa , INA, pp. 128 - 157
- O'Conneide, M. (1991a) "Diversifying rural economies of the european periphery" in Gade, O. (Ed.) *Planning Issues on Marginal Areas*, North Carolina: Apalachian University
- O'Conneide, M. (1991b) "Rural development - a synthesis", comunicação apresentada à *First International School of Rural Development*, Galway: University College of Galway
- O'Hear, A. (1998) "The myth of nature" in Barnett, A. e Scuton, R. (Ed.) *Town and Country*, Londres: Jonathan Cape, pp. 69 – 80
- O'Riordan, T. (1981) " The evolution of modern environmentalism" in Redclift, M. e Woodgate G. (Org.) (1995) *The Sociology of the Environment*, Vol I, Londres: Aldershot, pp. 170-192
- Observa (1997) *Painel Temático Cidade-Campo*, <http://www.observa.iscte.pt>
- OCDE (1988) *New Trends in Rural Policymaking*, Paris: OCDE
- OCDE (1993) *What Future for Our Countryside? - A Rural Development Policy*, Paris: OCDE
- Ogrizek, M. (1993) *Environnement et Communication*, Rennes: Apogée
- Ojeda-Rivera, J. (1989) "Protection ou developpement: le faux dilemme du Parc National de Doñana et de sa region" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 275-278
- Oliveira Baptista, F. (1993) *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra: Fora do Texto

- Oliveira Baptista, F. (1996) "Declínio de um Tempo Longo" in Pais de Brito, J.; Oliveira Baptista, F. e Pereira, B. (Coord.) *O Voo do Arado*, Lisboa: MNE, pp. 35-75
- Oliveira, A. (1994) "Espaços rurais e conservação da natureza - o P.N de Arouca" in *Rurália-Revista da Ruralidade*, nº4, pp. 65 - 76
- Ollagnon, H. (1989) "Une approche patrimoniale de la qualité du milieu naturel" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF Editions, pp. 258-268
- Ost, F. (1995) "La responsabilité, fil d'ariane du droit de l'environnement" in *Droit et Société*, nº30/31, pp. 281 - 322
- P**ahl, R. E. (1966) "The rural-urban continuum" in *Sociologia Ruralis*, Vol. VI, nº3-4, pp. 299-329
- Pais de Brito, J. (1995) "A Aldeia" in A.A.V.V. (Ed.) *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa: IEADR/CNGPL, pp. 28 – 30
- Pais de Brito, J. (1996) *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio Sobre Rio de Onor*, Lisboa: D. Quixote
- Pardal, L. e Correia, M. E. (1995) *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Lisboa: Areal Editores
- Parker, J. (1995) "Enabling morally reflective communities; towards a resolution of the democratic dilemma of environmental values in policy" in Guerrier, Y. et al. (Ed.) *Values and the Environment - a Social Science Perspective*, Londres: John Wiley&Sons, pp. 33- 50
- Parkin, D. e Croll, E. (1995) "Cultural understandings of the environment" in Redclift, M. e Woodgate, G. (Org.) *The Sociology of the Environment*, Vol. III, Londres: Aldershot, pp. 364-389
- Peixoto, P. (2002) *Os Meios Rurais e a Descoberta do Património*, Cadernos Oficina do Centro de Estudos Sociais, nº 175
- Pepper, D. (2000) "Environmentalism" in Browning, G.; Halcli, A. e Webster, F. (Ed.) *Understanding Contemporary Societies – Teories of the Present*, Londres: Sage, pp. 445 – 462
- Pepperdine, S. J. (2000) "Towards a framework to integrate social issues in natural resource management", comunicação apresentada ao *XX World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro
- Pérez y Pérez, L. (1995) "Espacios naturales protegidos y desarrollo rural – una perspectiva económica" in *Actas do III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Lisboa: SPER, pp.236 - 244
- Pérez, G. (2001) "*Patrimonialization y transformación de las identidades culturales*" in *Actas do I Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real: UTAD (publicação em Cd-rom)
- Pernet, F. (1994) "Le systeme rural localisé comme outil des politiques regionales" in *Territoires d'Europe - Vol. II - Elements Fonctionnels de Strategies Regionales en Faveur du Monde Rural*, CEDRE, pp. 157-172

- Peroni, M. (1992) "Action publique et formes normales de l'accord public" in *Les Raisons de l'Action Publique - Entre Expertise et Débat - Actes du Colloque*, Paris: L'Harmattan, pp. 5-13
- Pessoa, F. S. (1987) "Os Parques e o renascimento da vida rural" in *Actas do 1º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa: SNPRCN, pp. 641-643
- Picon, B. (1992) "Le citoyen, le savant, le journaliste et le politique" in Jollivet, M. (Dir.) *Sciences de la Nature, Sciences de la Société - Les Passeurs de Frontières*, Paris: CNRS Editions, pp. 41-53
- Pinet, J-M. (1984) "Risques liées aux activités agricoles" in Theys, J. et al. (Ed.) *Les Politiques de l'Environnement face à la Crise*, Cahiers du Germes n°10, Paris: Germes, pp. 86-97
- Pinhey, T. e Lowe, G.D. (1982) "Rural-urban differences in support for environmental protection" in *Rural Sociology*, Vol. 47, n° 2, pp. 114 - 128
- Pinto, J. M. (1981) "O espaço social rural - especificidades, funções e transformações" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 7/8, pp. 327-328
- Pinto, J.M. (1985) *Estruturas Sociais e Práticas Ideológico-Simbólicas nos Campos*, Porto: Afrontamento
- Pohoryles-Drexel, S. e Pohoryles, R. J. (1993) "Black card or rational bargaining strategies?" in *Innovation in Social Sciences Research*, Vol. 6, n°4, pp. 491-497
- PNM (1992) *Património Cultural, Vegetação e Floresta e Conservação da Natureza*, Bragança: PNM
- PNUD (2000) *Human Development Report*, ONU
- Pombo, J. (1995) "O papel das autarquias na gestão das áreas protegidas", comunicação apresentada ao *Seminário sobre Áreas Protegidas*, Terras do Bouro
- Portela, J. (1996) "Agricultores e agriculturas transmontanas: entre o declínio e a revitalização" in IEG/FLUC (Ed.) *Dinamismos Sócio-Económicos e (Re) Organização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra: pp.321 – 331
- Portela, J. (1999) "A integração do desenvolvimento rural: pura retórica?" in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa: CEG, pp. 55-67
- Prista, P. (1999) *Sudoeste – Quatro Estudos numa Área Protegida*, Lisboa: Observa
- R**ainelli, P. e Mahé, L. P. (1987) "Impact des pratiques et des politiques agricoles sur l'environnement" in *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*, n° 4, pp. 10 - 20
- Ramade, F. (1991) "L'ecologie et Le decideur" in *Environnement, Science et Politique*, Cahiers du Germes N° 13, Paris: Germes, pp. 381-392
- Rambaud, P. (1969) *Société Rurale et Urbanisation*, Paris: Éditions du Seuil
- Rambaud, P. (1973) "Village et urbanization - problèmes sociologiques" in *Études Rurales*, n°49/50, pp.14 - 32
- Rambaud, P. (1980) "Tourisme et village: un débat de société" in *Sociologia Ruralis*, Vol. XX, n° 4, pp. 232-249

- Ramos-Real, E. (1995) "De la crisis a la regeneracion rural" in *Actas do III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Lisboa: SPER, pp. 125-149
- Raposo, H. S. (1987) "Ordenamento em Áreas Protegidas" in *Actas do 1º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa: SNPRCN, pp. 91-105
- Redclift, M. (1993) "Development and the environment: managing the contradictions" in *Innovation in Social Sciences Research*, Vol.6, nº4, pp. 443-456
- Redclift, M. (1995) "Values and global environmental change" in Guerrier, Y. et al. (Ed.) *Values and the Environment - a Social Science Perspective*, Londres: Wiley, pp. 7-18
- Redclift, M. (1997) "Frontiers of consumption: sustainable rural economies and societies in the next century" in Haan, H.; Kasimis, B. e Redclift, M. (Ed.) *Sustainable Rural Development*, Londres: Aldershot, pp. 35 – 47
- Redclift, M. e Woodgate, G. (1994) "Sociology and the environment: discordant discourse?" in Redclift, M. e Benton, T. et al. (1994) *Social Theory and the Global Environment*, Londres: Routledge, pp. 51-66
- Redclift, M. e Woodgate, G. (1997) "Sustainability and social construction" in Redclift M. e Woodgate, G. (Ed) *The International Handbook of Environmental Sociology*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing Lda, pp. 55 – 71
- Redfield, R. (1947) "The folk society" in *The American Journal of Sociology*, nº52, nº 3 pp.293 - 308
- Redfield, R. (1961) *The Little Community. Peasant Society and Culture*, Chicago: The University of Chicago Press
- Reis, A. (1994a) "Introdução" in Reis A. (Coord.) *Portugal, Vinte anos de Democracia*, Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 8-11
- Reis, A. (1994b) "O poder central" in Reis, A. (Coord.) *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 74-89
- Reis, A. (1994c) "O processo de democratização" in Reis A. (Coord.) *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 19-39
- Reis, J. (1987) "Os espaços da industrialização – notas sobre a regulação macroeconómica e o nível local" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 13-31
- Reis, J. (1992) *Os Espaços da Indústria – A Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal*, Porto: Afrontamento
- Reis, J. (1993) "Portugal: a heterogeneidade de uma economia semi-periférica" in Santos, B.S. (Org.) *Portugal - Um Retrato Singular*, Porto: Afrontamento, pp. 134-161
- Reis, J. (1996) "13 teses sobre o desenvolvimento local e uma saudação" in *MANIFesta - Teses em Debate na Assembleia*, Tondela, II Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local
- Reis, J. e Santos, B.S. (1995) "Pela reinvenção da pequena agricultura: a necessidade de um novo pensamento técnico" in A.A.V.V. (Ed.) *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa: IEADR/CNGPL, pp. 18-20

- Reis, M. e Lima, A. V. (1998) "Desenvolvimento, território e ambiente" in Viegas, J. M. e Costa, A. F. (Org.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras: Celta, pp. 329-363
- Reis, M. e Lima, A. V. (2001) "O culto moderno dos monumentos" in Gonçalves, M. E. (Coord.) *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica*, Lisboa: Edições 70, pp. 145-192
- Reis, M.P. (1996) "Reacções e oposições à Reserva Natural do Paul de Arzila (ou a consciência da ineficácia da protecção do ambiente em Portugal)", comunicação apresentada ao *III Congresso Português de Sociologia*, Lisboa: APS, FCG
- Ribeiro, M. A. (1999) *O Maciço da Gralheira – Da Freita ao S. Macário*, Arouca: Câmara Municipal de Arouca
- Rip, A. e Callon, M. (1991) "Forums hybrides et négociations des normes socio-techniques dans le domaine de l'environnement" in *Environnement, Science et Politique*, Cahiers du Germes n° 13, Paris: Germes, pp. 227-238
- Rodrigues, E. (1995) *Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal*, Cadernos Oficina do Centro de Estudos Sociais, n° 60
- Rodrigues, O. (1993) *A Terra e a Mudança - Reprodução Social e Património Fundiário na Terra Fria Transmontana*, Bragança, Tese de Doutoramento, Instituto Politécnico de Bragança (policopiado)
- Rodrigues, O. (1996) "A mudança do espaço rural em zonas marginais: o caso da Terra Fria Transmontana" in Pais de Brito; J.; Oliveira Baptista, F. e Pereira, B. (Coord.) *O Voo do Arado*, Lisboa: MNE, pp. 385-396
- Rodriguez Caballero, P. (1998) *Área Periférica, de Borde, Fronteriza – Área Protegida*, Bragança, Parque Natural de Montesinho
- Rolo, J. C. (1996) "Imagens de meio século da agricultura portuguesa" in Pais de Brito; J.; Oliveira Baptista, F. e Pereira, B. (Coord.) *O Voo do Arado*, Lisboa: MNE, pp. 77-160
- Roque Amaro, R. (1996) "O Desenvolvimento local - um caminho para a Sociedade-Providência?" in IEG/FLUC (Ed.) *Dinamismos Sócio-Económicos e (Re) Organização Territorial: Processos de de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra: pp. 221-233
- Roque Amaro, R. (2001) "opções, estratégias e actores... no caso de Foz Côa" in Gonçalves, M. E. (Coord.) *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica*, Lisboa: Edições 70, pp. 193-226
- Rosa Pires, A. (1986) "Industrialização difusa e modelos de desenvolvimento – um estudo no distrito de Aveiro" in *Finisterra*, Vol. XXI, n° 42, pp. 239-269
- Rosa Pires, A. (1991) "Desenvolvimento rural: algumas dimensões de uma política em construção", comunicação apresentada às *Jornadas de Desenvolvimento Agrário*, Ponte de Lima, IDARN
- Rosa Pires, A. (1992) "Agricultura e desenvolvimento rural - a procura de novas formas de integração", comunicação apresentada ao *Seminário Internacional - Serviços de Desenvolvimento numa Região em Mudança*, Coimbra: CCRC

- Rosa Pires, A. ; Pinho, P. e Conceição, P. (1995) *The Compendium of Spatial Planning - Systems and Policies - Portugal* (part 1) (policopiado)
- Rosa, E. (2000) "Modern theories of society and the environment: the risk society" in Spaargaren, G.; Mol, A.P.J. e Buttel, F.H. (Ed.) *Environment and Global Modernity*, Londres: Sage: pp. 73-102
- Rosa, M. J. V. (2000) "Portugal e a União Europeia do ponto de vista demográfico, a partir de 1960" in Barreto, A. (Org.) *A Situação Social em Portugal (1960-1999)*, Lisboa: ICS, pp. 419-452
- Rosas, F. (1986) *O Estado Novo nos Anos Trinta - elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa: Estampa
- Rosas, F. (1994) *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VIII – Coleção Dirigida por José Mattoso *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores
- S**achs, W. (1991) "Environment and development: the story of a dangerous liaison" in Redclift, M. e Woodgate, G. (Org.) *The Sociology of the Environment*, Vol.II, Londres: Aldershot, pp. 449-454
- Sainteny, G. (1992) "La crise du monde rural, la nature et l'impôt" in *Futuribles*, nº 170, pp. 21-39
- Salazar, A.O. (1961) *Discursos e Notas Políticas*, Volumes I, II, III, IV, V e VI, Coimbra: Coimbra
- Santos, B. S. (1987) "O espaço da introdução" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp.5-12
- Santos, B. S. (1990a) *11/92 - (Onze Teses Por Ocasião De Mais Uma Descoberta De Portugal)*" in *Cadernos - Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº21
- Santos, B.S. (1990b) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Afrontamento
- Santos, B.S. (1993) "O estado, as relações salariais e o bem estar social na semi-periferia - o caso Português" in Santos, B.S. (Org.) *Portugal - Um Retrato Singular*, Porto: Afrontamento, pp. 16 – 56
- Santos, B. S. (1994) *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Afrontamento
- Santos, B. S. (2001) "Os processos da globalização" in Santos, B.S. (Org.) *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento, pp. 31- 110
- Sautter G. (1991) "Paysagismes" in *Études Rurales*, nº 121-124, pp. 15-20
- Sauve, L. (1991) "Education relative à l'environnement: representations et modes d'intervention" in *Environnement et Société*, nº 11, pp. 5-10
- Sedas Nunes, A. (1969) *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento: Estudos e Ensaios*, Lisboa: Moraes
- Servolin, C. (1972) "L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste" in Servolin, C. et al. (Org.) *L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine*, Paris: Armand Colin, pp. 41-77

- Schmidt, L.; Valente, S. e Pinheiro, J. (2000) "País, percepção, retrato e desejo" in Ferreira de Almeida, J. (Org.) *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta, pp. 33-101
- Schmidt, L. (2001) "Ciência, ambiente e risco" in *Contextos de Sociologia*, nº 1, pp. 53-63
- Serafim, M.R. (1999) *Outras Mediações Estado/Sociedade – as Parcerias no Programa Leader*, Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural
- Sevilla-Guzmán, E. e Woodgate, G. (1997) "Sustainable rural development: from industrial agriculture to agroecology" in Redclift M. e Woodgate, G. (Ed) *The International Handbook of Environmental Sociology*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing Lda., pp. 83-100
- Sgard, J. (1991) "Quelques aspects de la gestion paysagière de l'espace rural" in *Études Rurales*, 121-124, pp. 207-212
- Shanin, T (1976) *Natureza y Logica de La Economia Campesina*, Barcelona: Cadernos Anagrama
- Shiva, V. et al. (1992) "Public awareness, science and the environment" in Dooge, J. C. I. et al. (Ed.) *An Agenda for Environment and Development into the 21st Century*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 241-253
- Shove, E. (1994) "Sustaining developments in environmental sociology" in Benton, T. e Redclift, M. (Ed.) *Social Theory and the Global Environment*, Londres: Routledge, pp 256-266
- Silva Costa, J. (1992) "O quinto programa de acção das Comunidades Europeias em matéria de ambiente", comunicação apresentada à *III Conferência Nacional Sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro: DAOUA
- Silva, A.S. (1996) "Filosofia política do desenvolvimento local" in *MANIFesta - Teses em Debate na Assembleia*, Tondela, II Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local
- Silva, M. (1982) "Regionalização - uma via para um novo estilo de desenvolvimento" in *Actas da Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa: IED
- Silva, M. et al. (1984) *O Planeamento em Portugal: Lições da Experiência*, Lisboa: Sá da Costa
- Silvestre, I. G. et al. (1994) *Cancioneiro Popular de Manhouce*, Arouca: Adrimag/Leader
- Simmel, G. (1950) "the metropolis and the mental life" in Wolf, K. H. (Ed.) *The Sociology of George Simmel*, Londres: Macmillan Limited, pp. 409-424
- Sjoberg, L. (1989) "Les comportements humains et les changements de l'environnement planétaire: approches psychologiques" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº121, pp. 455-473
- Slaymaker, O. e Reed, M. G. (1993) "Ethics and sustainability: a preliminary perspective" in *Environment and Planning A.*, Vol. 25, pp. 723-739
- Slocombe, D. S. (1993) "Environmental planning, ecosystem science, and ecosystem approaches for integrating environment and development" in *Environmental Management*, Vol.17, nº 3, pp.289-303
- Smelser, N. J. (1996) "Social sciences and social problems: the next century" in *International Sociology*, vol. 11, nº 3, pp. 275-290

- Smil, V. (1993) *Global Ecology - Environmental Change and Social Flexibilit*, Londres: Routledge
- Smith, M. (1995) "A green thought in a green shade: a critique of the rationalisation of environmental values" in Guerrier, Y. *et al.* (Ed.) *Values and the Environment - a Social Science Perspective*, Londres: Wiley, pp. 51-60
- Smith, Z. A. (1995) *The Environmental Paradox*, Londres: Prentice-Hall
- Sorokin, P.A. e Zimmerman, C. C. (1929) *Principles of Rural-Urban Sociology*, Nova Iorque: Henry Holt
- Soromenho Marques, V. (1993) "1972-1992 - 20 anos entre o perigo e a esperança" in Cotrim, J.P. (Coord.) *De Planeta nas Mãos*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 37-54
- Soromenho Marques, V. (1994) *Regressar à Terra - Consciência Ecológica e Política do Ambiente*, Lisboa: Fim de Século
- Soromenho Marques, V. (1998) *O Futuro Frágil: Os Desafios da Crise Global do Ambiente*, Mem Martins: Publicações Europa-América
- Spaargaren, G. e Mol, A .P. J. (1993) "Environment, modernity and the risk society: the apocalyptic horizon of environmental reform" in *International Sociology*, Vol. 8, nº 4, pp. 431-459
- Spaargaren, G.; Mol, A. P. J. e Buttel, F.H. (2000) "Introduction: globalization, modernity and the environment" in Spaargaren, G.; Mol, A. P. J. e Buttel, F.H. (Ed.) *Environment and Global Modernity*, Londres: Sage, pp. 1-16
- Spooner, B. (1983) "Regard sur l'ecologie: la recherche ecologique et son context humain" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 130, pp. 419-437
- Stallings, R.A. (1990) "Media discourse and the social construction of risk" in *Social Problems*, Vol. 37, nº 1, pp. 80-95
- Stern, E. (1992) "Institutional frameworks for rural development" in O'Conneide, M. e Cuddy, M. (1992) (Org.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp.161-171
- Stern, P. C. (1992) "Psychological dimensions of global environmental change" in *Annual Review of Psychology*, nº43, pp. 269-302
- Stöhr, W. (1989) "Regional policy at the crossroads" in Albrechts, L. *et al.* (Ed.) *Regional Policy at the Crossroads - European Perspectives*, Londres: J. Kingsley, pp. 191-197
- T**aylor, L. *et al.* (Org.) (1972) *Social Behavior, Natural Resources and the Environment*, Londres: Harper&Row
- Tatenhove, J.P.M van (2002) "Policy making in an institutional void: multi level governance and innovative environmental policy arrangements in the European Union", comunicação apresentada ao *XVth World Congress of Sociology*, Brisbane, Australia (*draf version*).
- Tepicht, J. (1973) *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*, Paris: Armand Colin
- Tester, K. (1994) "Environment as social construction", comunicação apresentada no *International Sociological Association's XIII World Congress of Sociology*, Bulefeld, Germany

- Theys, J. (1987a) "L'Environnement et ses ressources au XX^{ème} siècle" in *Futuribles*, nº 115, pp. 3-24
- Theys, J. (1987b) "La société vulnérable" in Theys, J. e Fabiani, J. L. (1987) *La Société Vulnérable - Evaluer et Maitriser les Risques*, Paris: PENS, pp. 3-36
- Theys, J. (1990) "L'espace rural - patrimoine du futur" in *Futuribles*, nº140, pp. 41-45
- Thiebaut, L. (1989) "Une demande en quête d'acteurs: la demande sociale des biens de nature" in Mathieu, N. e Jollivet, M. (Dir.) *Du Rural à l'Environnement - La Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris: L'Harmattan/ARF, pp. 269-274
- Tichnell, D.L. e Machlis, G.E. (1985) *The State of World's Parks – An International Assesment for Resource Management, Policy and Research*, Londres: Westview Press
- Timbers, V.L. et al. (1990) "Popular images of rurality: data from a Pennsylvania survey" in *Rural Sociology*, Vol. 55, 4, pp. 559-578
- V**alente, S.C.M (2001) *Usos Urbanos de Áreas Rurais: Razões e Consequências em Termos de Desenvolvimento Rural- caso de estudo: Serra da Freita*, projecto de conclusão de Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, Aveiro: dAOUA
- Varela, J. S. (1988) *A Política Agrícola Comum e a sua Aplicação à Agricultura Portuguesa*, Lisboa: D. Quixote
- Varela, J. S. (1995) *O Desenvolvimento Agrário e Rural – contributos para a sua história no Período de 1960 a 1995*, Lisboa: MADRP
- Vasquez-Barquero, A. (1992) "Sectorial diversification in rural areas - problems and potentials" in O'Conneide, M. e Cuddy, M. (Org.) *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp. 85-94
- Veitch, R. e Arkkelin D. (1995) *Environmental Psychology - An Interdisciplinary Perspective*, Londres: Prentice Hall
- Viard, J. (1985) "Protestante, la nature?" in Cadoret, A. (Org.) *Protection de la Nature: Histoire et Ideologie - de la Nature à l'Environnement*, Paris: Ed. L'Harmattan, pp. 161-174
- Villaverde Cabral, M. (1997) *Cidadania, Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras: Celta
- W**allerstein, I. (1974) *The Modern World System*, Nova Iorque: Academic Press
- Walker, G. (2002) "Contemporary clerical constructions of a spiritual rural idyll" in *Sociologia Ruralis*, Vol. 42, nº 2, pp. 131-142
- WCED (1987) *Our Common Future*, World Commission for the Environment and Development, Oxford: Oxford University Press
- Whatmore, S. (1993) "Sustainable rural geographies?" in *Progress in Human Geography*, vol. 17, nº 4, pp. 583-547
- Wilkinson, K.P. (1992) "Social stabilization: the role of rural society" in O'Conneide, M. e Cuddy, M. (Org.) *Perspectives on rural development in Advanced Economies*, CDSSSR, UCG, pp. 25-36

- Williams, S. e MacCroirie (1990) "The analysis of ecological attitudes in town and country" in *Journal of Environmental Management*, nº 31, pp. 157-162
- Wirth, L. (1938) "Urbanism as a way of life" in *American Journal of Sociology*, nº 44, pp. 1-24
- Wolf, E. (1976) *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro: Zahar
- Woodruffe, B. J. (1998) "Conservation and the rural landscape" in Pinder, D. (Ed.) *The New Europe: Economy, Society and the Environment*, Chicester: John Willey&Sons, pp. 455-476
- Worcester, R. (1994) "European attitudes to the environment" in *European Environment*, Vol. 4, part. 6, pp. 3-8
- Wynne, B. (1992a) "Misunderstood misunderstanding: social identities and public uptake" in *Public Understanding*, pp. 281-304
- Wynne B. (1992b) "Risk and social learning: reification to engagement" in Krinsky, S. e Golding, D. (Ed.) (1992) *Social Theories of Risk*, Londres: Praeger, pp. 275-297
- Wynne, B. (1992c) "Science and social responsibility" in Ansell, J. et al. (1992) *Risk Analysis, Assessment and Management*, Londres: John Wiley&Sons, Ltd, pp. 137-152
- Wynne, B. (1992d) "Uncertainty and environmental learning: reconceiving science and policy in the preventive paradigm" in *Global Environmental Change*, Junho de 1992, pp. 111-127
- Y**earley, S. (1992) *A Causa Verde - Uma Sociologia das Questões Ecológicas*, Oeiras: Celta
- Yearley, S. (1996) *Sociology, Environmentalism, Globalization*, Londres: Sage
- Z**ube, E. H. (1983) "La Participation des spécialistes des sciences sociales à la recherche et à la planification écologiques" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Nº93, pp. 513-524
- Zube, E. H. e Sheenan, M. R. (1994) "Desert riparian areas: landscape perceptions and attitudes" in *Environmental Management*, Vol.18, nº 3, pp.413-421



**Elisabete Maria Melo
Figueiredo**

**Um *Rural* para viver, outro para visitar - o
ambiente nas estratégias de desenvolvimento
para as áreas rurais**

ANEXOS

**Anexo 1 Capítulo VI - Ambiente e Desenvolvimento Rural:
As Políticas**

	Inquérito Por Questionário às Áreas Protegidas Portuguesas	1
Quadro 6.1	Lista das Áreas Protegidas Portuguesas e algumas das suas características	25
Quadro 6.2	Legislação Relativa às Áreas Protegidas Portuguesas	28

Anexo 2 Capítulo VII – Hipóteses de Trabalho, Estudos de Caso e Metodologia Desenvolvida

Quadro 7.3	Variação da população nas freguesias do Parque Natural de Montesinho, respectivos concelhos e distrito (1960 – 2001)	34
Quadro 7.4	Densidades populacionais e variações das densidades na área do Parque Natural de Montesinho, respectivos concelhos e distrito (1960-2001)	36
Quadro 7.5	População Residente nos lugares do Parque Natural de Montesinho (1960-1996)	38
Quadro 7.6	Estrutura etária da população do Parque Natural de Montesinho e dos concelhos de Bragança e Vinhais (1981)	41
Quadro 7.7	Estrutura etária da população do Parque Natural de Montesinho e dos concelhos de Bragança e Vinhais (1991)	45
Quadro 7.8	Estrutura etária da população do Parque Natural de Montesinho e dos concelhos de Bragança e Vinhais (1996)	49
Quadro 7.9.	Estrutura etária da população do Parque Natural de Montesinho (2001)	53
Quadro 7.10	Taxa de Analfabetismo e sua variação na área do PNM (1981-2001)	54
Quadro 7.11	Níveis de Escolaridade da população residente na área do Parque Natural de Montesinho (1981)	55
Quadro 7.12	Níveis de Escolaridade da população residente na área do Parque Natural de Montesinho (1991)	56
Quadro 7.13	Níveis de Escolaridade da população residente na área do Parque Natural de Montesinho (2001)	57
Quadro 7.14	Condição Perante o Trabalho da população da área do Parque Natural de Montesinho (1981)	58
Quadro 7.15	Condição Perante o Trabalho da população da área do Parque Natural de Montesinho (1991)	59
Quadro 7.16	Condição Perante o Trabalho da população da área do Parque Natural de Montesinho (1996)	61
Quadro 7.17	População activa por sectores de actividade, na área do Parque Natural de Montesinho (1981- 1996)	63
Quadro 7.18	Número de Explorações Agrícolas, respectiva Área e Área Média, por Freguesia na área do PNM (1989-1999)	65
Quadro 7.20	Natureza Jurídica do produtor Individual na área do Parque Natural de Montesinho (1989-1999)	66
Quadro 7.21	População Agrícola Familiar que Trabalha na Exploração Agrícola na área do Parque Natural de Montesinho (1989) e variação (1989-1999)	67
Quadro 7.22	População Agrícola Familiar Pluriactiva na área do Parque Natural de Montesinho (1989)	68
Quadro 7.23.	Variação da População nas freguesias da Serra da Freita (1960-2001)	69

Quadro 7.24	Densidades populacionais e variações das densidades na área da Serra da Freita (1960-2001)	70
Quadro 7.25	População Residente nos lugares da Serra da Freita (1981-1991)	71
Quadro 7.26	Estrutura etária da população da Serra da Freita e dos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul (1981)	74
Quadro 7.27	Estrutura etária da população da Serra da Freita e dos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul (1991)	76
Quadro 7.28	Estrutura etária da população da Serra da Freita (2001)	78
Quadro 7.29	Taxa de Analfabetismo e sua variação na área da Serra da Freita (1981-2001)	79
Quadro 7.30	Níveis de Escolaridade da população residente na área da Serra da Freita (1981)	80
Quadro 7.31	Níveis de Escolaridade da população residente na área da Serra da Freita (1991)	81
Quadro 7.32	Níveis de Escolaridade da população residente na área da Serra da Freita (2001)	82
Quadro 7.33	Condição Perante o Trabalho da população da área da Serra da Freita (1981)	83
Quadro 7.34	Condição Perante o Trabalho da população da área da Serra da Freita (1991)	84
Quadro 7.35	População activa por sectores de actividade, na área da Serra da Freita (1981- 1991)	85
Quadro 7.36	Número de Explorações Agrícolas, respectiva Área e Área Média, por freguesia na área da Serra da Freita (1989-1999)	86
Quadro 7.38	Natureza Jurídica do produtor Individual na área da Serra da Freita (1989-1999)	87
Quadro 7.39	População Agrícola Familiar que Trabalha na Exploração Agrícola na área da Serra da Freita (1989) e variação (1989-1999)	88
Quadro 7.40	População Agrícola Familiar Pluriactiva na área da Serra da Freita (1989)	89
Quadro 7.42	Distribuição do número de IQ por classes etárias para o total das Freguesias estudadas na área do PNM	90
Quadro 7.43	Distribuição do número de IQ por níveis de escolaridade para o total das freguesias estudadas na área do PNM	91
Quadro 7.44	Distribuição do número de IQ por condição perante o trabalho para o total das freguesias estudadas na área do PNM	92
Quadro 7.45	Distribuição do número de IQ da População Activa por sectores de actividade, para o total das freguesias estudadas na área do PNM	93
Quadro 7.47	Distribuição do número de IQ por classes etárias para o total das freguesias estudadas na área da Serra da Freita	94
Quadro 7.48	Distribuição do número de IQ por níveis de escolaridade para o total das freguesias estudadas na área da Serra da Freita	95

Quadro 7.49	Distribuição do número de IQ por condição perante o trabalho para o total das freguesias estudadas na área da Serra da Freita	96
Quadro 7.50	Distribuição do número de IQ da População Activa por sectores de actividade, para o total das freguesias estudadas na área da Serra da Freita	97
Quadro 7.52	Operacionalização dos Conceitos para o Inquérito por Questionário aos Residentes das Áreas de Estudo	98
Quadro 7.53	Operacionalização dos Conceitos para o Inquérito por Questionário aos Visitantes das Áreas de Estudo	103
Quadro 7.54	Operacionalização dos Conceitos para o Inquérito por Questionário às Entidades das Áreas de Estudo	108
	Inquérito por questionário aos Residentes do Parque Natural de Montesinho	114
	Inquérito por Questionário aos Residentes da Serra da Freita	130
	Inquérito por Questionário aos Visitantes (utentes das Casas Abrigo) do Parque Natural de Montesinho	145
	Inquérito por Questionário aos Visitantes (outros) do Parque Natural de Montesinho	159
	Inquérito por Questionário aos Visitantes da Serra da Freita	173
	Inquérito por Entrevista às Entidades com Intervenção nas Áreas De Estudo	186

**Anexo 3 Capítulo VIII - O Parque Natural de Montesinho - O Ambiente
 Legalmente Protegido e o Desenvolvimento Rural**

Quadro 8.1	Freguesia de Residência dos Inquiridos (Residentes)	191
Quadro 8.2	Distribuição dos Inquiridos por Grupos Etários	191
Quadro 8.3	Sexo dos Inquiridos	191
Quadro 8.4	Nível de Escolaridade dos Inquiridos	191
Quadro 8.5	Distribuição dos Inquiridos por Grupos Socioeconómicos	192
Quadro 8.6	Nível de Rendimento Mensal do Agregado Doméstico dos Inquiridos	192
Quadro 8.7	Posição Política dos Inquiridos	192
Quadro 8.8a	Índice de Materialismo dos Inquiridos	193
Quadro 8.8b	Nível de Materialismo dos Inquiridos	193
Quadro 8.9	Área em que foi inquirido (Visitantes)	194
Quadro 8.10	Distribuição dos inquiridos por grupos etários	194
Quadro 8.11	Distribuição dos inquiridos por Níveis de Escolaridade	194
Quadro 8.12	Distribuição dos inquiridos por grupos socioeconómicos	194
Quadro 8.13	Níveis de rendimento do Agregado Doméstico dos inquiridos	195
Quadro 8.14	Posição Política dos inquiridos	195
Quadro 8.15	Nível de Materialismo manifestado pelos inquiridos	195
Quadro 8.16	Índice de Materialismo dos inquiridos	195
Quadro 8.17	Área de Residência dos inquiridos	195
Quadro 8.18	Concelho de Residência dos inquiridos	196
Quadro 8.19	Residência rural-urbana	196
Quadro 8.20	Ano da primeira visita ao PNM	197
Quadro 8.21	Visitou Novamente o PNM	197
	Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento das variáveis sociográficas e da variável <i>tipo de inquirido</i> , para o caso dos visitantes e residentes do PNM.	198
	Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento da variável <i>tipo de inquirido</i> e das variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, para o caso dos visitantes e residentes do PNM	202
	Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento das variáveis relativas à protecção do ambiente <i>versus</i> a promoção do desenvolvimento económico na área do PNM (residentes)	217

Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento da variável *tipo de inquirido* e das variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, para o caso dos visitantes e residentes do Parque Natural de Montesinho

220

Anexo 4 **Capítulo IX – A Serra da Freita – O Ambiente e o Desenvolvimento Rural**

Quadro 9.1	Freguesia de Residência dos Inquiridos (Residentes)	224
Quadro 9.2	Distribuição dos Inquiridos por Grupos Etários	224
Quadro 9.3	Sexo dos Inquiridos	224
Quadro 9.4	Nível de Escolaridade dos Inquiridos	224
Quadro 9.5	Distribuição dos Inquiridos por Grupos Socioeconómicos	225
Quadro 9.6	Nível de Rendimento Mensal do Agregado Doméstico dos Inquiridos	225
Quadro 9.7	Posição Política dos Inquiridos	225
Quadro 9.8a	Índice de Materialismo dos Inquiridos	226
Quadro 9.8b	Nível de Materialismo dos Inquiridos	226
Quadro 9.9	Área em que foi inquirido (Visitantes)	227
Quadro 9.10	Distribuição dos inquiridos por grupos etários	227
Quadro 9.11	Distribuição dos inquiridos por Níveis de Escolaridade	227
Quadro 9.12	Distribuição dos inquiridos por grupos socioeconómicos	228
Quadro 9.13	Níveis de rendimento do Agregado Doméstico dos inquiridos	228
Quadro 9.14	Posição Política dos inquiridos	228
Quadro 9.15	Nível de Materialismo manifestado pelos inquiridos	228
Quadro 9.16	Índice de Materialismo dos inquiridos	228
Quadro 9.17	Área de Residência dos inquiridos	229
Quadro 9.18	Concelho de Residência dos inquiridos	229
Quadro 9.19	Residência rural-urbana	229
Quadro 9.20	Ano da primeira visita à Serra da Freita	229
Quadro 9.21	Visitou Novamente a Serra da Freita	230
Quadro 9.22	Número de visitas à Serra da Freita	230
	Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento das variáveis sociográficas e da variável <i>tipo de inquirido</i> , para o caso dos visitantes e residentes da Serra da Freita	232
	Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento da variável <i>tipo de inquirido</i> e das variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, para o caso dos visitantes e residentes da Serra da Freita	235
	Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento da	

variável *tipo de inquirido* e das variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, para o caso dos visitantes e residentes da Serra da Freita 242

Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento da variável *tipo de inquirido* e das variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, para o caso dos visitantes e residentes da Serra da Freita 249

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO ÀS ÁREAS PROTEGIDAS PORTUGUESAS

. A PROTECÇÃO DO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO RURAL.

JUNHO DE 1997

Este Questionário destina-se a obter alguns conhecimentos sobre Áreas Protegidas existentes em Portugal e insere-se no âmbito de uma pesquisa em curso no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, realizada pela Dr.^a Elisabete Maria Melo Figueiredo.

Os dados fornecidos serão utilizados exclusivamente com fins académicos, garantindo-se a confidencialidade dos mesmos.

Por favor, escreva apenas nos espaços à direita das questões e tenha em consideração as instruções de resposta. Depois de terminado, coloque o questionário no envelope já selado e endereçado que acompanha o questionário e envie-o.

Agradecemos profundamente toda a colaboração prestada, assim como o tempo e atenção dispensados ao preenchimento deste Questionário.

I - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA PROTEGIDA:

1. Nome da Área Protegida: _____

2. Ano de Criação da Área Protegida: 19 | _ | | _ |

3. A iniciativa da proposta de classificação da Área Protegida decorreu: (pode assinalar mais do que uma resposta se for esse o caso):

- | | |
|---|------------------|
| 3.1. ICN (ou SNPRCN) | _ |
| 3.2. De Associações de defesa do ambiente locais | _ |
| 3.3. Das Câmaras Municipais | _ |
| 3.4. Das Juntas de Freguesia | _ |
| 3.5. De Associações culturais locais | _ |
| 3.6. De Associações de Desenvolvimento locais | _ |
| 3.7. De Associações profissionais/económicas locais | _ |
| 3.8. Da CCR da área | _ |
| 3.9. De individualidades | _ |
| 3.10. Do ICN, Câmaras Municipais e Individualidades | _ |
| 3.9. De outras entidades/pessoas | _ Quais? _____ |

4. A Área Protegida sofreu alguma alteração desde a sua criação?

4.1. Sim | _ | 4.2. Não | _ |

5. Se sim, essa alteração consistiu principalmente em (Assinale apenas a mais importante):

- | | |
|---|---|
| 5.1. Alteração da designação sem alteração de limites | _ |
| 5.2. Alteração da designação com alteração de limites | _ |

- 5.3. Alteração de limites sem alteração de designação | _ |
 5.4. Outra | _ | Qual? _____
 5.5. Não Sabe | _ |

6. Se se verificou uma alteração de designação, a Área Protegida passou:

- 6.1. De Área de Paisagem Protegida a Reserva Natural | _ |
 6.2. De Área de Paisagem Protegida a Parque Natural | _ |
 6.3. De Reserva Natural a Parque Natural | _ |
 6.4. Outra | _ | Qual? _____
 6.5. Não Sabe | _ |
 6.6. Não se aplica | _ |

7. Se se verificou alteração na designação, isso ficou a dever-se principalmente: (Assinale apenas a mais importante):

- 7.1. A necessidades de reclassificação ao abrigo do DL 19/93 | _ |
 7.2. A necessidades de ter um estatuto diferente para fazer face aos objectivos da Área Protegida | _ |
 7.3. A pressões de vários agentes | _ |
 Quais? _____
 7.4. Outra | _ |
 Qual? _____
 7.5. Não Sabe | _ |
 7.6. Não se aplica | _ |

8. Se se verificou alteração de limites, isso ficou a dever-se principalmente: (Assinale apenas a mais importante):

- 8.1. À necessidade de conservação de uma área maior | _ |
 8.2. À necessidade de conservação de uma área menor | _ |
 8.3. A pressões das autarquias locais para aumentar a área | _ |
 8.4. A pressões das autarquias locais para diminuir a área | _ |
 8.5. A pressões de outros agentes para aumentar a área | _ |
 Quais? _____
 8.6. A pressões de outros agentes para diminuir a área | _ |
 Quais? _____
 8.7. Outra | _ |
 Qual? _____
 8.8. Não Sabe | _ |
 8.9. Não se aplica | _ |

9. Quais os órgãos da Área Protegida: (Assinale todas alternativas adequadas à Área Protegida)

- 9.1. Director | _ |
 9.2. Comissão Directiva | _ |
 9.3. Conselho Geral | _ |
 9.4. Conselho Científico | _ |
 9.5. Comissão Instaladora | _ |
 9.6. Outros | _ | Quais? _____

PARA AS QUESTÕES SEGUINTE REFIRA A PERCENTAGEM OU O NÚMERO O MAIS APROXIMADAMENTE POSSIVEL

10. Qual a área total da Área Protegida actualmente? | _ | | _ | | _ | | _ | , | _ | | _ | ha

11. Qual a área total da área Protegida na altura da sua criação? | _ | | _ | | _ | | _ | , | _ | | _ | ha

12. Da área total actual e inicial qual a superfície:

	Actual	Inicial
12.1. Pertencente ao Estado	_ _ _ _ , _ _ ha	_ _ _ _ , _ _ ha

12.2. Pertencente ao DP Maritimo	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha
12.3. Pertencente a privados	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha
12.4. Pertencente às autarquias locais	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha
12.5. Pertencente ao ICN	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha
12.6. Com proprietário desconhecido	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ ha

13. A Área Protegida tem População?

13.1 Sim |_|_| 13.2 Não |_|_|

(SE A ÁREA PROTEGIDA NÃO TEM POPULAÇÃO, PASSE À QUESTÃO 29 E A PARTIR DAÍ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES TOMANDO COMO REFERÊNCIA NÃO A POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA MAS A POPULAÇÃO ENVOLVENTE DA MESMA)

14. Qual a percentagem e/ou número de população residente na Área Protegida nas seguintes categorias de lugares

	%	Nº
14.1. Lugares com menos de 100 habitantes	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
14.2. Lugares com 100 a 500 habitantes	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
14.3. Lugares com 501 a 2000 habitantes	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
14.4. Lugares com 2001 a 5000 habitantes	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
14.5. Lugares com 5001 a 10 000 habitantes	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
14.6. Lugares com mais de 10 001 habitantes	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
14.7 Não Sabe	_	

15. Qual o número de habitantes da Área Protegida? _____ habitantes Não Sabe |_|_|

16. Qual a percentagem de população rural? |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|% Não Sabe |_|_|

17. Qual a percentagem de população urbana? |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|% Não Sabe |_|_|

18. Qual a taxa de actividade? |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|% Não Sabe |_|_|

19. Qual a taxa de actividade nos sectores:

19.1. Primário	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
19.2. Secundário	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
19.3. Terciário	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _

20. Qual a taxa de desemprego? |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|% Não Sabe |_|_|

21. Qual a percentagem de habitantes em cada um dos seguintes níveis de escolaridade:

21.1. Analfabetos	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
21.2. 1º CEB	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
21.3. 2º e 3º CEB	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
21.4. Ensino Secundário	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
21.5. Cursos Médios	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
21.6. Cursos Superiores	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
21.7 Outros	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _

22. Qual a percentagem, aproximada de:

22.1. Agricultores	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
22.2. Trabalhadores industriais	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
22.3. Empregados no comércio e serviços	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _
22.4. Indivíduos com profissões técnicas, científicas e artísticas	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ %	Não Sabe	_ _

II . OBJECTIVOS DA ÁREA PROTEGIDA:

29. Quais os principais objectivos que presidiram à instituição da Área Protegida? (Indique os objectivos mais importantes, hierarquizando-os de mais importante (1) a menos importante (17). No caso de certos objectivos não terem aplicação assinale com (0) o quadrado correspondente):

- | | |
|--|---|
| 29.1. Conservação de espécies faunísticas ameaçadas e/ou de elevado valor | _ |
| 29.2. Conservação de espécies florísticas ameaçadas e/ou de elevado valor | _ |
| 29.3. Conservação de espécies faunísticas e florísticas ameaçadas e/ou de elevado valor | _ |
| 29.4. Conservação/ Protecção dos aspectos geológicos da área | _ |
| 29.5. Conservação/ Protecção dos aspectos geomorfológicos da área | _ |
| 29.6. Conservação/ Preservação das características paisagísticas locais | _ |
| 29.7. Protecção contra a degradação de certos elementos/recursos naturais | _ |
| 29.8. Protecção contra a pressão urbanística | _ |
| 29.9. Protecção contra a pressão turística | _ |
| 29.10. Protecção contra a industrialização | _ |
| 29.11. Conservação/ Preservação das actividades económicas tradicionais | _ |
| 29.12. Conservação/ Preservação dos usos culturais, económicos e sociais dos recursos naturais específicos | _ |
| 29.13. Promoção da Qualidade de Vida e do Desenvolvimento Económico das populações locais | _ |
| 29.14. Promoção do recreio e turismo no local | _ |
| 29.15. Promoção da vocação pedagógica do local | _ |
| 29.16. Promoção da vocação científica do local | _ |
| 29.17. Outro Objectivo | _ |
- Qual? _____

30. Tem existido dificuldades na prossecução dos objectivos acima indicados?

- 30.1. Sim |_ | 30.2. Não |_ | Não sabe |_ |

31. Se sim, essa dificuldade deve-se a: (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- | | |
|---|---|
| 31.1. Falta de meios financeiros para realizar actividades | _ |
| 31.2. Falta de meios humanos para realizar actividades | _ |
| 31.3. Falta de um programa de actividades aprovado, com prioridades estabelecidas e faseamento dos objectivos a atingir | _ |
| 31.4. Falta de participação e interesse das autarquias locais nas actividades | _ |
| 31.5. Falta de interesse e participação das populações nas actividades | _ |
| 31.6. Inexistência de normas/regulamento aprovados | _ |
| 31.7. Falta de interesse e participação de outras entidades nas actividades | _ |
- Que entidades? _____
- | | |
|---|---|
| 31.8. Desrespeito da população pelas normas vigentes | _ |
| 31.9. Desrespeito das autarquias locais pelas normas vigentes | _ |
| 31.10. Desrespeito de outras entidades pelas normas vigentes | _ |
| 31.11. Outra razão | _ |
- Qual? _____

32. Quais dos seguintes aspectos se têm revelado mais problemáticos para o funcionamento e gestão da Área Protegida face aos objectivos propostos: (Assinale todos os que considere importantes):

- | | |
|--|---|
| 32.1. Estradas e caminhos (construção, reparação, etc) | _ |
| 32.2. Sobrepastoreio | _ |
| 32.3. Caça furtiva | _ |

- | | |
|---|---|
| 32.4. Pesca furtiva | _ |
| 32.5. Extracção de inertes | _ |
| 32.6. Pressão turística | _ |
| 32.7. Pressão urbanística | _ |
| 32.8. Pressão industrial | _ |
| 32.9. Poluição agrícola | _ |
| 32.10. Poluição industrial | _ |
| 32.11. Poluição doméstica | _ |
| 32.12. Incêndios | _ |
| 32.13. Plantação de árvores exóticas | _ |
| 32.14. Desertificação populacional | _ |
| 32.15. Degradação/ Alteração Arquitéctónica | _ |
| 32.16. Falta de estudos de base sobre o património natural | _ |
| 32.17. Falta de estudos de base sobre o património cultural e a realidade socio.económica | _ |
| 32.18. Alteração da cultura tradicional | _ |
| 32.19. Alterações do nível do mar | _ |
| 32.20. Outras | _ |
| Quais? _____ | |

33. Indique que espécies faunísticas e florísticas foram preservadas com a criação da Área Protegida: (Pode anexar ao questionário uma listagem das espécies se preferir):

- | | |
|-------------|-------------|
| 33.1. _____ | 33.4. _____ |
| 33.2. _____ | 33.5. _____ |
| 33.3. _____ | 33.6. _____ |

34. Indique que elementos geomorfológicos ou geológicos foram preservados com a criação da Área Protegida: (Pode anexar ao questionário uma listagem dos elementos se preferir):

- | | |
|-------------|-------------|
| 34.1. _____ | 34.4. _____ |
| 34.2. _____ | 34.5. _____ |
| 34.3. _____ | 34.6. _____ |

35. Indique que aspectos sociais e culturais foram preservados com a criação da Área Protegida: (Pode anexar ao questionário uma listagem dos aspectos se preferir):

- | | |
|-------------|-------------|
| 35.1. _____ | 35.4. _____ |
| 35.2. _____ | 35.5. _____ |
| 35.3. _____ | 35.6. _____ |

36. Indique que actividades económicas tradicionais foram preservadas com a criação da Área Protegida: (Pode anexar ao questionário uma listagem das actividades se preferir):

- | | |
|-------------|-------------|
| 36.1. _____ | 36.4. _____ |
| 36.2. _____ | 36.5. _____ |
| 36.3. _____ | 36.6. _____ |

37. À preservação e protecção desses aspectos presidiu sobretudo (para cada aspecto assinale a situação que lhe parecer mais adequada):

Fauna/Flora Geologia/ Socio- Económicos Culturais

	Geomorfologia			
37.1. O estar em extinção	_	_	_	_
37.2. A sua raridade	_	_	_	_
37.3. A sua originalidade	_	_	_	_
37.4 Outra razão	_	_	_	_
	Qual? _____	Qual? _____	Qual? _____	Qual? _____

III . ORDENAMENTO E REGULAMENTO:

38 . A Área Protegida tem Plano de Ordenamento e Regulamento?

38.1. Elaborado e em vigor	_	desde que ano	19 _	_
38.2. Elaborado e em fase de aprovação	_	desde que ano	19 _	_
38.3. Em revisão	_	desde que ano	19 _	_
38.4. Em elaboração	_	desde que ano	19 _	_
38.5 . Não tem	_			

39. No caso do Plano estar em revisão, qual a principal razão?

39.1. Imposições legais	_
39.2. Falta de adequabilidade do plano existente face aos aspectos naturais	_
39.3. Falta de adequabilidade do plano existente face aos aspectos socio.económicos	_
39. 4. Outra razão	_
Qual? _____	
39.5 Não se aplica	_

40. A Área Protegida elabora Planos de Actividades com regularidade

40.1. Sim	_	Com que regularidade? _____
40.2. Não	_	

41. Se sim, é dado conhecimento dos planos e das actividades: (Pode assinalar mais do que uma resposta):

41.1. A todas as entidades existentes na área e que intervém activamente no território	_
41.2. A todas as entidades existentes na área independentemente da sua capacidade de intervenção no território	_
41.3. À população local ou envolvente	_
41.4. Aos visitantes	_
41.5. Ao ICN	_
41.6. A outros	_
Quais? _____	

42. Antes da classificação da Área Protegida, existiram estudos prévios de caracterização?(Pode assinalar mais do que uma resposta):

42.1. Sim, de caracterização do património natural	_
42.2. Sim, de caracterização do património cultural	_
42.4. Não	_

43. A Área Protegida será reclassificada ao abrigo do DL 19/93?

43.1. Já foi reclassificada	_
43.2. Vai ser reclassificada	_

43.3. Não será reclassificada

44. No caso de o Plano de Ordenamento e o regulamento da Área Protegida estarem elaborados e em vigor, em fase de aprovação ou em elaboração, houve ou há consulta às populações locais:

- 44.1. Sim, apenas nos momentos legalmente previstos
44.2. Sim, antes do início da elaboração e ao longo da mesma
44.3. Não, não se aplicavam os procedimentos legais actuais
44.4. Outra situação Qual? _____

45. Se houve consulta às populações locais, os resultados:

- 45.1. Foram incorporados no Plano
45.2. Foram meramente informativos
45.3. Não existiram porque as populações não participaram
45.4. Outra situação
Qual? _____

46. Se houve consulta às populações, estas em termos genéricos: (Assinale apenas a situação que lhe parece mais adequada):

- 46.1. Estavam bem informadas acerca dos objectivos da Área Protegida
46.2. Estavam mal informadas acerca dos objectivos da Área Protegida
46.3. Estavam erradamente informadas acerca dos objectivos da Área Protegida
46.4. Outra situação
Qual? _____

47. A quem considera caber a responsabilidade pela informação das populações locais, no que se refere à criação, objectivos e actividades da Área Protegida? (Para cada entidade e aspecto assinale a alternativa que lhe parece mais adequada):

- | | Criação | Objectivos | Actividades |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 47.1. À Área Protegida | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 47.2. Ao ICN | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 47.3. Às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 47.4. A Outras Entidades | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- Quais? _____

48. Caso não tenha havido consulta às populações locais, ou ela tenha sido reduzida, Considera-se que, relativamente à aceitação das normas e regras impostas pela Área Protegida às populações: (Assinale apenas a resposta que lhe parecer mais adequada):

- 48.1. Existiriam menos problemas
48.2. Existiram os mesmos problemas
48.3. Existiriam mais problemas
48.4. Não existiriam problemas
48.5. Não sabe

49. Considera que a Área Protegida tem contribuído para o desenvolvimento sócio.económico da área?

- 49.1. Sim 49.2. Não

50. Se sim, de que formas o faz? (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- 50.1. Criação de empregos na área
- 50.2. Incentivos a actividades comerciais que se coadunem com os objectivos da Área Protegida
- 50.3. Incentivos à actividade agrícola quando se coaduna com os objectivos da Área Protegida
- 50.4. Incentivos à florestação com espécies autóctones
- 50.5. Criação de equipamentos e serviços na área
- 50.6. Provisão em infraestruturas básicas
- 50.7. Incentivos a outras actividades económicas para além do comércio, agricultura e floresta
- 50.8. Outras
Quais? _____

51. Considera que, sem a criação da Área Protegida, o desenvolvimento socio.económico da área seria: (assinale apenas uma resposta):

- 51.1. Maior
- 51.2. Menor
- 51.3. O mesmo
- 51.4. Não Sabe

52. Qualquer que tenha sido a resposta assinalada na questão anterior, refira porquê: _____

53. Considera que a população local ou envolvente reconhece a Área Protegida como potenciadora do desenvolvimento socio.económico da área?

- 53.1. Sim 53.2. Não Não Sabe

54. Qualquer que tenha sido a resposta assinalada na questão anterior, refira porquê: _____

55. A população local ou envolvente considera, de uma maneira geral, que os benefícios decorrentes da criação da Área Protegida: (Assinale apenas resposta que lhe parecer mais adequada):

- 55.1. São inferiores aos prejuizos, mas sentidos apenas por alguns
- 55.2. São inferiores aos prejuizos, mas sentidos por todos de igual forma
- 55.3. São superiores aos prejuizos, mas sentidos apenas por alguns
- 55.4. São superiores aos prejuizos, mas sentidos por todos de igual forma
- 55.5. Outra situação
Qual? _____

56. Na prossecução dos objectivos da Área Protegida e na manutenção dos elementos preservados e protegidos, considera-se que: (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- 56.1. A população local e envolvente desempenha um papel fundamental
- 56.2. Os visitantes desempenham um papel fundamental
- 56.3. Seria melhor se a área não possuísse população ou que as suas práticas fossem mais controladas

56.4. Seria melhor se a área fosse interdita a visitantes ou o seu acesso mais condicionado | _ |
 56.5. Outra situação | _ |
 Qual? _____

IV . ÁREA PROTEGIDA E POPULAÇÃO LOCAL OU ENVOLVENTE:

57. Quais das seguintes actividades são interditas, autorizadas ou condicionadas pela existência da Área Protegida: (Para cada caso, assinale a situação correspondente):

	Autorizada	Interdita	Condicionada a certas áreas	Não se aplica
57.1. Construção/ ampliação/ demolição de imóveis	_	_	_	_
57.2. Instalação/ ampliação de explorações agrícolas	_	_	_	_
57.3. Instalação/ ampliação de actividades industriais	_	_	_	_
57.4. Instalação/ ampliação de actividades comerciais	_	_	_	_
57.5. Alteração à morfologia do terreno	_	_	_	_
57.6. Captação de águas	_	_	_	_
57.7. Introdução de espécies vegetais ou animais exóticas	_	_	_	_
57.8. Colheita de plantas ou partes de plantas	_	_	_	_
57.9. Caçar	_	_	_	_
57.10. Pescar	_	_	_	_
57.11. Fazer campismo fora dos locais designados	_	_	_	_
57.12. Lançar detritos de qualquer espécie fora dos locais próprios	_	_	_	_
57.13. Fazer lume	_	_	_	_
57.14. Actividades Desportivas	_	_	_	_
57.15. Paineis/ cartazes publicitários	_	_	_	_
57.16. Exploração de inertes	_	_	_	_
57.17. Acesso de pessoas	_	_	_	_
57.18. Entrada de veículos	_	_	_	_
57.19. Sobrevoos de aeronaves	_	_	_	_
57.20. Navegação a motor	_	_	_	_
57.21. Utilização de aparelhagens sonoras	_	_	_	_
57.22. Outras	_	_	_	_

Quais? _____

58 . Em relação a que tipo de restrições que se aplicam na Área Protegida tem existido maior número de reclamações por parte das populações locais ou envolventes? (Assinale para cada aspecto a situação que lhe parece mais adequada):

	Frequentemente	Raramente	Nunca
58.1. Construção/ ampliação/ demolição de imóveis	_	_	_
58.2. Instalação/ ampliação de explorações agrícolas	_	_	_
58.3. Instalação/ ampliação de actividades industriais	_	_	_
58.4. Instalação/ ampliação de actividades comerciais	_	_	_
58.5. Alteração à morfologia do terreno	_	_	_
58.6. Captação de águas	_	_	_
58.7. Introdução de espécies vegetais / animais exóticas	_	_	_
58.8. Colheita de plantas ou partes de plantas	_	_	_
58.9. Caçar	_	_	_
58.10. Pescar	_	_	_
58.11. Fazer campismo fora dos locais designados	_	_	_
58.12. Lançar detritos de qualquer espécie fora dos locais próprios	_	_	_
58.13. Fazer lume	_	_	_
58.14. Actividades Desportivas	_	_	_
58.15. Paineis/ cartazes publicitários	_	_	_

58.16. Exploração de inertes	_	_	_
58.17. Acesso de pessoas	_	_	_
58.18. Entrada de veículos	_	_	_
58.19. Sobrevoos de aeronaves	_	_	_
58.20. Navegação a motor	_	_	_
58.21. Utilização de aparelhagens sonoras	_	_	_
58.22. Outras	_	_	_

Quais? _____

59. Relativamente a outros aspectos, qual a frequência das reclamações por parte das populações locais? (Para cada aspecto assinale a situação que lhe parecer mais adequada):

	Frequentes	Raras	Inexistentes	Não se aplica
59.1. Danos causados por animais selvagens	_	_	_	_
59.2. Carências em infraestruturas básicas	_	_	_	_
59.3. Insuficiências na fiscalização/vigilância da área por parte da Área Protegida	_	_	_	_
59.4. Falta de apoio da Área Protegida para a construção/reconstrução de habitações segundo os moldes tradicionais	_	_	_	_
59.5. Falta de apoio da Área Protegida a actividades tradicionais	_	_	_	_
59.6. Ausência ou insuficiência na informação prestada pela Área Protegida	_	_	_	_
59.7. Carência em equipamentos e serviços	_	_	_	_
59.8. Outras	_	_	_	_

Quais? _____

60. As eventuais reclamações das populações relativamente aos aspectos mencionados têm-se traduzido pelo desrespeito pelas normas de protecção vigentes da área?

61.1. Sim |_ | 61.2. Não |_ |

61. Se sim, como se manifesta esse desrespeito? (Pode assinalar mais do que um resposta, hierarquizando-as de mais frequente (1) a menos frequente (11)):

61.1. Na construção/reconstrução/ampliação de edifícios	_
61.2. Na captação de águas	_
61.3. Na exploração de inertes	_
61.4. No abate de animais selvagens que destruíram colheitas ou rebanhos	_
61.5. Na ampliação e/ou alteração das explorações agrícolas	_
61.6. Na colheita de plantas ou partes de plantas	_
61.7. Na florestação com espécies não autóctones e/ou exóticas	_
61.8. Na caça em zonas proibidas	_
61.9. Na pesca em zonas proibidas	_
61.10. No lançamento de detritos domésticos/agrícolas/industriais fora das zonas apropriadas	_
61.11. Outros	_

Quais? _____

62. As situações de desrespeito pelas normas e regras da Área Protegida têm provocado conflitos entre a população local ou envolvente e a administração?

62.1. Sim | _ | 62.2. Não | _ |

63. Esses conflitos ocorrem sobretudo, porque: (Pode assinalar mais do que uma alternativa):

- 63.1. A população não compreende os objectivos da protecção | _ |
 63.2. A população não reconhece legitimidade à Área Protegida para intervir no território | _ |
 63.3. A população não reconhece legitimidade à Área Protegida para restringir os seus usos dos elementos naturais | _ |
 63.4. A população não considera que a Área Protegida tenha significado um aumento do desenvolvimento socio.económico | _ |
 63.5. A população não teve/tem informação sobre as actividades e/ou objectivos realizados pela Área Protegida | _ |
 63.6. A população tem uma visão excessivamente utilitária dos elementos protegidos | _ |
 63.7. A população tem comportamentos contrários aos objectivos da Área Protegida no que se refere ao uso dos recursos naturais | _ |
 63.8. Outras razões | _ |
 Quais? _____

64. Que tipo de apoios à população local ou envolvente tem dado a Área Protegida no que se refere: (Assinale para cada aspecto a situação que lhe parece mais adequada)

	Financeiro	Juridico/ Administrativo	Em espécie	Técnico	Não se aplica
64.1. Florestação com espécies autóctones	_	_	_	_	_
64.2. Construção/reconstrução de habitações	_	_	_	_	_
64.3. Indemnizações por danos causados por animais selvagens	_	_	_	_	_
64.4. Actividades Económicas Tradicionais	_	_	_	_	_
64.5. Outras	_	_	_	_	_
Quais? _____					

65. O apoio dado pela Área Protegida às populações locais tem sido, em termos gerais, e para os aspectos que têm aplicação na Área Protegida: (Assinale para cada aspecto a situação que lhe parece mais adequada):

	Muito Procurado	Mais ou Menos Procurado	Nada Procurado
65.1. Florestação com espécies autóctones	_	_	_
65.2. Construção/reconstrução de habitações	_	_	_
65.3. Indemnizações por danos causados por animais selvagens	_	_	_
65.4. Actividades Económicas Tradicionais	_	_	_
65.5. Outras	_	_	_
Quais? _____			

66. Se considera que lhe é possível caracterizar a população local ou envolvente relativamente à percepção da relação entre desenvolvimento sócio.económico e protecção do ambiente e natureza, qual lhe parece ser essa percepção (Assinale apenas a resposta que lhe parece ser mais adequada):

- 66.1. A população considera o desenvolvimento socio.económico uma prioridade em relação à protecção do ambiente e da natureza | _ |
- 66.2. A população considera a protecção do ambiente e da natureza uma prioridade em relação ao desenvolvimento socio.económico | _ |
- 66.3. A população considera equivalentes o desenvolvimento socio.económico e a protecção do ambiente e da natureza | _ |
- 66.4. Não é possível determinar a percepção da população face a estes aspectos | _ |

67. Considera que as normas e regras da Área Protegida vieram colidir com os comportamentos da população face ao uso do território e dos recursos naturais:

- 67.1.Sim, com muitos | _ | 67.2. Sim , com alguns | _ | 67.3.Não | _ |

68. Se sim, isso aconteceu principalmente porque:

- 68.1. Alguns comportamentos eram incompatíveis com a protecção | _ |
- 68.2. Alguns comportamentos eram compatíveis com a protecção, mas a sua intensidade devia ser reduzida | _ |
- 68.3. Não sabe | _ |

69. Em que aspectos existiu incompatibilidade e/ou necessidade de redução dos comportamento da população :

70. Em que grupos socio.económicos se têm verificado maiores resistências às normas e regras de protecção na Área Protegida? (Assinale por ordem de importância, de mais importante (1) a menos importante(5)):

- 70.1. Agricultores | _ |
- 70.2. Pastores | _ |
- 70.3. Criadores de gado bovino, suino e caprino | _ |
- 70.4. Avicultores | _ |
- 70.5. Proprietários Florestais | _ |
- 70.6. Comerciantes | _ |
- 70.7. Trabalhadores industriais | _ |
- 70.8. Industriais | _ |
- 70.9. Outros | _ | Quais? _____

71. E em que grupos socio.económicos se verificou maior adesão à criação da Área Protegida:(Assinale por ordem de importância, de mais importante (1) a menos importante (5)):

- 71.1. Agricultores | _ |
- 71.2 Pastores | _ |
- 71.3. Criadores de gado bovino, suino e caprino | _ |
- 71.4. Avicultores | _ |
- 71.5. Proprietários Florestais | _ |
- 71.6. Comerciantes | _ |
- 71.7. Trabalhadores industriais | _ |
- 71.8. Industriais | _ |
- 71.9. Outros | _ | Quais? _____

V . RELAÇÕES ENTRE A ÁREA PROTEGIDA E OUTRAS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA ÁREA:

72. Que entidades existem e intervêm activamente na área da Área Protegida?(Pode assinalar todas as entidades existentes, indicando sempre que possível o seu número):

	Quantas	Têm intervenção
72.1. Câmaras Municipais	_ _ _	_
72.2. Juntas de Freguesia	_ _ _	_
72.3. CCR	_ _ _	_
72.4. Associações Culturais	_ _ _	_
72.5. Associações de Defesa do Ambiente	_ _ _	_
72.6. Associações de Desenvolvimento	_ _ _	_
72.7. Associações de Municípios	_ _ _	_
72.8. Associações de Agricultores	_ _ _	_
72.9. Direcções/delegações Regionais de Turismo	_ _ _	_
72.10. Direcção/delegações Regionais de Agricultura	_ _ _	_
72.11. Direcções/delegações Regionais Florestais	_ _ _	_
72.12. Outras	_ _ _	_
Quais? _____		

73. Como se podem classificar as relações entre a Área Protegida e as entidades seguintes? (Assinale para cada entidade a situação que lhe parece mais adequada):

	Muito Problemáticas	Problemáticas	Nada Problemáticas
73.1. Câmaras Municipais	_	_	_
73.2. Juntas de Freguesia	_	_	_
73.3. CCR	_	_	_
73.4. Associações Culturais	_	_	_
73.5. Associações de Defesa do Ambiente	_	_	_
73.6. Associações de Desenvolvimento	_	_	_
73.7. Associações de Municípios	_	_	_
73.8. Associações de Agricultores	_	_	_
73.9. Direcções/delegações Regionais de turismo	_	_	_
73.10. Direcção/delegações Regionais de agricultura	_	_	_
73.11. Direcções/delegações Regionais da Floresta	_	_	_
73.12. Outras	_	_	_
Quais? _____	Quais? _____	Quais? _____	

74. Nas situações apontadas anteriormente como Muito Problemáticas ou Problemáticas, os problemas existentes tem a ver essencialmente com:(Para cada entidade assinale a situação que lhe parecer mais adequada):

	Nenhuma ou Fraca articulação de Planos e actividades	Sobreposição de de competências e interesses	Divergências relacionadas com os usos do território/recursos
74.1. Câmaras Municipais	_	_	_
74.2. Juntas de Freguesia	_	_	_
74.3. CCR	_	_	_
74.4. Associações Culturais	_	_	_
74.5. Associações de Defesa do Ambiente	_	_	_
74.6. Associações de Desenvolvimento	_	_	_
74.7. Associações de Municípios	_	_	_
74.8. Associações de Agricultores	_	_	_

74.9. Direcções/delegações Regionais de Turismo	_	_	_
74.10. Direcção/delegações Regionais de Agricultura	_	_	_
74.11. Direcções/delegações Regionais das Florestais	_	_	_
74.12. Outras	_	_	_

Quais? _____

75. As Autarquias Locais tem frequentemente comportamentos e/ou tomam decisões contrárias às normas e objectivos da Área Protegida?(Assinale apenas a resposta que lhe parecer mais adequada):

75.1. Sim, quando os interesses económicos das populações são contrários aos interesses de protecção Área Protegida	_
75.2. Sim, quando os interesses culturais das populações são contrários aos interesses de protecção Área Protegida	_
75.3. Sim, em períodos eleitorais	_
75.4. Sim, por pressões de entidades/agentes económicos locais	_
75.5. Não, mesmo quando os interesses económicos das populações são contrários aos interesses de protecção Área Protegida	_
75.6. Não, mesmo em períodos eleitorais	_
75.7. Não, mesmo quando existem pressões de entidades/agentes económicos	_
75.8. Outra situação	_

Qual? _____

76. Em caso de existirem problemas e/ou divergências importantes entre a Área Protegida e algumas das entidades mencionadas na questão 72, acontece com mais ou menos frequência que: (Para cada aspecto e entidade assinale a situação que lhe parece mais adequada):

76.1. Com as Câmaras Municipais da área:

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.1.1. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.1.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.1.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.1.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.1.5. Chega-se a situações de compromisso	_	_	_
76.1.6. Outras situações	_	_	_

Quais? _____

76.2. Com as Juntas de Freguesia da área

Frequentemente	Raramente	Nunca
----------------	-----------	-------

76.2.1. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.2.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.2.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.2.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.2.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.2.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.3. Com a CCR da área:

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.3.1. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.3.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.3.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.3.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.3.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.3.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.4. Com as Associações Culturais

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.4.1. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.4.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.4.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.4.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.4.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.4.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.5. Com as Associações de Defesa do Ambiente locais:

Frequentemente	Raramente	Nunca
----------------	-----------	-------

76.5.1. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.5.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.5.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.5.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.5.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.5.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.6. Com as Associações de Desenvolvimento locais:

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.6.1. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.6.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.6.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.6.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.6.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.6.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.7. Com as Associações de Municípios

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.7.1. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.7.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.7.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.7.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.7.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.7.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.8. Com as Associações de Agricultores

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.8.1.Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.8.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.8.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre,o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.8.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.8.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.8.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.9 . Com as Direcções/delegções Regionais de Turismo:

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.9.1.Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.9.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.9.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre,o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.9.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.9.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.9.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.10 . Com a Direcção/delegações Regionais de Agricultura

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.10.1.Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.10.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.10.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre,o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.10.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.10.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.10.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.11 . Com a Direcção/delegações Regionais Florestais:

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.11.1.Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.11.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.11.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre,o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.11.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.11.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.11.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

76.12. Com outras entidades (se as mencionou na questão 75):

	Frequentemente	Raramente	Nunca
76.12.1.Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ambiente ou a natureza	_	_	_
76.12.2. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre que se trata de aspectos relacionados com o ordenamento do território	_	_	_
76.12.3. Os interesses da Área Protegida prevalecem sempre,o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.12.4. Os interesses da Área Protegida não prevalecem, o que quer que seja que esteja em causa	_	_	_
76.12.5. Chega.se a situações de compromisso	_	_	_
76.12.6 . Outras situações Quais? _____	_	_	_

77. O parecer da Área Protegida em relação às intervenções no território/ utilizações dos recursos naturais ou outros, por parte de outras entidades, é:

77.1. Obrigatório	_	em que situação? _____
77.1.2. Facultativo	_	em que situação? _____
77.3. Vinculativo	_	em que situação? _____
77.4. Não vinculativo	_	em que situação? _____
77.5. Outra	_	Qual? _____ em que situação? _____

78. Que Planos da responsabilidade de outras entidades existem quer para a totalidade quer para parte da Área Protegida:(p. ex. PDM, PROT, etc):

79. Diria que esses Planos, na generalidade, englobam sempre as preocupações, objectivos e Propostas da Área Protegida? Porquê? _____

VI. VISITANTES, POPULAÇÕES LOCAIS E ÁREA PROTEGIDA:

80. Quantos visitantes recebe a Área Protegida, em média, por ano? |_ | |_ | |_ | |_ | |_ |

81 O número de visitantes tem aumentado nos últimos 5 anos? (Se tiver dados quantitativos sobre o número de visitantes nos últimos 3 anos, por favor indique-os):

- | | |
|----------------------|---|
| 81.1. Sim, muito | _ |
| 81.2. Sim, mas pouco | _ |
| 81.3. Não | _ |
| 81.4. Não sabe | _ |

82. De uma forma geral, as populações locais ou envolventes: (Pode assinalar mais do que uma resposta, da mais frequente (1) à menos frequente (10)):

- | | |
|--|---|
| 82.1. Recebem bem os visitantes, porque estes representam ganhos económicos | _ |
| 82.2. Recebem bem os visitantes, independentemente das perdas e ganhos económicos | _ |
| 82.3. Recebem bem os visitantes, porque gostam de mostrar a sua terra e a sua cultura | _ |
| 82.4. Recebem mal os visitantes, porque não gostam de estranhos | _ |
| 82.5. Recebem mal os visitantes, porque estes têm comportamentos diferentes | _ |
| 82.6. Recebem mal os visitantes, porque estes interferem no seu dia a dia e nas suas actividades quotidianas | _ |
| 82.7. Recebem mal os visitantes, porque estes degradam o ambiente local | _ |
| 82.8. Recebem mal os visitantes, porque estes representam alterações aos seus costumes e à sua terra | _ |
| 82.9. São indiferentes | _ |
| 82.10. Outra Situação | _ |

Qual? _____

83. A Área Protegida tem estruturas/serviços de apoio aos visitantes?

- | | | | |
|-----------|---|-----------|---|
| 83.1. Sim | _ | 83.2. Não | _ |
|-----------|---|-----------|---|

84. Se sim, que tipo de estruturas e/ou serviços? (assinale todos os serviços existentes):

- | | |
|--|---|
| 84.1. Postos de Informação | _ |
| 84.2. Folhetos/informações sobre actividades culturais (p.ex. artesanato, festas locais) | _ |
| 84.3. Folhetos/informações sobre percursos específicos | _ |
| 84.4. Folhetos/informações sobre as localidades | _ |
| 84.5. Folhetos/informações sobre Cafés/Restaurantes/Hoteis e outros equipamentos | _ |
| 84.6. Casas Abrigo | _ |
| 84.7. Visitas guiadas para escolas/outras instituições | _ |
| 84.8. Visitas guiadas para grupos que não sejam de instituições | _ |
| 84.9. Centro de Educação Ambiental | _ |
| 84.10. Outros | _ |

Quais? _____

85. De entre as estruturas/serviços indicados, quais os que têm maior procura? (Pode assinalar mais do que uma resposta, hierarquizando-as de mais procurada (1) a menos procurada (10)):

- | | |
|--|---|
| 85.1. Postos de Informação | _ |
| 85.2. Folhetos/informações sobre actividades culturais (p.ex. artesanato, festas locais) | _ |
| 85.3. Folhetos/informações sobre percursos específicos | _ |
| 85.4. Folhetos/informações sobre as localidades | _ |
| 85.5. Folhetos/informações sobre Cafés/Restaurantes/Hoteis e outros equipamentos | _ |
| 85.6. Casas Abrigo | _ |
| 85.7. Visitas guiadas para escolas/outras instituições | _ |
| 85.8. Visitas guiadas para grupos que não sejam de instituições | _ |
| 85.9. Centro de Educação Ambiental | _ |
| 85.10. Outros | _ |
- Quais? _____

86. Quais as razões pelas quais os visitantes procuram a Área Protegida? (Assinale as 3 mais importantes, da mais importante (1) à menos importante (3)):

- | | |
|---|---|
| 86.1. Pela beleza das paisagens | _ |
| 86.2. Pela diversidade de elementos naturais existentes | _ |
| 86.3. Pela raridade ou tipicidade de um ou mais elementos naturais existentes | _ |
| 86.4. Pelo facto de existirem muitas localidades rurais | _ |
| 86.5. Pelo facto de existirem muitos aspectos culturais preservados | _ |
| 86.6. Pela raridade ou tipicidade dos elementos culturais existentes, relacionados com a vida rural | _ |
| 86.7. Pelas actividades económicas tradicionais existentes | _ |
| 86.8. Por outras razões | _ |
- Quais? _____

87. A Área Protegida tem áreas de acesso condicionado?

- | | | | |
|-----------|---|-----------|---|
| 87.1. Sim | _ | 87.2. Não | _ |
|-----------|---|-----------|---|

88. No caso de existirem áreas de acesso condicionado, quem, em termos genéricos, aceita melhor esse condicionamento:

- | | |
|----------------------------|---|
| 88.1. As populações locais | _ |
| 88.2. Os visitantes | _ |
| 88.3. Nenhum dos dois | _ |
| 88.4. Ambos | _ |
| 88.5. Não sabe | _ |

89. Existem conflitos entre os visitantes e as populações locais?

- | | |
|---------------------------|---|
| 89.1. Sim, frequentemente | _ |
| 89.2. Sim, por vezes | _ |
| 89.3. Sim, raramente | _ |
| 89.4. Nunca | _ |

90. Se existem conflitos, eles surgem: (Pode assinalar mais do que uma resposta, da situação mais frequente (1) à menos frequente(7)):

- | | |
|---|---|
| 90.1. Quando os visitantes interferem nas actividades quotidianas das populações locais | _ |
| 90.2. Quando os visitantes poluem ou degradam de alguma forma o ambiente local | _ |
| 90.3. Quando as populações locais poluem ou degradam o ambiente local | _ |
| 90.4. Quando as populações locais vêem os visitantes como intrusos | _ |

- 90.5. Quando as populações locais consideram que os visitantes têm maiores privilégios | _ |
 90.6. Quando os visitantes são críticos em relação aos usos que as populações locais fazem do território e dos recursos naturais | _ |
 90.7. Outras situações | _ |
 Quais? _____

91. Em relação a que tipo de restrições existentes tem existido maior numero de reclamações por parte dos visitantes ?(Assinale para cada aspecto a situação que lhe parece mais adequada):

	Frequentemente	Raramente	Nunca
91.1. Construção/ ampliação/ demolição de imóveis	_	_	_
91.2. Instalação/ ampliação de explorações agrícolas	_	_	_
91.3. Instalação/ ampliação de actividades industriais	_	_	_
91.4. Instalação/ ampliação de actividades comerciais	_	_	_
91.5. Alteração à morfologia do terreno			
91.6. Captação de águas	_	_	_
91.7. Introdução de espécies vegetais ou animais exóticas	_	_	_
91.8. Colheita de plantas ou partes de plantas	_	_	_
91.9. Caçar	_	_	_
91.10. Pescar	_	_	_
91.11. Fazer campismo fora dos locais designados	_	_	_
91.12. Lançar detritos de qualquer espécie fora dos locais próprios _	_	_	_
91.13. Fazer lume	_	_	_
91.14. Actividades Desportivas	_	_	_
91.15. Paineis/ cartazes publicitários	_	_	_
91.17. Acesso de pessoas	_	_	_
91.18. Entrada de veiculos	_	_	_
91.19. Sobrevoos de aeronaves	_	_	_
91.20. Navegação a motor	_	_	_
91.21. Utilização de aparelhagens sonoras	_	_	_
91.22. Outras	_	_	_
	Quais? _____	Quais? _____	Quais? _____

92. Em relação aos objectivos e restrições eventualmente impostas pela Área Protegida, os visitantes mostram-se:

- 92.1. Cumpridores de todas as normas existentes | _ |
 92.2. Cumpridores apenas de algumas dessas normas | _ |
 92.3. Desrespeitadores das normas existentes | _ |
 92.4. Outra situação | _ | Qual? _____

93. Quem, na opinião da Área Protegida tende a valorizá-la mais? (Pode assinalar mais do que uma resposta, hierarquizando da entidade que mais a valoriza (1) até à que menos a valoriza(9)):

- 93.1. O pessoal ao serviço da Área Protegida | _ |
 93.2. As Câmaras Municipais | _ |
 93.3. As Juntas de Freguesia | _ |
 93.4. Os visitantes | _ |
 93.5. As populações locais rurais | _ |
 93.6. As populações locais urbanas | _ |
 93.7. Todos estes agentes | _ |
 93.8. Nenhum deles | _ |
 93.9. Outros | _ | Quais? _____

94. Os visitantes que a Área Protegida recebe são geralmente: (Pode assinalar mais do que uma resposta, de mais frequente (1) a menos frequente (6)). (Se possuir dados quantitativos sobre a origem geográfica dos visitantes, por favor junte-os a este questionário):

- | | |
|---|---|
| 94.1. Pessoas de localidades próximas da Área Protegida | _ |
| 94.2. Pessoas de Lisboa ou Porto | _ |
| 94.3. Pessoas de outras cidades | _ |
| 94.4. Pessoas de outras vilas ou aldeias não próximas da Área Protegida | _ |
| 94.5. Pessoas de outros Países | _ |
| 94.6. Outras | _ |
| Quais? _____ | |

95. Geralmente, qual o tempo médio que os visitantes dispendem na Área Protegida: (Pode assinalar mais do que uma resposta, da mais frequente (1) a menos frequente (6)):

- | | | | |
|------------------|---|------------------|---|
| 95.1. Umas horas | _ | 95.2. Um dia | _ |
| 95.3. Dois dias | _ | 95.4. Uma semana | _ |
| 95.5. Outra | _ | | |
| Qual? _____ | | | |

96. Em que alturas do ano a Área Protegida recebe maior número de visitantes:

- | | |
|---|---|
| 96.1. Ao longo do ano, aos fins-de-semana | _ |
| 96.2. No Verão | _ |
| 96.3. Na época do Natal | _ |
| 96.4. Na época da Páscoa | _ |
| 96.5. Outros períodos | _ |
| 96.6. Não Sabe | _ |

97. Os visitantes manifestam geralmente com frequência o seu desejo de mais equipamentos e serviços? (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- | | |
|------------------------------------|------------------|
| 97.1. Posto de Saúde | _ |
| 97.2. Posto dos Correios/Telefones | _ |
| 97.3. Farmácias | _ |
| 97.4. Comércio alimentar | _ |
| 97.5. Comércio vestuário | _ |
| 97.6. Cafés | _ |
| 97.7. Restaurantes | _ |
| 97.8. Hoteis/Pensões | _ |
| 97.9. Outros que queira mencionar | _ Quais? _____ |

98. Quais as actividades mais procuradas pelos visitantes? (Assinale todas as que forem adequadas, escalonando.as por ordem de maior procura (1) a menor procura (12)):

- | | |
|--|---|
| 98.1. Desportos | _ |
| 98.2. Caça | _ |
| 98.3. Pesca | _ |
| 98.4. Gastronomia local | _ |
| 98.5. As feiras e festas locais | _ |
| 98.6. A contemplação da paisagem | _ |
| 98.7. O estudo ou a contemplação dos animais e das plantas | _ |
| 98.8. Arquitectura Tradicional | _ |
| 98.9. Agricultura tradicional | _ |

- | | |
|---|---|
| 98.10. Artesanato local | _ |
| 98.11. A observação e contacto com a vida rural | _ |
| 98.12. Outras | _ |
| Quais? _____ | |
| 98.13. Não Sabe | _ |

99. Se possível, caracterize os visitantes relativamente aos seguintes aspectos: (Se tiver dados quantitativos sobre estas questões, por favor junte-os ao questionário):

99.1. Faixa etária mais frequente dos visitantes: (Assinale, escalonando de mais frequente (1) a menos frequente (4)):

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 99.1.1. Idosos (+ de 65 anos) | _ |
| 99.1.2. Adultos (20 a 65 anos) | _ |
| 99.1.3. Jovens (15 a 20 anos) | _ |
| 99.1.4. Crianças (menores de 15 anos) | _ |
| 99.1.5. Não Sabe | _ |

99.2. Escolaridade mais frequente dos visitantes: (Assinale, escalonando de mais frequente (1) a menos frequente (6)):

- | | |
|---------------------------|---|
| 99.2.1. Analfabetos | _ |
| 99.2.2. 1º CEB | _ |
| 99.2.3. 2º e 3º CEB | _ |
| 99.2.4. Ensino Secundário | _ |
| 99.2.5. Cursos Médios | _ |
| 99.2.6. Cursos Superiores | _ |
| 99.2.7. Não Sabe | _ |

99.3. Profissões mais frequentes dos visitantes: (Assinale, escalonando de mais frequente (1) a menos frequente (5)):

- | | |
|--|---|
| 99.3.1. Agricultores | _ |
| 99.3.2. Trabalhadores industriais | _ |
| 99.3.3. Empregados no comércio e serviços | _ |
| 99.3.4. Indivíduos com profissões técnicas, científicas e artísticas | _ |
| 99.3.5. Outras | _ |
| Quais? _____ | |
| 99.3.6 Não Sabe | _ |

100. Existem conflitos entre os visitantes e a administração da Área Protegida

- | | |
|----------------------------|---|
| 100.1. Sim, frequentemente | _ |
| 100.2. Sim, por vezes | _ |
| 100.3. Sim, raramente | _ |
| 100.4. Nunca | _ |

101. Se existem conflitos, eles surgem: (Pode assinalar mais do que uma resposta, da mais importante (1) à menos importante (4)):

- | | |
|---|---|
| 101.1. Quando os visitantes desrespeitam as normas e regras da Área Protegida | _ |
| 101.2. Quando os visitantes poluem ou degradam de alguma forma o ambiente local | _ |
| 101.3. Quando os visitantes perturbam a vida e actividades quotidianas da população | |

residente	_
101.4.Outras situações	_
Quais?_____	
101.5. Não se aplica	_

O Questionário chegou ao fim. Por favor coloque-o no envelope endereçado e selado que o acompanha e envie-o.

Muitissimo obrigada pela sua colaboração

(Elisabete M. Melo Figueiredo)

Quadro 6.1. – Lista das Áreas Protegidas portuguesas e algumas das suas características

Designação	Decreto-Lei de Criação	Área (ha)	Nº habitantes (1991)	% População activa (1991)	Níveis de cobertura de algumas Infra-estruturas	Equipamentos e Serviços existentes	Planos de Ordenamento (situação em Fevereiro de 2002)	Principal Objectivo de Protecção (de acordo com o Decreto-Lei de criação)	Local (Interior (I) ou Litoral (L))
PNc da Peneda-Gerês	187/71 de 8/5	70290	9099	33	72% - abastecimento de água 100% - abastecimento de electricidade Sem saneamento básico	Centro de saúde Escolas Primárias	Em revisão	Conservação de espécies da fauna e flora ameaçadas.	I
RN Sapal de Castro Marim e V. Real de Stº António	162/75 de 27/3	2089	2258	39,8	99,7% - abastecimento de água 100% - abastecimento de electricidade 13,4% de saneamento básico	Centros de Saúde Escolas Pré-Primárias Escolas Primárias Escola Secundária	Em elaboração	Conservação e protecção de aspectos singulares da paisagem	L
PN da Serra da Estrela	557/76 de 16/7	101060	43810	35,1	Não existem dados disponíveis	Não existem dados disponíveis	Em revisão	Conservação de espécies da fauna e flora ameaçadas	I
RN do Estuário do Tejo	565/76 de 19/7	14192	Sem população	---	-----	-----	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna ameaçadas	L
PN da Arrábida	622/76 de 28/7	10821	12081	41,7	95% - abastecimento de água 97% - abastecimento de electricidade	Não existem dados disponíveis	Em revisão	Conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas	L
PN da Ria Formosa (ex- RN)	45/78 de 2/5 (RN) e 373/87 de 9/12 (PN)	18400	6447	39,6	78 a 90% - abastecimento de água 76 a 98% - abastecimento de electricidade	Centros de Saúde e Hospital Escolas Primárias Universidade	Em revisão	Conservação de espécies da fauna ameaçadas	L
RN Dunas de S. Jacinto	41/79 de 6/3	666	Sem população	---	-----	-----	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas	L
PN das Serras de Aires e Candeeiros	118/79 de 4/4	39900	32000	42	68% - abastecimento de água 100% abastecimento de electricidade 17% de saneamento básico	Centros de Saúde Escolas Primárias Escolas Preparatórias Escolas Secundárias	Em revisão	Conservação e protecção dos aspectos geomorfológicos	L
PN de Montesinho	355/79 de 30/8	74230	9506	30,2%	100% - abastecimento de água 100% - abastecimento de electricidade 14% de saneamento básico	Centros de Saúde Escolas Primárias	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna ameaçadas	I
RN Paúl de Boquilobo	198/80 de 24/6	530	Sem população	---	-----	-----	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna ameaçadas	I

Designação	Decreto-Lei de Criação	Área (ha)	Nº habitantes (1991)	% População activa (1991)	Níveis de cobertura de algumas Infra-estruturas	Equipamentos e Serviços existentes	Planos de Ordenamento (situação em Fevereiro de 2002)	Principal Objectivo de Protecção (de acordo com o Decreto-Lei de criação)	Local (Interior (I) ou Litoral (L))
RN do Estuário do Sado	430/80 de 1/10	23160	9218	42	51% - abastecimento de água 74% abastecimento de electricidade	Não existem dados disponíveis	Em elaboração	Protecção contra a degradação dos elementos naturais	L
RN das Berlengas	264/81 de 3/9	1063	Sem população	----	-----	-----	Em elaboração	Conservação da fauna ameaçadas	L
PN Sintra-Cascais (ex- APP)	292/81 de 15/10 (APP) e Decreto Reg.8/94 de 11/3	14451	28368	45	Não existem dados disponíveis	Centros de Saúde Escolas Primárias Escolas Preparatórias Escola Secundária	Em revisão	Conservação e protecção de aspectos singulares da paisagem	L
RN da Serra da Malcata	294/81 de 16/10	21760	Sem população	----	-----	-----	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna ameaçadas	I
APP da Serra do Açor	67/82 de 3/3	346	72	32	98% - abastecimento de água 100% - abastecimento de electricidade sem saneamento básico	Sem Centros de Saúde Sem Escolas Primárias (inclui apenas uma pequena localidade)	Não possui Plano de Ordenamento	Conservação de espécies da flora ameaçadas	I
PN do Alvão	237/83 de 8/6	7220	894	13	100% - abastecimento de água 100% - abastecimento de electricidade sem saneamento básico	Centro de Saúde Escolas Primárias	Sem informação	Conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas	I
APP Arriba Fóssil da Costa da Caparica	168/84 de 22/5	1588	A população é dispersa	Não existem dados	Não existem dados disponíveis	Não existem dados disponíveis	Não possui Plano de Ordenamento	Conservação de aspectos geológicos singulares	L
APP do Litoral de Esposende	357/87 de 17/11	440	1981	47,3	100% - abastecimento de água 100% - abastecimento de electricidade 20% de saneamento básico	Sem Centros de Saúde Sem Escolas	Não possui Plano de Ordenamento	Conservação de aspectos geomorfológicos singulares	L
RN Paúl de Arzila	219/88 de 27/6	535	429	Não existem dados	99% - abastecimento de água 100% - abastecimento de electricidade 9% de saneamento básico	Centros de Saúde Escolas Primárias	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna ameaçadas	L

Designação	Decreto-Lei de Criação	Área (ha)	Nº habitantes (1991)	% População activa (1991)	Níveis de cobertura de algumas Infra-estruturas	Equipamentos e Serviços existentes	Planos de Ordenamento (situação)	Principal Objectivo de Protecção (de acordo com o Decreto-Lei de criação)	Local (Interior (I) ou Litoral (L))
PN Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (ex-APP)	241/88 de 7/7 (APP) e Decreto Reg. 26/95 de 21/9 (PN)	74786	18722	38,6	Não existem dados disponíveis	Centros de Saúde Escolas Primárias Escolas Preparatórias Escolas Secundárias	Em revisão	Conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas	L
PN Serra de S. Mamede	121/89 de 14/4	29694	8124	32	90% - abastecimento de água 100% - abastecimento de electricidade 90% de saneamento básico	Centros de Saúde Escolas Primárias	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas	I
PN do Vale do Guadiana	28/95 de 18/11	69773	5058	25,7	Não existem dados disponíveis	Não existem dados disponíveis	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas	I
PN Douro Internacional	Decreto Reg 8/98 de 11/5	85146	17000	Não existem dados	Não existem dados disponíveis	Não existem dados disponíveis	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna ameaçadas	I
PN do Tejo Internacional	Decreto Reg. 9/2000 de 18/8	577	Não existem dados	Não existem dados	Não existem dados disponíveis	Não existem dados disponíveis	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas	I
RN das Lagoas de Stº André e da Sancha	Decreto Reg. 10/2000 de 22/8	211	Não existem dados	Não existem dados	Não existem dados disponíveis	Não existem dados disponíveis	Em elaboração	Conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas	L

Fonte: Figueiredo (1998); www.icn.pt

Quadro 6.2 –Legislação relativa às Áreas Protegidas Portuguesas

<i>Legislação</i>	<i>DL 9/70 de 19/6</i>	<i>DL 613/76 de 27/7</i>	<i>DL 19/93 de 23/1</i>
Propósito	não faz referência a outra legislação nem alterações	faz referência à Lei 9/70. Revoga esta Lei	Referencia a L9/70; L11/87; D1 384/87 e DL 69/60. Revoga os DL 613/76; D 4/78; D 37/78
	Institui as figuras de parque nacional e reservas. É a primeira lei de conservação da natureza	Reformula as noções de áreas protegidas. Estabelece as regras e figuras das de áreas a proteger. Introduce as preocupações de conservação, protecção da natureza e dos recursos naturais no ordenamento do território, aspecto considerado fundamental para uma política de desenvolvimento económico com base nas potencialidades do território e na sua população	Estabelece as normas relativas à Rede nacional de áreas Protegidas (RNAP)
Objectivos	Promover a defesa das áreas onde o meio natural deva ser preservado ou reconstituído contra a degradação provocada pelo Homem. Promover o uso racional e a defesa de todos os recursos naturais em todo o território de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras	Definir parque natural, à luz da concepção europeia do mesmo; definir objectos, sítios, conjuntos e lugares classificados; Introduzir na legislação portuguesa, na sequência da criação da SEA a perspectiva de uma acção integrada de todos os aspectos que influenciam o ambiente. Fazer com que a conservação da natureza seja considerada no ordenamento do território.	Conservação da natureza, protecção de espaços naturais e das paisagens, preservação de espécies da fauna e flora e dos seus habitats naturais , manutenção dos seus equilíbrios ecológicos, protecção dos recursos contra todas as formas de degradação - objectivos da implementação da RNAP. Classificar como áreas protegidas as áreas terrestres e as águas interiores e marítimas em que a fauna, flora e os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem importância científica, cultural e social (raridade, valor paisagístico ou ecológico) e exijam medidas de conservação e gestão específicas A classificação de áreas protegidas pode abranger os domínios público e privado do Estado, a ZEE e em geral quaisquer bens imóveis**
Concepção de natureza	Fauna e flora, solo, subsolo, água e atmosfera	Natureza – fauna, flora, recursos naturais em geral – água, solo, subsolo, etc. Para além disto trata-se de uma natureza humanizada já que se reconhece que Portugal é um país em que a interrelação homem/meio é intensa	Natureza – elementos naturais, habitats naturais, fauna, flora.

Concepção de ambiente	Não menciona.	e estendida a todo o território. Ambiente humanizado ou socializado, em que intervêm não só os recursos biofísicos mas também as criações humanas e os valores culturais. Estes valores, marcos indispensáveis da cultura e educação de um povo, tais como a árvore centenária, a azenha, o povoado rural, o recorte da paisagem marcado pela peneda ou pela obra do homem são motivos indispensáveis de agrado e caracterização própria, sem os quais não há turismo.	Ambiente - contem os elementos biofísicos, e os elementos humanos. Reconhece-se que certos aspectos do ambiente biofísico só podem ser perpetuados através da intervenção humana e de certas actividades desenvolvidas pelo Homem. Há uma certa subordinação do Homem à natureza.
Concepção de preservação	Não faz referência directa a preservação. Apenas a protecção e conservação não só dos elementos naturais, como do património histórico e etnográfico.	A noção de preservação está muito ligada à manutenção.	Preservação - manter imperturbável e inalterável. Perpetuar.
Concepção de protecção	Protecção dos elementos naturais com vista à salvaguarda de finalidades científicas, económicas, sociais e turísticas e preservação dos testemunhos da evolução geológica e da presença de actividades humanas ao longo do tempo.	A noção de protecção implica uma intervenção dinâmica.	Protecção - proteger áreas com importância científica, cultural e social (raridade, valor ecológico e social). As medidas de protecção são aquelas que evitem a degradação da integridade dos sistemas e a exploração ou ocupação intensiva dos recursos naturais.
Mecanismos accionados pela Lei	As medidas de protecção são aplicadas a espaços pré demarcados em função da paisagem, fauna e flora existentes e em que seja possível reconstituir formações geológicas, monumentos de valor histórico, etnográfico e artístico. A protecção é assegurada através de Parques Nacionais e outros tipos de Reservas.	É da competência da SEA, depois de audição aos diversos departamentos ministeriais competentes propor ao Conselho de Ministros a constituição de: Reservas naturais (integrals e PNac); Reservas Naturais parciais; Reservas de Recreio; Paisagens Protegidas; Objectos, conjuntos, sítios e lugares classificados e Parques naturais.	Através da RNAP. A RNAP é constituída pelas AP's ao abrigo deste diploma. As áreas protegidas são de Interesse Nacional, Regional ou Local, conforme os interesses que procuram salvaguardar. As AP's de interesse nacional classificam-se em: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural e Monumento Natural. As AP's de interesse Regional ou Local classificam-se como APP. Podem ser também classificadas AP's de estatuto privado, designadas por Sítio Biológico. É ao Serviço Nacional de Parques e Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN/actual ICN) que compete assegurar a coordenação e representação internacional em matéria de AP's.

<p>Figuras implementadas</p>	<p>Parques Nacionais, podem abranger: Reservas integrais - áreas em que se desenvolve o livre jogo dos factores ecológicos sem intervenção exterior; Reservas Naturais: destinadas à protecção e conservação da fauna e da flora naturais e da paisagem; Reservas de Paisagem: protecção e conservação de paisagens, protecção, conservação e restauro de construções de interesse etnográfico e técnico; Reservas Turísticas: zonas a desenvolver segundo as necessidades das populações e em conformidade com os objectivos do Parque e subordinadas a um ordenamento destinado a favorecer a sua unidade e conservação natural e a harmonia das construções Propõe ainda: Reservas Botânicas - áreas cujo interesse educativo e científico justifique a sua conservação integral; Reservas Zoológicas - zonas de refúgio de espécies raras ou em vias de extinção; Reservas Geológicas: áreas onde formações geológicas de interesse educativo e científico devam ser defendidas de qualquer exploração ou ocupação.</p>	<p>Reserva Natural Integral - a protecção diz respeito a todos os aspectos da natureza, impedindo-se qualquer acção que altere a dinâmica dos respectivos ecossistemas e onde só é admitida a presença humana por razões administrativas ou científicas; Parque Nacional - Conjunto de reservas instituídas para a protecção da natureza e educação da população. O PN poderá ter RN Integrais ou parciais envolvidas por áreas de protecção e recreio. A presença de estabelecimentos humanos só é possível em condições particulares e como equipamento; RN parcial - procura acautelar dados conjuntos bem definidos de natureza - fauna, flora, solo, geologia ou água, tomando-se adequadas providências que permitam a sua protecção, estudo científico e utilização. Podem ser biológicas, botânicas, zoológicas, geológicas, aquáticas e marinhas. Reserva de Recreio - corresponde a Reserva turística - áreas particularmente aptas a satisfazer as necessidades das populações urbanas em matéria de recreio activo ou passivo, áreas em que se acentua a função recreio sem esquecer a defesa do meio natural e o equilíbrio ecológico. Área de Paisagem Protegida - reserva de paisagem, áreas rurais ou urbanas onde haja aspectos característicos na cultura e hábitos dos povos, bem como nas construções e concepção dos espaços, promovendo-se a continuidade de determinadas actividades apoiadas num recreio controlado e orientado para a promoção social, cultural e económica das populações residentes em que estas</p>	
-------------------------------------	---	---	--

		participam activa e conscientemente. Ainda há as definições de lugares, sítios, conjuntos e objectos classificados, Parques Naturais, e outros*	
Restrições impostas	Os bens incluídos nos perímetros dos parques e outras reservas podem ser incluídos no decreto da sua criação. Há lugar a indemnização quando das restrições no decreto da sua criação. Há lugar a indemnização quando das restrições resultar diminuição do valor de algum prédio ou do seu rendimento	não faz referência	Quando interditos ou condicionados no âmbito das restrições ou do PO e do seu regulamento constituem contra-ordenações: obras de construção civil; alteração ao uso actual dos terrenos; alterações à morfologia do solo; alterações à configuração ou topologia das zonas lagunares e marinhas; abertura de novas vias de comunicação; lançamento de águas residuais industriais, de uso doméstico, instalação de novas linhas áreas eléctricas ou de telefone, tubagens de gás natural e condutas de água ou saneamento; colheita ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de protecção; introdução de espécies zoológicas e botânicas exóticas ou estranhas ao ambiente; actividades desportivas susceptíveis de provocarem poluição; sobrevoo de areronaes com motor abaixo de 1000 pés. . Todas estas contra-ordenações são punidas com coimas de 5 000 a 500 000 contos no caso de pessoas singulares e de 200000 a 6000000 contos no caso de pessoas colectivas. Para além disto são também punições - a apreensão dos objectos pertencentes ao agente que tenham sido usados como instrumento na infracção, a, interdição do exercício da actividade por 2 anos.
Direitos dos residentes	Preferência na ocupação de cargos e funções remuneradas em todas as actividades exercidas no Parque; de imóveis que devam ser adaptados a fins turísticos; a receberem do Parque a renda justa pelas propriedades	não faz referência	não faz referência

	<p>que tenham que ser ocupadas ou sofram a quebra de rentabilidade; a receberem as percentagens que lhes couberem nas taxas de acesso ao Parque, caça, pesca ou à exploração de zonas turísticas</p>		
<p>Financiamento e funcionamento das AP</p>	<p>Os parques e outras reservas têm autonomia financeira e administrativa e capacidade jurídica São administrados por uma comissão administrativa com assistência jurídica e tecnico-consultiva. As receitas dos parques são provenientes da dotação do OGE; exploração de bens móveis e imóveis de sua pertença; produto de taxas, concessões, licenças, autorizações, direitos e receitas cuja cobrança esteja autorizada; multas e indemnizações cobradas; subvenções publicas ou particulares, subsídios de autarquias e demais entidades regionais, nacionais ou estaduais; heranças e legados; saldo de orçamentos anteriores e outras importâncias de que possam dispor</p>	<p>A gestão dos Parques e Reservas será feita pelo SNPRPP em colaboração com as autarquias locais, assembleias de compartes e departamentos de estado, de acordo com legislação a aprovar</p>	<p>O PNac, o PN e a RN dispõem de uma Comissão Directiva e de um Conselho Consultivo. Os Monumentos Naturais são administrados directamente pelo SNPRCN. A Com. Directiva é o órgão executivo e tem 1 Presidente (nomeado pelo MAmb) e 2 vogais (1- SNPRCN e 1-CM). O Cons. Consultivo integra representantes designados pelas instituições científicas e especialistas de mérito comprovados nos domínios da conservação do património natural e dos valores e objectivos da AP; representantes designados pelos serviços da administração central, CM, JF ADA e do património construído. A fiscalização compete ao SNPRCN e às autarquias locais. Competem igualmente à Guarda-fiscal, à GNR e às demais autoridades policiais. Os bens de domínio público ou privado do Estado situados em AP's e usados para a prossecução dos seus fins, podem ser acompanhados na sua gestão pelo SNPRCN em termos a definir. São devidas taxas pelo acesso aos terrenos incluídos em AP's de que o SNPRCN seja proprietário ou arrendatário e pela concessão de licenças. Os quantitativos das taxas são fixados pelo MA e pelo MF. O produto das taxas é receita própria do SNPRCN. O produto das coimas em caso de infracção vai em 40% para o SNPRCN e em 60% para o Estado.</p>

Fonte: Decretos-Lei mencionados

* Lugares, sítios, conjuntos e objectos classificados: definição de áreas e medidas indispensáveis à salvaguarda paisagística de dadas ocorrências naturais e/ou construída de interesse cultural ou científico, técnico ou outros.

Parques Naturais: áreas do território devidamente ordenadas tendo em vista o recreio, a conservação da natureza, a protecção da paisagem e a promoção das populações rurais, podendo incidir sobre a propriedade pública ou privada e onde o zonalmente estabelece as aptidões e os usos das diferentes parcelas de terreno. O PN pode englobar uma ou mais áreas com os diferentes tipos antes referidos.

Outros: áreas ecológicas especiais – área de alto valor ecológico; área agrícola ou florestal especial: áreas de alto valor agrícola e florestal; Área degradada a recuperar; áreas de reserva de subsolo

** A classificação de AP's visa a prossecução dos seguintes objectivos: a) preservação de espécies animais e vegetais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade ou valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção b) a reconstituição das populações animais e vegetais e a recuperação dos habitats naturais das respectivas espécies; c) a preservação de biótopos e de formações geológicas, geomorfológicas ou espeleológicas notáveis; d) a preservação ou recuperação dos habitats da fauna migratória; e) a investigação científica indispensável ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos e o estudo e interpretação de valores naturais, fornecendo elementos para a melhor compreensão dos fenómenos da biosfera; f) a preservação dos sítios que apresentem interesse especial e relevante para o estudo da evolução da vida selvagem; g) a protecção e valorização das paisagens; que, pela sua diversidade e harmonia apresentem interesses cénicos e estéticos dignos de protecção; h) o estabelecimento de reservas genéticas, garantindo a perenidade de todo o potencial genético, animal e vegetal; i) a promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade de vida das populações; j) a valorização das actividades culturais e económicas tradicionais assente na promoção e gestão racional do património natural

*** AP's de âmbito regional e local podem ser propostas pelas Autarquias e pelas ADAS como APP. A proposta de classificação deve conter - comprovativo de que o PDM prevê um regime de protecção compatível com o estatuto de APP para a área em causa; comprovativo de que a área em causa coincide com a REN; Avaliação qualitativa e quantitativa do património natural existente área e que justifique a sua classificação. É da competência do SNPRCN propor a APP para classificação da área. A APP dispõe de um PO e de um regulamento. O PO é equiparado a um Plano de Pormenor. As autarquias locais podem celebrar contractos-programa com o M. Ambiente, tendo em vista a realização de investimentos e a comparticipação nas despesas de funcionamento das APP. A proposta de Sítio de Interesse Biológico é feita por privados ao SNPRCN que por sua vez a propõe para o Ministério do Ambiente. O responsável por estes Sítios é nomeado pelo proprietário com parecer favorável do SNPRCN.

Quadro 7.3. - Variação da População nas freguesias do Parque Natural de Montesinho, respectivos concelhos e distrito (1960-2001)

Concelho	Freguesia	1960	1970	1981	1991	1996	2001	Variação 1960/70 (%)	Variação 1970/81(%)	Variação 1981/91(%)	Variação 1991/96 (%)	Variação 1960/96(%)	Variação 1960/1991	Variação 1960/2001
Bragança	Aveleda	679	604	492	335	254	253	-11,05	-18,54	-31,91	-24,18	-62,59	-50,66	-62,74
	Babe	656	594	514	398	294	277	-9,45	-13,47	-22,57	-26,13	-55,18	-39,33	-57,77
	Baçal	721	652	607	449	428	470	-9,57	-6,90	-26,03	-4,68	-40,64	-37,73	-34,81
	Carragosa	613	512	358	321	258	260	-16,48	-30,08	-10,34	-19,63	-57,91	-47,63	-57,59
	C. Avelãs	62	46	39	26	39	**	-25,81	-15,22	-33,33	50,00	-37,10	-58,06	-37,10
	Deilão	629	504	397	260	231	219	-19,87	-21,23	-34,51	-11,15	-63,28	-58,66	-65,18
	Donai	526	482	379	340	341	416	-8,37	-21,37	-10,29	0,29	-35,17	-35,36	-20,91
	Espinhosela	819	617	550	410	291	305	-24,66	-10,86	-25,45	-29,02	-64,47	-49,94	-62,76
	França	834	848	609	331	323	275	1,68	-28,18	-45,65	-2,42	-61,27	-60,31	-67,03
	Gimonde	437	374	414	293	362	386	-14,42	10,70	-29,23	23,55	-17,16	-32,95	-11,67
	Gondesende	394	349	265	240	221	226	-11,42	-24,07	-9,43	-7,92	-43,91	-39,09	-42,64
	Meixedo	356	297	289	201	186	188	-16,57	-2,69	-30,45	-7,46	-47,75	-43,54	-47,19
	Parâmio	752	451	514	400	350	281	-40,03	13,97	-22,18	-12,50	-53,46	-46,81	-62,63
	Quintanilha	631	506	414	311	263	304	-19,81	-18,18	-24,88	-15,43	-58,32	-50,71	-51,82
	Rabal	466	355	291	318	212	196	-23,82	-18,03	9,28	-33,33	-54,51	-31,76	-57,94
	Rio de Onor	381	247	230	153	174	126	-35,17	-6,88	-33,48	13,73	-54,33	-59,84	-66,93
S. Julião de Palácios	643	537	570	345	252	283	-16,49	6,15	-39,47	-26,96	-60,81	-46,35	-55,99	
Vinhais	Edral	220	114	103	66	94	**	-48,18	-9,65	-35,92	42,42	-57,27	-70,00	-70,00
	Fresulfe	390	231	189	151	116	100	-40,77	-18,18	-20,11	-23,18	-70,26	-61,28	-74,36
	Mofreita	305	154	136	97	80	44	-49,51	-11,69	-28,68	-17,53	-73,77	-68,20	-85,57
	Moimenta	641	383	293	249	165	184	-40,25	-23,50	-15,02	-33,73	-74,26	-61,15	-71,29
	Montouto	587	452	305	201	185	165	-23,00	-32,52	-34,10	-7,96	-68,48	-65,76	-71,89
	Pinheiro Novo	564	340	281	170	146	236	-39,72	-17,35	-39,50	-14,12	-74,11	-69,86	-58,16
	Paçó	566	416	396	255	265	127	-26,50	-4,81	-35,61	3,92	-53,18	-54,95	-77,56
	Quiraz	993	580	452	337	259	225	-41,59	-22,07	-25,44	-23,15	-73,92	-66,06	-77,34
	Santa Cruz	324	194	168	103	82	72	-40,12	-13,40	-38,69	-20,39	-74,69	-68,21	-77,78
	Santalha	973	571	506	447	336	312	-41,32	-11,38	-11,66	-24,83	-65,47	-54,06	-67,93
	Sobreiró de Baixo	342	278	208	270	232	404	-18,71	-25,18	29,81	-14,07	-32,16	-21,05	18,13
	Soeira	418	285	206	148	135	120	-31,82	-27,72	-28,16	-8,78	-67,70	-64,59	-71,29
	Travanca	303	161	186	150	124	119	-46,86	-15,41	-23,26	-10,61	-59,08	-50,50	-60,73
	Tuizelo	1265	915	774	594	531	505	-27,67	-15,41	-23,26	-10,61	-58,02	-53,04	-60,08
	Vilar Seco da Lomba	810	587	479	357	310	292	-27,53	-18,40	-25,47	-13,17	-61,73	-55,93	-63,95
	Vila Verde	609	662	344	281	253	240	8,70	-48,04	-18,31	-9,96	-58,46	-53,86	-60,59
Vilar de Ossos	901	608	533	431	395	344	-32,52	-12,34	-19,14	-8,35	-56,16	-52,16	-61,82	
Vinhais	592	368	188	134	116	**	-37,84	-48,91	-28,72	-13,43	-80,41	-77,36	-77,36	

Quadro 7.3. - Variação da População nas freguesias do Parque Natural de Montesinho, respectivos concelhos e distrito (1960-2001)

	1960	1970	1981	1991	1996	2001	Variação 1960/70 (%)	Variação 1970/81(%)	Variação 1981/91(%)	Variação 1991/96 (%)	Variação 1960/96(%)	Variação 1960/1991	Variação 1960/2001
Freguesias Estudadas	10212	7732	6260	4650	4165	3894	-24,29	-19,04	-25,72	-10,43	-59,21	-54,47	-61,87
Concelho de Bragança	38234	33720	35380	33055	*	34752	-11,81	4,92	-6,57	*	*	-13,55	-9,11
Concelho de Vinhais	23378	18095	16142	12727	*	10246	-22,60	-10,79	-21,16	*	*	-45,56	-56,17
Distrito de Bragança	228358	179763	184252	157890	*	*	-21,28	2,50	-14,31	*	*	-30,86	*

Fonte: INE (1960,1970,1981,1991, 2001);

Rodriguez-Caballero (1998), Gafeira (1989; 1995a)

* sem informação

** Dado que apenas uma pequena localidade das freguesias de Edral, Castro de Avelãs e de Vinhais integram a área do PNM, optámos por não colocar os dados relativos à totalidade das freguesias (os únicos disponíveis), dado que iriam inflacionar os totais. Na variação entre 1960/2001 foram utilizados os valores da variação 1960/1996 para estas três freguesias.

Quadro 7.4 - Densidades populacionais e variações das densidades na área do Parque Natural de Montesinho, respectivos concelhos e distrito (1960-2001)

Concelho	Freguesia	1960	1970	1981	1991	1996	2001	Área	Densidade	Densidade	Densidade	Densidade	Densidade	Densidade	Varição	Varição
		Km2	1960	1970	1981	1991	1996	2001	1960/1991	1960/2001						
Bragança	Aveleda	679	604	492	335	254	253	64,63	10,51	9,35	7,61	5,18	3,93	3,91	-5,32	-6,59
	Babe	656	594	514	398	294	277	25,51	25,72	23,28	20,15	15,60	11,52	10,86	-10,11	-14,86
	Baçal	721	652	607	449	428	470	24,76	29,12	26,33	24,52	18,13	17,29	18,98	-10,99	-10,14
	Carragosa	613	512	358	321	258	260	27,69	22,14	18,49	12,93	11,59	9,32	9,39	-10,55	-12,75
	C. Avelãs	62	46	39	26	39		13,87	4,47	3,32	2,81	1,87	2,81	2,81	-2,60	-1,66
	Deilão	629	504	397	260	231	219	42,14	14,93	11,96	9,42	6,17	5,48	5,20	-8,76	-9,73
	Donai	526	482	379	340	341	416	13,91	37,81	34,65	27,25	24,44	24,51	29,91	-13,37	-7,91
	Espinhosela	819	617	550	410	291	305	35,96	22,78	17,16	15,29	11,40	8,09	8,48	-11,37	-14,29
	França	834	848	609	331	323	275	56,16	14,85	15,10	10,84	5,89	5,75	4,90	-8,96	-9,95
	Gimonde	437	374	414	293	362	386	15,27	28,62	24,49	27,11	19,19	23,71	25,28	-9,43	-3,34
	Gondesende	394	349	265	240	221	226	12,77	30,85	27,33	20,75	18,79	17,31	17,70	-12,06	-13,16
	Meixedo	356	297	289	201	186	188	11,54	30,85	25,74	25,04	17,42	16,12	16,29	-13,43	-14,56
	Parâmio	752	451	514	400	350	281	23,66	31,78	19,06	21,72	16,91	14,79	11,88	-14,88	-19,91
	Quintanilha	631	506	414	311	263	304	24,91	25,33	20,31	16,62	12,48	10,56	12,20	-12,85	-13,13
	Rabal	466	355	291	318	212	196	20,94	22,25	16,95	13,90	15,19	10,12	9,36	-7,07	-12,89
	Rio de Onor	381	247	230	153	174	126	45,37	8,40	5,44	5,07	3,37	3,84	2,78	-5,03	-5,62
S. Julião de Palácios	643	537	570	345	252	283	34	18,91	15,79	16,76	10,15	7,41	8,32	-8,76	-10,59	
Vinhais	Edral	220	114	103	66	94		26,47	8,31	4,31	3,89	2,49	3,55	3,55	-5,82	-4,76
	Fresulfe	390	231	189	151	116	100	18,15	21,49	12,73	10,41	8,32	6,39	5,51	-13,17	-15,98
	Mofreita	305	154	136	97	80	44	12,5	24,40	12,32	10,88	7,76	6,40	3,52	-16,64	-20,88
	Moimenta	641	383	293	249	165	184	17,35	36,95	22,07	16,89	14,35	9,51	10,61	-22,59	-26,34
	Montouto	587	452	305	201	185	165	27,82	21,10	16,25	10,96	7,23	6,65	5,93	-13,87	-15,17
	Pinheiro Novo	564	340	281	170	146	236	32,92	17,13	10,33	8,54	5,16	4,43	7,17	-11,97	-9,96
	Paçó	566	416	396	255	265	127	16,92	33,45	24,59	23,40	15,07	15,66	7,51	-18,38	-25,95
	Quiraz	993	580	452	337	259	225	27,19	36,52	21,33	16,62	12,39	9,53	8,28	-24,13	-28,25
	Santa Cruz	324	194	168	103	82	72	10,48	30,92	18,51	16,03	9,83	7,82	6,87	-21,09	-24,05
	Santalha	973	571	506	447	336	312	27,67	35,16	20,64	18,29	16,15	12,14	11,28	-19,01	-23,89

Quadro 7.4 - Densidades populacionais e variações das densidades na área do Parque Natural de Montesinho, respectivos concelhos e distrito (1960-2001)

Concelho	Freguesia	1960	1970	1981	1991	1996	2001	Área	Densidade	Densidade	Densidade	Densidade	Densidade	Densidad	Varição	Varição
		1960	1970	1981	1991	1996	2001	Km2	1960	1970	1981	1991	1996	2001	1960/1991	1960/2001
	Sobreiró de Baixo	342	278	208	270	232	404	18,68	18,31	14,88	11,13	14,45	12,42	21,63	-3,85	3,32
	Soeira	418	285	206	148	135	120	13,97	29,92	20,40	14,75	10,59	9,66	8,59	-19,33	-21,33
	Travanca	303	161	186	150	124	119	11,66	25,99	13,81	15,95	12,86	10,63	10,21	-13,12	-15,78
	Tuizelo	1265	915	774	594	531	505	34,8	36,35	26,29	22,24	17,07	15,26	14,51	-19,28	-21,84
	Vilar Seco da Lomba	810	587	479	357	310	292	20,24	40,02	29,00	23,67	17,64	15,32	14,43	-22,38	-25,59
	Vila Verde	609	662	344	281	253	240	14,3	42,59	46,29	24,06	19,65	17,69	16,78	-22,94	-25,80
	Vilar de Ossos	901	608	533	431	395	344	16,35	55,11	37,19	32,60	26,36	24,16	21,04	-28,75	-34,07
	Vinhais*	592	368	188	134	116		33,76	17,54	10,90	5,57	3,97	3,44	3,44	-13,57	-14,10
Área do PNM		20178	14906	12679	9572	8303	7954	751,01	26,87	19,85	16,88	12,75	11,06	10,59	-14,12	-16,28
Freguesias Estudadas		10212	7732	6260	4650	4165	4059	396,41	25,76	19,51	15,79	11,73	10,51	10,24	-14,03	-15,52
Concelho de Bragança		38234	33720	35380	33055*		34752	1173,93	32,57	28,72	30,14	28,16		29,60	-4,41	-2,97
Concelho de Vinhais		23378	18095	16142	12727*		10246	694,68	33,65	26,05	23,24	18,32		14,75	-15,33	-18,90
Distrito de Bragança		228358	179763	184252	157890*											

Fonte: INE, RGP (1960, 1970, 1981, 1991, 2001) e Rodriguez-Caballero (1998)

* apenas foi considerada a população residente na área integrada no PNM

Nos casos das freguesias de Castro de Avelãs, Vinhais e Edral as advertências feitas no quadro 7.3 mantêm-se

Quadro 7.5 - População Residente nos lugares do Parque Natural de Montesinho (1960-1996)

Concelho	Freguesia	Lugar	1960	1970	1981	1991	1996
Bragança							
	Aveleda		679	604	492	335	254
		Aveleda	351	335	262	157	115
		Varge	328	269	214	175	139
	Babe		656	594	514	398	294
		Babe	429	396	369	300	230
		Labiados	227	198	145	98	64
	Baçal		721	652	607	449	428
		Baçal	345	325	317	216	207
		Sacoias	252	204	181	141	110
		Vale de Lamas	124	123	109	92	111
	Carragosa		613	512	358	321	258
		Carragosa	217	179	180	177	162
		Qt°Rio Frio	35	33	25	11	4
		Soutelo	361	300	149	133	92
	C. Avelãs		62	46	39	26	39
		Grandais	62	46	39	26	39
	Deilão		629	504	397	260	231
		Deilão	267	220	206	135	112
		Petisqueira	165	108	66	37	38
		Vila Meã	197	176	117	88	81
	Donai		526	482	379	340	341
		Donai	181	222	166	149	141
		Lagomar	125	101	85	80	77
		Sabariz	63	38	34	31	26
		Vila Nova	157	121	94	80	97
	Espinhosela		819	617	550	410	291
		Espinhosela	268	230	200	122	88
		Cova de Lua	115	107	111	97	55
		Terroso	164	115	113	94	84
		V. da Cova de Lua	269	165	126	96	64
	França		834	848	609	331	323
		França	391	317	297	209	211
		Montesinho	290	162	82	44	41
		Minas V. Ossa	0	202	107	13	0
		Portelo	153	167	115	65	71
	Gimonde		437	374	414	293	362
		Gimonde	437	374	414	293	362
	Gondesende		394	349	265	240	221
		Gondesende	106	83	63	40	38
		Oleiros	146	152	99	95	92

		Portela	142	114	103	105	91
	Meixedo		356	297	289	201	186
		Meixedo	245	187	176	124	115
		Oleirinhos	78	85	81	54	52
	Parâmio		752	451	514	400	350
		Parâmio	281	163	168	106	98
		F.Transbaceiro	151	72	131	106	87
		Maças	142	92	96	77	76
		Zeive	178	124	113	97	89
	Quintanilha		631	506	414	311	263
		Quintanilha	395	275	232	188	149
		Réfega	105	94	113	58	61
		Veigas	131	98	69	65	53
	Rabal		466	355	291	318	212
		Rabal	466	355	291	318	212
	Rio de Onor		381	247	230	153	174
		Rio de Onor	219	146	132	90	123
		Guadramil	162	101	98	63	51
	S. Julião de Palácios		643	537	570	345	252
		S.Julião de Palácios	432	334	350	196	114
		Caravela	108	89	115	74	70
		Palácios	103	114	105	75	68
Vinhais	Edral		220	114	103	66	94
		Sandim	220	114	103	66	94
	Fresulfe		390	231	189	151	116
		Fresulfe	238	159	106	90	70
		Dine	151	72	83	61	46
	Mofreita		305	154	136	97	80
		Mofreita	305	154	136	97	80
	Moimenta		641	383	293	249	165
		Moimenta	641	383	293	249	165
	Montouto		587	452	305	201	185
		Montouto	146	139	88	54	62
		Carvalhas	47	43	40	37	28
		Casares	130	116	76	45	35
		Cerdedo	102	46	26	12	16
		Landedo	60	37	27	0	14
		V. das Touças	102	71	48	33	30
	Pinheiro Novo		564	340	281	170	146
		Pinheiro Novo	249	135	115	86	72
		Pinheiro Velho	221	146	116	66	57
		Sernande	94	59	50	18	17
	Paçó		566	416	396	255	265
		Paçó	347	263	263	171	188
		Quintela	219	153	123	84	77

	Quiraz		993	580	452	337	259
		Quiraz	203	134	99	66	44
		Cisterna	209	143	109	80	69
		Edroso	383	168	139	103	82
		V. da Lomba	198	135	105	88	64
	Santa Cruz	Santa Cruz	324	194	168	103	82
	Santalha		973	571	506	447	336
		Santalha	384	173	185	151	116
		Contim	83	46	31	29	19
		Penso	222	114	136	122	114
		Seixas	284	208	154	145	87
	Sobreiró de Baixo		342	278	208	270	232
		Sobreiró de Cima	198	179	138	154	134
		Soutelo	93	65	70	116	84
	Soeira		418	285	206	148	135
		Soeira	418	285	206	148	135
	Travanca	Travanca	303	161	186	150	124
	Tuizelo		1265	915	774	594	531
		Tuizelo	292	210	208	163	118
		C. da Igreja	208	178	128	103	108
		Nuzedo de Cima	284	154	122	87	88
		Peleias	154	112	101	65	57
		Quadra	164	128	93	69	55
		Salgueiros	163	133	122	107	105
	Vilar Seco da Lomba		810	587	479	357	310
		Vilar Seco da Lomba	254	153	134	98	81
		Gestosa	212	203	166	121	117
		Passos	333	231	179	133	112
	Vila Verde		609	662	344	281	253
		Vila Verde	407	468	235	196	176
		Prada	202	194	109	85	77
	Vilar de Ossos		901	608	533	431	395
		Vilar de Ossos	403	247	203	145	139
		Lagarelhos	344	219	219	185	165
		Zido	154	125	109	101	91
	Vinhais		368	-	188	134	116
		Rio de Fornos	368	-	188	134	116
Total Bragança			9599	7975	6932	5131	4479
Total Vinhais			10579	6931	5747	4441	3824
TOTAL			20178	14906	12679	9572	8303

Fonte: INE (1969,1970,1981,1991); Rodriguez-Caballero (1998)

Quadro 7.6 – Estrutura etária da população do Parque Natural de Montesinho e dos concelhos de Bragança e Vinhais (1981)

Concelho 1981	Freguesia	Total	< ou igual a 14 anos			Entre 15 a 19 anos			Entre 20 e 24 anos			Entre 25 e 29 anos			Entre 30 e 34 anos		
			H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Bragança	Aveleda	492	70	54	124	28	19	47	12	18	30	14	6	20	9	10	19
	Babe	514	74	87	161	26	20	46	20	13	33	13	7	20	8	8	16
	Baçal	607	89	81	170	41	38	79	14	21	35	22	15	37	12	16	28
	Carragosa	358	37	58	95	24	19	43	13	10	23	4	8	12	9	3	12
	C. Avelãs	39	27	28	55	13	7	20	12	7	19	4	7	11	5	6	11
	Deilão	397	44	42	86	20	18	38	14	10	24	8	9	17	6	6	12
	Donai	379	37	37	74	14	12	26	14	11	25	10	7	17	14	5	19
	Espinhosela	550	63	70	133	24	21	45	22	11	33	11	8	19	9	13	22
	França	609	89	96	185	23	20	43	21	17	38	14	16	30	20	14	34
	Gimonde	414	67	61	128	21	19	40	20	13	33	8	8	16	13	12	25
	Gondesende	265	29	28	57	15	8	23	16	9	25	8	3	11	4	6	10
	Meixedo	289	24	21	45	15	15	30	14	13	27	11	9	20	4	6	10
	Parâmio	514	65	53	118	27	19	46	26	7	33	9	9	18	5	6	11
	Quintanilha	414	60	40	100	25	16	41	18	14	32	6	13	19	10	11	21
	Rabal	291	42	36	78	14	6	20	4	11	15	6	6	12	5	5	10
Rio de Onor	230	30	18	48	7	11	18	8	5	13	2	3	5	4	7	11	
S. Julião de Palácios	570	60	93	153	27	21	48	25	23	48	14	10	24	11	13	24	
Vinhais	Edral	103	70	60	130	19	16	35	16	7	23	14	10	24	9	8	17
	Fresulfe	189	21	13	34	6	9	15	7	9	16	1	1	2	2	4	6
	Mofreita	136	15	12	27	8	4	12	8	5	13	5	3	8	5	0	5
	Moimenta	293	22	21	43	12	11	23	11	8	19	9	4	13	6	6	12
	Montouto	305	36	49	85	13	14	27	5	9	14	7	8	15	5	2	7
	Pinheiro Novo	281	28	26	54	13	13	26	11	10	21	4	4	8	8	5	13
	Paçó	396	44	43	87	18	14	32	23	17	40	11	3	14	10	2	12
	Quiraz	452	41	36	77	28	12	40	15	5	20	3	8	11	8	5	13
	Santa Cruz	168	20	17	37	8	4	12	7	9	16	4	2	6	2	2	4
Santalha	506	72	60	132	28	11	39	14	12	26	9	10	19	5	12	17	

Concelho 1981	Freguesia	Total	< ou igual a 14 anos			Entre 15 a 19 anos			Entre 20 e 24 anos			Entre 25 e 29 anos			Entre 30 e 34 anos		
			H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
	Sobreiró de Baixo	208	76	59	135	21	18	39	15	13	28	17	6	23	3	9	12
	Soeira	206	28	25	53	11	8	19	6	0	6	4	2	6	0	5	5
	Travanca	186	19	23	42	5	6	11	10	5	15	4	5	9	4	5	9
	Tuizelo	774	96	88	184	44	31	75	26	27	53	14	13	27	13	15	28
	Vilar Seco da Lomba	479	68	52	120	18	16	34	16	10	26	12	11	23	7	9	16
	Vila Verde	344	44	43	87	15	13	28	14	6	20	9	8	17	4	7	11
	Vilar de Ossos	533	75	58	133	21	32	53	18	20	38	13	4	17	7	12	19
	Vinhais	188	337	291	628	120	133	253	100	100	200	75	75	150	54	55	109
Área do PNM		16397	2019	1879	3898	772	654	1426	595	485	1080	379	321	700	300	310	610
Freguesias Estudadas		6260	761	707	1468	292	242	534	244	180	424	135	116	251	131	125	256
Concelho de Bragança		35380	4815	4598	9413	1858	1713	3571	1476	1302	2778	1026	1053	2079	825	841	1666
Concelho de Vinhais		16142	2169	1935	4104	845	671	1516	635	487	1122	396	337	733	299	290	589

Concelho 1981	Freguesia	Entre 35 e 39 anos			Entre 40 e 44 anos			Entre 45 e 49 anos			Entre 50 e 54 anos			Entre 55 e 59 anos			Entre 60 e 64 anos					
		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Bragança	Aveleda	13	20	33	14	12	26	12	10	22	13	15	28	14	13	27	18	19	37	42	37	79
	Babe	11	16	27	8	17	25	21	18	39	16	19	35	16	21	37	16	11	27	22	28	50
	Baçal	14	16	30	19	14	33	14	21	35	20	17	37	25	17	42	16	21	37	47	48	95
	Carragosa	8	6	14	4	7	11	9	6	15	12	14	26	13	21	34	10	8	18	28	27	55
	C. Avelãs	11	6	17	14	7	21	7	6	13	9	12	21	11	10	21	14	10	24	24	26	50
	Deilão	5	15	20	18	12	30	8	12	20	13	15	28	17	11	28	7	19	26	37	31	68
	Donai	7	9	16	8	12	20	11	10	21	8	19	27	12	16	28	19	10	29	42	42	84
	Espinhosela	12	11	23	9	13	22	18	17	35	24	20	44	17	20	37	12	15	27	54	56	110
	França	8	8	16	13	15	28	16	24	40	22	23	45	19	23	42	15	19	34	38	36	74
	Gimonde	12	9	21	8	13	21	16	10	26	16	10	26	14	15	29	8	8	16	18	28	46
	Gondesende	8	2	10	2	7	9	7	12	19	13	10	23	9	4	13	4	13	17	29	27	56
	Meixedo	5	6	11	7	4	11	10	9	19	7	11	18	6	6	12	8	6	14	31	41	72
	Parâmio	10	7	17	12	20	32	13	14	27	19	17	36	21	21	42	18	21	39	47	48	95
	Quintanilha	14	10	24	19	13	32	12	9	21	9	17	26	19	24	43	19	14	33	37	42	79
	Rabal	7	5	12	4	11	15	4	7	11	12	7	19	12	13	25	21	14	35	19	20	39
Rio de Onor	4	9	13	6	9	15	8	5	13	8	12	20	9	8	17	7	7	14	19	24	43	
S. Julião de Palácios	10	15	25	22	22	44	14	15	29	21	14	35	21	16	37	16	14	30	36	37	73	
Vinhais	Edral	7	5	12	12	15	27	10	14	24	8	10	18	18	12	30	13	13	26	45	50	95
	Fresulfe	3	4	7	4	5	9	3	5	8	7	7	14	3	9	12	10	10	20	21	25	46
	Mofreita	5	3	8	3	2	5	3	9	12	4	6	10	8	0	8	2	6	8	9	11	20
	Moimenta	3	6	9	4	10	14	5	7	12	9	12	21	11	13	24	10	11	21	43	39	82
	Montouto	3	7	10	10	14	24	10	7	17	9	10	19	8	13	21	7	5	12	26	28	54
	Pinheiro Novo	4	7	11	7	10	17	8	4	12	14	6	20	6	10	16	12	8	20	27	36	63

	Paçó	5	7	12	7	7	14	11	9	20	10	15	25	11	23	34	19	20	39	37	30	67
	Quiraz	6	13	19	10	10	20	20	22	42	28	15	43	18	19	37	6	17	23	50	57	107
	Santa Cruz	4	4	8	3	4	7	2	4	6	4	6	10	4	7	11	8	7	15	23	13	36
	Santalha	9	15	24	21	15	36	14	19	33	21	25	46	18	19	37	12	19	31	32	34	66
	Sobreiró de Baixo	10	14	24	11	9	20	8	16	24	12	13	25	9	16	25	15	17	32	40	34	74
	Soeira	3	7	10	5	3	8	6	5	11	7	4	11	7	9	16	7	10	17	24	26	50
	Travanca	7	7	14	2	4	6	5	5	10	1	3	4	5	6	11	8	6	14	24	17	41
	Tuizelo	16	23	39	27	21	48	26	19	45	29	27	56	28	34	62	26	25	51	70	68	138
	Vilar Seco da Lomba	10	13	23	13	15	28	17	17	34	18	16	34	20	24	44	15	13	28	32	37	69
	Vila Verde	10	7	17	11	13	24	8	6	14	12	15	27	8	10	18	16	9	25	28	28	56
	Vilar de Ossos	8	15	23	15	19	34	14	10	24	17	21	38	17	16	33	14	19	33	43	45	88
	Vinhais	61	75	136	13	15	28	17	17	34	18	16	34	20	24	44	15	13	28	32	37	69
	Área do PNM	333	402	735	365	399	764	387	400	787	470	479	949	474	523	997	443	457	900	1176	1213	2389
	Freguesias Estudadas	118	141	259	157	184	341	188	180	368	227	241	468	202	239	441	188	200	388	554	593	1147
	Concelho de Bragança	786	890	1676	923	999	1922	916	1033	1949	1012	1100	2112	990	1086	2076	872	854	1726	2041	2371	4412
	Concelho de Vinhais	312	385	697	398	456	854	398	456	898	442	544	1043	499	577	1086	509	485	960	475	1334	2540

Fonte: INE (1981)

Quadro 7.7- Estrutura etária da população do Parque Natural de Montesinho e dos concelhos de Bragança e Vinhais (1981)

Concelho 1991	Freguesia	Total	< ou igual a 14 anos			Entre 15 a 19 anos			Entre 20 e 24 anos			Entre 25 e 29 anos			Entre 30 e 34 anos			Entre 35 e 39 anos		
			H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Bragança	Aveleda	335	30	23	53	10	5	15	13	8	21	5	5	10	2	7	9	11	7	18
	Babe	398	26	29	55	22	23	45	21	22	43	11	6	17	7	4	11	5	7	12
	Baçal	503	51	39	90	18	17	35	9	14	23	17	12	29	10	11	21	17	17	34
	Carragosa	321	26	30	56	12	13	25	11	13	24	9	14	23	8	6	14	3	8	11
	C. Avelãs	428	39	31	70	20	18	38	13	21	34	13	9	22	13	17	30	12	17	29
	Deilão	260	10	16	26	14	7	21	9	5	14	9	2	11	4	5	9	6	5	11
	Donai	377	38	19	57	14	15	29	8	7	15	8	11	19	11	13	24	11	9	20
	Espinhosela	410	38	26	64	18	14	32	12	7	19	14	8	22	6	7	13	8	8	16
	França	331	25	26	51	6	7	13	8	9	17	4	10	14	8	9	17	5	6	11
	Gimonde	343	46	32	78	19	10	29	4	6	10	9	10	19	5	10	15	12	10	22
	Gondesende	242	17	23	40	13	9	22	12	6	18	5	5	10	8	4	12	5	3	8
	Meixedo	201	16	10	26	4	5	9	9	4	13	3	1	4	3	8	11	6	6	12
	Parâmio	400	29	24	53	25	15	40	19	9	28	15	7	22	7	2	9	6	6	12
	Quintanilha	328	24	20	44	13	10	23	8	5	13	6	8	14	8	5	13	4	9	13
	Rabal	318	32	28	60	18	12	30	10	8	18	14	10	24	7	6	13	13	13	26
	Rio de Onor	153	6	3	9	8	5	13	5	2	7	2	0	2	0	0	0	0	1	1
S. Julião de Palácios	345	29	29	58	10	13	23	4	5	9	2	3	5	8	4	12	3	10	13	
Vinhais	Edral	314	31	33	64	11	4	15	10	3	13	4	4	8	10	5	15	10	10	20
	Fresulfe	151	9	8	17	6	3	9	4	4	8	1	1	2	1	5	6	0	1	1
	Mofreita	97	2	8	10	3	5	8	6	2	8	6	0	6	3	3	6	2	1	3
	Moimenta	249	24	20	44	7	6	13	6	7	13	6	3	9	7	7	14	8	7	15
	Montouto	201	11	10	21	5	9	14	9	3	12	6	3	9	2	2	4	6	4	10
	Pinheiro Novo	170	13	12	25	4	4	8	3	2	5	1	4	5	5	4	9	5	2	7
	Paçó	255	19	21	40	5	12	17	9	6	15	7	3	10	2	1	3	2	2	4
	Quiraz	337	13	17	30	9	6	15	9	6	15	12	5	17	6	3	9	3	7	10

Santa Cruz	103	7	9	16	2	2	4	2	3	5	3	0	3	2	3	5	2	1	3
Santalha	447	34	38	72	29	13	42	13	10	23	13	2	15	5	7	12	8	8	16
Sobreiró de Baixo	446	52	44	96	33	16	49	20	11	31	10	8	18	12	13	25	14	10	24
Soeira	148	9	12	21	8	5	13	5	3	8	0	2	2	3	1	4	0	1	1
Travanca	150	14	9	23	6	9	15	6	6	12	5	3	8	3	1	4	3	5	8
Tuizelo	617	50	41	91	23	24	47	21	11	32	20	9	29	10	13	23	12	15	27
Vilar Seco da Lomba	357	32	25	57	14	7	21	10	4	14	3	4	7	6	7	13	9	12	21
Vila Verde	281	29	22	51	8	11	19	10	7	17	3	5	8	7	3	10	7	7	14
Vilar de Ossos	431	40	39	79	15	20	35	20	10	30	14	14	28	13	12	25	10	5	15
Vinhais	2172	241	200	441	90	86	176	77	65	142	56	79	135	65	78	143	74	85	159
Área do PNM	9506	760	680	1440	383	309	692	304	212	516	231	167	398	185	165	350	193	195	388
Freguesias Estudadas	4756	393	338	731	177	156	333	145	97	242	113	92	205	96	95	191	100	94	194
Concelho de Bragança	33055	3314	3106	6420	1608	1383	2991	1171	1117	2288	1014	1028	2042	985	1063	2048	1025	1128	2153
Concelho de Vinhais	12727	1152	1088	2240	572	471	1043	476	303	779	308	261	569	283	296	579	314	324	638
Distrito de Bragança	157890	15514	14751	30265	6803	6222	13025	5823	4905	10728	4654	4245	8899	4445	4496	8941	4431	4557	8988

Concelho 1991	Freguesia	Entre 40 e 44 anos			Entre 45 e 49 anos			Entre 50 e 54 anos			Entre 55 e 59 anos			Entre 60 e 64 anos			> ou igual a 65 anos		
		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Bragança	Aveleda	11	8	19	9	17	26	13	13	26	11	15	26	13	13	26	41	45	86
	Babe	8	7	15	12	15	27	10	18	28	19	17	36	15	17	32	30	47	77
	Baçal	13	20	33	22	17	39	16	12	28	14	21	35	17	18	35	46	55	101
	Carragosa	11	5	16	6	8	14	5	9	14	14	9	23	12	14	26	31	44	75
	C. Avelãs	17	11	28	17	15	32	21	14	35	13	11	24	6	11	17	32	37	69
	Deilão	8	6	14	4	15	19	17	11	28	8	13	21	10	16	26	31	29	60
	Donai	15	9	24	10	11	21	8	11	19	15	17	32	10	18	28	42	47	89
	Espinhosela	9	7	16	8	9	17	12	11	23	12	17	29	26	22	48	52	59	111
	França	11	6	17	4	6	10	11	15	26	12	20	32	16	19	35	40	48	88
	Gimonde	9	11	20	14	11	25	7	8	15	8	12	20	16	9	25	23	42	65
	Gondesende	2	9	11	12	2	14	6	11	17	5	12	17	11	9	20	23	30	53
	Meixedo	5	3	8	3	8	11	7	5	12	13	8	21	5	14	19	25	30	55
	Parâmio	5	4	9	7	9	16	11	21	32	15	12	27	20	16	36	55	61	116
	Quintanilha	7	10	17	10	9	19	16	13	29	10	9	19	9	15	24	45	55	100
	Rabal	9	9	18	10	6	16	3	13	16	7	6	13	9	8	17	30	37	67
	Rio de Onor	4	8	12	1	9	10	12	8	20	9	8	17	8	9	17	21	24	45
S. Julião de Palácios	10	8	18	11	16	27	16	19	35	12	15	27	20	13	33	42	43	85	
Vinhais	Edral	8	6	14	7	8	15	13	16	29	13	17	30	7	11	18	40	33	73
	Fresulfe	2	5	7	7	6	13	4	4	8	3	6	9	6	7	13	32	26	58
	Mofreita	2	1	3	2	2	4	4	3	7	3	8	11	4	4	8	11	12	23
	Moimenta	9	5	14	4	3	7	5	9	14	4	6	10	8	18	26	35	35	70
	Montouto	3	2	5	4	4	8	13	16	29	7	8	15	11	11	22	25	27	52
	Pinheiro Novo	3	2	5	3	5	8	4	8	12	9	6	15	15	5	20	23	28	51
	Paçó	8	6	14	6	7	13	9	8	17	9	7	16	9	14	23	35	48	83
	Quiraz	6	5	11	5	12	17	13	14	27	19	19	38	29	19	48	42	58	100
Santa Cruz	2	2	4	4	2	6	2	4	6	3	3	6	4	6	10	21	14	35	
Santalha	11	10	21	13	18	31	17	14	31	14	20	34	22	24	46	50	54	104	

	Sobreiró de Baixo	8	9	17	12	13	25	15	14	29	8	17	25	7	13	20	44	43	87
	Soeira	1	3	4	2	7	9	6	4	10	8	4	12	10	4	14	25	25	50
	Travanca	4	6	10	7	7	14	4	5	9	4	4	8	2	3	5	18	16	34
	Tuizelo	14	17	31	18	25	43	28	22	50	27	17	44	29	28	57	64	79	143
	Vilar Seco da Lomba	7	7	14	5	12	17	16	16	32	22	17	39	19	18	37	39	46	85
	Vila Verde	2	8	10	12	11	23	12	11	23	8	10	18	10	13	23	34	31	65
	Vilar de Ossos	9	14	23	8	13	21	15	16	31	13	9	22	12	20	32	45	45	90
	Vinhais	68	53	121	69	74	143	60	76	136	66	65	131	56	70	126	127	192	319
Área do PNM		215	220	435	252	296	548	321	354	675	262	440	702	415	600	1015	1121	1226	2347
Freguesias Estudadas		113	115	228	117	138	255	167	178	345	167	188	355	217	239	456	560	661	1221
Concelho de Bragança		971	944	1915	908	984	1892	976	1010	1986	937	1044	1981	944	1051	1995	2411	2933	5344
Concelho de Vinhais		313	286	599	331	387	718	402	455	857	444	458	902	464	536	1000	1316	1487	2803
Distrito de Bragança		4062	3193	7255	4053	4723	8776	4739	5140	9879	5023	5504	10527	5118	5710	10828	13079	15718	28797

Fonte: INE (1991)

Quadro 7.8 - Estrutura etária da população do Parque Natural de Montesinho e dos concelhos de Bragança e Vinhais (1996)

Concelho 1996	Freguesia	Total	< ou igual a 14 anos			Entre 15 a 19 anos			Entre 20 e 24 anos			Entre 25 e 29 anos			Entre 30 e 34 anos			Entre 35 e 39 anos		
			H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Bragança	Aveleda	254	9	6	15	18	6	24	4	3	7	6	1	7	4	4	8	5	7	12
	Babe	294	16	16	32	7	8	15	8	6	14	3	7	10	4	4	8	5	5	10
	Baçal	428	34	23	57	9	15	24	15	5	20	12	8	20	13	9	22	17	9	26
	Carragosa	258	28	21	49	6	11	17	7	5	12	3	7	10	6	9	15	6	6	12
	C. Avelãs	39	1	4	5	2	1	3	0	0	0	0	1	1	2	2	4	2	1	3
	Deilão	231	7	12	19	6	7	13	11	5	16	1	1	2	6	8	14	5	0	5
	Donai	341	31	20	51	12	11	23	8	11	19	7	5	12	5	2	7	8	14	22
	Espinhosela	291	15	16	31	13	6	19	5	9	14	12	3	15	9	6	15	7	6	11
	França	323	16	21	37	8	9	17	6	1	7	6	7	13	11	7	18	6	6	12
	Gimonde	362	28	26	54	25	16	41	17	6	23	10	8	18	6	11	17	14	12	26
	Gondesende	221	13	17	30	7	5	12	5	7	12	9	5	14	7	1	8	4	4	8
	Meixedo	186	8	10	18	9	3	12	4	5	9	7	8	15	4	1	5	3	4	7
	Parâmio	350	13	24	37	12	6	18	19	10	29	19	8	27	6	7	13	1	7	8
	Quintanilha	263	13	13	26	11	10	21	10	10	20	7	9	16	11	9	20	7	8	15
Rabal	212	15	10	25	7	9	16	3	13	16	5	3	8	2	4	6	4	5	9	
Rio de Onor	174	1	3	4	0	1	1	7	0	7	9	2	11	7	1	8	2	5	7	
S. Julião de Palácios	252	12	11	23	12	7	19	7	10	17	5	1	6	1	1	2	9	5	14	
Vinhais	Edral	94	2	4	6	1	3	4	3	5	8	5	1	6	4	2	6	6	5	11
	Fresulfe	116	2	5	7	5	2	7	1	2	3	3	5	8	1	1	2	1	3	4
	Mofreita	80	2	2	4	1	5	6	0	1	1	2	2	4	6	0	6	2	2	4
	Moimenta	165	13	10	23	6	2	8	5	2	7	5	4	9	2	3	5	7	5	12
	Montouto	185	11	7	18	2	4	6	3	5	8	4	5	9	5	5	10	3	1	4
	Pinheiro Novo	146	9	10	19	3	2	5	5	0	5	3	1	4	0	5	5	5	4	9
	Paçó	265	17	13	30	7	10	17	10	8	18	6	4	10	8	6	14	9	5	14
	Quiraz	259	7	9	16	5	5	10	9	2	11	13	2	15	11	3	14	2	2	4
Santa Cruz	82	5	4	9	2	5	7	1	1	2	0	0	0	2	2	4	2	3	5	

Santalha	336	17	14	31	17	15	32	14	7	21	5	7	12	8	5	13	4	6	10
Sobreiró de Baixo	232	25	10	35	11	9	20	10	8	18	6	6	12	8	7	15	9	10	19
Soeira	135	4	7	11	4	5	9	4	3	7	7	3	10	3	3	6	2	2	4
Travanca	124	6	5	11	5	1	6	5	4	9	3	4	7	6	5	11	2	3	5
Tuizelo	531	31	19	50	13	12	25	16	10	26	16	13	29	20	11	31	9	6	15
Vilar Seco da Lomba	310	17	16	33	12	6	18	8	6	14	8	3	11	4	3	7	4	11	15
Vila Verde	253	12	11	23	13	12	25	13	9	22	6	4	10	3	6	9	6	4	10
Vilar de Ossos	395	28	38	66	11	13	24	12	16	28	19	8	27	9	13	22	12	13	25
Vinhais*	116	7	3	10	6	5	11	2	2	4	4	2	6	1	3	4	3	1	4
Área do PNM	8303	475	440	915	288	247	535	257	197	454	236	158	394	205	169	374	193	190	381
Freguesias Estudadas	4165	239	238	477	149	124	273	133	98	231	128	82	210	106	84	190	99	99	196

Concelho 1996	Freguesia	Entre 40 e 44 anos			Entre 45 e 49 anos			Entre 50 e 54 anos			Entre 55 e 59 anos			Entre 60 e 64 anos			> ou igual a 65 anos		
		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Bragança	Aveleda	2	4	6	8	10	18	12	10	22	15	20	35	12	5	17	38	42	80
	Babe	4	1	5	10	10	20	10	13	23	9	8	17	15	14	29	47	64	111
	Baçal	12	16	28	15	11	26	16	19	35	15	19	34	19	24	43	39	54	93
	Carragosa	3	5	8	9	7	16	4	8	12	5	4	9	14	11	25	34	39	73
	C. Avelãs	1	1	2	2	1	3	2	1	3	0	1	1	3	2	5	4	5	9
	Deilão	3	3	6	9	7	16	4	14	18	14	14	28	12	7	19	33	42	75
	Donai	17	12	29	9	10	19	10	6	16	8	12	20	9	23	32	47	44	91
	Espinhosela	7	10	17	5	7	12	7	7	14	8	8	16	11	13	24	48	55	103
	França	12	8	20	10	7	17	12	14	26	11	11	22	13	16	29	49	56	105
	Gimonde	18	17	35	16	11	27	7	10	17	7	7	14	8	15	23	31	36	67
	Gondesende	10	3	13	3	8	11	12	8	20	5	7	12	8	8	16	26	39	65
	Meixedo	6	7	13	5	3	8	3	7	10	4	7	11	17	13	30	20	28	48
	Parâmio	3	8	11	6	6	12	6	11	17	15	18	33	19	19	38	53	57	110
	Quintanilha	11	13	24	14	14	28	4	7	11	6	8	14	6	10	16	18	34	52
	Rabal	7	7	14	4	8	12	7	6	13	7	11	18	7	4	11	26	38	64
	Rio de Onor	3	6	9	4	8	12	12	16	28	9	4	13	6	3	9	30	32	62
S. Julião de Palácios	3	9	12	4	5	9	4	12	16	15	15	30	14	15	29	40	35	75	
Vinhais	Edral	3	1	4	0	0	0	4	6	10	5	4	9	5	8	13	6	11	17
	Fresulfe	0	3	3	1	1	2	5	7	12	7	6	13	1	3	4	19	32	51
	Mofreita	2	2	4	3	1	4	1	3	4	3	3	6	3	9	12	15	10	25
	Moimenta	6	3	9	2	2	4	1	3	4	4	9	13	6	6	12	27	31	58
	Montouto	6	2	8	2	3	5	3	2	5	7	17	24	15	9	24	29	29	58
	Pinheiro Novo	5	2	7	5	2	7	0	5	5	6	8	14	9	6	15	25	26	51
	Paçó	4	3	7	10	12	22	5	4	9	8	4	12	8	13	21	43	48	91
	Quiraz	2	5	7	5	6	11	1	7	8	15	11	26	17	21	38	51	48	99
	Santa Cruz	2	0	2	1	1	2	4	4	8	3	2	5	0	1	1	16	21	37
	Santalha	12	5	17	10	12	22	8	8	16	14	19	33	11	13	24	44	61	105

	Sobreiró de Baixo	7	3	10	6	5	11	4	9	13	9	11	20	6	5	11	21	27	48
	Soeira	2	2	4	6	5	11	3	4	7	2	3	5	7	2	9	25	27	52
	Travanca	4	3	7	2	5	7	6	8	14	6	4	10	1	2	3	16	18	34
	Tuizelo	12	12	24	9	12	21	14	19	33	29	25	54	20	24	44	85	94	179
	Vilar Seco da Lomba	11	9	20	4	6	10	5	7	12	11	20	31	24	14	38	45	56	101
	Vila Verde	9	7	16	2	4	6	3	7	10	13	10	23	14	8	22	33	44	77
	Vilar de Ossos	12	7	19	9	12	21	8	14	22	13	14	27	13	10	23	42	49	91
	Vinhais*	2	4	6	2	2	4	4	1	5	3	4	7	5	8	13	17	24	41
Área do PNM		223	203	426	212	224	436	211	287	498	311	348	659	358	364	722	1142	1356	2498
Freguesias Estudadas		140	110	250	111	121	232	96	125	221	138	156	294	171	187	358	563	660	1223

Fonte: Rodriguez Caballero (1998)

* a autora contou apenas os residentes nos lugares da freguesia incluídos no PNM

Quadro 7.9. – Estrutura etária da população do Parque Natural de Montesinho (2001)

Concelho	Freguesia	0-14 anos			15-24 anos			25-64 anos			65 ou + anos			
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	
Bragança	Aveleda	17	7	10	31	15	16	126	67	59	79	38	41	
	Babe	27	16	11	25	11	14	129	57	72	96	43	53	
	Baçal	53	31	22	70	36	34	239	123	116	108	45	63	
	Carragosa	32	18	14	45	21	24	103	52	51	80	39	41	
	Castro de Avelãs	47	29	18	71	36	35	270	135	135	95	43	52	
	Deilão	18	8	10	15	7	8	109	57	52	77	33	44	
	Donai	53	22	31	57	36	21	199	97	102	107	41	66	
	Espinhosela	30	14	16	23	14	9	134	74	60	118	53	65	
	França	25	10	15	22	8	14	125	54	71	103	43	60	
	Gimonde	41	20	21	74	41	33	194	103	91	77	32	45	
	Gondesende	25	13	12	28	13	15	111	59	52	62	25	37	
	Meixedo	28	16	12	14	7	7	95	46	49	51	21	30	
	Parâmio	29	12	17	16	10	6	126	64	62	110	51	59	
	Quintanilha	25	12	13	30	20	10	136	71	65	113	45	68	
	Rabal	18	8	10	17	8	9	98	45	53	63	30	33	
	Rio de Onor	2	1	1	8	3	5	60	25	35	56	28	28	
	São Julião de Palácios	19	7	12	29	18	11	133	62	71	102	52	50	
	Vinhais	Edral	33	11	22	25	14	11	130	67	63	77	34	43
		Fresulfe	5	4	1	13	6	7	39	18	21	43	14	29
Mofreita		1	1	0	3	2	1	18	10	8	22	12	10	
Moimenta		18	9	9	25	15	10	77	37	40	64	30	34	
Montouto		14	8	6	9	5	4	71	33	38	71	32	39	
Paçó		29	14	15	25	15	10	97	51	46	85	37	48	
Pinheiro Novo		15	7	8	11	6	5	56	27	29	45	24	21	
Quirás		8	5	3	15	7	8	98	50	48	104	54	50	
Santa Cruz		7	4	3	8	3	5	31	15	16	26	10	16	
Santalha		22	10	12	29	17	12	145	78	67	116	49	67	
Sobreiro de Baixo		59	36	23	67	39	28	195	105	90	83	33	50	
Soeira		7	3	4	11	5	6	58	30	28	44	21	23	
Travanca		16	8	8	12	7	5	62	32	30	29	14	15	
Tuizelo		37	22	15	48	28	20	253	127	126	167	79	88	
Vila Verde		17	6	11	34	21	13	109	55	54	80	37	43	
Vilar de Ossos	45	18	27	36	19	17	173	82	91	90	46	44		
Vilar Seco de Lomba	25	13	12	22	12	10	135	63	72	110	51	59		
Vinhais	293	142	151	361	197	164	1253	607	646	475	203	272		
Total das Freguesias do PNM		1140	565	575	1329	722	607	5387	2678	2709	3228	1442	1786	
Total das Freguesias Estudadas		397	185	212	440	247	193	1880	942	938	1342	597	745	

Fonte: INE (2001)

Quadro 7.10 – Taxa de Analfabetismo e sua variação na área do PNM (1981-2001)

Concelhos	Freguesias	Taxa de Analfabetismo 1981	Taxa de Analfabetismo 1991	Taxa de Analfabetismo 2001	Varição 1981-2001
Bragança	Aveleda	32,1	26,3	21,7	-10,4
	Babe	31,7	26,1	23,1	-8,6
	Baçal	33,8	18,2	17,7	-16,1
	Carragosa	43,3	27,7	28,1	-15,2
	C. Avelãs	38,8	9,2	9,9	-28,9
	Deilão	44,6	32,4	31,1	-13,5
	Donai	48,8	15,7	19,7	-29,1
	Espinhosela	38,5	35,4	20,3	-18,2
	França	39,2	37,8	33,1	-6,1
	Gimonde	35,7	20,3	20,7	-15,0
	Gondesende	28,3	22,7	19,0	-9,3
	Meixedo	36,3	26,7	20,2	-16,1
	Parâmio	36,2	29,3	36,3	0,1
	Quintanilha	37,9	26	26,4	-11,5
	Rabal	44,0	20,4	24,0	-20,0
	Rio de Onor	29,6	20,7	21,4	-8,2
S. Julião de Palácios	34,2	26,4	23,7	-10,5	
Vinhais	Edral	42,7	29,5	24,5	-18,2
	Fresulfe	49,7	37,5	26,0	-23,7
	Mofreita	27,0	23,7	34,0	7,0
	Moimenta	33,1	18,6	16,8	-16,3
	Montouto	40,3	28,8	36,9	-3,4
	Pinheiro Novo	43,8	29,8	24,1	-19,7
	Paçó	32,6	27,7	26,7	-5,9
	Quiraz	47,8	35,5	30,6	-17,2
	Santa Cruz	44,0	25	25,0	-19,0
	Santalha	36,8	26,5	33,6	-3,2
	Sobreiró de Baixo	42,5	20,6	20,0	-22,5
	Soeira	50,0	39,19	29,1	-20,9
	Travanca	45,2	16,2	18,4	-26,8
	Tuizelo	42,5	29,7	30,6	-11,9
	Vilar Seco da Lomba	25,7	22	26,2	0,5
	Vila Verde	41,6	22,5	22,6	-19,0
Vilar de Ossos	33,6	20,1	26,3	-7,3	
Vinhais	25,0	12,3	14,9	-10,1	
Área do PNM		44,0	27,36	13,51	-30,5
Freguesias Estudadas		36,4	23,7	24,66	-11,7

Fonte: INE (1981; 1991; 2001)

Quadro 7.11 - Níveis de Escolaridade da população residente na área do Parque Natural de Montesinho (1981)

Concelhos 1981	Freguesias	Analfabeto	1º CEB	2º CEB	3º CEB	E. Secundário	Outro Ensino **
		Total	Total	Total	Total	Total	Total
Bragança	Aveleda	158	278	25	13	6	4
	Babe	163	275	56	9	7	1
	Baçal	205	356	42	30	20	5
	Carragosa	155	152	29	12	3	3
	C. Avelãs	71	161	23	15	8	1
	Deilão	177	169	33	14	4	0
	Donai	185	117	3	5	3	0
	Espinhosela	212	169	35	20	4	1
	França	239	278	53	19	4	1
	Gimonde	148	233	37	13	10	2
	Gondesende	75	156	22	9	8	1
	Meixedo	105	130	22	20	8	3
	Parâmio	186	273	26	16	5	4
	Quintanilha	157	235	32	20	16	11
	Rabal	128	130	15	9	5	2
	Rio de Onor	68	126	11	13	8	2
	S. Julião de Palácios	195	277	62	21	12	2
Vinhais	Edral	197	224	27	8	2	1
	Fresulfe	94	75	10	4	5	0
	Mofreita	37	72	9	7	4	1
	Moimenta	97	156	19	9	4	3
	Montouto	123	156	22	3	0	0
	Pinheiro Novo	123	124	24	4	4	1
	Paçó	129	218	26	8	7	2
	Quiraz	216	195	20	13	2	2
	Santa Cruz	74	83	5	2	2	1
	Santalha	186	259	46	9	3	2
	Sobreiró de Baixo	196	214	24	20	4	2
	Soeira	106	90	11	2	2	0
	Travanca	84	90	9	1	0	0
	Tuizelo	329	173	89	24	13	8
	Vilar Seco da Lomba	123	178	24	1	1	0
Vila Verde	143	149	37	5	3	2	
Vilar de Ossos	179	262	53	23	14	2	
Vinhais	618	1219	194	259	103	65	
Área do PNM		5681	7452	1175	660	304	135
Freguesias Estudadas		2385	2963	462	193	98	35

Fonte: INE (1981)

** Não se distinguem os Cursos Superiores dos Cursos Médios

Quadro 7.12 - Níveis de Escolaridade da população residente na área do Parque Natural de Montesinho (1991)

Concelhos 1991	Freguesias	Analfabeto	1º CEB	2º CEB	E. Secundário***	Outro Ensino **
		Total	Total	Total	Total	Total
Bragança	Aveleda	82	185	34	21	3
	Babe	97	171	67	38	8
	Baçal	82	266	41	62	16
	Carragosa	79	155	29	31	9
	C. Avelãs	36	224	43	81	22
	Deilão	81	119	32	13	3
	Donai	54	209	26	54	13
	Espinhosela	130	181	29	40	2
	França	116	147	24	22	9
	Gimonde	62	152	46	48	6
	Gondesende	49	127	23	26	2
	Meixedo	50	98	15	26	2
	Parâmio	108	197	45	27	5
	Quintanilha	78	153	23	47	10
	Rabal	58	168	14	46	3
Rio de Onor	31	50	15	16	11	
S. Julião de Palácios	84	187	25	30	2	
Vinhais	Edral	83	163	33	10	1
	Fresulfe	54	69	12	7	5
	Mofreita	22	49	9	11	2
	Moimenta	41	145	16	24	4
	Montouto	55	107	23	5	0
	Pinheiro Novo	45	92	13	3	1
	Paçó	65	133	28	14	0
	Quiraz	113	176	24	9	4
	Santa Cruz	24	66	7	2	0
	Santalha	108	215	63	29	7
	Sobreiró de Baixo	81	231	51	47	2
	Soeira	58	56	17	5	0
	Travanca	22	91	10	17	1
	Tuizelo	168	278	66	61	7
	Vilar Seco da Lomba	72	193	34	33	5
Vila Verde	57	152	24	25	4	
Vilar de Ossos	76	195	62	50	2	
Vinhais	238	976	253	466	105	
Área do PNM		2659	6176	1276	1446	276
Freguesias Estudadas		1130	2332	454	438	77

Fonte: INE (1991)

** Não se distinguem os Cursos Superiores dos Cursos Médios

*** Sem informação quanto à diferenciação entre Ensino Secundário Unificado (actualmente 3º CEB) e Ensino Secundário Complementar

Quadro 7.13 - Níveis de Escolaridade da população residente na área do Parque Natural de Montesinho (2001)

Concelho	Freguesia	Analfabeto	1º CEB	2º CEB	3º CEB	E. Secundário	Outro Ensino
Bragança	Aveleda	55	138	25	21	7	7
	Babe	64	143	30	14	12	14
	Baçal	83	213	42	37	49	46
	Carragosa	73	114	29	18	19	7
	Castro de Avelãs	48	219	51	45	60	60
	Deilão	68	102	30	13	4	2
	Donai	82	187	35	25	50	37
	Espinhosela	62	173	28	22	12	8
	França	91	130	31	14	2	7
	Gimonde	80	135	42	54	45	30
	Gondesende	43	109	24	20	20	10
	Meixedo	38	81	31	21	4	13
	Parâmio	102	127	37	7	8	0
	Quintanilha	80	116	33	21	30	24
	Rabal	47	92	14	17	17	9
	Rio de Onor	27	89	2	0	6	2
	São Julião de Palácios	67	137	37	15	20	7
Vinhais	Edral	65	131	37	15	12	5
	Fresulfe	26	54	13	4	2	1
	Mofreita	15	19	8	1	1	0
	Moimenta	31	94	26	12	16	5
	Montouto	61	87	12	2	1	2
	Paçó	57	112	36	11	18	2
	Pinheiro Novo	34	64	14	9	4	2
	Quirás	69	117	13	16	7	3
	Santa Cruz	18	31	12	8	2	0
	Santalha	105	139	38	9	13	8
	Sobreiro de Baixo	81	182	65	29	23	24
	Soeira	35	55	16	7	7	0
	Travanca	22	56	21	6	9	5
	Tuizelo	155	216	53	38	23	20
	Vila Verde	63	91	42	17	20	7
	Vilar de Ossos	78	145	51	34	27	9
	Vilar Seco de Lomba	77	130	32	27	14	12
Vinhais	356		313	272	329	252	
Área do PNM		2458	4028	1323	881	893	640
Total das freguesias estudadas		1000	1854	439	280	262	172

Fonte: INE (2001)

Quadro 7.14 - Condição Perante o Trabalho da população da área do Parque Natural de Montesinho (1981)

Concelhos	Freguesias	Pop. Activa			Desempregados			Estudantes			Domésticos			Reforma dos		
		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
1981																
Bragança	Aveleda	141	124	17	1	1	0	35	23	12	103	1	102	81	44	37
	Babe	148	137	11	9	6	3	28	13	15	118	0	118	57	25	32
	Baçal	173	155	18	19	17	2	63	27	36	145	0	145	85	41	44
	Carragosa	99	93	6	6	3	3	24	10	14	79	0	79	55	28	27
	C.Avelãs	98	88	10	4	2	2	20	7	13	66	0	66	44	23	21
	Deilão	211	108	103	9	7	2	26	13	13	18	0	18	53	26	27
	Donai	116	100	16	7	2	5	21	10	11	82	1	81	76	36	40
	Espinhosela	151	140	11	4	4	0	38	13	25	118	0	118	88	40	48
	França	171	143	28	4	0	4	42	18	24	124	0	124	33	20	13
	Gimonde	143	122	21	48	26	22	23	11	12	101	2	99	12	7	5
	Gondesende	98	70	28	5	3	2	21	13	8	31	0	31	44	21	23
	Meixedo	134	71	63	1	0	1	26	11	15	13	0	13	69	33	36
	Parâmio	166	160	6	21	10	11	23	9	14	128	0	128	51	25	26
	Quintanilha	157	127	30	11	0	11	38	22	16	86	0	86	71	38	33
	Rabal	69	64	5	1	0	1	25	15	10	65	0	65	58	30	28
	Rio de Onor	73	54	19	1	0	1	22	7	15	46	0	46	36	16	20
	S.Julião Palácios	154	139	15	4	1	3	51	23	28	125	0	125	79	37	42
Vinhais	Edral	153	142	11	1	0	1	21	11	10	98	0	98	79	33	46
	Fresulfe	63	36	27	1	0	1	13	4	9	19	0	19	50	24	26
	Mofreita	66	42	24	9	4	5	11	5	6	8	0	8	18	9	9
	Moimenta	89	70	19	5	0	5	14	8	6	62	0	62	75	39	36
	Montouto	86	80	6	2	1	1	24	7	17	81	0	81	51	26	25
	Paçó	137	113	24	12	6	6	11	3	8	80	0	80	70	38	32
	Pinheiro Novo	111	81	30	7	1	6	15	7	8	40	0	40	59	25	34
	Quiraz	153	135	18	8	6	2	21	10	11	111	0	111	89	41	48
	Santa Cruz	84	24	60	0	0	0	4	3	1	47	1	46	26	16	10
	Santalha	304	151	153	2	1	1	23	14	9	6	0	6	55	26	29
	Sobreiro de Baixo	166	120	46	6	4	2	23	12	11	70	2	68	66	34	32
	Soeira	48	43	5	1	1	0	5	4	1	41	3	38	56	22	34
	Travanca	46	45	1	1	0	1	5	4	1	44	0	44	43	25	18
	Tuizelo	309	234	75	11	7	4	46	24	22	135	1	134	99	40	59
	Vila Verde	89	82	7	0	0	0	19	12	7	73	2	71	56	29	27
	Vilar de Ossos	151	137	14	4	3	1	42	16	26	126	0	126	81	32	49
	Vilar Seco da Lomba	95	87	8	3	3	0	17	8	9	80	8	72	37	20	17
	Vinhais	883	642	241	41	12	29	268	114	154	424	2	422	284	116	168
Área do PNM		5335	4159	1176	269	131	138	1108	511	597	2993	23	2970	2286	1085	1201

Freguesias estudadas	2163	1676	487	121	53	68	400	182	218	1180	5	1175	965	467	498
-----------------------------	------	------	-----	-----	----	----	-----	-----	-----	------	---	------	-----	-----	-----

Quadro 7.15 – Condição Perante o Trabalho da população da área do Parque Natural de Montesinho (1991)

Concelhos 1991	Freguesias	População Activa			Desempregados			Estudantes			Domésticos			Reformados		
		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Bragança	Aveleda	63	49	14	12	9	3	29	17	12	41	0	41	143	71	72
	Babe	93	61	32	22	9	13	32	14	18	30	0	30	101	42	59
	Baçal	207	111	96	13	5	8	50	22	28	3	0	3	158	70	88
	Carragosa	124	62	62	1	0	1	33	9	24	0	0	0	115	53	62
	C.Avelãs	147	102	45	15	4	11	72	32	40	45	0	45	93	47	46
	Deilão	98	53	45	1	0	1	19	11	8	0	0	0	105	54	51
	Donai	97	76	21	5	1	4	39	21	18	58	0	58	129	60	69
	Espinhosela	109	82	27	1	0	1	31	19	12	89	0	89	116	74	42
	França	65	49	16	2	0	2	25	10	15	38	1	37	138	59	79
	Gimonde	110	81	29	4	0	4	48	23	25	27	0	27	80	30	50
	Gondesende	129	72	57	0	0	0	20	10	10	12	1	11	41	14	27
	Meixedo	37	31	6	2	2	0	18	10	8	36	0	36	74	34	40
	Parâmio	141	106	35	9	7	2	24	12	12	28	0	28	107	51	56
	Quintanilha	78	63	15	0	0	0	31	17	14	35	0	35	134	59	75
	Rabal	94	68	26	2	0	2	45	25	20	35	0	35	86	40	46
	Rio de Onor	33	24	9	0	0	0	16	13	3	21	1	20	64	30	34
S.Juliano Palácios	63	40	23	0	0	0	36	12	24	38	1	37	146	81	65	
Vinhais	Edral	121	73	48	0	0	0	12	8	4	15	0	15	101	51	50
	Fresulfe	35	19	16	0	0	0	12	8	4	15	0	15	101	51	50
	Mofreita	20	19	1	0	0	0	13	7	6	13	0	13	73	33	40
	Moimenta	63	43	20	12	1	11	9	3	6	5	0	5	36	17	19
	Montouto	48	34	14	2	2	0	19	9	10	29	0	29	92	45	47
	Paçó	97	53	44	4	1	3	3	1	2	23	0	23	85	43	42
	Pinheiro Novo	62	41	21	1	1	0	11	6	5	4	0	4	98	41	57
	Quiraz	142	92	50	0	0	0	2	2	0	13	0	13	59	28	31
	Santa Cruz	33	20	13	1	0	1	14	7	7	37	0	37	88	36	52
	Santalha	151	106	45	0	0	0	4	1	3	3	0	3	51	28	23
Sobreiró de	112	100	12	0	0	0	27	15	12	50	0	50	146	74	72	

	Baixo																
	Soeira	40	35	5	1	1	0	4	2	2	26	0	26	51	28	23	
	Travanca	56	30	26	1	0	1	14	7	7	0	0	0	31	16	15	
	Tuizelo	180	110	70	1	0	1	14	7	7	0	0	0	31	16	15	
	Vila Verde	65	42	23	0	0	0	48	24	24	55	7	48	232	117	115	
	Vilar de Ossos	94	80	14	10	3	7	26	12	14	22	0	22	86	42	44	
	Vilar Seco da Lomba	90	59	31	8	0	8	36	20	16	73	0	73	123	63	60	
	Vinhais	686	433	253	1	1	0	26	12	14	40	3	37	112	50	62	
	Área do PNM	3783	2519	1264	131	47	84	862	428	434	959	14	945	3426	1648	1778	
	Freguesias estudadas	1380	969	411	43	11	32	350	181	169	470	10	460	1515	721	794	

Quadro 7.16 – Condição Perante o Trabalho da população da área do Parque Natural de Montesinho (1996)

Concelhos 1996	Freguesias	População Activa			Desempregados			Estudantes			Domésticos			Reformados		
		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Bragança	Aveleda	70	41	29	15	11	4	25	16	9	6	0	6	121	58	63
	Babe	80	46	34	3	3	0	23	10	13	11	0	11	145	63	82
	Baçal	118	91	27	32	20	12	28	10	18	49	0	49	141	59	82
	Carragosa	66	30	36	19	11	8	8	2	6	4	0	4	113	50	63
	C.Avelãs	15	9	6	0	0	0	3	2	1	2	0	2	14	7	7
	Deilão	66	35	31	18	9	9	10	4	6	4	0	4	111	56	55
	Donai	117	65	52	5	2	3	22	9	13	15	0	15	125	57	68
	Espinhosela	96	66	30	14	6	8	21	13	8	15	0	15	119	53	66
	França	71	55	16	13	8	5	20	11	9	37	0	37	147	69	78
	Gimonde**	160	103	57	11	5	6	45	24	21	12	0	12	89	36	53
	Gondesende	62	42	20	10	3	7	11	7	4	10	0	10	98	42	56
	Meixedo	45	33	12	15	2	13	13	8	5	9	0	9	84	37	47
	Parâmio	113	71	42	22	13	9	19	10	9	12	0	12	153	73	80
	Quintanilha	103	56	47	22	10	12	23	8	15	16	0	16	69	26	43
	Rabal	70	38	32	11	5	6	16	5	11	17	0	17	71	29	42
	Rio de Onor	72	39	33	0	0	0	7	6	1	0	0	0	85	43	42
	S.Julião Palácios	60	33	27	11	11	0	26	12	14	16	0	16	116	58	58
	Vinhais	Edral**	28	24	4	9	5	4	4	1	3	15	0	15	28	10
Fresulfe		27	14	13	9	5	4	4	1	3	15	0	15	28	10	18
Mofreita		25	16	9	1	1	0	11	5	6	2	0	2	68	27	41
Moimenta		55	33	22	2	1	1	7	1	6	2	0	2	40	21	19
Montouto		44	22	22	2	1	1	4	2	2	1	0	1	77	31	46
Paçó		68	42	26	8	8	0	6	2	4	10	0	10	100	47	53
Pinheiro Novo		55	31	24	14	8	6	20	9	11	13	0	13	123	60	63
Quiraz		83	50	33	3	3	0	8	3	5	5	0	5	57	30	27
Santa Cruz		15	9	6	0	0	0	17	5	12	4	0	4	139	75	64
Santalha		110	60	50	3	1	2	8	3	5	2	0	2	47	21	26
Sobreiró de Baixo**		82	45	37	14	13	1	21	9	12	20	0	20	139	65	74
Soeira		38	22	16	14	8	6	21	10	11	6	0	6	71	31	40
Travanca		33	24	9	6	3	3	11	5	6	4	0	4	65	33	32
Tuizelo		143	104	39	5	4	1	9	4	5	12	0	12	57	26	31
Vila Verde**		65	31	34	10	7	3	32	17	15	66	0	66	228	115	113
Vilar de Ossos		72	46	26	11	5	6	33	15	18	14	0	14	98	47	51
Vilar Seco da Lomba	91	62	29	29	13	16	30	17	13	30	0	30	147	67	80	

	Vinhais**	26	15	11	34	24	10	15	7	8	17	0	17	144	72	72
Área do PNM		2444	1503	941	395	229	166	581	273	308	473	0	473	3457	1604	1853
Freguesias estudadas		1278	774	504	143	70	73	280	138	142	227	0	227	1586	735	851

Fonte: Rodriguez Caballero (1998)

** Apenas foram contabilizados os individuos residentes em lugares incluidos na área do PNM

Quadro 7.17 - População activa por sectores de actividade, na área do Parque Natural de Montesinho (1981- 1996)

Concelhos	Freguesias	Sector Primário			Sector Secundário			Sector Terciário		
		1981 Total	1991 Total	1996* Total	1981 Total	1991 Total	1996* Total	1981 Total	1991 Total	1996* Total
Bragança	Aveleda	93	45	36	2	10	14	16	9	20
	Babe	104	74	53	8	7	6	24	12	21
	Baçal	128	119	38	7	23	26	20	54	54
	Carragosa	68	105	42	10	8	10	17	11	14
	Castro de Avelãs	8	49	2	0	26	5	3	72	8
	Deilão	191	91	49	1	1	9	11	6	7
	Donai	46	32	50	16	20	12	27	45	55
	Espinhosela	83	63	48	10	11	14	38	35	34
	França	100	28	5	16	22	36	25	15	30
	Gimonde	51	47	38	36	11	41	39	52	81
	Gondesende	57	94	24	12	16	17	19	19	20
	Meixedo	77	15	18	9	9	7	0	13	20
	Parâmio	106	83	66	22	18	12	26	40	33
	Quintanilha	67	43	84	7	6	1	40	29	18
	Rabal	38	54	51	15	9	2	6	31	17
	Rio de Onor	41	18	57	3	4	6	18	11	9
	S. Julião de Palácios	103	54	45	21	2	2	21	7	13
Vinhais	Edral	19	67	20	4	5	8	2	49	0
	Fresulfe	56	34	20	1	1	4	4	0	3
	Mofreita	38	5	11	4	8	9	10	7	5
	Moimenta	39	44	42	5	5	3	21	14	9
	Montouto	75	44	40	5	0	2	5	4	2
	Paçó	60	52	50	7	1	5	14	44	13
	Pinheiro Novo	81	58	52	3	0	0	10	4	3

	Quiraz	117	118	78	1	15	0	0	9	5
	Stª Cruz	35	22	14	1	0	1	7	11	0
	Santalha	268	116	88	18	7	12	15	28	10
	Sobreiró de Baixo	33	68	30	22	19	15	10	25	37
	Soeira	36	35	33	4	1	2	4	3	3
	Travanca	35	51	26	3	2	2	2	3	5
	Tuizelo	212	147	88	17	4	22	31	29	33
	Vilar Seco da Lomba	101	67	54	12	2	2	31	21	9
	Vila Verde	65	30	38	7	5	11	8	30	23
	Vilar de Ossos	101	53	37	18	17	33	16	24	21
	Vinhais	21	78	14	6	86	2	19	522	10
Área do PNM		2753	2103	1441	333	381	353	559	1288	645
Freguesias Estudadas		1328	855	749	173	149	200	295	376	353
Concelho de Bragança		3842	2889**		1955	1838**		4837	6936**	
Concelho de Vinhais		3097	2372**		556	371**		970	1186**	
Distrito de Bragança		30167	18829**		10699	8379**		9059	23395**	

Fonte: Rodriguez Caballero (1998); INE (1981, 1991)

* Para a freguesia de Vinhais apenas foi tido em consideração o lugar de Rio de Fornos, incluído no PNM

** Sem Informação

Quadro 7.18 - Número de Explorações Agrícolas, respectiva Área e Área Média, por Freguesia na área do PNM (1989-1999)

Concelhos	Freguesias	1989			1999			
		Nº de Explorações	Área das Explorações (ha)	Área Média	Nº de Explorações	Área das Explorações (ha)	Área Média	
Bragança	Aveleda	118	1246	10,56	74	990	13,38	
	Babe	102	1330	13,04	97	1419	14,63	
	Baçal	138	2650	19,20	97	1899	19,58	
	Carragosa	73	834	11,42	77	1096	14,23	
	C. Avelãs	83	1073	12,93	76	1061	13,96	
	Deilão	89	1414	15,89	84	1384	16,48	
	Donai	87	934	10,74	87	1156	13,29	
	Espinhosela	137	1512	11,04	128	1618	12,64	
	França	83	641	7,72	65	446	6,86	
	Gimonde	76	654	8,61	77	752	9,77	
	Gondesende	68	729	10,72	62	870	14,03	
	Meixedo	68	732	10,76	71	987	13,90	
	Parâmio	118	1267	10,74	123	1699	13,81	
	Quintanilha	120	1263	10,53	112	1283	11,46	
	Rabal	79	634	8,03	71	891	12,55	
	Rio de Onor	54	454	8,41	50	1430	28,60	
	S. Julião de Palácios	143	1598	11,17	110	1688	15,35	
	Vinhais	Edral	87	618	7,10	72	685	9,51
		Fresulfe	46	608	13,22	25	535	21,40
Mofreita		27	305	11,30	25	226	9,04	
Moimenta		58	563	9,71	47	597	12,70	
Montouto		55	608	11,05	43	529	12,30	
Pinheiro Novo		58	341	5,88	47	428	9,11	
Paçó		95	1050	11,05	70	940	13,43	
Quiraz		103	596	5,79	85	621	7,31	
Santa Cruz		34	382	11,24	20	402	20,10	
Santalha		118	726	6,15	109	787	7,22	
Sobreiró de Baixo		98	709	7,23	74	930	12,57	
Soeira		40	588	14,70	26	679	26,12	
Travanca		36	633	17,58	32	752	23,50	
Tuizelo		168	1448	8,62	167	2011	12,04	
Vilar Seco da Lomba		111	728	6,56	81	680	8,40	
Vila Verde	76	823	10,83	58	534	9,21		
Vilar de Ossos	92	892	9,70	68	820	12,06		
Vinhais	291	1601	5,50	220	1637	7,44		
Freguesias com área no PNM		3229	32184	9,97	2730	34462	12,62	
Freguesias estudadas		1348	12518	9,29	1179	13798	11,70	

Fonte: INE (1989, 1999)

Quadro 7.20 – Natureza Jurídica do produtor Individual na área do Parque Natural de Montesinho (1989-1999)

Concelhos	Freguesias	Total de Explorações N° (1989)	Produtor Singular		Sociedades %	Cooperativas %	Total de Explorações N° (1999)	Produtor Singular		Sociedades %
			Autónomo %	Empresário %				Autónomo %	Empresário %	
Bragança	Aveleda	118	100	0	0	0	74	100		
	Babe	102	100	0	0	0	97	100		
	Baçal	138	100	0	0	0	97	100		
	Carragosa	73	100	0	0	0	77	98,7		1,3
	C. Avelãs	83	100	0	0	0	76	100		
	Deilão	89	100	0	0	0	84	98,7	1,3	
	Donai	87	98,8	1,2	0	0	87	100		
	Espinhosela	137	97	3	0	0	128	100		
	França	83	97,5	0	0	1,5	65	100		
	Gimonde	76	97,3	1,3	1,3	0	77	94,8	3,8	1,2
	Gondesende	68	98,5	1,5	0	0	62	98,4		1,6
	Meixedo	68	100	0	0	0	71	95,7	1,4	2,8
	Parâmio	118	99,1	0,9	0	0	123	99,1	0,9	
	Quintanilha	120	99,1	0,9	0	0	112	100		
	Rabal	79	97,4	2,5	0	0	71	100		
	Rio de Onor	54	98,1	0	0	1,8	50	100		
	S. Julião de Palácios	143	100	0	0	0	110	98,1	1,9	
Vinhais	Edral	87	100	0	0	0	72	100		
	Fresulfe	46	100	0	0	0	25	100		
	Mofreita	27	100	0	0	0	25	100		
	Moimenta	58	98,2	1,8	0	0	47	100		
	Montouto	55	100	0	0	0	43	100		
	Pinheiro Novo	58	98,2	1,8	0	0	47	100		
	Paçó	95	100	0	0	0	70	100		
	Quiraz	103	99	1	0	0	85	100		
	Santa Cruz	34	97	3	0	0	20	100		
	Santalha	118	98,3	1,7	0	0	109	100		
	Sobreiró de Baixo	98	100	0	0	0	74	100		
	Soeira	40	100	0	0	0	26	100		
	Travanca	36	100	0	0	0	32	100		
	Tuizelo	168	99,4	0,6	0	0	167	100		
	Vilar Seco da Lomba	111	100	0	0	0	81	100		
Vila Verde	76	100	0	0	0	58	100			
Vilar de Ossos	92	98,9	1,1	0	0	68	100			
Vinhais	291	96,9	2,7	0	0	220	99		1	
Freguesias com área no PNM		3229	99	0,07	0	0,06	2730	99,4	0,25	0,3
Freguesias estudadas		1348	98,6	1,03	0,07	0,07	1179	99,3	0,3	0,4

* Não existem Cooperativas

Quadro 7.21 - População Agrícola Familiar que Trabalha na Exploração Agrícola na área do Parque Natural de Montesinho (1989) e variação (1989-1999)

Concelhos	Freguesias	Total			Trab. Na Exploração	%	HM 1999	Var. 89/99 (Nº)	
		HM	H	M					
Bragança	Aveleda	286	145	141	277	96,85	195	-91	
	Babe	316	155	161	287	90,82	261	-55	
	Baçal	357	184	173	351	98,32	292	-65	
	Carragosa	203	101	102	197	97,04	197	-6	
	C. Avelãs	220	106	114	213	96,82	225	5	
	Deilão	250	132	118	239	95,60	214	-36	
	Donai	243	121	122	205	84,36	221	-22	
	Espinhosela	357	186	171	336	94,12	351	-6	
	França	197	96	101	186	94,42	174	-23	
	Gimonde	205	105	100	198	96,59	226	21	
	Gondesende	190	101	89	179	94,21	180	-10	
	Meixedo	191	97	94	168	87,96	180	-11	
	Parâmio	354	194	160	331	93,50	358	4	
	Quintanilha	305	154	151	282	92,46	298	-7	
	Rabal	222	113	109	189	85,14	164	-58	
	Rio de Onor	147	75	72	141	95,92	125	-22	
	S. Julião de Palácios	372	188	184	345	92,74	281	-91	
	Vinhais	Edral	233	128	105	218	93,56	200	-33
		Fresulfe	127	61	66	118	92,91	81	-46
Mofreita		70	38	32	69	98,57	64	-6	
Moimenta		158	77	81	151	95,57	147	-11	
Montouto		153	74	79	152	99,35	111	-42	
Pinheiro Novo		137	69	68	134	97,81	119	-18	
Paçó		268	137	131	257	95,90	209	-59	
Quiraz		275	140	135	261	94,91	208	-67	
Santa Cruz		93	52	41	87	93,55	61	-32	
Santalha		352	193	159	346	98,30	284	-68	
Sobreiró de Baixo		310	167	143	287	92,58	246	-64	
Soeira		111	60	51	106	95,50	93	-18	
Travanca		123	65	58	118	95,93	104	-19	
Tuizelo		476	246	230	445	93,49	422	-54	
Vilar Seco da Lomba		297	147	150	274	92,26	232	-65	
Vila Verde		226	117	109	210	92,92	173	-53	
Vilar de Ossos		293	155	138	284	96,93	209	-84	
Vinhais	864	428	436	816	94,44	638	-226		
Freguesias com área no PNM		8981	4607	4374	8457	94,17	7543	-1438	
Freguesias estudadas		3697	1897	1800	3490	94,40	3215	-482	

Fonte: INE (1989, 1999)

Quadro 7.22 - População Agrícola Familiar Pluriactiva na área do Parque Natural de Montesinho
(1989)

Concelhos	Freguesias	População		%
		Total	Pluriactiva	
Bragança	Aveleda	286	45	15,73
	Babe	316	59	18,67
	Baçal	357	87	24,37
	Carragosa	203	41	20,20
	C. Avelãs	220	34	15,45
	Deilão	250	33	13,20
	Donai	243	44	18,11
	Espinhosela	357	71	19,89
	França	197	43	21,83
	Gimonde	205	58	28,29
	Gondesende	190	45	23,68
	Meixedo	191	41	21,47
	Parâmio	354	66	18,64
	Quintanilha	305	53	17,38
	Rabal	222	45	20,27
	Rio de Onor	147	21	14,29
S. Julião de Palácios	372	58	15,59	
Vinhais	Edral	233	39	16,74
	Fresulfe	127	3	2,36
	Mofreita	70	9	12,86
	Moimenta	158	9	5,70
	Montouto	153	12	7,84
	Pinheiro Novo	137	11	8,03
	Paçó	268	46	17,16
	Quiraz	275	25	9,09
	Santa Cruz	93	3	3,23
	Santalha	352	54	15,34
	Sobreiró de Baixo	310	59	19,03
	Soeira	111	8	7,21
	Travanca	123	10	8,13
	Tuizelo	476	64	13,45
	Vilar Seco da Lomba	297	41	13,80
Vila Verde	226	38	16,81	
Vilar de Ossos	293	53	18,09	
Vinhais	864	227	26,27	
Freguesias com área no PNM		8981	1555	17,31
Freguesias estudadas		3697	624	16,88

Fonte: INE (1989)

Quadro 7.29. – Variação da População nas freguesias da Serra da Freita (1960-2001)

Concelhos	Freguesias	1960	1970	1981	1991	2001	Variação 60/70 (%)	Variação 81/91 (%)	Variação 60/91 (%)	Variação 60/01(%)
Arouca	Alb ^a Serra	253	218	209	181	140	-13,83	-13,4	-28,46	-44,66
	Burgo	1786	1652	1931	2019	2067	-7,50	4,56	13,05	15,73
	Cabreiros	693	520	284	253	186	-24,96	-10,92	-63,49	-73,16
	Covelo de Paivo	392	303	247	202	169	-22,70	-18,22	-48,47	-56,89
	Janarde	400	261	282	254	159	-34,75	-9,93	-36,50	-60,25
	Moldes	1742	1557	1626	1598	1477	-10,62	-1,72	-8,27	-15,21
	Santa Eulália	2512	2331	2187	2137	2340	-7,21	-2,29	-14,93	-6,85
	Urrô	1271	1247	1256	1068	1206	-1,89	-14,97	-15,97	-5,11
Vale de Cambra	Arões	2398	2260	2405	2202	1952	-5,75	-8,44	-8,17	-18,60
	Cepelos	1822	1795	1667	1750	1587	-1,48	4,98	-3,95	-12,90
	Junqueira	1530	1515	1516	1466	1295	-0,98	-3,3	-4,18	-15,36
	Roge	1961	2000	2033	1933	1901	1,99	-4,92	-1,43	-3,06
S.Pedro do Sul	Candal	471	428	299	209	150	-9,13	-30,1	-55,63	-68,15
	Covas do Rio	564	356	280	216	179	-36,88	-22,86	-61,70	-68,26
	Manhouce	1498	1269	1196	981	836	-15,29	-17,98	-34,51	-44,19
	St ^a Cruz da Trapa	1423	1532	1527	1520	1389	7,66	-0,46	6,82	-2,39
	S.Cristóvão de Lafões	378	370	295	258	231	-2,12	-9,83	-31,75	-38,89
	S.Martinho das Moitas	954	536	553	479	354	-43,82	-13,38	-49,79	-62,89
	Sul	2741	2338	1957	1619	1409	-14,70	-17,27	-40,93	-48,60
Freguesias com área na Serra da Freita		24789	22488	21541	18216	19027	-9,28	-15,44	-26,52	-23,24
Total das Freguesias estudadas		11747	10523	10214	9351	8756	-10,42	-9,51	-20,40	-25,46

Fonte: INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001)

Quadro 7.24 - Densidades populacionais e variações das densidades na área da Serra da Freita (1960-2001)

Concelhos	Freguesias	1960	1970	1981	1991	2001	Área Km2	Densidade 1960	Densidade 1970	Densidade 1981	Densidade 1991	Densidade 2001	Varição 1960/1991	Varição 1960/2001
Arouca	Alb ^a Serra	253	218	209	181	140	14,72	17,19	14,81	14,20	12,30	9,51	-4,89	-7,68
	Burgo	1786	1652	1931	2019	2067	5,38	331,97	307,06	358,92	375,28	384,20	43,31	52,23
	Cabreiros	693	520	284	253	186	16,54	41,90	31,44	17,17	15,30	11,25	-26,60	-30,65
	Covelo de Paivo	392	303	247	202	169	27,48	14,26	11,03	8,99	7,35	6,15	-6,91	-8,11
	Janarde	400	261	282	254	159	17,46	22,91	14,95	16,15	14,55	9,11	-8,36	-13,80
	Moldes	1742	1557	1626	1598	1477	27,56	63,21	56,49	59,00	57,98	53,59	-5,22	-9,62
	Santa Eulália	2512	2331	2187	2137	2340	18,31	137,19	127,31	119,44	116,71	127,80	-20,48	-9,39
Vale de Cambra	Urrô	1271	1247	1256	1068	1206	10,18	124,85	122,50	123,38	104,91	118,47	-19,94	-6,39
	Arões	2398	2260	2405	2202	1952	39,78	60,28	56,81	60,46	55,35	49,07	-4,93	-11,21
	Cepelos	1822	1795	1667	1750	1587	19,27	94,55	93,15	86,51	90,81	82,36	-3,74	-12,20
	Junqueira	1530	1515	1516	1466	1295	17,17	89,11	88,24	88,29	85,38	75,42	-3,73	-13,69
	Roge	1961	2000	2033	1933	1901	16,52	118,70	121,07	123,06	117,01	115,07	-1,69	-3,63
S.Pedro do Sul	Candal	471	428	299	209	150	15,51	30,37	27,60	19,28	13,48	9,67	-16,89	-20,70
	Covas do Rio	564	356	280	216	179	26,51	21,27	13,43	10,56	8,15	6,75	-13,13	-14,52
	Manhouce	1498	1269	1196	981	836	40,53	36,96	31,31	29,51	24,20	20,63	-12,76	-16,33
	St ^a Cruz da Trapa	1423	1532	1527	1520	1389	21,29	66,84	71,96	71,72	71,40	65,24	4,56	-1,60
	S.Cristóvão de Lafões	378	370	295	258	231	7,11	53,16	52,04	41,49	36,29	32,49	-16,88	-20,68
	S.Martinho das Moitas	954	536	553	479	354	27,21	35,06	19,70	20,32	17,60	13,01	-17,46	-22,05
Sul	Sul	2741	2338	1957	1619	1409	47,48	57,73	49,24	41,22	34,10	29,68	-23,63	-28,05
	Freguesias com área na Serra da Freita	24789	22488	21541	18216	19027	416,01	59,59	54,06	51,78	43,79	45,74	-15,80	-13,85
Total das Freguesias estudadas		11747	10523	4110	3719	8756	204,63	57,41	51,42	20,09	18,17	42,79	-39,23	-14,62

Fonte: INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001)

Quadro 7.24 - População Residente nos lugares da Serra da Freita (1981-1991)

Concelhos	Freguesias	Lugares	Habitantes		Varição
			1981	1991	81/91
Arouca	Alb ^a Serra		209	181	-13,40
		Alb ^a Serra	100	82	-18,00
		Castanheira	74	51	-31,08
		Mizarela	*	48	--
	Burgo		1931	2019	4,56
		Forcada	120	91	-24,17
		Povos	29	47	62,07
	Cabreiros		284	253	-10,92
		Cabreiros	107	85	-20,56
		Rio de Frades	72	75	4,17
	Covelo de Paivo		247	202	-18,22
		Covelo de Paivó	127	113	-11,02
		Regoufe	104	83	-20,19
	Janarde		282	254	-9,93
		Silveiras	83	66	-20,48
	Moldes		1626	1598	-1,72
		Adaúfe	104	42	-59,62
		Boucegedim	71	78	9,86
		Bustelo	63	66	4,76
		Fuste	93	97	4,30
		Granja	33	13	-60,61
		Póvoa	91	55	-39,56
		Santa Eulália	2187	2137	-2,29
Urró		1256	1068	-14,97	
	Merujal	124	126	1,61	
	Souto Redondo	133	100	-24,81	
Vale de Cambra	Arões		2405	2202	-8,44
		Arões	285	285	0,00
		Cabrum	245	239	-2,45
		Felgueira	135	155	14,81
		Lomba	157	161	2,55
	Cepelos		1667	1750	4,98
		Cepelos	259	165	-36,29
		Gatão	169	207	22,49
		Irijó	194	224	15,46
		Tabaço	90	70	-22,22
	Junqueira		1516	1466	-3,30
		Agros	96	102	6,25
		Cabanes	64	62	-3,13

Concelhos	Freguesias	Lugares	Habitantes		Variação 81/91
			1981	1991	
		Carvalho	49	40	-18,37
		Chã	112	116	3,57
		Currais	92	103	11,96
		Falcão	37	45	21,62
		Folhense	158	147	-6,96
		Junqueira de Baixo	99	98	-1,01
		Junqueira de Cima	297	354	19,19
		Linhares	52	60	15,38
		Póvoa	80	79	-1,25
		Vila Cova	206	159	-22,82
	Roge		2033	1933	-4,92
		Função	298	272	-8,72
		Fuste	179	181	1,12
		Moreira	160	144	-10,00
		Poço do Mato	158	137	-13,29
		Sandiaes	429	421	-1,86
		Soutelo	59	53	-10,17
S. Pedro do Sul					
	Candal		299	209	-30,10
		Candal	150	119	-20,67
		Coelheira	74	37	-50,00
		Póvoa das Leiras	75	58	-22,67
	Covas do Rio		280	216	-22,86
		Covas do Monte	88	78	-11,36
		Covas do Rio	90	82	-8,89
		Deilão	*	18	--
	Manhouce		1196	981	-17,98
		Bondança	53	45	-15,09
		Bostorenga	62	49	-20,97
		Carregal	103	57	-44,66
		Gestosinho	49	37	-24,49
		Gestoso	68	56	-17,65
		Lageal	49	34	-30,61
		Malfeitoso	38	30	-21,05
		Manhouce	196	166	-15,31
		Muro	48	42	-12,50
		Salgueiro	37	46	24,32
		Sequeiro	82	46	-43,90
		Sarnadinha	138	121	-12,32
		Vilarinho	127	102	-19,69
	Stª Cruz da Trapa		1527	1520	-0,46
		Dianteiro	70	81	15,71
		Landeira	134	99	-26,12
		Lourosa da Trapa	211	217	2,84
		Trapa	54	91	68,52

Concelhos	Freguesias	Lugares	Habitantes		Varição
			1981	1991	81/91
		Gralheira	125	97	-22,40
	S.Martinho das Moitas		553	479	-13,38
		Rompecilha	93	76	-18,28
		S. Martinho das Moitas	*	52	--
	Sul		1957	1619	-17,27
		Fujaco	81	72	-11,11
		Macieira	188	125	-33,51
		Sul	315	304	-3,49
Total das Freguesias com área na Serra da Freita			21541	18216	-15,44
Total da área da Serra da Freita			8771	8310	-5,26
Total das Freguesias estudadas**			4110	3719	-9,51

Fonte: INE (1981,1991)

*sem informação

** O total das freguesias estudadas corresponde ao total das freguesias e não ao total da área estudada

Quadro 7.26- Estrutura etária da população da Serra da Freita e dos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul (1981)

Concelhos 1981	Freguesias	Total	< ou =14 anos			15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos			30 a 34 anos			35 a 39 anos		
			H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Arouca	Albª Serra	209	35	27	62	11	9	20	3	6	9	3	5	8	3	7	10	4	5	9
	Burgo	1931	286	300	586	95	94	189	87	93	180	65	61	126	37	52	89	36	52	88
	Cabreiros	284	45	35	80	16	11	27	14	5	19	2	7	9	2	5	7	1	5	6
	Covelo de Paivo	247	33	24	57	5	8	13	6	7	13	5	6	11	6	7	13	3	8	11
	Janarde	282	41	32	73	13	10	23	9	13	22	6	3	9	3	7	10	3	7	10
	Moldes	1626	293	271	564	79	81	160	58	67	125	58	26	84	40	45	85	44	17	61
	Santa Eulália	2187	456	171	627	117	99	216	102	94	196	63	79	142	62	61	123	38	44	82
	Urró	1256	198	160	358	67	76	143	72	42	114	37	31	68	30	34	64	21	26	47
Vale de Cambra	Arões	2405	313	-51	262	101	89	190	81	77	158	64	73	137	67	89	156	57	61	118
	Cepelos	1667	217	188	405	91	64	155	75	56	131	40	46	86	33	39	72	30	54	84
	Junqueira	1516	233	185	418	77	72	149	52	46	98	32	40	72	34	47	81	24	40	64
	Roge	2033	267	257	524	70	89	159	96	67	163	55	57	112	54	73	127	61	53	114
S. Pedro do Sul	Candal	299	41	31	72	11	12	23	10	12	22	2	7	9	1	7	8	3	7	10
	Covas do Rio	280	21	30	51	8	8	16	6	8	14	5	5	10	3	10	13	0	3	3
	Manhouce	1196	166	139	305	48	49	97	37	47	84	19	39	58	19	33	52	9	37	46
	Stª Cruz da Trapa	1527	192	198	390	66	67	133	61	55	116	38	40	78	27	34	61	25	40	65
	S.Cristóvão de Lafões	295	37	43	80	8	11	19	11	12	23	4	8	12	3	8	11	3	5	8
	S.Martinho das Moitas	553	49	39	88	11	24	35	8	14	22	6	4	10	6	5	11	9	12	21
	Sul	1957	206	204	410	67	80	147	44	46	90	40	34	74	37	40	77	26	56	82
Total das Freguesias com área na Serra da Freita		21750	3129	2283	5412	961	953	1914	832	767	1599	544	571	1115	467	603	1070	397	532	929
Total da área da Serra da Freita		8980	1845	1485	3330	498	222	720	429	191	620	252	164	411	256	175	431	197	199	396
Total das Freguesias estudadas		4110	587	580	1167	172	163	335	134	146	280	78	109	187	82	120	202	61	118	179
Concelho de Arouca		23896	3771	3627	7398	1217	1152	2369	1021	951	1972	692	725	1417	558	611	1169	427	571	998
Concelho de Vale de Cambra		24224	3453	3269	6722	1193	1057	2250	1059	949	2008	805	872	1677	760	779	1539	586	668	1254
Concelho de S.Pedro do Sul		21220	2736	2636	5372	882	866	1748	724	694	1418	504	565	1069	451	541	992	396	585	981

Concelhos 1981	Freguesias	Total	40 a 44 anos			45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos			60 a 64 anos			> ou = a 65 anos		
			H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Arouca	Albª Serra	209	3	5	8	6	9	15	5	4	9	7	5	12	5	5	10	10	27	37
	Burgo	1931	46	42	88	40	53	93	49	54	103	34	54	88	41	52	93	80	128	208
	Cabreiros	284	3	7	10	8	14	22	10	10	20		15	15		20	20	17	32	49
	Covelo de Paivo	247	6	8	14	5	2	7	7	9	16	10	8	18	7	12	19	24	31	55
	Janarde	282	6	11	17	9	6	15	10	10	20	11	4	15	8	8	16	20	32	52
	Moldes	1626	26	41	67	27	37	64	24	26	50	29	32	61	36	47	83	80	142	222
	Santa Eulália	2187	40	51	91	40	56	96	45	42	87	59	54	113	46	46	92	121	153	274
	Urró	1256	20	32	52	25	31	56	43	54	97	38	30	68	24	26	50	56	83	139
Vale de Cambra	Arões	2405	50	71	121	55	68	123	58	67	125	67	74	141	69	61	130	155	195	350
	Cepelos	1667	43	61	104	47	49	96	48	49	97	40	44	84	45	52	97	116	139	255
	Junqueira	1516	40	29	69	39	57	96	47	48	95	38	46	84	31	35	66	97	127	224
	Roge	2033	57	69	126	55	56	111	49	47	96	45	61	106	46	56	102	109	184	293
S. Pedro do Sul	Candal	299	5	7	12	10	19	29	9	12	21	9	6	15	13	13	26	18	34	52
	Covas do Rio	280	7	8	15	7	8	15	15	13	28	12	20	32	11	10	21	22	40	62
	Manhouce	1196	17	32	49	22	33	55	23	49	72	39	46	85	37	43	80	74	139	213
	Stª Cruz da Trapa	1527	35	56	91	37	50	87	33	48	81	39	46	85	43	41	84	85	171	256
	S.Cristóvão de Lafões	295	4	9	13	10	11	21	9	7	16	10	15	25	4	10	14	21	32	53
	S.Martinho das Moitas	553	12	19	31	17	19	36	25	26	51	26	25	51	33	22	55	49	93	142
Sul	1957	48	50	98	58	59	117	73	79	152	77	79	156	70	82	152	165	237	402	
Total das Freguesias com área na Serra da Freita		21750	468	608	1076	517	637	1154	582	654	1236	590	664	1254	569	641	1210	1319	2019	3338
Total da área da Serra da Freita		8980	239	214	453	266	227	493	323	223	546	337	188	525	302	185	487	723	679	1402
Total das Freguesias estudadas		4110	72	112	184	93	131	224	126	150	275	140	121	261	133	135	268	280	427	707
Concelho de Arouca		23896	492	594	1086	469	608	1077	536	603	1139	555	632	1187	523	589	1112	1221	1751	2972
Concelho de Vale de Cambra		24224	597	715	1312	621	678	1299	590	635	1225	533	591	1124	477	512	989	1151	1674	2825
Concelho de S.Pedro do Sul		21220	461	584	1045	544	632	1176	566	710	1276	676	770	1446	632	678	1310	1297	2090	3387

Quadro 7.27- Estrutura etária da população da Serra da Freita e dos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul (1991)

Concelhos 1991	Freguesias	Total	< ou =14 anos			15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos			30 a 34 anos			35 a 39 anos		
			H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Arouca	Alb ^a Serra	181	19	12	31	11	8	19	3	7	10	7	5	12	6	5	11	4	5	9
	Burgo	2019	239	244	483	101	91	192	81	98	179	90	72	162	79	79	158	67	56	123
	Cabreiros	253	29	16	45	8	12	20	16	8	24	6	6	12	6	3	9	4	7	11
	Covelo de Paivo	202	28	12	40	12	7	19	3	5	8	3	4	7	3	6	9	3	3	6
	Janarde	254	27	17	44	7	9	16	16	17	33	6	11	17	9	7	16	7	3	10
	Moldes	1598	232	204	436	95	93	188	61	59	120	62	56	118	43	51	94	43	37	80
	Santa Eulália	2137	242	254	496	99	118	217	90	87	177	87	102	189	85	69	154	62	76	138
	Urrô	1068	116	104	220	51	47	98	46	41	87	39	46	85	42	35	77	28	27	55
Vale de Cambra	Arões	2202	219	228	447	83	22	105	75	80	155	76	49	125	50	52	102	52	70	122
	Cepelos	1750	200	180	380	79	62	141	71	59	130	70	59	129	55	61	116	54	42	96
	Junqueira	1466	160	150	310	68	58	126	66	54	120	55	47	102	43	31	74	33	45	78
	Roge	1933	190	165	355	83	73	156	100	76	176	62	58	120	64	63	127	57	58	115
S. Pedro do Sul	Candal	209	14	18	32	7	4	11	7	5	12	2	6	8	5	6	11	1	2	3
	Covas do Rio	216	10	16	26	5	5	10	4	7	11	2	4	6	2	3	5	5	8	13
	Manhouce	981	104	95	199	42	35	77	18	18	36	21	37	58	19	26	45	27	26	53
	St ^a Cruz da Trapa	1520	176	158	334	59	70	129	43	45	88	63	56	119	53	47	100	28	33	61
	S.Cristóvão de Lafões	266	30	29	59	11	10	21	6	9	15	6	10	16	8	6	14	5	4	9
	S.Martinho das Moitas	479	28	23	51	8	13	21	16	8	24	6	11	17	9	6	15	7	5	12
	Sul	1619	119	114	233	41	35	76	48	37	85	38	50	88	35	31	66	27	40	67
Total das Freguesias com área na Serra da Freita		18216	1940	1785	3725	771	654	1425	680	633	1313	614	587	1201	531	518	1049	452	471	923
Total da área da Serra da Freita		8310	837	790	1627	361	333	694	293	276	569	265	239	504	218	212	430	198	223	421
Total das Freguesias estudadas		3719	366	346	712	160	158	318	108	107	215	103	97	200	79	92	171	81	93	174
Concelho de Arouca		23894	2944	2741	5685	1203	1167	2370	1004	1007	2011	937	891	1828	808	787	1595	685	703	1388
Concelho de Vale de Cambra		24537	2721	2510	5231	1155	1072	2277	992	1036	2028	950	848	1798	829	1052	1881	780	871	1651
Concelho de S.Pedro do Sul		19985	2149	1849	3998	707	919	1626	664	644	1308	583	606	1189	562	539	1101	518	557	1075

Concelhos 1991	Freguesias	40 a 44 anos			45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos			60 a 64 anos			> ou = a 65 anos		
		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Arouca	Albª Serra	5	5	10	5	3	8	3	5	8	7	9	16	4	3	7	17	23	40
	Burgo	38	62	100	37	49	86	51	47	98	32	45	77	49	48	97	107	157	264
	Cabreiros	5	4	9	1	6	7	3	8	11	6	13	19	14	6	20	26	40	66
	Covelo de Paivo	5	7	12	3	7	10	5	6	11	5	3	8	5	9	14	23	35	58
	Janarde	3	6	9	6	6	12	5	10	15	10	4	14	8	8	16	26	26	52
	Moldes	45	34	79	20	37	57	18	40	58	29	34	63	27	32	59	88	171	259
	Santa Eulália	59	61	120	39	47	86	36	50	86	41	55	96	42	47	89	133	151	284
	Urrô	24	34	58	30	25	55	20	26	46	23	26	49	38	46	84	67	87	154
Vale de Cambra	Arões	67	86	153	48	61	109	52	58	110	55	76	131	52	67	119	137	308	445
	Cepelos	38	40	78	39	60	99	49	61	110	43	44	87	52	49	101	132	162	294
	Junqueira	37	40	77	30	38	68	42	37	79	38	47	85	47	52	99	111	145	256
S. Pedro do Sul	Roge	55	63	118	66	56	122	60	66	126	51	57	108	50	54	104	116	192	308
	Candal	2	5	7	3	7	10	5	7	12	9	17	26	9	12	21	23	33	56
	Covas do Rio	2	6	8	0	4	4	7	11	18	7	9	16	21	11	32	27	130	157
	Manhouce	23	33	56	10	32	42	22	34	56	26	37	63	24	61	85	91	145	236
	Stª Cruz da Trapa	34	37	71	31	37	68	30	54	84	37	51	88	41	58	99	123	158	281
	S.Cristóvão de Lafões	6	6	12	5	7	12	6	8	14	8	10	18	9	10	19	24	33	57
	S.Martinho das Moitas	7	7	14	10	17	27	18	19	37	19	29	48	28	27	55	71	89	160
	Sul	42	41	83	36	60	96	52	50	102	60	68	128	72	81	153	208	258	466
Total das Freguesias com área na Serra da Freita		438	516	954	380	512	892	448	547	995	465	579	1044	550	634	1184	1417	2192	3609
Total da área da Serra da Freita		192	232	424	184	244	428	210	271	481	209	266	475	272	300	572	718	944	1662
Total das Freguesias estudadas		83	110	193	70	105	175	76	110	186	97	137	234	117	149	267	374	478	852
Concelho de Arouca		600	628	1228	473	584	1057	467	585	1052	461	562	1023	516	588	1104	1511	2042	3553
Concelho de Vale de Cambra		802	762	1564	605	691	1296	596	710	1306	507	774	1281	582	631	1213	1413	1868	3281
Concelho de S.Pedro do Sul		523	581	1104	438	766	1204	488	590	1078	546	661	1207	589	689	1278	1671	2316	3987

Fonte: INE (1991)

Quadro 7.28 Estrutura etária da população da Serra da Freita (2001)

Concelhos 2001	Freguesias	Total	0 - 14 anos			15 - 24anos			25 - 64 anos			65 anos ou mais		
			HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Arouca	Albª Serra	140	16	6	10	18	9	9	63	30	33	43	21	22
	Burgo	2067	354	183	171	339	169	170	1055	529	526	319	132	187
	Cabreiros	186	26	14	12	21	14	7	78	33	45	61	25	36
	Covelo de Paivo	169	19	6	13	28	22	6	75	35	40	47	22	25
	Janarde	159	21	11	10	23	12	11	75	35	40	40	22	18
	Moldes	1477	274	132	142	280	156	124	696	334	362	227	95	132
	Santa Eulália	2340	420	206	214	399	213	186	1170	570	600	351	159	192
	Urrô	1206	209	113	96	179	92	87	585	292	293	233	103	130
Vale de Cambra	Arões	1952	263	122	141	293	160	133	927	452	475	469	213	256
	Cepelos	1587	256	128	128	226	128	98	791	380	411	314	146	168
	Junqueira	1295	202	103	99	186	104	82	606	310	296	301	135	166
	Roge	1901	273	121	152	267	153	114	1017	505	512	344	141	203
S. Pedro do Sul	Candal	150	16	9	7	11	3	8	64	24	40	59	23	36
	Covas do Rio	179	17	5	12	12	6	6	75	34	41	75	38	37
	Manhouce	836	95	46	49	123	65	58	376	172	204	242	82	160
	Stª Cruz da Trapa	1389	208	114	94	216	115	101	651	297	354	314	132	182
	S.Cristóvão de Lafões	231	45	22	23	31	19	12	102	52	50	53	20	33
	S.Martinho das Moitas	354	28	18	10	24	13	11	123	57	66	179	81	98
	Sul	1409	132	76	56	145	72	73	623	306	317	509	230	279
Total das Freguesias com área na Serra da Freita		19027	2874	1435	1439	2821	1525	1296	9152	4447	4705	4180	1820	2360
Total das Freguesias estudadas		9592	1404	707	697	1437	762	675	4542	2207	2335	2209	946	1263

Fonte: INE (2001)

Quadro 7.28– Taxa de Analfabetismo e sua variação na área da Serra da Freita (1981-2001)

Concelhos	Freguesias	Taxa de Analfabetismo 1981	Taxa de Analfabetismo 1991	Taxa de Analfabetismo 2001	Varição 1981/2001
Arouca	Albª Serra	54,55	38,18	42,9	-11,65
	Burgo	15,61	14,3	15,8	0,19
	Cabreiros	23,63	31,3	32,8	9,17
	Covelo de Paivo	25,66	29,6	29,6	3,94
	Janarde	27,65	34,1	33,3	5,65
	Moldes	18,51	16	18	-0,51
	Santa Eulália	16,24	11,3	16	-0,24
	Urrô	17,86	17,3	20,7	2,84
Vale de Cambra	Arões	18,91	20,6	21,6	2,69
	Cepelos	16,14	13,6	15,3	-0,84
	Junqueira	18,88	16,7	20,3	1,42
	Roge	17,66	14,6	16,3	-1,36
S. Pedro do Sul	Candal	23,24	39,4	40	16,76
	Covas do Rio	27,32	35	36,8	9,48
	Manhouce	18,58	32,2	28,3	9,72
	Stª Cruz da Trapa	17,41	15,8	17,9	0,49
	S.Cristóvão de Lafões	20,06	19,9	20,3	0,24
	S.Martinho das Moitas	24,25	39,2	36,1	11,85
	Sul	20,41	24,1	27,8	7,39
Freguesias com área na Serra da Freita		18,51	18,63	19	0,49
Total das Freguesias estudadas		21,53	26,49	24,2	2,67

Fonte: INE (1981, 1991, 2001)

Quadro 7.30 – Níveis de Escolaridade da população residente na área da Serra da Freita (1981)

Concelhos 1981	Freguesias	Analfabeto	1º CEB	2º CEB	3º CEB	E. Secundário	Outro Ensino **
		Total	Total	Total	Total	Total	Total
Arouca	Albª Serra	114	94	1	0	0	0
	Burgo	572	1018	183	70	42	20
	Cabreiros	134	118	19	7	5	1
	Covelo de Paivo	108	102	8	5	3	3
	Janarde	147	104	22	0	0	0
	Moldes	560	875	90	50	35	16
	Santa Eulália	665	1139	198	81	37	26
	Urrô	404	646	93	50	21	4
Vale de Cambra	Arões	891	1229	177	57	24	12
	Cepelos	473	830	178	85	24	14
	Junqueira	558	717	158	45	17	8
	Roge	594	974	242	63	29	9
S.Pedro do Sul	Candal	136	147	12	0	1	0
	Covas do Rio	152	119	7	1	0	0
	Manhouce	546	500	86	9	7	8
	Stª Cruz da Trapa	514	777	132	53	24	19
	S.Cristóvão de Lafões	117	155	12	5	3	2
	S.Martinho das Moitas	264	224	47	8	3	3
	Sul	788	913	162	53	25	6
Freguesias com área na Serra da Freita		7737	10681	1827	642	300	151
Total das Freguesias estudadas		4253	5642	831	301	163	70
					808	473	251

Fonte: INE (1981)

** Não se distinguem os Cursos Superiores dos Cursos Médios

Quadro 7.31 - Níveis de Escolaridade da população residente na área da Serra da Freita (1991)

Concelhos 1991	Freguesias	Analfabeto	1º CEB	2º CEB	E. Secundário***	Outro Ensino **
		Total	Total	Total	Total	Total
Arouca	Albª Serra	63	75	24	3	0
	Burgo	249	995	332	203	46
	Cabreiros	71	108	33	13	2
	Covelo de Paivo	53	91	28	13	2
	Janarde	77	108	32	13	1
	Moldes	216	809	261	108	41
	Santa Eulália	210	1057	344	265	67
	Urrô	161	519	170	100	23
Vale de Cambra	Arões	402	1050	408	150	19
	Cepelos	204	838	284	203	28
	Junqueira	214	684	284	124	17
	Roge	249	900	346	211	41
S.Pedro do Sul	Candal	74	93	20	3	2
	Covas do Rio	71	133	3	3	0
	Manhouce	307	423	141	40	5
	Stª Cruz da Trapa	205	740	239	153	17
	S.Cristóvão de Lafões	45	154	27	13	1
	S.Martinho das Moitas	177	209	47	18	6
	Sul	358	871	173	96	28
Freguesias com área na Serra da Freita		3406	9857	3196	1732	346
Total das Freguesias estudadas		1954	5034	1590	729	168

Fonte: INE, RGP (1991)

** Não se distinguem os Cursos Superiores dos Cursos Médios

*** Sem informação quanto à diferenciação entre Ensino Secundário Unificado (actualmente 3º CEB) e Ensino Secundário Complementar

Quadro 7.32 - Níveis de Escolaridade da população residente na área da Serra da Freita (2001)

Concelhos 2001	Freguesias	Analfabeto	1º CEB	2º CEB	3ºCEB	E. Secundário	Outro Ensino **
		Total	Total	Total	Total	Total	Total
Arouca	Albª Serra	60	53	21	1	2	3
	Burgo	326	855	320	230	200	136
	Cabreiros	61	85	28	6	2	4
	Covelo de Paivo	50	61	36	8	8	6
	Janarde	53	60	26	10	7	3
	Moldes	266	620	260	145	121	65
	Santa Eulália	375	939	397	217	240	172
	Urrô	250	495	197	84	114	66
Vale de Cambra	Arões	423	829	345	145	141	69
	Cepelos	243	687	261	181	142	73
	Junqueira	263	538	205	119	115	55
	Roge	311	806	328	167	202	87
S.Pedro do Sul	Candal	60	59	8	6	10	7
	Covas do Rio	66	86	12	9	5	1
	Manhouce	237	356	138	42	38	25
	Stª Cruz da Trapa	250	581	225	132	145	56
	S.Cristóvão de Lafões	47	102	29	24	16	13
	S.Martinho das Moitas	128	154	37	13	13	9
	Sul	393	632	178	69	92	45
Freguesias com área na Serra da Freita		3862	7998	3051	1608	1613	895
Total das Freguesias estudadas		2126	4045	1531	736	728	426

Fonte: INE (2001)

** Não se distinguem os Cursos Superiores dos Cursos Médios

Quadro 7.33 – Condição Perante o Trabalho da população da área da Serra da Freita (1981)

Concelhos 1981	Freguesias	População Activa			Desempregados **	Estudantes			Domésticos			Reformados		
		T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M
Arouca	Albª Serra	121	53	68	0	0	0	0	0	0	0	20	10	10
	Burgo	695	504	191	45	111	51	60	347	0	347	48	21	27
	Cabreiros	153	76	77	2	12	8	4	16	4	12	36	12	24
	Covelo de Paivo	82	56	26	9	8	5	3	36	0	36	6	5	1
	Janarde	136	68	68	4	18	9	9	6	0	6	51	20	31
	Moldes	477	344	133	25	103	56	47	270	0	270	203	72	131
	Santa Eulália	643	596	47		137	67	70	400	2	398	191	79	112
	Urrô	454	342	112	19	77	42	35	237	1	236	127	49	78
Vale de Cambra	Arões	1362	671	691	20	98	52	46	20	0	20	314	129	185
	Cepelos	945	486	459	27	86	48	38	21	0	21	195	84	111
	Junqueira	723	415	308	12	58	35	23	140	0	140	192	77	115
	Roge	1049	568	481	24	99	55	44	127	0	127	260	92	168
S. Pedro do Sul	Candal	199	87	112	1	6	4	2	3	0	3	33	9	24
	Covas do Rio	141	63	78	3	0	0	0	2	0	2	63	21	42
	Manhouce	652	270	382	3	37	21	16	17	0	17	208	67	141
	Stª Cruz da Trapa	765	386	379	19	89	53	36	70	0	70	224	67	157
	S.Cristóvão de Lafões	84	57	27	2	11	6	5	64	0	64	55	21	34
	S.Martinho das Moitas	208	131	77	4	21	17	4	76	0	76	143	55	88
	Sul	612	452	160	20	100	47	53	356	0	356	391	150	241
Freguesias com área na Serra da Freita		9380	5572	3808	239	1071	576	495	2208	7	2201	2740	1030	1710
Total das Freguesias estudadas		4686	2802	1884	144	552	286	266	1302	5	1297	1366	514	852
Concelho de Arouca		9115	6067	3048	592	1370	699	671	3587	38	3549	2542	1030	1512
Concelho de Vale de Cambra		11282	6934	4348	196	1419	747	672	2911	1	2910	2363	937	1426
Concelho de S.Pedro do Sul		9232	5515	3717	285	1131	622	509	2769	7	2762	2977	1071	1906

Fonte: INE, RGP (1981)

** Sem Informação por Sexo

Quadro 7.34 - Condição Perante o Trabalho da população da área da Serra da Freita (1991)

Concelhos 1991	Freguesias	População Activa			Desempregados			Estudantes			Domésticos			Reformados		
		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Arouca	Albª Serra	72	44	28	8	5	3	9	7	2	4	2	2	59	21	38
	Burgo	733	486	247	45	11	34	158	81	77	248	3	245	375	155	220
	Cabreiros	92	54	38	2	0	2	14	6	8	12	0	12	81	35	46
	Covelo de Paivo	47	25	22	5	1	4	17	9	8	2	1	1	93	35	58
	Janarde	89	61	28	6	2	4	12	7	5	27	0	27	68	33	35
	Moldes	532	356	176	39	24	15	135	79	56	200	1	199	309	111	198
	Santa Eulália	835	521	314	22	9	13	187	71	116	233	1	232	388	175	213
Vale de Cambra	Urrô	479	294	185	8	3	5	80	34	46	88	2	86	233	87	146
	Arões	1065	521	544	28	14	14	146	77	69	27	2	25	477	215	262
	Cepelos	856	454	402	15	7	8	112	66	46	41	0	41	376	169	207
	Junqueira	573	345	228	24	13	11	99	58	41	89	2	87	272	119	153
	Roge	978	513	465	31	20	11	129	76	53	44	1	43	359	138	221
S. Pedro do Sul	Candal	108	46	62	0	0	0	3	1	2	1	0	1	60	24	36
	Covas do Rio	78	33	45	0	0	0	7	4	3	0	0	0	111	47	64
	Manhouce	498	223	275	0	0	0	47	25	22	15	0	15	249	90	159
	Stª Cruz da Trapa	546	347	199	38	11	27	116	49	67	165	2	163	312	136	176
	S.Cristóvão de Lafões	131	61	70	2	1	1	15	8	7	1	0	1	67	28	39
	S.Martinho das Moitas	132	59	73	3	2	1	19	5	14	6	0	6	257	122	135
Sul	547	288	259	28	10	18	90	51	39	62	1	61	687	319	368	
Freguesias com área na Serra da Freita		8391	4731	3660	304	133	171	1395	714	681	1265	18	1247	4833	2059	2774
Total das Freguesias estudadas		4173	2337	1836	163	68	95	699	370	329	659	12	647	2623	1092	1531
Concelho de Arouca		9290	5804	3486	398	154	244	1860	882	978	2211	32	2179	4639	1919	2720
Concelho de Vale de Cambra		11262	6496	4766	377	158	219	1962	1024	938	1740	28	1712	3753	1574	2179
Concelho de S.Pedro do Sul		7848	4479	3369	380	144	236	1518	728	790	1689	16	1673	4644	2046	2598

Fonte: INE (1991)

Quadro 7.35 - População activa por sectores de actividade, na área da Serra da Freita
(1981- 1991)

Concelhos	Freguesias	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
		1981 Total	1991 Total	1981 Total	1991 Total	1981 Total	1991 Total
Arouca	Alb ^a Serra	118	52	1	18	1	2
	Burgo	297	104	222	373	176	256
	Cabreiros	121	68	18	12	14	12
	Covelo de Paivo	63	36	8	5	11	6
	Janarde	117	48	8	21	11	20
	Moldes	288	204	126	230	63	98
	Santa Eulália	224	136	263	413	156	286
	Urró	189	200	117	150	76	129
Vale de Cambra	Arões	1123	798	139	149	100	118
	Cepelos	621	413	239	291	85	152
	Junqueira	523	260	134	153	66	160
	Roge	579	217	375	441	95	320
S. Pedro do Sul	Candal	196	93	2	7	1	6
	Covas do Rio	138	76	2	0	0	2
	Manhouce	629	452	7	33	16	13
	St ^a Cruz da Trapa	522	219	134	165	109	162
	S.Cristóvão de Lafões	60	97	11	19	13	15
	S.Martinho das Moitas	181	112	9	9	18	11
	Sul	351	344	42	82	77	121
Freguesias com área na Serra da Freita		6340	3929	1857	2571	1088	1889
Total das Freguesias estudadas		3375	2351	682	1059	535	761
Concelho de Arouca		4211	2456	2410	4263	1695	2571
Concelho de Vale de Cambra		4017	2206	4664	5757	1988	3299
Concelho de S. Pedro do Sul		5720	3577	1217	1690	1594	2581
Distrito de Aveiro		51397	28936	138664	163749	68810	104662
Distrito de Viseu		77837	45547	36659	42306	39400	58401

Fonte: INE (1981, 1991)

Quadro 7.36 - Número de Explorações Agrícolas, respectiva Área e Área Média, por freguesia na área da Serra da Freita (1989-1999)

Concelhos	Freguesias	1989			1999		
		Nº de Explorações	Área das Explorações (ha)	Área Média	Nº de Explorações	Área das Explorações (ha)	Área Média
Arouca	Albª Serra	46	598	13,00	43	365	8,5
	Burgo	204	839	4,11	113	2164	19,2
	Cabreiros	47	223	4,74	27	615	22,8
	Covelo de Paivo	35	591	16,89	29	553	19,1
	Janarde	47	478	10,17	24	358	14,9
	Moldes	190	609	3,21	136	367	2,7
	Santa Eulália	204	604	2,96	161	239	1,5
	Urrô	173	520	3,01	106	283	2,7
Vale de Cambra	Arões	454	2435	5,36	1350	4673	3,5
	Cepelos	296	646	2,18	151	462	3,1
	Junqueira	244	1004	4,11	154	575	3,7
	Roge	300	1487	4,96	180	571	3,2
S. Pedro do Sul	Candal	61	142	2,33	48	224	4,7
	Covas do Rio	58	84	1,45	42	836	19,9
	Manhouce	226	1028	4,55	182	888	4,9
	Sª Cruz da Trapa	255	834	3,27	120	473	3,9
	S. Cristovão de Lafões	57	317	5,56	30	216	7,2
	S. Martinho das Moitas	92	250	2,72	79	570	7,2
	Sul	269	595	2,21	117	626	5,4
Freguesias com área na Serra da Freita		3258	13284	4,08	3092	15058	4,9
Freguesias estudadas		1705	7580	4,45	2151	10758	5,0

Fonte: INE (1989, 1999)

Quadro 7.38– Natureza Jurídica do produtor Individual na área da Serra da Freita (1989-1999)

Concelhos	Freguesias	Total de Explorações Nº (1989)	Produtor Singular		Total de Explorações Nº (1999)	Produtor Singular	
			Autónomo %	Empresário %		Autónomo %	Empresário %
Arouca	Albª Serra	46	100	0	42	100	0
	Burgo	204	100	0	113	98,2	1,8
	Cabreiros	47	97,8	2,12	27	100	0
	Covelo de Paivo	35	100	0	29	100	0
	Janarde	47	100	0	24	100	0
	Moldes	190	99,4	0,6	136	100	0
	Stª Eulália	204	99	1	161	98,1	1,7
	Urrô	173	98,8	1,2	106	99	1
Vale de Cambra	Arões	454	100	0	1350	99,5	0,5
	Cepelos	296	100	0	151	100	0
	Junqueira	244	100	0	154	100	0
	Roge	300	100	0	180	96,6	3,3
S. Pedro do Sul	Candal	61	100	0	47	100	0
	Covas do Rio	58	100	0	42	100	0
	Manhouce	226	99,5	0,5	192	100	0
	Stª Cruz da Trapa	255	100	0	120	99,1	0,9
	S. Cristovão de Lafões	57	100	0	30	100	0
	S. Martinho das Moitas	93	99	1	79	100	0
	Sul	269	99,6	0,4	117	100	0
Freguesias com área na Serra da Freita		3259	98	2	3100	99,3	0,7
Freguesias estudadas		1705	99,5	0,5	2159	99,5	0,5

Fonte: INE (1989, 1999)

Quadro 7.39 - População Agrícola Familiar que Trabalha na Exploração Agrícola na área da Serra da Freita (1989) e variação (1989-1999)

Concelhos 1989	Freguesias	População Agrícola Familiar					HM 1999	Var. 89/99 N°
		Total			Trab. Na			
		HM	H	M	Exploração	%		
Arouca	Alb ^a Serra	186	92	94	163	87,63	135	-51
	Burgo	832	419	413	750	90,14	468	-364
	Cabreiros	156	77	79	139	89,10	88	-68
	Covelo de Paivo	134	63	71	121	90,30	115	-19
	Janarde	163	76	87	128	78,53	96	-67
	Moldes	753	378	375	635	84,33	600	-153
	Santa Eulália	804	391	413	692	86,07	649	-155
	Urrô	629	315	314	560	89,03	411	-218
Vale de Cambra	Arões	1601	766	835	1451	90,63	4684	3083
	Cepelos	945	475	470	882	93,33	495	-450
	Junqueira	909	449	842	848	93,29	589	-320
	Roge	990	514	476	913	92,22	623	-367
S. Pedro do Sul	Candal	179	84	95	162	90,50	143	-36
	Covas do Rio	175	83	92	158	90,29	121	-54
	Manhouce	784	335	449	726	92,60	707	-77
	St ^a Cruz da Trapa	756	366	390	559	73,94	410	-346
	S. Cristovão de Lafões	193	90	103	154	79,79	119	-74
	S. Martinho das Moitas	257	123	134	240	93,39	230	-27
	Sul	743	362	381	663	89,23	369	-374
Freguesias com área na Serra da Freita		11189	5458	5731	9944	88,87	11052	-137
Freguesias estudadas		5997	2891	3106	5370	89,54	7720	1723

Fonte: INE (1989, 1999)

Quadro 7.40 - População Agrícola Familiar Pluriactiva na área da Serra da Freita (1989)

Concelhos	Freguesias	População Total	População Pluriactiva	%
Arouca	Alb ^a Serra	186	8	4,3
	Burgo	832	647	77,8
	Cabreiros	156	11	7,1
	Covelo de Paivo	134	1	0,7
	Janarde	163	23	14,1
	Moldes	753	187	24,8
	Santa Eulália	804	292	36,3
	Urrô	629	189	30,0
Vale de Cambra	Arões	1601	325	20,3
	Cepelos	945	276	29,2
	Junqueira	909	216	23,8
	Roge	990	323	32,6
S. Pedro do Sul	Candal	179	26	14,5
	Covas do Rio	175	10	5,7
	Manhouce	784	162	20,7
	St ^a Cruz da Trapa	756	158	20,9
	S. Cristovão de Lafões	193	41	21,2
	S. Martinho das Moitas	257	24	9,3
	Sul	743	140	18,8
Freguesias com área na Serra da Freita		11189	3059	27,3
Freguesias estudadas		5997	1696	28,3

Fonte: INE (1989)

Quadro 7.42 - Distribuição do número de IQ por classes etárias para o total das freguesias estudadas na área do PNM

Concelho	Freguesia	Total	< ou igual 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 -54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	> ou igual a 65 anos
Bragança	Donai	377	86	15	19	24	20	24	21	19	32	28	89
	Espinhosela	410	96	19	22	13	16	16	17	23	29	48	111
	França	331	64	17	14	17	11	17	10	26	32	35	88
	Gimonde	343	107	10	19	15	22	20	25	15	20	25	65
	Gondesende	242	62	18	10	12	8	11	14	17	17	20	53
	Meixedo	201	35	13	4	11	12	8	11	12	21	19	55
	Quintanilha	328	67	13	14	13	13	17	19	29	19	24	100
	Rio de Onor	153	22	7	2	0	1	12	10	20	17	17	45
	Vinhais	Moimenta	249	57	13	9	14	15	14	7	14	10	26
Montouto		201	35	12	9	4	10	5	8	29	15	22	52
Pinheiro Novo		170	33	5	5	9	7	5	8	12	15	20	51
Paçó		255	57	15	10	3	4	14	13	17	16	23	83
Quiraz		337	45	15	17	9	10	11	17	27	38	48	100
Santalha		447	114	23	15	12	16	21	31	31	34	46	104
Vila Verde		281	70	17	8	10	14	10	23	23	18	23	65
Vilar de Ossos		431	114	30	28	25	15	23	21	31	22	32	90
Freguesias Estudadas		4650	1064	242	205	191	194	228	255	345	355	456	1221
proporção			0,2	0,1	0,8	0,9	1,0	1,2	1,1	1,4	1,0	1,3	2,7
Nº IQ		220	19	14	14	11	13	17	21	18	24	22	54
proporção			0,1	0,6	1,0	0,7	1,0	1,3	1,2	1,0	1,3	1,0	2,5

Quadro 7.43 –Distribuição do número de IQ por níveis de escolaridade para o total das freguesias estudadas na área do PNM

Concelhos 1991	Freguesias	Total	Analfabeto	1º CEB	2º CEB	Ensino Secundário***	Outro Ensino **
			Total	Total	Total	Total	Total
Bragança	Donai	377	54	209	26	54	13
	Espinhosela	410	130	181	29	40	2
	França	331	116	147	24	22	9
	Gimonde	343	62	152	46	48	6
	Gondesende	242	49	127	23	26	2
	Meixedo	201	50	98	15	26	2
	Quintanilha	328	78	153	23	47	10
	Rio de Onor	153	31	50	15	16	11
	Vinhais	Moimenta	249	41	145	16	24
Montouto		201	55	107	23	5	0
Pinheiro Novo		170	45	92	13	3	1
Paçó		255	65	133	28	14	0
Quiraz		337	113	176	24	9	4
Santalha		447	108	215	63	29	7
Vila Verde		281	57	152	24	25	4
Vilar de Ossos		431	76	195	62	50	2
Freguesias Estudadas		4650	1130	2332	454	438	77
Proporção			0,2	2,1	0,2	1,0	0,2
Nº IQ		220	43	99	30	33	17
Proporção			0,2	2,3	0,3	1,1	0,5

** Não se distinguem os Cursos Superiores dos Cursos Médios

*** Sem informação quanto à diferenciação entre Ensino Secundário Unificado (actualmente 3º CEB) e Ensino Secundário Complementar

Quadro 7.44 - Distribuição do número de IQ por condição perante o trabalho para o total das freguesias estudadas na área do PNM

Concelhos	Freguesias	Total	Activos	Estudantes	Domésticos	Reformados	
Bragança	Donai	377	97	39	58	129	
	Espinhosela	410	109	31	89	116	
	França	331	65	25	38	138	
	Gimonde	343	110	48	27	80	
	Gondesende	242	129	20	12	41	
	Meixedo	201	37	18	36	74	
	Quintanilha	328	78	31	35	134	
	Rio de Onor	153	33	16	21	64	
	Vinhais	Moimenta	249	63	9	5	36
		Montouto	201	48	19	29	92
Paçó		170	97	3	23	85	
Pinheiro Novo		255	62	11	4	98	
Quiraz		337	142	2	13	59	
Santalha		447	151	4	3	51	
Vila Verde		281	65	48	55	232	
Vilar de Ossos		431	94	26	22	86	
Freguesias estudadas		4650	1380	350	470	1515	
Proporção			0,30	0,25	1,3	3,2	
Nº IQ		220	120	18	22	60	
Proporção			0,5	0,15	1,2	2,7	

Quadro 7.45 – Distribuição do número de IQ da População Activa por sectores de actividade, para o total das freguesias estudadas na área do PNM

Concelhos	Freguesias	Total de Activos	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
Bragança	Donai	97	32	20	45
	Espinhosela	109	63	11	35
	França	65	28	22	15
	Gimonde	110	47	11	52
	Gondesende	129	94	16	19
	Meixedo	37	15	9	13
	Quintanilha	78	43	6	29
	Rio de Onor	33	18	4	11
	Vinhais	Moimenta	63	44	5
Montouto		48	44	0	4
Paçó		97	52	1	44
Pinheiro Novo		62	58	0	4
Quiraz		142	118	15	9
Santalha		151	116	7	28
Vila Verde		65	30	5	30
Vilar de Ossos		94	53	17	24
Freguesias estudadas		1380	855	149	376
Proporção			0,62	0,17	2,52
Nº IQ (só População activa)		120	78	12	32
Proporção			0,65	0,15	2,67

Quadro 7.47 - Distribuição do número de IQ por classes etárias para o total das freguesias estudadas na área da Serra da Freita

Concelhos 1991	Freguesias	Total	< ou = 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	> ou igual a 65 anos
Arouca	Alb ^a Serra	181	50	10	12	11	9	10	8	8	16	7	40
	Burgo	2019	675	179	162	158	123	100	86	98	77	97	264
	Cabreiros	253	65	24	12	9	11	9	7	11	19	20	66
	Covelo de Paivo	202	59	8	7	9	6	12	10	11	8	14	58
	Moldes	1598	624	120	118	94	80	79	57	58	63	59	259
	Urrô	1068	318	87	85	77	55	58	55	46	49	84	154
Vale de Cambra	Arões	2202	552	155	125	102	122	153	109	110	131	119	445
S. Pedro do Sul	Candal	209	43	12	8	11	3	7	10	12	26	21	56
	Manhouce	981	276	36	58	45	53	56	42	56	63	85	236
	Sul	1619	309	85	88	66	67	83	96	102	128	153	466
Total das Freguesias estudadas		3719	1030	215	200	171	174	193	175	186	234	267	852
Proporção			0,28	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,07	0,23
Nº IQ		201	21	21	14	18	12	15	16	15	17	12	40
Proporção			0,10	0,1	0,07	0,09	0,060	0,07	0,08	0,07	0,08	0,06	0,20

Quadro 7.48 –Distribuição do número de IQ por níveis de escolaridade para o total das freguesias estudadas na área da Serra da Freita

Concelhos 1991	Freguesias	Total	Analfabeto	1º CEB	2º CEB	E. Secundário***	Outro Ensino **
Arouca	Alb ^a Serra	181	63	75	24	3	0
	Burgo	138	249	995	332	203	46
	Cabreiros	241	71	108	33	13	2
	Covelo de Paivo	202	53	91	28	13	2
	Moldes	351	216	809	261	108	41
Vale de Cambra	Urrô	226	161	519	170	100	23
	Arões	840	402	1050	408	150	19
S.Pedro do Sul	Candal	209	74	93	20	3	2
	Manhouce	831	307	423	141	40	5
	Sul	501	358	871	173	96	28
Total das Freguesias estudadas		3719	1954	5034	1590	729	168
Proporção			0,53	1,35	0,43	0,20	0,05
Nº IQ		201	40	95	38	18	10
Proporção			0,20	0,47	0,19	0,09	0,05

** Não se distinguem os Cursos Superiores dos Cursos Médios

*** Sem informação quanto à diferenciação entre Ensino Secundário Unificado (actualmente 3º CEB) e Ensino Secundário Complementar

Quadro 7.49 - Distribuição do número de IQ por condição perante o trabalho para o total das freguesias estudadas na área da Serra da Freita

Concelhos	Freguesias	Total	Activos	Estudantes	Domésticos	Reformados
Arouca	Albª Serra	181	72	9	4	59
	Burgo	2019	733	158	248	375
	Cabreiros	253	92	14	12	81
	Covelo de Paivo	202	47	17	2	93
	Moldes	1598	532	135	200	309
	Urrô	1068	479	80	88	233
Vale de Cambra	Arões	2202	1065	146	27	477
S. Pedro do Sul	Candal	209	108	3	1	60
	Manhouce	981	498	47	15	249
	Sul	1619	547	90	62	687
Total das Freguesias estudadas		8154	4173	699	659	2623
Proporção			0,51	0,09	0,08	0,32
Nº IQ		201	111	17	13	60
Proporção			0,55	0,80	0,06	0,30

Quadro 7.50 – Distribuição do número de IQ da População Activa por sectores de actividade, para o total das freguesias estudadas na área da Serra da Freita

Concelhos	Freguesias	Total Activos	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
Arouca	Alb ^a Serra	72	52	18	2
	Burgo	733	104	373	256
	Cabreiros	92	68	12	12
	Covelo de Paivo	47	36	5	6
	Moldes	532	204	230	98
	Urrô	479	200	150	129
Vale de Cambra	Arões	1065	798	149	118
S. Pedro do Sul	Candal	108	93	7	6
	Manhouce	498	452	33	13
	Sul	547	344	82	121
Total das Freguesias estudadas		4173	2351	1059	761
Proporção			0,56	0,25	0,18
Nº IQ		111	74	16	21
Proporção			0,67	0,14	0,19

Quadro 7.52 - Operacionalização dos Conceitos para o Inquérito por Questionário aos Residentes das Áreas de Estudo

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
1.	- Discurso institucional sobre as áreas rurais e a sua qualidade ambiental	- Qualificação da relação Homem/ / Ambiente	- Importância e papel atribuídos às populações residentes na manutenção dos elementos naturais e culturais da área - Importância e papel atribuídos aos visitantes na manutenção dos elementos naturais e culturais da área
a)	- sem aplicação	-sem aplicação	- sem aplicação
b)	- sem aplicação	-sem aplicação	- sem aplicação
2.	- Conflitos e antagonismos - Diversidade de práticas e representações face ao uso do espaço e dos elementos naturais	- Confronto com as representações e práticas de outros actores face ao rural e aos elementos naturais - Concepção de natureza - identificação dos elementos constitutivos - Concepção de ambiente - identificação dos elementos constitutivos - Comportamentos face aos elementos naturais (usos) - Comportamentos face aos elementos rurais (usos) -Posicionamento rural/urbano quanto à qualidade e usos do ambiente e em geral	- Acordo ou desacordo com as representações e práticas de ou outros actores (Institucionais, visitantes, outros residentes) - Cruzamento de informação entre os vários inquéritos - O que é a natureza e os recursos naturais - Que elementos são valorizados na natureza (utilitarismo <i>versus</i> apreciação estética) - O que é o ambiente - Que elementos são valorizados no ambiente (antropocentrismo <i>versus</i> ecocentrismo) - Utilizações dos elementos naturais (fauna, flora, paisagem...) - Utilizações dos elementos rurais (culturais, sociais, económico) - Posicionamento face à maior ou menor qualidade ambiental do rural ou do urbano e face aos usos rurais e urbanos desse ambiente

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	- Questões relativas às características tradicionais do rural e do urbano (escolha entre os dois espaços em relação a uma série de indicadores)
c)	- Incompreensão dos mecanismos legais de protecção por parte dos habitantes locais	<ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidades entre os MLP e os comportamentos dos habitantes - Posicionamento sobre os MLP e a forma como constituem obstáculos aos seus comportamentos - Confronto destes posicionamentos com as representações face ao ambiente e face à natureza - Confronto destes posicionamentos com comportamentos 'tradicionais' face a estes aspectos 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento/desconhecimento dos MLP e comportamentos de desrespeito desses MLP - Posição de acordo/desacordo face aos MLP - Posição face aos MLP como obstáculos aos comportamentos - Cruzamento de informação entre as variáveis - Identificação dos comportamentos 'tradicionais' e cruzamento de informação entre as variáveis
d)	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade das formas de incompreensão - Características objectivas dos residentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Níveis de compreensão/incompreensão dos MLP - Local de residência/Normas vigentes - níveis de escolaridade - níveis de rendimento - idade - sexo - condição perante o trabalho - profissões - situação na profissão - Mais do que uma profissão - Rendimentos da 2ª profissão 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de índices de compreensão/incompreensão face às MLP - Locais de residência e articulação com as restrições e normas vigentes nesses locais - de analfabeto a cursos de pós graduação - de <salário mínimo até >500 cts/mês - escalões etários de <19 até >65 anos - sexo - desempregado/estudante/doméstica/reformado/exerce uma profissão - que profissão - trabalhador por conta própria; por conta de outrém (priv. estado), patrão, trabalhador familiar não remunerado, etc - que profissão

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
e)	- Existência de maiores ou menores conflitos na relação com o estatuto de protecção	- Importância do estatuto (geral) - Importância do estatuto (conflitos) - Tipos de Conflitos - Confronto da área com estatuto com a área sem estatuto	- Avaliação da importância do Estatuto de 'protecção' em termos gerais - Avaliação da importância do estatuto de 'protecção' na área - Avaliação do papel do estatuto de 'protecção' para o aumento ou minimização dos conflitos existentes - Ocorrência de conflitos entre os residentes e os outros actores (identificação de vários tipos de conflitos) - Cruzamento da informação entre os inquiridos aos residentes das duas áreas em estudo
f)	- Confronto entre os MLP e os mecanismos de desenvolvimento socio-económico	- Avaliação do processo de DSE e dos MLP - Posicionamento face ao trajecto de DSE na relação com os elementos naturais - Posicionamento face aos MLP na relação com o DSE - Avaliação da distribuição dos benefícios dos MLP e do DSE na área	- Caracterização da área em termos de DSE e posicionamento - Caracterização da área em termos de MLP e posicionamento - Evolução da área em termos de DSE e papel dos elementos naturais nessa evolução - Evolução dos MLP e papel nos mecanismos de DSE - Justiça ou injustiça na distribuição dos benefícios decorrentes dos MLP e de DSE na área e entre os diversos grupos sociais
g)	- Resistência aos MLP - Diversidade de resistências - Manifestações das resistências	- Identificação das resistências posicionamento face a elas - Tipos de resistências - Concretização das resistências	- Identificação dos casos de desrespeito e/ou desacordo face às normas e restrições impostas ou prováveis - Identificação das formas de resistência - Como se manifestam as resistências (acções/ /comportamentos)
h)	- Diversidade de lógicas	- Identificação das lógicas próprias e das de outros actores	- Lógicas face aos elementos naturais (justificações para sustentar comportamentos e usos) - Reconhecimento das lógicas de outros actores e das suas justificações

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
	- Diversidade de legitimidades	- Identificação das legitimidades próprias e das de outros actores	- Identificação e valor da legitimidade própria no uso do espaço e dos elementos naturais
			- Identificação e valor da legitimidade de outros actores no uso do espaço e dos elementos naturais.
i)	- Diversidade de lógicas -Diversidade de legitimidades	- Dificuldades de funcionamento e gestão do território e dos elementos naturais	- Identificação das formas como dificultam o funcionamento e a gestão actual e passada do território em articulação com as suas lógicas e legitimidades
j)	- Não reconhecimento das lógicas e legitimidades externas	- Posicionamento face às lógicas e legitimidades externas	- Avaliação e posição sobre os principais elementos constitutivos das lógicas e legitimidades externas: - Listagem de frases que evidenciam as lógicas e legitimidades externas e posição de acordo/desacordo sobre as mesmas
k)	- Valor dos elementos naturais para os habitantes locais - Significado dos valores naturais para os habitantes locais	- Identificação de tipos de valores face aos elementos naturais - Identificação de tipos de significados dos elementos naturais	- De 'vulgar' e vivido a 'extraordinário' e 'exterior' - De 'utilitário' a 'apreciativo'
3.	- Representações e práticas face ao desenvolvimento sócio-económico e sua articulação com os aspectos ambientais na explicação dos conflitos	- Posicionamento face ao processo de DSE da área - Posicionamento face à relação ambiente/desenvolvimento (geral) -Posicionamento face à relação ambiente/desenvolvimento (área) - Posicionamento face às manifestações	- idem de f) anterior - Maior ou menor valorização do ambiente face ao DSE em termos gerais - Maior ou menor valorização do ambiente face ao DSE em termos da área de residência - Avaliação das infraestruturas e equipamentos existentes na

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
f)	- idem de f) anterior	- idem de f) anterior	- idem de f) anterior
l)	- Valor e significado do ambiente rural - Carácter secundário do ambiente face aos aspectos materiais do DSE	- idem de k) - Avaliação da posição do ambiente face a aspectos visíveis e materiais do DSE (infraestruturas, emprego, comércio e serviços, etc)	- idem de k) - Que elementos são mais valorizados e porquê - Articulação entre o carácter 'vivido' do ambiente e a sua secundarização relativamente ao DSE
4.	- O Estado como actor privilegiado no 'jogo' da tomada e implementação de decisões relativas à protecção de determinados espaços	- Avaliação da posição do Estado na decisão da protecção - Avaliação da posição do Estado na implementação dos MLP - Avaliação da posição do Estado face à sua própria posição - Avaliação da Posição do estado face à posição de outros actores	- Qual o papel e a legitimidade atribuídos ao Estado na tomada de decisão sobre a protecção da área e de outras áreas - Qual o papel e a legitimidade atribuídos ao Estado na implementação dos MLP na área e em outras áreas - Posicionamento face ao Estado em confronto com a sua própria posição - Posicionamento face ao Estado em confronto com a posição de outros actores

Quadro 7.53 - Operacionalização dos Conceitos para o Inquérito por Questionário aos Visitantes das Áreas de Estudo

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
1	-Discurso institucional sobre as áreas rurais e sua qualidade ambiental	- Qualificação da relação Homem/ ambiente	- Importância e papel atribuídos às populações residentes na manutenção dos elementos naturais culturais da área - Importância e papel atribuídos aos visitantes na manutenção dos elementos naturais e culturais da área
a)	-Procura e Consumos externos	- Procuras e Consumos segundo as características dos visitantes: - local de residência - níveis de escolaridade - níveis de rendimentos - Idade - sexo - condição perante o trabalho - profissões - situação na profissão - Tipos de procura - Tipos de consumo	- locais de residência (rural/urbano)/ dimensão dos locais - de analfabeto a cursos de pós graduação - escala desde < salário mínimo até > 500 cts/mês - escalões etários desde < 19 até > 65 anos - sexo - desempregado/estudante/doméstica/reformado /exerce uma profissão - aberta - trabalhador por conta própria/ por conta de outrém (privado e estado), patrão, trabalhador familiar não remunerado etc. - que actividades procuram na área - que actividades desenvolvem na área
b)	- Procura e Consumo externos	- Tipos de procura e consumo externos: - frequência - períodos de frequência - razões da frequência - expectativas face às áreas	- Costuma visitar áreas rurais/naturais; - Quanto tempo se demora - Porque visita estas áreas - Quais as características rurais/naturais que o levam a

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
		visitadas em termos da ruralidade e qualidade ambiental - Posicionamento face às diferenças rural/urbano - Distinção rural/urbano como factor da procura e do consumo - Normas de uso do espaço e dos elementos naturais Impostas e/ou aceites - Avaliação da instituição da área como protegida e das razões para a instituição - Posicionamento sobre as restrições aos usos dos visitantes e dos residentes	visitar estas áreas - Questões relativas às características tradicionais do rural e do urbano (escolha entre os dois espaços em relação a uma série de características - Se foi o facto de a área apresentar características 'rurais' que motivou a visita (lista de características) - Posição de acordo ou desacordo face às normas - Quais as consequências da instituição ou não da área como protegida - Posição de acordo ou desacordo face às restrições impostas aos usos - Importância das restrições e do seu cumprimento para a área
2.	- Conflitos e antagonismos - Diversidade de práticas e representações face ao uso do espaço e dos elementos naturais	- Confronto com as representações e práticas de outros actores face ao rural e aos elementos naturais - Concepção de natureza - identificação dos elementos constitutivos - Concepção de ambiente - identificação dos elementos constitutivos - Posicionamento face às normas de regulação ou restrições impostas - elementos principais dessas normas; usos abrangidos, motivação das normas - Comportamentos face aos elementos naturais (usos)	- Acordo ou desacordo com as rerepresentações e práticas de outros actores (Institucionais, utentes, habitantes) - Cruzamento de informação entre os vários inquéritos - O que é a natureza e os recursos naturais - Que elementos são valorizados na natureza (utilitarismo <i>versus</i> apreciação estética) - O que é o ambiente - Que elementos são valorizados no ambiente (antropocentrismo <i>versus</i> ecocentrismo) - Posição de acordo ou desacordo com as normas, usos abrangidos, motivações das normas - Utilizações dos elementos naturais (fauna, flora, paisagem...)

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
		<ul style="list-style-type: none"> - Comportamentos face aos elementos rurais (usos) - Posicionamento rural/urbano quanto à qualidade e usos do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Utilizações dos elementos rurais (culturais, sociais, econ) - Posicionamento face à maior ou menor qualidade ambiental do rural ou do urbano e face aos usos rurais e urbanos desse ambiente
c)	sem aplicação	sem aplicação	sem aplicação
d)	sem aplicação	sem aplicação	sem aplicação
e)	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de maiores ou menores conflitos na relação com o estatuto de protecção 	<ul style="list-style-type: none"> - Importância do estatuto (geral) - Importância do Estatuto - Tipos de conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da importância do estatuto de 'protecção em termos gerais - Avaliação da importância do 'estatuto de 'protecção' na área -Avaliação do papel do estatuto de 'protecção para o aumento ou minimização dos conflitos existentes - Ocorrência de conflitos entre os visitantes e os outros actores (identificação de vários tipos de conflitos)
f)	<ul style="list-style-type: none"> - Confronto entre mecanismos legais de protecção e mecanismos de desenvolvimento sócio-económico 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do processo de DSE e dos MLP - Posicionamento face ao trajecto de DSE na relação com os elementos naturais - Posicionamento face aos MLP na relação com o DSE - Avaliação da distribuição dos benefícios dos MLP e do DSE na área 	<ul style="list-style-type: none"> Caracterização da área em termos de DSE e posicionamento - Caracterização da área em termos de MLP e posicionamento - Evolução da área em termos de DSE e papel dos elementos naturais nessa evolução - Evolução dos MLP e papel nos mecanismos de DSE - Justiça ou Injustiça na distribuição dos benefícios decorrentes dos MLP e de DES na área e entre os diversos grupos de actores

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
g)	sem aplicação	sem aplicação	sem aplicação
h)	-Diversidade de Lógicas - Diversidade de Legitimidades	- Identificação das lógicas próprias e das de outros actores - Identificação das legitimidades próprias e das de outros actores	- Lógicas face aos elementos naturais (justificações para sustentar comportamentos e usos) - Reconhecimento das lógicas de outros actores e das suas justificações - Identificação e valor da legitimidade própria no uso do espaço e dos elementos naturais - Identificação e valor da legitimidade de outros actores no uso do espaço e dos elementos naturais
i)	- Diversidade de lógicas -Diversidade de legitimidades	- Dificuldades de funcionamento e gestão do território e dos elementos naturais	- Identificação das formas como dificultam o funcionamento e a gestão actual e passada do território em articulação com as suas lógicas e legitimidades
j)	sem aplicação	sem aplicação	sem aplicação
k)	sem aplicação	sem aplicação	sem aplicação
3.	- Representações e práticas face ao desenvolvimento sócio-económico e sua articulação com os aspectos ambientais na explicação dos conflitos	- Posicionamento face ao processo de DSE da área - Posicionamento face à relação ambiente/desenvolvimento (geral) - Posicionamento face à relação ambiente/desenvolvimento (área) - Posicionamento face às manifestações	- idem de f) - Maior ou menor valorização do Ambiente face ao DSE em termos gerais -Maior ou menor valorização do Ambiente face ao DSE em termos da área em estudo - Avaliação das infraestruturas e equipamentos existentes

HIPÓTESES	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
		de DSE existentes	na área e posicionamento
		- Articulação do trajecto de DSE com o ambiente	- Identificação dos conflitos existentes entre DSE e ambiente devido a uma percepção do DSE como insuficiente na área
f)	- idem de f) anterior	-idem de f) anterior	-idem de f) anterior
l)	sem aplicação	sem aplicação	- sem aplicação
4.	-O Estado como actor privilegiado no 'jogo' da tomada e implementação de decisões relativas à protecção de determinados espaços	- Avaliação da posição do Estado face à sua própria posição - Avaliação da posição do Estado face à dos outros actores	- Posicionamento face ao Estado em confronto com a sua própria posição - Posicionamento face ao estado em confronto com a posição de outros actores

Quadro 7.54 - Operacionalização dos Conceitos para o Inquérito por Entrevista às Entidades que intervêm no uso do espaço e dos recursos e elementos naturais nas áreas em estudo¹

HIPÓTESE	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
1	- Discurso institucional sobre as áreas rurais e a sua qualidade ambiental	- Regularidades no discurso - Irregularidades no discurso face à integração/marginalização das áreas rurais pela via do ambiente -Qualificação institucional dos elementos biofísicos como elementos a preservar - Qualificação da relação Homem/ ambiente	- Papel dado ao ambiente nas áreas rurais nas quais intervêm como factor de integração ou marginalização dessas áreas no contexto socio-económico mais vasto e em relação aos outros factores potenciadores dessa integração/marginalização. - Quais os elementos preservados ou a preservar - Porque são ou devem ser preservados - Importância e papel atribuídos às populações residentes na manutenção dos elementos naturais e culturais da área - Importância e papel atribuídos aos utentes secundários na manutenção dos elementos naturais e culturais da área.
a)	-Procura e Consumo externos	- Avaliação da origem geográfica e sócio-económica dos utentes - Períodos de frequência - Tipos de procura - Tipos de consumo - Razões da procura e do consumo	- De onde vêm os utentes secundários, que tipo de profissões, nível de rendimentos, escolaridade etc parecem possuir - Quando se observa a maior frequência, por quanto tempo visitam a área. - Que actividades procuram na área - Que actividades desenvolvem na área - O que esperam encontrar na área e o que encontram de facto em termos de equipamentos, actividades e outros

¹São aqui consideradas como entidades que intervêm nos usos do espaço e dos recursos naturais as seguintes:

- PN Montesinho: Direcção da Área Protegida; Presidentes da Câmara Municipal de Vinhais e Câmara Municipal de Bragança; Presidentes das Juntas de Freguesia com áreas incluídas no Parque Natural (num total de 35 - 17 do Concelho de Bragança e 18 do Concelho de Vinhais) e a Associação CORANE - Terra Fria, Grupo de Acção Local para a aplicação do LEADER II e ainda responsável pelo Projecto no âmbito do PPDR de revitalização e revalorização dos Centros Rurais da área de Bragança e Vinhais.

- Serra da Freita: Presidentes das Câmaras Municipais de Arouca, S.Pedro do Sul e Vale de Cambra; Presidentes das Juntas de Freguesia com áreas incluídas na área usualmente designada por Serra da Freita (num total de 19 - 7 do Concelho de S.Pedro do Sul; 9 do Concelho de Arouca e 3 do Concelho de Vale de Cambra) e a Associação ADRIMAG, Grupo de Acção Local para a aplicação do LEADER II e ainda responsável pelo Projecto do Centro Rural Portas da Freita, no âmbito do PPDR.

HIPÓTESE	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
b)	-Procura e Consumo externos	<ul style="list-style-type: none"> - Normas de uso do espaço e dos elementos naturais impostas ou aceites - Avaliação da instituição da área como protegida e das razões para a instituição -Posicionamento sobre as restrições aos usos dos utentes secundários e dos habitantes - Importância na instituição e funcionamento da AP actual ou futura 	<ul style="list-style-type: none"> - Posição de acordo ou desacordo face às normas - Posição face aos benefícios/prejuízos para a área decorrentes do seu estatuto como protegida/não protegida - Quais as consequências da instituição ou não da área como protegida para a entidade, para a área e para os habitantes e utentes secundários - Posição de acordo ou desacordo face às restrições impostas aos usos do espaço e dos elementos naturais dos utentes secundários e dos habitantes - Importância dessas restrições e do seu cumprimento para a área - Qual o papel da entidade na instituição da área protegida - Importância da participação da entidade na instituição, funcionamento e gestão da área protegida - Papel real da entidade na área protegida
2.	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos e antagonismos - Diversidade de práticas e representações face ao uso do espaço e dos elementos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Confronto com as representações e práticas de outros actores face ao rural e aos elementos naturais - Concepção de natureza - identificação dos elementos constitutivos - Concepção de ambiente - identificação dos elementos constitutivos - Posicionamento face às normas de regulação ou restrições impostas 	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo ou desacordo com as rerepresentações e práticas de outros actores (Institucionais, utentes, habitantes) - Cruzamento de informação entre os vários inquiridos - O que é a natureza e os recursos naturais - Que elementos são valorizados na natureza (utilitarismo <i>versus</i> apreciação estética) - O que é o ambiente - Que elementos são valorizados no ambiente (ecocentrismo <i>versus</i> antropocentrismo) - Posição de acordo ou desacordo com as normas, usos abrangidos, motivações das normas, elementos principais dessas normas; usos abrangidos, motivação das normas

HIPÓTESE	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
c)	- Incompreensão dos mecanismos legais de protecção por parte dos habitantes locais	- Avaliação e posição das e face às incompatibilidades entre as normas instituídas e os comportamentos dos habitantes nos PO's das AP's também nos PDM's e outros instrumentos de ordenamento e planeamento existentes na área	- Identificação de comportamentos desrespeitadores das normas vigentes na área. - Identificação das principais incompatibilidades entre as normas instituídas e os comportamentos dos residentes - Posição de aceitação ou não desses comportamentos de não respeito pelas normas constantes dos instrumentos de ordenamento e planeamento
d)	-Diversidade das formas de incompreensão	- Identificação de compatibilidades e incompatibilidades diversas segundo características objectivas	- Identificação dos actores principais e das suas características objectivas (idades, sexo, profissões, rendimentos, níveis de escolaridade, etc)
e)	-Existência de maiores ou menores conflitos na relação com o estatuto de protecção	- Importância do Estatuto (geral) - Importância do Estatuto (conflitos)	- Avaliação da importância do estatuto de 'protecção' em termos gerais - Avaliação da importância do estatuto de 'protecção' na área - Avaliação do papel do estatuto de 'protecção' para a minimização ou aumento dos conflitos existentes
f)	- Confronto entre mecanismos legais de protecção e mecanismos de desenvolvimento socio-	- Avaliação do processo de protecção e de desenvolvimento socio-económico - Posicionamento face ao trajecto de desenvolvimento na relação com os elementos naturais - Posicionamento face às medidas de protecção na relação com o desenvolvimento	- Caracterização da área em termos de desenvolvimento - Caracterização da área em termos medidas de protecção - económico -Evolução da área em termos de desenvolvimento e papel dos elementos naturais nessa evolução - Evolução das medidas de protecção e papel dos mecanismos de desenvolvimento

HIPÓTESE	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
		- Avaliação da distribuição dos benefícios das medidas de protecção e desenvolvimento	-Justiça ou injustiça na distribuição dos benefícios decorrentes da protecção e desenvolvimento entre os vários grupos sociais
g)	- Resistência aos mecanismos legais de protecção - Diversidade de resistências - Manifestação das resistências	- Identificação das resistências e posicionamento face a elas Tipos de resistências identificados - Concretização das resistências	-Identificação das resistências e posição de acordo ou desacordo face elas - Actores sociais mais resistentes -como se manifestam as resistências (accções/comportamentos)
h)	-Diversidade de lógicas - Diversidade de legitimidades	- Identificação das lógicas próprias e das de outros actores - Identificação das legitimidades e das de outros actores	- Lógicas de actuação no território e face aos elementos naturais (justificações das intervenções) - Reconhecimento das lógicas de actuação de outros actores e das suas justificações - Identificação e valor da legitimidade própria para intervir no território - Identificação e valor da legitimidade de outros actores para intervir no território
i)	- Diversidade de lógicas -Diversidade de legitimidades	- Dificuldades de funcionamento e gestão do território e dos elementos naturais	- Identificação ds dificuldades de funcionamento actuais e passadas - Identificação das dificuldades de gestão actuais e passadas - Avaliação das dificuldades em articulação com as lógicas e legitimidades diversas dos vários actores

j) sem aplicação sem aplicação sem aplicação

HIPÓTESE	CONCEITOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
k)	<ul style="list-style-type: none"> - Valor dos elementos naturais para os habitantes locais - Significado dos elementos naturais para os habitantes locais 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do valor - Posicionamento sobre o valor - Avaliação do significado - Posicionamento sobre o significado 	<ul style="list-style-type: none"> - Opinião sobre o tipo de valor que é dado aos elementos nat. - Evoluçã. Posição de acordo ou desacordo em relação ao valor - Opinião sobre o tipo de significado que é dado aos elementos - Posição de acordo ou desacordo em relação ao significado
3.	<ul style="list-style-type: none"> - Representações e práticas diversas face ao desenvolvimento socio-económico e sua articulação com os aspectos ambientais na explicação dos conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> - Posicionamento face ao processo de desenvolvimento experienciado e perspectivado - Posicionamento face à relação ambiente/ desenvolvimento - Posicionamento face às manifestações de desenvolvimento existentes - Articulação trajecto de desenvolvimento com os conflitos existentes 	<ul style="list-style-type: none"> - idem de f) - idem de f) - idem de f) - Identificação dos conflitos existentes entre ambiente e desenvolvimento devido a uma percepção deste como insuficiente
f)	- idem de f) anterior	- idem de f) anterior	- idem de f) anterior
l)	<ul style="list-style-type: none"> - Valor e significado do ambiente rural - Carácter secundário do ambiente face aos aspectos materiais do desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> - idem de k) - Avaliação da posição secundária do ambiente face a aspectos como as infraestruturas básicas, o emprego, comércio e serviços, etc 	<ul style="list-style-type: none"> - idem de k) - Que elementos são mais valorizados e porquê - Articulação com o carácter 'vivido' do ambiente para os habitantes

4. - O Estado como actor privilegiado no 'jogo' da tomada e implementação de
- Avaliação da posição do Estado face à sua própria posição
- Avaliação da posição do Estado face
- Posicionamento face ao Estado aos vários níveis (Central->Local), em confronto com a sua própria posição
- Posicionamento face ao Estado aos vários níveis

HIPÓTESE

CONCEITOS

VARIÁVEIS

INDICADORES

decisões relativas à protecção
determinados espaços

à dos outros actores
actores

(Central->Local), em confronto com a posição de outros

**INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS RESIDENTES DO
PARQUE NATURAL DE MONTESINHO**

- A PROTECÇÃO DO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO RURAL -

AGOSTO DE 1997

I. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS INQUIRIDOS

1. Local de Residência: _____

2. Freguesia: _____

3. Concelho: _____

4. Idade:

4.1 - Inferior ou igual a 19 anos	<input type="checkbox"/>	4.6 - 40 - 44 anos	<input type="checkbox"/>
4.2 - 20 - 24 anos	<input type="checkbox"/>	4.7 - 45 - 49 anos	<input type="checkbox"/>
4.3 - 25 - 29 anos	<input type="checkbox"/>	4.8 - 50 - 54 anos	<input type="checkbox"/>
4.4 - 30 - 34 anos	<input type="checkbox"/>	4.9 - 55 - 59 anos	<input type="checkbox"/>
4.5 - 35 - 39 anos	<input type="checkbox"/>	4.10 - 60 - 64 anos	<input type="checkbox"/>
		4.11- Igual ou superior a 65 anos	<input type="checkbox"/>

5. Sexo:

5.1. Masculino 5.2. Feminino

6. Estado Civil:

6.1. Solteiro(a)	<input type="checkbox"/>	6.4. Viúvo(a)	<input type="checkbox"/>
6.2. Casado(a)	<input type="checkbox"/>	6.5. Vive em União de Facto	<input type="checkbox"/>
6.3. Separado(a)/Divorciado(a)	<input type="checkbox"/>	6.6. Outra situação	<input type="checkbox"/>

Qual? _____

7. Nível de Escolaridade: (Assinale o grau mais elevado de estudos que obteve e se o completou ou não):

		Completo	Incompleto
7.1. Analfabeto(a)	<input type="checkbox"/>		
7.2. Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	<input type="checkbox"/>		
7.3. Ensino Primário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.4. Ensino Preparatório	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.5. Ensino Secundário Unificado (9º Ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.6. Ensino Secundário Complementar (11º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.7. 12º ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.8. Curso Profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.9. Curso Médio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.10. Curso Superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.11. Pós-Graduação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Condição perante o trabalho:

8.1. Exerce uma profissão	<input type="checkbox"/>	8.5. Doméstico(a)	<input type="checkbox"/>
8.2. Desempregado(a)	<input type="checkbox"/>	8.6. Incapacitado permanente para o trabalho	<input type="checkbox"/>
8.3. Estudante	<input type="checkbox"/>	8.7. Outra situação	<input type="checkbox"/> Qual? _____
8.4. Reformado(a)	<input type="checkbox"/>		

9. Qual é (ou era, se já está reformado) a sua Profissão (especificar a função): _____

10. Para além dessa Profissão tem (ou teve) outra profissão?

10.1. Sim | _ | 10.2. Não | _ |

11. Se sim., qual? _____

12. Situação na Profissão principal actual:

12.1. Patrão | _ |
12.2. Trabalhador por conta própria | _ |
12.3. Trabalhador por conta de outrem | _ |
12.4. Trabalhador familiar não remunerado | _ |
12.5. Outra situação | _ | Qual? _____

13. Nível de Rendimentos **Mensal** do seu agregado familiar:

13.1. < ou = a 99 999 \$00 | _ | 13.4. 350 000\$00 a 449 999\$00 | _ |
13.2. 100 000\$00 a 249 999\$00 | _ | 13.5. = ou > a 450 000\$00 | _ |
13.3. 250 000\$00 a 349 999\$00 | _ | 13.6. Não sabe/Não responde | _ |

14. Número de elementos que compõem o seu agregado familiar: | _ | | _ |

15. Na escala que se segue, (1) representa a posição política mais à esquerda e (10) a posição política mais à direita. O (0) representa a situação - 'sem posição política'. Assinale com um círculo o número que melhor representa a sua posição política actualmente:

| 0 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

16. Relativamente às finalidades que os países ou os governos devem tentar realizar, quais lhe parecem as mais prioritárias: (Coloque por ordem de prioridade, de mais prioritária (1) a menos prioritária (4)):

16.1. Manter um elevado nível de crescimento económico | _ |
16.2. Possuir um exército forte para se defenderem | _ |
16.3. Assegurar que os cidadãos tenham uma palavra a dizer no seu trabalho, bairro ou concelho onde vivem | _ |
16.4. Tentar melhorar a beleza e a qualidade de vida das cidades e dos campos | _ |

17. Relativamente a esta outra série de finalidades, quais lhe parecem ser as mais desejáveis? (Coloque por ordem de importância, de mais desejável (1) a menos desejável (4)):

17.1. Manter a ordem no país | _ |
17.2. Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo | _ |
17.3. Combater a subida de preços | _ |
17.4. Garantir a liberdade de expressão | _ |

18. Ainda uma outra série de finalidades: qual é na sua opinião a mais importante? (Coloque por ordem de importância, de mais importante(1) a menos importante (4)):

18.1. Assegurar uma evolução regular da economia | _ |
18.2. Progredir para uma sociedade menos impessoal e mais humana | _ |
18.3. Progredir para uma sociedade em que as ideias contem mais do que o dinheiro | _ |

18.4. Lutar contra a criminalidade

|_ |

II. AGRICULTORES:

(Se os inquiridos têm como actividade principal ou secundária a agricultura, devem responder a este bloco de questões. Se não são agricultores, passam para a questão 21)

19. A Exploração Agrícola:

19.1. Área da exploração agrícola: |_| |_| |_| |, |_| |_| ha

19.2. Principais culturas da exploração: _____

19.3. É criador de Gado:

19.3.1. Sim |_| 19.3.2. Não |_|

19.3.3. Se sim, quantas cabeças possui:

19.3.3.1. gado bovino de leite |_| |_| |_|

19.3.3.2. gado bovino para carne |_| |_| |_|

19.3.3.3. gado ovino |_| |_| |_|

19.3.3.4. gado caprino |_| |_| |_|

19.3.3.5. gado suino |_| |_| |_|

19.4. Em quantas parcelas se divide a sua exploração? |_| |_| |_|

19.5. A sua exploração: (assinalar todas as situações adequadas):

19.5.1. Foi herdada na totalidade |_| 19.5.5. Uma parte é comprada |_|

19.5.2. Foi comprada por si na totalidade |_| 19.5.6. Uma parte foi herdada |_|

19.5.3. É arrendada na totalidade |_| 19.5.7. Outra situação |_|

19.5.4. Uma parte é arrendada |_| Qual? _____

19.6. Que máquinas possui:

19.6.1. Tractor |_|

19.6.2. Motocultivador |_|

19.6.3. Ordenha mecânica |_|

19.6.4. Tanque refrigerador para o leite |_|

19.6.5. Material de irrigação |_|

19.6.6. Silos para armazenagem |_|

19.6.7. Um espalhador de estrume ou adubo |_|

19.6.8. Outra maquinaria |_|

Qual? _____

19.6.9. Não possui maquinaria, mas pede emprestada ou aluga |_|

19.6.10. Não possui maquinaria, nem pede emprestada ou aluga |_|

19.7. Costuma utilizar adubos químicos?

19.7.1. Sim, em todas as culturas |_|

19.7.2. Sim, só em algumas culturas |_|

Quais? _____

19.7.3. Nunca |_|

19.8. Costuma utilizar estrume:

19.8.1. Sim, em todas as culturas |_|

19.8.2. Sim, só em algumas culturas | |
Quais? _____
19.8.3. Nunca | |

19.9. Costuma utilizar pesticidas, fungicidas ou herbicidas:

19.9.1. Sim, em todas as culturas | |
19.9.2. Sim, só em algumas culturas | |
Quais? _____
19.9.3. Nunca | |

19.10. Comercializa os produtos da sua exploração agrícola?

19.10.1. Sim, na totalidade | |
19.10.2. Sim, a maior parte | |
19.10.3. Sim, uma pequena parte | |
19.10.4. Sim, cerca de metade | |
19.10.5. Não | |

19.11. Aproximadamente, qual é a percentagem dos rendimentos provenientes da exploração agrícola no total dos rendimentos mensais do agregado doméstico:

19.11.1. < ou = a 25% | |
19.11.2. De 26% a 50% | |
19.11.3. De 51% a 75% | |
19.11.4. = ou > 76% | |
19.11.5. Não sabe | |

19.12. Costuma deixar as suas terras em pousio?

19.12.1. Sim | | 19.12.2. Não | |

20. A Actividade Agrícola e o Ambiente:

20.1. Pensa que a actividade agrícola tem efeitos negativos sobre: (Para cada aspecto assinale a resposta mais adequada à sua opinião):

	Sim	Não	Não Sabe
20.1.1. A qualidade da água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.1.2. A qualidade dos solos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.1.3. A qualidade do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.1.4. O clima	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.1.5. As plantas e os animais selvagens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.1.6. A humidade/secura das terras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.1.7. A beleza das paisagens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.1.8. Outra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Qual? _____

20.2. Diz-se que é cada vez mais importante respeitar a natureza, explorando-a sem a destruir: qual destas afirmações o convence mais: (Assinale apenas uma resposta):

20.2.1. É preciso respeitá-la para continuar a produzir no futuro | |
20.2.2. É preciso respeitá-la para conservar a beleza das paisagens | |
20.2.3. É preciso respeitá-la porque foi Deus que a criou | |
20.2.4. É preciso respeitá-la para preservar os passáros e as plantas | |
20.2.5. É preciso respeitá-la para desenvolver o turismo | |
20.2.6. É preciso respeitá-la para proteger a nossa saúde | |
20.2.7. Outra | |
Qual? _____

20.3. Considera que, em termos gerais, a agricultura é:

20.3.1. Uma actividade prejudicial para a natureza | |

- 20.3.2. Uma actividade não prejudicial para a natureza
- 20.3.3. Não sabe

III. VIVER NO PN MONTESINHO:

21. Das seguintes actividades ou acções, refira as que realiza actualmente e as que realizava antes da criação do PN Montesinho (Para cada actividade, indique a resposta mais adequada à sua situação, podendo assinalar as duas primeiras alternativas simultâneamente):

	Realiza	Realizava	Nunca	Actualmente	Antes	Realizou
21.1. Caçar				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.2. Pescar				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.3. Fazer queimadas				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.4. Desviar água dos rios ou abrir furos				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.5. Colher plantas ou partes de plantas fora da sua exploração agrícola				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.6. Derrubar árvores suas				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.7. Plantar árvores				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.8. Afugentar os animais selvagens das suas terras				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.9. Abrir fossas ou fazer depósitos de detritos fora dos locais próprios				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.10. Ir a qualquer parte na área do PN Montesinho				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.11. Construir ou reconstruir algum edifício sem ter em conta a arquitectura e os materiais tradicionais				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.12. Abater um animal selvagem (lobo, javali)				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.13. Outra				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qual? _____						

22. Sabe que mora numa área protegida?

- 22.1. Sim, um Parque Natural
- 22.2. Sim, mas não sabe de que tipo
- 22.3. Não sabe

23. Acha que a localidade onde vive tem falta de : (Assinale de (1) - maior falta a (9) menor falta):

23.1. Cafés	<input type="checkbox"/>	23.9. Farmácias	<input type="checkbox"/>
23.2. Restaurantes	<input type="checkbox"/>	23.10. Centro de Dia para a 3ª idade /apoio domiciliário	<input type="checkbox"/>
23.3. Mercearias e supermercados	<input type="checkbox"/>	23.11. Melhores acessos/estradas	<input type="checkbox"/>
23.4. Hotéis e pensões	<input type="checkbox"/>	23.12. Saneamento básico	<input type="checkbox"/>
23.5. Postos de correio/telefone	<input type="checkbox"/>	23.13. Melhores arruamentos	<input type="checkbox"/>
23.6. Postos de abastecimento de combustível	<input type="checkbox"/>	23.14. Transportes públicos	<input type="checkbox"/>
23.7. Postos de saúde	<input type="checkbox"/>	23.15. Não sente falta de nada	<input type="checkbox"/>
23.8. Lar da Terceira Idade	<input type="checkbox"/>	23.16. Outra	<input type="checkbox"/>
		Qual? _____	

24. Considera importante que existam normas para regular os comportamentos dos habitantes e dos visitantes no PN Montesinho, face ao património natural e construído?

- 24.1. Sim 24.2. Não 24.3. Não Sabe

25. Em relação às seguintes normas e restrições, refira se concorda ou não como facto de serem aplicadas no Parque Natural de Montesinho (Manifeste a sua posição de acordo/desacordo,utilizando os códigos seguintes para assinalar a sua opinião):

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

25.1 Actividades Sujeitas a Autorização do PN Montesinho

- 25.1.1.Construção/ampliação/ reconstrução/demolição de edificios |_ |
- 25.1.2. Instalação de explorações agrícolas ou ampliação das já existentes |_ |
- 25.1.3. Aterros, escavações ou qualquer alteração à configuração do terreno |_ |
- 25.1.4. Derrube de árvores singulares ou de grande interesse paisagístico, estético ou outro |_ |
- 25.1.5. Derrube de árvores em maciço |_ |
- 25.1.6. Abertura de novas vias de comunicação |_ |
- 25.1.7. Abertura de fossas e depósitos de lixo |_ |
- 25.1.8. Captação e desvio de águas |_ |

25.2. Actividades Proibidas ou Parcialmente Proibidas

- 25.2.1 Caçar em certas áreas |_ |
- 25.2.2. Acesso condicionado de pessoas e automóveis a certas áreas |_ |
- 25.2.3. Fazer campismo em certas áreas |_ |
- 25.2.4. Colher plantas ou partes de plantas |_ |
- 25.2.5. Lançar detritos de qualquer espécie fora dos locais designados |_ |
- 25.2.6. Fazer lume fora dos locais designados |_ |
- 25.2.7. Praticar Actividades desportivas em certas áreas |_ |
- 25.2.8.Introdução de espécies vegetais ou animais exóticas |_ |

26. Quais das seguintes actividades ou acções considera mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente na área do PN Montesinho: (Assinalar para cada actividade ou acção, a situação que lhe parece mais adequada):

- | | Muito | Mais ou Pouco | Nada |
|---|-------|---------------|------|
| | | Menos | |
| 26.1. Abertura de novas estradas | _ | _ | _ |
| 26.2. Exploração de inertes | _ | _ | _ |
| 26.3. Abandono de áreas agrícolas e pastoris | _ | _ | _ |
| 26.4. Degradação dos sistemas de regadio | _ | _ | _ |
| 26.5. Expansão dos matos | _ | _ | _ |
| 26.6. Diminuição da população | _ | _ | _ |
| 26.7. Envelhecimento da população | _ | _ | _ |
| 26.8. Mecanização das actividades agro-pastoris | _ | _ | _ |
| 26.9. Incêndios florestais | _ | _ | _ |
| 26.10. Plantação de árvores não autóctones | _ | _ | _ |
| 26.11. Derrube de árvores autóctones | _ | _ | _ |
| 26.12. Caça | _ | _ | _ |
| 26.13. Turismo | _ | _ | _ |
| 26.14. Degradação/ Alteração Arquitectónica | _ | _ | _ |

26.15. Perda de valores culturais tradicionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.16. Carências em infra-estruturas básicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.17. Pesca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.18. Abate de animais selvagens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.19. Agricultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27. Considera que a **população** do PN Montesinho têm contribuído e/ou pode contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área? (Assinale apenas uma resposta):

27.1. Sim, tem contribuído	<input type="checkbox"/>
27.2. Sim, poderá contribuir	<input type="checkbox"/>
27.3. Sim, tem contribuído e poderá contribuir	<input type="checkbox"/>
27.4. Não tem contribuído	<input type="checkbox"/>
27.5. Não poderá contribuir	<input type="checkbox"/>
27.6. Não tem contribuído, nem poderá contribuir	<input type="checkbox"/>
27.7. Não sabe	<input type="checkbox"/>

28. Considera que os **visitantes** do PN Montesinho têm contribuído e/ou poderão contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área? (Assinale apenas uma resposta):

28.1. Sim, têm contribuído	<input type="checkbox"/>
28.2. Sim, poderão contribuir	<input type="checkbox"/>
28.3. Sim, têm contribuído e poderão contribuir	<input type="checkbox"/>
28.4. Não têm contribuído	<input type="checkbox"/>
28.5. Não poderão contribuir	<input type="checkbox"/>
28.6. Não têm contribuído, nem poderão contribuir	<input type="checkbox"/>
28.7. Não sabe	<input type="checkbox"/>

29. Considera que se a área do PN Montesinho não possuísse o estatuto de 'área protegida', os elementos naturais e culturais da área estariam: (Assinale apenas uma resposta):

29.1. Mais degradados do que actualmente	<input type="checkbox"/>
29.2. Menos degradados do que actualmente	<input type="checkbox"/>
29.3. Na mesma	<input type="checkbox"/>
29.4. Não sabe	<input type="checkbox"/>

30. Qualquer que tenha sido a sua resposta na questão anterior, refira porquê: _____

31. Considera que o estatuto de 'área protegida' deveria abranger um maior número de áreas em Portugal?

31.1. Sim	<input type="checkbox"/>	31.2. Não	<input type="checkbox"/>	31.3. Não Sabe	<input type="checkbox"/>
-----------	--------------------------	-----------	--------------------------	----------------	--------------------------

32. Se respondeu sim à questão anterior, refira agora porquê: (Assinale apenas uma resposta):

32.1. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos	<input type="checkbox"/>
32.2. É urgente conservar as características culturais das áreas rurais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos	<input type="checkbox"/>
32.3. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque a nossa saúde depende disso	<input type="checkbox"/>
32.4. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque foi Deus quem os criou	<input type="checkbox"/>
32.5. A natureza tem os mesmos direitos que os seres humanos	<input type="checkbox"/>

- 32.6. As áreas rurais e os seus habitantes têm direito a um ambiente preservado
- 32.7. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque as actividades económicas (como a agricultura e a indústria) dependem disso
- 32.8. Outra
Qual? _____

33. Considera que a área em que vive é:
- 33.1. Boa para viver todos os dias
- 33.2. Difícil para viver todos os dias
- 33.3. Boa só para visitar de vez em quando
- 33.4. Má, mesmo para visitar

34. Qualquer que tenha sido a sua resposta, refira porquê? _____

35. Alguma vez viveu fora daqui?

- 35.1. Sim 35.2. Não

Se sim., onde viveu mais tempo? _____

36. Se viveu fora daqui, porque regressou (Assinale apenas a alternativa mais adequada à sua situação):

- 36.1. Porque queria viver na minha terra
- 36.2. Porque a vida não correu bem na outra localidade
- 36.3. Porque não havia ninguém que cuidasse das terras e/ou dos meus pais
- 36.4. Porque não levei nem tive possibilidade de levar a mulher/marido e/ou os filhos
- 36.5. Por causa da guerra colonial
- 36.6. Reformei-me
- 36.5. Outra razão
Qual? _____
- 36.6. Não se aplica

37. Se não viveu fora daqui, iria viver noutra sítio, se tivesse oportunidade? (Assinale apenas a alternativa mais adequada à sua opinião):

- 37.1. Sim, numa grande cidade como Lisboa ou o Porto
- 37.2. Sim, numa pequena cidade em Portugal
- 37.3. Sim, numa vila em Portugal
- 37.4. Sim, no estrangeiro
- 37.5. Não viveria noutra local
- 37.6. Não se aplica

38. Qualquer que tenha sido a sua resposta, refira porquê: _____

IV POPULAÇÃO LOCAL, VISITANTES E ÁREA PROTEGIDA

39. Nas áreas protegidas existem, por vezes, incompatibilidades entre os vários agentes que as visitam, habitam e gerem, devido à existência de interesses e de usos do espaço e dos recursos naturais diversos. Tem conhecimento ou já esteve envolvido de / em conflitos / problemas/queixas entre a população e os visitantes do PN Montesinho (Assinale apenas uma resposta):

- 39.1. Tenho conhecimento da existência de conflitos, mas não estive envolvido | _ |
 39.2. Estive já envolvido em conflitos com os visitantes | _ |
 39.3. Não tenho conhecimento nem estive envolvido em conflitos com a população | _ |

40. Se teve conhecimento da existência de conflitos ou já esteve envolvido em conflitos com os visitantes, isso aconteceu porque: (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- 40.1. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos naturais (como a caça, pesca, o derrube de árvores autóctones, o abate de animais selvagens, etc) | _ |
 40.2. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos culturais tradicionais (descaracterização arquitectónica, mecanização das actividades agro-pastoris, etc.) | _ |
 40.3. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos elementos naturais (como a caça, a pesca, o campismo selvagem, a destruição ou perturbação de certas espécies da fauna e da flora) | _ |
 40.4. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos elementos culturais (como o não respeito pelas festas e tradições locais, a ignorância face ao artesanato e à história da região, etc.) | _ |
 40.5. A população queixa-se do ruído provocado pelos visitantes | _ |
 40.6. A população queixa-se do lixo deixado pelos visitantes | _ |
 40.7. A população queixa-se que os visitantes costumam invadir os terrenos particulares | _ |
 40.8. Outra razão | _ |
 Qual? _____

41. Na sua opinião, o facto de ser uma área protegida agrava ou minimiza a existência de conflitos entre os habitantes e os habitantes ?

- 41.1. Agrava os conflitos | _ |
 41.2. Minimiza os conflitos | _ |
 41.3. Não sabe | _ |

42. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

43. Já esteve envolvido ou tem conhecimento em/de conflitos entre a população e a direcção ou elementos da administração do PN Montesinho: (Assinale apenas uma resposta):

- 43.1. Tenho conhecimento da existência de conflitos, mas não estive envolvido | _ |
 43.2. Estive já envolvido em conflitos com a Área Protegida | _ |
 43.3. Não tenho conhecimento nem estive envolvido em conflitos com a Área Protegida | _ |

44. Se teve conhecimento da existência de conflitos ou já esteve envolvido em conflitos com a Área Protegida, isso aconteceu porque: (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- 44.1. A Área Protegida não dá informações nem ouve os habitantes (sobre as normas e restrições a cumprir, não coloca avisos, etc) | _ |
 44.2. A Área Protegida proíbe ou não autoriza certos comportamentos dos habitantes em relação aos elementos naturais (como a caça, pesca o derrube de árvores autóctones, o abate de animais selvagens, etc) | _ |
 44.3. A Área Protegida proíbe ou não autoriza certos comportamentos dos habitantes em relação aos elementos culturais tradicionais (descaracterização arquitectónica mecanização das actividades agro-pastoris, etc) | _ |

- 44.4. Os habitantes desaprovam as normas e as restrições impostas pela Área Protegida relativamente aos elementos naturais
- 44.5. Os habitantes desaprovam as normas e as restrições impostas pela Área Protegida relativamente aos elementos culturais
- 44.6. Outra razão
Qual? _____

45. Na sua opinião, o facto de ser uma área protegida agrava ou minimiza a existência de conflitos?

- 45.1. Agrava os conflitos
- 45.2. Minimiza os conflitos
- 45.3. Não sabe

46. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

47. Como caracterizaria a área do PN Montesinho relativamente ao desenvolvimento social e económico: (apenas uma resposta):

- 47.1. É uma área desenvolvida
- 47.2. É uma área mais ou menos desenvolvida
- 47.3. É uma área pouco desenvolvida
- 47.4. Não é uma área desenvolvida
- 47.5. Não Sabe

48. Em qualquer dos casos refira porquê: _____

49. Considera que as condições naturais (como o clima ou o relevo, por exemplo) tiveram ou poderão ter influência no desenvolvimento social e económico da área?

- 49.1. Sim 49.2. Não 49.3. Não Sabe

50. Se sim, porquê? (Assinale para cada aspecto a situação que lhe parecer mais adequada, para o passado e para o futuro da área):

- | | Tiveram | Poderão Ter | Não sabe |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 50.1. Sim, porque dificultam a vida das populações, que tiveram que partir para outros locais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 50.2. Sim, porque auxiliam a instalação de actividades económicas que são a base de vida das populações e permitiram a criação de empregos | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 50.3. Sim, porque permitem o desenvolvimento do turismo | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 50.4. Sim, porque permitem uma vida mais saudável às populações | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 50.5. Sim, porque permitem a preservação de certas espécies da fauna e da flora que teriam desaparecido | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 50.6. Sim, porque permitem a preservação de certos aspectos culturais e económicos que teriam desaparecido | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 50.7. Outra | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Qual? _____ | | | |

50.8. Não se aplica

|_ |

51. Considera que com a criação do PN Montesinho e a imposição de normas e restrições relativas ao uso do espaço e dos elementos naturais, o desenvolvimento social e económico da área: (só uma resposta):

- 51.1. Aumentou muito |_ |
- 51.2. Aumentou |_ |
- 51.3. Aumentou pouco |_ |
- 51.4. Ficou na mesma |_ |
- 51.5. Diminuiu |_ |
- 51.6. Não sabe |_ |

52. Em qualquer caso, refira porquê: _____

53. Considera que os benefícios decorrentes da protecção da área são (Assinale apenas uma resposta):

- 53.1. Sentidos apenas pelos visitantes |_ |
- 53.2. Sentidos apenas por alguns visitantes |_ | Quais? _____
- 53.3. Sentidos apenas pela população |_ |
- 53.4. Sentidos apenas por alguns grupos da população |_ | Quais? _____
- 53.5. Sentidos pela população e pelos visitantes |_ |
- 53.6. Não se fariam sentir em nenhum caso |_ |
- 53.7. Não Sabe |_ |

54. Considera que na área do PN Montesinho deveriam existir mais equipamentos e serviços ou que o seu número deveria ser limitado?

- 54.1. Deveriam existir mais, sem limitações |_ |
- 54.2. Deveriam existir mais, mas com controle |_ |
- 54.3. Não deveriam existir mais |_ |
- 54.4. Não Sabe |_ |

55. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

V. AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

56. Tendo em conta a relação ambiente/desenvolvimento económico nas sociedades actuais, qual lhe parece ser a opção mais adequada: (Assinale apenas uma resposta):

- 56.1. O desenvolvimento económico deve ser uma prioridade em relação à protecção do ambiente |_ |
- 56.2. A protecção do ambiente deve ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico |_ |
- 56.3. Deve assegurar-se o desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente |_ |

57. Para si o Ambiente e a Natureza são **sobretudo**: (Assinale apenas uma resposta para Ambiente e apenas uma para Natureza):

- | | Natureza | Ambiente |
|--|----------|----------|
| 57.1. O que resulta da interacção entre o Homem e o meio natural | _ | _ |

57.2. O que sustenta a vida humana	_	_
57.3. O que sustenta as actividades económicas	_	_
57.4. O conjunto dos elementos e recursos naturais	_	_
57.5. Um obstáculo que deve ser dominado	_	_
57.6. O que resulta da relação dos Homens entre si	_	_
57.7. Outra	_	_
Qual?	<hr/>	
57.8. Não Sabe	_	_

58. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **ambiente** na questão anterior, refira a sua posição de acordo ou desacordo: (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes):

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

58.1. O ambiente deve ser preservado em prol das gerações futuras	_
58.2. O ambiente deve ser preservado em prol da saúde humana	_
58.3. O ambiente deve ser preservado em prol da continuidade do desenvolvimento económico	_
58.4. O ambiente deve ser preservado pelo valor intrínseco dos recursos naturais	_
58.5. As paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens	_
58.6. O ambiente deve ser preservado a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias	_

59. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **natureza** na questão 56 refira a sua posição de acordo ou desacordo (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição,preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes):

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

59.1. A natureza deve ser preservada para que se possa contemplar a sua beleza	_
59.2. A natureza deve ser preservada para ser utilizada	_
59.3. A natureza é para ser utilizada e não apenas apreciada	_
59.4. Os animais e as plantas têm os mesmos direitos que os seres humanos	_
59.5. Os recursos naturais devem ser conservados a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias	_
59.6. As paisagens não alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens	_
59.7. A natureza deve ser preservada apenas se isso não impedir o crescimento económico	_

60. Em relação às afirmações seguintes manifeste a sua posição de acordo/desacordo (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes)

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

- 60.1. O Governo é a única entidade com responsabilidades na protecção do ambiente e dos recursos naturais
- 60.2. O Governo é a única entidade que pode utilizar os recursos naturais como achar conveniente
- 60.3. O Governo tem tantos direitos sobre os recursos naturais como todo e qualquer cidadão
- 60.4. Os cidadãos têm maiores direitos do que o Governo no usufruto dos recursos naturais
- 60.5. Os habitantes das áreas com maiores recursos naturais têm o dever de os preservar
- 60.6. Os visitantes dessas áreas têm o dever de preservar os recursos naturais aí existentes
- 60.7. Os visitantes dessas áreas têm mais direito ao usos dos recursos naturais do que os seus habitantes
- 60.8. Os habitantes dessas áreas devem utilizar os recursos como melhor entenderem
- 60.9. Ninguém tem o direito de utilizar a seu bel-prazer os recursos naturais

61. Das seguintes entidades e grupos de individuos, quais lhe parecem ser os mais e menos responsáveis pela protecção do ambiente e pela promoção do desenvolvimento social e económico das áreas protegidas (Assinale (1) para as entidades e grupos que lhe parecem ser mais responsáveis e (2) para os que lhe parecem ser menos responsáveis. Utilize o (0) para os que não lhe parecem ser nada responsáveis):

	Protecção do ambiente	Promoção do desenvolvimento
61.1. O Governo , a um nivel central	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.2. As Câmaras Municipais dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.3. As Juntas de Freguesia dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.4. os habitantes dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.5. Os visitantes dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.6. As associações de desenvolvimento locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.7. As associações de defesa do ambiente locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.8 Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Quais? _____	Quais? _____

62. As áreas protegidas em Portugal, têm, em geral, algumas dificuldades no seu funcionamento e no cumprimento dos seus objectivos de protecção da natureza. Concorda com esta afirmação?

- 62.1. Sim 62.2. Não 62.3. Não Sabe

63. Se concordou que as áreas protegidas portuguesas têm, em geral, dificuldades no seu funcionamento, na sua opinião tais dificuldades ocorrem porque: (Assinalar todas as situações que considerar importantes):

- 63.1. Os habitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes
- 63.2. Os habitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes
- 63.3. Os visitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes
- 63.4. Os visitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes
- 63.5. Há uma falta de informação generalizada quanto à protecção do ambiente
- 63.6. As áreas protegidas não têm meios humanos e financeiros para levarem a cabo os seus objectivos e actividades
- 63.7. As áreas protegidas não têm planos e programas que estabeleçam os objectivos e a forma como eles podem ser cumpridos
- 63.8. As áreas protegidas não envolvem os habitantes nas suas actividades
- 63.9. As áreas protegidas não envolvem os visitantes nas suas actividades
- 63.10. As áreas protegidas desconhecem a realidade social e económica das

- | | |
|---|---|
| localidades e pessoas nelas inseridas | _ |
| 63.11. As áreas protegidas não têm poder político para imporem e fiscalizarem o cumprimento dos seus objectivos | _ |
| 63.12. As áreas protegidas gerem mal os recursos que possuem | _ |
| 63.13. Outra situação | _ |
| Qual? _____ | |

VI. ÁREAS RURAIS E AMBIENTE

64. Porque razões considera que as pessoas de outros lugares visitam o PN Montesinho? (Assinalar por ordem de importância as 3 razões que considera mais importantes, de (1) mais importante a (3) menos importante):

- | | |
|--|---|
| 64.1. Pela beleza da paisagem | _ |
| 64.2. Pelo contacto com a natureza | _ |
| 64.3. Pelo contacto com as actividades económicas tradicionais | _ |
| 64.4. Pela gastronomia | _ |
| 64.5. Para a observação dos animais e das plantas autóctones | _ |
| 64.6. Pelo artesanato e folclore local | _ |
| 64.7. Para respirar ar puro | _ |
| 64.8. Para fugir ao stress da vida na cidade | _ |
| 64.9. Para contactar com as pessoas que vivem cá | _ |
| 64.10. Para praticar desporto | _ |
| 64.11. Para caçar e/ou pescar | _ |
| 64.12. Para ver a arquitectura tradicional | _ |
| 64.13. Para visitarem familiares | _ |
| 64.14. Outra razão | _ |
| Qual? _____ | |

65. Quais destas actividades ou aspectos considera que o PN Montesinho pode oferecer às pessoas que o visitam? (Assinalar todas as alternativas que lhe parecerem adequadas):

- | | |
|---|---|
| 65.1. A beleza da paisagem | _ |
| 65.2. O contacto com a natureza | _ |
| 65.3. O contacto com as actividades económicas tradicionais | _ |
| 65.4. A gastronomia | _ |
| 65.5. A observação dos animais e das plantas autóctones | _ |
| 65.6. O artesanato e folclore local | _ |
| 65.7. O ar puro | _ |
| 65.8. A fuga ao stress da vida na cidade | _ |
| 65.9. O contacto com as pessoas que vivem cá | _ |
| 65.10. A pratica de desporto | _ |
| 65.11. A caça e/ou a pesca | _ |
| 65.12. A arquitectura tradicional | _ |
| 65.13. Outra razão | _ |
| Qual? _____ | |

66. Pensa que se está **melhor** na cidade ou no campo nos domínios: (Para cada domínio assinale apenas o local onde pensa que se está melhor):

- | | Cidade | Campo |
|-----------------------------|--------|-------|
| 66.1. Dos cuidados de saúde | _ | _ |
| 66.2. Das escolas | _ | _ |

66.3. Da aquisição ou arrendamento de habitação	_	_
66.4. Dos divertimentos e actividades de recreio/lazer	_	_
66.5. Das relações entre as pessoas	_	_
66.6. Das compras de produtos alimentares	_	_
66.7. Das compras de vestuário e outros produtos não alimentares	_	_
66.8. Do conforto nas habitações	_	_
66.9. Da poluição do ar	_	_
66.10. Da poluição das águas	_	_
66.11. Da poluição sonora	_	_
66.12. De uma vida mais saudável	_	_
66.13. De uma vida com menos cansaço	_	_
66.14. De maior contacto com a natureza	_	_
66.15. De menor criminalidade	_	_

67. Na escala que se segue o (1) representa um menor desenvolvimento económico e o (10) um maior desenvolvimento económico. Onde posicionaria as **áreas rurais**, de uma maneira geral? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe |_ |

68. E as **áreas urbanas**, também de uma maneira geral? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe |_ |

69. Relativamente à qualidade do ambiente, representando o (1) uma menor qualidade ambiental e o (10) uma maior qualidade ambiental, onde posicionaria as **áreas rurais**, em termos gerais (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe |_ |

70. E as **áreas urbanas**, também em termos gerais? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe |_ |

71. Gostaria que os seus filhos (Assinale apenas uma resposta):

71.1. Continuassem a viver aqui	_
71.2. Fossem viver para uma grande cidade portuguesa	_
71.3. Fossem viver para uma pequena cidade portuguesa	_
71.4. Fossem viver para uma vila portuguesa	_
71.5. Fossem viver para o estrangeiro	_
71.6. Não tem filhos	_
71.7. Não Sabe	_

72. Gostaria que os seus filhos fossem (Assinale apenas uma resposta):

- | | | | |
|------------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 72.1. Agricultores | <input type="checkbox"/> | 72.8. Advogados | <input type="checkbox"/> |
| 72.2. Operários na indústria | <input type="checkbox"/> | 72.9. Polícias | <input type="checkbox"/> |
| 72.3. Professores | <input type="checkbox"/> | 72.10. Funcionários públicos | <input type="checkbox"/> |
| 72.4. Comerciante | <input type="checkbox"/> | em qualquer serviço | <input type="checkbox"/> |
| 72.5. Médicos | <input type="checkbox"/> | 72.11. Outra | <input type="checkbox"/> |
| 72.6. Engenheiros | <input type="checkbox"/> | Qual? _____ | |
| 72.7. Enfermeiros | <input type="checkbox"/> | 72.12. Não se aplica | <input type="checkbox"/> |

73. Uma última questão - pensando na relação ambiente/desenvolvimento económico, qual acha que seria a melhor opção para a área onde habita: (Assinale apenas uma resposta):

- | | |
|---|--------------------------|
| 73.1. O desenvolvimento económico deve ser uma prioridade em relação à protecção do ambiente | <input type="checkbox"/> |
| 73.2. A protecção do ambiente deve ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico | <input type="checkbox"/> |
| 73.3. Assegurar o desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente | <input type="checkbox"/> |

**INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS RESIDENTES DA
SERRA DA FREITA**

- A PROTECÇÃO DO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO RURAL -

SETEMBRO DE 1997

I. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS INQUIRIDOS:

1. Local de Residência: _____

2. Freguesia: _____

3. Concelho: _____

4. Idade:

4.1 - Inferior ou igual a 19 anos	_	4.6 - 40 - 44 anos	_
4.2 - 20 - 24 anos	_	4.7 - 45 - 49 anos	_
4.3 - 25 - 29 anos	_	4.8 - 50 - 54 anos	_
4.4 - 30 - 34 anos	_	4.9 - 55 - 59 anos	_
4.5 - 35 - 39 anos	_	4.10 - 60 - 64 anos	_
		4.11 - Igual ou superior a 65 anos	_

5. Sexo:

5.1. Masculino |_ | 5.2. Feminino |_ |

6. Estado Civil:

6.1. Solteiro(a)	_	6.4. Viúvo(a)	_
6.2. Casado(a)	_	6.5. Vive em União de Facto	_
6.3. Separado(a)/Divorciado(a)	_	6.6. Outra situação	_

Qual? _____

7. Nível de Escolaridade: (Assinale o grau mais elevado de estudos que obteve e se o completou ou não):

		Completo	Incompleto
7.1. Analfabeto(a)	_		
7.2. Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	_		
7.3. Ensino Primário	_	_	_
7.4. Ensino Preparatório	_	_	_
7.5. Ensino Secundário Unificado (9º Ano)	_	_	_
7.6. Ensino Secundário Complementar (11º ano)	_	_	_
7.7. 12º ano	_	_	_
7.8. Curso Profissional	_	_	_
7.9. Curso Médio	_	_	_
7.10. Curso Superior	_	_	_
7.11. Pós-Graduação	_	_	_

8. Condição perante o trabalho:

8.1. Exerce uma profissão	_	8.5. Doméstico(a)	_
8.2. Desempregado(a)	_	8.6. Incapacitado permanente	
8.3. Estudante	_	para o trabalho	_
8.4. Reformado(a)	_	8.7. Outra situação	_

Qual? _____

9. Qual é (ou era, se já está reformado) a sua Profissão (especificar a função): _____

10. Para além dessa Profissão tem (ou teve) outra profissão?

10.1. Sim | _ | 10.2. Não | _ |

11. Qual? _____

12. Situação na Profissão principal actual:

12.1. Patrão | _ |
12.2. Trabalhador por conta própria | _ |
12.3. Trabalhador por conta de outrém | _ |
12.4. Trabalhador familiar não remunerado | _ |
12.5. Outra | _ | Qual? _____

13. Nível de Rendimentos **Mensal** do seu agregado familiar:

13.1. < ou = a 99 999\$00 | _ | 13.4. 350 000\$00 a 449 999\$00 | _ |
13.2. 100 000\$00 a 249 999\$00 | _ | 13.5. = ou > 450 000\$00 | _ |
13.3. 250 000\$00 a 349 999\$00 | _ | 13.6. Não sabe/Não responde | _ |

14. Número de elementos que compõem o seu agregado familiar? | _ | | _ |

15. Na escala que se segue, (1) representa a posição política mais à esquerda e (10) a posição política mais à direita. O (0) representa a situação - 'sem posição política'. Assinale com um círculo o número que melhor representa a sua posição política actualmente:

| 0 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

16. Relativamente às finalidades que os países ou os governos devem tentar realizar, quais lhe parecem as mais prioritárias (Coloque por ordem de prioridade, de mais prioritária (1) a menos prioritária (4)):

16.1. Manter um elevado nível de crescimento económico | _ |
16.2. Possuir um exército forte para se defenderem | _ |
16.3. Assegurar que os cidadãos tenham uma palavra a dizer no seu trabalho,
 bairro ou concelho onde vivem | _ |
16.4. Tentar melhorar a beleza e a qualidade de vida das cidades e dos campos | _ |

17. Relativamente a esta outra série de finalidades, quais lhe parecem ser as mais desejáveis? (Coloque por ordem de importância, de mais desejável (1) a menos desejável (4)):

17.1. Manter a ordem no país | _ |
17.2. Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo | _ |
17.3. Combater a subida de preços | _ |
17.4. Garantir a liberdade de expressão | _ |

18. Ainda uma outra série de finalidades: qual é na sua opinião a mais importante? (Coloque por ordem de importância, de mais importante (1) a menos importante (4)):

18.1. Assegurar uma evolução regular da economia | _ |
18.2. Progredir para uma sociedade menos impessoal e mais humana | _ |
18.3. Progredir para uma sociedade em que as ideias contem mais do que o dinheiro | _ |

18.4. Lutar contra a criminalidade

|_ |

II. AGRICULTORES:

(Se os inquiridos têm como actividade principal ou secundária a agricultura, devem responder a este bloco de questões. Se não são agricultores, passam para a questão 21)

19. A Exploração Agrícola

19.1. Área da exploração agrícola: |_| |_| |_|, |_| |_| ha

19.2. Principais culturas da exploração: _____

19.3. É criador de Gado:

19.3.1. Sim |_| 19.3.2. Não |_|

19.3.3. Se sim, quantas cabeças possui:

19.3.3.1. gado bovino de leite |_| |_| |_|

19.3.3.2. gado bovino para carne |_| |_| |_|

19.3.3.3. gado ovino |_| |_| |_|

19.3.3.4. gado caprino |_| |_| |_|

19.3.3.5. gado suino |_| |_| |_|

19.4. Quantas parcelas tem a sua exploração? |_| |_| |_|

19.5. A sua exploração: (assinalar todas as situações adequadas):

19.5.1. Foi herdada na totalidade |_| 19.5.5. Uma parte é comprada |_|

19.5.2. Foi comprada por si na totalidade |_| 19.5.6. Uma parte foi herdada |_|

19.5.3. É arrendada na totalidade |_| 19.5.7. Outra situação |_|

19.5.4. Uma parte é arrendada |_| Qual? _____

19.6. Que máquinas possui:

19.6.1. Tractor |_|

19.6.2. Motocultivador |_|

19.6.3. Ordenha mecânica |_|

19.6.4. Tanque refrigerador para o leite |_|

19.6.5. Material de irrigação |_|

19.6.6. Silos para armazenagem |_|

19.6.7. Um espalhador de estrume ou adubo |_|

19.6.8. Outra maquinaria |_|

Qual? _____

19.6.9. Não possui maquinaria, mas pede emprestada ou aluga |_|

19.6.10. Não possui maquinaria, nem pede emprestada ou aluga |_|

19.7. Costuma utilizar adubos químicos?

19.7.1. Sim, em todas as culturas |_|

19.7.2. Sim, só em algumas culturas |_| Quais? _____

19.7.3. Nunca |_|

19.8. Costuma utilizar estrume:

19.8.1. Sim, em todas as culturas |_|

19.8.2. Sim, só em algumas culturas |_| Quais? _____

19.8.3. Nunca | _ |

19.9. Costuma utilizar pesticidas, fungicidas ou herbicidas:

19.9.1. Sim, em todas as culturas | _ |

19.9.2. Sim, só em algumas culturas | _ | Quais? _____

19.9.3. Nunca | _ |

19.10. Comercializa os produtos da sua exploração agrícola?

19.10.1. Sim, na totalidade | _ |

19.10.2. Sim, a maior parte | _ |

19.10.3. Sim, uma pequena parte | _ |

19.10.4. Sim, cerca de metade | _ |

19.10.5. Não | _ |

19.11. Aproximadamente, qual é a percentagem dos rendimentos provenientes da exploração agrícola no total dos rendimentos mensais do agregado doméstico:

19.10.1. < ou = a 25% | _ |

19.10.2. De 26% a 50% | _ |

19.10.3. De 51% a 75% | _ |

19.10.4. = ou > 76% | _ |

19.10.5. Não sabe | _ |

19.12. Costuma deixar as suas terras em pousio?

19.12.1. Sim | _ | 19.12.2. Não | _ |

20. A Actividade Agrícola e o Ambiente:

20.1. Pensa que a actividade agrícola tem efeitos negativos sobre (Para cada aspecto assinale a resposta mais adequada à sua opinião):

	Sim	Não	Não Sabe
20.1.1. A qualidade da água	_	_	_
20.1.2. A qualidade dos solos	_	_	_
20.1.3. A qualidade do ar	_	_	_
20.1.4. O clima	_	_	_
20.1.5. As plantas e os animais selvagens	_	_	_
20.1.6. A humidade/secura das terras	_	_	_
20.1.7. A beleza das paisagens	_	_	_
20.1.8. Outra	_	_	_

Qual? _____

20.2. Diz-se que é cada vez mais importante respeitar a natureza, explorando-a sem a destruir: qual destas afirmações o convence mais (Assinale apenas uma resposta):

20.2.1. É preciso respeitá-la para continuar a produzir no futuro | _ |

20.2.2. É preciso respeitá-la para conservar a beleza das paisagens | _ |

20.2.3. É preciso respeitá-la porque foi Deus que a criou | _ |

20.2.4. É preciso respeitá-la para preservar os passáros e as plantas | _ |

20.2.5. É preciso respeitá-la para desenvolver o turismo | _ |

20.2.6. É preciso respeitá-la para proteger a nossa saúde | _ |

20.2.7. Outra | _ |

Qual? _____

20.3. Considera que, em termos gerais, a agricultura é:

20.3.1. Uma actividade prejudicial para a natureza | _ |

20.3.2. Uma actividade não prejudicial para a natureza | _ |

20.3.3. Não sabe | _ |

III. VIVER NA SERRA DA FREITA:

21. Das seguintes actividades ou acções, refira as que realiza actualmente e gostaria de continuar a realizar, mesmo que a Serra da Freita venha a ser considerada uma área protegida (Para cada actividade, indique a resposta mais adequada à sua situação, podendo assinalar as duas primeiras alternativas simultaneamente):

	Realiza Actualmente	Gostaria de continuar a realizar	Nunca Realizou
21.1. Caçar	_	_	_
21.2. Pescar	_	_	_
21.3. Fazer queimadas	_	_	_
21.4. Desviar água dos rios ou abrir furos	_	_	_
21.5. Colher plantas ou partes de plantas fora da sua exploração agrícola	_	_	_
21.6. Derrubar árvores suas	_	_	_
21.7. Plantar árvores	_	_	_
21.8. Afugentar os animais selvagens	_	_	_
21.9. Abrir fossas ou fazer depósitos de detritos fora dos locais próprios	_	_	_
21.10. Ir onde lhe apetece na Serra da Freita	_	_	_
21.11. Construir ou reconstruir um edifício sem ter em conta a arquit ^a e os materiais típicos	_	_	_
21.12. Abater um animal selvagem (lobo, javali)	_	_	_
21.13. Outra	_	_	_
Qual? _____			

22. Gostaria que a área onde mora fosse legalmente protegida?

22.1. Sim, um Parque Natural	_
22.2. Sim, uma Área de Paisagem Protegida	_
22.3. Sim, uma Reserva Natural	_
22.4. Sim, mas não sabe de que tipo	_
22.5. Não	_
22.6. Não Sabe	_

23. Acha que a localidade onde vive tem falta de (Assinale de (1) - maior falta a (9) menor falta):

23.1. Cafés	_	23.9. Farmácias	_
23.2. Restaurantes	_	23.10. Centros de dia para a 3ª Idade /apoio domiciliário	_
23.3. mercearias e supermercados	_	23.11. Melhores acessos/estradas	_
23.4. Hotéis e pensões	_	23.12. Saneamento básico	_
23.5. Postos de correio/telefone	_	23.13. Melhores arruamentos	_
23.6. Postos de abastecimento de combustível	_	23.14. Transportes públicos	_
23.7. Postos de saúde	_	23.15. Não sente falta de nada	_
23.8. Lar da Terceira Idade	_	23.16. Outra	_
		Qual? _____	

24. Gostaria que existissem na Serra da Freita normas para regular os comportamentos dos habitantes e visitantes face ao património natural e construído?

24.1. Sim	_	24.2. Não	_	24.3. Não Sabe	_
-----------	---	-----------	---	----------------	---

25. Desta lista de normas e restrições, refira se concorda ou não com o facto de elas poderem vir a ser aplicadas na área da Serra da Freita (Manifeste a sua posição de acordo/desacordo, utilizando os códigos seguintes para assinalar a sua posição):

- | | |
|--------------------------|---|
| . Concordo Totalmente | 1 |
| . Concordo Moderadamente | 2 |
| . Discordo Moderadamente | 3 |
| . Discordo Totalmente | 4 |
| . Não Sabe | 0 |

25.1 Actividades Sujeitas a Autorização

- | | |
|---|---|
| 25.1.1. Construção/ampliação/ reconstrução/demolição de edifícios | _ |
| 25.1.2. Instalação de explorações agrícolas ou ampliação das já existentes | _ |
| 25.1.3. Aterros, escavações ou qualquer alteração à configuração do terreno | _ |
| 25.1.4. Derrube de árvores singulares ou de grande interesse paisagístico, estético | _ |
| 25.1.5. Derrube de árvores em maciço | _ |
| 25.1.6. Abertura de novas vias de comunicação | _ |
| 25.1.7. Abertura de fossas e depósitos de lixo | _ |
| 25.1.8. Captação e desvio de águas | _ |

25.2. Actividades Proibidas ou Parcialmente Proibidas

- | | |
|--|---|
| 25.2.1 Caçar em certas áreas | _ |
| 25.2.2. Acesso condicionado de pessoas e automóveis a certas áreas | _ |
| 25.2.3. Fazer campismo em certas áreas | _ |
| 25.2.4. Colher plantas ou partes de plantas | _ |
| 25.2.5. Lançar detritos de qualquer espécie fora dos locais designados | _ |
| 25.2.6. Fazer lume fora dos locais designados | _ |
| 25.2.7. Praticar Actividades desportivas em certas áreas | _ |
| 25.2.8. Introdução de espécies vegetais ou animais exóticas | _ |

26. Quais das seguintes actividades ou acções considera mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente na área da Serra da Freita: (Assinalar para cada actividade ou acção, a situação que lhe parece mais adequada):

- | | Muito | Mais ou Menos | Pouco | Nada |
|---|-------|---------------|-------|------|
| 26.1. Abertura de novas estradas | _ | _ | _ | _ |
| 26.2. Exploração de inertes | _ | _ | _ | _ |
| 26.3. Abandono de áreas agrícolas e pastoris | _ | _ | _ | _ |
| 26.4. Degradação dos sistemas de regadio | _ | _ | _ | _ |
| 26.5. Expansão dos matos | _ | _ | _ | _ |
| 26.6. Diminuição da população | _ | _ | _ | _ |
| 26.7. Envelhecimento da população | _ | _ | _ | _ |
| 26.8. Mecanização das actividades agro-pastoris | _ | _ | _ | _ |
| 26.9. Incêndios florestais | _ | _ | _ | _ |
| 26.10. Plantação de árvores não autóctones | _ | _ | _ | _ |
| 26.11. Derrube de árvores autóctones | _ | _ | _ | _ |
| 26.12. Caça | _ | _ | _ | _ |
| 26.13. Turismo | _ | _ | _ | _ |
| 26.14. Degradação/Alteração Arquitectónica | _ | _ | _ | _ |
| 26.15. Perda de valores culturais tradicionais | _ | _ | _ | _ |
| 26.16. Carências em infra-estruturas básicas | _ | _ | _ | _ |

- | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 26.17. Pesca | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 26.18. Abate de animais selvagens | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 26.19. Agricultura | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

27. Considera que **os habitantes** da Serra da Freita têm contribuído e/ou podem contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área? (Assinale apenas uma resposta):

- | | |
|---|--------------------------|
| 27.1. Sim, têm contribuído | <input type="checkbox"/> |
| 27.2. Sim, poderão contribuir | <input type="checkbox"/> |
| 27.3. Sim, têm contribuído e poderão contribuir | <input type="checkbox"/> |
| 27.4. Não têm contribuído | <input type="checkbox"/> |
| 27.5. Não poderão contribuir | <input type="checkbox"/> |
| 27.6. Não tem contribuído, nem poderão contribuir | <input type="checkbox"/> |
| 27.7. Não sabe | <input type="checkbox"/> |

28. Considera que os **visitantes** da Serra da Freita têm contribuído e/ou poderão contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área? (Assinale apenas uma resposta):

- | | |
|---|--------------------------|
| 28.1. Sim, têm contribuído | <input type="checkbox"/> |
| 28.2. Sim, poderão contribuir | <input type="checkbox"/> |
| 28.3. Sim, têm contribuído e poderão contribuir | <input type="checkbox"/> |
| 28.4. Não têm contribuído | <input type="checkbox"/> |
| 28.5. Não poderão contribuir | <input type="checkbox"/> |
| 28.6. Não têm contribuído, nem poderão contribuir | <input type="checkbox"/> |
| 28.7. Não sabe | <input type="checkbox"/> |

29. Considera que se a área da Serra da Freita possuísse o estatuto de 'área protegida', os elementos naturais e culturais da área estariam: (Assinale apenas uma resposta):

- | | |
|---|--------------------------|
| 29.1. Mais degradados do que actualmente | <input type="checkbox"/> |
| 29.2. Menos degradados do que actualmente | <input type="checkbox"/> |
| 29.3. Na mesma | <input type="checkbox"/> |
| 29.4. Não sabe | <input type="checkbox"/> |

30. Qualquer que tenha sido a sua resposta na questão anterior, refira porquê: _____

31. Considera que o estatuto de 'área protegida' deveria abranger um maior número de áreas em Portugal?

- | | | | | | |
|-----------|--------------------------|-----------|--------------------------|----------------|--------------------------|
| 31.1. Sim | <input type="checkbox"/> | 31.2. Não | <input type="checkbox"/> | 31.3. Não sabe | <input type="checkbox"/> |
|-----------|--------------------------|-----------|--------------------------|----------------|--------------------------|

32. Se respondeu sim à questão anterior, refira agora porquê: (Assinale apenas uma resposta):

- | | |
|---|--------------------------|
| 32.1. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos | <input type="checkbox"/> |
| 32.2. É urgente conservar as características culturais das áreas rurais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos | <input type="checkbox"/> |
| 32.3. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque a nossa saúde depende disso | <input type="checkbox"/> |
| 32.4. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque foi Deus quem os criou | <input type="checkbox"/> |
| 32.5. A natureza tem os mesmos direitos que os seres humanos | <input type="checkbox"/> |

- 32.6. As áreas rurais e os seus habitantes têm direito a um ambiente preservado | _ |
 32.7. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque as actividades económicas (como a agricultura, o turismo e a indústria) dependem disso | _ |
 32.8. Outra | _ |
 Qual? _____

33. Considera que a área em que vive é:
 33.1. Boa para viver todos os dias | _ |
 33.2. Difícil para viver todos os dias | _ |
 33.3. Boa só para visitar de vez em quando | _ |
 33.4. Má, mesmo para visitar | _ |

34. Qualquer que tenha sido a sua resposta, refira porquê: _____

35. Alguma vez viveu fora daqui?

- 35.1. Sim | _ | 35.2. Não | _ |
 SE sim, onde viveu mais tempo? _____

36. Se viveu fora daqui, porque regressou (Assinale apenas a alternativa mais adequada à sua situação):

- 36.1. Porque queria viver na minha terra | _ |
 36.2. Porque a vida não correu bem na outra localidade | _ |
 36.3. Porque não havia ninguém que cuidasse das terras e/ou dos meus pais | _ |
 36.4. Porque não levei nem tive possibilidade de levar a mulher/marido e/ou os filhos | _ |
 36.5. Por causa da guerra colonial | _ |
 36.6. Reformei-me | _ |
 36.7. Outra | _ |
 Qual? _____
 36.8. Não se aplica | _ |

37. Se não viveu fora daqui, iria viver noutra sítio se tivesse oportunidade? (Assinale apenas a alternativa mais adequada à sua opinião):

- 37.1. Sim, numa grande cidade como Lisboa ou o Porto | _ |
 37.2. Sim, numa pequena cidade em Portugal | _ |
 37.3. Sim, numa vila em Portugal | _ |
 37.4. Sim, no estrangeiro | _ |
 37.5. Não viveria noutra localidade | _ |
 37.6. Não se aplica | _ |

38. Qualquer que tenha sido a sua resposta, refira porquê? _____

IV. POPULAÇÃO LOCAL , VISITANTES E SERRA DA FREITA

39. Nas áreas rurais e naturais existem, por vezes, incompatibilidade entre os vários agentes que as visitam, habitam e gerem, devido à existência de interesses e de usos do espaço e dos

recursos naturais diversos. Tem conhecimento ou já esteve envolvido de/em conflitos/problemas/queixas entre os habitantes e os visitantes da Serra da Freita (Assinale apenas uma resposta):

- 39.1. Tenho conhecimento da existência de conflitos, mas não estive envolvido | _ |
39.2. Estive já envolvido em conflitos com os visitantes | _ |
39.3. Não tenho conhecimento nem estive envolvido em conflitos com a população | _ |

40. Se teve conhecimento da existência de conflitos ou já esteve envolvido em conflitos com os visitantes, isso aconteceu porque: (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- 40.1. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos naturais (como a caça, pesca, o derrube de árvores autóctones, o abate de animais selvagens, etc) | _ |
40.2. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos culturais tradicionais (descaracterização arquitectónica, mecanização das actividades agro-pastoris, etc) | _ |
40.3. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos elementos naturais (como a caça, a pesca, o campismo selvagem, a destruição ou perturbação de certas espécies da fauna e da flora) | _ |
40.4. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos elementos culturais (como o não respeito pelas festas e tradições locais, a ignorância face ao artesanato e à história da região, etc) | _ |
40.5. A população queixa-se do ruído provocado pelos visitantes | _ |
40.6. A população queixa-se do lixo deixado pelos visitantes | _ |
40.7. A população queixa-se que os visitantes costumam invadir os terrenos particulares | _ |
40.7. Outra razão
Qual? _____

41. Na sua opinião, o facto de a Serra da Freita não ser uma área protegida agrava ou minimiza a existência de conflitos entre os visitantes e os habitantes ?

- 41.1. Agrava os conflitos | _ |
41.2. Minimiza os conflitos | _ |
41.3. Não sabe | _ |

42. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

43. Como caracterizaria a área da Serra da Freita relativamente ao desenvolvimento social e económico: (apenas uma resposta)

- 43.1. É uma área desenvolvida | _ |
43.2. É uma área mais ou menos desenvolvida | _ |
43.3. É uma área pouco desenvolvida | _ |
43.4. Não é uma área desenvolvida | _ |
43.5. Não Sabe | _ |

44. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

45. Considera que as condições naturais (como o clima ou o relevo, por exemplo) e os recursos naturais (como o solo, por exemplo) tiveram ou poderão ter influência no desenvolvimento social e económico da área?

45.1. Sim | _ | 45.2. Não | _ | 45.3. Não sabe | _ |

46. Se sim, porquê? (Assinale para cada aspecto, a situação que lhe parecer mais adequada, para o passado e o futuro da área):

	Tiveram	Poderão Ter	Não sabe
46.1. Sim, porque dificultam a vida das populações, que tiveram que partir para outros locais	_	_	_
46.2. Sim, porque auxiliam a instalação de actividades económicas que são a base de vida das populações e permitiram a criação de empregos	_	_	_
46.3. Sim, porque permitem o desenvolvimento do turismo	_	_	_
46.4. Sim, porque permitem uma vida mais saudável às populações	_	_	_
46.5. Sim, porque permitem a preservação de certas espécies da fauna e da flora que teriam desaparecido	_	_	_
46.6. Sim, porque permitem a preservação de certos aspectos culturais e económicos que teriam desaparecido	_	_	_

47. Considera que com a eventual passagem da Serra da Freita a Área Protegida e com a imposição de normas e restrições relativas ao uso do espaço e dos elementos naturais, o desenvolvimento social e económico da área: (só uma resposta):

- | | |
|------------------------|---|
| 47.1. Aumentaria muito | _ |
| 47.2. Aumentaria | _ |
| 47.3. Aumentaria pouco | _ |
| 47.4. Ficaria na mesma | _ |
| 47.5. Diminuiria | _ |
| 47.6. Não sabe | _ |

48. Em qualquer caso, refira porquê: _____

49. Considera que os benefícios decorrentes da eventual protecção da área seriam: (assinale apenas uma resposta):

- | | |
|--|------------------|
| 49.1. Sentidos apenas pelos visitantes | _ |
| 49.2. Sentidos apenas por alguns visitantes | _ Quais? _____ |
| 49.3. Sentidos apenas pela população | _ |
| 49.4. Sentidos apenas por alguns grupos da população | _ Quais? _____ |
| 49.5. Sentidos pela população e pelos visitantes | _ |
| 49.6. Não se fariam sentir em nenhum caso | _ |
| 49.6. Não sabe | _ |

50. Considera que na área da Serra da Freita deveriam existir mais equipamentos e serviços ou que o seu número deveria ser limitado?

- | | |
|---|---|
| 50.1. Deveriam existir mais, sem limitações | _ |
| 50.2. Deveriam existir mais, mas com controle | _ |
| 50.3. Não deveriam existir mais | _ |
| 50.4. Não Sabe | _ |

51. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

V. AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

52. Tendo em conta a relação ambiente/desenvolvimento económico nas sociedades actuais, qual lhe parece ser a opção mais adequada: (Assinale apenas uma resposta):

- | | |
|---|---|
| 52.1. O desenvolvimento económico deve ser uma prioridade em relação à protecção do ambiente | _ |
| 52.2. A protecção do ambiente deve ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico | _ |
| 52.3. Deve assegurar-se o desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente | _ |

53. Para si o Ambiente e a Natureza são **sobretudo**: (Assinale apenas uma resposta para Ambiente e apenas uma para Natureza):

- | | Natureza | Ambiente |
|--|----------|----------|
| 53.1. O que resulta da interacção entre o Homem e o meio natural | _ | _ |
| 53.2. O que sustenta a vida humana | _ | _ |
| 53.3. O que sustenta as actividades económicas | _ | _ |
| 53.4. O conjunto dos elementos e recursos naturais | _ | _ |
| 53.5. Um obstáculo que deve ser dominado | _ | _ |
| 53.6. O resultado da relação dos Homens entre si | _ | _ |
| 53.7. Outra
Qual? _____ | _ | _ |
| 53.8. Não Sabe | _ | _ |

54. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **ambiente** na questão anterior, refira a sua posição de acordo ou desacordo (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes):

- | | |
|--------------------------|---|
| . Concordo Totalmente | 1 |
| . Concordo Moderadamente | 2 |
| . Discordo Moderadamente | 3 |
| . Discordo Totalmente | 4 |
| . Não Sabe | 0 |

- | | |
|---|---|
| 54.1. O ambiente deve ser preservado em prol das gerações futuras | _ |
| 54.2. O ambiente deve ser preservado em prol da saúde humana | _ |
| 54.3. O ambiente deve ser preservado em prol da continuidade do desenvolvimento económico | _ |
| 54.4. O ambiente deve ser preservado pelo valor intrínseco dos recursos naturais | _ |
| 54.5. As paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens | _ |
| 54.6. O ambiente deve ser preservado a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias | _ |

55. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **natureza** na questão 53, refira a sua posição de acordo ou desacordo: (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes)

- | | |
|--------------------------|---|
| . Concordo Totalmente | 1 |
| . Concordo Moderadamente | 2 |
| . Discordo Moderadamente | 3 |
| . Discordo Totalmente | 4 |
| . Não Sabe | 0 |

- | | |
|--|---|
| 55.1. A natureza deve ser preservada para que se possa contemplar a sua beleza | _ |
| 55.2. A natureza deve ser preservada para ser utilizada | _ |
| 55.3. A natureza é para ser utilizada e não apenas apreciada | _ |
| 55.4. Os animais e as plantas têm os mesmos direitos que os seres humanos | _ |
| 55.5. Os recursos naturais devem ser conservados a qualquer preço | _ |

- em quaisquer circunstâncias
- 55.6. As paisagens não alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens
- 55.7. A natureza deve ser preservada apenas se isso não impedir o crescimento económico

56. Em relação às afirmações seguintes manifeste a sua posição de acordo/desacordo (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes):

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

- 56.1. O Governo é a única entidade com responsabilidades na protecção do ambiente e dos recursos naturais
- 56.2. O Governo é a única entidade que pode utilizar os recursos naturais como achar conveniente
- 56.3. O Governo tem tantos direitos sobre os recursos naturais como todo e qualquer cidadão
- 56.4. Os cidadãos têm maiores direitos do que o Governo no usufruto dos recursos naturais
- 56.5. Os habitantes das áreas com maiores recursos naturais têm o dever de os preservar
- 56.6. Os visitantes dessas áreas têm o dever de preservar os recursos naturais aí existentes
- 56.7. Os visitantes dessas áreas têm mais direito ao usos dos recursos naturais do que os seus habitantes
- 56.8. Os habitantes dessas áreas devem utilizar os recursos como melhor entenderem
- 56.9. Ninguém tem o direito de utilizar a seu bel-prazer os recursos naturais

57. Das seguintes entidades e grupos de individuos, quais lhe parecem ser os mais e menos responsáveis pela protecção do ambiente e pela promoção do desenvolvimento social e económico das áreas protegidas: (Assinale (1) para as entidades e grupos que lhe parecem ser mais responsáveis e (2) para os que lhe parecem ser menos responsáveis. Utilize o (0) para os que não lhe parecem ser nada responsáveis)

	Protecção do ambiente	Promoção do desenvolvimento
57.1. O Governo, a um nivel central	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
57.2. As Câmaras Municipais dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
57.3. As Juntas de Freguesia dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
57.4. os habitantes dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
57.5. Os visitantes dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
57.6. As associações de desenvolvimento locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
57.7. As associações de defesa do ambiente locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
57.8 Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Quais? _____	Quais? _____

58. As áreas protegidas em Portgal têm, em geral, algumas dificuldades no seu funcionamento e no cumprimento dos seus objectivos de protecção da natureza. Concorda com esta afirmação?

- 58.1. Sim 58.2. Não 58.3. Não sabe

59. Se concordou que as áreas protegidas portuguesas têm, em geral, dificuldades no seu funcionamento, na sua opinião tais dificuldades ocorrem porque (Assinale todas as situações que considere importantes):

- | | |
|--|---|
| 59.1. Os habitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes | _ |
| 59.2. Os habitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes | _ |
| 59.3. Os visitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes | _ |
| 59.4. Os visitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes | _ |
| 59.5. Há uma falta de informação generalizada quanto à protecção do ambiente | _ |
| 59.6. As áreas protegidas não têm meios humanos e financeiros para levarem a cabo os seus objectivos e actividades | _ |
| 59.7. As áreas protegidas não têm planos e programas que estabeleçam os objectivos e a forma como eles podem ser cumpridos | _ |
| 59.8. As áreas protegidas não envolvem os habitantes nas suas actividades | _ |
| 59.9. As áreas protegidas não envolvem os visitantes nas suas actividades | _ |
| 59.10. As áreas protegidas desconhecem a realidade social e económica das localidades e pessoas nelas inseridas | _ |
| 59.11. As áreas protegidas não têm poder político para imporem e fiscalizarem o cumprimento dos seus objectivos | _ |
| 59.12. As áreas protegidas gerem mal os recursos que possuem | _ |
| 59.13. Outra situação | _ |
- Qual? _____

VI. ÁREAS RURAIS E AMBIENTE

60. Porque razões considera que as pessoas de outros lugares visitam a Serra da Freita (Assinalar por ordem de importância as 3 razões que considera mais importantes, de (1) - mais importante a (3) - menos importante):

- | | |
|--|---|
| 60.1. Pela beleza da paisagem | _ |
| 60.2. Pelo contacto com a natureza | _ |
| 60.3. Pelo contacto com as actividades económicas tradicionais | _ |
| 60.4. Pela gastronomia | _ |
| 60.5. Para a observação dos animais e das plantas autóctones | _ |
| 60.6. Pelo artesanato e folclore local | _ |
| 60.7. Para respirar ar puro | _ |
| 60.8. Para fugir ao stress da vida na cidade | _ |
| 60.9. Para contactar com as pessoas que vivem cá | _ |
| 60.10. Para praticar desporto | _ |
| 60.11. Para caçar e/ou pescar | _ |
| 60.12. Para verem a arquitectura tradicional | _ |
| 60.13. Para visitarem familiares | _ |
| 60.14. Para fazer piqueniques | _ |
| 60.15. Outra razão | _ |
- Qual? _____

61. Quais destas actividades ou aspectos considera que a Serra da Freita pode oferecer às pessoas que o visitam? (Assinalar todas as alternativas que lhe parecerem adequadas):

- | | |
|---|---|
| 61.1. A beleza da paisagem | _ |
| 61.2. O contacto com a natureza | _ |
| 61.3. O contacto com as actividades económicas tradicionais | _ |
| 61.4. A gastronomia | _ |
| 61.5. A observação dos animais e das plantas autóctones | _ |
| 61.6. O artesanato e folclore local | _ |
| 61.7. O ar puro | _ |
| 61.8. Fuga ao stress da vida na cidade | _ |

- 61.9. Para contactar com as pessoas que vivem cá
- 61.10. Praticar desporto
- 61.11. Caçar e/ou pescar
- 61.12. A arquitectura tradicional
- 61.13. Condições para fazer piqueniques
- 61.14. Outra razão
- Qual _____

62. Pensa que se está **melhor** na cidade ou no campo nos domínios: (Para cada domínio assinale apenas o local onde pensa que se está melhor)

	Cidade	Campo
62.1. Dos cuidados de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.2. Das escolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.3. Da aquisição ou arrendamento de habitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.4. Dos divertimentos e actividades de recreio/lazer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.5. Das relações entre as pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.6. Das compras de produtos alimentares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.7. Das compras de vestuário e outros produtos não alimentares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.8. Do conforto nas habitações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.9. Da poluição do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.10. Da poluição das águas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.11. Da poluição sonora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.12. De uma vida mais saudável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.13. De uma vida com menos cansaço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.14. De maior contacto com a natureza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.15. De menor criminalidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

63. Na escala que se segue o (1) representa um menor desenvolvimento económico e o (10) um maior desenvolvimento económico. Onde posicionaria as **áreas rurais**, de uma maneira geral? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe

64. E as **áreas urbanas**, também de uma maneira geral? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe

65. Relativamente à qualidade do ambiente, representando o (1) uma menor qualidade ambiental e o (10) uma maior qualidade ambiental, onde posicionaria as **áreas rurais**, em termos gerais? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe

66. E as **áreas urbanas**, também em termos gerais? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe | _ |

67. Gostaria que os seus filhos (Assinale apenas uma resposta):

- | | |
|---|---|
| 67.1. Continuassem a viver aqui | _ |
| 67.2. Fossem viver para uma grande cidade portuguesa | _ |
| 67.3. Fossem viver para uma pequena cidade portuguesa | _ |
| 67.4. Fossem viver para uma vila portuguesa | _ |
| 67.5. Fossem viver para o estrangeiro | _ |
| 67.6. Não tem filhos | _ |
| 67.7. Não Sabe | _ |

68. Gostaria que os seus filhos fossem (Assinale apenas uma resposta):

- | | | | |
|------------------------------|---|--|---|
| 68.1. Agricultores | _ | 68.8. Advogados | _ |
| 68.2. Operários na indústria | _ | 68.9. Polícias | _ |
| 68.3. Professores | _ | 68.10. Funcionários públicos em qualquer serviço | _ |
| 68.4. Comerciantes | _ | 68.11. Outra | _ |
| | | Qual? _____ | |
| 68.5. Médicos | _ | 68.12. Não se aplica | _ |
| 68.6. Engenheiros | _ | | |
| 68.7. Enfermeiros | _ | | |

69. Uma última questão - pensando na relação ambiente/desenvolvimento económico, qual acha que seria a melhor opção para a área onde habita (Assinale apenas uma resposta):

- | | |
|---|---|
| 69.1. O desenvolvimento económico deve ser uma prioridade em relação à protecção do ambiente | _ |
| 69.2. A protecção do ambiente deve ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico | _ |
| 69.3. Assegurar desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente | _ |

**INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS VISITANTES
UTENTES DAS CASAS ABRIGO
DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO**

- A PROTECÇÃO DO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO RURAL -

AGOSTO DE 1997

Este Questionário destina-se a obter alguns conhecimentos sobre os visitantes/utentes das casas abrigo do Parque Natural de Montesinho e insere-se no âmbito de uma pesquisa em curso no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, realizada pela Dr^a Elisabete Melo Figueiredo em colaboração com o Parque Natural de Montesinho

Os dados fornecidos serão utilizados exclusivamente com fins académicos e científicos, garantindo-se a confidencialidade dos mesmos. Por favor, não escreva o seu nome ou morada em nenhuma parte deste questionário, pois não nos interessa essa identificação.

Escreva apenas nos espaços à direita das questões e tenha em consideração as instruções de resposta. **Por favor, responda a todas as questões.**

Depois de terminado, coloque o questionário no envelope já selado e endereçado que o acompanha e envie-o. Agradecemos profundamente toda a colaboração prestada, assim como o tempo e atenção dispensados ao preenchimento deste Questionário.

I. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS INQUIRIDOS:

1. Ano em que visitou pela primeira vez o PN de Montesinho: _____

2. Voltou a visitar o PN Montesinho?

2.1. Sim | _ | 2.2. Não | _ |

3. Se sim, em que ano(s) voltou a visitar? (refira todos os anos em que o fez): _____

4. Área de Residência:

4.1. Localidade _____

4.2. Concelho _____

5. Na sua opinião, a área em que vive é essencialmente:

5.1. Uma área rural | _ |

5.2. Uma área urbana | _ |

6. Idade:

6.1 - Inferior ou igual 19 anos | _ | 6.6 - 40 - 44 anos | _ |

6.2 - 20 - 24 anos | _ | 6.7 - 45 - 49 anos | _ |

6.3 - 25 - 29 anos | _ | 6.8 - 50 - 54 anos | _ |

6.4 - 30 - 34 anos | _ | 6.9 - 55 - 59 anos | _ |

6.5 - 35 - 39 anos | _ | 6.10 - 60 - 64 anos | _ |

6.11 - Igual ou superior a 65 anos | _ |

7. Sexo:

7.1. Masculino | _ | 7.2. Feminino | _ |

8. Estado Civil:

8.1. Solteiro(a) | _ | 8.4. Viúvo(a) | _ |

8.2. Casado(a) | _ | 8.5. Vive em União de Facto | _ |

8.3. Separado(a)/Divorciado(a) | _ | 8.6. Outra situação | _ |

Qual? _____

9. Nível de Escolaridade: (Assinale o grau mais elevado de estudos que obteve, indicando depois se o completou ou não)

		Completo	Incompleto
9.1. Analfabeto(a)	_		
9.2. Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	_		
9.3. Ensino Primário	_	_	_
9.4. Ensino Preparatório	_	_	_
9.5. Ensino Secundário Unificado (9ºAno)	_	_	_
9.6. Ensino Secundário Complementar (11º ano)	_	_	_
9.7. 12º ano	_	_	_
9.8. Curso Profissional	_	_	_
9.9. Curso Médio	_	_	_
9.10. Curso Superior	_	_	_
9.11. Pós-Graduação	_	_	_

10. Condição perante o trabalho:

10.1. Exerce uma profissão	_	10.5. Doméstico(a)	_
10.2. Desempregado(a)	_	10.6. Incapacitado permanente para o trabalho	_
10.3. Estudante	_	10.7. Outra situação	_
10.4. Reformado(a)	_	Qual? _____	

11. Qual é (ou era, se já esta reformado) a sua Profissão (especifique a função) _____

12. Situação na Profissão principal actual:

12.1. Patrão	_	
12.2. Trabalhador por conta própria	_	
12.3. Trabalhador por conta de outrem	_	
12.4. Trabalhador familiar não remunerado	_	
12.5. Outra situação	_	Qual? _____

13. Nível de Rendimentos Mensal do Agregado Familiar:

13.1. < ou = 99 999\$00	_	13.4. 350 000\$00 a 449 999\$00	_
13.2. 100 000\$00 a 249 999\$00	_	13.5. = ou > 450 000\$00	_
13.3. 250 000\$00 a 349 999\$00	_	13.6. Não sabe/não responde	_

14. Numero de elementos que compõem o seu agregado familiar? _____

15. Na escala que se segue, (1) representa a posição política mais à esquerda e (10) a posição política mais à direita. O (0) representa a situação - 'sem posição política'. Assinale com um circulo o número que melhor representa a sua posição política actualmente:

| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

16. Relativamente às finalidades que os países ou governos devem tentar realizar, quais lhe parecem as mais prioritárias: (Coloque por ordem de prioridade, de mais prioritária (1) a menos prioritária (4)):

16.1. Manter um elevado nível de crescimento económico	_
16.2. Possuir um exército forte para se defenderem	_
16.3. Assegurar que os cidadãos tenham uma palavra a dizer no seu trabalho, bairro ou concelho onde vivem	_
16.4. Tentar melhorar a beleza e a qualidade de vida nas cidades e nos campos	_

17. Relativamente a esta outra série de finalidades, quais lhe parecem ser as mais desejáveis: (Coloque por ordem de importância, de mais desejável (1) a menos desejável(4)):

- | | |
|--|---|
| 17.1. Manter a ordem no país | _ |
| 17.2. Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo | _ |
| 17.3. Combater a subida de preços | _ |
| 17.4. Garantir a liberdade de expressão | _ |

18. Ainda uma outra série de finalidades: qual é na sua opinião a mais importante? (Coloque por ordem de importância de mais importante (1) a menos importante (4)):

- | | |
|---|---|
| 18.1. Assegurar uma evolução regular da economia | _ |
| 18.2. Progredir para uma sociedade menos impessoal e mais humana | _ |
| 18.3. Progredir para uma sociedade em que as ideias contem mais do que o dinheiro | _ |
| 18.4. Lutar contra a criminalidade | _ |

II. A VISITA AO PN MONTESINHO:

19. Quais as razões que o levaram a visitar o PN Montesinho: (Assinale, ordenando, as 4 razões mais importantes de (1) - Mais importante a (4) - Menos importante.)

- | | |
|--|---|
| 19.1. Pela beleza da paisagem | _ |
| 19.2. Pelo contacto com a natureza | _ |
| 19.3. Pelo contacto com as actividades económicas tradicionais | _ |
| 19.4. Pela gastronomia | _ |
| 19.5. Para a observação dos animais e das plantas autóctones | _ |
| 19.6. Pelo artesanato e folclore local | _ |
| 19.7. Para respirar ar puro | _ |
| 19.8. Para fugir ao stress da vida na cidade | _ |
| 19.9. Para contactar com as pessoas que vivem lá | _ |
| 19.10. Para praticar desporto | _ |
| 19.11. Para caçar e/ou pescar | _ |
| 19.12. Para ver a arquitectura tradicional | _ |
| 19.13. Outra razão | _ |

Qual? _____

20. Os seus objectivos foram alcançados? (Para cada objectivo assinale a situação que lhe parecer mais correcta):

	Plenamente	Parcialmente	Não	Não era um Objectivo
20.1. Beleza da paisagem	_	_	_	_
20.2. Contacto com a natureza	_	_	_	_
20.3. Contacto com as actividades económicas tradicionais	_	_	_	_
20.4. Gastronomia	_	_	_	_
20.5. Observação dos animais e das plantas autóctones	_	_	_	_
20.6. Artesanato e folclore local	_	_	_	_
20.7. Respirar ar puro	_	_	_	_
20.8. Fugir ao stress	_	_	_	_
20.9. Contactar com as pessoas que vivem lá(sem serem familiares)	_	_	_	_

- 20.10. Praticar desporto
- 20.11. Caçar e/ou pescar
- 20.12. Para ver a arquitectura tradicional
- 20.13. Outra razão

Qual? _____

21. Para os objectivos a que respondeu Parcialmente ou Não na questão anterior, refira agora porquê: _____

22. Quantos dias durou a sua última visita ao PN Montesinho:

- 22.1 - < ou = a 1 dia 22.3- De 3 a 7 dias
- 22.2 - 2 dias 22.4- Mais de 7 dias

23. Em que época do ano aconteceu a sua última visita ao PN Montesinho:

- 23.1. Outono 23.3. Primavera
- 23.2. Inverno 23.4. Verão
- 23.5. Especifique o mês se se recordar _____

24. Em que zona do PN Montesinho ficou instalado e visitou (Por favor, veja no mapa do PN Montesinho a letra correspondente a cada uma das zonas e indique aqui a sua resposta):

	Ficou	
	Instalado	Visitou
24.1. A-Lomba	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
24.2. B- Pinheiros	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
24.3. C- Coroa	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
24.4. D-Vinhais	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
24.5. E-Baceiro	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
24.6. F-Montesinho	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
24.7. G- Baixa Lombada	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
24.8. H- Onor	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
24.9. I- Alta Lombada	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

25. Porque razão ficou instalado ou visitou estas zonas do PN Montesinho. (Assinale para cada zona visitada as razões mais adequadas)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
25.1. Era a única zona em que havia uma Casa Abrigo disponível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.2. Pela beleza das paisagens naturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.3. Pela beleza das paisagens humanizadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.4. Pela existência de aldeias comunitárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.5. Pela existência de espécies de fauna raras ou únicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.6. Pela existência de espécies de flora raras ou únicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.7. Pela existência de elementos culturais e económicos únicos (artesanato, folclore, agricultura tradicional, festas, etc)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.8. Pela gastronomia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.9. Pela possibilidade de pescar ou caçar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.10. Pela possibilidade de praticar desporto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.11. Outra razão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Qual? _____

26. Durante a sua visita sentiu a falta de: (Assinale os equipamentos ou serviços de que sentiu falta, por ordem de importância de mais importante (1) a menos importante (9))

- 26.1. Cafés 26.7. Posto de saúde
- 26.2. Restaurantes 26.8. Posto de informação do PN

26.3. Mercarias e supermercados	_	de Montesinho	_
26.4. Hotéis e pensões	_	26.9. Outra	_
26.5. Posto de correio/telefone	_	Qual? _____	
26.6. Posto de Abastecimento de combustível	_	26.10. Não sentiu falta de nada	_

27. Tinha conhecimento das restrições e regulamentações vigentes no PN Montesinho antes da sua visita?

27.1. Sim |_ | 27.2. Não |_ |

28. Em relação às seguintes normas e restrições, refira se concorda ou não como facto de serem aplicadas no parque Natural de Montesinho (manifeste a sua posição de acordo/desacordo, utilizando os códigos seguintes para assinalar a sua opinião):

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

28.1 Actividades Sujeitas a autorização do PN Montesinho

28.1.1. Construção/ampliação/ reconstrução/demolição de edifícios	_
28.1.2. Instalação de explorações agrícolas ou ampliação das já existentes	_
28.1.3. Aterros, escavações ou qualquer alteração à configuração do terreno	_
28.1.4. Derrube de árvores singulares ou de grande interesse paisagístico, estético etc	_
28.1.5. Derrube de árvores em maciço	_
28.1.6. Abertura de novas vias de comunicação	_
28.1.7. Abertura de fossas e depósitos de lixo	_
28.1.8. Captação e desvio de águas	_

28.2. Actividades Proibidas ou Parcialmente proibidas

28.2.1 Caçar em certas áreas	_
28.2.2. Acesso condicionado de pessoas e automóveis a certas áreas	_
28.2.3. Fazer campismo em certas áreas	_
28.2.4. Colher plantas ou partes de plantas	_
28.2.5. Lançar detritos de qualquer espécie fora dos locais designados	_
28.2.6. Fazer lume fora dos locais designados	_
28.2.7. Praticar Actividades desportivas em certas áreas	_
28.2.8. Introdução de espécies vegetais ou animais exóticas	_

29. Quais das seguintes aspectos considera mais susceptíveis de degradar o ambiente na área do PN Montesinho: (Assinale para cada actividade ou acção, a situação que lhe parece mais adequada. Se não souber responder, deixe os quadrados em branco na alínea correspondente):

	Muito	Mais ou Menos	Pouco	Nada
29.1. Abertura de novas estradas	_	_	_	_
29.2. Exploração de inertes	_	_	_	_
29.3. Abandono de áreas agrícolas e pastoris	_	_	_	_
29.4. Degradação dos sistemas de regadio	_	_	_	_
29.5. Expansão dos matos	_	_	_	_
29.6. Diminuição da população	_	_	_	_
29.7. Envelhecimento da população	_	_	_	_
29.8. Mecanização das actividades agro-pastoris	_	_	_	_
29.9. Incêndios florestais	_	_	_	_
29.10. Plantação de árvores não autóctones	_	_	_	_

29.11. Derrube de árvores autóctones	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.12. Caça	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.13. Turismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.14. Degradação/Alteração Arquitéctónica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.15. Perda de valores culturais tradicionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.16. Carências em infra-estruturas básicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.17. Pesca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.18. Abate de animais selvagens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.19. Agricultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

30. Considera que a **população** residente no PN Montesinho tem contribuído e/ou pode contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área?(Assinale apenas a que lhe parecer mais adequada)

- 30.1. Sim, tem contribuído
- 30.2. Sim, poderá contribuir
- 30.3. Sim, tem contribuído e poderá contribuir
- 30.4. Não tem contribuído
- 30.5. Não poderá contribuir
- 30.6. Não tem contribuído, nem poderá contribuir
- 30.7. Não sabe

31. Considera que os **visitantes** do PN Montesinho têm contribuído e/ou poderão contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área?(Assinale apenas a alternativa que lhe parecer mais adequada)

- 31.1. Sim, têm contribuído
- 31.2. Sim, poderão contribuir
- 31.3. Sim, têm contribuído e poderão contribuir
- 31.4. Não tem contribuído
- 31.5. Não poderão contribuir
- 31.6. Não têm contribuído, nem poderão contribuir
- 31.7. Não sabe

32. Considera que se a área do PN Montesinho não possuísse o estatuto de 'área protegida', os elementos naturais e culturais da área estariam: (Assinale apenas a alternativa que lhe parecer mais adequada)

- 32.1. Mais degradados do que actualmente
- 32.2. Menos degradados do que actualmente
- 32.3. Na mesma
- 32.4. Não sabe

33. Qualquer que tenha sido a sua resposta na questão anterior, refira porquê: _____

34. Considera que o estatuto de 'área protegida' deveria abranger um maior número de áreas em Portugal?

- 34.1. Sim 34.2. Não 34.3. Não Sabe

35. Se respondeu sim à questão anterior, refira porquê: (Assinale apenas a resposta mais adequada à sua opinião):

- 35.1. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos
- 35.2. É urgente conservar as características culturais das áreas rurais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos
- 35.3. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque a

- nossa saúde depende disso | _ |
- 35.4. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque foi Deus quem os criou | _ |
- 35.5. A natureza tem os mesmos direitos que os seres humanos | _ |
- 35.6. As áreas rurais e os seus habitantes têm direito a um ambiente preservado
- 35.7. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque as actividades económicas (como a agricultura e a indústria) dependem disso | _ |
- 35.8. Outra razão | _ |
- Qual? _____

36. Durante as suas visitas ao PN Montesinho, alguma vez teve os seguintes comportamentos (assinalar para cada comportamento a situação mais adequada)

	Frequentemente	De vez em quando	Raramente	Nunca
36.1. Deitar lixo para o chão	_	_	_	_
36.2. Colher plantas ou partes de plantas	_	_	_	_
36.3. Fazer lume	_	_	_	_
36.4. Entrar em áreas de acesso interdito a pessoas	_	_	_	_
36.5. Entrar com o seu carro em áreas de acesso interdito a veículos	_	_	_	_
36.6. Caçar/pescar em áreas proibidas	_	_	_	_
36.7. Acampar em áreas interditas ao campismo	_	_	_	_
36.8. Esquecer o lixo no local do piquenique	_	_	_	_
36.9. Perturbar os animais selvagens	_	_	_	_
36.10. Perturbar os animais domésticos	_	_	_	_
36.11. Estragar, de alguma forma o património construído	_	_	_	_
36.12 Outra	_	_	_	_

Qual? _____

III. VISITANTES, POPULAÇÃO LOCAL E ÁREA PROTEGIDA

37. Nas Áreas protegidas existem, por vezes, algumas incompatibilidades entre os vários agentes que a visitam, habitam e gerem, devido à existência de interesses e de usos do espaço e dos recursos naturais diversos. Tem conhecimento ou já esteve envolvido de/em conflitos/problemas/queixas entre os visitantes e a população da área do PN Montesinho: (Apenas uma resposta)

- 37.1. Tenho conhecimento da existência de conflitos, mas não estive envolvido | _ |
- 37.2. Estive já envolvido em conflitos com a população | _ |
- 37.3. Não tenho conhecimento nem estive envolvido em conflitos com a população | _ |

38. Se teve conhecimento da existência de conflitos ou já esteve envolvido em conflitos com a população, isso aconteceu porque: (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- 38.1. A população não recebe bem os visitantes | _ |
- 38.2. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos naturais (como a caça, pesca, o derrube de árvores autóctones, o abate de animais selvagens, etc) | _ |
- 38.3. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos culturais tradicionais (descaracterização arquitectónica, mecanização das actividades agro-pastoris, etc) | _ |
- 38.4. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos

- elementos naturais (como a caça, a pesca, o campismo selvagem, a destruição ou perturbação de certas espécies da fauna e da flora) | _ |
- 38.5. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos elementos culturais (como o não respeito pelas festas e tradições locais, a ignorância face ao artesanato e à história da região, etc) | _ |
- 38.6. A população queixa-se do ruído provocado pelos visitantes | _ |
- 38.7. A população queixa-se do lixo deixado pelos visitantes | _ |
- 38.8. A população queixa-se que os visitantes costumam invadir os terrenos particulares | _ |
- 38.8.Outra razão | _ |
- Qual? _____

39. Na sua opinião, o facto de ser uma área protegida agrava ou minimiza a existência de conflitos entre os visitantes e a população residente na área? (apenas uma resposta)

- 39.1. Agrava os conflitos | _ |
- 39.2. Minimiza os conflitos | _ |
- 39.3. Não sabe | _ |

40. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

41 . Já esteve envolvido ou tem conhecimento em/de conflitos/problemas/queixas entre os visitantes e a direcção ou elementos da administração do PN Montesinho: (apenas uma resposta):

- 41.1. Tenho conhecimento da existência de conflitos, mas não estive envolvido | _ |
- 41.2. Estive já envolvido em conflitos com a Área Protegida | _ |
- 41.3. Não tenho conhecimento nem estive envolvido em conflitos com a Área Protegida | _ |

42. Se teve conhecimento da existência de conflitos ou já esteve envolvido em conflitos com a Área Protegida, isso aconteceu porque: (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- 42.1. A Área protegida não recebe bem os visitantes (não presta informação suficiente para a visita e sobre as normas e restrições a cumprir, não coloca avisos, etc) | _ |
- 42.2. A Área Protegida desaprova certos comportamentos dos visitantes em relação aos elementos naturais (como a caça, a pesca, o campismo selvagem, a destruição ou perturbação de certas espécies da fauna e da flora) | _ |
- 42.3. A Área Protegida desaprova certos comportamentos dos visitantes em relação aos elementos culturais tradicionais (como o não respeito pelas festas e tradições locais, a ignorância face ao artesanato ou à história da região, etc) | _ |
- 42.4. Os visitantes desaprovam as normas e as restrições impostas pela Área Protegida relativamente aos elementos naturais | _ |
- 42.5. Os visitantes desaprovam as normas e as restrições impostas pela Área Protegida relativamente aos elementos culturais | _ |
- 42.6. Outra razão
- Qual? _____

43 . Na sua opinião, o facto de ser uma área protegida agrava ou minimiza a existência de conflitos entre os visitantes e a Área Protegida? (apenas uma resposta)

- 43.1. Agrava os conflitos | _ |
- 43.2. Minimiza os conflitos | _ |
- 43.3. Não sabe | _ |

44. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

45. Como caracterizaria a área do PN Montesinho relativamente ao desenvolvimento social e económico: (apenas uma resposta):

- | | |
|---|---|
| 45.1. É uma área desenvolvida | _ |
| 45.2. É uma área mais ou menos desenvolvida | _ |
| 45.3. É uma área pouco desenvolvida | _ |
| 45.4. Não é uma área desenvolvida | _ |
| 45.5. Não Sabe | _ |

46. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

47. Considera que as condições naturais (como o clima ou o relevo, por exemplo) e os recursos naturais (como o solo, por exemplo) tiveram influência no desenvolvimento social e económico da área do PN Montesinho?

- | | | | | | |
|-----------|---|-----------|---|----------------|---|
| 47.1. Sim | _ | 47.2. Não | _ | 47.3. Não Sabe | _ |
|-----------|---|-----------|---|----------------|---|

48. Se sim, porquê? (Assinale para cada aspecto a situação que lhe parecer mais adequada para o passado e o futuro da área):

	Tiveram	Poderão Ter
48.1. Sim, porque dificultam a vida das populações, que tiveram que partir para outros locais	_	_
48.2. Sim, porque auxiliam a instalação de actividades económicas que são a base de vida das populações e permitiram a criação de empregos	_	_
48.3. Sim, porque permitem o desenvolvimento do turismo	_	_
48.4. Sim, porque permitem uma vida mais saudável às populações	_	_
48.5. Sim, porque permitem a preservação de certas espécies da fauna e da flora que teriam desaparecido	_	_
48.6. Sim, porque permitem a preservação de certos aspectos culturais e económicos que teriam desaparecido	_	_
48.7. Outra	_	_
Qual? _____		
48.8. Não se aplica	_	

49. Considera que com a criação do Parque Natural de Montesinho, o desenvolvimento social e económico da área: (apenas uma resposta)

- | | |
|----------------------|---|
| 49.1. Aumentou muito | _ |
| 49.2. Aumentou | _ |
| 49.3. Aumentou pouco | _ |
| 49.4. Ficou na mesma | _ |
| 49.5. Diminuiu | _ |
| 49.6. Não sabe | _ |

50. Em qualquer caso, refira porquê? _____

51. Em relação ao PN Montesinho, considera que os eventuais benefícios da protecção da área:(apenas uma resposta)

- | | |
|---|------------------|
| 51.1.São sentidos apenas pelos visitantes | _ |
| 51.2.São sentidos apenas por alguns visitantes | _ Quais? _____ |
| 51.3.São sentidos apenas pela população | _ |
| 51.4.São sentidos apenas por alguns grupos da população | _ Quais? _____ |
| 51.5.São sentidos pela população e visitantes | _ |
| 51.6.Não se fazem sentir em nenhum caso | _ |
| 51.7.Não sabe | _ |

52.Considera que na área do PN Montesinho deveriam existiiir mais equipamentos e serviços ou que o seu número deveria ser limitado:

- | | |
|---|---|
| 52.1. Deveriam existir mais, sem limitações | _ |
| 52.2. Deveriam existir mais, mas com controle | _ |
| 52.3. O seu número deveria ser limitado | _ |
| 52.4. Não sabe | _ |

53. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

54. Tendo em conta a relação ambiente/desenvolvimento económico nas sociedades actuais, qual lhe parece ser a opção mais adequada: (Assinale apenas a resposta que lhe parecer mais adequada):

- | | |
|---|---|
| 54.1.O desenvolvimento económico deve ser uma prioridade em relação á protecção do ambiente | _ |
| 54.2. A protecção do ambiente deve ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico | _ |
| 54.3. Deve assegurar-se o desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente | _ |
| 54.4. Não Sabe | _ |

55. Para si o Ambiente e a Natureza são **sobretudo**:(Assinale apenas uma resposta para Ambiente e apenas uma para Natureza):

- | | Natureza | Ambiente |
|--|----------|----------|
| 55.1. O que resulta da interacção entre o Homem e o meio natural | _ | _ |
| 55.2. O que sustenta a vida humana | _ | _ |
| 55.3. O que sustenta as actividades económicas | _ | _ |
| 55.4. O conjunto dos elementos e recursos naturais | _ | _ |
| 55.5. Um obstáculo que deve ser dominado | _ | _ |
| 55.6. O que resulta da relação dos Homens entre si | _ | _ |
| 55.7. Outra | _ | _ |
| Qual? _____ | | |
| 55.8. Não Sabe | _ | _ |

56. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **ambiente** na questão anterior, refira a sua posição de acordo ou desacordo: (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes):

- | | |
|--------------------------|---|
| . Concordo Totalmente | 1 |
| . Concordo Moderadamente | 2 |

- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

- 56.1. O ambiente deve ser preservado em prol das gerações futuras | _ |
- 56.2. O ambiente deve ser preservado em prol da saúde humana | _ |
- 56.3. O ambiente deve ser preservado em prol da continuidade do desenvolvimento económico | _ |
- 56.4. O ambiente deve ser preservado pelo valor intrínseco dos recursos naturais | _ |
- 56.5 . As paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens | _ |
- 56.6. O ambiente deve ser preservado a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias | _ |

57. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **natureza** na questão 55, refira a sua posição de acordo ou desacordo: (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes:)

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

- 57.1. A natureza deve ser preservada para que se possa contemplar a sua beleza | _ |
- 57.2. A natureza deve ser preservada para ser utilizada | _ |
- 57.3. A natureza é para ser utilizada e não apenas apreciada | _ |
- 57.4. Os animais e as plantas têm os mesmos direitos que os seres humanos | _ |
- 57.5. Os recursos naturais devem ser conservados a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias | _ |
- 57.6. As paisagens não alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens | _ |
- 57.7. A natureza deve ser preservada apenas se isso não impedir o crescimento económico | _ |

58. Em relação às afirmações seguintes manifeste a sua posição de acordo/desacordo(Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes:)

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

- 58.1. O Governo é a única entidade com responsabilidades na protecção do ambiente e dos recursos naturais | _ |
- 58.2. O Governo é a única entidade que pode utilizar os recursos naturais como achar conveniente | _ |
- 58.3. O Governo tem tantos direitos sobre os recursos naturais como todo e qualquer cidadão | _ |
- 58.4. Os cidadãos têm maiores direitos do que o Governo no usufruto dos recursos naturais | _ |
- 58.5. Os habitantes das áreas com mais recursos naturais têm o dever de os preservar | _ |
- 58.6. Os visitantes dessas áreas têm o dever de preservar os recursos naturais aí existentes | _ |
- 58.7. Os visitantes dessas áreas têm mais direito ao uso dos recursos naturais do que os seus habitantes | _ |
- 58.8. Os habitantes dessas áreas devem utilizar os recursos como melhor entenderem | _ |
- 58.9. Ninguém tem o direito de utilizar a seu bel-prazer os recursos naturais | _ |

59. Das seguintes entidades e grupos de individuos, quais lhe parecem ser os mais e menos responsáveis pela protecção do ambiente e pela promoção do desenvolvimento social e económico nas áreas protegidas (assinale (1) para as entidades e grupos que lhe parecem ser mais responsáveis e (2) para os que lhe parecem ser menos responsáveis. Utilize o 0 para os que não lhe parecem ser nada responsáveis):

	Protecção do ambiente	Promoção do desenvolvimento
59.1. O Estado, a um nível central	_	_
59.2. As Câmaras Municipais dessas áreas	_	_
59.3. As Juntas de Freguesia dessas áreas	_	_
59.4. os habitantes dessas áreas	_	_
59.5. Os visitantes dessas áreas	_	_
59.6. As associações de desenvolvimento locais	_	_
59.7. As associações de defesa do ambiente locais	_	_
59.9 Outros	_	_
	Quais? _____	Quais? _____

60. As áreas protegidas em Portugal têm, em geral, algumas dificuldades no seu funcionamento e no cumprimento dos objectivos de protecção da natureza. Concorda com esta afirmação?

60.1. Sim |_ | 60.2. Não |_ | 60.3. Não sabe |_ |

61. Se concordou que as áreas protegidas portuguesas têm dificuldades de funcionamento, na sua opinião tais dificuldades ocorrem porque: (Assinale todas as situações que lhe parecem mais de acordo com a sua opinião)

61.1. Os habitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes	_
61.2. Os habitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes	_
61.3. Os visitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes	_
61.4. Os visitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes	_
61.5. Há uma falta de informação generalizada quanto à protecção do ambiente	_
61.6. As áreas protegidas não levam a cabo os seus objectivos e actividades	_
61.7. As áreas protegidas não têm planos e programas que estabeleçam os objectivos e a forma como eles podem ser cumpridos	_
61.8. As áreas protegidas não envolvem os habitantes nas suas actividades	_
61.9. As áreas protegidas não envolvem os visitantes nas suas actividades	_
61.10. As áreas protegidas desconhecem a realidade social e económica da localidades e pessoas nelas inseridas	_
61.11. As áreas protegidas não têm poder político para imporem e fiscalizarem o cumprimento dos seus objectivos	_
61.12. As áreas protegidas gerem mal os recursos que possuem	_
61.13. Outra Situação	_
Qual? _____	

V. ÁREAS RURAIS E AMBIENTE

62. Actualmente, tem-se observado em Portugal uma crescente procura de áreas rurais e de áreas protegidas pelos individuos, no sentido de aí desenvolverem actividades de recreio e de lazer. No seu caso, costuma visitar: (Para cada tipo de área indique a situação mais adequada ao seu caso):

	Frequentemente	De vez em Quando	Raramente	Nunca
62.1. Áreas Rurais	_	_	_	_
62.2. Áreas Protegidas	_	_	_	_

63. Porque razões visita estas áreas (Para cada tipo de área indique sómente as 3 razões principais, de (1) - Mais importante a (3) - Menos importante):

	Áreas Rurais	Áreas Protegidas
63.1. Pela beleza da paisagem	_	_
63.2. Pelo contacto com a natureza	_	_
63.3. Pelo contacto com as actividades económicas tradicionais	_	_
63.4. Pela gastronomia	_	_
63.5. Para a observação dos animais e das plantas autóctones	_	_
63.6. Pelo artesanato e folclore local	_	_
63.7. Para respirar ar puro	_	_
63.8. Para fugir ao stress da vida na cidade	_	_
63.9. Para contactar com as pessoas que vivem cá	_	_
63.10. Para praticar desporto	_	_
63.11. Para caçar e/ou pescar	_	_
63.12. Para visitar familiares	_	_
63.13. Para ver a arquitectura tradicional	_	_
63.14. Outra razão	_	_
Qual? _____		

64. Pensa que se está **melhor** na cidade ou no campo no domínio: (Para cada domínio assinale se se está **mellhor** na cidade ou no campo)

	Cidade	Campo
64.1. Dos cuidados de saúde	_	_
64.2. Das escolas	_	_
64.3. Da aquisição ou arrendamento de habitação	_	_
64.4. Dos divertimentos e actividades de recreio/lazer	_	_
64.5. Das relações entre as pessoas	_	_
64.6. Das compras de produtos alimentares	_	_
64.7. Das compras de vestuário e outros produtos não alimentares	_	_
64.8. Do conforto nas habitações	_	_
64.9. Da poluição do ar	_	_
64.10. Da poluição das águas	_	_
64.11. Da poluição sonora	_	_
64.12. De uma vida mais saudável	_	_
64.13. De uma vida com menos cansaço	_	_
64.14. De maior contacto com a natureza	_	_
64.15. De menor criminalidade	_	_

65. Na escala que se segue o (1) representa um menor desenvolvimento económico e o (10) um maior desenvolvimento social e económico. Onde posicionaria as **áreas rurais**, de uma maneira geral? (Assinale com um circulo a posição que lhe parecer mais adequada)

| 1 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe |_ |

66. E as **áreas urbanas**, também de uma maneira geral? (Assinale com um circulo a posição que lhe parecer mais adequada)

| 1 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe |_ |

67. Relativamente à qualidade do ambiente, representando o (1) uma menor qualidade ambiental e o (10) uma maior qualidade ambiental, onde posicionaria as **áreas rurais**, em termos gerais(Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada)

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe | _ |

68. E as **áreas urbanas**, também em termos gerais?(Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada)

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe | _ |

69. Os seus pais são originários de:

69.1. Uma área rural | _ |

69.2. Uma área urbana | _ |

69.3. Um é de uma área rural e outro de uma área urbana | _ |

70. Uma última questão: pensando na relação ambiente/desenvolvimento, qual pensa ser a melhor opção para a área do PN Montesinho: (escolha apenas uma situação)

70.1. O desenvolvimento económico ser uma prioridade em relação à protecção do ambiente | _ |

70.2. A protecção do ambiente ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico | _ |

70.3. Assegurar o desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente | _ |

O Questionário chegou ao fim. Por favor, coloque-o no envelope selado e endereçado que o acompanha e envie-o.

Muitíssimo obrigada pelo seu tempo e colaboração.

Elisabete Figueiredo

**INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS VISITANTES
DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO**

- A PROTECÇÃO DO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO RURAL -

AGOSTO DE 1997

- Área em que foi inquirido: _____

I. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS INQUIRIDOS:

1. Ano em que visitou pela primeira vez o PN de Montesinho: _____

2. Voltou a visitar o PN Montesinho?

2.1. Sim | _ | 2.2. Não | _ |

3. Se sim, em que ano(s) voltou a visitar? (refira todos os anos em que o fez) _____

4. Área de Residência:

4.1. Localidade _____

4.2. Concelho _____

5. Na sua opinião, a área em que vive é essencialmente:

5.1. Uma área rural | _ |

5.2. Uma área urbana | _ |

6. Idade:

6.1 - Inferior ou igual 19 anos | _ | 6.6 - 40 - 44 anos | _ |

6.2 - 20 - 24 anos | _ | 6.7 - 45 - 49 anos | _ |

6.3 - 25 - 29 anos | _ | 6.8 - 50 - 54 anos | _ |

6.4 - 30 - 34 anos | _ | 6.9 - 55 - 59 anos | _ |

6.5 - 35 - 39 anos | _ | 6.10 - 60 - 64 anos | _ |

6.11 - Igual ou superior a 65 anos | _ |

7. Sexo:

7.1. Masculino | _ | 7.2. Feminino | _ |

8. Estado Civil:

8.1. Solteiro(a) | _ | 8.4. Viúvo(a) | _ |

8.2. Casado(a) | _ | 8.5. Vive em União de Facto | _ |

8.3. Separado(a)/Divorciado(a) | _ | 8.6. Outra situação | _ |

Qual? _____

9. Nível de Escolaridade: (Assinale o grau mais elevado de estudos que obteve, indicando depois se o completou ou não)

Completo Incompleto

9.1. Analfabeto(a)	_		
9.2. Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	_		
9.3. Ensino Primário	_	_	_
9.4. Ensino Preparatório	_	_	_
9.5. Ensino Secundário Unificado (9º Ano)	_	_	_
9.6. Ensino Secundário Complementar (11º ano)	_	_	_
9.7. 12º ano	_	_	_
9.8. Curso Profissional	_	_	_
9.9. Curso Médio	_	_	_
9.10. Curso Superior	_	_	_
9.11. Pós-Graduação	_	_	_

10. Condição perante o trabalho:

10.1. Exerce uma profissão	_	10.5. Doméstico(a)	_
10.2. Desempregado(a)	_	10.6. Incapacitado permanente para o trabalho	_
10.3. Estudante	_	10.7. Outra situação	_
10.4. Reformado(a)	_	Qual? _____	

11. Qual é (ou era, se já esta reformado) a sua Profissão (especifique a função): _____

12. Situação na Profissão principal actual:

12.1. Patrão	_	
12.2. Trabalhador por conta própria	_	
12.3. Trabalhador por conta de outrem	_	
12.4. Trabalhador familiar não remunerado	_	
12.5. Outra situação	_	Qual? _____

13. Nível de Rendimentos Mensal do Agregado Familiar:

13.1. < ou = 99 999\$00	_	13.4. 350 000\$00 a 449 999\$00	_
13.2. 100 000\$00 a 249 999\$00	_	13.5. = ou > 450 000\$00	_
13.3. 250 000\$00 a 349 999\$00	_	13.6. Não sabe/Não responde	_

14. Numero de elementos que compõem o seu agregado familiar? |_| |_| |_|

15. Na escala que se segue, (1) representa a posição política mais à esquerda e (10) a posição política mais à direita. O (0) representa a situação - 'sem posição política'. Assinale com um circulo o número que melhor representa a sua posição política actualmente:

| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

16. Relativamente às finalidades que os países ou governos devem tentar realizar, quais lhe parecem as mais prioritárias: (Coloque por ordem de prioridade, de mais prioritária (1) a menos prioritária (4)):

- | | |
|--|---|
| 16.1. Manter um elevado nível de crescimento económico | _ |
| 16.2. Possuir um exército forte para se defenderem | _ |
| 16.3. Assegurar que os cidadãos tenham uma palavra a dizer no seu trabalho bairro ou concelho onde vivem | _ |
| 16.4. Tentar melhorar a beleza e a qualidade de vida nas cidades e nos campos | _ |

17. Relativamente a esta outra série de finalidades, quais lhe parecem ser as mais desejáveis: (Coloque por ordem de importância, de mais desejável (1) a menos desejável(4)):

- | | |
|--|---|
| 17.1. Manter a ordem no país | _ |
| 17.2. Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo | _ |
| 17.3. Combater a subida de preços | _ |
| 17.4. Garantir a liberdade de expressão | _ |

18. Ainda uma outra série de finalidades: qual é na sua opinião a mais importante? (Coloque por ordem de importância de mais importante (1) a menos importante (4))

- | | |
|---|---|
| 18.1. Assegurar uma evolução regular da economia | _ |
| 18.2. Progredir para uma sociedade menos impessoal e mais humana | _ |
| 18.3. Progredir para uma sociedade em que as ideias contem mais do que o dinheiro | _ |
| 18.4. Lutar contra a criminalidade | _ |

II. A VISITA AO PN MONTESINHO:

19. Quais as razões que o levaram a visitar o PN Montesinho: (Assinale, ordenando, as 4 razões mais importantes de (1) - Mais importante a (4) - Menos importante):

- | | |
|--|---|
| 19.1. Pela beleza da paisagem | _ |
| 19.2. Pelo contacto com a natureza | _ |
| 19.3. Pelo contacto com as actividades económicas tradicionais | _ |
| 19.4. Pela gastronomia | _ |
| 19.5. Para a observação dos animais e das plantas autóctones | _ |
| 19.6. Pelo artesanato e folclore local | _ |
| 19.7. Para respirar ar puro | _ |
| 19.8. Para fugir ao stress da vida na cidade | _ |
| 19.9. Para contactar com as pessoas que vivem lá | _ |
| 19.10. Para praticar desporto | _ |
| 19.11. Para caçar e/ou pescar | _ |
| 19.12. Para ver a arquitectura tradicional | _ |
| 19.13. Outra razão | _ |
- Qual? _____

20. Os seus objectivos foram alcançados? (Para cada objectivo assinale a situação que lhe parecer mais correcta):

- | | Plenamente | Parcialmente | Não | Não era um Objectivo |
|---|------------|--------------|-----|----------------------|
| 20.1. Beleza da paisagem | _ | _ | _ | _ |
| 20.2. Contacto com a natureza | _ | _ | _ | _ |
| 20.3. Contacto com as actividades económicas tradicionais | _ | _ | _ | _ |

20.4. Gastronomia	_	_	_	_
20.5. Observação dos animais e das plantas autóctones	_	_	_	_
20.6. Artesanato e folclore local	_	_	_	_
20.7. Respirar ar puro	_	_	_	_
20.8. Fugir ao stress	_	_	_	_
20.9. Contactar com as pessoas que vivem cá (sem serem familiares)	_	_	_	_
20.10. Praticar desporto	_	_	_	_
20.11. Caçar e/ou pescar	_	_	_	_
20.12. Para ver a arquitectura tradicional	_	_	_	_
20.1. Outra razão	_	_	_	_

Qual? _____

21. Para os objectivos a que respondeu Parcialmente ou Não na questão anterior, refira agora porquê: _____

22. Quantos dias durou a sua última visita ao PN Montesinho:

22.1 - < ou = a 1 dia	_	22.3- De 3 a 7 dias	_
22.2 - 2 dias	_	22.4- Mais de 7 dias	_

23. Em que época do ano aconteceu a sua última visita, antes da presente, ao PN Montesinho:

23.1. Outono	_	23.4. Verão	_
23.2. Inverno	_	23.5. Especifique o mês se se recordar	_____
23.3. Primavera	_	23.6. Não se aplica	_

24. Em que zona do PN Montesinho ficou instalado e visitou (Por favor, veja no **mapa** do PN Montesinho a letra correspondente a cada uma das zonas e indique aqui a sua resposta):

	Ficou	
	Instalado	Visitou
24.1. A- Lomba	_	_
24.2. B- Pinheiros	_	_
24.3. C- Coroa	_	_
24.4. D- Vinhais	_	_
24.5. E- Baceiro	_	_
24.6. F- Montesinho	_	_
24.7. G- Baixa Lombada	_	_
24.8. H- Onor	_	_
24.9. I- Alta Lombada	_	_

25. Porque razão ficou instalado ou visitou estas zonas do PN Montesinho. (Assinale para cada zona visitada as razões mais adequadas)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
25.1. Era a única zona em que havia uma Casa Abrigo disponível	_	_	_	_	_	_	_	_	_
25.2. Pela beleza das paisagens naturais	_	_	_	_	_	_	_	_	_
25.3. Pela beleza das paisagens humanizadas	_	_	_	_	_	_	_	_	_
25.4. Pela existência de aldeias comunitárias	_	_	_	_	_	_	_	_	_
25.5. Pela existência de espécies de fauna raras ou únicas	_	_	_	_	_	_	_	_	_
25.6. Pela existência de espécies de flora raras ou únicas	_	_	_	_	_	_	_	_	_

- 25.7. Pela existência de elementos culturais e económicos únicos
- 25.8. Pela gastronomia
- 25.9. Pela possibilidade de pescar ou caçar
- 25.10. Pela possibilidade de praticar desporto
- 25.11. Outra razão
- Qual? _____

26. Durante a sua visita sentiu a falta de: (Assinale os equipamentos ou serviços de que sentiu falta, por ordem de importância de mais importante (1) a menos importante (9))

- | | | | |
|---|--------------------------|---|--------------------------|
| 26.1. Cafés | <input type="checkbox"/> | 26.7. Posto de saúde | <input type="checkbox"/> |
| 26.2. Restaurantes | <input type="checkbox"/> | 26.8. Posto de informação do PN de Montesinho | <input type="checkbox"/> |
| 26.3. mercearias e supermercados | <input type="checkbox"/> | 26.9. Outra | <input type="checkbox"/> |
| 26.4. Hotéis e pensões | <input type="checkbox"/> | Qual? _____ | |
| 26.5. Posto de correio/telefone | <input type="checkbox"/> | 26.10. Não sentiu falta de nada | <input type="checkbox"/> |
| 26.6. Posto de Abastecimento de combustível | <input type="checkbox"/> | | |

27. Tinha conhecimento das restrições e regulamentações vigentes no PN Montesinho antes da sua visita?

- 27.1. Sim 27.2. Não

28. Em relação às seguintes normas e restrições, refira se concorda ou não como facto de serem aplicadas no parque Natural de Montesinho (manifeste a sua posição de acordo/desacordo, utilizando os códigos seguintes para assinalar a sua opinião):

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

28.1 Actividades Sujeitas a autorização do PN Montesinho

- | | |
|--|--------------------------|
| 28.1.1. Construção/ ampliação/ reconstrução/ demolição de edifícios | <input type="checkbox"/> |
| 28.1.2. Instalação de explorações agrícolas ou ampliação das já existentes | <input type="checkbox"/> |
| 28.1.3. Aterros, escavações ou qualquer alteração à configuração do terreno | <input type="checkbox"/> |
| 28.1.4. Derrube de árvores singulares ou de grande interesse paisagístico, estético etc. | <input type="checkbox"/> |
| 28.1.5. Derrube de árvores em maciço | <input type="checkbox"/> |
| 28.1.6. Abertura de novas vias de comunicação | <input type="checkbox"/> |
| 28.1.7. Abertura de fossas e depósitos de lixo | <input type="checkbox"/> |
| 28.1.8. Captação e desvio de águas | <input type="checkbox"/> |

28.2. Actividades Proibidas ou Parcialmente proibidas

- | | |
|--|--------------------------|
| 28.2.1 Caçar em certas áreas | <input type="checkbox"/> |
| 28.2.2. Acesso condicionado de pessoas e automóveis a certas áreas | <input type="checkbox"/> |
| 28.2.3. Fazer campismo em certas áreas | <input type="checkbox"/> |
| 28.2.4. Colher plantas ou partes de plantas | <input type="checkbox"/> |
| 28.2.5. Lançar detritos de qualquer espécie fora dos locais designados | <input type="checkbox"/> |
| 28.2.6. Fazer lume | <input type="checkbox"/> |
| 28.2.7. Praticar Actividades desportivas em certas áreas | <input type="checkbox"/> |
| 28.2.8. Introdução de espécies vegetais ou animais exóticas | <input type="checkbox"/> |

29. Quais das seguintes aspectos considera mais susceptíveis de degradar o ambiente na área do PN Montesinho: (Assinale para cada actividade ou acção, a situação que lhe parece mais adequada. Se não souber responder, deixe os quadrados em branco na alínea correspondente):

	Muito	Mais ou Menos	Pouco	Nada
29.1. Abertura de novas estradas	_	_	_	_
29.2. Exploração de inertes	_	_	_	_
29.3. Abandono de áreas agrícolas e pastoris	_	_	_	_
29.4. Degradação dos sistemas de regadio	_	_	_	_
29.5. Expansão dos matos	_	_	_	_
29.6. Diminuição da população	_	_	_	_
29.7. Envelhecimento da população	_	_	_	_
29.8. Mecanização das actividades agro-pastoris	_	_	_	_
29.9. Incêndios florestais	_	_	_	_
29.10. Plantação de árvores não autóctones	_	_	_	_
29.11. Derrube de árvores autóctones	_	_	_	_
29.12. Caça	_	_	_	_
29.13. Turismo	_	_	_	_
29.14. Degradação/Alteração Arquitectónica	_	_	_	_
29.15. Perda de valores culturais tradicionais	_	_	_	_
29.16. Carências em infra-estruturas básicas	_	_	_	_
29.17. Pesca	_	_	_	_
29.18. Abate de animais selvagens	_	_	_	_
29.19. Agricultura	_	_	_	_

30. Considera que a **população** residente no PN Montesinho tem contribuído e/ou pode contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área?(Assinale apenas a que lhe parecer mais adequada)

30.1. Sim, tem contribuído	_
30.2. Sim, poderá contribuir	_
30.3. Sim, tem contribuído e poderá contribuir	_
30.4. Não tem contribuído	_
30.5. Não poderá contribuir	_
30.6. Não tem contribuído, nem poderá contribuir	_
30.7. Não sabe	_

31. Considera que os **visitantes** do PN Montesinho têm contribuído e/ou poderão contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área?(Assinale apenas a alternativa que lhe parecer mais adequada)

31.1. Sim, têm contribuído	_
31.2. Sim, poderão contribuir	_
31.3. Sim, têm contribuído e poderão contribuir	_
31.4. Não tem contribuído	_
31.5. Não poderão contribuir	_
31.6. Não têm contribuído, nem poderão contribuir	_
31.7. Não sabe	_

32. Considera que se a área do PN Montesinho não possuísse o estatuto de 'area protegida', os elementos naturais e culturais da área estariam: (Assinale apenas a alternativa que lhe parecer mais adequada)

32.1. Mais degradados do que actualmente	_
32.2. Menos degradados do que actualmente	_
32.3. Na mesma	_

32.4. Não sabe

|_ |

33. Qualquer que tenha sido a sua resposta na questão anterior, refira porquê: _____

34. Considera que o estatuto de 'área protegida' deveria abranger um maior número de áreas em Portugal?

34.1. Sim

|_ |

34.2. Não

|_ |

34.3. Não Sabe

|_ |

35. Se respondeu sim à questão anterior, refira porquê: (Assinale apenas a resposta mais adequada à sua opinião):

- 35.1. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos |_ |
- 35.2. É urgente conservar as características culturais das áreas rurais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos |_ |
- 35.3. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque a nossa saúde depende disso |_ |
- 35.4. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque foi Deus quem os criou |_ |
- 35.5. A natureza tem os mesmos direitos que os seres humanos |_ |
- 35.6. As áreas rurais e os seus habitantes têm direito a um ambiente preservado |_ |
- 35.7. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque as actividades económicas (como a agricultura e a indústria) dependem disso |_ |
- 35.8. Outra razão |_ |
- Qual? _____

36. Durante as suas visitas ao PN Montesinho, alguma vez teve os seguintes comportamentos (assinalar para cada comportamento a situação mais adequada)

	Frequentemente	De Vez em Quando	Raramente	Nunca
36.1. Deitar lixo para o chão	_	_	_	_
36.2. Colher plantas ou partes de plantas	_	_	_	_
36.3. Fazer lume	_	_	_	_
36.4. Entrar em áreas de acesso interdito a pessoas	_	_	_	_
36.5. Entrar com o seu carro em áreas de acesso interdito a veículos	_	_	_	_
36.6. Caçar/pescar em áreas proibidas	_	_	_	_
36.7. Acampar em áreas interditas ao campismo	_	_	_	_
36.8. Esquecer o lixo no local do piquenique	_	_	_	_
36.9. Perturbar os animais selvagens	_	_	_	_
36.10. Perturbar os animais domésticos	_	_	_	_
36.11. Estragar, de alguma forma o património construído	_	_	_	_
36.12. Outra	_	_	_	_
Qual? _____				

III. VISITANTES, POPULAÇÃO LOCAL E ÁREA PROTEGIDA

37. Nas Áreas protegidas existem, por vezes, algumas incompatibilidades entre os vários agentes que a visitam, habitam e gerem, devido à existência de interesses e de usos do espaço e dos recursos naturais diversos. Tem conhecimento ou já esteve envolvido de/em conflitos/problemas/queixas entre os visitantes e a população da área do PN Montesinho: (Apenas uma resposta)

- 37.1. Tenho conhecimento da existência de conflitos, mas não estive envolvido | _ |
37.2. Estive já envolvido em conflitos com a população | _ |
37.3. Não tenho conhecimento nem estive envolvido em conflitos com a população | _ |

38. Se teve conhecimento da existência de conflitos ou já esteve envolvido em conflitos com a população, isso aconteceu porque: (Pode assinalar mais do que uma resposta):

- 38.1. A população não recebe bem os visitantes | _ |
38.2. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos naturais (como a caça, pesca, o derrube de árvores autóctones, o abate de animais selvagens, etc) | _ |
38.3. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos culturais tradicionais (descaracterização arquitectónica, mecanização das actividades agro-pastoris, etc) | _ |
38.4. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos elementos naturais (como a caça, a pesca, o campismo selvagem, a destruição ou perturbação de certas espécies da fauna e da flora) | _ |
38.5. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos elementos culturais (como o não respeito pelas festas e tradições locais, a ignorância face ao artesanato e à história da região, etc) | _ |
38.6. A população queixa-se do ruído provocado pelos visitantes | _ |
38.7. A população queixa-se do lixo deixado pelos visitantes | _ |
38.8. A população queixa-se que os visitantes costumam invadir os terrenos particulares | _ |
38.9. Outra razão | _ |
Qual? _____

39. Na sua opinião, o facto de ser uma área protegida agrava ou minimiza a existência de conflitos entre os visitantes e a população residente na área? (apenas uma resposta):

- 39.1. Agrava os conflitos | _ |
39.2. Minimiza os conflitos | _ |
39.3. Não sabe | _ |

40. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

41 . Já esteve envolvido ou tem conhecimento em/de conflitos/problemas/queixas entre os visitantes e a direcção ou elementos da administração do PN Montesinho: (apenas uma resposta):

- 41.1. Tenho conhecimento da existência de conflitos, mas não estive envolvido | _ |
41.2. Estive já envolvido em conflitos com a Área Protegida | _ |

41.3. Não tenho conhecimento nem estive envolvido em conflitos com a Área Protegida | _ |

42. Se teve conhecimento da existência de conflitos ou já esteve envolvido em conflitos com a Área Protegida, isso aconteceu porque: (Pode assinalar mais do que uma resposta)

42.1. A Área protegida não recebe bem os visitantes (não presta informação suficiente para a visita e sobre as normas e restrições a cumprir, não coloca avisos, etc) | _ |

42.2. A Área Protegida desaprova certos comportamentos dos visitantes em relação aos elementos naturais (como a caça, a pesca, o campismo selvagem, a destruição ou perturbação de certas espécies da fauna e da flora) | _ |

42.3. A Área Protegida desaprova certos comportamentos dos visitantes em relação aos elementos culturais tradicionais (como o não respeito pelas festas e tradições locais, a ignorância face ao artesanato ou à história da região) | _ |

42.4. Os visitantes desaprovam as normas e as restrições impostas pela Área Protegida relativamente aos elementos naturais | _ |

42.5. Os visitantes desaprovam as normas e as restrições impostas pela Área Protegida relativamente aos elementos culturais | _ |

42.6. Outra razão | _ |
Qual? _____

43 . Na sua opinião, o facto de ser uma área protegida agrava ou minimiza a existência de conflitos entre os visitantes e a Área Protegida? (apenas uma resposta)

43.1. Agrava os conflitos | _ |

43.2. Minimiza os conflitos | _ |

43.3. Não sabe | _ |

44. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

45. Como caracterizaria a área do PN Montesinho relativamente ao desenvolvimento social e económico: (apenas uma resposta)

45.1. É uma área desenvolvida | _ |

45.2. É uma área mais ou menos desenvolvida | _ |

45.3. É uma área pouco desenvolvida | _ |

45.4. Não é uma área desenvolvida | _ |

45.5. Não Sabe | _ |

46. Em qualquer dos casos, refira porquê _____

47. Considera que as condições naturais (como o clima ou o relevo, por exemplo) e os recursos naturais (como o solo, por exemplo) tiveram influência no desenvolvimento social e económico da área do PN Montesinho?

47.1. Sim | _ | 47.2. Não | _ | 47.3. Não Sabe | _ |

48. Se sim, porquê? (Assinale para cada aspecto a situação que lhe parecer mais adequada para o passado e o futuro da área):

	Tiveram	Poderão Ter
48.1. Sim, porque dificultam a vida das populações, que tiveram que partir para outros locais	_	_
48.2. Sim, porque auxiliam a instalação de actividades económicas que são a base de vida das populações e permitiram a criação de empregos	_	_
48.3. Sim, porque permitem o desenvolvimento do turismo	_	_
48.4. Sim, porque permitem uma vida mais saudável às populações	_	_
48.5. Sim, porque permitem a preservação de certas espécies da fauna e da flora que teriam desaparecido	_	_
48.6. Sim, porque permitem a preservação de certos aspectos culturais e económica que teriam desaparecido	_	_
48.7. Outra Qual? _____	_	_
48.8. Não se aplica	_	

49. Considera que com a criação do Parque Natural de Montesinho, o desenvolvimento social e económico da área: (apenas uma resposta)

- 49.1. Aumentou muito |_ |
- 49.2. Aumentou |_ |
- 49.3. Aumentou pouco |_ |
- 49.4. Ficou na mesma |_ |
- 49.5. Diminuiu |_ |
- 49.6. Não sabe |_ |

50. Em qualquer caso, refira porquê? _____

51. Em relação ao PN Montesinho, considera que os eventuais benefícios da protecção da área: (apenas uma resposta)

- 51.1. São sentidos apenas pelos visitantes |_ |
- 51.2. São sentidos apenas por alguns visitantes |_ | Quais? _____
- 51.3. São sentidos apenas pela população |_ |
- 51.4. São sentidos apenas por alguns grupos da população |_ | Quais? _____
- 51.5. São sentidos pela população e pelos visitantes |_ |
- 51.6. Não se fazem sentir em nenhum caso |_ |
- 51.7. Não sabe |_ |

52. Considera que na área do PN Montesinho deveriam existir mais equipamentos e serviços ou que o seu número deveria ser limitado:

- 52.1. Deveriam existir mais, sem limitações |_ |
- 52.2. Deveriam existir mais, mas com controle |_ |
- 52.3. O seu número deveria ser limitado |_ |
- 52.4. Não sabe |_ |

53. Em qualquer dos casos, refira porquê? _____

IV. AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

54. Tendo em conta a relação ambiente/desenvolvimento económico nas sociedades actuais, qual lhe parece ser a opção mais adequada: (Assinale apenas a resposta que lhe parecer mais adequada):

- | | |
|---|---|
| 54.1. O desenvolvimento económico deve ser uma prioridade em relação à protecção do ambiente | _ |
| 54.2. A protecção do ambiente deve ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico | _ |
| 54.3. Deve assegurar-se o desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente | _ |
| 54.4. Não Sabe | _ |

55. Para si o Ambiente a Natureza são **sobretudo**: (Assinale apenas uma resposta para Ambiente e apenas uma para Natureza):

	Natureza	Ambiente
55.1. O que resulta da interacção entre o Homem e o meio natural	_	_
55.2. O que sustenta a vida humana	_	_
55.3. O que sustenta as actividades económicas	_	_
55.4. O conjunto dos elementos e recursos naturais	_	_
55.5. Um obstáculo que deve ser dominado	_	_
55.6. O que resulta da relação dos Homens entre si	_	_
55.7. Outra Qual? _____	_	_
55.8. Não Sabe	_	_

56. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **ambiente** na questão anterior, refira a sua posição de acordo ou desacordo: (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes:)

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

- | | |
|---|---|
| 56.1. O ambiente deve ser preservado em prol das gerações futuras | _ |
| 56.2. O ambiente deve ser preservado em prol da saúde humana | _ |
| 56.3. O ambiente deve ser preservado em prol da continuidade do desenvolvimento económico | _ |
| 56.4. O ambiente deve ser preservado pelo valor intrínseco dos recursos naturais | _ |
| 56.5. As paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens | _ |
| 56.6. O ambiente deve ser preservado a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias | _ |

57. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **natureza** na questão 55, refira a sua posição de acordo ou desacordo: (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes:)

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4

- 57.1. A natureza deve ser preservada para que se possa contemplar a sua beleza | _ |
 57.2. A natureza deve ser preservada para ser utilizada | _ |
 57.3. A natureza é para ser utilizada e não apenas apreciada | _ |
 57.4. Os animais e as plantas têm os mesmos direitos que os seres humanos | _ |
 57.5. Os recursos naturais devem ser conservados a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias | _ |
 57.6. As paisagens não alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens | _ |
 57.7. A natureza deve ser preservada apenas se isso não impedir o crescimento económico | _ |

58. Em relação às afirmações seguintes manifeste a sua posição de acordo/desacordo (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes):

- . Concordo Totalmente 1
 . Concordo Moderadamente 2
 . Discordo Moderadamente 3
 . Discordo Totalmente 4
 . Não Sabe 0

- 58.1. O Governo é a única entidade com responsabilidades na protecção ambiente e dos recursos naturais | _ |
 58.2. O Governo é a única entidade que pode utilizar os recursos naturais como achar conveniente | _ |
 58.3. O Governo tem tantos direitos sobre os recursos naturais como todo e qualquer cidadão | _ |
 58.4. Os cidadãos têm maiores direitos do que o Governo no usufruto dos recursos naturais | _ |
 58.5. Os habitantes das áreas com mais recursos naturais têm o dever de os preservar | _ |
 58.6. Os visitantes dessas áreas têm o dever de preservar os recursos naturais aí existentes | _ |
 58.7. Os visitantes dessas áreas têm mais direito ao uso dos recursos naturais do que os seus habitantes | _ |
 58.8. Os habitantes dessas áreas devem utilizar os recursos como melhor entenderem | _ |
 58.9. Ninguém tem o direito de utilizar a seu bel-prazer os recursos naturais | _ |

59. Das seguintes entidades e grupos de indivíduos, quais lhe parecem ser os mais e menos responsáveis pela protecção do ambiente e pela promoção do desenvolvimento social e económico nas áreas protegidas (assinale (1) para as entidades e grupos que lhe parecem ser mais responsáveis e (2) para os que lhe parecem ser menos responsáveis. Utilize o 0 para os que não lhe parecem ser nada responsáveis):

- | | Protecção do ambiente | Promoção do desenvolvimento |
|---|-----------------------|-----------------------------|
| 59.1. O Estado, a um nível central | _ | _ |
| 59.2. As Câmaras Municipais dessas áreas | _ | _ |
| 59.3. As Juntas de Freguesia dessas áreas | _ | _ |
| 59.4. os habitantes dessas áreas | _ | _ |
| 59.5. Os visitantes dessas áreas | _ | _ |
| 59.6. As associações de desenvolvimento locais | _ | _ |
| 59.7. As associações de defesa do ambiente locais | _ | _ |
| 59.9 Outros | _ | _ |
| | Quais? _____ | Quais? _____ |

60. As áreas protegidas em Portugal têm, em geral, algumas dificuldades no seu funcionamento e no cumprimento dos objectivos de protecção da natureza. Concorda com esta afirmação?

60.1. Sim | _ | 60.2. Não | _ | 60.3. Não sabe | _ |

61. Se concordou que as áreas protegidas portuguesas têm dificuldades de funcionamento, na sua opinião tais dificuldades ocorrem porque: (Assinale todas as situações que lhe parecem mais de acordo com a sua opinião)

- | | |
|--|---|
| 61.1. Os habitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes | _ |
| 61.2. Os habitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes | _ |
| 61.3. Os visitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes | _ |
| 61.4. Os visitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes | _ |
| 61.5. Há uma falta de informação generalizada quanto à protecção do ambiente | _ |
| 61.6. As áreas protegidas não levam a cabo os seus objectivos e actividades | _ |
| 61.7. As áreas protegidas não têm planos e programas que estabeleçam os objectivos e a forma como eles podem ser cumpridos | _ |
| 61.8. As áreas protegidas não envolvem os habitantes nas suas actividades | _ |
| 61.9. As áreas protegidas não envolvem os visitantes nas suas actividades | _ |
| 61.10. As áreas protegidas desconhecem a realidade social e económica das localidades e pessoas nelas inseridas | _ |
| 61.11. As áreas protegidas não têm poder político para imporem e fiscalizarem o cumprimento dos seus objectivos | _ |
| 61.12. As áreas protegidas gerem mal os recursos que possuem | _ |
| 61.13. Outra Situação | _ |
- Qual? _____

V. ÁREAS RURAIS E AMBIENTE

62. Actualmente, tem-se observado em Portugal uma crescente procura de áreas rurais e de áreas protegidas pelos indivíduos, no sentido de aí desenvolverem actividades de recreio e de lazer. No seu caso, costuma visitar: (Para cada tipo de área indique a situação mais adequada ao seu caso):

	Frequentemente	De vez em Quando	Raramente	Nunca
62.1. Áreas Rurais	_	_	_	_
62.2. Áreas Protegidas	_	_	_	_

63. Porque razões visita estas áreas (Para cada tipo de área indique sómente as 3 razões principais, de (1) - Mais importante a (3) - Menos importante):

	Áreas Rurais	Áreas Protegidas
63.1. Pela beleza da paisagem	_	_
63.2. Pelo contacto com a natureza	_	_
63.3. Pelo contacto com as actividades económicas tradicionais	_	_
63.4. Pela gastronomia	_	_
63.5. Para a observação dos animais e das plantas autóctones	_	_
63.6. Pelo artesanato e folclore local	_	_
63.7. Para respirar ar puro	_	_
63.8. Para fugir ao stress da vida na cidade	_	_
63.9. Para contactar com as pessoas que vivem cá	_	_
63.10. Para praticar desporto	_	_
63.11. Para caçar e/ou pescar	_	_
63.12. Para visitar familiares	_	_
63.13. Para ver a arquitectura tradicional	_	_
63.14. Outra razão	_	_

Qual? _____

64. Pensa que se está **melhor** na cidade ou no campo no domínio: (Para cada domínio assinale se se está melhor na cidade ou no campo)

	Cidade	Campo
64.1. Dos cuidados de saúde	_	_
64.2. Das escolas	_	_
64.3. Da aquisição ou arrendamento de habitação	_	_
64.4. Dos divertimentos e actividades de recreio/lazer	_	_
64.5. Das relações entre as pessoas	_	_
64.6. Das compras de produtos alimentares	_	_
64.7. Das compras de vestuário e outros produtos não alimentares	_	_
64.8. Do conforto nas habitações	_	_
64.9. Da poluição do ar	_	_
64.10. Da poluição das águas	_	_
64.11. Da poluição sonora	_	_
64.12. De uma vida mais saudável	_	_
64.13. De uma vida com menos cansaço	_	_
64.14. De maior contacto com a natureza	_	_
64.15. De menor criminalidade	_	_

65. Na escala que se segue o (1) representa um menor desenvolvimento económico e o (10) um maior desenvolvimento social e económico. Onde posicionaria as **áreas rurais**, de uma maneira geral? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada)

| 1 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe |_ |

66. E as **áreas urbanas**, também de uma maneira geral? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada)

| 1 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe |_ |

67. Relativamente à qualidade do ambiente, representando o (1) uma menor qualidade ambiental e o (10) uma maior qualidade ambiental, onde posicionaria as **áreas rurais**, em termos gerais (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada)

| 1 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe |_ |

68. E as **áreas urbanas**, também em termos gerais? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada)

| 1 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe | _ |

69. Os seus pais são originários de:

69.1. Uma área rural | _ |

69.2. Uma área urbana | _ |

69.3. Um é de uma área rural e outro de uma área urbana | _ |

70. Uma última questão: pensando na relação ambiente/desenvolvimento, qual pensa ser a melhor opção para a área do PN Montesinho: (escolha apenas uma situação)

70.1. O desenvolvimento económico ser uma prioridade em relação à protecção do ambiente | _ |

70.2. A protecção do ambiente ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico | _ |

70.3. Assegurar o desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente | _ |

**INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS VISITANTES
DA SERRA DA FREITA**

- A PROTECÇÃO DO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO RURAL -

SETEMBRO DE 1997

- Área em que foi Inquirido: _____

I. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS INQUIRIDOS:

1. Ano em que visitou pela primeira vez a Serra da Freita: _____

2. Voltou a visitar a Serra da Freita?

2.1. Sim |_| 2.2. Não |_|

3. Se sim, em que ano(s) voltou a visitar? (refira todos os anos em que o fez) _____

4. Área de Residência:

4.1. Localidade: _____

4.2. Concelho: _____

5. Na sua opinião, área em que vive é essencialmente:

5.1. Uma área rural |_|

5.2. Uma área urbana |_|

6. Idade:

6.1 - Inferior ou igual a 19 anos |_| 6.6 - 40 - 44 anos |_|

6.2 - 20 - 24 anos |_| 6.7 - 45 - 49 anos |_|

6.3 - 25 - 29 anos |_| 6.8 - 50 - 54 anos |_|

6.4 - 30 - 34 anos |_| 6.9 - 55 - 59 anos |_|

6.5 - 35 - 39 anos |_| 6.10 - 60 - 64 anos |_|

6.11. Igual ou superior a 65 anos |_|

7. Sexo:

7.1. Masculino |_| 7.2. Feminino |_|

8. Estado Civil:

8.1. Solteiro(a) |_| 8.4. Viúvo(a) |_|

8.2. Casado(a) |_| 8.5. Vive em União de Facto |_|

8.3. Separado(a)/Divorciado(a) |_| 8.6. Outra situação |_|

Qual? _____

9. Nível de Escolaridade: (Assinale o grau mais elevado de estudos que obteve, indicando depois se o completou ou não):

		Completo	Incompleto
9.1. Analfabeto(a)	_		
9.2. Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	_		
9.3. Ensino Primário	_	_	_
9.4. Ensino Preparatório	_	_	_
9.5. Ensino Secundário Unificado (9ºAno)	_	_	_
9.6. Ensino Secundário Complementar (11º ano)	_	_	_
9.7. 12º ano	_	_	_
9.8. Curso Profissional	_	_	_
9.9. Curso Médio	_	_	_
9.10. Curso Superior	_	_	_
9.11. Pós-Graduação	_	_	_

10. Condição perante o trabalho:

10.1. Exerce uma profissão	_	10.5. Doméstico(a)	_
10.2. Desempregado(a)	_	10.6. Incapacitado permanente para o trabalho	_
10.3. Estudante	_	10.7. Outra situação Qual? _____	_
10.4. Reformado(a)	_		

11. Qual é (ou era, se já esta reformado) a sua Profissão (especificar a função): _____

12. Situação na Profissão principal actual:

12.1. Patrão	_	
12.2. Trabalhador por conta própria	_	
12.3. Trabalhador por conta de outrém	_	
12.4. Trabalhador familiar não remunerado	_	
12.5. Outra situação	_	Qual? _____

13. Nível de Rendimentos **Mensal** do Agregado Familiar:

13.1. < ou = a 99 999\$00	_	13.4. 350 000\$00 a 449 999\$00	_
13.2. 100 000\$00 a 249 999\$00	_	13.5. = ou > 450 000\$00	_
13.3. 250 000\$00 a 349 999\$00	_	13.6. Não sabe /Não responde	_

14. Número de elementos do seu agregado familiar? |_ | |_ |

15. Na escala que se segue, (1) representa a posição política mais à esquerda e (10) a posição política mais à direita. O (0) representa a situação - 'sem posição política'. Assinale com um circulo o número que melhor representa a sua posição política actualmente:

| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

16. Relativamente às finalidades que os países ou os governos devem tentar realizar, quais lhe parecem as mais prioritárias: (Coloque por ordem de prioridade, de mais prioritária (1) a menos prioritária (4)):

16.1. Manter um elevado nível de crescimento económico |_ |

- 16.2. Possuir um exército forte para se defenderem | _ |
- 16.3. Assegurar que os cidadãos tenham uma palavra a dizer no seu trabalho, bairro ou concelho onde vivem | _ |
- 16.4. Tentar melhorar a beleza e a qualidade de vida das cidades e dos campos | _ |

17. Relativamente a esta outra série de finalidades, quais lhe parecem ser as mais desejáveis (Coloque por ordem de importância, de mais desejável (1) a menos desejável (4)):

- 17.1. Manter a ordem no país | _ |
- 17.2. Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo | _ |
- 17.3. Combater a subida de preços | _ |
- 17.4. Garantir a liberdade de expressão | _ |

18. Ainda uma outra série de finalidades: qual é na sua opinião a mais importante? (Coloque por ordem de importância, de mais importante (1) a menos importante (4)):

- 18.1. Assegurar uma evolução regular da economia | _ |
- 18.2. Progredir para uma sociedade menos impessoal e mais humana | _ |
- 18.3. Progredir para uma sociedade em que as ideias contem mais do que o dinheiro | _ |
- 18.4. Lutar contra a criminalidade | _ |

II. A VISITA À SERRA DA FREITA:

19. Quais as razões que o levaram a visitar a Serra da Freita: (Assinale, ordenando, as 4 razões mais importantes, de (1) - Mais importante a (4) - Menos importante)

- 19.1. Pela beleza da paisagem | _ |
- 19.2. Pelo contacto com a natureza | _ |
- 19.3. Pelo contacto com as actividades económicas tradicionais | _ |
- 19.4. Pela gastronomia | _ |
- 19.5. Para a observação dos animais e das plantas autóctones | _ |
- 19.6. Pelo artesanato e folclore local | _ |
- 19.7. Para respirar ar puro | _ |
- 19.8. Para fugir ao stress da vida na cidade | _ |
- 19.9. Para contactar com as pessoas que vivem cá | _ |
- 19.10. Para praticar desporto | _ |
- 19.11. Para caçar e/ou pescar | _ |
- 19.12. Pela arquitectura tradicional | _ |
- 19.13. Para fazer um piquenique | _ |
- 19.14. Outra razão | _ |

Qual? _____

20. Os seus objectivos foram alcançados? (Para cada objectivo, assinale a situação que lhe parecer mais correcta):

	Plenamente	Parcialmente	Não	Não Era objectivo
20.1. Beleza da paisagem	_	_	_	_
20.2. Contacto com a natureza	_	_	_	_
20.3. Contacto com as actividades económicas tradicionais	_	_	_	_
20.4. Gastronomia	_	_	_	_
20.5. Observação dos animais e das plantas autóctones	_	_	_	_
20.6. Artesanato e folclore local	_	_	_	_
20.7. Respirar ar puro	_	_	_	_

- | | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 20.8. Fugir ao stress da vida na cidade | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20.9. Contactar com as pessoas que vivem cá | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20.10. Praticar desporto | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20.11. Caçar e/ou pescar | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20.12. Arquitectura tradicional | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20.13. Fazer um piquenique | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20.14. Outra razão | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Qual? _____

21. Para os objectivos a que respondeu Parcialmente ou Não na questão anterior, refira agora porquê: _____

22. Quantos dias dura esta sua visita à Serra da Freita:

- | | | | |
|----------------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|
| 22.1. < ou = a 1 dia | <input type="checkbox"/> | 22.3. De 3 a 7 dias | <input type="checkbox"/> |
| 22.2. 2 dias | <input type="checkbox"/> | 22.4. Mais de 7 dias | <input type="checkbox"/> |

23. Em que época do ano aconteceu a sua última visita, antes da presente, à Serra da Freita:

- | | | | |
|-----------------|--------------------------|--|--------------------------|
| 23.1. Outono | <input type="checkbox"/> | 23.4. Verão | <input type="checkbox"/> |
| 23.2. Inverno | <input type="checkbox"/> | 23.5. Especifique o mês se se recordar | _____ |
| 23.3. Primavera | <input type="checkbox"/> | 23.6. Não se aplica | <input type="checkbox"/> |

24. Em que zona da Serra da Freita ficou instalado e visitou: (Mostrar mapa se necessário):

	Está	
	Instalado	Visitou
24.1. Frecha da Mizarela (Mizarela)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.2. Portal do Inferno(Regoufe/Cova do Monte)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.3. Pedras Parideiras (Castanheira)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.4. Maciços Florestados (Merujal e Coelhoira)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.5. Miradouros (Sr ^a da Laje, S. Macário)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.6. Rios Teixeira, Paivô, Arões, Paiva e Caima (praias fluviais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.7. Planalto da Sr ^a da Lage	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.8. Planalto de Albergaria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.9. Aldeias tradicionais (Fujaco, Pena, Drave, Adaúfe, Lomba Castanheira e/ou outras)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.10. Monumentos Megalíticos (Portela da Anta e Cando)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.11. Minas (Regoufe, Minas Chãs, e Minas de Rio de Frades)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.12. Caminho Romano (Manhouce, Albergaria e P. da Anta)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.13. Ficou instalado fora da S. Freita	<input type="checkbox"/>	Onde? _____
24.14. Não ficou instalado	<input type="checkbox"/>	Porquê? _____

25. Porque razão visitou estas zonas da Serra da Freita: (Assinale para cada zona visitada as razões que considerar adequadas)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
25.1. Era a zona em que em que estava alojado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.2. Pela beleza das paisagens naturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.3. Pela beleza das paisagens humanizadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.4. Pela existência de aldeias tradicionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.5. Pela existência de espécies de fauna raras ou únicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.6. Pela existência de espécies de flora raras ou únicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.7. Pela existência de elementos culturais e económicos únicos (artesanato, agricultura tradicional, folclore, festas, etc)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.8. Pela gastronomia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.9. Pela possibilidade de pescar ou caçar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.10. Pela possibilidade de praticar desporto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.11. Outra razão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Qual? _____

26. Durante a sua visita sentiu a falta nas zonas visitadas de: (Assinale os equipamentos de que sentiu falta, por ordem de importância, de mais importante (1) a menos importante (9))

- | | | | |
|--|---|----------------------------------|---|
| 26.1. Cafés | _ | 26.7. Postos de saúde | _ |
| 26.2. Restaurantes | _ | 26.8. Postos de informação sobre | _ |
| 26.3. Mercearias e supermercados | _ | a Serra da Freita | _ |
| 26.4. Hoteis e pensões | _ | 26.9. Outra | _ |
| 26.5. Postos de correio/telefone | _ | Qual? _____ | |
| 26.6. Postos de Abastecimento de combustivel | _ | 26.10. Não sentiu falta de nada | _ |

27. Consideraria importante que existissem normas para regular os comportamentos dos habitantes e dos visitantes na Serra da Freita, face ao património natural e construído?

- 27.1. Sim |_ | 27.2. Não |_ | 27.3. Não Sabe |_ |

28. Da seguinte lista de normas vigentes em muitas áreas protegidas do nosso país, estaria ou não de acordo que elas fossem aplicadas à área da Serra da Freita (manifeste a sua posição de acordo/ desacordo, utilizando os códigos seguintes para assinalar a sua opinião):

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não sabe 0

28.1 Actividades Sujeitas a Autorização

- | | |
|---|---|
| 28.1.1. Construção/ ampliação/ reconstrução/ demolição de edifícios | _ |
| 28.1.2. Instalação de explorações agrícolas ou ampliação das já existentes | _ |
| 28.1.3. Aterros, escavações ou qualquer alteração à configuração do terreno | _ |
| 28.1.4. Derrube de árvores singulares ou de grande interesse paisagístico, estético etc | _ |
| 28.1.5. Derrube de árvores em maciço | _ |
| 28.1.6. Abertura de novas vias de comunicação | _ |
| 28.1.7. Abertura de fossas e depósitos de lixo | _ |
| 28.1.8. Captação e desvio de águas | _ |

28.2. Actividades Proibidas ou Parcialmente Proibidas

- | | |
|--|---|
| 28.2.1. Caçar em certas áreas | _ |
| 28.2.2. Acesso condicionado de pessoas e automóveis a certas áreas | _ |
| 28.2.3. Fazer campismo em certas áreas | _ |
| 28.2.4. Colher plantas ou partes de plantas | _ |
| 28.2.5. Lançar detritos de qualquer espécie fora dos locais designados | _ |
| 28.2.6. Fazer lume fora dos locais designados | _ |
| 28.2.7. Praticar Actividades desportivas em certas áreas | _ |
| 28.2.8. Introdução de espécies vegetais ou animais exóticas | _ |

29. Quais das seguintes actividades ou acções considera mais ou menos susceptíveis de degradar o ambiente na área da Serra da Freita: (Assinalar para cada actividade ou acção, a situação que lhe parece mais adequada):

	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
29.1. Abertura de novas estradas	_	_	_	_
29.2. Exploração de inertes	_	_	_	_
29.3. Abandono de áreas agrícolas e pastoris	_	_	_	_
29.4. Degradação dos sistemas de regadio	_	_	_	_
29.5. Expansão dos matos	_	_	_	_
29.6. Diminuição da população	_	_	_	_
29.7. Envelhecimento da população	_	_	_	_
29.8. Mecanização das actividades agro-pastoris	_	_	_	_
29.9. Incêndios florestais	_	_	_	_
29.10. Plantação de árvores não autóctones	_	_	_	_
29.11. Derrube de árvores autóctones	_	_	_	_
29.12. Caça	_	_	_	_
29.13. Turismo	_	_	_	_
29.14. Degradação/Alteração Arquitectónica	_	_	_	_
29.15. Perda de valores culturais tradicionais	_	_	_	_
29.16. Carências em infra-estruturas básicas	_	_	_	_
29.17. Pesca	_	_	_	_
29.18. Abate de animais selvagens	_	_	_	_
29.19. Agricultura	_	_	_	_

30. Considera que a **população** residente na Serra da Freita tem contribuído e/ou pode contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área?(Só a mais adequada):

- 30.1. Sim, tem contribuído |_ |
- 30.2. Sim, poderá contribuir |_ |
- 30.3. Sim, tem contribuído e poderá contribuir |_ |
- 30.4. Não tem contribuído |_ |
- 30.5. Não poderá contribuir |_ |
- 30.6. Não tem contribuído, nem poderá contribuir |_ |
- 30.7. Não sabe |_ |

31. Considera que os **visitantes** da Serra da Freita têm contribuído e/ou poderão contribuir para a manutenção dos elementos naturais e culturais da área?(Só a mais adequada)

- 31.1. Sim, têm contribuído |_ |
- 31.2. Sim, poderão contribuir |_ |
- 31.3. Sim, têm contribuído e poderão contribuir |_ |
- 31.4. Não têm contribuído |_ |
- 31.5. Não poderão contribuir |_ |
- 31.6. Não têm contribuído, nem poderão contribuir |_ |
- 31.7. Não sabe |_ |

32. Considera que se a área da Serra da Freita possuisse o estatuto de 'area protegida', os elementos naturais e culturais da área estariam: (Assinale apenas a alternativa que lhe parecer mais adequada):

- 32.1. Mais degradados do que actualmente |_ |
- 32.2. Menos degradados do que actualmente |_ |
- 32.3. Na mesma |_ |
- 32.4. Não sabe |_ |

33. Qualquer que tenha sido a sua resposta na questão anterior, refira porquê: _____

34. Considera que o estatuto de 'área protegida' deveria abranger um maior número de áreas em Portugal?

34.1. Sim | _ | 34.2. Não | _ | 34.3. Não sabe | _ |

35. Se respondeu sim à questão anterior, refira agora porquê (Assinale apenas a resposta mais adequada à sua opinião):

- 35.1. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos | _ |
- 35.2. É urgente conservar as características culturais das áreas rurais no nosso país porque constituem uma herança para os nossos filhos | _ |
- 35.3. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque a nossa saúde depende disso | _ |
- 35.4. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque foi Deus quem os criou | _ |
- 35.5. A natureza tem os mesmos direitos que os seres humanos | _ |
- 35.6. As áreas rurais e os seus habitantes têm direito a um ambiente preservado | _ |
- 35.7. É urgente conservar a natureza e os recursos naturais porque as actividades económicas (como a agricultura e a indústria) dependem disso | _ |
- 35.8. Outra | _ |
- Qual? _____

36. Durante as suas visitas à Serra da Freita, alguma vez teve os seguintes comportamentos (assinalar para cada comportamento a situação mais adequada):

- | | Frequentemente | De vez em Quando | Raramente | Nunca |
|--|----------------|------------------|-----------|-------|
| 36.1. Deitar lixo para o chão | _ | _ | _ | _ |
| 36.2. Colher plantas | _ | _ | _ | _ |
| 36.3. Fazer lume | _ | _ | _ | _ |
| 36.4. Entrar em áreas de difícil acesso para as pessoas | _ | _ | _ | _ |
| 36.5. Entrar com o seu carro em áreas sem estradas | _ | _ | _ | _ |
| 36.6. Caçar/pescar em áreas proibidas | _ | _ | _ | _ |
| 36.7. Acampar em áreas interditas ao campismo | _ | _ | _ | _ |
| 36.8. Esquecer o lixo no local do piquenique | _ | _ | _ | _ |
| 36.9. Perturbar os animais selvagens | _ | _ | _ | _ |
| 36.10. Perturbar os animais domésticos | _ | _ | _ | _ |
| 36.11. Estragar, de alguma forma o património construído | _ | _ | _ | _ |
| 36.12. Outra | _ | _ | _ | _ |
- Qual? _____

III. VISITANTES, POPULAÇÃO LOCAL E SERRA DA FREITA

37. Em certas áreas rurais muito visitadas, existem, por vezes, algumas incompatibilidades entre os vários agentes que as visitam, habitam e gerem devido à existência de interesses e de usos do espaço e dos recursos naturais diversos. Tem conhecimento ou já esteve envolvido de/em conflitos/problemas/queixas entre os visitantes e a população da área da Serra da Freita: (Apenas uma resposta):

- 37.1. Tenho conhecimento da existência de conflitos, mas não estive envolvido | _ |
- 37.2. Estive já envolvido em conflitos com a população | _ |
- 37.3. Não tenho conhecimento nem estive envolvido em conflitos com a população | _ |

38. Se teve conhecimento da existência de conflitos ou já esteve envolvido em conflitos com a população, isso aconteceu porque: (Pode assinalar mais do que uma resposta)

- | | |
|--|---|
| 38.1. A população não recebe bem os visitantes | _ |
| 38.2. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos naturais (como a caça, pesca, o derrube de árvores autóctones, o abate de animais selvagens, etc) | _ |
| 38.3. Os visitantes desaprovam certos comportamentos da população em relação aos elementos culturais tradicionais (descaracterização arquitectónica, mecanização das actividades agro-pastoris, etc) | _ |
| 38.4. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos elementos naturais (como a caça, a pesca, o campismo selvagem, a destruição ou perturbação de certas espécies da fauna e da flora) | _ |
| 38.5. A população desaprova certos comportamentos dos visitantes face aos elementos culturais (como o não respeito pelas festas e tradições locais, a ignorância face ao artesanato e à história da região, etc) | _ |
| 38.6. A população queixa-se do ruído provocado pelos visitantes | _ |
| 38.7. A população queixa-se do lixo deixado pelos visitantes | _ |
| 38.8. A população queixa-se que os visitantes costumam invadir terrenos particulares | _ |
| 38.9. Outra razão | _ |
- Qual? _____

39. Na sua opinião, o facto de não ser uma área protegida agrava ou minimiza a existência de conflitos entre os visitantes e a população residente na área?(Apenas uma resposta)

- | | |
|-----------------------------|---|
| 39.1. Agrava os conflitos | _ |
| 39.2. Minimiza os conflitos | _ |
| 39.3. Não sabe | _ |

40. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

41. Como caracterizaria a área da Serra da Freita relativamente ao desenvolvimento social e económico: (apenas uma resposta)

- | | |
|---|---|
| 41.1. É uma área desenvolvida | _ |
| 41.2. É uma área mais ou menos desenvolvida | _ |
| 41.3. É uma área pouco desenvolvida | _ |
| 41.4. Não é uma área desenvolvida | _ |
| 41.5. Não Sabe | _ |

42. Em qualquer dos casos, refira porquê? _____

43. Considera que as condições naturais (como o clima ou o relevo, por exemplo) e os recursos naturais (como o solo, por exemplo) tiveram ou poderão ter influência no desenvolvimento social e económico da área?

- | | | | | | |
|-----------|---|-----------|---|----------------|---|
| 43.1. Sim | _ | 43.2. Não | _ | 43.3. Não sabe | _ |
|-----------|---|-----------|---|----------------|---|

44. Se sim, porquê? (Assinale para cada aspecto a situação que lhe parecer mais adequada, para o passado e o futuro da área):

- | | Tiveram | Poderão Ter |
|---|---------|-------------|
| 44.1. Sim, porque dificultam a vida das populações, que tiveram que partir para outros locais | _ | _ |

- 44.2. Sim, porque auxiliam a instalação de actividades económicas que são a base de vida das populações e permitiram a criação de empregos
- 44.3. Sim, porque permitem o desenvolvimento do turismo
- 44.4. Sim, porque permitem uma vida mais saudável às populações
- 44.5. Sim, porque permitem a preservação de certas espécies da fauna e da flora que teriam desaparecido
- 44.6. Sim, porque permitem a preservação de certos aspectos culturais e económicos que teriam desaparecido
- 44.7. Outra
Qual? _____
- 44.8. Não se aplica

45. Considera que com a eventual passagem da Serra da Freita a Área Protegida e a imposição de normas e restrições relativas ao uso do espaço e dos elementos naturais, o desenvolvimento social e económico da área (apenas uma resposta):

- 45.1. Aumentaria muito
- 45.2. Aumentaria
- 45.3. Aumentaria pouco
- 45.4. Ficaria na mesma
- 45.5. Diminuiria
- 45.6. Não sabe

46. Em qualquer caso, refira porquê: _____

47. Considera que os benefícios decorrentes da eventual protecção da área seriam: (apenas uma resposta):

- 47.1. Sentidos apenas pelos visitantes
- 47.2. Sentidos apenas por alguns visitantes Quais? _____
- 47.3. Sentidos apenas pela população
- 47.4. Sentidos apenas por alguns grupos da população Quais? _____
- 47.5. Sentidos pela população e pelos visitantes
- 47.6. Não se fariam sentir em nenhum caso
- 47.7. Não sabe

48. Considera que na área da Serra da Freita deveriam existir mais equipamentos e serviços ou que o seu número deveria ser limitado?

- 48.1. Deveriam existir mais, sem limitações
- 48.2. Deveriam existir mais, mas com controle
- 48.3. Não deveriam existir mais
- 48.4. Não sabe

49. Em qualquer dos casos, refira porquê: _____

IV. AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

50. Tendo em conta a relação ambiente/desenvolvimento económico nas sociedades actuais, qual lhe parece ser a opção mais adequada: (Assinale apenas a resposta que lhe parecer mais adequada):

- | | |
|---|---|
| 50.1. O desenvolvimento económico deve ser uma prioridade em relação à protecção do ambiente | _ |
| 50.2. A protecção do ambiente deve ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico | _ |
| 50.3. Deve assegurar-se o desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente | _ |

51. Para si o Ambiente e a Natureza são **sobretudo**: (Assinale apenas uma resposta para Ambiente e apenas uma para Natureza):

- | | Natureza | Ambiente |
|--|----------|----------|
| 51.1. O que resulta da interacção entre o Homem e o meio natural | _ | _ |
| 51.2. O que sustenta a vida humana | _ | _ |
| 51.3. O que sustenta as actividades económicas | _ | _ |
| 51.4. O conjunto dos elementos e recursos naturais | _ | _ |
| 51.5. Um obstáculo que deve ser dominado | _ | _ |
| 51.6. O que resulta da relação dos Homens entre si | _ | _ |
| 51.6. Outra
Qual? _____ | _ | _ |
| 51.7. Não Sabe | _ | _ |

52. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **ambiente** na questão anterior, refira a sua posição de acordo ou desacordo (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes):

- | | |
|--------------------------|---|
| . Concordo Totalmente | 1 |
| . Concordo Moderadamente | 2 |
| . Discordo Moderadamente | 3 |
| . Discordo Totalmente | 4 |
| . Não Sabe | 0 |

- | | |
|---|---|
| 52.1. O ambiente deve ser preservado em prol das gerações futuras | _ |
| 52.2. O ambiente deve ser preservado em prol da saúde humana | _ |
| 52.3. O ambiente deve ser preservado em prol da continuidade do desenvolvimento económico | _ |
| 52.4. O ambiente deve ser preservado pelo valor intrínseco dos recursos naturais | _ |
| 52.5. As paisagens alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens | _ |
| 52.6. O ambiente deve ser preservado a qualquer preço e em quaisquer circunstâncias | _ |

53. Para as seguintes afirmações e tendo em conta a definição que deu de **natureza** na questão 51, refira a sua posição de acordo ou desacordo (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes):

- | | |
|--------------------------|---|
| . Concordo Totalmente | 1 |
| . Concordo Moderadamente | 2 |
| . Discordo Moderadamente | 3 |
| . Discordo Totalmente | 4 |
| . Não Sabe | 0 |

- | | |
|--|---|
| 53.1. A natureza deve ser preservada para que se possa contemplar a sua beleza | _ |
| 53.2. A natureza deve ser preservada para ser utilizada | _ |
| 53.3. A natureza é para ser utilizada e não apenas apreciada | _ |
| 53.4. Os animais e as plantas têm os mesmos direitos que os seres humanos | _ |
| 53.5. Os recursos naturais devem ser conservados a qualquer preço e | _ |

- em quaisquer circunstâncias
- 53.6. As paisagens não alteradas pelo Homem são as mais belas paisagens
- 53.7. A natureza deve ser preservada, apenas se isso não impedir o crescimento económico

54. Em relação às afirmações seguintes manifeste a sua posição de acordo/desacordo (Assinale para cada uma das afirmações a sua posição, preenchendo os quadrados de resposta com os códigos seguintes):

- . Concordo Totalmente 1
- . Concordo Moderadamente 2
- . Discordo Moderadamente 3
- . Discordo Totalmente 4
- . Não Sabe 0

- 54.1. O Governo é a única entidade com responsabilidades na protecção do ambiente e dos recursos naturais
- 54.2. O Governo é a única entidade que pode utilizar os recursos naturais como achar conveniente
- 54.3. O Governo tem tantos direitos sobre os recursos naturais como todo e qualquer cidadão
- 54.4. Os cidadãos têm maiores direitos do que o Governo no usufruto dos recursos naturais
- 54.5. Os habitantes das áreas com maiores recursos naturais têm o dever de os preservar
- 54.6. Os visitantes dessas áreas têm o dever de preservar os recursos naturais aí existentes
- 54.7. Os visitantes dessas áreas têm mais direito ao usos dos recursos naturais do que os seus habitantes
- 54.8. Os habitantes dessas áreas devem utilizar os recursos como melhor entenderem
- 54.9. Ninguém tem o direito de utilizar a seu bel-prazer os recursos naturais

55. Das seguintes entidades e grupos de individuos, quais lhe parecem ser os mais e menos responsáveis pela protecção do ambiente e pela promoção do desenvolvimento social e económico das áreas protegidas (Assinale (1) para as entidades e grupos que lhe parecem ser mais responsáveis e (2) para os que lhe parecem ser menos responsáveis. Utilize o (0) para os que não lhe parecem ser nada responsáveis)

	Protecção do ambiente	Promoção do desenvolvimento
55.1. O Estado, a um nível central	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
55.2. As Câmaras Municipais dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
55.3. As Juntas de Freguesia dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
55.4. os habitantes dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
55.5. Os visitantes dessas áreas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
55.6. As associações de desenvolvimento locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
55.7. As associações de defesa do ambiente locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
55.8 Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Quais? _____	Quais? _____

56. As áreas protegidas em Portugal têm, em geral, algumas dificuldades no seu funcionamento e no cumprimento dos objectivos de protecção da natureza. Concorda com esta afirmação?

- 56.1. Sim 56.2. Não 56.3. Não sabe

57. Se concordou que as áreas protegidas têm, em geral, algumas dificuldades no seu funcionamento e no cumprimento dos objectivos de protecção da natureza, na sua opinião tais dificuldades ocorrem porque: (Assinalar todas as situações que considerar importantes)

57.1. Os habitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes	_
57.2. Os habitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes	_
57.3. Os visitantes não respeitam as normas e as restrições vigentes	_
57.4. Os visitantes não conhecem as normas e as restrições vigentes	_
57.5. Há uma falta de informação generalizada quanto à protecção do ambiente	_
57.6. As áreas protegidas não têm meios humanos e financeiros para levarem a cabo os seus objectivos e actividades	_
57.7. As áreas protegidas não têm planos e programas que estabeleçam os objectivos e a forma como eles podem ser cumpridos	_
57.8. As áreas protegidas não envolvem os habitantes nas suas actividades	_
57.9. As áreas protegidas não envolvem os visitantes nas suas actividades	_
57.10. As áreas protegidas desconhecem a realidade social e económica das localidades e pessoas nelas inseridas	_
57.11. As áreas protegidas não têm poder político para imporem e fiscalizarem o cumprimento dos seus objectivos	_
57.12. As áreas protegidas gerem mal os recursos que possuem	_
57.13. Outra situação	_
Qual?	_____

V. ÁREAS RURAIS E AMBIENTE

58. Actualmente, tem-se observado em Portugal uma crescente procura de áreas rurais e de áreas protegidas pelos indivíduos, no sentido de aí desenvolverem actividades de recreio e de lazer. No seu caso, costuma visitar: (Para cada tipo de área a indique a situação mais adequada ao seu caso)

	Frequentemente	De vez Em Quando	Raramente	Nunca
58.1. Áreas Rurais	_	_	_	_
58.2. Áreas Protegidas	_	_	_	_

59. Porque razões visita estas áreas (Para cada tipo de área, sómente as 3 razões principais- de (1) - Mais importante a (3) - Menos importante):

	Áreas Rurais	Áreas Protegidas
59.1. Pela beleza da paisagem	_	_
59.2. Pelo contacto com a natureza	_	_
59.3. Pelo contacto com as actividades económicas tradicionais	_	_
59.4. Pela gastronomia	_	_
59.5. Para a observação dos animais e das plantas autóctones	_	_
59.6. Pelo artesanato e folclore local	_	_
59.7. Para respirar ar puro	_	_
59.8. Para fugir ao stress da vida na cidade	_	_
59.9. Para contactar com as pessoas que vivem cá	_	_
59.10. Para praticar desporto	_	_
59.11. Para caçar e/ou pescar	_	_
59.12. Para visitar familiares	_	_
59.13. Para ver a arquitectura tradicional	_	_
59.14. Outra razão	_	_
Qual?	_____	_____

60. Pensa que se está **melhor** na cidade ou no campo nos domínios: (Para cada domínio assinale apenas o local onde pensa que se está melhor)

	Cidade	Campo
60.1. Dos cuidados de saúde	_	_

60.2. Das escolas	_	_
60.3. Da aquisição ou arrendamento de habitação	_	_
60.4. Dos divertimentos e actividades de recreio/lazer	_	_
60.5. Das relações entre as pessoas	_	_
60.6. Das compras de produtos alimentares	_	_
60.7. Das compras de vestuário e produtos não alimentares	_	_
60.8. Do conforto nas habitações	_	_
60.9. Da poluição do ar	_	_
60.10. Da poluição das águas	_	_
60.11. Da poluição sonora	_	_
60.12. De uma vida mais saudável	_	_
60.13. De uma vida com menos cansaço	_	_
60.14. De maior contacto com a natureza	_	_
60.15. De menor criminalidade	_	_

61. Na escala que se segue o (1) representa um menor desenvolvimento económico e o (10) um maior desenvolvimento económico. Onde posicionaria as **áreas rurais**, de uma maneira geral? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada)

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe | _ |

62. E as **áreas urbanas**, também de uma maneira geral? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe | _ |

63. Relativamente à qualidade do ambiente, representando o (1) uma menor qualidade ambiental e o (10) uma maior qualidade ambiental, onde posicionaria as **áreas rurais**, em termos gerais (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe | _ |

64. E as **áreas urbanas**, também em termos gerais? (Assinale com um círculo a posição que lhe parecer mais adequada):

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |

0. Não Sabe | _ |

65. Os seus pais são originários de:

65.1. Uma área rural	_
65.2. Uma área urbana	_
65.3. Um é de uma área rural e outro de uma área urbana	_

66. Uma última questão: pensando na relação ambiente/ desenvolvimento, qual considera ser a melhor opção para a área da Serra da Freita (Assinalar apenas uma resposta):

- 66.1. O desenvolvimento económico deve ser uma prioridade em relação à protecção do ambiente | _ |
- 66.2. A protecção do ambiente deve ser uma prioridade em relação ao desenvolvimento económico | _ |
- 66.3. Assegurar o desenvolvimento económico em conjunto com a protecção do ambiente | _ |

INQUÉRITO POR ENTREVISTA ÀS ENTIDADES COM INTERVENÇÃO NAS ÁREAS DE ESTUDO

- A PROTECÇÃO DO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO RURAL -

Agosto e Setembro de 1997

I. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE:

1. Nome da Entidade
2. Posição política da Entidade (partido político pelo qual foi eleita ou nomeada; Independente ou filiado)
3. Composição da Entidade (serviços e técnicos que possui)
4. Área de Intervenção da Entidade (juntar mapas se possível)
5. Actividades da Entidade e Planos e Programas pelos quais é responsável.
6. Ano de entrada em funções da Entidade (ano de início do mandato e/ou de criação)

II. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA ENTIDADE:

7. Qual a superfície da área de intervenção?
8. Qual a percentagem do território que está protegido ou que se prevê que venha a ser protegido?
9. Como caracterizaria a área do território que está protegida ou se pensa vir a proteger relativamente ao conjunto da área de intervenção, em termos de:
 - população (características como idades, escolaridade, actividades principais, taxa de actividade, emprego/desemprego)
 - infraestruturas (abastecimento de água, rede de esgotos, electricidade, recolha de lixo, telefone e outras)
 - educação (Creches e Jardins de Infância, do 1º CEB, do 2º e 3º CEB, Secundárias, e outras)
 - serviços (Postos de saúde com médico permanente, com médico só alguns dias na semana; posto de correios/telefone, lares de terceira e idade, centros de dia e apoio domiciliário, bancos, etc)
 - comércio (comércio alimentar, comércio de vestuário, cafés, restaurantes, hotéis e pensões e outros).
10. Como caracterizaria a parte do território protegido ou a proteger em termos do seu processo de desenvolvimento social e económico?

11. Diria que o desenvolvimento social e económico dessa área tem sido suficiente ou insuficiente, quer em termos de fixação (repulsão da população, quer em termos de fixação/repulsão das actividades económicas?
12. Como perspectiva o desenvolvimento social e económico da área? Através de que actividades pensa que a área poderá desenvolver-se? De que forma?
13. Que contributos tem dado a Entidade em termos de desenvolvimento social e económico. Que resultados foram alcançados?
14. Que intervenções tem a Entidade previstas para a área?

III. O PAPEL DO AMBIENTE NO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

15. Que papel pensa que tiveram os elementos naturais no desenvolvimento passado da área? E no futuro?
16. Considera que os elementos naturais são actualmente uma das potencialidades de desenvolvimento da área em relação a outros factores de desenvolvimento? De que maneira?
17. Conhece os objectivos que se pretendiam alcançar ou que se pretendem alcançar com a instituição da área como protegida? Quais?
18. Quais os elementos naturais e culturais da área que considera deverem ser preservados e porquê?
19. Considera que as populações residentes têm e/ou deveriam ter um papel determinante na protecção e preservação desses elementos? Porquê? De que forma?
20. Considera que os visitantes da área têm ou deveriam ter um papel na protecção e preservação desses elementos? Porquê? De que forma?
21. Considera que a Entidade tem ou deveria ter um papel na protecção e preservação desses elementos? Porquê? De que forma?
22. Qual a importância que atribui, em termos gerais, ao estatuto legal de área protegida? E no que se refere à área de intervenção?
23. Quais os principais conflitos que podem ser identificados na área relativamente ao ambiente e ao desenvolvimento social e económico?
24. Pensa que o estatuto legal de protecção contribuiu ou contribuirá para minimizar ou agudizar esses conflitos? Porquê?
25. Considera que os mecanismos legais de protecção criados ou a criar pela área protegida são compatíveis com os objectivos de desenvolvimento? Porquê?
26. Considera que tem existido ou irá existir justiça social quanto à distribuição dos eventuais benefícios decorrentes da instituição da área como protegida? Porquê?
27. Na sua opinião e em termos globais, na relação ambiente/desenvolvimento, qual dos dois aspectos deveria ter maior importância? Porquê?

28. E para a área de intervenção? Porquê?

IV. VISITANTES DA ÁREA

29. Como caracterizaria os visitantes da área em relação a: origem geográfica, profissões, escolaridade, rendimentos, idades.

30. Em que alturas do ano geralmente se observa um maior número de visitantes?

31. Que tipo de actividades procuram os visitantes na área?

32. Quais as actividades que os visitantes efectivamente desenvolvem na área?

33. Tem ideia do tipo de equipamentos e actividades que os visitantes esperam encontrar na área? Considera que essa procura é satisfeita de facto?

34. Considera que os visitantes da área respeitam as regulamentações e/ou restrições relativamente ao uso dos elementos naturais?

35. Essas regulamentações, na sua opinião, contribuem para atrair ou repelir os visitantes?

36. Tem conhecimento de alguma reclamação e situação de conflito por parte dos visitantes, em relação às normas de protecção ou outras que colidam com os usos que os visitantes fazem do território e dos elementos naturais? Especifique alguns desses casos.

37. Em geral, considera positivo ou negativo o afluxo dos visitantes a esta área? Porquê? (em termos do desenvolvimento económico, do ambiente e outros)

38. Considera que a natureza e o ambiente devem ser utilizados ou principalmente preservados e apreciados? Porquê?

V. ENTIDADE E PROTECÇÃO DO AMBIENTE E DA ÁREA DE INTERVENÇÃO:

39. Conhece as normas e restrições impostas ou a impôr na área, no sentido da protecção do ambiente? Concorda com elas?

40. Quais as restrições impostas aos visitantes e aos habitantes da área que lhe parecem mais adequadas e inadequadas relativamente aos usos do espaço e dos elementos naturais por parte desses utentes?

41. Que papel teve, tem ou terá a Entidade na instituição e funcionamento da área como protegida?

42. Considera a participação da Entidade fundamental para o bom funcionamento e gestão da área? Porquê?

43. O que entende por natureza e recursos naturais? (que elementos valoriza mais e porquê)

44. O que entende por ambiente? (que elementos valoriza mais e porquê)

45. Quais as actividades da Entidade em termos de protecção do ambiente na área?

VI. ENTIDADE E POPULAÇÃO DA ÁREA:

46. A população residente na área, em sua opinião, compreende os objectivos e as normas da protecção da natureza? E as normas e regulamentações decorrentes de outro tipo de Planos (PDM, PROT, etc)?
47. Tem conhecimento de comportamentos desrespeitadores das normas de protecção vigentes por parte da população residente? Especifique.
48. Que grupos de pessoas, na sua opinião, tendem a ter comportamentos contrários às normas de protecção, com maior frequência? (agricultores, pescadores, pastores, caçadores, etc../jovens, adultos, idosos; maior ou menor escolaridade; maiores ou menores rendimentos, etc.)
49. Na sua opinião a população residente na área resiste à protecção da mesma? De que formas o faz com mais frequência?
50. Na sua opinião a população residente na área valoriza os elementos naturais? De que forma?
51. Concorda com a afirmação de que, para a população residente na área, o valor da natureza e do ambiente é sobretudo um valor de uso? Porquê?
52. Concorda com a afirmação de que para a população residente, o ambiente e a natureza significam apenas aquilo que dela podem obter em termos económicos? Porquê?
53. Considera que os conflitos existentes entre a população e a Entidade ou as outras entidades ou os visitantes que intervêm no território, estão relacionados com o facto de essa população considerar que o desenvolvimento social e económico é insuficiente?
54. Na relação ambiente/desenvolvimento, qual destes aspectos é mais valorizado pela população residente na área e porquê?
55. Acha que, para a população residente, os elementos naturais terão um carácter secundário relativamente aos aspectos mais materiais do desenvolvimento devido ao facto desses elementos estarem quotidianamente presentes na vida dessa população? Porquê?

VI. A ENTIDADE FACE A OUTRAS ENTIDADES E A OUTROS ACTORES:

56. Como caracterizaria as relações da Entidade com as outras entidades (CM, JF, ADL e AP)? (existência de conflitos, sobreposição de funções e competências, pareceres sobre as actividades respectivas, etc)
57. Como caracterizaria as relações entre a Entidade com os outros actores (população, visitantes)? (existência de conflitos)

58. Nos Planos e/ou Programas implementados pela Entidade, o ambiente e os elementos naturais são sempre considerados? Porquê? De que formas?
59. Face às intervenções no território e no ambiente por parte das outras entidades, como se posiciona a Entidade?
60. Relativamente a todos os actores e entidades presentes e intervenientes na área, como se posiciona a Entidade, em termos de legitimidade e eficácia das acções e actividades que promove/desenvolve?
61. Considera que existem actores e entidades com mais legitimidade para intervir ao nível do território e dos elementos naturais, na área? Quais? Porquê?
62. Considera que têm existido dificuldades na prossecução dos objectivos, formulação e implementação dos planos e programas da Entidade? Porquê? De que tipo? Quem ou que entidades constituem os maiores obstáculos à actividade da Entidade?
63. As dificuldades actuais são maiores ou menores do que no passado? Porquê?
64. Considera que o Poder Central/Local possui maiores ou menores responsabilidades no desenvolvimento e na protecção do ambiente da área do que a Entidade? Porquê?

Caracterização dos Residentes Inquiridos na Área do Parque Natural de Montesinho¹

Quadro 8.1 - Freguesia de Residência dos inquiridos

	Frequência	%	Percentagem Cumulativa
Moimenta	12	5,5	5,5
Montouto	9	4,1	9,5
Pinheiro Novo	9	4,1	13,6
Vilar de Ossos	19	8,6	22,3
Quiraz	11	5,0	27,3
Paçó	10	4,5	31,8
Santalha	22	10,0	41,8
Vila Verde	14	6,4	48,2
Espinhosela	20	9,1	57,3
França	16	7,3	64,5
Rio de Onor	10	4,5	69,1
Donai	16	7,3	76,4
Gondosende	10	4,5	80,9
Meixedo	12	5,5	86,4
Gimonde	14	6,4	92,7
Quintanilha	16	7,3	100,0
Total	220	100,0	

Quadro 8.2 - Distribuição dos inquiridos por grupos etários

	Frequência	%	Percentagem Cumulativa
menor ou igual a 19 anos	19	8,6	8,6
20 a 29 anos	29	13,2	21,8
30 a 39 anos	22	10,0	31,8
40 a 49 anos	37	16,8	48,6
50 a 59 anos	41	18,6	67,3
60 a 64 anos	21	9,5	76,8
maior ou igual a 65 anos	51	23,2	100,0
Total	220	100,0	

Quadro 8.3 - Sexo dos inquiridos

	Frequência	%	Percentagem Cumulativa
Masculino	110	50,0	50,0
Feminino	110	50,0	100,0
Total	220	100,0	

Quadro 8.4 - Nível de escolaridade (simplificado) dos inquiridos

	Frequência	%	Percentagem Cumulativa
analfabeto e sabe ler e escrever	38	17,3	17,3
1ºCEB	99	45,0	62,3
2ºe 3ºCEB	45	20,5	82,7
Ensino Secundário /12ºano/C. Profissional	24	10,9	93,6
Ensino médio/Ensino Superior/Pós-graduação	14	6,4	100,0
Total	220	100,0	

¹ Todos os dados apresentados têm como fonte o IQ realizado em 1997-1998, no âmbito deste trabalho de investigação.

Quadro 8.5 - Distribuição dos inquiridos por grupos socio-económicos*

	Frequência	%	Percentagem Cumulativa
Patrões agrícolas	1	,5	,5
Agricultores por conta própria	58	26,4	26,8
Outros trabalhadores agrícolas	4	1,8	28,6
Patrões da ind, ccivil, com, transp. e serviços	2	,9	29,5
TPCP da ind, ccivil, com, transp. e serviços	10	4,5	34,1
Empregados com profissões liberais e similares	5	2,3	36,4
Pessoal de enquadramento do com, serv. e admin. pública	14	6,4	42,7
Outro pessoal do com, serv. e admin. pública	8	3,6	46,4
Operários qualificados e semi-qualificados	12	5,5	51,8
Pessoal das forças armadas	1	,5	52,3
Outras pessoas activas n.e.	1	,5	52,7
Reformados	64	29,1	81,8
Domésticas	20	9,1	90,9
Estudantes	19	8,6	99,5
Outra situação	1	,5	100,0
Total	220	100,0	

* Utilizaram-se os Grupos socioeconómicos propostos pelo INE, agregando a condição perante o trabalho, a profissão exercida pelos inquiridos e a situação na profissão.

Quadro 8.6 - Nível de rendimentos mensal do Agregado Doméstico dos inquiridos**

	Frequência	%	Percentagem Cumulativa
Menos ou igual a 99 000\$00	135	61,4	61,4
Entre 100 000\$00 a 249 000\$00	75	34,1	95,5
Entre 250 000\$00 a 349 000\$00	6	2,7	98,2
Entre 350 000\$00 a 449 000\$00	3	1,4	99,5
Igual a 450 000\$00 ou mais	1	,5	100,0
Total	220	100,0	

** Mantemos a informação em PTE porque foi deste modo que os dados foram recolhidos.

Quadro 8.7 - Posição Política* dos inquiridos ***

	Frequência	%	Percentagem Cumulativa
Não tem	40	18,2	18,2
esquerda-esquerda	12	5,5	23,6
esquerda	26	11,8	35,5
centro-esquerda	41	18,6	54,1
centro-direita	37	16,8	70,9
direita	45	20,5	91,4
direita-direita	19	8,6	100,0
Total	220	100,0	

*** As categorias consideradas nesta tabela foram construídas a partir de uma escala de 0 a 10, em que o 1 representava a posição política 'mais à esquerda' e o 10 a posição política 'mais à direita'. O 0 era utilizado nos casos em que os indivíduos não queriam ou não sabiam responder. A partir da agregação dos diferentes valores construímos as presentes categorias. Assim 1 = esquerda-esquerda; 2 e 3 = esquerda; 4 e 5 = centro-esquerda; 6 e 7 = centro-direita; 8 e 9 = direita e 10 = direita-direita.

Quadro 8.8a - Índice de Materialismo dos inquiridos ****

	Frequência	%	Percentagem Cumulativa
Materialista	52	23,6	23,6
Misto-Materialista	99	45,0	68,6
Misto - Pós-Materialista	51	23,2	91,8
Pós-Materialista	18	8,2	100,0
Total	220	100,0	

Quadro 8.8b - Níveis de Materialismo dos inquiridos ****

	Frequência	%	Percentagem Cumulativa
materialistas	151	68,6	68,6
pós-materialista	69	31,4	100,0
Total	220	100,0	

**** Explicámos no capítulo VII, secção 4.2., a forma como foram construídos estes índices de Materialismo.

Caracterização dos Visitantes Inquiridos na Área do Parque Natural de Montesinho¹

Quadro 8.9 - Área em que foi inquirido

Área	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Cova de Lua	11	7,3	7,4
França	9	6,0	13,4
Gimonde	6	4,0	17,4
Moimenta	33	22,0	39,6
Montesinho	54	36,0	75,8
Montouto	17	11,3	87,2
Rio de Onor	12	8,0	95,3
Vilar de Ossos	7	4,7	100,0
não responde	1	,7	
Total	150	100,0	

Quadro 8.10 - Distribuição dos inquiridos por grupos etários

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
menor ou igual a 19 anos	4	2,7	2,7
20 a 29 anos	57	38,0	40,7
30 a 39 anos	42	28,0	68,7
40 a 49 anos	32	21,3	90,0
50 a 59 anos	13	8,7	98,7
60 a 64 anos	2	1,3	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 8.11 - Distribuição dos inquiridos por Níveis de Escolaridade

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
2º e 3º CEB	4	2,7	2,7
Ensino Secundário / 12º ano / C. Profissional	26	17,3	20,1
Ensino médio / Ensino Superior / Pós-graduação	119	79,3	100,0
Não responde	1	,7	
Total	150	100,0	

Quadro 8.12 - Distribuição dos inquiridos por grupos socioeconómicos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Patrões e trabalhadores pcp das profissões liberais e similares	10	6,7	6,7
Patrões da ind. ccivil, com, transp. e serviços	3	2,0	8,7
TPCP da ind. ccivil, com, transp. e serviços	1	,7	9,3
Directores, corpos legislativos e quadros super. dirigentes	3	2,0	11,3
Empregados com profissões liberais e similares	57	38,0	49,3
Pessoal de enquadramento do com, serv. e admin. pública	18	12,0	61,3
Outro pessoal do com, serv. e admin. pública	8	5,3	66,7
Outras pessoas activas n.e.	27	18,0	84,7
Reformados	1	,7	85,3
Estudantes	22	14,7	100,0
Total	150	100,0	

¹ Todos os dados apresentados têm como fonte o IQ realizado em 1997-1998, no âmbito deste trabalho de investigação. Os critérios associados à construção dos grupos socioeconómicos e dos níveis de materialismo são os mesmos apontados para o caso dos residentes na área do PNM.

Quadro 8.13 - Níveis de rendimento do Agregado Doméstico dos inquiridos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Menos ou igual a 99 000\$00	5	3,3	3,5
Entre 100 000\$00 a 249 000\$00	41	27,3	32,4
Entre 250 000\$00 a 349 000\$00	33	22,0	55,6
Entre 350 000\$00 a 449 000\$00	31	20,7	77,5
Igual ou mais de 450 000\$00	32	21,3	100,0
Não responde	8	5,3	
Total	150	100,0	

Quadro 8.14 - Posição Política dos inquiridos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Não tem	33	22,0	22,4
esquerda-esquerda	11	7,3	29,9
esquerda	54	36,0	66,7
centro-esquerda	18	12,0	78,9
centro-direita	10	6,7	85,7
direita	19	12,7	98,6
direita-direita	2	1,3	100,0
Não responde	3	2,0	
Total	150	100,0	

Quadro 8.15 Nível de Materialismo manifestado pelos inquiridos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Materialista	11	7,3	7,4
Misto-Materialista	24	16,0	23,6
Misto - Pós-Materialista	47	31,3	55,4
Pós-Materialista	66	44,0	100,0
Não responde	2	1,3	
Total	150	100,0	

Quadro 8.16 - Índice de Materialismo dos inquiridos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
materialistas	35	23,3	23,6
pós-materialista	113	75,3	100,0
não responde	2	1,3	
Total	150	100,0	

Quadro 8.17 - Área de Residência dos inquiridos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Grande Lisboa e Setúbal	36	24,0	24,0
Lisboa	21	14,0	38,0
Grande Porto	24	16,0	54,0
Porto	15	10,0	64,0
Portalegre, Évora, Beja, Faro	3	2,0	66,0
Aveiro, Coimbra	21	14,0	80,0
Vila Real, Bragança	6	4,0	84,0
Braga, Viana do Castelo	4	2,7	86,7

Leiria, Santarém	16	10,7	97,3
Viseu, Guarda, Castelo Branco	4	2,7	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 8.18 - Concelho de Residência dos inquiridos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Alcanena	1	,7	,7
Almada	5	3,3	4,0
Almeida	1	,7	4,7
Amadora	3	2,0	6,7
Aveiro	4	2,7	9,3
Borba	1	,7	10,0
Braga	2	1,3	11,3
Bragança	2	1,3	12,7
Caldas da Rainha	2	1,3	14,0
Cantanhede	1	,7	14,7
Cascais	6	4,0	18,7
Coimbra	7	4,7	23,3
Faro	1	,7	24,0
Figueira da Foz	2	1,3	25,3
Gondomar	6	4,0	29,3
Guimarães	1	,7	30,0
Leiria	6	4,0	34,0
Lisboa	21	14,0	48,0
Loures	7	4,7	52,7
Maia	7	4,7	57,3
Matosinhos	3	2,0	59,3
Miranda do Douro	1	,7	60,0
Mirandela	1	,7	60,7
Montalegre	1	,7	61,3
Oeiras	1	,7	62,0
Olhão	1	,7	62,7
Ourém	2	1,3	64,0
Penafiel	1	,7	64,7
Porto	14	9,3	74,0
Porto de Mós	2	1,3	75,3
Póvoa do varzim	1	,7	76,0
S. João da Madeira	3	2,0	78,0
Santarém	1	,7	78,7
Seixal	1	,7	79,3
Setúbal	3	2,0	81,3
Sintra	4	2,7	84,0
Stª Maria da Feira	2	1,3	85,3
Tomar	3	2,0	87,3
Torres Novas	1	,7	88,0
Valongo	2	1,3	89,3
Viana do Castelo	1	,7	90,0
Vila Franca de Xira	5	3,3	93,3
Vila Nova de Famalicão	2	1,3	94,7
Vila Nova de Gaia	3	2,0	96,7
Vila Real	2	1,3	98,0
Vinhais	1	,7	98,7
Viseu	2	1,3	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 8.19 - Residência rural-urbana

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Rural	16	10,7	10,7

Urbana	134	89,3	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 8.20 - Ano da primeira visita ao PNM

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
1975	1	,7	,7
1979	1	,7	1,3
1980	1	,7	2,0
1982	2	1,3	3,4
1983	1	,7	4,0
1984	1	,7	4,7
1985	3	2,0	6,7
1986	5	3,3	10,1
1987	5	3,3	13,4
1988	2	1,3	14,8
1989	1	,7	15,4
1990	4	2,7	18,1
1991	4	2,7	20,8
1992	4	2,7	23,5
1993	2	1,3	24,8
1994	9	6,0	30,9
1995	34	22,7	53,7
1996	20	13,3	67,1
1997	49	32,7	100,0
Total	149	99,3	
não responde	1	,7	
	150	100,0	

Quadro 8. 21 - Visitou Novamente o PNM

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
Sim	76	50,7	50,7
Não	74	49,3	100,0
Total	150	100,0	

Resultados da aplicação do teste do χ^2 e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento das variáveis sociográficas e da variável *tipo de inquirido*, para o caso dos visitantes e residentes do PNM.

Tipo de inquirido * grupos etários

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	96,952	6	,000
Pearson Chi-Square	96,952	6	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	117,558	6	,000
Likelihood Ratio	117,558	6	,000
Linear-by-Linear Association	57,585	1	,000
Linear-by-Linear Association	57,585	1	,000
N of Valid Cases	370		
N of Valid Cases	370		

a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,32.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,512			,000
Nominal by Nominal	Phi	,512			,000
	Cramer's V	,512			,000
	Cramer's V	,512			,000
	Contingency Coefficient	,456			,000
	Contingency Coefficient	,456			,000
N of Valid Cases		370			
N of Valid Cases		370			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * Nivel de escolaridade simplificado

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	249,870	4	,000
Pearson Chi-Square	249,870	4	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	311,345	4	,000
Likelihood Ratio	311,345	4	,000
Linear-by-Linear Association	227,968	1	,000
Linear-by-Linear Association	227,968	1	,000
N of Valid Cases	369		
N of Valid Cases	369		

a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 15,34.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,823			,000
Nominal by Nominal	Phi	,823			,000
	Cramer's V	,823			,000
	Cramer's V	,823			,000
	Contingency Coefficient	,635			,000
	Contingency Coefficient	,635			,000
	N of Valid Cases	369			
	N of Valid Cases	369			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * grupos socio-económicos simples

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	242,538	16	,000
Pearson Chi-Square	242,538	16	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	309,790	16	,000
Likelihood Ratio	309,790	16	,000
Linear-by-Linear Association	,000	1	,996
Linear-by-Linear Association	,000	1	,996
	N of Valid Cases	370	
	N of Valid Cases	370	

a 15 cells (44,1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,41.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,810			,000
Nominal by Nominal	Phi	,810			,000
	Cramer's V	,810			,000
	Cramer's V	,810			,000
	Contingency Coefficient	,629			,000
	Contingency Coefficient	,629			,000
	N of Valid Cases	370			
	N of Valid Cases	370			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * Nível de rendimentos mensal do Agregado Familiar

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	193,740	4	,000

Continuity Correction			
Likelihood Ratio	228,318	4	,000
Likelihood Ratio	228,318	4	,000
Linear-by-Linear Association	178,738	1	,000
Linear-by-Linear Association	178,738	1	,000
N of Valid Cases	362		
N of Valid Cases	362		

a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12,94.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,732			,000
Nominal by Nominal	Phi	,732			,000
	Cramer's V	,732			,000
	Cramer's V	,732			,000
	Contingency Coefficient	,590			,000
	Contingency Coefficient	,590			,000
N of Valid Cases		362			
N of Valid Cases		362			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * Posição Política

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	46,641	6	,000
Pearson Chi-Square	46,641	6	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	48,596	6	,000
Likelihood Ratio	48,596	6	,000
Linear-by-Linear Association	19,663	1	,000
Linear-by-Linear Association	19,663	1	,000
N of Valid Cases	367		
N of Valid Cases	367		

a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,41.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,356			,000
Nominal by Nominal	Phi	,356			,000
	Cramer's V	,356			,000
	Cramer's V	,356			,000
	Contingency Coefficient	,336			,000
	Contingency Coefficient	,336			,000
N of Valid Cases		367			
N of Valid Cases		367			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * materialismo

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	71,637	1	,000		
Pearson Chi-Square	71,637	1	,000		
Continuity Correction	69,848	1	,000		
Continuity Correction	69,848	1	,000		
Likelihood Ratio	74,531	1	,000		
Likelihood Ratio	74,531	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	71,442	1	,000		
Linear-by-Linear Association	71,442	1	,000		
N of Valid Cases	368				
N of Valid Cases	368				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 73,20.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,441			,000
Nominal by Nominal	Phi	-,441			,000
	Cramer's V	,441			,000
	Cramer's V	,441			,000
	Contingency Coefficient	,404			,000
	Contingency Coefficient	,404			,000
N of Valid Cases		368			
N of Valid Cases		368			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Resultados da aplicação do teste do χ^2 e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento da variável *tipo de inquirido* e das variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, para o caso dos visitantes e residentes do PNM

Tipo de inquirido * Definição de Natureza

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	20,761	4	,000
Pearson Chi-Square	20,761	4	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	23,926	4	,000
Likelihood Ratio	23,926	4	,000
Linear-by-Linear Association	4,465	1	,035
Linear-by-Linear Association	4,465	1	,035
N of Valid Cases	364		
N of Valid Cases	364		

a 2 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,81.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,239			,000
Nominal by Nominal	Phi	,239			,000
	Cramer's V	,239			,000
	Cramer's V	,239			,000
	Contingency Coefficient	,232			,000
	Contingency Coefficient	,232			,000
N of Valid Cases		364			
N of Valid Cases		364			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * Definição de Ambiente

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	54,929	5	,000
Pearson Chi-Square	54,929	5	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	65,859	5	,000
Likelihood Ratio	65,859	5	,000
Linear-by-Linear Association	45,407	1	,000
Linear-by-Linear Association	45,407	1	,000
N of Valid Cases	360		
N of Valid Cases	360		

a 3 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,23.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,391			,000
Nominal by Nominal	Phi	,391			,000
	Cramer's V	,391			,000
	Cramer's V	,391			,000
	Contingency Coefficient	,364			,000
	Contingency Coefficient	,364			,000
N of Valid Cases		360			
N of Valid Cases		360			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis

Opinião acerca da degradação dos elementos naturais e culturais do PNM se este não fosse uma área protegida * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	67,890	2	,000
Pearson Chi-Square	67,890	2	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	87,216	2	,000
Likelihood Ratio	87,216	2	,000
Linear-by-Linear Association	67,691	1	,000
Linear-by-Linear Association	67,691	1	,000
N of Valid Cases	354		
N of Valid Cases	354		

a 2 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,73.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,438			,000
Nominal by Nominal	Phi ,438			,000
	Cramer's V ,438			,000
	Cramer's V ,438			,000
	Contingency Coefficient ,401			,000
	Contingency Coefficient ,401			,000
N of Valid Cases	354			
N of Valid Cases	354			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Razão para a maior ou menor degradação dos elementos naturais e culturais da área se o PNM não fosse uma AP * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	93,350	4	,000
Pearson Chi-Square	93,350	4	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	124,362	4	,000
Likelihood Ratio	124,362	4	,000
Linear-by-Linear Association	47,264	1	,000
Linear-by-Linear Association	47,264	1	,000
N of Valid Cases	343		
N of Valid Cases	343		

a 2 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,75

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,522			,000
Nominal by Nominal	Phi ,522			,000
	Cramer's V ,522			,000
	Cramer's V ,522			,000
	Contingency Coefficient ,463			,000
	Contingency Coefficient ,463			,000

N of Valid Cases		343			
------------------	--	-----	--	--	--

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

construção/demolição de edifícios * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	64,722	1	,000		
Pearson Chi-Square	64,722	1	,000		
Continuity Correction	62,795	1	,000		
Continuity Correction	62,795	1	,000		
Likelihood Ratio	77,584	1	,000		
Likelihood Ratio	77,584	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	64,536	1	,000		
Linear-by-Linear Association	64,536	1	,000		
N of Valid Cases	349				
N of Valid Cases	349				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 39,34.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,431			,000
Nominal by Nominal	Phi ,431			,000
	Cramer's V ,431			,000
	Cramer's V ,431			,000
	Contingency Coefficient ,396			,000
	Contingency Coefficient ,396			,000
N of Valid Cases	349			
N of Valid Cases	349			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

concordância instalação/ampliação explorações agrícolas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	95,759	1	,000		
Pearson Chi-Square	95,759	1	,000		
Continuity Correction	93,536	1	,000		
Continuity Correction	93,536	1	,000		
Likelihood Ratio	108,971	1	,000		
Likelihood Ratio	108,971	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	95,474	1	,000		
Linear-by-Linear Association	95,474	1	,000		
N of Valid Cases	336				
N of Valid Cases	336				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 52,83.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,534			,000
Nominal by Nominal	Phi ,534			,000

	Cramer's V	,534			,000
	Contingency Coefficient	,471			,000
	Contingency Coefficient	,471			,000
N of Valid Cases		336			
N of Valid Cases		336			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

alterações à morfologia do terreno * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	125,268	1	,000		
Pearson Chi-Square	125,268	1	,000		
Continuity Correction	122,745	1	,000		
Continuity Correction	122,745	1	,000		
Likelihood Ratio	151,494	1	,000		
Likelihood Ratio	151,494	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	124,901	1	,000		
Linear-by-Linear Association	124,901	1	,000		
N of Valid Cases	341				
N of Valid Cases	341				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 53,40.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,606			,000
Nominal by Nominal	Phi	,606			,000
	Cramer's V	,606			,000
	Cramer's V	,606			,000
	Contingency Coefficient	,518			,000
	Contingency Coefficient	,518			,000
N of Valid Cases		341			
N of Valid Cases		341			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

derrube de árvores singulares * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	49,792	1	,000		
Pearson Chi-Square	49,792	1	,000		
Continuity Correction	47,939	1	,000		
Continuity Correction	47,939	1	,000		
Likelihood Ratio	62,895	1	,000		
Likelihood Ratio	62,895	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	49,650	1	,000		
Linear-by-Linear Association	49,650	1	,000		
N of Valid Cases	351				
N of Valid Cases	351				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29,62.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,377			,000
Nominal by Nominal	Phi	,377			,000

	Cramer's V	,377			,000
	Contingency Coefficient	,352			,000
	Contingency Coefficient	,352			,000
N of Valid Cases		351			
N of Valid Cases		351			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

derrube de árvores em maciço * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	63,245	1	,000		
Pearson Chi-Square	63,245	1	,000		
Continuity Correction	61,268	1	,000		
Continuity Correction	61,268	1	,000		
Likelihood Ratio	79,849	1	,000		
Likelihood Ratio	79,849	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	63,067	1	,000		
Linear-by-Linear Association	63,067	1	,000		
N of Valid Cases	355				
N of Valid Cases	355				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 34,73.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,422			,000
Nominal by Nominal	Phi	,422			,000
	Cramer's V	,422			,000
	Cramer's V	,422			,000
	Contingency Coefficient	,389			,000
	Contingency Coefficient	,389			,000
N of Valid Cases		355			
N of Valid Cases		355			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

abertura de novas estradas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	62,493	1	,000		
Pearson Chi-Square	62,493	1	,000		
Continuity Correction	60,552	1	,000		
Continuity Correction	60,552	1	,000		
Likelihood Ratio	75,691	1	,000		
Likelihood Ratio	75,691	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	62,312	1	,000		
Linear-by-Linear Association	62,312	1	,000		
N of Valid Cases	346				
N of Valid Cases	346				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 36,95.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,425			,000

	Cramer's V	,425			,000
	Contingency Coefficient	,391			,000
	Contingency Coefficient	,391			,000
N of Valid Cases		346			
N of Valid Cases		346			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

abertura de fossas e depósitos de lixo * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	69,218	1	,000		
Pearson Chi-Square	69,218	1	,000		
Continuity Correction	67,193	1	,000		
Continuity Correction	67,193	1	,000		
Likelihood Ratio	85,347	1	,000		
Likelihood Ratio	85,347	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	69,016	1	,000		
Linear-by-Linear Association	69,016	1	,000		
N of Valid Cases	342				
N of Valid Cases	342				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 37,92.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,450			,000
Nominal by Nominal	Phi	,450			,000
	Cramer's V	,450			,000
	Cramer's V	,450			,000
	Contingency Coefficient	,410			,000
	Contingency Coefficient	,410			,000
N of Valid Cases		342			
N of Valid Cases		342			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

captação/desvio de águas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	52,954	1	,000		
Pearson Chi-Square	52,954	1	,000		
Continuity Correction	51,094	1	,000		
Continuity Correction	51,094	1	,000		
Likelihood Ratio	65,518	1	,000		
Likelihood Ratio	65,518	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	52,798	1	,000		
Linear-by-Linear Association	52,798	1	,000		
N of Valid Cases	339				
N of Valid Cases	339				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 32,22.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,395			,000
Nominal by Nominal	Phi	,395			,000
	Cramer's V	,395			,000
	Cramer's V	,395			,000
	Contingency Coefficient	,368			,000
	Contingency Coefficient	,368			,000
N of Valid Cases		339			
N of Valid Cases		339			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de caçar * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	26,382	1	,000		
Pearson Chi-Square	26,382	1	,000		
Continuity Correction	24,859	1	,000		
Continuity Correction	24,859	1	,000		
Likelihood Ratio	31,126	1	,000		
Likelihood Ratio	31,126	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	26,307	1	,000		
Linear-by-Linear Association	26,307	1	,000		
N of Valid Cases	350				
N of Valid Cases	350				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 22,06.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,275			,000
Nominal by Nominal	Phi	,275			,000
	Cramer's V	,275			,000
	Cramer's V	,275			,000
	Contingency Coefficient	,265			,000
	Contingency Coefficient	,265			,000
N of Valid Cases		350			
N of Valid Cases		350			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de acesso * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	55,171	1	,000		
Pearson Chi-Square	55,171	1	,000		
Continuity Correction	53,332	1	,000		
Continuity Correction	53,332	1	,000		
Likelihood Ratio	65,761	1	,000		
Likelihood Ratio	65,761	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	55,016	1	,000		
Linear-by-Linear Association	55,016	1	,000		
N of Valid Cases	356				
N of Valid Cases	356				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 35,75.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,394			,000
Nominal by Nominal	Phi	,394			,000
	Cramer's V	,394			,000
	Cramer's V	,394			,000
	Contingency Coefficient	,366			,000
	Contingency Coefficient	,366			,000
N of Valid Cases		356			
N of Valid Cases		356			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de fazer campismo * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	51,428	1	,000		
Pearson Chi-Square	51,428	1	,000		
Continuity Correction	49,609	1	,000		
Continuity Correction	49,609	1	,000		
Likelihood Ratio	62,243	1	,000		
Likelihood Ratio	62,243	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	51,284	1	,000		
Linear-by-Linear Association	51,284	1	,000		
N of Valid Cases	357				
N of Valid Cases	357				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 33,01.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,380			,000
Nominal by Nominal	Phi	,380			,000
	Cramer's V	,380			,000
	Cramer's V	,380			,000
	Contingency Coefficient	,355			,000
	Contingency Coefficient	,355			,000
N of Valid Cases		357			
N of Valid Cases		357			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de colher plantas/partes de plantas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	42,989	1	,000		
Pearson Chi-Square	42,989	1	,000		
Continuity Correction	41,307	1	,000		
Continuity Correction	41,307	1	,000		

Likelihood Ratio	50,300	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	42,867	1	,000		
Linear-by-Linear Association	42,867	1	,000		
N of Valid Cases	354				
N of Valid Cases	354				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 32,32.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,348			,000
Nominal by Nominal	Phi	,348			,000
	Cramer's V	,348			,000
	Cramer's V	,348			,000
	Contingency Coefficient	,329			,000
	Contingency Coefficient	,329			,000
N of Valid Cases		354			
N of Valid Cases		354			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de lançar detritos... * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,124	1	,725		
Pearson Chi-Square	,124	1	,725		
Continuity Correction	,002	1	,968		
Continuity Correction	,002	1	,968		
Likelihood Ratio	,122	1	,727		
Likelihood Ratio	,122	1	,727		
Fisher's Exact Test				,762	,476
Fisher's Exact Test				,762	,476
Linear-by-Linear Association	,123	1	,725		
Linear-by-Linear Association	,123	1	,725		
N of Valid Cases	362				
N of Valid Cases	362				

a Computed only for a 2x2 table

b 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,44.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,018			,725
Nominal by Nominal	Phi	-,018			,725
	Cramer's V	,018			,725
	Cramer's V	,018			,725
	Contingency Coefficient	,018			,725
	Contingency Coefficient	,018			,725
N of Valid Cases		362			
N of Valid Cases		362			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de fazer lume * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,499	1	,480		
Pearson Chi-Square	,499	1	,480		
Continuity Correction	,166	1	,684		
Continuity Correction	,166	1	,684		
Likelihood Ratio	,490	1	,484		

Likelihood Ratio	,490	1	,484		
Fisher's Exact Test				,555	,337
Fisher's Exact Test				,555	,337
Linear-by-Linear Association	,498	1	,480		
Linear-by-Linear Association	,498	1	,480		
N of Valid Cases	361				
N of Valid Cases	361				

a Computed only for a 2x2 table

b 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,82.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,037			,480
Nominal by Nominal	Phi	-,037			,480
	Cramer's V	,037			,480
	Cramer's V	,037			,480
	Contingency Coefficient	,037			,480
	Contingency Coefficient	,037			,480
N of Valid Cases		361			
N of Valid Cases		361			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de praticar activ. desportivas... * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	29,922	1	,000		
Pearson Chi-Square	29,922	1	,000		
Continuity Correction	28,519	1	,000		
Continuity Correction	28,519	1	,000		
Likelihood Ratio	33,045	1	,000		
Likelihood Ratio	33,045	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	29,834	1	,000		
Linear-by-Linear Association	29,834	1	,000		
N of Valid Cases	341				
N of Valid Cases	341				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 33,08.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,296			,000
Nominal by Nominal	Phi	,296			,000
	Cramer's V	,296			,000
	Cramer's V	,296			,000
	Contingency Coefficient	,284			,000
	Contingency Coefficient	,284			,000
N of Valid Cases		341			
N of Valid Cases		341			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de introduzir espécies vegetais ou animais exóticas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	49,488	1	,000		
Pearson Chi-Square	49,488	1	,000		
Continuity Correction	47,743	1	,000		

Likelihood Ratio	58,383	1	,000		
Likelihood Ratio	58,383	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	49,347	1	,000		
Linear-by-Linear Association	49,347	1	,000		
N of Valid Cases	350				
N of Valid Cases	350				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 35,10.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,376			,000
Nominal by Nominal	Phi	,376			,000
	Cramer's V	,376			,000
	Cramer's V	,376			,000
	Contingency Coefficient	,352			,000
	Contingency Coefficient	,352			,000
N of Valid Cases		350			
N of Valid Cases		350			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

abertura de novas estradas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	101,060	1	,000		
Pearson Chi-Square	101,060	1	,000		
Continuity Correction	98,884	1	,000		
Continuity Correction	98,884	1	,000		
Likelihood Ratio	113,548	1	,000		
Likelihood Ratio	113,548	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	100,783	1	,000		
Linear-by-Linear Association	100,783	1	,000		
N of Valid Cases	365				
N of Valid Cases	365				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 59,19.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,526			,000
Nominal by Nominal	Phi	,526			,000
	Cramer's V	,526			,000
	Cramer's V	,526			,000
	Contingency Coefficient	,466			,000
	Contingency Coefficient	,466			,000
N of Valid Cases		365			
N of Valid Cases		365			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

exploração de inertes * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
--	-------	----	-----------------------	----------------------	----------------------

Pearson Chi-Square	75,306	1	,000		
Pearson Chi-Square	75,306	1	,000		
Continuity Correction	73,328	1	,000		
Continuity Correction	73,328	1	,000		
Likelihood Ratio	87,291	1	,000		
Likelihood Ratio	87,291	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	75,095	1	,000		
Linear-by-Linear Association	75,095	1	,000		
N of Valid Cases	357				
N of Valid Cases	357				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 46,82.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,459			,000
Nominal by Nominal	Phi	,459			,000
	Cramer's V	,459			,000
	Cramer's V	,459			,000
	Contingency Coefficient	,417			,000
	Contingency Coefficient	,417			,000
N of Valid Cases		357			
N of Valid Cases		357			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

abandono de áreas agrícolas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	6,326	1	,012		
Pearson Chi-Square	6,326	1	,012		
Continuity Correction	5,767	1	,016		
Continuity Correction	5,767	1	,016		
Likelihood Ratio	6,445	1	,011		
Likelihood Ratio	6,445	1	,011		
Fisher's Exact Test				,013	,008
Fisher's Exact Test				,013	,008
Linear-by-Linear Association	6,309	1	,012		
Linear-by-Linear Association	6,309	1	,012		
N of Valid Cases	363				
N of Valid Cases	363				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 48,06.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,132			,012
Nominal by Nominal	Phi	,132			,012
	Cramer's V	,132			,012
	Cramer's V	,132			,012
	Contingency Coefficient	,131			,012
	Contingency Coefficient	,131			,012
N of Valid Cases		363			
N of Valid Cases		363			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

diminuição da população * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,349	1	,555		
Pearson Chi-Square	,349	1	,555		
Continuity Correction	,219	1	,640		
Continuity Correction	,219	1	,640		
Likelihood Ratio	,351	1	,554		
Likelihood Ratio	,351	1	,554		
Fisher's Exact Test				,622	,321
Fisher's Exact Test				,622	,321
Linear-by-Linear Association	,348	1	,555		
Linear-by-Linear Association	,348	1	,555		
N of Valid Cases	364				
N of Valid Cases	364				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 36,40.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,031			,555
Nominal by Nominal	Phi	,031			,555
	Cramer's V	,031			,555
	Cramer's V	,031			,555
	Contingency Coefficient	,031			,555
	Contingency Coefficient	,031			,555
N of Valid Cases		364			
N of Valid Cases		364			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

envelhecimento da população * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,496	1	,481		
Pearson Chi-Square	,496	1	,481		
Continuity Correction	,335	1	,563		
Continuity Correction	,335	1	,563		
Likelihood Ratio	,500	1	,480		
Likelihood Ratio	,500	1	,480		
Fisher's Exact Test				,532	,282
Fisher's Exact Test				,532	,282
Linear-by-Linear Association	,495	1	,482		
Linear-by-Linear Association	,495	1	,482		
N of Valid Cases	364				
N of Valid Cases	364				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 34,81.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,037			,481
Nominal by Nominal	Phi	,037			,481
	Cramer's V	,037			,481
	Cramer's V	,037			,481
	Contingency Coefficient	,037			,481
	Contingency Coefficient	,037			,481
N of Valid Cases		364			
N of Valid Cases		364			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

mecanização das activ. agro-pastoris * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	93,267	1	,000		
Pearson Chi-Square	93,267	1	,000		
Continuity Correction	91,182	1	,000		
Continuity Correction	91,182	1	,000		
Likelihood Ratio	96,290	1	,000		
Likelihood Ratio	96,290	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	93,011	1	,000		
Linear-by-Linear Association	93,011	1	,000		
N of Valid Cases	364				
N of Valid Cases	364				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 60,53.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,506			,000
Nominal by Nominal	Phi	,506			,000
	Cramer's V	,506			,000
	Cramer's V	,506			,000
	Contingency Coefficient	,452			,000
	Contingency Coefficient	,452			,000
N of Valid Cases		364			
N of Valid Cases		364			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

plantação de árvores não autóctones * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	75,137	1	,000		
Pearson Chi-Square	75,137	1	,000		
Continuity Correction	73,207	1	,000		
Continuity Correction	73,207	1	,000		
Likelihood Ratio	84,390	1	,000		
Likelihood Ratio	84,390	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	74,928	1	,000		
Linear-by-Linear Association	74,928	1	,000		
N of Valid Cases	360				
N of Valid Cases	360				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 51,67.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,457			,000
Nominal by Nominal	Phi	,457			,000
	Cramer's V	,457			,000
	Cramer's V	,457			,000
	Contingency Coefficient	,416			,000
	Contingency Coefficient	,416			,000
N of Valid Cases		360			

--	--	--	--	--	--

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

derrube de árvores autóctones * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	18,017	1	,000		
Pearson Chi-Square	18,017	1	,000		
Continuity Correction	16,750	1	,000		
Continuity Correction	16,750	1	,000		
Likelihood Ratio	20,527	1	,000		
Likelihood Ratio	20,527	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	17,968	1	,000		
Linear-by-Linear Association	17,968	1	,000		
N of Valid Cases	364				
N of Valid Cases	364				

- a Computed only for a 2x2 table
b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 20,97.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,222			,000
Nominal by Nominal	Phi ,222			,000
	Cramer's V ,222			,000
	Cramer's V ,222			,000
	Contingency Coefficient ,217			,000
	Contingency Coefficient ,217			,000
N of Valid Cases	364			
N of Valid Cases	364			

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

carência em infraestruturas básicas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,653	1	,419		
Pearson Chi-Square	,653	1	,419		
Continuity Correction	,450	1	,503		
Continuity Correction	,450	1	,503		
Likelihood Ratio	,660	1	,416		
Likelihood Ratio	,660	1	,416		
Fisher's Exact Test				,492	,252
Fisher's Exact Test				,492	,252
Linear-by-Linear Association	,651	1	,420		
Linear-by-Linear Association	,651	1	,420		
N of Valid Cases	361				
N of Valid Cases	361				

- a Computed only for a 2x2 table
b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 26,94.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,043			,419
Nominal by Nominal	Phi ,043			,419
	Cramer's V ,043			,419
	Cramer's V ,043			,419
	Contingency Coefficient ,042			,419
	Contingency Coefficient ,042			,419

N of Valid Cases		361			
------------------	--	-----	--	--	--

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

agricultura * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	113,055	1	,000		
Pearson Chi-Square	113,055	1	,000		
Continuity Correction	110,560	1	,000		
Continuity Correction	110,560	1	,000		
Likelihood Ratio	116,443	1	,000		
Likelihood Ratio	116,443	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	112,745	1	,000		
Linear-by-Linear Association	112,745	1	,000		
N of Valid Cases	364				
N of Valid Cases	364				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 41,93.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,557			,000
Nominal by Nominal	Phi ,557			,000
	Cramer's V ,557			,000
	Cramer's V ,557			,000
	Contingency Coefficient ,487			,000
	Contingency Coefficient ,487			,000
N of Valid Cases	364			
N of Valid Cases	364			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

degradação dos sist. trad. de regadio * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	17,874	1	,000		
Pearson Chi-Square	17,874	1	,000		
Continuity Correction	16,833	1	,000		
Continuity Correction	16,833	1	,000		
Likelihood Ratio	19,110	1	,000		
Likelihood Ratio	19,110	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	17,825	1	,000		
Linear-by-Linear Association	17,825	1	,000		
N of Valid Cases	362				
N of Valid Cases	362				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 34,91.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,222			,000
Nominal by Nominal	Phi ,222			,000
	Cramer's V ,222			,000
	Cramer's V ,222			,000
	Contingency Coefficient ,217			,000
	Contingency Coefficient ,217			,000
N of Valid Cases	362			

--	--	--	--	--	--

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

degradação/alteração arquitectónica * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	60,406	1	,000		
Pearson Chi-Square	60,406	1	,000		
Continuity Correction	58,506	1	,000		
Continuity Correction	58,506	1	,000		
Likelihood Ratio	73,351	1	,000		
Likelihood Ratio	73,351	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	60,240	1	,000		
Linear-by-Linear Association	60,240	1	,000		
N of Valid Cases	365				
N of Valid Cases	365				

- a Computed only for a 2x2 table
b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 36,55.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,407			,000
Nominal by Nominal	Phi ,407			,000
	Cramer's V ,407			,000
	Cramer's V ,407			,000
	Contingency Coefficient ,377			,000
	Contingency Coefficient ,377			,000
N of Valid Cases	365			
N of Valid Cases	365			

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

perda dos valores culturais tradicionais * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	58,305	1	,000		
Pearson Chi-Square	58,305	1	,000		
Continuity Correction	56,487	1	,000		
Continuity Correction	56,487	1	,000		
Likelihood Ratio	68,105	1	,000		
Likelihood Ratio	68,105	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	58,144	1	,000		
Linear-by-Linear Association	58,144	1	,000		
N of Valid Cases	364				
N of Valid Cases	364				

- a Computed only for a 2x2 table /b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 39,84.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,400			,000
Nominal by Nominal	Phi ,400			,000
	Cramer's V ,400			,000
	Cramer's V ,400			,000
	Contingency Coefficient ,372			,000
	Contingency Coefficient ,372			,000
N of Valid Cases	364			

--	--	--	--	--	--

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

incêndios florestais * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,685	1	,101		
Pearson Chi-Square	2,685	1	,101		
Continuity Correction	1,875	1	,171		
Continuity Correction	1,875	1	,171		
Likelihood Ratio	2,612	1	,106		
Likelihood Ratio	2,612	1	,106		
Fisher's Exact Test				,113	,087
Fisher's Exact Test				,113	,087
Linear-by-Linear Association	2,678	1	,102		
Linear-by-Linear Association	2,678	1	,102		
N of Valid Cases	365				
N of Valid Cases	365				

- a Computed only for a 2x2 table
b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,96.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,086			,101
Nominal by Nominal	Phi	-,086			,101
	Cramer's V	,086			,101
	Cramer's V	,086			,101
	Contingency Coefficient	,085			,101
	Contingency Coefficient	,085			,101
N of Valid Cases		365			
N of Valid Cases		365			

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

caça * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	89,397	1	,000		
Pearson Chi-Square	89,397	1	,000		
Continuity Correction	87,377	1	,000		
Continuity Correction	87,377	1	,000		
Likelihood Ratio	96,644	1	,000		
Likelihood Ratio	96,644	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	89,152	1	,000		
Linear-by-Linear Association	89,152	1	,000		
N of Valid Cases	366				
N of Valid Cases	366				

- a Computed only for a 2x2 table
b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 65,02.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,494			,000
Nominal by Nominal	Phi	,494			,000
	Cramer's V	,494			,000
	Cramer's V	,494			,000
	Contingency Coefficient	,443			,000
	Contingency Coefficient	,443			,000

N of Valid Cases		366			
------------------	--	-----	--	--	--

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

turismo * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	113,988	1	,000		
Pearson Chi-Square	113,988	1	,000		
Continuity Correction	111,626	1	,000		
Continuity Correction	111,626	1	,000		
Likelihood Ratio	117,737	1	,000		
Likelihood Ratio	117,737	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	113,675	1	,000		
Linear-by-Linear Association	113,675	1	,000		
N of Valid Cases	364				
N of Valid Cases	364				

- a Computed only for a 2x2 table
b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 52,98.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,560			,000
Nominal by Nominal	Phi ,560			,000
	Cramer's V ,560			,000
	Cramer's V ,560			,000
	Contingency Coefficient ,488			,000
	Contingency Coefficient ,488			,000
N of Valid Cases	364			
N of Valid Cases	364			

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Pesca * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	49,725	1	,000		
Pearson Chi-Square	49,725	1	,000		
Continuity Correction	48,206	1	,000		
Continuity Correction	48,206	1	,000		
Likelihood Ratio	50,314	1	,000		
Likelihood Ratio	50,314	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	49,589	1	,000		
Linear-by-Linear Association	49,589	1	,000		
N of Valid Cases	364				
N of Valid Cases	364				

- a Computed only for a 2x2 table
b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 60,53.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,370			,000
Nominal by Nominal	Phi ,370			,000
	Cramer's V ,370			,000
	Cramer's V ,370			,000
	Contingency Coefficient ,347			,000
	Contingency Coefficient ,347			,000
N of Valid Cases	364			

--	--	--	--	--	--

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

abate de animais selvagens * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	49,506	1	,000		
Pearson Chi-Square	49,506	1	,000		
Continuity Correction	47,807	1	,000		
Continuity Correction	47,807	1	,000		
Likelihood Ratio	57,127	1	,000		
Likelihood Ratio	57,127	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	49,370	1	,000		
Linear-by-Linear Association	49,370	1	,000		
N of Valid Cases	366				
N of Valid Cases	366				

- a Computed only for a 2x2 table
b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 37,90.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,368			,000
Nominal by Nominal	Phi ,368			,000
	Cramer's V ,368			,000
	Cramer's V ,368			,000
	Contingency Coefficient ,345			,000
	Contingency Coefficient ,345			,000
N of Valid Cases	366			
N of Valid Cases	366			

- a Not assuming the null hypothesis.
b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

expansão dos matos * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,667	1	,197		
Pearson Chi-Square	1,667	1	,197		
Continuity Correction	1,386	1	,239		
Continuity Correction	1,386	1	,239		
Likelihood Ratio	1,681	1	,195		
Likelihood Ratio	1,681	1	,195		
Fisher's Exact Test				,211	,119
Fisher's Exact Test				,211	,119
Linear-by-Linear Association	1,663	1	,197		
Linear-by-Linear Association	1,663	1	,197		
N of Valid Cases	363				
N of Valid Cases	363				

- a Computed only for a 2x2 table
b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 47,67.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi ,068			,197
Nominal by Nominal	Phi ,068			,197
	Cramer's V ,068			,197
	Cramer's V ,068			,197
	Contingency Coefficient ,068			,197
	Contingency Coefficient ,068			,197
N of Valid Cases	363			

--	--	--	--	--	--

- a Not assuming the null hypothesis.
- b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Resultados da aplicação do teste do χ^2 e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento das variáveis relativas à protecção do ambiente *versus* a promoção do desenvolvimento económico na área do PNM (residentes)

Com o PNM, o desenvolvimento sócio-económico: * opinião acerca do estado de maior ou menor degradação dos elementos naturais e culturais se a área não fosse protegida

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	39,310	6	,000
Pearson Chi-Square	39,310	6	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	42,469	6	,000
Likelihood Ratio	42,469	6	,000
Linear-by-Linear Association	31,648	1	,000
Linear-by-Linear Association	31,648	1	,000
N of Valid Cases	212		
N of Valid Cases	212		

a 4 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,31.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,431			,000
Nominal by Nominal	Phi	,431			,000
	Cramer's V	,304			,000
	Cramer's V	,304			,000
	Contingency Coefficient	,395			,000
	Contingency Coefficient	,395			,000
N of Valid Cases		212			
N of Valid Cases		212			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Com o PNM, o desenvolvimento sócio-económico: * Razão para considerar que os elementos naturais e culturais estariam mais ou menos degradados se a área não fosse protegida

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	40,196	9	,000
Pearson Chi-Square	40,196	9	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	43,623	9	,000
Likelihood Ratio	43,623	9	,000
Linear-by-Linear Association	,775	1	,379
Linear-by-Linear Association	,775	1	,379
N of Valid Cases	212		
N of Valid Cases	212		

a 4 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,08.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,435			,000
Nominal by Nominal	Phi	,435			,000
	Cramer's V	,251			,000
	Cramer's V	,251			,000

	Contingency Coefficient	,399			,000
N of Valid Cases		212			
N of Valid Cases		212			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Razão para considerar que o desenvolvimento aumentou ou não com o PNM * opinião acerca do estado de maior ou menor degradação dos elementos naturais e culturais se a área não fosse protegida

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	32,288	12	,001
Pearson Chi-Square	32,288	12	,001
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	33,050	12	,001
Likelihood Ratio	33,050	12	,001
Linear-by-Linear Association	,334	1	,563
Linear-by-Linear Association	,334	1	,563
N of Valid Cases	212		
N of Valid Cases	212		

a 12 cells (57,1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,05.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,390			,001
Nominal by Nominal	Phi	,390			,001
	Cramer's V	,276			,001
	Cramer's V	,276			,001
	Contingency Coefficient	,364			,001
	Contingency Coefficient	,364			,001
N of Valid Cases		212			
N of Valid Cases		212			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Razão para considerar que o desenvolvimento aumentou ou não com o PNM * Razão para considerar que os elementos naturais e culturais estariam mais ou menos degradados se a área não fosse protegida

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	39,059	18	,003
Pearson Chi-Square	39,059	18	,003
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	40,337	18	,002
Likelihood Ratio	40,337	18	,002
Linear-by-Linear Association	,504	1	,478
Linear-by-Linear Association	,504	1	,478
N of Valid Cases	212		
N of Valid Cases	212		

a 14 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,32.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
	Phi	,429			,003

	Cramer's V	,248			,003
	Contingency Coefficient	,394			,003
	Contingency Coefficient	,394			,003
N of Valid Cases		212			
N of Valid Cases		212			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento das variáveis relativas à protecção do ambiente *versus* a promoção do desenvolvimento económico na área do PNM (visitantes)

divertimentos e actividades de recreio e lazer - onde se está melhor neste domínio * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	21,662	1	,000		
Pearson Chi-Square	21,662	1	,000		
Continuity Correction	20,467	1	,000		
Continuity Correction	20,467	1	,000		
Likelihood Ratio	21,255	1	,000		
Likelihood Ratio	21,255	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	21,602	1	,000		
Linear-by-Linear Association	21,602	1	,000		
N of Valid Cases	363				
N of Valid Cases	363				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 31,12.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,244		,000
Nominal by Nominal	Phi	-,244		,000
	Cramer's V	,244		,000
	Cramer's V	,244		,000
	Contingency Coefficient	,237		,000
	Contingency Coefficient	,237		,000
N of Valid Cases	363			
N of Valid Cases	363			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

compras de produtos alimentares - onde se está melhor neste domínio * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	7,390	1	,007		
Pearson Chi-Square	7,390	1	,007		
Continuity Correction	6,653	1	,010		
Continuity Correction	6,653	1	,010		
Likelihood Ratio	7,245	1	,007		
Likelihood Ratio	7,245	1	,007		
Fisher's Exact Test				,008	,005
Fisher's Exact Test				,008	,005
Linear-by-Linear Association	7,369	1	,007		
Linear-by-Linear Association	7,369	1	,007		
N of Valid Cases	365				
N of Valid Cases	365				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 26,22.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,142		,007
Nominal by Nominal	Phi	-,142		,007
	Cramer's V	,142		,007

	Contingency Coefficient	,141			,007
N of Valid Cases		365			
N of Valid Cases		365			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

poluição do ar - onde se está melhor neste domínio * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	10,754	1	,001		
Pearson Chi-Square	10,754	1	,001		
Continuity Correction	8,350	1	,004		
Continuity Correction	8,350	1	,004		
Likelihood Ratio	13,073	1	,000		
Likelihood Ratio	13,073	1	,000		
Fisher's Exact Test				,001	,001
Fisher's Exact Test				,001	,001
Linear-by-Linear Association	10,724	1	,001		
Linear-by-Linear Association	10,724	1	,001		
N of Valid Cases	366				
N of Valid Cases	366				

a Computed only for a 2x2 table

b 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,79.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,171			,001
Nominal by Nominal	Phi	,171			,001
	Cramer's V	,171			,001
	Cramer's V	,171			,001
	Contingency Coefficient	,169			,001
	Contingency Coefficient	,169			,001
N of Valid Cases		366			
N of Valid Cases		366			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

poluição das águas - onde se está melhor neste domínio * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	20,396	1	,000		
Pearson Chi-Square	20,396	1	,000		
Continuity Correction	18,105	1	,000		
Continuity Correction	18,105	1	,000		
Likelihood Ratio	22,127	1	,000		
Likelihood Ratio	22,127	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	20,341	1	,000		
Linear-by-Linear Association	20,341	1	,000		
N of Valid Cases	365				
N of Valid Cases	365				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,36.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,236			,000
Nominal by Nominal	Phi	,236			,000

	Cramer's V	,236			,000
	Contingency Coefficient	,230			,000
	Contingency Coefficient	,230			,000
N of Valid Cases		365			
N of Valid Cases		365			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

poluição sonora - onde se está melhor neste domínio * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	9,192	1	,002		
Pearson Chi-Square	9,192	1	,002		
Continuity Correction	6,820	1	,009		
Continuity Correction	6,820	1	,009		
Likelihood Ratio	11,179	1	,001		
Likelihood Ratio	11,179	1	,001		
Fisher's Exact Test				,004	,004
Fisher's Exact Test				,004	,004
Linear-by-Linear Association	9,167	1	,002		
Linear-by-Linear Association	9,167	1	,002		
N of Valid Cases	366				
N of Valid Cases	366				

a Computed only for a 2x2 table

b 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,39.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,158			,002
Nominal by Nominal	Phi	,158			,002
	Cramer's V	,158			,002
	Cramer's V	,158			,002
	Contingency Coefficient	,157			,002
	Contingency Coefficient	,157			,002
N of Valid Cases		366			
N of Valid Cases		366			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

vida com menos cansaço - onde se está melhor neste domínio * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	46,918	1	,000		
Pearson Chi-Square	46,918	1	,000		
Continuity Correction	45,122	1	,000		
Continuity Correction	45,122	1	,000		
Likelihood Ratio	57,760	1	,000		
Likelihood Ratio	57,760	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000

Linear-by-Linear Association	46,789	1	,000		
N of Valid Cases	364				
N of Valid Cases	364				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29,88.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,359			,000
Nominal by Nominal	Phi	-,359			,000
	Cramer's V	,359			,000
	Cramer's V	,359			,000
	Contingency Coefficient	,338			,000
	Contingency Coefficient	,338			,000
N of Valid Cases		364			
N of Valid Cases		364			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Caracterização dos Residentes Inquiridos na Área da Serra da Freita

Quadro 9.1 - Freguesia de Residência

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Albergaria da Serra	8	4,0	4,0
Cabreiros	15	7,5	11,4
Burgo	7	3,5	14,9
Moldes	19	9,5	24,4
Covêlo de Paivó	10	5,0	29,4
Urrô	13	6,5	35,8
Manhouce	43	21,4	57,2
Sul	26	12,9	70,1
Candal	11	5,5	75,6
Arões	49	24,4	100,0
Total	201	100,0	

Quadro 9.2. - grupos etários

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
menor ou igual a 19 anos	21	10,4	10,4
20 a 29 anos	35	17,4	27,9
30 a 39 anos	30	14,9	42,8
40 a 49 anos	31	15,4	58,2
50 a 59 anos	32	15,9	74,1
60 a 64 anos	12	6,0	80,1
maior ou igual a 65 anos	40	19,9	100,0
Total	201	100,0	

Quadro 9.3 - Sexo

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Masculino	101	50,2	50,2
Feminino	100	49,8	100,0
Total	201	100,0	

Quadro 9.4 - Nível de escolaridade simplificado

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
analfabeto e sabe ler e escrever	40	19,9	19,9
analfabeto e sabe ler e escrever	40	19,9	19,9
1ºCEB	80	39,8	59,7
1ºCEB	80	39,8	59,7
2ºe 3ºCEB	47	23,4	83,1
2ºe 3ºCEB	47	23,4	83,1
Ensino Secundário /12ºano/C. Profissional	19	9,5	92,5
Ensino Secundário /12ºano/C. Profissional	19	9,5	92,5
Ensino médio/Ensino Superior/Pós-graduação	15	7,5	100,0
Ensino médio/Ensino Superior/Pós-graduação	15	7,5	100,0
Total	201	100,0	
Total	201	100,0	

Quadro 9.5 - grupos socio-económicos simples

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Agricultores por conta própria	56	27,9	27,9
Outros trabalhadores agrícolas	1	,5	28,4
Patrões da ind, ccivil, com, transp. e serviços	3	1,5	29,9
TPCP da ind, ccivil, com, transp. e serviços	14	7,0	36,8
Empregados com profissões liberais e similares	1	,5	37,3
Pessoal de enquadramento do com, serv. e admin. pública	5	2,5	39,8
Outro pessoal do com, serv. e admin. pública	11	5,5	45,3
Operários qualificados e semi-qualificados	26	12,9	58,2
Operários não qualificados	1	,5	58,7
Outras pessoas activas n.e.	3	1,5	60,2
Reformados	53	26,4	86,6
Domésticas	10	5,0	91,5
Estudantes	17	8,5	100,0
Total	201	100,0	

Quadro 9.6 - Nível de rendimentos mensal do Agregado Familiar

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Menos ou igual a 99 000\$00	141	70,1	70,1
Entre 100 000\$00 a 249 000\$00	51	25,4	95,5
Entre 250 000\$00 a 349 000\$00	7	3,5	99,0
Entre 350 000\$00 a 449 000\$00	2	1,0	100,0
Total	201	100,0	

Quadro 9.7 - Posição Política

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Não tem	37	18,4	18,9
esquerda-esquerda	2	1,0	19,9
esquerda	15	7,5	27,6
esquerda	15	7,5	27,6
centro-esquerda	40	19,9	48,0
centro-esquerda	40	19,9	48,0
centro-direita	29	14,4	62,8
centro-direita	29	14,4	62,8
direita	50	24,9	88,3
direita	50	24,9	88,3
direita-direita	23	11,4	100,0
direita-direita	23	11,4	100,0
Total	201	100,0	
Total	201	100,0	

Quadro 9.8a - Índice de Materialismo

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Materialista	41	20,4	20,4
Materialista	41	20,4	20,4

Misto-Materialista	85	42,3	62,7
Misto - Pós-Materialista	55	27,4	90,0
Pós-Materialista	20	10,0	100,0
Total	201	100,0	

Quadro 9.8b - materialismo

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
materialistas	126	62,7	62,7
pós-materialista	75	37,3	100,0
Total	201	100,0	

Caracterização dos Visitantes Inquiridos na Área da Serra da Freita¹

Quadro 9.9 - área em que foi inquirido

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Aldeias tradicionais	8	5,3	5,3
Caminho romano	4	2,7	8,0
Frecha da Mizarela	33	22,0	30,0
Maciço florestado da Coelheira	15	10,0	40,0
Maciço florestado do Merujal	16	10,7	50,7
Minas Chãs	2	1,3	52,0
Miradouro de S. Macário	10	6,7	58,7
Pedras Parideiras	14	9,3	68,0
Planalto da Senhora da Laje	21	14,0	82,0
Planalto de Albergaria	11	7,3	89,3
Portal do Inferno	6	4,0	93,3
Portela da Anta	2	1,3	94,7
Praias Fluviais	8	5,3	100,0
Total	150	100,0	

Quadro.9.10 - grupos etários

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
menor ou igual a 19 anos	26	17,3	17,3
20 a 29 anos	75	50,0	67,3
30 a 39 anos	24	16,0	83,3
40 a 49 anos	15	10,0	93,3
50 a 59 anos	6	4,0	97,3
60 a 64 anos	3	2,0	99,3
maior ou igual a 65 anos	1	,7	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 9.11 - Sexo

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Masculino	84	56,0	56,0
Feminino	66	44,0	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 9.12 - Nível de escolaridade simplificado

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
1ºCEB	4	2,7	2,7
2ºe 3ºCEB	39	26,0	28,7
Ensino Secundário /12ºano/C. Profissional	44	29,3	58,0
Ensino médio/Ensino Superior/Pós-graduação	63	42,0	100,0
Total	150	100,0	

¹ Todos os dados apresentados têm como fonte o IQ realizado em 1997-1998, no âmbito deste trabalho de investigação. Os critérios associados à construção dos grupos socioeconómicos e dos níveis de materialismo são os mesmos apontados para o caso dos restantes inquiridos

Quadro 9.13 - grupos socio-económicos simples

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Patrões e trabalhadores pcp das profissões liberais e sim.	2	1,3	1,3
Patrões da ind, ccivil, com, transp. e serviços	4	2,7	4,0
TPCP da ind, ccivil, com, transp. e serviços	4	2,7	6,7
Directores, corpos legislativos e quadros super. dirigentes	3	2,0	8,7
Empregados com profissões liberais e similares	31	20,7	29,3
Pessoal de enquadramento do com, serv. e admin. pública	17	11,3	40,7
Outro pessoal do com, serv. e admin. pública	21	14,0	54,7
Operários qualificados e semi-qualificados	20	13,3	68,0
Operários não qualificados	5	3,3	71,3
Pessoal das forças armadas	2	1,3	72,7
Outras pessoas activas n.e.	4	2,7	75,3
Reformados	2	1,3	76,7
Domésticas	3	2,0	78,7
Estudantes	31	20,7	99,3
Outra situação	1	,7	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 9.14 - Nível de rendimentos mensal do Agregado Familiar

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Menos ou igual a 99 000\$00	9	6,0	6,4
Entre 100 000\$00 a 249 000\$00	79	52,7	62,9
Entre 250 000\$00 a 349 000\$00	18	12,0	75,7
Entre 350 000\$00 a 449 000\$00	18	12,0	88,6
Igual ou mais de 450 000\$00	16	10,7	100,0
Total	140	93,3	
Não responde	10	6,7	
	150	100,0	

Quadro 9.15 - Posição Política

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Não tem	40	26,7	27,0
Não tem	40	26,7	27,0
esquerda-esquerda	13	8,7	35,8
esquerda-esquerda	13	8,7	35,8
esquerda	19	12,7	48,6
esquerda	19	12,7	48,6
centro-esquerda	41	27,3	76,4
centro-esquerda	41	27,3	76,4
centro-direita	19	12,7	89,2
centro-direita	19	12,7	89,2
direita	13	8,7	98,0
direita	13	8,7	98,0
direita-direita	3	2,0	100,0
direita-direita	3	2,0	100,0
Total	148	98,7	
Total	148	98,7	
Não responde	2	1,3	
Não responde	2	1,3	
	150	100,0	
	150	100,0	

Quadro 9.16a - Índice de Materialismo

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Materialista	16	10,7	10,7
Misto-Materialista	32	21,3	32,0
Misto - Pós-Materialista	60	40,0	72,0
Pós-Materialista	42	28,0	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 9.16b - materialismo

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
materialistas	48	32,0	32,0
pós-materialista	102	68,0	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 9.17 - Residência (simplificado)

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Grande Lisboa e Setúbal	15	10,0	10,0
Lisboa	12	8,0	18,0
Grande Porto	24	16,0	34,0
Porto	17	11,3	45,3
Aveiro, Coimbra	74	49,3	94,7
Leiria, Santarém	1	,7	95,3
Viseu, Guarda, Castelo Branco	7	4,7	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 9.18 - Concelho de residência

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Almada	2	1,3	1,3
Amadora	4	2,7	4,0
Arouca	7	4,7	8,7
Aveiro	10	6,7	15,3
Cadaval	1	,7	16,0
Cadaval	1	,7	16,0
Cascais	2	1,3	17,3
Cascais	2	1,3	17,3
Castelo de Paiva	1	,7	18,0
Castelo de Paiva	1	,7	18,0
Cinfães	1	,7	18,7
Cinfães	1	,7	18,7
Espinho	3	2,0	20,7
Espinho	3	2,0	20,7
Estarreja	1	,7	21,3
Estarreja	1	,7	21,3
Gondomar	2	1,3	22,7
Gondomar	2	1,3	22,7
Lisboa	12	8,0	30,7
Lisboa	12	8,0	30,7
Loures	2	1,3	32,0
Loures	2	1,3	32,0
Maia	9	6,0	38,0
Maia	9	6,0	38,0

Oeiras	3	2,0	40,0
Oliveira de Azemeis	8	5,3	45,3
Ovar	6	4,0	49,3
Paredes	1	,7	50,0
Porto	17	11,3	61,3
Póvoa do varzim	2	1,3	62,7
S. João da Madeira	8	5,3	68,0
Sintra	2	1,3	69,3
Stª Maria da Feira	23	15,3	84,7
Vale de Cambra	7	4,7	89,3
Valongo	1	,7	90,0
Vila Nova de Gaia	9	6,0	96,0
Viseu	6	4,0	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 9.19 - Residência rural ou urbana

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Rural	22	14,7	14,7
Urbana	128	85,3	100,0
Total	150	100,0	

Quadro 9.20 - década da 1ª visita à Serra da Freita

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
60	2	1,3	1,4
70	10	6,7	8,1
80	33	22,0	30,4
90	103	68,7	100,0
Total	148	98,7	
não sabe	2	1,3	
	150	100,0	

Quadro 9.21 - Visitou Novamente a Serra da Freita

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Sim	110	73,3	73,3
Sim	110	73,3	73,3
Não	40	26,7	100,0
Não	40	26,7	100,0
Total	150	100,0	
Total	150	100,0	

Quadro 9.22 - Nº de visitas Serra da Freita (excluindo a primeira)

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Uma visita	20	13,3	18,2
Uma visita	20	13,3	18,2
Duas visitas	9	6,0	26,4
Duas visitas	9	6,0	26,4
Três visitas	11	7,3	36,4
Três visitas	11	7,3	36,4
Quatro visitas	4	2,7	40,0
Quatro visitas	4	2,7	40,0
Cinco a dez visitas	28	18,7	65,5

Dez a vinte visitas	9	6,0	73,6
Mais de vinte visitas	29	19,3	100,0
Total	110	73,3	
Não se aplica	40	26,7	
	150	100,0	

Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento das variáveis sociográficas e da variável *tipo de inquirido*, para o caso dos visitantes e residentes da área da Serra da Freita

Tipo de inquirido * grupos etários

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	75,786	6	,000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	87,081	6	,000
Linear-by-Linear Association	65,527	1	,000
N of Valid Cases	351		

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,41.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,465			,000
	Cramer's V	,465			,000
	Contingency Coefficient	,421			,000
N of Valid Cases		351			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * Nivel de escolaridade simplificado

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	144,608	4	,000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	175,006	4	,000
Linear-by-Linear Association	135,547	1	,000
N of Valid Cases	351		

a 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 17,09.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,642			,000
	Cramer's V	,642			,000
	Contingency Coefficient	,540			,000
N of Valid Cases		351			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * grupos socio-económicos simples

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	163,266	16	,000
Pearson Chi-Square	163,266	16	,000
Continuity Correction			
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	205,278	16	,000
Likelihood Ratio	205,278	16	,000
Linear-by-Linear Association	4,753	1	,029
Linear-by-Linear Association	4,753	1	,029
N of Valid Cases	351		
N of Valid Cases	351		

a 16 cells (47,1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,43.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,682			,000
	Cramer's V	,682			,000
	Contingency Coefficient	,563			,000
N of Valid Cases		351			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * Nível de rendimentos mensal do Agregado Familiar

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	149,709	4	,000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	176,874	4	,000
Linear-by-Linear Association	122,098	1	,000
N of Valid Cases	341		

a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,57.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,663			,000
	Cramer's V	,663			,000
	Contingency Coefficient	,552			,000
N of Valid Cases		341			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * Posição Política

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	41,984	6	,000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	45,634	6	,000
Linear-by-Linear Association	26,454	1	,000
N of Valid Cases	344		
N of Valid Cases	344		

a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,45.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,349			,000
Nominal by Nominal	Phi	,349			,000
	Cramer's V	,349			,000
	Cramer's V	,349			,000
	Contingency Coefficient	,330			,000
	Contingency Coefficient	,330			,000
N of Valid Cases		344			
N of Valid Cases		344			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * materialismo

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	32,357	1	,000		
Continuity Correction ^a	31,141	1	,000		
Likelihood Ratio	32,941	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	32,265	1	,000		
N of Valid Cases	351				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 74,36.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,304			,000
	Cramer's V	,304			,000
	Contingency Coefficient	,291			,000
N of Valid Cases		351			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Resultados da aplicação do teste do χ^2 e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento da variável *tipo de inquirido* e das variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, para o caso dos visitantes e residentes do PNM

Tipo de inquirido * Definição de Natureza

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	22,310	5	,000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	28,689	5	,000
Linear-by-Linear Association	,013	1	,911
N of Valid Cases	344		

a 4 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,44.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,255			,000
	Cramer's V	,255			,000
	Contingency Coefficient	,247			,000
N of Valid Cases		344			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * Definição de Ambiente

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	36,419	5	,000
Continuity Correction			
Likelihood Ratio	45,704	5	,000
Linear-by-Linear Association	21,327	1	,000
N of Valid Cases	341		

a 3 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,32.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,327			,000
	Cramer's V	,327			,000
	Contingency Coefficient	,311			,000
N of Valid Cases		341			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * gerações futuras

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,854	1	,355		
Pearson Chi-Square	,854	1	,355		
Continuity Correction	,000	1	1,000		
Continuity Correction	,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	1,235	1	,267		
Likelihood Ratio	1,235	1	,267		
Fisher's Exact Test				1,000	,540
Fisher's Exact Test				1,000	,540
Linear-by-Linear Association	,851	1	,356		
Linear-by-Linear Association	,851	1	,356		
N of Valid Cases	324				
N of Valid Cases	324				

- a Computed only for a 2x2 table
 b 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,46.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,051			,355
	Cramer's V	,051			,355
	Contingency Coefficient	,051			,355
N of Valid Cases		324			

- a Not assuming the null hypothesis.
 b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * saúde humana

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,513	1	,474		
Continuity Correction	,018	1	,893		
Likelihood Ratio	,516	1	,472		
Fisher's Exact Test				,597	,442
Linear-by-Linear Association	,511	1	,475		
N of Valid Cases	325				

- a Computed only for a 2x2 table
 b 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,38.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,040			,474
	Cramer's V	,040			,474
	Contingency Coefficient	,040			,474
N of Valid Cases		325			

- a Not assuming the null hypothesis.
 b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * continuidade do desenvolvimento económico

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	6,943	1	,008		
Continuity Correction	6,039	1	,014		
Likelihood Ratio	6,990	1	,008		
Fisher's Exact Test				,012	,007
Linear-by-Linear Association	6,922	1	,009		
Linear-by-Linear Association	6,922	1	,009		
N of Valid Cases	317				
N of Valid Cases	317				

- a Computed only for a 2x2 table
 b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 16,58.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,148			,008
Nominal by Nominal	Phi	-,148			,008
	Cramer's V	,148			,008
	Cramer's V	,148			,008
	Contingency Coefficient	,146			,008
	Contingency Coefficient	,146			,008
N of Valid Cases		317			
N of Valid Cases		317			

- a Not assuming the null hypothesis.
 b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * valor intrinseco dos recursos naturais

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	22,354	1	,000		
Continuity Correction	20,893	1	,000		
Likelihood Ratio	24,783	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	22,284	1	,000		
N of Valid Cases	320				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 22,05.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,264			,000
	Cramer's V	,264			,000
	Contingency Coefficient	,256			,000
N of Valid Cases		320			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * as paisagens alteradas são as mais belas

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	68,040	1	,000		
Continuity Correction	66,028	1	,000		
Likelihood Ratio	79,082	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	67,838	1	,000		
N of Valid Cases	337				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 40,57.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,449			,000
	Cramer's V	,449			,000
	Contingency Coefficient	,410			,000
N of Valid Cases		337			
N of Valid Cases		337			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * a qualquer preço e em qualquer circunstância

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,913	1	,167		
Pearson Chi-Square	1,913	1	,167		
Continuity Correction	1,600	1	,206		
Continuity Correction	1,600	1	,206		
Likelihood Ratio	1,921	1	,166		
Likelihood Ratio	1,921	1	,166		
Fisher's Exact Test				,194	,103
Fisher's Exact Test				,194	,103
Linear-by-Linear Association	1,907	1	,167		

N of Valid Cases	318			
------------------	-----	--	--	--

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 50,85.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,078			,167
	Cramer's V	,078			,167
	Contingency Coefficient	,077			,167
N of Valid Cases		318			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * beleza

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,254	1	,614		
Continuity Correction	,008	1	,930		
Likelihood Ratio	,260	1	,610		
Fisher's Exact Test				,701	,473
Linear-by-Linear Association	,253	1	,615		
N of Valid Cases	343				

a Computed only for a 2x2 table

b 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,61.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,027			,614
	Cramer's V	,027			,614
	Contingency Coefficient	,027			,614
N of Valid Cases		343			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * utilidade

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	9,089	1	,003		
Continuity Correction	8,203	1	,004		
Likelihood Ratio	9,026	1	,003		
Likelihood Ratio	9,026	1	,003		
Fisher's Exact Test				,004	,002
Fisher's Exact Test				,004	,002
Linear-by-Linear Association	9,062	1	,003		
Linear-by-Linear Association	9,062	1	,003		
N of Valid Cases	341				
N of Valid Cases	341				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 23,00.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,163			,003
Nominal by Nominal	Phi	-,163			,003

	Cramer's V	,163			,003
	Contingency Coefficient	,161			,003
N of Valid Cases		341			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * beleza e utilidade

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	35,223	1	,000		
Continuity Correction	33,673	1	,000		
Likelihood Ratio	35,621	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	35,119	1	,000		
N of Valid Cases	339				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 32,52.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,322			,000
	Cramer's V	,322			,000
	Contingency Coefficient	,307			,000
N of Valid Cases		339			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * animais e plantas têm os mesmos direitos

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	16,236	1	,000		
Continuity Correction	15,200	1	,000		
Likelihood Ratio	17,106	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	16,188	1	,000		
N of Valid Cases	341				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 33,42.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,218			,000
Nominal by Nominal	Phi	,218			,000
	Cramer's V	,218			,000
	Cramer's V	,218			,000
	Contingency Coefficient	,213			,000
	Contingency Coefficient	,213			,000
N of Valid Cases		341			
N of Valid Cases		341			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * recursos devem ser preservados a qualquer preço e circunstâncias

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,013	1	,314		

Continuity Correction	,793	1	,373		
Likelihood Ratio	1,018	1	,313		
Fisher's Exact Test				,353	,187
Linear-by-Linear Association	1,010	1	,315		
N of Valid Cases	339				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 49,33.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,055			,314
	Cramer's V	,055			,314
	Contingency Coefficient	,055			,314
N of Valid Cases		339			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * paisagens não alteradas são as mais belas

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	26,565	1	,000		
Continuity Correction	25,183	1	,000		
Likelihood Ratio	29,232	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	26,485	1	,000		
N of Valid Cases	334				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29,97.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,282			,000
	Cramer's V	,282			,000
	Contingency Coefficient	,271			,000
N of Valid Cases		334			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tipo de inquirido * preservada se não impedir o crescimento económico

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,672	1	,102		
Pearson Chi-Square	2,672	1	,102		
Continuity Correction	2,298	1	,130		
Continuity Correction	2,298	1	,130		
Likelihood Ratio	2,689	1	,101		
Likelihood Ratio	2,689	1	,101		
Fisher's Exact Test				,123	,064
Fisher's Exact Test				,123	,064
Linear-by-Linear Association	2,663	1	,103		
Linear-by-Linear Association	2,663	1	,103		
N of Valid Cases	321				
N of Valid Cases	321				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 48,90.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,091			,102
	Cramer's V	,091			,102
	Contingency Coefficient	,091			,102
N of Valid Cases		321			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento da variável *tipo de inquirido* e das variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, para o caso dos visitantes e residentes da Serra da Freita

construção/demolição de edifícios * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	50,504	1	,000		
Continuity Correction	48,785	1	,000		
Likelihood Ratio	56,705	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	50,359	1	,000		
N of Valid Cases	349				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 40,13.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,380		,000
	Cramer's V	,380		,000
	Contingency Coefficient	,356		,000
N of Valid Cases	349			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

instalação/ampliação explorações agrícolas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	53,724	1	,000		
Continuity Correction	52,068	1	,000		
Likelihood Ratio	57,772	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	53,568	1	,000		
N of Valid Cases	344				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 52,20.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,395		,000
	Cramer's V	,395		,000
	Contingency Coefficient	,368		,000
	Contingency Coefficient	,368		,000
N of Valid Cases	344			
N of Valid Cases	344			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

alterações à morfologia do terreno * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	84,481	1	,000		
Pearson Chi-Square	84,481	1	,000		
Continuity Correction	82,389	1	,000		
Continuity Correction	82,389	1	,000		
Likelihood Ratio	96,264	1	,000		
Likelihood Ratio	96,264	1	,000		

Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	84,239	1		,000	
N of Valid Cases	350				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 50,14.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,491			,000
	Cramer's V	,491			,000
	Contingency Coefficient	,441			,000
N of Valid Cases		350			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

derrube de árvores singulares * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	79,639	1	,000		
Continuity Correction	77,407	1	,000		
Likelihood Ratio	103,914	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	79,411	1	,000		
N of Valid Cases	350				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 36,43.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,477			,000
	Cramer's V	,477			,000
	Contingency Coefficient	,431			,000
N of Valid Cases		350			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

derrube de árvores em maciço * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	133,509	1	,000		
Continuity Correction	130,915	1	,000		
Likelihood Ratio	166,529	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	133,128	1	,000		
Linear-by-Linear Association	133,128	1	,000		
N of Valid Cases	350				
N of Valid Cases	350				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 53,21.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,618			,000
Nominal by Nominal	Phi	,618			,000
	Cramer's V	,618			,000
	Cramer's V	,618			,000
	Contingency Coefficient	,525			,000
	Contingency Coefficient	,525			,000
N of Valid Cases		350			
N of Valid Cases		350			

- a Not assuming the null hypothesis.
- b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

abertura de novas estradas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	58,274	1	,000		
Continuity Correction	56,419	1	,000		
Likelihood Ratio	66,484	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	58,105	1	,000		
N of Valid Cases	345				

- a Computed only for a 2x2 table
- b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 40,17.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,411			,000
	Cramer's V	,411			,000
	Contingency Coefficient	,380			,000
N of Valid Cases		345			

- a Not assuming the null hypothesis.
- b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

abertura de fossas e depósitos de lixo * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	67,310	1	,000		
Continuity Correction	65,203	1	,000		
Likelihood Ratio	85,492	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	67,116	1	,000		
N of Valid Cases	347				

- a Computed only for a 2x2 table
- b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 33,69.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,440			,000
Nominal by Nominal	Phi	,440			,000
	Cramer's V	,440			,000
	Cramer's V	,440			,000
	Contingency Coefficient	,403			,000
	Contingency Coefficient	,403			,000
N of Valid Cases		347			
N of Valid Cases		347			

- a Not assuming the null hypothesis.
- b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

captação/desvio de águas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	38,416	1	,000		
Continuity Correction	36,910	1	,000		
Likelihood Ratio	42,144	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	38,305	1	,000		
N of Valid Cases	346				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 39,24.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,333			,000
	Cramer's V	,333			,000
	Contingency Coefficient	,316			,000
N of Valid Cases		346			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de caçar * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	49,115	1	,000		
Continuity Correction	47,368	1	,000		
Likelihood Ratio	54,563	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	48,965	1	,000		
N of Valid Cases	329				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 38,87.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,386			,000
	Cramer's V	,386			,000
	Contingency Coefficient	,360			,000
N of Valid Cases		329			
N of Valid Cases		329			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de acesso * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	30,102	1	,000		
Pearson Chi-Square	30,102	1	,000		
Continuity Correction	28,854	1	,000		
Continuity Correction	28,854	1	,000		
Likelihood Ratio	31,451	1	,000		
Likelihood Ratio	31,451	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	30,013	1	,000		
Linear-by-Linear Association	30,013	1	,000		

N of Valid Cases	341			
------------------	-----	--	--	--

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 50,87.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,297			,000
	Cramer's V	,297			,000
	Contingency Coefficient	,285			,000
N of Valid Cases		341			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de colher plantas/partes de plantas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	17,350	1	,000		
Continuity Correction	16,136	1	,000		
Likelihood Ratio	18,878	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	17,299	1	,000		
N of Valid Cases	341				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 24,03.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,226			,000
	Cramer's V	,226			,000
	Contingency Coefficient	,220			,000
N of Valid Cases		341			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de lançar detritos... * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,232	1	,630		
Pearson Chi-Square	,232	1	,630		
Continuity Correction	,004	1	,948		
Continuity Correction	,004	1	,948		
Likelihood Ratio	,238	1	,626		
Likelihood Ratio	,238	1	,626		
Fisher's Exact Test				,703	,482
Fisher's Exact Test				,703	,482
Linear-by-Linear Association	,231	1	,631		
Linear-by-Linear Association	,231	1	,631		
N of Valid Cases	349				
N of Valid Cases	349				

a Computed only for a 2x2 table

b 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,58.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,026			,630
	Cramer's V	,026			,630
	Contingency Coefficient	,026			,630
N of Valid Cases		349			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de fazer lume * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,071	1	,790		
Continuity Correction	,001	1	,973		
Likelihood Ratio	,071	1	,790		
Fisher's Exact Test				,821	,491
Linear-by-Linear Association	,071	1	,791		
N of Valid Cases	350				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,57.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,014			,790
	Cramer's V	,014			,790
	Contingency Coefficient	,014			,790
N of Valid Cases		350			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de praticar activ. desportivas... * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	17,577	1	,000		
Continuity Correction	16,647	1	,000		
Likelihood Ratio	17,968	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	17,526	1	,000		
Linear-by-Linear Association	17,526	1	,000		
N of Valid Cases	340				
N of Valid Cases	340				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 56,64.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,227			,000
Nominal by Nominal	Phi	,227			,000
	Cramer's V	,227			,000
	Cramer's V	,227			,000
	Contingency Coefficient	,222			,000
	Contingency Coefficient	,222			,000
N of Valid Cases		340			
N of Valid Cases		340			

- a Not assuming the null hypothesis.
- b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

proibição de introduzir espécies vegetais ou animais exóticas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	9,959	1	,002		
Continuity Correction	9,120	1	,003		
Likelihood Ratio	10,412	1	,001		
Fisher's Exact Test				,002	,001
Linear-by-Linear Association	9,929	1	,002		
N of Valid Cases	338				

- a Computed only for a 2x2 table
- b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29,62.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,172			,002
	Cramer's V	,172			,002
	Contingency Coefficient	,169			,002
N of Valid Cases		338			

- a Not assuming the null hypothesis.
- b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Resultados da aplicação do teste do χ^2 , e das medidas de associação nele baseadas (V. de Cramer e C de Pearson), ao cruzamento da variável *tipo de inquirido* e das variáveis relativas às representações de natureza e de ambiente, para o caso dos visitantes e residentes da Serra da Freita

abertura de novas estradas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	61,491	1	,000		
Continuity Correction	59,783	1	,000		
Likelihood Ratio	64,778	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	61,314	1	,000		
N of Valid Cases	346				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 63,73.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,422			,000
	Cramer's V	,422			,000
	Contingency Coefficient	,388			,000
N of Valid Cases		346			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

exploração de inertes * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	51,333	1	,000		
Continuity Correction	49,597	1	,000		
Likelihood Ratio	57,581	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	51,184	1	,000		
N of Valid Cases	345				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 40,32.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,386			,000
	Cramer's V	,386			,000
	Contingency Coefficient	,360			,000
	Contingency Coefficient	,360			,000
N of Valid Cases		345			
N of Valid Cases		345			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

abandono de áreas agrícolas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,224	1	,636		
Pearson Chi-Square	,224	1	,636		
Continuity Correction	,120	1	,729		
Continuity Correction	,120	1	,729		
Likelihood Ratio	,224	1	,636		

Fisher's Exact Test				,702	,364
Linear-by-Linear Association	,224	1		,636	
N of Valid Cases	350				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 35,14.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,025			,636
	Cramer's V	,025			,636
	Contingency Coefficient	,025			,636
N of Valid Cases		350			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

diminuição da população * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,584	1	,208		
Continuity Correction	1,289	1	,256		
Likelihood Ratio	1,575	1	,209		
Fisher's Exact Test				,220	,128
Linear-by-Linear Association	1,579	1	,209		
N of Valid Cases	351				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 38,89.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,067			,208
	Cramer's V	,067			,208
	Contingency Coefficient	,067			,208
N of Valid Cases		351			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

envelhecimento da população * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,764	1	,382		
Continuity Correction	,553	1	,457		
Likelihood Ratio	,760	1	,383		
Fisher's Exact Test				,434	,228
Linear-by-Linear Association	,762	1	,383		
Linear-by-Linear Association	,762	1	,383		
N of Valid Cases	349				
N of Valid Cases	349				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 32,65.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,047			,382
Nominal by Nominal	Phi	-,047			,382
	Cramer's V	,047			,382
	Cramer's V	,047			,382
	Contingency Coefficient	,047			,382
	Contingency Coefficient	,047			,382
N of Valid Cases		349			
N of Valid Cases		349			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

mecanização das activ. agro-pastoris * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	73,892	1	,000		
Continuity Correction	72,004	1	,000		
Likelihood Ratio	75,906	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	73,679	1	,000		
N of Valid Cases	347				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 60,12.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,461		,000
	Cramer's V	,461		,000
	Contingency Coefficient	,419		,000
N of Valid Cases	347			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

plantação de árvores autóctones * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	32,180	1	,000		
Continuity Correction	30,873	1	,000		
Likelihood Ratio	33,733	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	32,085	1	,000		
N of Valid Cases	338				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 49,37.

Symmetric Measures

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,309		,000
Nominal by Nominal	Phi	,309		,000
	Cramer's V	,309		,000
	Cramer's V	,309		,000
	Contingency Coefficient	,295		,000
	Contingency Coefficient	,295		,000
N of Valid Cases	338			
N of Valid Cases	338			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

derrube de árvores autóctones * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	10,847	1	,001		
Continuity Correction	9,904	1	,002		
Likelihood Ratio	11,526	1	,001		
Fisher's Exact Test				,001	,001
Linear-by-Linear Association	10,816	1	,001		
N of Valid Cases	348				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 24,24.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,177			,001
	Cramer's V	,177			,001
	Contingency Coefficient	,174			,001
N of Valid Cases		348			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

carência em infraestruturas básicas * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	9,634	1	,002		
Continuity Correction	8,734	1	,003		
Likelihood Ratio	9,546	1	,002		
Fisher's Exact Test				,003	,002
Linear-by-Linear Association	9,606	1	,002		
N of Valid Cases	348				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 23,55.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-,166			,002
	Cramer's V	,166			,002
	Contingency Coefficient	,164			,002
N of Valid Cases		348			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

agricultura * Tipo de inquirido

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	56,551	1	,000		
Pearson Chi-Square	56,551	1	,000		
Continuity Correction	54,560	1	,000		
Continuity Correction	54,560	1	,000		
Likelihood Ratio	58,488	1	,000		
Likelihood Ratio	58,488	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	56,390	1	,000		
Linear-by-Linear Association	56,390	1	,000		
N of Valid Cases	350				
N of Valid Cases	350				

a Computed only for a 2x2 table

b 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 30,86.

Symmetric Measures

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,402			,000
	Cramer's V	,402			,000
	Contingency Coefficient	,373			,000
N of Valid Cases		350			

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.